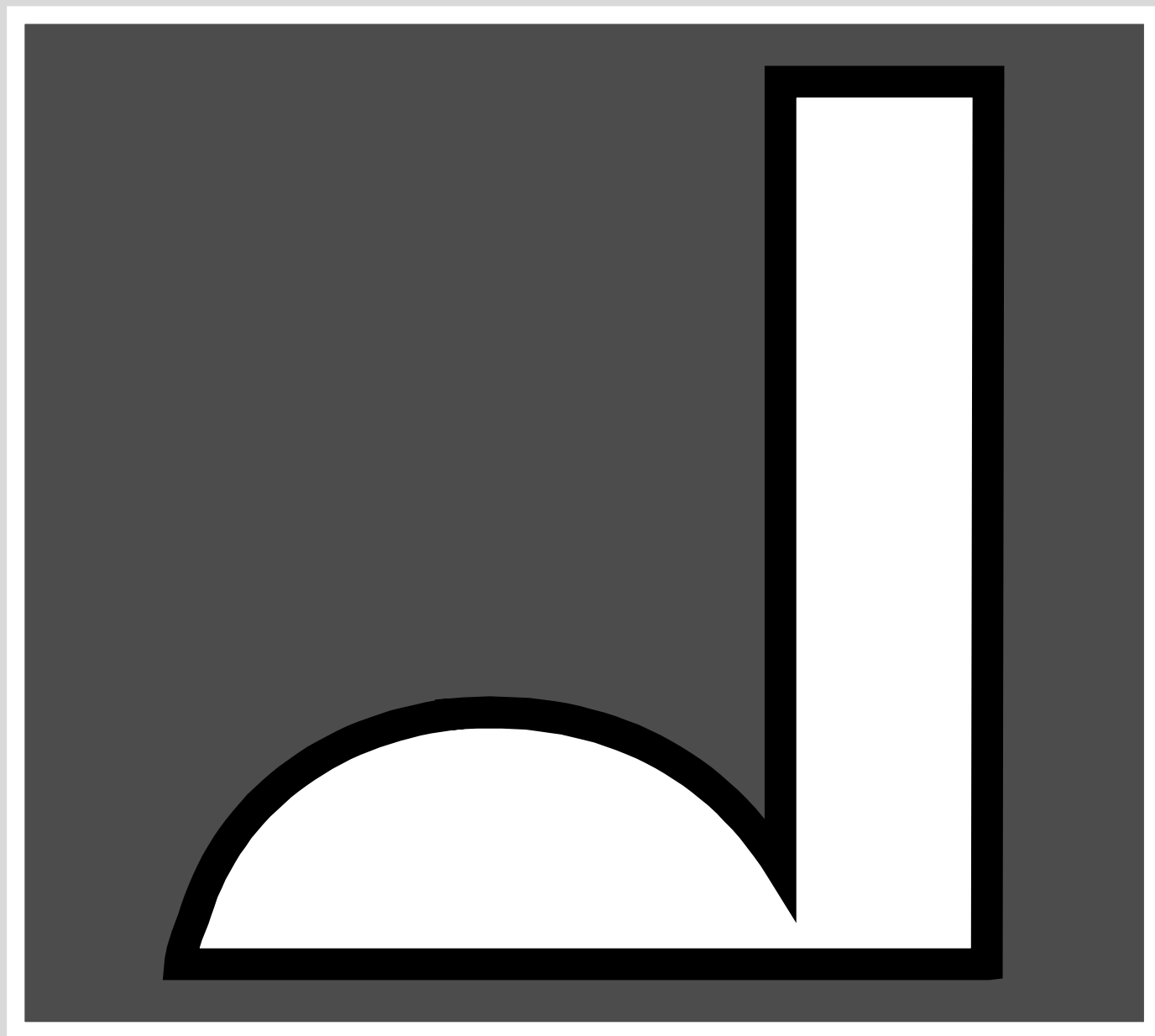




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 085 - QUARTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA A REALIZAR-SE NO DIA 27 DO CORRENTE MÊS, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIÇÃO DO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 210, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Universidade Santa Cecília – Unisantia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos, Estado de São Paulo.....	13336
Nº 211, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinas, Estado de Minas Gerais.	13336
Nº 212, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural José Ribeiro da Cunha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montividiu, Estado de Goiás.	13336
Nº 213, de 2001, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Oito de Setembro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.	13336

SENADO FEDERAL

2– ATA DA 74ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE JUNHO DE 2001

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 150, de 2001 (nº 567/2001, na origem), de 13 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 5, de 2001-CN, que abre ao

Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$14.674.000,00 (quatorze milhões, seiscentos e setenta e quatro mil reais), para reforço de dotações consignadas do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.238, de 13 de junho de 2001.

13337

Nº 151, de 2001 (nº 568/2001, na origem), de 13 do corrente, restituindo autógrafos do

Projeto de Lei nº 9, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$384.110.711,00 (trezentos e oitenta e quatro milhões, cento e dez mil, setecentos e onze reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente; sancionado e transformado na Lei nº 10.239, de 13 de junho de 2001.....

13337

Nº 152, de 2001 (nº 569/2001, na origem), de 13 do corrente, restituindo o autógrafo do Projeto de Lei nº 12, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento; sancionado e transformado na Lei nº 10.240, de 13 de junho de 2001.....

13337

2.2.2 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 237/2001, de 13 do corrente, encaminhando o autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2000-Complementar (nº 8/99-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.....

13337

Nº 238/2001, de 13 do corrente, encaminhando o autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2000 (nº 3.275/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas, sancionado e transformado na Lei nº 10.217, de 11 de abril de 2001.....

13338

Nº 239, de 2001, de 13 do corrente, encaminhando o autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, sancionado e transformado na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.....

13338

2.2.3 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2001 (nº 3.999/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a

instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

13338

2.2.4 – Pareceres

Nº 592, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 136, de 2001 (nº 525/2001, na origem), do Senhor Presidente da República, que solicita autorização do Senado Federal para contratar de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 404.040.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. (**Projeto de Resolução nº 26, de 2001**)

13347

Nº 593, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar (nº 195/2001-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências, e sobre as Emen das nºs 1 a 8, oferecidas nos termos regimentais.

13349

2.2.5 – Comunicações da Presidência

Término de prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da Capital Federal e dá outras providências, rejeitada terminativamente pela Comissão de Educação. Ao Arquivo.

13355

Término de prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 672, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre o comércio eletrônico, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados.....

13355

2.2.6 – Ofícios

Nºs 861, 867 e 901/2001, de 12 e 19 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar PFL/PST na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 2.146-2, 2.153-2 e 2.093-26, de 2001, respectivamente.....

13355

2.2.7 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 15, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador João Alberto Souza, que altera o

art. 128 da Constituição para de terminar a indicação do Procurador-Geral da República dentre os integrantes da lista tríplice escolhida pelos membros do Ministério Público Federal, mediante eleição. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 13356

Nº 16, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Santos, que submete o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos princípios da anterioridade e da legalidade. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 13358

2.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO SOUTO – Elo gioso à iniciativa do governo federal de implantar a segunda fase do Programa de Financiamento ao Turismo no Nordeste – PRODETUR II. 13361

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Registro de sua participação na conferência da ONU sobre o problema habitacional urbano, realizada em Nova Iorque, entre os últimos dias 6 a 8 do corrente. 13364

SENADOR PAULO HARTUNG – Discussão sobre os rumos do Mercosul e a formação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. 13428

SENADOR RAMEZ TEBET – Discurso de despedida da Casa, tendo em vista que assumirá o cargo de Ministro da Integração Nacional. 13433

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Associando-se à manifestação de respeito prestada ao Senador Ramez Tebet. 13450

2.2.9 – Leitura e requerimento

Nº 320, de 2001, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar (nº 195/2001-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências. Será votado após a Ordem do Dia. 13450

2.2.10 – Comunicação da Presidência

Incluem na Ordem do Dia da sessão de deliberativa ordinária de amanhã, do Projeto de Resolução nº 26, de 2001, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, resultante de parecer lido anteriormente, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. 13451

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 3.532/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (incluindo a figura do contador como autor do crime de falsos testemunho ou falsificação, bem como exacerbandos as penas impostas ao referido crime). **Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ), e o art. 2º do projeto, destacado.** À Comissão Diretora para redação do vencido para o turno suplementar. 13451

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (**Parecer nº 594, de 2001-CDIR**). **Aprovado**, em turno suplementar. À Câmara dos Deputados. 13452

Item 3 (Preferência aprovada, nos termos do Requerimento nº 322, de 2001)

Mensagem nº 112, de 2001 (nº 340/2001, na origem), de 18 de abril do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Pedro Luiz Carneiro de Mendonça*, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles e à República Democrática de Madagascar. **Aprovado o Parecer nº 595, de 2001**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, lido nesta oportunidade. (Votação nominal e secreta) 13453

Item 4 (Preferência aprovada, nos termos do Requerimento nº 322, de 2001)

Mensagem nº 129, de 2001 (nº 476/2001, na origem), de 24 de maio do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Elim Saturnino Ferreira Dutra*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia. **Aprovado o Parecer nº 596, de 2001**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, lido nesta oportunidade. (Votação nominal e secreta) 13454

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Peeres, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. **Votação em primeiro**

turno adiada para o próximo dia 26 do corrente, nos termos do Requerimento nº 323, de 2001.....

13456

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que altera o art. 75 da Constituição Federal, para facultar a nomeação de membros das Cortes de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios através de concurso público. **Não houve oradores** na primeira sessão de discussão, em primeiro turno.

13457

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2000 (nº 128/95, na Câmara dos Deputados), que altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados). **Discussão em primeiro turno adiada** para o dia 29 de agosto próximo, nos termos do Requerimento nº 324, de 2001.....

13457

Item 7

Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Caracará-RR). **Aprovado com adequação** do art. 6º à Lei Complementar nº 95, de 1998. À Comissão Diretora para redação final

13457

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2000 (nº 531/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Regional Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. **Aprovado com a Emenda nº 1-CE, de redação.** À Comissão Diretora para redação final.

13458

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2000 (**Parecer nº 597, de 2001-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação.....

13459

Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2000 (nº 549/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Poço das Trincheiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trincheiras, Estado de Alagoas. **Aprovado.** À promulgação.

13459

Item 10

Requerimento nº 272, de 2001, do Senador Ney Suassuna, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 12, de 2001, de sua autoria. **Aprovado.** Ao Arquivo.

13460

Item 11

Requerimento nº 273, de 2001, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2000-Complementar, de sua autoria.

Aprovado. Ao Arquivo.....

13460

2.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997 (**Parecer nº 598, de 2001-CDIR**) **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 326, de 2001. À Câmara dos Deputados.

13460

Requerimento nº 320, de 2001, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**, após usar da palavra o Senador Romero Jucá. O Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar, constará da Ordem do Dia de amanhã, conforme acordo das Lideranças.

13461

2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA EMILIA FERNANDES – Registro da realização de reunião do Parlatino, nos dias 4 e 5 últimos, em Havana-Cuba.

13461

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Anúncio ao Plenário que manterá sigilo acerca do nome da testemunha sobre vazamento de informação privilegiada do Banco Central.

13463

SENADOR NEY SUASSUNA – Preocupação com o atraso no envio de carros-pipa às cidades paraibanas atingidas pela seca. Considerações sobre a onda de "de nuncismos".

13464

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Satisfação pela aprovação, na presente sessão, do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Caracará, em Roraima.

13466

2.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMEU TUMA – Registro da posse da nova diretoria da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea e do Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões e Veículos Similares – SINFAVEA.

13466

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Proposta de alterações para elaboração do Código Nacional de Ocupação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.

13468

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Repúdio aos termos em que está proposto o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, relacionado à utilização da Base de Lan-

ça mentos de Alcântara/MA, celebrado em abril de 2000.	13470	das a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais – ONG's, realizadas em 9 e 22 de maio de 2001, respectivamente.	13474
SENADOR ROMERO JUCÁ – Importância do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o desenvolvimento brasileiro. Cumprimentos ao Dr. Sérgio Beserman Viana e à equipe envolvida na realização do Censo 2000.	13471	5 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 77, de 2001.	13522
2.3.4 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	13472	6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nº 1.116, de 2001, referente ao servidor Carlos Martino Martins.	13522
2.4 – ENCERRAMENTO		Nºs 1.117 a 1.120, de 2001.	13523
3 – EMENDA Nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 10, de 2001-CN (Mensagem nº 315, de 2001-CN, nº 495/2001, na origem).	13473	Nº 1.121, de 2001, referente à servidora Maria Elisa Borges Jevaux.	13525
4 – ATAS DE COMISSÃO 2ª e 3ª Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito criada através do Requerimento nº 22, de 2001-SF, destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais – ONG's, realizadas em 9 e 22 de maio de 2001, respectivamente.		Nº 1.122, de 2001.	13525
		Nº 1.123, de 2001, referente à servidora Patrícia Sant'Clair da Silveira.	13526
		7 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)	
		8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA A REALIZAR-SE NO DIA 27 DO CORRENTE MÊS, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIÇÃO DO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 210, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Universidade Santa Cecília – Unisantia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos, Estado de São Paulo.....	13336
Nº 211, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinas, Estado de Minas Gerais.	13336
Nº 212, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural José Ribeiro da Cunha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montividiu, Estado de Goiás.	13336
Nº 213, de 2001, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Oito de Setembro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.	13336

SENADO FEDERAL

2– ATA DA 74ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE JUNHO DE 2001

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 150, de 2001 (nº 567/2001, na origem), de 13 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 5, de 2001-CN, que abre ao

Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito suplementar no valor de R\$14.674.000,00 (quatorze milhões, seiscentos e setenta e quatro mil reais), para reforço de dotações consignadas do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.238, de 13 de junho de 2001.

13337

Nº 151, de 2001 (nº 568/2001, na origem), de 13 do corrente, restituindo autógrafos do

Projeto de Lei nº 9, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R\$384.110.711,00 (trezentos e oitenta e quatro milhões, cento e dez mil, setecentos e onze reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente; sancionado e transformado na Lei nº 10.239, de 13 de junho de 2001.....

13337

Nº 152, de 2001 (nº 569/2001, na origem), de 13 do corrente, restituído do autógrafos do Projeto de Lei nº 12, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento; sancionado e transformado na Lei nº 10.240, de 13 de junho de 2001.....

13337

2.2.2 – Offícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 237/2001, de 13 do corrente, encaminhado do autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2000-Complementar (nº 8/99-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001.....

13337

Nº 238/2001, de 13 do corrente, encaminhado do autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2000 (nº 3.275/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas, sancionado e transformado na Lei nº 10.217, de 11 de abril de 2001.....

13338

Nº 239, de 2001, de 13 do corrente, encaminhado do autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, sancionado e transformado na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.....

13338

2.2.3 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2001 (nº 3.999/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a

instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

13338

2.2.4 – Pareceres

Nº 592, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 136, de 2001 (nº 525/2001, na origem), do Senhor Presidente da República, que solicita autorização do Senado Federal para contratar de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 404.040.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. (**Projeto de Resolução nº 26, de 2001**)

13347

Nº 593, de 2001, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar (nº 195/2001-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências, e sobre as Emendas nºs 1 a 8, oferecidas nos termos regimentais.

13349

2.2.5 – Comunicações da Presidência

Término de prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da Capital Federal e dá outras providências, rejeitada terminativamente pela Comissão de Educação. Ao Arquivo.

13355

Término de prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 672, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre o comércio eletrônico, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. À Câmara dos Deputados.....

13355

2.2.6 – Offícios

Nºs 861, 867 e 901/2001, de 12 e 19 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar PFL/PST na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 2.146-2, 2.153-2 e 2.093-26, de 2001, respectivamente.....

13355

2.2.7 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

Nº 15, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador João Alberto Souza, que altera o

art. 128 da Constituição para de terminar a indicação do Procurador-Geral da República dentre os integrantes da lista tríplice escolhida pelos membros do Ministério Público Federal, mediante eleição. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 13356

Nº 16, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Santos, que submete o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos princípios da anterioridade e da legalidade. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 13358

2.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO SOUTO – Elo gioso à iniciativa do governo federal de implantar a segunda fase do Programa de Financiamento ao Turismo no Nordeste – PRODETUR II. 13361

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Registro de sua participação na conferência da ONU sobre o problema habitacional urbano, realizada em Nova Iorque, entre os últimos dias 6 a 8 do corrente. 13364

SENADOR PAULO HARTUNG – Discussão sobre os rumos do Mercosul e a formação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. 13428

SENADOR RAMEZ TEBET – Discurso de despedida da Casa, tendo em vista que assumirá o cargo de Ministro da Integração Nacional. 13433

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Associando-se à manifestação de respeito prestada ao Senador Ramez Tebet. 13450

2.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 320, de 2001, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar (nº 195/2001-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências. Será votado após a Ordem do Dia. 13450

2.2.10 – Comunicação da Presidência

Incluem na Ordem do Dia da sessão de deliberativa ordinária de amanhã, do Projeto de Resolução nº 26, de 2001, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, resultante de parecer lido anteriormente, quando poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. 13451

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 3.532/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (incluindo a figura do contador como autor do crime de falsos testemunho ou falsificação, bem como exacerbandos as penas impostas ao referido crime). **Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CCJ), e o art. 2º do projeto, destacado.** À Comissão Diretora para redação do vencido para o turno suplementar. 13451

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (**Parecer nº 594, de 2001-CDIR**). **Aprovado**, em turno suplementar. À Câmara dos Deputados. 13452

Item 3 (Preferência aprovada, nos termos do Requerimento nº 322, de 2001)

Mensagem nº 112, de 2001 (nº 340/2001, na origem), de 18 de abril do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Pedro Luiz Carneiro de Mendonça*, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles e à República Democrática de Madagascar. **Aprovado o Parecer nº 595, de 2001**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, lido nesta oportunidade. (Votação nominal e secreta) 13453

Item 4 (Preferência aprovada, nos termos do Requerimento nº 322, de 2001)

Mensagem nº 129, de 2001 (nº 476/2001, na origem), de 24 de maio do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Elim Saturnino Ferreira Dutra*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia. **Aprovado o Parecer nº 596, de 2001**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, lido nesta oportunidade. (Votação nominal e secreta) 13454

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Peeres, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. **Votação em primeiro**

turno adiada para o próximo dia 26 do corrente, nos termos do Requerimento nº 323, de 2001.....

13456

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que altera o art. 75 da Constituição Federal, para facultar a nomeação de membros das Cortes de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios através de concurso público. **Não houve oradores** na primeira sessão de discussão, em primeiro turno.

13457

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2000 (nº 128/95, na Câmara dos Deputados), que altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados). **Discussão em primeiro turno adiada** para o dia 29 de agosto próximo, nos termos do Requerimento nº 324, de 2001.....

13457

Item 7

Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Caracará-RR). **Aprovado com adequação** do art. 6º à Lei Complementar nº 95, de 1998. À Comissão Diretora para redação final

13457

Item 8

Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2000 (nº 531/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Regional Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. **Aprovado com a Emenda nº 1-CE, de redação.** À Comissão Diretora para redação final.

13458

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2000 (**Parecer nº 597, de 2001-CDIR**). **Aprovada.** À promulgação.....

13459

Item 9

Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2000 (nº 549/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Poço das Trincheiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trincheiras, Estado de Alagoas. **Aprovado.** À promulgação.

13459

Item 10

Requerimento nº 272, de 2001, do Senador Ney Suassuna, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 12, de 2001, de sua autoria. **Aprovado.** Ao Arquivo.

13460

Item 11

Requerimento nº 273, de 2001, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2000-Complementar, de sua autoria.

Aprovado. Ao Arquivo.....

13460

2.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997 (**Parecer nº 598, de 2001-CDIR**) **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 326, de 2001. À Câmara dos Deputados.

13460

Requerimento nº 320, de 2001, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**, após usar da palavra o Senador Romero Jucá. O Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar, constará da Ordem do Dia de amanhã, conforme acordo das Lideranças.

13461

2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA EMILIA FERNANDES – Registro da realização de reunião do Parlatino, nos dias 4 e 5 últimos, em Havana-Cuba.

13461

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Anúncio ao Plenário que manterá sigilo acerca do nome da testemunha sobre vazamento de informação privilegiada do Banco Central.

13463

SENADOR NEY SUASSUNA – Preocupação com o atraso no envio de carros-pipa às cidades paraibanas atingidas pela seca. Considerações sobre a onda de "de nuncismos".

13464

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Satisfação pela aprovação, na presente sessão, do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Caracará, em Roraima.

13466

2.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMEU TUMA – Registro da posse da nova diretoria da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea e do Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões e Veículos Similares – SINFAVEA.

13466

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Proposta de diretrizes para elaboração do Código Nacional de Ocupação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.

13468

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Repúdio aos termos em que está proposto o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado entre o Brasil e os Estados Unidos da América, relacionado à utilização da Base de Lan-

ça mentos de Alcântara/MA, celebrado em abril de 2000.	13470	das a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais – ONG's, realizadas em 9 e 22 de maio de 2001, respectivamente.	13474
SENADOR ROMERO JUCÁ – Importância do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o desenvolvimento brasileiro. Cumprimentos ao Dr. Sérgio Beserman Viana e à equipe envolvida na realização do Censo 2000.	13471	5 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL Nº 77, de 2001.	13522
2.3.4 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.	13472	6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL Nº 1.116, de 2001, referente ao servidor Carlos Martino Martins.	13522
2.4 – ENCERRAMENTO		Nºs 1.117 a 1.120, de 2001.	13523
3 – EMENDA Nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 10, de 2001-CN (Mensagem nº 315, de 2001-CN, nº 495/2001, na origem).	13473	Nº 1.121, de 2001, referente à servidora Maria Elisa Borges Jevaux.	13525
4 – ATAS DE COMISSÃO 2ª e 3ª Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito criada através do Requerimento nº 22, de 2001-SF, destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais – ONG's, realizadas em 9 e 22 de maio de 2001, respectivamente.		Nº 1.122, de 2001.	13525
		Nº 1.123, de 2001, referente à servidora Patrícia Sant'Clair da Silveira.	13526
		7 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)	
		8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 210, DE 2001

Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Santa Cecília – Unisanta para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 321, de 21 de dezembro de 1998, que outorga permissão à Universidade Santa Cecília – UNISANTA para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de junho de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão De Salinas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 144, de 2 de setembro de 1999, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de junho de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 212, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural José Ribeiro da Cunha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montividiu, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 145, de 2 de setembro de 1999, que autoriza a Associação Cultural José Ribeiro da Cunha a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montividiu, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de junho de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2001

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Oito de Setembro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 4, de 4 de fevereiro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 11 de dezembro de 1995, a concessão da Rádio Oito de Setembro Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de junho de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 74ª Sessão Deliberativa Ordinária em 19 de junho de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jader Barbalho, Edison Lobão e Mozaril do Cavalcanti

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Bezerra – Fernando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Coelho – José Eduardo Dutra – José Fogaça – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Mariana Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozaril do Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Nova da Costa – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Roquem Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amarel – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, de claro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

— Nº 150, de 2001 (nº 567/2001, na origem), de 13 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 5, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, créditos suplementar no valor de quatorze milhões, setecentos e setenta e quatro mil reais, para reforço de dotações consignadas do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.238, de 13 de junho de 2001;

— Nº 151, de 2001 (nº 568/2001, na origem), de 13 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 9, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de trezentos e oitenta e quatro milhões, cento e dez mil, setecentos e onze reais, para reforço de dotações constantes do orçamento vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.239, de 13 de junho de 2001; e

— Nº 152, de 2001 (nº 569/2001, na origem), de 13 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 12, de 2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, crédito suplementar no valor de trinta milhões de reais, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento, sancionado e transformado na Lei nº 10.240, de 13 de junho de 2001.

OFÍCIOS

DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 237/2001, de 13 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2000-Complementar (nº 8/99-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a relação entre a União, os

Esta dos, o Dis tri to Fe de ral e os Mu ni cí pi os, suas au tar quias, fun da ções, so cie da des de eco no mia mista e ou tras en ti da des pú bli ca e suas res pec ti vas en ti da des fe cha das de pre vi dên cia com ple men tar; e dá ou tras pro vi dên cias, sanc io na do e trans for ma do na Lei Com ple men tar nº 108, de 29 de ma io de 2001;

Nº 238/2001, de 13 do corrente,encaminhando autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2000 (nº 3.275/2000, na Casa de ori gem), de ini ci a ti vadoPresidente da Re pú bli ca, que al te ra os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que dis põe sobre a uti li za ção de mei os ope ra ci o nais para a pre ven ção e re pres são de a ções pra ti ca das por or ga ni za ções cri mi no sas, san ci o na do e trans for ma do na Lei nº 10.217, de 11 de abril de 2001; e

Nº 239, de 2001, de 13 do corrente, encaminha o autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e reorienta o modelo assistencial em saúde mental, sancionado e transformado na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

PROJETO RECEBIDO

DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2001

(Nº 3.999/2001, na Casa de origem)

De iniciativa do Presidente da República

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo.

Parágrafo único. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, os crimes a que a lei comina pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se inclui em na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I – referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e de marcação populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as de mandados sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II – sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III – para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV – que te nham como ob je to a im pug na ção da pena de de mis são im posta a ser vi do res pú b li cos ci vis ou de san ções dis ci pli na res ap li ca das a mi li ta res.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vencidas, para fins de competência do Juízo do Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, **caput**.

§ 3º No foro onde es ti ver ins ta la da Vara do Ju i zado

Especial, a sua competência é absoluta.

Art. 4º O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

Art. 5º Exceto nos casos do art. 4º, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

I – como autores, as pessoas físicas e as micro-empresas e empresas de pequeno porte, assim de finidas na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

II – como rés, a União, au tar qui as, fun da ções e empresas públicafederais.

Art. 7º As citações e intimações da União serão feitas na forma prevista nos arts. 35 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. A citação das autarquias, fundações e empresas públicas será feita na pessoa do representante máximo da entidade, no local onde proposta a causa, quando ali instalado seu escritório ou representação; se não, na sede da entidade.

Art. 8º As partes serão intimadas da sentença, quando não proferida esta na audiência em que estiver presente seu representante, por ARMP (Aviso de Recebimento em Mão Própria).

§ 1º As demais intimações das partes serão feitas na pessoa dos advogados ou dos Procuradores

que oficiem nos respectivos autos, pessoalmente ou por via postal.

§ 2º Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico.

Art. 9º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 10. As partes poderão signar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

Parágrafo único. Os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, bem como os indicados na forma do **caput**, ficam autorizados a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais Federais.

Art. 11. A entidade pública deverá fornecer ao Juizado a documentação de que dispunha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instauração da audiência de conciliação.

Parágrafo único. Para a audiência de composição dos danos resultantes de ilícito criminal (arts. 71, 72 e 74 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995), o representante da entidade que comparecer terá poderes para acordar, desistir ou transigir, na forma do art. 10.

Art. 12. Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até cinco dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.

§ 1º Os honorários do técnico serão antecipados à conta de verba orçamentária do respectivo Tribunal e, quando vencida na causa a entidade pública, seu valor será incluído na ordem de pagamento a ser feita em favor do Tribunal.

§ 2º Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, havendo designação de exame, serão as partes intimadas para, em dez dias, apresentar quesitos e indicar assistentes.

Art. 13. Nas causas de que trata esta lei, não haverá exame necessário.

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião

conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de Turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

§ 3º A reunião de juízes domiciliados em cidades diferentes será feita pela via eletrônica.

§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça-STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

§ 5º No caso do § 4º, presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 6º Eventuais pedidos de uniformização idênticos, recebidos subsequentemente em quaisquer Turmas Recursais, ficarão retidos nos autos, aguardando-se pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça.

§ 7º Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.

§ 8º Decorridos os prazos referidos no § 7º, o relator incluirá o pedido em pauta na Seção, com preferência sobre todos os demais feitos, ressalvados os processos com réus presos, os **habeas corpus** e os mandados de segurança.

§ 9º Publicado o acórdão respectivo, os pedidos retidos referidos no § 6º serão apreciados pelas Turmas Recursais, que poderão exercer juízo de retratação ou de clará-los prejudicados, se veicular em tese não acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça.

§ 10. Os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição dos órgãos e os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização e do recurso extraordinário.

Art. 15. O recurso extraordinário, para os efeitos desta lei, será processado e julgado segundo o esta-

belecido nos §§ 4º a 9º do art. 14, além da ob ser vância das nor mas do Re gi men to.

Art. 16. O cum pri men to do acor do ou da sen ten ça, com trãnsito em julgado, que imponham obriga ção de fazer, não fazer ou entrega de co i sa certa, será efetuado me di an te ofí cio do Juiz à au to ri da de ci ta da para a ca u sa, com có pia da sen ten ça ou do acor do.

Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trãnsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, con ta dos da en tre ga da re qui si ção, por or dem do Juiz, à au to ri da de ci ta da para a ca u sa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.

§ 1º Para os efe i tos do § 3º do art. 100 da Cons tituição Federal, as obriga ções ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de pre catório, te rão co mo li mi te o mes mo va lo res ta be le ci do nesta lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, **caput**).

§ 2º De sa ten di da a re qui si ção ju di ci al, o Juiz de terminará o seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.

§ 3º São vedados o fracionamento, repartição ou que bra do va lo ra da exe cu ção, de modo que o pa ga men to se fa ça, em parte, na for ma es ta be le ci da no § 1º deste artigo, e, em parte, me di an te ex pe di ção do precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do va lo ra pa go.

§ 4º Se o va lo ra da exe cu ção ul tra pas sar o es ta be le ci do no § 1º, o pagamento far-s-á, sempre, por meio do pre catório, sen do fa cul ta do à parte exe quente a re nún cia ao cré di to do va lo re ex ce den te, para que pos sa op tar pelo pa ga men to do sal do sem o pre ca tório, da for ma lá pre vi sta.

Art. 18. Os Juizados Especiais serão instalados por de ci são do Tri bu nal Re gi o nal Fe de ral. O Juiz presidente do Juizado designará os conciliadores pelo pe rí o do de dois anos, ad mi ti da a re con du ção. O ex er cí cio dessas funções será gratuito, assegurados os direitos e prerrogativas do jurado (art. 437 do Có di go de Pro ces so Pe nal).

Parágrafo único. Serão instalados Juizados Especiais Adjuntos nas localidades cujo movimento forense não justifique a existência de Juizado Especial, cabendo ao Tri bu nal de sig nar a Vara onde func io na rá.

Art. 19. No pra zo de seis me ses, a con tar da pu bli ca ção des ta lei, de ver ão ser instalados os Juizados Especiais nas capitais dos Estados e no Distrito Federal.

Parágrafo único. Na ca pi tal dos Esta dos, no Dis tri to Fe de ral e em outras ci da des onde for ne ces sá rio,

nes te úl ti mo caso, por de ci são do Tri bu nal Re gi o nal Federal, serão instalados Juizados com competência exclusiva para ações previdenciárias.

Art. 20. Onde não hou ver Vara Fe de ral, a ca u sa poderá ser proposta no Juizado Especial Federal mais próximo do foro definido no art. 4º da Lei nº 9.099, de 26 de se tem bro de 1995, ve da da a apli ca ção des ta lei no ju í zo es ta du al.

Art. 21. As Tur mas Re cur sa is se rão ins ti tu í das por de ci são do Tri bu nal Re gi o nal Fe de ral, que de fi ni rá sua com po si ção e área de com pe tência, po den do abran ger mais de uma se ção.

§ 1º Não será permitida a recondução, salvo quan do não hou ver ou tro juiz na sede da Tur ma Re cur sal ou na Re gião.

§ 2º A de sig na ção dos ju í zes das Tur mas Re cur sa is ob de ce rá aos crité rios de anti güi da de e me re ci men to.

Art. 22. Os Juizados Especiais serão co or de na dos por Juiz do respectivo Tri bu nal Re gi o nal, es col hi do por seus pa res, com man da to de dois anos.

Parágrafo único. O Juiz Federal, quando o ex i gi rem as circun stân cias, poderá de ter mi nar o func io na men to do Juizado Especial em ca rá ter itine ran te, me di an te au to ri za ção pré via do Tri bu nal Re gi o nal Fe de ral, com an te ce dên cia de dez dias.

Art. 23. O Conselho da Justiça Federal poderá li mi tar, por até três anos, con ta dos a par tir da pu bli ca ção des ta lei, a com pe tência dos Juizados Especiais Cíveis, atenden do à ne ces si da de da or ga ni za ção dos serviços judiciários ou administrativos.

Art. 24. O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Jus ti ça Fe de ral e as Es co las de Ma gis tratura dos Tribunais Regionais Federais criarão programas de informática necessários para subsidi ar a ins tru ção das ca u sas sub me ti das aos Juizados e promoverão cursos de aperfeiçoamento destina dos aos seus magist rados e servi do res.

Art. 25. Não serão remetidas aos Juizados Especiais as demandas ajuizadas até a data de sua instalação.

Art. 26. Com pe ti rá aos Tri bu na is Re gi o na is Fe de rai s prestar o suporte administrativo necessário ao func io na men to dos Juizados Especiais.

Art. 27 Esta lei en tra em vi gor seis me ses após a data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 3.999, DE 2001
(Do Poder Executivo)

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com a presente lei, o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo.

Parágrafo único. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

a) referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e de marcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

b) sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

c) para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

d) sobre sanção disciplinar a servidor público civil e militar.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, **caput**.

§ 3º No foro onde estiver instalada a Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

Art. 4º O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

Art. 5º Exceto nos casos do art. 4º e da decisão que inadmitir recurso (art. 13, **caput**), somente será admitido recurso de sentença definitiva.

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

II – como réus, a União, as autarquias, as fundações e empresas públicas federais.

Art. 7º As citações e intimações da União serão feitas na forma prevista nos arts. 35 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. A citação das autarquias, fundações e empresas públicas será feita na pessoa do representante máximo da entidade, no local onde proposta a causa, quando ali instalado seu escritório ou representação; se não, na sede da entidade.

Art. 8º As autarquias, fundações e empresas públicas federais serão intimadas da sentença, quando não profiri-la esta na audiência em que estiver presente seu representante, por ARMP (Aviso de Recebimento Em Mão Própria).

§ 1º As demais intimações das partes serão feitas na pessoa dos advogados ou dos Procuradores que oficiem nos respectivos autos, pessoalmente ou por via postal.

§ 2º Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico.

Art. 9º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 10. A entidade citada poderá designar, por escrito, representante para a causa, advogado ou não.

Parágrafo único. Os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, bem como os indicados na forma do **caput**, ficam autorizados a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais Federais.

Art. 11. A entidade pública será obrigada a fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a intimação da audiência de conciliação.

Parágrafo único. Para a audiência de composição dos danos resultantes de ilícito criminal (arts. 71, 72 e 74 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995), o representante da entidade que comparecer terá poderes para acordar, desistir ou transigir, na forma do art. 10.

Art. 12. Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz

nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até cinco dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.

§ 1º Os honorários do técnico serão antecipados à conta de verba orçamentária do respectivo Tribunal e, quando vencida na causa a entidade pública, seu valor será incluído na ordem de pagamento a ser feita em favor do Tribunal.

§ 2º Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, havendo designação de exame, serão as partes intimadas para, em dez dias, apresentar quesitos e indicar assistentes.

Art. 13. O Juiz não admitirá recurso contra sentença fundada em súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. Nas causas de que trata esta lei, não haverá exame necessário.

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei, bem assim nas hipóteses em que a decisão esteja em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juizes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

§ 3º A reunião de juízes domiciliados em cidades diversas será feita pela via eletrônica.

§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante do STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação do STJ, que conferirá ao preceito questionado a interpretação a ser observada.

§ 5º No caso do parágrafo anterior, presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 6º Eventuais pedidos de uniformização idênticos, recebidos subsequentemente em quaisquer Tur-

mas Recursais, ficarão retidos nos autos, aguardando-se pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça.

§ 7º Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.

§ 8º Decorridos os prazos referidos no parágrafo anterior, o relator incluirá o pedido em pauta na Seção, com preferência sobre todos os demais feitos, ressalvados os processos com réus presos, **os habeas corpus** e os mandados de segurança.

§ 9º Publicado o acórdão respectivo, os pedidos retidos referidos no § 6º serão apreciados pelas Turmas Recursais, que poderão exercer juízo de retratação ou de clará-los prejudicados, se veicularem, tese não acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça.

§ 10º Os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição dos órgãos e os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização e do recurso extraordinário.

Art. 15. O recurso extraordinário será cabível nas hipóteses previstas na Constituição Federal, e, para os efeitos desta lei, seu processamento e julgamento submeter-se-ão às normas e princípios estabelecidos nos §§ 4º a 9º do art. 14, conforme disposto em Regimento.

Art. 16. O cumprimento do acórdão ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa, será efetuado mediante ofício do Juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acórdão.

Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.

§ 1º Para os efeitos do § 3º do art. 100, da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, **caput**).

§ 2º Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.

§ 3º São vedados o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no § 1º deste artigo, e em parte, mediante expedição de precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago.

§ 4º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no § 1º, o pagamento far-se-á, sem pre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista.

Art. 18. Os Juizados Especiais serão instalados por decisão do Tribunal Regional Federal. O Juiz presidente do Juizado designará os conciliadores pelo período de dois anos, admitida a recondução. O exercício dessas funções será gratuito, assegurados os direitos e prerrogativas do jurado (art. 437 do Código de Processo Penal).

Parágrafo único. Serão instalados Juizados Especiais Adjuntos nas localidades cujo movimento forense não justifique a existência de Juizado Especial, cabendo ao Tribunal designar a Vara onde funcionarão.

Art. 19. No prazo de seis meses, a contar da publicação desta lei, deverão ser instalados os Juizados Especiais nas capitais dos Estados e no Distrito Federal.

Parágrafo único. Na capital dos Estados, no Distrito Federal e em outras cidades onde for necessário, neste último caso, por decisão do Tribunal Regional Federal, serão instalados Juizados com competência exclusiva para ações previdenciárias.

Art. 20. Onde não houver Vara Federal, a causa poderá ser proposta no Juizado Especial Federal mais próximo do foro definido no art. 4º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, vedada a aplicação desta lei no juízo estadual.

Art. 21. As Turmas Recursais serão instituídas por decisão do Tribunal Regional Federal, que definirá sua composição e área de competência, podendo abranger mais de uma seção.

§ 1º Não será permitida a recondução, salvo quando não houver outro juiz na sede da Turma Recursal ou na Região.

§ 2º A designação dos juízes das Turmas Recursais obedecerá aos critérios de antiguidade e merecimento.

Art. 22. Os Juizados Especiais serão coordenados por Juiz do respectivo Tribunal Regional, escolhido por seus pares, com mandato de dois anos.

Parágrafo único. O Juiz Federal, quando o exigir as circunstâncias, poderá determinar o funcionamento do Juizado Especial em caráter itinerante, mediante autorização prévia do Tribunal Regional Federal, com antecedência de dez dias.

Art. 23. O Conselho da Justiça Federal poderá limitar, por até três anos de posse de sua instalação, a competência dos Juizados Especiais Cíveis, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários ou administrativos.

Art. 24. O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e as Escolas de Magistrados dos Tribunais Regionais Federais criarão programas de informática necessários para subsidiar a instrução das causas submetidas aos Juizados e promoverão cursos de aperfeiçoamento destinados aos seus magistrados e servidores.

Art. 25. Não serão remetidas aos Juizados Especiais as demandas ajuizadas até a data de sua instalação.

Art. 26. Competirá aos Tribunais Regionais Federais prestar o suporte administrativo necessário ao funcionamento dos Juizados Especiais.

Art. 27. Esta lei entrará em vigor seis meses após a data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 21

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal”.

Brasília, 12 de janeiro de 2001. — **Fernando Henrique Cardoso.**

EM/MJ/Nº 9

Brasília, 11 de janeiro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência, o anexo projeto de lei que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

2. A Emenda Constitucional nº 22, de 1999, acrescentou parágrafo único ao art. 98 da Magna Carta com o propósito de que lei federal disponha sobre a cri

ação dos Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal, de modo que as lides de menor potencial econômico ou ofensivo possam ser resolvidas rapidamente com maior agilidade e baixo custo, fazendo com que a primeira instância federal siga o exemplo da bem sucedida experiência dos Juizados Especiais Estaduais criados pela Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e de outras providências.

3. O Senhor Presidente do Superior Tribunal de Justiça – STJ, Ministro Paulo Costa Leite, visando implementar mencionada disposição constitucional, encaminhou ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República proposta de lei resultante do trabalho da

Comissão integrada pelos Senhores Ministros Fontes de Alencar, Ruy Rosado de Aguiar, José Arnaldo da Fonseca, Sálvio de Figueiredo, Ari Paragendler e Fátima Nancy, cujo texto foi aprovado pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Plenário da quebra Corte.

4. A Comissão constituída pelos Senhores Ministros do Superior Tribunal de Justiça pretendeu, com o anteprojeto apresentado, simplificar o exame dos processos de menor expressão econômica “facilitando o acesso à Justiça e o ressarcimento das partes menos favorecidas nas disputas contra a União, autarquias, fundações, e empresas públicas federais, pois a solução de tais litígios dar-se-á rapidamente, e sem a necessidade de precatórios para a quitação dos eventuais débitos” e, no que concerne ao âmbito penal, destaca que serão julgadas as infrações de menor potencial ofensivo, ou seja, os crimes a que a lei comina pena máxima privativa de liberdade não superior a dois anos, ou pena de multa.

5. Como um dos pontos positivos mencionada iniciativa convida a considerar que ela pode ter o condão de facilitar, sobremaneira, a tramitação das causas previdenciárias.

6. Cabe colocar, com todo relevo, que a proposição desafogará a Justiça Federal de primeiro e segundo grau e “propiciará o atendimento da enorme demanda reprimida dos cidadãos, que hoje não podem ter acesso à prestação jurisdicional por fatores de custos, ou a ela não recorrem pela reconhecida morosidade decorrente do elevado número de processos em tramitação como bem faz ver a Comissão do STJ, no trecho ora transcrita.

7. Por meio da Portaria Interministerial nº 5, de 27 de setembro de 2000, foi constituída uma Comissão de Trabalho integrada por servidores da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Justiça, da Se-

cretaria do Tesouro Nacional, da Secretaria de Orçamento Federal e do Instituto Nacional do Seguro Social, com o objetivo de promover estudos acerca do anteprojeto de lei do Superior Tribunal de Justiça para, entre outros estudos, examinar o impacto da proposta nas áreas orçamentária e financeira, e os procedimentos a serem adotados para a sua viabilização na prática, tais a previsão orçamentária, sistematização de inclusão no orçamento, forma de liberação e o pagamento.

8. A Comissão de Trabalho houve por bem sugerir modificações no anteprojeto do STJ, destacando-se as que visam a manter a consistência da proposição com o texto da Lei nº 9.099, de 1995, inclusive no que concerne à reforma da Parte Geral do Código Penal; a determinação da forma de cálculo do valor da causa; a sanção aplicada a servidores civis e militares que, por sua própria natureza, deve ser excluída da competência do Juizado Especial Federal; a exclusão de entidades que não se caracterizam como hipossuficientes, tendo em vista a finalidade primordial da criação do Juizado; a possibilidade de realização de perícias tendo em vista serem fundamentais para o deslinde de causas previdenciárias e demais outras providências que têm o claro desiderato de agilizar a implementação dos Juizados Especiais Federais.

9. Temos a convicção, Senhor Presidente, que o projeto de lei ora submetido ao descorrido de Vossa Excelência tem a virtude de tornar factível a criação dos Juizados Especiais Federais, de modo que se possa cumprir o mister que norteia a concepção de mencionados órgãos jurisdicionais.

Respeitosamente. – **José Gregori**, Ministro de Estado da Justiça – **Gilmar Ferreira Mendes** – Advogado-Geral da União – **Waldeck Ornelas**, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(Documento assinado eletronicamente)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 100. A execução dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos de vícios pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, data em que terão atuado seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão executar a determinação de pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de preferência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo, relativamente à execução de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

* § 3º acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998.

.....

SEÇÃO IV
**Dos Tribunais Regionais Federais
e dos Juizes Federais**

.....

Art. 109. Aos juizes federais compete processar e julgar:

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

II – as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III – as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV – os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e

ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V – os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.

VI – os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

VII – os **habeas corpus**, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII – os mandados de segurança e os **habeas data** contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

IX – os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

X – os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o “exequatur”, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

XI – a disputa sobre direitos indígenas.

§ 1º As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

§ 2º As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, na que lá onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

§ 3º Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sem prejuízo da comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sem prejuízo do Tribunal Regional na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

.....

**LEI COMPLEMENTAR Nº 73
DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993**

Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.**TÍTULO IV****Das Citações, das Intimações e das Notificações**

Art. 35. A União é citada nas causas em que seja interessada, na condição de autora, ré, assistente, oponente, recorrente ou recorrida, na pessoa:

I – do Advogado-Geral da União, privativamente, nas hipóteses de competência do Supremo Tribunal Federal;

II – do Procurador-Geral da União, nas hipóteses de competência dos tribunais superiores;

III – do Procurador-Regional da União, nas hipóteses de competência dos demais tribunais;

IV – do Procurador-Chefe ou do Procurador-Seccional da União, nas hipóteses de competência dos juízes de primeiro grau.

Art. 36. Nas causas de que trata o art. 12, a União será citada na pessoa:

I – (Vetado);

II – do Procurador-Regional da Fazenda Nacional, nas hipóteses de competência dos demais tribunais;

III – do Procurador ou Chefe ou do Procurador-Seccional da Fazenda Nacional nas hipóteses de competência dos juízes de primeiro grau.

Art. 37. Em caso de ausência das autoridades referidas nos artigos 35 e 36, a citação se dará na pessoado substituto eventual.

Art. 38. As intimações e notificações são feitas na pessoa do Advogado da União ou do Procurador da Fazenda Nacional que officie nos respectivos autos.

**DECRETO-LEI Nº 3.689
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941****Código de Processo Penal****LIVRO II****Dos Processos em Espécie****TÍTULO I****Do Processo Comum****CAPÍTULO II****Do Processo dos Crimes da
Competência do Júri****SEÇÃO II****Da Função do Jurado**

Art. 437. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo, bem como preferência, em igualdade de condições, nas concorrências públicas.

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995**Dispõe sobre os Juizados Especiais
Cíveis e Criminais e dá outras providências.****CAPÍTULO I****Dos Juizados Especiais Cíveis****SEÇÃO I****Da Competência**

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juízo do foro:

I – do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividade profissional ou econômica ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II – do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III – do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

CAPÍTULO III**Dos Juizados Especiais Criminais****SEÇÃO II****Da Fase Preliminar**

Art. 71. Na falta do comparecimento de qualquer dos envolvidos, a Secretaria providenciará sua intimação e, se for o caso, a do responsável civil na forma dos Artigos 67 e 68 desta Lei.

Art 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia a título de ser executado no juízo civil competente.

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o Regime Tributário das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PARECERES

PARECER Nº 592, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 136, de 2001 (nº 525/2001, na origem) do Senhor Presidente da República, que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Relator: Senador José Fogaça

I – Relatório

O Senhor Presidente da República, no termos do artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, enviou

a esta Casa a Mensagem nº 136, de 2001 (Mensagem nº 525, de 6-6-01, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro – FSAL, em reconhecimento da implementação das reformas estruturais das áreas financeiras e de mercado de capitais, com as seguintes características:

a) devedor: República Federativa do Brasil;

b) valor pretendido: US\$ 404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

c) juros: a uma taxa variável igual à Libor semestral para dólares dos Estados Unidos, pagáveis semestralmente, em 15-1 e 15-7 de cada ano;

d) Carência: 60 (sessenta) meses, contados de 15-7-01;

e) Pagamento do Principal: em 14 (quatorze) parcelas semestrais e consecutivas, vencíveis em 15-1 e 15-7 de cada ano, sendo a primeira em 15-7-2006;

f) vigência do contrato: a partir da data de sua assinatura;

g) "Front-end-Fee": limitada a 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, pagável após a efetivação do contrato;

h) comissão de compromisso: limitada a 0,85% (oitenta e cinco centésimos percentuais) por ano, sobre o saldo não desembolsado, até o quarto aniversário e a 0,75% (setenta e cinco centésimos percentuais) por ano a partir de então, pagável semestralmente, juntamente com os juros.

O mutuário é a República Federativa do Brasil, sendo o Ministério da Fazenda responsável pelos compromissos e a gestão dos projetos que integram a presente operação de crédito.

Traça-se de operação de crédito a ser contratada dentro da estratégia de equilíbrio macroeconômico do Governo Federal, cujos recursos passarão a compor as reservas externas do país e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros exter-

nos da República, o que permitirá um ganho fiscal adicional.

Aplicam-se a esta operação os limites estabelecidos pela Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal. Conforme levantamento realizado pela Secretaria do Tesouro, há margens nos limites de endividamento da União para a contratação da presente operação de crédito. Acompanha o pedido o Parecer STN/COREF/DIREF nº 187, de 25 de maio de 2001 da Secretaria do Tesouro Nacional que se manifestou favoravelmente à contratação da operação de crédito em análise.

O Parecer PGFN/COF nº 1.037/2001, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, constatou que foram cumpridas as formalidades prévias à contratação estabelecidas na Constituição Federal e pelo Senado Federal, bem como as determinações da Comissão de Controle Fiscal e de mais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.

Segundo ainda a Procuradoria da Fazenda Nacional, a minuta contratual contém cláusulas admissíveis segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96/89, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

O Banco Central do Brasil, na forma da legislação pertinente, credenciou a República Federativa do Brasil/Ministério da Fazenda a negociar a operação de crédito em tela, conforme evidencia o ofício DECEC/DIOPE/SUAPE-2001/117 daquele órgão.

É o relatório.

II – Voto

A análise da documentação apresentada pelo Governo Federal confirmou o atendimento de todas as condições impostas pela Constituição, bem como pelo Senado Federal e pelos demais instrumentos legais.

As condições financeiras encontram-se plenamente compatíveis com o mercado internacional, não havendo o que se opor quanto às mesmas ou quanto às cláusulas contratuais uma vez que estas e aquelas estão de acordo com as regras internacionais aceitas.

No que diz respeito ao mérito do pedido, trata-se de operação de crédito na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro — FSAL, em reconhecimento da implementação das reformas estruturais das áreas financeiras e de mercado de capitais.

Assim sendo, em não existindo vícios de natureza constitucional ou legal, concluímos pela aprovação do pleito no termos do seguinte projeto de resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26 , DE 2001

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E a União autoriza, nos termos do artigo 52, inciso V, da Constituição Federal e no termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro — FSAL.

Art. 2º A operação de crédito mencionada no artigo anterior apresenta as seguintes características financeiras:

I – *devedor*: República Federativa do Brasil;

II – *valor pretendido*: US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

III – *juros*: a uma taxa variável igual a Libor semestral para dólares dos Estados Unidos da América, pagáveis semestralmente, em 15-1 e 15-7 de cada ano;

IV – *Carência*: 60 (sessenta) meses, contados de 15-7-01;

V – *pagamento do principal*: em 14 (quatorze) parcelas semestrais e consecutivas, vencíveis em 15-1 e 15-7 de cada ano, sendo a primeira em 15-7-2006;

VI – *vigência do contrato*: a partir da data de sua assinatura;

VII – *"Front-end-Fee"*: limitada a 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, pagável após a efetivação do contrato;

VIII – *comissão de compromisso*: limitada a 0,85% (oitenta e cinco centésimos percentuais) por ano, sobre o saldo não desembolsado, até o quarto aniversário e a 0,75% (setenta e cinco centésimos percentuais) por ano a partir de então, pagável semestralmente, juntamente com os juros.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de junho de 2001 – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **José Fogaça**, Relator – **Jorge Bornhausen** – **Romero Jucá** – **Francelino Pereira** – **Lúdio Coelho** – **Bello Parga** – **Arlindo Porto** – **Roberto Saturnino** – **Pedro Piva** – **Paulo Hartung** – **Paulo Souto** – **Gerado Melo** – **José Eduardo Dutra** – **Jonas Pinheiro** – **Carlos Bezerra** – **Freitas Neto** – **Moreira Mendes**.

PARECER Nº 593, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001 – Complementar (nº 195, de 2001 – Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências, e sobre as Emendas nºs 1 a 8, oferecidas nos termos regimentais

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

Encaminhado a esta Casa para apreciação, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001 – Complementar, ementado à epígrafe, institui contribuições sociais visando à complementação de atualização monetária nos saldos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à consequente autorização de créditos nas contas vinculadas desse Fundo.

Tal complementação é decorrente das perdas dos trabalhadores ocorridas na implementação dos Planos Verão e Colô I, tendo em vista o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da procedência desse prejuízo, que, consoante disposições do

projeto sob análise, deverá ser coberto com recursos das seguintes fontes:

a) contribuição social a ser instituída, à alíquota de dez por cento sobre o montante dos débitos referentes ao FGTS, devida pelos empregadores no caso de despedida sem justa causa e destinada ao referido Fundo, isentos apenas os empregadores domésticos (art. 1º);

b) contribuição social a ser instituída, devida pelos empregadores durante o prazo de sessenta meses, à alíquota de cinco décimos por cento sobre a remuneração de cada trabalhador no mês anterior, isentos os empregadores domésticos, as empresas inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, cujo faturamento anual não ultrapasse o limite de R\$1.200.000,00, e as pessoas físicas em relação à remuneração de empregados rurais, cuja receita bruta anual não ultrapasse o limite de R\$1.200.000,00 (art. 2º);

c) utilização de parte das disponibilidades ora existentes no FGTS e contrapartida do Tesouro Nacional (estimada em cerca de seis bilhões de reais), que fica subsidiariamente obrigado à liquidação dos valores referidos no art. 4º, a serem creditados pela Caixa Econômica Federal – CEF nas contas vinculadas do Fundo e a expensas dele – à vista de termo de adesão do titular da conta (art. 6º) e, no caso de litígio judicial, transação homologada no juízo competente (art. 7º) –, como complemento de atualização monetária, até o montante da eventual diferença entre o valor arrecadado das contribuições sociais de que tratam os arts. 1º e 2º, e aquele necessário ao resgate dos compromissos assumidos (art. 12);

d) de ságio – correspondente à redução de oito, doze ou quinze por cento sobre o total do complemento de atualização monetária de valor acima de dois mil reais – concedido pelos trabalhadores mediante concordância expressa com as condições constantes de termo de adesão (art. 6º).

Por sua vez, o art. 3º do projeto estabelece que às contribuições sociais a serem instituídas pelos arts. 1º e 2º apliquem-se as normas legais atinentes ao FGTS, inclusive quanto a sujeição passiva e equiparações, prazo de recolhimento, administração, fiscalização, lançamento, consulta, cobrança, garantias e processo administrativo-fiscal; essas contribuições serão recolhidas na rede arrecadadora e transferidas à CEF, incorporando-se as respectivas receitas ao aludido Fundo.

O art. 5º assegura que os complementos de atualização monetária, a serem creditados pela CEF nas contas vinculadas consoante dispõe o art. 4º, serão remunerados com juro e correção monetária aplicáveis às contas do FGTS, até o dia 10 do mês subsequente ao da publicação da pretenção da Lei Complementar.

O art. 8º estende à movimentação do complemento de atualização monetária creditado na conta vinculada, as condições ora previstas na legislação do FGTS para movimentação da conta vinculada do trabalhador, inclusive nos casos em que o direito titular à movimentação da conta tenha sido implementado antes da publicação da Lei Complementar.

O art. 9º faculto o deferimento contábil, pelo prazo de até quinze anos a contar da publicação da Lei Complementar, das despesas com as obrigações decorrentes dos complementos de atualização monetária creditados aos trabalhadores na forma do art. 6º

O art. 10 determina que os bancos depositários das contas do FGTS no período dos Planos Verão e Collor I, ou seus sucessores, repassem à CEF, até 31 de janeiro de 2002, sob pena de multa, as informações cadastrais e financeiras necessárias ao cálculo das correções a que fazem jus os trabalhadores, na forma nos prazos estabelecidos pela referida Caixa. Dispõe, ainda, que os órgãos responsáveis pela auditoria integrada do FGTS examinarão e homologarão, no prazo de sessenta dias, o **software** a ser utilizado na validação dessas informações enviadas pelos bancos.

O art. 11 incumbe a CEF de, até 30 de abril de 2002, divulgar aos titulares de contas vinculadas os respectivos valores dos complementos de atualização monetária a que têm direito, com base nas informações cadastrais e financeiras transmitidas pelos bancos.

O art. 13 dispõe que as leis orçamentárias anuais referentes aos exercícios de 2001 a 2003 deverão assegurar destinação integral ao FGTS de valor equivalente à arrecadação das contribuições de que tratam os arts. 1º e 2º.

Finalmente, o art. 14 trata da cláusula usual de vigência, acrescida das ressalvas constitucionais para entrada em vigor das contribuições sociais instituídas pelos arts. 1º e 2º.

A proposição sob análise tem origem em projeto de lei complementar submetido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República à deliberação do Congresso Nacional, em regime de urgência constitutivo (CF, art. 64, § 1º), nos termos da Mensagem nº

291, de 29 de março de 2001 (fls. 12-16), acompanhada da Exposição de Motivos

Interministerial nº 1, de igual data, subscritas pelos titulares da Pasta do Trabalho e Emprego e da Pasta da Fazenda (fls. 17-19).

Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei complementar, com as inúmeras emendas a ele oferecidas (fls. 51-72), foi apreciado por três Comissões permanentes (de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação, fls. 43-48 e 49) e, finalmente, em 30 de maio do corrente, o Plenário aprovou-lhe a redação final (fls. 3442), que foi enviada ao Senado no dia seguinte (fls. 1 e 2-10).

Distribuído a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 31 de maio último, o PLC nº 49, de 2001 – Complementar, foi objeto de oito emendas no prazo regimental (RI, arts. 122, II, b, c/c art. 375, 1), cuja autoria, numeração e finalidade vão indicadas a seguir:

Senador Carlos Bezerra: uma (Emenda nº 1, fls. 76-77, aditivadas aos incisos V e VI ao § 6º do art. 6º);

Senador Lindberg Cury: cinco (Emendas nº 2 e 3, fls. 78 – 79, aditivas de parágrafo ao art. 1º, renumerando-se o parágrafo único; nº 4, fls. 80, e nº 6, fls. 82, ambas idênticas e modificativas do § 4º do art. 6º; nº 5, fls. 81, aditivadas de parágrafo ao art. 11);

Senador Gilberto Mestrinho: uma (Emenda nº 7, fls. 83-84, aditivadas aos incisos V e VI ao § 6º do art. 6º, idêntica à Emenda nº 1); e

Senador José Alencar: uma (Emenda nº 8, fls. 85-94, substitutiva global, constante de nove artigos).

É o relatório.

II – Análise

Consoante o Regimento Interno (art. 99, I, IV e VII), compete a esta CAE opinar sobre proposições pertinentes a aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, tributos, finanças públicas e outros assuntos correlatos.

Por outro lado, o Projeto sob análise está sendo objeto de apreciação pelo Senado Federal enquanto Casa revisora, nos termos do Regimento Comum (arts. 134 e segs.).

Quanto ao mérito, a proposição em tela afigura-se sem necessidade de aprovação.

Como se afirma na citada Exposição de Motivos Interministerial nº 1 – EM/MF (fls. 17-21), que acompanhou a mensagem presidencial, o reconhecimento, por parte do Poder Judiciário, de que os saldos das contas vinculadas do FGTS foram corrigidos a menor

na implementação dos Planos Verão e Colô I, acarretou o aumento do passivo daquele Fundo sem o correspondente aumento do ativo, necessário para evitar desequilíbrio patrimonial.

Diante dessa decisão da Suprema Corte (Recurso Extraordinário nº 226.855-7 RS, fls. 32) e da iminência de uma avalanche de demandas para correção dos saldos namesma proposta, o que poderia paralisar o próprio Judiciário, o Presidente da República decidiu estender a todos os trabalhadores a correção automática de seus saldos, independentemente de decisão judicial, caso a caso. Isso criou a necessidade de geração de recursos, para cobrir o déficit patrimonial do FGTS daí decorrente, da ordem de R\$42 bilhões, o que corresponde a quase quatro por cento do Produto Interno Bruto brasileiro.

A cobertura de um passivo de tamanha magnitude não poderia ficar exclusivamente a cargo do Tesouro Nacional, sob pena de graves consequências sobre o aumento da dívida pública, com reflexos perniciosos nas taxas de juros, ou aumento da oferta monetária em igual montante, com o consequente aumento na taxa de inflação. Em ambas as hipóteses, o efeito atingiria principalmente os trabalhadores mais pobres e menos qualificados.

Para evitar tais desdobramentos, o Presidente da República decidiu que a conta não poderia ser suportada, exclusivamente, pelo Tesouro Nacional e promoveu um processo de negociação com as centrais sindicais e confederações patronais, participantes do Conselho Curador do FGTS, capaz de viabilizar o pagamento do montante devido aos trabalhadores, o qual resultou no projeto de lei complementar submetido ao Congresso Nacional.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi sobejamente debatido e substancialmente aperfeiçoado, sobretudo com acréscimo dos atuais arts. 8º, 11, 12 e 13, transformação do original § 6º do art. 6º em art. 7º, acréscimo dos §§ 2º e 3º ao art. 3º modificação de diversas alíneas dos incisos do art. 6º, e de seus parágrafos, além do acréscimo dos atuais §§ 4º a 7º do referido art. 6º.

O projeto, portanto, tal como constata na redação final aprovada pela Casa de origem, merece a aprovação integral desta Casa revisora.

Por conseguinte, e dado o regime de urgência com que tramita o projeto, somos pela rejeição das oito emendas oferecidas, em que pesem as razões alegadas na justificativa por seus eminentes autores.

III – Voto

À vista do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001 – Complementar, e pela rejeição das Emendas de nº 1 a 8.

Sala da Comissão, 19 de junho de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Romero Jucá**, Relator – **Paulo Hartung** – **Jose Agripino** – **Freitas Neto** – **Osmar Dias** – **José Alencar** (Vencido) – **Arlindo Porto** – **Jorge Bornhaussen** – **Belio Parga** – **Paulo Souto** – **Eduardo Suplicy** – **Lúcio Coelho** – **Nova da Costa** – **Geraldo Melo** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Machado** (sem voto) – **José Fogaça** – **Roberto Saturnino** – **Jonas Pinheiro** – **Francelino Pereira** – **Pedro Piva** (sem voto) – **Carlos Bezerra**.

Voto em Separado

(Do Senador Osmar Dias na
Comissão de Assuntos Econômicos)

I – Relatório

O Senador Romero Jucá foi designado relator da matéria nesta Comissão de Assuntos Econômicos e a relatou nos seguintes termos:

"Encaminhado a esta Casa para apreciação, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar, ementado à epígrafe, institui contribuições sociais visando à complementação de atualização monetária nos saldos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à consequente autorização de créditos nas contas vinculadas desse Fundo.

Tal complementação é decorrente das perdas dos trabalhadores ocorridas na implementação dos Planos Verão e Colô I, tendo em vista o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da procedência desse prejuízo, que, consoante disposições do projeto sob análise, deverá ser coberto com recursos das seguintes fontes:

a) contribuição social a ser instituída, à alíquota de dez por cento sobre o montante dos depósitos referentes ao FGTS, devida pelos empregadores no caso de despedida sem justa causa e destinada ao referido Fundo, isentos apenas os empregadores domésticos (art. 1º);

b) contribuição social a ser instituída, devida pelos empregadores durante o prazo de sessenta meses, à alíquota de cinco décimos por cento sobre a remuneração de cada trabalhador no mês anterior, isentos os empregadores domésticos, as empresas inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, cujo faturamento anual não ultrapasse o limite de

R\$1.200.000,00, e as pessoas físicas em relação à remuneração de empregados rurais, cuja receita bruta anual não ultrapasse o limite de R\$ 1.200.000,00 (art. 2º);

c) utilização de parte das disponibilidades ora existentes no FGTS e contrapartida do Tesouro Nacional (estimada em cerca de seis bilhões de reais), que fica subsidiariamente obrigado à liquidação dos valores referidos no § 4º a serem creditados pela Caixa Econômica Federal – CEF nas contas vinculadas do Fundo e a expensas dele – à vista de termo de adesão do titular da conta (art. 6º) e, no caso de litígio judicial, transação homologada no juízo competente (art. 7º) –, como complemento de atualização monetária, até o montante da eventual diferença entre o valor arrecadado das contribuições sociais de que tratam os arts. 1º e 2º, e aquele necessário ao resgate dos compromissos assumidos (art. 12);

d) de sã gírio – correspondente à redução de oito, doze ou quinze por cento sobre o total do complemento de atualização monetária de valor acima de dois mil reais – concedido pelos trabalhadores mediante concordância expressa com as condições constantes de termo de adesão (art. 6º).

Por sua vez, o art. 3º do projeto estabelece que às contribuições sociais a serem instituídas pelos arts. 1º e 2º apli cam-se as normas legais atinentes ao FGTS, inclusive quanto a sujeição passiva e equiparações, prazo de recolhimento, administração, fiscalização, lançamento, consulta, cobrança, garantias e processo administrativo-fiscal; essas contribuições serão recolhidas na rede arrecadadora e transferidas à CEF, incorporando-se as respectivas receitas ao aludido Fundo.

O art. 5º assegura que os complementos de atualização monetária, a serem creditados pela CEF nas contas vinculadas consoante dispõe o art. 4º, serão remunerados com juro e correção monetária aplicáveis às contas do FGTS, até o dia 10 do mês subsequente ao da publicação da preten da Lei Complementar.

O art. 8º estende à movimentação do complemento de atualização monetária creditado na conta vinculada, as condições ora previstas na legislação do FGTS para movimentação da conta vinculada do trabalhador, inclusive nos casos em que o direito do titular à movimentação da conta tenha sido implementado antes da publicação da Lei Complementar.

O art. 9º faculta o diferimento contábil, pelo prazo de até quinze anos a contar a publicação da Lei Complementar, das despesas com as obrigações de-

correntes dos complementos de atualização monetária creditados aos trabalhadores na forma do art. 6º.

O art. 10 determina que os bancos depositários das contas do FGTS no período dos Planos Verão e Collor I, ou seus sucessores, repassem à CEF, até 31 de janeiro de 2002, sob pena de multa, as informações cadastrais e financeiras necessárias ao cálculo das correções a que fazem jus os trabalhadores, na forma e nos prazos estabelecidos pela referida Caixa. Dispõe, ainda, que os órgãos responsáveis pela auditoria integrada do FGTS examinarão e homologarão, no prazo de sessenta dias, o **software** a ser utilizado na validação dessas informações enviadas pelos bancos.

O art. 11 incumbe a CEF de, até 30 de abril de 2002, divulgar aos titulares de contas vinculadas os respectivos valores dos complementos de atualização monetária a que têm direito, com base nas informações cadastrais e financeiras transmitidas pelos bancos.

O art. 13 dispõe que as leis orçamentárias anuais referentes aos exercícios de 2001 a 2003 deverão assegurar destinação integral ao FGTS de valor equivalente à arrecadação das contribuições de que tratam os arts. 1º e 2º.

Finalmente, o art. 14 trata da cláusula usual de vigência, acrescida das ressalvas constitucionais para entrada em vigor das contribuições sociais instituídas pelos arts. 1º e 2º.

A proposição sob análise tem origem em projeto de lei complementar submetido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República à deliberação do Congresso Nacional, em regime de urgência constitucional (CF, art. 64, § 1º), no termos da Mensagem nº 291, de 29 de março de 2001 (fls. 12-16), acompanhada da Exposição de Motivos Interministerial nº 1, de igual data, subscrita pelos titulares da Pasta do Trabalho e Emprego e da Pasta da Fazenda (fls. 17-19).

Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei complementar, com as inúmeras emendas a ele oferecidas (fls. 51-72), foi apreciado por três Comissões permanentes (de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação, fls. 43-48 e 49) e, finalmente, em 30 de maio do corrente, o Plenário aprovou-lhe a redação final (fls. 34-42), que foi enviada ao Senado no dia seguinte (fls. 1 e 2-10).

Distribuído a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 31 de maio último, o PLC nº 49, de 2001 – Complementar, foi objeto de oito emendas no

prazo regimental (RI, arts. 122, II, b, c/c art. 375, I), cuja autoria, numeração e finalidade deverão ser indicadas a seguir:

Senador Carlos Bezerra: uma (Emenda nº 1, fls. 76-77, adi ti va dos in ci sos V e VI ao § 6º do art. 6º);

Senador Lindberg Cury: cin co (Emen das nº 2 e 3, fls. 78-79, adi ti vas de pa rá gra fo ao art. 1º, re nu me ran do-se o pa rá gra fo ú ni co; nº 4, fls. 80, e nº 6, fls. 82, am bas idên ti cas e mo di fi ca ti vas do § 4º do art. 6º; nº 5, fls. 81, adi ti va de pa rá gra fo ao art. 11);

Senador Gilberto Mestrinho: uma (Emenda nº 7, fls. 83-84, adi ti va dos in ci sos V e VI ao § 6º do art. 6º, idên ti ca à Emenda nº 1); e

Se na dor José Alen car: uma (Emen da nº 8, fls. 85-94, substitui va glo bal, con stan te de no ve ar ti gos).

É o re la tó rio.

Da aná li se do Pro je to con clui u o re la tor pela sua apro va ção na for ma con sig na da pela Câ ma ra dos De putados, re jeitan do as 8 em en das aqui apre sen ta das.

Análise

Concordamos com a aná li se do re la tor so bre o pon to de vi sta da ne ces si da de e do mé ri to da pre sen te pro po si ção. Con tu do en tendemos que a pro po si ção po de ser a per fei çoa da co mo a prove i ta men to das em en das re fe ren tes à pos si bi li da de de com pen sa ção do va lo ra re ce ber so bre a cor re ção do fun do, com as dí vi das jun to ao sis te ma fi nan ce i ro da ha bi ta ção.

O a crê ci mo des se in ci so jus ti fi ca-se pa ra fa zer jus ti ça aos tra ba lha do res mu tuá ri os do Sis te ma Fi nan ce i ro de Ha bi ta ção, com dé bi tos em a tra so pa ra com o res pec ti vo a gen te fi nan ce i ro, pos si bi li tan do-lhes li qui da ta is dí vi das imo bi lí a ri as com o pro du to do com ple men to de a tu a li za ção mo ne tá ri a que vier a ser de po si ta do pela Ca i xa Eco nô mi ca Fe de ral em sua con ta vin cu la da ao FGTS. A fi nal, os re cu sos vol tam pa ra o pró prio FGTS ou seu a gen te o pe ra dor.

Ou tra mo di fi ca ção que se faz jus ta é que per mi tirá ao a po sen ta do por in va li dez de cor ren te de a ci den te do tra ba lho ou do en ça pro fi ssio nal, ou a po sen ta dos com mais de ses sen ta e cin co a nos de ida de, re ce ber o seu crédi to, na for ma pre vi sta pelo dis po si ti vo, sem o li mi te de va lo ra li pre vi sto.

A al te ra ção da re da ção do in ci so VI, § 6º do art. 6º do pro je to, vi sa a su pri mi r a ex pres são com crédi to de até R\$2.000,00 (dois mil re a is), pois, à se me lhan ça das de ma is hí pó te ses pre vi stas nes se pa rá gra fo, os a po sen ta dos por in va li dez de cor ren te de a ci den te do tra ba lho ou do en ça pro fi ssio nal, ou a po sen ta dos com mais de ses sen ta e cin co a nos de ida de, tam bém de vem ter di re i to a ver cre di ta da em sua con ta vin cu la da, em uma ú ni ca pa r ce la, até ju nho de 2002, dis po

nível para im e di a ta mo vi men ta ção a par tir des se mês, o com ple men to de a tu a li za ção mo ne tá ri a a que fa çam jus, in de pen den te men te de seu va lo ra.

Voto

Pelo ex po sto, so mos pela apro va ção do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 49 com as em en das aba i xo:

Emen da nº

Dê-se ao in ci so III do § 6º do art. 6º do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 49, de 2001 — Com ple men tar a se guin te re da ção:

Art. 6º

.....

§ 6º

.....

III — se o tra ba lha dor for a po sen ta do por in va li dez, em fun ção de a ci den te do tra ba lho ou do en ça pro fi ssio nal, ou a po sen ta do ma ior de ses sen ta e cin co a nos de ida de;

.....

Emen da nº

A crê ci men to-se ao § 6º do art. 6º do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 49, de 2001 — Com ple men tar, o in ci so V com a se guin te re da ção:

Art. 6º

§ 6º

.....

V — na hí pó te se de o ti tu lar ser de ve dor de fi nan ci a men to imo bi lí a ri o no â m bi to do Sis te ma Fi nan ce i ro de Ha bi ta ção — SFH, com crédi to a re ce ber do FGTS até o li mi te do seu dé bi to co mo mu tuá ri o da que le Sis te ma, su je i to à com pro va ção de que li qui do u o dé bi to no pra zo de trin ta dias a con tar da o co rên cia do de pó si to na sua con ta vin cu la da.

Sala das Co mis sões, 19 de ju nho de 2001. — Se na dor **Osmar Dias**.

Voto Em Se pa ra do

(Do Se na dor Edu ar do Ma ta ra zo Su plicy na Co mis sã o de As sun tos Eco nô mi cos)

I — Re la tó rio

O Se na dor Ro me ro Ju cá re la tou na Co mis sã o de As sun tos Eco nô mi cos a pro po sta, o Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 49, de 2001 — Com ple men tar, que cria Con tri bui ções So ci a is vi san do re con sti tuir as per das do tra ba lha do res ge ra das pe los ex pur gos dos ín di ces de cor re ção dos Pla nos Ve rão (ja ne i ro de 1989) e

Colôr I (março de 1990) das contas do FGTS dos trabalhadores.

O reconhecimento do poder judiciário – através de decisão do Supremo Tribunal Federal – que os saldos das contas vinculadas do FGTS fossem corrigidos por valores menores na vigência dos Planos Verão e Collor, ampliou de imediato o passivo desse Fundo, sem um efeito correspondente no ativo. Diante dessa decisão e com o objetivo de iniciar que um número elevado de trabalhadores ajuizasse a correção de seus benefícios, o Executivo federal enviou ao Congresso o Projeto de Lei Complementar que trata do pagamento desses expurgos.

II – Análise

O Executivo federal enviou ao Congresso o Projeto de Lei Complementar nº 195/2001 que trata do pagamento desses expurgos, que foi objeto de intensa discussão na Câmara Federal, com a participação das centrais sindicais e as confederações patronais. O presente projeto em avaliação na CAE é o resultado parcial desses debates que de vez serão aprofundados nessa Casa.

O presente voto visa dirimir as perspectivas do trabalho dos que permanecem no projeto que está no Senado Federal para avaliação. A proposta em tela amplia ainda mais as perspectivas dos beneficiários, pois corrige seus créditos apenas pela TR. Como está explicitado no Parágrafo único do Art. 5º “O montante apurado na data a que se refere o caput será remunerado, a partir do dia 11 do mês subsequente ao da publicação desta Lei Complementar, com base na Taxa Referencial – TR, até que seja creditado na conta vinculada dos trabalhadores”. Trata-se, assim, de mais uma perda imposta aos beneficiários, pois as contas vinculadas são remuneradas pela TR mais 3% ao ano.

O segundo ponto negativo dessa proposta é o deságio imposto aos beneficiários. Ele custará aos trabalhadores quase R\$5 bilhões de reais, segundo cálculos da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

O governo é o responsável pelos expurgos e, portanto, pelo pagamento da dívida do FGTS. Não se pode imputar esse ônus para a sociedade, muito menos para os trabalhadores. Por isso apresentamos duas fontes de financiamento para esses dispêndios. No caso do FCVS, o resgate pelo período de três anos resultará em, pelo menos, R\$5 bilhões. No caso da reestruturação da dívida, podem-se obter R\$ 10 bilhões e R\$14 bilhões no mesmo período, segundo cálculos da CNI – Confederação Nacional da Indústria.

III – Voto

Pelo exposto apresento uma emenda substitutiva ao Projeto de Lei da Câmara nº 49 de 2001 – Complementar nos termos que se segue.

EMENDA Nº

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2001-COMPLEMENTAR (PL Nº 195, de 2002, Na Casa de Origem)

Institui Contribuições Sociais, Autoriza Créditos Complementares de Atualização Monetária Em Contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Art. 1º Fica a Caixa Econômica Federal autorizada a creditar nas contas vinculadas do FGTS o complemento de atualização monetária resultante da aplicação, cumulativa, dos percentuais de zesse inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento e de quarenta e quatro inteiros e oito décimos por cento sobre os saldos das contas mantidas, respectivamente, no período de 1º de dezembro de 19-88 a 28 de fevereiro de 1999 e durante o mês de abril de 1990.

Art. 2º. O complemento de atualização monetária de que trata o artigo anterior será remunerado, até a data em que seja creditado na conta vinculada do trabalhador, com base nos mesmos critérios de remuneração utilizados para as contas vinculadas.

Art. 3º O crédito do complemento de atualização monetária de que trata o artigo primeiro far-se-á na forma e nos prazos especificados a seguir

I – complemento integral ou parcial no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) a todos os beneficiários, em uma parcela, em dezembro de 2001; e

II – complemento parcial em valor excedente a R\$1.000,00 (um mil reais), em quatro parcelas semestrais, a partir de junho de 2002.

§ 1º No caso do inciso II, quando o complemento parcial for inferior a R\$1.000,00 (um mil reais), ele será pago em uma única parcela.

§ 2º As faixas de valores mencionadas nos incisos I e II serão definidas pelo complemento a que se refere o art. 1º acrescido da remuneração prevista no art. 2º.

§ 3º Comprovadas as situações previstas no inciso II do art. 1º da Lei nº 7.670, de 08 de setembro de 1988, e no inciso XI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, o titular da conta vinculada fará jus à antecipação do complemento integral de que trata o art. 1º.

Art. 4º O saque do complemento de atualização monetária fica subordinado aos mesmos critérios definidos na legislação pertinente.

Art. 5º Aos trabalhadores que fizerem jus ao complemento de que trata o art. 1º e já tiverem efetuado saque integral de suas contas vinculadas, o pagamento será realizado diretamente ao trabalhador, atendido o disposto nos Arts. 2º e 3º Art. 6º Os bancos que, no período de dezembro de 1988 a março de 1989 e nos meses de abril e maio de 1990, eram depositários das contas vinculadas do FGTS, ou seus sucessores, repassarão à Caixa Econômica Federal, de 31 de agosto de 2001, as informações cadastrais, pelo decurso do prazo, a sanção referida no art. 24 da Lei nº 8.036, de 1990.

§ 1º A Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador do FGTS, estabelecerá a forma e o cronograma de repasses das informações de que trata este artigo.

§ 2º Os órgãos responsáveis pela auditoria integrada do FGTS examinarão e homologarão, no prazo de 45 dias a contar da publicação desta lei, o aplicativo a ser utilizado na validação das informações de que trata esse artigo.

Art. 7º Fica o Tesouro Nacional autorizado a aportar, nos montantes e prazos estabelecidos nesta lei, os recursos necessários ao seu cumprimento.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto neste artigo fica o Tesouro Nacional autorizado a:

I. resgatar títulos relativos ao Fundo de Compensação de Variações Salariais; e

II. reestruturar a dívida assumida com o FGTS por força da Lei nº 8.727/93.

Art. 8º Respeitados os limites e condições aprovados por seu Conselho Curador, o FGTS poderá aportar parte dos recursos necessários ao cumprimento desta lei.

Parágrafo único. As despesas eventualmente assumidas pelo FGTS para o cumprimento desta lei poderão ser diferidas contabilmente, para apropriação no resultado do balanço do FGTS, no prazo de até 15 anos, a contar da publicação desta lei.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, relativamente à contribuição de que trata o art. 9º, noventa dias após aquela publicação.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2001. – **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expetido em lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotou-se o tempo para previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 165, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, *que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da Capital Federal e dá outras providências*; e

– Projeto de Lei do Senado nº 672, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, *que dispõe sobre o comércio eletrônico*.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei do Senado nº 672, de 1999, aprovado, vai à Câmara dos Deputados, e o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 1999, rejeitado, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

Ofício nº 861-L-PFL/2001

Brasília, 12 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PST que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.146-2, de 5 de junho de 2001, que “cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste – ADENE, extingue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Jorge Khoury

Deputado Wilson Braga

Suplente:

Deputado Paulo Braga

Deputado Paes Landim

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

Ofício nº 867-L-PFL/2001

Brasília, 12 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PST que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.153-2, de 5 de junho de 2001, que "cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Francisco Garcia

Deputado Raimundo Santos

Suplente:

Deputado Átila Lins

Deputado Francisco Rodrigues

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

Ofício nº 901-L-PFL/2001

Brasília, 19 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.093-26, de 13 de junho de 2001, que "Dispõe sobre a estruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e organização da Carreira da Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Roberto Pessoa

Suplente:

Deputado Mussa Demeis

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Seão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidas as seguintes:

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2001**

Altera o art. 128 da Constituição para determinar a indicação do Procurador-Geral da República dentre os integrantes de lista tríplice escolhida pelos membros do Ministério Público Federal, mediante eleição.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 128 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 218.

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre os procuradores maiores de trinta e cinco anos, de lista tríplice definida mediante processo eleitoral pelos integrantes da carreira, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução."

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Uma das maiores conquistas democráticas que a Constituição de 5 de outubro de 1988 propiciou à sociedade brasileira, sem qualquer dúvida, foi o novo estatuto jurídico-político do Ministério Público, especialmente no que diz respeito à sua autonomia e sua vinculação com os interesses da sociedade, não do Estado.

Recorde-se que, no contexto constitucional anterior, incluía-se entre as atribuições institucionais do Ministério Público a defesa em juízo dos interesses do Governo, atuando, assim, nas tarefas que hoje são as próprias da Advocacia-Geral da União. A criação desse novo ente possibilitou tornar mais claras as atribuições de ambos, cabendo ao Ministério Público "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis" (art. 127, **caput**), e à Advocacia-Geral da União "representar a União, judicial e extrajudicialmente" (art. 131, **caput**).

Essa clara definição constitucional, associada ao avanço do processo democrático vivenciado pela sociedade brasileira a partir de meados da década de oitenta, levou a um grande fortaleci-

mento do Ministério Público, seja em seu papel de detentor da pretensão punitiva do Estado, seja no de fiscal da Lei.

Cresce, na sociedade brasileira, a consciência de que, para aprofundar nossa jovem democracia, duas questões importantes devem ser enfrentadas: de um lado, a participação da cidadania – hoje limitada a alguns momentos – deve ser estimulada; de outro, há que afirmar a moralidade pública, combater a corrupção e outros ilícitos administrativos, pois sabemos que tais ilícitos e sua impunidade constituem fatores que desestimulam fortemente a participação cidadã.

O Ministério Público tem sido, e certamente continuará a ser, em nosso País, instrumento essencial à afirmação, na Administração Pública, dos princípios pertinentes à moralidade, à honestidade e ao respeito ao Erário. Nesse ofício, presta importante colaboração ao processo democrático.

Acreditamos que, para melhor desempenhar suas funções, essa entidade deve ser chefiada por um Procurador-Geral representativo de sua categoria profissional e por ela respeitado. Para tanto, propomos que a sua indicação seja o resultado de processo que viabilize um entendimento entre a categoria, o Presidente da República e o Senado Federal.

Por ele, a categoria – mediante sua participação em processo eleitoral – escolhe listatrilice que é submetida ao Presidente da República. O Presidente deve escolher um nome dentre os da lista, da mesma forma como ocorre, atualmente, na indicação de juizes do chamado quinto constitucional. O escolhido é então submetido ao Senado Federal que, após inquiri-lo, deve apreciar a sua indicação numa votação em que se exige maioria qualificada – absoluta – para sua aprovação.

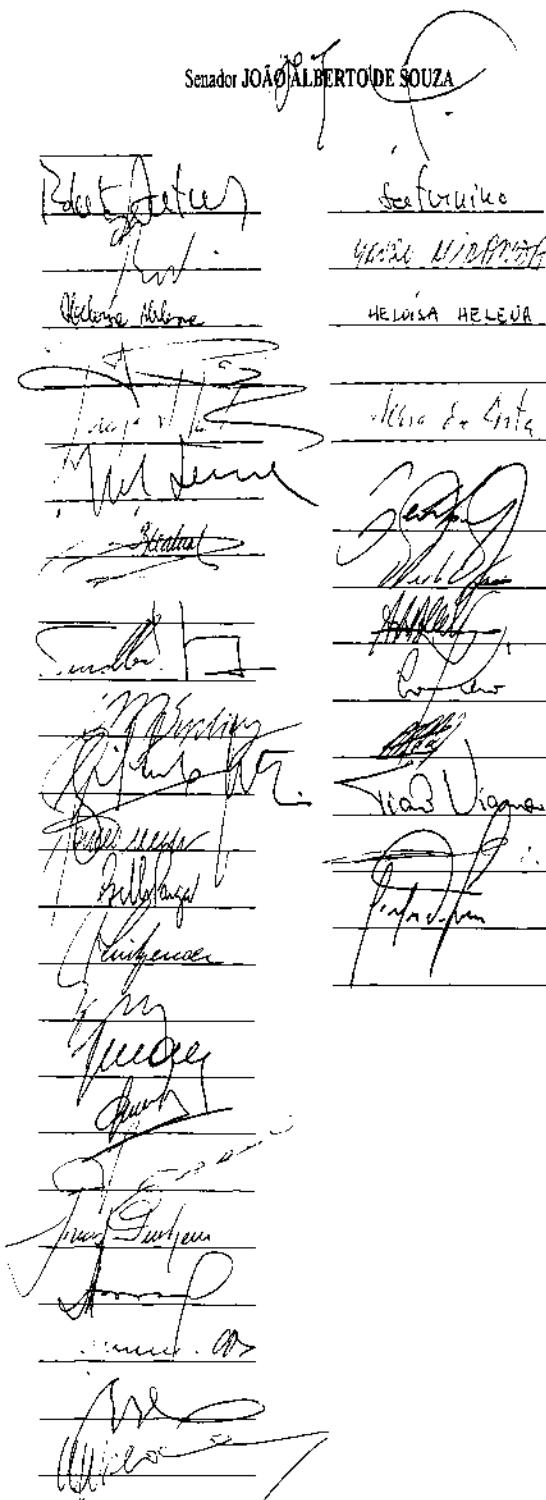
Julgamos, outrossim, que a recondução do Procurador-Geral ao cargo deve ser limitada. Na atual sistemática, o Procurador-Geral pode ser reconduzido indefinidamente, o que pode levar à perpetuação no cargo de um cidadão e, assim, ao esclerosamento da instituição. Admitimos, entretanto, uma recondução.

Com essa proposta, julgamos estar contribuindo para o fortalecimento do Ministério Público Federal, instituição fundamental para a construção da democracia em nosso País. Para tanto, soli citamos aos ilustres colegas o apoio indispensável à sua aprovação.

Sala das Sessões, 19 de junho de 2001.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 127.* O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada a autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei com ple mentar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

§ 3º Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 1º A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

§ 2º A pesquisa tecnológica voltará-se à preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros

ros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupam meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculado do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2001

Submete o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos princípios da anterioridade e da legalidade.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado do Federal, nos termos do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do artigo 150 e o § 1º do artigo 153 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 150.

§ 1º A vedação do inciso III, **b**, não se aplica aos impostos previstos nos arts. 153, I, II e V e 154, II.

Art. 153.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II e V”.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

De longa data temos convivido com uma transferência de prerrogativa do Congresso ao Executivo Federal no campo tributário que tem trazido ônus para a sociedade brasileira sem nenhum benefício mais palpável. Estamos falando de uma delegação que tem permitido ao Executivo, por decreto, alterar as alíquotas dos impostos de importação e exportação, do IPI e IOF, e ainda mantê-los fora do alcance do princípio da anterioridade. Lembremos que essa norma (art. 150, inciso III da CF) veda à União, Estados e Municípios, cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

Entendemos que no caso do IPI a observância do princípio da legalidade, que exige a fixação das alíquotas do imposto por lei, e não por decreto presidencial, bem como a plena vigência do princípio da anterioridade precisam ser restabelecidos. Assim procedendo, estaremos contribuindo para a construção de um dos pilares essenciais da convivência civilizada e justa entre o fisco e o contribuinte em nosso meio social. Em nossa avaliação, essa liberdade de atuação concedida ao Executivo Federal resultou em poucos benefícios, seja em termos de uma gestão eficiente da ordem tributária seja do próprio esforço de arrecadação da União.

Entendemos que aquelas concessões somente devem alcançar os impostos de importação, de exportação e o IOF. O argumento usualmente apresentado de que o IPI é um instrumento de política econômica supostamente regulador do nível de atividade econômica, e que portanto deve escapar do crivo permanente do Congresso, não encontra amparo nem na teoria das finanças públicas, nem na prática tributária das democracias.

Não bastassem outros argumentos, que apresentarmos a seguir, é mister recordar que o IPI é uma das principais fontes aumentadoras de recursos do FPE e do FPM, e por essa razão não devemos deixar ao talante do Executivo Federal decisões que afetem as receitas dos estados e dos municípios sem uma avaliação mais criteriosa por parte do Congresso Nacional.

Recordemo-nos ainda que o IPI é um imposto sobre vendas, ainda que parcial, já que incide apenas sobre transações envolvendo o setor industrial, e como tal exige estabilidade temporal da regra tributária para que possa alcançar seus objetivos maiores. Ou seja, para que possa ser o braço de uma justa e com mínima interferência no processo de alocação de recursos, necessário se torna que suas alíquotas e

base de cálculo sejam fixadas de modo duradouro pelo Governo. Sabemos que segundo os ditames da teoria econômica isso só pode ser alcançado numa perspectiva de longo prazo e não numa ótica conjuntural.

Ainda que de fato isso, o IPI é uma fonte de receita como ou tra qualquer. Aliás, acrescitamos, isto sim, que o Imposto foi transformado na colcha de retalhos que é, com inúmeras alíquotas e excepcionalidades infundáveis, exatamente pelo excesso de liberdade concedida ao Executivo na administração do imposto, calçada em uma teoria que não possui fundamentação doutrinária mais séria.

A edição do Decreto nº 3.777, de 23 de março passado, bem ilustra a natureza dos problemas que queremos corrigir. Aquele Decreto acabou com uma isenção do IPI no setor de rochas ornamentais que existia desde 1984 e mais, de terminou que, já a partir de 1º de abril, ou seja, no prazo de uma semana, as empresas do setor deveriam passar a contribuir segundo uma alíquota de 10%. Parece incrível, mas tal decisão encontra amparo na Constituição.

Esperamos contar com o indispensável apoio das senhoras e senhores Senadores para aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição que, estamos certos, irá pacificar a relação fisco—contribuinte no setor industrial brasileiro, e ao mesmo tempo em que resgata uma das funções mais primordiais do Congresso.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 2001

SENADOR RICARDO SANTOS
(PSDB/ES)

(Assinaturas manuscritas)

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

SEÇÃO II

Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150.* Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais e municipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;

VI – instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos impostos previstos nos arts. 153, I, II, IV e V, e 154, II.

§ 2º A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º As vedações do inciso VI, a, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja con-

tra-prestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g.

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da garantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

SEÇÃO III

Dos Impostos da União

Art. 153.* Compete à União instituir impostos sobre:

I – importação de produtos estrangeiros;

II – exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III – renda e proventos de qualquer natureza;

IV – produtos industrializados;

V – operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI – propriedade territorial rural;

VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I – será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei:

II – (Revogado).

§ 3º O imposto previsto no inciso IV:

— será seletivo, em função da essencialidade do produto:

II — será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III — não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior

§ 4º O imposto previsto no inciso VI terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas e não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

§ 5º O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do **caput** deste artigo, devida na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

I — trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II — se tenta por cento para o Município de origem.

.....
.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e despachadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT — RS) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, pela ordem.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT — RS) — Eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, conforme prevê o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — V. Exª será atendida.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB — SE) — Sr. Presidente, igualmente, requero a V. Exª a minha inscrição para uma comunicação inadiável, de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — V. Exª será inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Há ora dores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Souto, por quem vota com o Senador Ney Suassuna, por 20 minutos.

O SR. PAULO SOUTO (PFL — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a importância do turismo pode ser avaliada pelo fato de 11% do emprego, em escala mundial, estar associado a atividades relacionadas ao turismo. Calcula-se em 660 milhões de passageiros o movimento mundial de turistas e em mais de US\$500 bilhões a receita turística internacional. Apesar do seu diversificado potencial, o Brasil participa com apenas 0,8% do fluxo mundial de turistas e com 1% da receita gerada.

Privilegiado por uma série de atributos naturais, entre os quais um clima muito propício ao chamado turismo tropical, que tem nas praias o seu grande atrativo, o Nordeste brasileiro é uma região com forte vocação como destino do turismo internacional. É evidente, entretanto, que é absolutamente necessário que essas condições naturais sejam complementadas por outras que propiciem ao turista facilidades de acesso e bem-estar durante a sua permanência.

Nesse sentido, foi muito oportuno que o Governo Federal, em 1995, iniciasse o Prodetur — Programa do Financiamento ao Turismo no Nordeste, com recursos provenientes do empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, e contrapartida dos governos estaduais, na proporção de 60 e 40%, sendo a execução do projeto coordenada pelo BNB, agente financeiro do programa. Concluído em 2000, o programa aplicou US\$400 milhões, sem contar com a contrapartida dos Estados, que alcançou aproximadamente US\$270 milhões, tendo os investimentos em infra-estrutura liderado as aplicações.

É evidente que esses investimentos iniciaram um notável processo de qualificação dos principais destinos turísticos do Nordeste, cujo resultado, entre outros, tem sido a atração de muitos investimentos privados. Na Bahia, apenas por exemplo, os pesados investimentos feitos inicialmente com recursos próprios do governo baiano e, posteriormente, por meio do Prodetur, iniciados em 1991 e projetados até o ano 2012, devem alcançar o valor de US\$2,1 bilhões e, certamente, são determinantes para que US\$5,4 bilhões, até esse horizonte de 2012, sejam investidos pelo setor privado, sobretudo na hotelaria.

Por tudo isso, quero saudar aqui a iniciativa do Governo Federal de executar o chamado Prodetur II, que é um reconhecimento do êxito da primeira fase do programa e de sua preocupação em estimular um setor de alta competitividade para a economia nordestina.

Reconhecendo as dificuldades atuais dos Estados nordestinos em participar com recursos próprios de 40% a título de contrapartida, o Governo Federal está alterando a forma de financiamento do programa em sua segunda fase: os recursos do Governo Federal, por meio de financiamento do BID, serão de 60%, os Estados participarão com 20% e o Governo Federal, com mais 20% de recursos próprios, o que certamente deverá acelerar a execução do programa.

Os pré-requisitos fundamentais para o Prodetur II são os seguintes:

a) completar os projetos previstos no Prodetur I, nos setores de infraestrutura e desenvolvimento institucional das agências estaduais e principalmente municipais, o que revela uma ênfase para a chamada municipalização das ações;

b) complementar os investimentos realizados para melhorar a qualidade e a sustentabilidade do produto turístico e, após atender a essa condição, incluir outros Municípios nos pólos já identificados ou que venham a ser selecionados na estratégia proposta por cada um dos Estados.

O programa terá uma forte preocupação com a sua sustentabilidade e, por isso, vai exigir dos Municípios o que considero muito importante:

a) lei de ordenamento territorial e gestão ambiental integrada;

b) Código de Edificações;

c) gestão administrativa e fiscal;

d) disposição de resíduos sólidos; e

e) participação comunitária.

Todas essas exigências, que já seriam normais na administração de um Município, serão intensificadas para que os Municípios possam participar e ser privilegiados por ações da segunda etapa do Prodetur.

Além dessas, para cada pólo turístico será exigido um Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável e a instalação de um Conselho de Turismo, cuja finalidade é a promoção e o desenvolvimento do turismo sustentável.

Os principais objetivos do Plano são:

a) elevar o gasto e o tempo de permanência dos turistas;

b) promover a gestão sustentável dos setores ambientais, como cursos hídricos, energia, resíduos sólidos e outros;

c) investir na capacitação de recursos humanos;

d) modernizar a estrutura administrativa municipal e sua gestão;

e) criar condições para se reduzirem os riscos dos investimentos privados;

f) preservar o patrimônio natural, favorecer a recuperação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico e recuperar espaços urbanos estratégicos.

Além das ações que se constituíram nas prioridades do Prodetur I (saneamento, estradas, aeroportos, energia, patrimônio histórico), o Prodetur II contemplará outros setores, como a construção de centros de convenções, sinalização turística, segurança pública, importantíssima para o êxito de qualquer programa turístico, e promoção turística, ponto também essencial.

É justamente sobre a promoção turística e principalmente sobre a importância do tráfego aéreo no êxito e na concretização da vida de turistas estrangeiros para o Brasil, e sobre tudo para o Nordeste, que trataremos nessa abordagem.

Todas as pré-condições criadas pelos investimentos do Prodetur para intensificar o fluxo turístico poderão ficar ociosas se não resolvermos adequadamente a questão do acesso fácil dos turistas estrangeiros para a nossa Região, o Nordeste.

O Brasil, como se sabe, não faz fronteiras com os dois principais centros mundiais de emissão de turistas, que são a Europa e a América do Norte, e, por isso, a via aérea é essencial para ampliar o fluxo turístico desses centros para o Brasil. Não existem praticamente vôos diretos desses centros para o Nordeste brasileiro – e essa é uma observação importante –, a não ser apenas dez ou onze frequências semanais, a maioria das quais provenientes de Portugal para Salvador, Recife e Fortaleza. Assim, quaisquer que sejam os motivos, não há inerte se, pelo menos como está demonstrado, das empresas brasileiras na operação de vôos da Europa para o Nordeste, o que pode ser comprovado pelo fato de não terem sido substituídos, por exemplo, quatro vôos semanais de Salvador para a Europa que uma empresa brasileira, por dificuldades que são conhecidas, foi obrigada a cancelar.

A inexistência de vôos diretos praticamente duplica o tempo de viagem dos turistas que pretendem vir para o Nordeste, obrigando-os a utilizarem conexões a partir do Rio de Janeiro e São Paulo, o que au-

menta substancialmente os preços das passagens. Como de cor rên cia do trá fe go de ne gó ci os e da con cen tra ção do mer ca do ex por ta dor – este nú me ro é im pres sionan te –, 93% dos vôos regu la res do ex te ri or para o Bra sil se des ti nam so bre tu do a São Pau lo e ao Rio de Ja ne i ro. O Nor des te re ce be me nos de 2% dos vôos in ter na ci o nais regu la res para o País (do ze vôos, dos quais on ze se ori nam de Por tu gal); Ma naus re ce be ape nas no ve vôos se ma nais, en quan to des ti nos im por tan tes co mo Foz do Igu a çu e o Pan ta nal não re ce bem ne nhum vôo regu lar in ter na ci o nal, ex cluí dos, é cla ro, os que se ori gi nam no Cone Sul.

É pre ci so fi car ab so lu ta men te cla ro que ou se en con tra uma so lu ção ra zo á vel para esse pro ble ma, ou vai se fru strar o es for ço go ver na men tal em fa zer do Nor des te, e tam bém de ou tras re gi ões im por tan tes, co mo a Ama zô nia e o Pan ta nal, ár eas de gran de atri bu ti da de para tu ris tas es tra nge i ros. Não exis te des ti no tu rís ti co que se sus ten te sem um trá fe go aé reo que fa ci li te o aces so dos tu ris tas, so bre tu do pela con cor rên cia de ou tros pa í ses que são mu ito bem aten di dos por lin has regu la res.

Exis tem dois ti pos de so lu ções para a ques tão, que ali á s po dem ser im plan ta das si mul ta ne a men te. A pri me i ra delas, e que tra to nes te pro nun cia men to, é a cap ta ção dos cha ma dos vôos **charters** in ter na ci o nais, que são vôos não regu la res, fre ta dos por um ou mais ope ra do res tu rís ti cos, que ne go ci am di re ta men te com a em pre sa aé rea o va lor e as de ma is con di ções do ar ren da men to, e com os for ne ce do res dos ser vi ços ter res tres, para for mar os pa co tes tu rís ti cos para ca da des ti no.

Os **charters**, co mo vôos não regu la res, trans por tam ape nas pas sa ge i ros de um pa í s para ou tro pa í s de des ti no, sem ha ver re ci pro ci da de, e, as sim, no ca so do Bra sil, se ri am ú ti li za dos ape nas para tra zer tu ris tas es tra nge i ros para o País e não para le var tu ris tas bra si le i ros para o ex te ri or. Ge ral men te têm ca rá ter sa zo nal, mas na da im pe de que pos sam ope rar por pe rí o dos ma i o res.

Os **charters** ne ces si tam de au to ri za ção das au to ri da des a e ro ná uti cas de am bos os pa í ses en vol vi dos e, no ca so bra si le i ro, o DAC e a Cer nai es tão dan do gran de apo io às ini ci a ti vas de em pre sas de **charters** para o Bra sil, con ce den do as au to ri za ções ne ces sá ri as.

A ini ci a ti va des ses vôos freta dos de cor re de duas a ções dis tin tas. Uma de las é a a ção con jun ta da em pre sa aé rea e do ope ra dor tu rís ti co que vi sam de ter mi na do des ti no tu rís ti co. Essa a ção sur ge quan do não exis te vôo re gu lar ope ran do na ro ta, quan do não há os lu ga res pre ten di dos pelo ope ra dor ou quan do

as con di ções de ta ri fas de vôos regu la res não são com pe ti ti vas. A ou tra for ma é a atu a ção en tre o des ti no tu rís ti co re pre sen ta do pela ini ci a ti va pri va da e/ou ór gãos go ver na men ta is e a em pre sa aé rea e re pre sen tan tes do mer ca do emi sor.

Em qual quer ca so, a con cre ti za ção des ses vôos re quer in ves ti men tos fi nan ce i ros, so bre tu do na sua fase ini ci al de con quis ta do mer ca do e sua con so li da ção, sen do mu itas ve zes ne ces sá ri a a par ti ci pa ção de ór gãos pú bli cos nes se es for ço, quer seja da Uni ão, Es ta dos ou Mu ni cí pi os.

A for a as ini ci a ti vas iso la das de al guns Es ta dos bra si le i ros, tan to na cap ta ção des ses vôos co mo na di vul ga ção do des ti no em pro mo ções no ex te ri or, é evi den te que fal ta uma a ção sis te má ti ca, que de ve ri a ser co or de na da pelo Go ver no Fe de ral por in ter mé di o do Mi nis té ri o do Es por te e Tu ris mo e da Em bra tur, o que evi ta ri a, in clu si ve, uma dis pu ta pre da tó ri a que co me ça a ser es bo ça da en tre al guns Es ta dos bra si le i ros. Co me ça a ha ver uma es pé cie de guer ra fis cal en tre os Es ta dos para atra ir vôos **charters**, o que não é uma prá ti ca sa lu tar.

Es tou cer to de que uma po lí ti ca a gre ssi va de vôos **charters** para re gi ões co mo o Nor des te, a Ama zô nia, o Pan ta nal e ou tras se ri a um mar co em uma nova for ma de atu a ção do Mi nis té ri o do Tu ris mo e da Em bra tur, di ver si fi can do a sua atu a ção, ho je cen tra da na par ti ci pa ção de fe i ras, edi ção de ma te ri al ge né ri co e ve i cu la ção de mí dia de ca rá ter ge ral, com pos si bi li da des de ob ter re su l ta dos con cre tos a cur to pra zo. Para isso, al ém de in ves ti men tos re la ti va men te mo des tos, se ri a ne ces sá ri o um pe que no nú cleo que cui da sse des sa nova for ma de atu a ção, que cer ta men te con ta ri a com a par ti ci pa ção dos Es ta dos in te res sa dos, nú cleo esse que de ve ri a fi car no eixo do Mi nis té ri o do Tu ris mo e da Em bra tur.

Os vôos **charters** têm a gran de van ta gem de pro por ci o nar uma di vul ga ção in ten si va e con cen tra da do des ti no e do vôo no mer ca do emi sor, fa vo re cen do ou tras ope ra ções ev en tu al men te exis ten tes.

To me se o ca so re cen te de um **charter** que ini ci ou, ago ra em ma io, um vôo de fre qüên cia se ma nal de Lon dres para Sal va dor, con du zin do 360 pas sa ge i ros para uma per man ên cia de quin ze dias no Bra sil, cu jo prin ci pal des ti no se rá a Cos ta do Sa ú í pe, um ou sa do em pre en di men to que con ta com cin co ho téis ope ra dos por ca de i as in ter na ci o nais, a cem qui lô me tros ao nor te de Sal va dor. Esse vôo es tá pro por ci o nan do a ma i or di vul ga ção que o Bra sil e a Ba hia até ho je já ti ve ram no Re i no Uni do, por meio de um pla no de pu bli ci da de com **outdoors**, fol he tos, ma te ri a is

promocionais, reportagem em jornais, revistas e televisão. Uma publicidade desse tipo acaba não privilegiando apenas aquele vôo, mas vai abrir a possibilidade de para que o País e a região visada possam ter outros empreendimentos desse tipo.

Juntamente com a operadora responsável e com o Complexo Turístico Costa do Sauípe, o Governo da Bahia também está contribuindo para essa divulgação. Embora o principal destino seja a Bahia, muitos turistas que vêm nesse vôo para a Costa do Sauípe visitarão outras cidades brasileiras, como Foz do Iguaçu, Brasília, Manaus, Rio de Janeiro, o que significa um mercado adicional para as empresas aéreas brasileiras com relação às operações internas. Calcula-se em cerca de US\$400.000 a renda mínima gerada no Brasil em cada um desses vôos, o que certamente se refletirá na geração de novos empregos e na criação de novas oportunidades de renda no País.

Os **charters** têm todas as condições de criar a competitividade que falta ao Brasil para disputar, no mercado turístico internacional, a igualdade de condições de concorrência com destinos que atualmente atraem os turistas dos Estados Unidos e da Europa. Entre esses destinos que hoje são concorrentes sérios e que têm condições de atrair os turistas internacionais, justamente por que têm mais vôos, estão a região do Caribe, principalmente a República Dominicana e Cuba, a Tailândia, a Índia, a Malásia, o Vietnã, Cancun, no México, e outros.

Estou confiante, mesmo porque S. Ex^a já iniciou ações nesse sentido, que o Ministro Carlos Meles, que já se tem mostrado muito sensível a essa política que acabo de expor, poderá causar, tenho certeza, uma grande transformação no turismo de regiões brasileiras como o Nordeste, a Amazônia e o Pantanal, por intermédio da captação de **charters** associada à promoção nos principais mercados emissores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, por vinte minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1996, foi realizada, em Istambul, a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, oportunidade em que foi aprovada a chamada Agenda Habitat, que estabeleceu um pacto pela mudança dos padrões de desenvolvimento dos assentamentos humanos.

A Agenda Habitat fixou compromissos que traduzem, em última análise, um acordo das nações do mundo inteiro em empreender mudanças no atual modelo de civilização, onde predomina a justiça social, o combate à pobreza, o equilíbrio ambiental e a igualdade de oportunidades.

Os países participantes daquela Conferência histórica deliberaram que a moradia seria considerada como um dever primordial do Estado e um direito do cidadão. Aliás, sob esse aspecto, o Brasil, pelo menos na legislação, está dando exemplo, ao aprovar, com a iniciativa do Senador Mauro Miranda, uma proposta de emenda constitucional conferindo ao cidadão o direito a uma moradia adequada, apropriada, para a sua sobrevivência e a da sua família.

Sr. Presidente, a Conferência das Nações Unidas, realizada em Istambul, em 1996, estabeleceu também que os países deveriam empenhar esforços para a conquista do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos. De nada adianta construir um conjunto habitacional se não for dado a ele a infraestrutura necessária, tais como energia elétrica, saneamento básico, calçamento das ruas, escolas e postos de saúde. Essa infraestrutura dará condições de sustentabilidade e de melhoria das condições de habitação a todos aqueles que conquistarem uma moradia em qualquer parte do mundo.

É necessário compreender que a Agenda Habitat deu aos Governos a imensa responsabilidade de implementarem em seus países uma política social destinada a romper com o antigo padrão de desenvolvimento urbano. Há a preocupação com uma sociedade justa e com uma distribuição mais equânime dos frutos do progresso e do desenvolvimento econômico.

No período de 6 a 8 deste mês, a Organização das Nações Unidas convocou todos os seus Estados-membros a examinar e a avaliar a implementação da Agenda Habitat, aprovada na Conferência sobre Assentamentos Humanos, realizada em Istambul, em junho de 1996. Cada um desses países tinha a obrigação de apresentar um relatório nacional – participamos dessa Conferência ao lado de vários representantes, como o Senador Íris Resende.

Sr. Presidente, em sessão especial, o relatório do Brasil foi apresentado pelo Ministro Ovídio de Áγγελis, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. Esse relatório, preparado pelo Comitê Nacional, que é integrado por representantes do Governo, da comunidade científica – tais como universidades e institutos de pesquisa – e da sociedade civil, apresenta tendências do desenvolvimento urbano e a evolu-

ção das condições de vida das cidades brasileiras no período 1993-1998. Apresenta ainda os principais problemas urbanos e as soluções para mitigá-los e estabelecer as prioridades e as linhas de ações futuras para enfrentar os desafios urbanos que se apresentam ao País no séc. XXI.

Não é satisfatória a situação do Brasil – é bem verdade – com relação aos assentamentos humanos e à sua sustentabilidade, tendo em vista principalmente à inversão de prioridades estabelecidas pelo Governo, mais preocupado com o equilíbrio fiscal em detrimento da resolução dos problemas habitacionais, que se vêm agravando a cada ano com o aumento populacional dos centros urbanos e a evasão rural.

Ape sar de constar na nossa Carta Magna o direito à moradia adequada, estamos longe de conquistá-lo, enquanto prevalecerem políticas públicas discriminatórias, feitas à luz das conveniências eleitorais do momento.

Falando em habitação popular, há vários projetos que estão aguardando a deliberação do Senado Federal. Inúmeros Srs. Senadores se debateram sobre a problemática habitacional e urbana de nosso País. Inclusive, sou um dos que apresentaram propostas. Uma dessas propostas expurga a TR dos contratos habitacionais. Sabemos que o montante do saldo devedor vai à estratosfera com a aplicação da TR ao longo dos anos – desde o ano de 1995. Acredito que a nossa proposta é uma saída para essa grave questão que tem tirado o sono de muitos que se esforçaram para ter a sua moradia e não podem mantê-la por absoluta falta de condições financeiras.

Mas o Governo, apesar desses projetos que estão aí, praticamente engavetados nas nossas Comissões, tanto na Câmara como no Senado, faz o vido de mercador aos reclusos da população. Mas, vez ou outra, vem com uma medida provisória e estabelece determinados instrumentos de mitigação dessas dificuldades.

A nossa proposta visa à extinção completa da TR. O Governo, reconhecendo essa necessidade, de estimular o andamento dos nossos projetos nesta Casa e na Câmara dos Deputados e, por meio de medidas provisórias, extingue até 88% da TR, ou seja, da correção que incide sobre os contratos habitacionais.

Sr. Presidente, isso tem de ser valorizado a iniciativa dos Srs. Parlamentares, que praticamente são anulados por intermédio de medidas provisórias.

Na semana passada, o Governo fixou uma medida provisória que expurga quase 90% da TR, ou

seja, da correção de contratos habitacionais de, se não me engano, até cinco salários mínimos.

Portanto, o que foi discutido, de 6 a 8 deste mês, em Nova Iorque, a respeito dos problemas habitacionais urbanos do mundo foi uma grande contribuição para a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Desde 1996, em Istambul, os países que integram a ONU estabeleceram uma Agenda para os países que dela participam. Nessa Conferência das Nações Unidas realizada na cidade de Nova Iorque, reconheceram-se as dificuldades dos países no momento de crise pelo qual todos estamos passando, impactando sobre o desenvolvimento econômico e social de todas as Nações, principalmente do mundo subdesenvolvido.

As conferências da ONU têm, de certa forma, voltado a sua atenção para o problema habitacional do mundo inteiro. Cerca de 30 mil pessoas deslocaram-se, em 1996, para Istambul, tendo em vista a busca de soluções para os problemas urbanos naquela conferência. Cerca de 50 mil pessoas foram a Pequim, a fim de definir novas normas, tendo em vista o progresso das mulheres, e aproximadamente 47 mil pessoas convergiram para o Rio de Janeiro, para encontrar um maior equilíbrio entre proteção do ambiente e desenvolvimento econômico da Terra.

Para alguns, a recente série de importantes conferências das Nações Unidas pode parecer uma mera e extravagante discussão de problemas, mas, em sua maioria, os líderes e dirigentes mundiais consideram esse acontecimento como um investimento que valeu a pena a longo prazo do futuro do planeta.

As conferências mundiais têm impacto a longo prazo, ao mobilizarem os Governos nacionais e as autoridades, bem como as organizações não governamentais, para tomar medidas sobre um problema mundial importante; estabelecer normas e diretrizes internacionais para as políticas nacionais; servir de fórum onde possam ser debatidas as novas propostas e procurados novos consensos; desencadear um processo de acordo com o qual os Governos assumam compromissos e passem a informar, regularmente, às Nações Unidas a evolução da situação nesses domínios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a conferência realizada em 1996, que redundou nessa conferência realizada neste ano, em Istambul, promoveu uma declaração e um programa sobre a proteção ao meio ambiente, a necessidade de utilizarmos melhor os recursos do planeta e de modificarmos os nossos padrões de consumo.

Depois de muita discussão, reconhece-se o direito à moradia para todos como objetivo dos Estados que se comprometem com a realização progressiva. Com relação aos temas dos direitos individuais e da família, mais uma vez, houve tentativas de recuar com relação à linguagem já acordada nas conferências anteriores. Ao final, porém, prevaleceu o consagrado em outras conferências realizadas em Cairo e em Viena: igualdade e melhor distribuição de renda entre os países, principalmente entre os países subdesenvolvidos.

Sabemos que hoje grande parte da população mundial está vivendo nos meios urbanos. O novo milênio marca o começo da era urbana. Pela primeira vez, a maior parte da população do mundo viverá em zonas classificadas como zonas urbanas. Essa troca, essa transformação está intimamente vinculada ao desenvolvimento urbano e ao resultado desse processo. Desde 1996, não se tem registrado nenhuma significativa transformação nas tendências de urbanização das regiões em todo o mundo. Embora a população dos países industrializados seja em grande parte urbana, o processo de urbanização é ainda intenso nos países em desenvolvimento. Atualmente, 40% da população dos países em desenvolvimento vive nas cidades. Para 2020, essa cifra se elevará para 52%.

Muitos países da América Latina e do Caribe têm perto de 75% da sua população vivendo nas cidades. Na Ásia e na África, essa população vem crescendo assustadoramente. Para 2015, está previsto que 153 das 358 cidades do mundo com mais de 1 milhão de habitantes estarão na Ásia. Das 27 megalópoles com mais de 10 milhões de habitantes, 15 estarão na Ásia. Prevêem-se megalópoles com 20 a 30 milhões de habitantes, aglomerações humanas de tamanho antes nunca vistas na história da humanidade.

Foram destacados, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em Nova Iorque, vários programas habitacionais, mas o que mereceu grande destaque foi o programa realizado na cidade de Santo André, em São Paulo, no Brasil.

Desde a celebração do Habitat II, o Município de Santo André, que faz parte da região metropolitana de São Paulo, tem promovido, com êxito, um programa integrado de inclusão social como estratégia tendente a promover o combate à pobreza da cidade e estabelecer novos caminhos de aplicar as políticas locais de redução da pobreza.

Esse programa tem por objetivo alcançar o desenvolvimento econômico, mediante o estabelecimento de microcréditos e a formação de cooperativas; o desenvolvimento urbano, mediante a melhoria dos bairros; o desenvolvimento social, mediante o es-

tabelecimento de programas de capacitação vocacional e de saúde; o desenvolvimento cultural, mediante um programa de educação cívica.

O programa tem servido para melhorar ao máximo os recursos destinados ao combate à pobreza na cidade de Santo André. O apoio do programa de administração municipal obteve recursos de diversos organismos internacionais, como uma prova evidente de que aqui, no Brasil, pelo menos na cidade de Santo André, o programa Habitat II está sendo levado a sério.

Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a e à Mesa a inserção em ata de um voto de louvor a tudo que foi discutido em Nova Iorque, na qual a reunião histórica das Nações Unidas, principalmente enfocando o problema grave da habitação nos centros urbanos, problema esse que, cada vez mais, cresce em nosso País, evidenciando, acima de tudo, que devemos estabelecer uma política habitacional consistente com essa inclinação da nossa população em sair do campo para a cidade.

Outros sim, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a inclusão, em ata, de toda essa documentação que trago da cidade de Nova Iorque, para que faça parte dos Anais do Senado Federal, bem como do relatório que foi lido pelo representante do Brasil na ONU. Este é o relatório que foi elaborado por várias entidades que fazem parte do Comitê Nacional de Habitação no Brasil e que foi lido pelo Ministro Ovídio de Angelis, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. Nele, Sr. Presidente, estão as conquistas, as dificuldades vivenciadas pelo Brasil com respeito ao problema habitacional. Logicamente, aqui está a configuração de um processo que precisa ser revertido, porque, com a aceleração do desenvolvimento no Brasil, é preciso que o Governo se dedique, com mais cuidado, no problema habitacional, multiplicando habitações, resolvendo o problema do saneamento básico, que é gravíssimo na periferia das grandes cidades, elaborando um programa consistente de habitação, abandonado há vários anos em decorrência, principalmente, da crise econômica e da inversão de prioridades.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria que toda essa documentação fosse incluída nos Anais desta Casa, como uma contribuição importante do Senado Federal, do Governo brasileiro e das entidades que participam do desenvolvimento do programa habitacional no Brasil.

Esperamos que, nos próximos encontros convocados pela Organização das Nações Unidas, o Brasil esteja em uma situação mais cômoda, em que brasileiros tenham mais habitação, saneamento e melhores condições de vida.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS**

VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

**ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS
CENTRO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS -
CNUAH - HABITAT**

ISTAMBUL + 5

RELATÓRIO NACIONAL BRASILEIRO

Brasília, junho de 2001

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Fernando Henrique Cardoso

SECRETÁRIO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Ovidio de Angelis

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO

Flávio Henrique Abdelnur Candelot

A Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República tem como competência assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na formulação e coordenação das políticas nacionais de desenvolvimento urbano, e promover, em articulação com as diversas esferas de governo, com o setor privado e organizações não-governamentais, ações e programas de urbanização, de habitação, de saneamento básico e de transporte urbano.

(Medida Provisória Nº 2.123-29, de 23 de fevereiro de 2001)

RELATÓRIO NACIONAL BRASILEIRO ISTAMBUL + 5

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

Emmanuel Cavalcante Porto – Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR

EQUIPE DE REDAÇÃO

Emmanuel Cavalcante Porto – SEDU/PR

Diana Meirelles da Motta – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/DIRUR

Maria da Piedade Moraes - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/DIRUR

Gilda Blank – Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Jaira Maria Alba Puppim - Caixa Econômica Federal (CAIXA)

APOIO TÉCNICO

Fabício da Silva Gama – SEDU/PR

I. GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ANA	Agência Nacional das Águas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANPUR	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANS	Agência Nacional de Saúde complementar
ANTP	Associação Nacional de Transportes Públicos
ANTU	Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos
ANVS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BGU	Balanco Geral da União
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional da Habitação
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CCT	Comitê de Cooperação Técnica
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFORH	Centro de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNUAH	Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
DIEESE	Departamento Inter Sindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos
DIMAC/IPEA	Diretoria de Estudos Macroeconômicos do IPEA
DIRUR	Diretoria de Estudos Urbanos e Regionais do IPEA
DISOC/IPEA	Diretoria de Estudos Sociais do IPEA
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAU/USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FCVS	Fundo de Compensação de Variações Salariais
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial
FNMP	Fundo Nacional de Moradia Popular
FNUR	Fórum Nacional da Reforma Urbana
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GAJOP	Grupo de Apoio a Testemunhas de Crimes Praticados por Terceiros
GTRAN	Grupo Executivo de Transporte Urbano
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBAM	Instituto Brasileiro de administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MT	Ministério dos Transportes
NESUR/UNICAMP	Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade de Campinas
OEA	Organização dos Estados Americanos
OGU	Orçamento Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países de Língua Portuguesa

PASS	Programa de Ação Social em Saneamento
PBQP-Habitat	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat
PEA	População Economicamente Ativa
PEMAS	Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Sub-Normais
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional
PMSS	Programa de Modernização do Setor de Saneamento
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PPA	Programa Plurianual
PQA	Programa de Qualidade da Água
PR	Presidência da República
PREZEIS	Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesses Social
PROALCOOL	Programa do Alcool
PROGER	Programa de geração de Emprego e Renda
PROGEST	Programa de Apoio à Gestão de Resíduos Sólidos
PRONCOVE	Programa Nacional de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores
PRORENDA	Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAHS	Sistema de Aquisição de Habitação Social
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDU	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
SEPURB	Secretaria de Política Urbana
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SFI	Sistema Financeiro Imobiliário
SIAFI	Sistema de Acompanhamento Financeiro
SIDOR	Sistema Integrado de Dados Orçamentários
SPBE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

II. APRESENTAÇÃO

1. A Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, realizada em Istambul em 1996, aprovou a Agenda Habitat, que estabelece um pacto pela mudança dos padrões de desenvolvimento dos assentamentos humanos para o século que se inicia.
2. A Agenda Habitat fixou compromissos que expressam o desejo de mudança das nações, do atual modelo de civilização para outro, em que predomine a justiça social, o combate à pobreza, o equilíbrio ambiental e a igualdade de oportunidades. Os países signatários assumiram o compromisso de incorporar em suas políticas o conceito de moradia adequada para todos e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos.
3. A idéia de desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos com justiça social marca o rompimento do antigo padrão de desenvolvimento urbano que predominou no século que se encerrou. O legado a ser deixado para as futuras gerações será uma sociedade mais justa e uma distribuição mais equânime dos frutos do progresso e do desenvolvimento econômico.
4. A Agenda Habitat conferiu aos governos, com a colaboração dos cidadãos, a responsabilidade e o dever de implementar os respectivos planos de ação e dar início ao processo de consolidação das Agendas Habitat nacionais e locais. As mudanças desejadas serão alcançadas mediante a mobilização de todos os setores da sociedade e dos governos, em parceria já iniciada e que está sendo fortalecida em experimentos participativos de planejamento.
5. Ao criar o Comitê Nacional de avaliação da implementação da Agenda Habitat brasileira, traduzindo, em âmbito nacional e local os princípios, compromissos e estratégias do Plano Nacional de Ação, o Presidente Fernando Henrique Cardoso reafirma claramente o empenho e determinação do Brasil de cumprir os compromissos assumidos em Istambul, em direção ao desenvolvimento sustentável das nossas cidades e ao estabelecimento de assentamentos dignos, metas com as quais se comprometeu perante a Nação e que representa uma convergência absoluta com as recomendações de Istambul.
6. O Relatório Nacional é fruto do trabalho do Comitê Nacional, integrado por membros do governo federal, da comunidade acadêmica, de institutos de pesquisa, organizações não-governamentais e da sociedade civil organizada. O Relatório aborda os temas-chave extraídos dos compromissos e estratégias da Agenda Habitat, agrupados em seis temas principais: Moradia; Desenvolvimento Social e Erradicação da Pobreza; Gestão Ambiental; Desenvolvimento Econômico; Governança; e Cooperação Internacional.
7. Muitas foram as conquistas obtidas, que convergiram para pontos da Agenda Habitat no Brasil, por meio de iniciativas locais, de políticas públicas governamentais, relacionadas principalmente à formação de uma cultura de trabalho em parceria, ao aumento dos investimentos em benefício da população de baixa renda, à melhoria da gestão urbana local, em que os governos municipais, em parceria com a sociedade, têm se afinado com os princípios e estratégias de ação propostos pela Agenda Habitat e defendidos e praticados pelo Governo do Brasil.
8. Para dar prosseguimento a esse processo participativo, apresentamos esta avaliação da Agenda Habitat brasileira, que será um processo permanente, dirigido ao aperfeiçoamento das ações de gestão urbana e ambiental. Com esse propósito e em cumprimento às recomendações do Presidente Fernando Henrique Cardoso, conclamamos toda a sociedade a somar esforços para a construção de uma civilização mais justa e mais solidária.

OVIDIO DE ANGELIS

Ministro da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República

III. INTRODUÇÃO

1. A Organização das Nações Unidas convocou a todos seus Estados Membros a examinar e avaliar a implementação da Agenda Habitat, decorridos cinco anos após a Conferência sobre Assentamentos Humanos – Habitat II, realizada em Istambul em junho de 1996, por meio de um Relatório Nacional.

2. O Relatório Nacional brasileiro e os Indicadores Urbanos foram preparados pelo Comitê Nacional criado para este fim, por meio do Decreto Presidencial de 1º de dezembro de 2000, presidido pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (SEDU/PR). O Comitê é composto por um amplo elenco de atores integrantes de diversas instâncias do Governo, representantes da comunidade científica, como universidades e institutos de pesquisa, bem como representantes da sociedade civil, como entidades de classe, representantes eleitos e organizações não-governamentais¹. Este documento reúne as contribuições das diferentes instituições² participantes do Comitê Nacional.³ Antecedeu a criação do Comitê Nacional, a participação da SEDU na Primeira Reunião Substantiva do Comitê Preparatório para Istambul+5, que ocorreu em Santiago do Chile, de 23 a 27 de outubro de 2000.

3. Este Relatório será apresentado pelo Brasil na Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, Istambul +5, a ser realizada nos dias 6 a 8 de junho em Nova York. Este documento amplia o texto apresentado em Nairóbi, Quênia, na Segunda Sessão Substantiva do Comitê Preparatório Istambul +5, incorporando as contribuições⁴ de outros setores do governo e da sociedade civil, durante a realização do *workshop* nacional, que ocorreu nos dias 17 e 18 de abril de 2001, em Brasília, sob a coordenação da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República.

4. O Relatório Nacional e os Indicadores Urbanos que lhe servem de base, apresentam as tendências do desenvolvimento urbano e a evolução das condições de vida das cidades brasileiras no período 1993-1998, os principais problemas urbanos, as soluções adotadas para mitigá-los e estabelece as prioridades e as linhas de ação futuras para enfrentar os desafios urbanos que se apresentam ao país no século XXI. Ao avaliar as ações e os avanços alcançados com relação ao cumprimento dos compromissos e estratégias da Agenda Habitat, o Relatório Nacional apresenta os progressos obtidos a partir de 1996, enfatizando os problemas, as tendências dos indicadores urbanos, as políticas, planos e programas implementados pelos diferentes níveis de governo, as mudanças na legislação urbanística e ambiental, os obstáculos institucionais, com destaque para as melhores práticas desenvolvidas em nível local, estadual e nacional. Também são incluídas propostas de estratégias prioritárias que deverão nortear o desenvolvimento urbano no Brasil, considerando as aspirações da sociedade brasileira, no que respeita a uma maior eficiência, equidade social e sustentabilidade ambiental dos assentamentos humanos.

5. Para a elaboração dos 23 Indicadores quantitativos-chave foram utilizados os dados oficiais mais recentes, provenientes de fontes reconhecidas, sendo a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (PNAD), o Censo Demográfico, a Contagem Populacional e a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as fontes de dados mais utilizadas, complementadas por informações de âmbito local. Os indicadores quantitativos referem-se ao período 1993 e 1998 e adotam a metodologia proposta pelo Habitat. Na ausência de dados disponíveis para as datas de referência, os indicadores referem-se ao período transcorrido entre a Conferência Habitat II ONU em Istambul até o presente momento.

¹ Integram o Comitê Nacional a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (SEDU/PR), a Assessoria da Presidência da República, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Caixa Econômica Federal (CAIXA), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Congresso Nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FASE).

² Enviaram contribuições para o Relatório as seguintes instituições: IAB, IBAM, FASE, CBIC, o Ministério dos Transportes (MT), o Grupo de Coordenação de Transporte Urbano (CGTRAN) da SEDU, a Coordenação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-Habitat-SEDU), e o Ministério do Meio Ambiente.

³ O processo de preparação deste Relatório consistiu na realização de cinco reuniões do Comitê Nacional e um *workshop*. As instituições, os participantes do *workshop* e sua programação encontram-se no anexo 2 deste Relatório.

⁴ Os representantes das instituições que integram o Comitê Nacional Istambul + 5, concordam com o teor geral do documento, mas não necessariamente com o sentido literal de todos os conceitos e juízos nele emitidos.

6. Este documento segue o formato estabelecido pelo Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, reunindo os 20 compromissos chave extraídos dos capítulos sobre os Compromissos e Estratégias da Agenda Habitat, agrupados em seis temas principais. Em consonância com as diretrizes do Habitat foram enfatizados os recortes por gênero, condição sócio-econômica e localização espacial da população. Os temas tratados são:

1. Moradia;
2. Desenvolvimento Social e Erradicação da Pobreza;
3. Gestão Ambiental;
4. Desenvolvimento Econômico;
5. Governança; e
6. Cooperação Internacional;

7. A Planilha contendo os Indicadores Urbanos Quantitativos e Qualitativos para o conjunto das áreas urbanas do Brasil e a metodologia utilizada para a construção dos mesmos, encontram-se no Anexo 4 deste Relatório.

8. O texto destaca, em cada capítulo, exemplos de boas práticas, que foram selecionadas devido ao seu efeito multiplicador, bem como ao alcance social, e ao impacto positivo sobre a qualidade de vida e o meio ambiente construído, ou ainda, que tenham melhorado a eficiência dos sistemas de gestão urbana. Embora essas experiências, simplifiquem a complexidade das ações realizadas no campo do desenvolvimento urbano, os exemplos representam inovações que merecem ser conhecidas.

9. No período analisado, o processo de urbanização no Brasil manteve-se acelerado e apresentou grande diversidade e heterogeneidade no território nacional. Destacam-se a interiorização do fenômeno urbano; a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; o crescimento das cidades médias; o aumento da periferização⁵ dos centros urbanos; e a formação e consolidação de aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas. Tais manifestações do processo de urbanização resultam em parte da reestruturação econômica em curso no país, cujos impactos geraram novos padrões, sobretudo, na estrutura do emprego urbano e na dinâmica migratória⁶.

10. Para o conjunto do país, as aglomerações urbanas metropolitanas continuam concentrando população e as aglomerações urbanas não metropolitanas vêm aumentando de forma expressiva a sua participação no total da população do país⁷. Em praticamente todas as Grandes Regiões Geográficas do país, as pequenas cidades apresentam saldos migratórios negativos, retratados pelo crescimento abaixo da média nacional e muito próximo do crescimento vegetativo do país.

11. A taxa de crescimento da população total brasileira declinou de 1,93 % ao ano entre 1980-1991 para 1,63% ao ano no período 1991-2000⁸, embora a taxa de urbanização continue crescendo,⁹ com a população urbana crescendo a uma taxa de 2,45% a.a. Atualmente, 81,2% dos 169,5 milhões de brasileiros vivem em cidades, totalizando cerca de 5.550 Municípios, dos quais 75% têm população inferior a 20.000 habitantes.

12. A rede urbana brasileira vem se tornando mais complexa, com a mudança ocorrida no formato das redes urbanas regionais, reflexo de diferentes articulações sócio-espaciais que se formaram entre as cidades. Essa complexidade, que expressa a desconcentração das atividades produtivas e o surgimento de novos

⁵ A variação relativa da população dos municípios-núcleo das regiões metropolitanas foi de 4,35% entre 1991-96, enquanto a população dos municípios periféricos aumentou 13,60%. As maiores taxas de crescimento anual na periferia foram registradas na Região Metropolitana de Belém (6,35% ao ano) e na Região Metropolitana de Curitiba (5,12 ao ano), quando a média para o conjunto das cidades brasileiras foi de 2,12% ao ano. (IBGE- Anuário Estatístico do Brasil - 1997)

⁶ *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* - IPEA/IBGE/NESUR/IE-UNICAMP, 1999

⁷ As aglomerações urbanas metropolitanas concentraram 33,6% da população total do país, atingindo 52,7 milhões de habitantes em 1996. As aglomerações urbanas não metropolitanas aumentaram sua participação na população total de 12,7% em 1991 e 3,1% em 1996. Fonte: *Estudo Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, IPEA/IBGE/ NESUR-IE-UNICAMP, 1998.

⁸ Resultados Preliminares do Censo Demográfico 2000.

⁹ A taxa de crescimento da população urbana entre 1991/2000 foi de 2,45% ao ano, ao passo que a população rural declinou a uma taxa de 1,31% ao ano no mesmo período (IBGE/Dados Preliminares do Censo Demográfico 2000)

espaços economicamente dinâmicos, configura-se em função das peculiaridades da estrutura produtiva e de espacialidades no território.

13. A significativa periferização, ou seja, o aumento da ocupação de áreas periféricas pela população, especialmente a de baixa renda em centros urbanos de grande e médio porte vem acentuando o surgimento de áreas urbanas informais¹⁰. Essa situação é agravada pela dificuldade do acesso à terra e deficiências legais, em alguns casos e ausência de regulação, em outros o que vem favorecendo a ocupação informal dos centros urbanos, tanto nas áreas centrais como nas periferias.

14. A distribuição espacial das cidades brasileiras configura uma rede heterogênea, que apresenta grande desafio à gestão do desenvolvimento urbano no plano federal¹¹. A nova configuração da rede urbana do país compreende 111 centros urbanos, comandados pelas 13 metrópoles do país. Esses centros urbanos reúnem 440 municípios e concentravam mais da metade da população brasileira, cerca de 56%, em 1996. As 12 aglomerações urbanas metropolitanas reúnem cerca de 200 municípios e atingem aproximadamente 33% do total da população brasileira, ou seja, 52,7 milhões de habitantes. As 37 aglomerações urbanas não metropolitanas reúnem 180 municípios, abrigando um total de 20 milhões de pessoas (1996). Em conjunto, as 49 aglomerações urbanas concentram cerca de 47% do total da população do país, atingindo a cifra de 74,3 milhões de habitantes¹².

15. As dificuldades enfrentadas pelo setor público no período 1993-1998, para superar o desafios que se apresentam à administração das cidades brasileiras, derivam tanto do desequilíbrio macroeconômico que crises internas e externas têm provocado, quanto das políticas públicas implementadas para corrigi-los. Isso reduziu substancialmente a capacidade de investimento do Governo, em equipamentos públicos, especialmente nas esferas Federal e Estadual. Iniciativas de governos locais e das comunidades, bem como os benefícios do controle do processo inflacionário, contudo, vêm contribuindo para atenuar essas dificuldades.

¹⁰ Referem-se às áreas urbanas ocupadas, sem título de propriedade, com precariedade de infra-estrutura e serviços públicos, em desacordo com as leis e as normas urbanísticas e edículas (favelas, loteamentos clandestinos, baixadas (em Belém) vilas (no Nordeste), e outras formas.

¹¹ IPEA: *Estudo Gestão Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano* – Relatório Final, 1998

¹² Idem

IV. MORADIA

1. Prover a Segurança da Posse

1.1 A melhoria das condições de habitação, de infra-estrutura e de serviços públicos das áreas urbanas informais, a regularização de loteamentos populares e a segurança da posse da propriedade constituem um dos desafios mais importantes atualmente enfrentados pelo Poder Público.

1.2 A superação desses desafios tem sido, no entanto, dificultada, em parte, pela ineficácia dos instrumentos legais de uso e ocupação do solo e de acesso à terra, bem como por obstáculos de ordem administrativa dos órgãos reguladores responsáveis pelo desenvolvimento urbano. No entanto, há que se reconhecer que parte das populações que vive nas áreas urbanas informais¹³ vem se dirigindo aos centros urbanos em busca de novas oportunidades, serviços e equipamentos públicos.

1.3 O setor público municipal estadual e federal vem promovendo e participando de programas de urbanização e melhoria de áreas urbanas informais, os quais, em parte, consideram a posse da terra como finalidade principal. Essas intervenções têm possibilitado a segurança da posse aos moradores, na medida em que permitem e até mesmo incentivam a melhoria da habitação posse no local.

1.4 No que diz respeito às ações de despejo de pessoas de seu local de moradia, sobretudo aquelas que estão em condições mais vulneráveis por não terem acesso a proteção judicial, o poder público tem sido tolerante no que se refere às ocupações ilegais realizadas por populações carentes, permitindo, em alguns casos, a permanência da população no local, a desapropriação das terras, ou a utilização de concessões de uso do solo urbano, entre outros instrumentos, respondendo inclusive aos movimentos populares de defesa da moradia. Não há, entretanto, registro de dados com cobertura nacional sobre a ocorrência de despejos.

1.5 Com relação à evolução do setor habitacional no período considerado, houve uma relativa melhora nas condições de moradia da população residente nas cidades brasileiras.¹⁴ A proporção de domicílios com propriedade¹⁵ cresceu de 65% para 68% e o número de domicílios ocupados por invasores¹⁶ permaneceu praticamente inalterado. Esses números traduzem alguns dos avanços obtidos pelas políticas habitacional e de regularização fundiária adotadas pelos diversos níveis do governo. Os indicadores para os domicílios chefiados por mulheres, apesar de terem melhorado no período, ainda são inferiores a aqueles chefiados por homens, pois apresentam menor percentual de domicílios com propriedade formal e maior proporção de alugados, cedidos e invadidos, revelando uma maior fragilidade desse segmento de população, no que respeita às condições de ocupação e posse da moradia.

1.6 Como o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) financiou apenas 26% das moradias produzidas no período 1994-1997¹⁷ e o percentual de casas ditas próprias já pagas é maior entre os pobres (71%) do que os não-pobres (68%¹⁸), é de se supor que a população pobre teve acesso à casa própria por meio da autoconstrução em áreas urbanas informais, sem assistência direta do setor público e sem a infra-estrutura necessária e a prestação de serviços públicos. Assim, boa parte do aumento do número de domicílios próprios pode ser explicado pela ilegalidade da ocupação especialmente nas áreas urbanas informais (favelas, cortiços,

¹³ Neste Relatório os números sobre áreas urbanas informais referem-se aos setores especiais de aglomerados subnormais, que correspondem, grosso modo, às favelas e assemelhados, conforme metodologia do IBGE (Censo 91), que define aglomerado subnormal como "um conjunto constituído por unidades habitacionais (barracos, casas...), ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou privada) dispostos em geral de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais". Os números sobre loteamentos irregulares, outra faceta importante da informalidade urbana no Brasil, não foram considerados neste Relatório porque os dados do IBGE não permitem a sua identificação.

¹⁴ IPEA/DIRUR a partir de microdados da PNAD/IBGE, 1993 e 1998;

¹⁵ Foram considerados próprios formais os domicílios próprios já pagos ou próprios ainda pagando, onde o entrevistado se declarava dono da construção e do terreno. Acredita-se que pelo fato da PNAD não indagar sobre a existência de título de propriedade ou escritura registrada em cartório e o receio de ser expulso por parte do entrevistado, podem levar a uma sobrestimação do número de domicílios formais. Para se ter uma medida mais acurada da qualidade de habitação, a informação sobre condições de ocupação da moradia deve ser qualificada com dados sobre o déficit habitacional, que levam em consideração a precariedade da habitação e a coabitação familiar.

¹⁶ Utilizou-se como estimativa do número de invasores, os domicílios próprios, cujos ocupantes não eram proprietários do terreno e outras condições de moradia, que não os próprios formais, alugados ou cedidos. *Dicionário da PNAD - IBGE*.

¹⁷ SEDU/PR, Grandes números e GT de Habitação

¹⁸ Neri et al.(2000). *Assets, Markets and Poverty in Brazil*.

loteamentos e condomínios clandestinos) revelada por diversas pesquisas qualitativas¹⁹. As famílias mais pobres continuam tomando iniciativas próprias para resolver o problema da moradia, em situações de informalidade, alcançando percentuais cada vez maiores. O percentual de habitantes nas áreas urbanas informais chega a alcançar até 50 % da população de importantes aglomerações urbanas metropolitanas do país²⁰.

1.7 Quanto aos indicadores de acesso à moradia no Brasil, embora se verifique uma relativa melhora, o percentual de moradias precárias²¹, localizadas em áreas urbanas informais, áreas de risco e de proteção ambiental ainda é elevado. Persiste também um acentuado déficit habitacional no país²², que incide principalmente sobre as camadas mais pobres da população brasileira. Para o conjunto das cidades brasileiras havia 1.336.675 domicílios particulares permanentes localizados em áreas de assentamentos subnormais (IBGE) em 1998, 79,8% dos quais se localizavam nas principais regiões metropolitanas do país. Recife e Belém são as RMs com maior percentual de domicílios localizados em favelas em termos relativos (26,2 e 22,1% dos domicílios), enquanto a maior contribuição para os domicílios favelados em termos absolutos advém das RMs do Rio de Janeiro (24,9%), São Paulo (17,0%) e Recife (15,5%)²³.

1.8 As áreas urbanas informais, especialmente as favelas e as ocupações de fundo de lote, revelam uma forte demanda reprimida por acesso a terra e à habitação nas grandes cidades. Nas terras onde a propriedade pertence ao do setor público, a implantação de programas habitacionais destinados a atender a essa demanda é facilitada, uma vez que o problema habitacional reside, principalmente, no acesso à terra. A situação das terras no Distrito Federal é peculiar no país, pois grande parte do estoque de terras pertence ao poder público. Isso favoreceu o acesso da terra e a segurança da posse a milhares de famílias, mediante programas habitacionais específicos de remoção de ocupações ilegais, desde a implantação da nova capital. Entretanto estes programas habitacionais, embora favoreçam o acesso à terra urbana, reproduzem, em geral situações de precariedade urbanística e exclusão territorial.

O Projeto Vila Bairro, na cidade de Teresina, Estado do Piauí compreende a implantação de infra-estrutura física, comunitária, educativa e de geração de renda em 155 vilas e favelas. Já foram regularizados aproximadamente 7 mil lotes, mediante a concessão de títulos de cessão de posse e uso ao beneficiários (famílias sem teto) que já residiam no local. Também foram regularizados 4.604 lotes para o assentamento de famílias provenientes de áreas de risco e/ou ocupação irregular.

O Projeto Favela Bairro, em implantação no Município do Rio de Janeiro, objetiva a urbanização de favelas, buscando integrar essas áreas à cidade. O projeto compreende a implantação de obras de melhorias no sistema viário, como elemento estruturador da intervenção, além de obras de infra-estrutura em saneamento, drenagem pluvial e recolhimento do lixo, implantação de áreas de lazer e esporte, equipamentos comunitários e algumas ações no plano social, abrangendo educação, geração de emprego e renda. Apesar de contemplar ações de regularização fundiária, o projeto não prioriza esse componente. O projeto foi implantado em mais de 70 comunidades.

2. Promover o Direito à Moradia Adequada

2.1 Do ponto de vista legal, vem se obtendo alguns avanços nos últimos anos. Em fevereiro de 2000, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 26, que incluiu o acesso à moradia como um direito social. Por ser uma iniciativa recente, os efeitos desse novo preceito constitucional ainda não podem ser avaliados. Na área de

¹⁹ Estudo "Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano" IPEA 1998.

²⁰ O dado refere-se às metrópoles de Belém, Recife e Salvador. Roteiro para a Elaboração do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Sub-normais - PEMAS/Habitar-Brasil/BH) e Estudo Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano.

²¹ Sem acesso a serviços básicos essenciais ou construídas com materiais improvisados.

²² O número oficial para o Déficit Habitacional Quantitativo no Brasil é de 5,6 milhões de novas unidades, causado principalmente pela coabitação familiar (63%), e concentrando-se nas áreas urbanas (70,7%), na Região Nordeste (44,7%) e na população cujo rendimento familiar mensal é inferior a 5 salários mínimos (85%). Existe ainda um elevado déficit habitacional qualitativo ligado à ausência de serviços básicos essenciais como água, esgoto e eletricidade, à densidade excessiva e ao ônus excessivo com o aluguel. A exemplo do déficit habitacional quantitativo, o déficit qualitativo também incide preponderantemente sobre a população de baixa renda (BRASIL/SEPURB/Fundação João Pinheiro). Entretanto, existe uma grande controvérsia acerca do tamanho e da natureza do déficit habitacional no Brasil, que deve ser encarada com ressalvas.

²³ IPEA/DIRUR a partir de microdados da PNAD/IBGE 1993 e 1998.

desenvolvimento urbano e moradia, dois importantes Projetos de Lei, estão em final de tramitação no Congresso Nacional para aprovação: O Projeto de Lei nº 5788/90 - Estatuto da Cidade, que dispõe sobre os principais instrumentos de planejamento urbano e o Projeto de Lei nº 2710/92, de iniciativa popular, que cria o Fundo Nacional de Moradia Popular, FNMP e combina recursos orçamentários a fundo perdido para subsídios destinados exclusivamente à população de baixa renda com outras fontes (FGTS, SBPE, ICMS estadual, loterias e fundos de pensão).

2.2 Apesar do percentual de domicílios com saneamento básico adequado²⁴ ter subido de 55,3% em 1993 para 61,8% em 1998, este indicador mostra que ainda existem no Brasil cerca de 13 milhões de moradias urbanas domicílios com condições de saneamento precárias. Os maiores déficits de serviços de saneamento urbano estão concentrados nos domicílios com rendimento familiar de até ½ salário mínimo, onde 67,2 % dos domicílios com este patamar de renda encontram-se em condições de precariedade. Na região Nordeste a proporção de domicílios sem condições de saneamento básico adequado alcança 81,7%.²⁵

2.3 A participação do aluguel na renda domiciliar²⁶ dos domicílios alugados cresceu de 11% para 26% no período compreendido entre 1993 e 1998²⁷, o que evidencia um aumento substancial no ônus com aluguel no período recente. Um fator que pode contribuir para explicar a evolução desse indicador foi o aumento dos preços reais dos bens não-comercializáveis, como é o caso dos aluguéis, ocorrido após o advento do Plano Real de estabilização econômica.

2.4 Os municípios vêm contribuindo para aumentar a provisão de moradias para a população pobre mediante a execução de diversas modalidades de intervenção, tais como: melhorias habitacionais, mutirão, auto-construção, autogestão, cesta básica de materiais de construção, urbanização de favelas ou construção de novas unidades habitacionais. O acervo de experiências e boas práticas realizadas pelos governos locais, referentes à provisão de moradias, revela que as prefeituras municipais têm demonstrado boa capacidade de contribuir para o alcance dos objetivos da Agenda Habitat, principalmente por meio de parcerias com os atores sociais e, em particular, com as organizações comunitárias.

O Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS - da cidade do Recife, implantado em 1987 e pioneiro no país²⁸, se fundamenta no fortalecimento dos direitos de cidadania, no cumprimento do princípio da função social da propriedade e na flexibilização dos modelos urbanísticos. A participação da população ocorre por intermédio do movimento popular - associações de bairro, assessoradas por ONGs - para definição de prioridades e alocação de recursos e se fundamenta no direito ao uso da terra urbana. O PREZEIS instituiu um novo modo de pensar o urbano, caracterizado pelo respeito à população pobre na forma de ocupação do espaço e nas características socio-culturais. A adoção de normas urbanísticas e padrões tecnológicos dos serviços públicos (saneamento e energia elétrica) diferenciados e normas específicas para a ocupação do solo constituem um avanço considerável no planejamento e gestão urbana.

3. Prover Igualdade de Acesso à Terra

3.1 Embora não existam instrumentos suficientes para assegurar a função social da propriedade, observa-se uma evolução no que diz respeito à igualdade de acesso de homens e mulheres à posse e à propriedade da terra. Os programas governamentais de regularização fundiária têm, inclusive, privilegiado a outorga do direito às mulheres mães de família por entender que elas asseguram a permanência e a continuidade do benefício no âmbito familiar.

3.2 O Art. 182 da Constituição Federal, que dispõe sobre a política urbana, assegura no parágrafo segundo, que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. Alguns dos dispositivos previstos no projeto de Lei nº.

²⁴ O IBGE classifica como possuindo saneamento básico adequado os domicílios com canalização interna de água proveniente de rede geral, rede coletora de esgotamento sanitário ou fossa séptica e lixo coletado (IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 1999)

²⁵ IBGE - Síntese de Indicadores Sociais: 1999.

²⁶ Aluguel mediano sobre rendimento domiciliar mediano dos domicílios alugados.

²⁷ IPEA/DIRUR com base em microdados da PNAD/IBGE 1993 e 1998.

²⁸ O PREZEIS foi implementado pela Lei No. 1.4947 de 1987. As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS foram criadas pela Lei Municipal n. 14511/83 de Uso e Ocupação do Solo do Recife

5788/90 - Estatuto da Cidade, quando aprovado, poderão contribuir para a aplicação desse princípio, como, por exemplo a concessão de uso especial para fins de moradia e a usucapião especial de imóvel urbano.

3.3 Uma dificuldade a ser superada no que respeita a proteção do direito à moradia é a predominância das decisões do Judiciário brasileiro que não reconhece a prevalência da legislação urbanística que disciplina os instrumentos jurídicos e urbanísticos para o cumprimento da função social da propriedade, tais como o reconhecimento do uso efetivo de áreas urbanas por comunidade carentes para fins de moradia sobre a legislação civil que disciplina o direito de propriedade individual. Também é verificada a utilização, de forma indevida, da legislação ambiental nos conflitos de posse e o uso da terra urbana. Essa posição do Judiciário tem resultado no não cumprimento do direito à moradia, por meio de decisões judiciais que resultam em despejos e remoções de famílias carentes.

3.4 Nos últimos anos, houve um relativo progresso na legislação referente à habitação de interesse social, representado pela Lei 9785/99, que alterou a Lei de Desapropriações, os Registros Públicos e a Lei de Parcelamento Solo Urbano, com vistas à simplificação, desburocratização e redução de custos. Dentre as medidas previstas na referida Lei merecem destaque a agilização do processo de expropriação, realizada pelo poder público, permitindo que a prefeitura promova no assentamento o registro do parcelamento, com a titulação da terra, por meio da cessão de posse aos beneficiários, com força de escritura pública, que é aceita, inclusive, como lastro de garantia a financiamentos do SFH. A Prefeitura pode adotar índices urbanísticos mínimos por meio de projeto de lei encaminhado ao poder legislativo. O incentivo à participação de empreendedores privados na produção de loteamentos de interesse social e a autorização da regularização de loteamentos já consolidados também são contemplados.

3.5 Para facilitar a execução de políticas e programas habitacionais é necessário que seja revisto o Código Civil, e que seja criado um arcabouço legal para a promoção da habitação. Há também a necessidade de maior sensibilização do Ministério Público, com relação a esse assunto. A operacionalização de programas habitacionais de interesse social é dificultada pelos conflitos existentes com a legislação ambiental cujos parâmetros são baseados no Código Florestal, que não inclui dispositivos sobre o desenvolvimento urbano.

3.6 As áreas urbanas informais, especialmente as favelas e as ocupações de fundo de lote, que caracterizam a sub-locação, revelam uma forte demanda reprimida por acesso a terra e à habitação nas grandes cidades. Nas terras urbanas onde a propriedade é do setor público a implantação de programas habitacionais destinados a atender a essa demanda é facilitada, uma vez que o problema habitacional reside, principalmente, no acesso à terra. A situação das terras no Distrito Federal é peculiar no país, uma vez que grande parte do estoque de terras pertence ao poder público. Isso favoreceu o acesso da terra e a segurança da posse a milhares de famílias, mediante programas habitacionais específicos de remoção de ocupações ilegais, desde a implantação da nova capital.

4. Promover Igualdade de Acesso ao Crédito

4.1 As fontes tradicionais de financiamento para habitação e infra-estrutura urbana têm sido os recursos onerosos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e os recursos a fundo perdido do Orçamento Geral da União (OGU), complementados por empréstimos externos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial, recursos próprios da Caixa Econômica Federal e contrapartidas dos estados e municípios.

4.2 Os programas do Governo Federal na área de habitação, implementados a partir de 1995, podem ser agrupados em três grandes grupos: (i) programas de financiamento aos governos municipais ou estaduais, em geral a fundo perdido ou subsidiados, destinados especialmente às populações com rendimentos familiares inferiores a três salários mínimos (HABITAR BRASIL ou Morar-Melhor; Habitar BID; e PRÓ-MORADIA); (ii) programas de financiamento direto às famílias, destinados à compra, construção e/ou melhoria das condições de habitação de famílias com renda mensal inferior a doze salários mínimos (Carta de Crédito Individual e Associativo e Programa de Apoio à Produção); e (iii) Programas e Ações voltadas para a melhoria do funcionamento do mercado habitacional.

4.3 A maior parte das linhas de crédito existentes para habitação no Brasil é, no entanto, lastreada em recursos onerosos, resultantes de contribuições sociais que exigem retorno das aplicações, já que se constituem em fundos patrimoniais de cada trabalhador (FGTS). Desta forma, as condições de financiamento habitacional

nem sempre são compatíveis com a capacidade de pagamento das populações de baixa renda, requerendo a concessão de subsídios de origem fiscal. Além disso, o contingenciamento do crédito ao setor público, aliado a falta de capacidade de pagamentos e endividamento de estados e municípios, comprometeu o desempenho de programas destinados à habitação, infra-estrutura e saneamento básico. Programas como o PRO-MORADIA estão paralisados, o que tem levado o governo a incentivar o crédito individual embora se saiba que este tipo de crédito dificilmente atende à população de menor renda (0 a 3 salários mínimos).

4.4 A igualdade de acesso ao crédito para as mulheres também avançou. Uma Portaria de março de 1998, do Ministério do Planejamento e Orçamento²⁹ estabelece que os agentes executores dos programas habitacionais implementados com recursos da União incluam, entre suas prioridades de seleção, o atendimento à mulher chefe de família. Determina também que os agentes executores adotem medidas que viabilizem a criação e disseminação de programas de capacitação de mão-de-obra feminina, que permitam a inserção da mulher no processo produtivo de unidades habitacionais, em especial nos sistemas de auto-construção e de mutirões.

4.5 São exemplos importantes de ações do Governo para a implementação da estratégia de aperfeiçoamento do mercado no setor habitacional, a instituição do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), a implementação do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), além de ações implementadas recentemente e que agem no sentido de diversificar as formas de acesso à moradia, tais como a locação social, nos moldes do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que propõe a produção ou recuperação de empreendimentos habitacionais, em áreas já urbanizadas e servidas por serviços básicos, possibilitando o acesso à moradia para as famílias de baixa renda, por meio de contrato de arrendamento, com direito a futura opção de compra.

4.6 Nos empréstimos e créditos com recursos do FGTS, houve progresso no período em análise, quando o Conselho Curador criou uma política de subsídios para as famílias com renda de até 5 salários mínimos, em tabela decrescente de benefício, em todos os tipos de financiamentos carta de crédito – FGTS. As taxas de juros cobradas pelos programas Carta de Crédito são substancialmente inferiores às taxas de mercado, de forma que o programa corresponde a um subsídio direto não desprezível. Outra característica desses programas é o atendimento à demanda espontânea por financiamento para habitação por parte dos agentes individuais na forma direta de crédito ao consumidor, o que representa uma importante mudança na estratégia do governo.

4.7 Os atuais programas governamentais voltados para o atendimento da população de baixa renda, a exemplo do PAR e Carta de Crédito, são insuficientes para o atendimento das reais necessidades de moradias do país, considerando-se o montante do déficit habitacional existente e a demanda por novas moradias.

4.8 O atual Sistema Financeiro da Habitação – SFH, que tem como tradicionais fontes de financiamentos os recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE e FGTS, precisa de medidas urgentes para o seu revigoramento, de forma a possibilitar o atendimento à demanda por crédito e ampliação do número de moradias em curto prazo. Atualmente apenas 52% dos recursos de poupança SBPE acumulados têm obrigatoriedade de aplicação no mercado imobiliário, por meio das operações do SFH. Todavia, descontados os créditos das instituições financeiras privadas junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, menos de 30% destes recursos são efetivamente aplicados no SFH.

4.9 Está em estudo, no âmbito do governo federal, um projeto de reestruturação do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, com vistas a identificar alternativas mais modernas e exequíveis de financiamento imobiliário e, conseqüentemente, incrementar a produção de habitações no país. Estima-se que, somente com a medida do direcionamento total dos recursos da poupança SBPE, o segmento da habitação poderá receber uma injeção de recursos correspondentes ao dobro do atual num prazo de 2 anos.

4.10 A redução nos recursos destinados à ampliação da oferta e à melhoria das moradias ocupadas pela população de baixa renda advém do contingenciamento de crédito ao setor público, aliado à pulverização e ingerência política nos recursos do OGU e dos empréstimos externos, bem como a falta de capacidade de pagamento e endividamento dos agentes governamentais, municipais e estaduais, e das famílias de baixa renda, que dificultaram o seu acesso aos recursos onerosos do FGTS. Acrescido a estes fatores também influíram a Lei de Responsabilidade Fiscal, e as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) que estabeleceram

²⁹ Atual Ministério do Orçamento e Gestão - PORTARIA No 11, de 6 de março de 1998.

limites financeiros e administrativos para o endividamento do setor público e para o risco de crédito dos agentes operadores e financeiros.

4.11 Entre os grandes desafios a serem enfrentados pelo poder público e pela sociedade brasileira para alcançar o objetivo de ampliar a oferta de moradias e melhorar as condições de habitabilidade da população destacam-se a melhoria dos mecanismos de controle social dos investimentos, a compatibilização da política de ajuste macroeconômico com os objetivos sociais, o estabelecimento de um conjunto de indicadores que permitam o monitoramento adequado dos resultados dos programas, a adaptação da legislação urbanística, as formas de financiamento da moradia e as tecnologias construtivas às reais necessidades da população alvo e a promoção de políticas de desenvolvimento urbano mais integradas e mais bem focalizadas.

4.12 No período 1995 a março de 2000 foram beneficiadas 1.443.169 famílias e gerados cerca de 597.525 novos empregos³⁰ com programas habitacionais. A principal fonte de financiamento dos programas foi o FGTS, responsável por cerca de 90,51% dos recursos, enquanto o OGU respondeu pelos 9,49% restantes. O principal programa da SEPURB/SEDU em termos de participação no investimento total foi o Carta de Crédito Individual (60,48%) seguido do Carta de Crédito Associativo (19,06%). Os principais programas destinados a agentes do poder público, com foco na população de mais baixa renda, como o Habitar Brasil e o PRÓ-MORADIA foram responsáveis por apenas 9,49% e 9,23% dos recursos totais investidos, demonstrando que os investimentos em habitação não têm privilegiado a população de baixa renda.

4.13 Os investimentos em programas habitacionais federais para população de baixa renda, estão fortemente concentrados na região Sudeste (56,20 %), seguida do Nordeste (17,12%) e do Sul (16,13%), enquanto que o Norte e o Centro-Oeste foram contemplados com apenas 3% e 6% do montante investido, respectivamente. Ao compararmos os investimentos para as grandes regiões verificamos uma relação inversamente proporcional entre a concentração dos investimentos e a participação no déficit habitacional, uma vez que a maior parte do déficit habitacional e da pobreza brasileira concentra-se na região Nordeste, que recebeu apenas 17% dos investimentos em habitação do período.

5. Promover Acesso a Serviços Básicos

5.1 Os indicadores de cobertura dos serviços urbanos demonstram que houve melhora no período, apesar de uma parcela significativa dos domicílios urbanos brasileiros em 1998 (38,2%) ainda não dispor de saneamento básico adequado. No período 1993-98 houve aumento no acesso à água potável³¹ e às conexões domiciliares dos serviços de água³², esgoto³³, eletricidade e telefonia, nas áreas urbanas, embora os índices de cobertura ainda sejam menores nas áreas urbanas informais³⁴. Os maiores déficits de conexões aos serviços urbanos correspondem à rede de telefonia fixa e esgotamento sanitário, que atendem apenas 37,9% e 63, 5% do total de domicílios, respectivamente. Os índices de tratamento de efluentes, embora tenham apresentado crescimento significativo, são ainda muito baixos e concentram-se nas principais cidades do país. A cobertura de eletrificação é de 99,1% e a de água canalizada no domicílio é de 92,8%³⁵. Entretanto, os dados disponíveis não permitem informar acerca da qualidade da água, nem da regularidade e continuidade dos serviços, que são deficientes em muitos locais, notadamente nas favelas e na periferia das grandes cidades, sendo comuns o racionamento e as interrupções no abastecimento nos períodos de seca.

5.2 No âmbito do Governo Federal, a Política Nacional de Saneamento implementada pelo entre 1995 e 1999 apresenta dois tipos de programas: (i) programas de financiamento destinados aos municípios ou estados visando à ampliação da oferta dos serviços de saneamento, com foco especial nos segmentos de baixa renda. Destacam-se o PRO-SANEAMENTO, com recursos do FGTS, o Programa de Ação Social em Saneamento – PASS e o Morar-Melhor, com recursos da União; (ii) programas voltados para a reestruturação do setor saneamento, tais como o Programa de Modernização do Setor Saneamento - PMSS, Programa de

³⁰ SEPURB/SEDU, 2000.

³¹ Considerou-se como acesso à água a presença de água canalizada no domicílio ou água canalizada para a propriedade, proveniente de rede geral ou poço ou nascente.

³² Água canalizada em pelo menos um dos cômodos do domicílio, proveniente de rede geral ou outras fontes.

³³ Foram considerados conectados a esgotamento sanitário os domicílios servidos por rede geral de esgotos ou fossa séptica ligada à rede geral.

³⁴ Referem-se aos domicílios situados em áreas especiais de aglomerados subnormais (favelas e assemelhados) conforme definição do IBGE.

³⁵ IPEA/DIRUR a partir dos microdados da PNAID/IBGE 1993 e 1998.

Qualidade da Água – PQA, Programa Nacional de Controle do Desperdício da Água e o Programa de Apoio à Gestão de Resíduos Sólidos - PROGEST.

5.3 Os recursos a fundo perdido oriundos dos Orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios destinados à área de saneamento e infra-estrutura básica são escassos frente à necessidade de investimentos na ampliação dos serviços à população de baixa renda. Além disso, desde julho de 1998 os recursos foram contingenciados no âmbito do programa de ajuste fiscal, para cumprir metas de redução do déficit público, mesmo em se tratando de investimentos essenciais. Devido a esse contingenciamento, não houve nenhuma contratação com recursos do FGTS para estas áreas desde 1999.

5.4 Ao se considerar que cada real gasto em saneamento provoca uma economia ainda maior com despesas em saúde da população, a falta de investimentos nestas áreas torna a situação preocupante. Gastos em saneamento e infra-estrutura básica são, na verdade, investimentos com consideráveis retornos sociais e econômicos, capazes de gerar impactos positivos sobre o nível de emprego e renda e sobre as condições de vida da população.

5.5 Com relação à infra-estrutura do transporte urbano, o governo local é o principal financiador dos investimentos com recursos orçamentários próprios. No entanto, algumas cidades recebem transferência do Orçamento Geral da União – OGU, cujo total, aplicado pelo Ministério dos Transportes no período 1995/98, estiveram voltados para conclusão de obras inacabadas de trens urbanos, com vistas à estadualização dos sistemas de trens urbanos. Esse investimento representou cerca de 40% do total investido pelo Governo Federal no transporte urbano para o período. Os recursos do OGU, a fundo perdido, gerados por emendas parlamentares no Congresso Nacional, são geridos pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU/PR, para as áreas de baixa renda (de acordo com as prioridades do Programa Comunidade Solidária).

5.6 Outra fonte de financiamento do transporte urbano é a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, que liberou no período, cerca de 950 milhões de reais, para financiamento de ampliação e renovação da frota e outros equipamentos para operação do transporte urbano.

5.7 Com relação aos serviços de coleta direta e indireta de lixo, o déficit declinou consideravelmente nas áreas urbanas, correspondendo a 7,6% dos domicílios urbanos em 1998, o que representa 2,6 milhões de domicílios ainda não atendidos por esse tipo de serviços³⁶. No Brasil, apenas 29% do lixo coletado tem destino final adequado. A insuficiência do tratamento dos resíduos sanitários sólidos e líquidos constitui um dos maiores problemas ambientais urbanos do país. Embora se observe que o mencionado déficit está mais concentrado em cidades pequenas, e algumas de médio porte, existe, também, uma variação na cobertura da coleta, em função do nível de renda: quanto menor o nível de renda, menor a cobertura. São coletados no país 44,7% de lixo produzido pelas classes de rendimento menor que 2 salários mínimos e 95,3% das famílias com rendimentos superiores a 10 salários mínimos³⁷.

5.8 No que diz respeito ao financiamento das ações no tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, as ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Gestão de Resíduos Sólidos - PROGEST³⁸, representam um referencial para alguns programas de investimento, como é o caso do Programa de Ação Social em Saneamento - PASS³⁹, por meio do qual estão sendo financiadas a implantação de sistemas de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos. Nesta modalidade, do total de recursos investidos no período 1996/1998, aproximadamente R\$ 72,2 milhões, foram aplicados em destinação final – aterros sanitários e usinas de reciclagem – em todas as unidades da federação, beneficiando cerca de 145 mil famílias. O programa PRO SANEAMENTO, com recursos do FGTS, financia, entre suas modalidades, o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos. Nos anos 1997 e 1998 foram realizados 29 contratos, que beneficiaram 41 mil famílias, gerando cerca de 9 mil empregos. Os resíduos sólidos são também contemplados no programa PROSANEAR, que promove ações integradas (água, esgotos, drenagem e também a coleta de resíduos sólidos) de saneamento em áreas urbanas ocupadas por populações de baixa renda⁴⁰.

³⁶ IBGE- Síntese dos Indicadores Sociais – 1999

³⁷ BRASIL/PR/SEDU (1999) Habitação: Estado das Artes.

³⁸ Idem

³⁹ Idem

⁴⁰ Idem

5.9 Ainda referente aos resíduos sólidos, a ausência de legislação que oriente e regule a prestação desses serviços, a pouca capacitação gerencial dos técnicos municipais para exercerem o controle sobre os mesmos, e as limitações de ordem financeira, são sérios impeditivos à melhoria da sua qualidade. A destinação final é o grande problema enfrentado pelos prestadores de serviços de limpeza urbana. Nas aglomerações urbanas a falta de áreas disponíveis exige soluções consorciadas entre municípios.⁴¹ Mesmo sem considerar o porte do município ou renda da população, os problemas mais comuns são a falta de capacidade gerencial e a pouca capacitação técnica para desenvolver o serviço ou até mesmo para fiscalizá-lo.

5.10 As iniciativas de coleta seletiva ainda são incipientes, pois, apenas 2,32% dos municípios operam programas de coleta seletiva⁴². Entretanto, houve um avanço nessa área, se compararmos com o ano de 1989⁴³, quando menos de 1% dos municípios brasileiros apresentavam algum programa de reciclagem de lixo ou incineravam o lixo coletado.

5.11 Devido ao processo de descentralização administrativa, os municípios brasileiros tem constituído consórcios intermunicipais, como uma forma de melhorar a gestão e somar esforços para a prestação de serviços públicos urbanos à população. Apesar de o sistema de consórcios municipais ainda ser pouco utilizado, no ano de 1999, 3% dos municípios brasileiros estavam consorciados para prover serviços de limpeza e coleta de lixo, 3% para o abastecimento de água, 1% para esgotamento sanitário e 1% para habitação. Geralmente os consórcios destinados à prestação de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza urbana e coleta de lixo são constituídos por municípios com população acima de 500 mil habitantes⁴⁴.

5.12 Um dos grandes desafios enfrentados, no que respeita ao saneamento ambiental é resolver o problema da população que sobrevive da coleta de lixo. Estima-se que mais de 50 mil crianças estão nessa situação.⁴⁵ A prática de reciclagem de lixo verificada no Brasil está relacionada, na maioria das vezes, à pobreza urbana. Existem boas experiências de reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos realizadas pelos municípios em parceria com empresas privadas e com as organizações comunitárias. Tais iniciativas, além de reduzir os impactos ambientais e urbanos negativos, vem contribuindo para melhorar as condições de vida dessa população.

As atividades desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, que é um dos parceiros do projeto de fortalecimento da associação de catadores de papel - ASMARE, são exemplos de boa prática de reutilização do lixo urbano, inclusão social de moradores de rua e redução dos custos dos serviços municipais de coleta de lixo.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, no Estado do Paraná, vem estimulando as comunidades pobres a coletarem o lixo em seus locais de moradia trocando o produto da coleta por leite. Esta experiência apresenta uma forma inteligente e saudável de reduzir os custos da coleta pública e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de higiene e saúde da população pobre.

Em Salvador, no estado da Bahia, o projeto Entulho Bom, vem minimizando os impactos sócio-ambientais dos descartes inadequados de resíduos, além de realizar a preservação de recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida. Os resultados dessa iniciativa foram observados na melhoria do sistema de coleta de resíduos sólidos, geração de emprego e renda nas usinas de reciclagem e centrais de produção de materiais, além da formação de cooperativas de catadores.

5.13 Um dos limitadores à universalização dos serviços de saneamento básico está vinculado à discussão em torno dos atuais modelos de prestação e financiamento dos serviços, cuja grande maioria é eminentemente público. Embora não existam avaliações sistemáticas, verificou-se que alguns municípios e estados buscaram superar estas dificuldades por meio de parcerias com o setor privado. Mesmo nesses casos,

⁴¹ Revista BLO - abril/junho - 1998

⁴² Boletim CEMPRE - nº 43 - Janeiro e Fevereiro 1999

⁴³ Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - 1999

⁴⁴ IBGE - Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

⁴⁵ Relatório Síntese da Conferência Nacional de Saneamento, realizada pela Subcomissão de Saneamento da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados em 20, 21 e 22 de outubro de 1999.

tem havido disputas e questionamentos legais, frutos de processos de delegação ou de marcos regulatórios insuficientes, que têm dificultado a realização dos investimentos previstos.

5.14 No que respeita aos serviços de saneamento, alguns municípios vêm obtendo êxito na gestão e prestação direta desses serviços e no controle social, enquanto outros tentaram retomar as concessões das empresas estaduais, para prestar o serviço diretamente ou para repassá-la a empresas privadas. Contudo, muitas dessas experiências de privatização não foram bem sucedidas, apresentando aumento de tarifas e queda na qualidade do serviço.

5.15 De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, do Programa Nacional de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS em 1998 havia aproximadamente 173 prestadores de serviços no setor de saneamento, com o seguinte perfil: 27 serviços de abrangência regional (26 Cias estaduais e uma autarquia); 3 serviços microrregionais e 143 serviços locais.

5.16 A União vem desenvolvendo esforços para estabelecer um novo marco regulatório para o setor de saneamento no Brasil, buscando desenhar novos modelos de gestão dos serviços que inclui a entrada de novos agentes operadores, o incentivo a novos modelos de financiamento e a focalização dos recursos fiscais no atendimento aos mais pobres. Com esse objetivo, foi elaborada proposta de lei nacional das diretrizes para o saneamento básico, que, ao buscar a universalização dos serviços, estabelece regras que devem ser observadas por titulares e prestadores dos serviços, incluindo conteúdo mínimo para o marco regulatório, que deve ser aplicado a todos os prestadores dos serviços. Merece destaque a determinação de que, onde houver a delegação dos serviços, seja priorizada a sua universalização, sendo o critério para definição de licitante vencedor a antecipação das metas de expansão nos primeiros dez anos da concessão. Essa regulação está sendo motivo de debates na sociedade e no Congresso Nacional.

5.17 Nos últimos anos, tem havido um amplo debate no setor saneamento e na sociedade acerca da participação da iniciativa privada na prestação dos serviços de água e esgotos. As principais formas de participação privada na gestão dos serviços são as concessões plenas e as concessões parciais. Além delas, há a participação acionária em empresas estatais e outras menos significativas, tais como permissões, contratos de gestão, terceirização e outras. O debate, no entanto, não se esgotou e persistem ainda opiniões diversas sobre a gestão dos serviços de saneamento no Brasil.

5.18 Esse debate vem mobilizando a sociedade como um todo e as diferentes esferas de governo acerca da universalização dos serviços. Há, no entanto, divergências quanto ao modelo a ser implementado. Por um lado, o governo federal defende que o titular dos serviços de saneamento seja o município, nos casos de interesse local, o Distrito Federal e os Estados nas áreas com serviços de interesse comum. Por outro lado entidades que representam os trabalhadores, os usuários, as empresas municipais de saneamento, os executivos municipais, dentre outros, defendem, sobretudo, a gestão pública com controle social, com a manutenção da titularidade com os Municípios, e apontando o caminho da gestão compartilhada como forma de resolver questões que dizem respeito a mais de um município.

5.19 Atualmente esse debate está sendo realizado com mais intensidade no Congresso Nacional, onde tramitam onze projetos de lei com proposições sobre saneamento, suas diretrizes e normas. O foco do debate está sendo o Projeto de Lei Nº 4147/01, de iniciativa do poder executivo, que "*institui diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências*".

5.20 Em virtude do contingenciamento do crédito ao setor público, da falta de capacidade de pagamento e endividamento, os estados, municípios, empresas públicas e pessoas de baixa renda, têm tido dificuldade de acesso aos recursos onerosos do FGTS. Isto tem provocado o deslocamento desses recursos para programas de empréstimos ao setor privado e apoio à privatização dos serviços de saneamento, o que poderá beneficiar a população de maior poder aquisitivo, em detrimento da população pobre, prejudicando as metas de universalização do acesso à moradia, uma vez que o déficit habitacional está concentrado na faixa de renda de até 5 salários mínimos. Como os recursos do FGTS têm sido a principal fonte para os investimentos em habitação e serviços urbanos e incorporam um subsídio não desprezível na taxa de juros e os recursos do OGU além de estarem contingenciados são responsáveis apenas por uma pequena parcela dos investimentos.

V. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

6. Prover iguais oportunidades para uma vida sadia e segura

6.1 Este compromisso se refere à promoção de iguais oportunidades para uma vida saudável, segura e produtiva a todas as pessoas, em particular, aqueles pertencentes aos grupos vulneráveis. O modelo de desenvolvimento brasileiro vem sendo historicamente caracterizado pela exclusão social de parcelas da sociedade, causado principalmente pela distribuição injusta da renda onde apenas uma parte da população tem acesso ao maior volume da riqueza produzida, incluindo moradia adequada, infra-estrutura e serviços urbanos, bem como educação e saúde. Nas últimas décadas, o processo de exclusão social no Brasil vem sendo acompanhado por taxas de urbanização crescentes, com a segregação espacial da população de baixa renda em áreas urbanas informais localizadas nas áreas centrais das cidades e nas periferias das aglomerações urbanas do país.

6.2 O número absoluto de pobres⁴⁶ no Brasil em 1993 era de 62,6 milhões, equivalente a 44,1% da população. Em 1998 caiu para 51,3 milhões de pessoas, correspondendo a uma proporção equivalente a 33% do total da população brasileira. Para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras "clássicas", utilizadas pelo IBGE⁴⁷ a proporção de pessoas pobres era superior à proporção de pobres para o Brasil como um todo e as demais áreas urbanas. Em termos absolutos a pobreza está concentrada nas áreas urbanas do país (76%)⁴⁸.

6.3 Os pobres brasileiros habitam principalmente as regiões Nordeste (44%) e Sudeste (35%), respectivamente. A pobreza no Sudeste assume um caráter marcadamente metropolitano, principalmente nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro que juntas abrigam 16% dos pobres brasileiros.

6.4 A pobreza se manifesta de diferentes formas e há também diferentes formas de percebê-la, havendo, portanto, diferentes propostas para a sua erradicação. Apenas programas compensatórios, localizados e pontuais não serão suficientes para erradicar a pobreza no Brasil e o combate à pobreza depende também da política macroeconômica implementada pelo governo federal. Apesar do enorme esforço de investimento em políticas sociais empreendido pelo Governo Federal, verifica-se, na maioria das vezes, uma subordinação das políticas sociais à política macroeconômica do Governo, comprometendo o alcance das metas sociais. A erradicação da pobreza no Brasil depende da adoção simultânea de políticas setoriais focalizadas nos grupos mais vulneráveis e em uma política de desenvolvimento social, abrangente e de largo alcance, amparada numa política macroeconômica que priorize a redução das desigualdades sociais e o combate à pobreza.

6.5 A estabilização econômica promovida pelo Plano Real promoveu a redução dos níveis de pobreza e indigência no Brasil, embora o número absoluto de pobres no país e a concentração de renda ainda sejam elevados. O desafio maior de nossa sociedade é, portanto, reduzir a pobreza e a desigualdade no país. A estratégia de ação futura deve concentrar-se no combate à pobreza e à indigência, na promoção do desenvolvimento econômico, na universalização de políticas sociais participativas, e na implementação de mecanismos de distribuição de renda e de correção das desigualdades econômicas, sociais, regionais e raciais, pondo fim à discriminação econômica, racial e de gênero.

6.6 Embora persistam as desigualdades no país, a maioria dos indicadores sociais melhoraram nos últimos anos. Foram verificados avanços, levando-se em conta o período relativamente curto de menos de uma década. Na área da saúde a mortalidade infantil brasileira declinou de 42,5 em 1993 para 35 mortes por 1.000 nascidos vivos, aproximando-se da meta de 33 por 1000, estipulada pela ONU para o ano 2000.⁴⁹ No mesmo período ocorreu ainda um aumento da esperança de vida ao nascer. A população brasileira chegou ao final do século 20 vivendo mais e em melhores condições. Na década de noventa a expectativa de vida aumentou cerca de 2 anos, passando de 66,2 anos em 1993⁵⁰ para 68,1 anos em 1998⁵¹, sendo maior entre as mulheres. O

⁴⁶ As linhas de pobreza foram estabelecidas pela metodologia desenvolvida pelo IPEA/DISOC (Sônia Rocha), com base no consumo observado em população de baixa renda, de acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do IBGE e corrigidas por Índices Locais de Preços ao Consumidor. Foram consideradas pobres as pessoas ou as domicílios cuja renda familiar *per capita* fosse inferior à linha de pobreza.

⁴⁷ Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal.

⁴⁸ IPEA/DISOC - Tabelações especiais de Sônia Rocha com base na PNAI/IBGE: 1993 e 1998.

⁴⁹ IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais, 1999.

⁵⁰ IBGE - Anuário Estatístico de 1997.

⁵¹ IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais, 1999.

número de domicílios com saneamento básico adequado aumentou de 55,3% para 61,8% do total do estoque de domicílios. A renda média mensal experimentou um crescimento de quase 30%⁵².

6.7 O país passou por profundas transformações no perfil da morbidade e mortalidade, onde a queda dos níveis dessa última foi acompanhada de uma maior complexidade e diversidade nas suas causas. A mortalidade provocada por enfermidades infecciosas, parasitárias e por problemas decorrentes da saúde reprodutiva da mulher, fatores determinantes para explicar a mortalidade infantil, teve sua participação reduzida, apesar da sua importância para explicar o perfil epidemiológico das regiões Norte e Nordeste. O padrão de mortalidade por idade e sexo no Brasil apresentou uma elevação da mortalidade por causas externas (homicídios, acidentes de trânsito, etc.), principalmente entre a população jovem e masculina. Entre 1993 e 1998 a taxa de mortalidade infantil de crianças com idade inferior a 1 ano caiu de 42,5 para 36 óbitos por mil nascimentos, apesar de ainda persistirem profundas desigualdades regionais. Para a Região Nordeste a taxa de mortalidade infantil é de 58 óbitos por mil nascidos vivos, ao passo que no Sudeste, Centro-Oeste e Sul este valor é de 24,8, 25,1 e 22,4 óbitos por mil nascimentos, respectivamente. No Nordeste ainda existem muitos municípios com mortalidade infantil superior a 60 óbitos por mil, e em alguns municípios essa taxa supera 100 óbitos por mil nascimentos. A persistência localizada de elevadas taxas de mortalidade deve-se ao acesso desigual da população a serviços de saneamento básico, à desigualdade da distribuição de rendimentos e à precariedade dos serviços de atendimento pré-natal, que caracterizam parcela importante dos municípios brasileiros.

6.8 Entre 1993 e 1998 a taxa de analfabetismo⁵³ entre as pessoas de quinze anos ou mais, baixou de 16,4% para 13,8% e a média de anos de estudo cresceu de 5,8 para 6,5 anos. Com relação ao acesso à escola, o país vem promovendo com sucesso a democratização do ensino. Em 1998, o Brasil ultrapassou a marca de 94,7 % das crianças de 7 a 14 anos na escola. É importante destacar que o progresso foi percentualmente maior para a camada mais pobre da população: Em 1992, apenas 74,4% dos filhos desses brasileiros estavam na escola. Em 1998 esse percentual saltou para 90,3%⁵⁴.

O Governo do Estado do Amapá tem obtido resultados significativos ao enfrentar os problemas de segurança pública. Desde novembro de 1996, foram capacitados pelo Centro de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos - CEFORH, 842 agentes de segurança. O objetivo principal desta iniciativa é humanizar as ações policiais, com base em uma nova concepção de policiamento, que busca a formação de uma polícia cidadã. A polícia interativa busca uma maior integração com a comunidade, com o objetivo de construir coletivamente as soluções para o problema da criminalidade em bairros específicos da capital do Estado, Macapá. Com a implantação da Companhia de Polícia Interativa - cuja gestão está a cargo do Conselho Interativo de Segurança, uma ONG criada especialmente para esta função. Em alguns bairros de Macapá o número de ocorrências policiais baixou em mais de 50% em seis meses. O CEFORH oferece cursos de formação que abordam de maneira interdisciplinar conteúdos voltados para a garantia dos direitos humanos e o exercício da cidadania. A integração com a comunidade ocorre também dentro das escolas públicas, mediante cursos de esclarecimento, promovidos pela Companhia de Polícia Interativa, onde são abordadas questões referentes ao uso de drogas e a disseminação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Programa conta com diversas parcerias de instituições públicas e privadas, entre outras: do Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (a qual financia 50% dos custos do Programa), a Anistia Internacional, a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Federal do Amapá e o Centro de Formação do Projeto Axé. A Anistia Internacional reconheceu esta política de segurança pública do Amapá como referencial do que pode e deve ser replicado em outras unidades da federação e até mesmo em outros países. Esta prática classificou-se entre as 10 melhores experiências premiadas no ano de 2000 pelo Prêmio Global de Excelência de Melhores Práticas, oferecido pelo Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - Habitat em parceria com a Municipalidade de Dubai.

⁵² IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais, 1999.

⁵³ Considerou-se como analfabeto a pessoa incapaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

⁵⁴ IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais, 1999.

6.9 Um grave problema nos últimos anos tem sido o declínio das condições de segurança pública, especialmente nos grandes centros urbanos, onde o crime organizado se fortaleceu, em decorrência das adversidades sócio-econômicas atravessadas pelo país, acopladas à deficiência do aparato de segurança e justiça pública. Observou-se um aumento dos homicídios, de 21,2 por cem mil habitantes em 1994, para 25,8 em 1998⁵⁵.

6.10 Durante a década de 90 aumentou a porcentagem de mortes violentas no total de óbitos registrados entre jovens de 15 a 19 anos. Em 1993, homicídios, suicídios e acidentes de trânsito já eram as principais causas das mortes desse grupo etário e representavam 63% dos casos. Em 1998, essas ocorrências continuaram sendo a principal causa, só que com uma incidência maior, de 68%. A Região Sudeste apresentou a maior taxa de mortes por violência entre jovens, com 73%⁵⁶.

6.11 No Brasil não existem estatísticas de âmbito nacional sobre violência urbana, as bases de dados são escassas e pouco confiáveis, existindo uma tendência ao sub-registro das ocorrências. A segurança pública tem buscado melhorar a situação mediante as seguintes ações: (i) operações conjuntas entre as polícias civis e militar e o corpo de bombeiros, visando coibir as ocorrências de crimes nas áreas de maior incidência e propiciar maior segurança à população; (ii) implantação de novas Delegacias da Mulher; (iii) implantação do Plano Nacional de Segurança Pública; (iv) proibição do porte de armas em nível estadual e federal; (v) trabalho desenvolvido pelo GAJOP - Grupo de Apoio a Testemunha de crimes praticados por terceiros e pelas próprias polícias em nível estadual e federal, dentre outras medidas.

7. Promover a Integração Social e Apoiar os Grupos Carentes

7.1 Quanto à insuficiência de renda, os indicadores de pobreza mostram uma diminuição na proporção de domicílios pobres⁵⁷ nas áreas urbanas brasileiras, passando de 19% em 1993 para 11% em 1998. Para o conjunto das áreas urbanas do país, a proporção de domicílios pobres chefiados por mulheres em 98 (14%) é inferior a 93 (19%), sendo, entretanto, superior à do total de domicílios pobres em 98 (11%), o que demonstra piores condições de vida das mulheres sem cônjuge e com filhos⁵⁸.

7.2 A proporção de pessoas indigentes⁵⁹ no Brasil, caiu de mais de 12,0% para menos de 7% em 5 anos, retirando da miséria mais de 2 milhões de pessoas, cujo rendimento anterior não era suficiente para garantir a quantidade mínima de alimentos com as calorias recomendadas pela FAO⁶⁰.

7.3 Apesar de o número absoluto de pobres ter apresentado, no período de 1993 a 1998, uma redução de mais de 11,3 milhões, ou seja, de 66,6 milhões para 51,3 milhões de pessoas, o perfil da pobreza no Brasil encobre trajetórias locais diversas ao longo do tempo, com melhorias na Região Centro Oeste, redução sustentada da pobreza absoluta nas zonas rurais, e piora relativa nas metrópoles, especialmente São Paulo, que sofre forte impacto dos ajustamentos do sistema produtivo e do mercado de trabalho⁶¹.

7.4 Dentre os programas, projetos e iniciativas governamentais que objetivam contribuir para o combate à pobreza, destacam-se o Programa Comunidade Ativa, o Projeto Alvorada, e o programa CAIXA Município, que se baseiam em ações diferenciadas e integradas, com a participação das comunidades e dos governos locais. O Programa Comunidade Ativa é uma estratégia de combate à pobreza e de promoção do desenvolvimento no país, dando continuidade à política social desenvolvida pelo Comunidade Solidária. O Programa incentiva o desenvolvimento local, integrado e sustentável como alternativa para reduzir os problemas sociais e econômicos das localidades mais pobres, mediante a participação da comunidade e o abandono das práticas assistencialistas. A partir de uma ampla mobilização popular, os municípios identificam suas vocações e necessidades e elaboram uma lista de prioridades. As ações são executadas em conjunto pelo

⁵⁵ SENASP/MJ

⁵⁶ IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais 1999

⁵⁷ Foram consideradas pobres os domicílios cuja renda domiciliar *per capita* fosse inferior à linha de pobreza, calculada com base na POF e corrigida por preços locais (IPEA/DISOC - Sônia Rocha).

⁵⁸ Tabulações especiais do IPEA/Sônia Rocha a partir de microdados da PNAD, 1993 e 1998

⁵⁹ As linhas de indigência foram estabelecidas com base numa cesta de básica de alimentos que corresponde ao nível mínimo de calorias recomendada pela FAO (IPEA/DISOC - Sônia Rocha). São considerados indigentes os indivíduos cujo consumo de calorias diário não atinge aquele nível mínimo de calorias correspondente à linha de indigência.

⁶⁰ IPEA/DISOC - tabulações especiais de Sônia Rocha, com base na PNAD/IBGE, 1993 e 1998.

⁶¹ Rocha, S. "Pobreza e Desigualdade no Brasil: O Esgotamento dos Efeitos Distributivos do Plano Real". Texto para Discussão Interna N. 721, IPEA, abril de 2000.

governo federal, governos estaduais, prefeituras, iniciativa privada e entidades não governamentais. O Programa prevê ainda o estímulo ao empreendedorismo, o surgimento de novas oportunidades de negócios, e capacitação em Desenvolvimento Local Integrado.

Na esfera municipal, existem boas práticas voltadas para o atendimento dos grupos mais vulneráveis da população e para a redução da exclusão social. Destacam-se o projeto Aldeia Urbana, que trata do atendimento de um grupo de 110 famílias indígenas que, desalojadas, viviam na periferia da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul em situação precária; e o projeto de Habitação para a Comunidade Remanescente de Quilombo em Itaóca, São Paulo destinado ao atendimento de uma comunidade negra que habita o Bairro Cogume, composta por descendentes de escravos de um quilombo do século XVIII e que se manteve por muito tempo em isolamento sócio-cultural, preservando suas raízes, costumes e religiosidade.

O projeto Aldeia Urbana contemplou a regularização fundiária, a infra-estrutura (abastecimento de água, energia elétrica, calçamento), a construção de 110 unidades habitacionais com características que lembram a arquitetura indígena original, equipamentos comunitários como escola, com ensino em português e no idioma nativo - Terena, e memorial da cultura indígena para comercialização do artesanato local e das aldeias próximas.

No projeto Habitação para a Comunidade Remanescente de Quilombo os resultados da construção de moradias com infra-estrutura, a viabilização de agricultura de subsistência, a integração da comunidade ao bairro e ao município e as parcerias desencadearam outros resultados, tais como a redução da desnutrição infantil, de 90% em 1997 para 35% em 1999, redução do índice de mortalidade infantil, de 80 óbitos para cada mil nascidos vivos em 1997 para 16 em 1999, erradicação da evasão escolar, alfabetização de adultos e inserção da comunidade nas atividades esportivas e sociais da cidade.

Destacam-se também os programas de ação social dirigidos para os moradores de rua, particularmente mulheres e crianças: programas de promoção e educação para a cidadania; programa de bolsa-escola, encorajando a família a manter a criança na escola; ações de desenvolvimento comunitário (tais como agentes comunitários de saúde, grã comunitário, autogestão da moradia e de equipamentos comunitários, entre outros); campanhas de combate à fome, programas de doação de cestas básicas e restaurante popular, entre tantos outros.

8. Promover Igualdade de Gênero no Desenvolvimento dos Assentamentos Humanos

8.1 A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais é maior entre as mulheres (10,7%) do que entre os homens (9,2%), sendo de 10% para a população como um todo, com taxas mais elevadas nas regiões Nordeste e Norte⁶². As mulheres possuem maiores taxas de escolarização em todos os níveis de ensino⁶³ e maior escolaridade média do que os homens em anos de estudos, apesar de auferirem níveis de remuneração mais baixos.

8.2 Quanto à expectativa de vida ao nascer, verificou-se uma melhora geral, porém com o aumento dos diferenciais entre homens e mulheres no período, sendo que em 1998 as mulheres tinham uma expectativa de vida superior à dos homens em 7 anos (72,1 anos para as mulheres, contra 64,3 anos para os homens)⁶⁴. Tal diferença pode ser explicada, em parte, pelo aumento da violência urbana e pelo número de homicídios e acidentes de trânsito com vítimas fatais, que incidem com mais frequência sobre a população masculina jovem.

8.3 Já os indicadores do mercado de trabalho apontam que, embora a taxa de participação dos homens na força de trabalho seja maior, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho tem aumentado em termos relativos. A taxa de ocupação está positivamente relacionada com o nível de escolaridade e negativamente com a idade, atingindo mais fortemente as pessoas mais jovens. O desemprego urbano

⁶² PNAD, 1998.

⁶³ IPEA/DISOC a partir de microdados da PNAD.

⁶⁴ IBGE- Síntese de Indicadores Sociais 1999.

aumentou no período e atinge mais fortemente as mulheres, cuja taxa de desemprego⁶⁵ era de 10,20% em 1993 e passou para 14,4% em 1998, contra 7,10% e 9,2% para a população masculina, respectivamente. A percentagem de mulheres ocupadas no setor informal⁶⁶ nas áreas urbanas declinou de 50% para 48,4% no mesmo período, sendo inferior à dos homens em 1998, que era de 49,1%.

8.4 Há evidências de que as mulheres de baixa renda vêm assumindo uma progressiva participação, inclusive como dirigentes, nas organizações comunitárias e associações de moradores e nos movimentos sociais de luta pela moradia. Também as mulheres têm-se empenhado em trabalhar ativamente nos mutirões habitacionais e demais iniciativas de auto-construção e autogestão da moradia.

8.5 No que diz respeito à participação política, embora o número de mulheres prefeitas e vereadoras venha crescendo no Brasil, particularmente após o estabelecimento de cotas para as candidatas, o universo de mulheres eleitas ainda é muito pequeno e insuficiente para assegurar uma promoção mais rápida e intensa da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Dados do Tribunal Superior Eleitoral revelam que no período 1997-2000, de um total de 5.505 prefeitos municipais eleitos, apenas 304 eram mulheres. No período subsequente, 2000-2003, do total de 5.559 eleitos, 317 eram mulheres. Para o cargo de vereador, nos períodos considerados, a proporção foi de 6.598 mulheres para 51.725 homens em 1997-2000 e 7.001 mulheres para 53.266 homens no período 2000-2003⁶⁷.

8.6 Em consequência da divisão de trabalho entre homens e mulheres, os maiores ônus da precariedade das condições de vida, moradia e trabalho nas áreas pobres recaem sobre as mães de família. Estas padecem a situação mais crítica a das mulheres chefes de família, uma vez que as estatísticas disponíveis apontam que elas se encontram justamente nos segmentos de mais baixa renda.

8.7 Responsáveis pela saúde, pela nutrição, pela educação e pela segurança das crianças, adolescentes e idosos, as mulheres têm seus encargos multiplicados pela ausência ou irregularidade dos serviços urbanos e pela má qualidade da habitação.

8.8 Não obstante, os diferentes níveis de governo têm procurado superar as discriminações de gênero, seja no preenchimento dos seus quadros dirigentes e técnicos, seja nas suas ações. Mas, em sua grande parte, os projetos se concentram na área da saúde, particularmente da saúde da mulher.

8.9 Além de algumas iniciativas que procuram assegurar a titularidade da propriedade da moradia às mulheres, mães e chefes de família, particularmente nos projetos de regularização fundiária e urbanização de áreas urbanas informais, não se tem registro sistemático das experiências realizadas pelos Municípios que tenham introduzido a perspectiva de gênero no planejamento e na gestão urbana.

8.10 Entretanto, de modo geral, as políticas públicas não têm atribuído o reconhecimento devido da eficiência do trabalho feminino, inclusive no setor da Administração Pública Federal como um todo, onde o percentual de participação em cargos de direção não é equilibrado entre homens e mulheres e entre brancos e negros, com o mesmo perfil profissional.

8.11 Os dados a seguir revelam alguns aspectos da situação das mulheres no Brasil: representam 50,7% da população brasileira (IBGE/PNAD 98); constituem 49,8% do eleitorado embora o número de mulheres eleitas seja muito pequeno; totalizam 40,7% da população economicamente ativa (PNAD98); recebiam em média 56,2% dos rendimentos dos homens em 1998 (IPEA/Boletim de Política Social); 25,3% dos domicílios são chefiados por mulheres (PNAD, 1998); pelo menos 2.500 mulheres são mortas anualmente, vítimas de crimes passionais. Cerca de 500 mil sofrem algum tipo de violência doméstica e sexual (Estimativa da União de Mulheres – SP/98); 40,1% das mulheres entre 15 e 49 anos de idade que têm parceiros foram esterilizadas (PNDS/96); 14% das gestantes não tem nenhum acompanhamento pré-natal (PNDS/96); cerca de 1 milhão de adolescentes entre 12 e 19 anos tornam-se mães anualmente (IBGE/OMS); o aborto clandestino representa a quarta causa de morte materna (The Alan Guttmacher Institute/94); em 1985, a proporção entre homens e mulheres com HIV/AIDS era de 28/1 e, em 97/98, é de 2/1. Estima-se que no Brasil existam 536 mil pessoas infectadas pelo vírus HIV. Entre 1995 e 1999, houve uma queda de aproximadamente 50% na taxa de

⁶⁵ A taxa de desemprego corresponde à razão entre a população desempregada e a População Economicamente Ativa (PEA).

⁶⁶ A população empregada no setor informal é composta pelos trabalhadores por conta própria, sem remuneração ou sem carteira de trabalho assinada.

⁶⁷ Tribunal Superior Eleitoral – 2000.

mortalidade por AIDS no País. Essa melhora se deve, portanto à sobrevivência dos infectados, devido à distribuição gratuita dos medicamentos aos pacientes.

8.12 O Ministério do Desenvolvimento Agrário criou o programa de Ações Afirmativas com o objetivo de formular e implementar políticas públicas que visem a democratização das relações sociais no ambiente de trabalho, independente do sexo, cor e raça das pessoas envolvidas. O programa tem como meta um suprimento igualitário dos cargos de direção na Instituição; através de uma política de cota progressiva de acesso das mulheres a cargos de direção até atingir, no mínimo, 30% em 2003. Para institucionalizar a implantação deste Programa, foram assinados dois Protocolos de Intenções entre os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Justiça e do Planejamento em novembro de 2000. A Assessoria Especial do Ministro é responsável pelo seu desenvolvimento e para tanto, internamente, conta com a participação do Fórum de Mulheres do INCRA. A iniciativa atende ao compromisso assumido pelo governo brasileiro junto à comunidade internacional (IV Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995 e frente aos preparativos para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em 2001).

8.13 O Ministério da Educação criou o Programa Bolsa Escola, aberto às prefeituras interessadas em aderir. Na análise dos termos de adesão, têm prioridade: (i) os municípios com os quais a União tenha celebrado convênio para programa de renda mínima; (ii) os municípios pertencentes aos quatorze estados de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH em 2000; (iii) municípios integrantes de microrregiões com IDH igual ou inferior a 0,500; e (iv) todos os municípios com IDH igual ou inferior a 0,500, independentemente de estado ou microrregião. Trata-se de um programa de parceria entre os municípios e o governo federal, cujo objetivo geral é incentivar, por meio de apoio financeiro, o progresso educacional das crianças de famílias de menor renda, estimulando a universalização do ensino e contribuindo para a redução da evasão escolar e da repetência.

8.14 Com a promoção da matrícula e com a permanência de crianças de seis a quinze anos no ensino fundamental, espera-se: incentivar a escolarização, sensibilizando e despertando as famílias para a necessidade de levar a criança para a escola. Espera-se também melhorar as condições de acesso e permanência na escola das camadas sociais mais afetadas pelos déficits educacionais. O Programa objetiva ainda integrar as famílias ao processo educacional de seus filhos e contribuir para a geração de uma cultura escolar positiva em camadas sociais tradicionalmente excluídas da escola. Visa também reduzir as despesas decorrentes dos custos diretos causados pela evasão escolar e pela repetência, que oneram governos municipais e estaduais e auxiliar no combate ao trabalho infantil e à opção da rua como meio de subsistência das famílias pobres.

VI. GESTÃO AMBIENTAL

9. Prover Estruturas de Assentamentos Geograficamente Equilibradas

9.1 Nas diversas regiões do país, vêm ocorrendo mudanças na conformação das redes urbanas regionais, com peso crescente das aglomerações urbanas metropolitanas e dos centros urbanos médios, com o fenômeno de consolidação de aglomerações urbanas não metropolitanas.

9.2 O Brasil atravessa uma fase de transição demográfica, com um decréscimo nas taxas de crescimento da população, acompanhando uma queda na fecundidade. Os níveis estimados de fecundidade total em 1998 eram de 2,4 filhos por mulher em idade reprodutiva, alcançando maiores níveis nas regiões Nordeste (3,2) e Norte (2,6) do Brasil e ficando abaixo dos níveis de reposição no Estado do Rio Janeiro (1,9 filho por mulher). O declínio nas taxas de fecundidade é registrado em mulheres de todos os níveis sociais. Em termos de estrutura etária, tem-se verificado um aumento na proporção de pessoas idosas e em idade de trabalhar (15-59 anos), devido à queda nas taxas de fecundidade e de mortalidade.

9.3 Os dados preliminares do Censo Demográfico do IBGE para 2000 revelam que a população brasileira é de 169,5 milhões de habitantes, 81,2% dos quais residem em núcleos urbanos. A taxa de crescimento demográfico total foi de 1,63% ao ano entre 1991-2000, com a população urbana aumentando a uma taxa de 2,45% ao ano, enquanto a população rural decresceu 1,3% ao ano. A maior taxa de urbanização da população encontra-se no Sudeste (90,52 %) e a menor taxa no Nordeste (69,0%). A densidade demográfica global é de 19,8 hab/km² atingindo um máximo de 77,9 hab/km² no Sudeste e um mínimo de 3,3 hab/km² na região Norte⁶⁸.

9.4 Enquanto a região Nordeste se configurou numa área de evasão populacional em 1998, a região Centro-Oeste apresentou a maior taxa líquida de imigração em termos relativos e o Sudeste representou o maior pólo de atração da população em termos absolutos. Outra tendência observada no período é o declínio da razão de sexo entre homens e mulheres, devido principalmente às menores taxas de mortalidade observadas entre a população do sexo feminino⁶⁹.

9.5 Uma importante iniciativa do governo federal foi a elaboração do estudo "Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil"⁷⁰ que traça o perfil da rede urbana nacional, classificando as diferentes categorias urbanas, identificando as aglomerações urbanas, metropolitanas e não metropolitanas, bem como os sistemas urbano-regionais do país. Visando responder a essas questões, esse estudo vem servindo de base para diversas ações no âmbito da política urbana, regional e setorial.

9.6 Outra iniciativa foi a identificação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, mediante um amplo mapeamento da infra-estrutura econômica disponível no território nacional e dirigido a oferecer alternativas para o investimento privado e público no país. Considerando os investimentos previstos e seus impactos sociais, urbanos e regionais, é fundamental o aprofundamento desse trabalho com a realização de estudos para que se evitem consequências sociais e ambientais perversas, com vistas a projetos de desenvolvimento que integrem à dimensão regional, as dimensões urbana, social e ambiental.

10. Manejar a Oferta e Demanda de Água de Maneira Efetiva

10.1 A aprovação da Lei Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos e a recente criação da Agência Nacional de Águas – ANA representam um grande avanço em direção ao manejo eficiente dos recursos hídricos, assegurando o uso múltiplo desse recurso natural de forma sustentável. A Lei estabelece uma série de mecanismos institucionais e econômicos de gestão ambiental, com uma abordagem integrada das bacias hidrográficas, levando em consideração os vínculos entre: (a) água, saneamento e saúde; (b) economia e meio-ambiente; (c) as cidades e suas regiões. A partir da aprovação da Lei, a bacia hidrográfica passou a ser uma unidade espacial de planejamento e gestão, exigindo novas formas de organização institucional, particularmente importante para o desenvolvimento sustentável das regiões metropolitanas.

⁶⁸ IBGE- Dados Preliminares do Censo Demográfico (2000)

⁶⁹ IBGE- Síntese de Indicadores Sociais - 1999.

⁷⁰ IPEA/IBGE/IESUR-UNICAMP, 2000

10.2 A criação da ANA deverá contribuir para compatibilizar, promover e harmonizar o planejamento do uso do solo com as políticas setoriais de saneamento ambiental; bem como estabelecer padrões realistas do uso dos recursos hídricos melhorando as condições de prestação dos serviços de saneamento na perspectiva de sua universalização. É necessário, no entanto inserir o controle social no processo.

10.3 É responsabilidade dos três entes federativos o manejo sustentável da oferta e da demanda de água. No entanto, a consciência de que a água é um recurso natural exaurível e que tem um custo econômico apreciável ainda deve ser assimilada por todos.

11. Reduzir a Poluição Urbana

11.1 No período considerado, os avanços na redução da poluição urbana resultaram mais das ações de setores organizados da sociedade civil do que da intervenção do Poder Público. Campanhas públicas, movimentos sociais e ações de educação ambiental multiplicaram-se no país, principalmente a partir da Conferência Rio 92 e da Rio+5, pressionando o Governo Federal a cumprir os compromissos assumidos na implementação da Agenda 21.

11.2 Em 1999, o Ministério do Meio Ambiente iniciou o processo de formulação da Agenda 21 Brasileira, considerando o tema das Cidades Sustentáveis, o qual se acha no momento em discussão em todos os Estados da Federação. Uma das estratégias prioritárias de sustentabilidade urbana se refere à necessidade da introdução de mudanças nos padrões de produção e consumo da cidade, as quais deverão resultar também na redução da poluição urbana.

11.3 Paralelamente, os Municípios foram estimulados pelas organizações da sociedade civil a formularem suas Agendas 21 Locais. Neste sentido, pode-se constatar que houve uma disseminação dos princípios do desenvolvimento sustentável e uma multiplicação de boas práticas de gestão ambiental urbana no país.

11.4 No entanto, os recursos disponíveis ainda são insuficientes face à magnitude dos problemas de poluição urbana e se encontram concentrados no Governo Federal, apesar da descentralização da execução de alguns programas e ações de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente.

11.5 A recente criação da Secretaria de Qualidade Ambiental dos Assentamentos Humanos, no Ministério do Meio Ambiente, reflete uma nova visão da questão ambiental, a qual estava historicamente centrada na proteção do ambiente natural. A inclusão da Agenda Marrom⁷¹ traduz a preocupação com o meio ambiente urbano.

11.6 Os indicadores disponíveis demonstram que os problemas de poluição urbana, gerados pela urbanização predatória e pelo uso não-sustentável dos recursos naturais e do ambiente construído afetam a saúde, a segurança, a produtividade e o bem-estar da população urbana e a competitividade das cidades.

11.7 Quanto à poluição atmosférica gerada pelos veículos automotores, registram-se experiências positivas. O Governo Federal age por meio do Programa Nacional de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE e do Programa do Alcool - PROALCOOL e os Municípios vêm adotando boas práticas de mudança no uso de combustíveis da frota pública.

Destacam-se como exemplos de iniciativas destinadas a reduzir a poluição urbana o Município de Porto Alegre, que vem disseminando o uso do "diesel verde"⁷², menos poluente, o Município do Rio de Janeiro, que estimulou os ônibus e os táxis a gás, e o Município de Ribeirão Preto, que transformou os seus veículos em uma "frota verde". O Município de São Paulo, por outro lado, estabeleceu o rodízio na circulação dos veículos particulares.

⁷¹ A AGENDA MARROM se caracteriza por abordar os problemas ambientais urbanos relativos principalmente à poluição atmosférica, hídrica e sonora com os econômicos e os sociais, buscando melhorar a qualidade de vida da população.

⁷² Combustível de origem vegetal.

12. Prevenir Desastres e Reedificar Assentamentos

12.1 A persistência dos déficits habitacionais, concentrados nos segmentos da população de menor renda, e a conseqüente multiplicação dos assentamentos informais localizados em áreas urbanas inadequadas à ocupação, com riscos ao meio-ambiente, têm provocado a ocorrência freqüente e o agravamento de situações de emergência e de desastres ambientais, com riscos para a população e para o meio ambiente.

12.2 A falta de infra-estrutura urbana e de serviços de saneamento, o lançamento de efluentes industriais e sanitários sem tratamento, o despejo de lixo e entulho em encostas ou diretamente nos cursos d'água, o desmatamento e a ocupação de margens e encostas de proteção ambiental, a extração de areia nas calhas dos rios, entre outras atividades, têm contribuído para a poluição dos rios, córregos, baías, lagoas e praias. Os estados e municípios, por meio de ações diretas e indiretas de planejamento e ações de prevenção, têm buscado minimizar a ocorrência de desastres naturais, obtendo porém, resultados limitados em face dos altos déficits habitacionais e da infra-estrutura existentes no país. Tendo em vista as ações minimizadoras, é necessário ainda apoiar a necessidade de facilitar o acesso a áreas já plenamente equipadas de infra-estrutura e livres de riscos iminentes.

12.3 Embora positivas, as iniciativas do governo federal ainda são insuficientes para prover resultados expressivos nesse campo. Vale destacar a melhoria do sistema de controle e fiscalização das obras¹³, que confere prioridade aos investimentos em assentamentos informais que estão localizados em áreas urbanas inadequadas à ocupação, prevenindo desastres físicos, ambientais, sociais e econômicos. Há, no entanto, muito ainda o que fazer para cumprir o que estabelece a Agenda Habitat.

O projeto Ribeira AZUL, do município de Salvador, Bahia abrange 13 áreas de áreas urbanas informais, com população de 111.410 habitantes. Foi concebido como uma intervenção integrada visando a fixação da população no local de moradia com intervenções em urbanização, infra-estrutura, serviços, melhoria ou reconstrução de unidades habitacionais, implantação de equipamentos comunitários e de geração de renda, educação ambiental, capacitação de mão de obra, desenvolvimento e organização comunitária. Destacam-se nos objetivos do projeto a requalificação ambiental de toda a área de recorte das enseadas, notadamente as áreas de palafitas, com erradicação dessa tipologia habitacional e a recuperação da balneabilidade da maré e a revitalização dos ecossistemas existentes ou desaparecidos com a elevação da poluição. A União também promove investimentos em contenção de encostas, recolhimento de resíduos sólidos e outros que contribuem para prevenir outros desastres. Outros Municípios tiveram êxito em suas experiências de prevenção, alerta e defesa civil, visando reduzir e minimizar a ocorrência de desastres ambientais, como Cubatão e Santos, em São Paulo.

13. Promover Sistemas de Transporte Efetivos e Ambientalmente Corretos

13.1 No que se refere ao setor de transporte urbano, a União promoveu a regulamentação do trânsito, por meio do Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal¹⁴ que envolveu o Executivo e o Legislativo, das três esferas de governo, além de organizações não-governamentais, em seis anos de intenso debate. O Código de Trânsito Brasileiro trouxe, entre outros, um capítulo especificamente dedicado à educação para o trânsito, outro referente aos crimes de trânsito, um novo processo de habilitação do condutor, a inspeção técnica obrigatória para veículos automotores. Inovou também com a adoção de sistema de pontuação crescente correspondente à gravidade das infrações das regras do trânsito e municipalização da gestão do trânsito, que até então estava na esfera estadual. Isto solucionou um conflito antigo relacionado às responsabilidades dos estados e dos municípios, estabelecendo de vez a competência dos órgãos de trânsito municipais quanto à circulação de veículos e pedestres.

13.2 Embora os seus resultados efetivos só devem alcançar a sua plenitude após um longo período de trabalho em que se conjuga a educação e a punição para mudar o comportamento no trânsito, nos anos que se

¹³ dos empreendimentos financiados pela CAIXA

¹⁴ Leis 9.503 de 21 de janeiro de 1998 e 9.792, de 14 de abril de 1999

seguiram à promulgação dessas leis já se registra queda da taxa de mortalidade por acidentes de trânsito no Brasil.

13.3 A União retomou o seu papel de definidora de diretrizes de política e indutora do desenvolvimento do transporte urbano, promovendo um amplo debate com diversas entidades públicas e civis, para construção de uma Política Nacional para o Transporte Urbano, tendo como prioridades: i) a melhoria da qualidade do transporte coletivo, promovendo maior segurança (pública e de trânsito) para os seus usuários, maior regularidade, melhor conforto e menor tempo de viagem; ii) a minimização dos impactos das viagens urbanas, com a redução dos tempos de deslocamento, dos congestionamentos, da poluição atmosférica e dos acidentes de trânsito, especialmente com aqueles mais vulneráveis no trânsito, que são os pedestres e os ciclistas; iii) a modernização das relações institucionais entre os poderes concedentes locais e as concessionárias do transporte coletivo urbano, por meio da adoção de novos modelos operacionais e de gestão devidamente cobertos por instrumentos legais compatíveis; e iv) a modernização tecnológica e gerencial, concretizada no estímulo à melhoria da qualidade da gestão pública e privada e na indução ao uso de veículos e combustíveis menos poluentes e mais econômicos, além de adequados aos requisitos de conforto e segurança dos usuários.

Independentemente das iniciativas da União, foram implantadas em diversas cidades brasileiras medidas que demonstram a consciência, tanto do poder público como da sociedade, da importância do transporte e trânsito urbano para a competitividade e a qualidade de vida das cidades.

Destacam-se a implantação de vias exclusivas para ônibus e trolebus, o que permite a prioridade na circulação, obtendo aumento da velocidade operacional, em Porto Alegre, Curitiba e São Paulo. Em Porto Alegre observa-se a formação de consórcios entre as empresas operadoras para obter ganhos de escala nos serviços de garagem e manutenção. Em Curitiba pode-se citar a utilização de veículos com portas largas e plataformas retráteis, permitindo o embarque e o desembarque em nível. Outras experiências como a criação de linhas de turismo, as linhas especiais para pessoas portadoras de deficiências físicas e mentais e linhas inter-hospitais, podem ser encontradas em Curitiba.

Vale ressaltar que o sistema de transporte de Curitiba foi desenvolvido em estreita articulação com o planejamento do uso do solo. Assim, o transporte coletivo foi usado como indutor da ocupação urbana. As áreas próximas aos corredores de transporte possuem taxas de ocupação elevadas e incentivos à construção/exploração de equipamentos comerciais, proporcionando maior rotatividade e retenção dos usuários nos corredores. Tais incentivos acarretam, também, uma redução das viagens à área central de Curitiba⁷⁵.

Em 1997 iniciou-se a implantação do Plano de Reestruturação do Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Belo Horizonte – BHEBUS composto, dentre outras facilidades, de pistas exclusivas protegidas por grades e com passagens de pedestres em geral semaforizadas e localizadas próximas às paradas de ônibus, registrando queda nos índices de atropelamento nesses pontos.

13.4 A mudança na dinâmica da ocupação urbana no Brasil, com maior crescimento da periferia e aproximação dos empregos e serviços ao local de residência, geraram uma demanda de rede de transporte distinta da construída.

13.5 Os hábitos de deslocamentos da população urbana mudaram significativamente nos últimos dez anos. Houve alterações na repartição das viagens entre os diversos modos de transporte e registrou-se queda de 8%⁷⁶ em média no número de passageiros transportados por ônibus nas áreas urbanas, entre 1995-2000. Esses passageiros passaram a deslocar-se a pé, por bicicleta e motos (particulares ou de terceiros) reflexo da inadequação da rede de transporte à nova ordem da ocupação urbana.

⁷⁵ Motta, Marco Antonio Vivas, *Trânsito e Transporte Público Urbano no Brasil*, Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2000.

⁷⁶ Diagnóstico do Transporte Coletivo Urbano - Volume 1 - Contexto Geral do Transporte Urbano - SEDU/PR

13.6 As viagens não motorizadas (por bicicleta ou a pé) aumentaram muito nos últimos anos. Há dez anos atrás foram registradas 25% de viagens a pé em relação ao total de viagens diárias. Atualmente, esse percentual passou a patamares de 29 a 50%. Não há registros de viagens por bicicleta, senão indícios de seu aumento em várias cidades do País.

13.7 Um fenômeno que se registrou entre 1993 e 1998 foi o aumento da proporção de pessoas ocupadas que trabalhavam e residiam no mesmo local, de 6,5% para 18,6%. Entre aqueles residentes das áreas urbanas brasileiras que se deslocavam para o trabalho em 1998, 70,1% gastavam menos de uma hora diária nesse percurso, enquanto 6,9 % das pessoas ocupadas passavam mais de 2 horas diárias no trânsito e 1,4% mais de 4 horas⁷⁷.

13.8 As condições precárias de trânsito levam a quatro deseconomias principais: tempo excessivo gasto com deslocamento, desperdício de combustível, emissão de poluentes acima dos níveis aceitáveis e aumento dos custos operacionais do transporte coletivo.

13.9 Pesquisa realizada em 1997⁷⁸, revelou que, somente em dez cidades estudadas, os usuários de automóveis desperdiçavam 240 milhões de horas/ano nos congestionamentos, contra os 200 milhões de horas dos passageiros de ônibus; o consumo de gasolina era aumentado em 250 milhões de litros/ano e o de diesel em 9 milhões de litros/ano. A emissão excessiva de monóxido de carbono, pelos automóveis, alcançara o valor de 122 mil toneladas, por ano. Por sua vez, o sistema ônibus sofria um aumento de até 16% nos seus custos operacionais (no caso de São Paulo), em razão da necessidade de aumentar a frota para manter uma certa regularidade.

13.10 Os transportes metropolitanos fazem parte dos investimentos estratégicos brasileiros constantes no AVANÇA BRASIL. Para esses empreendimentos, destacam-se 9 ações estratégicas a serem implementadas, pelo Ministério dos Transportes, até 2004, contemplando os sistemas de Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e a manutenção e operação dos sistemas de transportes ferroviários de passageiros.

13.11 Incluem-se também, entre as ações estratégicas do governo federal as questões relativas às interfaces urbano rodoviárias, com vistas a minimizar os impactos negativos da infra-estrutura rodoviária nas áreas urbanas. Destacam-se entre estes empreendimentos a construção do Rodoanel de São Paulo, a adequação do anel rodoviário de Belo Horizonte e dos contornos rodoviários do Corredor Mercosul.

13.12 A mobilidade das pessoas portadoras de deficiência e que necessitam de atendimento especial, ganham um reforço em seu arcabouço normativo e legal, como a promulgação da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que, entre outras, dá prioridade de atendimento nos transportes públicos às pessoas portadoras de deficiência, aos idosos, às gestantes e as pessoas acompanhadas por crianças.

13.13 É considerável a participação das organizações não governamentais – ONG's no desenvolvimento do setor, destacando-se a ação da Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP, com o Projeto "Transporte Humano – Cidades com Qualidade de Vida (referência política para o setor); da Associação das Empresas de Transportes Urbanos – NTU, com ações contínuas para o desenvolvimento do empresariado do setor.

13.14 A mudança significativa na dinâmica da ocupação urbana, dos padrões de trabalho e emprego, entre outras, geraram uma demanda de rede de transporte completamente distinta da construída, consolidando novos padrões de deslocamentos da população urbana (a pé; bicicleta e motos; e transportes coletivos alternativos – informais e regulamentados).

13.15 Esse quadro associado ao uso crescente do automóvel nos deslocamentos urbanos condicionam condições precárias de trânsito levando a quatro deseconomias principais: tempo excessivo gasto com deslocamento, desperdício de combustível, emissão de poluentes acima dos níveis aceitáveis e aumento dos custos operacionais do transporte coletivo.

⁷⁷ IPTA/DIRUR - tabulações especiais com base nos metodados da PNAD/IBGE: 1993 e 1998.

⁷⁸ IPTA/ANTP

14. Apoiar Mecanismos para Preparar e Implementar Planos Ambientais Locais e Iniciativas de Agendas 21 Locais

14.1 A preparação de Agendas 21 locais tem sido iniciativa de alguns Estados e de Municípios, em parceria com as organizações da sociedade civil, particularmente com organizações não-governamentais. A tarefa tem sido delegada pelas autoridades governamentais locais a fóruns ambientais, em geral constituídos com representação paritária do governo e da sociedade. A disseminação dessas experiências, por meio das redes existentes, dos programas de documentação e premiação de boas práticas e das ONGs especializadas em meio ambiente, tem estimulado a sua multiplicação em todo o país.

14.2 A aprovação de uma Agenda 21 Brasileira resultará em uma ação programática do Ministério do Meio Ambiente em apoio à implementação de Agendas 21 locais. O projeto da Agenda 21, em discussão com a sociedade civil em todo o país, inclui um capítulo sobre a redução das desigualdades sociais, o qual indica as ações a serem desenvolvidas com a finalidade de prover iguais oportunidades para uma vida sadia e segura para toda a população.

14.3 Vários Estados e Municípios estão formulando e implantando suas Agendas 21 locais, onde se busca assegurar a igualdade de oportunidades no acesso aos recursos naturais e a um ambiente de vida sadio e seguro.

Na implementação das suas Agendas 21 locais destacam-se como exemplos os Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco e os Municípios de Volta Redonda, Angra dos Reis, Belém, Vitória, Rio de Janeiro e Santos, entre outros, que já têm suas Agendas 21 Locais.

Entre as ações voltadas para ampliar as oportunidades de vida segura, particularmente para grupos vulneráveis da população, cabe citar a que trata da acessibilidade às pessoas portadoras de deficiências, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, mediante o Estatuto da Acessibilidade às Pessoas Portadoras de Deficiências. O Estatuto aprofunda, inclusive, o tratamento das questões relativas à habitação, transporte urbano e remoção de barreiras urbanísticas e arquitetônicas. A segunda, de iniciativa local, implementada em Belém, Estado do Pará, é o projeto de Biorremediação do Aurá, que trata da recuperação de área degradada em função de depósitos inadequados do lixo urbano e do auxílio a 400 pessoas, cujas famílias proviam seu sustento através da coleta do lixo, em condições de risco.

VII. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

15. Desenvolvimento Econômico no Brasil

15.1 Nos anos 90, a política de abertura comercial e financeira e de desregulamentação geral da economia, com a opção por um modelo de desenvolvimento calcado numa maior integração da economia nacional ao mercado globalizado e pela diminuição da participação do Estado no aparato produtivo, aliado ao desequilíbrio financeiro do setor público e a uma piora nas contas externas do país, reduziu drasticamente os graus de liberdade do governo brasileiro na condução da política econômica e a sua capacidade de investimento em programas sociais e de infra-estrutura básica.

15.2 A redefinição do papel do Estado na economia ocasionou uma reestruturação do aparelho estatal, calcado nas Reformas Administrativas, Fiscal, Previdenciária e no processo de Desestatização da economia. As transformações em curso tiveram diversas consequências, nem sempre benéficas, no desempenho do setor produtivo nacional, no nível de emprego e nas condições de vida da população, que, contudo, ainda carecem de uma avaliação mais profunda.

15.3 Na segunda metade da década de 90⁷⁷ a prioridade do governo em termos de política econômica foi a consolidação da estabilidade da moeda nacional. Observaram-se no período, dois obstáculos fundamentais ao desempenho das políticas públicas em geral: o desequilíbrio fiscal, fruto do crescimento das necessidades primárias de financiamento do setor público e o mau desempenho do setor externo. As diversas crises financeiras internacionais ocorridas no período⁸⁰ tiveram efeitos adversos sobre as contas externas do país e reduziram a autonomia do governo brasileiro na formulação e implementação da política macroeconômica, devido ao elevado grau de integração da economia brasileira aos mercados financeiros internacionais. As fugas de capital e o mau desempenho do balanço de pagamentos, ocasionado por déficits crescentes no balanço de transações correntes, provocaram a diminuição no nível de reservas internacionais do país, o que levou o governo a adotar medidas fiscais e monetárias restritivas e a aumentar as taxas de juros.

15.4 O período 1995-98 foi marcado por flutuações nas taxas de crescimento econômico e pelas consequências adversas provocadas pelas crises financeiras internacionais sobre o ambiente macroeconômico interno. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB em termos reais variou de 4,2% em 1995 para 0,2% ao ano em 1998. As sucessivas crises internacionais refletiram-se no aumento dos movimentos de capitais especulativos e na desvalorização da moeda nacional, provocando um direcionamento da política macroeconômica para a manutenção da estabilidade de preços, o que foi alcançado com sucesso, conforme se pode verificar pela queda da taxa da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, de 66,0% ao ano em 1995 para 5,2% ao ano em 1999. A defesa da moeda nacional fez-se mediante uma política monetária calcada na administração da taxa de juros, o que provocou um incremento na participação da dívida líquida do setor público (DLSP) no PIB, acompanhado de um decréscimo da participação bruta de capital fixo e de uma deterioração das contas do setor público, medidas que não conseguiram evitar a desvalorização cambial ocorrida em 1999.

15.5 Foi efetuado um novo ajuste macroeconômico para a retomada do crescimento econômico em bases sustentáveis, calcado na administração da taxa de juros com o objetivo de manter as metas inflacionárias, no ajuste fiscal que gerou um superávit primário da ordem de 3% do PIB e na taxa de câmbio flutuante⁸¹. Não obstante os efeitos redistributivos positivos decorrentes, em grande medida, da estabilização macroeconômica pós-Plano Real, com a diminuição dos níveis de pobreza e indigência do país ao longo da década de 90⁸², o ajuste fiscal acarretou uma certa incompatibilidade entre as metas da política macroeconômica com as políticas sociais, tais como o elevado patamar da taxa de juros que dificulta o avanço do Sistema Financeiro Imobiliário - SFI, o contingenciamento do crédito ao setor público, e o corte no orçamento dos Ministérios para investimento em programas sociais.

⁷⁷ Esta seção baseia-se no documento de avaliação das políticas e programas governamentais implementados entre 1995-98 (IPEA, 1999) e no diagnóstico do macro-objetivo 01 do PPA "Criar um Ambiente Macroeconômico Favorável ao Crescimento Sustentado", constante do Relatório de Avaliação do PPA (MP, 2001), elaborados pela DIMAC/IPEA.

⁸⁰ México em 1994, Ásia em 1997 e Rússia em 1998.

⁸¹ IPEA/DIMAC com base em dados do IBGE e Banco Central do Brasil

⁸² Todos os indicadores de pobreza e indigências demonstraram uma queda na proporção de pobres e indigentes no Brasil, independente da linha de pobreza utilizada (ver IPEA/DISOC/Sônia Rocha e Boletim de Política Social e IBGE/Síntese de Indicadores Sociais - 2000)

15.6 A prioridade conferida pelo Governo à estabilidade macroeconômica e ao equilíbrio fiscal, teve impacto negativo no desempenho de várias políticas públicas, limitando a sua capacidade para financiar políticas de desenvolvimento urbano, regional, social e de infra-estrutura. Os impactos negativos dos condicionantes macroeconômicos sobre o desempenho das políticas públicas de cunho social no Brasil se fizeram sentir em vários setores.

15.7 Na área do emprego, por exemplo, as transformações estruturais ocorridas na economia brasileira derivadas da abertura comercial e da reestruturação produtiva das empresas, aliadas à política de juros elevados tiveram como conseqüências negativas o aumento dos níveis de desemprego, principalmente entre a população feminina, e a redução da qualidade do emprego, a precarização das relações trabalhistas e o aumento da informalidade no mercado de trabalho, verificando-se um declínio dos empregados com carteira assinada e o aumento dos trabalhadores por conta própria entre 1993 e 1998⁸¹. Os elevados níveis de informalidade⁸² e de desemprego prevalentes no mercado de trabalho levaram o Governo a adotar algumas medidas corretivas para conter o avanço do problema tais como a integração do seguro-desemprego e a criação do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, do Plano Nacional de Formação Profissional – PLANFOR, dentre outras medidas.

15.8 Na área de desenvolvimento urbano, o fato da SEDU ter tido o seu orçamento bastante reduzido em relação ao inicialmente previsto, aliado ao contingenciamento do crédito ao setor público e à falta da capacidade de pagamento e endividamento de estados, municípios e companhias públicas de habitação e saneamento, - tradicionais provedores de habitação social e serviços de saneamento e infra-estrutura urbana destinados à população de menor poder aquisitivo - compromete o desempenho dos programas destinados a ampliar a oferta de habitação, infra-estrutura e saneamento básico às faixas de renda mais baixas. O nível de contratações de empréstimos dos programas geridos pela SEDU⁸³ para investimentos em habitação e saneamento ficou muito aquém do orçamento, prejudicando as metas de universalização dos serviços de saneamento e a redução do déficit habitacional nas camadas mais pobres e deslocando grande parte dos recursos do FGTS de programas destinados ao financiamento de habitação e saneamento à população de baixa renda por parte de agentes do setor público para o financiamento a agentes do setor privado, o que pode provocar impactos redistributivos adversos. A garantia da universalização dos serviços essenciais básicos à população de baixa renda depende da superação do conflito ainda existente entre políticas de estabilização macroeconômica e de ajuste fiscal e políticas sociais com foco no combate à pobreza na redução das desigualdades sociais.

15.9 Apesar dos avanços na área social, a sociedade brasileira ainda tem como traços marcantes a profunda desigualdade na distribuição da renda e da riqueza, o elevado nível de informalidade do mercado de trabalho, e a exclusão social de uma parcela significativa da população, que tem rendimento *per capita* inferior a meio salário mínimo. Apesar de o Brasil não ser um país pobre em termos de renda *per capita* (US\$ 4.793 em 1998⁸⁴), tendo sido classificado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no 1/3 dos países mais ricos do mundo em 1999, o fato dele possuir um dos maiores níveis de desigualdade na distribuição de renda e da riqueza em termos mundiais, faz com que o país apresente um número de pobres e indigentes mais elevado do que seria esperado pelo seu nível de renda. Os indicadores de pobreza e desigualdade revelam que, em 1998, os 10% mais ricos da população detinham mais de 50% da renda, ao passo que os 50% mais pobres se apropriavam de cerca de 10% da renda nacional. A desigualdade na distribuição de renda é maior nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste e menor na Região Sul do país. No ano de 1998 existiam no país mais de 50 milhões de pessoas pobres e cerca de 21 milhões de indigentes. Entre 1993 e 1998 verificou-se uma queda na proporção de pobres urbanos, qualquer que seja a linha de pobreza considerada, que foi acompanhada de uma diminuição na desigualdade da distribuição da renda domiciliar *per capita*, com a razão entre a parcela da renda apropriada pelos 10% mais ricos e os 40% mais pobres caindo de 24,2 para 23,8⁸⁵.

⁸¹ IBGE: Síntese de Indicadores Sociais - 2000.

⁸² De acordo com informações fornecidas pela IASE, o Brasil possuía, em 1997, cerca de 9,5 milhões de empresas informais, ocupando cerca de 15 milhões de pessoas, entre trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, trabalhadores assalariados com e sem carteira assinada e trabalhadores não remunerados (Kryachko, G. com base em dados do IBGE).

⁸³ Este tema foi tratado no Capítulo referente a moradia.

⁸⁴ Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, com base em dados do Banco Central do Brasil e do IBGE.

⁸⁵ IPE/ADISOC – Boletim de Política Social no 1, julho de 2000, com base na PNAD/IBGE 1998.

15.10 O resgate da dívida social do Brasil nos últimos anos baseou-se principalmente no seguinte conjunto de medidas: (i) prioridade para as políticas de ajuste macroeconômico; (ii) descentralização das ações de governo; (iii) maior participação da sociedade na implementação e controle das políticas sociais; (iv) melhor focalização e seletividade das políticas sociais; (v) regulação e regulamentação de bens e serviços públicos, com a criação de diversas agências reguladoras e (vi) flexibilização dos sistemas de proteção social nas áreas de previdência e do trabalho.

15.11 No que diz respeito à descentralização das ações da União para os estados, municípios e organizações não-governamentais, podemos destacar as áreas de Saúde, Educação, Assistência Social e Trabalho. Na área de saúde cerca de 97% dos municípios brasileiros aderiram à Gestão Local do Sistema de Saúde, merecendo destaque a formação de consórcios entre municípios com proximidade geográfica, que representavam 143 consórcios municipais e envolviam 1.740 municípios em 1999.

15.12 O gasto social federal aumentou de 12 % para 12,7% do PIB no período 1993-1998, podendo chegar a 21% do PIB⁸⁸, quando se considera os gastos das 3 esferas do Governo. Entretanto, apesar da magnitude considerável, o montante e o perfil dos gastos sociais ainda parecem ser insuficientes para fazer frente às carências diversas dos grupos menos favorecidos, dada a elevada desigualdade social existente no país.

15.13 Entre 1993 e 1998 verificou-se um aumento nas taxas de desemprego nas cidades brasileiras de 8,3% para 11,4%. Considerando o conjunto de áreas urbanas e rurais, a taxa de desemprego aberto no Brasil em 1998 era de 9,8% e atingia principalmente a população jovem, onde 18,3% da população que tinha entre 15 e 24 anos encontrava-se desempregada. A qualidade do emprego também decresceu no período, com um leve aumento na percentagem de pessoas ocupadas nos setores informais da economia de 48,2% para 48,8% considerando o conjunto das áreas urbanas brasileiras⁸⁹. A taxa de desemprego aberto das mulheres residentes em áreas urbanas em 1998 era de 14,4% contra 9,2% dos homens. A informalidade do emprego é menor entre as mulheres em 98, sendo elevada a posse de registro em carteira entre as mulheres empregadas, notadamente na região Sul do país. Os empregos autônomos são bastante expressivos, correspondendo a 23% das pessoas ocupadas, enquanto a participação do trabalho não remunerado é maior na região Nordeste do país⁹⁰.

16. Fortalecer Pequenas e Microempresas, Particularmente Aquelas Desenvolvidas por Mulheres

16.1 O fortalecimento de pequenas e micro empresas é um compromisso assumido pelo Governo Federal nos últimos anos. Todos os órgãos federais voltados para este setor foram chamados a promover ações que fortaleçam as pequenas e micro empresas, com tarefas específicas de divulgar e ampliar as ações nesta área.

16.2 Houve significativos avanços nesse campo, por meio de iniciativas da União, dos Estados e dos Municípios e das organizações empresariais, sociais e não governamentais em geral. Além da dinamização das atividades do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, em todo o país, no apoio às pequenas e micro empresas, a expansão do microcrédito é um fenômeno notável, no período recente. A tendência é de crescimento da oferta, já que estima-se existir um mercado de cerca de 10 milhões de clientes potenciais. Agentes financeiros estão desenvolvendo novos programas de apoio às micro empresas, formais e informais. Embora não haja orientação de gênero nos programas de assistência técnica e capacitação ou no acesso ao microcrédito, ressalte-se a existência de programas do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES e de uma ONG especializada no atendimento às mulheres - microempresárias ou produtoras para os mercados formal e informal - o Banco da Mulher, associado a uma rede internacional.

16.3 Os projetos de urbanização de favelas e de melhorias de áreas urbanas informais, executados pelos Municípios, incluem componentes de apoio à geração de renda e trabalho, por meio dos quais é oferecida assistência técnica, jurídica, treinamento e crédito a cooperativas e micro empresas, constituídas por membros da comunidade. Dados disponíveis mostram que existe uma atividade empresarial intensa nessas comunidades. Ressalte-se inclusive que os programas de microcrédito aí encontram uma forte demanda.

⁸⁸ IPEA/DISOC - Ribeiro, J.A. e Fernandes, M. A. (2000), com base em dados do IBGE e SIAFI/SIDOR. In Boletim de Política Social no 1, julho de 2000.

⁸⁹ IPEA/DISOC - tabulações especiais com base nos microdados da PNAD/HBGE 1993 e 1998.

⁹⁰ HBGE- Síntese de Indicadores Sociais 1999.

16.4 Com os Municípios assumindo cada vez mais o papel de agente de fomento ao desenvolvimento econômico local, têm crescido suas iniciativas de apoio às micro e pequenas empresas.

Em Dourados, Mato Grosso do Sul, o município adotou como estratégia a construção de vilas com dupla finalidade - comercial e residencial. As famílias contempladas, além de acesso aos equipamentos sociais, contam com espaço para a implementação de pequenos empreendimentos comerciais atendendo a demanda da comunidade por meio de oferta de variados serviços.

Outras experiências merecem destaque, como o Banco do Povo, as Incubadoras de Cooperativas e outros programas de micro-crédito.

17. Incentivar Parcerias dos Setores Público e Privado e Estimular Oportunidades de Emprego Produtivo

17.1 A concepção de que o Estado depende de parcerias com o setor privado e com as organizações da sociedade civil para enfrentar os desafios da urbanização e atenuar as desigualdades foi rapidamente assimilada e incorporada nas práticas de planejamento e gestão das cidades, a partir da Conferência Habitat.

17.2 O processo de privatização dos serviços de utilidade pública, notadamente os de telefonia e eletricidade, ganhou fôlego a partir de 1995, com a Lei de Concessões (Lei 8987/95) e foi viabilizado a partir da promulgação de diversas leis que estabeleceram regras gerais para os contratos de concessão e para o processo de regulação.

17.3 Cabe, no entanto, acrescentar que esse processo de desestatização da economia brasileira ocorreu sem o devido estabelecimento de um marco regulatório adequado por parte do poder público e de metas rigorosas de investimento e de ampliação dos serviços às populações e áreas carentes. Adicionalmente, também não foram institucionalizados mecanismos de controle social e de monitoramento e avaliação da performance e da qualidade dos serviços oferecidos à população por esses agentes, o que pode colocar em risco a eficiência econômica, a eficácia gerencial e a justiça social desses processos.

17.4 No setor de telecomunicações, a principal mudança verificada foi a privatização da Telebrás, *holding* que era controlada pela União, responsável pela coordenação da implementação da política no setor e pela captação de recursos destinados aos investimentos das suas subsidiárias estaduais. Houve uma cisão da Telebrás em 12 companhias *holdings*, que foram leiloadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e foi criada a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, agência responsável pela regulação do setor.

17.5 No setor elétrico, até setembro de 1998, 16 empresas de distribuição de energia elétrica haviam sido vendidas em leilões, além de duas usinas hidrelétricas. A exemplo do que ocorreu no setor de telecomunicações, houve a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, agência reguladora responsável, entre outras coisas, por elaborar parâmetros técnicos, garantir a qualidade dos serviços e regular a fixação de tarifas. A privatização da distribuição de energia elétrica não conseguiu evitar a crise no setor energético que o país atravessa atualmente, pois a maior parte da atividade da geração de energia ainda fica a cargo de empresas públicas, que não tiveram recursos necessários para fazer os investimentos necessários na ampliação da oferta de energia no momento requerido, sujeitando o país ao racionamento e a cortes abruptos no fornecimento de energia.

17.6 Na área de petróleo e gás natural, ocorreu a quebra do monopólio na exploração e refino do petróleo por parte da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, o estabelecimento de parcerias entre esta estatal e empresas privadas estrangeiras e a criação da Agência Nacional do Petróleo - ANP.

17.7 Recentemente, foram criadas duas agências regulatórias na área de saúde e uma na área de saneamento básico, meio-ambiente e Gestão dos Recursos Hídricos: a Agência Nacional de Saúde Complementar - ANS, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVS e a Agência Nacional de Águas - ANA.

17.8 No setor de transportes, a privatização do setor ferroviário caracterizou-se, principalmente, pela reestruturação da rede, com sua subdivisão em malhas regionais, e pela transferência dos bens necessários à

operação, através do arrendamento dos bens imóveis e venda dos bens operacionais. No sistema portuário reformulou-se o modelo de controle, antes centralizado e foram criados conselhos de autoridade portuária em cada porto, fomentada a concorrência intra e entre portos, transferida a operação de movimentação de carga para operadores privados e descentralizada a gestão pública do setor, através da estadualização e municipalização de portos por meio de concessões.

17.9 No setor rodoviário, buscou-se a recuperação das condições da malha viária, o autofinanciamento das principais rodovias e a participação da iniciativa privada na gestão direta. Houve ainda a descentralização da gestão pública da malha, mediante convênios de delegação de rodovias aos estados e municípios. Formulou-se, atualmente, um novo projeto institucional para os setores privatizados na área de transportes, onde se inclui a criação de uma agência de regulação e a abertura do setor aeroportuário à gestão e investimentos privados.

17.10 Outros setores também têm buscado a parceria do setor privado na provisão dos serviços públicos, embora não tenham sido ainda submetidos a um processo amplo de privatização. Pode-se mencionar, em especial, o caso do setor de saneamento, onde vários contratos de concessão foram efetivados em diversas modalidades³¹.

17.11 O processo de privatização dos serviços de infra-estrutura urbana ainda está em curso e que os seus resultados efetivos ainda estão por avaliar, sendo fundamental o estabelecimento de um sistema de regulação, monitoramento e controle da performance dos agentes privados por parte do poder público e da sociedade civil organizada, de forma a garantir a eficiência da gestão, a continuidade dos investimentos e a qualidade dos serviços prestados à população, sem prejuízo das faixas de renda mais baixas.

VIII. GOVERNANÇA

18. Promover a Descentralização e Fortalecer as Autoridades Locais

18.1 O setor público no Brasil é fortemente descentralizado, onde o município constitui um ente federativo autônomo. A Constituição Federal promoveu a redistribuição da receita fiscal entre os três níveis de governo e o aumento da receita dos municípios, que passaram a receber o Imposto inter vivos, do imposto sobre a venda de combustíveis e mediante transferências aos municípios pelo Fundo de Participação dos Municípios – FPM. As transferências por meio do repasse do FPM foram ampliadas, principalmente entre os anos 1993 e 1995, a partir do aumento dos impostos de renda e sobre produtos industrializados.

18.2 Por outro lado, as demandas por políticas urbanas e sociais a nível local cresceram muito, em relação aos recursos, principalmente, após a extinção do BNH e do PLANASA. Isto tem levado os municípios a buscar respostas para essas novas demandas por meio de enfoques inovadores no trato das finanças municipais, investimentos em parceria com o setor privado e realizando uma gestão com participação crescente da população. Entretanto um sistema integrado de aporte de recursos e articulação de políticas entre os diferentes níveis governamentais para políticas urbanas e habitacionais ainda não foi construído.

18.3 O ajuste fiscal e o contingenciamento de recursos do Banco Central, nos últimos anos, aumentaram a escassez de recursos e têm levado os municípios a uma *guerra fiscal* predatória provocando uma ruptura do pacto federativo e a diminuição da solidariedade intermunicipal.

18.4 Embora a esperada reforma fiscal não tenha sido completada como se esperava, o fortalecimento dos governos locais também ocorreu em decorrência de mudanças no sistema tributário nacional. É importante mencionar, no período, a criação, no âmbito do BNDES, do Programa em apoio à melhoria da gestão financeira de Estados e Municípios, como um instrumento de fortalecimento dos governos locais.

18.5 O Governo Federal vem operando programas de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais básicos com as prefeituras municipais para ampliar a arrecadação tributária e aumentar a eficiência e a qualidade do gasto público.

18.6 Ainda nesta área, destacam-se os trabalhos de disseminação de experiências bem sucedidas e de troca de conhecimentos e fortalecimento dos governos locais que vem sendo priorizados pela atuação do governo federal na área do desenvolvimento urbano, inclusive nos programas já referidos de Parceria, Boas Práticas em Desenvolvimento Urbano da SEDUPR e Caixa Melhores Práticas.

18.7 A cooperação intergovernamental, nos seus diversos níveis ainda apresenta, com poucas exceções, uma atuação voltada a interesses específicos e partidários que dificultam o planejamento de políticas articuladas no espaço urbano. Um novo pacto federativo se faz necessário para definir a distribuição tributária bem como para qualificar essa cooperação.

19. Estimular e Apoiar a Participação e o Engajamento Cívico

19.1 Em todos os níveis de governo, existem iniciativas com esse objetivo, embora nem todas com o mesmo grau de sucesso. A Constituição Federal de 1988 incorporou inúmeros dispositivos visando proteger e assegurar o pleno gozo dos direitos de cidadania.

19.2 No campo específico do desenvolvimento urbano e local, os dirigentes municipais passaram a dispor de diferentes mecanismos de consulta aos cidadãos e, por outro lado, os cidadãos passaram a contar com o direito de encaminhar projetos de lei de iniciativa popular. Entretanto muitos conselhos e instâncias de participação têm tido pouca representação dos distintos segmentos sociais.

19.3 No período considerado, como reflexo do amadurecimento político da população e do fortalecimento das instituições democráticas, multiplicaram-se em todo o país experiências de participação popular e de mobilização cívica, por meio do uso de campanhas públicas, movimentos sociais, redes, criação de fóruns e comitês e dos meios de comunicação. Destaca-se, principalmente, a iniciativa popular de lei

encaminhada pelos movimentos sociais de moradia para a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular⁹² e as várias atividades e mobilizações realizadas pelas entidades que defendem a Reforma Urbana.

Muitas das experiências municipais premiadas pelo Programa de Gestão Pública e Cidadania da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - FGV/FORD, têm como fundamento promover e disseminar a participação popular e a cidadania. Várias são as experiências de co-gestão adotadas no campo da educação básica, com êxito, estimulando o engajamento das famílias nas escolas. Igualmente, no campo da saúde pública, existem várias iniciativas municipais de promoção do engajamento da comunidade nas ações preventivas, dentre as quais destacamos o projeto Tã Rebocando, que beneficiou 5.500 habitantes e prevê a construção de novas habitações e fortalecimento da cidadania dos moradores do Candeal Pequeno, bairro de Salvador/BA. Um dos aspectos marcantes do projeto tem sido a participação efetiva da comunidade.

Projetos de autogestão no município de Belo Horizonte e no Estado de São Paulo resultaram em melhoria de qualidade de vida da população, com garantia do acesso à moradia com infra-estrutura e fortalecimento de bases associativas na comunidade, como também na capacitação e treinamento profissional e promoção da prática de participação comunitária e de convivência coletiva.

No Programa Autogestão da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, foram construídas mais de 700 unidades habitacionais, com recursos provenientes do Orçamento Participativo da Prefeitura e de demanda organizada pelos movimentos sociais. O conjunto habitacional Urucuita, com 202 unidades habitacionais foi premiado pelas Nações Unidas como prática bem-sucedida.

No "Programa Paulista de Mutirão e Auto-Gestão", foram construídas, desde 1995, 24 mil unidades habitacionais, a maioria destas localizadas na Região Metropolitana de São Paulo.

20. Assegurar a Governança Transparente, Responsável e Eficiente de Vilas, Cidades e Áreas Metropolitanas

20.1 Há o reconhecimento geral no país de que é necessário melhorar a capacidade de governança dos Municípios, traduzida em mais eficiência, eficácia, transparência, participação e responsabilidade fiscal da gestão local. A aprovação recente da Lei de Responsabilidade Fiscal é um índice de que esse compromisso vem sendo considerado⁹³.

20.2 Entre as experiências bem-sucedidas disponíveis neste campo, insere-se a do orçamento participativo, uma boa prática da Prefeitura de Porto Alegre, que vem rapidamente sendo absorvida e aplicada pelos municípios e que já recebeu reconhecimento internacional, inclusive por meio do Programa de Melhores Práticas e Lideranças Locais do Habitat. Mais do que uma entre centenas de "idéias inovadoras de gestão municipal", o orçamento participativo amplia o conceito de cidadania e democracia ao partilhar com os cidadãos as decisões sobre o gasto público.

20.3 Inúmeros municípios incorporaram a prática do debate de políticas específicas a partir da criação de "Conselhos Institucionais" que congregam setores governamentais e da sociedade civil. Essa prática apesar de ser uma conquista democrática, tem sido implementada, em muitos casos, de forma conservadora levando para essas instâncias, culturas clientelistas, particularistas e defensoras de interesses específicos. Destacam-se, no entanto, as experiências dos conselhos de saúde, da criança e do adolescente, da assistência social, nas três esferas de governo que vem demonstrando práticas renovadas de participação e representativas dos segmentos sociais.

20.4 É necessário criar programas de desenvolvimento institucional que sejam acessíveis a todos os municípios. As experiências mais recentes encontram-se na esfera estadual. Diversos Estados têm realizado programas dirigidos à melhoria da gestão local e urbana dos seus Municípios, com bons resultados. Observa-se

⁹² Projeto de Lei nº 2710/92.

⁹³ Lei nº 10.028 de 19 de outubro de 2000.

que não falta aos dirigentes municipais vontade de aperfeiçoar e no entanto, as necessidades de capacitação, especialmente nos municípios mais necessitados, não têm sido supridas⁹⁴.

20.5 O Programa Nacional de Desburocratização⁹⁵ vem abolindo procedimentos burocráticos desnecessários que complicavam a vida do cidadão na prestação dos serviços públicos e das empresas. Por ser um programa recente, o seu alcance ainda é restrito.

20.6 Os instrumentos de planejamento e de gestão urbana⁹⁶ têm sido insuficientes e inadequados em consequência dos seguintes fatores: a) não se relacionarem à dinâmica econômica, social e territorial da cidade; b) se dirigirem principalmente aos segmentos de média e alta renda do mercado imobiliário, reservando para estes as áreas mais bem servidas e aptas para a urbanização e; c) apresentarem conteúdo e procedimentos técnico-burocráticos que excluem a participação e controle social em sua implementação. Isto dificulta a gestão urbana e contribui para o aumento do preço da terra, elevação do custo do investimento público e privado e a proliferação de padrões irregulares de ocupação e urbanização. A ausência de um marco regulatório adequado, em âmbito federal e estadual neste campo, contribui para agravar essa situação.

20.7 Com a democratização e renascimento da esfera política local, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, observou-se o declínio do modelo tecnocrático de gestão metropolitana vigente durante os anos 70. No entanto, ainda é necessário a consolidação de uma nova abordagem para a gestão metropolitana. As iniciativas de gestão compartilhada, como as experiências de consórcios intermunicipais e comitês de bacias apontam para uma nova forma de cooperação intermunicipal, no âmbito metropolitano.

20.8 É necessário a construção de mecanismos de participação, de cooperação intergovernamental, de capacitação e de socialização das informações, para que se alcance uma dimensão nacional de governança democrática, transparente e participativa. Na gestão urbana brasileira ocorrem diversas disfunções, que devem ser superadas, pois se mostram conflitantes com experiências mais democráticas.

20.9 Setores da sociedade apontam que, em muitos municípios, os planos diretores sofrem pressões de políticas de outros níveis de governo e enfrentam posicionamentos políticos e imposições metodológicas, como por exemplo os planos estratégicos de executivos que têm descaracterizado a função social da propriedade e da cidade, preceito constitucional obrigatório a ser incorporado nos planos diretores.

20.10 Inúmeros programas de documentação e disseminação de boas práticas em desenvolvimento urbano foram criados no período.⁹⁷ As parcerias para o desenvolvimento urbano e local estão surgindo em todos os campos da administração pública, em todos os níveis de governo, mas particularmente em nível local. Neste sentido, pode-se afirmar que esse é um dos compromissos com a implementação da Agenda Habitat que tem colhido os melhores resultados, embora seja uma inovação na gestão pública brasileira.

20.11 Exemplos são as iniciativas de vários Municípios na formulação de planos estratégicos e planos diretores de desenvolvimento local, baseados em novas metodologias que valorizam as parcerias com o setor privado e com as organizações da sociedade civil. Também deve-se registrar as experiências em curso de promoção do desenvolvimento local integrado sustentável (DLIS), apoiados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, pelo Banco do Nordeste, pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros.

20.12 Nos últimos anos os municípios passaram a recorrer a terceiros para prestar alguns serviços urbanos à população, com os percentuais variando consoante a natureza dos serviços e aumentando com o tamanho do município. Dos 5506 municípios existentes em 1999, 1072 (20%) possuíam serviços terceirizados de coleta de lixo e 903 (16%) de limpeza urbana. Ocorriam ainda terceirizações nos serviços destinados ao funcionamento

⁹⁴ Em 1999 o conjunto dos municípios brasileiros apresentavam uma média de 31 funcionários por 1000 habitantes.

⁹⁵ É o Programa do Plano Plurianual de Investimentos - PPA 2000-2003 Avança Brasil. O objetivo da Desburocratização é garantir o respeito e a credibilidade das pessoas e protegê-las contra a opressão burocrática. As ações serão desenvolvidas em articulação com os demais ministérios e órgãos federais, os governos estaduais, os poderes legislativo e judiciário, e a sociedade.

⁹⁶ Do total de 5.506 municípios existentes no país em 1999, 4.444 registraram a existência de planos plurianuais de investimentos, 840 dispunham de Plano Diretor, 1.548 tinham Lei de Parcelamento do Solo Urbano e 1.187 contavam com Lei de Zoneamento Urbano ou equivalente.

⁹⁷ Destacam-se o Programa de Boas Práticas em Desenvolvimento Urbano da SEDU/PR, o Programa de Melhores Práticas da CAIXA e o Programa de Melhores Práticas em Lideranças Locais do HABITAT.

da própria administração pública local, como limpeza e segurança das unidades prediais municipais (IBGE, Pesquisas de Informações Básicas Municipais, 1999).

A Região do Grande ABC, berço da indústria automobilística brasileira composta de sete municípios quais sejam Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, está situada no setor sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, a maior do país (17 milhões de habitantes) contando com uma população de dois milhões e duzentos mil habitantes, constituindo o terceiro mercado consumidor do Brasil.

A globalização e a chamada reestruturação produtiva provocou um crescente desemprego na região. Apesar de o ABC, junto com a Região Metropolitana de São Paulo, serem responsáveis por 60% da geração de valor da Indústria Paulista – PAEP/SEADE. Nos anos 90 foram perdidos cem mil empregos, sendo a taxa de desemprego atual, segundo pesquisa do PED/SEADE-DIEESE, atinge patamares de 20% superando a taxa da RMSP.

Como resposta à crise econômica, instalaram-se o Consórcio Intermunicipal, o Fórum da Cidadania e a Câmara do Grande ABC, cujo principal enfoque é a tarefa de encontrar um novo modelo de gestão compartilhada, visando o desenvolvimento sustentável da Região. Esses exemplos de gestão inovadora e compartilhada, representam não só uma forma de cooperação entre Estado, Mercado e Comunidade mas, também, a constituição de um sistema de governança empreendedora, superando os tradicionais conflitos municipalistas.

O regimento da Câmara do Grande ABC não prevê uma instituição com personalidade jurídica. Sua constituição informal prevê um espaço de negociação de acordos, visando o desenvolvimento sustentável da Região.

Os acordos assinados desde 1997 até hoje correspondem a uma coalizão do Poder Público, Empresários, Sindicatos e demais organizações da Sociedade Civil articuladas pelo Fórum da Cidadania que, sem negar conflitos existentes, encontraram denominador comum, agregando forças usualmente antagônicas, produzindo um processo regional de cooperação, dentro do que teoricamente é apontado como exemplo de governança urbana.

IX. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

21. Fortalecer a Cooperação e as Parcerias Internacionais

21.1 A cooperação internacional tem-se tornado, ao longo dos últimos anos, importante instrumento de concretização de programas sociais no âmbito governamental e não governamental. Os atores governamentais não se restringem unicamente ao governo federal mas envolvem, como tomadores da cooperação, as instâncias estaduais e municipais, as organizações não governamentais e as agências privadas. As modalidades mais utilizadas são a cooperação técnica e financeira.

21.2 No âmbito da cooperação técnica governamental, coordenada pelo governo brasileiro por meio da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, há programas que se destacam por seu alcance e metodologia, além de apresentarem resultados de importância para a solução de problemas sociais.

21.3 Atualmente, o Brasil recebe cooperação técnica por meio de Acordos bilaterais com o Japão, a República Federal da Alemanha, a França, o Canadá, o Reino Unido, a Itália, a Comunidade Europeia e a Espanha, além de organismos internacionais como PNUD, UNICEF, FAO e OEA. No âmbito da cooperação entre países em desenvolvimento, são executados projetos com a África, América Latina e Caribe.

21.4 O mecanismo de cooperação técnica vem se mostrando eficaz no apoio às políticas de governo, principalmente nos setores de habitação e saneamento. Em passado recente, essa cooperação também favoreceu a realização de estudos e pesquisas que contribuíram decisivamente para o levantamento de informações e implantação de políticas públicas.

21.5 Em relação aos temas tratados na Conferência Habitat II, destacam-se, na Cooperação Bilateral, programas executados com o apoio dos governos alemão, canadense, francês, italiano e japonês.

O Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda (PRORENDA), desenvolvido com o apoio do Governo alemão, visa a organização de grupos beneficiários economicamente desfavorecidos, fazendo com que passem de receptores de ofertas governamentais para articuladores de suas demandas, exercendo o direito de cidadania. É condição indispensável, na implementação do Programa, a mobilização e o fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades trabalhadas, bem como sua organização e articulação em formas associativas.

No âmbito do PRORENDA no Ceará destacam-se três Projetos: "Desenvolvimento Urbano em Bairros Populares" de Fortaleza, Ceará, "Implantação de Melhorias Urbanas em Assentamentos de Populações de Baixa Renda" na Região Metropolitana de Recife, Pernambuco e "Promoção de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Rio Grande do Sul".

O Projeto executado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará encontra-se em fase avançada de execução, objetivando, de forma integrada e participativa, capacitar instituições e fortalecer comunidades para planejar e implementar projetos de co-gestão, bem como promover a melhoria de assentamentos urbanos e sociais entre as comunidades carentes.

O Governo canadense apóia o Projeto "Gerenciamento Participativo nas Áreas de Mananciais em Santo André" - "*Community-Based Watershed Management in Santo André*", cujo objetivo é definir e implementar um Marco de Gerenciamento Ambiental Sustentável para o município de Santo André, São Paulo, a fim de orientar o desenvolvimento, evitando problemas decorrentes de assentamentos em áreas ambientalmente sensíveis. A definição desse Marco de Gerenciamento envolve uma focalização no processo de planejamento - normas e metodologias utilizadas na conceituação, definição e implementação de um plano de desenvolvimento. O Projeto vem apresentando progresso nas seguintes atividades: Rezoneamento das áreas de mananciais com base em métodos de análise ambiental e social; Resolução de conflito (com base em avaliação de impacto social e participação comunitária nas discussões dos problemas e propostas);

Comunicação ao público; Análise de relação de gênero; e Fortalecimento de parcerias.

Apoiado pelo Governo italiano, o "Projeto ALVORADA: Intervenção Integrada em Áreas Marginais para Melhoria de Qualidade de Vida da População", com a Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado de Minas Gerais tem como objetivos: a recuperação e integração sócio-urbanística de favelas na Região Metropolitana de Belo Horizonte; a promoção do desenvolvimento sócio-econômico e cultural dos moradores em favelas; a promoção do desenvolvimento rural em áreas expulsoras de mão-de-obra; e o fortalecimento das instituições locais executoras do projeto. O Programa desenvolve e aplica metodologias de pesquisa participativa e levantamento cartográfico rápido com fotos áreas de baixa altitude e uma metodologia integrada de projeto.

Os instrumentos descritos acima foram avaliados positivamente pelo Banco Mundial e o Habitat e foram apresentadas em vários seminários nacionais e internacionais. A metodologia foi reproduzida em outros programas no contexto nacional- Novos Alagados na Bahia e internacional - Cidade do Cabo na África do Sul).

21.6 Quanto ao apoio prestado pelo Governo japonês na área de saneamento, destaca-se o desenvolvimento de Projetos nos estados de São Paulo e Pernambuco. No Estado de São Paulo, foram concluídos, em 2000, dois projetos: "Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais", de interesse da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, que desenvolveu técnicas de tratamento e disposição de resíduos por meio do processo de incineração e de controle da poluição causada por esse processo; e "Otimização do Sistema de Abastecimento de Água", da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP. Encontra-se em execução o "Curso Internacional de Treinamento em Técnicas de Tratamento de Esgotos Domésticos", também da SABESP, que visa a capacitação de profissionais da América Latina e África de Língua Portuguesa nesta área de tratamento de esgotos.

No Estado de Pernambuco, o projeto "Programa de Melhoria da Qualidade da Água de Reservatórios Eutrofizados Utilizados para Abastecimento Público", desenvolvido pela Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, tem por objetivo melhorar a qualidade da água de abastecimento público, por meio de intervenções para redução da eutrofização e dos problemas dele decorrentes. Ainda em Recife, concluiu-se em 2000 o projeto "Estudo sobre o Plano de Gerenciamento de Esgotos e Drenagem Pluvial para a Região Metropolitana de Recife", que teve como objetivo melhorar o ambiente urbano daquela região de modo a garantir o crescimento das atividades econômicas dos setores industrial, de comércio e serviços, especialmente o setor de turismo, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

21.7 A Cooperação Técnica Multilateral possui características próprias, tanto em relação ao *modus operandi* quanto ao grande número de projetos em negociação. A vinculação às Nações Unidas da maior parte dos organismos multilaterais permite a atuação, em conjunto com a instituição executora, de mais de um organismo internacional, garantindo o aproveitamento da excelência de cada um.

21.8 Entre os organismos que compõem o Sistema Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, ocupa lugar de destaque como a mais importante fonte de cooperação multilateral apoiando projetos na área de habitação e urbanismo. O VI ciclo de programação do PNUD, cobrindo um período de 5 anos (1997-2001), conta com recursos do Programa e participação nacional, a título de "*cost-sharing*", que são aportes financeiros das instituições executoras colocados à conta daquele organismo, a fim de fazer face às despesas dos projetos de cooperação.

21.9 No âmbito da cooperação técnica com o PNUD, destacam-se alguns projetos desenvolvidos pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República - SEDU/PR tais como o "Apoio à Implementação do Programa HABITAR/BRASIL/BJD" o "Desenvolvimento do Sistema de Monitoração e Avaliação de Programas e Projetos" e o "Sistema Nacional de Indicadores Urbanos".

21.10 O primeiro desses projetos tem por objetivo contribuir para a estruturação de um novo modelo de Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, com ênfase na política habitacional de interesse social e na implementação de projetos de urbanização em áreas urbanas informais, contribuindo para elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população carente em metrópoles e aglomerações urbanas brasileiras. Esse projeto trata de apoiar iniciativas que atuem para diminuir as desigualdades sociais, por meio da redução do déficit habitacional e que contribuam, também, para aumentar a competitividade da economia e gerar novos empregos e oportunidades de renda. A limitada capacidade do setor público, a importância das ações de melhoramento nos assentamentos e o processo de ocupação desordenada fazem parte do foco do projeto, que objetiva a estruturação de um novo modelo de política habitacional.

21.11 O Projeto "Sistema Nacional de Indicadores Urbanos" objetiva conceber os sistemas informatizados que darão suporte à SEDU/PR no acompanhamento e na medição dos resultados de programas e projetos sob sua responsabilidade, no campo do desenvolvimento urbano, criando uma sistemática de análise periódica do conjunto de indicadores gerado por esses sistemas, com vistas a aprimorar continuamente sua composição.

21.12 O projeto de Modernização do Setor Saneamento, também executado pela SEDU, pretende contribuir para a melhoria das condições de vida da população brasileira e para a garantia da salubridade ambiental, mediante a execução de ações de saneamento voltadas para a modernização setorial, o fortalecimento institucional e a melhoria da prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Tal projeto baseia-se em conceitos da Política Nacional de Saneamento e incorpora os ensinamentos da primeira etapa do projeto.

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano e Regional do Pará - SEDU/PR, executa projeto de Ações Estratégicas de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, que visa promover a melhoria das condições da qualidade de vida do cidadão do Pará, por intermédio da implementação de ações estratégicas de desenvolvimento urbano e regional.

O Projeto Paraná Cidade - Ações Estratégicas de Gestão Municipal e Urbana, executado pelo Governo do Paraná, em parceria com a SEDU, objetiva contribuir com os esforços estaduais no sentido de dotar as administrações municipais com os meios indispensáveis à promoção da qualidade de vida da população, à adoção de instrumentos de gestão eficientes, eficazes, transparentes e flexíveis e à capacitação de recursos para financiar seu desenvolvimento. Com a cooperação com o PNUD, a SEDU mobilizou agentes públicos e sociais, visando a definição da política urbana do Paraná e a concepção do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano 1995/2000 - Paraná Urbano.

21.13 No que diz respeito à cooperação técnica entre países em desenvolvimento, o Brasil vem assumindo, nos últimos anos, papel cada vez mais nítido de país ofertante de cooperação técnica. Tal fato decorre, de um lado, da política brasileira de cooperação técnica emanada do Ministério das Relações Exteriores e, do outro, da própria demanda dos países em desenvolvimento e dos organismos internacionais, no sentido de que o Brasil disponibilize, para os países de menor desenvolvimento relativo, suas bem sucedidas experiências em diversos setores.

21.14 As ações nessa área são conduzidas, no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, pela Coordenadoria de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. A partir de 1995, procurando alçar a cooperação brasileira a um patamar mais elevado, a ABC retomou diversas iniciativas de intercâmbio, identificou novas linhas de atuação, estruturou novos Programas e projetos de cooperação entre o Brasil, os países da América Latina, Caribe e África, notadamente os países de língua portuguesa - PALOPs.

21.15 Como resultado dos trabalhos empreendidos pela ABC, no período de 1996 a 2000 foram atendidos mais de 360 projetos e atividades. Além disso, inúmeras solicitações encontram-se em negociação e análise na ABC. As demandas de cooperação situam-se em grande parte em áreas nas quais o Brasil destaca-se pela excelência dos trabalhos desenvolvidos e pelas soluções inovadoras para problemas que também os afetam nos setores/temas de educação, agricultura, transporte urbano, saúde, indústria, administração pública, meio ambiente, mineração, habitação, desenvolvimento urbano, social, energia, trabalho, gestão municipal, entre outros. No ano de 2000, a distribuição dos projetos em execução e atividades realizadas por área

geográfica foi a seguinte: América do Sul: 39%; América Central e Caribe: 36%; África: 22%; e Ásia e Oceania: 3%.

21.16 Para concretizar as solicitações de cooperação técnica, a ABC utiliza seus recursos e interage com instituições técnicas nacionais buscando o seu engajamento nos projetos e obter o apoio para a cooperação solicitada, principalmente para a concessão de horas técnicas dos especialistas.

21.17 A ABC beneficia-se, por outro lado, de fundos e acordos criados especificamente para o seu provimento, tal como o Fundo Brasileiro de Cooperação - FBC, destinado a financiar ações de cooperação técnica entre o Brasil e os Estados-membros da Organização de Estados Americanos - OEA. As ações de cooperação financiadas pelo FBC durante a sua implementação, de 1996 a 1998, atenderam 45 demandas apresentadas pelos países da América Latina e Caribe.

21.18 No âmbito do MERCOSUL, a cooperação dá-se em estreito entendimento com o Comitê de Cooperação Técnica - CCT. Neste caso, a ABC busca apoiar projetos de cooperação técnica que contribuam para a consecução dos objetivos do Tratado de Assunção. Não há um grupo de trabalho específico para tratar as questões ligadas à urbanização e saneamento. Entretanto, o tema é abordado, indiretamente, nos diversos subgrupos, reuniões especializadas e outros órgãos técnicos.

21.19 Em relação à capacitação de recursos humanos, há uma intensa participação do Brasil, acolhendo em suas instituições de ensino técnicos de países latino-americanos e africanos para acompanhar cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* nas áreas de urbanismo e arquitetura. Neste particular, destacam-se a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

X. ESTRATÉGIA DE AÇÃO E INICIATIVAS FUTURAS

22. Estratégia de Ação

22.1 As prioridades de ação no âmbito do desenvolvimento urbano terão por objetivo a melhoria das condições de vida da população pobre; a gestão ambiental, a capacitação e o desenvolvimento institucional dos Governos Locais, o fortalecimento do planejamento e da gestão urbana e a cooperação internacional. Isso pressupõe um número restrito de ações bem direcionadas, integradas espacial, setorial e institucionalmente e de ações de cooperação, que articulem diferentes agentes públicos e privados e atores sociais relevantes, evitando-se a pulverização de recursos e as intervenções meramente setoriais. Pressupõe, ainda, o aperfeiçoamento dos instrumentos de política pública existentes, a criação de novas formas de atuação e de cooperação e participação das comunidades e do setor privado. Essas prioridades de ação, inserem-se no contexto dos compromissos firmados pelo Brasil com os objetivos da Agenda Habitat, de incorporar em suas políticas os princípios de moradia adequada para todos e o estabelecimento de assentamentos humanos sustentáveis.

22.2. Com base nessas prioridades, as ações deverão ser dirigidas ao combate à pobreza e exclusão, à melhoria da habitação, dos serviços públicos de transporte, saneamento e da infra-estrutura no espaço urbano, à preservação ambiental e à geração de emprego e renda, em especial as áreas urbanas informais. As ações também serão dirigidas ao aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão urbana e à capacitação dos recursos humanos para o desenvolvimento urbano.

22.3. As ações deverão obedecer ao princípio da integração – espacial, setorial e institucional, visando a otimização e a eficiência das intervenções. A experiência acumulada e as avaliações existentes demonstram que ações isoladas, pontuais e fragmentadas não são capazes de promover nem sustentar as transformações promovidas.

22.4. A integração espacial visa superar a dualidade existente entre cidade informal - cidade formal. Isto implica superar tanto os problemas da população pobre, associados aos processos de ocupação e uso informal do solo, quanto os que conduzem ao subemprego de grande parte dessa população, com vistas à sua integração social, econômica e urbanística à cidade formal.

22.5. Na integração setorial e institucional os agentes públicos e privados envolvidos devem cooperar entre si e agir de forma articulada para que sua ação tenha impactos duradouros, isto é, para que seus programas e projetos sejam sustentáveis. Muito contribuem para esta cooperação e articulação a criação e o fortalecimento de mecanismos de gestão compartilhada, que facilitam a construção e a consolidação de parcerias entre os setores público, privado e as comunidades envolvidas. Destacam-se como mecanismos de gestão compartilhada, adotados em diferentes esferas de governo e instâncias decisórias, os conselhos municipais, conselhos de desenvolvimento metropolitano e de desenvolvimento sustentável, comitês de gestão de bacias hidrográficas, fóruns estaduais e locais da Agenda 21 e consórcios municipais.

22.6. A participação e o controle social das decisões devem ser garantidos por meio de conselhos, audiências públicas e outras formas de participação que visem à formulação, planejamento, execução e gestão de recursos da política e de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento, transporte e de outras de interesse do desenvolvimento urbano, nos poderes executivo e legislativo.

22.7. A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano deve ser elaborada de forma descentralizada administrativa e financeiramente, com a participação da sociedade civil, respeitando realidades urbanas e regionais, bem como articulada com a Agenda 21. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, deverá ser o principal instrumento institucional dessa política e se constituirá em órgão deliberativo, representativo dos segmentos sociais, integrando as políticas de habitação, saneamento, meio ambiente e transporte urbano, vinculado a um órgão governamental responsável pelo conjunto das políticas urbanas.

22.8. Para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, será necessário a criação e implantação de um amplo sistema de informações, com mecanismos descentralizados e de fácil acesso, com transparência, principalmente, na tomada de decisões. Propõe-se ainda que esse sistema seja orientador dos direitos e deveres de todos os cidadãos, permitindo acesso a banco de dados com indicadores físicos, sociais e econômicos e, em especial, educativos para a cidadania.

22.9 Também devem ser procuradas formas mais democráticas de atuação para os órgãos e empresas bem como das universidades e institutos de pesquisa responsáveis pela implementação das políticas públicas, mediante uma gestão pública mais participativa, não só com as comunidades envolvidas, mas também com a sociedade em geral. Propõe-se ainda a criação e efetivação de mecanismos de participação da sociedade no controle do uso e da ocupação do solo e na formulação das leis de desenvolvimento urbano de iniciativa dos poderes legislativo e executivo.

22.10 Para se ampliar a base analítica acerca da realidade urbana do país, devem ser realizados estudos e pesquisas, bem como construídos indicadores e dados desagregados por município, gênero, cor e etnia, com vistas a aprofundar o conhecimento da problemática urbana, especialmente a habitacional e fundiária, e também das condições dos serviços públicos e da infra-estrutura.

22.11. O acompanhamento das ações resultantes deste Relatório Nacional Brasileiro, deverá ser precedido pela criação de uma instância representativa de todos os agentes do desenvolvimento urbano e da sociedade civil, nos moldes do Comitê Nacional Istambul +5, até a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.

22.12. Contribuem para a realização dessa estratégia as seguintes recomendações:

- A. Formular e implementar Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- B. Formular e implementar a Agenda Habitat brasileira, a partir das estratégias de ação e iniciativas futuras constantes deste Relatório;
- C. Recomendar a aprovação do Projeto de Lei n 5788/90 Estatuto da Cidade;
- D. Recomendar a aprovação do Projeto de Lei n° 2710/92, de iniciativa popular, que cria o Fundo Nacional da Moradia Popular;
- E. Ampliar os recursos fiscais e dos fundos patrimoniais e sociais ao financiamento do desenvolvimento urbano;
- F. Criar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- G. Implementar a Agenda 21 brasileira.

22.13. Para atingir os objetivos da Política Urbana essa estratégia se fundamenta nas seguintes prioridades:

23. Prioridade para o Desenvolvimento da Moradia

➤ Formulação da Política Habitacional

23.1 Promover uma Política Nacional de Habitação que envolva a participação de todas as esferas de governo, incluindo apoio financeiro aos programas de iniciativas de auto-construção e mutirão e o incentivo à utilização de materiais alternativos e gestão participativa. Essa política deverá contribuir para a diminuição das disparidades regionais, priorizando as regiões mais carentes e deve ser fortalecida mediante a criação de conselhos associados aos fundos de moradia popular, em todos os níveis, garantindo o controle social e a participação da sociedade;

23.2 Promover e disseminar a aplicação do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais – PEMAS, contemplado no Programa Habitar-Brasil-BID, como instrumento inovador da política habitacional e de desenvolvimento institucional na área urbana;

23.3 Aperfeiçoar a legislação urbanística e de interesse urbanístico, como a aprovação do Projeto de Lei n 5788/90 - Estatuto da Cidade, com vistas a apoiar o princípio da função social da propriedade, bem como simplificar a legislação, garantindo a qualidade da moradia para a população de baixa renda. Também devem ser realizados programas de lotes urbanizados, combinando assistência técnica e financiamento subsidiado de materiais de construção;

23.4 Implementação de políticas de locação social, combinando instrumento eficazes de controle do mercado com ações diversificadas do setor público;

- 23.5 Promover a adoção de medidas que visem diminuir aos custos cartoriais relativas à habitação;
- 23.6 Criar mecanismos que garantam a produção habitacional de qualidade e assegurem a participação popular na política habitacional;
- 23.7 Buscar condições para o financiamento aos governos locais nos moldes do programa Pró-Moradia, dirigidas ao atendimento da população de baixa renda, preferencialmente a população com renda de até três salários mínimos;
- 23.8 Incentivar a aprovação do Sistema de Aquisição de Habitação Social - SHAS, em tramitação no Congresso, permitindo a criação de uma nova sistemática de financiamento, que alavancará a produção de habitações sociais, e reduzindo gradativamente as atuais carências;
- 23.9 Estimular a recuperação de edificações para moradia popular em áreas centrais, inclusive os prédios do patrimônio histórico e cultural.

➤ **Promoção do Direito à Moradia**

- 23.10 Considerar a moradia como um direito social e não como uma *commodity*, utilizando recursos não onerosos, adotando procedimentos menos burocráticos e normas acessíveis;
- 23.11 Assegurar o direito à moradia nos casos de reassentamentos da população que ocupa áreas de risco ou áreas de proteção ambiental;
- 23.12 Implantar uma política habitacional e fundiária que tenha papel central na política urbana e que garanta a todos o direito à moradia digna. Essa política deverá contemplar a alocação de recursos, com prioridade às famílias de baixa renda e criar mecanismos de controle e participação, em todos os níveis, mediante a aplicação da resolução 1993/77, da Comissão de Direitos Humanos da ONU, que proíbe os despejos forçados.

➤ **Melhoria das Áreas Urbanas Informais**

- 23.13 Melhorar as condições de vida nas áreas urbanas informais (favelas, loteamentos clandestinos e outras formas) mediante ações de regularização fundiária e urbanística, melhoria das condições habitacionais e de saneamento ambiental, complementadas por ações de geração de emprego e renda, de capacitação profissional, bem como de outras ações nas áreas de saúde e educação;
- 23.14 Promover a regularização fundiária das áreas ocupadas pela população de baixa renda, e a melhoria da circulação viária, da drenagem, do saneamento, bem como a recuperação de áreas de risco, associando, assistência técnica e jurídica subsidiada e financiamento de materiais de construção, por meio da concessão do direito real de uso, da usucapião e da implantação de zonas especiais de interesse social. Essas ações devem ter a participação integrada dos três níveis de governo e da comunidade, não permitindo a anistia dos loteadores de má fé, que agem com fins lucrativos.

➤ **Criação de Fontes de Recursos para a Promoção da Habitação**

- 23.15 Criar regras mais claras e definidas de acesso ao crédito, com uma política que priorize e facilite o acesso da população de baixa renda, criando formas de utilização de recursos não onerosos para subsidiar essa faixa de renda;
- 23.16 Apoiar a aprovação do Projeto de Lei n.º 2710/92 referente à criação do Fundo Nacional de Moradia Popular, que associa recursos orçamentários e outras fontes, públicas e privadas, gerido por um conselho nacional;
- 23.17 Articular programas habitacionais e de implantação de infra-estrutura com a política de geração de emprego e renda.

➤ **Promoção de Novas Formas de Urbanização e Ocupação dos Vazios Urbanos**

23.18 Promover operações de urbanização consorciadas, baseadas em parcerias entre o setor público e privado, podem permitir uma estratégia de ocupação de vazios urbanos ou partes do tecido urbano, em áreas que não dispõem de infra-estrutura, a ser financiadas mediante a sustentabilidade econômico-financeira do conjunto de investimentos públicos e privados. Uma outra estratégia poderia se configurar pela abertura de novas frentes de ocupação urbana, por meio da conjunção de investimentos em uso do solo e transporte, a serem recuperados pela incorporação dos benefícios da urbanização deles decorrentes.

23.19 Fomentar a adoção de instrumentos a serem estabelecidos no Projeto de Lei no. 5788/90 - Estatuto da Cidade de modo a permitir o melhor funcionamento do mercado imobiliário, e impor o aumento da oferta de terras urbanas situadas em áreas que dispõem de infra-estrutura, contribuindo assim para que a propriedade urbana cumpra a sua função social.

➤ **Promoção da Igualdade de Gênero e de Grupos Vulneráveis**

23.20 Reafirmar os direitos da mulher chefe de família nos programas habitacionais, incorporando o princípio da igualdade entre homens e mulheres;

23.21 Priorizar, nos programas de moradias o atendimento adequado aos idosos e portadores de deficiências físicas, principalmente em áreas carentes.

24. Prioridades para o Desenvolvimento Urbano Sustentável

➤ **Aumentar a eficiência dos centros urbanos**

24.1 Melhorar a prestação dos serviços públicos, reduzir os custos associados às deseconomias de aglomeração e aumentar as atividades produtivas das cidades para atrair investimentos. A primeira ação busca eliminar focos de ineficiência da infra-estrutura urbana, mediante ações integradas nas áreas de transporte público, energia, telecomunicações, segurança e serviços públicos urbanos. A segunda tem por objetivo direcionar investimentos produtivos e em infra-estrutura moderna para setores promissores, em cidades com potencial de crescimento. Destacam-se as seguintes ações:

24.2 Incentivar a estruturação de novas atividades para os centros urbanos, com vistas à reconversão de seu perfil econômico, e aumento de sua capacidade de atrair investimentos;

24.3 Incentivar a revitalização de áreas centrais das grandes cidades, estimulando a implantação de soluções locais que assegurem a continuidade das intervenções e inovem nas relações de parceria com o setor privado, em especial estimulando a recuperação de edificações para moradia destinadas à população de baixa renda, junto com os movimentos populares;

24.4 Incentivar a conservação da energia e a busca de eficiência energética das cidades.

➤ **Buscar a Eficiência Energética das Cidades**

24.5 Melhorar o desempenho energético dos centros urbanos, com o combate ao desperdício do consumo de energia elétrica, tanto nos equipamentos urbanos como na concepção e uso das edificações. O desempenho energético pode ser considerado também na adoção de tecnologias eficazes de coleta, tratamento e destinação de resíduos sólidos e líquidos. A reciclagem da água potável, após sua utilização mais nobre, mediante sua utilização em finalidades de consumo não humano, pode constituir-se também em procedimento que contribua para a eficiência energética das cidades.

➤ **Melhorar a Prestação de Serviços de Saneamento**

24.6 Realizar investimentos em saneamento básico que considerem as diretrizes de uso e ocupação do solo urbano e que sejam indutores do processo de crescimento da cidade;

24.7 Integrar os serviços de abastecimento de água de esgoto sanitário e coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos, drenagem urbana, controle de vetores e preservação dos mananciais, por meio de uma gestão pública democrática com controle social e participação popular bem como a universalização do atendimento em saneamento ambiental mediante a efetivação de uma política de saneamento ambiental nos níveis federal, estadual e municipal;

24.8 Reafirmar a autonomia do poder concedente municipal visando a definição de prioridades, estabelecimento de tarifas, transparência nas planilhas de custos e melhor atendimento ao usuário;

24.9 Garantir subsídios para atendimento da demanda das famílias de baixa renda;

24.10 Definir políticas e estratégias voltadas para redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, com participação de todos os setores da sociedade;

24.11 Elaborar inventário nacional sobre resíduos tóxicos para a definição de medidas urgentes de prevenção e punição de ações de alto impacto ambiental;

24.12 Eliminar o déficit habitacional qualitativo, priorizando ao atendimento das populações de baixa renda;

24.13 Promover o retorno dos investimentos na área de saneamento e infra-estrutura básica, como condição essencial para a sobrevivência e saúde de grande parte da nossa população.

➤ **Melhorar a Prestação de Serviços de Transporte Urbano**

24.14 Realizar investimentos em transporte urbano que considerem as diretrizes de uso e ocupação do solo urbano e que sejam indutores do processo de crescimento da cidade;

24.15 Melhorar a mobilidade e a acessibilidade da população, particularmente da população que habita as periferias urbanas e metropolitanas;

24.16 Considerar as prioridades sociais e ambientais na estruturação do sistema viário urbano;

24.17 Transformar o transporte público em elemento do desenvolvimento social e sustentável das cidades, concentrando nele os investimentos público, priorizando sua utilização no sistema viário, desestimulando o uso dos automóveis nas áreas centrais e nos corredores de transporte;

24.18 Promover o controle social na definição de tarifas e efetivação no caráter público para as atuais e novas concessões do serviço de transporte coletivo;

24.19 Adaptar os transportes coletivos às necessidades e limitações dos portadores de deficiência física;

24.20 Promover investimentos na implantação de tecnologia de controle de viagens que promovam receita econômica do transporte coletivo, garantindo o acesso da sociedade às informações; investir no aprimoramento das técnicas de gerenciamento, na implantação maciça de tecnologia de controle de velocidade e nas campanhas de caráter local e nacional.

➤ **Garantir a sustentabilidade das políticas de desenvolvimento urbano**

24.21 Implementar sistemas de acompanhamento e avaliação de políticas urbanas, com indicadores urbanos capazes de medir os resultados qualitativos e quantitativos dos investimentos urbanos e ambientais;

24.22 Harmonizar os instrumentos de política de meio ambiente e de desenvolvimento urbano;

24.23 Integrar as ações setoriais urbanas mediante programas multissetoriais, articular e compatibilizar as políticas e ações das três esferas de governo na busca de cooperação e complementaridade das ações;

24.24 Articular e compatibilizar as políticas, programas e ações dos diferentes Ministérios e Órgãos Federais que atuam direta ou indiretamente em gestão e financiamento do Desenvolvimento Urbano;

24.25 Aperfeiçoar e consolidar a legislação urbana em âmbito federal, estadual e municipal.

25. Prioridades para a Capacitação e Desenvolvimento Institucional

➤ **O Fortalecimento da Capacidade de Planejamento e Gestão Urbana**

25.1 Superar as deficiências de natureza institucional, técnica e burocrática que vêm se constituindo em obstáculos à gestão urbana, incluindo as seguintes ações: monitoramento e avaliação; modernização do sistema de planejamento e gestão urbana - formulação, revisão e aperfeiçoamento da regulação urbana e dos sistemas de informação; simplificação de normas e procedimentos legais e administrativos; e capacitação dos atores e demais agentes do desenvolvimento urbano;

25.2 Envolver o sistema de ensino, as universidades e os Institutos de Pesquisas na formação dos agentes e na implementação deste Plano de Ação para a reforma urbana, exigindo dos organismos públicos de controle, nessas áreas, atuação efetiva para o redirecionamento das ações de ensino, pesquisa e extensão, articulando as temáticas sociais ao planejamento e desenvolvimento urbano;

25.3 Realizar estudos e pesquisas, bem como construir indicadores e dados desagregados por município, gênero, cor e etnia, com vistas a aprofundar o conhecimento da problemática urbana, especialmente a habitacional e fundiária, bem como das condições de infra-estrutura, nos levantamentos censitários e nas pesquisas nacionais por amostra de domicílios;

25.4 Aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos de políticas públicas de modo a contribuir eficazmente para a capacitação dos municípios como agentes de políticas urbanas.

➤ **Intercâmbio de Boas Práticas**

25.5 Estimular o intercâmbio de boas práticas de gestão urbana, particularmente no que se refere a processos e procedimentos aplicáveis às necessidade de habitação, saneamento e transporte, por meio eletrônico de comunicação e informação e com o intercâmbio de técnicos e profissionais do país.

➤ **Cooperação Inter-governamental para o desenvolvimento das Aglomerações Urbanas**

25.6 Criar uma nova abordagem institucional, legal e operacional para a gestão metropolitana e promover o acompanhamento e a análise do processo de urbanização do país;

25.7 Promover ações integradas de desenvolvimento urbano, voltadas à redução das disparidades – urbanas e sociais, mediante o fortalecimento institucional - gestão compartilhada no exercício das funções públicas de interesse comum: planejamento urbano; capacitação técnica - e execução de políticas de habitação - regularização e urbanização de favelas; construção e melhoria habitacional - saneamento - água, esgoto e resíduos sólidos - transporte público - qualidade, confiabilidade e flexibilidade e oferta adequada do serviço – equipamentos comunitários - creches, escolas, postos de saúde - e segurança pública.

➤ **Promoção de parcerias com o setor privado e sociedade civil organizada:**

25.8 Criar e fortalecer mecanismos de gestão compartilhada, facilitando a construção de parcerias entre os setores público e privado e a comunidade envolvida, visando convergência de ações, cooperação, participação comunitária e atuação conjunta de longo prazo;

25.9 Aperfeiçoar o quadro legal em vigor, ou em exame, visando viabilizar a parceria público – privada na gestão e operação dos sistemas de saneamento e transporte urbano voltada para a modernização gerencial, transparência de ações e maior controle da sociedade;

25.10 Incentivar programas de adesão e comprometimento da iniciativa privada, em parceria com órgãos governamentais, para melhorar a qualidade e o padrão dos bens e serviços ofertados, buscando eficiência, proteção do meio ambiente e utilização racional dos materiais, evitando perda e desperdício;

25.11 Promover parcerias com o setor privado e sociedade civil organizada, mediante a adoção dos concursos públicos de idéias e projetos arquitetônicos e urbanísticos, com escolha por critério de qualidade, conforme deliberação da XX Conferência da UNESCO, da qual o Brasil é signatário;

25.12 Incentivar a participação do setor privado na prestação dos serviços urbanos e na realização de investimentos.

➤ **Promover a modernização da gestão urbana**

25.13 Promover programas de desenvolvimento institucional de capacitação contínua dos agentes públicos e privados em novas técnicas de gestão e de uso de instrumentos de planejamento adequados às condições sociais da população;

25.14 Criar e aperfeiçoar instrumentos legais, regulatórios, que considerem inclusive a defesa do consumidor que promovam a eficiência, equidade, eficácia e transparência na gestão das cidades.

➤ **Promover a criação e aperfeiçoamento de mecanismos que propiciem a utilização de diferentes arranjos financeiros:**

25.15 Buscar novas modalidades de aporte de recurso, com união de distintas fontes - governamental, privada ou de agência internacional;

25.16 Articular o aprimoramento do sistema tributário, com vistas a financiar as ações de desenvolvimento urbano;

25.17 Promover e incentivar a participação de associações, condomínios e consórcios, ou outras organizações formais da sociedade civil, como mutuários e beneficiários dos recursos financiados;

25.18 Consolidar e articular os programas e fundos existentes, de modo a aumentar a eficiência da aplicação dos recursos alocados;

25.19 Formular instrumentos que procurem, mediante o aporte de recursos privados, a maximização de benefícios à sociedade;

25.20 Incentivar a criação, em parceria com o setor privado, de novos mecanismos de financiamento do desenvolvimento urbano que permitam a otimização dos investimentos;

25.21 Buscar novas fontes de recursos compatíveis com operações de longo prazo, conciliando rentabilidade e prazo de captação e aplicação;

25.22 Desenvolver política de subsídio explícito, intransferível e temporário e de implantação de soluções alternativas para beneficiar famílias de baixa renda.

26. Prioridade para a Cooperação Internacional

26.1 Fortalecer os mecanismos de cooperação técnica entre governos e organizações da sociedade e as universidades;

26.2 Promover a realização de estudos e pesquisas, bem como ampliar a dotação de recursos para a cooperação internacional nos setores de habitação e saneamento, buscando a realização de estudos e pesquisas, e a implementação de políticas urbanas e assegurando a participação dos estados, municípios e organizações não governamentais que trabalham neste campo nas ações de cooperação internacional;

26.3 Incrementar a cooperação técnica e financeira internacional, para que os benefícios oriundos da absorção de conhecimentos técnicos, tecnologia, informações e experiências sejam incorporados a políticas de desenvolvimento urbano e meio ambiente;

26.4 Aprimorar as formas de disseminação das atividades de cooperação técnica e financeira internacional, imprimindo mais transparência às ações;

26.5 Fortalecer a participação de profissionais brasileiros interessados em trabalhar em projetos de cooperação técnica internacional, prestada e recebida, no Brasil e no exterior construindo e mantendo atualizado um banco de dados com informações sobre esses profissionais;

26.6 Fomentar a oferta de assistência técnica ao exterior, particularmente aos países da América, Latina, América Central, Caribe e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, por parte de profissionais brasileiros altamente qualificados propiciando, ao mesmo tempo, o intercâmbio com profissionais dos países recipientes, permitindo a observação por esses profissionais das práticas em curso no Brasil.

XI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Relatório de Avaliação do Avanço Brasil*. Brasília: 2000.

_____. *O Brasil e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Relatório da Sociedade Civil sobre o Cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*. Brasília: 2000.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. *Habitação: Estado das Artes*. Brasília: 1999.

_____. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Política Urbana. Departamento de Habitação. *Relatório Gerencial dos Programas de Habitação*. Brasília: 2000.

_____. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Política Urbana. Fundação João Pinheiro. *Déficit Habitacional no Brasil*. Brasília: 1995.

_____. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. *Processo de desenvolvimento urbano no Brasil e o desenvolvimento do setor de transporte urbano*. Brasília: SEDU/PR, 2000.

_____. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. *Grupo de Trabalho Saneamento: O Estado da Arte no Setor de Saneamento Básico*. Brasília: SEDU/PR, 2000.

_____. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. *Política Nacional para o Transporte Urbano: Documento para Discussão*. Brasília: SEDU/PR, 2000.

_____. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. *Diagnóstico do Transporte Coletivo Urbano – Volume I – Contexto Geral do Transporte Urbano*. Brasília: SEDU/PR, 2000.

_____. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. *Grandes números*. Brasília: SEDU/PR, 2000.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988.

_____. Lei no 10.028 de 19 de outubro de 2000. Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei no 201, de 27 de fevereiro de 1967. *Diário Oficial*. Brasília, no 203, p.01, 2000, Seção 1.

CENTRO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS -HABITAT. *Programa de Indicadores Urbanos Guia Metodológico e Planilhas de Indicadores para Istambul + 5*. Quito, Equador: 2000.

CRUZ, B. & MORAIS, M. P. *Demanda por Habitação e Serviços Urbanos No Brasil: Uma Abordagem Hedônica*. Brasília: IPEA/DIUR. Paper a ser apresentado no THE ENRH 2000 CONFERENCE em GAVLE, Suécia, de 26-30 de Junho de 2000.

DE GRAZIA, Grazia e QUEIROZ, Lêda Lúcia. *A Sustentabilidade do Modelo Urbano Brasileiro: Um Desafio*. Rio de Janeiro: 2000.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Revista Conjuntura Econômica*. março: 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Questionário. Manual do Entrevistador e Notas Metodológicas da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD)*. Rio de Janeiro: 1998.

_____. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. Rio de Janeiro: 1989.

_____. *Microdados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD)*. Rio de Janeiro: 1998.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: 1997.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: 1998.

_____. *Síntese dos Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: 1999.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro: 1997.

_____. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999*. Rio de Janeiro: 1999.

_____. *Dados Preliminares do Censo Demográfico (2000)*. Rio de Janeiro: 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA /INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Dimensões das Carências Sociais – Informações Municipais*. Brasília: 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Estudo Gestão Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano. Relatório Final*. Brasília: 1998.

_____. *1995-1998: Quatro anos de transformações*. Brasília: 1999, mimeo.

_____. *Boletim de Política Social no 01*. Brasília: 1998.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/ NÚCLEO DE ECONOMIA SOCIAL, URBANA E REGIONAL/INSTITUTO DE ECONOMIA –UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Relatório Final*. Brasília: 1999.

KRAYCHETE, G. *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. mimeo.

LIMA, Iêda (1998). A crise do transporte urbano: o que o governo federal tem a ver com isso. In: *Revista dos Transportes Públicos*. N.º 81, pp. 31-52. São Paulo: 4º trimestre, 1998.

MOTTA, Marco Antônio Vivas. *Trânsito e Transporte Público Urbano no Brasil*. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2000.

MORAIS, M.P.; CRUZ, B.O. Residential Segregation And Social Exclusion In Brazilian Housing Markets. Artigo preparado para apresentação na 2001 International Real Estate Conference of the American Real Estate And Urban Economics Association. Cancun, México: Maio, 6-8, 2001.

NERI, M. C.; AMADEO, E. J.; CARVALHO, A.P. & NASCIMENTO, M. C. Assets, Markets and Poverty in Brazil. *Ensaio Econômico da EPGE*, no. 374. Rio de Janeiro: FGV/EPGE, 2000.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Projeto de Lei nº 2710/92.

RIBEIRO, J. A. E FERNANDES, M. A. In: *Boletim de Política Social*. No. 1. Brasília: julho de 2000.

ROCHA, S. On Statistical Mapping of Poverty: Social Reality , Concepts and Measurement. *Texto para Discussão nº. 553*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

ROCHA, S. Pobreza e Desigualdade no Brasil: O Esgotamento dos Efeitos Distributivos do Plano Real. *Texto para Discussão Interna nº 721*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ROCHA, Sônia. Do Consumo Observado à Linha de Pobreza, in: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Vol.27 (2). Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

SOARES, S.S.D. *O perfil da discriminação no mercado de trabalho: Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras*. Texto para discussão nº. 769. Brasília: IPEA, 2000.

XII. ANEXO I - LEGISLAÇÃO**27. Decreto que Cria o Comitê Nacional****DECRETO DE 1º DE DEZEMBRO DE 2000 ***

Cria o Comitê Nacional para a preparação da participação brasileira na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para a revisão e avaliação da implementação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Resolução n.º 53/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas que, em sessão de 28 de janeiro de 1999, adotou decisão de convocar a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para a revisão e avaliação da implementação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos.

D E C R E T A

Art. 1º Fica criado o Comitê Nacional para a preparação da participação brasileira na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para a revisão e avaliação da implementação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos.

Art. 2º Compete ao Comitê Nacional assessorar o Presidente da República nas decisões relativas à formulação das posições brasileiras para as negociações.

Art. 3º O Comitê Nacional será presidido pelo Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República e integrado por representantes do Governo e da sociedade civil, designados pelo Presidente da República.

§ 1º Caberá ao Presidente do Comitê Nacional a designação de integrante do Comitê para substituí-lo em caso de ausência.

§ 2º Na hipótese de afastamento, temporário ou definitivo de integrante do Comitê, caberá ao seu Presidente a designação de substituto, ouvidos os demais integrantes.

Art. 4º A Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República atuará como Secretaria Executiva do Comitê.

Art. 5º O Presidente do Comitê Nacional poderá convidar, na qualidade de observadores, representantes de outros órgãos da administração federal, estadual e municipal e de entidades privadas, assim como de organizações não governamentais, cuja presença em reuniões do Comitê seja necessária ao cumprimento de suas atribuições, ou solicitar para tanto contribuições por escrito.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 01 de dezembro de 2000, 179º da Independência e 112º da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL
Gilberto Coutinho Paranhos Velloso

* Publicado no Diário Oficial de 4 de dezembro de 2000, Seção 1, pág. 8

28. Decreto que Designa os Membros do Comitê Nacional**DECRETO DE 1º DE DEZEMBRO DE 2000**

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 84 inciso VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto de 1º de dezembro de 2000, que cria o Comitê Nacional para a preparação da participação brasileira na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para a revisão e avaliação da implementação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, resolve:

D E S I G N A R

os seguintes membros para integrar o Comitê Nacional para a preparação da participação brasileira na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para a revisão e avaliação da implementação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos:

OVÍDIO ANTONIO DE ANGELIS, Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, que o presidirá;

IRIS REZENDE MACHADO, Senador da República;

EDUARDO PIRAGIBE GRAEFF, Assessor Especial do Gabinete do Presidente da República;

EDUARDO NOVAES, Secretário de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente;

ASER CORTINES PEIXOTO FILHO, Diretor de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal;

VIRGÍNIA BERNARDES DE SOUZA TONIATTI, Chefe de Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores;

RICARDO ROBERTO DE ARAÚJO LIMA, Diretor Adjunto do Departamento de Estudos Regionais e Urbanos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

TEREZA CRISTINA NASCIMENTO ARAÚJO, Pesquisadora do Departamento de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

MARA DARCY BIASI FERRARI PINTO, Superintendente Geral do Instituto Brasileiro de Administração Municipal;

LUIZ ROBERTO PONTE, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção;

HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIRÓZ, Presidente Nacional do Instituto dos Arquitetos do Brasil;

MARIA FLORA GONÇALVES, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional;

REGINA MARIA PROSPERIMEYER, Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; e

GRAZIA DE GRAZIA, membro do Fórum Nacional de Reforma Urbana.

Brasília, 1º de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL
Gilberto Coutinho Paranhos Velloso

29. Decreto que Designa a Delegação para Participar da Reunião Preparatória de Nairóbi.**DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 2001**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 1.565, de 05 de setembro de 1939, regulamentado pelo Decreto n.º 44.721, de 21 de outubro de 1958, e na Lei n.º 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto n.º 71.733, de 18 de janeiro de 1973, alterado pelo Decreto n.º 1.656, de 3 de outubro de 1995, resolve:

D E S I G N A R

a seguinte Delegação para participar da Segunda sessão substantiva do Comitê Preparatório da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para a revisão e avaliação da implementação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, a realizar-se no período de 19 a 23 de fevereiro de 2001, em Nairóbi, no Quênia.

CHEFE:

OVÍDIO ANTONIO DE ANGELIS, Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano;

CHEFE ALTERNO:

JOAQUIM AUGUSTO WITHAKER SALLES, Embaixador do Brasil em Nairóbi;

DELEGADOS:

IRIS REZENDE, Senador;

EULER LÁZARO DE MORAIS, Deputado Federal;

JOSÉ ÍNDIO, Deputado Federal;

GUSTAVO FRUET, Deputado Federal;

EDUARDO PIRAGIBE GRAEFF, Assessor Especial do Gabinete do Presidente da República;

VIRGÍNIA BERNARDES DE SOUZA TONIATTI, Chefe de Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores;

EMMANUEL CAVALCANTE PORTO, Gerente do Programa de Gestão Urbana da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU);

MARLENE ALLAN DE SOUZA FERNÁNDEZ, Diretora de Assuntos Internacionais do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM);

DIANA MEIRELLES DA MOTTA, Coordenadora de Política Urbana do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA);

REGINA MARIA PROSPERÍ MEYER, Professora de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP);

Brasília, 30 de janeiro de 2001: 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Celso Lafer

XIII. ANEXO II – FORMATO DO WORKSHOP NACIONAL**SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU****ISTAMBUL +5****WORKSHOP NACIONAL****Estrutura**

Data:	17 e 18 de abril de 2001
Local:	Instituto Rio Branco - SAFS Q 05 lotes 2 e 3 Brasília, DF
Objetivos:	Avaliar o cumprimento dos compromissos da Agenda Habitat, especialmente quanto aos progressos alcançados e obstáculos encontrados em sua implementação; Promover o debate e colher contribuições da sociedade sobre a implementação da Agenda Habitat no Brasil e sobre as medidas e iniciativas futuras.
Estrutura dos Trabalhos	O documento base do workshop é o Relatório Nacional contendo as contribuições apresentadas pelos membros do Comitê. Os trabalhos serão estruturados em seis sub-comitês temáticos, que se reunirão durante dois dias, com o propósito de obter uma base prática para uma estratégia de ação futura. Os sub-comitês temáticos localizarão: (i) moradia; (ii) desenvolvimento social e erradicação da pobreza; (iii) gestão ambiental e desenvolvimento urbano; (iv) desenvolvimento econômico; (v) governança; e (vi) cooperação internacional. A estratégia de ação e as iniciativas futuras, pertinentes a cada tema deverão permear os debates dos sub-comitês.
Formato dos Trabalhos:	1. Sessão Plenária de Abertura para apresentação do Relatório Nacional com todos os participantes; 2. Formação dos seis sub-comitês temáticos; 3. Reunião dos sub-comitês temáticos; 4. Sessão Plenária para apresentação, pelos relatores, dos resultados dos sub-comitês. 5. Encerramento

SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU
ISTAMBUL +5
WORKSHOP NACIONAL
17 e 18 de abril de 2001

Pauta dos Trabalhos

Dia 17 de abril de 2001

09h30 – 10h00	Abertura: Apresentação do Relatório Nacional pelo Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano, Ministro Ovidio de Angelis.
10h30 – 10h15	Intervalo
10h15 – 12h30	Os participantes pré-inscritos terão a palavra para se pronunciarem sobre os temas do Relatório Nacional.
12h30 – 14h30	Intervalo para o almoço
14h30 – 18h30	Reuniões de trabalho dos Sub-Comitês Temáticos 1, 2 e 3, sob a coordenação do moderador, com relatoria, conforme lista a seguir.

Dia 18 de abril de 2001

08h30 – 12h30	Reuniões de trabalho dos Sub-Comitês Temáticos 4, 5 e 6, sob a coordenação do moderador, com relatoria, conforme lista a seguir.
12h30 – 14h30	Intervalo para o almoço
14h30 – 17h30	Reunião plenária para apresentação, pelos relatores, dos resultados das reuniões de trabalho dos sub-comitês temáticos.
18h00	Encerramento

SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU
ISTAMBUL +5
WORKSHOP NACIONAL
17 e 18 de abril de 2001

Plenária 1:

Moderador: Luis Roberto Ponte (CBIC)
Relator: Eduardo Graeff (Gabinete da PR)

Sub-comitê 1 - Moradia:

Moderador: Aser Cortines Peixoto Filho (CAIXA)
Relator: Maria Gezica Valadares (Prefeitura de BH)
Sub-Relator: Edmundo Fontes (CONAM)

Sub-comitê 2 – Desenvolvimento Social e Erradicação da Pobreza:

Moderadores: Deputado Euler de Moraes
Deputado Gustavo Fruct
Relator: Maria Flora Gonçalves (ANPUR)

Sub-comitê 3 – Gestão Ambiental e Desenvolvimento Urbano:

Moderador: Alfredo Gastal (MMA)
Relator: Regina Meyer (FAU/USP)

Sub-comitê 4 – Desenvolvimento Econômico

Moderador: Ricardo R. A. Lima (IPEA)
Relator: Aristides Lima Green (IBGE)

Sub-comitê 5 – Governança

Moderador: Mara Biasi Ferrari Pinto (IBAM)
Relator: Grazia de Grazia (FASE)

Sub-comitê 6 – Cooperação Internacional

Moderador: Virginia Toniatti (MRE)
Relator: Emmanuel C. Porto

Plenária de Encerramento

Moderador: Haroldo Pinheiro Villar de Queiróz (IAB)
Relatores: Marlene Fernandes (IBAM)
Diana Meirelles da Motta (IPEA)

XIV. ANEXO III – PARTICIPANTES DO WORKSHOP NACIONAL ISTAMBUL + 5

Participante	Entidade
Adolfo Marinho de Pontes	Câmara dos Deputados
Adriana Rodrigues Martins	Divisão de Temas Sociais - MRE
Alex Abiko	Escola Politécnica da USP
Alexandra Reschke	Núcleo de Desenvolvimento Urbano PT - Câmara dos
Alfredo Gastal	Projeto de Gerenciamento Ambiental Urbano - MMA
Almir Fernandes	Comissão de Política Urbana - IAB
Amélia Maria de Oliveira Reynaldo	Fundação de Desenvolvimento Municipal/PE
Ana H. Sabóia	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Andréa de Cássia Lopes Pinheiro	FASE-PARÁ/AMAZÔNIA
Antônio Carlos de Bastos Costa Campos	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Antonio José de Araújo	Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM
Antônio Maurício Ferreira Neto	Ministério dos Transportes
Antônio Menezes Júnior	Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas
Aristides Lima Green	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Aser Cortines Peixoto Filho	Caixa Econômica Federal
Bernadete Kouzeu	Secretaria Especial de Habitação/RS
Circe Gama Monteiro	Universidade Federal de Pernambuco
Dalton Bittencourt Ferreira	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Denise Prudente de Fontes	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Diana Meirelles da Motta	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
Edien Pantoja	OXFAM-Recife
Edmundo F. Fontes	CONAM
Eduardo Graeff	Presidência da República
Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto	ABEP - Centro de Desenvolvimento em Planejamento Regional
Eliomar Coelho	Câmara Municipal do Rio de Janeiro
Elisabete França	Comissão Nacional de Habitação - IAB
Emmanuel Cavalcante Porto	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano/PR
Énio Nonato de Oliveira	CONAM
Érico Gilberto Vanderlei	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Euler Lázaro de Moraes	Câmara dos Deputados
Eva Machado Barbosa Samios	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e
Flávia Brasil	Fundação João Pinheiro - Escola de Governo
Flavio Henrique Abdenur Candelot	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Francisco Russo Júnior	Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC
Gilda Blank	Caixa Econômica Federal
Gilson Menezes	Associação Brasileira de Prefeitos - ABRAP
Graça Costa	FASE/BELÉM
Graça Paiva	Prefeitura de Recife
Grazia de Grazia	Fórum Nacional da Reforma Urbana
Gustavo Fruct	Câmara dos Deputados
Haroldo Pinheiro Villar de Queiróz	Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB
Heleno Franco Mesquita	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Ieda Maria de Oliveira Lima	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Irenêo Ceciliano Joffily Bezerra	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Jackson da Costa Pereira	Sinduscon-RJ
Jaira Maria Alba Puppin	Caixa Econômica Federal
José Siqueira Filho	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Leonardo Pessina	CAAP
Luciano de Almeida	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Luis Roberto Ponte	Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC

Mara Darcy Biasi Ferrari Pinto	Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Marco Antônio Machado	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Maria Ângela Cavalcante	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Maria da Piedade Moraes	IPEA
Maria Flora Gonçalves	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em
Maria Geizica Valadares	Secretaria de Habitação de Belo Horizonte
Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves	SINDUSCON/MG
Maria Lucia Casassanta Bruzzi	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Maria Salette de Carvalho Weber	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Maria Sílvia Barros Lorenzetti	Câmara dos Deputados
Marlene Allan de Souza Fernandes	Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Marta Dora Grostein	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São
Nabil Bonduki	Instituto Cidadania
Nazareno Sposito Neto Stanislaw Affonso	Associação Nacional de Transporte Público – ANTP
Neide Silva	ETAPAS/RE
Nelson Saule Júnior	POLIS
Nelson Teixeira da Silva	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Raquel Rolnik	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Regina Maria Prosperi Meyer	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
Ricardo Izar	Câmara dos Deputados
Ricardo Roberto de Araújo Lima	Departamento de Estudos Regionais e Urbanos – IPEA
Roque de Barros Lariaia	ANPOCS
Saulo Manoel da Silveira	União Nacional dos Movimentos da Moradia
Sérgio Bueno	Programa Comunidade Ativa
Sérgio Seabra Santiago	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Severino Ramos de Moura	Ação Urbana
Sônia Rodrigues Haddad	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Tânia Barella	Comissão de Desenvolvimento Urbano – IAB
Vera Lúcia Santos Ribeiro	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Victor Carvalho Pinto	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Virgínia Bernardes de Souza Toniatti	Ministério das Relações Exteriores

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª será atendido na forma do Regulamento.

A Presidência ressalta ter o ilustre Senador Antonio Carlos Valadares participado da reunião da ONU, como representante oficial do Senado da República.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung, por vinte minutos.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a vigésima reunião de cúpula do Mercosul, que se realiza na próxima quinta-feira, em Assunção, no Paraguai, é mais uma oportunidade para esta Casa voltar a debater os rumos do relacionamento comercial do Brasil com os países do Cone Sul e, a par tir dis so, com o resto do mundo e, espe cial men te, a criação da Área de Livre Comércio das Américas – Alca.

Os representantes brasileiros na reunião de Assunção de vem ter a con vic ção de que a ampliação dos nos sos ho ri zon tes co mer ci ais – em que in cluo o estreitamento de relações com a União Eu ro péia – só logrará êxito se mostrarmos ao mundo um bloco forte e preparado para a pesada competição internacional.

A Alca de i xou de ser as sun to res tri to às si su das páginas de economia e ganhou outra dimensão na agenda política nacional. O contencioso como Canadá sobre a suposta contaminação do gado brasileiro pelo mal da vaca louca estabeleceu um divisor de águas, mostrando a clareza da relação entre o processo de negociação dos acordos internacionais e regionais e os rumos do País.

A reação nacional evidenciou o quanto as políticas de desenvolvimento setorial e local bem como a participação da sociedade são elementos complementares e inseparáveis de uma política de integração internacional. O assunto de i xou os en con tros di plomáti co se che gou ao Brasil de carne e osso. E, ao que pa re ce, che gou para fi car.

O tema, no entanto, não é novo. As negociações para a criação da Alca tiveram início em 1994, com a Declaração de Princípios da Cúpula de Miami. A posição brasileira mudou. Até a Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio (OMC), havia a crença de que a Alca acabaria subordinada a um acordo mundial de liberação do comércio, o que deter mi nou uma pos tu ra de em pur rar o as sun to com a bar ri ga, uma es pé cie de vi são cor-de-rosa do processo de globalização, que acabou no fracasso das negociações e de um en con tro que en trou para a his tória principalmente pela pancadaria nas ruas de Se a-

tle. Prevaleceu, de lá para cá, a estratégia de preparar o Brasil seriamente para as negociações da Alca e outras negociações internacionais.

Da mesma forma, foi tímida a estratégia do Governo de envolvimento da sociedade na implementação dessa discussão. Em 1996, o Governo criou a Senalca (Seção Nacional de Coordenação de Assuntos relativos à Alca), com o objetivo específico de preparar as posições brasileiras no processo de negociação. A XXIX reunião da Senalca, realizada no último dia 9 de maio, significou uma mudança de posicionamento sintonizada com o sentimento da Nação e a necessidade de uma agenda de negociações.

Para avançar nesse debate, gostaria de alinhar alguns temas como contribuição, procurando, inicialmente, responder à pergunta sobre o que significa a Alca.

O primeiro passo é comparar tipos de processos de integração econômica internacional, tomando como exemplo a Área de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), o Mercosul, a antiga Comunidade Econômica Europeia (CEE), a União Econômica Europeia (UEE) e a própria Alca.

Nesse contexto, cabe abordar posições explicitadas em publicações do professor Henrique Ratner, coordenador do Programa ProLides Brasil – Programa de Liderança e Desenvolvimento Sustentável no Mercosul da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças.

Ele faz questão, em seus trabalhos, de diferenciar área de preferências tarifária, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica.

A Alca, que, nesta etapa de negociações, reúne 34 países, à exceção de Cuba, será uma zona de livre comércio, com área de 38,4 milhões de metros quadrados e população de 783 milhões de pessoas. O PIB chega a US\$11,5 trilhões. O Nafta (Canadá, EUA e México) é responsável por aproximadamente 88% do PIB das Américas, dos quais 80% correspondem aos Estados Unidos. Os países que comporiam a Alca respondem por 50% de nosso comércio exterior – esse é um dado importante – e por 70% das nossas exportações de manufaturados. Tem razão o Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, ao afirmar que “embora o engajamento nas negociações não tenha caráter excludente, precisa ser encara do com consciência da magnitude do que está em jogo”.

A segunda questão que queria abordar neste pronunciamento é que participar ou não é, na verdade, um falso dilema.

Há a tendência, Sr. Presidente, para que a discussão em torno da Alca assuma certos contornos ideológicos. É compreensível que assim seja em função da participação dos Estados Unidos como ator principal do processo de integração. De um lado, estão o peso e o desenvolvimento da economia americana, que representariam um risco evidente à sobrevivência de competidores mais frágeis. De outro, a ideologia dominante nos meios políticos americanos, que atribui aos mecanismos de mercado e à liberdade de comércio o papel preponderante e exclusivo na integração mundial.

Daí derivam dois posicionamentos contrários à Alca: o primeiro nega seus resultados **a priori**; o outro a rejeita por razões ideológicas.

O Embaixador Rubens Ricupero, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, que tem escrito muito sobre o assunto, em um de seus artigos caracterizou a primeira posição como a da queles que “não acreditam que, uma vez removidas as barreiras internas de proteção ou as margens de preferência aduaneira nos países latino-americanos, poderíamos competir, dentro do nosso mercado ou nos dos vizinhos, contra a primeira potência do mundo em comércio, indústria, finanças e tecnologia. Estão convencidos de que o acordo hemisférico é incompatível com o Mercosul e acabará por engoli-lo, inviabilizando, no mesmo golpe, a aspiração de edificar uma identidade econômica e diplomática para a América do Sul”.

Para o Embaixador Ricupero é um equívoco tachar a Alca de inviável ou de inconcebível, pois “o simples enunciado sumário de tese e antítese basta para indicar que não nos defrontamos com o trivial de se cos e molhados, mas com problemas cruciais que poderão definir o projeto de país para os próximos cem anos. A fim de evitar erros de consequência talvez irreparáveis, deve-se afastar de saída as duas posturas apriorísticas, a da inevitabilidade porque psicologicamente entrega a negociação antes de começar e a de que o acordo é inconcebível porque torna qualquer negociação inviável”.

A resistência ideológica evidencia-se mais explicitamente no campo da esquerda. De uma forma simplista acaba com o fundamento de se contraparticipar das negociações da Alca com o combate ao capitalismo global.

Rejeitara globalização em si, pelo seu aspecto integrador em nível mundial, em vez de combater os seus efeitos e pensar na construção de uma sociedade

de alternativa é como propor a ação de “desplugar” uma determinada nação do contexto internacional.

Não é razoável, porém, com fundamentos visões estratégicas com a condução da política de comércio exterior do País. Os riscos de imobilismo e perda de oportunidade são demasiadamente sérios para que deixemos que uma abordagem desse tipo contamine um debate como este, do qual estou querendo participar hoje desta tribuna.

A negociação sobre a Alca não pode ser tratada isoladamente, pois ela só tem sentido quando analisada nos marcos de uma estratégia mundial. “O PIB brasileiro corresponde a 35% do PIB latino-americano e a 66% do PIB do Mercosul. Ele, porém, é apenas 7% do PIB americano.” Apesar disso, a Alca não terá sentido sem o Brasil, na minha opinião. A extensão territorial e a importância e diversificação da nossa economia credenciam-nos para uma inserção de cunho global no cenário internacional. É justamente essa estratégia que fortalece o nosso papel no processo de negociações e, mais do que isso, nos permite uma maior independência.

A diplomacia brasileira trabalha a Alca simultaneamente com as negociações entre o Mercosul e a União de Economia Europeia. Além de correto, esse é também o melhor caminho para evitar os embaraços no âmbito regional.

O Mercosul passou a enfrentar sérias dificuldades após a mudança do regime de câmbio e consequente desvalorização do real, em 1999. Brasil e Argentina representam, no entanto, 97% da economia do bloco do Mercosul. Tendo em vista as negociações da Alca, a viabilidade do Mercosul dependerá em grande parte da ação brasileira e de uma necessária reflexão conjunta sobre os futuros da integração sul-americana. Fato para essa discussão, Sr. Presidente, é a alteração na política cambial adotada pelo Governo argentino no fim da semana passada, cujos efeitos para a recuperação econômica da quele país ainda são uma enorme interrogação.

A pauta de negociações, quando voltamos a discutir a Alca, é bastante extensa. Porém, alguns temas são essenciais para garantir a participação do Brasil na criação da Alca.

A primeira delas – e está aqui o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, que vai participar, com a CAE, nos próximos dias, alguns eventos sobre o assunto – é assegurar que as discussões incluam as barreiras não tarifárias. Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, 60% de nossas exportações

ções para os Estados Unidos enfrentam algum tipo de restrição não tarifária. É o caso, por exemplo, do aço, e esse é um assunto que conheço, pois a CST, no Espírito Santo, produz esse minério.

Segundo, garantir que as medidas trabalhistas, sanitárias e fitossanitárias, ainda que necessárias, as quais defendo e tenho defendido neste Congresso, nesta tribuna, não sejam utilizadas como barreiras ao comércio, o que é um absurdo, como ocorreu no recente episódio do embargo canadense às exportações de carne brasileira.

Terceiro, evitar uma nova investida dos americanos, para além dos acordos já existentes no âmbito da Organização Mundial do Comércio, OMC, na política de propriedade intelectual. E a legislação do nosso País sobre propriedade intelectual já avançou muito.

Deve-se trabalhar ainda para reduzir o arbítrio e garantir igualdade de direitos e tratamento na adoção de medidas antidumping e de compensações, usadas de forma abusiva pelos países do Primeiro Mundo, como é o caso do Canadá na disputa com a Embraer.

Cabe-nos ainda evitar novas investidas dos Estados Unidos para acelerar e ampliar o escopo das discussões sobre o comércio eletrônico.

Por fim, assegurar mecanismos que minimizem o desequilíbrio entre parceiros, especialmente no que diz respeito à infraestrutura e logística.

A reunião ministerial de Buenos Aires trouxe novidades importantes para a discussão do tema. Os ministros acordaram que maio de 2002 é a data para que as negociações de acesso a mercados propriamente ditas tenham início. Isso faz dos próximos onze meses um período decisivo para a capacitação brasileira.

Nessa etapa, creio que há iniciativas a serem viabilizadas. A primeira é ampliar a nossa participação no processo de negociação. Temos que envolver os meios acadêmicos, sindicatos, integrar as políticas de desenvolvimento local e nacional e mobilizar todos os demais setores que possam contribuir para a discussão. O assunto é por demais importante para ser tratado exclusivamente por diplomatas.

Há um conjunto de iniciativas em andamento no Congresso Nacional. Portanto, o melhor caminho é a unificação de esforços.

Grande parte do sucesso nas negociações depende de um grau apurado de conhecimento dos impactos por setores e atividades da nossa economia (incluindo a relação com temas técnicos da negociação,

tais como regras de acesso – como ci tei ante ri or mente –, tarifas aplicadas e consolidadas, antidumping e direitos compensatórios, de forma a evitar restrições futuras aos produtos brasileiros, como já ocorre em outros casos). Nesse sentido, devem ser aprofundados os esforços de coordenação pelo Itamaraty e garantida a realização de amplos e apurados estudos econômicos que analisem a situação de cada setor da economia brasileira frente à criação da Alca, frente à discussão com o Mercado Comum Europeu e, possivelmente, com outros blocos no futuro.

É importante lembrar que, conforme a Organização Mundial do Comércio (OMC), uma zona de livre comércio deve abranger 85% da economia dos países-membros. As negociações da Alca prevêem um prazo de até quinze anos para liberação completa. Portanto, devemos saber muito bem entre quais setores nos interessa estar dentro dos 15% não compreendidos na liberação tarifária e qual o prazo de adaptação para o restante.

Já está claro, Sr. Presidente, que há setores em situações diferenciadas no País. É só passar um olhar pela economia brasileira. O setor de química, o de informática e o de seguros, não há dúvida, estariam absolutamente ameaçados em uma integração como essa. Já o têxtil necessitaria, na verdade, de uma antecipação do livre comércio. O mesmo sucederia com o siderúrgico, que necessitaria também, pelos números que temos, de conjugar a integração com uma política de aumento de capacidade instalada. Para outros, como o eletrônico, haveria de se criar oportunidade em determinados nichos.

Em resumo, precisamos aprofundar o conhecimento de forma a estruturar as nossas estratégias de negociação.

O debate sobre a Alca é particularmente importante, para lançar luz sobre o papel de planejador, coordenador e indutor do Estado brasileiro no que tange ao desenvolvimento econômico nacional. O desafio é fazer com que a capacitação para as negociações da Alca, bem como de outros processos de integração internacional que citei neste discurso, articule-se com uma agenda de construção da competitividade setorial do nosso País e a superação das nossas vulnerabilidades internas e externas.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador Paulo Hartung, sem prego de ouvir o

discurso de V. Ex^a, pela clareza com que aborda os temas que apresenta e, especialmente, pela seriedade no exercício do mandato. Concordo com a observação de que não podemos ser, de pronto, em primeira mão, contrários ou favoráveis à Alca, que se está consolidando e se vai consolidar. O importante é estarmos preparados para as negociações. Precisamos corrigir nossas deficiências e não atuarmos no processo como segundos. Vamos ser parceiros iguais. Vamos mostrar a nossa importância no processo e defender nossos interesses de acordo com os nossos interesses e não como geralmente é feito, ou seja, defendendo mais os interesses dos outros que os nossos. Essa é uma dorosa realidade. Pelo menos, em determinados segmentos, não tenho a menor preocupação com a influência americana no processo. Aquilo que já exportamos para os Estados Unidos, o segmento mercador logo depois da Comunidade Europeia, vamos continuar exportando, só que com mais facilidade. O que podemos conseguir são maiores nichos no mercado. A preocupação que temos com o Mercosul é até extemporânea, porque o Mercosul – vamos ser realistas – está vivendo, a continuar a política econômica argentina, os últimos dias, ou os últimos meses. Não há como se afastar disso. E o problema argentino é tão sério que vai acabar em uma adeão – não se trata de negociação – ao Nafta. Isso é natural. Ora, ainda temos uma grande potencialidade de crescimento. Podemos, pois, preparar-nos para isso. Nas negociações, inclusive, geralmente aborda-se aquilo que mais nos preocupa: as barreiras não-tarifárias. Essas são as que mais preocupam a todos os países, especialmente os países subdesenvolvidos, aqueles escolhidos para não se desenvolver. Sim, porque o mundo foi dividido entre aqueles que têm o direito de ser desenvolvidos e aqueles que não têm esse direito. O Brasil está incluído entre os países que não têm esse direito, os tais emergentes. E a esses são criados todos os embaraços: barreiras sanitárias, ambientais, sociais, etc. Ora, se fizermos uma mobilização, ouvindo a todos, para que o Brasil negocie efetivamente com quem entende de negócios – têm que ser convocadas as pessoas que entendem de negócios, e não aqueles contumazes negociadores que aparecem sempre –, o Brasil pode marcar uma posição boa e não temer nenhum prejuízo em relação à Alca, quando ela vier. Isso é que é importante. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Senador Gilberto Mestrinho, agradeço e acolho o

aparte que V. Ex^a apresenta ao meu pronunciamento. Mas tenho uma preocupação em relação ao Mercosul: penso que se trata de algo que precisamos discutir e aprofundar um pouco mais. No entanto, o aparte que V. Ex^a apresenta vai também ao encontro do discurso que estou fazendo nestas tardes do Senado.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Se o Presidente permitir – S. Ex^a já acenou as luzes, mostrando que o meu tempo está se esgotando – eu gostaria de conceder um aparte, ainda que rapidamente, ao Senador Roberto Saturnino e, posteriormente, ao Senador Jefferson Péres. Para tanto, vou abrir mão do final do meu pronunciamento, considerando-o lido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência está inteiramente de acordo. Pode apenas aos Srs. Senadores que sejam breves em seus apartes, porque precisamos iniciar a Ordem do Dia.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Serei breve, Sr. Presidente. Senador Paulo Hartung, agradecendo a oportunidade e cumprimentando V. Ex^a pelo discurso e pela seriedade com que levanta estas questões, que é crucial para o Brasil de nos dias. Temos que pensar nas consequências que, certamente, advirão de uma integração comercial da América como um todo. Uma das consequências certas é a liquidação do Mercosul, sim. Nesse ponto, estou de acordo com o Senador Gilberto Mestrinho. O Mercosul passa por uma crise extremamente grave, pode até naufragar por ela. Mas, por outro lado, surgem manifestações, como, por exemplo, da Venezuela, mostrando seu desejo de ingressar no Mercosul; o Chile, que esteve por abandonar, parece que retornou e no momento está a sua integração. Isto é, há alguns anos animados. Só que o Mercosul precisa de tempo para concluir o seu projeto de integração comercial. Assim, a simples abertura das negociações da Alca, em 2005, já vai liquidar inteiramente, a meu juízo, esse projeto do Mercosul, como também prejudicará, certamente, o nosso relacionamento com a União Europeia, porque vamos ficar muito mais intimamente ligados à grande potência americana. Outra consequência, Senador Paulo Hartung, é a quase inevitável dolarização. Já estamos começando a perceber os movimentos de dolarização. A crise argentina, com a insustentabilidade da sua moeda, no

fun do, re fle te isso. E com a im plan ta ção da Alca será quase inevitável que toda a Amé ri ca ca mi nhe para a uni fi ca ção mo ne tá ria. O que penso, no en tan to, é que essa ques tão, pela gran de za e pela pro fun di da de das suas con seqüên cias, de ve ria pas sar por um de ba te mu i to mais am plo e pro fun do com toda a so ci e da de brasileira. Estou de a cor do com V. Ex^a. Isso não pode ser decidido por diplomatas, por mais competente que seja o quadro do Itamaraty; mas diria também que até mesmo o Congresso Nacional, com toda a sua representatividade, não poderia substituir a opinião da Nação brasileira como um todo, discutindo com profundidade, avaliando as con seqüên cias e os sentimentos, porque os sentimentos nacionais também são im por tan tes em uma de ci são des sa na tu re za. A União Européia foi pre ce di da de vá rios ple bis citos. Pen so que o Bra sil tam bém de ve ria fa zer um ple bis cito no ano próximo, coincidente com as eleições, a res pe i to da ques tão da Alca. Apre sen tei um pro je to nes se sen ti do, que está tra mi tan do no Se na do, mas queria expressar essa minha opinião. Entendo que toda a Nação brasileira de ve ria parti ci par des sa de ci são, que será mu i to gra ve, que terá con se qüên cias mu i to maiores do que aquelas que estão limitadas, di gamos assim, ao nosso comércio exterior e ao nosso próprio desenvolvimento econômico. Cumprimento V. Ex^a pelo pro nun ci a men to sé rio, o por tu no e mu i to im por tante.

O SR. PAULO HARTUNG (Blo co/PPS – ES) – Senador Roberto Saturnino, agradeço a V. Ex^a o aparte. Evidentemente que V. Ex^a trouxe te mas novos, que precisávamos debater, e creio vamos ter chance de fazê-lo.

O objetivo desse pro nun ci a men to é um só: tra zer um pou co des se de ba te aqui para o Se na do. Por isso, con ce do um aparte ao Senador Jefferson Péres, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e De fe sa Na ci o nal, que tem to ma do ini ci a ti vas sobre o as sun to e que vai pre pa rar uma sé rie de de ba tes, jun to com a CAE, nos próximos meses sobre o tema Alca. Assim po de re mos de ba te re a pro fun dar mu i to o tema.

Con ce do um aparte a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, com prazer.

O Sr. Jefferson Péres (Blo co/PDT – AM) – Se rei bre ve em meu apar te por que vejo a an gús tia do Presidente, Senador Edison Lobão, em relação ao tem po. Estou che gan do de um al mo ço com o Chan celer Adalberto Giavarini, o Chan celer Celso La fe re a cú pu la do Ita ma raty, onde sen ti que re al men te, su pe ra das as di fi cul da des cir cun stan ci ais por que pas sa a

Argentina em ra zão da pa ri da de cam bi al, que já co me ça a ser aban do na da, a Ar gen ti na terá de ser, sim, nossa parceira no Mercosul, porque concordamos que se ria um de sas tre ela in gre sar so zi nha na Alca. O país não tem estrutura eco nô mi ca para re sis tir ao im pacto de uma ab sor ção pela eco no mia ame ri ca na. Concordo inteiramente com V. Ex^a em que é preciso muito cuidado na in ser ção na Alca, porque, se ape nas con cordás se mos com a mera des gra va ção tar i fá ria, em um país que tem as mais baixas tarifas do mun do, como são os Esta dos Uni dos, se ria de sas tro so para nós. As bar re i ras não-tarifárias cons ti tu em o pon to crucial da nos sa in te gra ção à Alca. Já ini ci a mos o de ba te aqui, V. Ex^a con tri bu iu mu i to com suges tões e que ria até an te ci par o de ba te para ju nho, mas será em agosto. E, como dis se o no bre Se na dor Ro ber to Saturnino, esse de ba te tem que per me ar toda a so ci e da de bra si le i ra, para que nós não fa ça mos uma in ser ção equi vo ca da e pre ci pi ta da na Alca. Mas que te re mos que fa zer al gum dia. Pa ra béns a V. Ex^a, como bem disse o Senador Gilberto Mestrinho, pela lu ci dez, que é uma constante nos pro nun ci a men tos de V. Ex^a.

O SR. PAULO HARTUNG (Blo co/PPS – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

Sr. Presidente, ape nas para con clu ir, ao tem po em que solici to a pu bli ca ção do meu pro nun ci a men to na ín te gra, já que o tem po não me permitiu fazê-lo, gostaria de resumir um último raciocínio em relação as nos sas vul ne ra bi li da des in ter nas.

Cre io que esse de ba te tam bém nos aju da a pen sar e a re fle tir so bre os con stran gi men tos que a pro du ção nacional enfrenta no nosso País. Con stran gi men tos em re la ção ao mo de lo tri bu tário exis ten te no País; con stran gi men tos em re la ção à fal ta de uma po lí ti ca in dus tri al que este País aban do nou, numa vi são ab so lu ta men te equi vo ca da; con stran gi men tos em re la ção à fal ta de uma po lí ti ca de cré di to – te re mos a o por tu na li da de de vo tar a nova Lei das S/A, que en ten do será uma pe que na con tri bu i ção nes se cam po. E essa re fle xão so bre a Alca, so bre a União Eco nô mi ca Euro péia, so bre as nos sas re la ções co mer ci ais in ter na ci o nais, per mi te-nos tam bém de ba te re as di fi cul da des e os con stran gi men tos por que sofre o pa rque pro du ti vo bra si le i ro.

É esse o sen ti do. Acre di to que te mos que de ba ter mais em Ple ná rio, nas Co mis sões e con stru ir mos, nes se pre pa ro, uma agen da só li da, que pre ci sa ser um pré-requisito para o nosso ingresso ou não na Alca ou em ou tro blo co eco nô mi co.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*SEGUE, NA ÍNTEGRA, A ÚLTIMA
PARTE DO DISCURSO DO SR. SENADOR
PAULO HARTUNG.*

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Continuando, Sr. Presidente, hoje, o lado fraco da economia brasileira é o déficit externo. Ele limita a possibilidade de o Brasil crescer a taxas muito superiores a 4% ao ano (superada a crise energética). Por um lado por que uma taxa maior ampliaria o déficit externo e colocaria em risco a estabilidade da economia; de outro, por que a necessidade de obtenção de recursos para o refinanciamento de amortizações e de parte do déficit corrente, impõe a manutenção da taxa de juros em um patamar que acaba inibindo o próprio crescimento.

Assim, na mesma medida em que a ALCA pode representar uma ameaça, em função da baixa competitividade de alguns setores internos, a discussão dela de corrente é essencial para dar visibilidade às dificuldades econômicas que estamos enfrentando.

Mesmo que ela não estivesse em andamento, o Brasil precisaria ampliar sua competitividade a fim de equacionar possibilidades de crescimento, de desenvolvimento econômico e para reduzir nossa instabilidade frente aos efeitos da propagação internacional da economia globalizada.

Papel de destaque deve ter a política de Ciência e Tecnologia, no sentido de criar um novo patamar de desenvolvimentos sustentáveis para o País. Há estudos que apontam que, em quanto em nossa pauta de importações há uma predominância de produtos relacionados com setores dinâmicos da economia mundial, o inverso ocorre no caso de nossas exportações. Boa parte da ampliação da competitividade brasileira dos últimos tempos foi sustentada por ganhos no âmbito dos processos de produção, o que pode representar uma fragilidade frente às estratégias globais de realocação produtiva promovida por empresas mundiais e países desenvolvidos.

Há importantes esforços sendo realizados por setores do governo, dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Relações Exteriores. Há setores empresariais e organizações não-governamentais trabalhando com uma visão não corporativa. O Congresso Nacional tem sido o fórum no mesmo sentido. Exemplo é a série de audiências públicas e debates que estão sendo programados no âmbito das Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores para debater o tema. Precisamos acreditar na força da participação e construir uma posição nacional coesa.

Apostura dos empresários, conforme pesquisa do Datafolha, publicada no último dia 09 de junho, é de apoio à ALCA, mas de desconhecimento sobre os seus impactos. Apenas 12% consideram o País bem preparado para competir.

É mais um argumento em defesa da nossa posição:

Precisamos ampliar a mobilização e investir recursos para melhorar nossa capacidade de negociação e promover as reformas estruturais que melhoram nossa competitividade.

Precisamos ganhar tempo, e neste caso são nefastas tanto a incapacidade de gestão como as ambigüidades ideológicas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, por vinte minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como é de conhecimento de todos, já há alguns dias, recebemos uma convocação para uma nova missão, qual seja, ocupar a Pasta da Integração Nacional.

Antes de mim, o titular era o nosso eminente Colega desta Casa, Senador Fernando Bezerra, a quem quero tributar todas as minhas homenagens.

A convocação que recebi desta vez, portanto, vem do Poder Executivo, atendendo a uma apresentação feita pelo meu Partido, o PMDB, com a confiança do Presidente da República, com toda a certeza. A Sua Excelência – como farei amanhã – ante ci po os profundos agradecimentos e manifesto a convicção de tudo fazer para honrar a confiança que tanto o meu Partido quanto o Presidente da República em mim estão depositando, nessa hora difícil para o Brasil, nessa hora de chamento, de convocação da sociedade, em que a sociedade brasileira, mais uma vez, dá demonstração do seu espírito cívico, do exercício da cidadania ao, sem que haja nenhuma medida punitiva ou nenhuma sanção, colaborar efetivamente para a economia de energia elétrica, que já beira os 20%.

Entendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não poderia furar-me ao chamento do meu Partido e, principalmente, ao do Presidente da República. Acredito que é de dever de todo o cidadão atender ao chamento que lhe fazem, seja em que hora for. Às vezes nos momentos de dificuldade é que vemos aceitar o desafio, dar a nossa parcela de contribuição. A situação não se escolhe, as circunstâncias existem, principalmente numa quadra de dificuldades como a presente.

Ocupo esta tribuna apenas para dizer que vou levar comigo para o Ministério da Integração Nacional os ensinamentos colhidos aqui no Senado, que é a Casa da Federação, que busca o equilíbrio da Federação e que tem como uma de suas maiores responsabilidades—senão a maior—evitar os desequilíbrios regionais e sociais. Vou levar para essa Pasta a densa experiência vivenciada durante esses seis anos de mandato no Senado Federal. Foi aqui com os colegas que discuti extensivamente esse Brasil de contrastes, tão rico e tão desigual, esse Brasil que concentra renda, que sei que é rico mas, no dizer do próprio Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, é um País socialmente injusto. É um País, portanto, que não pode prescindir da colaboração de nenhum de seus filhos. Não posso prescindir da colaboração de nenhum dos meus colegas. Preciso do concurso de todos os Senadores da República, preciso do concurso de todos os que com põem o Congresso Nacional nessa árdua tarefa.

Prefiro até dizer, Sr. Presidente, com toda a humildade, que quero ajuizado o Senado da República. Quero que aquele Ministério seja a extensão desta Casa. Eu que cheguei aqui tendo como bandeira de luta as desigualdades regionais, pedindo que se olhasse para o interior do País, por que, como representante do Estado de Mato Grosso do Sul, sentia como são perversas essas desigualdades; eu que cheguei aqui empunhando a bandeira do desenvolvimento e dizendo que esse desenvolvimento tem, necessariamente, que passar pelo interior, porque as nossas metrópoles estão exauridas, com suas condições de vida quase insuportáveis, vejo a minha ida para o Ministério quase como uma continuação dessa luta. Vou buscar soluções. Não vou para lá com nenhum espírito milagreiro. Vou ocupar aquele Ministério com toda simplicidade, com os pés no chão. Vou procurar, em poucos meses, talvez, caminhar firme, procurando não errar, por que, hoje, neste mundo inteiramente globalizado, quando erramos, atrasamos o progresso, atrasamos o desenvolvimento.

Sei que errar é humano, mas temos que fazer um esforço ingente, um grande esforço para acertar nas nossas decisões, para escolher a prioridade das prioridades. E a prioridade das prioridades—eu sinto, eu sei, como homem do interior—passa pelo interior. Está aí a estatística do IBGE mostrando que a sociedade brasileira está caminhando para isso, demonstrando o quanto as cidades médias do Brasil têm avançado. Sei que o processo industrial já está saindo das grandes cidades, dos grandes centros urba-

nos e indo para essas cidades de porte médio. Isso é muito bom para o desenvolvimento e para diminuir os desequilíbrios sociais existentes no nosso Brasil.

Sei que o problema das desigualdades regionais atinge todos indistintamente. O drama do Nordeste, por exemplo, requer um esforço monumental de todos os brasileiros. A seca que assola o Nordeste, hoje, é a maior dos últimos setenta anos, agravada pela crise energética sem igual no País. A sociedade está fazendo um esforço de colaboração, está empenhada na economia de energia, a fim de evitar aquele “apagão” que poderia, sem dúvida alguma, levar à recessão, ao de semprego, o que é profundamente indesejado. Ninguém quer isso.

Vou para lá, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de forma pragmática. Vou para lá para lutar. Vou para lá eticamente. Vou para lá para ver se conseguimos não dispersar recursos; transformar o pouco em muito. E isso significa trabalhar com eficiência, trabalhar com vontade, trabalhar com espírito cívico, atender ao drama dos necessitados, porque ele é urgente, mas não só com soluções paliativas. É preciso dar pelo menos os primeiros passos em direção às soluções definitivas para os problemas que todos os anos acontecem e para os quais o Brasil nunca chega a encontrar a verdadeira e definitiva solução, como, por exemplo, para a seca do Nordeste.

Nenhum de nós consegue controlar a natureza, evidentemente. Mas as nossas ações poderão fazer com que os efeitos da natureza sejam minimizados e que a população sofra menos.

Vou ocupar o Ministério da Integração Nacional, não um ministério de discriminação. E, mais do que o Ministério da Integração Nacional, tem que ser o ministério da solidariedade, que una os brasileiros, ricos e pobres, para que haja uma melhor distribuição da riqueza para o País.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Senador Ramez Tebet, tenho certeza absoluta de que o Senado está perdendo, pelo menos temporariamente, um grande valor, que representa a figura de V. Ex^a, e o Governo vai ganhar, por que sabemos que V. Ex^a trabalha com destemor, coragem, honestidade e eficiência e haverá de honrar o seu Estado ao assumir a Pasta da Integração Nacional. Gostaria, desde já, de fazer um pedido a V. Ex^a como nordestino e sergipano, pois sei que V. Ex^a é um homem identifi-

com a beleza da nossa Região, por que já o vi várias vezes em aviões indo para o Nordeste conhecer as suas belezas e o seu povo generoso e bom. Gostaria que V. Ex^a se debruçasse, com a seriedade que lhe é peculiar, na análise da questão da transposição do rio São Francisco, verificando, principalmente, que, embora seja um projeto de interesse nacional, já confirmado pelo Governo Federal, tem que ser adiado, neste momento, devido ao mapa da seca a que V. Ex^a se referiu. No seu lugar, deve ser revitalizado o projeto de sustentabilidade da bacia do rio São Francisco. Tenho certeza de que V. Ex^a, ho mem estu di o so e cri te ri o so, em primeiro lugar, irá fortalecer a nossa Região por meio da recuperação e revitalização do nosso rio, fazendo com que ressurgam as matas ciliares, com que o problema da erosão que está tomando conta de muitos trechos seja resolvido e, afinal, com que o rio volte a fluir e possa ser objeto de enriquecimento da nossa Região e do Brasil inteiro. Tenho certeza de que V. Ex^a, crítico e justo como é, haverá de se debruçar sobre o projeto de revitalização do rio São Francisco, a fim de que, amanhã, ele possa servir a outros Estados. Atualmente, ele é um rio de bilidade, pela profusão de usinas hidrelétricas, pela erosão em suas margens – em muitos trechos, o rio está se tornando quase inavegável. O fornecimento de água, por exemplo, que é vital para Alagoas, poderia sofrer um grande baque, Senador Ramez Tebet, com a erosão que está tomando conta da nossa Região. Já são oito os Municípios que deixaram de receber abastecimento de água do rio São Francisco, por causa, sobretudo, da interrupção do fornecimento de água que houve com a queda do volume de água do São Francisco e a eclosão das secas. De se jo e es pe ro que V. Ex^a tenha grande sucesso à frente do Ministério e que verifique essa questão grave da revitalização do nosso rio, que é de maior importância para a unidade nacional.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Antonio Carlos Valadares, vou aproveitar a intervenção de V. Ex^a para fazer algumas conclusões.

Tenho ouvido os debates nesta Casa – e por isso eu disse que quer o levar para lá a experiência haurida aqui, no Senado da República –, opiniões contrárias e a favor da transposição de águas do São Francisco. Até isto estou aprendendo: não se ria “das” águas, mas “de” águas. Creio que esse seja um raciocínio elementar, permita-me afirmar, porque quem não tem não dá. Isto é, se o rio São Francisco não tiver água, também não poderia fornece-la; ele tem que recebê-la. Portanto, a revitalização é ponto pacífico.

Podemos estudar, ouvir a sociedade, debater em audiências públicas, convocar os técnicos, os entendidos do assunto e aproveitar os estudos que estão sendo feitos. Mas, positivamente, cuidar das matas ciliares e das erosões é imprescindível para a sobrevivência do rio da integração nacional.

O ape lo de V. Ex^a é o ape lo do bom-senso. Vamos revitalizar o rio, por que, se não o fizermos, não poderemos fazer o restante, parece-me. Isso é de transcendental importância.

No mais, como afirmei no início do meu pronunciamento, quero ouvir a sociedade, mas ouvi-la rapidamente e ouvir principalmente os representantes da sociedade, os representantes dos Estados brasileiros; e os representantes dos Estados brasileiros estão aqui, no Senado da República. Daí por que as minhas palavras foram nesse sentido.

O Sr. Nova da Costa (PMDB – AP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo um aparte a V. Ex^a, não sem antes dizer que conheço V. Ex^a há muito tempo. V. Ex^a, antes de mim, foi Superintendente da nossa Sudeco, hoje extinta. V. Ex^a luta para que o Centro-Oeste também tenha uma agência de fomento, uma agência que estude o planejamento da região, que estude estrategicamente o Centro-Oeste, para que as grandes riquezas ali existentes possam ser eficientemente colocadas a serviço da Nação.

Com muito prazer, ouço o Senador Nova da Costa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a dispõe de dois minutos, e ainda há 11 ilustres Senadores que desejam apartear-lo. Peço a todos que sejam brevíssimos, porque precisamos iniciar a Ordem do Dia. Temos um horário preestabelecido para o início da Ordem do Dia.

Não de se jo ob sta cu li zar nen hum dos apartes, mas peço a atenção e a colaboração de todos os Srs. Senadores para que não prejudiquemos o início da Ordem do Dia.

O Sr. Nova da Costa (PMDB – AP) – Se rei breve. Eminentíssimo Senador Ramez Tebet, a passagem de V. Ex^a pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a sua visão e a sua boa vontade de corrigir os desequilíbrios regionais e criar condições para mostrar toda aquela riqueza do Centro-Oeste, é um ponto positivo para que tenhamos esperanças no sentido de que, à frente do Ministério da Integração Nacional, V. Ex^a revitalize o trabalho do desenvolvimento regional. Lembro-me quando se

discutia que 10% da população da Grande São Paulo, com um milésimo da superfície do País, contribuía, na que tempo, com 40% da renda nacional. E o caminhar qual seria? Bem dizia V. Ex^a: abrir os espaços, as potencialidades do Centro-Oeste para atrair os investimentos das poupanças geradas em São Paulo e chegar até a Amazônia. Quer o para benizar V. Ex^a e dizer que, pelas diretrizes que aqui apresentou, V. Ex^a vai ocupar o Ministério da Integração Nacional com uma orientação bem definida, em razão do seu conhecimento, da sua experiência no Senado e do trabalho já realizado em uma região como o Centro-Oeste, que é a solução para muitos dos problemas nacionais. São 25% da área, contribuindo, hoje, talvez, com 10% da renda nacional, mas se trata de uma região que tem muito potencial para contribuir e possibilitar a correção das desigualdades. Acredito nas diretrizes de V. Ex^a para amenizar o sofrimento da nossa população vítima da seca, das enchentes e demais adversidades climáticas. Parabéns a V. Ex^a. Que Deus o ilumine, e que V. Ex^a conduza o Ministério com a mesma tenacidade com que exerceu a sua função na nossa sociedade. Supe rin ten dên cia do Desenvolvimento do Centro-Oeste, que, agora, todos esperamos seja revista com a criação da agência de desenvolvimento regional. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Eu é que, como vindo, agradeço a V. Ex^a, Senador Nova da Costa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Blo co/PT – SP) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Blo co/PT – SP) – Senador Ramez Tebet, eu gostaria de transmitir uma reflexão a V. Ex^a, agora que vai assumir a função de Ministro da Integração Nacional, no sentido de como integrar o território brasileiro e, sobretudo, todos os brasileiros. Junto com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, V. Ex^a terá que lidar com os problemas da seca no Nordeste e com o problema das enchentes que, por vezes, ocorrem no Estado de V. Ex^a e em outros. Essas intempéries, muitas vezes, acabam levando milhões de famílias ao flagelo. Recentemente, no **Jornal do Brasil**, o Ministro Raul Jungmann fez uma avaliação crítica do sistema de atendimento às famílias flageladas, observando que seria interessante termos um sistema permanente de direito para todas as pessoas. Qual seria a forma de, efetivamente, termos esse direito para todos os 170 milhões de brasileiros? Ressalto que teremos isso quando instituir-

mos no Brasil o mecanismo pelo qual toda a população – não importa a sua condição, origem, raça, idade, sexo, condição civil ou socioeconômica – tiver, como direito inalienável, a possibilidade de receber uma renda suficiente para as suas necessidades vitais. Eu gostaria que V. Ex^a refletisse sobre isso. Quero transmitir a V. Ex^a votos de que possa exercer sua nova função da melhor forma possível e com o mesmo equilíbrio e preocupação ética com que procurou conduzir o seu mandato no Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy, o aparte de V. Ex^a vai me permitir um esclarecimento. Antes, porém, agradeço-lhe as generosas palavras.

O combate à seca é inadiável e não é tarefa de um Ministério, mas de um governo. O governo todo tem de estar empenhado nessa tarefa.

Não é sem razão que, mesmo antes de tomar posse, já em treze minutos com o Ministro Raul Jungmann e, quinta-feira, se Deus quiser, será publicada o decreto no qual estará estabelecido que ficará a cargo de S. Ex^a a coordenação para o combate à seca e à fome no Nordeste, que se constitui em um verdadeiro flagelo, em uma vergonha nacional. Tal ação está exatamente dentro dos moldes que V. Ex^a está preconizando. Com recursos principalmente do Ministério da Integração Nacional, do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, promovemos um mutirão, pelo qual começaremos, inclusive, a aplicar na região a bolsa-escola. É uma tentativa de se dar uma solução, não sei se definitiva, mas a melhor possível, para isso que está vitimando irmãos brasileiros no nosso querido Nordeste.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Senador Ramez Tebet, sabe V. Ex^a da alegria e da certeza que temos, hoje, com a assunção de V. Ex^a ao Ministério da Integração Nacional. Alegria porque é um irmão nosso, um filho nosso, de Mato Grosso do Sul, que assume um Ministério de tanta importância; e certeza que temos de que V. Ex^a produzirá um trabalho dos melhores para a República brasileira, principalmente porque a sua cultura é universal. A grande preocupação que tínhamos, e que pode ter algum companheiro nosso, era a de que esse Ministério quase sempre foi dirigido por um companheiro do Nordeste, mas sabemos que não mais a podemos ter,

ou qualquer liderança brasileira, porque o coração de V. Ex^a é o da solidariedade. V. Ex^a, com essa cultura universal, sabe o quão importante é o exercício desse Ministério, desde que ele seja, realmente, o de integração e que não haja discriminação. Vejo, no semblante dos meus compatriotas do Nordeste, do Sul, do Centro-Oeste, em fim, de todas as regiões do País, que to dos con fi am em V. Ex^a. E essa con fi an ça é de fundamental importância, porque é ne cess á rio, para que o Brasil faça a sua integração perfeita, que os Ministérios sejam dirigidos por todos os brasileiros, de todas as regiões. Com essa Pasta nas mãos de V. Ex^a, temos certeza de que será feito um grande serviço em favor dos meus assintidos, que precisam tanto dessa integração. Por outro lado, temos também a alegria de ver que che ga ao Se na do Fe de ral o Dr. Pedro Ubirajara, suplente de V. Ex^a, filho de Aquidauana, a Princesa do Pantanal. Temos certeza de que Pedro Ubirajara – que está presente no plenário – substituirá V. Ex^a com inteligência, com essa perspicácia, com essa capacidade de trabalho que V. Ex^a bem demonstrou no Senado Federal, que dignificou e honrou todos os sul-mato-grossenses. Obrigada, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Juvêncio, as suas palavras são produto de uma generosidade muito grande e as recolho emocionado.

Quero aproveitar a oportunidade, desde logo, para apresentar, como V. Ex^a está fazendo, o Sr. Pedro Ubirajara, o qual, amanhã, se Deus quiser, estará representando o Estado de Mato Grosso no Senado Federal, juntamente com V. Ex^a e o Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (Bloco/PSDB – MS) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (Bloco/PSDB – MS) – Senador Ramez Tebet, o Presidente da República acertou ao escolhê-lo para Ministro. O nosso Estado não é muito acostumado a ter Ministros nos Governos brasileiros. Os nossos amigos do Estado perguntam-me: “Lúdio, será que vai ser bom?” E eu disse-lhes: “É claro que vai! Um Ministro da competência e do senso prático do Senador Ramez Tebet assegurará um bom desempenho, aplicando os recursos nas áreas mais importantes para o nosso País.” V. Ex^a tem-me afirmado sempre que se preo cupa mu i to com o aprimoramento da Administração Pública. Agora, V. Ex^a terá a oportunidade de praticar isso e, principalmente, de tomar as medidas práticas a respeito de água potável

para o Nordeste. Não me conformo que, em pleno Século XXI, ir mãos nos sos estejamos passando sede. Temos que encontrar uma saída para isso e estamos confiantes em seu desempenho, toda a família mato-grossense e a brasileira. Boa sorte é o que lhe desejamos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Lúdio Coelho, deixe-me aproveitar para contar alguma coisa ao Senado da República: o contentamento que está ocorrendo lá não é por que o Senador Ramez Tebet está assumindo o Ministério, mas pelo fato de ser a primeira vez na História – apesar de o nosso Estado ser novo – que Mato Grosso do Sul tem um Ministro. Comentei esse fato na cidade onde nasci, Três Lagoas, nesse final de semana. Sei disso, mas também sei que com a sua ajuda, com a do Juvêncio, do Pedro e de todos os Senadores das Bancadas de Mato Grosso e de Goiás – do Centro-Oeste, em suma – iremos dar conta desse recado e abrir caminho para que outros filhos de Mato Grosso também tenham uma posição como essa e ocupem uma Pasta, a fim de ajudar o nosso querido Brasil. É esse o sentimento que me move.

O Sr. José Alen car (PMDB – MG.) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador José Alen car.

O Sr. José Alen car (PMDB – MG.) – Eminente Senador Ramez Tebet, futuro Ministro da Integração Nacional, V. Ex^a disse que espera contar com o apoio dos Senadores do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso e de vários Estados que citou. Eu me permito dizer-lhe que V. Ex^a terá também o apoio dos Senadores de Minas Gerais, porque não tenho dúvida de que os nossos eminentes colegas, Senadores Francelino Pereira e Arlindo Porto, estarão falando no mesmo tom. Minas Gerais é, de certa forma, também Nordeste, porque temos, desde quando surgiu a Su de ne, em 1960, grande parte do nosso território inserido na área de jurisdição desse órgão. Mais recentemente, a eminente Senadora Júnia Marise, com o apoio desta Casa, obteve a extensão da área da Su de ne também ao Vale do Jequitinhonha. Então, Minas Gerais tem grande parte do seu território, aquela me nos favorecida, inserida na área da Su de ne. Digo isso por que, de fato, o Ministério tem muito a ver com a Su de ne e com a sede no Nordeste do Brasil. V. Ex^a há que sempre lembrar, eminente Senador, que o Brasil é praticamente o País que possui mais água potável no mundo, algo em torno de 16% do total do Planeta, e que mais de 70% das águas estão na Amazônia. Isso

re representa muito pouco, por que apenas 3% de toda a água do Planeta é doce. Desse percentual, mais de 2/3 estão nas calotas polares, portanto, menos de 1% está nos cursos d'água, incluindo o Amazonas, o Negro, o Tocantins, o Tapajós, o Xingu, o Purus, assim como o Mississipi, o Volga, o Sena, o Tâmsa, o Limat, o Nilo e todos os grandes rios do mundo. Mesmo assim, uma parte dessas águas é subterrânea. Então, o que existe de água doce é muito pouco. Porém, no Brasil, como Deus é brasileiro, tem muita água, mas o Nordeste está passando sede. Quando se fala em transposição de águas do São Francisco, é preciso que o Governo examine – e tenha certeza de que V. Exª irá fazê-lo – a viabilidade técnica da transposição de águas de alguma área da Bacia Amazônica, ou do Tocantins, ou coisa que o valha, que possa enriquecer a vazão do São Francisco. Tenho certeza de que há viabilidade técnica para esse projeto e, assim for, não há falta de recursos para que ele se realize, tendo em vista a sua importância econômica e social. Então, eminente Ministro, eminente Senador Ramez Tebet, quero-lhe de sejar tudo de bom à frente desse Ministério, onde, tenho certeza absoluta, V. Exª fará um trabalho admirável. Aprendemos a respeitá-lo desde que aqui chegamos, por que vimos que V. Exª, como falou muito bem o eminente colega do seu Estado, Senador Juvêncio da Fonseca, é um homem de cultura universal, que vai levar para esse Ministério a sua cultura humanística, o seu conhecimento, a sua experiência administrativa também de executivo, e, antes de tudo, a acuidade, a sua capacidade de discernimento e a sua competência na solução desses problemas que, obviamente, irão contemplar todo o território brasileiro. Mas é preciso que V. Exª esteja atento – como V. Exª mesmo já disse – à recomposição das matas e da vegetação ciliar dos rios, não apenas a do São Francisco, mas de outros rios também, combatendo o seu assoreamento, porque, a caixa reduzi da com a erosão, o solo incumbe de diminuir o volume d'água. Então, é preciso que esse trabalho se realize, e ele é viável, porque é importante tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista social. É preciso que nós levemos um alento para o Nordeste. Eu sou considerado, aqui, o quarto Senador da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Nobre Senador, eu conheço o interior da Paraíba. Sei que lá corremos o risco de vermos ir mãos nos sos com sede. Mas não é com sede por que a água está distante. Não. É que a água está fora de condições de ser utilizada porque não há. Então, é preciso que uma solução seja dada. Nós temos que levar ao Governo a certeza de que não é apenas administrando a caixa que nós vamos

resolver os problemas do Brasil. Nós temos que cuidar da infra-estrutura, que, agora, não é apenas aquele binômio que le vou Juscelino Kubitschek à vitória há 50 anos: energia e transporte. Agora, temos um trinômio: água, energia e transporte. E o seu Ministério, eminente Senador Ramez Tebet, há que ser decisivo nesse trabalho de convencimento do Governo, para que volte mos a investir no Brasil real.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador José Alencar, a amizade é recíproca. V. Exª sabe o quanto todos nós temos aprendido com o nobre Senador. V. Exª já granjeou, no Senado da República, a respeitabilidade pela sua vasta experiência, sobretudo pelo seu espírito cívico. Esta rei aguardando a presença de V. Exª na quele Ministério. Do contrário, eu virei aqui para me aconselhar com V. Exª – e sei que vou levar boas sugestões.

Agradeço a V. Exª.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Gilberto Mestrinho.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador Ramez Tebet, quero expressar a alegria, a satisfação e os votos de boa sorte frente ao Ministério. Que aquele mesmo sucesso com que V. Exª sempre se houve aqui quando incumbido de missões, às vezes espinhosas, importantes, trabalhosas, mas que, ao final, foram exitosas, das quais V. Exª sempre saiu de cabeça erguida e com aplausos geral, que esse sucesso seja repetido no Ministério! Evidentemente todos estaremos, com certeza, muito bem aquinhoados. O Ministério é importante. Digo a V. Exª apenas o seguinte: o Ministério é da Integração Nacional. É preciso compreender que integração é juntar o todo. Não deixe a Amazônia, especialmente o Amazonas de fora. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Gilberto Mestrinho, agradeço-lhe o aparte. Fique certo V. Exª de que eu tenho em meus ouvidos as palavras da Bancada do Amazonas e tenho em meu coração o espírito cívico desta Bancada, que tem alertado o País para os graves riscos que corre aquela região. É preciso de fendê-la. É preciso ter um plano de desenvolvimento para a Amazônia. É preciso preservá-la e cultivar a sua soberania. Isso é imprescindível. Para tanto, é preciso olhar em direção do desenvolvimento sustentável da Amazônia – aliás, tema ao qual V. Exª sempre, desta tribuna, de fendeu: que não nos esqueçamos do homem da Amazônia, do homem sofrido da Amazônia, do homem pobre da Amazônia,

que não tem transporte na Amazônia, que merece todo o nosso respeito e toda a nossa consideração.

Certamente, ao tratarmos de assuntos relacionados com a Amazônia, haveremos de consultar V. Ex^a e os Senadores Bernardo Cabral e Jefferson Péres para que, juntos, possamos encontrar a melhor solução para aquela região.

O Sr. Antero Paes de Barros (Bloco/PSDB – MT) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Antero Paes de Barros. A seguir, ao Senador Renan Calheiros.

O Sr. Antero Paes de Barros (Bloco/PSDB – MT) – Senador Ramez Tebet, eu gostaria de cumprimentá-lo, de desejar sucesso a V. Ex^a frente ao Ministério da Integração. Entendo que essa é uma das Pastas mais importantes da República e que tem uma finalidade social extraordinária: a diminuição das desigualdades regionais. V. Ex^a vai assumir o Ministério no momento em que as políticas públicas para diminuir as desigualdades precisam ser colocadas em prática, no instante em que a Amazônia não sabe como será tratada a questão após a Sudam – e o Nordeste não sabe como essas questões serão tratadas após a Sudene. Eu, inclusive, quero fazer um apelo a V. Ex^a no sentido de dar prioridade aos projetos sérios e honestos, que estão sendo tocados com correção pelos empresários que estão na Amazônia Legal e dentro do Nordeste brasileiro e que, abruptamente, foram paralisados por causa da extinção da Sudam e da Sudene. Mas, ao cumprimentar V. Ex^a, quero dizer da lucidez e do acerto político do Presidente Fernando Henrique Cardoso. No instante em que alguns insistem em ser pigmeus da política, no instante em que alguns insistem em ser meninos, em que alguns insistem em não procurar o que une a Base do Governo e procuram enfatizar um ou outro detalhe que possa separar, eu entendo que o Governo ganha muito mais do que V. Ex^a com a sua presença no Ministério. Eu sei que é um orgulho para o Estado de Mato Grosso do Sul ter o seu primeiro Ministro. Sei que é um orgulho para a biografia de V. Ex^a ser o primeiro Ministro do Estado de Mato Grosso do Sul, mas sei também que, neste instante em que a população brasileira ergue a bandeira da ética, o Presidente Fernando Henrique não poderia ter tido melhor escolha do que o nome de V. Ex^a para este Ministério da Integração. Senador Ramez, sucesso. V. Ex^a vai ser, lá no Ministério, o orgulho do Pantanal.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Antero Paes de Barros muito obrigado. Muito obrigado do mesmo a V. Ex^a

Peço a V. Ex^a que seja o meu porta-voz. Vou dizer isso pessoalmente ao Governador Dante de Oliveira, porque sei que o Governador, quando soube que tinha um homem do Centro-Oeste cogitado para ser Ministro da Integração Nacional, pela amizade que nos une, pelo tempo em que fizemos política juntos, S. Ex^a procurou levar a sua palavra ao Presidente da República.

Agradeço a V. Ex^a e ao seu Governador.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao nobre Senador Renan Calheiros.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Senador Ramez Tebet, tenho a certeza absoluta de que o brilho que V. Ex^a em presidiu esta Casa do Congresso Nacional, inclusive em seus momentos mais dramáticos, o em prestará também ao Ministério da Integração Nacional. Tenho a certeza também de que V. Ex^a dará ao Ministério da Integração Nacional o realce, a dimensão que ele precisa ter, exatamente em um País caracterizado pela desigualdade regional. Confiamos, todos, plenamente em V. Ex^a. Falo em meu nome e em nome de todos os companheiros do PMDB que ficaram realmente felizes com a sua escolha. Meus parabéns!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Renan Calheiros, V. Ex^a, em nome desses companheiros, falou com o Presidente da República. O que mais posso dizer, a não ser o meu muito obrigado pela oportunidade de que meu Partido e o Presidente da República estão me proporcionando de, em uma outra esfera, continuar contribuindo para a prosperidade do País?

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pois não, nobre Senador Iris Rezende.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Senador Ramez Tebet, manifesto, por meio deste aparte, em nome dos colegas de Goiás, a alegria pela escolha de V. Ex^a pelo Presidente da República para ocupar o Ministério da Integração Nacional. Estou certo de que V. Ex^a realizará um grande trabalho à frente daquela Pasta. Conheço bem V. Ex^a e sei da sua competência, do seu espírito público, do seu conhecimento da realidade brasileira, da vivência como Centro-Oeste, essa porta aberta para a solução dos grandes proble-

mas. V. Ex^a, como Superintendente da Sudeco e como Governador do Estado de Mato Grosso do Sul por um período, demonstrou bem isso. E, nesta Casa, conseguiu, também pela competência, pelo dinamismo e sobretudo pela humildade, conquistar a admiração e o respeito da unanimidade dos seus colegas. Adiantando que V. Ex^a não conta apenas com a nossa solidariedade, mas tem também - estou certo disso - o apoio desta Casa na execução dos seus projetos à frente daquela Pasta. Queremos cumprimentar o Presidente Fernando Henrique Cardoso pela escolha. Quem ganhou com isso foi o País, de pois de ter perdido os serviços de outro colega desta Casa, Fernando Bezerra, também trabalhador, idealista e competente. Estou certo de que V. Ex^a está à altura desse cargo e que, ao tomar posse, o Governo passará a contar com um elemento de grande valor. E, naturalmente, V. Ex^a estará próximo ao Presidente, para nortear os rumos deste Governo, a direção das decisões dos grandes problemas com os quais nos defrontamos nos dias atuais. Senador Ramez Tebet, que Deus o ilumine e o acompanhe em mais esta tarefa que ora lhe é entregue!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Iris Rezende, agradeço V. Ex^a por ter invocado o nome de Deus. Falando de coração a coração, sabe o que peço a Ele nesta hora? Que eu seja feliz no Ministério, que eu consiga dar ao País o que V. Ex^a deu por duas vezes, quando Ministro da Agricultura e Ministro da Justiça, sem falar nos outros cargos que V. Ex^a desempenhou ao longo da sua brilhante vida pública.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Senador Ramez Tebet, não posso deixar de juntar a minha voz a tantas que apartearam V. Ex^a nesta hora em que o Brasil vai ganhar o concurso da sua sabedoria, da sua inteligência, do seu brilho e da sua vontade de que o animar, como muito bem disse em seu discurso, a vontade de fazer do Ministério da Integração o ministério da solidariedade. Acredito na sua capacidade, já demonstrada em seu desempenho aqui nas várias missões que o Senador lhe atribuiu, e cada vez mais este desempenho revelava o seu valor e a sua postura ética, a integridade, a probidade e essa capacidade criativa revelada mais uma vez em seu pronunciamento. Parabéns, e também o Governo e a Nação brasileira, por esta investidura que amanhã V. Ex^a terá à frente do Ministério da Integração. Parabéns.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Roberto Saturnino, faz pouco tempo que o conheci. O convívio nos so no Conselho de Ética me foi altamente salutífero. Foi ali que pude ver a sua grandeza de espírito, a sua vontade de servir ao nosso querido Brasil.

Cumprimento V. Ex^a e agradeço-lhe generosamente as suas palavras.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Senador Ramez Tebet, se rei breve. De se jo a V. Ex^a, em primeiro lugar, boa sorte e que seja feliz nessa missão que o Presidente Fernando Henrique está lhe confiando. Nós que o conhecemos, pois tive mos o privilégio de um convívio fraterno com V. Ex^a ao longo destes anos, temos certeza de que reúne todas as condições para ser um excelente Ministro. V. Ex^a integrará justamente as áreas mais carentes e necessitadas do País, mas tenho certeza de que se desempenhará a contento dessa missão. Fico aqui torcendo pelo seu êxito, que será o de nossas regiões. Sei que V. Ex^a tem a experiência, a competência e, o que é mais importante que tudo, o desejo de fazer, e de fazer bem, de fazer certo.

Seja feliz. Estamos aqui torcendo pelo seu sucesso.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Lúcio Alcântara, essa amizade que nos une é muito forte mesmo. Basta ver que eu, muitas vezes, vou à sua procura para troca de ideias e de sugestões. V. Ex^a nunca me falou com as luzes de sua inteligência, de sua experiência e, sobretudo, com a sua sinceridade, com a qual sempre conversamos sobre os mais diversos assuntos.

Sou-lhe grato. Vou levar suas palavras como um grande incentivo ao meu trabalho, se Deus quiser.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Ramez Tebet, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Ramez Tebet, amizade maior não existe; a nossa é, talvez, a maior de todas. Ao longo dos anos, destes anos contemporâneos, a nossa convivência sempre foi fraterna. Começou antes da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste e continuou até o nosso encontro nesta Casa. Tivemos uma convivência amigável e saudável em todas as iniciativas de que

participamos. Agora, quando o amigo – permita-me a intimidade – é convidado para assumir o Ministério da Integração Nacional demonstra uma postura de coragem, de relevante conhecimento do País para exercer uma função dessa natureza. O Brasil é indivisível, no entanto, temos o Ministério da Integração Nacional. Significa que V. Ex^a vai contribuir para a integração entre as diversas regiões do País. Minas é o exemplo de um Estado que possui diversas regiões dentro de suas fronteiras. V. Ex^a contribuirá ainda mais para que Minas se integre ao sentimento nacional. É esse o nosso entendimento. Ultrapassada esta fase da seca – que não vai passar rapidamente -, V. Ex^a vai assumir diretamente todas as facetas do problema nordestino. Peço a V. Ex^a que objetive transformar essa mediação política entre o povo e seus representantes numa relação contratual. A bolsa-escola, meu caro Ministro, não pode passar pela mediação política, ela deve ser resultado de um contrato de direito, a fim de que aqueles dez milhões de brasileiros que vivem no Nordeste fome, miséria e pobreza tenham nesse instituto não um favor político, mas um contrato de direito que corresponda ao desejo deles. Essa substituição de uma relação política por uma contratual é inegavelmente um passo importante, não para o êxito do Ministério da Integração Nacional, mas para tornar o Brasil um país integrado socialmente, um País só, um povo só, livre e soberano. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Francelino Pereira, acredito que hoje V. Ex^a não se queixou de mim. Por nos conhecermos tanto, outro dia V. Ex^a chegou a afirmar que eu não estava prestando atenção a suas palavras porque meus olhos não estavam cintilantes. A nossa amizade teve início em 1976. V. Ex^a não mencionou a data, mas não tem razão nenhuma para não informá-la porque a sua jovialidade é um fato incontestável. A sua energia a serviço de Minas Gerais e do Brasil é muito grande, e gostaria de poder contar com essa energia para me estimular e unir-se à minha luta, na nova missão à frente do Ministério da Integração Nacional. Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Pedro Piva (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo um aparte ao Senador Pedro Piva.

O Sr. Pedro Piva (Bloco/PSDB – SP) – Senador Ramez Tebet, meu vizinho de apartamento, meu vizinho em Mato Grosso do Sul, meu amigo. Não são apenas essas atribuições pessoais que me entusias-

mao ver V. Ex^a no Ministério da Integração Nacional. V. Ex^a deu a sua marca com acerto e dedicação em todos os cargos que ocupou: Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito de sua cidade, Superintendente da Sudene e Senador. Senador Ramez Tebet, é uma honra a ida de V. Ex^a para o Ministério da Integração Nacional. V. Ex^a vai enriquecer o Ministério do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando ouço V. Ex^a dizer que será um defensor de Mato Grosso do Sul, eu concordo com isso, mas, como a própria denominação do Ministério, V. Ex^a será o Ministro da Integração Nacional, integrando todos os Estados da Federação do Brasil. Parabéns, saúde e felicidades, Ministro!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Pedro Piva, muito obrigado. Digo a V. Ex^a que será um sul-mato-grossense a ser vice do Brasil. É verdade que também vou procurar fazer o dever de casa, porque não posso decepcionar os que estão em casa. Minha alma é a de V. Ex^a, a de quem quer ajudar esse imenso Brasil, V. Ex^a pode estar certo disso.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sim, Ex^a.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Eminente Senador Ramez Tebet, por inúmeras vezes V. Ex^a foi convocado para desempenhar funções as mais difíceis, as mais complexas e até as mais espinhosas no âmbito do Congresso Nacional e se desincumbiu de todas elas com extrema competência, com rara fidelidade. Por tanto, mais do que justo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso o tenha escolhido para comandar esse Ministério da Integração Nacional, um Ministério que me parece apropriado para ser preenchido por V. Ex^a, até porque, como homem do Centro-Oeste, conhece as gritantes desigualdades inter-regionais. E sei que V. Ex^a é a pessoa ideal para formular, equacionar e executar as políticas capazes de diminuir essas imensas desigualdades. Portanto, eminente Senador Ramez Tebet, cumprimento V. Ex^a e, ao tempo em que lhe deixo todo o sucesso, cumprimento também o Presidente Fernando Henrique Cardoso e quero assegurar-lhe que o Tocantins sente comtemplado na indicação de V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Carlos Patrocínio, quantas vezes não pude admirar V. Ex^a na tribuna, defendendo e falando sobre a saúde do povo brasileiro, defendendo melhores dias para o povo brasileiro! Quantas vezes não vi V. Ex^a defendendo que um dos caminhos para este País era o da

educação! Quantas vezes não vi o fervor de V. Ex^a defendendo uma universidade federal para o Estado de Tocantins, junto com os eminentes Senadores que compõem essa Bancada tão representativa e ilustre! Agradeço a V. Ex^a.

A Sr^a Emilia Fernandes (Bloco/PDT – RS) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a me permite uma parte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Emilia Fernandes (Bloco/PDT – RS) – Senador Ramez Tebet, gostaria de deixar registrado rapidamente que tenho o Ministério da Integração Nacional como uma das Pastas mais importantes. A própria palavra, no seu conteúdo e no seu peso, se fosse avaliada no seu significado maior, sem dúvida demonstraria a importância e a necessidade de esta Pasta realmente atingir todos os objetivos a que se propõe. V. Ex^a está apto a assumir o Ministério. O trabalho qualificado, competente e firme que V. Ex^a sempre desempenhou nesta Casa demonstra isso. O tratamento respeitoso com todos os colegas e os colegas Parlamentares certamente se evidenciará no trato que teremos também e poderemos contar de V. Ex^a junto a aquele Ministério. Queremos também registrar o trabalho dedicado e competente que realizou o ex-Ministro, nosso colega Senador Fernando Bezerra, que esteve no Rio Grande do Sul, Senador Ramez Tebet, e conheceu de perto os anseios da nossa sociedade gaúcha. Quero alertar V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, que encontrará na sua mesa, no Ministério da Integração Nacional – espero que não na gaveta, nem numa pasta esquecida –, uma proposta e um projeto da mais alta relevância para o Estado do Rio Grande do Sul. Uma proposta construída pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pela Assembleia Legislativa do Rio Grande, pela Banca da Federal do Congresso Nacional – Senadores e Deputados – pela Fiergs – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, também com o apoio dos trabalhadores sindicatistas do nosso Estado. Trata-se de um projeto e de uma proposta que se referem à questão da meta de sul, uma proposta que busca mostrar ao Brasil, em primeiro lugar, que o compromisso do Presidente Fernando Henrique Cardoso com a meta de sul do Rio Grande precisa ser cumprida. Temos propostas concretas de infraestrutura, de desenvolvimento, de geração de emprego, de diversificação da nossa produção da meta de sul e, principalmente, tentamos mostrar que temos que acelerar o desenvolvimento da geração de emprego e diminuir, dessa forma, os problemas sociais. Espero ter de V. Ex^a uma atenção espe-

cial quanto a essa proposta do Rio Grande que está aguardando uma resposta do Governo Federal. Por meio da sua Pasta, de sua sabedoria e do seu trabalho, tenho certeza que deslanchará. De desejos só a essa nova missão que sua carreira política lhe impõe e que Deus o abençoe e o ilumine. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Emilia Fernandes, muito obrigado. Olharemos com carinho a reivindicação que V. Ex^a faz antes mesmo da nossa posse.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Ministro Ramez Tebet, conheço vocês e os nossos amigos há exatamente 25 anos. Em 1976, conheci-o na Prefeitura de Três Lagoas e na sua propriedade naquele Município. Até esta data, nada de sabonou o seu compromisso. Temos certeza de que nessa nova empreitada o seu crédito para com o Brasil continuará da mesma forma. Muito obrigado e sucesso.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a lembrou o ano de 1976. Quero dizer que o projeto que V. Ex^a assinou foi cumprido integralmente.

Mas quero presar uma homenagem a V. Ex^a. Sei que todos aqui tratam do problema da terra, que todos se preocupam com o problema da agricultura, mas peço permissão aos colegas para colocar V. Ex^a na dianteira de todos nós, quando se trata de desenvolver a agricultura neste País.

Quero prestar-lhe essa homenagem porque a entendo merecida.

Ouçoo Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Sr. Ministro Ramez Tebet, quero antes de mais nada desejar-lhe muita sorte. Há problemas emergenciais, como é o caso da seca; há problemas de médio prazo, como é o caso da transposição; há problemas de toda ordem e sei que V. Ex^a irá buscar soluções para todos eles. Cabe a nós, do seu Partido, lutar para que esse Ministério tenha força e recursos, porque o curso não irá operar milagres. V. Ex^a precisará de recursos, e nós, com certeza, vamos pedir ao Governo que aporte recursos de modo que V. Ex^a possa enfrentar as áreas que devem ser estruturadas, assim como os acidentes que ocorrerem, como as enchentes e as atividades próprias da Defesa Civil, que também pertencem à Pasta que V. Ex^a passa a ocupar, pois sem

recursos, não é possível atender às justas reivindicações e solucionar todos os problemas. Desejo a V. Ex^a muita sorte. Conte com o nosso apoio.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a estava chegando ao plenário, quando me referi a um decreto que deveria ser publicado, creio, na próxima 5^a feira. O fenômeno da seca, a que V. Ex^a se referiu, não só aflige o Nordeste, mas também atinge o coração de todos os brasileiros. Esse decreto prevê uma espécie de mutirão. Vamos ver se, mesmo com poucos recursos, conseguimos chegar a uma solução definitiva para, efetivamente, combater as consequências da seca no Nordeste. V. Ex^a esteja certo disso.

Sabemos das dificuldades e dos parcos recursos com os quais contamos, mas é preciso juntar tudo e fazer um mutirão para socorrer aqueles nossos irmãos que estão necessitados.

Ouçoa Senadora Marluce Pinto.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Senador Ramez Tebet, quase Ministro da Integração, que rodiz a V. Ex^a que a sua atuação aqui no Senado da República não enalteceu apenas a sua pessoa, mas também o nosso Partido. V. Ex^a realizou vários trabalhos de alta relevância em várias Comissões, principalmente na Comissão de Ética. V. Ex^a pôde mostrar ao Brasil que o Senado não é o que dizem lá fora. Existem homens e mulheres sérios, competentes, preocupados com os problemas do Brasil. V. Ex^a teve uma atuação brilhante. Sempre muito autêntico, agiu com bastante transparência e em nenhum momento, por mais que tenha havido críticas pela imprensa, V. Ex^a titubeou. Então, isso é motivo de muito orgulho para nós, principalmente para os integrantes da Bancada do PMDB. Tenho certeza de que, em boca a sua saída do Senado vá deixar certa lacuna em nosso Partido, V. Ex^a vai desempenhar um papel importante para o nosso País e para o povo brasileiro, principalmente para aqueles que vivem nas regiões mais carentes. Quero, mais uma vez, dizer que a nomeação de V. Ex^a me causou não só orgulho, mas também certa tranquilidade, porque sabemos que podemos contar com sua compreensão. Vivemos na região amazônica, que embora rica, recebe poucos investimentos e o desequilíbrio regional aumenta a cada ano. Eu só lamento o fato de Ex^a ficar por um curto período nesse Ministério, um ano e pouco, mas como sabe aproveitar muito bem o tempo, tenho certeza de que, quando deixar o cargo para ser candidato, no ano 2002, seus colegas do Senado e principalmente nós peemedebistas ainda vamos ficar mais orgulho-

sos de V. Ex^a em virtude do trabalho que realizou no Ministério da Integração Nacional. Que Deus o ilumine cada vez mais e que continue sendo essa pessoa brihan te que tem sido até hoje.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senadora Marluce Pinto, muito agradecido pelas suas gentis palavras. Sabe V. Ex^a que nos une essa amizade muito forte, bem como a admiração que tenho por V. Ex^a, que sempre me distinguiu tanto dentro do Partido como fora dele. Por tanto, só tenho o que agradecer a V. Ex^a.

Ouçoo nobre Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Ramez Tebet, não posso deixar de registrar, em nome do Estado de Rondônia, a alegria em vê-lo ser conduzido ao posto de Ministro da Integração Nacional. Faço isso com orgulho, porque aprendi a admirá-lo, apesar do pouco tempo que tenho nesta Casa. Aprendi muito com V. Ex^a e tenho certeza de que V. Ex^a haverá de se desincumbrar dessa importante missão, assim como soube se conduzir durante a sua permanência no Senado Federal. Receba o carinho e o reconhecimento da Bancada de Rondônia pela ascensão a esse cargo tão importante.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Moreira Mendes, agradeço-lhe muito. V. Ex^a sabe o quanto o estimo e o quanto valeram os bons encontros em que estivemos juntos nesta Casa. Mesmo fora do plenário, discutimos os problemas do país, V. Ex^a falando com carinho do Estado de Rondônia e eu defendendo o meu Estado, Mato Grosso do Sul. Também sabe o quanto choramos as nossas dificuldades.

Com a palavra o Senador Arlin do Porto.

O Sr. Arlin do Porto (PTB – MG) – Senador Ramez Tebet, mesmo depois de haver o Senador José Alencar usado a palavra, confirmando a posição da Bancada de Minas Gerais nesta Casa – eu não estava no plenário e já agradeço ao meu compatriota de Bancada por tê-lo cumprimentado –, fiz questão de desejar-lhe muito sucesso à frente do Ministério. Desejo que toda a sua experiência, todo o seu vigor, toda a sua vontade de realizar e de corrigir as desigualdades sociais deste País sejam usados para que o desenvolvimento possa ser implementado de maneira mais ampla; e que a sua experiência de vida pública e a sua seriedade possam ser colocados a serviço desse Ministério. Fiz questão de usar a palavra, para dizer que aqui estou como V. Ex^a sempre estive quando eu era Ministro da Agricultura. V. Ex^a busca sempre enfatizar e apoiar as ações do Ministério. Eu me posicionei como um colega de Senado e,

além disso, como um amigo que quer dar todo o suporte, nesta Casa, para que o que for importante da pelo seu Ministério possa ter o reconhecimento da população brasileira. Muitos sucessos e que sejam muito felizes contribuindo com o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Arlindo Porto, a sua passagem pelo Ministério da Agricultura foi produtiva e brilhante. Peço a Deus que a minha passagem pelo Ministério da Integração Nacional fique pelo menos perto do brilhantismo com que V. Ex^a se houve à frente do Ministério da Agricultura. Muito obrigado a V. Ex^a.

Ouçoo Senador Carlos Bezerra.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – Senador Ramez Tebet, o Centro-Oeste está muito feliz com a sua indicação para esse importante cargo. Nossa região é a solução para o Brasil. V. Ex^a sabe, por que participou dos debates, que o Centro-Oeste tem um programa chamado Prodeco, que pode alavancar o desenvolvimento do País. Ele pode perfeitamente desviar a migração interna do Sudeste, que já está inchado, para o Centro-Oeste, uma região que tem tudo por fazer e tanto para produzir. Como superintendente da Sudco, V. Ex^a já demonstrou ser um homem afinado com a região. Com toda a dificuldade financeira do Governo Sarney, encontrou forças políticas para alavancar recursos e aplicar no Centro-Oeste. Quando fui Governador, V. Ex^a apoiou vários projetos sociais que o Governo do Estado idealizou para a população mais carente do nosso Estado. Por várias vezes, V. Ex^a foi a Mato Grosso não só levar a sua presença como também recursos para atender a demanda que le pessoal de baixa renda e das localidades rurais do meu Estado principalmente. Tenho certeza de que, no Ministério, V. Ex^a irá olhar com carinho para todo o Brasil. Existem outras regiões também carentes e necessitadas, mas V. Ex^a vai olhar com carinho para o nosso Centro-Oeste e ajudar a alavancar e desenvolver aqueles grandes programas que o Centro-Oeste espera. O Brasil pode se tornar rapidamente o detentor do comércio de alimentos do mundo, e o Centro-Oeste tem condições para isso, sem concorrentes. Basta que nos dêem o mínimo de apoio e de infra-estrutura para fazer a agroindustrialização do Centro-Oeste. Nós, do Centro-Oeste, estamos orgulhosos com a nomeação de V. Ex^a para esse cargo. Estaremos presentes, amanhã, na posse e vamos estar ao seu lado, acompanhando o dia-a-dia de sua atuação no Ministério, ajudando, colaborando, dando

idéias. Para bens a V. Ex^a. De se jo-lhe todo o êxito no exercício desta importante missão.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Carlos Bezerra, V. Ex^a me faz lembrar da atuação que teve como Governador do Estado do Mato Grosso, realizando um Governo eminentemente social. Recordo-me do trabalho conjunto que realizamos – V. Ex^a como Governador e eu na Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Não fossem os bons projetos que V. Ex^a apresentou e a luta que tive para alavancar recursos, não teríamos feito essa parceria a serviço do Governo do Estado de Mato Grosso. Agradeço a V. Ex^a as generosas palavras.

O Sr. Sergio Machado (Bloco/PSDB – CE) – Senador Ramez Tebet, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Sergio Machado (Bloco/PSDB – CE) – Senador Ramez Tebet, é uma grande satisfação para nós, Senadores, vê-lo ocupar o Ministério da Integração Nacional. Passta que tem por objetivo integrar o Brasil e que está a desenvolver o Programa de Combate à Pobreza. Nós que estivemos juntos no Senado em diversas batalhas sabemos da sensibilidade de V. Ex^a e que podemos contar com o seu bom-senso na condução dessas lutas para mudar estruturalmente o Brasil, para fazer com que as questões referentes ao Nordeste – a seca, a falta de água, o carro-pipa – transformem-se em fatos do passado. Tenho certeza de que V. Ex^a, como Ministro, terá a sensibilidade para avançar nesses programas, com determinação, coragem e transparência. Estou certo de que teremos, no Ministério, uma pessoa que estará preocupada com a integração do Brasil e que dará, neste momento, a grande contribuição para que possamos avançar na luta contra a pobreza, oferecendo alternativas e fazendo a inclusão social. Fico muito feliz com a nomeação de V. Ex^a. Conte com os seus Companheiros do Senado na luta que também é do Brasil.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Sergio Machado, agradeço muito a V. Ex^a, que sabe a que estou-me referindo. Desde o primeiro momento, V. Ex^a foi daqueles que me têm estimulado na minha luta no Senado. Sou-lhe grato por isso.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Ramez Tebet, não nego a má goa que sinto ao ver V. Ex^a deixar a Casa. Esta vai muito acostumado a receber conselhos de V. Ex^a e a vê-lo calmamente pelos corredores da Casa nos momentos mais importantes do Senado, dando orientação. Tenho certeza de que seu Suplente mereceu o nosso maior respeito, mas V. Ex^a deixará uma lacuna muito grande nesta Casa, pois obteve algumas vitórias pessoais de competência que marcam indelevelmente a sua biografia. V. Ex^a presidiu uma Comissão Especial que, a rigor, se analisarmos, nem poderia ter sido constituída. Não assiniei o seu requerimento de instalação, mas participei dela. Com competência e trabalho, V. Ex^a caminhou permanentemente em fio de arame e conduziu a Comissão Parlamentar de Inquérito que tratou do Poder Judiciário com capacidade e credibilidade tais que não tive nenhuma divergência. O Supremo Tribunal Federal também participou – e o resultado foi altamente positivo – da referida CPI, que nunca tinha ocorrido na história desta Casa. V. Ex^a, entretanto, soube tirá-la daqueles rumos iniciais que colocaram os Poderes em confronto e iniciou um belíssimo trabalho de reconstrução do Poder Judiciário. V. Ex^a enfrentou, há pouco, dois acontecimentos difíceis no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que, pela primeira vez na história, se reuniu e afastou um Colega desta Casa e, no ano seguinte, determinou o afastamento de mais dois companheiros. Em ambos os casos, V. Ex^a agiu como um magistra do. Sen do promotor público e conhecedor profundo da matéria do outro lado da lei, agiu com competência e seriedade, tratando questões as mais dramáticas, difíceis e imprevisíveis envolvendo promotores. Não tenho nenhuma dúvida de que a Comissão chegou ao final da maneira que chegou graças ao trabalho de V. Ex^a. É o destino. Era natural que V. Ex^a, que já foi do Poder Judiciário, como promotor, que já foi Governador de seu Estado, que está aqui no Senado Federal, tivesse de ir para o Poder Executivo. Aceita o Ministério numa hora difícil. V. Ex^a é o primeiro Ministro do Mato Grosso do Sul, essa é uma marca que honra e dignifica o Estado. Sei que, de certa forma, V. Ex^a não teve nem condições de pensar em não aceitar a honraria, tal a justa vaidade do seu Estado. V. Ex^a vai para o Ministério numa hora difícil no Governo, difícil no Ministério que vai assimir, difícil no nosso Partido, nas interações que nos assumem – qual será o nosso destino e qual será o nosso caminho? Em meio a isso tudo, V. Ex^a tem o gesto e a coragem e aceita o desafio. Que bom, meu querido Senador, que o Brasil tenha vul tos como V. Ex^a. Saiba mos que pode ser no

Go ver no do Mato Grosso do Sul, pode ser no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, pode ser na CPI, pode ser no Senado Federal, pode ser no Ministério, o Tebet é o Tebet. A sua honra, a sua dignidade, o seu conhecimento jurídico, a sua capacidade, a sua seriedade, tudo será sempre o mesmo. Só não será o mesmo este Senado Federal, de modo especial para mim, um lugar valioso, por não vê-lo aqui, com o seu olhar, com a sua firmeza e a orientação que V. Ex^a dava para muito mais pessoas do que possa imaginar. Parabéns ao Brasil! Parabéns ao Mato Grosso do Sul! Nós o felicitamos!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Pedro Simon, vou pedir licença a V. Ex^a para não responder o seu aparte. Sabe por quê? Por que está presente nesta Casa um filho meu que muito o admirava.

Que o agradeça a V. Ex^a por esse aparte tão judicioso e generoso que me faz na presença de um filho querido que tanto o estima. É a resposta que dou a V. Ex^a, transmitindo-lhe, também, a minha amizade e a de todos os meus familiares.

O Sr. Ro meu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Ro meu Tuma.

O Sr. Ro meu Tuma (PFL – SP) – Dr. Ramez Tebet, tenho pouco a falar, diante das manifestações a respeito da conduta de V. Ex^a. Mas não poderia, pela convivência que tivemos durante esses anos, mesmo antes de sermos Senadores, pelo carinho e respeito que tenho por V. Ex^a e, agora, na presença dos seus familiares, deixar de lhe desejar boa sorte e que Deus esteja a seu lado, sempre intervinindo, para melhorar essa situação das áreas pobres do País. Bem-diz o Senador Francélino Pereira: V. Ex^a não será Ministro da Integração Nacional, V. Ex^a será Ministro da Integração Social, pelas grandes dificuldades que determinam os setores das Regiões Norte e Nordeste enfrentam. Ainda ontem, o Jornal Nacional mostrou o que é a fome, o desespero de algumas pessoas, com lágrimas nos olhos, para dizer aos filhos que não tinham o que comer. E V. Ex^a homenageia seu filho aqui presente, que, graças a Deus, pode nos proporcionar a nossos filhos educação, saúde e alimentação. V. Ex^a terá uma missão sagrada, Senador. Por essa razão, peço que Deus lheacompanhe e dê tranquilidade, dedicação e a visão de nacionalidade que V. Ex^a possui e que o Brasil tanto necessita atualmente. Boa sorte!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Ro meu Tuma, V. Ex^a tocou em um ponto fundamental

tal. E só político age assim. Nós, deste Senado da República, não precisávamos assistir a reportagens de televisão para nos sensibilizarmos. Percorremos o Brasil, somos políticos que pisamos no barro, que vamos de casa em casa, como em meu Estado, por exemplo, e sabemos das dificuldades imensas pelas quais passa o povo brasileiro. Somos daqueles que nos sensibilizamos com a fome, com a miséria, com a dor do nosso semelhante.

Portanto, eu gostaria de aproveitar o aparte de V. Ex^a a fim de transmitir uma mensagem à juventude brasileira, ao povo brasileiro, para dizer que a política é uma atividade nobre, a mais nobre das atividades, pois à ela cabe decidir sobre o destino de todos. E que Deus nos dê forças para formarmos um mutirão para apagar de vez do País essa fome e essa miséria. E ninguém pode correr do chameamento de um Partido e de um Presidente da República para tentar colaborar para a solução desse problema, que, por certo, não será solução na do nem em um nem em dois anos, mas que poderá ser solucionado num menor espaço de tempo possível, se houver dedicação, se houver lealdade, se houver espírito cívico, se houver determinação, se houver vontade política de realmente fazer um Brasil mais igual e mais fraterno. Obrigada, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Senador Ramez Tebet, permi te-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço-o com prazer, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Meu caro amigo e Senador Ramez Tebet, eu já tive oportunidade de saudar V. Ex^a na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas quero aqui, nesta tarde, novamente reafirmar a minha certeza de que V. Ex^a será um grande Ministro da Integração Nacional. Nós nos conhecemos há muito tempo, V. Ex^a na Suécia, e eu, no Projeto Rondon, ambos no mesmo prédio do anexo do Ministério do Interior. Desde aquela época, V. Ex^a construiu sua carreira centrada na seriedade, nos princípios morais, na competência e no compromisso com as regiões mais distantes deste País. Eu tenho certeza de que a escolha do Presidente Fernando Henrique foi muito feliz e de que V. Ex^a será o Ministro da Integração Nacional e zelará pelas regiões mais pobres, como a minha Região Norte, que precisa realmente de projetos para trazer o desenvolvimento regional a patamares aceitáveis. Eu quero colocar a V. Ex^a que te quero, também, de que esta Casa estará ao seu lado. Nós estaremos lutando ao lado do Ministério da Integração Nacional na Comissão de

Orçamento para alocar recursos, a fim de que o Ministério possa executar projetos e programas importantes. Conte conosco, seja feliz, e te quero de que vai o Brasil reconhecer, mais cedo do que V. Ex^a pensa, as grandes realizações e os grandes trabalhos que V. Ex^a vai realizar em prol do nosso povo. Meus parabéns e seja feliz no Ministério!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Agradeço imensamente o aparte de V. Ex^a. Lembro-me de V. Ex^a como Presidente da Funai. E me vem à mente para me inspirar nessa luta, nesse trabalho, por que venho da terra de Rondon, o qual foi um grande idealista. O nosso Ministério chama-se Ministério da Integração Nacional, e ninguém buscou tanto a integração neste País quanto ele, o símbolo da integração neste País, o Marechal Rondon.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima (PMDB – PB) – Permi te-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima (PMDB – PB) – Senador Ramez Tebet, como meus sentimentos ao sentimento desta Casa e o saúdo com a certeza de que o Brasil vai ganhar um grande Ministro. Como seu espírito público, sua inteligência e seu talento. Estive em sua cidade sendo seu hóspede e sei da sua hospitalidade e da sua grandeza de coração. Sei o quanto V. Ex^a é admirado e querido pelo seu gesto e pela sua altivez. Te quero de que V. Ex^a dará ao Brasil uma contribuição muito valiosa à frente do Ministério da Integração Nacional. E o Nordeste manifesta sua confiança no seu trabalho, pois V. Ex^a é um homem sensível e conhece todas as regiões brasileiras. Associe-me a esses sentimentos, dizendo de forma especial da admiração e do respeito que lhe tenho e da certeza de que mantere de que V. Ex^a fará um grande trabalho à frente do Ministério da Integração Nacional. De sejo a V. Ex^a muito sucesso, parabéns e felicidades. Conte comigo aqui e onde estiver para ajudá-lo, modestamente, no que for possível.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Ronaldo Cunha Lima, sabe V. Ex^a da nossa amizade. Mato Grosso do Sul sente saudades da sua visita. Aproveito para dizer, de público, que um dos grandes discursos que ouvi nesta Casa foi o de V. Ex^a sobre o Velho Chico, o rio São Francisco, rio da integração nacional, cantado em verso por V. Ex^a.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima (PMDB – PB) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, permi te-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço o aparo de V. Ex^a.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Meu caro Senador Ramez Tebet, Ministro, aqui fala o nordestino do semi-árido. Na minha terra, Ministro, há hoje 120 mil lavradores que perdem o seu plantio e estão vivendo de cestas básicas. Conheço V. Ex^a, to dos nós conhecemos, e sabemos da sua capacidade e da sua competência. Estaremos reunidos, no próximo dia 30, na cidade de Picos, com os representantes desses 120 mil lavradores para tratar mos de um projeto que agora di rei a V. Ex^a: tra ta-se de um projeto de plantio de mamona para transfor má-la em óleo de sel, a fim de que a Petrobras não importe tanto e dê trabalho ao nordestino, porque a mamona, meu caro Ministro, não tem medo de seca. Esse projeto, Ministro, dará oportunidade aos nordestinos. Leverei o projeto a V. Ex^a e te nho a certeza de que terá o seu apoio. O Nordeste ficará agradecido e particularmente o Piauí. Parabéns, Ministro Ramez Tebet! V. Ex^a conta conosco em sua nova missão no bre e patriótico.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador.

V. Ex^a havia conversado comigo a respeito do assunto. Vou aguardar sua visita. Já é o terceiro projeto a respeito do qual conversamos e V. Ex^a sempre o faz com entusiasmo. São projetos que significam muito para a região que V. Ex^a tão bem representa nesta Casa.

A Sr^a Heloísa Helena (Blo co/PT – AL) – V. Ex^a concede-me um aparte, nobre Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a me honrará muito.

A Sr^a Heloísa Helena (Blo co/PT – AL) – Senador Ramez Tebet, faço este aparte pelo respeito que te nho por V. Ex^a. Respeito a conquista do por meio da convivência de mo crática e respeito a que tive mos a oportunidade de consolidar. É evidente que V. Ex^a sabe que não acredito no Governo; são praticamente sete anos. Não acredito nas chamadas obras estruturantes para o meu Nordeste. Não acredito nas alternativas para minimizar o impacto das desigualdades regionais, e superar a fome, a miséria, a humilhação e o sofrimento. Não acredito, porque o Governo deu demonstrações concretas e abso lutas de que não é capaz de fazê-lo, de que não tem compromisso de fazê-lo. Pelo respeito que te nho por V. Ex^a, gostaria de fazer três apelos extremamente objetivos. Não confio no Governo, mas não aposto no “quanto pior me lhor”. Apostaria no “quanto pior me lhor”, se fosse para o

precipício o próprio Governo, suas li deranças, o Presidente da República. Mas não são eles que vão para o precipício. Também não são os nossos filhos que vão para o precipício. Vai para o precipício a grande maioria da população pobre. Portanto, essa conversa de que a Oposição aposta no “quanto pior me lhor” é mentira, é discurso de magógi co. Não agimos assim, pelo carinho, estima, e consideração que temos pela grande maioria do povo brasileiro. Senador Ramez Tebet, pelo respeito que te nho a V. Ex^a, fa ço-lhe três apelos. A Bancada do Nordeste, em audiência promovida pelo Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, teve oportunidade de apresentar, diante dos planos que S. Ex^a expôs a nós nordestinos – os Planos do Carro-Pipa e da Cesta Básica –, de oferecer uma proposição. O primeiro apelo é a suspensão imediata de todas as execuções que estão sendo feitas pelo Banco do Nordeste. No meu Estado de Alagoas e em vários outros Estados estão todos quebrando: a bacia leiteira, o homem do coco, o pequeno plantador, o médio plantador, o próprio mas não o grande. E isso significa a ausência da dinamização da economia local, a ausência de geração de emprego, de renda, de produção de alimentos no nosso Nordeste. Peço, portanto, a suspensão imediata. O segundo apelo – e sei que V. Ex^a se empenhou e até se pronunciou nesta Casa sobre o assunto – é a modernização imediata do cálculo do estoque da dívida. Fizemos várias disputas com o Governo. A utilização da TJLP para o cálculo torna impagável a dívida. Esses dois pedidos se relacionam aos financiamentos. O outro é em relação à crise energética. O Nordeste não tem mais quota de sacrifício para dar, pois já deu uma gigantesca quota quando a elite política co-econômica do País não investiu em outros compromissos para a geração de energia. Investir apenas na geração de energia hidráulica acaba com o prometido, de forma gigantesca, o que significa 78% da água do Nordeste: o Rio São Francisco. Ao tempo em que precisamos conter água nos reservatórios para geração de energia, precisamos liberar água para irrigação e abastecimento humano e animal. Com essa crise, temos um gravíssimo problema porque se está aumentando a quota para o Nordeste no racionamento. Imagine a repercussão disso no uso múltiplo e conflitante da água de que nós, nordestinos, precisamos mais do que qualquer outra região para abastecimento humano e animal, diante dos poucos recursos hídricos que temos e dos poucos investimentos em irrigação do Nordeste. Faço esses três apelos, extremamente objetivos, pela confiança e pelo nosso convívio de mo crático nesta Casa, para que V. Ex^a leve essa bandeira ao Ministério, para

que possamos, de fato, ao menos, minimizar o impacto gigantesco da crise. Nossa região está vivenciando a maior seca da história. Para completar, além da irresponsabilidade de quem conduz o Governo e do problema do setor elétrico, vem, agora, para piorar a situação, o uso múltiplo e conflitante das águas. São os três apelos que faço a V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Se na dor Heloísa Helena, to me nota dos apelos feitos por V. Ex^a, que, por coincidência, fazem parte do meu pensamento. Vamos ver se isso é realizável. Prometo-lhe que vou lutar, mas que ro lhe fazer também um apelo: vamos crer juntos. V. Ex^a pode não crer no Governo...

A Sra. Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Tenha certeza de que sou uma muher de fé, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – ... mas, não cren do, V. Ex^a está ajudando, porque o Governo realmente precisa de Oposição. Mas temos que acreditar no Brasil, temos que acreditar que não podemos mais ter soluções paliativas para o Nordeste. Temos que acreditar que a nossa luta não será em vão, Senadora Heloísa Helena; temos que ter fé no nosso trabalho e na nossa ação. Temos que saber construir, porque o mundo está vivendo um momento que não permite que o Brasil perca tempo. Pode acreditar que confio no trabalho de V. Ex^a. O convívio que tivemos nesta Casa me fez um admirador de V. Ex^a, por suas posições sempre firmes, embora muitas vezes discordemos um do outro.

O SR. PRESIDENTE (Jaider Barbosa) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a permite a esta Presidência interrompê-lo para fazer um apelo aos apartes antes do discurso de V. Ex^a, que merece da nossa parte todas as homenagens. Peço que os apartes sejam mais breves, considerando que há onze itens na pauta, com três votações nominais. Então, faria um apelo aos apartes antes para que pudessem reduzir o tempo do aparte.

O Sr. Valmir Amaral (PMDB – DF) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pois não, Senador Valmir Amaral.

O Sr. Valmir Amaral (PMDB – DF) – Meu caro amigo Senador e Ministro Ramez Tebet, conheci V. Ex^a primeiramente pela televisão e, a partir daí, comecei a acompanhar seu trabalho. Com muita seriedade, competência e amizade, V. Ex^a desempenhou um trabalho dos mais difíceis nesta Casa; trabalho este que, hoje, é reconhecido nacionalmente. O nos-

so País parou para ver e aplaudir o trabalho que V. Ex^a desempenhou dentro desta Casa. Foi nos momentos mais difíceis que V. Ex^a teve a coragem e a habilidade de conduzir e mostrar uma grande competência para o nosso povo. Tenha certeza, Ministro Ramez Tebet, de que será aplaudido pela sua atuação junto ao Ministério. V. Ex^a está de parabéns por sua passagem por esta Casa. Estive no seu Estado duas vezes e, de pois que encontrei esta Casa, passei a admirá-lo ainda mais. Tenha V. Ex^a como um ídolo nesta Casa, um espelho de moralidade, de competência, de trabalho, de honradez e de honestidade. Seu Estado, o Mato Grosso do Sul, o Centro-Oeste e o Brasil estão de parabéns por terem um político como V. Ex^a. Mesmo nas situações mais difíceis por que passamos nesta Casa, foi resplandido por todos os seus Parabéns, Senador Ramez Tebet. Seu caminho só tende a brilhar em direção ao futuro. Muito sucesso para V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Valmir Amaral, muito obrigado. Recolho e incorporo ao meu pronunciamento suas generosas palavras.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Lindberg Cury.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Ramez Tebet, há poucos minutos, estava divagando e voltei a concentrar minha atenção no seu pai, Tauti Tebet, imigrante libanês que aportou neste País, vindo também da que lasterras áridas, na expectativa de realizar um provérbio que é apenas uma palavra, o **Maktub**: "Assim estava escrito". Assim estava escrito que um dia, com o brilhantismo da sua inteligência e com o apoio paterno e materno, V. Ex^a se transformaria num excelente estudante na sua universidade, num excelente promotor, num brilhante político Superintendente do Desenvolvimento do Centro-Oeste, quando tive oportunidade de conhecê-lo. Vou além, Ramez: excelente pai de Simone, que hoje está disputando uma Cátedra na universidade; de Eduarda e dos gêmeos, Ramez e Rodrigo. Que maravilha esses quatro filhos terem o pai hoje com essa integridade de pensamento de todo o Senado. Houve uma unanimidade, um consenso de todas as áreas, de todas as forças políticas no sentido de homenageá-lo. V. Ex^a não será apenas o Ministro da Integração, mas será a integração do Senado dentro de um Ministério. Que Deus o acompanhe, que seu pai oabençoe para mais esse desafio por que passará. To dos nós confiamos na sua capacidade. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Se na dor Lind berg Cury, V. Ex^a che ga a co mo ver-me ao men ci o nar mi nha fa mí lia e meu pai. Qu an do che guei a Bra sí lia co mo Superintendente do Desenvolvimento do Cen tro-Oeste – di go-lhe tudo o que sin to, pois sou um ho mem re con he ci do e que sabe pre ser var ami za des –, o Se na dor Lind berg e a D. Mar ta abri ram suas por tas pa ra me re ce ber. Por tan to, nos sa ami za de é mu ito gran de, sou mu ito fel iz co mis so e mu ito agra de ci do.

O Sr. Carlos Wil son (Blo co/PPS – PE) – So li ci to um apar te a V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ou ço o apar te de V. Ex^a, Se na dor Car los Wil son.

O Sr. Carlos Wil son (Blo co/PPS – PE) – Se na dor Ramez Te bet, hoje as si sti mos à ma ior de mon stra ção da qui lo que V. Ex^a con quis tou nes ta Casa. V. Ex^a che gou aqui há pou co mais de seis anos, ele i to, jun ta men te com mu i tos de nós, Se na do res, em 1994, e ra pi da men te gal gou o res pe i to, o ca ri nho dos seus Pa res. Hoje, V. Ex^a está aqui se des pe din do pa ra as sumir o car go de Mi nis tro da In te gra ção Na ci o nal. Nun ca, em seis anos e meio, esta Casa se po si ci o nou co mo hoje. Mu i tos co le gas de i xa ram o Sen do Fe de ral, as sumiram Mi nis té rios e de pois pa ra cá re tor na ram, mas nin guém foi tão ho me na ge a do co mo V. Ex^a. Mais de 1/3 dos Se na do res já se pro nun ci ou aqui, de mons tran do a sa tis fa ção em vê-lo co mo Mi nis tro da In te gra ção Na ci o nal. Sei que se tra ta de um car go es pin ho so. Fui Se cre tário Na ci o nal de Ir ri ga ção, fun ção vin cu la da ao Mi nis té rio da In te gra ção Na ci o nal, e por isso sei das di fi cul da des des se ór gão. Mas a pre sen ça de V. Ex^a ali é a cer te za de que, por mais es pi nho so que seja o cam in ho, vai ser fa ci li ta do pela sua com pe tência, ho nesti da de e, aci ma de tudo, pela sua le al da de e trans pa re ncia, de mons tran do tudo aqui lo que V. Ex^a sen te. Há pou co, quan do um dos apar te an tes di zia que iria con tri bu ir com a sua ad mi nis tra ção à fre nte do Mi nis té rio, V. Ex^a afir mou que viria sem pre a esta Casa pro cu rar os Se na do res, pois são os re pre sen ta tes dos Es ta dos. Eu es ta va ali na Me sa, an si o so, a com pa n han do a ten ta men te to dos es ses apar tes, es pe ran do a mi nha vez. Quan do che ga mos aqui, cre io que fui um dos pri me i ros que se a pro xi ma ram de V. Ex^a. Sen do seu ami go, fui Vi ce-Pres i den te da CPI do Ju di ci ário, num mo men to mu i to du ro pa ra to dos nós, mas V. Ex^a es ta va lá, com equi lí brio, com trans pa re ncia, com bra vu ra, ex er cen do o pa pel de Pre si den te. Em ou tros mo men tos di fi ce is, V. Ex^a, com mu i ta ho nesti da de, sem pre com mu i ta cor re ção, en fren tou o seu man da to de Sen a dor. Não te nho dú vi da, sem des me re cer nin guém, de que

o Sen a dor Ramez Te bet é a pes soa mais in di ca da pa ra ocu par hoje o Mi nis té rio da In te gra ção Na ci o nal por que V. Ex^a será um pou qui nho de ca da um de nós. Na ver da de, V. Ex^a vai ser a so ma de ca da um de nós, por que, com mu i ta dig ni da de, vai ser um gran de Mi nis tro. Pa ra bé ns. Pa ra bé ns ao Go ver no do Sen hor Fer nan do Hen ri que, que es co lheu um ho mem com pe ten te e ho nesto pa ra ser Mi nis tro da In te gra ção Na ci o nal. Pa ra ben i zo tam bé m os Pre fei tos de Ma to Gros so do Sul que vieram de mon strar a sa tis fa ção em vê-lo co mo Mi nis tro da In te gra ção Na ci o nal. O meu abra ço e a mi nha tor ci da fer vo ro sa por mais um su ces so, Sen a dor Ramez Te bet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Se na dor Car los Wil son, sabe V. Ex^a o sen ti men to de ami za de que nos une, sen ti men to es se ex pres so nas suas pa la vras. E a mais su bli me ma ni fes ta ção do es pí ri to é a ami za de. V. Ex^a tem a têm pe ra do seu pai, cuja me mó ria re ver en ci a mos no Con gre sso Na ci o nal co mo um po lí ti co que sou be ser com pa n he i ro dos com pa n he i ros, ami go dos ami gos e de fen sor in trans i gen te da sua re gião.

Per mi ta-me que, agra de cen do mais uma vez à V. Ex^a, eu pos sa ho me na ge ar o seu ve ne ran do e sa u do so pa i.

O Sr. Ri car do San tos (Blo co/PSDB – ES) – V. Ex^a me con ce de um apar te?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Por gen ti le za, Sen a dor Ri car do San tos.

O Sr. Ri car do San tos (Blo co/PSDB – ES) – Se na dor e fu tu ro Mi nis tro Ramez Te bet, V. Ex^a mar cou, co mo pou cos, a his tó ria re cen te deste Se na do Fe de ral, ao pre si dir a Co mis são de É ti ca e De co ro Pa r la men tar em um dos seus mo men tos mais di fi ce is. V. Ex^a sou be, com com pe tência, sa be do ria, equi lí brio, fir me za e sen so é ti co con du zir um dos mais di fi ce is pro ces sos que le vou ao a fas ta men to de co le gas nos sos do Sen do Fe de ral. Te mos ab so lu ta cer te za de que V. Ex^a le va rá to das es sas ca rac te rís ti cas pa ra o Mi nis té rio da In te gra ção Na ci o nal, que, na es tru tu ra do Po der Exe cu ti vo Fe de ral, é hoje um dos Mi nis té ri os mais es tra té gi cos pa ra o País. De i xo a su ges tão de que o Mi nis té rio de V. Ex^a seja for ta le ci do. O cha ma do “Pro gra ma dos Gran des Eixos Na ci o nais” ou “Pro gra ma Avan ça Bra sil” de ve ria ser co or den a do pelo Mi nis té rio da In te gra ção Na ci o nal. So men te com a ções na área de in fra-es tru tu ra, en vol ven do trans por te, en er gia, re cursos hí dricos, te le co mu ni ca ções, con se qui re mos di mi nuir os de se qui lí brios re gi o nais no Bra sil e, com isso, con tri bu ir pa ra a eli mi na ção da po bre za, fa zen do com que fi nal men te esta Na ção se in te gre. Nes se con tex to, tam bé m su gi ro a V. Ex^a que o pro gra ma de con vi vência com as se cas – que,

como estamos vendo, toma novamente um caráter de emergência – seja direcionado a projetos que venham a dar soluções definitivas a esse problema, sobretudo na Região Nordeste, a fim de que não venhamos a atuar sem pressões efetivas. Uma das grandes reivindicações dos Senadores, feita por meio de manifestações, inclusive de V. Ex^a, nesta tribuna, é que não venhamos a atuar apenas sobre a emergência e sobre os efeitos. De sejo felicitades a V. Ex^a. O Ministério foi muito bem entregue. Parabéns!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a, que, com toda certeza, falou pelo Estado do Espírito Santo. Fico muito grato pela sua generosa palavra.

O Sr. Luiz Otávio (Sem Partido – PA) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Luiz Otávio (Sem Partido – PA) – Ministro Ramez Tebet, fiz questão de ouvir o senhor nesta tarde. V. Ex^a já dava por encerrar a manifestação do Plenário do Senado Federal, mas fiz questão de encerrar a nossa manifestação, manifestação dos seus Colegas do Senado, manifestação dos representantes do Norte, do Estado do Pará em especial, principalmente porque os órgãos ligados ao Ministério da Integração Nacional, na Amazônia e no Nordeste, mas em especial na Amazônia, na minha região, se encontram totalmente paralisados, criando dificuldades a todos os empresários, a todos os trabalhadores de uma região mais distante, menos sistêmica, mas com tantos recursos naturais, que gera energia para o Brasil, participada pela balança comercial positivamente há quase 15 anos. É importante para o Estado do Pará que, estando V. Ex^a à frente do Ministério da Integração Nacional, os órgãos que servem de desenvolvimento para a nossa região possam se revitalizar, trazer novas forças, distinguir novos horizontes, para que, realmente, tanto os trabalhadores como os empresários e o Governo Federal, dentro da Região Amazônica, em especial no Pará, façam-se representar e retornar os investimentos que foram paralisados. Não podemos ficar parados. Muitas empresas, a maioria delas, estão funcionando, mas aguardando a continuidade da implantação de seus projetos e de outros novos que deverão surgir com a duplicação da capacidade de geração de energia da usina de Tucuruí e também com a usina de Belo Monte nos próximos anos, gerando mais energia para a Amazônia. Realmente precisamos trazer novos fluidos, novos ventos. Tenho certeza de que V. Ex^a bem representará o Centro-Oeste, particularmente o Estado do Mato Grosso do Sul, que tem fortes ligações com o Norte, particularmente com o Pará, podendo dar solução para o Brasil. O Pará é solução para o Brasil, a Amazônia é solução. Com

certeza, V. Ex^a revitalizará o Ministério e, em especial, os projetos para a Amazônia. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Luiz Otávio, agradeço imensamente as generosas palavras de V. Ex^a.

Sr. Presidente, a Casa foi muito generosa comigo. A Mesa foi muito tolerante, pois ultrapassamos, e muito, o tempo.

Encerro dizendo que assumo o Ministério da Integração Nacional sabendo das dificuldades. Sei que ninguém faz milagre, mas sei também que, se cada um fizer um pouquinho, poderemos fazer muito pelo Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vou com o pensamento voltado para o Senado Federal – voltar a repetir –, precisando da colaboração de todos e pedindo que me ajudem. Ajuda rei o Governo, tentarei dar minha colaboração ao Brasil. Assumi em nome do Mato Grosso do Sul. Sou um homem do Centro-Oeste, mas volto para todo o Brasil.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e aos Companheiros.

Até logo, se Deus quiser. (Palmas!)

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Senador Ramez Tebet, a Presidência se une às manifestações do Plenário, mas tem dificuldade de encontrar adjetivos para descrever a V. Ex^a o maior sucesso à frente do Ministério da Integração Nacional. Estamos certos de que o entusiasmo, a capacidade de luta e o patriotismo de V. Ex^a farão com que a sua missão seja vitoriosa e de sucesso, não só para V. Ex^a, mas para o País.

De se jámos boa sorte a V. Ex^a.

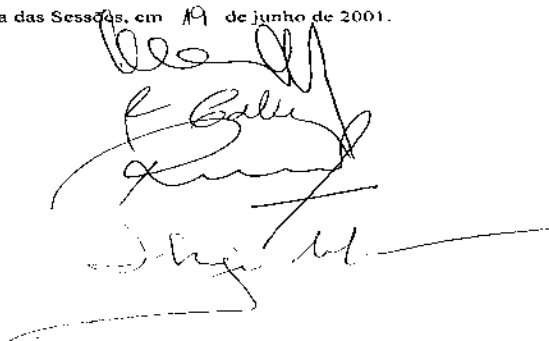
O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requeirimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 320, DE 2001

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar (nº 195/2001-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do

Sala das Sessões, em 19 de junho de 2001.



Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Esse requerimento será votado após a Ordem do Dia, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Foi encaminhado à publicação parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 26, de 2001, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD.

Amatéria em contra-sé em regime de urgência e será incluída na Ordem do Dia da sessão de liberativa ordinária de amanhã, 20 de junho, quando poderá receber emendas até o encerramento da discussão.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje aconteceram dois fatos imprevistos: a despedida do ilustre Senador Ramez Tebet, que prolongou a sessão até esta hora, e uma reunião nacional do PMDB, Partido de V. Ex^a, que retirou vários Senadores do Plenário para dela participarem.

O Item nº 2 trata de emenda à Constituição, que exige quórum qualificado. Apelo a V. Ex^a para transfe-

rir esse item para a sessão de amanhã, pois há risco de falta de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Faremos um esforço, Senador Jefferson Péres. Da parte da Presidência, não há nenhuma dificuldade. Poderemos votar um requerimento de adiamento quando da apreciação do Item nº 2 da pauta, transferindo-o para amanhã, se for de sejo do Plenário.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Muito obrigado.

O SR. JADER BARBALHO (Presidente) – Passa-se à

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2001
(Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 3.532/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (incluindo a figura do contador como autor do crime de falso testemunho ou falsa perícia, bem como exacerbando as penas impostas ao referido crime), tendo

Parecer, sob nº 482, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apressenta.

Aprojetos foram apresentadas emendas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no prazo único previsto no art. 122, item II, alínea b, combinado com o art. 375, item I, do Regimento Interno.

A Presidência esclarece ao Plenário que a emenda apresentada como conclusão do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apesar de não ter recebido a designação de substitutiva, constitui substitutivo integral ao texto do presente projeto.

Prestado esse esclarecimento, a Presidência submeterá à apreciação do Plenário a Emenda nº 1 da CCJ, antes do projeto, nos termos do art. 300, item XIII, do Regimento Interno, que tem preferência regimental.

Discussão em conjunto do projeto e da emenda, em turno único. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a palavra, encerro a discussão.

So bre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 321, DE 2001

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do art. 20 do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 3.532/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal (incluindo a perícia, bem como exacerbando as penas impostas ao referido crime), a fim de ser incluído no texto da Emenda nº 1-CCJ.

Sala das Sessões, 19 de junho de 2001. — **Iris Rezende.**

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbosa) — Em votação o requerimento de destaque para a votação em separado do art. 2º do projeto, a fim de que seja inserido no texto da Emenda nº 1 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O dispositivo destacado será votado oportunamente.

Em votação a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ressalvado o destaque requerido nos termos regimentais.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação o art. 2º do projeto, destacado, a fim de que seja inserido no texto da Emenda nº 1 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovada a Emenda nº 1 — Substitutivo — e o destaque, fica prejudicado o projeto.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido para o tur no suplementar, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 594, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o tur no suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 3.532, de 2000, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o tur no suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 3.532, de 2000, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, consolidando o destaque aprovado pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de junho de 2001. — **Edison Lobão**, Presidente — **Ronaldo Cunha Lima**, Relator — **Antonio Carlos Valadares** — **Carlos Wilson** — **Mozarildo Cavalcanti**

ANEXO AO PARECER Nº 594, DE 2001

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 342 e 343 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:

Pena — reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

§ 3º O fato deixa de ser punível, se, antes da sentença, o agente se retrata ou declara a verdade.” (NR)

“Art. 343. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, tradução ou interpretação:

Pena — reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, aplica-se a pena em dobro.

§ 2º As penas aumentam-se de um terço a um sexto, se o crime é cometido

com o fim de obter pro va des ti na da a pro du zir efe i to em pro ces so em que for par te en ti da de da administração pública direta ou in direta."(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão o substitutivo em turno suplementar. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) – So bre a mesa, re que ri men to que será lido pelo Sr. 1º Se cre tário, Senador Carlos Wilson.

É lido o se guin te:

REQUERIMENTO Nº 322, DE 2001

Nos ter mos do art. 311, in ci so I, do Re gi men to Interno, re que i ro pre fe rên cia para os itens 3 e 4 a fim de serem apreciados an tes da ma té ria cons tan te do item nº 2 da Ordem do Dia.

Sala das Ses sões, 19 de ju nho de 2001. – **Car los Wilson**.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) – Em vo tação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a inversão solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) – **Item 3:**

MENSAGEM Nº 112, DE 2001

(Inversão de pauta nos termos do Requerimento nº 322, de 2001)

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Dis cus são, em tur no úni co, do Pa re cer da Comissão de Relações Exteriores e De fe sa Nacional, Relator: Senador José Agri pi no, sobre a Mensagem nº 112, de 2001 (nº 340/2001, na ori gem), de 18 de abril do cor ren te ano, pela qual o Presidente da Repú blica submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplo mata, para, cumulativamente com a função

de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer a de Embaixador do Bra sil jun to à Re pú bli ca de Se i che les e à República Democrática de Madagascar.

So bre a mesa, pa re cer que será lido pelo Sr. 1ª Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o se guin te:

PARECER Nº 595, DE 2001-CRE

O SR. CARLOS WILSON (Blo co/PPS – PE) – O pa re cer da Comis são de Re la ções Ex te ri o res e De fe sa Na ci o nal so bre a Men sa gem nº 112, de 2001, sub me ten do à de li be ra ção do Se na do a es co lha do Se nhor *Pedro Luiz Carneiro de Mendonça*, Mi nis tro de Segunda Classe do Qua dro Per manente da Car re i ra de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República de Mo çam bi que, exer cer a de Emba i xa dor do Bra sil jun to à República de Seicheles e à República Democrática de Madagascar, é favorável.

É o se guin te o pa re cer na ín te gra:

PARECER Nº 595, DE 2001

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 112, de 2001 (Mensagem nº 340, de 18 de abril de 2001 – Presidência da República), submetendo à apreciação do Sena do Fe de ral a es co lha do Se nhor *Pedro Luiz Carneiro de Mendonça*, Mi nis tro de Segun da Clas se, da Car re i ra de Dip lo mata do Quadro Permanente do Ministé rio das Relações Exteriores, para, cumu lativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Bra sil jun to à Re pú bli ca de Se i che les e à República Democrática de Madagascar.

Relator: Senador **José Agri pi no Maia**

Com base no art. 52, inciso IV da Constituição Federal, e legislação ordinária pertinente, o Senhor Presidente da Re pú bli ca, na for ma da Men sa gem nº 340, de 18 de abril de 2001 (fls. 1), sub me te à apre ci ação dos Senhores Membros do Senado Federal a es co lha, que de se ja fa zer, do Se nhor *Pedro Luiz Carneiro de Mendonça*, Mi nis tro de Se gun da Clas se, da Car re i ra de Dip lo mata do Qua dro Per manente do Mi nis té rio das Relações Exteriores, para, cumulativa men te com o car go de Emba i xa dor do Bra sil jun to à República de Moçambique, exercero cargo de Emba

ixador do Brasil junto à República de Seicheles e à República Democrática de Madagascar.

Acompanha a Mensagem Presidencial em epígrafe, o **Curriculum Vitae** do Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, do qual cabe destacar: nas cidades do Rio de Janeiro/RJ, em 1º de novembro de 1945, filho de Luiz José Carneiro de Mendonça e Helena Bandeira de Mello, o interessado é Bacharel em Direito pela PUC/RJ.

Após a conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, foi subsequentemente promovido a Terceiro Secretário, 3 de fevereiro de 1970; Segundo Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973; Primeiro Secretário, merecimento, 2 de março de 1979; Conselheiro, merecimento, 1º de julho de 1986; Ministro de Segunda Classe, merecimento, 18 de dezembro de 1992.

Dentre os cargos e missões que desempenhou, destaca-se: Assistente do Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete, 1970/72; Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal, 1972/73; em Licença, 1976; Assistente do Chefe da Divisão da América Central e Setentrional, 1977/79; Assistente do Chefe de Divisão de Política Financeira, 1985/86; Chefe da Divisão de Política Financeira, 1986/88; Introdutor Diplomático, 1991; Chefe da Divisão de Política Financeira, 1991/92; Chefe da Divisão de Comércio Internacional e Manufaturas, 1992/94; Vaticano, Segundo Secretário, 1974/76; Londres, Primeiro Secretário, 1979/82; Bogotá, Primeiro Secretário, 1982/85; Paris, Conselheiro, 1988/91; Bonn, Ministro-Conselheiro, 1994/96; Vaticano, Ministro-Conselheiro, 1996/2001; Comissão Permanente de Controle de Nomeações, 1972/73 (membro); Comissão Mista Cultural Brasil-Reino Unido, Edimburgo, 1980 (membro); Comemorações dos 450 Anos de Cartagena, Cartagena, 1983 (membro); Representante do MRE na Comissão de Estudos Tributários Internacionais, 1986 e 1987; Reuniões do Consenso de Cartagena, em Nível Técnico e Ministerial, Punta del Este, 1986 (delegado); Reunião Técnica sobre Investimento Privado da OEA, San Juan de Porto Rico, 1986 (delegado); Delegação às Reuniões do Clube de Paris sobre o rescalonamento das dívidas da Nigéria e do Gabão, Paris, 1986 (membro); XLVII e XLVIII Reuniões da Comissão da Assembleia de Governadores, XXVII e XXVIII Reuniões da Assembleia de Governadores do BID, São José, 1986 e Miami, 1987 (delegado); Membro da Comissão do Senhor Ministro de Estado na visita oficial ao Peru, 1987; Reunião do Consenso de Cartagena em Nível Técnico, Guanajuato, 1987 (co-chefe da delegação); Membro da Comissão do Senhor Presidente da República no encontro de fronteira

com o Presidente do Peru, Rio Branco/Puerto Maldonado, 1987; VII UNCTAD, Genebra, 1987 (delegado); Reunião do Consenso de Cartagena em Nível Técnico, Montevidéu, 1987 (delegado); XLVI a XLVIII e L Reuniões do Grupo dos 24 (su plen te); XLI e XLII Reuniões Anuais, conjuntas, das Assembleias de Governadores do FMI/BIRD, Washington, 1986 e 1987 (delegado); I Rodada de Negociações Brasil-URSS sobre uma convenção para evitar a Dupla Tributação da Renda e Prevenir a Evasão fiscal em matéria de Impostos sobre a Renda, Brasília, 1988 (delegado); Representante às reuniões do Clube de Paris sobre o rescalonamento das dívidas do Togo e do Gabão, 1988. (delegado); Delegação à reunião do Clube de Paris sobre o rescalonamento da dívida oficial brasileira, 1987 e 1998 (membro); Reuniões de grupos consultivos sobre a Bolívia e Moçambique, Paris, 1988 (observador).

O Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça possui as seguintes condecorações: Medalha Mérito Santos Dumont; Brasil; Ordem de Mérito da República Federativa da Alemanha, 1ª Classe.

São estas as informações a se prestadas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão, 5 de junho de 2001. — **Jefferson Peres**, Presidente — **José Agripino**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Avotação da presente matéria será realizada simultaneamente com o próximo item, por escrutínio secreto.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — **Item 4:**

MENSAGEM Nº 129, DE 2001

(Inversão de pauta nos termos do Requerimento nº 322, de 2001)

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Gilberto Mestrinho, sobre a Mensagem nº 129, de 2001 (nº 476/2001, na origem), de 24 de maio do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino

da Suécia, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER N.º 596, DE 2001-CRE

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – O parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 129, de 2001, submetendo à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Elim Saturnino Ferreira Dutra*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia, é favorável – aprovado com 11 votos favoráveis.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 596, 2001

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 129, de 2001 (Mensagem nº 00476, de 24-5-2001, na origem) do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha, que deseja fazer, do Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia.

Relator: Senador **Gilberto Mestrinho**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, o de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. (artigo 52 item IV).

Atendendo a Preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do interessado.

Segundo o referido documento, o Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra, filho de Ademar Costa Dutra e Neli Ferreira Dutra, nasceu em Bom Jesus/RS, em 22 de janeiro de 1942.

É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da UFRJ. Fez o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco e o Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial.

Foi nomeado Terceiro Secretário, por concurso, em 1970. Foi promovido a Segundo Secretário, por merecimento, em 1979; a Conselheiro, por merecimento, em 1982; a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1989; a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1997.

No âmbito da Secretaria de Estado, exerceu funções de relevância, como Chefe da Divisão de Cooperação Técnica, no período de 1989/91; e Vice-Diretor e Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) nos períodos de 1989/91 e de 1995 a 2000.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu em Roma, de 1974 a 1976, onde exerceu as funções de Encarregado de Negócios; em Buenos Aires, de 1977 a 1979, onde foi Chefe do Setor Econômico; em Bogotá, no período de 1986-1988, onde chefiou o Setor Político; e em Bonn, como Ministro-Conselheiro, de 1991 a 1995.

No cumprimento das missões para que foi designado, desempenhou funções de relevância, tendo chefiado a delegação brasileira a inúmeras reuniões internacionais, particularmente sobre cooperação técnica. Entre elas cabe mencionar as seguintes: Consultas Bilaterais Brasil/Canadá sobre Cooperação Técnica, Brasília, 1995; Negociações Intergovernamentais sobre Cooperação Técnica Brasil/Moçambique, Brasil/Angola, e Brasil/Alemanha, em Maputo, Luanda, e Bonn, respectivamente, em 1996; Comissão Mista Brasil/Cuba sobre Cooperação Técnica, Brasília, 1997; XIV Reunião Anual de Cooperação Técnica Brasil/Japão, Tóquio, 1998; I Reunião Intergovernamental de Cooperação Técnica entre Brasil e México, Cidade do México, 1999; I Sessão Regular da Junta Executiva do PNUD/FNUAP, Nova York, 2000, entre muitas outras.

O diplomata em apreço foi agraciado com várias condecorações, dentre as quais salientam-se as seguintes: Ordem do Rio Branco, Grande-Oficial, Brasil; Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil; Medalha do Pacificador, Brasil; Ordem do Mérito, Cavaleiro, Itália; Ordem de Mayo, Oficial, Argentina; Ordem do Libertador San Martín, Oficial, Argentina; Ordem do Li ber-

tador Bernardo O'Higgins, Oficial, Chile; Ordem de Oudais, Oficial, Marrocos.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir ou trazer considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 5 de junho de 2001. – Senador **Jefferson Péres**, Presidente – Senador **Gilberto Mestrinho**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão parecer. (Pausa.)

Não ha vendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação simultânea dos itens 3 e 4, que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto. Os votos e as sobrecartas encontram-se à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores na cabina telefônica, e há duas urnas em frente à mesa identificadas com os nomes dos indicados, onde os votos deverão ser depositados.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Apele às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências do Senado Federal para que acorram ao plenário, pois estamos tendo votação nominal.

(Procede-se à votação nominal e secreta.)

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, lembro aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos que, logo mais, teremos reunião para a oitiva de um nome indicado para o CADE. Considero importante que a façamos hoje, porque, se não, o CADE ficará impossibilitado de se reunir, uma vez que está sem **quorum** e é preciso suprir a vaga com esse nome, se assim entender a Comissão e o Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência se une à preocupação de V. Ex^a, Senador Lúcio Alcântara, e apela para que os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos compareçam à reunião da Comissão após a sessão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência indica das Sr^{as} e dos Srs. Senadores se já votaram? (Pausa.)

Encerrada a votação.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson, juntamente com o Senador Pedro Piva, que faça a verificação do resultado da apreciação dos dois nomes indicados para Embaixadas do Brasil.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Retomamos a sessão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, para Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles e à República Democrática de Madagascar foi aprovado o nome do Diplomata Pedro Luiz Carneiro de Mendonça.

Votaram SIM 58 Srs. Senadores; e NÃO 05.

Houve 01 abstenção.

Total: 64 votos.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em relação à escolha do Embaixador junto à Embaixada do Brasil na República da Letônia foi aprovado o nome do Diplomata Elim Saturnino Ferreira Dutra.

Votaram SIM 58 Srs. Senadores; e NÃO 06.

Houve 02 abstenções.

Total: 66 votos.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 2:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Regimento nº 295, de 2001 – art. 281,
combinado com o art. 357 do Regimento Interno)
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 19, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, tendo

Parecer sob nº 483, 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Bernardo Cabral, favorável, nos termos da Emenda n.º 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

So bre a mesa, re que ri men to que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o se guin te:

REQUERIMENTO Nº 323, DE 2001

Nos ter mos do art 315, com bi na do com o in ci so III do art. 279 do Regimento Interno, requeiro adia men to da vo ta ção da Pro pos ta de Emen da à Cons ti tuição nº 19/2000, a fim de ser feita na sessão de 26-6-01

Sala das Ses sões, 19 de ju nho de 2001. – **Romero Jucá**

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar balho) – Em vo ta ção o requeirimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cum pri da a deliberação do Plenário.

A Pre si dên cia pror ro ga a ses são pelo tem po ne cessário para a apre cia ção da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar balho) – **Item 5:**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000**, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que al te ra o art. 75 da Cons ti tuição Fe de ral, para facultar a nome a ção de membros das Cortes de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios através de concurso público, tendo

Parecer favorável, sob nº 299, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos ter mos do dis pos to no art. 358 do Re gi men to Inter no, a maté ria cons ta rá da Ordem do Dia du ran te cin co ses sões de li be ra ti vas or di ná ri as, em fase de dis cus são em pri me i ro tur no, quan do po de rão ser ofe re ci das emen das as si na das por um terço, no mí ni mo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a Proposta. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pala vra, a dis cus são terá pros seguimen to na próxi ma ses são de delibera ti va.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar balho) – **Item 6:**

Primeira ses são de dis cus são, em pri me i ro turno, da **Proposta de Emenda à Consti**

tuição nº 30, de 2000 (nº 128/95, na Câmara dos De pu ta dos), que al te ra a al í nea “c” do in ci so XVI do art. 37 da Constituição Federal (in cluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados), tendo Parecer favorável, sob nº 438, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias.

So bre a mesa, re que ri men to que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o se guin te:

REQUERIMENTO Nº 324, DE 2001

Nos ter mos do art. 279, in ci so III, do Re gi men to Inter no, re que i ro adia men to da dis cus são da Propos ta de Emen da à Cons ti tu i ção nº 30/2000 a fim de ser fe i ta na ses são de 29-8-01.

Sala das Ses sões, 19 de ja ne i ro de 2001. – **Romero Jucá – Tião Viana – Helo ísa Helena.**

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar balho) – Em vo ta ção o requeirimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cum pri da a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar balho) – **Item 7:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 1997

(Incluído em Ordem do Dia nos ter mos do Re cur so nº 2, de 1999)

Dis cus são, em tur no úni co, do Pro je to de Lei do Se na do nº 131, de 1997, de au to ria do Se na dor Ro me ro Jucá, que au to ri za a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Caracaraí-RR), tendo Parecer favorável, sob nº 13, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Bianco, com abstenção do Senador Romero Jucá e declaração de voto do Senador Francelino Pereira.

A Presidência esclarece ao Plenário que o Município a que se re fe re o Item 7 é Ca ra ca ra í, em Ro ra i ma, e não São João da Baliza, em Roraima, como cons ta no avul so da Ordem do Dia de hoje.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

So bre a mesa, re que ri men to que será lido pelo Sr. 1º Se cre tário em exer cício Se na dor Mo za ril do Ca val can ti.

É lido o se guin te:

REQUERIMENTO Nº 325, DE 2001

Nos ter mos do art. 312, in ci so II, do Re gi men to In ter no, re que iro des ta que pa ra vo ta ção em se pa ra do, do art. 6º do Pro je to de Lei do Se na do nº 131, de 1997, de au to ria do Se na dor Ro me ro Jucá, que au to ri za a cri a ção de Dis tri to Agro pe cuá rio no Mu ni cí pio que men ciona, e dá ou tras pro vid ên cias (Mu ni cí pio de Ca ra ca ra í-RR), pa ra ade qua ção ao art. 9º da Lei Com ple men tar nº 95, de 1998.

Sala das Ses sões, 19 de ju nho de 2001. — **Ro me ro Jucá.**

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) — O dis po si ti vo des ta ca do se rá vo ta do o por tu na men te.

Em vo ta ção o pro je to, sem pre ju í zo do des ta que.

As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vo ta ção da ade qua ção do art. 6º do pro je to, ao art. 9º da Lei Com ple men tar nº 95, de 1998.

As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Amatéria vai à Co mis são Di re to ra pa ra a re da ção fi nal.

É o se guin te o pro je to apro va do:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 1997

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fic a o Po der Exe cu ti vo au to ri za do a cri ar no Mu ni cí pio de Ca ra ca ra í, no Es ta do de Ro ri ma, Dis tri to Agro pe cuá rio des ti na do a de se nvol ver, pre fe ren cial men te, ati vi da des de agro pe cuá ria, co lo ni za

ção, tu ris mo eco ló gi co, mi ne ra ção, bem co mo ár eas in sti tu cio nais pa ra pre ser va ção e pes qui sas.

Art. 2º O Dis tri to Agro pe cuá rio de que tra ta esta lei terá por prin ci pa is ob je ti vos a cri a ção de pó lo de de se nvol vi men to agro pe cuá rio, o au men to da ofe rta de alimen tos nos mer ca dos da Ama zô nia O ci den ta le, espe cial men te, dos Es ta dos de Ro ri ma e Ama zo nas, dos cus tos de pro du ção e co mer ci a li za ção de pro du tos agrí co las e ex tra ti vos, a cri a ção de tra di ção agrí co la e a ge ra ção de no vos em pre gos na re gião.

Art. 3º Com pe te ao Mi nis té rio do Pla ne ja men to e Or çá men to, a tra vés da Su per in ten dên cia da Zo na Fran ca de Ma na us — SU FRAMA, fi xar as di re tri zes e nor mas per ti nen tes à se le ção e a va li a ção da vi a bi li da de téc ni ca e fi nan ce i ra dos pro je tos a se rem im plan ta dos no Dis tri to Agro pe cuá rio de que tra ta o art. 1º

Art. 4º O Po der Exe cu ti vo re gu la men ta rá esta lei, no pra zo de no ven ta dias a con tar da data de sua pu bli ca ção.

Art. 5º Esta lei en tra em vi gor na data de sua pu bli ca ção.

Art. 6º

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar bal ho) — **Item 8 :**

Dis cus são, em tur no ú ni co, do **Pro je to de De cre to Le gi sla ti vo nº 259, de 2000** (nº 531/2000, na Câ ma ra dos De pu ta dos), que apro va o ato que re no va a per mis são da Rá dio Re gi o nal Co mu ni ca ção Ltda. pa ra ex plo rar ser vi ço de ra di o di fu são so no ra em fre qüên cia mo du la da na ci da de de Ri be i rão Pre to, Es ta do de São Pau lo, ten do Pa re cer sob nº 354, de 2001, da Co mis são de Edu ca ção, Re la tor: Se na dor Pe dro Pi va, fa vor á vel, com a Em en da nº 1-CE, de re da ção, que apre sen ta, e ab ste n ções dos Se na do res Edu ar do Su pli cy e Ge ral do Cân di do.

Em dis cus são o pro je to e a em en da. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em vo ta ção o pro je to, sem pre ju í zo da em en da.

As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em vo ta ção a Em en da nº 1, da Co mis são de Edu ca ção.

As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Amatéria vai à Co mis são Di re to ra pa ra a re da ção fi nal.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 597, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2000 (nº 531, de 2000, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2000 (nº 531, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Regional Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, consolidando a Emenda nº 1-CE, de redação, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de junho de 2001.

Jader Barbalho, Presidente _ **Ronaldo Cunha Lima**, Relator _ **Edison Lobão** _ **Antonio Carlos Valadares** _ **Carlos Wilson** _ **Mozarildo Cavalcante**.

ANEXO AO PARECER Nº 597, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2001

Aprova o ato que renova a permissão da “Rádio Regional Comunicação Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 53, de 4 de fevereiro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 10 de maio de 1994, a permissão de “Rádio Regional Comunicação Ltda.”, outorgada originariamente a “Organização Rádio Colorado Ltda.”, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Amatéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 9:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2000** (nº 549/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Poço das Trincheiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trincheiras, Estado de Alagoas, tendo

Parecer favorável, sob nº 399, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Coelho.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 265, DE 2000**

(Nº 549/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Poço das Trincheiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 201, de 6 de dezembro de 1999, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Poço das Trincheiras a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 10:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 272, de 2001**, do Senador Ney Suassuna, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 12, de 2001, de sua autoria.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de resolução vai definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 11:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 273, de 2001**, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2000-Complementar, de sua autoria.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei complementar vai definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Esgota das as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa para ser oferecido a redação final ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeto do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 598, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997, que au-

toriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências, com exclusão da cláusula revogatória genérica, com formatação de Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de junho de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Edison Lobão** – **Antonio Carlos Valadares** – **Mozarildo Cavalcanti**.

ANEXO AO PARECER Nº 598 DE 2001

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Caracaraí, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Caracaraí, no Estado de Roraima, Distrito Agropecuário destinado a desenvolver, preferencialmente, atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, bem como áreas institucionais para preservação e pesquisas.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta lei terá por principais objetivos a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário, o aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental e, especialmente, dos Estados de Roraima e Amazonas, o aproveitamento racional dos recursos naturais, a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos, a criação de tradição agrícola e a geração de novos empregos na região.

Art. 3º Compete ao Ministério do Planejamento e Orçamento, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no Distrito Agropecuário de que trata o art. 1º.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 326, DE 2001

Nos termos do art. 321 do Regulamento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Município de Caracará).

Sala das Sessões, 19 de junho de 2001. – **Carlos Wilson**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Passa-se à apreciação do Requerimento nº 320, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – e dá outras providências.

Em votação o requerimento de urgência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, solicito, além da urgência, a atenção da Mesa, visto que há um entendimento entre as diversas Lideranças de todos os Partidos na Casa no sentido de votar essa matéria amanhã, que bran do o in t e r s t í c i o de um dia, e não na quinta-feira. Já conversamos com os Líderes.

Essa matéria é extremamente importante e diz respeito ao trabalhador brasileiro. Os prazos são exíguos para a execução de todos os levantamentos possíveis para o pagamento no próximo ano.

Portanto, além de recomendar o voto favorável, solicito a V. Ex^a que determine a inclusão dessa matéria tão importante na pauta de amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em votação o Requerimento nº 320, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

De acordo com o entendimento das Lideranças e não havendo objeção, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comunico à Casa uma reunião do Parlatino que ocorre recentemente. Nos dias 4 e 5 deste mês em Havana, Cuba, reuniram-se três comissões importantes do Parlatino: Comissão da Saúde, Comissão da Mulher e Comissão do Trabalho e Previdência, esta composta de duas subcomissões - Subcomissão de Políticas Dirigidas a Grupos Socialmente Vulneráveis e Subcomissão de Normas Laborais Básicas de Referência.

Os países representados naquela oportunidade foram México, Uruguai, Brasil, Venezuela, Aruba, Argentina, Panamá, Costa Rica, Cuba, Paraguai e Equador. Os Parlamentares brasileiros que representam o nosso País na Comissão da Mulher foram as Deputadas Federais Nice Lobão e Elcio Barbalho; na Comissão da Saúde, o Deputado Federal Carlos Mosconi; na Subcomissão do Trabalho, o Deputado Federal Milton Temer; e na Subcomissão de Políticas Dirigidas a Grupos Socialmente Vulneráveis, esta Senadora.

Na Subcomissão da qual participei, trabalham representantes de Cuba, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Brasil. Os temas tratados nessa Subcomissão foram: a situação geral da população de terceira idade na América Latina; atenção às pessoas portadoras de deficiências; realização de seminário sobre políticas dirigidas a grupos socialmente vulneráveis.

No que se refere aos grupos socialmente vulneráveis, destacamos e trabalhamos a questão das pessoas idosas, ou de terceira idade, pessoas portadoras de deficiência e gravidez na adolescência.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, analisamos a situação geral da população de terceira idade na América Latina. Constatamos o crescimento do número de pessoas idosas, a queda na qualidade de vida das pessoas, a necessidade de políticas públicas que permitam maior e melhor atenção aos idosos, com o apoio da sociedade, a necessidade de se

considerar nestes temas o aspecto econômico e social e o relato de experiências internacionais sobre a atenção às pessoas de terceira idade.

As recomendações quanto a políticas a serem seguidas foram, em primeiro lugar, superar a cisão patológica da velhice, reconhecendo o potencial de desenvolvimento desse grupo etário. Ressaltamos que viver a velhice de maneira positiva é uma questão existencial que não depende só do indivíduo, o meio social onde se vive tem um peso determinante; manter âmbitos de participação dos idosos na elaboração e execução das políticas a eles dirigidas; definir políticas com base na solidariedade e a convivência entre gerações, para garantir a valorização e troca de experiências; estimular a organização de redes de apoio social, visando a integração e melhor saúde das pessoas idosas; oferecer especial atenção ao segmento de idosos em situação de maior vulnerabilidade e risco, como os que vivem sós, os pobres e os doentes; gerar oportunidades para que possam prestar serviços à comunidade e trabalho voluntário em atividades apropriadas aos seus interesses e capacidades.

Foram abordados também os seguintes aspectos: políticas econômicas e seus reflexos nas condições de vida dos idosos; meios de comunicação: valorização ou discriminação ao idoso; vida social e lazer dos idosos; políticas de saúde e altos preços dos medicamentos; trabalho preventivo, que deve ser feito dentro da família e da escola, de respeito e solidariedade das pessoas idosas.

Concluímos que precisamos fazer um compromisso aos Parlatmentares latino-americanos, a fim de estimular o desenvolvimento de políticas destinadas às pessoas da terceira idade. Precisamos divulgar idéias, programas, experiências, planos existentes nos países latino-americanos sobre esse assunto; estabelecer intercâmbio com organismos internacionais e com as Comissões de Saúde e da Mulher do Parlatino; efetuar intercâmbio de informações e legislação sobre o tema entre os Parlatmentos latino-americanos.

O segundo tema de batido na Subcomissão de Políticas Dirigidas a Grupos Socialmente Vulneráveis, de que participamos, foi a questão da pessoa portadora de deficiência. Tivemos um relato detalhado da experiência cubana de criação do Conselho Nacional de Atenção às Pessoas Portadoras de Deficiência e dos planos de ação que se desenvolvem em Cuba, com dados e números, o que comprove a seriedade da com que a pessoa portadora de deficiência é tratada naquele país.

A Carta Social de Direitos Básicos das Pessoas Portadoras de Deficiências será elaborada pelo Parlatino e submetida a todos os países integrantes. O Seminário sobre Políticas Dirigidas a Grupos Socialmente Vulneráveis do Parlamento Latino-Americano, como ficou de finido, será realizado no ano de 2002.

Também houve um momento de intercâmbio entre as Comissões. A Subcomissão de Políticas Dirigidas a Grupos Socialmente Vulneráveis se reuniu com a Comissão da Mulher, e foram abordados temas relacionados ao incremento da expectativa de vida da mulher, superior à dos homens, e suas consequências na família, no trabalho e na sociedade; mulheres e terceira idade; e, logicamente, gravidez na adolescência.

Sr. Presidente, trago o registro dos dados levantados na oportunidade em relação à gravidez na adolescência. A maioria das jovens não tem acesso a informação e serviços de saúde reprodutiva e anticoncepcionais. A cada ano nascem aproximadamente 14 milhões de crianças filhas de mães adolescentes no mundo. De cada 20 adolescentes, uma, a cada ano, adquire algum tipo de infecção sexualmente transmissível. A meta de de todos os novocassos de HIV ocorrem entre jovens de 10 a 24 anos.

Que o apasdar uma idéia da importância de se trabalhar o tema não apenas na família e na escola, mas também como compromisso de governo e de políticas públicas de informação.

A Comissão da Mulher de senvou os seguintes temas: protocolo facultativo da convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, ressaltando a importância de o Brasil ter referendado esse acordo internacional de que é signatário; estratégias para a ratificação do Protocolo Facultativo da América Latina e do Caribe, quando foi relatada a experiência do Panamá.

Foram elaboradas estratégias comuns e planos de trabalho para a Comissão da Mulher do Parlatino. Trocaram-se informações sobre a situação atual da Comissão e se estabeleceu uma proposta de trabalho conjunto, inclusive com outras comissões do Parlatino.

Os assuntos ratificados para o Plano de Ação da Comissão da Mulher do Parlatino para o período de 2001 a 2002 foram os seguintes: migração; tráfico e exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes; mulher rural; violência contra a mulher; seguridades social; participação política e políticas públicas com concepção de gênero.

Sr. Presidente, em relação à violência contra a mulher, ressaltamos dados alarmantes levantados na ocasião. Na América Latina e no Caribe, a violência contra as mulheres está profundamente arraigada nas relações de poder e tradições culturais. Em lugares mesmo onde existe legislação contra a violência, esse problema é frequentemente ignorado ou minimizado até pela polícia e, muitas vezes, pelo Poder Judiciário. Aproximadamente 50% das mulheres sofreram algum tipo de violência doméstica. Na Bolívia e em Porto Rico, por exemplo, 58% das esposas agressivas expressaram que também haviam sido violentadas sexualmente por seus maridos. A violência sexual contra meninas de 15 anos ou menos atinge índices entre 40% e 58%.

Sr. Presidente, aprovamos uma resolução que levaremos para a Reunião de Cúpula de Caracas, Venezuela, sobre Dívida Social que se realizará em julho. Queremos incluir na agenda de discussão uma análise das consequências e impactos negativos que a Dívida Social tem sobre a vida das mulheres da América Latina e do Caribe.

É importante que se diga que sobre a questão da migração, tráfico e exploração sexual de mulheres outros dados também nos chamam muito a atenção: no Brasil existem milhares de crianças que vivem e trabalham na rua, sendo muitas vítimas de exploração e comércio sexual.

Em Bogotá, Colômbia, existem aproximadamente entre 5 a 7 mil prostitutas, cuja idade não supera os 18 anos.

Na República Dominicana, os números chegam a mais de 25 mil prostitutas entre 10 e 18 anos de idade.

A escala mundial de tráfico de pessoas se converteu em um negócio bilionário, movimentando bilhões de dólares anuais.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que a Comissão de Assuntos Laborais elaborou uma proposta de Declaração dos Direitos do Trabalho do Parlamento Latino-Americano, que deverá ser analisado em cada Parlamento e aprovado em julho na Reunião da Venezuela.

É importante registrar também que tivemos oportunidade de participar de um ato muito importante e significativo em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho, estando presentes no Palácio das Convenções, em Cuba, o representante da Unesco, que usou da palavra e fez uma análise sobre a questão do meio ambiente no mundo, e o Líder maior de Cuba, Fidel Castro, que por sua vez fez tam-

bém um importante pronunciamento. Depois, tivemos a oportunidade de participar de uma audiência com o grande Comandante Fidel, ocasião em que ele nos falou não apenas da questão do meio ambiente, mas também da implantação inovadora da energia solar nas escolas de Cuba, escolas de difícil acesso onde não há energia elétrica. Fez ainda uma análise sobre o meio ambiente como prioridade de sobrevivência do nosso Planeta, que deve ser trabalhada com a integridade e a globalização de todos os povos.

São essas as considerações que eu desejava fazer, Sr. Presidente.
Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB-RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra, como Líder do Governo, após a próxima comunicação e do Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pro nuncia o se guin te dis cur so. Sem re vi são do ora dor.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, quero registrar a correspondência a mim enviada pelo Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, e a resposta que a ele estou enviando. Data do de 18 de junho de 2001, seu Ofício PGR/GAB nº 431 de clara:

Cumprimentando-o, e em atenção ao Aviso nº 185/MF, de 31 de maio de 2001, do Exmo. Sr. Pedro Sampaio Malan, Ministro de Estado da Fazenda, renovado pela carta de 11 de junho de 2001 dirigida a mim, na qual se reporta a Carta nº 8/MF enviada a Vossa Excelência, no dia 7 do mesmo mês, e considerando o contido no Aviso nº 215/MF, de 12 de junho de 2001, tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para reiterar requisição, nos termos do art. 8º, § 4º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, do nome da pessoa que teria relatado a Vossa Excelência que “alguns bancos de investimento teriam realizado pagamentos mensais regulares, durante 1998, para pessoas no Banco Central, com o objetivo de obter informações que teriam possi-

bilitado operações altamente lucrativas a essas instituições."

Em audiência realizada em meu gabinete nesta Procuradoria-Geral da República no dia 12 do corrente mês, Vossa Excelência, acompanhado do Exmo. Sr. Deputado Federal Aluizio Mercadante, reafirmou a existência da aludida testemunha, mas não quis apresentá-la, fundamentando esta recusa na imunidade garantida pelo § 5º, do art. 53, da Constituição Federal.

Nada obstante, insisto, por oportuno, que o art. 206 do Código de Processo Penal instituiu a regra de que a testemunha, que sabe da existência de crime, não pode eximir-se da obrigação de depor, principalmente em razão da gravidade dos fatos apontados.

Destaco, ademais, que o Ministério Público Federal - órgão legitimado nos termos do art. 5º, II, da Lei 9.807, de 13 de julho de 1999, a solicitar a inclusão de testemunha no Programa de Proteção à Testemunha - coloca-se à disposição de Vossa Excelência, uma vez apresentada a mencionada testemunha, para solicitar junto ao Conselho Deliberativo do Ministério da Justiça a inclusão desta no aludido programa federal.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, **Geraldo Brindeiro**,
Procurador – Geral da República.

Em resposta ao aludido ofício, encaminhei ao Procurador-Geral da República o Ofício nº 011/2001 nos seguintes termos:

Senhor Procurador-Geral da República, na data de 19 de junho de 2001.

Em atenção a seu Ofício PGR/GAB/Nº 431, de 18 de junho de 2001, reiterei a informação prestada através do ofício nº 1047/2001, de 12 do corrente, onde afirmei à Vossa Excelência que a pessoa que me transmitiu os dados a respeito de procedimentos havidos no mercado financeiro, não foi partícipe de qualquer ilícito, tendo resolvido trazer alguns elementos a esse Senador como intuito de colaborar para o deslin-

de de fatos envolvendo o Banco Central e algumas instituições financeiras.

A testemunha continua a avaliar que a sua integridade e a de sua família estariam sujeitas a graves riscos caso se identificasse. Além disso, crê que sua vida profissional também correria risco.

Quanto à solicitação de Vossa Excelência de que devo encaminhar o nome da aludida testemunha, volto a lembrar-lhe que conforme o artigo 53, § 5º, da Constituição Federal, que os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do seu mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Desta forma, continuarei colaborando para o desvendamento da verdade no exercício de minhas atribuições, respeitando a pessoa que deseja ser resguardada.

Atenciosamente, **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

Se houver alguma informação nova relevante que possa contribuir para o desvendamento desses fatos, de pronto encaminharei a informação ao Ministro da Fazenda e ao Procurador-Geral, Geraldo Brindeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna por cinco minutos.

A Presidência aceitou essas três inscrições como prorrogação da Hora do Expediente, para que fossem feitas comunicações inadiáveis.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma palavra tem me perseguido permanentemente nos últimos dias: o constrangimento. Constranger vem do latim *constringere*, que significa o mesmo que *constringir*, impedir os movimentos, tolher a liberdade, cercear, forçar, coagir, violentar, compelir pela força. O substantivo *constrangimento* significa aperto, compressão, violência, coação, insatisfação, desagrado, descontentamento, acanhamento, timidez, embaraço. Acho que esse sentimento também deve ser o de muitos no País.

Fico constrangido quando vejo alguns países indo ao espaço e o Brasil com o problema da seca, da fome, da burocracia. Hoje faz 30 dias que disseram

quemandariam, imediatamente, carro-d'água para a Paraíba, e ainda não chegou. Não foi por falta de ação, pois o Ministro solicitou, mas, até agora, a burocracia não conseguiu avançar.

Mais que constrangido, fico com vergonha de ver que, enquanto países e sociedades vão para o espaço, entramos no apagão por que não tivemos condição de planejar; constrangido, quando vejo que o Brasil exporta 30% do que exporta a Califórnia, e também menos que a Coreia e Taiwan. Fico constrangido com isso.

Constrangido fico quando vejo, por exemplo, essa onda de “de nuncismo” que estamos vivendo. A cada dia é uma de nunciação diferente, a cada dia alguém é jogado às feras, e não adianta falar. Há poucos minutos um jornalista se aproximou de mim e disse que eu havia feito um ato hoje para favorecer fulano-de-tal. Responди que não fiz, mas aconteceu que existe um federalismo. A Comissão de Fiscalização e Controle não pode entrar na esfera estadual. Fiscaliza a esfera estadual o Tribunal de Contas do Estado. E ele disse “não” ... Quer dizer, é aquela coisa, as pessoas que rem forçar a passar por cima da lei, da norma, do correto.

É muito constrangedor vivermos uma época como esta. A cada dia, abre-se o jornal e vê-se algum dos nossos companheiros sendo jogado às feras, com ou sem razão. É constrangedor. Tenho andado constrangido até de ser político, por que, a cada dia vejo que a coisa se goza, como um todo, é com parada... Outro dia na **Folha de S. Paulo** um artigo nos comparava às mulheres de vida fácil – e duvido que essa vida seja tão fácil – como se estivéssemos fazendo papel semelhante. É muito duro, é muito constrangedor. Hoje, por exemplo, cheguei às 10h e saí às 16h de uma reunião de Comissão onde se tentava a transparência de alguns fatos que ocorrem na vida da República. Vim direto para cá – e são exatamente 19h – sem almoço.

O constrangimento é geral, porque estamos aqui sem preempurrados contra a parede.

É constrangimento o que sinto quando vou falar com alguém da agricultura e diz-se que não há política da agricultura; ou quando vou falar com alguém da indústria e diz-se que não há política da indústria. Fico constrangido quando vejo que a segurança não é a que o brasileiro quer, ou quando a educação não é a que queremos. Fico constrangido, enfim, porque, para qualquer lado que viramos, não vemos o que esperamos e queremos.

É constrangedor ver o imobilismo, que já deveria ter sido quebrado; é constrangedor ver que a esperança, a cada dia, torna-se menor e que a fé está diminuindo; é constrangedor ver os valores diminuindo. Trata-se de um constrangimento geral.

É por isso que venho à tribuna, para falar desse sentimento que me tem machucado e deixado muitas vezes, como diz o americano, **down** (triste). Tenho certeza de que precisava falar sobre isso. Pretendia fazer uma explanação bem maior, por que estava inscrito como primeiro orador logo após a Ordem do Dia. Estou satisfeito, porém, com os cinco minutos. Há o seguinte dito popular: “quem não é capaz de se expressar em 30 segundos, não é capaz de fazê-lo”. De ram-me os cinco minutos e vou gasotá-los. Vou dizer que tenho andado constrangido, Sr. Presidente. Não é fácil ver os valores esmaecendo; não é fácil ver que o geral de antigamente não é como o de hoje, que o Bispo de antigamente não é como o de hoje. Parece que as autoridades estão esmaecendo. Falamos do Presidente da República como se fosse um qual quer. Isso nos constrange.

Tenho certeza de que o sentimento de que os valores estão deteriorando-se está no peito de cada brasileiro. E eu me sentiria mais constrangido se ficasse calado. Por isso, vim à tribuna. Não tenho o tempo necessário para exemplificar a respeito de cada assunto sobre o qual ficamos constrangidos. Mas vou dar alguns exemplos lá de fora. Constrange-me o sucesso de um povo que não tem um terço do que temos, um povo que não tem o país que temos ou as riquezas que possuímos, que não tem o nosso ímpeto, a nossa alegria. Percebemos, então, que tudo que nos falta é uma boa condção, uma sincronização, uma harmonização desses valores, para dar mos uma arrancada para o futuro, para fazer o que o americano chama de **take-off**, ou seja, de colar em busca de um futuro melhor.

Tenho andado constrangido e sei que é esse o sentimento de cada brasileiro que me ouve. Precisamos virar essa maré, mesmo com a ajuda da imprensa, que só busca escândalo e vive dele, como se não tivéssemos um País para cuidar; como se não tivéssemos valores a mostrar, no turismo, além da produção, da tristeza e do crime.

Enfim, botamos nossas vísceras, a cada dia, para fora e as mostramos ao mundo, que se acredita uma “beleza”. Os nossos concorrentes ficaram felizes, pois nós mesmos nos depreciamos.

Sr. Presidente, S^{rs} e Srs. Se na dorres, esse assunto eu pretendia abordar com mais profundidade,

mas, dado o tempo menor, sinto que estou rezando para esse sentimento de constrangimento me abandonar e abandonar também cada coração brasileiro por este País afora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra, pela Liderança do Governo, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar a importância da aprovação do Projeto de Lei nº 131, que cria o Distrito Agropecuário de Caracaraí, no Estado de Roraima. Trata-se de um projeto extremamente importante para consolidar a busca do desenvolvimento auto-sustentado para o interior do meu Estado.

Quando, em 1988, a maioria dos Municípios do interior teve grandes dificuldades em função dos incêndios, começamos a discutir caminhos que fizessem com que os recursos públicos, planejados e direcionados, pudessem impulsionar a economia e gerar empregos. Os distritos agropecuários da Suframa são um caminho para fortalecer a agricultura, a pecuária, a colonização, o turismo ecológico, enfim, para trazer recursos direcionados e, nos projetos com os Estados e com as prefeituras, gerar opções de desenvolvimento e de emprego.

Fico muito satisfeito em poder aprovar esse projeto, em poder trazer mais um projeto como este: o projeto de São João da Baliza. Restam seis projetos serem votados e aprovados. Sem dúvida nenhuma, na Câmara dos Deputados esses projetos merecerão aprovação, para que Roraima possa ter uma base de desenvolvimento auto-sustentado no seu interior.

Fico feliz e agradeço a aprovação desse projeto hoje no plenário do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Romeu Tuma, Eduar do Silveira Campos, Mozarildo Cavalcanti e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regulamento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a grata oportunidade de apresentar, há dias, no Clube Monte Líbano, em São Paulo, a posse da nova diretoria de duas entidades representativas mais atuantes – e importantes –

no campo industrial brasileiro: a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e o Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões e Veículos Similares (Sinfavea). Deixou a Presidência dessas organizações, onde se encontrava desde abril de 1998, o Sr. José Carlos da Silveira Pinheiro Neto e assumiu-a o Sr. Célio de Freitas Batalha para uma gestão que prosseguirá até abril de 2004.

Entre outras autoridades, ali estavam o Ex^o Sr. Ministro Alcides Tápias, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; os Ex^{os} Srs. Geraldo Alckmine e Marconi Perillo, Governadores dos Estados de São Paulo e Goiás, respectivamente; e a Ex^a Prefeita do Município de São Paulo, Sr^a. Marta Suplicy.

No discurso de transmissão do cargo, o Sr. José Carlos da Silveira Pinheiro Neto afirmou que os exemplos de desenvolvimento, dados pelo parque industrial automotivo brasileiro, “são um orgulho para o País”, ressaltando: “Reunimos hoje, no Brasil, a nata da indústria automobilística mundial. Isso significa mais trabalho, mais ocupação, mais renda, mais consumidores. Numa palavra, mais cidadãos com acesso ao bem-estar social e possibilidades de crescimento.”

Acrescentou que, a Anfavea, “ao reconhecer tal grandeza e tamanha responsabilidade”, procura desenvolver a missão de “abrir caminhos, no permanente diálogo com a sociedade e as autoridades”, destacando sempre as qualidades de sua atividade “em termos de desenvolvimento, inovação tecnológica e criação de riqueza.” Referiu-se enfaticamente à necessidade de dar prosseguimento à reformatória relativa ao setor automotivo, em desenvolvimento no âmbito da Secretaria da Receita Federal, com o objetivo de “racionalizar o sistema, sua simplificação e redução de custos” de maneira a embasar a “competitividade da indústria, respeitados os parâmetros da arrecadação.” Citou como exemplo de “conquista importante”, a negociação da “nova grade de IPI para o setor automotivo, que reduziu de treze para apenas duas as alíquotas de IPI para os veículos e, com isso, as montadoras puderam introduzir novas motorizações, uma vez livres das limitações impostas por uma legislação então ultrapassada.”

Finalmente, o ex-Presidente das entidades referiu-se ao Acordo Automotivo do Mercosul e aos entendimentos para a realização de acordos bilaterais internacionais, como o Brasil-México, “resultando em

novas possibilidades de exportação para a indústria automobilística brasileira.”

Por sua vez, o Sr. Célio de Freitas Batalha, ao enaltecer o trabalho do antecessor, afirmou: “A missão que hoje é transmitida à Diretoria da Anfavea tem especial significado, por que estes tempos estão carregados de muitos e cruciais desafios para a indústria automobilística brasileira, em sua trajetória rumo à posição elevada, forte e duradoura, que lhe pertence, no concerto internacional.”

Depois, lembrou que, “nos últimos anos, a indústria automobilística adensou-se espetacularmente, com a expansão da tradicional montadora sentão instaladas no País, e a chegada dos new comers, trazendo mais capitais, tecnologias e produtos”. Citou, sob esse aspecto, as empresas Renault, Peugeot Citroën, Daimler–Chrysler, Iveco, Honda, Toyota Automóveis, Land Rover, Mitsubishi e International Caminhões, “que fazem crescer a responsabilidade de representação da Anfavea.” E frisou: “A Anfavea e o Sinfavea reunem, a um só tempo, todos esses segmentos, todas essas indústrias. Participa, bem por isso, com cerca de 10% do PIB industrial do País, gera perto de 95 mil empregos diretos e exporta mais de 4 bilhões de dólares por ano.”

De acordo com o novo Presidente, investimentos de 20 bilhões de dólares realizados e programados “transformaram o Brasil no maior porto de desembarque de aportes automotivos de todo o mundo nos últimos tempos.” Soamente para o período de 2001 a 2003, estão programadas inversões de 6 bilhões e 700 milhões de dólares.

O discurso do Sr. Célio de Freitas Batalha constituiu verdadeira radiografia de que se passa no setor. Disse, por exemplo, que, apesar dos investimentos, “a indústria automobilística, de um modo geral, tem sofrido prejuízos”. Soamente em 1999, uma auditoria privada demonstrou a ocorrência de perdas da ordem de 3 bilhões de reais “devido ao impacto da elevação dos custos de produção.” Também em 2000, “embora a situação tenha melhorado para algumas empresas”, os resultados financeiros, “no geral, não foram bons.”

Mesmo assim, o parque industrial está instalado e consolidado em sete Estados: São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Logo mais, com as instalações fabris na Bahia, terá capacidade de produção superior a 3 milhões de unidades/ano até o final de 2001. Isto tudo é fruto de “uma verdade iraparceira entre o setor público e o setor privado”, na qual “cada um, realmente,

vem cumprindo o seu papel.” O setor público, mediante “condições de política industrial, de infra-estrutura, e buscando, firmemente, a estabilidade econômica, base para a construção dos alicerces do desenvolvimento sustentado, que atrai e viabiliza investimentos.” O setor privado, “programando e mantendo firme sua decisão de investir, mesmo em períodos de crises de mercado e de difíceis perspectivas da economia, principalmente no cenário mundial.”

“É impressionante a capacidade de reagir, de construir e superar dificuldades do empresariado, do trabalhador e do povo deste maravilhoso País” – ressaltou o Sr. Célio de Freitas Batalha, dizendo, porém, que, “há, é certo, aqueles que torcem para que as coisas dêem errado, aqueles que apontam apenas as deficiências, sem fazê-lo em relação aos pontos positivos.” Criticou contradições nacionais gritantes, como a má distribuição de renda e o analfabetismo ainda existente, apesar da conjugação de esforços governamentais e da iniciativa privada para lhes dar combate. E transformou sua fala em vigoroso apelo: “Te mos um País magnífico! É o momento de arregañar as mangas. Te mos de deixar de ser negatistas, de parecer torcer para que a plateia forme afunde ou de reclamar sobre os índices ou projeções da inflação ou de redução dos preços da gasolina, que poderiam ter sido ainda melhores!”

Discorreu também sobre as relações internacionais nas quais a Anfavea quer influir, especialmente no sentido de “consolidar as relações com o Mercosul, com a América Latina, União Européia, com a Alca e com outros blocos e países”. Quanto ao mercado doméstico, disse que o grande desafio é seu desenvolvimento no sentido de permitir crescente acesso do consumidor aos produtos automobilísticos, ao mesmo tempo em que se consolidam os investimentos realizados. Enfatizou o baixo índice de mortalidade, pois o Brasil possui uma frota de 20 milhões de veículos para 170 milhões de habitantes, isto é, uma relação de 1 para 9. Daí, a importância da “chamada popularização dos modelos automotivos”.

Finalmente, enumerou as iniciativas que envolvem integração de esforços com os Ministérios do Desenvolvimento, Relações Exteriores, Fazenda e Justiça, bem como enfatizou ser necessária a urgente implantação do Programa de Inspeção Veicular, também chamado de Inspeção Técnica de Veículos, e a redução da carga tributária. Essa redução “é um ponto fundamental para o maior acesso dos consumidores ao mercado e para o desenvolvimento da produção”, pois “o Brasil ainda é o País que mais carrega

impostos e contribuições sobre os automóveis”. Sobre os automóveis médios, “temos encargos diretos da ordem de 33%, quando a segunda maior carga do mundo, a da França, é de 17%, meta da brasileira.” De qualquer forma, no dizer do Sr. Célio de Freitas Batalha, nossa indústria automobilística quer produzir um milhão e novecentas mil unidades de veículos no corrente ano e atingir a marca de dois milhões em 2002 para atender ao mercado interno e ao crescimento das exportações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz questão de lhes dar notícia do que aconteceu na Anfavea e no Sinfavea, diante da evidente importância de tal evento para a economia nacional.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há semanas ocupei esta Tribuna, como já o fizera o Senador Edison Lobão, expressando as preocupações nacionais referentes ao Acorde em fase de análise no Congresso, no qual foram estabelecidas condições inaceitáveis de utilização da quebra base de lançamento de foguetes pelo Governo americano.

De outra parte, tenho me referido com frequência às questões mais gerais de ocupação da Amazônia e, neste ponto, não tenho feito mais do que associar-me às vozes de ilustres Senadores preocupados com a mesma questão, e devo referir-me de um modo especial aos pronunciamentos do Senador Amazonino Mendes, Bernardo Cabral e Mozarildo Cavalcanti, e tantos outros cuja ação resultou, inclusive na recente constituição da Comissão Parlamentar, referente às atividades das chamadas ONGs, na Amazônia.

Na verdade, o Senado ao preocupar-se com a Amazônia, está voltado a uma das questões essenciais que envolvem a Nação, ou seja, a ocupação produtiva e sustentável de uma das regiões mais ricas do Planeta – 2/3 do território nacional – e, seguramente, onde se localiza a absoluta maior parte das potencialidades nacionais – patrimônio que, sendo nosso, sujeito e objeto da nossa soberania, tem a dimensão de patrimônio da humanidade.

A Amazônia, portanto, não pode ser tratada simplesmente como o é o restante do território nacional, não só por suas características regionais, mas porque as políticas da Amazônia constituem políticas de dimensão nacional, dizem respeito ao Brasil como Nação e extravasam o próprio interesse nacional, para adquirir uma dimensão planetária.

Nenhuma outrapolítica nacional, quer seja regional quer seja setorial, Sr. Presidente, alcança esta

dimensão. Nas outras políticas, incluídas as políticas econômicas, seremos sempre caudatários dos interesses globais. No que se refere à Amazônia, poderíamos sentar à mesa dos interesses globais – como fizemos os árabes com o petróleo – e até hoje não o fizemos.

Não o fizemos, mesmo porque a consciência nacional sobre a questão Amazônica e sua importância, ainda não existe, e me refiro a uma consciência eficaz, capaz de produzir uma opinião pública atuante e determinar políticas nacionais abrangentes e prioritárias. Assim, a opinião pública, o Governo, as universidades e a imprensa, sem prena vanguarda dos interesses nacionais, têm tido, de modo geral, uma visão romântica ou simplesmente extasiada da Amazônia, que ingressa dessa forma no novo milênio, ou na irreversível era da prevalência dos interesses globais, sem uma ocupação adequada, e esta constitui a maior ameaça sobre a soberania nacional.

É nessa perspectiva, Sr. Presidente, que deve ser analisada a questão da internacionalização da Amazônia, e as ameaças externas existem e são reais, na medida de nossa incapacidade de ocupar produtiva e sustentavelmente a Região, exercendo desta forma, mais do que por meio da própria ocupação militar – a necessária e indispensável nosa soberania.

Crescem, por isto, as ameaças externas.

Referi-me, como já disse, à questão da Base de Alcântara.

A divulgação de Mapas da América do Sul, onde a Amazônia consta não como território brasileiro mas como patrimônio da humanidade, tem sido frequentemente denunciada.

Alguns setores militares, e os documentos que apresentam, não permitem considerar esta denúncia mero fruto de imaginação ou exercício estratégico. Esses setores têm se referido com preocupação ao chamado projeto do “Escudo Guiano”, que consiste basicamente em estabelecer um conjunto de ações, tratados, acordos bilaterais e bases militares, científicas ou pretensamente científicas, fazendo um verdadeiro escudo nas fronteiras amazônicas, cujo emprego evidente mente não está de finido, mas cuja importância estratégica não pode ser descartada.

Fazem parte desta estratégia, acordos bilaterais com os países amazônicos, dos quais o mais discutido tem sido o do combate à guerrilha ou ao narcotráfico na Colômbia. Neste contexto, começam a situar-se posições de nacionalismos extremos dos quais,

seguramente as posições do Presidente Hugo Chavez, da Venezuela, tem sido as de maior expressão.

Neste contexto também, Sr. Presidente, situa-se a intenção de algumas ONGs internacionais, que estariam fazendo de sua ação sobre a Amazônia o braço ecológico do mesmo projeto.

Parece que, conforme tem denunciado com mais veemência o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Estado de Roraima situa-se como área estratégica deste projeto — e o primeiro passo consiste exatamente em lotear o Estado em trenações indígenas e reservas ambientais, onde é intenção a ação estrangeira.

A questão da base de Alcântara estaria inserida nesta estratégia.

Devo afirmar, Sr. Presidente e nobres Senhores, que por formação, por tradição e por convicção, não sou dado a arroubos nacionalistas ou isolacionistas, na era da globalização ou da universalização das relações humanas.

Não há, porém, como não considerar a gravidade das questões, não exclusivamente por si, mas face à ausência de uma política nacional efetiva e eficaz para a Amazônia, política postacom prioridade nacional, não apenas como prioridade regional, política posta igualmente como prioridade estratégica, não apenas militar, mas sobretudo social, política e econômica.

É neste contexto que pretendo propor as grandes linhas de um Código Nacional de Ocupação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, grandes linhas que se situariam dentro dos seguintes parâmetros:

a definição da Amazônia, seus diversos ecossistemas e seu significado para um projeto nacional e para as relações de convivência e reciprocidade entre o Brasil e as outras Nações;

um sistema global de pesquisa da realidade amazônica, que levasse à identificação efetiva e localizada de seus recursos, suas potencialidades e suas fragilidades;

um mapa de Zoneamento Econômico Ecológico — resultado da intensificação do correspondente projeto e sustentado no sistema de pesquisa referido no item anterior;

urgenciamento, ampliação e operação efetiva do Projeto SIVAM, como sistema auxiliar aos institutos de pesquisa, e instrumento de vigilância e informações sobre a

Amazônia, incluindo sua articulação com a base de Alcântara;

um sistema de pesquisa tecnológica capaz de desenvolver processos de uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia, da biodiversidade, dos solos, das águas, com respeito às culturas locais e à preservação ambiental;

fortalecimento do Sistema Universitário, capacitando-o e inserindo-o no processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio do Sistema de Pesquisa e da formação de recursos humanos;

a regulamentação consciente da ocupação da terra, as condições de sua aquisição e uso, com base nos mapas do Zoneamento Econômico Ecológico, tanto por nacionais como por estrangeiros;

a definição do significado e das formas de desenvolvimento das Nações indígenas, como parcela da comunidade nacional com valores próprios e capacidade de desenvolver-se em interação contínua com as demais parcelas da mesma comunidade;

a multiplicação da presença e da ação do Estado, ou do Poder Público, como incentivo, apoio, aval e fiscal desse processo, implicando numa redivisão política dos imensos territórios estaduais, que tornam a presença do Estado e a ação do Governo distantes e, por isto, nem sempre eficazes;

a definição de uma infra-estrutura de integração regional e nacional, que ordene e viabilize a ocupação territorial de forma produtiva e sustentável;

enfim, a garantia de recursos financeiros e de outra espécie que signifiquem efetiva e eficazmente a vontade política da Nação de, 500 anos após sua descoberta, ou alguns séculos após a conquista e a identificação de suas fronteiras, assumir seu próprio território, e pôr suas potencialidades a produzir racionalmente, em favor do povo brasileiro e da humanidade.

Enfim, nobres Senadores, um Projeto que engaje a opinião pública e a vontade nacional e que seja capaz de mostrar aos governantes que a questão da Amazônia não é apenas uma questão regional, mas é parte da nossa responsabilidade de manter a integridade nacional e legar às gerações futuras a Nação que recebemos de nossos antepassados.

Pode ser, e é até provável, que a desintegração nacional comece pela desintegração da Amazônia, mais do que por outras razões, mas espero que esta geografia, a nós, e que esta Casa, o Senado da República, estejam à altura do desafio que lhes apresenta este momento histórico.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

-Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores,

Novamente o Brasil se encontra diante de uma vexatória situação de submissão a interesses estrangeiros, sob risco de perder a soberania sobre uma fatia estratégica de nosso território. Refiro-me, especificamente, ao Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado entre o Brasil e os Estados Unidos. Por esse acordo, os americanos se assenhoram da Base de Lançamentos de Alcântara e nós não podemos ficar nem olhando, pois isso nos é proibido.

Para os que não sabem, está em tramitação na Câmara dos Deputados o "Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre salvaguardas tecnológicas relacionadas à participação dos Estados Unidos da América nos lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, celebrado em abril de 2000". Pelo tal acordo, os americanos terão uma série de privilégios e os brasileiros uma série de prejuízos.

Entre os termos do acordo está a criação de área de uso restrito na Base de Lançamentos de Alcântara sob controle exclusivo dos Estados Unidos. Mesmo a distribuição de crachás e credenciais para acesso a essas áreas ficaria a cargo deles. Em caso de algum acidente, os brasileiros nem poderiam chegar perto dos destroços, para não ter acesso à tecnologia. Do acordo consta uma cláusula em que, nos períodos de lançamentos espaciais, os locais a eles destinados terão controle total dos EUA. Brasileiros só poderão entrar no local com permissão especial dos EUA. Outras medidas absurdas estão no acordo, como a proibição de inspeção em contêineres espaciais norte-americanos.

Esse tipo de acordo se dá em prejuízo de qualquer possibilidade de transferência de tecnologia para o Brasil. Pelo contrário. As "salvaguardas", no caso, são para a tecnologia americana. Para agravar o problema, nós não poderíamos utilizar os recursos auferidos com o aluguel da Base de Alcântara para nosso programa espacial. Os Estados Unidos pagariam cerca de US\$5 milhões por lançamento. Como estão previstos cerca de 14 lançamentos por ano, isso nos proporcionaria uma renda em torno de US\$70 mi-

lhões. Um dinheiro que não podemos usar em benefício de nossa indústria aeroespacial.

Não deixa de ser um absurdo uma cláusula dessas, pois nosso programa espacial vem naufagando justamente por falta de verbas. Faltam recursos às empresas brasileiras do segmento espacial, pois tem sido quase nula sua participação em programas de desenvolvimento tecnológico promovidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Entre 1995 e 1999, o Inpe contratou US\$40 milhões com empresas estrangeiras, ao passo que usou apenas 10% desse valor para contratos com empresas nacionais.

Do orçamento deste ano constam R\$41,5 milhões para financiar a participação brasileira nas experiências da estação espacial internacional da Nasa, o que equivale a mais de um terço do orçamento espacial brasileiro. No entanto, nossas indústrias não serão beneficiadas com esses recursos.

Um estudo feito pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) pede a rejeição do acordo, por considerá-lo desconforme e lesivo aos interesses nacionais. Segundo os cientistas, o acordo não só ameaça a nossa soberania como significa uma ingerência ignominiosa na política brasileira.

A posição do Executivo é clara: o Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardebberg, em carta dirigida à presidente da SBPC defende o Acordo de Salvaguardas, reconhecendo que este não prevê transferência de tecnologia para o Brasil.

Há outras cláusulas que ferem nossa soberania, como aquela que proíbe o uso da Base de Alcântara por países não signatários de um tratado liderado pelos EUA. Os países que não aderiram ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MCTR) não poderiam usar a Base de Alcântara. Alguns desses países são do mundo árabe, considerados desafetos dos americanos. Mas da lista poderão constar outros como China e Rússia, que têm programas espaciais e que poderiam ser potenciais parceiros do Brasil.

O grande interesse dos americanos na Base de Alcântara é sua posição geográfica. Por situar-se nas proximidades do Equador, há uma economia entre 15% e 30% de combustível, comparando-se com o que é gasto em lançamentos a partir de Cabo Kennedy, por exemplo. Ou seja, nós temos algo que interessa aos Estados Unidos. E não há nada de mal em aceitar uma parceria. O erro é que não utilizemos essa nossa vantagem para obter transferência de tecnologia dos americanos.

Além disso, é intolerável que se abra mão da soberania nacional.

O acordo está no Congresso para ser examinado. E não pode entrar em vigor se não for aprovado. Pois bem, Senhoras e Senhores: proponho que dis-

cutamos abertamente todas as cláusulas desse acordo. E, se de fato ficar comprovado o compromisso de nos sabermos a raiz, que ele seja rejeto, já que não podemos fazer qualquer alteração em seu conteúdo.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em navegação, quando se deseja rumar para um destino, o primeiro passo é conhecer a posição exata em que se está parado antes da partida. Só assim é possível traçar a rota que deverá ser seguida para se chegar, com sucesso, ao porto de destino, visto que não há estradas ou trilhos prefixados a se seguir nos oceanos.

Também é necessário, ao longo de todo o percurso, estar conferindo se o navio segue a rota preestabelecida, de maneira a garantir que se atinja o destino de destino. Caso não esteja, a correção de rumos é imprescindível para o sucesso da jornada.

Não estou aqui pretendendo lecionar matéria náutica para os meus nobres Pares, até porque não posso. Valho-me, apenas, desse método para dar a V. Ex^{as} uma dimensão da importância, que sei que não desconhecem, do trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais conhecido como IBGE.

A meta é bastante adequada, se me permitem, Sr. Presidente, Srs. Senadores. O que o IBGE faz é precisamente nos informar, a cada momento, em que ponto de sua rota para o futuro e para o progresso se encontra o nosso País.

É graças ao trabalho dessa Instituição, que vem sendo realizado permanentemente há 63 anos, que o Brasil conhece o Brasil. Graças à atividade do IBGE, temos informações precisas sobre a Nação em vários campos importantes do conhecimento.

O Instituto tem sob a sua responsabilidade a produção, a análise, a coordenação e a consolidação de informações geográficas e estatísticas. Além disso, lida também com informações ambientais, coordenando sistemas estatísticos e cartográficos nacionais e documentação e disseminação das informações.

A antiguidade da atividade estatística no Brasil atesta a sua importância para o País. Entre nós, ela data ainda do Império, com a criação, em 1871, da Diretoria-Geral de Estatística. Na República, com a implantação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos, houve a necessidade de ampliar as atividades da Diretoria.

O órgão responsável pelas estatísticas no Brasil mudou de nome e de funções algumas vezes até 1934, quando foi extinto o Departamento Nacional de Estatística, cujas atribuições foram passadas para os Ministérios competentes.

Mas a falta de um órgão que fosse capaz de articular e coordenar pesquisas estatísticas e de unificar a ação dos vários serviços estatísticos em atividade no País fez com que se criasse, ainda em 1934, o Instituto Nacional de Estatística, que somente começou a funcionar em 1936. No ano seguinte, foi criado o Conselho Brasileiro de Geografia. Este foi, então, incorporado ao Instituto, que passou a chamar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O ponto alto dos trabalhos do IBGE, Sr. Presidente, é o censo de censo, como todos sabemos. Agora mesmo, está sendo concluído o Censo 2000, o maior e mais completo censo já realizado no Brasil, tanto pela qualidade das informações coletadas, como pela abrangência do território trabalhado.

Essa tarefa gigantesca movimentou 199.934 recenseadores, 25.286 supervisores e 6.407 agentes censitários. Foram visitados mais de 54 milhões de domicílios em 120 dias de muito trabalho, no qual cada um dos recenseadores visitou cerca de 300 casas.

Esse esforço nos permite, por exemplo, saber com precisão que o Brasil tem 169.544.443 habitantes, dos quais 83.423.553 homens e 86.120.890 mulheres. Permite, também, saber que mais de 137 milhões vivem nos centros urbanos e quase 32 milhões na zona rural.

Mas os dados coletados por toda essa gente, que ainda estão sendo trabalhados, permitirão saber muito mais sobre o Brasil, para que possamos, de posse desses dados e das informações que deles deverão emanar, trabalhar nas direções que mais rapidamente nos levem ao progresso e ao bem-estar de nossa gente.

Assim como essas informações jogam luz sobre o nosso caminho, a falta delas pode significar a escuridão que nos leve a sérios tropeços e a grandes dificuldades. Digo isso porque, não faz muito tempo, cometeu-se o absurdo de interromper a série histórica de censo dos censos brasileiros, em razão da crise de falta de recursos por que passou o IBGE.

Mas isso, hoje, felizmente é coisa do passado. Estamos vivendo outros tempos, em que tanto a sociedade quanto o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso compreendem e valorizam a importância do trabalho do IBGE, exigindo o seu aperfe-

içoamento constante, em busca de dados cada vez mais confiáveis e atualizados sobre o País.

De se jo, portan to, Sr. Pre si den te, Sr^{as} e Srs. Se na do res, cum pri men tar, na pes soa do Pre si den te do Insti tu to, Dr. Sér gio Bes ser man Vi an na, todo o enor me con tin gen te de pes so as que tra ba lhou para a re a li za ção do Cen so 2000, bem co mo os fun cioná rios per ma nen tes do IBGE, que tan tos bons ser vi ços têm pre sta do ao nos so País. É gra ças ao es for ço des sa gen te, de di ca da e com pe ten te, que po de re mos, ca da vez mais, con he cer para avan çar.

Era o que tinha a di zer.

Muito obri ga do.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) - Nada mais ha ven do a tra tar, a Pre si dên cia vai en cer rar os tra ba lhos, lem bran do às Sr^{as} e aos Srs. Se na do res que cons ta rá da ses são de li be ra ti va ordi ná ria de a ma nhã, a re a li zar-se às 14 ho ras e 30 mi nu tos, a se guin te

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 49, DE 2001-COMPLEMENTAR

(Em re gi me de ur gê n cia, nos ter mos do § 1º do art. 64 da Cons ti tu i ção Fe de ral, com bi na do com o art. 353, pa rá gra fo ú ni co, do Re gi men to In ter no e Re que ri men to nº 320, de 2001)
(Vota ção no mi nal)

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 49, de 2001-Complementar (nº 195/2001 - Complementar, na Casa de ori gem), de ini ci a ti va do Pre si den te da Re pú bli ca, que in sti tui con tri bui ções so ci ais, au to ri za cré di tos de com ple men tos de at u a li za ção mo ne tá ria em con tas vin cu la das do Fun do de Ga ran tia do Tem po de Ser vi ço - FGTS, e dá ou tras pro vi dên cias, ten do

Pa re cer sob nº 593, de 2001, da Co mis são de Assun tos Eco nô mi cos, Re la tor: Sen a dor Ro me ro Ju cá, fa vorá vel ao Pro je to e con trá rio às E men das nºs 1 a 8, com vo to con trá rio do Sen a dor Jo sé de A len car e, em se pa ra do, dos Se na do res Os mar Dias e Edu ar do Su ply.

- 2 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26, DE 2001

(Em re gi me de ur gê n cia, nos ter mos do Re que ri men to nº 304, de 2001 - art. 336, II, do Re gi men to In ter no)

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Re so lu ção nº 26, de 2001 (ap re sen ta do pela Co mis são de Assun tos Eco nô mi cos co mo con clu são de seu Pa re-

cer nº 592, de 2001, Re la tor: Se na dor Jo sé Fo ga ça), que au to ri za a Uni ão a con tra tar o pe ra ção de cré di to ex ter no, no va lor equi va len te a até US\$ 404,040,000.00 (qua tro cen tos e qua tro mil hões e qua ren ta mil dó la res dos Esta dos Uni dos da Amé ri ca), de prin ci pal, en tre a Re pú bli ca Fe de ra ti va do Bra sil e o Ban co In ter na ci o nal para Re cons tru ção e De sen vol vi men to - BIRD, na mo da li da de Em pré sti mo Pro gra má ti co de A jus te do Setor Fi nan cei ro - FSAL.

À ma té ria po de rão se ro fe re ci das e men das até o en cer ra men to da dis cus são.

- 3 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 44, DE 2000

(Vota ção no mi nal)

Vota ção, em se gun do tur no, da Pro pos ta de E men da à Cons ti tu i ção nº 44, de 2000, ten do co mo pri mei ro sig na rí ario o Sen a dor Na bor Jú ni or, que al te ra o § 6º do art. 14 da Cons ti tu i ção Fe de ral (dis põe so bre a re nú ncia do Pre si den te da Re pú bli ca, dos Go ver na do res de Esta do e do Dis tri to Fe de ral e dos Pre fei tos aos res pec ti vos man da tos para con cor rem a qua is quer car gos ele ti vos), ten do

Pa re cer sob nº 148, de 2001, da Co mis são de Cons ti tu i ção, Jus ti ça e Ci da da nia, Re la tor: Sen a dor Iris Re zen de, fa vorá vel, com vo tos con trá rios dos Se na do res Lú cio Alcân ta ra e Ro be rto Fre i re.

Am a té ria cons tou da Or dem do Dia da ses são de li be ra ti va ordi ná ria do úl ti mo dia 06, quan do teve sua vo ta ção adi a da pa ra ho je.

- 4 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 6, DE 1998

(Tra mi tan do em con jun to com a Pro pos ta de E men da à Cons ti tu i ção nº 11, de 1998)
(Vota ção no mi nal)

Vota ção, em pri mei ro tur no, da Pro pos ta de E men da à Cons ti tu i ção nº 6, de 1998, ten do co mo pri mei ro sig na rí ario o Sen a dor Jo sé Ro be rto Ar ru da, que in clui no A to das Dis po si ções Cons ti tu ci o nais Tran si tó rias ar ti go que re gu la ri za a si tua ção fun cion al de ser vi do res de em pre sas pú bli cas fe de rai s que há mais de dez anos pre sta m ser vi ços à ad mi nis tra ção di re ta, e dá ou tras pro vi dên cias, ten do

Pa re cer sob nº 318, de 1998, da Co Mis são de Cons ti tu i ção, Jus ti ça e Ci da da nia, Re la tor: Sen a dor Ro me u Tu ma, fa vorá vel, nos ter mos da E men da nº 1-CCJ (Sub sti tu ti vo) que ap re sen ta, e pela pre ju di ci a

li da de da PEC nº 11, de 1998, com a qual tra mi ta em conjunto.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 11, DE 1998

(Tramitando em con jun to com a Pro pos ta
de Emen da à Cons ti tu i ção nº 6, de 1998)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Melo, que acres cen ta pa rá gra fos ao art. 19 do Ato das Dis po si ções Constitucionais Trans i tó ri as, dis pon do sobre a situação funcional dos ser vi do res e em pre ga dos pú blicos federais legal mente ce di dos a ó rgãos e en ti da des da União, ten do

Pa re cer sob nº 318, de 1998, da Co mis são de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, pela prejudicialidade, e favorável à PEC nº 6, de 1998, com a qual tra mi ta em con jun to, nos ter mos da Emen da nº 1-CCJ (Subs ti tu ti vo) que apresenta.

– 6 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 190, DE 1999-COMPLEMENTAR
(Votação nominal)

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei do Se na do nº 190, de 1999-Complementar, de au to ria da Senadora Marina Silva, que al te ra a Lei Com ple men tar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Ine le gi bi li da de), para ve dar o re gis tro, como su plen te de can di da to a Se na dor, de pa ren tes des te até o se gun do grau, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 298, de 2001, da Co missão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 25, DE 2000

Segunda sessão de discussão, em primeiro tur no, da Pro pos ta de Emen da à Cons ti tu i ção nº 25, de 2000, tendo como pri me i ro signatário o Senador Álvaro Dias, que altera o art. 75 da Constituição Federal, para facul tar a no me a ção de mem bros das Cortes de Con tas dos Esta dos, do Dis tri to Fe de ral e dos Mu ni cí pios atra vés de con cur so pú bli co, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 299, de 2001, da Co missão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres.

– 8 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 1996

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 86, de 1996 (nº 1.536/96, na Casa de ori gem), que al te ra o § 1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de no vem bro de 1994, que re gu la men ta o art. 236 da Cons ti tu i ção Fe de ral, dis pon do sobre os ser vi ços notariais e de registro, tendo

Pareceres sob nºs 118 e 286, de 1997; e 53, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento (sobre o Projeto), Relator: Senador Ramez Tebet, fa vo rá vel, com votos con trá ri os dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Fre i re, em se pa ra do, do Se na dor José Edu ar do Du tra, e absten ção do Senador Jeffer son Pe res; 2º pro nunci amento (sobre a Emen da nº 1, de Ple ná rio), Re la tor: Se na dor Bel lo Par ga, pela re je i ção, com vo tos con trá rios dos Se na do res José Edu ar do Du tra, Antô nio Carlos Va la da re e absten ção do Senador Jo sap hat Marinho; 3º pronunciamento (em reexame por des pa cho da Pre si dên cia, con for me o Ofí cio nº 1.013, de 1997), Relator: Senador Francelino Pereira, re ite ran do o Pa re cer nº 118, de 1997, da Co mis são de Constituição, Justiça e Cidadania, pela apro va ção da má te ria, com vo tos con trá rios dos Senadores Rober to Re quião, José Edu ar do Du tra e, ven ci do, em se pa ra do, do Senador Lú cio Alcân ta ra.

– 9 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 1996

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 96, de 1996 (nº 826/95, na Casa de ori gem), que dis põe sobre o jul ga men to das con tas dos res pon sá ve is por bens, di nhei ros e va lo res pú bli cos, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 329, de 2001, da Co missão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) -
Está en cer ra da a ses são.

(Le van ta-se a ses são às 18 ho ras e 57 minutos.)

**MENSAGEM Nº 315, de 4-6-2001—CN
(Nº 495, de 29-5-2001, na origem)**

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$8.350.000,00 (oito milhões, trezentos e cinquenta mil reais), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.

**EMENDA - 1
EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL
PL 10/2001
CMPOPF - MENSAGEM 315/2001-CN**

Cancele-se R\$8.530.000,00 do subtítulo comunicação de Governo - Nacional, Funcional 04 131 0752 2017 0037

Justificação

Em primeiro lugar, o crédito suplementar parece servir para o governo fazer propaganda de suas ações. Segundo a comunicação na área de pesquisa científica e tecnológica parece ser mais importante que a propaganda do governo. Terceiro, o governo não vem cumprindo boa parte das metas contidas no PPA, como mostra a execução de 1997 que passou, recentemente, pela Comissão de Orçamento.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 22, de 2001-SF “Destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não Governamentais – Ongs.”.

2ª Reunião realizada em 9-5-01

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e um, às dez horas e trinta e um minutos, na sala 07 da Ala Senador Alexandre Costa, reuniram-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Gilvan Borges, Marina Silva, Gilberto Mestrinho, Nabor Júnior, Moreira Mendes, Tião Vianna, Jonas Pinheiro, Sebastião Rocha e Roberto Saturnino, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti declarou abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que é dada como lida e

aprovada, passando a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão, que apresenta “Plano de Trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito”, posto em discussão e votação é o mesmo aprovado por unanimidade. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Marina Silva, Heloísa Helena, Moreira Mendes, Gilvan Borges, Nabor Júnior e Roberto Saturnino. O Senador Roberto Saturnino entregou à Comissão publicação referente às ONGs passando-o às mãos da Senhora Relatora que agradece a contribuição à CPI. A Presidência convoca os presentes para a próxima reunião que poderá ocorrer no próximo dia vinte e três do corrente, podendo também ser agendada uma outra data, nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) - Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 22/2001, do Senado Federal, destinada a apurar, no prazo de 180 dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada, já que foi distribuída a todos os Srs. Senadores?

O SR. GILVAN BORGES – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) - Concedo a palavra ao Senador Gilvan Borges.

O SR. GILVAN BORGES – Sr. Presidente, a importância desta CPI é muito grande. Quero, neste momento, congratular-me com V. Exª e com a Senadora Marluce Pinto que, há muitos anos, vêm batendo o assunto da tribuna do Senado. Realmente, trata-se de um motivo de preocupação. Sabemos que há ONGs que têm fins sociais, com promissos, que são organizações sérias. Por outro lado, há ONGs clandestinas, piratas, que estão a serviço do grande setor de inteligência dos Estados Unidos.

Creio que esta CPI tem uma função importante: esclarecer a opinião pública por meio de um processo sério de investigação. Na Amazônia, devemos ter umas 200 ONGs instaladas, mas sem informações precisas. É do que precisamos. As ONGs que já têm

um trabalho prestado, que prestam serviços importantes para o País, são bem-vindas, sem sombra de dúvida, porque têm uma função. Realmente, há ONGs que não têm esses objetivos. São organizações perigosas, não sabemos como procedem, de onde vêm e a serviço de quem estão.

Quero congratular-me com a iniciativa. Estamos aqui para abrir um grande debate. Estou à disposição para integrar as comitativas de investigação, para dar minha minha contribuição. Deixo firme minha posição na defesa das organizações não-governamentais que são sérias, que têm objetivos claros e função social. Estaremos atentos, no entanto, ao tratar mos de organizações suspeitas, instaladas para buscar informações da Região Amazônica, de organismos de espionagem que ameçam o País.

Minhas congratulações!

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero esclarecer ao Plenário que estou aqui, conforme pauta distribuída previamente, destina-se à apresentação de um plano de trabalho, elaborado pela Relatora da Comissão, para que possamos organizar, criar, uma metodologia para nossos trabalhos. Portanto, antes de passar a palavra à Relatora, já que o Senador Gilvan Borges fez algumas considerações sobre os nossos trabalhos, que ro dizer que todos nós estamos imbuídos do propósito de fazer um trabalho sereno, justo, que tenha a maior isenção possível para que possamos, como bem falou o Senador Gilvan Borges, separar o joio do trigo. Creio que existem muitas ONGs sérias no Brasil que devem colaborar com esta CPI. Ao concluirmos que determinadas instituições prestam efetivamente um serviço importante à Nação, elas terão não só um atestado do passado por esta CPI, mas, principalmente, estarão dando ao País uma satisfação que as tirará da dúvida que hoje existe com a quantidade de denúncias a respeito de trabalhos de umas ou outras instituições.

Como falei, o objetivo desta nossa segunda reunião é a apresentação do plano de trabalho pela Relatora, Senadora Marluce Pinto, a quem, portanto, quero ter o prazer de passar a palavra, para apresentar o seu grande trabalho.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr. e Srs. Senadores, a primeira fase das sugestões que iremos apresentar é:

1º - encaminhamento de ofícios aos Ministérios e órgãos conexos, solicitando informações sobre organizações não governamentais, seus registros e convênios firmados com as mesmas, bem como seus campos de atuação e eventuais denúncias;

2º - encaminhamento de ofícios à Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais, Abong, aos governos estaduais e suas assembleias legislativas solicitando informações sobre essas instituições, registros, ações, denúncias etc;

3º - encaminhamento de ofícios ao Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, ao Poder Judiciário Federal e dos Estados sobre denúncias, processos e julgamentos de ONGs.

A segunda parte da nossa sugestão: que sejam realizadas audiências públicas para os devidos depoimentos. Convidar, por exemplo, para comparecer em audiências e responder naturalmente as nossas perguntas: primeiramente, o Presidente da Abong, que é a Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais; segundo, o Sr. Lourenço Carrasco, autor do Livro *Máfia Verde*; terceiro, ex-comandantes militares da Amazônia; quarto, General Alceir Pereira Lopes, o atual Comandante Militar da Amazônia; o General Gleuber Vieira, Comandante do Exército; o Sr. Ministro da Defesa, Dr. Quintão; o General Alberto Mendes Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; o Sr. Ministro da Justiça, o Sr. Presidente da Fundação Nacional do Índio, Funai; o Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Ibama; o Sr. Diretor-Geral da Polícia Federal; o ex-Presidente da Funai e outras autoridades e personalidades que V. Ex.ªs queiram incluir.

Temos aqui o segundo item, depois passarei, com muita honra, a palavra à Senadora Marina Silva.

Quero convidar para comparecer também à audiência os seguintes órgãos: Associação Amazônia, Coperindio, Sodur, Arecom, Alidcir; cir, iza, simi, uir e outras que, por ventura, V. Ex.ªs queiram incluir.

Está aberta a palavra, e retorno ao Sr. Presidente desta Comissão, para dar continuidade ao início de seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero, então, passar a palavra à Senadora Marina Silva, que foi a primeira inscrita.

A SRA. MARINA SILVA - Gostaria de concordar com parte do que ouvi aqui dos Srs. Senadores de que a investigação deve acontecer, em primeiro lugar, sem tipo de preconceito algum e, acima de tudo, com o objetivo de esclarecer a verdade, sem fazer generalizações injustas e investigar do aqueles que possam ter quaisquer atuações que sejam dignas de investigação. Creio que esse seja o propósito de toda e qualquer CPI. Infelizmente, outras ainda não foram

montadas, mas as que já passaram por esta Casa têm esse propósito.

A Relatora apresentou um calendário de atuação, e só su ge ri ria que, como nós, pelo me nos eu, ti vemos o conhecimento desse calendário ago ra, que pudéssemos ter um tempo para olhá-lo e apre sen tar sugestões. Quem não necessariamente tenhamos que, aqui e ago ra, fi car ti ran do do bol so do co le te su ges tões, mas que pos sa mos ve ri fi car os que, por ven tu ra, te nham sugestões a apre sen tar aqui e em uma outra oportunidade. Não sei. Pelo menos esta é a minha necessidade, se os outros não as têm, mas que es te ja abe r to para que se pos sa fa zer esse le van ta men to de su ges tões aqui. Con cor do com as que já es tão in di ca das, só que ficasse esse espaço para que elas co brem um gran de es pec tro já, não sei como é que, en fim, os de mais Co le gas pen sam. Mas a mi nha con tri bui ção é no sen ti do de que pos sa mos apre sen tar as suges tões referentes a esses cronograma de tra ba lho.

Chegaram aqui o Senador Roberto Saturnino e a Senadora Heloísa Helena e é interessante ouvir os demais Colegas. No mo men to é o que es tou sen tin do e, espe ro sin ce ra men te que pos sa mos es tar fa zen do um tra ba lho com o pro pó si to de es cla re cer a ver da de, tra ba lhan do sem ne nhum tipo de pre concei to e ge ne ral i za ções que, às ve zes, são mu i to pe ri go sos. Mas, em meu pon to de vis ta, em CPI al gu ma não se deve ter ne nhum tipo de medo, mas sim par tir de um prin cí pio de que as in ves ti ga ções têm que ser feitas. Muito em bo ra eu acho que o re que ri men to, da for ma como foi fe i to, já que está na cris ta da onda fa lar que o re que ri men to é ge né ri co de mais, é ab ran gen te de mais, eu o consi de ro que neste caso tam bém so fre deste pro ble ma. Mas isso não é im pe di men to já que o que se vai fa zer aqui é a in ves ti ga ção a res pe i to dos fa tos de ter mi na dos que vão sur tin do. Parece-me que a metodologia sur tirá ao lon go des ses de po i men tos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, eu gostaria de retornar à Relatora que deseja fazer alguns esclarecimentos.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Mem bros da Co mis são, que ro me re fe rir prin ci pal men te à Senadora Marina Silva.

Realmente, nós apresentamos hoje esse requerimento, e havíamos inclusive dialogado sobre ele, porque várias dessas autoridades aqui presentes já entraram em contato com esta Comissão querendo pres tar al guns ser vi ços. Ago ra V. Ex^{as} po de rão fi car tran qui las que não vai ha ver ne nhu ma dis cri mi na ção,

qual quer nome que achem que pos sa ser sub sti tu í do, muito em bo ra aqui es tão re al men te pes so as que têm con ta tos, quan do não con ta tos di re tos, mas que têm tra ba lhos re ali za dos ou já foram pro cu ra dos por ONGs e que eles nos poderão prestar um tra ba lho mu i to bom.

Mas fica à disposição de todos os Senadores acrescentar...

A SRA. MARINA SILVA – Exato, pelo menos não me parece haver divergência sobre os nomes que es tão in di ca dos. Se ria ape nas um es pa ço para acrescentar...

A SRA. MARLUCE PINTO – Não, ló gi co. Este é o pon to ini ci al. Nós va mos ter 180 dias dis po ní veis e es sas as so ci a ções, mu i tas aqui são de ín di os, de co mu ni da des in dí ge nas de vá ri as lo ca li da des, que já se pro nun ci a ram que ren do vir a esta Co mis são.

Então, com o desempenho desta Comissão cada um poderá apresentar os nomes de autoridades, associações, ONGs para que possamos fazer uma análise. E aqui o que nós que re mos é exa ta men te pre sti gi ar as ONGs que, re al men te, têm res pon sa bi li da de, prin ci pal men te, pelas cam a das mais po bres do nos so País e que es te jam pres tan do um bom ser vi ço.

Como disse o Senador Gilvam Borges, as ONGs que pres tam um bom ser vi ço irão ter não só a nossa co la bo ra ção, como o nos so res pei to e até uma co o pe ra ção just a desta Casa para que pos sam con ti nu ar fa zen do um tra ba lho mais in ten so. E aque las ONGs que, por ven tu ra, exis tam mas sem ter como com pro var qual é a sua final i da de, en tão, pos te ri o ri men te todos juntos decidiremos o que vamos fazer com elas.

Retorno a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero conceder a palavra ao próximo orador inscrito que é o Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAN BORGES – Sr. Presi den te, a Se na do ra Marina Silva realmente tem toda a razão. Acho que nós precisamos ajustar, adequar, propor, jus ta men te para ter mos con di ções de atra vés das en ti da des, das or ga ni za ções, ob ter mos as in for ma ções pertinentes para que pos sa mos ma pe ar um bom tra ba lho. Por exem plo, aqui eu cre io que ire mos apre sen tar um re que ri men to, eu acho até que há um con sen so. As in sti tu i ções re li gi o sas são uma fonte mu i to gran de de in for ma ções.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Gilvam Borges, gostaria de fazer uma obser

vação, tanto na segunda fase como na seguinte, a Relatora teve o cuidado de acrescentar outras autoridades e personalidades obviamente a critério dos membros da Comissão, assim como também, em baixo, quando listou as ONGs, citou algumas que já procuraram o espaço para outras, justamente de acordo com a iniciativa das instituições ou mesmo a proposição dos Srs. Membros da Comissão.

O SR. GILVAN BORGES – Da sociedade civil organizada, obviamente tínhamos que ver, dentro das empresas, das grandes empresas, como foram suas ONGs e as instituições religiosas. Quanto às instituições do Estado, como os órgãos de segurança, o próprio Ministério da Defesa, depois o Exército, a Polícia Federal, todas as instituições estão aqui. Essas são as sugestões.

No entanto, teremos que ter acesso às informações das instituições que fazem parte da sociedade civil organizada. E as instituições religiosas têm informações importantíssimas e contribuições também. A própria Igreja Católica também tem um política estabelecida de captação de recursos federais na área social de Ministérios, as organizações evangélicas também. Então, acredito que, com essas informações, teremos condições de aperfeiçoar, ampliar, melhorar realmente o nosso relatório final, para termos um levantamento preciso, porque as informações estão dispersas e a intenção desta CPI é juntar todas essas informações para termos um levantamento preciso.

Em outra oportunidade, irei sugerir algumas instituições para que façam parte, para que possam trazer as suas informações a título de convite e solicitarei à Presidência que direcione bem os trabalhos, já que temos cento e oitenta dias.

O nosso próximo encontro já terá, na pauta, os Senadores trazendo as suas proposições para inclusão de algumas outras instituições. Portanto, agradeço a atenção de todos e as considerações da Senadora Marina Silva, que realmente foram pertinentes.

Encerro e acrescido que esse debate será muito bom e muito importante e vou me preparar para o próximo encontro.

Obrigado, Senadora Heloísa Helena. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SR^a. HELOÍSA HELENA – Tenho certeza de que esse encontro será extremamente produtivo, Senador Gilvam Borges. E, com certeza, V. Ex^a estará participando da CPI que será instalada para analisar

os crimes contra a administração pública, os índices os relevantes de corrupção no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, Senadora Marluce Pinto e Srs. Senadores, a Senadora Marina Silva já teve a oportunidade de fazer considerações extremamente relevantes sobre esse debate, com as quais nós, da Oposição, comungamos inteiramente. Eu gostaria, até porque houve a apresentação da lista de personalidades a serem convidadas, com o que concordamos, de discutir com a Mesa se faríamos por consenso a apresentação de outras três personalidades, como estamos trabalhando no consenso e não necessariamente com requerimentos. Por exemplo, a Dr^a. Ruth Cardoso e o Sr. Augusto Franco, do Comunidade Solidária, para que possam discutir conosco a atuação das ONGs na Amazônia; o Ministro José Serra, que poderá contribuir com a discussão em relação à atuação das ONGs de saúde na Amazônia, especialmente em relação a DST/Aids, e o Ministro José Sarney Filho, sobre a atuação das ONGs ambientalistas na Amazônia. Estou me referindo à Dr^a. Ruth Cardoso, ao Sr. Augusto Franco e ao Ministro José Serra.

Como foi uma apresentação de proposta, de roteiro, para que não tenhamos necessariamente que fazer cada um dos requerimentos, já que estamos trabalhando nessa fase preliminar como consenso, não necessariamente seria preciso votar requerimento um por um, se se pudessem ser feitos senão.

Também estamos encaminhando à Mesa, Sr. Presidente e SRA. Relatora, alguns requerimentos no sentido de que possam ser disponibilizados enquanto documentos; devem ser também analisados previamente pelos membros da CPI; deve haver informações sobre a legislação do terceiro setor, especialmente solicitar ao Programa Comunidade Solidária sobre as ONGs que fazem parte do seu cadastro; solicitação ao Conselho Nacional de Assistência Social do cadastro de instituições filantrópicas com destaque para as situadas na Amazônia; solicitação ao Ministério do Meio Ambiente do cadastro na ci o nal das entidades ambientalistas com destaque para as inscritas na Amazônia; solicitação ao Ministério da Saúde do cadastro das entidades sem fins lucrativos, ONGs e outras que trabalham no Programa DST/Aids e as que desenvolvem atividades com povos indígenas; solicitação ao Ministério da Reforma Agrária da listagem de entidades civis que desenvolvem projetos na Amazônia; solicitação ao Ministério do Trabalho das entidades sem fins lucrativos que desenvolvem trabalho com recursos do FAT na Amazônia; solicitação

ção ao Ministério da Educação de entidades das diversas áreas que desenvolvem trabalhos de educação ambiental e outros na Amazônia, no sentido de que essas informações, que serão oficiais, possam ser consolidadas enquanto documentos que devam ser analisados por todos nós.

Claro que sei que o Presidente e a Relatora comum com essa preocupação. Já seriam preocupações, tenham certeza, previamente levantadas pelo Presidente e pela Senadora Marluce Pinto, mas entendendo que é importante que isso seja solicitado oficialmente pela Presidência da Comissão, até para que seja disponibilizado para todos os Srs. Senadores.

Esses requerimentos todos são assinados pelo Senador Tião Viana, que é o nosso titular na Comissão; pelo Senador Sebastião Rocha, que é o suplente, pela Senadora Marina Silva, pelo Senador Roberto Saturnino e por mim.

O SR. GILVAN BORGES – Sr. Presidente, por uma questão de audiência, já que tenho que me retirar, eu gostaria de deixar registrado aqui o meu voto pela aprovação do plano de trabalho que ora é proposto pelos integrantes que compõem a direção dos trabalhos, que é V. Ex^a e a Senadora Marluce Pinto. Deixei registrado.

Peço desculpa aos colegas, mas, por uma questão de audiência nos ministérios, tenho que me retirar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Ficarei registrado, então, o voto de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também desejo manifestar o meu voto favorável a essas sugestões de roteiro de trabalho que foram oferecidas pela Relatora, Senadora Marluce Pinto, e com as sugestões também aqui apresentadas pela Senadora Heloísa Helena.

Tenho outra reunião. Estou sendo convocado a participar da outra reunião na Comissão de Educação. Está havendo audiências com vários professores. Infelizmente, acontecendo isto: concentram-se sempre reuniões nas terças, quartas e quintas-feiras e ficamos realmente impossibilitados de participarmos simultaneamente de várias reuniões.

Por tanto, que ro deixar aqui o meu voto favorável às sugestões da Relatora e também ao adendo da Senadora Heloísa Helena.

A SRA. MARINA SILVA – Só que ro sugerir que a Abong, em vez de figurar como as primeiras, entre nas audiências, juntamente com as entidades, por-

que se não ela entra numa fase que ainda não é típica, já que é a ONG das ONGs. Portanto, a minha sugestão é que ela pudesse ficar nessa parte aqui, onde temos as audiências com as entidades. Ela poderia até ser a primeira delas se rol de entidades, mas que se parramos aqui os momentos. Acho até que foi um engano. Ela figura no meio das personalidades e a gente poderia colocar junto com as entidades, ao invés de no meio das personalidades. Apenas uma sugestão de inversão, Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra a Relatora.

A SRA. MARLUCE PINTO – Senadora Marina e de mais colegas, aqui não está em ordem, para com vites, de ser primeiro, apenas as sugestões. E nós que vamos decidir, juntamente com todos os membros, qual será a primeira. Quando colocamos no final das personalidades “outras autoridades”, foi exatamente para deixar todos muito à vontade de incluir quaisquer que sejam as autoridades, como também, no final, tem outras, para que os membros desta Comissão, que têm os seus interesses, que sabem que há necessidade de serem convocados, mas aqui vocês não se baseiem pela sequência do documento.

A SRA. MARINA SILVA – Pen sei que já fos se um agrupamento.

A SRA. MARLUCE PINTO – Não, está aqui: sugestão de roteiro de trabalho. Então, é a sugestão do roteiro de trabalho. Depois é que o Presidente irá apresentar, de acordo com a solicitação dos membros, quais as autoridades que serão convidadas primeiro. Haveremos de convir que temos que também aceitar a agenda de cada um. Poderemos convidar uma entidade primeiro, ela não ter disponibilidade para aquele dia e termos que convidar outras. V. Ex^{as}, que já são acusados com CPI, sabem muito bem que isso acontece.

Volto a palavra ao Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Saturnino Braga.

O SR. SATURNINO BRAGA – Sr. Presidente, queria cumprimentar a Senadora Marluce, Relatora, pela proposta, com a qual concordo, juntamente com as observações da Senadora Marina Silva e o requerimento apresentado pela Senadora Heloísa Helena, e que ria aproveitar para oferecer à Relatora esse estudo, que me foi entregue por amigos que tenho, ligados a esse instituto sócio-ambiental, que é uma entidade que trabalha com povos indígenas já há bastan-

te tem po, vejo que está aqui in clu í da en tre as en ti da- des que se rão convida das a prestar aqui in for ma ções e depoimentos. Desse trabalho monumental, real- mente, tive todas as informações favoráveis como sen do algo de va lor ines ti má vel so bre os po vos in dí- ge nas no Bra sil.

Foi-me pe di do que ofe re ces se à Re la to ra esse tra ba lho e eu o fa ço nes te mo men to, de po is de de cla- rar a mi nha con cor dâ n cia com a pro pos ta da Se na do- ra Mar lue.

A SRA. MARLUCE PINTO – Se na dor Sa tur ni- no, V. Ex^a até me honra com esse presente, porque vai facilitar de mais os nossos trabalhos. Muito obriga- da e agra de ça a quem o re co men dou.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Con ce do a pa la vra ao pró xi mo Se na dor ins cri to, Se- nador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, SRA. Relatora, Sr^{as} e Srs. Senadores, ape nas para entender, considerando que cheguei um pou co atra- sa do, já com um pe di do de des cul pas: isso aqui é ain- da apenas uma sugestão, não estamos decidindo nada, ain da? Não tem ne nhum re que ri men to co lo- ca do ou já estamos decidindo a res pe i to do pla no, do conceito, mas sem ainda definir exatamente quem va mos cha mar ou não?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Ca val can ti) – Definido isso, vamos expedi ros convites, como falou a Relatora. Algumas personalidades ou entidades ter ão tem po para di zer quan do po der ão com pa re cer e em ou tra re u ni ão de fi ni re mos o dia des sas au di ên- cias.

O SR. MOREIRA MENDES – Na primeira fase, o item 1, o encaminhamento, já está de ci di do? Que ro fa zer uma su ges tão, de que fos se en ca mi nha do um ofí cio ao Ban co Cen tral do Bra sil, re qui si tan do da que- le banco informações sobre a entrada de aporte de capital estrange i ro des ti na do às ONGs instala das no Bra sil - o vo lu me do di nhe i ro, a data de en tra da e qua- is as ONGs be ne fi ci a das.

(Debates forado microfone. Inaudível.)

Esse é o mesmo espírito, nós estamos... Por isso per gun tei se es ta mos em pro ces so de vo ta ção, de es col ha, ou ape nas de su ges tão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A secretária me in for ma que, tan to o Re que ri men to da Senadora He lo í sa He le na quan to o de V. Ex^a têm que ser formalizados e colocados em vo ta ção.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Se houver um consenso em tor no dos re que ri men tos, cre io que não ter ia pro ble ma.

O SR. MOREIRA MENDES – Por isso eu per- guntei antes, Sr. Presidente, se te re mos que for mu- lá-los. Penso que deveríamos formular todos os re- que ri men tos e sub me tê-los à apre ci a ção numa pró xi- ma re uni ão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Acolho a sugestão do Senador Moreira Mendes no sentido de que os requerimentos sejam formulados para que pos sa mos vo tá-los na pró xi ma re u ni ão.

O SR. MOREIRA MENDES – To das as pro pos- tas podem ser encaminhadas por intermédio de re- que ri men tos es pe cí fi cos.

No mais, desejo à Presidência, à Relatoria e a todos os membros da Comissão que tenhamos su- cesso nes sa nova em pre ita da, que é mu ito im por tan- te para o Bra sil.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, já que há o consenso, sugiro que todos nós o assine- mos, independentemente de haver um primeiro ou um segundo re que ri men to. Exis tir á um ú ni co re que ri- men to, com a apro va ção dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Per gun to se há al gum Se na dor que de se ja fa zer uso da pa la vra. (Pausa)

Não ha ven do mais quem peça a pa la vra, en cer- ro a discus são.

Em vo ta ção.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estejam de acordo que iram per mane cer sen ta dos. (Pausa)

Aprovado o ro te i ro de tra ba lho da Co mis são.

Antes de encerrar, gostaria de reiterar a firme po si ção, que, cre io, seja a de to dos os Se na do res, se- gun do manifestação da Presidência e da Relatoria, de que fa ça mos um tra ba lho com is en ção, com se- re ni da de, pre o cu pa dos em pro du zir, ao fi nal, uma con- clusão que possa efetivamente dar um atestado às ONGs que são sé ri as da que las que, por ven tu ra, pos- sam estar cometendo ir re gular i da des.

Portanto, esse é o objetivo e o es pí ri to que nor- te ia esta Co mis são, e não o do pre con ce i to ou o de algopre estabelecida.

Pergunto ao Relator se V. Ex^a gostaria de te cer algumas considerações. (Pausa)

Antes de encerrar a presente re uni ão, gostaria de deixar marcada a nossa próxima re uni ão para quarta-feira, nes se mes mo ho rá rio.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, já está mar ca da uma re u ni ão do Con sel ho de É ti ca para a próxima quarta-feira, às 10 horas. Inclusive a re u-

nião da Comissão de Assuntos Sociais se reunirá hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tendo em vista esse impedimento, nos reuniremos quarta-feira, dia 30.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, creio que haverá um coincidência de horários com a reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nobre Senadora, V. Ex^a sabe o quanto é difícil encontrarmos horário nas terças, nas quartas e nas quintas-feiras.

Mas, de qualquer forma, fica convocada, para quarta-feira, dia 30, às 10 horas, a nossa próxima reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h4min.)

3ª Reunião realizada em 22 de maio de 2001

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e um, às dezesseis horas e cinco e trinta minutos, na sala 03 da Ala Senador Alexandre Costa, reunem-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Gilberto Mestrinho, Nabor Júnior, Moreira Mendes, Bernardo Cabral, Antero Paes de Barros, Leomar Quintanilha, Tião Viana e Marina Silva, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, consultando ao Plenário da dispensa de leitura da Ata da Reunião anterior e se poderia considerá-la aprovada, a Senadora Marina Silva solicita ao Presidente a leitura da referida Ata, e após a leitura da mesma, a Senadora Marina levanta uma questão de ordem, no sentido de que o Plano de Trabalho deliberado na reunião anterior não teria sido aprovado, uma vez que, a mesma apresentar requerimentos e sugestões complementares ao Plano de Trabalho. O Presidente esclarece a Senadora Marina Silva que, em base das Notas Taquigráficas da 2ª Reunião da CPI, a mesma registra que o Plano de Trabalho, em discussão, fora aprovado pelos membros da Comissão e, diante disso, a Mesa dos Trabalhos da Comissão acataria os requerimentos da Senadora e que os mesmos serão discutidos e votados em Reunião Administrativa com data a ser divulgada no final da presente Reunião. Em seguida, o Presidente solicita à Secretária e ao Senador Nabor Júnior que façam entrar ao Recinto da CPI o depoente,

Sr. Lorenzo Carrasco, concedendo a palavra ao Sr. Lorenzo para sua explanação. Após, o Senhor Presidente, concede a palavra à Relatora da Comissão, para formular seus questionamentos ao depoente. O Presidente, concede a palavra ao Senador Bernardo Cabral que sugere ao depoente, encaminhar à Comissão, nomes de determinados Procuradores, citados em trechos do livro “Máfia Verde”, que o depoente é Coordenador, com prováveis condutas irregulares relacionadas às Organizações não-governamentais mencionadas no referido livro. De acordo com a lista de inscrição, fizeram uso da palavra, os Senhores Senadores Bernardo Cabral, Gilberto Mestrinho, Marina Silva, Tião Viana e Moreira Mendes. O Senhor Presidente, passa às mãos da Senhora Relatora os Requerimentos de autoria da Senadora Marina Silva, Moreira Mendes e Antero Paes de Barros. Após, a Senhora Relatora, dá ciência ao Plenário dos mesmos, lendo-os. A Presidência agradece a colaboração do depoente, convocando os presentes para as próximas reuniões agendadas para os dias 29 de maio, de caráter administrativo e dia 30 de maio do corrente ano, com a exposição do Gen. Alberto Mendes Cardoso – Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 22, de 2001, do Senado Federal, destinada a apurar, no prazo de 180 dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs.

Inda go ao plenário se é necessário a leitura da ata da reunião anterior, ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, gostaria que fosse lida.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – “Ata da 2ª reunião, realizada em 9 de maio de 2001. Aos nove dias do mês de maio do ano de 2001, às 10h31min, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, reuniram-se os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Gilvam Borges, Marina Silva, Gilberto Mestrinho, Nabor Júnior, Moreira Mendes, Tião Viana

na, Jonas Pinheiro, Sebastião Rocha e Roberto Saturnino, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar, no prazo de 180 dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs. Havendo número regimental, o Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, declarou abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada, passando a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão, que apresenta plano de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito. Posto em discussão e votação, é o mesmo aprovado por unanimidade. Fizeram uso da palavra os Srs. Senadores Marina Silva, Heloísa Helena, Moreira Mendes, Gilvam Borges, Nabor Júnior e Roberto Saturnino. O Senador Roberto Saturnino entregou à Comissão publicação referente às ONGs, passando às mãos da SRA. Relatora, que agradece a contribuição à CPI. A Presidência convocou os presentes para a próxima reunião, que poderá ocorrer no próximo dia 23 do corrente, podendo também ser agendada para uma outra data. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a presente reunião, e, para constar, eu, Dulcília Ramos Calhau, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.”

A SRA. MARINA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pois não.

A SRA. MARINA SILVA – Na que leu, aprovamos os itens que constavam. Lembro que tanto eu quanto a Senadora Heloísa Helena havíamos ficado de dar uma contribuição, e que a Relatora havia dito que os itens não estavam dispostos já em um cronograma de trabalho. Então, na ata, é como se já estivessem. Gostaria de verificar isso, porque, segundo o que foi aprovado naquele dia, hoje teríamos que apresentar o cronograma de trabalho, e, também, serem acrescidas as sugestões dos Srs. Senadores que, porventura, quisessem apresentá-las.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Vou ler parte das notas taquigráficas, para que V. Ex^a tome conhecimento.

A SRA. MARINA SILVA – Inclui-se, pedi cópia das notas taquigráficas para que eu possa ter... E já requeiro à assessoria todas as notas taquigráficas de todas as reuniões a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Vou ler a parte que está sendo discutida: “Sr. Presidente, vou acolher a sugestão do Senador Moreira Mendes no sentido de que os requerimentos sejam formulados para que possam ser votados na próxima sessão.”

A SRA. MARINA SILVA – Exato. E o cronograma de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Mais na frente, Senadora, na página SC-12, está o seguinte: “Sr. Presidente, uma sugestão rápida. O SR. PRESIDENTE - Pergunto se há algum Senador que se já faz uso da palavra. Não havendo mais quem queira fazer uso, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer sentados. Aprovado o teor do trabalho da Comissão.”

A SRA. MARINA SILVA – Não é verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Estão nas notas taquigráficas, Senadora.

A SRA. MARINA SILVA – Se está nas notas taquigráficas, então, as pessoas que as transcreveram têm que prestar atenção no que está sendo gravado e transcrever corretamente. Requeiro, então, à Senadora Marluce Pinto que venha em meu favor, com seus testemunhos, de que, na que leu, dissemos que iríamos aprovar, hoje, dia 24, um calendário de trabalho. Não estou aqui querendo sofrer mais do que foi dito e poderia evocar o testemunho dos demais Srs. Senadores que estavam na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Ex^a está fazendo uma acusação de que as notas taquigráficas foram alteradas?

A SRA. MARINA SILVA – Não estou acusando. Apenas estou dizendo que, na que leu, quando levantei a questão de ordem — e V. Ex^a não contradiçou —, eu disse: estamos aprovando o que está aqui, o quanto indicação dos nomes, todos eles, as entidades, todas elas, e foi dito pela Senadora Marluce Pinto, com a qual eu concordei, de que ali não tínhamos uma ordem já estabelecida; nós iríamos apresentar hoje um cronograma de trabalho. Eu evoco a SRA. Senadora Marluce Pinto para que me diga se isso não foi dito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero prestar um esclarecimento e, inclusive, espero que a senhora leia as notas taquigráficas. A senhora apresentou essa ideia, depois voltamos a discutir, foi formulado um requerimento pela Senadora Heloísa Helena e pelo Senador Moreira Mendes, e, depois,

obedecendo à instrução Secretária da Mesa, colocamos em votação o roteiro, que foi aprovado. Acolhemos, inclusive, a sugestão de V. Ex^a no sentido de não ou vir, na que la ordem, quem estava em primeiro lugar, que era o Presidente da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais. Acolhemos a sugestão de V. Ex^a, embora tenhamos até feito uma convocação que a Senadora Relatora ponderou, desmarcamos a reunião e, portanto, marcamos essa nova reunião com a aprovação, de acordo com o que está aqui, nas notas taquigráficas. Então, não vejo qual o problema, Senadora, até porque V. Ex^a apresentou um requerimento, que está na mesa, sugerindo outras instituições e outras personalidades para serem ouvidas, que portanto vai ser objeto de apreciação na sessão administrativa que vou convocar. Todos os requerimentos...

A SRA. MARINA SILVA – Mas isso já pode ser aprovado hoje, Sr. Presidente, ao final ou ao início.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não, não necessariamente, Senadora. Vamos discutir esse assunto. Primeiro, não há **quorum**. Se houver **quorum**, eu poderia até colocá-lo ao final.

A SRA. MARINA SILVA – Se não há **quorum**, tam bém não há...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Para ouvir o depoimento, sim; para deliberar, não, Senadora.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, não quero aqui criar uma polêmica com V. Ex^a; eu só quero que façamos as coisas dentro da ordem. O que estou propondo é que façamos de acordo com o que havia sido estabelecido na reunião anterior. O que foi estabelecido na reunião anterior? Estabelecemos que todos aqueles itens estavam aprovados, que poderiam vir mais sugestões dos Srs. Senadores, até esta reunião de hoje, que iríamos apresentar um cronograma de trabalho e que, inclusive, poderíamos dar sugestões para esse cronograma de trabalho. E eu tenho propostas para esse cronograma de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Que estão aqui e que vão ser apreciadas. No cronograma de trabalho, se V. Ex^a se recordar – e está com ele aí –, está lá em baixo: "...outras instituições, outras personalidades."

A SRA. MARINA SILVA – Mas, Sr. Presidente, existe uma metodologia, porque, na forma como está colocado aqui, na proposta da Senadora Marluce Pinto, e tanto é que compreendemos, porque ela própria disse: "Isso aqui não significa uma ordem já estabelecida. A gente vai montar uma metodologia". Então, te-

mos que montar uma metodologia, porque, senão, vamos fazer aqui um "samba do crioulo do i do": uma hora são organizações não-governamentais, outra hora é Governo, outra hora são pesquisadores. Entende o que estou dizendo? Estou querendo apenas colaborar com V. Ex^a, e resgatarmos aqui o que foi estabelecido na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Resgatarmos, não.

A SRA. MARINA SILVA – Exatamente, resgatar o que foi estabelecido. Por que vou ter o trabalho, depois, de ler com calma todas as minhas falas aqui, porque, se não constar a sugestão que dei, aí vou ter que realmente pedir as gravações da fita. Não é justo: eu e a Senadora Heloísa Helanfi fizemos uma contribuição que não foi contradição.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Que vai ser apreciada. Está sob a forma de requerimento, e vai ser apreciada.

Então, que rodiz o seguinte: já que estamos com o convívio aqui presente e já temos um número razoável de Senadores, quero deixar essa questão de ordem da Senadora para o final, e vamos ouvir o depoente.

Quero, antes disso, colocar em votação a ata.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. MARLUCE PINTO – Já que vamos ouvir o convívio, até aguardo, mas eu gostaria de me pronunciar sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Ao final.

A SRA. MARLUCE PINTO – No final, após ouvirmos o convívio. Então, vou explicar, porque realmente acho que houve aí um certo engano com relação a isso. Mas, para que eu possa dar uma explicação melhor da maneira como foi o sucedido, prefiro após a saída do nosso convívio. Espero que a Senadora Marina Silva combine com a nossa iniciativa, e eu explicarei realmente o que se sucedeu.

A SRA. MARINA SILVA – Eu concordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Solicito à secretária convidar o Senador Gilberto Mesquita e o Senador Nabor Júnior para acompanharem o convívio, para que possa...

(Pausa.)

Quero, antes de passar a palavra ao convidado, Dr. Lorenzo Carrasco, fazer uma leitura breve antes, afirmando que o Dr. Lorenzo já preencheu as formalidades legais e assinou o termo de compromisso.

Vou ler os tópicos principais do seu currículo:

Dr. Lorenzo Carrasco Bazua, nascido em 16 de maio de 1950, no México.

De 1969 a 1972, fez estudos universitários de arquitetura na Universidade Nacional Autônoma do México;

De 1974 a 1978, atual como jornalista correspondente da revista *Executive Intelligence Review*, realizando trabalhos sobre assuntos econômicos, políticos e estratégicos do México;

De 1978 a 1984, atuou como correspondente da EIR no México – estudo sobre o modelo econômico LaRouche/Riemann;

De 1982 em diante, foi fundador e diretor da revista *Fusión Nuclear*, conferencista em mais de 40 países sobre assuntos econômicos, políticos e estratégicos de México, Colômbia, Bolívia, Argentina e Brasil;

De 1987 em diante, foi articulista e colaborador do *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro;

Foi autor e co-autor de artigos sobre os seguintes assuntos:

Integração econômica iberoamericana; crise econômica e financeira mundial; economia, política, diplomacia brasileira, as forças armadas iberoamericanas, ciência e tecnologia;

Foi conferencista no seminário “As missões de guerra no Golfo Persa”, realizado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Vou dispensar o restante da leitura, já que todos os Srs. Senadores receberam uma cópia do currículo do Dr. Lorenzo.

Passo a palavra ao nosso convidado, Dr. Lorenzo.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, há algum tempo, tive o prazer de receber em meu gabinete o professor Lorenzo Carrasco. Como esse sobre nome é espanhol, Bazua é o nome materno.

Ele me veio recomendar do por um ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil que tinha sido

meu Secretário-Geral, Dr. Herman Assis Baeta. E conversamos muito.

Há um trabalho pelo qual o Professor Lorenzo Carrasco é ciata do a todo instante, que é “Máfia Verde”.

Estou fazendo essa surpresa, porque ele talvez nem soubesse que estaria com o livro aqui. Ele é o autor deste livro, que, por várias e de terminadas razões, teve que, por algum tempo, circular só entre as pessoas que estavam preocupadas com as organizações não-governamentais. Devo dizer a V. Exª que, quando terminei a leitura, fiquei stupefato.

O Professor Lorenzo Carrasco conseguiu abordar, desde o ambientalismo até como os britânicos criaram as ONGs.

Queria dizer a S. Exª que a primeira vez que vi essa criação de ONGs pelos britânicos foi pelo Senador Gilberto Mestriño, que se dedica também a essa matéria.

Este livro, Sr. Presidente, deveria V. Exª providenciar, por intermédio da Mesa, para que fosse distribuído entre todos os componentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ele traz de núncias sérias, mas não é um trabalho pirético; é um trabalho que se deve recomendar.

Gostaria de fazer esse registro, Sr. Lorenzo Carrasco, e cumprimentá-lo de público, na hora em que o senhor vai prestar um depoimento muito importante não apenas a esta Comissão, mas à Nação.

O SR. LORENZO CARRASCO – Obrigado. Primeiro, quero agradecer esta oportunidade de poder estar diante dos senhores. Creio que o País – e o mundo, em geral, dentro do qual está inscrito o Brasil – vive um momento dramático de redefinição de poder. Basicamente, estamos vivendo neste momento uma situação de crise financeira, de tentativas evidentes – por exemplo, do governo do Presidente Bush – de iniciar conflitos bélicos. Ante a emergência de um colapso financeiro, se nos apresenta um quadro muito grave. Estamos em um momento de redefinição da estrutura econômica e de poder basicamente no mundo inteiro.

O Brasil – e recentemente o ex-presidente Raul Alfonsín mencionou – será uma potência definitivamente, no novo cenário que está surgindo. E será uma potência agroindustrial, assim como a Ásia, nos próximos 25 anos, terá um bilhão de pessoas a mais para alimentar. Por exemplo, esta semana, o governo russo anunciou que vai incorporar-se à idéia de construir uma ponte terrestre que vai unir o continente euro-asiático em um grande projeto de desenvolvimento.

to. Isso vai projetar a população euro-asiática de 3,5 bilhões a 4,5 bilhões de pessoas em 25 anos.

Os senhores sabem que, tanto na vida das pessoas como na vida das nações, não se planeja nada em seis anos; planeja-se em termos de uma geração. Se uma nação tem uma missão, essa missão tem que ser estabelecida em termos de um período de pelo menos 25 anos. Se observarmos, no mapa do mundo, as áreas que são disponíveis para a produção de alimentos, de proteína animal, encontramos imediatamente que a América do Sul será a área vocacionada para produzir alimentos para o mundo inteiro.

Evidentemente, eu não diria que o desenvolvimento euro-asiático vai atrair necessariamente uma grande demanda alimentícia sobre a área que tem potencial de expansão. Os senhores sabem que o Brasil, por ser uma área de expansão agrícola, uma fronteira agrícola equivalente a toda a área plantada de milho, trigo e soja pelos Estados Unidos, é uma grande área de expansão nos próximos 25 anos.

Esse é o cenário no qual temos que analisar as ações deletérias de certas organizações não-governamentais. E nisto quero ser muito rigoroso, porque se trata de confundir o conceito de organização não-governamental com esses conceitos que estiveram existindo há muito tempo. As igrejas são organizações não-governamentais. Toda aquela instituição que não é governo é instituição não-governamental. Então, não façamos confusão. A organização não-governamental surgiu da fundação da Commonwealth, no momento em que o império britânico passava a se reestruturar dentro da nova estrutura da comunidade das nações – Commonwealth – britânicas. Aí nasceu o conceito: uma ação como uma maneira de substituir o princípio de soberania nacional explicitamente. O livro – e que rolar aqui uma consideiração – foi elaborado por uma equipe da revista *Executive Intelligence Review*, que fez análises durante muitos anos.

Quando falamos em organizações não-governamentais, não estamos nos referindo especificamente a isso, porque não se trata de misturar as santas casas de misericórdia ou as igrejas; trata-se, definitivamente, de observar o princípio novo de haver criado, sob a estrutura da fundação Commonwealth, o conceito de organização não-governamental.

Que rolar por uma peça que na leiatura de trabalho que preparei e que colocarei à disposição desta Comissão. Por ser mais sistêmico, que rolar a introdução que fiz para este documento.

Para mim, é uma honra colaborar com os trabalhos desta Comissão, para ajudar no entendimento de um assunto de extrema relevância para a soberania e integridade territorial da Nação brasileira. Há quase 10 anos, em agosto de 1991, também na condição de correspondente da revista *Executive Intelligence Review* (EIR), tive a oportunidade de prestar colaboração idêntica a outra CPI, na Câmara dos Deputados, que investigava as ameaças de internacionalização da Amazônia brasileira. Na ocasião, pude alertar sobre os planos estratégicos de certos setores do establishment oligárquico internacional, especialmente o seu elemento anglo-americano, para instrumentalizar o movimento ambientalista-indigenista, com o intuito de impor um sistema de soberania limitada sobre certos países ricos em recursos naturais, em particular o Brasil. Isto se deu durante o governo de George Bush nos Estados Unidos, que ficou assinalado no cenário internacional pelo advento da chamada “Nova Ordem Mundial”, assim batizada por ele e erigida sobre os escombros dos bombardeios contra o Iraque durante a Guerra do Golfo, tema que, a propósito, tive a oportunidade de debater pouco antes, como conferencista, num seminário na Escola do Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME), no Rio de Janeiro.

Hoje, o que temos diante de nós é a implementação plena da estratégia de nunciada há 10 anos, em meio a um cenário global muito mais grave, caracterizado, de um lado, pela fase final da desintegração do sistema financeiro internacional, do outro, pela tentativa do governo George W. Bush, filho do anterior, de manter tal sistema financeiro como recurso da força bruta e das ameaças de conflitos militares. Um exemplo maldisfarçado das ameaças são as truculentas pressões para que o Brasil se subordine à chamada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na qual a soberania do país ficaria efetivamente limitada.

No Brasil, o interesse da EIR pelas questões ambientais iniciou-se durante o ano de 1988, quando o País passou a ser alvo de uma intensa campanha internacional que o apontava como um autêntico “vilão ambiental número um” do planeta, com ênfase nas denúncias sobre as queimadas na Amazônia, que se tornaram até mesmo tema de desenhos animados e histórias em quadrinhos nos Estados Unidos. Essa campanha se intensificou no final da aquele ano, após o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, cuja repercussão mundial, orquestrada por uma rede internacional de organizações não-gover-

-namentais ambientalistas, começou a revelar o nível de articulações envolvido na campanha e nos motivou a empregar-nos numa investigação aprofundada do assunto.

As investigações revelaram um esquema extremamente sofisticado, diretamente ligado aos mais altos círculos decisórios do establishment oligárquico internacional, centrado em torno da liderança das famílias reais do Reino Unido e da Holanda, os quais exerciam controle direto, tanto político como financeiro, sobre a vasta rede de ONGs integrantes do movimento ambientalista-indigenista. Esses resultados foram divulgados numa série de artigos, que foram publicados tanto na EIR como em jornais brasileiros, como a extinta Última Hora e o Jornal do Comércio, ambos do Rio de Janeiro. Em junho de 1991, a EIR publicou, em português, um relatório especial, "O Brasil e os bastidores do 'ecologismo' internacional, que sintetizava o conhecimento que então tínhamos do problema.

Desafortunadamente, as negociações em torno da Conferência Rio-92, que se realizaria no Rio de Janeiro em junho de 1992, fizeram com que o Governo da época cedesse às exigências externas do aparato ambientalista-indigenista, fazendo concessões como a delimitação da gigantesca e despropositada reserva indígena Yanomami, na fronteira Brasil-Venezuela, evento que simbolizou a influência da quele aparato na definição das políticas públicas no País.

A partir de 1994, quando iniciamos a publicação do boletim semanal "EIR – Alerta Científico e Ambiental", passamos a expor continuamente as insidias ações do aparato ambientalista-indigenista contra as iniciativas brasileiras de tecnologia avançada, como o programa nuclear, e os grandes projetos de infraestrutura, especialmente nas áreas energética e de transporte hidroviário. Particularmente, a oposição aos projetos hidroviários nas regiões Centro-Oeste e amazônica se deve a motivações geopolíticas externas, com o intuito de obstaculizar o surgimento, na América do Sul, de um viçoso centro de produção de alimentos e desenvolvimento industrial capaz de tornar-se, em pouco tempo, um "celeiro do mundo", como afirmou o grande cientista Norman Borlaug, o grande "Pai da Revolução Verde".

Neste particular, em abril de 1997, publicamos o relatório especial "A Grande Hidrovia", no qual expusemos as ações da oligarquia anglo-americana e sua rede de ONGs para bloquear a potencial interligação das bacias hidrográficas do Amazonas, Orinoco e Prata, perspectiva que já havia sido antecipada no fi-

nal do Século XVIII pelo Capitão-General Luiz Albuquerque de Melo e Cáceres, Governador da Província de Mato Grosso e, depois, pelo famoso cientista Alexander von Humboldt.

Igualmente, em numerosos artigos, palestras e debates públicos, temos denunciado o caráter pseudocientífico da grande maioria dos argumentos que têm sido manipulados para sustentar o movimento ambientalista, como a apresentação distorcida de certos fenômenos atmosféricos, como o "buraco" na camada de ozônio, o aquecimento global, etc., juntando-nos aos verdadeiros cientistas que não se deixam levar pelos sofismas da "correção política" e não se afastam do objetivo último da ciência, que é a busca permanente da verdade e da colocação do conhecimento a serviço da felicidade humana.

Esse esforço resultou, recentemente, no lançamento do livro "Máfia Verde: o ambientalismo a serviço do 'Governo Mundial'", que uma feliz coincidência fez com que surgisse quase simultaneamente com esta Comissão de Inquérito. No livro, que colocamos à disposição da Comissão, está rigorosamente relatada uma série de fatos cujo entendimento será de grande relevância para o assunto em pauta.

Quer dizer que tenho livros para os Senadores membros da Comissão, que entregarei no final do depoimento.

Em verdade, a nossa experiência na luta contra a utopia ambientalista, que não passa de um requentamento das teses malthusianas da oligarquia anglo-americana, vem de longa data. De fato, há mais de trinta anos, o fundador da EIR, o economista estadunidense Lyndon LaRouche, criou o seu movimento político e fundou pouco depois a revista, como uma "força-tarefa" para combater mundialmente o projeto das oligarquias para submergir o mundo numa nova idade de trevas, principalmente com o desmonte do sistema financeiro do pós-guerra e a reemergência da utopia de "governo mundial", baseada nas velhas propostas de ideólogos do renascimento do Império Britânico, como H. G. Wells e Bertrand Russell, e de teóricos geopolíticos como Halford Mackinder e outros.

Maistarde, LaRouche e seu movimento combateram as premissas expostas na Conferência Mundial de População, realizada em Bucareste, Romênia, em 1974, planejada pela oligarquia internacional como uma grande plataforma de promoção do malthusianismo em escala global. No mesmo período, que estava impregnado pelas falaciosas teses dos "limites ao crescimento", propagandeada por órgãos

como o Clube de Roma, se apressaram em denunciar o caráter e as intenções do nascente movimento ambientalista.

Nesta empreitada, tais esforços se deram em paralelo com a vigorosa oposição que a diplomacia brasileira fazia, então, a semelhante agenda hegemônica, capitaneada por figuras do porte de Araújo Castro, Miguel Ozório de Almeida, Josué de Castro e outros. Corretamente, estes luminares insistiam em que a maior parte dos problemas ambientais decorria da falta de desenvolvimento, e que as iniciativas de impor restrições ambientais aos países subdesenvolvidos ocultavam a intenção de “congelar” o poder mundial.

Naquela época, havia entendimento generalizado entre os setores mais esclarecidos das elites políticas sobre as reais intenções do esquema ambientalista-indigenista, que se expandia por todo o mundo. Um exemplo disso foi a contundente exposição feita no Congresso brasileiro, em 12 de fevereiro de 1968, pelo então Líder do MDB, o hoje ilustre Senador Bernardo Cabral, quando denunciou o caráter maltusiano de iniciativas como o projeto dos “Grandes Lagos Amazônicos”, do Instituto Hudson dos Estados Unidos, e a esterilização de mulheres amazônicas. Por que esterilizar mulheres em uma área que está absolutamente despovoada? Aí se vê claramente essa natureza maltusiana contra o desenvolvimento, contra o exercício da soberania do Brasil sobre a área. Isto mostrava claramente.

Efetivamente, toda esta ofensiva tem que ser vista no contexto de toda esta visão maltusiana.

Um exemplo mais relevante desse processo foi a África, onde a “proteção da vida selvagem” constituiu o pretexto ideal para assegurar a preservação dos interesses coloniais do Império Britânico, em seu disfarce de Comunidade Britânica de Nações (Commonwealth), após o surto de independência das nações do continente, na década de 1960. A organização-chave desse processo foi o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (World Wildlife Fund – WWF), criado em 1961 por um grupo de oligarcas europeus, encabeçados pelos Príncipe Philip, da Inglaterra, e Bernhard, da Holanda, este último um notório militante do Partido Nazista antes da II Guerra Mundial. Ainda hoje, ambos ocupam lugares de destaque na hierarquia da WWF, o primeiro, como seu presidente emérito, e o segundo, como a cabeça da chamada “Clube 1001”, encarregado de atrair o apoio financeiro da nata oligarquia internacional para as operações da organização.

Sobre o WWF e suas realizações, colocarei à disposição da Comissão um relato publicado no jornal ambientalista holandês *De Groene Amsterdammer*, que descreve uma investigação das atividades da WWF na África do Sul, onde, pelo então Presidente sul-africano, Nelson Mandela, o qual acompanha como anexo o texto deste depoimento.

Essa militância dos fundadores do WWF não é casual, uma vez que o movimento ambientalista não passa de uma metamorfose do movimento de melhoria racial, a eugenia, abertamente promovido pelos altos círculos da oligarquia anglo-americana antes da II Guerra Mundial. No pós-guerra, como o descrédito das teses eugênicas, provocado pelas atrocidades nazistas cometidas em nome delas, os estrategistas oligárquicos passaram a direcionar seus esforços e recursos financeiros na conversão do aparato eugênico no movimento de controle da população e defesa do meio ambiente.

Nesse processo, foi crucial a criação de uma União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em 1948, que pode ser considerada uma “irmã mais velha” do WWF, já que ambas tiveram praticamente os mesmos mentores e criadores. Hoje, eles formam o que pode ser considerado o “Estado-Maior” do movimento ambientalista internacional, do qual emanam as diretivas que determinam as linhas de atuação das principais ONGs que constituem as “tropas de choque” do movimento, como o Greenpeace, Amigos da Terra, Conservation International, Environmental Defense Fund, etc.

O WWF não é uma mera organização de dilettantes, como se percebe pela composição de sua diretoria, que reúne não apenas membros da aristocracia europeia e anglo-americana, como também altos executivos de algumas das principais companhias transnacionais de energia, alimentos, matérias-primas, industriais e de comunicações. De particular interesse para o Brasil, por exemplo, é o fato de que o fundador e presidente da empresa de energia AES, Roger W. Sant, também é presidente afiliado da WWF nos Estados Unidos.

Outros dois diretores da empresa, Robert H. Waterman Jr. e Hazel O’Leary, também são diretores locais do WWF, sendo que esta última foi Secretária de Energia do Governo dos Estados Unidos.

A AES, importante parceira do mercado, como se sabe, está atuando ativamente para controlar uma importante parcela do mercado brasileiro de energia, esperando tirar proveito de uma escassez em boa medida provocada por seus pares ambientalistas

tas-indigenistas, juntamente com empresas como Brasilcan, Enron e outras.

Como se percebe, o ambientalismo e o **big business** andam intimamente entrelaçados.

Cabe ressaltar que as principais fontes de financiamento das ONGs do aparato ambientalista e indigenista são doações das grandes empresas multinacionais e fundações das famílias oligárquicas do Hemisfério Norte (Ford, Rockefeller, MacArthur, W. Alton Jones, etc.), além de órgãos de financiamento oficiais ou semi-oficiais das principais potências do Grupo dos Sete (G-7). Entre esses últimos, destacam-se o USAID, o DFID (Inglaterra), a CIDA (Canadá) e outros. Assim sendo, não surpreende que a “agenda” do aparato ambientalista-indigenista seja ditada por tais centros de poder hegemônico, e não pelos reais interesses da Nação brasileira. Esse fato é reconhecido até mesmo por dirigentes do Movimento Ambientalista Brasileiro, como o ex-Presidente do Ibama, Eduardo Martins, que também foi diretor do WWF no Brasil.

Em uma entrevista publicada pela revista **Veja** em 2 de julho de 1998, ele admitiu:

“Cerca de 85% dos recursos que mantêm as ONGs no Brasil vêm do exterior. Com o dinheiro, vem também a pauta de prioridades definida para cada país. Isso gera problemas. A discussão ambiental patrocinada pelas ONGs acabava virando um modismo, que já teve simboles como o mi-co-leão, o elefante e agora o mogno. Imagine-se amanhã um grupo de ambientalistas europeus se reúne e decide que as ONGs devem dar apoio ao movimento dos sem-terras, por que eles são o novo símbolo da luta pela preservação. No dia seguinte, esquecem-se das flores e não se fala mais nisso.”

A mesma revista, numa reportagem publicada em 9 de fevereiro de 1994, confirmava a grande dependência externa das ONGs brasileiras, assinalando que 80% dos US\$700 milhões movimentados anualmente por elas, na ocasião, proviham do exterior. Evidentemente, em boa razão haja números conclusivos, até mesmo devido à dificuldade de se rastrear esses fluxos de dinheiro, podemos considerar que tal volume de recursos tenha-se multiplicado na mesma proporção em que tem aumentado o afã dos patrocinadores do movimento ambientalista-indigenista em esterilizar os esforços do desenvolvimento do país.

Essa dependência de recursos externos tem contaminado até mesmo órgãos oficiais, como o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Segundo informes do Instituto de Estudos Só-

cio-Econômicos (INESC), ONG de Brasília vinculada ao aparato ambientalista internacional e especializada em relações com o Congresso, 51% do orçamento do Ministério para este ano são provenientes de “doações” internacionais, cerca de R\$520 milhões. Talvez não seja mera coincidência que aproximadamente a mesma quantidade seja destinada ao orçamento-tária do Ministério à rubrica “outros serviços, de terceiros ou a pessoas jurídicas”.

Assim sendo, não surpreende a presteza do Ministério em contratar os serviços de inúmeras ONGs para elaborar estudos e avaliações que, via de regra, concluem pela “inviabilidade ambiental” de várias obras de infraestrutura no País. Se isso se confirmar, não seria demais afirmar que o Ministério está-se transformando num mero conduto oficial de verbas “doadas” do exterior para ONGs vinculadas ao aparato ambientalista internacional.

Não admira, pois, o crescente fundamentalismo com que tais órgãos passaram a encerrar suas atribuições, passando a funcionar, na prática, como um obstáculo oficial a qualquer empreendimento que busque abrir novas áreas de desenvolvimento.

Portanto, o levantamento e o registro dos fundos maneja dos pelas ONGs e até mesmo por certos órgãos oficiais é fundamental para o enquadramento institucional das atividades das entidades envolvidas com o meio ambiente, para que sejam contornadas as distorções que as têm caracterizado.

Essa é a introdução que preparei. A seguir, listo três ou quatro problemas que têm que ser, segundo meu ponto de vista, abordados. Primeiro, a característica geopolítica desses empreendimentos, dessas organizações não-governamentais. Eu tive a oportunidade de participar, como convocado, da CPI das Terras, em Roraima, no final do ano de 1999. Lá se estava analisando o caso da Associação Amazônia, uma ONG que vinha sofrendo acusações claras de grilagem de terras na fronteira de Roraima com o Estado do Amazonas. Fazia isso ilegalmente porque estava registrando as terras nos cartórios de Manaus, e não em Boa Vista. A investigações sobre essa organização não governamental, primeiro, nos levou a ver exatamente as famílias oligárquicas européias: um nobre italiano prestei de isso, e o membro que dirigia a organização... - tudo isso está de talha do no livro, no próprio depoimento, e, no entanto, para não me alongar nesta leitura, vou sintetizar o problema. Esses funcionários dessa organização não-governamental, quando vieram a presença do Estado de Roraima, pediram ajuda a uma organização vinculada à UICN,

União Internacional para Preservação da Natureza, que eu já mencionei no momento do pronunciamento, a ONG mais importante junto com o W.W.F., na Holanda, para pressionar o Governo brasileiro e o Governo do Estado de Roraima para de ter a investigação parlamentar. Isso nós pegamos na Internet, vimos quem era essa organização, e disso resulta que a organização que estava por trás era uma iniciativa europeia de defesa, supostamente, da Amazônia, ligada à UICN, holandesa. Qual era a cobertura dessa operação, que alguns chamam de "Escudo da Guiana"? Mas o Escudo da Guiana é a zona geológica que abarca o Estado de Roraima, mas não somente o Estado de Roraima; é, coincidentemente, a velha pretensão colonial sobre a chamada Ilha da Guiana, que se forma pelo Rio Orinoco, o canal de Cassiquiare, o rio Negro e sai pelo rio Amazonas, formando virtualmente uma ilha, que foi pretendida colonialmente, como os senhores sabem, a partir dos séculos XVI e XVII. As Guianas são a presença colonial, exatamente na tentativa de tomar a Ilha da Guiana como um elemento estratégico, em termos de todo o jogo colonial. Teríamos uma nova África. Basicamente era isso o que se pretendia. Essa ilha, onde a presença Yanomami está totalmente inscrita, permitiu-nos ver exatamente que havia uma pretensão de neutralizar qualquer esforço de desenvolvimento dentro dessa região. O Estado de Roraima, segundo me contaram alguns parlamentares, tem mais de 70% de sua área totalmente esterilizada, seja por via de reservas naturais, seja por via de reservas indígenas, seja por via de outras reservas. Isso é uma questão de liberdade. Parar o desenvolvimento em Roraima é um crime contra o País. Por quê? Porque é uma província mineral, onde há terras, cerrado e uma capacidade de produtividade muito importante, por exemplo, na produção de arroz e de outros cereais, que será imporante, inclusive, para abastecer o mercado venezuelano. A possibilidade de desenvolvimento e de dignidade para a população da região de corredata possibilidade de desenvolvimento. Eu me remeto certamente à visão que a diplomacia brasileira expressou nos fóruns internacionais na década de 60. Com esse congelamento do desenvolvimento brasileiro, o que se trata é de congelar exatamente a estrutura do poder oligárquico: "não que reamos que o Brasil comece a perturbar as relações de poder internacional". Não há outra explicação. O Brasil é um país absolutamente despovoado e é um país estrategicamente alvo de campanhas de controle populacional. Isso é inconcebível. É certo que há aí uma intenção de controle de recursos naturais. A esterilização de mulheres, que vinha dos

documentos que foram secretos na gestão do Secretário de Estado Henry Kissinger (Nationality Security Study Memorandum nº 200, de 1974), ou seja, secretos durante 20 anos, foram dados a conhecer. Lá estava estipulado claramente que, no Brasil, juntamente com outras 13 nações do chamado Terceiro Mundo, teria que ser controlada a população, porque afetava o abastecimento de recursos estratégicos minerais para as potências, ou seja, os Estados Unidos e os aliados dos Estados Unidos (leia-se Inglaterra, porque estão nessa aliança). Esse é o primeiro caso, que tenho hoje totalmente do conhecimento. Inclusive no livro, tive mos o cuidado de tirar todo o conhecimento apócrifo, que não tivesse identificação. E fomos claros nisso. Não estamos buscando nenhum interesse político. Queremos buscar a verdade e a justiça. É o que nos motivava e a mim, pessoalmente. O segundo caso é o ataque das organizações não-governamentais às obras de infra-estrutura. Vejam os senhores que a possibilidade de desenvolver o cerrado, de desenvolver os campos deste país e gerar emprego rapidamente, em um momento de crise, evidentemente, é na agropecuária. Isso não existe. Isso é ciência econômica. Não há forma de levar o nível de vida se rapidamente não houver emprego e produção de alimentos. Isso se faz com infra-estrutura para o processo agropecuário.

O que se quer ter? A hidrovía Araguaia-Tocantins, que vinha lá o território norte do Amazonas ao sul do País, através de uma via de integração que vai junto com uma série de linhas de transmissão de energia, etc. Não pode haver integração, não pode haver desenvolvimento nacional, fora os aspectos estratégicos-militares, se não há desenvolvimento do cerrado. Não há forma, militarmente, podemos dizer assim, vendo assim, economicamente, de ter uma linha de abastecimento e de desenvolvimento econômico, como foi exatamente a idéia dos lagos amazônicos, do Instituto Hudson. Quer dizer, separar o território norte, exatamente a Ilha da Guiana, do sul desenvolvido. Isso está claro em todas as tentativas de internacionalização da Amazônia. São ações financeiras de fora. Toda a operação que está havendo contra as hidrovias, as intervenções que estão havendo contra todas as linhas de penetração de desenvolvimento são simplesmente claras. Tenho explicado as obras que estão sendo detidas, que vou enunciar rapidamente, e o estado dessas obras:

Hidrovía Araguaia-Tocantins, hidrovía Paraná-Paraguai, hidrovía do Marajó, hidrovía Teles Pi-

res-Tapajós, por to de Mor ri nhos, aces sos viá ri os ao rio Paraguai.

Mas isso não é o mais gra ve. Obser vem o problema elétrico. Eu acho isso é um elemento central, que se tem que olhar com mu i to cu i da do. Em 1989, uma ação mu i to fa mo sa na re u ni ão de Alta mi ra, fi nan ci a da por to das as or ga ni za ções não-governamentais que ha vi a pa tro ci na do a cam pa nha con tra o Bra sil em re la ção ao as sas si na to de Chi co Men des no ex te ri or. En vi ron men tal De fen se Fund, Na ti on al Re source De fen se Coun cil, dos Esta dos Uni dos, e vá ri as or ga ni za ções não-governamentais que ten ho lis ta das, se reuniram em Altamira, numa reunião muito famosa, que fi cou mar ca da por que uma lí der ín di ge na sa cou um fa ção e o pas sou na fren te de um di re tor da Ele tro nor te. Essa re u ni ão foi um pa ra dig ma, por que es sas or ga ni za ções es ta vam tra ba lhan do jun to com o Ban co Mun dial para deter os investimentos em in fra-es trutura, espe cial men te hi dro elé tri cos, na re gi ão ama zô ni ca e, em ge ral, nas gran des bar ra gens, gru pos que es tão or ga ni zan do uma opo si ção a qual quer gran de bar ra gem.

Bom, o que se pa rou de pro du zir com isso? Pa rou-se de pro du zir 12 mil megawatts de po tência, que, hoje, com lin has de trans mis são, fa ri am ser ab so lu ta men te dis pensá vel qual quer crise de en er gia. Quer di zer, essa é uma ação cla ra das or ga ni za ções não-governamentais, que mos tra o ca rá ter fa la ci o so de di zer que es tão de fen den do o ser hu ma no e os di re i tos hu ma nos, quan do o que es ta mos ven do é o empobrecimen to cau sal da po pu la ção bra si le i ra. Isso es tá oc or ren do em mu i tas par tes do mun do. Po de mos lis tar uma sé rie de ações, des de a Índia até a Ásia (a for tu na da men te, os go ver nos asi á ti cos es tão ab so lu ta men te ati vos, por que ne ces si tam des se de sen vol vi men to, sen ão ter ão con fli tos bé li cos). Mas isso mos tra cla ra men te a ação de le té ri a, a ação no ci va. Su po sta men te de fen den do di re i tos hu ma nos de tri bos ín di ge nas ou de gru pos, es tão pa ran do o de sen vol vi men to elé tri co de um país. Num país com a quan ti da de de água e a ca pa ci da de hi dro elé tri ca ma i or do mun do, não se po dem con stru ir bar ra gens, por que há opo si ção des sas or ga ni za ções não-governamentais, to das elas vin cu la das a in te res ses es tra n ge i ros fi nan ci a dos e fa zen do o jo go com o Ban co Mun dial, que co lo cou, des de a ép o ca do Sr. Robert McNa mara, ab so lu ta men te, bar re i ras para in vestimen to em bar ra gens na re gi ão ama zô ni ca. Isto, do meu pon to de vis ta, é um ge no cí di o: de fi nir lo cal men te uma ques tão para pa rar o de sen vol vi men to de uma na ção.

E aqui te re mos uma cri se en er gé ti ca.

Há três se ma nas, o Pre si den te de Fur nas, Dr. Luiz Car los San tos, em um con gres so da As so ci a ção Bra si le i ra das Índus tri as de Base, em São Paulo, men ci onou que exis tem 276 pro je tos elé tri cos no País – lin has de trans mis são e di fe ren tes sub es ta ções – que es tão pa ra dos nes te mo men to por ques tões am bi en tai s ou ín di ge nis tas. Sen ho res, é um cri me de le sa-pá tri a que se es te ja pa ra li san do o de sen vol vi men to exa ta men te da en er gia elé tri ca, com suas lin has de trans mis são, bar ra gens, etc., em todo o País. Mais de 200 pro je tos pa ra dos, isto se gun do ci ta o Pre si den te de Fur nas.

Aqui en tra mos na par te fi nal, da qual que ro fa lar bre vemen te, que diz res pe i to ao pro ble ma re la ci o na do ao pa pel do Mi nis té ri o Pú bli co. Que ro ape nas ler bre vemen te esta par te para os se nho res – são duas pá gi nas –, por que que ro ser mu i to pon tu al.

Um in stru men to fun da men tal que as ONGs en con traram para im ple men tar a sua ofen si va an ti de sen vol vi men ti sta é a ma ni pu la ção de cer tos se to res do Mi nis té ri o Pú bli co com te mas am bi en tai s. La men ta vel men te essa é uma al ian ça que tem si do su ce di da em pa ra li sar em pre en di men tos vi tai s para o de sen vol vi men to na ci on al e que já ame a ça, in clu si ve, a con stru ção de in sta la ções mi li ta res, como oc or re re ce n tem en te em Ro ri ma.

A al ian ça en tre ONGs e o Mi nis té ri o Pú bli co – cer tos se to res do Mi nis té ri o Pú bli co – foi ex pli ci ta da num bo le ti m de im pre n sa di vul ga do pelo ISA, In sti tu to Só ci o-Amb i en tal, em 19 de mar ço de 2001, que re pro du z tex tu al men te:

“Jus ti ça sus pen de trans por te de grãos pela hi dro via Ara gua ia-To can tins. Mi nis té ri o Pú bli co Fe de ral nos Esta dos de Ma to Gros so e Go iás, em ar ti cu la ção com o ISA, ob té m de ci são ju di ci al em bar gan do o trans bor do ile gal de car ga pre vi sto para o in í ci o des sa se ma na na ci da de de Bar ras do Gar ças.

O Ju iz Fe de ral Pa u lo Cé sar Alves So dré de ter mi nou, no fi nal da tar de de sex ta-fei ra, 16 de mar ço, a sus pensão im e di a ta do em bar que, de sem bar que e trans por te de grãos pela cha ma da Es ta ção de Trans fe rên cia de Car ga em Bar ras do Gar ças (MT). Im pe diu as sim o in í ci o ile gal das ati vi da des de trans por te de grãos pela Hidro via Ara gua ia-To can tins, já que ain da não há Es tu do de Im pac to Amb i en tal apro va do pelo Iba ma.

(...)

A de ci são re sul tou da ar ti cu la ção das re pre sen ta ções do Mi nis té ri o Pú bli co Fe de ral nos Esta dos de Ma to Gros so e Go iás com o In sti tu to Só ci o-Amb i en tal.

cio-Ambiental, que enviaram petição à Justiça Federal do Mato Grosso, no âmbito da ação movida pela Comunidade Indígena Xavante contra a Hidrovia.

O ISA tem uma Coordenação de Atividades Jurídicas, cuja função, segundo documentos da própria ONG, é oferecer, entre outros serviços, 'a capacidade jurídica instalada no ISA para outras organizações públicas e setores organizados da sociedade'. Esta Coordenação é mantida com recursos provenientes de doações do exterior, especificamente as fundações Ford, MacArthur, Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento, da Holanda, e a FAFO (Programa Norueguês para Povos Indígenas).

Outra manifestação desse entrosamento foi a convocação feita, em 10 de março de 2000, pelo Secretário-Geral da ONG paulista Direito por um Planeta Verde, Guilherme Purvin, igualmente Procurador do Estado de São Paulo e Presidente do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, IBAP, e do Centro de Estudos sobre Meio Ambiente e Relações do Consumo.

O teor da convocação é auto-explicativo:

Colegas, todos os participantes desta lista representam associações civis ambientalistas e são convidados para uma reunião a ser realizada no próximo dia 12 (segunda-feira), entre o Ministério Público de São Paulo e organizações não-governamentais ambientalistas para discussão de estratégias a serem adotadas na negociação do Projeto Michelle to de alteração do Código Florestal.

Local: Auditório da rua Líbero Badaró, 600 – São Paulo-SP.

Horário: 15h30 (pontualmente)

Guilherme Purvin – Sec. Geral do Instituto O Direito por um Planeta Verde.

Esse episódio, com o processo de aprovação do novo Código Florestal, serve para exemplificar como o aparato de ONGs ambientalistas influencia a feitura da legislação ambiental brasileira, que, apesar de sua crescente restritividade aos empreendimentos produtivos, de sua ambiguidade e conflituosidade – e, que talvez, por causa disto – costuma ser usada pelos ambientalistas como sendo "a mais avançada do mundo".

No caso, a campanha contra a aprovação do Código Florestal propost pelo Deputado Moacyr Micheletto, foi comandada pela WWF, e secundada pelo Greenpeace, o Instituto Sócio-Ambiental e outras ONGs subordinadas a estas. A campanha, diga-se de passagem, só obteve a sua grande repercussão devi-

do ao engajamento direto da grande mídia. É bem verdade que esse engajamento não surpreende, pois, no Conselho Diretor do WWF-Brasil, têm assento o Sr. José Roberto Marinho e Pedro Sirotsky, representantes dos dois maiores grupos de comunicação do País.

Nesse contexto, estamos diante de uma situação de extrema gravidade, na qual se está constituindo uma verdadeira "ecoditadura" das ONGs sobre as perspectivas de desenvolvimento do País. No caso, temos um poder, como o Ministério Público, que foi concebido como um instrumento de indenização necessária para defender os interesses difusos da sociedade, para o qual não se submete a qualquer hierarquia de poder nacional, mas que está sendo manipulado por uma estrutura hierárquica de poder supranacional. Se não se submete aos poderes constituídos, mas se submete à influência de organizações não-governamentais por via do Instituto Sócio-Ambiental, que está recebendo dinheiro do exterior.

Portanto, torna-se fundamental investigar os bastidores da influência direta das ONGs sobre tais setores do Ministério Público: se ela está sendo implementada por meio de seminários e cursos promovidos pelas ONGs, dentro e fora do País, e quem financia tais cursos. Se se está indo a Paris, Londres ou Estados Unidos, quem está pagando por isso? Por que isso não é um ato indevidente do Ministério Público, é um ato muito sério que tem que ser considerado e levantado. Por que já há uma legislação muito restritiva, suficientemente restritiva, para, ademais, haver uma articulação de procuradores que estão absolutamente interferindo sobre o desenvolvimento do País.

Um exemplo das vinculações pode ser visto com o já referido Instituto O Direito por um Planeta Verde – ONG jurídica sediada em São Paulo, que promove regularmente congressos internacionais de direito ambiental. Um deles, realizado em maio de 1999, em São Paulo, teve como tema a "Proteção Jurídica das Florestas Tropicais" e contou com o apoio da Fundação W. Alton Jones, célebre por financiar campanhas contra a implementação da hidrovia Paraguai-Paraná. O evento teve ainda o suporte do Environmental Law Institute – ONG jurídica estadunidense muito ativa no Brasil –, da Universidade do Texas, do USIS (Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos) e de diversas entidades de classe e órgãos do setor jurídico brasileiro.

Sobre essa “ecoditadura”, vale mencionar a opinião de renomado jurista Miguel Reale Júnior sobre a Lei de Crimes Ambientais, sancionada em 1998. Num artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 6 de abril de 1998, ele a qualificou como “lei hedionda dos crimes ambientais”, ressaltando o seu caráter ditatorial, que considera meras infrações administrativas como crimes e ele vada nos culposos à condição de delito. O nívelamento de animais ao ser humano, princípio basilar do ambientalismo, configura-se no art. 32, que define como crime “praticar atos de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”, cabendo ao criminoso pena de três meses a um ano de detenção e multa. Como realça Reale Júnior, “maus-tratos” é o nome jurídico utilizado no Código Penal para a conduta que coloca em risco a vida e a saúde da pessoa humana, e cuja a pena, aliás, é inferior à prevista na nova Lei de Crimes Ambientais por atos similares praticados contra animais.

Quando uma sociedade começa a levantar direitos animais à altura de direitos humanos, estamos a um passo de tratar direitos humanos como animais. É isso que está acontecendo.

Quer finalizar este depoimento com um relato sobre a participação da mídia na estrutura de poder representada pelas ONGs. E já qualificar isso de ditadura ou “ecoditadura”. Se já temos, quanto ao poder financeiro, o Estado em austeridade permanente, os órgãos de governo, à mínima, e há acordo com fundos externos, então, se pode levar a cabo uma ação. Então, o Judiciário está parado, exceto o Judiciário ambiental, porque está recebendo dinheiro para poder efetuar uma supervisão quando o País está em austeridade permanente. Isso é uma ecoditadura.

Quer finalizar o depoimento com um relato sobre a participação da mídia na estrutura de poder representada pelas ONGs. Vou repetir-me a dois casos notórios de conluio de interesses entre organizações de mídia e ONGs que estão de sempre nham do papéis fundamentais nessa grande campanha contra o Estado nacional brasileiro.

O primeiro envolve o movimento “Viva Rio”, ONG sediada no Rio de Janeiro que, nos últimos anos, vem trabalhando em estreita coordenação com o Ministério da Justiça para reformar a política de segurança pública, ou melhor, para substituí-la pelo que seus dirigentes chamam “doutrina de segurança cidadã”, cujo carro-chefe é a campanha de desarmamento civil. A participação do “Viva Rio” nessa empreitada

foi anunciada pelo então Secretário-Geral do Ministério da Justiça, José Gregori, em 1995, tendo sido mantida depois que José Gregori assumiu o ministério. Para simbolizar essa aliança, a Diretoria do “Viva Rio”, Elizabeth Sussekind, foi nomeada para Secretária de Justiça do Ministério da Justiça.

E aqui temos um fenômeno muito interessante: já não são mais organizações não-governamentais; começam a se converter em organizações quase governamentais, começam a se infiltrar na estrutura institucional do País, são os únicos que têm recursos e os estão introduzindo exatamente dentro da justiça e dentro da estrutura de meio ambiente do País.

O movimento “Viva Rio” foi fundado em novembro de 1993 como uma organização-chave do chamado “Terceiro Setor”, com o patrocínio de alguns dos grupos mais poderosos que representam os interesses do **establishment** no Brasil, como a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Brascan, a Fundação Rockefeller, Vitae, Kellogg e outros, além da participação de luminares, como o banqueiro David Rockefeller, Roberto Marinho e outros. Para que entendamos melhor o que está por trás da organização e suas propostas, vejamos o que disse o líder do “Viva Rio”, o sociólogo Rubem César Fernandes: Segundo ele, os conceitos de “Nação” e “povo” estão superados. O que conta agora é a relação privada dos cidadãos com as causas abstratas da Humanidade. O lema agora é pensar globalmente e agir localmente. E eu diria melhor: pensar globalmente e agir loucamente. Sob essa premissa, os “direitos humanos” passam a não ter nada a ver com a responsabilidade de fazer progredir a prosperidade da cidadania, mas com um direito abstrato que regula as exigências do egoísmo pessoal com um universalismo etéreo e amorfo. Em suma, trata-se de uma confrontação entre os conceitos de Estado nacional e a ideiaologia de um “governo mundial” dirigido por entidades supranacionais que correspondem apenas aos mal definidos interesses de uma etérea “cidadania global”.

O “Viva Rio” e sua “segurança cidadã” foram denunciados em 1997 pelo então Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, General Nilton Cerqueira, que, em artigos na imprensa, expôs os vínculos do movimento com organizações internacionais que promovem a legalização do uso de drogas, patrocinadas por elementos como o mega especulador George Soros. Sintomaticamente, hoje, o “Viva Rio” encabeça a campanha de desarmamento civil, para o que conta com o entusiasmo e o apoio dos meios de comunicação das Organizações Globo.

Há dias, o jornalista Ricardo Boechat, do jornal **O Globo**, afirmou que o Vice-Presidente das Organizações Globo, José Roberto Marinho, que também é membro do Conselho Diretor do “Viva Rio”, doou à organização seu veículo particular para ser utilizado em operações de vigilância ambiental na Baía de Guanabara.

Outro exemplo que quero mencionar se refere à ação judicial que o WWF-Brasil está movendo contra o Movimento de Solidariedade Ibero-americana, cujo jornal quinzenal, *Solidariedade Ibero-americana*, tem denunciado repetidamente as ações do aparato das ONGs no Brasil no exterior. O Presidente do Conselho Diretor da WWF é ninguém menos que o já referido José Roberto Marinho. Além disso, também tem assento no Conselho Pedro Sirotsky, cuja família é proprietária de uma rede de comunicação no Sul do País; Roberto Paulo César de Andrade, do grupo Brascan – lembrem-se de que o grupo Brascan é de herdeiros do grupo Light, o famoso povo canadenense que dominou legal e ilegalmente certos aspectos da política do País na Velha República; José Safrá, do Banco Safrá, e outros. E aqui a pergunta surge imediatamente. Parece que a direção do WWF tem como característica basicamente só pessoas ou grupos que têm riquezas acima de US\$ 500 milhões.

No último dia 19 de janeiro, na posse de uma liminar concedida em segunda instância, o WWF-Brasil obteve o arresto e custódia de publicações do MSIA, supostamente “difamatórias” de suas atividades à frente das campanhas ambientalistas no Brasil, sem que o MSIA se quer houvesse sido citada judicialmente. No texto da queixa, o WWF-Brasil afirma que “o MSIA, em busca de afirmação e reconhecimento perante a sociedade civil brasileira, procedeu de maneira totalmente irresponsável ao divulgar uma série de informações inverídicas, caluniosas e, até mesmo, insanáveis ao peito da Requerente.”

Quero ressaltar que o Juiz Paulo Maurício Pereira, da 24ª Vara Cível do Rio de Janeiro, em seu despacho, havia simplesmente ressaltado que “inexiste prova concreta de que as informações remetidas pela primeira ré são falsas ou distorcidas, certo que não é só ela que emite tais opiniões, resumindo-se tudo na discussão envolvendo o que os nacionalistas chamam de ‘política imperialista das grandes potências mundiais’ e ‘política de internacionalização da Amazônia’, matérias que de há muito vêm sendo discutidas pela imprensa, inclusive por membros do governo e militares brasileiros, estes pelo dever que têm de resguardar nossas fronteiras e soberania”.

O WWF entrou com um agravo de instrumento, e um juiz de segunda instância concedeu uma busca e apreensão de material com relação ao Movimento de Solidariedade, que o jornal **Gazeta Mercantil**, em sua edição de 25 de janeiro, relatou desta maneira – é importante, por que aqui estão claramente as duas concepções com respeito a este tema:

“Duas representantes de entidades civis internacionais estão levando as divergências políticas, ideológicas e metodológicas para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro... A WWF do Brasil, presidida pelo empresário José Roberto Marinho, acusa o MSIA de atentar-lhe contra o bom nome e a credibilidade. Segundo boletins do MSIA, a WWF estaria conspirando contra o desenvolvimento do País, com o objetivo de inferiorizar econômica e tecnologicamente o Estado brasileiro. (...)”

“O MSIA, formado por profissionais liberais, militares e empresários nacionalistas, é inspirado nas idéias do economista americano Lyndon LaRouche, defensor dos Estados nacionais soberanos, da formulação dos sistemas monetários e financeiros internacionais e das grandes obras de infra-estrutura como fator de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. (...)”

“As escaramuças envolvendo as entidades existiam veladamente, mas ficaram insuportáveis depois que o Ministro dos Transportes, Eli Seu Padilha, anunciou a suspensão da Hidrovia Paraná-Paraguai, canal de escoamento de produção agrícola do centro da América do Sul. A WWF fez campanha contra o projeto da hidrovia, alegando que haveria impacto desfavorável para a fauna, a vegetação e a população do Pantanal mato-grossense. Monitorava todas as etapas do processo. O MSIA considerava fundamental a conclusão do projeto para o desenvolvimento econômico do País e alega que a WWF tinha uma base avançada em Corumbá para trabalhar contra a construção da hidrovia.”

Como segue o jornal, o que está em jogo, não apenas no caso WWF x MSIA, mas em toda a ofensiva das ONGs, são duas concepções inconciliáveis sobre a noção de desenvolvimento e a responsabilidade do Estado nacional soberano para com ele. De um lado, está o mundo de pesadelo oferecido pelos ideólogos do ambientalismo-indigenismo, um mundo no qual o ser humano e suas legítimas aspirações ao progresso e ao bem-estar têm que se subordinar aos ditames de uma idílica “proteção da natureza”. Do outro, está a possibilidade de que o Brasil venha a assumir plenamente as suas responsabilidades na cons-

trução de uma nova ordem econômica mundial justa, sobre os elementos do presente sistema financeiro internacional, na qual os grandes projetos de infra-estrutura e a expansão das fronteiras agrícolas venham a desempenhar um papel fundamental. Difícilmente, isto poderá ser feito se as ONGs e entidades similares continuarem dispondo do enorme poderio que têm atualmente. Por tanto, acredito que o trabalho desta Comissão poderá ter uma relevância crucial para o futuro imediato deste grande País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a participação inicial do Dr. Lorenzo Carrasco e passo a palavra ao primeiro oraador inscrito, Senador Bernardo Cabral, para as suas perguntas.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, peço desculpas ao Senador Bernardo Cabral.

Antes de S. Ex^a usar a palavra, que ria apresentar a V. Ex^a um requerimento, nos termos do arts. 90 e 93 do Regimento Interno, solicitando sejam convidadas as seguintes pessoas físicas: Dr. Augusto Franco, Conselheiro do Programa Comunidade Solidária, Ministro da Saúde José Serra e Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho, para também prestarem depoimentos nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Solicito à SRA. Secretária que receba o requerimento, que será colocado em apreciação no momento oportuno.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de conceder a palavra ao Senador Bernardo Cabral, concedo, pela ordem, ao Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Também peço desculpas ao Senador Bernardo Cabral, mas de seja encaminhar um requerimento.

Solicito que, nos termos do Regimento Interno, sejam requisitadas, do Banco Central do Brasil, as seguintes informações:

1 – montante de moeda estrangeira internada no País a crédito de organizações não-governamentais constituídas e em funcionamento no território nacional;

2 – entidades beneficiadas e a soma destinada a cada uma delas, com os respectivos endereços, se possível.

O pedido acima se refere ao período dos últimos cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Embora tenha concedido a palavra ao Senador Bernardo Cabral, de acordo com a lista de inscrição, a SRA. Relatora está pedindo preferência para falar. Concedo a palavra a V. Ex^a, Senadora.

O SR. MARLUCE PINTO – Não. Pela ordem, Sr. Presidente. Faço o seguinte: para o Senador Bernardo Cabral, eu concedo, mas, em CPIs, a palavra é concedida primeiramente ao Relator. Mesmo assim, com muita honra, concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

A SRA. MARINA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BERNARDO CABRAL – Veja, V. Ex^a, Senadora...

A SRA. MARINA SILVA – Concordo que se abra a exceção para o Senador Bernardo Cabral...

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente...

A SRA. MARINA SILVA – ... já que S. Ex^a está inscrito e V. Ex^a já o mencionou, mas concordo plenamente com a metodologia estabelecida pela Senadora Marluce Pinto de que, primeiro, o Relator faz uma batéria de perguntas, e depois é aberto para os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência quis, inclusive, nesse particular, oferecer mais subsídios para a Relatora, porque S. Ex^a ouviria as perguntas dos Srs. Senadores e, depois, poderia, inclusive, acrescentar suas observações de maneira mais ampla. Mas não há problema algum na inversão do processo, se não contrariar o Regimento.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, não pedi a palavra pela ordem porque também tenho requerimentos a apresentar, mas, em toda CPI os requerimentos são submetidos à Relatoria. A SRA. Relatora é quem vai dar parecer primeiro, antes de ser submetido ao plenário. É por essa razão que, antes de entrar no mérito de minha indagação, iria sugerir exatamente o que vou para, depois, ouvir a Relatora e, então, dentro da ordem de inscrição, falar.

Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, acho que V. Ex^a e a Senadora Marluce Pinto vão comandar uma CPI de alto poder explosivo. As denúncias gravíssimas trazidas aqui pelo Dr. Lorenzo Carrasco foram por escrito. S. S^a está do cumentando para que se possa fazer o requerimento que vou fazer a V. Ex^a agora, para que a SRA. Relatora, se considerar conveniente, incorpore e depois submeta, que quero dar meus subsídios à Relatora.

Primeiro, que a eminente Relatora Marluce Pinto providencie o requerimento, se considerar conveniente, para ouvir quais são esses membros do Ministério Público que viajaram à custa dessas organizações. Por que não foi para isso que de mos for ça ao Ministério Público na Assembléia Nacional Constituinte. Esse é o primeiro ponto. Se V. Ex^a aceitar, o requerimento depois será posto em votação e terá o meu aplauso.

Segundo, saber que tipo de relacionamento está existindo em umas organizações não-governamentais que se enfro nham no Governo, e os nomes foram aqui ditos, para que venham de por nesta Comissão, sejam Ministros de Estado ou não. Por que o professor Carrasco nominou três pessoas, dentre as quais um é o atual Ministro da Justiça, o outro é o Secretário-Geral e um terceiro é do Movimento Viva Rio. Como ele o fez por escrito, é evidente que não pode ser desprezada essa denúncia.

Sr. Presidente, essa era a primeira parte da intervenção. Depois que a Relatora falar, então, eu usarei a minha inscri ção normal, por que tenho muita coisa para perguntar ao Dr. Carrasco.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra, a Senadora Marluce Pinto, Relatora desta Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente, membros desta Comissão, Sr. Lorenzo Carrasco, nós somos defensores da região amazônica, porque a apresentamos aqui no Senado da República. Há muitos e muitos anos estamos alertando o Governo Federal sobre a penetração de estrangeiros, principalmente dessas ONGs, na região. Fala-se muito na internacionalização da Amazônia, embora algumas autoridades discordem. Mas, após esse depoimento de V. S^a, nós chegamos à conclusão de que a situação é muito grave. Quando o nobre Senador Bernardo Cabral, que foi o Relator da Constituição de 1988, ali, em consonância com os demais, foram concedidos muitos poderes ao Ministério Público. E o que nós estamos acompanhando é que, em muitos casos, eles têm fugido um pouco das suas atribuições, ou, para melhor dizer, penetrando em determinadas situações, em determinados casos, de maneira diferente a que nós todos esperávamos. É inconcebível que eles façam cursos e viagem por conta das ONGs, e sem haver qualquer comunicação para o Poder Judiciário, o Supremo, e muito menos aqui, para o Senado, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de quem é hoje Presidente o nobre Senador

Bernardo Cabral, de cujo conhecimento jurídico nós sabemos.

E para até iniciar, Senador Bernardo Cabral e membros desta Comissão, nesta CPI, nós deveremos tomar uma iniciativa de imediato. Que nenhum recurso do exterior seja recebido sejam quais forem as ONGs, do exterior ou nacionais, sem que, primeiro, não passe pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, pela CAE. Se até para o Governo brasileiro fazer qualquer empréstimo no exterior é preciso que seja aprovado pela CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, como podemos ficar de braços cruzados aqui, no Senado, quando o recurso vem de ONGs cujas intenções não conhecemos. Embora não queiramos generalizar, sei que, assim como existe aquelas que estão sendo prejudiciais ao nosso País, existem as que estão ajudando, mas exatamente para sermos justos, temos que fazer agora essa exigência. Não é possível se receber dinheiro de fora sem saber a finalidade de, como ele é gasto, quanto se recebe, e sem haver nenhuma prestação de contas, e muito menos membros do Ministério Público aceitarem qualquer patrocínio por parte de ONGs.

Mas, saindo da internacionalização da Amazônia, V. Ex^a também mencionou o caso dos Yanomamis. Eu já era Senador quando houve a Eco-92, e, antes de o evento ser realizado aqui, no Brasil, o ex-Presidente Fernando Collor assinou o decreto da demarcação das terras indígenas no território de Roraima, cujas terras ficam localizadas no extremo norte do Estado, fazendo fronteira, principalmente, com a Venezuela e parte com a Guiana. Segundo alguns cientistas, é a região que tem o solo mais rico do nosso País. Foi demarcado, à época era Governador do Estado o Brigadeiro Otomar de Souza Pinto e, como sou do mesmo grupo político, fui ao então Presidente, Sr. Fernando Collor. E o que ouvi do ex-Presidente foi que houve muita pressão dos países ricos para que a Eco-92 fosse realizada no Brasil, e que só se daria aquele evento se fossem demarcadas aquelas terras. Lembro-me de que ele estava com uma caneta na mão e disse que, com a mesma caneta e a mesma mão que assinou o decreto, pode ele ser revogado. Eu saí com a certeza de que, realmente, era uma situação diversa. A ONG foi um sucesso. Nós vimos os presidentes dos países do Primeiro Mundo lá, no Rio de Janeiro, usando a palavra, tanto o Sr. François Mitterrand, da França, como o dos Estados Unidos ou do Japão, que saíram daqui encanitados com o nosso Presidente, etc. O certo é que até hoje aquela região continua com a demarcação,

e, por parte das ONGs que se instalaram aqui, no País, com a finalidade de ajudar os índios, também não tomamos conhecimento de qualquer providência para minorar a carência das comunidades indígenas, porque, durante toda a minha vida, há os "surucucus". Ainda recentemente, no mês de abril, acompanhando uma comitiva do Senado, quando fomos convidados por um General do Estado-Maior na Amazônia para ir àquele região juntamente com outros militares, só poderíamos dizer que a constante permanência é dos militares daquele pelotão de fronteira ali instalado, que faz parte do Projeto Calha Norte. Foi por isso que, com as declarações de V. S^a, me veio logo a idéia de começar a exigir, para termos a consciência tranquila de como são utilizadas essas verbas. Por que eu estive, ali, na comunidade Yanomami, nos idos de 1981, quando o General Figueiredo, irmão do ex-Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, era o Comandante da Amazônia, juntamente com as suas esposas, quando fomos visitar aquele local. Lá era um malocção comunitário, como é até hoje. Portanto, após mais de 20 anos - quase 22 anos -, não vi nada que fosse diferente da minha primeira visita àquela região. Os índios vivem num grande malocção, em que as famílias são separam por um fogo. Como ainda era abril quando lá estive com a comitiva que mencionei, a índia tem o filhinho, que fica dentro da rede, na que a fumaça permanece. O que eles pegam de peixe e caça fica tudo dentro da quele malocção, onde há promiscuidade, uma falta incrivele higiênic e uma falta de assintência muito pior. Então, eu pergunto: o que essas ONGs estão fazendo? E, agora, que a área é demarcada, fica sob a responsabilidade da Funai, e nada é feito. Por várias vezes, já falei em meus pronunciamentos no Plenário do Senado e vou falar, aqui, na Comissão: se não fosse a existência do pelotão de fronteira, não sei se aqueles índios existiriam ali, pela falta de assintência de que padecem. Então, acho até que nós estamos um pouco omisso - quando digo nós, refiro-me a nós, políticos brasileiros, autoridades, que poderíamos dar um bastanessas situações periclitantes que acompanhamos no País.

Outro ponto que me chamou muito a atenção, saindo do caso dos Yanomami: 85% das verbas que aqui chegam são do exterior, principalmente dos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, etc. Então, se V. S^a citou que 85% vêm do exterior, deve ter conhecido dos valores de cada país, quanto é que vem, quais as ONGs. Gostaria que V. S^a de pois me respondesse sobre isso, e se há possibilidade de encaminhar para esta Comissão um relatório minucioso com

relação a esses 85% de verbas do exterior que chegam para as ONGs.

Também outro caso impressionante é que 51% das verbas do orçamento do Ministério do Meio Ambiente vêm também através das verbas do exterior.

O SR. LORENZO CARRASCO – Segundo uma ONG que está aqui instalada.

A SRA. MARLUCE PINTO - Então, da mesma maneira que questioneei os 85%, gostaria que V. S^a adotasse o mesmo procedimento de encaminhar-nos qual o valor que representa esses 51% e a ONG que realmente está subsidiando, para que possamos tomar as devidas providências, porque, como disse o nobre Senador Bernardo Cabral, esta Comissão – nem digo apenas que ela vai ser tão polêmica, porque realmente deve ser – tem uma responsabilidade muito grande, já que, após encerrarmos e não esclarecermos à sociedade e não exigirmos das autoridades competentes que muita coisa seja eliminada, então, tudo seja revisito, que haja uma fiscalização. Então, eu não sei nem se vai haver mérito para esta Comissão se não pudermos esclarecer os pontos negativos com relação às ONGs.

V. S^a citou também que – não sei se o número que entendi está correto – 276 projetos estão para dos referentes a hidroelétricas, levando em consideração as barragens e as linhas de transmissão. Foi esse o número?

O SR. LORENZO CARRASCO – 276 foi o número que utilizou o Presidente de Furnas, seguramente referindo-se a diversas obras, não apenas barragens, mas linhas de transmissão, subestações. Penso que o Presidente de Furnas poderia, ele mesmo, apresentar um relatório exatamente das obras que estariam paralisadas, igualmente as verbas, porque toda infraestrutura, Senadora,...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ele vai lhe responder ao final, Senadora.

A SRA. MARLUCE PINTO – Vou continuar, e V. S^a responderá ao final.

Penso que, no momento, o assunto mais preocupante no País é a falta de energia, porque ela não vai ocorrer apenas que se diminua o horário de trabalho, que se elimine parte dos aparelhos de ar condicionado, etc. A economia do nosso País, de um modo geral, vai sofrer um abalo muito grande, porque o parque industrial brasileiro vai ter que reduzir, talvez num percentual bastante elevado, a produção do seu material. E não havendo energia, sabemos que tudo fica sacrificado. Fala-se tanto em acidentes de trânsito, mas, se faltar energia, nem sabemos, nas grandes ci

dades, como ficará o movimento, não havendo se máforos.

E vai por aí agora, o que não é assunto para discutirmos aqui com de talhes.

Mas essa proibição das ONGs com relação à construção de hidrelétricas também me fez lembrar, nos idos de 1980, quando o mesmo Governador que estava em 1990, quando foram demarcadas as terras indígenas, fez um projeto para que fosse construída a hidrelétrica em Roraima, porque a nossa energia é com termoeletrica, no rio Cotingo.

Temos aqui um senhor que, na época, era Presidente do nosso banco. O Senador Moraes do Cavalcanti deve lembrar que foram feitas estradas, pontes, porque para lá não havia meios de transporte, a não ser o avião, ou o povo ia a cavalo. O trabalho ia muito bem, o projeto foi aprovado em setores competentes, e, depois, não pôde haver continuidade. E já vi nham exatamente os problemas: os índios, não podia, ia alagar, quando, na quebra região, onde ia ser instalada a hidrelétrica, não havia uma maloca indígena.

Os anos passaram, isso foi em 1980. Depois, o mesmo Governador voltou a governar em 1990 e, junto com os parlamentares, trabalhou bastante para conseguir a liberação. O atual Governador, que está no seu sétimo ano, no início, também tratou juntamente com o Presidente da República e com o Ministro das Minas e Energia da época. Foram muitas vezes e chegamos à conclusão, porque dissemos mesmo que não havia possibilidade de alguma ser construída a hidrelétrica, e houve a opção pela linha de transmissão de Guri, saindo do país vizinho, a Venezuela. E hoje ficamos a lamentar sinceramente. Não que eu condene a linha de transmissão de Guri, porque realmente vai resolver o nosso problema. Se não existe outra solução com a qual pudéssemos dar continuidade, optamos pela segunda, embora não fosse tão favorável quanto a primeira. A primeira seria mais um patrimônio brasileiro, um investimento numa energia movida a água, com a qual, depois, não tínhamos nada a resgatar. Para que V. Ex^{as} e V. S^{as} tenham conhecimento, a linha de transmissão de Guri, antes até de ser inaugurada e terminada, aqui no Brasil, há mais de um ano que ficou construída, partindo da nossa capital, Boa Vista, até a fronteira com a Venezuela, e até hoje ainda não foi resolvido o problema por causa da Venezuela e porque os índios – também deve ter ONGs pelo meio – vêm atrapalhando.

Então, estou citando esse assunto para termos a consciência de como essas ONGs estão tendo um poder até sobrenatural sobre o nosso país. Deixar-

mos de, com menos recursos, ter uma hidrelétrica, que se tornaria um patrimônio e seria bem mais viável, com uma energia bem mais barata, para nos subtermos a receber energia de fora?! Agora, tudo muito bem, consideramos a Venezuela quase como irmãs, há um relacionamento muito bom entre o Governador brasileiro e o venezuelano, mas não sabemos até quando, tudo pode acontecer. Então, é por essas coisas que se chega à conclusão de que as ONGs estão tendo mais poder no nosso País do que nós, parlamentares, para resolvermos os nossos problemas juntamente com o poder central.

Gostaria, também, de falar sobre a griagem de terras no Amazonas e em Roraima. Ainda recentemente foi noticiado pela imprensa: uma só pessoa, quantos mil hectares de terra já conseguiu em cartórios diferentes, em cidades diferentes da região amazônica, registrando terra, e se sabe, também, que tudo isso está sendo proporcionado pelas ONGs.

Gostaria, se não hoje, mas em outra oportunidade, que V. S^a. remetesse um relatório sobre a griagem das terras na Amazônia, por que já temos alguns subsídios, mas quanto mais tivermos melhor, para podermos realizar o nosso relatório final.

No início, também se mencionou a questão da ALCA. Realmente, há uma controvérsia aqui, no País, porque, primeiramente, iniciamos com as áreas de livre comércio e a zona franca, como é a Zona Franca de Manaus.

A Zona Franca de Manaus ajudou bastante. Conhecemos Manaus antes da Zona Franca, e, a comparar o que era a cidade de Manaus anteriormente com o que ela é hoje, parece até que estamos em um país diferente. Foi um avanço muito grande, que tanto desenvolveu a capital como, também, o interior, por que foi quando começou aquele Estado a arrecadar uma soma bastante suficiente para que tivesse a transformação que teve.

Lembro muito bem a época da Constituição. Eu mesma estava numa reunião de liderança e saí para chamar o embaixador da República, à época o Senador Bernardo Cabral, por que a maior preocupação era de eliminar a Zona Franca de Manaus.

Graças às informações e à interferência do nosso Senador Bernardo Cabral, ela continuou e obteve até mais subsídios. Enfim, continuava tudo como antes, mas as ameaças não passaram.

Sei que quando S. Ex^a. usar da palavra pode rá de falar mais, já que é o "Presidente" do Amazonas. Não vou entrar muito nesse assunto, por que cabe ao

Senador explicar o melhor, mas sabemos das dificuldades.

No nosso Estado mesmo – fui Deputada Constituinte e, em 1991, vim para o Senado –, em 1992, apresentei projetos para duas áreas de livre comércio em Roraima, uma na fronteira com a Venezuela e outra na Guiana.

Aprovamos as duas. O Senador José Sarney apresentou uma emenda – a emenda foi até num projeto da Zona Franca de Manaus. S. Ex^a solicitou meu projeto, eu o levei, e S. Ex^a apresentou uma emenda no projeto da Zona Franca e a aprovou.

À época, quem era do Ministério era o Senador Alexandre Costa, já falecido. O Amapá teve a sorte de logo implantar sua área de livre comércio. Em Roraima, até hoje aguardamos. Agora, já se tenta uma ZPE. Não sabemos se vai dar resultado.

São essas as dificuldades. E lembro que, por mais que se tenha tentado, toda a Banca da se empenhou para a instalação das duas áreas de livre comércio, e a desculpa era por que Paracaima e Bonfim tinham comunidades indígenas próximas.

É sempre isto: as ONGs incentivando os índios. Apresentamos os índios como o fator que impede o desenvolvimento da região amazônica. Só que, coitados, eles só têm servido de inocentes úteis, porque para eles não sobra nada, só a miséria em que vivem, passando fome, subnutridos, e sem a família ter qualquer recurso para se manter.

Portanto, professor, estou satisfeita. Lamento não haver tido oportunidade de ler seu livro “Máfia Verde”. Mandei procurá-lo no comércio aqui, mas não o encontrei. Entretanto, como V. S^a vai distribuí-lo, admito que, após a leitura desse livro, teremos mais subsídios, e, quem sabe, seja necessário, com a anuência de V. Ex^a e com a aprovação dos membros da Comissão, retribuir a esta Comissão antes de encerrar nossos trabalhos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Indago ao Dr. Lorenzo Carrasco se prefere já responder às arguições da Senadora Marluce Pinto ou ouvir os demais senadores.

Prefero que V. S^a responda logo, já que são várias questões, e, portanto, ficará difícil respondê-las depois.

O SR. BERNARDO CABRAL – Tenho uma pergunta que talvez complemente uma indagação da Senadora Marluce Pinto. Talvez o Professor Lorenzo Carrasco pudesse respondê-la agora.

Na análise de V. S^a, a segregação de 44% do território do Estado de Roraima é para a utilização, como alguns dizem, como recursos para reservas indígenas ou para áreas – e aqui a pergunta tem um tom que V. Ex^a vai entender – de preservação ambiental? Na avaliação de V. Ex^a, essa segregação de 44%, que dão como utilização para reserva indígena, é realmente um fato que se pode considerar ocasional ou é um obstáculo para qualquer medida de desenvolvimento na que a área, uma vez que sabemos que aquele território é riquíssimo em recursos naturais?

A pergunta se acopla àquele que a Senadora Marluce Pinto lhe fez sobre o território do Estado de Roraima. Mas que ro saber se essa segregação de 44% é um fato ocasional ou está sendo dirigido por alguém no sentido de criar obstáculo para que haja qualquer outro processo de desenvolvimento da que o território, já que ele é riquíssimo em recursos naturais.

Faço essa formulação apenas para complementar, por uma razão, Sr. Presidente: que ro que o eminente professor Lorenzo Carrasco saiba que, quando o Senador Mozarildo Cavalcanti e eu idealizamos esta Comissão Parlamentar de Inquérito, ela foi criada sob o signo de “separar o joio do trigo”, ou seja, saber quais são as boas organizações não-governamentais e quais são aquelas que não prestam serviço à Nação.

Há, portanto, um divisor de águas. Queremos chegar até ele para sabermos quais são as boas organizações, que precisamos respeitar e que produzam trabalhos, e quais são aquelas que se aproveitam, dentre as quais aquelas que V. S^a denunciou.

Por isso, Professor Carrasco, quero saber se há, realmente, no aspecto dos 44%, um fato ocasional, ou o que está por trás disso.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra, o Professor Lorenzo Carrasco.

O SR. LORENZO CARRASCO – Veja, ilustre Senador, isso não é casual. Por ocasião da delimitação da reserva Yanomami, quando começamos a investigar o que estava por trás, éramos totalmente neófitos, nem éramos a favor nem contra. Simplesmente, não sabíamos, e nos parecia exagerada a área destinada para a quantidade de população, por mais que se alegasse que eram índios nômade que tinham a necessidade desses territórios.

Na investigação, encontramos um mapa de uma expedição de um pesquisador britânico, o qual reproduzimos nesse livro. Está nesse mapa como o algar que aingle criou a reserva Yanomami. Nesse livro, Hanbury-Tenison – está escrito e documentado – ex

pliou a idéia da reserva Yanomami. Primeiramente, não existia esse conceito de reserva Yanomami, não existia um povo Yanomami, por que se tratava-se de uma série de populações separadas que haviam de conceitualizar dentro de uma só unidade, para definir um território. Então, havia um elemento deliberado, por que eles mesmos não tinham um sentimento grágario. Não estamos falando de um povo que tem uma estrutura hierárquica; estamos falando de populações que tinham rivalidades entre si. Mas havia que criar a figura da nação yanomami.

E ele descreve um relatório no Palácio de Buckingham em que estavam presentes o Príncipe Philip e a Rainha. Surge, então, a idéia do braço humano do WWF. O WWF foi fundado em 1961 com a idéia de manejar as reservas na África, como uma maneira de perpetuar o poder do Império Britânico de pois do processo de independência das nações africanas. Criou-se um braço, chamado braço humano: o WWF. Eram reservas de rinocerontes, etc.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, interrompo o pronunciamento do Sr. Carrasco para solicitar a V. Ex^a que registre o significado da sigla WWF, para que fique bem claro: World Wildlife Fund for Nature.

O SR. LORENZO CARRASCO – Fundo Mundial da Natureza.

Nessa reunião, instituiu-se uma organização, criada basicamente como um desprendimento de WWF – Fundo Mundial da Natureza: a Survival International.

A Survival International é uma organização não-governamental encarregada de assuntos humanos. Algumas organizações se encarregam de elefantes, e outras, de assuntos humanos. Têm todas uma característica claramente racial e desumana para manter um ser humano em suas condições primitivas. É um ato contra a natureza, por que a mente humana é parte central da natureza, é um processo pelo qual o desenvolvimento natural alcançou maior grau de desenvolvimento.

Então, se alguém eliminar essa possibilidade de que a natureza se expresse por meio da mente humana, seja no avanço tecnológico, seja na mudança de costumes, estará praticando um crime contra a natureza. Não é tolo, rápido, diante de uma concepção humanista, manter uma população indígena em suas condições primitivas. O ser humano não é um animal nem uma espécie como as demais. O ser humano é uma espécie que muda suas condições por intermédio do avanço científico e tecnológico. A relação com

a natureza é uma relação mutante, na qual se sustentam precariamente a civilização cristã em que estamos inscritos.

A civilização cristã está estabelecida no versículo 18 do Antigo Testamento, em que Deus dá um mandato ao homem para cuidar, como “jardineiro”, do avanço dessa natureza. Estão explicitamente contrariando o princípio antropocêntrico da sociedade humana, convertendo-o em um princípio biocêntrico: a igualdade na criação. Diz que o homem não tem superioridade não for igual ao resto das espécies é básicamente um argumento filosófico em que se sustentam os axiomas de muitas das pregações indígenas.

O SR. BERNARDO CABRAL – Nesse caso, não é oficial. Trata-se de um obstáculo para qualquer atividade civilizatória. É essa a sua opinião?

O SR. LORENZO CARRASCO – Absolutamente.

O SR. BERNARDO CABRAL – Estou satisfeito.

O SR. LORENZO CARRASCO – Criado como um obstáculo desde o início, para deter a possibilidade de o Estado desenvolver a sua economia e sua infraestrutura. Isso está claro não somente no caso do Romão, mas em todos os casos.

Tenho um disquete que contém a síntese de um livro de uma jornalista canadense, Elaine Dewar. Recomendo a leitura dessa obra, o que seria muito importante para esclarecer o assunto a esta Comissão. A autora descreve a articulação das organizações não-governamentais no Brasil com as entidades financeiras de...

A SRA. MARINA SILVA – Dr. Carrasco, V. S^a citou o versículo 18. Poderia dizer o capítulo, por favor?

O SR. LORENZO CARRASCO – Não sei. O capítulo fala do mandato em que Deus dá ao Homem o encargo de se reproduzir...

A SRA. MARINA SILVA – É o Gênesis, mas é apenas um versículo. No entanto, o Gênesis é composto de vários capítulos, e em vários momentos há o versículo 18.

O SR. LORENZO CARRASCO – Volto ao problema da jornalista Elaine Dewar, por que ela descreve exatamente a relação entre as ONGs que estiveram atrás do mito Chiocó Mendes. Já era uma ambientalista que vinha ao Brasil e pensava realmente que havia o problema da Amazônia e da devastação. Quando ela começou a verificar todas as articulações que há com o sistema financeiro do Canadá, o Banco Mundial, o grupo Brascan e o grupo Bronfman, do Canadá, decidiu escrever um livro que se chama “Cloak of Gre en”, “manto de verde”, o que está por trás do

ver de. Entre garremos à CPI uma síntese e uma ficha desse livro, que descreve exatamente a formação do Instituto Sócio-Ambiental, ligado ao Banco Mundial e aos interesses financeiros pelo menos da família Braufmann, do Canadá, e da agência de desenvolvimento canadense, que, segundo ela, coordenou verbas, por meio da Embaixada do Canadá em Brasília, para a articulação de todo esse **andamiaje** contra as hidroelétricas. Daí vem a estranheza da Senadora, que, com toda a razão, disse uma questão muito simples: “mas têm um poder to tal”. Evidentemente. Têm o poder de sistema financeiro mundial, do Banco Mundial, desde McNamara, que, vocês sabem, é um maltusiano confessado, das pessoas que mais têm fomentado a idéia de que as organizações não-governamentais substituirão o poder das instituições legitimamente constituídas. Esse é o problema da distinção. Estou de acordo em ações de interesse público. Como cristão e católico, creio no amor ao próximo e na caridade humana, acredito nisso. Ademais, a mim não me move ou traça que não a busca da verdade e da justiça. Sempre repetirei isso.

O problema é que temos organizações não-governamentais que, em coordenação com o Banco Mundial, paralisam, ou o Banco Mundial coloca restrições ambientais em qualquer investimento em hidroelétricas. Como os governos estão em condições de austeridade e não têm recursos financeiros, têm que aceitar os delimitamentos que o Banco Mundial está dando para de ter investimentos nas hidroelétricas de Roraima ou do Pará, sobre o Rio Xingu ou sobre as hidroelétricas em todo o País, porque o Banco Mundial é quem está por trás de todo o movimento contra as grandes barragens. Foi gestado no seio do Banco Mundial o apoio da sociedade civil, como eles chamam, para sustentar a política do referido Banco no sentido de não dar mais financiamentos em obras de infraestrutura para geração elétrica.

Então, evidentemente, há um poder claro, porque os governos dependem de financiamento internacional. E o financiamento internacional de organizações do Banco Mundial ou do BIF, etc., dependem dos estabelecimentos de parâmetros ambientais, que, por sua vez, dependem de pareceres das organizações não-governamentais.

Assim, há uma relação por no gráfico entre o poder financeiro, dos grandes grupos financeiros, que são os que dão os financiamentos às principais ONGs. E um exemplo claro é o Instituto Sócio-Ambiental, que não é apenas uma ONG, mas um conjunto de interesses indigenistas vindos do Conse-

lho Mundial de Igrejas com o propósito deliberado de se opor à idéia de um Estado nacional soberano. Isso está documentado. Aliás, que roldar aos ilustres Senadores que, a qualquer momento, estaremos reunindo todas as informações, porque esta convocação realmente nos pegou de surpresa, e não tivemos tempo de elaborar uma série de discussões, que entre garremos no seu devido tempo, por escrito, para que os ilustres Senadores possam apreciar. Também entregarei a síntese do livro de Elena Dickwart, no qual ela sustenta essa vinculação, especialmente os gestores do que depois foi o Instituto Sócio-Ambiental, que, na reunião de Altamira, teve exatamente os investimentos em infraestrutura hidroelétrica no Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, eu ainda não complementei.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pois não, Senador. Então, retorne a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Professor Carrasco, em 1991, apesar de não ser parlamentar àquela época, acompanhei uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava as ameaças da internacionalização da Amazônia. V. S.^a presidiu um depoimento naquela ocasião, fazendo ou complementando denúncias contra um cidadão que, àquela altura, era contra o programa Calha Norte. Esse cidadão, conhecido de todos os ambientalistas, chamava-se José Lutzemberger.

Dez anos depois, estamos vendo que o programa Calha Norte, que nasceu como projeto, está sendo torpedado. Esta é a minha primeira pergunta: por quais razões o professor Lutzemberger se posicionou contra o programa Calha Norte?

A segunda pergunta – vou-lhe fazer apenas três – é a seguinte: há um fundoção na Escócia chamada Findhorn. Dizem que seu fundador, um cavaleiro chamado por Sir Laurens van der Post, é conhecido como o guru místico-filosófico do Príncipe Charles, da Inglaterra. Como o senhor de vez em quando se referiu à Inglaterra, gostaria que nos falasse sobre isso.

A terceira questão, que gostaria que V. S.^a anotasse nas respostas, porque isso é muito importante para a formação da minha convicção quanto à “separaçãodo joio e do trigo”: gostaria que V. S.^a tecesse considerações sobre algumas ONGs, como a chamada Friends of the Earth, Amigos da Terra; ou outra, pouco falada, a ONG Agutangos; a Associação Amazônia,

so bre a qual o Pre si den te des ta Co mis são, Senador Mozarildo Cavalcanti, fez uma de nú ncia da com pra de terras lá no seu Estado; a Canadian International Development Agency; a CEBRAC, Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural; e, para finalizar, uma que foi mu i to ci ta da pelo se nhor, a World Wild Fund for Nature, WWF. Essas são as mi nhas per gun tas ob jetivas.

O SR. LORENZO CARRASCO – Com sua vê nia, gos ta ría de abor dar o pro ble ma da es tru tu ra hi e rár qui ca das or ga ni za ções não-governamentais. Atualmente, existem cerca de 100 a 200 mil organiza ções não-governamentais em ní vel mun di al. Quer di zer, ge ne ra li za ram-se. Ou seja, se isso é o que pega, é o que tem re cur sos, é o que me dá pos si bi li da de de ações, en tão, for ma mos uma ONG. E todo o mun do forma sua ONG na linha de partida. Mas, para não nos per der mos no “oce a no”, te mos que sa ber como sur giu a idéia das ONGs. A idéia das ONGs, como eu di zia, sur giu da fun da ção do **commonwealth** no mo mento da tran si ção, e sur giu jun to com o WWF. E o WWF, com a União Inter na ci o nal de Pre ser va ção de Energia, até há um ano, ti nham sua sede juntos, na Suíça, no mesmo prédio. Porque, ad e mais, ha viam sido fundados pelos mesmos homens, gente como Julian Huxley, como Sir Peter Scott e uma quan ti da de de no bres que vi nham do apa re lho co lo nial bri tã ni co. Isto está do cu men ta do: al mi ran tes, co man dan tes do impé ri o bri tã ni co na Áfri ca e na Índia. Toda essa es tru tu ra se re ci clou sob a for ma da es tru tu ra de ONGs. Isso está do cu men ta do. Se for ne ces sá rio, nós te mos con di ções de pre ci sar exa ta men te de onde vieram. Entre eles, como di zia, o Prín ci pe Ber nhard e o Prín ci pe Philip. O Prín ci pe Ber nhard re ti ra ram da Pre si dên cia in i ci al men te por que era mu i to pe sa da a de nú ncia de que ha via fe i to parte do Par ti do Na zi sta. Quan do do ca sa men to com a Prin ce sa Be a triz – esse nome mal me lem bro, Be a triz de Ho lan da –, re nun cia for çadamente à sua mi li tância, da qual temos publicada até sua ficha de afiliação ao Partido Nazista. Isso, como eu di zia, vi nha do fa to de que toda essa rede con ser va cionis ta-ambien talis ta – que vinha, por exem plo, do fi nal do sé cu lo XIX e prin cí pio do sé cu lo XX, com as re des do Sr. The o do re Ro o se velt – e a so ci e da de de eu ge nia eram so ci e da des que a cre di ta vam exa ta men te na ques tão da pre ser va ção, em que o ho mem ti nha ge ne ti ca men te que ser pre ser va do. Isso é o que está, em úl ti ma in stância, atrás dess a idéia de re ser va ín dí ge na ou de um zo o ló gi co hu ma no em forma de uma re ser va ín dí ge na, man ten do uma po pu la ção apa rta da dos be ne fí ci os de uma ci vi li

za ção. Esse gru po for ma a es tru tu ra do WWF nes se sen ti do, e o for ma em re la ção a po der eco nô mi co. O Clu be 1001 re ú ne – e isso está ain da ho je sob a res pon sa bi li da de do Prín ci pe Bern hard – os prin ci pa is co la bo ra do res. Cha ma-se 1001, por que são 1001 con tri bu i ções de US\$10.000 dó la res, apa ren te men te an ual men te. Na lista de oli gar cas co la bo ra do res do Clu be 1001, te mos o bra si le i ro Edmund Sa fra, que foi as sas si na do no ano pas sa do, em Mô na co, ir mão de José Sa fra, que é da di re to ria atu al da WWF-Bra sil. En tão, o WWF é, jun to com a União Inter na ci o nal de Pre ser va ção do Ambien te e com o Con sel ho Mun di al de Igre jas, o Esta do-Mai or, que con gre ga as de ma is or ga ni za ções não-governamentais. As de mais, têm e par ti ci pam de uma cer ta ca pa ci da de, por exem plo, de in te li gên cia, como o ISA, que re u niu re ma nes cen tes do Centro Ecumê nico de Docu men ta ção e In for ma ção e de ou tras or ga ni za ções am bien talis tas. Te mos a lis ta dos fun da do res das ONGs in ter na ci o na is que fun da ram, na ver da de, o ISA – In sti tu to Só cio-Ambien tal, que re ú ne uma cons te la ção de or ga ni za ções não-governamentais. São or ga ni za ções – po de mos di zer – de pri me i ro pla no. De pois, te mos or ga ni za ções fun cionando como “tropas de cho que”, como **Greenpeace**, Am i gos da Ter ra, Envi ron men tal De fen se Fund, etc. Na gama de or ga ni za ções que te mos enun ci a do – e no qual você men ci o na al gu mas – a As so ci a ção Ama zo nas é mais um ne gó ci o de ter ras que apa re ce como ONG. Essas or ga ni za ções pe dem con tri bu i ções para, su po sta men te, pre ser va r uma área que está mal pre ser va da no sen ti do de que foi mal ad qui ri da, quer di zer, essa his tó ria in i ci ou mal.

Quan to ao es que ma dessa hi e ra rquia, acer ca da qual es ta mos dan do ape nas pin ce la das, se os Srs. Sena do res as si mo de se ja rem, po de mos, por es cri to, apre sen tar um or ga no gra ma de ta lha do desse pro ces so. Há jun to a isso, efe ti va men te, essa or ga ni za ção de Sir La u rens van der Post, que é as ses sor, eu di ria, es pi ri tu al do Prín ci pe Philip – isso é pú bli co.

O SR. BERNARDO CABRAL – Ele é co nhe ci do como o gu ru mís ti co.

O SR. LORENZO CARRASCO – É o gu ru. E não so men te isso. O res to se in ter co nec ta, por que a idéia de que o meio am bi en te... In clu si ve, há o ques ti o na men to de que se têm que mu dar es ses prin cí pi os, e se ques ti o na o prin cí pio do Gê ne sis, di zen do que ele é de ma si a da men te an tro po cên tri co. Esse é um dos al vos con stan tes des se pen sa men to.

Há re u ni ões do Pa lá cio de Buc king ham, quer di zer, na Casa de Windsor di re ta men te, por que ele é as ses sor da Casa de Wind sor em as sun tos es pi ri tu a

is e de meio ambiente. Estive em uma reunião em Assis, na Itália, onde se reuniram muitas igrejas para falar, pela fé, em relação ao meio ambiente. Nisso está, efetivamente, a organização Findhorn, da Escócia, à qual não sei se pertencia diretamente o Ministro Lutzenberger, mas estava associada a uma fundação que está, podemos dizer, no patamar de uma organização, que é a Fundação Gaia, da qual Lutzenberger, sim, era representante no Brasil e era íntimo amigo do Príncipe Charles, a ponto de que, em visitas de Estado, foi recebido de uma maneira muito especial e singular pela família real.

O SR. BERNARDO CABRAL – De pois, caiu em desgraça.

O SR. LORENZO CARRASCO – Caiu em desgraça porque ele não é, sinceramente, uma pessoa muito estável no sentido do que defende em seus livros. Houve uma oportunidade em que, sendo ele Ministro, ele ligou para o meu escritório no Rio de Janeiro, protestando porque ele havia feito juízo – e eu li seus livros –, atacando basicamente todas as melhoras da medicina, porque isso estava contribuindo para o crescimento da população. E eu lhe disse: “Sr. Ministro, isso é uma sandice, uma loucura. Como o senhor vai sustentar isso?” Então, ele disse: “Bom, se fosse louco, não seria Ministro do Meio Ambiente.” Desligamos o telefone, e a realidade é que determine o nível de sanidade do Sr. Lutzenberger.

O SR. BERNARDO CABRAL – Por que ele se colocou contra o programa Cálha Norte? Isso é importante.

O SR. LORENZO CARRASCO – Eu não me lembro exatamente dos argumentos que ele utilizou, mas estão nos arquivos jornalísticos. E quero aclarar que o único nível de investigação que fazemos é o estritamente jornalístico. Não temos qualquer outra capacidade de fazer. Entre tanto, o que o que está publicado, quer dizer, que é de domínio público, é o que está na Internet.

O SR. BERNARDO CABRAL – Estou satisfeito. Vou ao telefone, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo, então, a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho, próximo inscrito.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Carrasco, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta reunião é muito oportuna, pois o meio ambiente é uma preocupação de todos. Quando acordamos, abrimos os olhos e vemos o meio ambiente, observamos se há fumaça, se faz sol, se há mosquito. Todos nos preocupamos com isso, o que é natural, desde o início da Humanidade. No en-

tanto, a questão ambiental se transformou num instrumento de dominação. Terminada a II Guerra Mundial, determinados grupos hegemônicos, a fim de preservar essa hegemonia sem o uso ostensivo de armas letais, passaram a utilizar o argumento da questão ambiental e uma suposta proteção de minorias para seus fins de dominação. Vivemos no Brasil um momento em que se fazem presentes as consequências dessa política.

Foi dito aqui – e era sabido de todos – que a luta do Brasil para se desenvolver e crescer, de sejo de todos, sofre ameaças. Com as suas potencialidades, não apenas pela posição extensa que ocupa, com climas diferentes, áreas frias, áreas temperadas, áreas quentes, quantidade fantástica de água, florestas, recursos minerais e a maior reserva mineral do mundo na Amazônia, o País precisava ser controlado. Assim, o que se fez? Primeiro, uma campanha muito forte contra as hidroelétricas, a instalação e o aproveitamento de 105 mil megawatts gerados na Amazônia. Então, qualquer movimento de aproveitamento hidráulico da região amazônica era objeto de condenação. E conseguiram, inclusive, que não houvesse financiamento para obras de construção de hidroelétricas na região amazônica. Ao mesmo tempo, surgiu esse movimento mais recente contra as chamadas hidrovias. Por quê? Porque o Brasil descobriu o Plano Central, a Região Centro-Oeste, cujo potencial para a produção de grãos e de algodão, é fantástico. Ele corresponde a vários **corn belt** americanos. Ora, a União Europeia considerou o transporte hidroviário como o mais ecológico e o mais barato meio de transporte, como também considerou a energia hidráulica como a mais recomendável e a mais ecológica. E, no entanto, começou-se uma campanha terrível no Brasil contra as hidrovias, que vão dar oportunidade de escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste para os mercados internacionais, com uma vantagem de US\$15 a US\$25 por tonelada na colocação da soja, por exemplo, nos mercados internacionais. Então, é um risco.

Nas margens do Araguaia e do Tocantins, há 400 índios. Então, temos que impedir a construção da rodovia Araguaia-Tocantins, porque vai prejudicar a vida desses 400 índios. Eu não sei em que, se esses índios já vivem, secularmente, na beira do rio e vão continuar vivendo na beira do rio. Não se vai abrir canal novo; não se vai alargar a calha natural do rio; ela vai apenas disciplinar, melhorar e proteger essa calha. Mas é preciso impedir que se faça isso.

Na região, temos algumas estradas abertas há 50 anos, outras, há 30, ou tras, há 40 anos, que não eram asfaltadas porque não havia recursos, meio se até asfalto para asfaltá-las, mas que estão lá. Mas agora é um crime asfaltar essas estradas, porque isso vai prejudicar o meio ambiente. Então, vemos pessoas do Go ver no, do Mi nis té rio do Meio Am bi en te, fazendo campanha contra o asfal tamen to da que las es tra das, por que isso vai pre ju di car o meio am bi en te. Ora, e os 20 mi lhões de pes so as que vi vem na Ama zô nia? Per ten cem ou não ao meio am bi en te? Obje ti va-se que o meio ambiente vá proteger quem? As pes so as. Como o Sr. Car ras co dis se, quan do se quer tratar melhor os animais do que os seres humanos, ama nhã, nós va mos tra tar os se res hu ma nos pior do que os animais.

Então, a consequência desses movimentos é que nós estamos sem a possibilidade de um maior desenvolvimento do Centro-Oeste, sem a possibilidade de desenvolvimento da própria Amazônia. Por exemplo, o Estado do Ama zo nas re pre sen ta pra ti ca men te 30% da Ama zô nia e cer ca de 18% do ter i tó rio nacional. O Governo Federal faz um programa de ações estratégicas para o Brasil, e o único Estado brasileiro que não tem uma ação es tra té gi ca pro gra ma da é o Estado do Ama zo nas. É exa ta men te por ca usa da pres são, pelo crime que pra ti ca mos de ter mos 98,2% da floresta intocados. Então, pagamos por esse crime. E to das as ve zes em que se mo vi men ta qual quer co i sa em re la ção ao tra ba lha, ime di a ta men te sur gem as idéias. Agora, no Brasil, está in te res san te. Por exem plo, se sou be rem que ama nhã vai ha ver uma re u nião do Ban co Mun di al, do G-7, do que seja, lá fora, para dis cu tir pro ble ma de fi nan ci a men tos para a Amazônia, saem capas e reportagens fantásticas nas revistas, mostrando o desmatamento, quei madas, o di a bo, o que não exis te. Em re la ção à Ama zô nia, eles pe gam aque las re vis tas e cor rem para a re u nião: “pre ci sam nos aju dar”. O que eles que rem é ver ba. E, com isso, pa ga mos a con ta. Esta mos pa gan do uma con ta cara. E o re sul ta do, como fa lei ini ci al men te, é que toda essa po lí ti ca de con ten ção – de hi dro e lé tri cas, até de me i os de trans mis são, até de ga so du to estão re cla man do – causou agora aquilo que que rem. Porque, ainda hoje, quan do fa lei, no Plenário, apartando-me o Se na dor Ney Su as su na, dis se ele: “– Ago ra o se nhor to pou. O ob je ti vo era este: pa rar o cres ci men to do Brasil. O Brasil cres cen do é uma ame a ça, é um pe ri go, é pre ci so pa rar o Brasil.” Quan to a essa po lí ti ca am bi en tal mal co lo ca da, acho que deve mos ter pre ca u ções com mu ita co i sa, é natu ral,

de ma ne i ra cor re ta. Mas, como está sen do fe i ta, não. A demarcação das reservas indígenas nes te País é um crime de le sa-pátria. Se pegarmos o mapa, va mos ver, lá em cima, onde começa a re ser va Ya no ma mi: 9.200 mil hec ta res, área mai or do que Por tu gal, onde vi vem 12 mi lhões de pes so as. Lá vi vem mal seis mil Yanomamis, de quem mu ito falaram e depois abandonaram. Quando terminaram a re ser va Ya no ma mi, demarcaram ago ra a re ser va Tu ca na: 8.400 mil hec ta res. Aí, já pega o resto da fronte i ra com a Ve ne zu e la e a Colômbia. Quando terminar a reserva Tucana agora, tem um espaço que que rem de mar car: a re ser va Ti ku na, por que, a se guir já está em pro ces so de demarcação, e de mar ca da, a re ser va do Ja va ri, dos Casseteiros. Então, a nossa fronteira está toda ela transformada em imensas reservas indígenas. Se pegarmos só essas três, elas somam 28 milhões de hectares, quase 20% do Amazonas. E são apenas três; ain da fal ta de mar car a ou tra, e uma por ção in te ri or da região.

Depois dessas reservas indígenas, eles criam os parques nacionais, reservas ecológicas e reservas de conservação interessantíssimas. Certa vez, visitei uma dessas re ser vas no meu Estado e, quan do ha via festa, fui fa lar com os mo ra do res, os be ne fi ci á ri os da re ser va. Per gun tei se me lho rou a vida de les. Eles me disseram que a vida de quatro pessoas melhorou, por que con se gui ram um em pre go de guar da. Então, passam o dia naqueles botes rio abaixo, e o resto con ti nua do mes mo modo. Eu per gun tei se ha via al gu ma co i sa es tra nha. Dis se ram-me que o que é es tra nho é que, toda se ma na, saem de lá mu i tas ca i xas de espé ci mes ve ge ta i se e ani mais – ger mes, fun gos e bac té ri as em um pou co de ter ra que co lo cam na que las ca i xas. Essas ca i xas saem, e não se sabe aon de vão. Isso ocorre lá. Por quê? Porque não há como controlar. Existem duas ou três or ga ni za ções sé ri as, mas a mai o ri a de las estão a ser vi ço de in te res ses que não são os nos sos. Ou tras são or ga ni za ções pro fis si onais, aquilo que chamei de “ongueiros”, pessoas que es tão vi ven do de ONGs. Essa é a do lo ro sa re a li dade.

Per gun to ao Sr. Lo ren zo Car ras co: qual a idéia que se tem, no ex te ri or, do com por ta men to brasileiro em re la ção a essa li cen ci o si da de que há com res pe i to às ONGs in ter na ci o na i se que atu am aqui den tro?

O SR. LORENZO CARRASCO – V. Exª po de ri a re pe tir a per gun ta? Não en ten di pa rte dela.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Qual é a im pressão internacional, nos meios sa di os, da dis pli cê ncia brasileira, da con ví ncia brasileira ou até da le

viandade brasileira em relação a certas ONGs internacionais que atuam aqui, defendendo interesses?

O SR. LORENZO CARRASCO – A única impressão que há na imprensa internacional é que... Evidentemente, não se critica a displicência; ao contrário, diz-se que é insuficiente. Sabe-se que a legislação ambiental brasileira é mais restritiva que as dos países europeus, que já conseguiram a construção das suas hidrovias. Aliás, estão construindo a ligação entre dois dos grandes “cúen cas” para poderem entrar na Europa oriental e consideram que isso é fundamental para o interesse nacional.

A legislação no Brasil é mais restritiva do que nos países europeus, que já chegaram a uma etapa de desenvolvimento precisamente em suas hidrovias, que são fundamentais ao seu desenvolvimento desde que Europa é Europa. A interiorização do desenvolvimento se dá por meio das hidrovias e, é claro, pelo resto da infra-estrutura.

A visão da imprensa internacional é toda contra. Tenho um vídeo que passa na TV a cabo – que estamos dublando em português e colocaremos à disposição dos Srs. Senadores assim que o tivermos pronto –, no qual se denuncia exatamente uma parte das organizações não-governamentais entrevistadas nos Estados Unidos sobre a região amazônica. Trata-se de uma reportagem até muito interessante, que penso que seria importante que os Senadores vissem. Afora jornalistas independentes e honestas, como Ele na Dick wart, que estão buscando a justiça, que dão um panorama do problema, e pe que nas manifestações, os meios de comunicação são um conjunto e estão aliados a essa causa, por que são parte da estrutura do poder.

Se observarmos a composição do WFF ou da União Internacionale verificarmos a interconexão que há, por exemplo, com o grupo que controla o **Daily Telegraph** ou com os grupos que controlam o **Washington Post** ou **New York Times**, é curioso, porque, geralmente, os ativistas das ONGs, que o Senador menciona como “ongueiros”, justificam sua atitude como uma atitude romântica, idealista, contra os capitalistas, os predadores, os industriais, os empresários os malvados, que que rem o lucro, e tudo o que significa desenvolvimento, mas escondem muito claramente que quem está movendo tudo isso é o grande capital internacional. Quer dizer, em sua ideologia, eles só vêm o calmente, ou seja, que estão afetando um empresário que está trazendo de escoar soja no rio Paraguai ou que impediram a possibilidade de construção de uma hidroelétrica ou de uma linha de

transmissão, mas não vêem o efeito disso. Repito o que disse sobre o Ministério Público. O Ministério Público é para defender os interesses difusos da sociedade brasileira. Entre tanto, o que está fazendo com as ações de tendo a infra-estrutura é divulgando difusamente o mal com respeito à sociedade em seu conjunto. Então, isso é curioso.

Temos uma série de defensores radicais do meio ambiente, mas ninguém se questiona que uma das principais organizações que está atacando o problema do relatório Mi che let to é o WWF, que está formado basicamente pelos dois grandes grupos monopólicos dos meios de comunicação no Brasil: o Sr. Roberto Marinho, Vice-Presidente da Rede Globo e o Sr. Pedro Si rotsky, da RBS, do Sul do País. Aqui se descobre uma coisa muito interessante.

No ano passado, jornalisticamente - isso é importante -, acompanhei a primeira intenção do Deputado Moacyr Micheletto. O que observamos foi que havia o Greenpeace, o Instituto Sócio-Ambiental, o WWF e os helicópteros da **Rede Globo** visitando as propriedades...

O SR. GILBERTO MESTRIHO – Eu gostaria de interferir para dar um esclarecimento. Por exemplo, aqui foi a maior farça que já se viu. O senhor imagina que, na Amazônia, apenas 23% das terras são de propriedade particular. Parte desses 23% já estão sendo utilizados na agricultura, na pecuária, etc. Digamos que, pelo menos, 5% já são utilizados. O Relatório Mi che let to propunha que 50% da área da propriedade particular pudesse ser utilizada. Ora, 50% de 23% são 11%. Não são 50% da Amazônia, mas 50% de 23%, o que ninguém teria condição de fazer, de chegar a tanto. Entre tanto, nunca foi dito isso na imprensa. Na imprensa, era dito que queriam destruir a Amazônia, desmatar 50% da Amazônia. Quer dizer, isso é o que previa o Relatório Mi che let to.

O SR. LORENZO CARRASCO Para complementar isso, eu queria mencionar uma reportagem da **Isto É** desta semana, que cita claramente o WWF, o Diretor-Executivo Garo Batmanian, o Instituto Sócio-Ambiental e o Greenpeace, com o Ministério do Meio Ambiente, dizendo a mesma coisa: isso vai devastar 80% da região amazônica. Se isso é o que está passando, por que ocorre isso? Porque não se diz: “Ah, não é de informação”? Não é de informação. É de informação, porém não é ingênua. É uma articulação dos grandes grupos dos meios de comunicação, que, com o poder financeiro, utilizam os radicais do Instituto Sócio-Ambiental, do Greenpeace e do World Wildlife Fund para de ter o desenvolvimento do País

com mentiras, das quais Koevoet se horrorizaria, pois são mentiras absolutamente contra o desenvolvimento do País. São mentiras que não saem na imprensa. Então, se há um braço policial, por meio do chamado poder independente do Ministério Público, se há um poder onipotente nos meios de comunicação, se há um poder de obstaculizar os investimentos por meio do Banco Mundial, e se agora estão começando a se interiorizar nas instituições nacionais, por que têm poder para isso, temos uma “eco ditadura”.

Quando se analisa a junta diretiva do World Wildlife Fund – desculpem-me, Srs. Senadores, enfatizar isso, mas não se trata de um grupo que está querendo preservar o meio ambiente –, quando temos a conjunção dos senhores José Roberto Marinho, Rockefeller, o homem do Conselho das Américas, Joseph Safra, proprietário do Banco Safra, Pedro Sirotsky, herdeiro do Grupo RBS, Braufmann, que representa os interesses do Brasil, que são os que financiam parte das operações da reunião de Altamira, necessita-se estar muito cego, pois não se está tratando de preservar meio ambiente; está-se tratando de preservar poder político. É o poder político de determinar a vida das instituições em uma direção determinada, na qual esse enorme potencial que todos vêm... A diplomacia da China queria também ter um aliado no Brasil, que é garantia de aliados, Rússia queria ter garantia, por que necessita de carne, e outras nações, como Japão, que está tão interessado no desenvolvimento do cerrado. Evidentemente, isto é o que se está parando. Estou absolutamente de acordo: o Brasil tem a missão de ser um celeiro do mundo. Esse desenvolvimento agropecuário é a possibilidade de redimir a necessidade de ter empregos neste País, de ter milhões de empregos rapidamente, porque a situação social vai terminar a obra de letéria que o sistema financeiro começou, por meio da política de austeridade. Tiramos de nós e Sudam a possibilidade de créditos, e estamos chegando a uma ditadura financeira do Banco Mundial. Se não temos agências próprias de financiamento, estamos nas mãos das ONGs, que estão conectadas ao sistema financeiro, via Banco Mundial e bancos, os quais podemos documentar, e de ONGs que estão totalmente atreladas ao sistema de poder dos meios de comunicação. Ou será que os radicais do Instituto Sócio-Ambiental ou do Greenpeace não sabem que o WWF está controlado pelo Sr. José Roberto Marinho? Serão tão ingênuos? Serão tão manipuláveis? Essa é uma pergunta que, evidentemente, temos que responder.

Eu lhes digo, absolutamente, como única questão a analisar tudo isso, que realmente me ferve o sangue, porque estamos vendo exatamente a patraalha que se está fazendo contra os cidadãos, contra os miseráveis deste País.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, eu ouvi atentamente o depoimento que foi feito pelo Sr. Carrasco. Confesso que, ao longo da sua exposição, algumas das observações que ele trouxe por escrito não foram novidade, porque já havia lido o livro do qual ele é coordenador.

Uma das primeiras perguntas que eu gostaria de fazer a V. S^a, Sr. Carrasco – gostaria de perguntar a V. S^a me responde – é que, no livro, temos o senhor como coordenador, os tradutores, a pessoa que fez o *design*, o diagramador, e assim por diante. Mas, dos vários artigos que figuram no livro, não constam os seus autores. Eu gostaria de saber quem são, até porque, como falou o Senador, V. S^a trouxe as coisas de forma não apócrifa. Então, seria interessante sabermos quem foram os autores que redigiram os diversos artigos.

Eu anotei aqui várias perguntas e tenho também alguns comentários, de sorte que vou-me ater às perguntas e, depois, fazer os comentários. Por exemplo, no referente à reserva Yanomami, uma das autoridades militares do Governo de então que batalhou pela demarcação das terras foi o Ministro Jarbas Passarinho. V. Ex^a também acresci que ele também estaria nesse complot da Casa de Windsor? É uma pergunta que faço.

Na página 127 do livro que V. S^a coordenou, onde se fala do Presidente Fernando Henrique Cardoso, há um capítulo que diz que “o Brasil enfrenta o ambientalismo...” e que descreve um processo bastante longo, mas há um momento que diz, logo na introdução: “Em dezembro de 1997, durante a sua visita de Estado a Londres, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu uma das mais claras demonstrações de suas afinidades com o propósito do estabelecimento anglo-americano. Na ocasião, o então Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Sr. Eduardo Martins, entregou ao Príncipe Philip, Presidente honorário da WWF, uma carta oficial do Governo brasileiro anunciando a concordância com a campanha das ONGs de 10% de reservas”, e assim por diante.

Mais à frente, há um trecho que faz referência à alguém da Fundação MacArthur, dizendo que essa pessoa é a confirmação de que o Presidente participou com plano anglo-americano. O trecho citado no livro diz o seguinte: “Há vinte anos, quando a Fundação Ford decidiu investir em um centro de estudos acadêmicos, o Cebrap, idealizado à época por um sociólogo chamado Fernando Henrique Cardoso, a situação política brasileira não era particularmente sólida. Foi feita uma aposta em um grupo que, há vinte anos, parecia ter o perfil de uma futurização. Deu certo”.

Continuando a abordagem do livro coordenado por V. Ex^a: “A despeito da imprecisão cronológica da SRA. Simonsen, cabe perguntar: deu certo para quem?” Vem a seguir uma série de insinuações fazendo dessa ligação.

Mais à frente, na página 221, há uma espécie de cronograma em que é feito um quadro em cujo topo está a Casa de Windsor e, mais abaixo, o MST. Há um momento que fica estranho, porque aqui, no Brasil, temos a compreensão de que há um antagonismo muito grande entre a ação do MST e o Governo. Há divergência, é claro que existem momentos em que até houve tentativa de aproximação, para os problemas da reforma agrária. Mas há um movimento bastante acirrado entre o Presidente da República e o MST. V. S^a acha que a divergência entre o Governo brasileiro e o MST é apenas uma farça, mas que, no fundo, os dois estão juntos nesse complô anglo-americano?

Também temos informações de que a Polícia Federal atua com recursos financeiros oriundos do Departamento Antidrogas dos Estados Unidos, que é o DEA. O senhor acha que isso pode caracterizar um envolvimento da Polícia Federal com esse complô anglo-americano?

Há outros aspectos ainda. V. S^a apresentou uma tese, também bastante interessante, referente à crise energética. Aqui, no Congresso, está-se discutindo – e hoje de manhã tivemos uma reunião da Comissão de Infra-Estrutura, para a qual autoridades do Governo foram convocadas, mas, infelizmente, não compareceram, porque existia um grupo de cientistas e vários pesquisadores de respeitáveis universidades do nosso País, dispostos a debater com as representações do Governo – que a nossa crise energética se deu em função de uma política de privatização irresponsável, pela falta de investimento no setor energético do nosso País. Isso está sendo motivo de debate, de discussão, pelo Governo, pelo Congresso, por

pesquisadores, por cientistas e, enfim, por todas as pessoas que estão preocupadas com a crise energética. Pela tese que ouvi V. S^a apresentar aqui, de que existem 276 empreendimentos nessa área que estão paralisados, segundo Furnas, não é isso?

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim.

A SRA. MARINA SILVA – A tese que o senhor traz é de que essa crise energética foi provocada também pelas ONGs, e não por essas razões, para as quais vários cientistas e o próprio Governo estão fazendo todo um calendário de ação e de contra-ofensiva?

Espero que V. S^a esteja anotando essas perguntas. Tive o trabalho de ler o livro e confesso que tive uma dificuldade – já identifiquei de antemão aqui – com uma imprecisão: é que, na citação que V. S^a faz do livro do Gênesis, dizendo que o versículo 18 diz que há uma supremacia da visão antropocêntrica do mundo em relação à natureza – e alguém aqui li ou, dizendo que era no Capítulo I, versículo 18 –, pude verificar que é no Capítulo I, que não está citado. Na referência bíblica, nós colocamos o capítulo e, em seguida, o versículo. Capítulo: versículo. É no Capítulo I, mas o versículo não é o 18, mas o 26. E quando li, fiquei um pouco assustada, porque sou evangélica, graças a Deus, e gosto muito de orientar a minha ação baseada em princípios bíblicos. Só que, se pegarmos os capítulos bíblicos de forma isolada, incluíve com a imprecisão dos capítulos e dos versículos, podemos levar a interpretações falsas. Aí, vou citar alguns, que são complementares a essa citação, que foi incorreta, nesse livro, que achei muito interessante.

Sou uma pessoa que tem uma identificação muito grande com o meio ambiente. O Senador Moreira Mendes, quando estivemos em Rondônia, tivemos uma audiência pública muito acirrada. Naquela audiência pública, quando eu ia entrando, um trabalhador, creio que era um fazendeiro, disse o seguinte: “Hoje, aqui, não vai aparecer um ambientalista”. Ouvindo aquilo – nunca fui de me acovardar, sempre gostei de honrar as coisas que visto – disse-lhe que havia ao menos um: “eu defendendo o meio ambiente”. E falei exatamente como alguém que tem a preocupação de proteger a natureza. Com a preocupação que tenho de proteger a natureza e para evitar essas imprecisões bíblicas, estou fazendo um estudo, já há muito tempo, sobre como, na Bíblia, se trata o meio ambiente, a natureza.

Essa visão antropocêntrica é claro que existe, mas ela é apenas uma deformação daquilo que é o contexto bíblico em todos os seus capítulos e versículos.

los, do Gênesis ao Apocalipse. Vou citar os mais radicais, o livro de Pentateucos, os cinco primeiros livros do Antigo Testamento, que valem tanto para os católicos quanto para os evangélicos, por que os católicos e evangélicos têm diferenças a partir do Pentateuco, mas nos cinco livros do Pentateuco temos convergências.

Vejaamos o que diz o livro de Deuteronômio, no capítulo 20, versículo 19: “Quanto sitiare uma cidade por muito tempo, pelejando contra ela para tomá-la, não destrua o seu arvoredo, metendo nele o machado, porque dele comerás, pelo que não cortarás, pois será a árvore do campo um homem que se constitui tua como teu irmão para que tu possas sustentá-la.” É uma das referências bíblicas que pede cuidado com os recursos naturais. Mais à frente, no capítulo 22, em Deuteronômio, versículo 6 diz o seguinte: “Se decaíres e encontrares um ninho de ave em algum árvore ou no chão, com passarinhos ou ovos e a sua mãe e os pais, não os mates.” Por que havia uma preocupação: se era a mãe com os filhotes, não se podia matar a mãe, os filhotes e os ovos. Era preciso que ficassem vivos para poder procriar. Uma das coisas mais lindas que encontramos na Bíblia está exatamente no livro de Gênesis, capítulo 21, versículo 33, quando diz que “Abraão plantou um bosque”. Alguns dizem que plantou um arvoredo, enfim, há tradições diferentes vindas do hebraico. Diz-se que “Abraão plantou um bosque com cem anos.” Isso tem uma simbologia muito bonita. Por quê? Porque um homem de cem anos, ao plantar um bosque, não é para colher seus frutos, mas porque tem uma preocupação com as gerações futuras. E ele seu, quando tentou aumentar seu mosteiro, onde habitavam seus discípulos, foi obrigado a cortar madeira a 8 km de distância. Se considerarmos que, naquela época, não havia meio de transporte, tudo era muito difícil, aqui já era uma demonstração concreta de que havia um processo de devastação. Por isso, este livro preocupava-se com o meio ambiente. Não posso concordar com o fato de que este livro possa ser utilizado para dizer que a visão do homem dominando sobre todas as coisas, como imagem e semelhança de Deus, significa que um descuido com a preservação da natureza. Afinal, quando fomos criados por Deus, não fomos colocados em um pré-dio, em uma tenda, em uma torre. Ele nos colocou em um jardim, ou seja, como se fosse em uma floresta. Fiz algumas perguntas e este complemento, por que não que roquefi que a idéia de que estar de acordo com os princípios bíblicos é não ter uma preocupação com a preservação da natureza fantás-

ti ca que faz parte de nosso habitat. Fiz este pe que no levanta mento para corrigir esse erro de citação bíblica que há no livro. As perguntas que fiz foram exatamente no sentido de verificar onde existe a coerência com o que está sendo dito aqui.

Creio que a CPI está fazendo uma investigação. Existe um propósito de investigar aquelas entidades das que porventura tenham problemas, mas existe uma contribuição das organizações da sociedade, que conheço da minha experiência, de levar saúde, educação e justiça muitas vezes onde não há. Da forma como está sendo tratada aqui, é como se todo o Governo, da Justiça ao Presidente da República, estivesse nesse complô anglo-americano maldito, que realmente tomou conta de todas as coisas. O livro coloca o Presidente no mesmo complot, inclusive mostrando que o Cebap foi financiado por essas entidades.

Então, gostaria de saber quem são os autores do livro e de ouvir a resposta a cada uma das perguntas que acabou de fazer. Depois, se não me sentir satisfeito, gostaria de retomar, por que sinto que fui bastante sucinto nas minhas observações.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra, o Dr. Lorenzo Carrasco.

O SR. LORENZO CARRASCO – Muito obrigado.

Na terceira edição do livro, que está pronta para sair, vamos fazer evidentemente uma errata, vamos conferir para poder incluir a citação exata.

Começo pelo final, porque, primeiro, nenhum dos autores do livro pretende atacar a idéia da defesa do meio ambiente. Pelo contrário, estamos fazendo uma defesa do meio ambiente como deve ser feita. Não há uma floresta mais bonita do que a Floresta Negra, na Alemanha. Não há nível de vida mais elevado na sociedade humana do que o dos que vivem nas cidades que rodeiam essa floresta, feita pelo homem, criada precisamente para seu usufruto, pelas gerações presentes e futuras.

Dissemos todo o contrário. Queremos defender o meio ambiente. Queremos defendê-lo dos ambientalistas radicais, que vão prejudicar o meio ambiente. Poderia citar aberrações, como, por exemplo, a proibição de DDT, que foi uma das primeiras questões que o **establishment** anglo-americano provocou. Quantas mortes essa proibição trouxe em relação à malária e à falta de controle? Quantas mortes isso trouxe? O homem não é o meio ambiente. Lembro-me que, no Governo Collor, o Ministro Alceu Guimarães dizia que, para poder produzir cana, teria que a pes-

soa lambar seis metros quadrados de parede onde está exposto o DDT. Por que não há necessidade, se é um país que tem dengue e enfermidades tropicais e que necessita... Mas essa foi uma das primeiras operações do movimento ambientalista. Se a Senadora tiver interesse, posso-lhe contar toda a história. E vieram as consequências.

Então, quando falamos que a sociedade cristã ocidental, que o Confúcio ou outras religiões sempre pararam do fato central de que o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus, e Deus fez o homem bom, não o fez mal, não é interessante, exceto se os ambientalistas quiserem dar um diagnóstico, dizendo que Deus é a origem do bem e do mal. Como o Deus ao qual eu professo a mim mesma é um Deus bom, creio que o homem bom tem que preservar o meio ambiente e a mente humana e tem que evitar aqueles momentos precisamente que estão prejudicando mais o meio ambiente, porque o homem é parte central do meio ambiente. A mente humana é a perfeição do processo de evolução natural, ou desconhecemos isso? Ou a mente humana e o avanço tecnológico, que vem da mente humana, não é parte do processo de evolução natural, então, o homem não é parte da natureza. Como creio nisso, nesse sentido me refiro ao sentido antropocêntrico, e não no sentido de que temos o direito de violar, de destruir, de queimar. Não, não! Temos que preservar, mas preservar em função da obra-prima do Criador, que é o ser humano.

A SRA. MARINA SILVA – Essas teses teológicas à parte, que, é claro, não vamos chegar, aqui, a um consenso, pois são interpretações diferentes. Quanto às demais questões, por que V. S^a começou do final?

O SR. LORENZO CARRASCO – Vou começar do final, porque é importante para estabelecer o espírito de todo o resto.

Primeiro, quanto à posição do Senador Jarbas Passarinho, nós fomos críticos – está escrito aí – da portaria que ele assinou. Este é um fato: ele assinou a portaria.

Ele passou por vários momentos em que teve que justificar publicamente essa decisão, tratando de convencer não a nossa opinião sobre a assinatura da portaria, mas a opinião que tem a maioria das pessoas de responsabilidade da região amazônica, se foi uma portaria irresponsavelmente firmada sob pressões internacionais muito grandes em função da Conferência Eco-92.

Isso é público. Houve uma carta, se não me engano, de 9 ou 13 Senadores, entre os quais se encon-

tra va o ex-Vice-Presidente Al Gore e outros, pressionando pela delimitação. Como o Governo queria ter a Eco-92 e ser saudado como parte da nova ordem mundial, que o Presidente Bush tanto pleiteara, ele cedeu.

Não creio que o Senador Jarbas Passarinho seja parte de um complô; eu creio que ele errou nessa decisão, e isso não é opinião minha, mas de muitas pessoas no Brasil.

Segundo, não se estranhe: o Presidente Fernando Henrique Cardoso – e eu não estou aqui tanto do Presidente com um fato desconhecido –, na visita de Estado à Inglaterra em dezembro de 1997, mandou uma carta comprometendo-se com o Príncipe Philip – isso está na **Folha de S. Paulo** e no **Jornal do Brasil**, e eu poderia proporcionar cópias disso.

A SRA. MARINA SILVA – Não, isso está claro em seu livro. O que pergunto é se V. S^a acha que ele faz parte desse complô, porque há interpretações suas sobre os fatos. Por que não tem uma interpretação sobre esse fato?

O SR. LORENZO CARRASCO – Olhe, vou-lhe dizer a interpretação e vou mais adiante nisso. O Presidente se comprometeu, de público, por meio do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, com o Príncipe Philip. Ele não se comprometeu com o Governo inglês, mas com o Presidente emérito de uma organização não-governamental que é, na hierarquia das organizações, a mais importante. Quais foram as últimas motivações de Sua Excelência eu não posso adivinhar. O fato é que, recentemente, o Ibama assinou um acordo com o WWF – agora com seu novo Presidente, o Sr. Cassara – para ajudar a delimitar, exatamente o compromisso que o Presidente da República assumiu em dezembro de 1997. Esse é um fato jornalístico, e não que ro fazer um juízo.

O SR. BERNARDO CABRAL – Como também, na que altura, ele recebeu uma das mais altas condecorações da Inglaterra.

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim, a de Cavaleiro da Ordem do Banho, da Coroa Britânica.

Isso é público, está aí, o compromisso com Júlio César na Universidade de Cambridge, dando-lhe o título **honoris causa**. Eu não sei, não vou tirar conclusões. O fato foi que se comprometeu publicamente a delimitar 10% da área amazônica para o Príncipe Philip. Isso não é uma interpretação.

Segundo a citação da funcionária da Fundação MacArthur, uma das principais organizações dos Estados Unidos, que financia exatamente ONGs diversas relacionadas ao meio ambiente e a outras cau-

sas, como, por exemplo, o desarmamento civil e a redução das forças armadas nacionais, que leio: “utilizem as verbas que estão usando para a defesa nacional na defesa do meio ambiente”. Isso está público em documentos da MacArthur Foundation, inclusive, dito pelo ex-Presidente do Banco Mundial, Sr. Robert McNamara.

Quanto ao Movimento Sem-Terra, não quero simplesmente entrar em outra apresentação. O que estamos dizendo é que o Movimento Sem-Terra, antes de emergir como um movimento social poderoso dentro do País, era conhecido por que toda a sua liderança havia sido premiada, por intermédio da Comissão Pastoral da Terra, pelas principais fundações das coroas reinantes na Europa. Isto é fato: Holanda, Inglaterra, Suécia e outra, que me escapam à memória, concederam prêmios, dando relevância ao trabalho da liderança da Comissão Pastoral pela Terra e do Movimento Sem-Terra.

Além disso, jornalisticamente, eu soube da existência do Movimento Sem-Terra, porque ele estava sendo premiado no exterior, antes de saber qual a causa, o que depois tornou relevante. Evidentemente, considero que é um grande problema social que tem que ser resolvido, entre outras coisas, com o desenvolvimento do País e com o emprego no interior e no campo.

Quanto a esse problema, eu não estou juntando, embora seja evidente que o Governo Federal auspiciou, em grande medida, o Movimento Sem-Terra por meio de uma série de apoios financeiros e estas básicas que o Movimento Sem-Terra manuseia. Mas esse é um tema que requer uma explicação mais ampla.

O SR. BERNARDO CABRAL – Também o Sr. Balbuíno, da Bélgica, que recebeu.

O SR. LORENZO CARRASCO - Da Bélgica, também, certamente.

Agora, os acordos da Polícia Federal com a DEA são acordos de Governo para Governo.

A SRA. MARINA SILVA – Mas o Ministério do Meio-Ambiente...

O SR. LORENZO CARRASCO – Mas não são acordos de Governo para Governo. E se são, por que estão sendo instrumentados por intermédio de organizações não-governamentais? O problema é que é uma ambigüidade das organizações não-governamentais. Porque, se há um acordo de meio ambiente, o Banco Mundial, ou as agências de desenvolvimento dos Estados Unidos, Canadá ou Inglaterra, dão ao Ministério do Meio Ambiente brasileiro

os recursos para que o Governo brasileiro implemente as políticas. Mas não é assim. Eles dizem: “eu vou dar uma ajuda, mas vai ser canalizada a tais e tais organizações não-governamentais”. Então, o poder de exercer é das organizações não-governamentais.

A SRA. MARINA SILVA – Mas, quando fazem os empréstimos, também dizem que não se podem fazer investimentos na área social; de Governo para Governo. Essas ingerências não se dão apenas na área ambiental. É isso que quer que V. S^a compreenda. Por exemplo, o Banco Mundial, a Rede de Proteção Social foi barreira da função de que, para fazer o empréstimo, teria que diminuir os investimentos sociais. Essa interfeção se dá de A a Z; não pode ser colocada uma lupa apenas em um aspecto. Agora, eu teenho mais uma pergunta, por exemplo.

O SR. LORENZO CARRASCO – Queriam terminar as respostas às perguntas que me fez.

A SRA. MARINA SILVA – É que, como os demais Senadores foram bastante longos, fazendo comentários, eu quero utilizar o meu tempo para fazer perguntas, e para que fique bem claras as perguntas que estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu queria só fazer um apelo à Senadora Marina Silva, até utilizando as próprias palavras dela.

A SRA. MARINA SILVA – Eu só quero reivindicar o mesmo tempo que foi dado aos demais Senadores, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu quero apenas, usando as suas próprias palavras, que disse que ia fazer algumas perguntas e que, depois, que o palestrante respondesse, se não ficasse satisfeita, iria fazer suas considerações. Então, eu gostaria de apelar..

A SRA. MARINA SILVA – É que ele está respondendo uma por uma, e, quando eu não fico satisfeita, já contribuo para que ele não perca tanto tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Dessa forma, teremos um debate, ao invés de ser uma pergunta e uma resposta. Então, gostaria que o palestrante respondesse todas as perguntas da Senadora, que terá, depois, obviamente, o direito de réplica, de emendar ou de pedir...

A SRA. MARINA SILVA – Em acordo. Completarei as perguntas após o complemento do Sr. Carrasco.

O SR. LORENZO CARRASCO - Muito obrigado.

Bom, então, entramos no problema da crise energética. Creio, também, como a Senadora, que é mais do que uma política de privatização, porque o grosso do sistema elétrico não está privatizado, embora tenha havido privatizações. É algo mais grave. O Governo congelou os investimentos, na expectativa de que os grupos empresariais da Enron, da AES, investissem em retirar a responsabilidade anterior do Estado em investimentos de infra-estrutura. Tudo bem. Mas esse elemento está combinado com as pressões das organizações não-governamentais em deter. Isto é objetivo: a reunião de Altamira parou todos os investimentos hidroelétricos sobre o rio Xingu, afetou todos os investimentos em hidroelétricas em toda a região amazônica. E se pode medir o efeito disso a longo prazo.

Esse movimento afetou os empréstimos do Banco Mundial, que pressionou – a Senadora há de conhecer os fatos. Inclusive, Chico Mendes foi notório dentro do Brasil de pois de seu assassinato. No entanto, não era uma personalidade conhecida aqui. Como Paikan, era conhecido no Congresso americano, em Washington, onde iam fazer **lobby** para dizer como era má a política de investimentos públicos e de infra-estrutura do País.

Então, eu...

A SRA. MARINA SILVA – Ele foi lá para dizer que gostaria que a estrada fosse feita com a de marcação das terras dos índios, com respeito às reservas extrativistas, que é algo que já está feito hoje e que não emperrou o progresso. A estrada já foi construída, e o Acre continua com 30 mil famílias vivendo com me nos de um dólar por dia.

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim.

A SRA. MARINA SILVA – Apanaceia não resolveu.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não, mas apanaceia é que não tem havido desenvolvimento geral. A política de desenvolvimento parou.

A SRA. MARINA SILVA – Pois é (inaudível) poderiaterdesenvolvido, então?

O SR. LORENZO CARRASCO – Senadora, estamos vivendo a paralisação de investimentos públicos agora, com o “apagão”. Mas, se forem revistos todos os investimentos em infra-estrutura, encontrar-se-á uma situação calamitosa em todas as áreas, porque a ideologia era a de que o Estado não devia investir. Por quê? Porque a ideologia é essa. Assim como, no campo político, as organizações não-governamentais substituirão os poderes representativos do Congresso, etc., o que resume toda a

tese, ou seja, de que a instituição nacional será substituída pela estrutura das organizações não-governamentais, ainda assim a iniciativa privada tomará em suas mãos o investimento em energia. E aqui vemos um caso singular muito curioso, que sintetiza bem essa situação, que é o caso da AES (American Energy Services).

E vejamos Srs. que, com todas as complicações que se pu se ram a intermediar exatamente o problema da Califórnia, que foi regulamentação ambiental, tivemos a falta de energia e os “apagões” na Califórnia. Agora, todos os bandidos da Califórnia estão vindo ao Brasil oferecer o mesmo modelo de gerenciamento da crise que ofereceram à Califórnia, para lucrar. E, em particular, a AES (American Energy Services), que, na semana retrasada ou passada, disse que retiraria os investimentos de três bilhões porque não havia garantia cambial quanto ao custo do gás, e agora quer garantias cambiais também do investimento da planta, e resulta que a direção internacional da AES (American Energy Services) é composta de membros da WWF (World Wildlife Fund), dos Estados Unidos.

Então, eles estão cometendo um erro: sua perverção está sendo maior do que sua inteligência. E, nesse caso, podem ser perfeitamente analisados, em uma só compaña, os interesses entre uma ONG e a escassez de energia que se está vivendo. Quer dizer, as ONGs não protestarão, porque o gás é ecologicamente correto. Quer dizer, as ONGs vão que rer produção de gás, apesar de que é ineficiente, apesar de que uma eficiência térmica com o gás necessita de turbinas combinadas, e resulta que as encomendas no mercado internacional estão emperradas pelos próximos três ou quatro anos. É um suicídio, com um aumento de custo, em um momento inflacionário, entrar na questão do gás. Mas o gás é ecologicamente aceito. Curioso é que, em um país que não tem gás, que tem água para produzir energia elétrica, que tem Angra III paralisada – também, entre outras coisas, por pressão ambiental que existe sobre a energia nuclear –, se vamos em contrar uma solução térmica do gás, que é intrinsecamente ineficiente, primeiro porque está em dólares, porque o País vai depender da importação de gás. E aí estão os investimentos, e o país sendo chantageado pelas companhias, pelos mesmos bandidos que estão roubando a população na Califórnia, que vão agora tratar de estabelecer uma saída através das térmicas. Isso é o que estamos vendo quanto à conexão das ONGs com a atual crise energética. Esse é um fato que vai me dir, como va-

mos me dir, da qui a dez anos, a fal ta de de sen vol vi mento do cerrado ou a falta de de sen vol vi men to da hidrovía Araguaia-Tocantins. Daqui a dez anos, a ação lo cal in gê nua de um Mi nis té rio da Jus ti ça ou do Ministério Pú bli co ou uma ação de um so nha dor am bientalista que negocia efetivamente: vamos 'aparar' a pas sa gem da hi dro vía. Da qui a dez anos, Se na do ra, vamos ver o pro ble ma da mi sé ria. Por isso, é útil o caso de Karaão. Por isso, é útil a re união de Alta mira. Deixemos a articulação do poder financeiro que se teve na re união de Alta mira e ve re mos seu efe i to em lar go pra zo, no pre sen te. E aí va mos sa ber se é cor re to que se te nha que re gu la men tar essa ati vi da de das orga ni za ções não-governamentais.

A SRA. MARINA SILVA – Ainda faltam duas perguntas. Uma delas já foi fe i ta pelo Se na dor Ber nar do Ca bral, so bre a de nú ncia que V. Ex^a fez com re la ção ao Ministério Público, que considero gravíssima. O Se na dor fez um pe di do de nomes, de pes so as e cir cun stân cías. E V. Ex^a as si na em bai xo da de nú ncia que fez.

Na introdução de seus livros, os editores afirmam que: "Ele se ba se ou fun da men tal men te no co nhe ci men to di re to do mo vi men to am bi en ta lis ta, ob ti do ao lon go de três dé ca das pela or ga ni za ção Lyndon La Rou che, por meio de um ri go ro so tra ba lho de in te li gência". A pergunta é a seguinte: o senhor poderia detalhar como essa orga ni za ção in ves ti ga as ONGs e todo esse es que ma in ter na ci o nal sobre o qual V. Ex^a aca bou de fa lar? Como foi fe i to esse tra ba lho de in ves ti ga ção?

Ou tra in for ma ção, de que V. Ex^a se ol vi dou, que gos ta ria de sa ber é so bre os au to res dos ar ti gos do li vro que V. Ex^a co or de nou. Para mim, se ria mu i to im por tan te to mar co nhe ci men to, já que, como dis se o Se na dor, V. Ex^a trouxe um do cu men to as si na do e que não seria apócrifo. Pela experiência que tenho, até por ser professora secundária de História, sei que, quan do se faz a or ga ni za ção de vá rios tex tos, pelo que en ten di, ou de pro du ção di ver si fi ca da, ci ta mos o nome das pes so as que ela bo ra ram essa pro du ção ci en tí fi ca.

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim. Soube que foi uma de ci são que se to mou, e eu as su mo a res pon sa bi li da de da edi ção des se li vro. E se to mou por...

A SRA. MARINA SILVA – Então, V. Ex^a é o res pon sá vel pelo li vro in di vi du al men te?

O SR. LORENZO CARRASCO – Sou o res pon sá vel pelo li vro in di vi du al men te. Existe uma equipe da revista **EIR** – de que participei e que coordenei,

como cor res pon den te da re vi sta – que é res pon sá vel. Mas a re vi sta é que é res pon sá vel. Quem pu bli ca o li vro é a revista **Executive Intelligence Review**, uma revista in ter na ci o nal. E não é se gre do. Na le i tu ra do meu depoimento, tratei de sintetizar exatamente como é que vínhamos acompanhando esse mo vi men to há trin ta anos. Quan do se fala em tra ba lho de in te li gência, se fala de his tó ria. Tra ta-se de ir à his tó ria, de ver as fon tes, de ver como sur giu o mo vi men to e de acom pa nhar toda a sua gê ne se. Então, esse foi um trabalho que se realizou pela revista **Executive Intelligence Review**. Aliás, a revista surgiu quando se percebeu que ha via toda essa ten ta ti va, no mo men to de uma crise financeira, de reintroduzir um malthusianismo des ca ra do, isso des de a Re união do Meio Am bi en te, em Bu ca res te, em 1972, des de a fun da ção do malt hu si a no Clu be de Roma – o qual com ba te mos –, que falava dos limites ao crescimento, para lançar sua idé ia cata stro fis ta de que o cres ci men to po pu la ci o nal pro du ziria um co lap so na ci vi li za ção, fun da men ta do nas teses de Au re lí o Pec cei. E ci tei a di plo ma cia bra si le ira, quan do, nas con fe rên cias de Bu ca res te, em in ên cias di plo má ti cas como Josué de Cas tro e Ara ú jo Cas tro aler ta ram de que a pres são am bi en ta l que es ta va sur gin do do Ban co Mun di al – isso são ci ta ções do Em ba i xa dor Ara ú jo Cas tro – era uma ten ta ti va de con ge lar o de sen vol vi men to do Bra si le o po der mun di al. Ele fa lou isso em uma con fe rên cia, sen do Em ba i xa dor em Was hing ton, para os es ta gi ários da Escola Superior de Guerra. Ele foi muito cla ro: isto que está sur gin do é uma ten ta ti va de con ge lar o de sen vol vi men to do país, e nos sa po si ção, fa lan do em nome da di plo ma cia bra si le ira, é a de que a pior das po lu i ções é a mi sé ria. E nós te mos que lu tar para de sen vol ver o país. Essa era a po si ção tra di ci o nal que a di plo ma cia bra si le ira as su mi a. Hoje, re pi to essas pa la vras, e, pos si vel men te, muitas pessoas, espe cial men te vin cu la das às ONGs, vão pen sar que essa é uma po si ção ra di cal. Não, essa era a po si ção das na ções que que ri am o de sen vol vi men to, que es ta vam lu tan do pelo de sen vol vi men to. De 30 anos para cá, mu i ta água cor reu, e mu i tos prin cí pi os fo ram por água aba i xo, mu i tos prin cí pi os sim ples men te fo ram es que ci dos. Cre io que este é o mo men to de res ga tar prin cí pi os ba si la res. O Esta do na ci o nal so be ra no, como se vê na crise ener gé ti ca, é o ú ni co ca paz de ga ran tir o bem co mum e o bem-es ta ge ral da po pu la ção. E os in ves ti men tos que o Esta do tem que fa zer em ár eas es tra té gi cas de ener gia não po dem ser, no es sen ci al, dis pen sa dos a agên cias pri va das. Isso vale nos trans por tes, na ener gia, na sa ú de pú bli ca e na que les prin cí pi os que es ta vam es ta be le ci dos pre ci

samente no princípio do bem-estar geral da Nação. Querodizerquepodemosrecuperaressesprincípios, porque estamos em momento de crise. Como disse Franklin Delano Roosevelt no **New York Daily News**: “os princípios do bem-estar devem estar acima dos banqueiros de Wall Street”, ao que eu acrescentaria: “e de certas ONGs aliadas a eles”. A revista de ciênci que a autoridade desses artigos ficaria sob a responsabilidade da revista, por razões que poderia explicar particularmente.

A SRA. MARINA SILVA – Participaram brasileiros?

O SR. LORENZO CARRASCO – Participaram. Claro que sim. E muitos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo, então, a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Lorenzo Carrasco, inicialmente, desejo cumprimentá-lo pela expressão de ser estudioso de uma matéria tão delicada a todos os povos. Gostaria de fazer perguntas objetivas, mas começo com uma contestação a V. Ex^a. Talvez, na língua espanhola, a palavra não seja “contestação”, mas o é na língua portuguesa, quando V. Ex^a faz a crítica à situação da malária, em função da abdicação que houve do DDT.

Sou doutorado em Medicina Tropical e, portanto, conheço a matéria em profundidade. O Governo americano, nos anos 70, proibiu a utilização do DDT em seu país e aliou ao Terceiro Mundo, sabedor – do ponto de vista científico – dos agravos à saúde, induzindo a câncer, a alteração, disfunção sexual explícita, alteração ambiental e com estudos de nichos ecológicos muito bem definidos.

Então, creio ser inconcebível que se possa atribuir a V. Ex^a a intenção de fazer um comparativo do malefício e do benefício, olhando o homem em primeiro lugar. Mas, nós, histórica e cientificamente, conseguimos ter claro hoje que não precisamos do DDT. Nos anos 40, a Itália eliminou a malária sem precisar do DDT. Cuba eliminou a malária sem precisar do DDT. A República Dominicana, ao lado de Cuba, não eliminou a malária. Até há poucos anos, tinha 100 mil casos de malária por ano. No Acre, meu Estado, reduzimos em 75% a casuística, prevalência e incidência da malária sem utilizarmos o DDT em dois anos de governo. O problema da malária é político e administrativo. Se houver vigilância epidemiológica, ação em cima dos focos da doença, ela vai diminuir. Só não vai ser erradicada, porque é um problema ecológico distinto,

mas chegará a índices iguais a zero. Então, o DDT não deve ser inserido no aspecto de que o homem foi preterido, pois essa não é a razão absolutamente. Trata-se de um dano irreversível ao meio ambiente por, pelo menos, por 100 anos. Só nas células gordurosas do organismo, ele impregnado pelo menos por 22 anos. Isso é muito grave do ponto de vista científico e médico.

Pergunto-lhe: a sua organização, a revista **Intelligence Executive Review**, parece ser dirigida nos Estados Unidos. O Sr. Lyndon LaRouche é o editor-chefe e fundador. O senhor confirma isso?

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim, sim.

O SR. TIÃO VIANA – Na revista **Nova Solidariedade**, esse senhor confirma que teria afirmado que Israel é controlado, a partir de Londres, como uma nação-zumbi, e que o sionismo é o estado de psicose seletiva por meio da qual Londres manipula maior partido do judaísmo internacional.

O SR. LORENZO CARRASCO – Falso. Isso é falso.

O SR. TIÃO VIANA – Na mesma publicação, ele fala ainda que os nazistas apenaram cerca de 1,5 milhão de judeus.

O SR. LORENZO CARRASCO – Falso totalmente.

O SR. TIÃO VIANA – Então, isso não é verdadeiro?

O SR. LORENZO CARRASCO – Não existe. Isso é uma falsidade.

O SR. TIÃO VIANA – Então, não é verdadeiro?

O SR. LORENZO CARRASCO – Não é verdadeiro.

O SR. TIÃO VIANA – Perfeitamente. Então, na página 198 do seu livro, o senhor cita o Senador Renan Calheiros, que, quando Ministro da Justiça, foi o responsável pela promulgação da demarcação da terra indígena chamada Raposa Serra do Sol. V. S^a dizia que ele também faz parte da que le es que mantém a nacional ou seria um inocente útil?

O SR. LORENZO CARRASCO – Gostaria que V. Ex^a repetisse essa pergunta. Deixe-me dizer: é falsa essa afirmativa.

O SR. TIÃO VIANA – Não, é tranquilamente considerado que não é verdadeiro. Vamos fazer uma constatação, por que foram da dos...

O SR. LORENZO CARRASCO – Não há forma de provar, porque não existe essa citação.

O SR. TIÃO VIANA – Foram dados que tenho de verde, se forem verdadeiros, entregar, na próxima

reunião, ao Presidente da Comissão, para que se faça a leitura do documento. É um compromisso meu. Senão forem verdadeiros, vamos, perfeitamente, esclarecer como não verdadeiros. Esse é o meu papel aqui, de absoluta transparência.

O SR. BERNARDO CABRAL – Esclarecer e denunciar alguém que induziu a erro.

O SR. TIÃO VIANA – Com certeza, com toda clareza. Esse é o meu papel aqui. Segundo pergunta: na página 198 do seu livro, o senhor cita o Senador Renan Calheiros que, quando Ministro da Justiça, foi o responsável pela promulgação da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. V. S^a diria que ele também fazia parte da aquele esquema internacional ou era apenas um inócento útil? É uma pergunta.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não sei como o senhor chegou a essas perguntas, mas, sinceramente, não me lembro de haver feito nenhuma menção ao Senador.

O SR. BERNARDO CABRAL – Página 198, segundo parágrafo.

A SRA. MARINA SILVA – Está aqui.

O SR. TIÃO VIANA – Mas foi o senhor que escreveu esse livro. Foi o senhor que escreveu, seguramente. V. S^a deve lembrar, por que foi V. S^a que escreveu o livro.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não, não. A citação é da Portaria nº 820, que delimita a reserva indígena Raposa Serra do Sol. Não sei se isso está ratificado. Não sei qual o **status**. Creio que não está ratificado. Foi assinado, mas não foi regulamentado..

O SR. TIÃO VIANA – Está tramitando como matéria legislativa.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não estou afirmando aqui que o Senador seja parte de nenhum esquema. Apenas estou mencionando o fato...

O SR. TIÃO VIANA – E nem inócento útil nessa matéria.

O SR. LORENZO CARRASCO – Como?

O SR. TIÃO VIANA – E nem que estaria sendo utilizado por algum intento...

O SR. LORENZO CARRASCO – Não, não, de nenhuma maneira. Simplesmente pelo fato de que ele, sendo Ministro da Justiça...

A SRA. MARINA SILVA – A parte que ele fez, então, está corretíssima.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não estou dizendo isso. Não está corretíssima. Creio que, igual àquele caso do Senador Passarinho, a portaria está errada. E a Raposa Serra do Sol é outra aberração.

A SRA. MARINA SILVA - (Fora do microfone. Inaudível.)?

O SR. LORENZO CARRASCO - Eu não sei. Eu não qualificaria. Esse é um termo que você está dizendo.

A SRA. MARINA SILVA – Mas é o contexto como V. S^a colocou no livro. V. S^a colocou...

O SR. LORENZO CARRASCO – Senadora, ele assina uma portaria, e esse é o fato que se está retratando aqui. Eu não estou fazendo um juízo de valor, não posso fazê-lo. Sinceramente, dizer se ele (incompreensível) ou não, isso não são afirmações minhas. A única coisa que estou dizendo é que ele, sendo Ministro – há uma cronologia –, assina essa portaria. Desculpe-me não me lembrar exatamente onde estava essa citação. Para mim, não é uma coisa relevante.

O SR. TIÃO VIANA – Entendo, perfeitamente. Eu gostaria de deixar claro a V. S^a que a minha posição é nitidamente de aversão absoluta a qualquer movimento de internacionalização da Amazônia. Sou nitidamente nacionalista, com a visão de bom senso e prudência, como sou radicalmente contrário à posição recente do Presidente George W. Bush, que defende 1.200 usinas de energia, a maioria com posita pela produção de carvão e energia nuclear. Acho que é uma atitude insensata de uma gestão política que me parece ser muito prejudicial. Olho para a Teoria de Evolução, que determina a própria evolução humana, e para a história de que todas as espécies que perderam a oportunidade de partilhar do tempo foram aquelas que foram predatórias ao meio ambiente. Acho que temos que ter o bom senso de não sermos exagerados e desnecessários. Se há uma busca de convivência favorável ao desenvolvimento humano e sócio-econômico, temos que estar extremamente alinhados com ela.

Se olharmos hoje alguns modelos de gestão, vamos ver que eles podem ser perfeitamente acolhidos como positivos mesmo com a tese do desenvolvimento sustentável, de que tanta gente diverge. No meu Estado, a cadeia produtiva para as populações extrativistas tinha uma renda **per capita** de menos de US\$30,00, fruto de uma política das elites que do minaram ali, com a tese totalmente contrária à participação do terceiro setor. Hoje, existe um Governo que convive em paz, em respeito com as diversidades e com a interação necessária com o terceiro setor, e a nossa renda **per capita**, para essa cadeia produtiva, é de mais de US\$150,00. É pouquíssimo em termos

de renda internacional, mas ela aumentou mais do que cinco vezes em dois anos de Governo.

Acho que isso precisa ser considerado: o que vale, talvez, é o caminho do meio, do equilíbrio, de olhar o desenvolvimento humano aliado ao sócio-econômico, sem nenhuma aversão à contribuição de qualquer organismo ou qualquer setor social que queira ser solidário. Porque não posso rezar para a minha igreja, que tem o Papa João Paulo II, e imaginar que as ONGs são inimigas do meu País. Se o Papa é italiano e defende a vida digna no meu País, por que organismos internacionais que tenham um componente ético não podem partilhar dessa ação, desse conteúdo e dessa forma também, sem interferência e como devido e absoluto respeito à soberania nacional? Então, eu gostaria de deixar esse ponto.

Essas perguntas que faço – e que V. S^a as contestou no português, e não no espanhol – de vem uma resposta a mim, na próxima reunião, da veracidade delas.

Espero trazer, assim, com a mais absoluta colaboração, porque, inclusive, fui informado – e vou confirmar – de que o Sr. Lyndon La Rouche foi preso e liberado recentemente nos Estados Unidos. Não sei se V. S^a confirmará isso.

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim, mas não recentemente está liberado.

O SR. TIÃO VIANA – Mas foi preso?

O SR. LORENZO CARRASCO – Preso.

O SR. TIÃO VIANA – E a razão?

O SR. LORENZO CARRASCO – A razão é uma perseguição política contra ele.

O SR. TIÃO VIANA – Então, eu me comprometo também de trazer a documentação da justiça americana, que fala as razões da prisão dele, na próxima reunião.

O SR. LORENZO CARRASCO – Perfeitamente, não tem nenhum problema.

O SR. TIÃO VIANA – E ele ainda dirige a sua instituição?

O SR. LORENZO CARRASCO – Ele dirige a revista **EIR**, com muita honra, é uma pessoa extremamente respeitada no mundo, especialmente em função de suas políticas, e o senhor tem que imaginar por que ele foi preso, depois de haver escutado o que estou lhe falando. Então, eu posso defender absolutamente a integridade do Sr. La Rouche, com o qual colaborei mais de 26 anos como correspondente da revista, porque acredito nas idéias, não por nenhuma outra razão.

Mas, se o tema La Rouche está que rendo trazer para desmerecer a fundamentação...

O SR. TIÃO VIANA – Ao contrário, é para elucidar e deixar o mais transparente possível o debate.

O SR. LORENZO CARRASCO – Mas temos que entrar em outra área de assuntos, os quais...

O SR. TIÃO VIANA – É muito importante que tenhamos plena e absoluta liberdade aqui.

O SR. LORENZO CARRASCO – Tudo bem, absolutamente.

O SR. TIÃO VIANA – A última pergunta que faria é a respeito da visão de gestão que V. S^a tem na relação a um País como o Brasil.

Existem teses de que o Estado tem que ser tudo: totalitário, amplo, somente ele. E existem teses que dizem que a sociedade tem que ser forte. E quando se fala em organização não-governamental, o que me parece é que há uma idéia de crime a quem exerce uma ação dentro de uma organização não-governamental. E me parece que o gesto de solidariedade que o terceiro setor, sem querer salário, por meio das ONGs, praticou é entendido como aspecto negativo de uma maneira geral. De maneira contrária, conheço o caso de voluntários em vários países do mundo, a exemplo do Chile, em que o Corpo de Bombeiros é formado de voluntários, que não recebem qualquer salário, e é um dos melhores do mundo, enquanto, no nosso País, as pessoas têm que ocupar postos de coronel, major, tenente ou capitão para fazer funcionar. Da mesma forma são os grupos que atendem portadores de deficiência física, formados de pessoas que vão para um hospital que têm crianças com câncer fazer solidariedade. Parece que há um aspecto negativo em ONG de uma maneira geral. Será que não é hora de V. S^a e de nós, que debatemos a sociedade, rompermos com esse preconceito e reconhecermos que existem problemas muito particulares, mas que o todo é bom para a Humanidade e é bom para o nosso País.

O SR. LORENZO CARRASCO – Desafortunadamente, V. Ex^a não estava aqui no princípio do meu depoimento. Mas existe uma diferença clara em relação ao que eram as organizações não-governamentais. Não confundamos organizações que simplesmente não pertencem a governos. Creio – e disse expressamente – que há ações de caridade. A Igreja é uma organização não-governamental. Desse perspectiva, se poderia generalizar, mas fui muito particular. Quando me refiro ao fenômeno das ONGs, não estou me referindo às casas de misericórdia nem às ações que tradicionalmente a sociedade tem e que

são bem-vindas para o desenvolvimento de um país. Estou-me referindo especificamente ao tipo de estrutura de governo mundial que surgiu na década de 60, especialmente com a Fundação **Commonwealth**, que foi quem deu o nome de organização não-governamental. Antes, se chamava sociedade civil sem fins lucrativos, hospital de beneficência, etc. Isso, sim.

O problema é a generalização do termo “organização não-governamental”. O conceito de organização não-governamental substituindo as funções do Estado está errado. E o Estado, para poder dar liberdade aos seus indivíduos,...

O SR. TIÃO VIANA – Mas naquilo de que o Estado não dá conta, elas não podem ajudar?

O SR. LORENZO CARRASCO – Claro que sim. É claro que vão ajudar. Por isso é que não me refiro a esses tipos de organizações, as quais são bem-vindas, evidentemente. Quem vai criticar uma casa de misericórdia? E não é de agora; isso vem do século passado. Então, não me temos as causas de misericórdia nas ONGs para confundir o que estamos falando.

Não estou dizendo que V. Ex^a está fazendo isso, estou falando que há uma confusão.

O SR. TIÃO VIANA – Há um preconceito também.

O SR. LORENZO CARRASCO – Há um preconceito, mas me refiro a organização não-governamentais estritamente, pelo termo engendrado dentro do aparato da **Commonwealth**, cujos documentos eu te cito – e o livro cita – e a concepção da organização não-governamental na idéia de que estamos chegando ao fim do Estado nacional soberano. Porque essa foi a concepção. Não é que essa seja a concepção do desenvolvimento ou da motivação das pessoas. Hoje, evidentemente, as pessoas não fazem tanto trabalho de caridade como faziam antes nas igrejas, que tinham essa função juntamente com sociedades civis e tantas outras organizações que existiam centenariamente. Então, quando tratamos desse tema, por favor, estamos falando algo rigoroso. O tema central é esse problema de organizações não-governamentais no conceito que se criou, de substituir os mecanismos de representação, de substituir os mecanismos claros do Estado nacional soberano. Isso é que estamos debatendo.

Ou queremos uma sociedade condicionada por organizações não-governamentais cuja agenda está vindo do exterior – isso é o que está em questão, e não uma organização não-governamental que tenha

o propósito de ajudar as pessoas, com a qual, é claro, estamos todos de acordo; o problema é o interesse externo que está entrando a definir o destino do país – ou que queremos estabelecer e fortalecer o Estado nacional soberano, que não quer dizer o Estado como, também, um preconceito que foi criado contra a força de um Estado. Nunca se falou tanto da liberdade do Estado e nunca tivemos uma situação tão grave para a própria liberdade.

Sobre esse assunto, dizia o filósofo Friedrich Schiller que a maior fortaleza do Estado é a maior liberdade do indivíduo, no que não há contradição. Se o Estado está forte e organizado, e se há desenvolvimento, há a máxima liberdade do indivíduo. É uma falácia dos liberais e econômicos – neoliberais – tratar de minar o Estado para, supostamente, emergir a liberdade individual. É totalmente o contrário: quanto mais se mina o Estado, menos liberdade. O Estado também é um “bicho-papão”. O Estado nacional soberano é a instituição que se provou na história humana ser aquela que representa melhor o interesse geral da população. Isso é o que temos que defender.

O SR. TIÃO VIANA - Já estou concluindo. V. S^a fala e deixa claro que há particularidades e enfoques bem definidos em relação ao tema “organização não-governamental”. Já me deixa bastante aliviado essa clareza com que V. S^a expõe o assunto. Mas não vejo nenhuma iligibilidade de que eu possa contestar a política energética americana, por que isso me afeta e não significa intervir na soberania americana. Se eu pudesse intervir, organizando setores de lá que pudessem ajudar a combater aquilo... Por que aquilo afeta a Humanidade como um todo, já que são 1.200 usinas de energia, que vão afetar todo o Planeta pelas suas consequências.

Não posso estar complacente com 35.000 crianças que morrem todos os dias neste Planeta, de fome ou de causas evitáveis, nem achar que é intermencionismo um senador da França, Halford MacKinder fazer um dos discursos mais belos da Humanidade, indignado com essas razões, tentando intervir na África para que essa política no cívica internacional que se expõe na África não permita que toda a África Subsaariana tenha meta de desenvolvimento do Estado do Texas. Não posso imaginar refém de um sílencio, entendendo que o que está acontecendo com a AIDS e a ação de multinação na África – que intervêm nitidamente contra o direito à vida da que o povo pela elevação do preço, por uma averção a um direito de produção de fármacos locais, dentro do próprio país – é

uma interferência internacional. Que ro co lo car o ca mi nho do meio como pon to de equi lí brio.

Aqui lo que vem para ser so li dá rio e pres tar de sen vol vi men to hu ma no e só cio-econô mi co não nos ame dron ta, por que a nos sa fir me za na de fe sa da in te grida de na cion al tem que ser à al tu ra do nos so con te ú do, do de sen vol vi men to do nos so sen ti men to cí vi co. O ame ri ca no faz isso mui to bem, e la men ta vel men te não fa ze mos isso; fi ca mos com me do de qual quer ato ex ter no, co mo se fos se in i mi go do nos so in te res se.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Con ce do a pa la vra ao úl ti mo ora dor in scri to, Se na dor Morei ra Men des.

O SR. MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Se na do res, vou pro cu rar ser bre ve, da do o adian ta do da ho ra. La men to que te nha mos ca mi nha do para um la do mais fi lo só fi co da ques tão, de i xan do o pon to ne vrál gi co pe lo qual vi e mos aqui, que é exa ta men te para dis cu tir de nún ci as ve i cu la das a res pei to da atu a ção de or ga ni za ções não-gov ern a men ta is. Não es ta mos dis cu tin do aqui qual é a boa ou a ru im, mas o ca mi nho para apu rar mos, que é o ob je ti vo des ta CPI.

Que ro, pri me i ra men te, fa zer um co men tá rio so bre uma afir ma ção que a Se na do ra Ma ri na Sil va fez. Dis se S. Ex^a que, em Ron dô nia, ao che gar ao re cin to on de se re a li zou a au di ên ci a pú bli ca on de se dis cu tia a Me di da Pro ví só ria nº 2.080, foi ques ti o na da por um dos pro du to res ru rais que lá se en con tra va de que cer ta men te não en con tri a ri a nen hum am bi en ta lis ta lá. Não co nhe ço se quer a pes so a que fez es se co men tá rio, mas que ro, em no me dele, ape sar de anô ni mo, di zer que isso não sig ni fi ca ab so lu ta men te uma fal ta de con si de ra ção dele para com a pes so a da Se na do ra, mas re tra ta, in dis cu ti vel men te – e isso tem a ver com o que es ta mos tra tan do aqui – a in di gna ção dele e de to da po pu la ção de Ron dô nia, assim co mo a mi nha, com es sa ques tão am bi en tal.

Digo in di gna ção, por que ele é um ci da dão que se sen te en ga na do pe lo Go ver no. Ele foi para Ron dô nia para des bra var aque la re gião, aten den do a um cha ma men to do Go ver no, on de ele foi ob ri ga do – e a co lo ni za ção lá foi fe i ta pe lo INCRA, por tan to, ofi ci al – a der ru bar 50% da sua pro pri e da de. E ol hem que Ron dô nia to da é con sti tu í da de pe que nas pro pri e da des.

Ago ra, vem o Go ver no di zen do que não se po de mais der ru bar os 50%, e que quem der ru bou tem que re flo res tar os 30% que já avan çou. On de es tá a co ne xão com o que es ta mos dis cu tin do? Exa ta men te por que te nho con vic ção ab so lu ta de que há to da uma or ques tra ção por trás des sa me di da pro ví só ria que pre

ten de mo di fi car ar ti gos do Có di go Flo res tal, on de es tão exa ta men te es sas ONGs e, para ser mais pre ci so, a WWF, com an dan do to da es sa movi men ta ção, no sen ti do de fur ta ra a po pu la ção bra si le i ra à re a li da de dos fa tos.

Ron dô nia, ao con trá rio do que se im a gi na, tem si do um exem plo para o Bra sil por que nós, lá, es ta mos pre ser van do 70% da nos sa área, mas es ta mos ten do a co ra gem de mos trar ao Bra sil que, por meio do zone a men to, po dem con vi ver pa cí fi ca e per fei ta men te o meio am bi en te e o ho mem. Nes te pon to, que ro con cor dar com o ilus tre de po en te: para mim, é mui to mais im por tan te o ho mem. O meio am bi en te é im por tan te, mas não te nho dú vi das: en tre ele e o ho mem, fi co com o ho mem.

Es ta mos sa ben do fa zer o de ver de ca sa: es ta mos lá pre ser van do 70% da área to tal do es ta do. É um en ga no, um en go do, uma ilu são e uma uto pia de fen der os 80% da pro pri e da de pri va da, por que isso é le tra mor ta. Se apro va do, não vai ser cum pri do. Va mos bo tar o pé no chão, va mos en con trar o ca mi nho – co mo diz o Se na dor Tião Vi a na – do equi lí brio. É pre ci so en ten der que nós, da Ama zô nia, te mos que ter o nos so es pa ço para nos de sen vol ver mos co mo en ten de mos que deva ser fe i to, e não aten den do aos in te res ses des sas ONGs.

Que ro tam bém di zer que me pa re ce que es te de ba te, no fim, aca bou dan do a im pres são – pe lo me nos é o que o Se na dor Tião Vi a na, me pa re ce, ten tou co lo car – que es ta mos aqui, de re pen te, para “ca çar as bru xas” das ONGs, quan do não é es se o pro pó si to des ta Comis são. Há ex ce len tes or ga ni za ções não-gov ern a men ta is, se jam elas qua is fo rem e a de no mi na ção que te nham, que pres tam re le van tes ser vi ços ao País. Não te nho dú vi das. No meu Es ta do, há tem cen te nas delas, que tra ba lham ab so lu ta men te afi na das com os in te res ses da po pu la ção, os in te res ses do Es ta do.

Mas há al gu mas que são sub si di a das por es sa WWF, que fo men ta, in clu si ve, es sa dis cór dia. O pa ra do xo que que ro apre sen tar aqui e ago ra é exa ta men te o do MST. O MST é um movi men to po pu lar que nas ceu com o ob je ti vo de pro cu rar terra para quem não tem ter ra. Uma das es tra té gi as que o MST usou – e usa – é a da in va são da ter ra im pro du ti va para cha mar a aten ção das au to ri da des, da po pu la ção, en fim, de quem vai de ci dir, para que eles te nham lá o seu es pa ço.

Em Ron dô nia, acon te ceu vá ri as ve zes – não foi ape nas uma – a in va são exa ta men te das re ser vas da pro pri e da de pri va da. Pres sion a ram o Go ver no, que

acabou entregando a essas pessoas a área da propriedade privada. Eles de vasta ramessa área e lá estão plantando. E mais uma informação: o meu Estado é constituído, na sua grande maioria, de pequenos proprietários, que com põem a agricultura familiar: é a família que vive da terra. Eles ainda não se deram conta de que, com os 20% que lhe estão reservados, segundo a proposta do Conama – e quando eu digo Conama, leia-se organização não-governamental –, deles subtraindo as áreas de preservação permanente, como estradas, escolas e espaços ocupados com a sede e com os currais –, vão sobrar apenas 12% a 13% da área. Ou seja, eles não vão viver com esse percentual.

Eu pergunto: onde vamos colocar esses 20 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia? Como é que eles vão viver? Como é que eles vão produzir? Ou nós podemos sonhar que essas pessoas vão viver, como eu tenho dito sempre, apenas de comer a castanha-do-pará? Então, isso é uma utopia. Nós não vamos chegar a lugar nenhum se não tivermos realmente o meio, o equilíbrio, de um lado, preservando a natureza; de outro, acolhendo os interesses do homem, o que é o objetivo final.

Mas eu quero perguntar – isso é o que interessa – ao senhor, que demonstrou claramente aqui que conhece o assunto em profundidade: na sua visão, essa questão da defesa do meio ambiente, sobretudo na Amazônia, é um mero instrumento, apenas uma fachada, para defender interesses que, verdadeiramente, são outros? Se o senhor entender desta forma, quais os interesses dos que o desenvolvimento da Amazônia não se dê?

E, finalmente, uma outra pergunta que também é muito importante para definirmos o eixo do nosso trabalho aqui.

Parece-me que essas ONGs, sobretudo as que comandam, que são as donas do dinheiro, como V. S^a muito bem explicou aí, vêm para o Brasil ou para qualquer outro país do mundo, onde se instalam, por meio da sua representação, filial ou entidade local, que recebe o mesmo nome com a denominação final do país onde está instalada. Ali, essas organizações estimulam a criação de outras empresas, que são, por fim, subsidiadas, pagas e mantidas pela mãe, a grande. Como é que essas pessoas envolvidas com elas – estou dizendo as que têm o interesse mas não fez todo engessar o desenvolvimento; e quando me refiro a isso, falo muito da Amazônia, porque é a minha região – são pagas?

Por que a informação que eu tenho – pode não ser verdadeira – é de que existe a “mãe”, a matriz, que estimula a criação de várias outras. Então, pega lá um determinado cidadão, que se diz ecologista – romântico, como diz V. S^a no seu pronunciamento –, ele cria lá uma ONG, à qual dá um nome bonito relacionado com a defesa do meio ambiente, e passa a ser pago como consultor. Aí, ele, ganhando muito bem, avança, já ocupa o espaço do Conama, do Governo, ocupa o espaço na diretoria disso e daquilo e começa a ocupar os espaços. Na sua visão, é assim que funciona? É dessa forma, minando as bases, infiltrando e à custa de dinheiro? Ou é de forma diferente?

Eu encerraria a minha participação, apenas com estas duas perguntas pontuais: quem é que está por trás dessa história toda da Amazônia e como funciona esse mecanismo da matriz, envolvendo todos os outros, aqui no Brasil?

O SR. LORENZO CARRASCO – Um exemplo: o **Greenpeace**, que foi fundada com o apoio internacional basicamente – podemos vinculá-lo – das famílias do WWF. Isso foi iniciativa do Canadá, mais ou menos com certa independência e, depois, tomado como uma estrutura com mais financiamentos.

O cineasta irlandês Magnus Gudmundsson concedeu à revista **Veja** de 4 de maio de 1994, nas páginas amarelas, uma reportagem – eu queria que os Senadores lembrassem, porque, seguramente, naquele época, se veio a conhecer – em que descreve exatamente como funciona. O **Greenpeace** é uma grande fábrica de faturamento. Lá se promovem ações para chamar a atenção da opinião pública. Não estão interessados em ações que não chamam atenção, se são uma grande agência de publicidade, com ações sempre muito arrojadas. Em cima disso, é uma máquina de faturamento. Quer dizer, fazem propaganda e, crescentemente, pedem contribuições a organizações ou indivíduos. É claro que os indivíduos que estão nesse ambiente dos meios de comunicação concedem contribuições de milhões de dólares, que permitem ao **Greenpeace** ter embarcações, como a que trouxe de fazer, por si mesma, no ano retrasado, sua permissão no rio Amazonas, a Amazon Guardian, como eles chamaram.

O SR. MOREIRA MENDES – Deixe-me interrompê-lo para fazer aqui uma intervenção.

Um dia desses, numa dessas viagens de avião, vi um “saquinho” de açúcar onde estava dito “açúcar orgânico, licenciado pelo **Greenpeace**”. Não havia nenhuma referência sobre ser licenciado ou aprovado pelo Ministério da Saúde porque é bom para a

saúde. Licenciado pelo **Greenpeace**! Onde estamos chegando!

O SR. LORENZO CARRASCO – É uma marca que se comercializa de uma maneira nova, porque não há um contrato propriamente. Mas estabelece não apenas isso. No Conselho de Energia do Governo, o **Greenpeace** está sentado.

Então, o próprio Governo já cede a toda essa pressão dos meios de comunicação e permite o assento do **Greenpeace** no Conselho de Energia do País. Isso é muito mais grave, porque começa a haver um processo.

Um caso claro, por exemplo, como o de Mary Helena Allegretti, que começou em toda a estrutura de organizações não-governamentais. Essa jornalista canadense, Elaine Dewar – não estou dizendo nada –, descreve todas as articulações, especialmente de Mary Helena Allegretti, na questão do aparato que montou em Alta Mira. É uma beleza de livro, porque, sendo ela ecologista, atreveu-se a denunciar. O livro está basicamente desaparecido, porque ninguém comercializá-lo, por razões óbvias.

Então, temos dois exemplos claros de como está funcionando. Tomei a liberdade de tirar uma cópia da transcrição. Caso a Comissão queira um fac-símile da própria revista **Veja**, também poderia enviar.

Pegemos como começou, por exemplo, o WWF no Brasil. No WWF-Brasil, havia um senhor que se chamava Thomas Lovejoy, que foi seu primeiro representante. Uma instituição do Clube da Vida o entrevistou, e ele disse muito claramente barbaridades – reproduzidas no livro – contra desenvolvimento e soberania, afirmando que os nacionalistas brasileiros tinham pretensões de mais, e que a questão do meio ambiente poderia, vamos dizer, tirar um pouco das suas pretensões.

Então, começou de vagar, na década de 60. Isso começou de vagar, mas havia a estratégia de utilizar a proteção do meio ambiente. Isto é uma coisa muito clara: quem não gosta de preservar ou de participar do meio ambiente? Somente uma pessoa enferma. Esta é uma questão que está no ser humano: proteger os animais e as florestas. Está na natureza humana, como os direitos humanos também estão. Então, é a defesa da natureza boa do indivíduo. Por tanto, é um interesse perfeito: preservar os interesses da Humanidade. Havia o mito de que o Amazonas produzia oxigênio. De pois, caiu esse mito, ou seja, o Amazonas não era produtor de oxigênio. Foram criadas todas essas campanhas no mundo inteiro, dicen-

do-se que o Amazonas é o pulmão do mundo e que está sendo destruído. Houve a campanha, por exemplo, contra o Código Florestal. Com essa mentira – eu tenho os textos da Internet –, dizem: o projeto Micheletto, que está tramitando, vai devastar 80% da Região Amazônica, a Amazônia será convertida em cinzas. Essa carta estava circulando internacionalmente, em todos os países do mundo. Essa não é uma causa da Humanidade. Eu creio nas causas da Humanidade, sim, mas não para utilizá-las para deter o desenvolvimento do País, que é o que está ocorrendo.

Então, concretamente, é como funciona a organização.

O WWF criou o Survival International, ajudou a criar o Greenpeace, ajudou a criar e a fomentar o Environmental Defense Fund. Organizações, como a Conservation International e o Environmental Defense Fund, que foram fundamentais no surgimento do movimento ambientalista no Brasil. Isso está documentado no livro com detalhes.

Assim, há que se distinguir o que é a verdade e a proteção do meio ambiente do que é simplesmente a utilização indevida. Eu não sei se o senhor quer...

O SR. MOREIRA MENDES – Estou satisfeito. Eu tenho mais algumas perguntas a fazer.

V. S^a pode informar como funcionam as ONGs nos países do Primeiro Mundo. Só para um esclarecimento, lá elas mandam nos governos, influenciam tanto nos governos como está acontecendo presently no Brasil?

Outra pergunta. Nesses ditos países de Primeiro Mundo, há essa proliferação desordenada de ONGs, como temos aqui, sem nenhum controle do Estado?

Nesses países – não digo para controlar, mas do ponto de vista da soberania nacional, dos interesses maiores da nação, das estratégias do país –, há algum tipo de controle da atuação dessas organizações?

Uma última pergunta. Como dito claramente pelo Senador Gilberto Mestrinho – e são números, não há como contestá-los – a proporção de privada na Amazônia corresponde a 23%. Se aprovado o projeto do Deputado Micheletto, esse projeto dos 50%, tão falado – não é mais este, pois este era do ano passado –, nós estaríamos devastando, ou derubando, sei lá que nome vão querer dar, apenas 11% de toda a Amazônia. Quem sabe se, amanhã, o que estamos conversando hoje não vai estar com plebiscito desvirtuado pela imprensa? Como jornalista, como V. S^a vê essa história de que estamos aqui com 11%, e, no

ou tro dia, no mun do in te i ro se diz que são 80%. Onde é que es tão os jor na lis tas? Eles não têm um com pro mis so com a ver da de, com a se ri e da de? Pa re ce que estamos falando gre go. Nin guém pu bli ca essa ques tão. São fe i tos pro nun ci a men tos na tri bu na do Se na do, na Câ ma ra dos De pu ta dos, nas co mis sões, mas nin guém publica uma nota sobre esta verdade, ou seja, que nin guém está de vastan do a Ama zô nia. Nós, lá, es ta mos sa ben do cum prir com o nos so dever. O Esta do do Acre faz isso com ve e mên cia. O Esta do de Rondônia tem procurado fa zer o mes mo. O Ama zo nas tem ape nas 2 ou 3% da sua área an tro pi za da, e nin guém diz isso em lu gar ne nhum, em re vis ta ne nhuma. Qu an do che ga a o ca sião de se vo tar essa me di da provisória, co me ça a pi po car: na **Veja** na **IstoÉ**, na **Época**, no jor nal tal, a gran de im pren sa mas sa cran do quem vive na Ama zô nia, como se es ti vés se mos devastando a re gião. Isso é uma men ti ra, um en go do.

Dê a sua opi nião como jor na lis ta. Como V. S^a vê essa ques tão?

O SR. LORENZO CARRASCO – É pre ci so sin te ti zar as per gun tas.

A SRA. MARINA SILVA – Inclu sive, con si de ran do esse as pec to de que sa í ram re cen te men te os da dos do INPE se gun do os qua is o des flo res ta men to de 1999/2000 foi de 19 mil qui lô me tros qua dra dos, e que os Estados que conseguiram reduzir foram, pare ce-me, Ro ra i ma, Acre e Ama zo nas. Nos de ma is, há uma taxa cres cen te de des flo res ta men to.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não co nhe ço os da dos, e se ria uma te me ri da de sim ples men te co lo car-me a opi nar so bre es ses da dos que, inclu sive, vi re trados nessa reportagem. Mas o que se está di zen do aqui não é isso. O que se está di zen do aqui é que o pro je to de uma Co mis são, en ca be ça do por um de pu ta do, que é o re la tor, está de ter mi nan do que vai de vastar 80% da Ama zô nia. Isso foi o que dis se essa re portagem. A gran de per gun ta é: ha ve ria que fa zer a im pren sa? V. Ex^a dis se mu i to bem: en tão, pro vem! Eu cre io que a re portagem do **Jornal Nacional**, da **Rede Globo**, no ano passado, apre sentando ex ata men te 80%. De po is, man dam um he li có pte ro à pro pri e da de do De pu ta do Miche letto, hos ti li zam a fa mí lia do De pu ta do Miche letto. E isso se cha ma “em nome da de mo cracia”?

O SR. MOREIRA MENDES – Mas nin guém diz isso.

O SR. LORENZO CARRASCO - Nin guém dis se isso. E é ex ata men te o que tem que ser ques ti o na do. Por quê? Por que os me i os de co mu ni ca ção, Sr. Se-

nador, estão comprometidos, em sua essência, em um esquema de poder. Este é o problema: não se pode di zer a ver da de. Há um sis te ma. Por isto é que é uma di ta du ra o que se está pré-figurando: são mem bros de ONGs, di ri gem as ONGs, di ri gem os apa ra tos dos me i os de co mu ni ca ções e im ple men tam os pro je tos de de li mi ta ção, como é o caso do WWF. Então, há um claro con fli to de in te res ses. Eles estão puxando uma cam pa nha que está com pro me ti da com a vi são ide oló gi ca da ONG que re pre sen tam. Por que é be ne fí cio? Não sei. Eu que ria que os Srs. Se na do res les sem a re por ta gem que an un ci ei, não ape nas a do jo rnal ista islandês, mas a da jo rnal ista cana den se e a men ção do jor na **De Groene Amsterdammer**, que ti ra mos da In ter net e man da mos tra du zir do ho lan dês, onde se des cre ve ex ata men te como fun ci o nou todo o problema na Á frica, inclu indo ope ra ções de se gu ran ça na ci o nal mu i to sé ri as, por que, em Bo lu cra (*termo de difícil compreensão na fala do orador*) – isso foi uma in ves ti ga ção or den a da pelo Pre si den te Man de la –, ha via de nún ci as de que o WWF ha via en tra do inclu sive em ope ra ções de as sas si na tos, que estão do cu men ta das. O pro ble ma é que es sas or ga ni za ções, como, por exem plo, o Con trol Risks, que é uma or ga ni za ção de se gu ran ça que este ve em Bo lu cra na Ope ra ção Lock, de nun ci a da por Man de la, está vin do ao Bra sil, as so ci a da a um gru po de ris co, di zen do que a hidrovía Araguaia-Tocantins é um dos **hotspots** ambientais do mundo, pelo que recomen da aos in ves ti do res que não fa çam in ves ti men tos ali. Isso está do cu men ta do e es cri to – eu pos so de i xá-lo aqui. A re comen da ção é cla ra: não se pode in ves tir.

Mas es que ci as duas pri me i ras per gun tas. Não sei se já as res pon dei. Tal vez o se nhor pos sa re pe tir bre vemen te.

Ah, me lem brei: o con tro le dos Esta dos Uni dos. Isso é muito importante. Porque, efeti vamente, esse mo vi men to con se gui u afe tar, den tro do se tor avan ça do, em cer to mo men to, o pro ble ma da ener gia nu cle ar na Ale ma nha, que hoje es tão pa de cen do. E vão ter utilizar o carvão, que é mu i to mais con ta mí na do do que a ener gia nuclear, como a França demon strou em 80% de sua gera ção elé tri ca. Por quê? Por que a ener gia nu cle ar tem um gran de pro ble ma: tem re sí du os ra dio a ti vos. Sim, os tem porque é uma polui ção con cen tra da, con tro la da. Em ne nhu ma fon te de ener gia há o con tro le das fon tes po lu en tes. Carvão é ab so lu ta men te mu i to mais po lu en te. Hoje, quan do vi, no avião, a no tí cia de que os pro du to res de carvão do Rio Gran de do Sul tam bém vão que rer apo io do Go ver no Fe de ral para pro du zir ener gia elé tri ca atra vés

do carvão, aí estão as consequências... Isso é muito mais grave, do ponto de vista ambiental. Mas isso ocorreu nos Estados Unidos: não se voltou a ter usinas nucleares. E num certo sentido, o Presidente Bush, com cujo governo não simpatizo, descobriu os protocolos de Kyoto por razões erradas, para apoiar os grupos financeiros que o apoiavam, basicamente a Enron, Duke, IRS, que estão vindo ao Brasil agora para comprar e vender energia — não vão produzir, mas, simplesmente, intercambiar energia. Então, mesmo sendo Estados Unidos, eles, como se viu na crise da Califórnia, também estão necessitando de obras de infra-estrutura. Então, isso é importante. Agora, o controle que o Congresso americano exerce sobre as organizações não-governamentais o faz por meio das fundações, porque as fundações Ford, Rockefeller, as fundações do governo e do congresso, têm que reportar anualmente ao congresso todas as contribuições. Aliás, esse seria um caminho muito interessante ver, no livro anual de contribuições do congresso americano, de todas as organizações e fundações, toda a pauta de financiamentos. Aí, há uma coisa: aqui, evidentemente, em nossos outros países — não falo só do Brasil, mas do México e de outros países —, não há tal regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Quero, dado que todos os Srs. Senadores tiveram oportunidade de fazer suas indagações, agradecer ao Dr. Lorenzo Carrasco pelas explicações e solicitar que os documentos que ele, porventura, não pode trazer neste momento sejam encaminhados à CPI, bem como alguns pontos que foram referenciados e que ele ficou de acrescentar. Por que, como foi bem dito aqui, o que queremos é o virto dos o lá dos, chegar a um diagnóstico e concluir de maneira satisfatória. Queríamos, antes de os Srs. Senadores se retirarem, justamente em função dos requerimentos que estão para ser apreciados, solicitar uma reunião administrativa com os companheiros membros da Comissão. Será uma reunião para deliberar sobre os requerimentos, a votação e, também, estabelecer algumas normas consensuais, de forma que as nossas próximas reuniões possam ser ainda mais produtivas. Portanto, convocaria essa reunião administrativa para terça-feira próxima, às 10 horas. Todos vão receber a pauta, mas já estou adiantando. Portanto, se alguém mais quiser fazer algum requerimento, poderá fazê-lo neste período, para já apreciarmos na terça-feira.

Na quarta-feira, às 10 horas, já expedimos o convite para que esteja aqui presente o Minis-

tro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Alberto Cardoso.

A SRA. MARINA SILVA — Sugeriria, Sr. Presidente, que fossem lidos os relatórios que apresentei apenas para que constassem da ata e das notas taquigráficas, em função de que os demais colegas já apresentaram e leram. Como protocolei na Mesa, gostaria que fossem lidos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Gostaria de ponderar ao Senador Bernardo Cabral que, em boratemos a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e outras tantas comissões, se não avançarmos com esses depoimentos,...

O SR. BERNARDO CABRAL — (pequeno trecho inaudível, porque pronunciado fora do microfone) após a Ordem do Dia. Se não, não pode ir com parecer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — O General nos informou que virá na quarta-feira, ao meio-dia. Por isso, aproveitei e marquei para às 10 horas. Obviamente, a presença de V. Ex^a seria muito importante, mas gostaria de solicitar a presença de todos, inclusive.

A SRA. MARLUCE PINTO — Quarta, amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Não, a próxima.

A SRA. MARINA SILVA — Pela ordem, Sr. Presidente, até para que não haja mais dúvida com relação a isso.

Penso que começamos, de certa forma, uma metodologia, porque V. Ex^a convidou uma pessoa que coordenou uma visita e que tem opiniões sobre a problemática. Apresentei uma sugestão de como deveríamos ordenar esse calendário. Se já aprovamos aqui a vinda do General Cardoso na quarta-feira, atropelamos a possibilidade de estarmos criando uma lógica para esses depoimentos. De sorte que gostaria que definíssemos, já que na que lá oportunidade de V. Ex^a alegou que não havia **quorum**, essa indicação de V. Ex^a na reunião administrativa, porque começamos com uma pessoa que pesquisei, poderíamos terminar a bateria dos pesquisadores, as pessoas que têm opinião, de pois as pessoas do Governo, o General Cardoso poderia entrar nos do Governo, e, talvez, por último, as ONGs, porque a Comissão já estaria devidamente informada para debater com as ONGs.

Estou apenas apresentando, para, depois não dizerem que não disse. Então, estou registando que pudéssemos definir esse encaminhamento metodo-

lógico na reunião de terça-feira, na reunião administrativa que V. Ex^a sugeriu.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Na terça-feira, uma administrativa. Na quarta-feira, com a presença do General Cardoso.

Atendendo o pedido de V. Ex^a, leio os requerimentos.

A SRA. MARINA SILVA - Isso, mas que não fique de cima aqui que já na quarta-feira será o General Cardoso, senão inviabiliza...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Mas já foi convidado antes da quele roteiro aprovado, Senadora.

O SR. BERNARDO CABRAL (fora do microfone) – Foi convidado (inaudível) ouvido a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Diante da quele roteiro aprovado.

A SRA. MARINA SILVA – Mas é que aquele roteiro diz que não tinha uma indicação de nomes.

O SR. BERNARDO CABRAL – (trecho inaudível, porque pronunciado fora do microfone) ...sem a manifestação da relatoria. Acredito que a Senadora Marina...

A SRA. MARLUCE PINTO – Obrigada, Senador Bernardo Cabral.

São cinco os requerimentos: um do Senador Bernardo Cabral, três da Senadora Marina Silva, um do Senador Mendes e duas sugestões de trabalho da Senadora Marina Silva.

Passo à leitura do requerimento do Senador Moreira Mendes:

Requeiro, nos termos do que dispõe o Regulamento, sejam requisitadas do Banco Central do Brasil as seguintes informações: 1) Montante da moeda estrangeira em ter na do País a crédito de ONGs, constituída e em funcionamento no território nacional; 2) Entidades beneficiadas e a soma destinada a cada uma delas com respectivos endereços, se possível; 3) Os pedidos acima referem-se ao período dos últimos 5 (cinco) anos

Sala das Comissões, 25/05/01, Senador Moreira Mendes.

Requerimentos da Senadora Marina Silva:

1) Requeiro, nos termos do art. 148 do Regulamento Interno, que seja solicitada à Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais - ABONG a listagem de suas associadas.

2) Requeiro, nos termos do art. 148 do Regulamento Interno, que seja solicitada ao Ministério da Saúde a lista de entidades sem fins lucrativos que tra-

balham no Programa DST/AIDS e as que desenvolvem atividades com povos indígenas. Mesma data.

3) Requeiro, nos termos regimentais, uma cópia da ata e das notas taquigráficas da última reunião desta CPI, realizada no dia 09/05/2001. 22/05, Marina Silva.

Requerimento do Senador Antero Paes de Barros.

Requeiro, nos termos dos arts. 90 usque 93, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados para debaterem audiência pública no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Regulamento nº 22, de 2001, do Senado Federal, e destinada a apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais, as seguintes personalidades adiante nominadas. 1) Dr. Augusto Franco, Conselheiro do Programa Comunidade Solidária; 2) Ministro da Saúde, José Serra, tema: "As ONGs de Saúde na Amazônia; 3) Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, tema: "Atuação das ONGs ambientalistas na Amazônia". Sala das Sessões, Senador Antero Paes de Barros.

Justificativa.

A compreensão dessa nova realidade jurídica administrativa em relação aos organismos não-governamentais da sociedade civil impõe-se com urgência, haja vista que a aplicação da nova lei reclama uma regulamentação capaz de controlar e acompanhar as suas ações.

Os convidados poderão ajudar muito nesse propósito, senão vejamos: a Dr^a Ruth Cardoso, na qualidade de Presidente da Comunidade Solidária, e o seu Conselheiro, Dr. Augusto Franco, foram incentivadores e participaram da elaboração referida da Lei nº 9.700/99.

O Ministro José Serra tem buscado implantar, nas ações da sua Pasta, uma nova forma de geração e incentivos das parcerias com as ONGs, especialmente em relação aos programas do Ministério, tais como saúde da mulher, saúde indígena, AIDS etc. E o Ministério do Meio Ambiente é o órgão governamental com maior relacionamento com ONGs em atuação, razão pela qual se justifica o convite ora proposto.

Assugestões da Senadora Marina para audiências e depoimentos: 1) Dr^a Ruth Cardoso e Augusto Franco, da Comunidade Solidária.

A SRA. MARINA SILVA – Marluce, está dividido assim, por exemplo, personalidades...

A SRA. MARLUCE PINTO – Só precisa ler os grupos, não é não?

A SRA. MARINA SILVA – Os grupos.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Porque foram divididos, na segunda sugestão da Senadora, os convites para os convidados em três blocos. O primeiro bloco, tratando-se dos estudiosos...

A SRA. MARINA SILVA – Como começamos hoje com o Professor Carrasco.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – O prof. Lorenzo já realizou o seu depoimento.

2) Leila Landin, autora do livro “As ONGs no Brasil”;

3) Maria Tereza Sadek, autora de diversos livros sobre o terceiro setor;

4) Stephen Kanitz, administrador e articulista da revista Veja, especialista em responsabilidade social e terceiro setor.

Agora o Bloco II – as autoridades governamentais.

5) D^a Ruth Cardoso e Augusto Franco, da Comunidade Solidária, para falarem sobre a atuação das ONGs na Amazônia.

6) O Ministro da Saúde José Serra, para falar sobre a atuação das ONGs que trabalham na área da saúde da Amazônia.

7) O General Alberto Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

8) O Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, para falar sobre a atuação das ONGs ambientais na Amazônia;

9) O Ministro da Justiça, José Gregori;

10) Presidente da FUNAI para falar sobre a atuação das ONGs junto aos povos indígenas na Amazônia;

11) Relator da CPI da Grilagem, da Câmara dos Deputados;

12) General Alcedir Pereira Lopes, Comandante Militar da Amazônia;

13) General Gleuber Vieira, Comandante do Exército.

A SRA. MARINA SILVA – Só um esclarecimento. Como já havia sido aprovada a lista dos senhores, que foi apresentada e não teve veto, então, nessa medida de trabalho, eu compus, com as sugestões minhas, da Senadora Heloisa Helena e do Senador Tião Viana, com as que V. Ex^a havia apresentado.

A SRA. MARLUCE PINTO – As demais já aprovadas.

A SRA. MARINA SILVA – Exatamente. Só fiz uma composição metodológica por agrupamento.

A SRA. MARLUCE PINTO – 14) Ministro da Defesa;

15) Presidente do Ibama, Hamilton Casara;

16) Diretor-Geral da Polícia Federal;

17) Ex-Presidentes da Funai.

Bloco três – das entidades:

18) Presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais;

19) Associação Amazônia;

20) Cooperíndio;

21) Sodiur;

22) Arekon;

23) Alidicir;

24) CIR;

25) ISA;

26) CIMI;

27) URIHI.

Senadora Marina, gostaria de lhe fazer uma sugestão ou uma solicitação, como achar melhor. Já que o General foi convidado pelo Presidente da CPI, para que aproveitássemos até a disponibilidade da sua agenda, que ouvíssemos, seria apenas uma autoridade à frente dos demais estudiosos que ouviríamos aqui. Porque a agenda do General é muito complexa. Ele até já nos explicou. Muitas vezes, ele pode marcar uma visita, atendendo a um convite, e aparecer, por parte da Presidência da República, qual quer misão que ele não possa deixar de cumprir.

A SRA. MARINA SILVA – Só sugeriria assim: que a gente batesse esse martelo, para não ficarmos só nós três aqui, na terça-feira, certo? É só isso que estou sugerindo. Pode ser que a Comissão diga: “não, realmente, a gente vai seguir esse conselho da relatora, por que já tem essa...” Mas, para que não fique aqui o que reclama acontecendo aqui entre nós três, que se remeta à terça-feira essa decisão.

A SRA. MARLUCE PINTO – Da minha parte, não tendo mais nada, passarei a palavra ao nobre Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE – Que rogra de cer e dar por encerrada a reunião, convocando, portanto, a sessão administrativa para terça-feira e a audiência ao General Cardoso para quarta-feira.

(Levanta-se a reunião às 21h23min.)

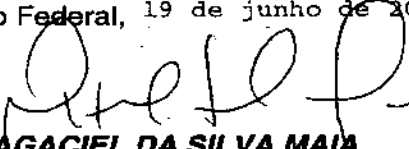
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL****Nº 77, DE 2001**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Designar os servidores **LUÍS IGNÁCIO MORENO FERNANDEZ**, Analista Legislativo, mat. 3941-SEEP, **ALOYSIO NOVAES TEIXEIRA**, Analista Legislativo, mat. 3727- SEEP, **JOSÉ MILTON DE MARAES NETO**, Técnico Legislativo, mat. 5065-SF e **PAULO RICARDO ZARRANZ BUENO**, Técnico Legislativo, mat. 4981-SF, para sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos relatados pela Senadora **Emília Fernandes**, sobre o incêndio ocorrido no último dia 14, no apartamento nº 203, do Bloco "C", da SQS 309, com prazo de 5 (cinco) dias para a conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 19 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

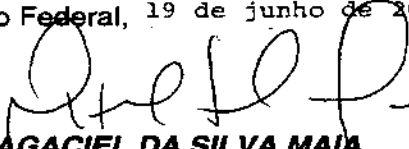
ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1.116, DE 2001**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Dispensar o Servidor **CARLOS MARTINO MARTINS**, mat. 3507, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Controle de Informação, Símbolo FC-4, do Serviço de Treinamento Industrial Profissionalizante, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PMDB, com efeitos financeiros a partir de 30 de maio de 2001.

Senado Federal, 19 de junho de 2001.



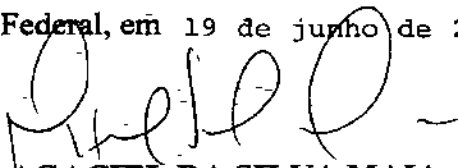
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.117, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008960/01-1

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAUL QUEIROZ NEVES** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lindberg Cury.

Senado Federal, em 19 de junho de 2001.



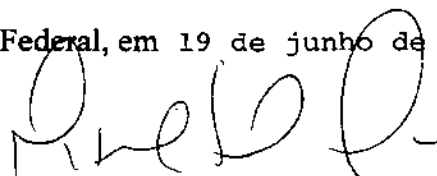
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.118, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008990/01-8

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RICARDO JOSE BALDISSARA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 19 de junho de 2001.



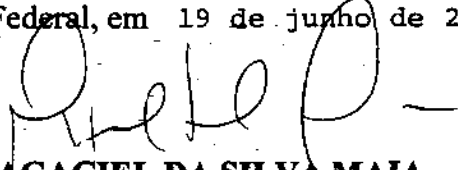
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.119, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008991/01-4

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GLEUBER FIRMAN TENORIO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 19 de junho de 2001.



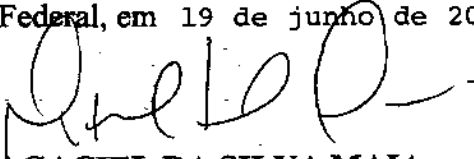
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.120, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008.983/01-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ARTHUR PEREIRA CASTILHO NETO**, matrícula n.º 31.594, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Waldeck Ornelas.

Senado Federal, em 19 de junho de 2001.



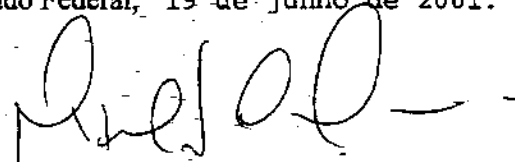
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.121, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 008870/01-2,

RESOLVE designar a servidora **MARIA ELISA BORGES JEVEAUX**, matrícula 4056, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, com efeitos financeiros a partir de 07 de maio de 2001.

Senado Federal, 19 de junho de 2001.



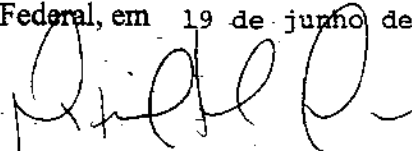
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.122, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008959/01-3

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990; **PEDRO DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lindberg Cury.

Senado Federal, em 19 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.123, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008754/01-2,

RESOLVE dispensar a servidora **PATRÍCIA SANT'CLAIR DA SILVEIRA**, matrícula 4346, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Orçamento Público, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 05 de junho de 2001, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 19 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 210, DE 2001

Aprova o ato que outorga permissão à Universidade Santa Cecília – Unisanta para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 321, de 21 de dezembro de 1998, que outorga permissão à Universidade Santa Cecília – UNISANTA para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de junho de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão De Salinas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 144, de 2 de setembro de 1999, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salinas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de junho de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 212, DE 2001

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural José Ribeiro da Cunha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montividiu, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 145, de 2 de setembro de 1999, que autoriza a Associação Cultural José Ribeiro da Cunha a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montividiu, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de junho de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Jader Barbalho, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 213, DE 2001

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Oito de Setembro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 4, de 4 de fevereiro de 1998, que renova por dez anos, a partir de 11 de dezembro de 1995, a concessão da Rádio Oito de Setembro Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de junho de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal.

Ata da 74ª Sessão Deliberativa Ordinária em 19 de junho de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jader Barbalho, Edison Lobão e Mozarildo Cavalcanti

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior –
Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Par-
ga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Pa-
trocínio – Carlos Wilson – Edison Lobão – Eduardo
Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernan-
des – Fernando Bezerra – Fernando Matusalém –
Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff –
Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gilberto Mestrinho
– Gilvam Borges – Heloísa Helena – Iris Rezende –
Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Sou-
za – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agri-
pi no – José Alencar – José Coelho – José Eduar do
Dutra – José Fogaça – Juvêncio da Fonseca – Lauro
Campos – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio
Coelho – Luiz Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vilela –
Maria do Carmo Alves – Mariana Silva – Marluce Pinto
– Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Ca-
valcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixe-
ira Campos – Nova da Costa – Osmar Dias – Paulo
Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon –
Ramez Tebet – Renan Calheiros – Ricardo Santos –
Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Satur-
ni no – Romero Jucá – Ro me u Tuma – Ro nal do Cu nha
Lima – Se bas tião Ro cha – Sér gio Ma cha do – Te o tō-
nio Vilela – Fi lho – Tião Vi a na – Val mir Ama ral – Wal-
deck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A lista de
pre sen ça acu sa o com pa re ci men to de 76 Srs. Se na-
dores. Havendo número regimental, de claro aberta a
sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos
trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson, pro-
cederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

— Nº 150, de 2001 (nº 567/2001, na ori gem), de
13 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de
Lei nº 5, de 2001-CN, que abre ao Orça men to Fis cal
da União, em fa vor da Pres dên cia da Re pú bli ca, cré-
ditosuplementar no va lor de qua tor ze mi lhões, se is-
centos e se ten ta e qua tro mil re a is, para reforço de
dotações consignada do orçamento vigente, sanc io-
na do e trans for ma do na Lei nº 10.238, de 13 de ju nho
de 2001;

— Nº 151, de 2001 (nº 568/2001, na ori gem), de
13 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de
Lei nº 9, de 2001-CN, que abre ao Orça men to Fis cal
da União, em fa vor do Mi nis té rio da De fe sa, cré di to
suplementar no va lor de tre zen tos e oi ten ta e qua tro
milhões, cento e dez mil, setecentos e onze reais,
para reforço de dotações constantes do orçamento vi-
gente, sanc io na do e trans for ma do na Lei nº 10.239,
de 13 de ju nho de 2001; e

— Nº 152, de 2001 (nº 569/2001, na ori gem), de
13 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de
Lei nº 12, de 2001-CN, que abre ao Orça men to Fis cal
da União, em fa vor do Mi nis té rio da Agri cul tu ra e do
Abas te ci men to, cré di to su p le men ta r no va lor de trinta
milhões de reais, para reforço de dotação consignada
no vigente orçamento, sanc iona do e trans for ma do na
Lei nº 10.240, de 13 de ju nho de 2001.

OFÍCIOS

DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 237/2001, de 13 do corrente, encaminhando
autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de
2000-Complementar (nº 8/99-Complementar, na
Casa de origem), de iniciativa do Presidente da Repú-
blica, que dispõe sobre a relação entre a União, os

Esta dos, o Dis tri to Fe de ral e os Mu ni cí pi os, suas au tar quias, fun da ções, so cie da des de eco nomia mista e ou tras en ti da des pú bli cas e suas res pec ti vas en ti da des fe cha das de pre vi dên cia com ple men tar; e dá ou tras pro vi dên cias, sancio na do e trans for ma do na Lei Com ple men tar nº 108, de 29 de ma io de 2001;

Nº 238/2001, de 13 do corrente, encaminhando autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2000 (nº 3.275/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas, sancionado e transformado na Lei nº 10.217, de 11 de abril de 2001; e

Nº 239, de 2001, de 13 do corrente, encaminha o autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e reorienta o modelo assistencial em saúde mental, sancionado e transformado na Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

PROJETO RECEBIDO

DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2001

(Nº 3.999/2001, na Casa de origem)

De iniciativa do Presidente da República

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo.

Parágrafo único. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, os crimes a que a lei comina pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se inclui na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I – referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e de marcação populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II – sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III – para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV – que te nham como ob je to a im pug na ção da pena de de mis são im posta a ser vi do res pú b li cos ci vis ou de san ções dis ci pli na res a pli ca das a mi li ta res.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juízo do Espécies, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, **caput**.

§ 3º No foro onde es ti ver ins ta la da Vara do Ju i zado

Especial, a sua competência é absoluta.

Art. 4º O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

Art. 5º Exceto nos casos do art. 4º, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

I – como auto res, as pes so as fí si cas e as mi cro-empre sas e empre sas de pe que no por te, as sim de fi ni das na Lei nº 9.317, de 5 de de ze m bro de 1996:

II – como rés, a União, au tar qui as, fun da ções e empresas públicas federais.

Art. 7º As citações e intimações da União serão feitas na forma prevista nos arts. 35 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. A citação das autarquias, fundações e empresas públicas será feita na pessoa do representante máximo da entidade, no local onde proposta a causa, quando ali instalada o seu escritório ou representação; se não, na sede da entidade.

Art. 8º As partes serão intimadas da sentença, quando não for realizada a audiência em que estiver presente seu representante, por ARMP (Aviso de Recebimento em Mão Própria).

§ 1º As demais intimações das partes serão feitas na pessoa dos advogados ou dos Procuradores

que oficiem nos respectivos autos, pessoalmente ou por via postal.

§ 2º Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico.

Art. 9º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 10. As partes poderão signar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

Parágrafo único. Os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, bem como os indicados na forma do **caput**, ficam autorizados a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais Federais.

Art. 11. A entidade pública deverá fornecer ao Juizado a documentação de que dispunha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instauração da audiência de conciliação.

Parágrafo único. Para a audiência de composição dos danos resultantes de ilícito criminal (arts. 71, 72 e 74 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995), o representante da entidade que comparecer terá poderes para acordar, desistir ou transigir, na forma do art. 10.

Art. 12. Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até cinco dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.

§ 1º Os honorários do técnico serão antecipados à conta de verba orçamentária do respectivo Tribunal e, quando vencida na causa a entidade pública, seu valor será incluído na ordem de pagamento a ser feita em favor do Tribunal.

§ 2º Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, havendo designação de exame, serão as partes intimadas para, em dez dias, apresentar quesitos e indicar assistentes.

Art. 13. Nas causas de que trata esta lei, não haverá exame necessário.

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião

conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de Turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

§ 3º A reunião de juízes domiciliados em cidades diferentes será feita pela via eletrônica.

§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça-STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

§ 5º No caso do § 4º, presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 6º Eventuais pedidos de uniformização idênticos, recebidos subsequente em quaisquer Turmas Recursais, ficarão retidos nos autos, aguardando-se pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça.

§ 7º Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.

§ 8º Decorridos os prazos referidos no § 7º, o relator incluirá o pedido em pauta na Sessão, com preferência sobre todos os demais feitos, ressalvados os processos com réus presos, os **habeas corpus** e os mandados de segurança.

§ 9º Publicado o acórdão respectivo, os pedidos retidos referidos no § 6º serão apreciados pelas Turmas Recursais, que poderão exercer juízo de retratação ou de clará-los prejudicados, se veicular em tese não acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça.

§ 10. Os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição dos órgãos e os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização e do recurso extraordinário.

Art. 15. O recurso extraordinário, para os efeitos desta lei, será processado e julgado segundo o esta-

belecido nos §§ 4º a 9º do art. 14, além da ob ser vância das nor mas do Re gi men to.

Art. 16. O cum pri men to do aco r do ou da sen ten ça, com trãnsito em julgado, que imponham obriga ção de fazer, não fazer ou entrega de co i sa certa, será efetuado me di an te ofí cio do Juiz à au to ri da de ci ta da para a ca u sa, com có pia da sen ten ça ou do aco r do.

Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trãnsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, con ta dos da en tre ga da re qui si ção, por or dem do Juiz, à au to ri da de ci ta da para a ca u sa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.

§ 1º Para os efe i tos do § 3º do art. 100 da Cons tituição Federal, as obriga ções ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de pre catório, te rão co mo li mi te o mes mo va lo res ta be le ci do nesta lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, **caput**).

§ 2º De sa ten di da a re qui si ção ju di ci al, o Juiz de terminará o seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.

§ 3º São vedados o fracionamento, repartição ou que bra do va lo ra da exe cu ção, de modo que o pa ga men to se fa ça, em parte, na for ma es ta be le ci da no § 1º deste artigo, e, em parte, me di an te ex pe di ção do precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do va lo ra pa go.

§ 4º Se o va lo ra da exe cu ção ul tra pas sar o es ta be le ci do no § 1º, o pagamento far-s-á, sempre, por meio do pre catório, sen do fa cul ta do à parte exe quente a re nún cia ao cré di to do va lo re ex ce den te, para que pos sa op tar pelo pa ga men to do sal do sem o pre ca tório, da for ma lá pre vi sta.

Art. 18. Os Juizados Especiais serão instalados por de ci são do Tri bu nal Re gi o nal Fe de ral. O Juiz presidente do Juizado designará os conciliadores pelo pe rí o do de dois anos, ad mi ti da a re con du ção. O ex er cí cio dessas funções será gratuito, assegurados os direitos e prerrogativas do jurado (art. 437 do Có di go de Pro ces so Pe nal).

Parágrafo único. Serão instalados Juizados Especiais Adjuntos nas localidades cujo movimento forense não justifique a existência de Juizado Especial, cabendo ao Tri bu nal de sig nar a Vara onde func io na rá.

Art. 19. No pra zo de seis me ses, a con tar da pu bli ca ção des ta lei, de ver ão ser instalados os Juizados Especiais nas capitais dos Estados e no Distrito Federal.

Parágrafo único. Na ca pi tal dos Esta dos, no Dis tri to Fe de ral e em outras ci da des onde for ne ces sá rio,

nes te úl ti mo caso, por de ci são do Tri bu nal Re gi o nal Federal, serão instalados Juizados com competência exclusiva para ações previdenciárias.

Art. 20. Onde não hou ver Vara Fe de ral, a ca u sa poderá ser proposta no Juizado Especial Federal mais próximo do foro definido no art. 4º da Lei nº 9.099, de 26 de se tem bro de 1995, ve da da a apli ca ção des ta lei no ju í zo es ta du al.

Art. 21. As Tur mas Re cur sa is se rão ins ti tu í das por de ci são do Tri bu nal Re gi o nal Fe de ral, que de fi ni rá sua com po si ção e área de com pe tência, po den do abran ger mais de uma se ção.

§ 1º Não será permitida a recondução, salvo quan do não hou ver ou tro juiz na sede da Tur ma Re cur sal ou na Re gião.

§ 2º A de sig na ção dos ju í zes das Tur mas Re cur sa is obe de cer á aos crité rios de anti güi da de e me re ci men to.

Art. 22. Os Juizados Especiais serão co or de na dos por Juiz do respectivo Tri bu nal Re gi o nal, es col hi do por seus pa res, com man da to de dois anos.

Parágrafo único. O Juiz Federal, quando o ex i gi rem as circun stâncias, poderá de termin ar o func io na men to do Juizado Especial em ca rá ter itine rante, me di an te au to ri za ção pré via do Tri bu nal Re gi o nal Fe de ral, com an te ce dên cia de dez dias.

Art. 23. O Conselho da Justiça Federal poderá li mi tar, por até três anos, con ta dos a par tir da pu bli ca ção des ta lei, a com pe tência dos Juizados Especiais Cíveis, atenden do à ne ces si da de da or ga ni za ção dos serviços judiciários ou administrativos.

Art. 24. O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Jus ti ça Fe de ral e as Es co las de Ma gis tratura dos Tribunais Regionais Federais criarão programas de informática necessários para subsi di ar a ins tru ção das ca u sas sub me ti das aos Juizados e promoverão cursos de aperfeiçoamento destina dos aos seus magist rados e servi do res.

Art. 25. Não serão remetidas aos Juizados Especiais as demandas ajuizadas até a data de sua instalação.

Art. 26. Com pe ti rá aos Tri bu na is Re gi o na is Fe de rai s prestar o suporte administrativo necessário ao func io na men to dos Juizados Especiais.

Art. 27 Esta lei en tra em vi gor seis me ses após a data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 3.999, DE 2001
(Do Poder Executivo)

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com a presente lei, o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo.

Parágrafo único. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Civil processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Civil as causas:

a) referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e de marcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

b) sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

c) para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

d) sobre sanção disciplinar a servidor público civil e militar.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, **caput**.

§ 3º No foro onde estiver instalada a Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

Art. 4º O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

Art. 5º Exceto nos casos do art. 4º e da decisão que inadmitir recurso (art. 13, **caput**), somente será admitido recurso de sentença definitiva.

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Civil:

I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

II – como réus, a União, as autarquias, as fundações e empresas públicas federais.

Art. 7º As citações e intimações da União serão feitas na forma prevista nos arts. 35 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. A citação das autarquias, fundações e empresas públicas será feita na pessoa do representante máximo da entidade, no local onde proposta a causa, quando ali instalado seu escritório ou representação; se não, na sede da entidade.

Art. 8º As autarquias, fundações e empresas públicas federais serão intimadas da sentença, quando não profiri-la esta na audiência em que estiver presente seu representante, por ARMP (Aviso de Recebimento Em Mão Própria).

§ 1º As demais intimações das partes serão feitas na pessoa dos advogados ou dos Procuradores que oficiem nos respectivos autos, pessoalmente ou por via postal.

§ 2º Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico.

Art. 9º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 10. A entidade citada poderá designar, por escrito, representante para a causa, advogado ou não.

Parágrafo único. Os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, bem como os indicados na forma do **caput**, ficam autorizados a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais Federais.

Art. 11. A entidade pública será obrigada a fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a intimação da audiência de conciliação.

Parágrafo único. Para a audiência de composição dos danos resultantes de ilícito criminal (arts. 71, 72 e 74 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995), o representante da entidade que comparecer terá poderes para acordar, desistir ou transigir, na forma do art. 10.

Art. 12. Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz

nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até cinco dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.

§ 1º Os honorários do técnico serão antecipados à conta de verba orçamentária do respectivo Tribunal e, quando vencida na causa a entidade pública, seu valor será incluído na ordem de pagamento a ser feita em favor do Tribunal.

§ 2º Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, havendo designação de exame, serão as partes intimadas para, em dez dias, apresentar quesitos e indicar assistentes.

Art. 13. O Juiz não admitirá recurso contra sentença fundada em súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. Nas causas de que trata esta lei, não haverá exame necessário.

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei, bem assim nas hipóteses em que a decisão esteja em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juizes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

§ 3º A reunião de juízes domiciliados em cidades diversas será feita pela via eletrônica.

§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante do STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação do STJ, que conferirá ao preceito questionado a interpretação a ser observada.

§ 5º No caso do parágrafo anterior, presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 6º Eventuais pedidos de uniformização idênticos, recebidos subsequentemente em quaisquer Tur-

mas Recursais, ficarão retidos nos autos, aguardando-se pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça.

§ 7º Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.

§ 8º Decorridos os prazos referidos no parágrafo anterior, o relator incluirá o pedido em pauta na Seção, com preferência sobre todos os demais feitos, ressalvados os processos com réus presos, **os habeas corpus** e os mandados de segurança.

§ 9º Publicado o acórdão respectivo, os pedidos retidos referidos no § 6º serão apreciados pelas Turmas Recursais, que poderão exercer juízo de retratação ou de clará-los prejudicados, se veicularem, tese não acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça.

§ 10º Os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição dos órgãos e os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização e do recurso extraordinário.

Art. 15. O recurso extraordinário será cabível nas hipóteses previstas na Constituição Federal, e, para os efeitos desta lei, seu processamento e julgamento submeter-se-ão às normas e princípios estabelecidos nos §§ 4º a 9º do art. 14, conforme disposto em Regimento.

Art. 16. O cumprimento do acórdão ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa, será efetuado mediante ofício do Juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acórdão.

Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.

§ 1º Para os efeitos do § 3º do art. 100, da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, **caput**).

§ 2º Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.

§ 3º São vedados o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no § 1º deste artigo, e em parte, mediante expedição de precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago.

§ 4º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no § 1º, o pagamento far-se-á, sem pre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista.

Art. 18. Os Juizados Especiais serão instalados por decisão do Tribunal Regional Federal. O Juiz presidente do Juizado designará os conciliadores pelo período de dois anos, admitida a recondução. O exercício dessas funções será gratuito, assegurados os direitos e prerrogativas do jurado (art. 437 do Código de Processo Penal).

Parágrafo único. Serão instalados Juizados Especiais Adjuntos nas localidades cujo movimento forense não justifique a existência de Juizado Especial, cabendo ao Tribunal designar a Vara onde funcionará.

Art. 19. No prazo de seis meses, a contar da publicação desta lei, deverão ser instalados os Juizados Especiais nas capitais dos Estados e no Distrito Federal.

Parágrafo único. Na capital dos Estados, no Distrito Federal e em outras cidades onde for necessário, neste último caso, por decisão do Tribunal Regional Federal, serão instalados Juizados com competência exclusiva para ações previdenciárias.

Art. 20. Onde não houver Vara Federal, a causa poderá ser proposta no Juizado Especial Federal mais próximo do foro definido no art. 4º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, vedada a aplicação desta lei no juízo estadual.

Art. 21. As Turmas Recursais serão instituídas por decisão do Tribunal Regional Federal, que definirá sua composição e área de competência, podendo abranger mais de uma seção.

§ 1º Não será permitida a recondução, salvo quando não houver outro juiz na sede da Turma Recursal ou na Região.

§ 2º A designação dos juízes das Turmas Recursais obedecerá aos critérios de antiguidade e merecimento.

Art. 22. Os Juizados Especiais serão coordenados por Juiz do respectivo Tribunal Regional, escolhido por seus pares, com mandato de dois anos.

Parágrafo único. O Juiz Federal, quando o exigir nas circunstâncias, poderá determinar o funcionamento do Juizado Especial em caráter itinerante, mediante autorização prévia do Tribunal Regional Federal, com antecedência de dez dias.

Art. 23. O Conselho da Justiça Federal poderá limitar, por até três anos de posse de sua instalação, a competência dos Juizados Especiais Cíveis, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários ou administrativos.

Art. 24. O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e as Escolas de Magistrados dos Tribunais Regionais Federais criarão programas de informática necessários para subsidiar a instrução das causas submetidas aos Juizados e promoverão cursos de aperfeiçoamento destinados aos seus magistrados e servidores.

Art. 25. Não serão remetidas aos Juizados Especiais as demandas ajuizadas até a data de sua instalação.

Art. 26. Competirá aos Tribunais Regionais Federais prestar o suporte administrativo necessário ao funcionamento dos Juizados Especiais.

Art. 27. Esta lei entrará em vigor seis meses após a data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 21

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal”.

Brasília, 12 de janeiro de 2001. — **Fernando Henrique Cardoso.**

EM/MJ/Nº 9

Brasília, 11 de janeiro de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à consideração de Vossa Excelência, o anexo projeto de lei que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

2. A Emenda Constitucional nº 22, de 1999, acrescentou parágrafo único ao art. 98 da Magna Carta com o propósito de que lei federal disponha sobre a cri

ação dos Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal, de modo que as lides de menor potencial econômico ou ofensivo possam ser resolvidas rapidamente com maior agilidade e baixo custo, fazendo com que a primeira instância federal siga o exemplo da bem sucedida experiência dos Juizados Especiais Estaduais criados pela Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e de outras providências.

3. O Senhor Presidente do Superior Tribunal de Justiça – STJ, Ministro Paulo Costa Leite, visando implementar mencionada disposição constitucional, encaminhou ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República proposta de lei resultante do trabalho da

Comissão integrada pelos Senhores Ministros Fontes de Alencar, Ruy Rosado de Aguiar, José Arnaldo da Fonseca, Sálvio de Figueiredo, Ari Paragendler e Fátima Nancy, cujo texto foi aprovado pelo Conselho da Justiça Federal e pelo Plenário da quebra Corte.

4. A Comissão constituída pelos Senhores Ministros do Superior Tribunal de Justiça pretendeu, com o anteprojeto apresentado, simplificar o exame dos processos de menor expressão econômica “facilitando o acesso à Justiça e o ressarcimento das partes menos favorecidas nas disputas contra a União, autarquias, fundações, e empresas públicas federais, pois a solução de tais litígios dar-se-á rapidamente, e sem a necessidade de precatórios para a quitação dos eventuais débitos” e, no que concerne ao âmbito penal, destaca que serão julgadas as infrações de menor potencial ofensivo, ou seja, os crimes a que a lei comina pena máxima privativa de liberdade não superior a dois anos, ou pena de multa.

5. Como um dos pontos positivos mencionada iniciativa convida a considerar que ela pode ter o condão de facilitar, sobremaneira, a tramitação das causas previdenciárias.

6. Cabe colocar, com todo relevo, que a proposição desafogará a Justiça Federal de primeiro e segundo grau e “propiciará o atendimento da enorme demanda reprimida dos cidadãos, que hoje não podem ter acesso à prestação jurisdicional por fatores de custos, ou a ela não recorrem pela reconhecida morosidade decorrente do elevado número de processos em tramitação como bem faz ver a Comissão do STJ, no trecho ora transcrita.

7. Por meio da Portaria Interministerial nº 5, de 27 de setembro de 2000, foi constituída uma Comissão de Trabalho integrada por servidores da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Justiça, da Se-

cretaria do Tesouro Nacional, da Secretaria de Orçamento Federal e do Instituto Nacional do Seguro Social, com o objetivo de promover estudos acerca do anteprojeto de lei do Superior Tribunal de Justiça para, entre outros estudos, examinar o impacto da proposta nas áreas orçamentária e financeira, e os procedimentos a serem adotados para a sua viabilização na prática, tais a previsão orçamentária, sistematização de inclusão no orçamento, forma de liberação e o pagamento.

8. A Comissão de Trabalho houve por bem sugerir modificações no anteprojeto do STJ, destacando-se as que visam a manter a consistência da proposição com o texto da Lei nº 9.099, de 1995, inclusive no que concerne à reforma da Parte Geral do Código Penal; a determinação da forma de cálculo do valor da causa; a sanção aplicada a servidores civis e militares que, por sua própria natureza, deve ser excluída da competência do Juizado Especial Federal; a exclusão de entidades que não se caracterizam como hipossuficientes, tendo em vista a finalidade primordial da criação do Juizado; a possibilidade de realização de perícias tendo em vista serem fundamentais para o deslinde de causas previdenciárias e demais outras providências que têm o claro desiderato de agilizar a implementação dos Juizados Especiais Federais.

9. Temos a convicção, Senhor Presidente, que o projeto de lei ora submetido ao descorrido de Vossa Excelência tem a virtude de tornar factível a criação dos Juizados Especiais Federais, de modo que se possa cumprir o mister que norteia a concepção de mencionados órgãos jurisdicionais.

Respeitosamente. – **José Gregori**, Ministro de Estado da Justiça – **Gilmar Ferreira Mendes** – Advogado-Geral da União – **Waldeck Ornelas**, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(Documento assinado eletronicamente)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 100. A execução dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos de vícios pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, data em que terão atuado seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão executar a determinação de pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de preferência, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo, relativamente à execução de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

* § 3º acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1998.

.....

SEÇÃO IV
**Dos Tribunais Regionais Federais
e dos Juizes Federais**

.....

Art. 109. Aos juizes federais compete processar e julgar:

I – as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

II – as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País;

III – as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional;

IV – os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e

ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;

V – os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.

VI – os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira;

VII – os **habeas corpus**, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição;

VIII – os mandados de segurança e os **habeas data** contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

IX – os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar;

X – os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a execução de carta rogatória, após o “exequatur”, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

XI – a disputa sobre direitos indígenas.

§ 1º As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte.

§ 2º As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, na que lá onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.

§ 3º Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sem prejuízo da comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sem prejuízo do Tribunal Regional na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

.....

**LEI COMPLEMENTAR Nº 73
DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993**

Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.

TÍTULO IV

Das Citações, das Intimações e das Notificações

Art. 35. A União é citada nas causas em que seja interessada, na condição de autora, ré, assistente, oponente, recorrente ou recorrida, na pessoa:

I – do Advogado-Geral da União, privativamente, nas hipóteses de competência do Supremo Tribunal Federal;

II – do Procurador-Geral da União, nas hipóteses de competência dos tribunais superiores;

III – do Procurador-Regional da União, nas hipóteses de competência dos demais tribunais;

IV – do Procurador-Chefe ou do Procurador-Seccional da União, nas hipóteses de competência dos juízes de primeiro grau.

Art. 36. Nas causas de que trata o art. 12, a União será citada na pessoa:

I – (Vetado);

II – do Procurador-Regional da Fazenda Nacional, nas hipóteses de competência dos demais tribunais;

III – do Procurador ou Chefe ou do Procurador-Seccional da Fazenda Nacional nas hipóteses de competência dos juízes de primeiro grau.

Art. 37. Em caso de ausência das autoridades referidas nos artigos 35 e 36, a citação se dará na pessoado substituto eventual.

Art. 38. As intimações e notificações são feitas na pessoa do Advogado da União ou do Procurador da Fazenda Nacional que officie nos respectivos autos.

DECRETO-LEI Nº 3.689 DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal

LIVRO II

Dos Processos em Espécie

TÍTULO I

Do Processo Comum

CAPÍTULO II

Do Processo dos Crimes da Competência do Júri

SEÇÃO II

Da Função do Jura do

Art. 437. O exercício efetivo da função de jura do constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo, bem como preferência, em igualdade de condições, nas concorrências públicas.

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Dos Juizados Especiais Cíveis

SEÇÃO I

Da Competência

Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juízo do foro:

I – do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividade profissional ou econômica ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;

II – do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita;

III – do domicílio do autor ou do local do ato ou fato, nas ações para reparação de dano de qualquer natureza.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo.

CAPÍTULO III

Dos Juizados Especiais Criminais

SEÇÃO II

Da Fase Preliminar

Art. 71. Na falta do comparecimento de qualquer dos envolvidos, a Secretaria providenciará sua intimação e, se for o caso, a do responsável civil na forma dos Artigos 67 e 68 desta Lei.

Art 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia a título de ser executado no juízo civil competente.

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o Regime Tributário das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PARECERES

PARECER Nº 592, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 136, de 2001 (nº 525/2001, na origem) do Senhor Presidente da República, que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Relator: Senador José Fogaça

I – Relatório

O Senhor Presidente da República, no termos do artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, enviou

a esta Casa a Mensagem nº 136, de 2001 (Mensagem nº 525, de 6-6-01, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro – FSAL, em reconhecimento da implementação das reformas estruturais das áreas financeiras e de mercado de capitais, com as seguintes características:

a) devedor: República Federativa do Brasil;

b) valor pretendido: US\$ 404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

c) juros: a uma taxa variável igual à Libor semestral para dólares dos Estados Unidos, pagáveis semestralmente, em 15-1 e 15-7 de cada ano;

d) Carência: 60 (sessenta) meses, contados de 15-7-01;

e) Pagamento do Principal: em 14 (quatorze) parcelas semestrais e consecutivas, vencíveis em 15-1 e 15-7 de cada ano, sendo a primeira em 15-7-2006;

f) vigência do contrato: a partir da data de sua assinatura;

g) "Front-end-Fee": limitada a 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, pagável após a efetivação do contrato;

h) comissão de compromisso: limitada a 0,85% (oitenta e cinco centésimos percentuais) por ano, sobre o saldo não desembolsado, até o quarto aniversário e a 0,75% (setenta e cinco centésimos percentuais) por ano a partir de então, pagável semestralmente, juntamente com os juros.

O mutuário é a República Federativa do Brasil, sendo o Ministério da Fazenda responsável pelos compromissos e a gestão dos projetos que integram a presente operação de crédito.

Traça-se de operação de crédito a ser contratada dentro da estratégia de equilíbrio macroeconômico do Governo Federal, cujos recursos passarão a compor as reservas externas do país e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros exter-

Art 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia a título de ser executado no juízo civil competente.

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o Regime Tributário das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PARECERES

PARECER Nº 592, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 136, de 2001 (nº 525/2001, na origem) do Senhor Presidente da República, que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Relator: Senador José Fogaça

I – Relatório

O Senhor Presidente da República, no termos do artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, enviou

a esta Casa a Mensagem nº 136, de 2001 (Mensagem nº 525, de 6-6-01, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro – FSAL, em reconhecimento da implementação das reformas estruturais das áreas financeiras e de mercado de capitais, com as seguintes características:

a) devedor: República Federativa do Brasil;

b) valor pretendido: US\$ 404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

c) juros: a uma taxa variável igual à Libor semestral para dólares dos Estados Unidos, pagáveis semestralmente, em 15-1 e 15-7 de cada ano;

d) Carência: 60 (sessenta) meses, contados de 15-7-01;

e) Pagamento do Principal: em 14 (quatorze) parcelas semestrais e consecutivas, vencíveis em 15-1 e 15-7 de cada ano, sendo a primeira em 15-7-2006;

f) vigência do contrato: a partir da data de sua assinatura;

g) "Front-end-Fee": limitada a 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, pagável após a efetivação do contrato;

h) comissão de compromisso: limitada a 0,85% (oitenta e cinco centésimos percentuais) por ano, sobre o saldo não desembolsado, até o quarto aniversário e a 0,75% (setenta e cinco centésimos percentuais) por ano a partir de então, pagável semestralmente, juntamente com os juros.

O mutuário é a República Federativa do Brasil, sendo o Ministério da Fazenda responsável pelos compromissos e a gestão dos projetos que integram a presente operação de crédito.

Traça-se de operação de crédito a ser contratada dentro da estratégia de equilíbrio macroeconômico do Governo Federal, cujos recursos passarão a compor as reservas externas do país e poderão ser utilizados para saldar compromissos financeiros exter-

nos da República, o que permitirá um ganho fiscal adicional.

Aplicam-se a esta operação os limites estabelecidos pela Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal. Conforme levantamento realizado pela Secretaria do Tesouro, há margens nos limites de endividamento da União para a contratação da presente operação de crédito. Acompanha o pedido o Parecer STN/COREF/DIREF nº 187, de 25 de maio de 2001 da Secretaria do Tesouro Nacional que se manifestou favoravelmente à contratação da operação de crédito em análise.

O Parecer PGFN/COF nº 1.037/2001, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, constatou que foram cumpridas as formalidades prévias à contratação estabelecidas na Constituição Federal e pelo Senado Federal, bem como as determinações da Comissão de Controle Fiscal e de mais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.

Segundo ainda a Procuradoria da Fazenda Nacional, a minuta contratual contém cláusulas admissíveis segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96/89, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

O Banco Central do Brasil, na forma da legislação pertinente, credenciou a República Federativa do Brasil/Ministério da Fazenda a negociar a operação de crédito em tela, conforme evidencia o ofício DECEC/DIOPE/SUAPE-2001/117 daquele órgão.

É o relatório.

II – Voto

A análise da documentação apresentada pelo Governo Federal confirmou o atendimento de todas as condições impostas pela Constituição, bem como pelo Senado Federal e pelos demais instrumentos legais.

As condições financeiras encontram-se plenamente compatíveis com o mercado internacional, não havendo o que se opor quanto às mesmas ou quanto às cláusulas contratuais uma vez que estas e aquelas estão de acordo com as regras internacionais aceitas.

No que diz respeito ao mérito do pedido, trata-se de operação de crédito na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro — FSAL, em reconhecimento da implementação das reformas estruturais das áreas financeiras e de mercado de capitais.

Assim sendo, em não existindo vícios de natureza constitucional ou legal, concluímos pela aprovação do pleito no termos do seguinte projeto de resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26 , DE 2001

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º E a União autoriza, nos termos do artigo 52, inciso V, da Constituição Federal e no termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro — FSAL.

Art. 2º A operação de crédito mencionada no artigo anterior apresenta as seguintes características financeiras:

I — *devedor*: República Federativa do Brasil;

II — *valor pretendido*: US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

III — *juros*: a uma taxa variável igual a Libor semestral para dólares dos Estados Unidos da América, pagáveis semestralmente, em 15-1 e 15-7 de cada ano;

IV — *Carência*: 60 (sessenta) meses, contados de 15-7-01;

V — *pagamento do principal*: em 14 (quatorze) parcelas semestrais e consecutivas, vencíveis em 15-1 e 15-7 de cada ano, sendo a primeira em 15-7-2006;

VI — *vigência do contrato*: a partir da data de sua assinatura;

VII — *"Front-end-Fee"*: limitada a 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, pagável após a efetivação do contrato;

VIII – *comissão de compromisso*: limitada a 0,85% (oitenta e cinco centésimos percentuais) por ano, sobre o saldo não desembolsado, até o quarto aniversário e a 0,75% (setenta e cinco centésimos percentuais) por ano a partir de então, pagável semestralmente, juntamente com os juros.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de junho de 2001 – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **José Fogaça**, Relator – **Jorge Bornhausen** – **Romero Jucá** – **Francelino Pereira** – **Lúdio Coelho** – **Bello Parga** – **Arlindo Porto** – **Roberto Saturnino** – **Pedro Piva** – **Paulo Hartung** – **Paulo Souto** – **Gerado Melo** – **José Eduardo Dutra** – **Jonas Pinheiro** – **Carlos Bezerra** – **Freitas Neto** – **Moreira Mendes**.

PARECER Nº 593, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001 – Complementar (nº 195, de 2001 – Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que Institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e dá outras providências, e sobre as Emendas nºs 1 a 8, oferecidas nos termos regimentais

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

Encaminhado a esta Casa para apreciação, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001 – Complementar, ementado à epígrafe, institui contribuições sociais visando à complementação de atualização monetária nos saldos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à consequente autorização de créditos nas contas vinculadas desse Fundo.

Tal complementação é decorrente das perdas dos trabalhadores ocorridas na implementação dos Planos Verão e Colô I, tendo em vista o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da procedência desse prejuízo, que, consoante disposições do

projeto sob análise, deverá ser coberto com recursos das seguintes fontes:

a) contribuição social a ser instituída, à alíquota de dez por cento sobre o montante dos débitos referentes ao FGTS, devida pelos empregadores no caso de despedida sem justa causa e destinada ao referido Fundo, isentos apenas os empregadores domésticos (art. 1º);

b) contribuição social a ser instituída, devida pelos empregadores durante o prazo de sessenta meses, à alíquota de cinco décimos por cento sobre a remuneração de cada trabalhador no mês anterior, isentos os empregadores domésticos, as empresas inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, cujo faturamento anual não ultrapasse o limite de R\$1.200.000,00, e as pessoas físicas em relação à remuneração de empregados rurais, cuja receita bruta anual não ultrapasse o limite de R\$1.200.000,00 (art. 2º);

c) utilização de parte das disponibilidades ora existentes no FGTS e contrapartida do Tesouro Nacional (estimada em cerca de seis bilhões de reais), que fica subsidiariamente obrigado à liquidação dos valores referidos no art. 4º, a serem creditados pela Caixa Econômica Federal – CEF nas contas vinculadas do Fundo e a expensas dele – à vista de ter mo de adeção do titular da conta (art. 6º) e, no caso de litígio judicial, transação homologada no juízo competente (art. 7º) –, como complemento de atualização monetária, até o montante da eventual diferença entre o valor arrecadado das contribuições sociais de que tratam os arts. 1º e 2º, e aquele necessário ao resgate dos compromissos assumidos (art. 12);

d) de ságio – correspondente à redução de oito, doze ou quinze por cento sobre o total do complemento de atualização monetária de valor acima de dois mil reais – concedido pelos trabalhadores mediante concordância expressa com as condições constantes de ter mo de adeção (art. 6º).

Por sua vez, o art. 3º do projeto estabelece que às contribuições sociais a serem instituídas pelos arts. 1º e 2º apliquem-se as normas legais atinentes ao FGTS, inclusive quanto a sujeição passiva e equiparações, prazo de recolhimento, administração, fiscalização, lançamento, consulta, cobrança, garantias e processo administrativo-fiscal; essas contribuições serão recolhidas na rede arrecadadora e transferidas à CEF, incorporando-se as respectivas receitas ao aludido Fundo.

O art. 5º assegura que os complementos de atualização monetária, a serem creditados pela CEF nas contas vinculadas consoante dispõe o art. 4º, serão remunerados com juro e correção monetária aplicáveis às contas do FGTS, até o dia 10 do mês subsequente ao da publicação da pretenção da Lei Complementar.

O art. 8º estende à movimentação do complemento de atualização monetária creditado na conta vinculada, as condições ora previstas na legislação do FGTS para movimentação da conta vinculada do trabalhador, inclusive nos casos em que o direito titular à movimentação da conta tenha sido implementado antes da publicação da Lei Complementar.

O art. 9º faculto o deferimento contábil, pelo prazo de até quinze anos a contar da publicação da Lei Complementar, das despesas com as obrigações decorrentes dos complementos de atualização monetária creditados aos trabalhadores na forma do art. 6º

O art. 10 determina que os bancos depositários das contas do FGTS no período dos Planos Verão e Collor I, ou seus sucessores, repassem à CEF, até 31 de janeiro de 2002, sob pena de multa, as informações cadastrais e financeiras necessárias ao cálculo das correções a que fazem jus os trabalhadores, na forma nos prazos estabelecidos pela referida Caixa. Dispõe, ainda, que os órgãos responsáveis pela auditoria integrada do FGTS examinarão e homologarão, no prazo de sessenta dias, o **software** a ser utilizado na validação dessas informações enviadas pelos bancos.

O art. 11 incumbe a CEF de, até 30 de abril de 2002, divulgar aos titulares de contas vinculadas os respectivos valores dos complementos de atualização monetária a que têm direito, com base nas informações cadastrais e financeiras transmitidas pelos bancos.

O art. 13 dispõe que as leis orçamentárias anuais referentes aos exercícios de 2001 a 2003 deverão assegurar destinação integral ao FGTS de valor equivalente à arrecadação das contribuições de que tratam os arts. 1º e 2º.

Finalmente, o art. 14 trata da cláusula de vigência, acrescida das ressalvas constitucionais para entrada em vigor das contribuições sociais instituídas pelos arts. 1º e 2º.

A proposição sob análise tem origem em projeto de lei complementar submetido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República à deliberação do Congresso Nacional, em regime de urgência constitutivo (CF, art. 64, § 1º), nos termos da Mensagem nº

291, de 29 de março de 2001 (fls. 12-16), acompanhada da Exposição de Motivos

Interministerial nº 1, de igual data, subscritas pelos titulares da Pasta do Trabalho e Emprego e da Pasta da Fazenda (fls. 17-19).

Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei complementar, com as inúmeras emendas a ele oferecidas (fls. 51-72), foi apreciado por três Comissões permanentes (de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação, fls. 43-48 e 49) e, finalmente, em 30 de maio do corrente, o Plenário aprovou-lhe a redação final (fls. 3442), que foi enviada ao Senado no dia seguinte (fls. 1 e 2-10).

Distribuído a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 31 de maio último, o PLC nº 49, de 2001 – Complementar, foi objeto de oito emendas no prazo regimental (RI, arts. 122, II, b, c/c art. 375, 1), cuja autoria, numeração e finalidade vão indicadas a seguir:

Senador Carlos Bezerra: uma (Emenda nº 1, fls. 76-77, aditivadas aos incisos V e VI ao § 6º do art. 6º);

Senador Lindberg Cury: cinco (Emendas nº 2 e 3, fls. 78 – 79, aditivas de parágrafo ao art. 1º, renumerando-se o parágrafo único; nº 4, fls. 80, e nº 6, fls. 82, ambas idênticas e modificativas do § 4º do art. 6º; nº 5, fls. 81, aditivadas de parágrafo ao art. 11);

Senador Gilberto Mestrinho: uma (Emenda nº 7, fls. 83-84, aditivadas aos incisos V e VI ao § 6º do art. 6º, idêntica à Emenda nº 1); e

Senador José Alencar: uma (Emenda nº 8, fls. 85-94, substitutiva global, constante de nove artigos).

É o relatório.

II – Análise

Consoante o Regimento Interno (art. 99, I, IV e VII), compete a esta CAE opinar sobre proposições pertinentes a aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, tributos, finanças públicas e outros assuntos correlatos.

Por outro lado, o Projeto sob análise está sendo objeto de apreciação pelo Senado Federal em quanto Casa revisora, nos termos do Regimento Comum (arts. 134 e segs.).

Quanto ao mérito, a proposição em tela afigura-se sem necessidade de aprovação.

Como se afirma na citada Exposição de Motivos Interministerial nº 1 – EM/MF (fls. 17-21), que acompanhou a mensagem presidencial, o reconhecimento, por parte do Poder Judiciário, de que os saldos das contas vinculadas do FGTS foram corrigidos a menor

na implementação dos Planos Verão e Colô I, acarretou o aumento do passivo daquele Fundo sem o correspondente aumento do ativo, necessário para evitar desequilíbrio patrimonial.

Diante dessa decisão da Suprema Corte (Recurso Extraordinário nº 226.855-7 RS, fls. 32) e da iminência de uma avalanche de demandas para correção dos saldos namesma proposta, o que poderia paralisar o próprio Judiciário, o Presidente da República decidiu estender a todos os trabalhadores a correção automática de seus saldos, independentemente de decisão judicial, caso a caso. Isso criou a necessidade de geração de recursos, para cobrir o déficit patrimonial do FGTS daí decorrente, da ordem de R\$42 bilhões, o que corresponde a quase quatro por cento do Produto Interno Bruto brasileiro.

A cobertura de um passivo de tamanha magnitude não poderia ficar exclusivamente a cargo do Tesouro Nacional, sob pena de graves consequências sobre o aumento da dívida pública, com reflexos perniciosos nas taxas de juros, ou aumento da oferta monetária em igual montante, com o consequente aumento na taxa de inflação. Em ambas as hipóteses, o efeito atingiria principalmente os trabalhadores mais pobres e menos qualificados.

Para evitar tais desdobramentos, o Presidente da República decidiu que a conta não poderia ser suportada, exclusivamente, pelo Tesouro Nacional e promoveu um processo de negociação com as centrais sindicais e confederações patronais, participantes do Conselho Curador do FGTS, capaz de viabilizar o pagamento do montante devido aos trabalhadores, o qual resultou no projeto de lei complementar submetido ao Congresso Nacional.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi sobejamente debatido e substancialmente aperfeiçoado, sobretudo com acréscimo dos atuais arts. 8º, 11, 12 e 13, transformação do original § 6º do art. 6º em art. 7º, acréscimo dos §§ 2º e 3º ao art. 3º modificação de diversas alíneas dos incisos do art. 6º, e de seus parágrafos, além do acréscimo dos atuais §§ 4º a 7º do referido art. 6º.

O projeto, portanto, tal como constata na redação final aprovada pela Casa de origem, merece a aprovação integral desta Casa revisora.

Por conseguinte, e dado o regime de urgência com que tramita o projeto, somos pela rejeição das oito emendas oferecidas, em que pesem as razões alegadas na justificativa por seus eminentes autores.

III – Voto

À vista do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001 – Complementar, e pela rejeição das Emendas de nº 1 a 8.

Sala da Comissão, 19 de junho de 2001. – **Lúcio Alcântara**, Presidente – **Romero Jucá**, Relator – **Paulo Hartung** – **Jose Agripino** – **Freitas Neto** – **Osmar Dias** – **José Alencar** (Vencido) – **Arlindo Porto** – **Jorge Bornhausen** – **Belio Parga** – **Paulo Souto** – **Eduardo Suplicy** – **Lúcio Coelho** – **Nova da Costa** – **Geraldo Melo** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Machado** (sem voto) – **José Fogaça** – **Roberto Saturnino** – **Jonas Pinheiro** – **Francelino Pereira** – **Pedro Piva** (sem voto) – **Carlos Bezerra**.

Voto em Separado

(Do Senador Osmar Dias na
Comissão de Assuntos Econômicos)

I – Relatório

O Senador Romero Jucá foi designado relator da matéria nesta Comissão de Assuntos Econômicos e a relatou nos seguintes termos:

"Encaminhado a esta Casa para apreciação, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar, ementado à epígrafe, institui contribuições sociais visando à complementação de atualização monetária nos saldos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à consequente autorização de créditos nas contas vinculadas desse Fundo.

Tal complementação é decorrente das perdas dos trabalhadores ocorridas na implementação dos Planos Verão e Colô I, tendo em vista o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da procedência desse prejuízo, que, consoante disposições do projeto sob análise, deverá ser coberto com recursos das seguintes fontes:

a) contribuição social a ser instituída, à alíquota de dez por cento sobre o montante dos depósitos referentes ao FGTS, devida pelos empregadores no caso de despedida sem justa causa e destinada ao referido Fundo, isentos apenas os empregadores domésticos (art. 1º);

b) contribuição social a ser instituída, devida pelos empregadores durante o prazo de sessenta meses, à alíquota de cinco décimos por cento sobre a remuneração de cada trabalhador no mês anterior, isentos os empregadores domésticos, as empresas inscritas no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, cujo faturamento anual não ultrapasse o limite de

R\$1.200.000,00, e as pessoas físicas em relação à remuneração de empregados rurais, cuja receita bruta anual não ultrapasse o limite de R\$ 1.200.000,00 (art. 2º);

c) utilização de parte das disponibilidades ora existentes no FGTS e contrapartida do Tesouro Nacional (estimada em cerca de seis bilhões de reais), que fica subsidiariamente obrigado à liquidação dos valores referidos no § 4º a serem creditados pela Caixa Econômica Federal – CEF nas contas vinculadas do Fundo e a expensas dele – à vista de termo de adesão do titular da conta (art. 6º) e, no caso de litígio judicial, transação homologada no juízo competente (art. 7º) –, como complemento de atualização monetária, até o montante da eventual diferença entre o valor arrecadado das contribuições sociais de que tratam os arts. 1º e 2º, e aquele necessário ao resgate dos compromissos assumidos (art. 12);

d) de sã g i o – cor res pon den te à re du ção de oito, doze ou quinze por cento sobre o total do complemento de atualização monetária de valor acima de dois mil reais – concedido pelos trabalhadores mediante concordância expressa com as condições constantes de termo de adesão (art. 6º).

Por sua vez, o art. 3º do projeto estabelece que às contribuições sociais a serem instituídas pelos arts. 1º e 2º apli cam-se as nor mas le ga is ati nen tes ao FGTS, in clu si ve quan to a su je i ção pas si va e equi pa ra ções, pra zo de re col hi men to, ad mi ni stra ção, fis ca li za ção, lan çam en to, con sul ta, co bra nça, ga ran ti as e pro ces so ad mi ni stra ti vo-fis ca l; essas contribuições serão recolhidas na rede arrecadadora e transferidas à CEF, incorporando-se as respectivas receitas ao aludido Fundo.

O art. 5º assegura que os complementos de atualização monetária, a serem creditados pela CEF nas contas vinculadas consoante dispõe o art. 4º, serão remunerados com juro e correção monetária aplicáveis às contas do FGTS, até o dia 10 do mês subsequente ao da publicação da preten da Lei Com ple men tar.

O art. 8º es ten de à mo vi men ta ção do com ple men to de atuali za ção mo ne tá ri a cre di ta do na con ta vin cu la da, as con di ções ora pre vi stas na legi sla ção do FGTS para movimen ta ção da con ta vin cu la da do tra ba lha do r, in clu si ve nos ca sos em que o di re i to do ti tu lar à mo vi men ta ção da con ta te nha si do im ple men ta do an tes da pu bli ca ção da Lei Com ple men tar.

O art. 9º fa cul ta o di fe ri men to con tá bil, pelo pra zo de até quin ze anos a con tar a pu bli ca ção da Lei Com ple men tar, das des pe sas com as ob ri ga ções de-

correntes dos complementos de atualização monetária creditados aos trabalhadores na forma do art. 6º.

O art. 10 de ter mi na que os ban cos de po si tá ri os das con tas do FGTS no pe rí o do dos Pla nos Ve rão e Col lór i, ou seus suc ces so res, re pas sem à CEF, até 31 de janeiro de 2002, sob pena de multa, as informações cadastrais e financeiras necessárias ao cálculo das correções a que fazem jus os trabalhadores, na forma e nos prazos estabelecidos pela referida Caixa. Dispõe, ainda, que os órgãos responsáveis pela auditoria integrada do FGTS examinarão e homologarão, no prazo de sessenta dias, o **software** a ser utilizado na validação dessas informações enviadas pelos bancos.

O art. 11 in cum be a CEF de, até 30 de abril de 2002, di vul gar aos ti tu la res de con tas vin cu la das os respectivos valores dos complementos de atualização monetária a que têm di re i to, com base nas informações cadastrais e financeiras transmitidas pelos bancos.

O art. 13 dis põe que as leis or çam en tá ri as an ua is re fe ren tes aos ex er cí ci os de 2001 a 2003 deverão assegurar destinação integral ao FGTS de valor equivalente à arrecadação das contribuições de que tratam os arts. 1º e 2º.

Finalmente, o art. 14 tra ta da cláu su la usu al de vigência, acrescida das ressalvas constitucionais para entrada em vigor das contribuições sociais instituídas pelos arts. 1º e 2º.

A proposição sob análise tem origem em projeto de lei complementar submetido pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República à deliberação do Congresso Nacional, em regime de urgência constitucional (CF, art. 64, § 1º), no ter mos da Men sa gem nº 291, de 29 de março de 2001 (fls. 12-16), acompanhada da Exposição de Motivos Inter ministerial nº 1, de igual data, subscrita pelos titulares da Pasta do Trabalho e Emprego e da Pasta da Fazenda (fls. 17-19).

Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei complementar, com as inú me ras em en das a ele ofe re ci das (fls. 51-72), foi ap re ci a do por três Co mis sões per ma nen tes (de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Redação, fls. 43-48 e 49) e, fi nal men te, em 30 de maio do cor ren te, o Ple ná ri o apro vou-lhe a re da ção fi nal (fls. 34-42), que foi en vi a da ao Se na do no dia se gu in te (fls. 1 e 2-10).

Distribuído a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 31 de maio último, o PLC nº 49, de 2001 – Complementar, foi ob je to de oito em en das no

prazo regimental (RI, arts. 122, II, b, c/c art. 375, I), cuja autoria, numeração e finalidade deverão ser indicadas a seguir:

Senador Carlos Bezerra: uma (Emenda nº 1, fls. 76-77, adi ti va dos in ci sos V e VI ao § 6º do art. 6º);

Senador Lindberg Cury: cin co (Emen das nº 2 e 3, fls. 78-79, adi ti vas de pa rá gra fo ao art. 1º, re nu me ran do-se o pa rá gra fo ú ni co; nº 4, fls. 80, e nº 6, fls. 82, am bas idên ti cas e mo di fi ca ti vas do § 4º do art. 6º; nº 5, fls. 81, adi ti va de pa rá gra fo ao art. 11);

Senador Gilberto Mestrinho: uma (Emenda nº 7, fls. 83-84, adi ti va dos in ci sos V e VI ao § 6º do art. 6º, idên ti ca à Emenda nº 1); e

Se na dor José Alen car: uma (Emen da nº 8, fls. 85-94, substitui va glo bal, con stan te de no ve ar ti gos).

É o re la tó rio."

Da aná li se do Pro je to con clui u o re la tor pela sua apro va ção na for ma con sig na da pela Câ ma ra dos De putados, re jeitan do as 8 em en das aqui apre sen ta das.

Análise

Concordamos com a aná li se do re la tor so bre o pon to de vi sta da ne ces si da de e do mé ri to da pre sen te pro po si ção. Con tu do en tendemos que a pro po si ção po de ser a per fei çoa da co mo a prove i ta men to das em en das re fe ren tes à pos si bi li da de de com pen sa ção do va lo ra re ce ber so bre a cor re ção do fun do, com as dí vi das jun to ao sis te ma fi nan ce i ro da ha bi ta ção.

O a crê ci mo des se in ci so jus ti fi ca-se pa ra fa zer jus ti ça aos tra ba lha do res mu tuá ri os do Sis te ma Fi nan ce i ro de Ha bi ta ção, com dé bi tos em a tra so pa ra com o res pec ti vo a gen te fi nan ce i ro, pos si bi li tan do-lhes li qui da ta is dí vi das imo bi lí a ri as com o pro du to do com ple men to de a tu a li za ção mo ne tá ri a que vier a ser de po si ta do pela Ca i xa Eco nô mi ca Fe de ral em sua con ta vin cu la da ao FGTS. A fi nal, os re cu sos vol tam pa ra o pró prio FGTS ou seu a gen te o pe ra dor.

Ou tra mo di fi ca ção que se faz jus ta é que per mi tirá ao a po sen ta do por in va li dez de cor ren te de a ci den te do tra ba lha ou do en ça pro fi ssio nal, ou a po sen ta dos com mais de ses sen ta e cin co a nos de ida de, re ce ber o seu crédi to, na for ma pre vi sta pelo dis po si ti vo, sem o li mi te de va lo ra li pre vi sto.

A al te ra ção da re da ção do in ci so VI, § 6º do art. 6º do pro je to, vi sa a su pri mir a ex pres são com crédi to de até R\$2.000,00 (dois mil re a is), pois, à se me lhan ça das de mais hí pó te ses pre vi stas nes se pa rá gra fo, os a po sen ta dos por in va li dez de cor ren te de a ci den te do tra ba lha ou do en ça pro fi ssio nal, ou a po sen ta dos com mais de ses sen ta e cin co a nos de ida de, tam bém de vem ter di re i to a ver cre di ta da em sua con ta vin cu la da, em uma ú ni ca par ce la, até ju nho de 2002, dis po

nível para im e di a ta mo vi men ta ção a par tir des se mês, o com ple men to de a tu a li za ção mo ne tá ri a a que fa çam jus, in de pen den te men te de seu va lo ra.

Voto

Pelo ex po sto, so mos pela apro va ção do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 49 com as em en das aba i xo:

Emen da nº

Dê-se ao in ci so III do § 6º do art. 6º do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 49, de 2001 — Com ple men tar a se guin te re da ção:

Art. 6º

.....

§ 6º

.....

III — se o tra ba lha dor for a po sen ta do por in va li dez, em fun ção de a ci den te do tra ba lha ou do en ça pro fi ssio nal, ou a po sen ta do ma ior de ses sen ta e cin co a nos de ida de;

.....

Emen da nº

A crê ci men to-se ao § 6º do art. 6º do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 49, de 2001 — Com ple men tar, o in ci so V com a se guin te re da ção:

Art. 6º

§ 6º

.....

V — na hí pó te se de o ti tu lar ser de ve dor de fi nan ci a men to imo bi lí a ri o no âm bi to do Sis te ma Fi nan ce i ro de Ha bi ta ção — SFH, com crédi to a re ce ber do FGTS até o li mi te do seu dé bi to co mo mu tuá ri o da que le Sis te ma, su je i to à com pro va ção de que li qui do u o dé bi to no pra zo de trin ta dias a con tar da o co rên cia do de pó si to na sua con ta vin cu la da.

Sala das Co mis sões, 19 de ju nho de 2001. — Se na dor **Osmar Dias**.

Voto Em Se pa ra do

(Do Senador Edu ar do Ma ta ra zo Su ply ci na Co mis são de As sun tos Eco nô mi cos)

I — Re la tó rio

O Senador Ro me ro Ju cá re la tou na Co mis são de As sun tos Eco nô mi cos a pro po sta, o Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 49, de 2001 — Com ple men tar, que cria Con tri bui ções So ci a is vi san do re con sti tuir as per das do tra ba lha do res ge ra das pe los ex pur gos dos ín di ces de cor re ção dos Pla nos Ve rão (ja ne i ro de 1989) e

Colôr I (março de 1990) das contas do FGTS dos trabalhadores.

O reconhecimento do poder judiciário – através da decisão do Supremo Tribunal Federal – que os saldos das contas vinculadas do FGTS fossem corrigidos por valores menores na vigência dos Planos Verão e Collor, ampliou de imediato o passivo desse Fundo, sem um efeito correspondente no ativo. Diante dessa decisão e com o objetivo de iniciar que um número elevado de trabalhadores ajuizasse a correção de seus benefícios, o Executivo federal enviou ao Congresso o Projeto de Lei Complementar que trata do pagamento desses expurgos.

II – Análise

O Executivo federal enviou ao Congresso o Projeto de Lei Complementar nº 195/2001 que trata do pagamento desses expurgos, que foi objeto de intensa discussão na Câmara Federal, com a participação das centrais sindicais e as confederações patronais. O presente projeto em avaliação na CAE é o resultado parcial desses debates que de vez serão aprofundados nessa Casa.

O presente voto visa dirimir as perspectivas do trabalho dos que permanecem no projeto que está no Senado Federal para avaliação. A proposta em tela amplia ainda mais as perspectivas dos beneficiários, pois corrige seus créditos apenas pela TR. Como está explicitado no Parágrafo único do Art. 5º “O montante apurado na data a que se refere o caput será remunerado, a partir do dia 11 do mês subsequente ao da publicação desta Lei Complementar, com base na Taxa Referencial – TR, até que seja creditado na conta vinculada dos trabalhadores”. Trata-se, assim, de mais uma perda imposta aos beneficiários, pois as contas vinculadas são remuneradas pela TR mais 3% ao ano.

O segundo ponto negativo dessa proposta é o deságio imposto aos beneficiários. Ele custará aos trabalhadores quase R\$5 bilhões de reais, segundo cálculos da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

O governo é o responsável pelos expurgos e, portanto, pelo pagamento da dívida do FGTS. Não se pode imputar esse ônus para a sociedade, muito menos para os trabalhadores. Por isso apresentamos duas fontes de financiamento para esses dispêndios. No caso do FCVS, o resgate pelo período de três anos resultará em, pelo menos, R\$5 bilhões. No caso da reestruturação da dívida, podem-se obter R\$ 10 bilhões e R\$14 bilhões no mesmo período, segundo cálculos da CNI – Confederação Nacional da Indústria.

III – Voto

Pelo exposto apresento uma emenda substitutiva ao Projeto de Lei da Câmara nº 49 de 2001 – Complementar nos termos que se segue.

EMENDA Nº

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2001-COMPLEMENTAR (PL Nº 195, de 2002, Na Casa de Origem)

Institui Contribuições Sociais, Autoriza Créditos Complementares de Atualização Monetária Em Contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Art. 1º Fica a Caixa Econômica Federal autorizada a creditar nas contas vinculadas do FGTS o complemento de atualização monetária resultante da aplicação, cumulativa, dos percentuais de zesse inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento e de quarenta e quatro inteiros e oito décimos por cento sobre os saldos das contas mantidas, respectivamente, no período de 1º de dezembro de 19-88 a 28 de fevereiro de 1999 e durante o mês de abril de 1990.

Art. 2º. O complemento de atualização monetária de que trata o artigo anterior será remunerado, até a data em que seja creditado na conta vinculada do trabalhador, com base nos mesmos critérios de remuneração utilizados para as contas vinculadas.

Art. 3º O crédito do complemento de atualização monetária de que trata o artigo primeiro far-se-á na forma e nos prazos especificados a seguir

I – complemento integral ou parcial no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) a todos os beneficiários, em uma parcela, em dezembro de 2001; e

II – complemento parcial em valor excedente a R\$1.000,00 (um mil reais), em quatro parcelas semestrais, a partir de junho de 2002.

§ 1º No caso do inciso II, quando o complemento parcial for inferior a R\$1.000,00 (um mil reais), ele será pago em uma única parcela.

§ 2º As faixas de valores mencionadas nos incisos I e II serão definidas pelo complemento a que se refere o art. 1º acrescido da remuneração prevista no art. 2º.

§ 3º Comprovadas as situações previstas no inciso II do art. 1º da Lei nº 7.670, de 08 de setembro de 1988, e no inciso XI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, o titular da conta vinculada fará jus à antecipação do complemento integral de que trata o art. 1º.

Art. 4º O saque do complemento de atualização monetária fica subordinado aos mesmos critérios definidos na legislação pertinente.

Art. 5º Aos trabalhadores que fizerem jus ao complemento de que trata o art. 1º e já tiverem efetuado saque integral de suas contas vinculadas, o pagamento será realizado diretamente ao trabalhador, atendido o disposto nos Arts. 2º e 3º Art. 6º Os bancos que, no período de dezembro de 1988 a março de 1989 e nos meses de abril e maio de 1990, eram depositários das contas vinculadas do FGTS, ou seus sucessores, repassarão à Caixa Econômica Federal, de 31 de agosto de 2001, as informações cadastrais, pelo decurso do prazo, a sanção referida no art. 24 da Lei nº 8.036, de 1990.

§ 1º A Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador do FGTS, estabelecerá a forma e o cronograma de repasses das informações de que trata este artigo.

§ 2º Os órgãos responsáveis pela auditoria integrada do FGTS examinarão e homologarão, no prazo de 45 dias a contar da publicação desta lei, o aplicativo a ser utilizado na validação das informações de que trata esse artigo.

Art. 7º Fica o Tesouro Nacional autorizado a aportar, nos montantes e prazos estabelecidos nesta lei, os recursos necessários ao seu cumprimento.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto neste artigo fica o Tesouro Nacional autorizado a:

I. resgatar títulos relativos ao Fundo de Compensação de Variações Salariais; e

II. reestruturar a dívida assumida com o FGTS por força da Lei nº 8.727/93.

Art. 8º Respeitados os limites e condições aprovados por seu Conselho Curador, o FGTS poderá aportar parte dos recursos necessários ao cumprimento desta lei.

Parágrafo único. As despesas eventualmente assumidas pelo FGTS para o cumprimento desta lei poderão ser diferidas contabilmente, para apropriação no resultado do balanço do FGTS, no prazo de até 15 anos, a contar da publicação desta lei.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, relativamente à contribuição de que trata o art. 9º, noventa dias após aquela publicação.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2001. – **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expetido em lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotou-se o tempo para previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 165, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, *que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da Capital Federal e dá outras providências*; e

– Projeto de Lei do Senado nº 672, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, *que dispõe sobre o comércio eletrônico*.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei do Senado nº 672, de 1999, aprovado, vai à Câmara dos Deputados, e o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 1999, rejeitado, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

Ofício nº 861-L-PFL/2001

Brasília, 12 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PST que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.146-2, de 5 de junho de 2001, que “cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste – ADENE, extingue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências”, em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Jorge Khoury

Deputado Wilson Braga

Suplente:

Deputado Paulo Braga

Deputado Paes Landim

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

Ofício nº 867-L-PFL/2001

Brasília, 12 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Bloco Parlamentar PFL/PST que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.153-2, de 5 de junho de 2001, que "cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Francisco Garcia

Deputado Raimundo Santos

Suplente:

Deputado Átila Lins

Deputado Francisco Rodrigues

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

Ofício nº 901-L-PFL/2001

Brasília, 19 de junho de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.093-26, de 13 de junho de 2001, que "Dispõe sobre a estruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e organização da Carreira da Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Roberto Pessoa

Suplente:

Deputado Mussa Demeis

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do Bloco Parlamentar PFL/PST.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Seão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, propostas de emenda à Constituição que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

São lidas as seguintes:

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2001**

Altera o art. 128 da Constituição para determinar a indicação do Procurador-Geral da República dentre os integrantes de lista tríplice escolhida pelos membros do Ministério Público Federal, mediante eleição.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O § 1º do art. 128 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 218.

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre os procuradores maiores de trinta e cinco anos, de lista tríplice definida mediante processo eleitoral pelos integrantes da carreira, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução."

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Uma das maiores conquistas democráticas que a Constituição de 5 de outubro de 1988 propiciou à sociedade brasileira, sem qualquer dúvida, foi o novo estatuto jurídico-político do Ministério Público, especialmente no que diz respeito à sua autonomia e sua vinculação com os interesses da sociedade, não do Estado.

Recorde-se que, no contexto constitucional anterior, incluía-se entre as atribuições institucionais do Ministério Público a defesa em juízo dos interesses do Governo, atuando, assim, nas tarefas que hoje são as próprias da Advocacia-Geral da União. A criação desse novo ente possibilitou tornar mais claras as atribuições de ambos, cabendo ao Ministério Público "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis" (art. 127, **caput**), e à Advocacia-Geral da União "representar a União, judicial e extrajudicialmente" (art. 131, **caput**).

Essa clara definição constitucional, associada ao avanço do processo democrático vivenciado pela sociedade brasileira a partir de meados da década de oitenta, levou a um grande fortaleci-

mento do Ministério Público, seja em seu papel de detentor da pretensão punitiva do Estado, seja no de fiscal da Lei.

Cresce, na sociedade brasileira, a consciência de que, para aprofundar nossa jovem democracia, duas questões importantes devem ser enfrentadas: de um lado, a participação da cidadania – hoje limitada a alguns momentos – deve ser estimulada; de outro, há que afirmar a moralidade pública, combater a corrupção e outros ilícitos administrativos, pois sabemos que tais ilícitos e sua impunidade constituem fatores que desestimulam fortemente a participação cidadã.

O Ministério Público tem sido, e certamente continuará a ser, em nosso País, instrumento essencial à afirmação, na Administração Pública, dos princípios pertinentes à moralidade, à honestidade e ao respeito ao Erário. Nesse ofício, presta importante colaboração ao processo democrático.

Acreditamos que, para melhor desempenhar suas funções, essa entidade deve ser chefiada por um Procurador-Geral representativo de sua categoria profissional e por ela respeitado. Para tanto, propomos que a sua indicação seja o resultado de processo que viabilize um entendimento entre a categoria, o Presidente da República e o Senado Federal.

Por ele, a categoria – mediante sua participação em processo eleitoral – escolhe lista tríplice que é submetida ao Presidente da República. O Presidente deve escolher um nome dentre os da lista, da mesma forma como ocorre, atualmente, na indicação de juizes do chamado quinto constitucional. O escolhido é então submetido ao Senado Federal que, após inquiri-lo, deve apreciar a sua indicação numa votação em que se exige maioria qualificada – absoluta – para sua aprovação.

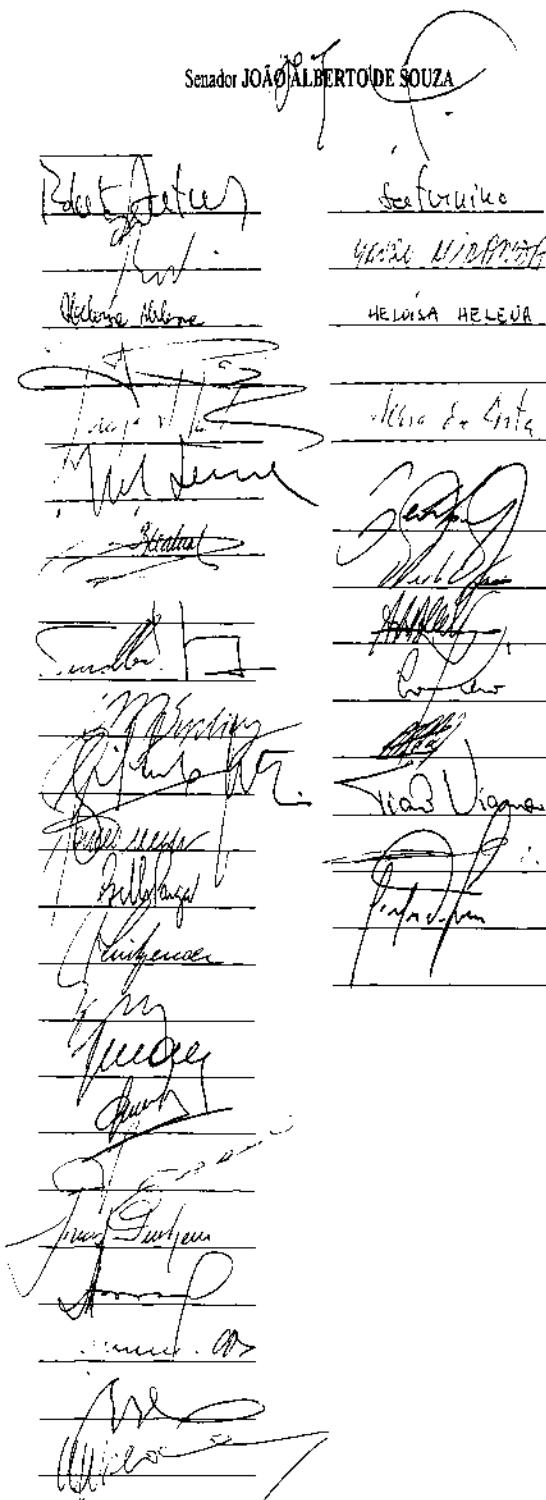
Julgamos, outrossim, que a recondução do Procurador-Geral ao cargo deve ser limitada. Na atual sistemática, o Procurador-Geral pode ser reconduzido indefinidamente, o que pode levar à perpetuação no cargo de um cidadão e, assim, ao esclerosamento da instituição. Admitimos, entretanto, uma recondução.

Com essa proposta, julgamos estar contribuindo para o fortalecimento do Ministério Público Federal, instituição fundamental para a construção da democracia em nosso País. Para tanto, soli citamos aos ilustres colegas o apoio indispensável à sua aprovação.

Sala das Sessões, 19 de junho de 2001.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 127.* O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada a autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei com ple mentar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

§ 3º Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas.

§ 1º A pesquisa científica básica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso das ciências.

§ 2º A pesquisa tecnológica voltará-se à preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros

ros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que delas se ocupam meios e condições especiais de trabalho.

§ 4º A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculado do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho.

§ 5º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2001

Submete o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos princípios da anterioridade e da legalidade.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado do Federal, nos termos do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 1º do artigo 150 e o § 1º do artigo 153 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 150.

§ 1º A vedação do inciso III, **b**, não se aplica aos impostos previstos nos arts. 153, I, II e V e 154, II.

Art. 153.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II e V”.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

De longa data temos convivido com uma transferência de prerrogativa do Congresso ao Executivo Federal no campo tributário que tem trazido ônus para a sociedade brasileira sem nenhum benefício mais palpável. Estamos falando de uma delegação que tem permitido ao Executivo, por decreto, alterar as alíquotas dos impostos de importação e exportação, do IPI e IOF, e ainda mantê-los fora do alcance do princípio da anterioridade. Lembremos que essa norma (art. 150, inciso III da CF) veda à União, Estados e Municípios, cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

Entendemos que no caso do IPI a observância do princípio da legalidade, que exige a fixação das alíquotas do imposto por lei, e não por decreto presidencial, bem como a plena vigência do princípio da anterioridade precisam ser restabelecidos. Assim procedendo, estaremos contribuindo para a construção de um dos pilares essenciais da convivência civilizada e justa entre o fisco e o contribuinte em nosso meio social. Em nossa avaliação, essa liberdade de atuação concedida ao Executivo Federal resultou em poucos benefícios, seja em termos de uma gestão eficiente da ordem tributária seja do próprio esforço de arrecadação da União.

Entendemos que aquelas concessões somente devem alcançar os impostos de importação, de exportação e o IOF. O argumento usualmente apresentado de que o IPI é um instrumento de política econômica supostamente regulador do nível de atividade econômica, e que portanto deve escapar do crivo permanente do Congresso, não encontra amparo nem na teoria das finanças públicas, nem na prática tributária das democracias.

Não bastassem outros argumentos, que apresentarmos a seguir, é mister recordar que o IPI é uma das principais fontes aumentadoras de recursos do FPE e do FPM, e por essa razão não devemos deixar ao talante do Executivo Federal decisões que afetem as receitas dos estados e dos municípios sem uma avaliação mais criteriosa por parte do Congresso Nacional.

Recordemo-nos ainda que o IPI é um imposto sobre vendas, ainda que parcial, já que incide apenas sobre transações envolvendo o setor industrial, e como tal exige estabilidade temporal da regra tributária para que possa alcançar seus objetivos maiores. Ou seja, para que possa ser o braço de uma justa e com mínima interferência no processo de alocação de recursos, necessário se torna que suas alíquotas e

base de cálculo sejam fixadas de modo duradouro pelo Governo. Sabemos que segundo os ditames da teoria econômica isso só pode ser alcançado numa perspectiva de longo prazo e não numa ótica conjuntural.

Ainda que de feito o IPI é uma fonte de receita como ou tra qualquer. Aliás, acrescitamos, isto sim, que o imposto foi transformado na colcha de retalhos que é, com inúmeras alíquotas e excepcionalidades infundáveis, exatamente pelo excesso de liberdade concedida ao Executivo na administração do imposto, calçada em uma teoria que não possui fundamentação doutrinária mais séria.

A edição do Decreto nº 3.777, de 23 de março passado, bem ilustra a natureza dos problemas que queremos corrigir. Aquele Decreto acabou com uma isenção do IPI no setor de rochas ornamentais que existia desde 1984 e mais, de terminou que, já a partir de 1º de abril, ou seja, no prazo de uma semana, as empresas do setor deveriam passar a contribuir segundo uma alíquota de 10%. Parece incrível, mas tal decisão encontra amparo na Constituição.

Esperamos contar com o indispensável apoio das senhoras e senhores Senadores para aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição que, estamos certos, irá pacificar a relação fisco—contribuinte no setor industrial brasileiro, e ao mesmo tempo em que resgata uma das funções mais primordiais do Congresso.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 2001

SENADOR RICARDO SANTOS
(PSDB/ES)

(Assinaturas manuscritas)

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

SEÇÃO II

Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150.* Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV – utilizar tributo com efeito de confisco;

V – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais e municipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público;

VI – instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos impostos previstos nos arts. 153, I, II, IV e V, e 154, II.

§ 2º A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 3º As vedações do inciso VI, a, e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja con-

tra-prestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exoneram o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 4º As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 5º A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão relativos a impostos, taxas ou contribuições só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g.

§ 7º A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da garantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

SEÇÃO III

Dos Impostos da União

Art. 153.* Compete à União instituir impostos sobre:

I – importação de produtos estrangeiros;

II – exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;

III – renda e proventos de qualquer natureza;

IV – produtos industrializados;

V – operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

VI – propriedade territorial rural;

VII – grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

§ 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I – será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei:

II – (Revogado).

§ 3º O imposto previsto no inciso IV:

— será seletivo, em função da essencialidade do produto:

II — será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III — não incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior

§ 4º O imposto previsto no inciso VI terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas e não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

§ 5º O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do **caput** deste artigo, devida na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

I — trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II — se tenta por cento para o Município de origem.

.....
.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — As propostas de emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias serão publicadas e despachadas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT — RS) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, pela ordem.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT — RS) — Eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, conforme prevê o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — V. Exª será atendida.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB — SE) — Sr. Presidente, igualmente, requero a V. Exª a minha inscrição para uma comunicação inadiável, de acordo com o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — V. Exª será inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Há ora dores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Souto, por quem vota com o Senador Ney Suassuna, por 20 minutos.

O SR. PAULO SOUTO (PFL — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a importância do turismo pode ser avaliada pelo fato de 11% do emprego, em escala mundial, estar associado a atividades relacionadas ao turismo. Calcula-se em 660 milhões de passageiros o movimento mundial de turistas e em mais de US\$500 bilhões a receita turística internacional. Apesar do seu diversificado potencial, o Brasil participa com apenas 0,8% do fluxo mundial de turistas e com 1% da receita gerada.

Privilegiado por uma série de atributos naturais, entre os quais um clima muito propício ao chamado turismo tropical, que tem nas praias o seu grande atrativo, o Nordeste brasileiro é uma região com forte vocação como destino do turismo internacional. É evidente, entretanto, que é absolutamente necessário que essas condições naturais sejam complementadas por outras que propiciem ao turista facilidades de acesso e bem-estar durante a sua permanência.

Nesse sentido, foi muito oportuno que o Governo Federal, em 1995, iniciasse o Prodetur — Programa do Financiamento ao Turismo no Nordeste, com recursos provenientes do empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, e contrapartida dos governos estaduais, na proporção de 60 e 40%, sendo a execução do projeto coordenada pelo BNB, agente financeiro do programa. Concluído em 2000, o programa aplicou US\$400 milhões, sem contar com a contrapartida dos Estados, que alcançou aproximadamente US\$270 milhões, tendo os investimentos em infra-estrutura liderado as aplicações.

É evidente que esses investimentos iniciaram um notável processo de qualificação dos principais destinos turísticos do Nordeste, cujo resultado, entre outros, tem sido a atração de muitos investimentos privados. Na Bahia, apenas por exemplo, os pesados investimentos feitos inicialmente com recursos próprios do governo baiano e, posteriormente, por meio do Prodetur, iniciados em 1991 e projetados até o ano 2012, devem alcançar o valor de US\$2,1 bilhões e, certamente, são determinantes para que US\$5,4 bilhões, até esse horizonte de 2012, sejam investidos pelo setor privado, sobretudo na hotelaria.

Por tudo isso, quero saudar aqui a iniciativa do Governo Federal de executar o chamado Prodetur II, que é um reconhecimento do êxito da primeira fase do programa e de sua preocupação em estimular um setor de alta competitividade para a economia nordestina.

Reconhecendo as dificuldades atuais dos Estados nordestinos em participar com recursos próprios de 40% a título de contrapartida, o Governo Federal está alterando a forma de financiamento do programa em sua segunda fase: os recursos do Governo Federal, por meio de financiamento do BID, serão de 60%, os Estados participarão com 20% e o Governo Federal, com mais 20% de recursos próprios, o que certamente deverá acelerar a execução do programa.

Os pré-requisitos fundamentais para o Prodetur II são os seguintes:

a) completar os projetos previstos no Prodetur I, nos setores de infraestrutura e desenvolvimento institucional das agências estaduais e principalmente municipais, o que revela uma ênfase para a chamada municipalização das ações;

b) complementar os investimentos realizados para melhorar a qualidade e a sustentabilidade do produto turístico e, após atender a essa condição, incluir outros Municípios nos pólos já identificados ou que venham a ser selecionados na estratégia proposta por cada um dos Estados.

O programa terá uma forte preocupação com a sua sustentabilidade e, por isso, vai exigir dos Municípios o que considero muito importante:

a) lei de ordenamento territorial e gestão ambiental integrada;

b) Código de Edificações;

c) gestão administrativa e fiscal;

d) disposição de resíduos sólidos; e

e) participação comunitária.

Todas essas exigências, que já seriam normais na administração de um Município, serão intensificadas para que os Municípios possam participar e ser privilegiados por ações da segunda etapa do Prodetur.

Além dessas, para cada pólo turístico será exigido um Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável e a instalação de um Conselho de Turismo, cuja finalidade é a promoção e o desenvolvimento do turismo sustentável.

Os principais objetivos do Plano são:

a) elevar o gasto e o tempo de permanência dos turistas;

b) promover a gestão sustentável dos setores ambientais, como cursos hídricos, energia, resíduos sólidos e outros;

c) investir na capacitação de recursos humanos;

d) modernizar a estrutura administrativa municipal e sua gestão;

e) criar condições para se reduzirem os riscos dos investimentos privados;

f) preservar o patrimônio natural, favorecer a recuperação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico e recuperar espaços urbanos estratégicos.

Além das ações que se constituíram nas prioridades do Prodetur I (saneamento, estradas, aeroportos, energia, patrimônio histórico), o Prodetur II contemplará outros setores, como a construção de centros de convenções, sinalização turística, segurança pública, importantíssima para o êxito de qualquer programa turístico, e promoção turística, ponto também essencial.

É justamente sobre a promoção turística e principalmente sobre a importância do tráfego aéreo no êxito e na concretização da vinde de turistas estrangeiros para o Brasil, e sobre tudo para o Nordeste, que trataremos nessa abordagem.

Todas as pré-condições criadas pelos investimentos do Prodetur para intensificar o fluxo turístico poderão ficar ociosas se não resolvermos adequadamente a questão do acesso fácil dos turistas estrangeiros para a nossa Região, o Nordeste.

O Brasil, como se sabe, não faz fronteiras com os dois principais centros mundiais de emissão de turistas, que são a Europa e a América do Norte, e, por isso, a via aérea é essencial para ampliar o fluxo turístico desses centros para o Brasil. Não existem praticamente vôos diretos desses centros para o Nordeste brasileiro – e essa é uma observação importante –, a não ser apenas dez ou onze frequências semanais, a maioria das quais provenientes de Portugal para Salvador, Recife e Fortaleza. Assim, quaisquer que sejam os motivos, não há inerte se, pelo menos como está demonstrado, das empresas brasileiras na operação de vôos da Europa para o Nordeste, o que pode ser comprovado pelo fato de não terem sido substituídos, por exemplo, quatro vôos semanais de Salvador para a Europa que uma empresa brasileira, por dificuldades que são conhecidas, foi obrigada a cancelar.

A inexistência de vôos diretos praticamente duplica o tempo de viagem dos turistas que pretendem vir para o Nordeste, obrigando-os a utilizarem conexões a partir do Rio de Janeiro e São Paulo, o que au-

menta substancialmente os preços das passagens. Como de cor rên cia do trá fe go de ne gó ci os e da con cen tra ção do mer ca do ex por ta dor – este nú me ro é im pres sionan te –, 93% dos vôos regu la res do ex te ri or pa ra o Bra sil se des ti nam so bre tu do a São Pau lo e ao Rio de Ja ne i ro. O Nor des te re ce be me nos de 2% dos vôos in ter na ci o nais regu la res pa ra o País (do ze vôos, dos quais on ze se ori nam de Por tu gal); Ma naus re ce be ape nas no ve vôos se ma nais, en quan to des ti nos im por tan tes co mo Foz do Igu a çu e o Pan ta nal não re ce bem ne nhum vôo regu lar in ter na ci o nal, ex cluí dos, é cla ro, os que se ori gi nam no Cone Sul.

É pre ci so fi car ab so lu ta men te cla ro que ou se en con tra uma so lu ção ra zo á vel pa ra esse pro ble ma, ou vai se fru strar o es for ço go ver na men tal em fa zer do Nor des te, e tam bém de ou tras re gi ões im por tan tes, co mo a Ama zô nia e o Pan ta nal, ár eas de gran de atri bu ti da de pa ra tu ris tas es tra nge i ros. Não exis te des ti no tu rís ti co que se sus ten te sem um trá fe go aé reo que fa ci li te o aces so dos tu ris tas, so bre tu do pela con cor rên cia de ou tros pa íses que são mu ito bem aten di dos por lin has regu la res.

Exis tem dois ti pos de so lu ções pa ra a ques tão, que ali á s po dem ser im plan ta das si mul ta ne a men te. A pri me i ra delas, e que tra to nes te pro nun cia men to, é a cap ta ção dos cha ma dos vôos **charters** in ter na ci o nais, que são vôos não regu la res, fre ta dos por um ou mais ope ra do res tu rís ti cos, que ne go ci am di re ta men te com a em pre sa aé rea o va lor e as de ma is con di ções do ar ren da men to, e com os for ne ce do res dos ser vi ços ter res tres, pa ra for ma r os pa co tes tu rís ti cos pa ra ca da des ti no.

Os **charters**, co mo vôos não regu la res, trans por tam ape nas pas sa ge i ros de um pa ís pa ra ou tro pa ís de des ti no, sem ha ver re ci pro ci da de, e, as sim, no ca so do Bra sil, se ri am ú ti li za dos ape nas pa ra tra zer tu ris tas es tra nge i ros pa ra o País e não pa ra le var tu ris tas bra si le i ros pa ra o ex te ri or. Ge ral men te têm ca rá ter sa zo nal, mas na da im pe de que pos sam ope rar por pe rí o dos ma i o res.

Os **charters** ne ces si tam de au to ri za ção das au to ri da des a e ro náu ti cas de am bo os pa íses en vol vi dos e, no ca so bra si le i ro, o DAC e a Cer nai es tão dan do gran de apo io às ini ci a ti vas de em pre sas de **charters** pa ra o Bra sil, con ce den do as au to ri za ções ne ces sá ri as.

A ini ci a ti va des ses vôos freta dos de co rre de duas a ções dis tin tas. Uma de las é a a ção con jun ta da em pre sa aé rea e do ope ra dor tu rís ti co que vi sam de ter mi na do des ti no tu rís ti co. Essa a ção sur ge quan do não exis te vôo re gu lar ope ran do na ro ta, quan do não há os lu ga res pre ten di dos pelo ope ra dor ou quan do

as con di ções de ta ri fas de vôos regu la res não são com pe ti ti vas. A ou tra for ma é a atu a ção en tre o des ti no tu rís ti co re pre sen ta do pela ini ci a ti va pri va da e/ou ór gãos go ver na men ta is e a em pre sa aé rea e re pre sen tan tes do mer ca do emi sor.

Em qual quer ca so, a con cre ti za ção des ses vôos re quer in ves ti men tos fi nan cie i ros, so bre tu do na sua fase ini ci al de con quis ta do mer ca do e sua con so li da ção, sen do mu itas ve zes ne ces sá ri a a par ti ci pa ção de ór gãos pú bli cos nes se es for ço, quer seja da Uni ão, Es ta dos ou Mu ni cípios.

A for a as ini ci a ti vas iso la das de al guns Es ta dos bra si le i ros, tan to na cap ta ção des ses vôos co mo na di vul ga ção do des ti no em pro mo ções no ex te ri or, é evi den te que fal ta uma a ção sis te má ti ca, que de ve ri a ser co or de na da pelo Go ver no Fe de ral por in ter mé di o do Mi nis té ri o do Es por te e Tu ris mo e da Em bra tur, o que evi ta ri a, in clu si ve, uma dis pu ta pre da tó ri a que co me ça a ser es bo ça da en tre al guns Es ta dos bra si le i ros. Co me ça a ha ver uma es pé cie de guer ra fis cal en tre os Es ta dos pa ra atra ir vôos **charters**, o que não é uma prá ti ca sa lu tar.

Es tou cer to de que uma po lí ti ca a gre si va de vôos **charters** pa ra re gi ões co mo o Nor des te, a Ama zô nia, o Pan ta nal e ou tras se ri a um mar co em uma nova for ma de atu a ção do Mi nis té ri o do Tu ris mo e da Em bra tur, di ver si fi can do a sua atu a ção, ho je cen tra da na par ti ci pa ção de fe i ras, edi ção de ma te ri al ge né ri co e ve i cu la ção de mí dia de ca rá ter ge ral, com pos si bi li da des de ob ter re su l ta dos con cre tos a cur to pra zo. Pa ra isso, além de in ves ti men tos re la ti va men te mo des tos, se ri a ne ces sá ri o um pe que no nú cleo que cui das se des sa nova for ma de atu a ção, que cer ta men te con ta ri a com a par ti ci pa ção dos Es ta dos in te res sa dos, nú cleo esse que de ve ri a fi car no eixo do Mi nis té ri o do Tu ris mo e da Em bra tur.

Os vôos **charters** têm a gran de van ta gem de pro por ci o nar uma di vul ga ção in ten si va e con cen tra da do des ti no e do vôo no mer ca do emi sor, fa vo re cen do ou tras ope ra ções ev en tu al men te exis ten tes.

To me se o ca so re cen te de um **charter** que ini ci ou, ago ra em ma io, um vôo de fre qüên cia se ma nal de Lon dres pa ra Sal va dor, con du zin do 360 pas sa ge i ros pa ra uma per ma nên cia de quin ze dias no Bra sil, cu jo prin ci pal des ti no se rá a Cos ta do Sa u í pe, um ou sa do em pre en di men to que con ta com cin co ho téis ope ra dos por ca de i as in ter na ci o nais, a cem qui lô me tros ao nor te de Sal va dor. Esse vôo es tá pro por ci o nan do a ma i or di vul ga ção que o Bra sil e a Ba hia até ho je já ti ve ram no Re i no Uni do, por me io de um pla no de pu bli ci da de com **outdoors**, fol he tos, ma te ri ais

promocionais, reportagens em jornais, revistas e televisão. Uma publicidade desse tipo acaba não privilegiando apenas aquele vôo, mas vai abrir a possibilidade de para que o País e a região visada possam ter outros empreendimentos desse tipo.

Juntamente com a operadora responsável e com o Complexo Turístico Costa do Sauípe, o Governo da Bahia também está contribuindo para essa divulgação. Embora o principal destino seja a Bahia, muitos turistas que vêm nesse vôo para a Costa do Sauípe visitarão outras cidades brasileiras, como Foz do Iguaçu, Brasília, Manaus, Rio de Janeiro, o que significa um mercado adicional para as empresas aéreas brasileiras com relação às operações internas. Calcula-se em cerca de US\$400.000 a renda mínima gerada no Brasil em cada um desses vôos, o que certamente se refletirá na geração de novos empregos e na criação de novas oportunidades de renda no País.

Os **charters** têm todas as condições de criar a competitividade que falta ao Brasil para disputar, no mercado turístico internacional, a igualdade de condições de concorrência com destinos que atualmente atraem os turistas dos Estados Unidos e da Europa. Entre esses destinos que hoje são concorrentes sérios e que têm condições de atrair os turistas internacionais, justamente por que têm mais vôos, estão a região do Caribe, principalmente a República Dominicana e Cuba, a Tailândia, a Índia, a Malásia, o Vietnã, Cancun, no México, e outros.

Estou confiante, mesmo porque S. Ex^a já iniciou ações nesse sentido, que o Ministro Carlos Meles, que já se tem mostrado muito sensível a essa política que acabo de expor, poderá causar, tenho certeza, uma grande transformação no turismo de regiões brasileiras como o Nordeste, a Amazônia e o Pantanal, por intermédio da captação de **charters** associada à promoção nos principais mercados emissores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, por vinte minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 1996, foi realizada, em Istambul, a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, oportunidade em que foi aprovada a chamada Agenda Habitat, que estabeleceu um pacto pela mudança dos padrões de desenvolvimento dos assentamentos humanos.

A Agenda Habitat fixou compromissos que traduzem, em última análise, um acordo das nações do mundo inteiro em empreender mudanças no atual modelo de civilização, onde predomina a justiça social, o combate à pobreza, o equilíbrio ambiental e a igualdade de oportunidades.

Os países participantes daquela Conferência histórica deliberaram que a moradia seria considerada como um dever primordial do Estado e um direito do cidadão. Aliás, sob esse aspecto, o Brasil, pelo menos na legislação, está dando exemplo, ao aprovar, com a iniciativa do Senador Mauro Miranda, uma proposta de emenda constitucional conferindo ao cidadão o direito a uma moradia adequada, apropriada, para a sua sobrevivência e a da sua família.

Sr. Presidente, a Conferência das Nações Unidas, realizada em Istambul, em 1996, estabeleceu também que os países deveriam empenhar esforços para a conquista do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos. De nada adianta construir um conjunto habitacional se não for dado a ele a infraestrutura necessária, tais como energia elétrica, saneamento básico, calçamento das ruas, escolas e postos de saúde. Essa infraestrutura dará condições de sustentabilidade e de melhoria das condições de habitação a todos aqueles que conquistarem uma moradia em qualquer parte do mundo.

É necessário compreender que a Agenda Habitat deu aos Governos a imensa responsabilidade de implementarem em seus países uma política social destinada a romper com o antigo padrão de desenvolvimento urbano. Há a preocupação com uma sociedade justa e com uma distribuição mais equânime dos frutos do progresso e do desenvolvimento econômico.

No período de 6 a 8 deste mês, a Organização das Nações Unidas convocou todos os seus Estados-membros a examinar e a avaliar a implementação da Agenda Habitat, aprovada na Conferência sobre Assentamentos Humanos, realizada em Istambul, em junho de 1996. Cada um desses países tinha a obrigação de apresentar um relatório nacional – participamos dessa Conferência ao lado de vários representantes, como o Senador Íris Resende.

Sr. Presidente, em sessão especial, o relatório do Brasil foi apresentado pelo Ministro Ovídio de Áγγελis, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. Esse relatório, preparado pelo Comitê Nacional, que é integrado por representantes do Governo, da comunidade científica – tais como universidades e institutos de pesquisa – e da sociedade civil, apresenta tendências do desenvolvimento urbano e a evolu-

ção das condições de vida das cidades brasileiras no período 1993-1998. Apresenta ainda os principais problemas urbanos e as soluções para mitigá-los e estabelecer as prioridades e as linhas de ações futuras para enfrentar os desafios urbanos que se apresentam ao País no séc. XXI.

Não é satisfatória a situação do Brasil – é bem verdade – com relação aos assentamentos humanos e à sua sustentabilidade, tendo em vista principalmente à inversão de prioridades estabelecidas pelo Governo, mais preocupado com o equilíbrio fiscal em detrimento da resolução dos problemas habitacionais, que se vêm agravando a cada ano com o aumento populacional dos centros urbanos e a evasão rural.

Ape sar de constar na nossa Carta Magna o direito à moradia adequada, estamos longe de conquistá-lo, enquanto prevalecerem políticas públicas discriminatórias, feitas à luz das conveniências eleitorais do momento.

Falando em habitação popular, há vários projetos que estão aguardando a deliberação do Senado Federal. Inúmeros Srs. Senadores se debateram sobre a problemática habitacional e urbana de nosso País. Inclusive, sou um dos que apresentaram propostas. Uma dessas propostas expurga a TR dos contratos habitacionais. Sabemos que o montante do saldo devedor vai à estratosfera com a aplicação da TR ao longo dos anos – desde o ano de 1995. Acredita que a nossa proposta é uma saída para essa grave questão que tem tirado o sono de muitos que se esforçaram para ter a sua moradia e não podem mantê-la por absoluta falta de condições financeiras.

Mas o Governo, apesar desses projetos que estão aí, praticamente engavetados nas nossas Comissões, tanto na Câmara como no Senado, faz ouvidos de mercador aos reclamos da população. Mas, vez ou outra, vem com uma medida provisória e estabelece determinados instrumentos de mitigação dessas dificuldades.

A nossa proposta visa à extinção completa da TR. O Governo, reconhecendo essa necessidade, de estimulando todos os nossos projetos nesta Casa e na Câmara dos Deputados e, por meio de medidas provisórias, extingue até 88% da TR, ou seja, da correção que incide sobre os contratos habitacionais.

Sr. Presidente, isso tem de ser valorizado a iniciativa dos Srs. Parlamentares, que praticamente são anulados por intermédio de medidas provisórias.

Na semana passada, o Governo fixou uma medida provisória que expurga quase 90% da TR, ou

seja, da correção de contratos habitacionais de, se não me engano, até cinco salários mínimos.

Portanto, o que foi discutido, de 6 a 8 deste mês, em Nova Iorque, a respeito dos problemas habitacionais urbanos do mundo foi uma grande contribuição para a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Desde 1996, em Istambul, os países que integram a ONU estabeleceram uma Agenda para os países que dela participam. Nessa Conferência das Nações Unidas realizada na cidade de Nova Iorque, reconheceram-se as dificuldades dos países no momento de crise pelo qual todos estamos passando, impactando sobre o desenvolvimento econômico e social de todas as Nações, principalmente do mundo subdesenvolvido.

As conferências da ONU têm, de certa forma, voltado a sua atenção para o problema habitacional do mundo inteiro. Cerca de 30 mil pessoas deslocaram-se, em 1996, para Istambul, tendo em vista a busca de soluções para os problemas urbanos naquela conferência. Cerca de 50 mil pessoas foram a Pequim, a fim de definir novas normas, tendo em vista o progresso das mulheres, e aproximadamente 47 mil pessoas convergiram para o Rio de Janeiro, para encontrar um maior equilíbrio entre proteção do ambiente e desenvolvimento econômico da Terra.

Para alguns, a recente série de importantes conferências das Nações Unidas pode parecer uma mera e extravagante discussão de problemas, mas, em sua maioria, os líderes e dirigentes mundiais consideram esse acontecimento como um investimento que valeu a pena a longo prazo do futuro do planeta.

As conferências mundiais têm impacto a longo prazo, ao mobilizarem os Governos nacionais e as autoridades, bem como as organizações não governamentais, para tomarem medidas sobre um problema mundial importante; estabelecerem normas e diretrizes internacionais para as políticas nacionais; servirem de fórum onde possam ser debatidas as novas propostas e procurados novos consensos; desencadear um processo de acordo com o qual os Governos assumam compromissos e passem a informar, regularmente, às Nações Unidas a evolução da situação nesses domínios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a conferência realizada em 1996, que redundou nessa conferência realizada neste ano, em Istambul, promoveu uma declaração e um programa sobre a proteção ao meio ambiente, a necessidade de utilizarmos melhor os recursos do planeta e de modificarmos os nossos padrões de consumo.

Depois de muita discussão, reconhece-se o direito à moradia para todos como objetivo dos Estados que se comprometem com a realização progressiva. Com relação aos temas dos direitos individuais e da família, mais uma vez, houve tentativas de recuar com relação à linguagem já acordada nas conferências anteriores. Ao final, porém, prevaleceu o consagrado em outras conferências realizadas em Cairo e em Viena: igualdade e melhor distribuição de renda entre os países, principalmente entre os países subdesenvolvidos.

Sabemos que hoje grande parte da população mundial está vivendo nos meios urbanos. O novo milênio marca o começo da era urbana. Pela primeira vez, a maior parte da população do mundo viverá em zonas classificadas como zonas urbanas. Essa troca, essa transformação está intimamente vinculada ao desenvolvimento urbano e ao resultado desse processo. Desde 1996, não se tem registrado nenhuma significativa transformação nas tendências de urbanização das regiões em todo o mundo. Embora a população dos países industrializados seja em grande parte urbana, o processo de urbanização é ainda intenso nos países em desenvolvimento. Atualmente, 40% da população dos países em desenvolvimento vive nas cidades. Para 2020, essa cifra se elevará para 52%.

Muitos países da América Latina e do Caribe têm perto de 75% da sua população vivendo nas cidades. Na Ásia e na África, essa população vem crescendo assustadoramente. Para 2015, está previsto que 153 das 358 cidades do mundo com mais de 1 milhão de habitantes estarão na Ásia. Das 27 megalópoles com mais de 10 milhões de habitantes, 15 estarão na Ásia. Prevêem-se megalópoles com 20 a 30 milhões de habitantes, aglomerações humanas de tamanho antes nunca vistas na história da humanidade.

Foram destacados, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em Nova Iorque, vários programas habitacionais, mas o que mereceu grande destaque foi o programa realizado na cidade de Santo André, em São Paulo, no Brasil.

Desde a celebração do Habitat II, o Município de Santo André, que faz parte da região metropolitana de São Paulo, tem promovido, com êxito, um programa integrado de inclusão social como estratégia tendente a promover o combate à pobreza da cidade e estabelecer novos caminhos de aplicar as políticas locais de redução da pobreza.

Esse programa tem por objetivo alcançar o desenvolvimento econômico, mediante o estabelecimento de microcréditos e a formação de cooperativas; o desenvolvimento urbano, mediante a melhoria dos bairros; o desenvolvimento social, mediante o es-

tabelecimento de programas de capacitação vocacional e de saúde; o desenvolvimento cultural, mediante um programa de educação cívica.

O programa tem servido para melhorar ao máximo os recursos destinados ao combate à pobreza na cidade de Santo André. O apoio do programa de administração municipal obteve recursos de diversos organismos internacionais, como uma prova evidente de que aqui, no Brasil, pelo menos na cidade de Santo André, o programa Habitat II está sendo levado a sério.

Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a e à Mesa a inserção em ata de um voto de louvor a tudo que foi discutido em Nova Iorque, na que la reunião histórica das Nações Unidas, principalmente enfocando o problema grave da habitação nos centros urbanos, problema esse que, cada vez mais, cresce em nosso País, evidenciando, acima de tudo, que devemos estabelecer uma política habitacional consistente com essa inclinação da nossa população em sair do campo para a cidade.

Outros sim, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a inclusão, em ata, de toda essa documentação que trago da cidade de Nova Iorque, para que faça parte dos Anais do Senado Federal, bem como do relatório que foi lido pelo representante do Brasil na ONU. Este é o relatório que foi elaborado por várias entidades que fazem parte do Comitê Nacional de Habitação no Brasil e que foi lido pelo Ministro Ovídio de Angelis, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. Nele, Sr. Presidente, estão as conquistas, as dificuldades vivenciadas pelo Brasil com respeito ao problema habitacional. Logicamente, aqui está a configuração de um processo que precisa ser revertido, porque, com a aceleração do desenvolvimento no Brasil, é preciso que o Governo se dedique, com mais cuidado, no problema habitacional, multiplicando habitações, resolvendo o problema do saneamento básico, que é gravíssimo na periferia das grandes cidades, elaborando um programa consistente de habitação, abandonado há vários anos em decorrência, principalmente, da crise econômica e da inversão de prioridades.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria que toda essa documentação fosse incluída nos Anais desta Casa, como uma contribuição importante do Senado Federal, do Governo brasileiro e das entidades que participam do desenvolvimento do programa habitacional no Brasil.

Esperamos que, nos próximos encontros convocados pela Organização das Nações Unidas, o Brasil esteja em uma situação mais cômoda, em que brasileiros tenham mais habitação, saneamento e melhores condições de vida.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS**

VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

**ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS
CENTRO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS -
CNUAH - HABITAT**

ISTAMBUL + 5

RELATÓRIO NACIONAL BRASILEIRO

Brasília, junho de 2001

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Fernando Henrique Cardoso

SECRETÁRIO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Ovidio de Angelis

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO

Flávio Henrique Abdelnur Candelot

A Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República tem como competência assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na formulação e coordenação das políticas nacionais de desenvolvimento urbano, e promover, em articulação com as diversas esferas de governo, com o setor privado e organizações não-governamentais, ações e programas de urbanização, de habitação, de saneamento básico e de transporte urbano.

(Medida Provisória Nº 2.123-29, de 23 de fevereiro de 2001)

RELATÓRIO NACIONAL BRASILEIRO ISTAMBUL + 5

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

Emmanuel Cavalcante Porto – Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU/PR

EQUIPE DE REDAÇÃO

Emmanuel Cavalcante Porto – SEDU/PR

Diana Meirelles da Motta – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/DIRUR

Maria da Piedade Moraes - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/DIRUR

Gilda Blank – Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Jaira Maria Alba Puppim - Caixa Econômica Federal (CAIXA)

APOIO TÉCNICO

Fabício da Silva Gama – SEDU/PR

I. GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ANA	Agência Nacional das Águas
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANPUR	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANS	Agência Nacional de Saúde complementar
ANTP	Associação Nacional de Transportes Públicos
ANTU	Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos
ANVS	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BGU	Balanco Geral da União
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional da Habitação
CBIC	Câmara Brasileira da Indústria da Construção
CCT	Comitê de Cooperação Técnica
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFORH	Centro de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNUAH	Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CTPD	Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
DIEESE	Departamento Inter Sindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicos
DIMAC/IPEA	Diretoria de Estudos Macroeconômicos do IPEA
DIRUR	Diretoria de Estudos Urbanos e Regionais do IPEA
DISOC/IPEA	Diretoria de Estudos Sociais do IPEA
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAU/USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FCVS	Fundo de Compensação de Variações Salariais
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial
FNMP	Fundo Nacional de Moradia Popular
FNUR	Fórum Nacional da Reforma Urbana
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GAJOP	Grupo de Apoio a Testemunhas de Crimes Praticados por Terceiros
GTRAN	Grupo Executivo de Transporte Urbano
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBAM	Instituto Brasileiro de administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MT	Ministério dos Transportes
NESUR/UNICAMP	Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da Universidade de Campinas
OEA	Organização dos Estados Americanos
OGU	Orçamento Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países de Língua Portuguesa

PASS	Programa de Ação Social em Saneamento
PBQP-Habitat	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat
PEA	População Economicamente Ativa
PEMAS	Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Sub-Normais
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento
PLANFOR	Plano Nacional de Formação Profissional
PMSS	Programa de Modernização do Setor de Saneamento
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PPA	Programa Plurianual
PQA	Programa de Qualidade da Água
PR	Presidência da República
PREZEIS	Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesses Social
PROALCOOL	Programa do Alcool
PROGER	Programa de geração de Emprego e Renda
PROGEST	Programa de Apoio à Gestão de Resíduos Sólidos
PRONCOVE	Programa Nacional de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores
PRORENDA	Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAHS	Sistema de Aquisição de Habitação Social
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDU	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
SEPURB	Secretaria de Política Urbana
SFH	Sistema Financeiro da Habitação
SFI	Sistema Financeiro Imobiliário
SIAFI	Sistema de Acompanhamento Financeiro
SIDOR	Sistema Integrado de Dados Orçamentários
SPBE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Ciência e Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

II. APRESENTAÇÃO

1. A Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, realizada em Istambul em 1996, aprovou a Agenda Habitat, que estabelece um pacto pela mudança dos padrões de desenvolvimento dos assentamentos humanos para o século que se inicia.
2. A Agenda Habitat fixou compromissos que expressam o desejo de mudança das nações, do atual modelo de civilização para outro, em que predomine a justiça social, o combate à pobreza, o equilíbrio ambiental e a igualdade de oportunidades. Os países signatários assumiram o compromisso de incorporar em suas políticas o conceito de moradia adequada para todos e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos.
3. A idéia de desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos com justiça social marca o rompimento do antigo padrão de desenvolvimento urbano que predominou no século que se encerrou. O legado a ser deixado para as futuras gerações será uma sociedade mais justa e uma distribuição mais equânime dos frutos do progresso e do desenvolvimento econômico.
4. A Agenda Habitat conferiu aos governos, com a colaboração dos cidadãos, a responsabilidade e o dever de implementar os respectivos planos de ação e dar início ao processo de consolidação das Agendas Habitat nacionais e locais. As mudanças desejadas serão alcançadas mediante a mobilização de todos os setores da sociedade e dos governos, em parceria já iniciada e que está sendo fortalecida em experimentos participativos de planejamento.
5. Ao criar o Comitê Nacional de avaliação da implementação da Agenda Habitat brasileira, traduzindo, em âmbito nacional e local os princípios, compromissos e estratégias do Plano Nacional de Ação, o Presidente Fernando Henrique Cardoso reafirma claramente o empenho e determinação do Brasil de cumprir os compromissos assumidos em Istambul, em direção ao desenvolvimento sustentável das nossas cidades e ao estabelecimento de assentamentos dignos, metas com as quais se comprometeu perante a Nação e que representa uma convergência absoluta com as recomendações de Istambul.
6. O Relatório Nacional é fruto do trabalho do Comitê Nacional, integrado por membros do governo federal, da comunidade acadêmica, de institutos de pesquisa, organizações não-governamentais e da sociedade civil organizada. O Relatório aborda os temas-chave extraídos dos compromissos e estratégias da Agenda Habitat, agrupados em seis temas principais: Moradia; Desenvolvimento Social e Erradicação da Pobreza; Gestão Ambiental; Desenvolvimento Econômico; Governança; e Cooperação Internacional.
7. Muitas foram as conquistas obtidas, que convergiram para pontos da Agenda Habitat no Brasil, por meio de iniciativas locais, de políticas públicas governamentais, relacionadas principalmente à formação de uma cultura de trabalho em parceria, ao aumento dos investimentos em benefício da população de baixa renda, à melhoria da gestão urbana local, em que os governos municipais, em parceria com a sociedade, têm se afinado com os princípios e estratégias de ação propostos pela Agenda Habitat e defendidos e praticados pelo Governo do Brasil.
8. Para dar prosseguimento a esse processo participativo, apresentamos esta avaliação da Agenda Habitat brasileira, que será um processo permanente, dirigido ao aperfeiçoamento das ações de gestão urbana e ambiental. Com esse propósito e em cumprimento às recomendações do Presidente Fernando Henrique Cardoso, conclamamos toda a sociedade a somar esforços para a construção de uma civilização mais justa e mais solidária.

OVIDIO DE ANGELIS

Ministro da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República

III. INTRODUÇÃO

1. A Organização das Nações Unidas convocou a todos seus Estados Membros a examinar e avaliar a implementação da Agenda Habitat, decorridos cinco anos após a Conferência sobre Assentamentos Humanos – Habitat II, realizada em Istambul em junho de 1996, por meio de um Relatório Nacional.

2. O Relatório Nacional brasileiro e os Indicadores Urbanos foram preparados pelo Comitê Nacional criado para este fim, por meio do Decreto Presidencial de 1º de dezembro de 2000, presidido pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (SEDU/PR). O Comitê é composto por um amplo elenco de atores integrantes de diversas instâncias do Governo, representantes da comunidade científica, como universidades e institutos de pesquisa, bem como representantes da sociedade civil, como entidades de classe, representantes eleitos e organizações não-governamentais¹. Este documento reúne as contribuições das diferentes instituições² participantes do Comitê Nacional.³ Antecedeu a criação do Comitê Nacional, a participação da SEDU na Primeira Reunião Substantiva do Comitê Preparatório para Istambul+5, que ocorreu em Santiago do Chile, de 23 a 27 de outubro de 2000.

3. Este Relatório será apresentado pelo Brasil na Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, Istambul +5, a ser realizada nos dias 6 a 8 de junho em Nova York. Este documento amplia o texto apresentado em Nairóbi, Quênia, na Segunda Sessão Substantiva do Comitê Preparatório Istambul +5, incorporando as contribuições⁴ de outros setores do governo e da sociedade civil, durante a realização do *workshop* nacional, que ocorreu nos dias 17 e 18 de abril de 2001, em Brasília, sob a coordenação da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República.

4. O Relatório Nacional e os Indicadores Urbanos que lhe servem de base, apresentam as tendências do desenvolvimento urbano e a evolução das condições de vida das cidades brasileiras no período 1993-1998, os principais problemas urbanos, as soluções adotadas para mitigá-los e estabelece as prioridades e as linhas de ação futuras para enfrentar os desafios urbanos que se apresentam ao país no século XXI. Ao avaliar as ações e os avanços alcançados com relação ao cumprimento dos compromissos e estratégias da Agenda Habitat, o Relatório Nacional apresenta os progressos obtidos a partir de 1996, enfatizando os problemas, as tendências dos indicadores urbanos, as políticas, planos e programas implementados pelos diferentes níveis de governo, as mudanças na legislação urbanística e ambiental, os obstáculos institucionais, com destaque para as melhores práticas desenvolvidas em nível local, estadual e nacional. Também são incluídas propostas de estratégias prioritárias que deverão nortear o desenvolvimento urbano no Brasil, considerando as aspirações da sociedade brasileira, no que respeita a uma maior eficiência, equidade social e sustentabilidade ambiental dos assentamentos humanos.

5. Para a elaboração dos 23 Indicadores quantitativos-chave foram utilizados os dados oficiais mais recentes, provenientes de fontes reconhecidas, sendo a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (PNAD), o Censo Demográfico, a Contagem Populacional e a Síntese de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as fontes de dados mais utilizadas, complementadas por informações de âmbito local. Os indicadores quantitativos referem-se ao período 1993 e 1998 e adotam a metodologia proposta pelo Habitat. Na ausência de dados disponíveis para as datas de referência, os indicadores referem-se ao período transcorrido entre a Conferência Habitat II ONU em Istambul até o presente momento.

¹ Integram o Comitê Nacional a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (SEDU/PR), a Assessoria da Presidência da República, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Caixa Econômica Federal (CAIXA), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Congresso Nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FASE).

² Enviaram contribuições para o Relatório as seguintes instituições: IAB, IBAM, FASE, CBIC, o Ministério dos Transportes (MT), o Grupo de Coordenação de Transporte Urbano (CGTRAN) da SEDU, a Coordenação do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-Habitat-SEDU), e o Ministério do Meio Ambiente.

³ O processo de preparação deste Relatório consistiu na realização de cinco reuniões do Comitê Nacional e um *workshop*. As instituições, os participantes do *workshop* e sua programação encontram-se no anexo 2 deste Relatório.

⁴ Os representantes das instituições que integram o Comitê Nacional Istambul + 5, concordam com o teor geral do documento, mas não necessariamente com o sentido literal de todos os conceitos e juízos nele emitidos.

6. Este documento segue o formato estabelecido pelo Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, reunindo os 20 compromissos chave extraídos dos capítulos sobre os Compromissos e Estratégias da Agenda Habitat, agrupados em seis temas principais. Em consonância com as diretrizes do Habitat foram enfatizados os recortes por gênero, condição sócio-econômica e localização espacial da população. Os temas tratados são:

1. Moradia;
2. Desenvolvimento Social e Erradicação da Pobreza;
3. Gestão Ambiental;
4. Desenvolvimento Econômico;
5. Governança; e
6. Cooperação Internacional;

7. A Planilha contendo os Indicadores Urbanos Quantitativos e Qualitativos para o conjunto das áreas urbanas do Brasil e a metodologia utilizada para a construção dos mesmos, encontram-se no Anexo 4 deste Relatório.

8. O texto destaca, em cada capítulo, exemplos de boas práticas, que foram selecionadas devido ao seu efeito multiplicador, bem como ao alcance social, e ao impacto positivo sobre a qualidade de vida e o meio ambiente construído, ou ainda, que tenham melhorado a eficiência dos sistemas de gestão urbana. Embora essas experiências, simplifiquem a complexidade das ações realizadas no campo do desenvolvimento urbano, os exemplos representam inovações que merecem ser conhecidas.

9. No período analisado, o processo de urbanização no Brasil manteve-se acelerado e apresentou grande diversidade e heterogeneidade no território nacional. Destacam-se a interiorização do fenômeno urbano; a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; o crescimento das cidades médias; o aumento da periferização⁵ dos centros urbanos; e a formação e consolidação de aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas. Tais manifestações do processo de urbanização resultam em parte da reestruturação econômica em curso no país, cujos impactos geraram novos padrões, sobretudo, na estrutura do emprego urbano e na dinâmica migratória⁶.

10. Para o conjunto do país, as aglomerações urbanas metropolitanas continuam concentrando população e as aglomerações urbanas não metropolitanas vêm aumentando de forma expressiva a sua participação no total da população do país⁷. Em praticamente todas as Grandes Regiões Geográficas do país, as pequenas cidades apresentam saldos migratórios negativos, retratados pelo crescimento abaixo da média nacional e muito próximo do crescimento vegetativo do país.

11. A taxa de crescimento da população total brasileira declinou de 1,93 % ao ano entre 1980-1991 para 1,63% ao ano no período 1991-2000⁸, embora a taxa de urbanização continue crescendo,⁹ com a população urbana crescendo a uma taxa de 2,45% a.a. Atualmente, 81,2% dos 169,5 milhões de brasileiros vivem em cidades, totalizando cerca de 5.550 Municípios, dos quais 75% têm população inferior a 20.000 habitantes.

12. A rede urbana brasileira vem se tornando mais complexa, com a mudança ocorrida no formato das redes urbanas regionais, reflexo de diferentes articulações sócio-espaciais que se formaram entre as cidades. Essa complexidade, que expressa a desconcentração das atividades produtivas e o surgimento de novos

⁵ A variação relativa da população dos municípios-núcleo das regiões metropolitanas foi de 4,35% entre 1991-96, enquanto a população dos municípios periféricos aumentou 13,60%. As maiores taxas de crescimento anual na periferia foram registradas na Região Metropolitana de Belém (6,35% ao ano) e na Região Metropolitana de Curitiba (5,12 ao ano), quando a média para o conjunto das cidades brasileiras foi de 2,12% ao ano. (IBGE- Anuário Estatístico do Brasil - 1997)

⁶ *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* - IPEA/IBGE/NESUR/IE-UNICAMP, 1999

⁷ As aglomerações urbanas metropolitanas concentraram 33,6% da população total do país, atingindo 52,7 milhões de habitantes em 1996. As aglomerações urbanas não metropolitanas aumentaram sua participação na população total de 12,7% em 1991 e 3,1% em 1996. Fonte: *Estudo Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, IPEA/IBGE/ NESUR-IE-UNICAMP, 1998.

⁸ Resultados Preliminares do Censo Demográfico 2000.

⁹ A taxa de crescimento da população urbana entre 1991/2000 foi de 2,45% ao ano, ao passo que a população rural declinou a uma taxa de 1,31% ao ano no mesmo período (IBGE/Dados Preliminares do Censo Demográfico 2000)

espaços economicamente dinâmicos, configura-se em função das peculiaridades da estrutura produtiva e de espacialidades no território.

13. A significativa periferização, ou seja, o aumento da ocupação de áreas periféricas pela população, especialmente a de baixa renda em centros urbanos de grande e médio porte vem acentuando o surgimento de áreas urbanas informais¹⁰. Essa situação é agravada pela dificuldade do acesso à terra e deficiências legais, em alguns casos e ausência de regulação, em outros o que vem favorecendo a ocupação informal dos centros urbanos, tanto nas áreas centrais como nas periferias.

14. A distribuição espacial das cidades brasileiras configura uma rede heterogênea, que apresenta grande desafio à gestão do desenvolvimento urbano no plano federal¹¹. A nova configuração da rede urbana do país compreende 111 centros urbanos, comandados pelas 13 metrópoles do país. Esses centros urbanos reúnem 440 municípios e concentravam mais da metade da população brasileira, cerca de 56%, em 1996. As 12 aglomerações urbanas metropolitanas reúnem cerca de 200 municípios e atingem aproximadamente 33% do total da população brasileira, ou seja, 52,7 milhões de habitantes. As 37 aglomerações urbanas não metropolitanas reúnem 180 municípios, abrigando um total de 20 milhões de pessoas (1996). Em conjunto, as 49 aglomerações urbanas concentram cerca de 47% do total da população do país, atingindo a cifra de 74,3 milhões de habitantes¹².

15. As dificuldades enfrentadas pelo setor público no período 1993-1998, para superar o desafios que se apresentam à administração das cidades brasileiras, derivam tanto do desequilíbrio macroeconômico que crises internas e externas têm provocado, quanto das políticas públicas implementadas para corrigi-los. Isso reduziu substancialmente a capacidade de investimento do Governo, em equipamentos públicos, especialmente nas esferas Federal e Estadual. Iniciativas de governos locais e das comunidades, bem como os benefícios do controle do processo inflacionário, contudo, vêm contribuindo para atenuar essas dificuldades.

¹⁰ Referem-se às áreas urbanas ocupadas, sem título de propriedade, com precariedade de infra-estrutura e serviços públicos, em desacordo com as leis e as normas urbanísticas e edículas (favelas, loteamentos clandestinos, baixadas (em Belém) vilas (no Nordeste), e outras formas.

¹¹ IPEA: *Estudo Gestão Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano* – Relatório Final, 1998

¹² Idem

IV. MORADIA

1. Prover a Segurança da Posse

1.1 A melhoria das condições de habitação, de infra-estrutura e de serviços públicos das áreas urbanas informais, a regularização de loteamentos populares e a segurança da posse da propriedade constituem um dos desafios mais importantes atualmente enfrentados pelo Poder Público.

1.2 A superação desses desafios tem sido, no entanto, dificultada, em parte, pela ineficácia dos instrumentos legais de uso e ocupação do solo e de acesso à terra, bem como por obstáculos de ordem administrativa dos órgãos reguladores responsáveis pelo desenvolvimento urbano. No entanto, há que se reconhecer que parte das populações que vive nas áreas urbanas informais¹³ vem se dirigindo aos centros urbanos em busca de novas oportunidades, serviços e equipamentos públicos.

1.3 O setor público municipal estadual e federal vem promovendo e participando de programas de urbanização e melhoria de áreas urbanas informais, os quais, em parte, consideram, a posse da terra como finalidade principal. Essas intervenções têm possibilitado a segurança da posse aos moradores, na medida em que permitem e até mesmo incentivam a melhoria da habitação posse no local.

1.4 No que diz respeito às ações de despejo de pessoas de seu local de moradia, sobretudo aquelas que estão em condições mais vulneráveis por não terem acesso a proteção judicial, o poder público tem sido tolerante no que se refere às ocupações ilegais realizadas por populações carentes, permitindo, em alguns casos, a permanência da população no local, a desapropriação das terras, ou a utilização de concessões de uso do solo urbano, entre outros instrumentos, respondendo inclusive aos movimentos populares de defesa da moradia. Não há, entretanto, registro de dados com cobertura nacional sobre a ocorrência de despejos.

1.5 Com relação à evolução do setor habitacional no período considerado, houve uma relativa melhora nas condições de moradia da população residente nas cidades brasileiras.¹⁴ A proporção de domicílios com propriedade¹⁵ cresceu de 65% para 68% e o número de domicílios ocupados por invasores¹⁶ permaneceu praticamente inalterado. Esses números traduzem alguns dos avanços obtidos pelas políticas habitacional e de regularização fundiária adotadas pelos diversos níveis do governo. Os indicadores para os domicílios chefiados por mulheres, apesar de terem melhorado no período, ainda são inferiores a aqueles chefiados por homens, pois apresentam menor percentual de domicílios com propriedade formal e maior proporção de alugados, cedidos e invadidos, revelando uma maior fragilidade desse segmento de população, no que respeita às condições de ocupação e posse da moradia.

1.6 Como o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) financiou apenas 26% das moradias produzidas no período 1994-1997¹⁷ e o percentual de casas ditas próprias já pagas é maior entre os pobres (71%) do que os não-pobres (68%¹⁸), é de se supor que a população pobre teve acesso à casa própria por meio da autoconstrução em áreas urbanas informais, sem assistência direta do setor público e sem a infra-estrutura necessária e a prestação de serviços públicos. Assim, boa parte do aumento do número de domicílios próprios pode ser explicado pela ilegalidade da ocupação especialmente nas áreas urbanas informais (favelas, cortiços,

¹³ Neste Relatório os números sobre áreas urbanas informais referem-se aos setores especiais de aglomerados subnormais, que correspondem, grosso modo, às favelas e assemelhados, conforme metodologia do IBGE (Censo 91), que define aglomerado subnormal como "um conjunto constituído por unidades habitacionais (barracos, casas...), ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou privada) dispostos em geral de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais". Os números sobre loteamentos irregulares, outra faceta importante da informalidade urbana no Brasil, não foram considerados neste Relatório porque os dados do IBGE não permitem a sua identificação.

¹⁴ IPEA/DIRUR a partir de microdados da PNAD/IBGE, 1993 e 1998;

¹⁵ Foram considerados próprios formais os domicílios próprios já pagos ou próprios ainda pagando, onde o entrevistado se declarava dono da construção e do terreno. Acredita-se que pelo fato da PNAD não indagar sobre a existência de título de propriedade ou escritura registrada em cartório e o receio de ser expulso por parte do entrevistado, podem levar a uma sobrestimação do número de domicílios formais. Para se ter uma medida mais acurada da qualidade de habitação, a informação sobre condições de ocupação da moradia deve ser qualificada com dados sobre o déficit habitacional, que levam em consideração a precariedade da habitação e a coabitação familiar.

¹⁶ Utilizou-se como estimativa do número de invasores, os domicílios próprios, cujos ocupantes não eram proprietários do terreno e outras condições de moradia, que não os próprios formais, alugados ou cedidos. *Dicionário da PNAD - IBGE*.

¹⁷ SEDU/PR, Grandes números e GT de Habitação

¹⁸ Neri et al.(2000). *Assets, Markets and Poverty in Brazil*.

loteamentos e condomínios clandestinos) revelada por diversas pesquisas qualitativas¹⁹. As famílias mais pobres continuam tomando iniciativas próprias para resolver o problema da moradia, em situações de informalidade, alcançando percentuais cada vez maiores. O percentual de habitantes nas áreas urbanas informais chega a alcançar até 50 % da população de importantes aglomerações urbanas metropolitanas do país²⁰.

1.7 Quanto aos indicadores de acesso à moradia no Brasil, embora se verifique uma relativa melhora, o percentual de moradias precárias²¹, localizadas em áreas urbanas informais, áreas de risco e de proteção ambiental ainda é elevado. Persiste também um acentuado déficit habitacional no país²², que incide principalmente sobre as camadas mais pobres da população brasileira. Para o conjunto das cidades brasileiras havia 1.336.675 domicílios particulares permanentes localizados em áreas de assentamentos subnormais (IBGE) em 1998, 79,8% dos quais se localizavam nas principais regiões metropolitanas do país. Recife e Belém são as RMs com maior percentual de domicílios localizados em favelas em termos relativos (26,2 e 22,1% dos domicílios), enquanto a maior contribuição para os domicílios favelados em termos absolutos advém das RMs do Rio de Janeiro (24,9%), São Paulo (17,0%) e Recife (15,5%)²³.

1.8 As áreas urbanas informais, especialmente as favelas e as ocupações de fundo de lote, revelam uma forte demanda reprimida por acesso a terra e à habitação nas grandes cidades. Nas terras onde a propriedade pertence ao do setor público, a implantação de programas habitacionais destinados a atender a essa demanda é facilitada, uma vez que o problema habitacional reside, principalmente, no acesso à terra. A situação das terras no Distrito Federal é peculiar no país, pois grande parte do estoque de terras pertence ao poder público. Isso favoreceu o acesso da terra e a segurança da posse a milhares de famílias, mediante programas habitacionais específicos de remoção de ocupações ilegais, desde a implantação da nova capital. Entretanto estes programas habitacionais, embora favoreçam o acesso à terra urbana, reproduzem, em geral situações de precariedade urbanística e exclusão territorial.

O Projeto Vila Bairro, na cidade de Teresina, Estado do Piauí compreende a implantação de infra-estrutura física, comunitária, educativa e de geração de renda em 155 vilas e favelas. Já foram regularizados aproximadamente 7 mil lotes, mediante a concessão de títulos de cessão de posse e uso ao beneficiários (famílias sem teto) que já residiam no local. Também foram regularizados 4.604 lotes para o assentamento de famílias provenientes de áreas de risco e/ou ocupação irregular.

O Projeto Favela Bairro, em implantação no Município do Rio de Janeiro, objetiva a urbanização de favelas, buscando integrar essas áreas à cidade. O projeto compreende a implantação de obras de melhorias no sistema viário, como elemento estruturador da intervenção, além de obras de infra-estrutura em saneamento, drenagem pluvial e recolhimento do lixo, implantação de áreas de lazer e esporte, equipamentos comunitários e algumas ações no plano social, abrangendo educação, geração de emprego e renda. Apesar de contemplar ações de regularização fundiária, o projeto não prioriza esse componente. O projeto foi implantado em mais de 70 comunidades.

2. Promover o Direito à Moradia Adequada

2.1 Do ponto de vista legal, vem se obtendo alguns avanços nos últimos anos. Em fevereiro de 2000, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 26, que incluiu o acesso à moradia como um direito social. Por ser uma iniciativa recente, os efeitos desse novo preceito constitucional ainda não podem ser avaliados. Na área de

¹⁹ Estudo "Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano" IPEA 1998.

²⁰ O dado refere-se às metrópoles de Belém, Recife e Salvador. Roteiro para a Elaboração do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Sub-normais - PEMAS/Habitar-Brasil/BH) e Estudo Gestão do Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano.

²¹ Sem acesso a serviços básicos essenciais ou construídas com materiais improvisados.

²² O número oficial para o Déficit Habitacional Quantitativo no Brasil é de 5,6 milhões de novas unidades, causado principalmente pela coabitação familiar (63%), e concentrando-se nas áreas urbanas (70,7%), na Região Nordeste (44,7%) e na população cujo rendimento familiar mensal é inferior a 5 salários mínimos (85%). Existe ainda um elevado déficit habitacional qualitativo ligado à ausência de serviços básicos essenciais como água, esgoto e eletricidade, à densidade excessiva e ao ônus excessivo com o aluguel. A exemplo do déficit habitacional quantitativo, o déficit qualitativo também incide preponderantemente sobre a população de baixa renda (BRASIL/SEPURB/Fundação João Pinheiro). Entretanto, existe uma grande controvérsia acerca do tamanho e da natureza do déficit habitacional no Brasil, que deve ser encarada com ressalvas.

²³ IPEA/DIRUR a partir de microdados da PNAD/IBGE 1993 e 1998.

desenvolvimento urbano e moradia, dois importantes Projetos de Lei, estão em final de tramitação no Congresso Nacional para aprovação: O Projeto de Lei nº 5788/90 - Estatuto da Cidade, que dispõe sobre os principais instrumentos de planejamento urbano e o Projeto de Lei nº 2710/92, de iniciativa popular, que cria o Fundo Nacional de Moradia Popular, FNMP e combina recursos orçamentários a fundo perdido para subsídios destinados exclusivamente à população de baixa renda com outras fontes (FGTS, SBPE, ICMS estadual, loterias e fundos de pensão).

2.2 Apesar do percentual de domicílios com saneamento básico adequado²⁴ ter subido de 55,3% em 1993 para 61,8% em 1998, este indicador mostra que ainda existem no Brasil cerca de 13 milhões de moradias urbanas domicílios com condições de saneamento precárias. Os maiores déficits de serviços de saneamento urbano estão concentrados nos domicílios com rendimento familiar de até ½ salário mínimo, onde 67,2 % dos domicílios com este patamar de renda encontram-se em condições de precariedade. Na região Nordeste a proporção de domicílios sem condições de saneamento básico adequado alcança 81,7%.²⁵

2.3 A participação do aluguel na renda domiciliar²⁶ dos domicílios alugados cresceu de 11% para 26% no período compreendido entre 1993 e 1998²⁷, o que evidencia um aumento substancial no ônus com aluguel no período recente. Um fator que pode contribuir para explicar a evolução desse indicador foi o aumento dos preços reais dos bens não-comercializáveis, como é o caso dos aluguéis, ocorrido após o advento do Plano Real de estabilização econômica.

2.4 Os municípios vêm contribuindo para aumentar a provisão de moradias para a população pobre mediante a execução de diversas modalidades de intervenção, tais como: melhorias habitacionais, mutirão, auto-construção, autogestão, cesta básica de materiais de construção, urbanização de favelas ou construção de novas unidades habitacionais. O acervo de experiências e boas práticas realizadas pelos governos locais, referentes à provisão de moradias, revela que as prefeituras municipais têm demonstrado boa capacidade de contribuir para o alcance dos objetivos da Agenda Habitat, principalmente por meio de parcerias com os atores sociais e, em particular, com as organizações comunitárias.

O Plano de Regularização de Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS - da cidade do Recife, implantado em 1987 e pioneiro no país²⁸, se fundamenta no fortalecimento dos direitos de cidadania, no cumprimento do princípio da função social da propriedade e na flexibilização dos modelos urbanísticos. A participação da população ocorre por intermédio do movimento popular - associações de bairro, assessoradas por ONGs - para definição de prioridades e alocação de recursos e se fundamenta no direito ao uso da terra urbana. O PREZEIS instituiu um novo modo de pensar o urbano, caracterizado pelo respeito à população pobre na forma de ocupação do espaço e nas características socio-culturais. A adoção de normas urbanísticas e padrões tecnológicos dos serviços públicos (saneamento e energia elétrica) diferenciados e normas específicas para a ocupação do solo constituem um avanço considerável no planejamento e gestão urbana.

3. Prover Igualdade de Acesso à Terra

3.1 Embora não existam instrumentos suficientes para assegurar a função social da propriedade, observa-se uma evolução no que diz respeito à igualdade de acesso de homens e mulheres à posse e à propriedade da terra. Os programas governamentais de regularização fundiária têm, inclusive, privilegiado a outorga do direito às mulheres mães de família por entender que elas asseguram a permanência e a continuidade do benefício no âmbito familiar.

3.2 O Art. 182 da Constituição Federal, que dispõe sobre a política urbana, assegura no parágrafo segundo, que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. Alguns dos dispositivos previstos no projeto de Lei nº.

²⁴ O IBGE classifica como possuindo saneamento básico adequado os domicílios com canalização interna de água proveniente de rede geral, rede coletora de esgotamento sanitário ou fossa séptica e lixo coletado (IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 1999)

²⁵ IBGE - Síntese de Indicadores Sociais: 1999.

²⁶ Aluguel mediano sobre rendimento domiciliar mediano dos domicílios alugados.

²⁷ IPEA/DIRUR com base em microdados da PNAD/IBGE 1993 e 1998.

²⁸ O PREZEIS foi implementado pela Lei No. 1.4947 de 1987. As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS foram criadas pela Lei Municipal n. 14511/83 de Uso e Ocupação do Solo do Recife

5788/90 - Estatuto da Cidade, quando aprovado, poderão contribuir para a aplicação desse princípio, como, por exemplo a concessão de uso especial para fins de moradia e a usucapião especial de imóvel urbano.

3.3 Uma dificuldade a ser superada no que respeita a proteção do direito à moradia é a predominância das decisões do Judiciário brasileiro que não reconhece a prevalência da legislação urbanística que disciplina os instrumentos jurídicos e urbanísticos para o cumprimento da função social da propriedade, tais como o reconhecimento do uso efetivo de áreas urbanas por comunidade carentes para fins de moradia sobre a legislação civil que disciplina o direito de propriedade individual. Também é verificada a utilização, de forma indevida, da legislação ambiental nos conflitos de posse e o uso da terra urbana. Essa posição do Judiciário tem resultado no não cumprimento do direito à moradia, por meio de decisões judiciais que resultam em despejos e remoções de famílias carentes.

3.4 Nos últimos anos, houve um relativo progresso na legislação referente à habitação de interesse social, representado pela Lei 9785/99, que alterou a Lei de Desapropriações, os Registros Públicos e a Lei de Parcelamento Solo Urbano, com vistas à simplificação, desburocratização e redução de custos. Dentre as medidas previstas na referida Lei merecem destaque a agilização do processo de expropriação, realizada pelo poder público, permitindo que a prefeitura promova no assentamento o registro do parcelamento, com a titulação da terra, por meio da cessão de posse aos beneficiários, com força de escritura pública, que é aceita, inclusive, como lastro de garantia a financiamentos do SFH. A Prefeitura pode adotar índices urbanísticos mínimos por meio de projeto de lei encaminhado ao poder legislativo. O incentivo à participação de empreendedores privados na produção de loteamentos de interesse social e a autorização da regularização de loteamentos já consolidados também são contemplados.

3.5 Para facilitar a execução de políticas e programas habitacionais é necessário que seja revisto o Código Civil, e que seja criado um arcabouço legal para a promoção da habitação. Há também a necessidade de maior sensibilização do Ministério Público, com relação a esse assunto. A operacionalização de programas habitacionais de interesse social é dificultada pelos conflitos existentes com a legislação ambiental cujos parâmetros são baseados no Código Florestal, que não inclui dispositivos sobre o desenvolvimento urbano.

3.6 As áreas urbanas informais, especialmente as favelas e as ocupações de fundo de lote, que caracterizam a sub-locação, revelam uma forte demanda reprimida por acesso a terra e à habitação nas grandes cidades. Nas terras urbanas onde a propriedade é do setor público a implantação de programas habitacionais destinados a atender a essa demanda é facilitada, uma vez que o problema habitacional reside, principalmente, no acesso à terra. A situação das terras no Distrito Federal é peculiar no país, uma vez que grande parte do estoque de terras pertence ao poder público. Isso favoreceu o acesso da terra e a segurança da posse a milhares de famílias, mediante programas habitacionais específicos de remoção de ocupações ilegais, desde a implantação da nova capital.

4. Promover Igualdade de Acesso ao Crédito

4.1 As fontes tradicionais de financiamento para habitação e infra-estrutura urbana têm sido os recursos onerosos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e os recursos a fundo perdido do Orçamento Geral da União (OGU), complementados por empréstimos externos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial, recursos próprios da Caixa Econômica Federal e contrapartidas dos estados e municípios.

4.2 Os programas do Governo Federal na área de habitação, implementados a partir de 1995, podem ser agrupados em três grandes grupos: (i) programas de financiamento aos governos municipais ou estaduais, em geral a fundo perdido ou subsidiados, destinados especialmente às populações com rendimentos familiares inferiores a três salários mínimos (HABITAR BRASIL ou Morar-Melhor; Habitar BID; e PRÓ-MORADIA); (ii) programas de financiamento direto às famílias, destinados à compra, construção e/ou melhoria das condições de habitação de famílias com renda mensal inferior a doze salários mínimos (Carta de Crédito Individual e Associativo e Programa de Apoio à Produção); e (iii) Programas e Ações voltadas para a melhoria do funcionamento do mercado habitacional.

4.3 A maior parte das linhas de crédito existentes para habitação no Brasil é, no entanto, lastreada em recursos onerosos, resultantes de contribuições sociais que exigem retorno das aplicações, já que se constituem em fundos patrimoniais de cada trabalhador (FGTS). Desta forma, as condições de financiamento habitacional

nem sempre são compatíveis com a capacidade de pagamento das populações de baixa renda, requerendo a concessão de subsídios de origem fiscal. Além disso, o contingenciamento do crédito ao setor público, aliado a falta de capacidade de pagamentos e endividamento de estados e municípios, comprometeu o desempenho de programas destinados à habitação, infra-estrutura e saneamento básico. Programas como o PRO-MORADIA estão paralisados, o que tem levado o governo a incentivar o crédito individual embora se saiba que este tipo de crédito dificilmente atende à população de menor renda (0 a 3 salários mínimos).

4.4 A igualdade de acesso ao crédito para as mulheres também avançou. Uma Portaria de março de 1998, do Ministério do Planejamento e Orçamento²⁹ estabelece que os agentes executores dos programas habitacionais implementados com recursos da União incluam, entre suas prioridades de seleção, o atendimento à mulher chefe de família. Determina também que os agentes executores adotem medidas que viabilizem a criação e disseminação de programas de capacitação de mão-de-obra feminina, que permitam a inserção da mulher no processo produtivo de unidades habitacionais, em especial nos sistemas de auto-construção e de mutirões.

4.5 São exemplos importantes de ações do Governo para a implementação da estratégia de aperfeiçoamento do mercado no setor habitacional, a instituição do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), a implementação do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), além de ações implementadas recentemente e que agem no sentido de diversificar as formas de acesso à moradia, tais como a locação social, nos moldes do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que propõe a produção ou recuperação de empreendimentos habitacionais, em áreas já urbanizadas e servidas por serviços básicos, possibilitando o acesso à moradia para as famílias de baixa renda, por meio de contrato de arrendamento, com direito a futura opção de compra.

4.6 Nos empréstimos e créditos com recursos do FGTS, houve progresso no período em análise, quando o Conselho Curador criou uma política de subsídios para as famílias com renda de até 5 salários mínimos, em tabela decrescente de benefício, em todos os tipos de financiamentos carta de crédito – FGTS. As taxas de juros cobradas pelos programas Carta de Crédito são substancialmente inferiores às taxas de mercado, de forma que o programa corresponde a um subsídio direto não desprezível. Outra característica desses programas é o atendimento à demanda espontânea por financiamento para habitação por parte dos agentes individuais na forma direta de crédito ao consumidor, o que representa uma importante mudança na estratégia do governo.

4.7 Os atuais programas governamentais voltados para o atendimento da população de baixa renda, a exemplo do PAR e Carta de Crédito, são insuficientes para o atendimento das reais necessidades de moradias do país, considerando-se o montante do déficit habitacional existente e a demanda por novas moradias.

4.8 O atual Sistema Financeiro da Habitação – SFH, que tem como tradicionais fontes de financiamentos os recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE e FGTS, precisa de medidas urgentes para o seu revigoramento, de forma a possibilitar o atendimento à demanda por crédito e ampliação do número de moradias em curto prazo. Atualmente apenas 52% dos recursos de poupança SBPE acumulados têm obrigatoriedade de aplicação no mercado imobiliário, por meio das operações do SFH. Todavia, descontados os créditos das instituições financeiras privadas junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, menos de 30% destes recursos são efetivamente aplicados no SFH.

4.9 Está em estudo, no âmbito do governo federal, um projeto de reestruturação do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, com vistas a identificar alternativas mais modernas e exequíveis de financiamento imobiliário e, conseqüentemente, incrementar a produção de habitações no país. Estima-se que, somente com a medida do direcionamento total dos recursos da poupança SBPE, o segmento da habitação poderá receber uma injeção de recursos correspondentes ao dobro do atual num prazo de 2 anos.

4.10 A redução nos recursos destinados à ampliação da oferta e à melhoria das moradias ocupadas pela população de baixa renda advém do contingenciamento de crédito ao setor público, aliado à pulverização e ingerência política nos recursos do OGU e dos empréstimos externos, bem como a falta de capacidade de pagamento e endividamento dos agentes governamentais, municipais e estaduais, e das famílias de baixa renda, que dificultaram o seu acesso aos recursos onerosos do FGTS. Acrescido a estes fatores também influíram a Lei de Responsabilidade Fiscal, e as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) que estabeleceram

²⁹ Atual Ministério do Orçamento e Gestão - PORTARIA No 11, de 6 de março de 1998.

limites financeiros e administrativos para o endividamento do setor público e para o risco de crédito dos agentes operadores e financeiros.

4.11 Entre os grandes desafios a serem enfrentados pelo poder público e pela sociedade brasileira para alcançar o objetivo de ampliar a oferta de moradias e melhorar as condições de habitabilidade da população destacam-se a melhoria dos mecanismos de controle social dos investimentos, a compatibilização da política de ajuste macroeconômico com os objetivos sociais, o estabelecimento de um conjunto de indicadores que permitam o monitoramento adequado dos resultados dos programas, a adaptação da legislação urbanística, as formas de financiamento da moradia e as tecnologias construtivas às reais necessidades da população alvo e a promoção de políticas de desenvolvimento urbano mais integradas e mais bem focalizadas.

4.12 No período 1995 a março de 2000 foram beneficiadas 1.443.169 famílias e gerados cerca de 597.525 novos empregos³⁰ com programas habitacionais. A principal fonte de financiamento dos programas foi o FGTS, responsável por cerca de 90,51% dos recursos, enquanto o OGU respondeu pelos 9,49% restantes. O principal programa da SEPURB/SEDU em termos de participação no investimento total foi o Carta de Crédito Individual (60,48%) seguido do Carta de Crédito Associativo (19,06%). Os principais programas destinados a agentes do poder público, com foco na população de mais baixa renda, como o Habitar Brasil e o PRÓ-MORADIA foram responsáveis por apenas 9,49% e 9,23% dos recursos totais investidos, demonstrando que os investimentos em habitação não têm privilegiado a população de baixa renda.

4.13 Os investimentos em programas habitacionais federais para população de baixa renda, estão fortemente concentrados na região Sudeste (56,20 %), seguida do Nordeste (17,12%) e do Sul (16,13%), enquanto que o Norte e o Centro-Oeste foram contemplados com apenas 3% e 6% do montante investido, respectivamente. Ao compararmos os investimentos para as grandes regiões verificamos uma relação inversamente proporcional entre a concentração dos investimentos e a participação no déficit habitacional, uma vez que a maior parte do déficit habitacional e da pobreza brasileira concentra-se na região Nordeste, que recebeu apenas 17% dos investimentos em habitação do período.

5. Promover Acesso a Serviços Básicos

5.1 Os indicadores de cobertura dos serviços urbanos demonstram que houve melhora no período, apesar de uma parcela significativa dos domicílios urbanos brasileiros em 1998 (38,2%) ainda não dispor de saneamento básico adequado. No período 1993-98 houve aumento no acesso à água potável³¹ e às conexões domiciliares dos serviços de água³², esgoto³³, eletricidade e telefonia, nas áreas urbanas, embora os índices de cobertura ainda sejam menores nas áreas urbanas informais³⁴. Os maiores déficits de conexões aos serviços urbanos correspondem à rede de telefonia fixa e esgotamento sanitário, que atendem apenas 37,9% e 63, 5% do total de domicílios, respectivamente. Os índices de tratamento de efluentes, embora tenham apresentado crescimento significativo, são ainda muito baixos e concentram-se nas principais cidades do país. A cobertura de eletrificação é de 99,1% e a de água canalizada no domicílio é de 92,8%³⁵. Entretanto, os dados disponíveis não permitem informar acerca da qualidade da água, nem da regularidade e continuidade dos serviços, que são deficientes em muitos locais, notadamente nas favelas e na periferia das grandes cidades, sendo comuns o racionamento e as interrupções no abastecimento nos períodos de seca.

5.2 No âmbito do Governo Federal, a Política Nacional de Saneamento implementada pelo entre 1995 e 1999 apresenta dois tipos de programas: (i) programas de financiamento destinados aos municípios ou estados visando à ampliação da oferta dos serviços de saneamento, com foco especial nos segmentos de baixa renda. Destacam-se o PRO-SANEAMENTO, com recursos do FGTS, o Programa de Ação Social em Saneamento – PASS e o Morar-Melhor, com recursos da União; (ii) programas voltados para a reestruturação do setor saneamento, tais como o Programa de Modernização do Setor Saneamento - PMSS, Programa de

³⁰ SEPURB/SEDU, 2000.

³¹ Considerou-se como acesso à água a presença de água canalizada no domicílio ou água canalizada para a propriedade, proveniente de rede geral ou poço ou nascente.

³² Água canalizada em pelo menos um dos cômodos do domicílio, proveniente de rede geral ou outras fontes.

³³ Foram considerados conectados a esgotamento sanitário os domicílios servidos por rede geral de esgotos ou fossa séptica ligada à rede geral.

³⁴ Referem-se aos domicílios situados em áreas especiais de aglomerados subnormais (favelas e assemelhados) conforme definição do IBGE.

³⁵ IPEA/DIRUR a partir dos microdados da PNAID/IBGE 1993 e 1998.

Qualidade da Água – PQA, Programa Nacional de Controle do Desperdício da Água e o Programa de Apoio à Gestão de Resíduos Sólidos - PROGEST.

5.3 Os recursos a fundo perdido oriundos dos Orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios destinados à área de saneamento e infra-estrutura básica são escassos frente à necessidade de investimentos na ampliação dos serviços à população de baixa renda. Além disso, desde julho de 1998 os recursos foram contingenciados no âmbito do programa de ajuste fiscal, para cumprir metas de redução do déficit público, mesmo em se tratando de investimentos essenciais. Devido a esse contingenciamento, não houve nenhuma contratação com recursos do FGTS para estas áreas desde 1999.

5.4 Ao se considerar que cada real gasto em saneamento provoca uma economia ainda maior com despesas em saúde da população, a falta de investimentos nestas áreas torna a situação preocupante. Gastos em saneamento e infra-estrutura básica são, na verdade, investimentos com consideráveis retornos sociais e econômicos, capazes de gerar impactos positivos sobre o nível de emprego e renda e sobre as condições de vida da população.

5.5 Com relação à infra-estrutura do transporte urbano, o governo local é o principal financiador dos investimentos com recursos orçamentários próprios. No entanto, algumas cidades recebem transferência do Orçamento Geral da União – OGU, cujo total, aplicado pelo Ministério dos Transportes no período 1995/98, estiveram voltados para conclusão de obras inacabadas de trens urbanos, com vistas à estadualização dos sistemas de trens urbanos. Esse investimento representou cerca de 40% do total investido pelo Governo Federal no transporte urbano para o período. Os recursos do OGU, a fundo perdido, gerados por emendas parlamentares no Congresso Nacional, são geridos pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU/PR, para as áreas de baixa renda (de acordo com as prioridades do Programa Comunidade Solidária).

5.6 Outra fonte de financiamento do transporte urbano é a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, que liberou no período, cerca de 950 milhões de reais, para financiamento de ampliação e renovação da frota e outros equipamentos para operação do transporte urbano.

5.7 Com relação aos serviços de coleta direta e indireta de lixo, o déficit declinou consideravelmente nas áreas urbanas, correspondendo a 7,6% dos domicílios urbanos em 1998, o que representa 2,6 milhões de domicílios ainda não atendidos por esse tipo de serviços³⁶. No Brasil, apenas 29% do lixo coletado tem destino final adequado. A insuficiência do tratamento dos resíduos sanitários sólidos e líquidos constitui um dos maiores problemas ambientais urbanos do país. Embora se observe que o mencionado déficit está mais concentrado em cidades pequenas, e algumas de médio porte, existe, também, uma variação na cobertura da coleta, em função do nível de renda: quanto menor o nível de renda, menor a cobertura. São coletados no país 44,7% de lixo produzido pelas classes de rendimento menor que 2 salários mínimos e 95,3% das famílias com rendimentos superiores a 10 salários mínimos³⁷.

5.8 No que diz respeito ao financiamento das ações no tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, as ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Gestão de Resíduos Sólidos - PROGEST³⁸, representam um referencial para alguns programas de investimento, como é o caso do Programa de Ação Social em Saneamento - PASS³⁹, por meio do qual estão sendo financiadas a implantação de sistemas de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos. Nesta modalidade, do total de recursos investidos no período 1996/1998, aproximadamente R\$ 72,2 milhões, foram aplicados em destinação final – aterros sanitários e usinas de reciclagem – em todas as unidades da federação, beneficiando cerca de 145 mil famílias. O programa PRO SANEAMENTO, com recursos do FGTS, financia, entre suas modalidades, o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos. Nos anos 1997 e 1998 foram realizados 29 contratos, que beneficiaram 41 mil famílias, gerando cerca de 9 mil empregos. Os resíduos sólidos são também contemplados no programa PROSANEAR, que promove ações integradas (água, esgotos, drenagem e também a coleta de resíduos sólidos) de saneamento em áreas urbanas ocupadas por populações de baixa renda⁴⁰.

³⁶ IBGE- Síntese dos Indicadores Sociais – 1999

³⁷ BRASIL/PR/SEDU (1999) Habitação: Estado das Artes.

³⁸ Idem

³⁹ Idem

⁴⁰ Idem

5.9 Ainda referente aos resíduos sólidos, a ausência de legislação que oriente e regule a prestação desses serviços, a pouca capacitação gerencial dos técnicos municipais para exercerem o controle sobre os mesmos, e as limitações de ordem financeira, são sérios impeditivos à melhoria da sua qualidade. A destinação final é o grande problema enfrentado pelos prestadores de serviços de limpeza urbana. Nas aglomerações urbanas a falta de áreas disponíveis exige soluções consorciadas entre municípios.⁴¹ Mesmo sem considerar o porte do município ou renda da população, os problemas mais comuns são a falta de capacidade gerencial e a pouca capacitação técnica para desenvolver o serviço ou até mesmo para fiscalizá-lo.

5.10 As iniciativas de coleta seletiva ainda são incipientes, pois, apenas 2,32% dos municípios operam programas de coleta seletiva⁴². Entretanto, houve um avanço nessa área, se compararmos com o ano de 1989⁴³, quando menos de 1% dos municípios brasileiros apresentavam algum programa de reciclagem de lixo ou incineravam o lixo coletado.

5.11 Devido ao processo de descentralização administrativa, os municípios brasileiros tem constituído consórcios intermunicipais, como uma forma de melhorar a gestão e somar esforços para a prestação de serviços públicos urbanos à população. Apesar de o sistema de consórcios municipais ainda ser pouco utilizado, no ano de 1999, 3% dos municípios brasileiros estavam consorciados para prover serviços de limpeza e coleta de lixo, 3% para o abastecimento de água, 1% para esgotamento sanitário e 1% para habitação. Geralmente os consórcios destinados à prestação de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e limpeza urbana e coleta de lixo são constituídos por municípios com população acima de 500 mil habitantes⁴⁴.

5.12 Um dos grandes desafios enfrentados, no que respeita ao saneamento ambiental é resolver o problema da população que sobrevive da coleta de lixo. Estima-se que mais de 50 mil crianças estão nessa situação.⁴⁵ A prática de reciclagem de lixo verificada no Brasil está relacionada, na maioria das vezes, à pobreza urbana. Existem boas experiências de reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos realizadas pelos municípios em parceria com empresas privadas e com as organizações comunitárias. Tais iniciativas, além de reduzir os impactos ambientais e urbanos negativos, vem contribuindo para melhorar as condições de vida dessa população.

As atividades desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, que é um dos parceiros do projeto de fortalecimento da associação de catadores de papel - ASMARE, são exemplos de boa prática de reutilização do lixo urbano, inclusão social de moradores de rua e redução dos custos dos serviços municipais de coleta de lixo.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, no Estado do Paraná, vem estimulando as comunidades pobres a coletarem o lixo em seus locais de moradia trocando o produto da coleta por leite. Esta experiência apresenta uma forma inteligente e saudável de reduzir os custos da coleta pública e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de higiene e saúde da população pobre.

Em Salvador, no estado da Bahia, o projeto Entulho Bom, vem minimizando os impactos sócio-ambientais dos descartes inadequados de resíduos, além de realizar a preservação de recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida. Os resultados dessa iniciativa foram observados na melhoria do sistema de coleta de resíduos sólidos, geração de emprego e renda nas usinas de reciclagem e centrais de produção de materiais, além da formação de cooperativas de catadores.

5.13 Um dos limitadores à universalização dos serviços de saneamento básico está vinculado à discussão em torno dos atuais modelos de prestação e financiamento dos serviços, cuja grande maioria é eminentemente público. Embora não existam avaliações sistemáticas, verificou-se que alguns municípios e estados buscaram superar estas dificuldades por meio de parcerias com o setor privado. Mesmo nesses casos,

⁴¹ Revista BLO - abril/junho - 1998

⁴² Boletim CEMPRE - nº 43 - Janeiro e Fevereiro 1999

⁴³ Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - 1999

⁴⁴ IBGE - Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

⁴⁵ Relatório Síntese da Conferência Nacional de Saneamento, realizada pela Subcomissão de Saneamento da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados em 20, 21 e 22 de outubro de 1999.

tem havido disputas e questionamentos legais, frutos de processos de delegação ou de marcos regulatórios insuficientes, que têm dificultado a realização dos investimentos previstos.

5.14 No que respeita aos serviços de saneamento, alguns municípios vêm obtendo êxito na gestão e prestação direta desses serviços e no controle social, enquanto outros tentaram retomar as concessões das empresas estaduais, para prestar o serviço diretamente ou para repassá-la a empresas privadas. Contudo, muitas dessas experiências de privatização não foram bem sucedidas, apresentando aumento de tarifas e queda na qualidade do serviço.

5.15 De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, do Programa Nacional de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS em 1998 havia aproximadamente 173 prestadores de serviços no setor de saneamento, com o seguinte perfil: 27 serviços de abrangência regional (26 Cias estaduais e uma autarquia); 3 serviços microrregionais e 143 serviços locais.

5.16 A União vem desenvolvendo esforços para estabelecer um novo marco regulatório para o setor de saneamento no Brasil, buscando desenhar novos modelos de gestão dos serviços que inclui a entrada de novos agentes operadores, o incentivo a novos modelos de financiamento e a focalização dos recursos fiscais no atendimento aos mais pobres. Com esse objetivo, foi elaborada proposta de lei nacional das diretrizes para o saneamento básico, que, ao buscar a universalização dos serviços, estabelece regras que devem ser observadas por titulares e prestadores dos serviços, incluindo conteúdo mínimo para o marco regulatório, que deve ser aplicado a todos os prestadores dos serviços. Merece destaque a determinação de que, onde houver a delegação dos serviços, seja priorizada a sua universalização, sendo o critério para definição de licitante vencedor a antecipação das metas de expansão nos primeiros dez anos da concessão. Essa regulação está sendo motivo de debates na sociedade e no Congresso Nacional.

5.17 Nos últimos anos, tem havido um amplo debate no setor saneamento e na sociedade acerca da participação da iniciativa privada na prestação dos serviços de água e esgotos. As principais formas de participação privada na gestão dos serviços são as concessões plenas e as concessões parciais. Além delas, há a participação acionária em empresas estatais e outras menos significativas, tais como permissões, contratos de gestão, terceirização e outras. O debate, no entanto, não se esgotou e persistem ainda opiniões diversas sobre a gestão dos serviços de saneamento no Brasil.

5.18 Esse debate vem mobilizando a sociedade como um todo e as diferentes esferas de governo acerca da universalização dos serviços. Há, no entanto, divergências quanto ao modelo a ser implementado. Por um lado, o governo federal defende que o titular dos serviços de saneamento seja o município, nos casos de interesse local, o Distrito Federal e os Estados nas áreas com serviços de interesse comum. Por outro lado entidades que representam os trabalhadores, os usuários, as empresas municipais de saneamento, os executivos municipais, dentre outros, defendem, sobretudo, a gestão pública com controle social, com a manutenção da titularidade com os Municípios, e apontando o caminho da gestão compartilhada como forma de resolver questões que dizem respeito a mais de um município.

5.19 Atualmente esse debate está sendo realizado com mais intensidade no Congresso Nacional, onde tramitam onze projetos de lei com proposições sobre saneamento, suas diretrizes e normas. O foco do debate está sendo o Projeto de Lei Nº 4147/01, de iniciativa do poder executivo, que "*institui diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências*".

5.20 Em virtude do contingenciamento do crédito ao setor público, da falta de capacidade de pagamento e endividamento, os estados, municípios, empresas públicas e pessoas de baixa renda, têm tido dificuldade de acesso aos recursos onerosos do FGTS. Isto tem provocado o deslocamento desses recursos para programas de empréstimos ao setor privado e apoio à privatização dos serviços de saneamento, o que poderá beneficiar a população de maior poder aquisitivo, em detrimento da população pobre, prejudicando as metas de universalização do acesso à moradia, uma vez que o déficit habitacional está concentrado na faixa de renda de até 5 salários mínimos. Como os recursos do FGTS têm sido a principal fonte para os investimentos em habitação e serviços urbanos e incorporam um subsídio não desprezível na taxa de juros e os recursos do OGU além de estarem contingenciados são responsáveis apenas por uma pequena parcela dos investimentos.

V. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

6. Prover iguais oportunidades para uma vida sadia e segura

6.1 Este compromisso se refere à promoção de iguais oportunidades para uma vida saudável, segura e produtiva a todas as pessoas, em particular, aqueles pertencentes aos grupos vulneráveis. O modelo de desenvolvimento brasileiro vem sendo historicamente caracterizado pela exclusão social de parcelas da sociedade, causado principalmente pela distribuição injusta da renda onde apenas uma parte da população tem acesso ao maior volume da riqueza produzida, incluindo moradia adequada, infra-estrutura e serviços urbanos, bem como educação e saúde. Nas últimas décadas, o processo de exclusão social no Brasil vem sendo acompanhado por taxas de urbanização crescentes, com a segregação espacial da população de baixa renda em áreas urbanas informais localizadas nas áreas centrais das cidades e nas periferias das aglomerações urbanas do país.

6.2 O número absoluto de pobres⁴⁶ no Brasil em 1993 era de 62,6 milhões, equivalente a 44,1% da população. Em 1998 caiu para 51,3 milhões de pessoas, correspondendo a uma proporção equivalente a 33% do total da população brasileira. Para o conjunto das regiões metropolitanas brasileiras "clássicas", utilizadas pelo IBGE⁴⁷ a proporção de pessoas pobres era superior à proporção de pobres para o Brasil como um todo e as demais áreas urbanas. Em termos absolutos a pobreza está concentrada nas áreas urbanas do país (76%)⁴⁸.

6.3 Os pobres brasileiros habitam principalmente as regiões Nordeste (44%) e Sudeste (35%), respectivamente. A pobreza no Sudeste assume um caráter marcadamente metropolitano, principalmente nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro que juntas abrigam 16% dos pobres brasileiros.

6.4 A pobreza se manifesta de diferentes formas e há também diferentes formas de percebê-la, havendo, portanto, diferentes propostas para a sua erradicação. Apenas programas compensatórios, localizados e pontuais não serão suficientes para erradicar a pobreza no Brasil e o combate à pobreza depende também da política macroeconômica implementada pelo governo federal. Apesar do enorme esforço de investimento em políticas sociais empreendido pelo Governo Federal, verifica-se, na maioria das vezes, uma subordinação das políticas sociais à política macroeconômica do Governo, comprometendo o alcance das metas sociais. A erradicação da pobreza no Brasil depende da adoção simultânea de políticas setoriais focalizadas nos grupos mais vulneráveis e em uma política de desenvolvimento social, abrangente e de largo alcance, amparada numa política macroeconômica que priorize a redução das desigualdades sociais e o combate à pobreza.

6.5 A estabilização econômica promovida pelo Plano Real promoveu a redução dos níveis de pobreza e indigência no Brasil, embora o número absoluto de pobres no país e a concentração de renda ainda sejam elevados. O desafio maior de nossa sociedade é, portanto, reduzir a pobreza e a desigualdade no país. A estratégia de ação futura deve concentrar-se no combate à pobreza e à indigência, na promoção do desenvolvimento econômico, na universalização de políticas sociais participativas, e na implementação de mecanismos de distribuição de renda e de correção das desigualdades econômicas, sociais, regionais e raciais, pondo fim à discriminação econômica, racial e de gênero.

6.6 Embora persistam as desigualdades no país, a maioria dos indicadores sociais melhoraram nos últimos anos. Foram verificados avanços, levando-se em conta o período relativamente curto de menos de uma década. Na área da saúde a mortalidade infantil brasileira declinou de 42,5 em 1993 para 35 mortes por 1.000 nascidos vivos, aproximando-se da meta de 33 por 1000, estipulada pela ONU para o ano 2000.⁴⁹ No mesmo período ocorreu ainda um aumento da esperança de vida ao nascer. A população brasileira chegou ao final do século 20 vivendo mais e em melhores condições. Na década de noventa a expectativa de vida aumentou cerca de 2 anos, passando de 66,2 anos em 1993⁵⁰ para 68,1 anos em 1998⁵¹, sendo maior entre as mulheres. O

⁴⁶ As linhas de pobreza foram estabelecidas pela metodologia desenvolvida pelo IPEA/DISOC (Sônia Rocha), com base no consumo observado em população de baixa renda, de acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), do IBGE e corrigidas por Índices Locais de Preços ao Consumidor. Foram consideradas pobres as pessoas ou as domicílios cuja renda familiar *per capita* fosse inferior à linha de pobreza.

⁴⁷ Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal.

⁴⁸ IPEA/DISOC - Tabelações especiais de Sônia Rocha com base na PNAI/IBGE: 1993 e 1998.

⁴⁹ IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais, 1999.

⁵⁰ IBGE - Anuário Estatístico de 1997.

⁵¹ IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais, 1999.

número de domicílios com saneamento básico adequado aumentou de 55,3% para 61,8% do total do estoque de domicílios. A renda média mensal experimentou um crescimento de quase 30%⁵².

6.7 O país passou por profundas transformações no perfil da morbidade e mortalidade, onde a queda dos níveis dessa última foi acompanhada de uma maior complexidade e diversidade nas suas causas. A mortalidade provocada por enfermidades infecciosas, parasitárias e por problemas decorrentes da saúde reprodutiva da mulher, fatores determinantes para explicar a mortalidade infantil, teve sua participação reduzida, apesar da sua importância para explicar o perfil epidemiológico das regiões Norte e Nordeste. O padrão de mortalidade por idade e sexo no Brasil apresentou uma elevação da mortalidade por causas externas (homicídios, acidentes de trânsito, etc.), principalmente entre a população jovem e masculina. Entre 1993 e 1998 a taxa de mortalidade infantil de crianças com idade inferior a 1 ano caiu de 42,5 para 36 óbitos por mil nascimentos, apesar de ainda persistirem profundas desigualdades regionais. Para a Região Nordeste a taxa de mortalidade infantil é de 58 óbitos por mil nascidos vivos, ao passo que no Sudeste, Centro-Oeste e Sul este valor é de 24,8, 25,1 e 22,4 óbitos por mil nascimentos, respectivamente. No Nordeste ainda existem muitos municípios com mortalidade infantil superior a 60 óbitos por mil, e em alguns municípios essa taxa supera 100 óbitos por mil nascimentos. A persistência localizada de elevadas taxas de mortalidade deve-se ao acesso desigual da população a serviços de saneamento básico, à desigualdade da distribuição de rendimentos e à precariedade dos serviços de atendimento pré-natal, que caracterizam parcela importante dos municípios brasileiros.

6.8 Entre 1993 e 1998 a taxa de analfabetismo⁵³ entre as pessoas de quinze anos ou mais, baixou de 16,4% para 13,8% e a média de anos de estudo cresceu de 5,8 para 6,5 anos. Com relação ao acesso à escola, o país vem promovendo com sucesso a democratização do ensino. Em 1998, o Brasil ultrapassou a marca de 94,7 % das crianças de 7 a 14 anos na escola. É importante destacar que o progresso foi percentualmente maior para a camada mais pobre da população: Em 1992, apenas 74,4% dos filhos desses brasileiros estavam na escola. Em 1998 esse percentual saltou para 90,3%⁵⁴.

O Governo do Estado do Amapá tem obtido resultados significativos ao enfrentar os problemas de segurança pública. Desde novembro de 1996, foram capacitados pelo Centro de Formação e Desenvolvimento de Recursos Humanos - CEFORH, 842 agentes de segurança. O objetivo principal desta iniciativa é humanizar as ações policiais, com base em uma nova concepção de policiamento, que busca a formação de uma polícia cidadã. A polícia interativa busca uma maior integração com a comunidade, com o objetivo de construir coletivamente as soluções para o problema da criminalidade em bairros específicos da capital do Estado, Macapá. Com a implantação da Companhia de Polícia Interativa - cuja gestão está a cargo do Conselho Interativo de Segurança, uma ONG criada especialmente para esta função. Em alguns bairros de Macapá o número de ocorrências policiais baixou em mais de 50% em seis meses. O CEFORH oferece cursos de formação que abordam de maneira interdisciplinar conteúdos voltados para a garantia dos direitos humanos e o exercício da cidadania. A integração com a comunidade ocorre também dentro das escolas públicas, mediante cursos de esclarecimento, promovidos pela Companhia de Polícia Interativa, onde são abordadas questões referentes ao uso de drogas e a disseminação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Programa conta com diversas parcerias de instituições públicas e privadas, entre outras: do Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos (a qual financia 50% dos custos do Programa), a Anistia Internacional, a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Federal do Amapá e o Centro de Formação do Projeto Axé. A Anistia Internacional reconheceu esta política de segurança pública do Amapá como referencial do que pode e deve ser replicado em outras unidades da federação e até mesmo em outros países. Esta prática classificou-se entre as 10 melhores experiências premiadas no ano de 2000 pelo Prêmio Global de Excelência de Melhores Práticas, oferecido pelo Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - Habitat em parceria com a Municipalidade de Dubai.

⁵² IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais, 1999.

⁵³ Considerou-se como analfabeto a pessoa incapaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

⁵⁴ IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais, 1999.

6.9 Um grave problema nos últimos anos tem sido o declínio das condições de segurança pública, especialmente nos grandes centros urbanos, onde o crime organizado se fortaleceu, em decorrência das adversidades sócio-econômicas atravessadas pelo país, acopladas à deficiência do aparato de segurança e justiça pública. Observou-se um aumento dos homicídios, de 21,2 por cem mil habitantes em 1994, para 25,8 em 1998⁵⁵.

6.10 Durante a década de 90 aumentou a porcentagem de mortes violentas no total de óbitos registrados entre jovens de 15 a 19 anos. Em 1993, homicídios, suicídios e acidentes de trânsito já eram as principais causas das mortes desse grupo etário e representavam 63% dos casos. Em 1998, essas ocorrências continuaram sendo a principal causa, só que com uma incidência maior, de 68%. A Região Sudeste apresentou a maior taxa de mortes por violência entre jovens, com 73%⁵⁶.

6.11 No Brasil não existem estatísticas de âmbito nacional sobre violência urbana, as bases de dados são escassas e pouco confiáveis, existindo uma tendência ao sub-registro das ocorrências. A segurança pública tem buscado melhorar a situação mediante as seguintes ações: (i) operações conjuntas entre as polícias civis e militar e o corpo de bombeiros, visando coibir as ocorrências de crimes nas áreas de maior incidência e propiciar maior segurança à população; (ii) implantação de novas Delegacias da Mulher; (iii) implantação do Plano Nacional de Segurança Pública; (iv) proibição do porte de armas em nível estadual e federal; (v) trabalho desenvolvido pelo GAJOP - Grupo de Apoio a Testemunha de crimes praticados por terceiros e pelas próprias polícias em nível estadual e federal, dentre outras medidas.

7. Promover a Integração Social e Apoiar os Grupos Carentes

7.1 Quanto à insuficiência de renda, os indicadores de pobreza mostram uma diminuição na proporção de domicílios pobres⁵⁷ nas áreas urbanas brasileiras, passando de 19% em 1993 para 11% em 1998. Para o conjunto das áreas urbanas do país, a proporção de domicílios pobres chefiados por mulheres em 98 (14%) é inferior a 93 (19%), sendo, entretanto, superior à do total de domicílios pobres em 98 (11%), o que demonstra piores condições de vida das mulheres sem cônjuge e com filhos⁵⁸.

7.2 A proporção de pessoas indigentes⁵⁹ no Brasil, caiu de mais de 12,0% para menos de 7% em 5 anos, retirando da miséria mais de 2 milhões de pessoas, cujo rendimento anterior não era suficiente para garantir a quantidade mínima de alimentos com as calorias recomendadas pela FAO⁶⁰.

7.3 Apesar de o número absoluto de pobres ter apresentado, no período de 1993 a 1998, uma redução de mais de 11,3 milhões, ou seja, de 66,6 milhões para 51,3 milhões de pessoas, o perfil da pobreza no Brasil encobre trajetórias locais diversas ao longo do tempo, com melhorias na Região Centro Oeste, redução sustentada da pobreza absoluta nas zonas rurais, e piora relativa nas metrópoles, especialmente São Paulo, que sofre forte impacto dos ajustamentos do sistema produtivo e do mercado de trabalho⁶¹.

7.4 Dentre os programas, projetos e iniciativas governamentais que objetivam contribuir para o combate à pobreza, destacam-se o Programa Comunidade Ativa, o Projeto Alvorada, e o programa CAIXA Município, que se baseiam em ações diferenciadas e integradas, com a participação das comunidades e dos governos locais. O Programa Comunidade Ativa é uma estratégia de combate à pobreza e de promoção do desenvolvimento no país, dando continuidade à política social desenvolvida pelo Comunidade Solidária. O Programa incentiva o desenvolvimento local, integrado e sustentável como alternativa para reduzir os problemas sociais e econômicos das localidades mais pobres, mediante a participação da comunidade e o abandono das práticas assistencialistas. A partir de uma ampla mobilização popular, os municípios identificam suas vocações e necessidades e elaboram uma lista de prioridades. As ações são executadas em conjunto pelo

⁵⁵ SENASP/MJ

⁵⁶ IBGE - Síntese dos Indicadores Sociais 1999

⁵⁷ Foram consideradas pobres os domicílios cuja renda domiciliar *per capita* fosse inferior à linha de pobreza, calculada com base na POF e corrigida por preços locais (IPEA/DISOC - Sônia Rocha).

⁵⁸ Tabulações especiais do IPEA/Sônia Rocha a partir de microdados da PNAD, 1993 e 1998

⁵⁹ As linhas de indigência foram estabelecidas com base numa cesta de básica de alimentos que corresponde ao nível mínimo de calorias recomendada pela FAO (IPEA/DISOC - Sônia Rocha). São considerados indigentes os indivíduos cujo consumo de calorias diário não atinge aquele nível mínimo de calorias correspondente à linha de indigência.

⁶⁰ IPEA/DISOC - tabulações especiais de Sônia Rocha, com base na PNAD/IBGE, 1993 e 1998.

⁶¹ Rocha, S. "Pobreza e Desigualdade no Brasil: O Esgotamento dos Efeitos Distributivos do Plano Real". Texto para Discussão Interna N. 721, IPEA, abril de 2000.

governo federal, governos estaduais, prefeituras, iniciativa privada e entidades não governamentais. O Programa prevê ainda o estímulo ao empreendedorismo, o surgimento de novas oportunidades de negócios, e capacitação em Desenvolvimento Local Integrado.

Na esfera municipal, existem boas práticas voltadas para o atendimento dos grupos mais vulneráveis da população e para a redução da exclusão social. Destacam-se o projeto Aldeia Urbana, que trata do atendimento de um grupo de 110 famílias indígenas que, desalojadas, viviam na periferia da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul em situação precária; e o projeto de Habitação para a Comunidade Remanescente de Quilombo em Itaóca, São Paulo destinado ao atendimento de uma comunidade negra que habita o Bairro Cogume, composta por descendentes de escravos de um quilombo do século XVIII e que se manteve por muito tempo em isolamento sócio-cultural, preservando suas raízes, costumes e religiosidade.

O projeto Aldeia Urbana contemplou a regularização fundiária, a infra-estrutura (abastecimento de água, energia elétrica, calçamento), a construção de 110 unidades habitacionais com características que lembram a arquitetura indígena original, equipamentos comunitários como escola, com ensino em português e no idioma nativo - Terena, e memorial da cultura indígena para comercialização do artesanato local e das aldeias próximas.

No projeto Habitação para a Comunidade Remanescente de Quilombo os resultados da construção de moradias com infra-estrutura, a viabilização de agricultura de subsistência, a integração da comunidade ao bairro e ao município e as parcerias desencadearam outros resultados, tais como a redução da desnutrição infantil, de 90% em 1997 para 35% em 1999, redução do índice de mortalidade infantil, de 80 óbitos para cada mil nascidos vivos em 1997 para 16 em 1999, erradicação da evasão escolar, alfabetização de adultos e inserção da comunidade nas atividades esportivas e sociais da cidade.

Destacam-se também os programas de ação social dirigidos para os moradores de rua, particularmente mulheres e crianças: programas de promoção e educação para a cidadania; programa de bolsa-escola, encorajando a família a manter a criança na escola; ações de desenvolvimento comunitário (tais como agentes comunitários de saúde, grã comunitário, autogestão da moradia e de equipamentos comunitários, entre outros); campanhas de combate à fome, programas de doação de cestas básicas e restaurante popular, entre tantos outros.

8. Promover Igualdade de Gênero no Desenvolvimento dos Assentamentos Humanos

8.1 A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais é maior entre as mulheres (10,7%) do que entre os homens (9,2%), sendo de 10% para a população como um todo, com taxas mais elevadas nas regiões Nordeste e Norte⁶². As mulheres possuem maiores taxas de escolarização em todos os níveis de ensino⁶³ e maior escolaridade média do que os homens em anos de estudos, apesar de auferirem níveis de remuneração mais baixos.

8.2 Quanto à expectativa de vida ao nascer, verificou-se uma melhora geral, porém com o aumento dos diferenciais entre homens e mulheres no período, sendo que em 1998 as mulheres tinham uma expectativa de vida superior à dos homens em 7 anos (72,1 anos para as mulheres, contra 64,3 anos para os homens)⁶⁴. Tal diferença pode ser explicada, em parte, pelo aumento da violência urbana e pelo número de homicídios e acidentes de trânsito com vítimas fatais, que incidem com mais frequência sobre a população masculina jovem.

8.3 Já os indicadores do mercado de trabalho apontam que, embora a taxa de participação dos homens na força de trabalho seja maior, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho tem aumentado em termos relativos. A taxa de ocupação está positivamente relacionada com o nível de escolaridade e negativamente com a idade, atingindo mais fortemente as pessoas mais jovens. O desemprego urbano

⁶² PNAD, 1998.

⁶³ IPEA/DISOC a partir de microdados da PNAD.

⁶⁴ IBGE- Síntese de Indicadores Sociais 1999.

aumentou no período e atinge mais fortemente as mulheres, cuja taxa de desemprego⁶⁵ era de 10,20% em 1993 e passou para 14,4% em 1998, contra 7,10% e 9,2% para a população masculina, respectivamente. A percentagem de mulheres ocupadas no setor informal⁶⁶ nas áreas urbanas declinou de 50% para 48,4% no mesmo período, sendo inferior à dos homens em 1998, que era de 49,1%.

8.4 Há evidências de que as mulheres de baixa renda vêm assumindo uma progressiva participação, inclusive como dirigentes, nas organizações comunitárias e associações de moradores e nos movimentos sociais de luta pela moradia. Também as mulheres têm-se empenhado em trabalhar ativamente nos mutirões habitacionais e demais iniciativas de auto-construção e autogestão da moradia.

8.5 No que diz respeito à participação política, embora o número de mulheres prefeitas e vereadoras venha crescendo no Brasil, particularmente após o estabelecimento de cotas para as candidatas, o universo de mulheres eleitas ainda é muito pequeno e insuficiente para assegurar uma promoção mais rápida e intensa da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Dados do Tribunal Superior Eleitoral revelam que no período 1997-2000, de um total de 5.505 prefeitos municipais eleitos, apenas 304 eram mulheres. No período subsequente, 2000-2003, do total de 5.559 eleitos, 317 eram mulheres. Para o cargo de vereador, nos períodos considerados, a proporção foi de 6.598 mulheres para 51.725 homens em 1997-2000 e 7.001 mulheres para 53.266 homens no período 2000-2003⁶⁷.

8.6 Em consequência da divisão de trabalho entre homens e mulheres, os maiores ônus da precariedade das condições de vida, moradia e trabalho nas áreas pobres recaem sobre as mães de família. Estas padecem a situação mais crítica a das mulheres chefes de família, uma vez que as estatísticas disponíveis apontam que elas se encontram justamente nos segmentos de mais baixa renda.

8.7 Responsáveis pela saúde, pela nutrição, pela educação e pela segurança das crianças, adolescentes e idosos, as mulheres têm seus encargos multiplicados pela ausência ou irregularidade dos serviços urbanos e pela má qualidade da habitação.

8.8 Não obstante, os diferentes níveis de governo têm procurado superar as discriminações de gênero, seja no preenchimento dos seus quadros dirigentes e técnicos, seja nas suas ações. Mas, em sua grande parte, os projetos se concentram na área da saúde, particularmente da saúde da mulher.

8.9 Além de algumas iniciativas que procuram assegurar a titularidade da propriedade da moradia às mulheres, mães e chefes de família, particularmente nos projetos de regularização fundiária e urbanização de áreas urbanas informais, não se tem registro sistemático das experiências realizadas pelos Municípios que tenham introduzido a perspectiva de gênero no planejamento e na gestão urbana.

8.10 Entretanto, de modo geral, as políticas públicas não têm atribuído o reconhecimento devido da eficiência do trabalho feminino, inclusive no setor da Administração Pública Federal como um todo, onde o percentual de participação em cargos de direção não é equilibrado entre homens e mulheres e entre brancos e negros, com o mesmo perfil profissional.

8.11 Os dados a seguir revelam alguns aspectos da situação das mulheres no Brasil: representam 50,7% da população brasileira (IBGE/PNAD 98); constituem 49,8% do eleitorado embora o número de mulheres eleitas seja muito pequeno; totalizam 40,7% da população economicamente ativa (PNAD98); recebiam em média 56,2% dos rendimentos dos homens em 1998 (IPEA/Boletim de Política Social); 25,3% dos domicílios são chefiados por mulheres (PNAD, 1998); pelo menos 2.500 mulheres são mortas anualmente, vítimas de crimes passionais. Cerca de 500 mil sofrem algum tipo de violência doméstica e sexual (Estimativa da União de Mulheres - SP/98); 40,1% das mulheres entre 15 e 49 anos de idade que têm parceiros foram esterilizadas (PNDS/96); 14% das gestantes não tem nenhum acompanhamento pré-natal (PNDS/96); cerca de 1 milhão de adolescentes entre 12 e 19 anos tornam-se mães anualmente (IBGE/OMS); o aborto clandestino representa a quarta causa de morte materna (The Alan Guttmacher Institute/94); em 1985, a proporção entre homens e mulheres com HIV/AIDS era de 28/1 e, em 97/98, é de 2/1. Estima-se que no Brasil existam 536 mil pessoas infectadas pelo vírus HIV. Entre 1995 e 1999, houve uma queda de aproximadamente 50% na taxa de

⁶⁵ A taxa de desemprego corresponde à razão entre a população desempregada e a População Economicamente Ativa (PEA).

⁶⁶ A população empregada no setor informal é composta pelos trabalhadores por conta própria, sem remuneração ou sem carteira de trabalho assinada.

⁶⁷ Tribunal Superior Eleitoral - 2000.

mortalidade por AIDS no País. Essa melhora se deve, portanto à sobrevivência dos infectados, devido à distribuição gratuita dos medicamentos aos pacientes.

8.12 O Ministério do Desenvolvimento Agrário criou o programa de Ações Afirmativas com o objetivo de formular e implementar políticas públicas que visem a democratização das relações sociais no ambiente de trabalho, independente do sexo, cor e raça das pessoas envolvidas. O programa tem como meta um suprimento igualitário dos cargos de direção na Instituição; através de uma política de cota progressiva de acesso das mulheres a cargos de direção até atingir, no mínimo, 30% em 2003. Para institucionalizar a implantação deste Programa, foram assinados dois Protocolos de Intenções entre os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Justiça e do Planejamento em novembro de 2000. A Assessoria Especial do Ministro é responsável pelo seu desenvolvimento e para tanto, internamente, conta com a participação do Fórum de Mulheres do INCRA. A iniciativa atende ao compromisso assumido pelo governo brasileiro junto à comunidade internacional (IV Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995 e frente aos preparativos para a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em 2001).

8.13 O Ministério da Educação criou o Programa Bolsa Escola, aberto às prefeituras interessadas em aderir. Na análise dos termos de adesão, têm prioridade: (i) os municípios com os quais a União tenha celebrado convênio para programa de renda mínima; (ii) os municípios pertencentes aos quatorze estados de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH em 2000; (iii) municípios integrantes de microrregiões com IDH igual ou inferior a 0,500; e (iv) todos os municípios com IDH igual ou inferior a 0,500, independentemente de estado ou microrregião. Trata-se de um programa de parceria entre os municípios e o governo federal, cujo objetivo geral é incentivar, por meio de apoio financeiro, o progresso educacional das crianças de famílias de menor renda, estimulando a universalização do ensino e contribuindo para a redução da evasão escolar e da repetência.

8.14 Com a promoção da matrícula e com a permanência de crianças de seis a quinze anos no ensino fundamental, espera-se: incentivar a escolarização, sensibilizando e despertando as famílias para a necessidade de levar a criança para a escola. Espera-se também melhorar as condições de acesso e permanência na escola das camadas sociais mais afetadas pelos déficits educacionais. O Programa objetiva ainda integrar as famílias ao processo educacional de seus filhos e contribuir para a geração de uma cultura escolar positiva em camadas sociais tradicionalmente excluídas da escola. Visa também reduzir as despesas decorrentes dos custos diretos causados pela evasão escolar e pela repetência, que oneram governos municipais e estaduais e auxiliar no combate ao trabalho infantil e à opção da rua como meio de subsistência das famílias pobres.

VI. GESTÃO AMBIENTAL

9. Prover Estruturas de Assentamentos Geograficamente Equilibradas

9.1 Nas diversas regiões do país, vêm ocorrendo mudanças na conformação das redes urbanas regionais, com peso crescente das aglomerações urbanas metropolitanas e dos centros urbanos médios, com o fenômeno de consolidação de aglomerações urbanas não metropolitanas.

9.2 O Brasil atravessa uma fase de transição demográfica, com um decréscimo nas taxas de crescimento da população, acompanhando uma queda na fecundidade. Os níveis estimados de fecundidade total em 1998 eram de 2,4 filhos por mulher em idade reprodutiva, alcançando maiores níveis nas regiões Nordeste (3,2) e Norte (2,6) do Brasil e ficando abaixo dos níveis de reposição no Estado do Rio Janeiro (1,9 filho por mulher). O declínio nas taxas de fecundidade é registrado em mulheres de todos os níveis sociais. Em termos de estrutura etária, tem-se verificado um aumento na proporção de pessoas idosas e em idade de trabalhar (15-59 anos), devido à queda nas taxas de fecundidade e de mortalidade.

9.3 Os dados preliminares do Censo Demográfico do IBGE para 2000 revelam que a população brasileira é de 169,5 milhões de habitantes, 81,2% dos quais residem em núcleos urbanos. A taxa de crescimento demográfico total foi de 1,63% ao ano entre 1991-2000, com a população urbana aumentando a uma taxa de 2,45% ao ano, enquanto a população rural decresceu 1,3% ao ano. A maior taxa de urbanização da população encontra-se no Sudeste (90,52 %) e a menor taxa no Nordeste (69,0%). A densidade demográfica global é de 19,8 hab/km² atingindo um máximo de 77,9 hab/km² no Sudeste e um mínimo de 3,3 hab/km² na região Norte⁶⁸.

9.4 Enquanto a região Nordeste se configurou numa área de evasão populacional em 1998, a região Centro-Oeste apresentou a maior taxa líquida de imigração em termos relativos e o Sudeste representou o maior pólo de atração da população em termos absolutos. Outra tendência observada no período é o declínio da razão de sexo entre homens e mulheres, devido principalmente às menores taxas de mortalidade observadas entre a população do sexo feminino⁶⁹.

9.5 Uma importante iniciativa do governo federal foi a elaboração do estudo "Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil"⁷⁰ que traça o perfil da rede urbana nacional, classificando as diferentes categorias urbanas, identificando as aglomerações urbanas, metropolitanas e não metropolitanas, bem como os sistemas urbano-regionais do país. Visando responder a essas questões, esse estudo vem servindo de base para diversas ações no âmbito da política urbana, regional e setorial.

9.6 Outra iniciativa foi a identificação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, mediante um amplo mapeamento da infra-estrutura econômica disponível no território nacional e dirigido a oferecer alternativas para o investimento privado e público no país. Considerando os investimentos previstos e seus impactos sociais, urbanos e regionais, é fundamental o aprofundamento desse trabalho com a realização de estudos para que se evitem consequências sociais e ambientais perversas, com vistas a projetos de desenvolvimento que integrem à dimensão regional, as dimensões urbana, social e ambiental.

10. Manejar a Oferta e Demanda de Água de Maneira Efetiva

10.1 A aprovação da Lei Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos e a recente criação da Agência Nacional de Águas – ANA representam um grande avanço em direção ao manejo eficiente dos recursos hídricos, assegurando o uso múltiplo desse recurso natural de forma sustentável. A Lei estabelece uma série de mecanismos institucionais e econômicos de gestão ambiental, com uma abordagem integrada das bacias hidrográficas, levando em consideração os vínculos entre: (a) água, saneamento e saúde; (b) economia e meio-ambiente; (c) as cidades e suas regiões. A partir da aprovação da Lei, a bacia hidrográfica passou a ser uma unidade espacial de planejamento e gestão, exigindo novas formas de organização institucional, particularmente importante para o desenvolvimento sustentável das regiões metropolitanas.

⁶⁸ IBGE- Dados Preliminares do Censo Demográfico (2000)

⁶⁹ IBGE- Síntese de Indicadores Sociais - 1999.

⁷⁰ IPEA/IBGE/IESUR-UNICAMP, 2000

10.2 A criação da ANA deverá contribuir para compatibilizar, promover e harmonizar o planejamento do uso do solo com as políticas setoriais de saneamento ambiental; bem como estabelecer padrões realistas do uso dos recursos hídricos melhorando as condições de prestação dos serviços de saneamento na perspectiva de sua universalização. É necessário, no entanto inserir o controle social no processo.

10.3 É responsabilidade dos três entes federativos o manejo sustentável da oferta e da demanda de água. No entanto, a consciência de que a água é um recurso natural exaurível e que tem um custo econômico apreciável ainda deve ser assimilada por todos.

11. Reduzir a Poluição Urbana

11.1 No período considerado, os avanços na redução da poluição urbana resultaram mais das ações de setores organizados da sociedade civil do que da intervenção do Poder Público. Campanhas públicas, movimentos sociais e ações de educação ambiental multiplicaram-se no país, principalmente a partir da Conferência Rio 92 e da Rio+5, pressionando o Governo Federal a cumprir os compromissos assumidos na implementação da Agenda 21.

11.2 Em 1999, o Ministério do Meio Ambiente iniciou o processo de formulação da Agenda 21 Brasileira, considerando o tema das Cidades Sustentáveis, o qual se acha no momento em discussão em todos os Estados da Federação. Uma das estratégias prioritárias de sustentabilidade urbana se refere à necessidade da introdução de mudanças nos padrões de produção e consumo da cidade, as quais deverão resultar também na redução da poluição urbana.

11.3 Paralelamente, os Municípios foram estimulados pelas organizações da sociedade civil a formularem suas Agendas 21 Locais. Neste sentido, pode-se constatar que houve uma disseminação dos princípios do desenvolvimento sustentável e uma multiplicação de boas práticas de gestão ambiental urbana no país.

11.4 No entanto, os recursos disponíveis ainda são insuficientes face à magnitude dos problemas de poluição urbana e se encontram concentrados no Governo Federal, apesar da descentralização da execução de alguns programas e ações de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente.

11.5 A recente criação da Secretaria de Qualidade Ambiental dos Assentamentos Humanos, no Ministério do Meio Ambiente, reflete uma nova visão da questão ambiental, a qual estava historicamente centrada na proteção do ambiente natural. A inclusão da Agenda Marrom⁷¹ traduz a preocupação com o meio ambiente urbano.

11.6 Os indicadores disponíveis demonstram que os problemas de poluição urbana, gerados pela urbanização predatória e pelo uso não-sustentável dos recursos naturais e do ambiente construído afetam a saúde, a segurança, a produtividade e o bem-estar da população urbana e a competitividade das cidades.

11.7 Quanto à poluição atmosférica gerada pelos veículos automotores, registram-se experiências positivas. O Governo Federal age por meio do Programa Nacional de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE e do Programa do Alcool - PROALCOOL e os Municípios vêm adotando boas práticas de mudança no uso de combustíveis da frota pública.

Destacam-se como exemplos de iniciativas destinadas a reduzir a poluição urbana o Município de Porto Alegre, que vem disseminando o uso do "diesel verde"⁷², menos poluente, o Município do Rio de Janeiro, que estimulou os ônibus e os táxis a gás, e o Município de Ribeirão Preto, que transformou os seus veículos em uma "frota verde". O Município de São Paulo, por outro lado, estabeleceu o rodízio na circulação dos veículos particulares.

⁷¹ A AGENDA MARROM se caracteriza por abordar os problemas ambientais urbanos relativos principalmente à poluição atmosférica, hídrica e sonora com os econômicos e os sociais, buscando melhorar a qualidade de vida da população.

⁷² Combustível de origem vegetal.

12. Prevenir Desastres e Reedificar Assentamentos

12.1 A persistência dos déficits habitacionais, concentrados nos segmentos da população de menor renda, e a conseqüente multiplicação dos assentamentos informais localizados em áreas urbanas inadequadas à ocupação, com riscos ao meio-ambiente, têm provocado a ocorrência freqüente e o agravamento de situações de emergência e de desastres ambientais, com riscos para a população e para o meio ambiente.

12.2 A falta de infra-estrutura urbana e de serviços de saneamento, o lançamento de efluentes industriais e sanitários sem tratamento, o despejo de lixo e entulho em encostas ou diretamente nos cursos d'água, o desmatamento e a ocupação de margens e encostas de proteção ambiental, a extração de areia nas calhas dos rios, entre outras atividades, têm contribuído para a poluição dos rios, córregos, baías, lagoas e praias. Os estados e municípios, por meio de ações diretas e indiretas de planejamento e ações de prevenção, têm buscado minimizar a ocorrência de desastres naturais, obtendo porém, resultados limitados em face dos altos déficits habitacionais e da infra-estrutura existentes no país. Tendo em vista as ações minimizadoras, é necessário ainda apoiar a necessidade de facilitar o acesso a áreas já plenamente equipadas de infra-estrutura e livres de riscos iminentes.

12.3 Embora positivas, as iniciativas do governo federal ainda são insuficientes para prover resultados expressivos nesse campo. Vale destacar a melhoria do sistema de controle e fiscalização das obras¹³, que confere prioridade aos investimentos em assentamentos informais que estão localizados em áreas urbanas inadequadas à ocupação, prevenindo desastres físicos, ambientais, sociais e econômicos. Há, no entanto, muito ainda o que fazer para cumprir o que estabelece a Agenda Habitat.

O projeto Ribeira AZUL, do município de Salvador, Bahia abrange 13 áreas de áreas urbanas informais, com população de 111.410 habitantes. Foi concebido como uma intervenção integrada visando a fixação da população no local de moradia com intervenções em urbanização, infra-estrutura, serviços, melhoria ou reconstrução de unidades habitacionais, implantação de equipamentos comunitários e de geração de renda, educação ambiental, capacitação de mão de obra, desenvolvimento e organização comunitária. Destacam-se nos objetivos do projeto a requalificação ambiental de toda a área de recorte das enseadas, notadamente as áreas de palafitas, com erradicação dessa tipologia habitacional e a recuperação da balneabilidade da maré e a revitalização dos ecossistemas existentes ou desaparecidos com a elevação da poluição. A União também promove investimentos em contenção de encostas, recolhimento de resíduos sólidos e outros que contribuem para prevenir outros desastres. Outros Municípios tiveram êxito em suas experiências de prevenção, alerta e defesa civil, visando reduzir e minimizar a ocorrência de desastres ambientais, como Cubatão e Santos, em São Paulo.

13. Promover Sistemas de Transporte Efetivos e Ambientalmente Corretos

13.1 No que se refere ao setor de transporte urbano, a União promoveu a regulamentação do trânsito, por meio do Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal¹⁴ que envolveu o Executivo e o Legislativo, das três esferas de governo, além de organizações não-governamentais, em seis anos de intenso debate. O Código de Trânsito Brasileiro trouxe, entre outros, um capítulo especificamente dedicado à educação para o trânsito, outro referente aos crimes de trânsito, um novo processo de habilitação do condutor, a inspeção técnica obrigatória para veículos automotores. Inovou também com a adoção de sistema de pontuação crescente correspondente à gravidade das infrações das regras do trânsito e municipalização da gestão do trânsito, que até então estava na esfera estadual. Isto solucionou um conflito antigo relacionado às responsabilidades dos estados e dos municípios, estabelecendo de vez a competência dos órgãos de trânsito municipais quanto à circulação de veículos e pedestres.

13.2 Embora os seus resultados efetivos só devem alcançar a sua plenitude após um longo período de trabalho em que se conjuguem a educação e a punição para mudar o comportamento no trânsito, nos anos que se

¹³ dos empreendimentos financiados pela CAIXA

¹⁴ Leis 9.503 de 21 de janeiro de 1998 e 9.792, de 14 de abril de 1999

seguiram à promulgação dessas leis já se registra queda da taxa de mortalidade por acidentes de trânsito no Brasil.

13.3 A União retomou o seu papel de definidora de diretrizes de política e indutora do desenvolvimento do transporte urbano, promovendo um amplo debate com diversas entidades públicas e civis, para construção de uma Política Nacional para o Transporte Urbano, tendo como prioridades: i) a melhoria da qualidade do transporte coletivo, promovendo maior segurança (pública e de trânsito) para os seus usuários, maior regularidade, melhor conforto e menor tempo de viagem; ii) a minimização dos impactos das viagens urbanas, com a redução dos tempos de deslocamento, dos congestionamentos, da poluição atmosférica e dos acidentes de trânsito, especialmente com aqueles mais vulneráveis no trânsito, que são os pedestres e os ciclistas; iii) a modernização das relações institucionais entre os poderes concedentes locais e as concessionárias do transporte coletivo urbano, por meio da adoção de novos modelos operacionais e de gestão devidamente cobertos por instrumentos legais compatíveis; e iv) a modernização tecnológica e gerencial, concretizada no estímulo à melhoria da qualidade da gestão pública e privada e na indução ao uso de veículos e combustíveis menos poluentes e mais econômicos, além de adequados aos requisitos de conforto e segurança dos usuários.

Independentemente das iniciativas da União, foram implantadas em diversas cidades brasileiras medidas que demonstram a consciência, tanto do poder público como da sociedade, da importância do transporte e trânsito urbano para a competitividade e a qualidade de vida das cidades.

Destacam-se a implantação de vias exclusivas para ônibus e trolebus, o que permite a prioridade na circulação, obtendo aumento da velocidade operacional, em Porto Alegre, Curitiba e São Paulo. Em Porto Alegre observa-se a formação de consórcios entre as empresas operadoras para obter ganhos de escala nos serviços de garagem e manutenção. Em Curitiba pode-se citar a utilização de veículos com portas largas e plataformas retráteis, permitindo o embarque e o desembarque em nível. Outras experiências como a criação de linhas de turismo, as linhas especiais para pessoas portadoras de deficiências físicas e mentais e linhas inter-hospitais, podem ser encontradas em Curitiba.

Vale ressaltar que o sistema de transporte de Curitiba foi desenvolvido em estreita articulação com o planejamento do uso do solo. Assim, o transporte coletivo foi usado como indutor da ocupação urbana. As áreas próximas aos corredores de transporte possuem taxas de ocupação elevadas e incentivos à construção/exploração de equipamentos comerciais, proporcionando maior rotatividade e retenção dos usuários nos corredores. Tais incentivos acarretam, também, uma redução das viagens à área central de Curitiba⁷⁵.

Em 1997 iniciou-se a implantação do Plano de Reestruturação do Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Belo Horizonte – BHEBUS composto, dentre outras facilidades, de pistas exclusivas protegidas por grades e com passagens de pedestres em geral semaforizadas e localizadas próximas às paradas de ônibus, registrando queda nos índices de atropelamento nesses pontos.

13.4 A mudança na dinâmica da ocupação urbana no Brasil, com maior crescimento da periferia e aproximação dos empregos e serviços ao local de residência, geraram uma demanda de rede de transporte distinta da construída.

13.5 Os hábitos de deslocamentos da população urbana mudaram significativamente nos últimos dez anos. Houve alterações na repartição das viagens entre os diversos modos de transporte e registrou-se queda de 8%⁷⁶ em média no número de passageiros transportados por ônibus nas áreas urbanas, entre 1995-2000. Esses passageiros passaram a deslocar-se a pé, por bicicleta e motos (particulares ou de terceiros) reflexo da inadequação da rede de transporte à nova ordem da ocupação urbana.

⁷⁵ Motta, Marco Antonio Vivas, *Trânsito e Transporte Público Urbano no Brasil*, Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2000.

⁷⁶ Diagnóstico do Transporte Coletivo Urbano - Volume 1 - Contexto Geral do Transporte Urbano - SEDU/PR

13.6 As viagens não motorizadas (por bicicleta ou a pé) aumentaram muito nos últimos anos. Há dez anos atrás foram registradas 25% de viagens a pé em relação ao total de viagens diárias. Atualmente, esse percentual passou a patamares de 29 a 50%. Não há registros de viagens por bicicleta, senão indícios de seu aumento em várias cidades do País.

13.7 Um fenômeno que se registrou entre 1993 e 1998 foi o aumento da proporção de pessoas ocupadas que trabalhavam e residiam no mesmo local, de 6,5% para 18,6%. Entre aqueles residentes das áreas urbanas brasileiras que se deslocavam para o trabalho em 1998, 70,1% gastavam menos de uma hora diária nesse percurso, enquanto 6,9 % das pessoas ocupadas passavam mais de 2 horas diárias no trânsito e 1,4% mais de 4 horas⁷⁷.

13.8 As condições precárias de trânsito levam a quatro deseconomias principais: tempo excessivo gasto com deslocamento, desperdício de combustível, emissão de poluentes acima dos níveis aceitáveis e aumento dos custos operacionais do transporte coletivo.

13.9 Pesquisa realizada em 1997⁷⁸, revelou que, somente em dez cidades estudadas, os usuários de automóveis desperdiçavam 240 milhões de horas/ano nos congestionamentos, contra os 200 milhões de horas dos passageiros de ônibus; o consumo de gasolina era aumentado em 250 milhões de litros/ano e o de diesel em 9 milhões de litros/ano. A emissão excessiva de monóxido de carbono, pelos automóveis, alcançara o valor de 122 mil toneladas, por ano. Por sua vez, o sistema ônibus sofria um aumento de até 16% nos seus custos operacionais (no caso de São Paulo), em razão da necessidade de aumentar a frota para manter uma certa regularidade.

13.10 Os transportes metropolitanos fazem parte dos investimentos estratégicos brasileiros constantes no AVANÇA BRASIL. Para esses empreendimentos, destacam-se 9 ações estratégicas a serem implementadas, pelo Ministério dos Transportes, até 2004, contemplando os sistemas de Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e a manutenção e operação dos sistemas de transportes ferroviários de passageiros.

13.11 Incluem-se também, entre as ações estratégicas do governo federal as questões relativas às interfaces urbano rodoviárias, com vistas a minimizar os impactos negativos da infra-estrutura rodoviária nas áreas urbanas. Destacam-se entre estes empreendimentos a construção do Rodoanel de São Paulo, a adequação do anel rodoviário de Belo Horizonte e dos contornos rodoviários do Corredor Mercosul.

13.12 A mobilidade das pessoas portadoras de deficiência e que necessitam de atendimento especial, ganham um reforço em seu arcabouço normativo e legal, como a promulgação da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que, entre outras, dá prioridade de atendimento nos transportes públicos às pessoas portadoras de deficiência, aos idosos, às gestantes e as pessoas acompanhadas por crianças.

13.13 É considerável a participação das organizações não governamentais – ONG's no desenvolvimento do setor, destacando-se a ação da Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP, com o Projeto "Transporte Humano – Cidades com Qualidade de Vida (referência política para o setor); da Associação das Empresas de Transportes Urbanos – NTU, com ações contínuas para o desenvolvimento do empresariado do setor.

13.14 A mudança significativa na dinâmica da ocupação urbana, dos padrões de trabalho e emprego, entre outras, geraram uma demanda de rede de transporte completamente distinta da construída, consolidando novos padrões de deslocamentos da população urbana (a pé; bicicleta e motos; e transportes coletivos alternativos – informais e regulamentados).

13.15 Esse quadro associado ao uso crescente do automóvel nos deslocamentos urbanos condicionam condições precárias de trânsito levando a quatro deseconomias principais: tempo excessivo gasto com deslocamento, desperdício de combustível, emissão de poluentes acima dos níveis aceitáveis e aumento dos custos operacionais do transporte coletivo.

⁷⁷ IPTA/DIRUR - tabulações especiais com base nos metodados da PNAD/IBGE: 1993 e 1998.

⁷⁸ IPTA/ANTP

14. Apoiar Mecanismos para Preparar e Implementar Planos Ambientais Locais e Iniciativas de Agendas 21 Locais

14.1 A preparação de Agendas 21 locais tem sido iniciativa de alguns Estados e de Municípios, em parceria com as organizações da sociedade civil, particularmente com organizações não-governamentais. A tarefa tem sido delegada pelas autoridades governamentais locais a fóruns ambientais, em geral constituídos com representação paritária do governo e da sociedade. A disseminação dessas experiências, por meio das redes existentes, dos programas de documentação e premiação de boas práticas e das ONGs especializadas em meio ambiente, tem estimulado a sua multiplicação em todo o país.

14.2 A aprovação de uma Agenda 21 Brasileira resultará em uma ação programática do Ministério do Meio Ambiente em apoio à implementação de Agendas 21 locais. O projeto da Agenda 21, em discussão com a sociedade civil em todo o país, inclui um capítulo sobre a redução das desigualdades sociais, o qual indica as ações a serem desenvolvidas com a finalidade de prover iguais oportunidades para uma vida sadia e segura para toda a população.

14.3 Vários Estados e Municípios estão formulando e implantando suas Agendas 21 locais, onde se busca assegurar a igualdade de oportunidades no acesso aos recursos naturais e a um ambiente de vida sadio e seguro.

Na implementação das suas Agendas 21 locais destacam-se como exemplos os Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco e os Municípios de Volta Redonda, Angra dos Reis, Belém, Vitória, Rio de Janeiro e Santos, entre outros, que já têm suas Agendas 21 Locais.

Entre as ações voltadas para ampliar as oportunidades de vida segura, particularmente para grupos vulneráveis da população, cabe citar a que trata da acessibilidade às pessoas portadoras de deficiências, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, mediante o Estatuto da Acessibilidade às Pessoas Portadoras de Deficiências. O Estatuto aprofunda, inclusive, o tratamento das questões relativas à habitação, transporte urbano e remoção de barreiras urbanísticas e arquitetônicas. A segunda, de iniciativa local, implementada em Belém, Estado do Pará, é o projeto de Biorremediação do Aurá, que trata da recuperação de área degradada em função de depósitos inadequados do lixo urbano e do auxílio a 400 pessoas, cujas famílias proviam seu sustento através da coleta do lixo, em condições de risco.

VII. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

15. Desenvolvimento Econômico no Brasil

15.1 Nos anos 90, a política de abertura comercial e financeira e de desregulamentação geral da economia, com a opção por um modelo de desenvolvimento calcado numa maior integração da economia nacional ao mercado globalizado e pela diminuição da participação do Estado no aparato produtivo, aliado ao desequilíbrio financeiro do setor público e a uma piora nas contas externas do país, reduziu drasticamente os graus de liberdade do governo brasileiro na condução da política econômica e a sua capacidade de investimento em programas sociais e de infra-estrutura básica.

15.2 A redefinição do papel do Estado na economia ocasionou uma reestruturação do aparelho estatal, calcado nas Reformas Administrativas, Fiscal, Previdenciária e no processo de Desestatização da economia. As transformações em curso tiveram diversas consequências, nem sempre benéficas, no desempenho do setor produtivo nacional, no nível de emprego e nas condições de vida da população, que, contudo, ainda carecem de uma avaliação mais profunda.

15.3 Na segunda metade da década de 90⁷⁷ a prioridade do governo em termos de política econômica foi a consolidação da estabilidade da moeda nacional. Observaram-se no período, dois obstáculos fundamentais ao desempenho das políticas públicas em geral: o desequilíbrio fiscal, fruto do crescimento das necessidades primárias de financiamento do setor público e o mau desempenho do setor externo. As diversas crises financeiras internacionais ocorridas no período⁸⁰ tiveram efeitos adversos sobre as contas externas do país e reduziram a autonomia do governo brasileiro na formulação e implementação da política macroeconômica, devido ao elevado grau de integração da economia brasileira aos mercados financeiros internacionais. As fugas de capital e o mau desempenho do balanço de pagamentos, ocasionado por déficits crescentes no balanço de transações correntes, provocaram a diminuição no nível de reservas internacionais do país, o que levou o governo a adotar medidas fiscais e monetárias restritivas e a aumentar as taxas de juros.

15.4 O período 1995-98 foi marcado por flutuações nas taxas de crescimento econômico e pelas consequências adversas provocadas pelas crises financeiras internacionais sobre o ambiente macroeconômico interno. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB em termos reais variou de 4,2% em 1995 para 0,2% ao ano em 1998. As sucessivas crises internacionais refletiram-se no aumento dos movimentos de capitais especulativos e na desvalorização da moeda nacional, provocando um direcionamento da política macroeconômica para a manutenção da estabilidade de preços, o que foi alcançado com sucesso, conforme se pode verificar pela queda da taxa da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, de 66,0% ao ano em 1995 para 5,2% ao ano em 1999. A defesa da moeda nacional fez-se mediante uma política monetária calcada na administração da taxa de juros, o que provocou um incremento na participação da dívida líquida do setor público (DLSP) no PIB, acompanhado de um decréscimo da participação bruta de capital fixo e de uma deterioração das contas do setor público, medidas que não conseguiram evitar a desvalorização cambial ocorrida em 1999.

15.5 Foi efetuado um novo ajuste macroeconômico para a retomada do crescimento econômico em bases sustentáveis, calcado na administração da taxa de juros com o objetivo de manter as metas inflacionárias, no ajuste fiscal que gerou um superávit primário da ordem de 3% do PIB e na taxa de câmbio flutuante⁸¹. Não obstante os efeitos redistributivos positivos decorrentes, em grande medida, da estabilização macroeconômica pós-Plano Real, com a diminuição dos níveis de pobreza e indigência do país ao longo da década de 90⁸², o ajuste fiscal acarretou uma certa incompatibilidade entre as metas da política macroeconômica com as políticas sociais, tais como o elevado patamar da taxa de juros que dificulta o avanço do Sistema Financeiro Imobiliário - SFI, o contingenciamento do crédito ao setor público, e o corte no orçamento dos Ministérios para investimento em programas sociais.

⁷⁷ Esta seção baseia-se no documento de avaliação das políticas e programas governamentais implementados entre 1995-98 (IPEA, 1999) e no diagnóstico do macro-objetivo 01 do PPA "Criar um Ambiente Macroeconômico Favorável ao Crescimento Sustentado", constante do Relatório de Avaliação do PPA (MP, 2001), elaborados pela DIMAC/IPEA.

⁸⁰ México em 1994, Ásia em 1997 e Rússia em 1998.

⁸¹ IPEA/DIMAC com base em dados do IBGE e Banco Central do Brasil

⁸² Todos os indicadores de pobreza e indigências demonstraram uma queda na proporção de pobres e indigentes no Brasil, independente da linha de pobreza utilizada (ver IPEA/DISOC/Sônia Rocha e Boletim de Política Social e IBGE/Síntese de Indicadores Sociais - 2000)

15.6 A prioridade conferida pelo Governo à estabilidade macroeconômica e ao equilíbrio fiscal, teve impacto negativo no desempenho de várias políticas públicas, limitando a sua capacidade para financiar políticas de desenvolvimento urbano, regional, social e de infra-estrutura. Os impactos negativos dos condicionantes macroeconômicos sobre o desempenho das políticas públicas de cunho social no Brasil se fizeram sentir em vários setores.

15.7 Na área do emprego, por exemplo, as transformações estruturais ocorridas na economia brasileira derivadas da abertura comercial e da reestruturação produtiva das empresas, aliadas à política de juros elevados tiveram como conseqüências negativas o aumento dos níveis de desemprego, principalmente entre a população feminina, e a redução da qualidade do emprego, a precarização das relações trabalhistas e o aumento da informalidade no mercado de trabalho, verificando-se um declínio dos empregados com carteira assinada e o aumento dos trabalhadores por conta própria entre 1993 e 1998⁸¹. Os elevados níveis de informalidade⁸² e de desemprego prevalentes no mercado de trabalho levaram o Governo a adotar algumas medidas corretivas para conter o avanço do problema tais como a integração do seguro-desemprego e a criação do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, do Plano Nacional de Formação Profissional – PLANFOR, dentre outras medidas.

15.8 Na área de desenvolvimento urbano, o fato da SEDU ter tido o seu orçamento bastante reduzido em relação ao inicialmente previsto, aliado ao contingenciamento do crédito ao setor público e à falta da capacidade de pagamento e endividamento de estados, municípios e companhias públicas de habitação e saneamento, - tradicionais provedores de habitação social e serviços de saneamento e infra-estrutura urbana destinados à população de menor poder aquisitivo - compromete o desempenho dos programas destinados a ampliar a oferta de habitação, infra-estrutura e saneamento básico às faixas de renda mais baixas. O nível de contratações de empréstimos dos programas geridos pela SEDU⁸³ para investimentos em habitação e saneamento ficou muito aquém do orçamento, prejudicando as metas de universalização dos serviços de saneamento e a redução do déficit habitacional nas camadas mais pobres e deslocando grande parte dos recursos do FGTS de programas destinados ao financiamento de habitação e saneamento à população de baixa renda por parte de agentes do setor público para o financiamento a agentes do setor privado, o que pode provocar impactos redistributivos adversos. A garantia da universalização dos serviços essenciais básicos à população de baixa renda depende da superação do conflito ainda existente entre políticas de estabilização macroeconômica e de ajuste fiscal e políticas sociais com foco no combate à pobreza na redução das desigualdades sociais.

15.9 Apesar dos avanços na área social, a sociedade brasileira ainda tem como traços marcantes a profunda desigualdade na distribuição da renda e da riqueza, o elevado nível de informalidade do mercado de trabalho, e a exclusão social de uma parcela significativa da população, que tem rendimento *per capita* inferior a meio salário mínimo. Apesar de o Brasil não ser um país pobre em termos de renda *per capita* (US\$ 4.793 em 1998⁸⁴), tendo sido classificado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, no 1/3 dos países mais ricos do mundo em 1999, o fato dele possuir um dos maiores níveis de desigualdade na distribuição de renda e da riqueza em termos mundiais, faz com que o país apresente um número de pobres e indigentes mais elevado do que seria esperado pelo seu nível de renda. Os indicadores de pobreza e desigualdade revelam que, em 1998, os 10% mais ricos da população detinham mais de 50% da renda, ao passo que os 50% mais pobres se apropriavam de cerca de 10% da renda nacional. A desigualdade na distribuição de renda é maior nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste e menor na Região Sul do país. No ano de 1998 existiam no país mais de 50 milhões de pessoas pobres e cerca de 21 milhões de indigentes. Entre 1993 e 1998 verificou-se uma queda na proporção de pobres urbanos, qualquer que seja a linha de pobreza considerada, que foi acompanhada de uma diminuição na desigualdade da distribuição da renda domiciliar *per capita*, com a razão entre a parcela da renda apropriada pelos 10% mais ricos e os 40% mais pobres caindo de 24,2 para 23,8⁸⁵.

⁸¹ IBGE: Síntese de Indicadores Sociais - 2000.

⁸² De acordo com informações fornecidas pela IASE, o Brasil possuía, em 1997, cerca de 9,5 milhões de empresas informais, ocupando cerca de 15 milhões de pessoas, entre trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, trabalhadores assalariados com e sem carteira assinada e trabalhadores não remunerados (Kryachko, G. com base em dados do IBGE).

⁸³ Este tema foi tratado no Capítulo referente a moradia.

⁸⁴ Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, com base em dados do Banco Central do Brasil e do IBGE.

⁸⁵ IPE/MDISOC – Boletim de Política Social no 1, julho de 2000, com base na PNAD/IBGE 1998.

15.10 O resgate da dívida social do Brasil nos últimos anos baseou-se principalmente no seguinte conjunto de medidas: (i) prioridade para as políticas de ajuste macroeconômico; (ii) descentralização das ações de governo; (iii) maior participação da sociedade na implementação e controle das políticas sociais; (iv) melhor focalização e seletividade das políticas sociais; (v) regulação e regulamentação de bens e serviços públicos, com a criação de diversas agências reguladoras e (vi) flexibilização dos sistemas de proteção social nas áreas de previdência e do trabalho.

15.11 No que diz respeito à descentralização das ações da União para os estados, municípios e organizações não-governamentais, podemos destacar as áreas de Saúde, Educação, Assistência Social e Trabalho. Na área de saúde cerca de 97% dos municípios brasileiros aderiram à Gestão Local do Sistema de Saúde, merecendo destaque a formação de consórcios entre municípios com proximidade geográfica, que representavam 143 consórcios municipais e envolviam 1.740 municípios em 1999.

15.12 O gasto social federal aumentou de 12 % para 12,7% do PIB no período 1993-1998, podendo chegar a 21% do PIB⁸⁸, quando se considera os gastos das 3 esferas do Governo. Entretanto, apesar da magnitude considerável, o montante e o perfil dos gastos sociais ainda parecem ser insuficientes para fazer frente às carências diversas dos grupos menos favorecidos, dada a elevada desigualdade social existente no país.

15.13 Entre 1993 e 1998 verificou-se um aumento nas taxas de desemprego nas cidades brasileiras de 8,3% para 11,4%. Considerando o conjunto de áreas urbanas e rurais, a taxa de desemprego aberto no Brasil em 1998 era de 9,8% e atingia principalmente a população jovem, onde 18,3% da população que tinha entre 15 e 24 anos encontrava-se desempregada. A qualidade do emprego também decresceu no período, com um leve aumento na percentagem de pessoas ocupadas nos setores informais da economia de 48,2% para 48,8% considerando o conjunto das áreas urbanas brasileiras⁸⁹. A taxa de desemprego aberto das mulheres residentes em áreas urbanas em 1998 era de 14,4% contra 9,2% dos homens. A informalidade do emprego é menor entre as mulheres em 98, sendo elevada a posse de registro em carteira entre as mulheres empregadas, notadamente na região Sul do país. Os empregos autônomos são bastante expressivos, correspondendo a 23% das pessoas ocupadas, enquanto a participação do trabalho não remunerado é maior na região Nordeste do país⁹⁰.

16. Fortalecer Pequenas e Microempresas, Particularmente Aquelas Desenvolvidas por Mulheres

16.1 O fortalecimento de pequenas e micro empresas é um compromisso assumido pelo Governo Federal nos últimos anos. Todos os órgãos federais voltados para este setor foram chamados a promover ações que fortaleçam as pequenas e micro empresas, com tarefas específicas de divulgar e ampliar as ações nesta área.

16.2 Houve significativos avanços nesse campo, por meio de iniciativas da União, dos Estados e dos Municípios e das organizações empresariais, sociais e não governamentais em geral. Além da dinamização das atividades do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, em todo o país, no apoio às pequenas e micro empresas, a expansão do microcrédito é um fenômeno notável, no período recente. A tendência é de crescimento da oferta, já que estima-se existir um mercado de cerca de 10 milhões de clientes potenciais. Agentes financeiros estão desenvolvendo novos programas de apoio às micro empresas, formais e informais. Embora não haja orientação de gênero nos programas de assistência técnica e capacitação ou no acesso ao microcrédito, ressalte-se a existência de programas do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES e de uma ONG especializada no atendimento às mulheres - microempresárias ou produtoras para os mercados formal e informal - o Banco da Mulher, associado a uma rede internacional.

16.3 Os projetos de urbanização de favelas e de melhorias de áreas urbanas informais, executados pelos Municípios, incluem componentes de apoio à geração de renda e trabalho, por meio dos quais é oferecida assistência técnica, jurídica, treinamento e crédito a cooperativas e micro empresas, constituídas por membros da comunidade. Dados disponíveis mostram que existe uma atividade empresarial intensa nessas comunidades. Ressalte-se inclusive que os programas de microcrédito aí encontram uma forte demanda.

⁸⁸ IPEA/DISOC - Ribeiro, J.A. e Fernandes, M. A. (2000), com base em dados do IBGE e SIAFI/SIDOR. In Boletim de Política Social no 1, julho de 2000.

⁸⁹ IPEA/DISOC - tabulações especiais com base nos microdados da PNAD/HBGE 1993 e 1998.

⁹⁰ HBGE- Síntese de Indicadores Sociais 1999.

16.4 Com os Municípios assumindo cada vez mais o papel de agente de fomento ao desenvolvimento econômico local, têm crescido suas iniciativas de apoio às micro e pequenas empresas.

Em Dourados, Mato Grosso do Sul, o município adotou como estratégia a construção de vilas com dupla finalidade - comercial e residencial. As famílias contempladas, além de acesso aos equipamentos sociais, contam com espaço para a implementação de pequenos empreendimentos comerciais atendendo a demanda da comunidade por meio de oferta de variados serviços.

Outras experiências merecem destaque, como o Banco do Povo, as Incubadoras de Cooperativas e outros programas de micro-crédito.

17. Incentivar Parcerias dos Setores Público e Privado e Estimular Oportunidades de Emprego Produtivo

17.1 A concepção de que o Estado depende de parcerias com o setor privado e com as organizações da sociedade civil para enfrentar os desafios da urbanização e atenuar as desigualdades foi rapidamente assimilada e incorporada nas práticas de planejamento e gestão das cidades, a partir da Conferência Habitat.

17.2 O processo de privatização dos serviços de utilidade pública, notadamente os de telefonia e eletricidade, ganhou fôlego a partir de 1995, com a Lei de Concessões (Lei 8987/95) e foi viabilizado a partir da promulgação de diversas leis que estabeleceram regras gerais para os contratos de concessão e para o processo de regulação.

17.3 Cabe, no entanto, acrescentar que esse processo de desestatização da economia brasileira ocorreu sem o devido estabelecimento de um marco regulatório adequado por parte do poder público e de metas rigorosas de investimento e de ampliação dos serviços às populações e áreas carentes. Adicionalmente, também não foram institucionalizados mecanismos de controle social e de monitoramento e avaliação da performance e da qualidade dos serviços oferecidos à população por esses agentes, o que pode colocar em risco a eficiência econômica, a eficácia gerencial e a justiça social desses processos.

17.4 No setor de telecomunicações, a principal mudança verificada foi a privatização da Telebrás, *holding* que era controlada pela União, responsável pela coordenação da implementação da política no setor e pela captação de recursos destinados aos investimentos das suas subsidiárias estaduais. Houve uma cisão da Telebrás em 12 companhias *holdings*, que foram leiloadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e foi criada a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, agência responsável pela regulação do setor.

17.5 No setor elétrico, até setembro de 1998, 16 empresas de distribuição de energia elétrica haviam sido vendidas em leilões, além de duas usinas hidrelétricas. A exemplo do que ocorreu no setor de telecomunicações, houve a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, agência reguladora responsável, entre outras coisas, por elaborar parâmetros técnicos, garantir a qualidade dos serviços e regular a fixação de tarifas. A privatização da distribuição de energia elétrica não conseguiu evitar a crise no setor energético que o país atravessa atualmente, pois a maior parte da atividade da geração de energia ainda fica a cargo de empresas públicas, que não tiveram recursos necessários para fazer os investimentos necessários na ampliação da oferta de energia no momento requerido, sujeitando o país ao racionamento e a cortes abruptos no fornecimento de energia.

17.6 Na área de petróleo e gás natural, ocorreu a quebra do monopólio na exploração e refino do petróleo por parte da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, o estabelecimento de parcerias entre esta estatal e empresas privadas estrangeiras e a criação da Agência Nacional do Petróleo - ANP.

17.7 Recentemente, foram criadas duas agências regulatórias na área de saúde e uma na área de saneamento básico, meio-ambiente e Gestão dos Recursos Hídricos: a Agência Nacional de Saúde Complementar - ANS, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVS e a Agência Nacional de Águas - ANA.

17.8 No setor de transportes, a privatização do setor ferroviário caracterizou-se, principalmente, pela reestruturação da rede, com sua subdivisão em malhas regionais, e pela transferência dos bens necessários à

operação, através do arrendamento dos bens imóveis e venda dos bens operacionais. No sistema portuário reformulou-se o modelo de controle, antes centralizado e foram criados conselhos de autoridade portuária em cada porto, fomentada a concorrência intra e entre portos, transferida a operação de movimentação de carga para operadores privados e descentralizada a gestão pública do setor, através da estadualização e municipalização de portos por meio de concessões.

17.9 No setor rodoviário, buscou-se a recuperação das condições da malha viária, o autofinanciamento das principais rodovias e a participação da iniciativa privada na gestão direta. Houve ainda a descentralização da gestão pública da malha, mediante convênios de delegação de rodovias aos estados e municípios. Formulase, atualmente, um novo projeto institucional para os setores privatizados na área de transportes, onde se inclui a criação de uma agência de regulação e a abertura do setor aeroportuário à gestão e investimentos privados.

17.10 Outros setores também têm buscado a parceria do setor privado na provisão dos serviços públicos, embora não tenham sido ainda submetidos a um processo amplo de privatização. Pode-se mencionar, em especial, o caso do setor de saneamento, onde vários contratos de concessão foram efetivados em diversas modalidades³¹.

17.11 O processo de privatização dos serviços de infra-estrutura urbana ainda está em curso e que os seus resultados efetivos ainda estão por avaliar, sendo fundamental o estabelecimento de um sistema de regulação, monitoramento e controle da performance dos agentes privados por parte do poder público e da sociedade civil organizada, de forma a garantir a eficiência da gestão, a continuidade dos investimentos e a qualidade dos serviços prestados à população, sem prejuízo das faixas de renda mais baixas.

VIII. GOVERNANÇA

18. Promover a Descentralização e Fortalecer as Autoridades Locais

18.1 O setor público no Brasil é fortemente descentralizado, onde o município constitui um ente federativo autônomo. A Constituição Federal promoveu a redistribuição da receita fiscal entre os três níveis de governo e o aumento da receita dos municípios, que passaram a receber o Imposto inter vivos, do imposto sobre a venda de combustíveis e mediante transferências aos municípios pelo Fundo de Participação dos Municípios – FPM. As transferências por meio do repasse do FPM foram ampliadas, principalmente entre os anos 1993 e 1995, a partir do aumento dos impostos de renda e sobre produtos industrializados.

18.2 Por outro lado, as demandas por políticas urbanas e sociais a nível local cresceram muito, em relação aos recursos, principalmente, após a extinção do BNH e do PLANASA. Isto tem levado os municípios a buscar respostas para essas novas demandas por meio de enfoques inovadores no trato das finanças municipais, investimentos em parceria com o setor privado e realizando uma gestão com participação crescente da população. Entretanto um sistema integrado de aporte de recursos e articulação de políticas entre os diferentes níveis governamentais para políticas urbanas e habitacionais ainda não foi construído.

18.3 O ajuste fiscal e o contingenciamento de recursos do Banco Central, nos últimos anos, aumentaram a escassez de recursos e têm levado os municípios a uma *guerra fiscal* predatória provocando uma ruptura do pacto federativo e a diminuição da solidariedade intermunicipal.

18.4 Embora a esperada reforma fiscal não tenha sido completada como se esperava, o fortalecimento dos governos locais também ocorreu em decorrência de mudanças no sistema tributário nacional. É importante mencionar, no período, a criação, no âmbito do BNDES, do Programa em apoio à melhoria da gestão financeira de Estados e Municípios, como um instrumento de fortalecimento dos governos locais.

18.5 O Governo Federal vem operando programas de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais básicos com as prefeituras municipais para ampliar a arrecadação tributária e aumentar a eficiência e a qualidade do gasto público.

18.6 Ainda nesta área, destacam-se os trabalhos de disseminação de experiências bem sucedidas e de troca de conhecimentos e fortalecimento dos governos locais que vem sendo priorizados pela atuação do governo federal na área do desenvolvimento urbano, inclusive nos programas já referidos de Parceria, Boas Práticas em Desenvolvimento Urbano da SEDUPR e Caixa Melhores Práticas.

18.7 A cooperação intergovernamental, nos seus diversos níveis ainda apresenta, com poucas exceções, uma atuação voltada a interesses específicos e partidários que dificultam o planejamento de políticas articuladas no espaço urbano. Um novo pacto federativo se faz necessário para definir a distribuição tributária bem como para qualificar essa cooperação.

19. Estimular e Apoiar a Participação e o Engajamento Cívico

19.1 Em todos os níveis de governo, existem iniciativas com esse objetivo, embora nem todas com o mesmo grau de sucesso. A Constituição Federal de 1988 incorporou inúmeros dispositivos visando proteger e assegurar o pleno gozo dos direitos de cidadania.

19.2 No campo específico do desenvolvimento urbano e local, os dirigentes municipais passaram a dispor de diferentes mecanismos de consulta aos cidadãos e, por outro lado, os cidadãos passaram a contar com o direito de encaminhar projetos de lei de iniciativa popular. Entretanto muitos conselhos e instâncias de participação têm tido pouca representação dos distintos segmentos sociais.

19.3 No período considerado, como reflexo do amadurecimento político da população e do fortalecimento das instituições democráticas, multiplicaram-se em todo o país experiências de participação popular e de mobilização cívica, por meio do uso de campanhas públicas, movimentos sociais, redes, criação de fóruns e comitês e dos meios de comunicação. Destaca-se, principalmente, a iniciativa popular de lei

encaminhada pelos movimentos sociais de moradia para a criação do Fundo Nacional de Moradia Popular⁹² e as várias atividades e mobilizações realizadas pelas entidades que defendem a Reforma Urbana.

Muitas das experiências municipais premiadas pelo Programa de Gestão Pública e Cidadania da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - FGV/FORD, têm como fundamento promover e disseminar a participação popular e a cidadania. Várias são as experiências de co-gestão adotadas no campo da educação básica, com êxito, estimulando o engajamento das famílias nas escolas. Igualmente, no campo da saúde pública, existem várias iniciativas municipais de promoção do engajamento da comunidade nas ações preventivas, dentre as quais destacamos o projeto Tã Rebocando, que beneficiou 5.500 habitantes e prevê a construção de novas habitações e fortalecimento da cidadania dos moradores do Candeal Pequeno, bairro de Salvador/BA. Um dos aspectos marcantes do projeto tem sido a participação efetiva da comunidade.

Projetos de autogestão no município de Belo Horizonte e no Estado de São Paulo resultaram em melhoria de qualidade de vida da população, com garantia do acesso à moradia com infra-estrutura e fortalecimento de bases associativas na comunidade, como também na capacitação e treinamento profissional e promoção da prática de participação comunitária e de convivência coletiva.

No Programa Autogestão da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, foram construídas mais de 700 unidades habitacionais, com recursos provenientes do Orçamento Participativo da Prefeitura e de demanda organizada pelos movimentos sociais. O conjunto habitacional Urucuita, com 202 unidades habitacionais foi premiado pelas Nações Unidas como prática bem-sucedida.

No "Programa Paulista de Mutirão e Auto-Gestão", foram construídas, desde 1995, 24 mil unidades habitacionais, a maioria destas localizadas na Região Metropolitana de São Paulo.

20. Assegurar a Governança Transparente, Responsável e Eficiente de Vilas, Cidades e Áreas Metropolitanas

20.1 Há o reconhecimento geral no país de que é necessário melhorar a capacidade de governança dos Municípios, traduzida em mais eficiência, eficácia, transparência, participação e responsabilidade fiscal da gestão local. A aprovação recente da Lei de Responsabilidade Fiscal é um índice de que esse compromisso vem sendo considerado⁹³.

20.2 Entre as experiências bem-sucedidas disponíveis neste campo, insere-se a do orçamento participativo, uma boa prática da Prefeitura de Porto Alegre, que vem rapidamente sendo absorvida e aplicada pelos municípios e que já recebeu reconhecimento internacional, inclusive por meio do Programa de Melhores Práticas e Lideranças Locais do Habitat. Mais do que uma entre centenas de "idéias inovadoras de gestão municipal", o orçamento participativo amplia o conceito de cidadania e democracia ao partilhar com os cidadãos as decisões sobre o gasto público.

20.3 Inúmeros municípios incorporaram a prática do debate de políticas específicas a partir da criação de "Conselhos Institucionais" que congregam setores governamentais e da sociedade civil. Essa prática apesar de ser uma conquista democrática, tem sido implementada, em muitos casos, de forma conservadora levando para essas instâncias, culturas clientelistas, particularistas e defensoras de interesses específicos. Destacam-se, no entanto, as experiências dos conselhos de saúde, da criança e do adolescente, da assistência social, nas três esferas de governo que vem demonstrando práticas renovadas de participação e representativas dos segmentos sociais.

20.4 É necessário criar programas de desenvolvimento institucional que sejam acessíveis a todos os municípios. As experiências mais recentes encontram-se na esfera estadual. Diversos Estados têm realizado programas dirigidos à melhoria da gestão local e urbana dos seus Municípios, com bons resultados. Observa-se

⁹² Projeto de Lei nº 2710/92.

⁹³ Lei nº 10.028 de 19 de outubro de 2000.

que não falta aos dirigentes municipais vontade de aperfeiçoar e no entanto, as necessidades de capacitação, especialmente nos municípios mais necessitados, não têm sido supridas⁹⁴.

20.5 O Programa Nacional de Desburocratização⁹⁵ vem abolindo procedimentos burocráticos desnecessários que complicavam a vida do cidadão na prestação dos serviços públicos e das empresas. Por ser um programa recente, o seu alcance ainda é restrito.

20.6 Os instrumentos de planejamento e de gestão urbana⁹⁶ têm sido insuficientes e inadequados em consequência dos seguintes fatores: a) não se relacionarem à dinâmica econômica, social e territorial da cidade; b) se dirigirem principalmente aos segmentos de média e alta renda do mercado imobiliário, reservando para estes as áreas mais bem servidas e aptas para a urbanização e; c) apresentarem conteúdo e procedimentos técnico-burocráticos que excluem a participação e controle social em sua implementação. Isto dificulta a gestão urbana e contribui para o aumento do preço da terra, elevação do custo do investimento público e privado e a proliferação de padrões irregulares de ocupação e urbanização. A ausência de um marco regulatório adequado, em âmbito federal e estadual neste campo, contribui para agravar essa situação.

20.7 Com a democratização e renascimento da esfera política local, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, observou-se o declínio do modelo tecnocrático de gestão metropolitana vigente durante os anos 70. No entanto, ainda é necessário a consolidação de uma nova abordagem para a gestão metropolitana. As iniciativas de gestão compartilhada, como as experiências de consórcios intermunicipais e comitês de bacias apontam para uma nova forma de cooperação intermunicipal, no âmbito metropolitano.

20.8 É necessário a construção de mecanismos de participação, de cooperação intergovernamental, de capacitação e de socialização das informações, para que se alcance uma dimensão nacional de governança democrática, transparente e participativa. Na gestão urbana brasileira ocorrem diversas disfunções, que devem ser superadas, pois se mostram conflitantes com experiências mais democráticas.

20.9 Setores da sociedade apontam que, em muitos municípios, os planos diretores sofrem pressões de políticas de outros níveis de governo e enfrentam posicionamentos políticos e imposições metodológicas, como por exemplo os planos estratégicos de executivos que têm descaracterizado a função social da propriedade e da cidade, preceito constitucional obrigatório a ser incorporado nos planos diretores.

20.10 Inúmeros programas de documentação e disseminação de boas práticas em desenvolvimento urbano foram criados no período.⁹⁷ As parcerias para o desenvolvimento urbano e local estão surgindo em todos os campos da administração pública, em todos os níveis de governo, mas particularmente em nível local. Neste sentido, pode-se afirmar que esse é um dos compromissos com a implementação da Agenda Habitat que tem colhido os melhores resultados, embora seja uma inovação na gestão pública brasileira.

20.11 Exemplos são as iniciativas de vários Municípios na formulação de planos estratégicos e planos diretores de desenvolvimento local, baseados em novas metodologias que valorizam as parcerias com o setor privado e com as organizações da sociedade civil. Também deve-se registrar as experiências em curso de promoção do desenvolvimento local integrado sustentável (DLIS), apoiados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, pelo Banco do Nordeste, pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros.

20.12 Nos últimos anos os municípios passaram a recorrer a terceiros para prestar alguns serviços urbanos à população, com os percentuais variando consoante a natureza dos serviços e aumentando com o tamanho do município. Dos 5506 municípios existentes em 1999, 1072 (20%) possuíam serviços terceirizados de coleta de lixo e 903 (16%) de limpeza urbana. Ocorriam ainda terceirizações nos serviços destinados ao funcionamento

⁹⁴ Em 1999 o conjunto dos municípios brasileiros apresentavam uma média de 31 funcionários por 1000 habitantes.

⁹⁵ É o Programa do Plano Plurianual de Investimentos - PPA 2000-2003 Avança Brasil. O objetivo da Desburocratização é garantir o respeito e a credibilidade das pessoas e protegê-las contra a opressão burocrática. As ações serão desenvolvidas em articulação com os demais ministérios e órgãos federais, os governos estaduais, os poderes legislativo e judiciário, e a sociedade.

⁹⁶ Do total de 5.506 municípios existentes no país em 1999, 4.444 registraram a existência de planos plurianuais de investimentos, 840 dispunham de Plano Diretor, 1.548 tinham Lei de Parcelamento do Solo Urbano e 1.187 contavam com Lei de Zoneamento Urbano ou equivalente.

⁹⁷ Destacam-se o Programa de Boas Práticas em Desenvolvimento Urbano da SEDU/PR, o Programa de Melhores Práticas da CAIXA e o Programa de Melhores Práticas em Lideranças Locais do HABITAT.

da própria administração pública local, como limpeza e segurança das unidades prediais municipais (IBGE, Pesquisas de Informações Básicas Municipais, 1999).

A Região do Grande ABC, berço da indústria automobilística brasileira composta de sete municípios quais sejam Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, está situada no setor sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, a maior do país (17 milhões de habitantes) contando com uma população de dois milhões e duzentos mil habitantes, constituindo o terceiro mercado consumidor do Brasil.

A globalização e a chamada reestruturação produtiva provocou um crescente desemprego na região. Apesar de o ABC, junto com a Região Metropolitana de São Paulo, serem responsáveis por 60% da geração de valor da Indústria Paulista – PAEP/SEADE. Nos anos 90 foram perdidos cem mil empregos, sendo a taxa de desemprego atual, segundo pesquisa do PED/SEADE-DIEESE, atinge patamares de 20% superando a taxa da RMSP.

Como resposta à crise econômica, instalaram-se o Consórcio Intermunicipal, o Fórum da Cidadania e a Câmara do Grande ABC, cujo principal enfoque é a tarefa de encontrar um novo modelo de gestão compartilhada, visando o desenvolvimento sustentável da Região. Esses exemplos de gestão inovadora e compartilhada, representam não só uma forma de cooperação entre Estado, Mercado e Comunidade mas, também, a constituição de um sistema de governança empreendedora, superando os tradicionais conflitos municipalistas.

O regimento da Câmara do Grande ABC não prevê uma instituição com personalidade jurídica. Sua constituição informal prevê um espaço de negociação de acordos, visando o desenvolvimento sustentável da Região.

Os acordos assinados desde 1997 até hoje correspondem a uma coalizão do Poder Público, Empresários, Sindicatos e demais organizações da Sociedade Civil articuladas pelo Fórum da Cidadania que, sem negar conflitos existentes, encontraram denominador comum, agregando forças usualmente antagônicas, produzindo um processo regional de cooperação, dentro do que teoricamente é apontado como exemplo de governança urbana.

IX. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

21. Fortalecer a Cooperação e as Parcerias Internacionais

21.1 A cooperação internacional tem-se tornado, ao longo dos últimos anos, importante instrumento de concretização de programas sociais no âmbito governamental e não governamental. Os atores governamentais não se restringem unicamente ao governo federal mas envolvem, como tomadores da cooperação, as instâncias estaduais e municipais, as organizações não governamentais e as agências privadas. As modalidades mais utilizadas são a cooperação técnica e financeira.

21.2 No âmbito da cooperação técnica governamental, coordenada pelo governo brasileiro por meio da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, há programas que se destacam por seu alcance e metodologia, além de apresentarem resultados de importância para a solução de problemas sociais.

21.3 Atualmente, o Brasil recebe cooperação técnica por meio de Acordos bilaterais com o Japão, a República Federal da Alemanha, a França, o Canadá, o Reino Unido, a Itália, a Comunidade Europeia e a Espanha, além de organismos internacionais como PNUD, UNICEF, FAO e OEA. No âmbito da cooperação entre países em desenvolvimento, são executados projetos com a África, América Latina e Caribe.

21.4 O mecanismo de cooperação técnica vem se mostrando eficaz no apoio às políticas de governo, principalmente nos setores de habitação e saneamento. Em passado recente, essa cooperação também favoreceu a realização de estudos e pesquisas que contribuíram decisivamente para o levantamento de informações e implantação de políticas públicas.

21.5 Em relação aos temas tratados na Conferência Habitat II, destacam-se, na Cooperação Bilateral, programas executados com o apoio dos governos alemão, canadense, francês, italiano e japonês.

O Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda (PRORENDIA), desenvolvido com o apoio do Governo alemão, visa a organização de grupos beneficiários economicamente desfavorecidos, fazendo com que passem de receptores de ofertas governamentais para articuladores de suas demandas, exercendo o direito de cidadania. É condição indispensável, na implementação do Programa, a mobilização e o fortalecimento da capacidade de autogestão das comunidades trabalhadas, bem como sua organização e articulação em formas associativas.

No âmbito do PRORENDIA no Ceará destacam-se três Projetos: "Desenvolvimento Urbano em Bairros Populares" de Fortaleza, Ceará, "Implantação de Melhorias Urbanas em Assentamentos de Populações de Baixa Renda" na Região Metropolitana de Recife, Pernambuco e "Promoção de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Rio Grande do Sul".

O Projeto executado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará encontra-se em fase avançada de execução, objetivando, de forma integrada e participativa, capacitar instituições e fortalecer comunidades para planejar e implementar projetos de co-gestão, bem como promover a melhoria de assentamentos urbanos e sociais entre as comunidades carentes.

O Governo canadense apóia o Projeto "Gerenciamento Participativo nas Áreas de Mananciais em Santo André" - "*Community-Based Watershed Management in Santo André*", cujo objetivo é definir e implementar um Marco de Gerenciamento Ambiental Sustentável para o município de Santo André, São Paulo, a fim de orientar o desenvolvimento, evitando problemas decorrentes de assentamentos em áreas ambientalmente sensíveis. A definição desse Marco de Gerenciamento envolve uma focalização no processo de planejamento - normas e metodologias utilizadas na conceituação, definição e implementação de um plano de desenvolvimento. O Projeto vem apresentando progresso nas seguintes atividades: Rezoneamento das áreas de mananciais com base em métodos de análise ambiental e social; Resolução de conflito (com base em avaliação de impacto social e participação comunitária nas discussões dos problemas e propostas);

Comunicação ao público; Análise de relação de gênero; e Fortalecimento de parcerias.

Apoiado pelo Governo italiano, o "Projeto ALVORADA: Intervenção Integrada em Áreas Marginais para Melhoria de Qualidade de Vida da População", com a Secretaria de Trabalho e Ação Social do Estado de Minas Gerais tem como objetivos: a recuperação e integração sócio-urbanística de favelas na Região Metropolitana de Belo Horizonte; a promoção do desenvolvimento sócio-econômico e cultural dos moradores em favelas; a promoção do desenvolvimento rural em áreas expulsoras de mão-de-obra; e o fortalecimento das instituições locais executoras do projeto. O Programa desenvolve e aplica metodologias de pesquisa participativa e levantamento cartográfico rápido com fotos áreas de baixa altitude e uma metodologia integrada de projeto.

Os instrumentos descritos acima foram avaliados positivamente pelo Banco Mundial e o Habitat e foram apresentadas em vários seminários nacionais e internacionais. A metodologia foi reproduzida em outros programas no contexto nacional- Novos Alagados na Bahia e internacional - Cidade do Cabo na África do Sul).

21.6 Quanto ao apoio prestado pelo Governo japonês na área de saneamento, destaca-se o desenvolvimento de Projetos nos estados de São Paulo e Pernambuco. No Estado de São Paulo, foram concluídos, em 2000, dois projetos: "Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais", de interesse da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, que desenvolveu técnicas de tratamento e disposição de resíduos por meio do processo de incineração e de controle da poluição causada por esse processo; e "Otimização do Sistema de Abastecimento de Água", da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP. Encontra-se em execução o "Curso Internacional de Treinamento em Técnicas de Tratamento de Esgotos Domésticos", também da SABESP, que visa a capacitação de profissionais da América Latina e África de Língua Portuguesa nesta área de tratamento de esgotos.

No Estado de Pernambuco, o projeto "Programa de Melhoria da Qualidade da Água de Reservatórios Eutrofizados Utilizados para Abastecimento Público", desenvolvido pela Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, tem por objetivo melhorar a qualidade da água de abastecimento público, por meio de intervenções para redução da eutrofização e dos problemas dele decorrentes. Ainda em Recife, concluiu-se em 2000 o projeto "Estudo sobre o Plano de Gerenciamento de Esgotos e Drenagem Pluvial para a Região Metropolitana de Recife", que teve como objetivo melhorar o ambiente urbano daquela região de modo a garantir o crescimento das atividades econômicas dos setores industrial, de comércio e serviços, especialmente o setor de turismo, visando a melhoria da qualidade de vida da população.

21.7 A Cooperação Técnica Multilateral possui características próprias, tanto em relação ao *modus operandi* quanto ao grande número de projetos em negociação. A vinculação às Nações Unidas da maior parte dos organismos multilaterais permite a atuação, em conjunto com a instituição executora, de mais de um organismo internacional, garantindo o aproveitamento da excelência de cada um.

21.8 Entre os organismos que compõem o Sistema Nações Unidas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, ocupa lugar de destaque como a mais importante fonte de cooperação multilateral apoiando projetos na área de habitação e urbanismo. O VI ciclo de programação do PNUD, cobrindo um período de 5 anos (1997-2001), conta com recursos do Programa e participação nacional, a título de "*cost-sharing*", que são aportes financeiros das instituições executoras colocados à conta daquele organismo, a fim de fazer face às despesas dos projetos de cooperação.

21.9 No âmbito da cooperação técnica com o PNUD, destacam-se alguns projetos desenvolvidos pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República - SEDU/PR tais como o "Apoio à Implementação do Programa HABITAR/BRASIL/BJD" o "Desenvolvimento do Sistema de Monitoração e Avaliação de Programas e Projetos" e o "Sistema Nacional de Indicadores Urbanos".

21.10 O primeiro desses projetos tem por objetivo contribuir para a estruturação de um novo modelo de Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, com ênfase na política habitacional de interesse social e na implementação de projetos de urbanização em áreas urbanas informais, contribuindo para elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população carente em metrópoles e aglomerações urbanas brasileiras. Esse projeto trata de apoiar iniciativas que atuem para diminuir as desigualdades sociais, por meio da redução do déficit habitacional e que contribuam, também, para aumentar a competitividade da economia e gerar novos empregos e oportunidades de renda. A limitada capacidade do setor público, a importância das ações de melhoramento nos assentamentos e o processo de ocupação desordenada fazem parte do foco do projeto, que objetiva a estruturação de um novo modelo de política habitacional.

21.11 O Projeto "Sistema Nacional de Indicadores Urbanos" objetiva conceber os sistemas informatizados que darão suporte à SEDU/PR no acompanhamento e na medição dos resultados de programas e projetos sob sua responsabilidade, no campo do desenvolvimento urbano, criando uma sistemática de análise periódica do conjunto de indicadores gerado por esses sistemas, com vistas a aprimorar continuamente sua composição.

21.12 O projeto de Modernização do Setor Saneamento, também executado pela SEDU, pretende contribuir para a melhoria das condições de vida da população brasileira e para a garantia da salubridade ambiental, mediante a execução de ações de saneamento voltadas para a modernização setorial, o fortalecimento institucional e a melhoria da prestação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Tal projeto baseia-se em conceitos da Política Nacional de Saneamento e incorpora os ensinamentos da primeira etapa do projeto.

A Secretaria Executiva de Desenvolvimento Urbano e Regional do Pará - SEDU/PR, executa projeto de Ações Estratégicas de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, que visa promover a melhoria das condições da qualidade de vida do cidadão do Pará, por intermédio da implementação de ações estratégicas de desenvolvimento urbano e regional.

O Projeto Paraná Cidade - Ações Estratégicas de Gestão Municipal e Urbana, executado pelo Governo do Paraná, em parceria com a SEDU, objetiva contribuir com os esforços estaduais no sentido de dotar as administrações municipais com os meios indispensáveis à promoção da qualidade de vida da população, à adoção de instrumentos de gestão eficientes, eficazes, transparentes e flexíveis e à capacitação de recursos para financiar seu desenvolvimento. Com a cooperação com o PNUD, a SEDU mobilizou agentes públicos e sociais, visando a definição da política urbana do Paraná e a concepção do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano 1995/2000 - Paraná Urbano.

21.13 No que diz respeito à cooperação técnica entre países em desenvolvimento, o Brasil vem assumindo, nos últimos anos, papel cada vez mais nítido de país ofertante de cooperação técnica. Tal fato decorre, de um lado, da política brasileira de cooperação técnica emanada do Ministério das Relações Exteriores e, do outro, da própria demanda dos países em desenvolvimento e dos organismos internacionais, no sentido de que o Brasil disponibilize, para os países de menor desenvolvimento relativo, suas bem sucedidas experiências em diversos setores.

21.14 As ações nessa área são conduzidas, no âmbito da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, pela Coordenadoria de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. A partir de 1995, procurando alçar a cooperação brasileira a um patamar mais elevado, a ABC retomou diversas iniciativas de intercâmbio, identificou novas linhas de atuação, estruturou novos Programas e projetos de cooperação entre o Brasil, os países da América Latina, Caribe e África, notadamente os países de língua portuguesa - PALOPs.

21.15 Como resultado dos trabalhos empreendidos pela ABC, no período de 1996 a 2000 foram atendidos mais de 360 projetos e atividades. Além disso, inúmeras solicitações encontram-se em negociação e análise na ABC. As demandas de cooperação situam-se em grande parte em áreas nas quais o Brasil destaca-se pela excelência dos trabalhos desenvolvidos e pelas soluções inovadoras para problemas que também os afetam nos setores/temas de educação, agricultura, transporte urbano, saúde, indústria, administração pública, meio ambiente, mineração, habitação, desenvolvimento urbano, social, energia, trabalho, gestão municipal, entre outros. No ano de 2000, a distribuição dos projetos em execução e atividades realizadas por área

geográfica foi a seguinte: América do Sul: 39%; América Central e Caribe: 36%; África: 22%; e Ásia e Oceania: 3%.

21.16 Para concretizar as solicitações de cooperação técnica, a ABC utiliza seus recursos e interage com instituições técnicas nacionais buscando o seu engajamento nos projetos e obter o apoio para a cooperação solicitada, principalmente para a concessão de horas técnicas dos especialistas.

21.17 A ABC beneficia-se, por outro lado, de fundos e acordos criados especificamente para o seu provimento, tal como o Fundo Brasileiro de Cooperação - FBC, destinado a financiar ações de cooperação técnica entre o Brasil e os Estados-membros da Organização de Estados Americanos - OEA. As ações de cooperação financiadas pelo FBC durante a sua implementação, de 1996 a 1998, atenderam 45 demandas apresentadas pelos países da América Latina e Caribe.

21.18 No âmbito do MERCOSUL, a cooperação dá-se em estreito entendimento com o Comitê de Cooperação Técnica - CCT. Neste caso, a ABC busca apoiar projetos de cooperação técnica que contribuam para a consecução dos objetivos do Tratado de Assunção. Não há um grupo de trabalho específico para tratar as questões ligadas à urbanização e saneamento. Entretanto, o tema é abordado, indiretamente, nos diversos subgrupos, reuniões especializadas e outros órgãos técnicos.

21.19 Em relação à capacitação de recursos humanos, há uma intensa participação do Brasil, acolhendo em suas instituições de ensino técnicos de países latino-americanos e africanos para acompanhar cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* nas áreas de urbanismo e arquitetura. Neste particular, destacam-se a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

como estamos vendo, tomamos novamente um caráter de emergência – seja direcionado a projetos que venham a dar soluções definitivas a esse problema, sobretudo na Região Nordeste, a fim de que não venhamos a atuar sem pressões efetivas. Uma das grandes reivindicações dos Senadores, feita por meio de manifestações, inclusive de V. Ex^a, nesta tribuna, é que não venhamos a atuar apenas sobre a emergência e sobre os efeitos. De seja felicidade a V. Ex^a. O Ministério foi muito bem entregue. Parabéns!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a, que, com toda certeza, falou pelo Estado do Espírito Santo. Fico muito grato pela sua generosa palavra.

O Sr. Luiz Otávio (Sem Partido – PA) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Luiz Otávio (Sem Partido – PA) – Ministro Ramez Tebet, fiz questão de ouvir o senhor nesta tarde. V. Ex^a já dava por encerrar a manifestação do Plenário do Senado Federal, mas fiz questão de encerrar a nossa manifestação, manifestação dos seus Colegas do Senado, manifestação dos representantes do Norte, do Estado do Pará em especial, principalmente porque os órgãos ligados ao Ministério da Integração Nacional, na Amazônia e no Nordeste, mas em especial na Amazônia, na minha região, se encontram totalmente paralisados, criando dificuldades a todos os empresários, a todos os trabalhadores de uma região mais distante, menos sistêmica, mas com tantos recursos naturais, que gera energia para o Brasil, participada pela balança comercial positivamente há quase 15 anos. É importante para o Estado do Pará que, estando V. Ex^a à frente do Ministério da Integração Nacional, os órgãos que servem de desenvolvimento para a nossa região possam se revitalizar, trazer novas forças, distinguir novos horizontes, para que, realmente, tanto os trabalhadores como os empresários e o Governo Federal, dentro da Região Amazônica, em especial no Pará, façam-se representar e retornar os investimentos que foram paralisados. Não podemos ficar parados. Muitas empresas, a maioria delas, estão funcionando, mas aguardando a continuidade da implantação de seus projetos e de outros novos que deverão surgir com a duplicação da capacidade de geração de energia da usina de Tucuruí e também com a usina de Belo Monte nos próximos anos, gerando mais energia para a Amazônia. Realmente precisamos trazer novos fluidos, novos ventos. Tenho certeza de que V. Ex^a bem representará o Centro-Oeste, particularmente o Estado do Mato Grosso do Sul, que tem fortes ligações com o Norte, particularmente com o Pará, podendo dar solução para o Brasil. O Pará é solução para o Brasil, a Amazônia é solução. Com

certeza, V. Ex^a revitalizará o Ministério e, em especial, os projetos para a Amazônia. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Luiz Otávio, agradeço imensamente as generosas palavras de V. Ex^a.

Sr. Presidente, a Casa foi muito generosa comigo. A Mesa foi muito tolerante, pois ultrapassamos, e muito, o tempo.

Encerro dizendo que assumo o Ministério da Integração Nacional sabendo das dificuldades. Sei que ninguém faz milagre, mas sei também que, se cada um fizer um pouquinho, poderemos fazer muito pelo Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vou com o pensamento voltado para o Senado Federal – voltar a repetir –, precisando da colaboração de todos e pedindo que me ajudem. Ajuda rei o Governo, tentarei dar minha colaboração ao Brasil. Assumi em nome do Mato Grosso do Sul. Sou um homem do Centro-Oeste, mas volto para todo o Brasil.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e aos Companheiros.

Até logo, se Deus quiser. (Palmas!)

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Senador Ramez Tebet, a Presidência se une às manifestações do Plenário, mas tem dificuldade de encontrar adjetivos para descrever a V. Ex^a o maior sucesso à frente do Ministério da Integração Nacional. Estamos certos de que o entusiasmo, a capacidade de luta e o patriotismo de V. Ex^a farão com que a sua missão seja vitoriosa e de sucesso, não só para V. Ex^a, mas para o País.

De sejamos boa sorte a V. Ex^a.

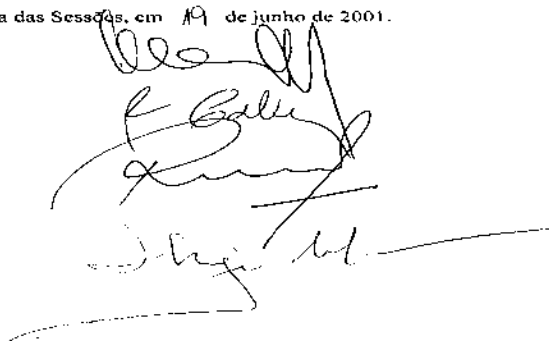
O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requeirimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 320, DE 2001

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar (nº 195/2001-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do

Sala das Sessões, em 19 de junho de 2001.



Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Esse requerimento será votado após a Ordem do Dia, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Foi encaminhado à publicação parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 26, de 2001, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD.

Amatéria em contra-sé em regime de urgência e será incluída na Ordem do Dia da sessão de liberativa ordinária de amanhã, 20 de junho, quando poderá receber emendas até o encerramento da discussão.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje aconteceram dois fatos imprevistos: a despedida do ilustre Senador Ramez Tebet, que prolongou a sessão até esta hora, e uma reunião nacional do PMDB, Partido de V. Ex^a, que retirou vários Senadores do Plenário para dela participarem.

O Item nº 2 trata de emenda à Constituição, que exige quórum qualificado. Apelo a V. Ex^a para transfe-

rir esse item para a sessão de amanhã, pois há risco de falta de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Faremos um esforço, Senador Jefferson Péres. Da parte da Presidência, não há nenhuma dificuldade. Poderemos votar um requerimento de adiamento quando da apreciação do Item nº 2 da pauta, transferindo-o para amanhã, se for de sejo do Plenário.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Muito obrigado.

O SR. JADER BARBALHO (Presidente) – Passa-se à

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2001
(Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 3.532/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (incluindo a figura do contador como autor do crime de falso testemunho ou falsa perícia, bem como exacerbando as penas impostas ao referido crime), tendo

Parecer, sob nº 482, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apressenta.

Aprojetos foram apresentadas emendas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no prazo único previsto no art. 122, item II, alínea b, combinado com o art. 375, item I, do Regimento Interno.

A Presidência esclarece ao Plenário que a emenda apresentada como conclusão do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apesar de não ter recebido a designação de substitutiva, constitui substitutivo integral ao texto do presente projeto.

Prestado esse esclarecimento, a Presidência submeterá à apreciação do Plenário a Emenda nº 1 da CCJ, antes do projeto, nos termos do art. 300, item XIII, do Regimento Interno, que tem preferência regimental.

Discussão em conjunto do projeto e da emenda, em turno único. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a palavra, encerro a discussão.

So bre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 321, DE 2001

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do art. 20 do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 3.532/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal (incluindo a perícia, bem como exacerbando as penas impostas ao referido crime), a fim de ser incluído no texto da Emenda nº 1-CCJ.

Sala das Sessões, 19 de junho de 2001. — **Iris Rezende.**

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) — Em votação o requerimento de destaque para a votação em separado do art. 2º do projeto, a fim de que seja inserido no texto da Emenda nº 1 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O dispositivo destacado será votado oportunamente.

Em votação a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ressalvado o destaque requerido nos termos regimentais.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação o art. 2º do projeto, destacado, a fim de que seja inserido no texto da Emenda nº 1 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovada a Emenda nº 1 — Substitutivo — e o destaque, fica prejudicado o projeto.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido para o tur no suplementar, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 594, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o tur no suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 3.532, de 2000, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o tur no suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 3.532, de 2000, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, consolidando o destaque aprovado pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de junho de 2001. — **Edison Lobão**, Presidente — **Ronaldo Cunha Lima**, Relator — **Antonio Carlos Valadares** — **Carlos Wilson** — **Mozarildo Cavalcanti**

ANEXO AO PARECER Nº 594, DE 2001

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 342 e 343 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:

Pena — reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

§ 3º O fato deixa de ser punível, se, antes da sentença, o agente se retrata ou declara a verdade.” (NR)

“Art. 343. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, tradução ou interpretação:

Pena — reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, aplica-se a pena em dobro.

§ 2º As penas aumentam-se de um terço a um sexto, se o crime é cometido

com o fim de obter pro va des ti na da a pro du zir efe i to em pro ces so em que for par te en ti da de da administração pública direta ou in direta."(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão o substitutivo em turno suplementar. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) – So bre a mesa, re que ri men to que será lido pelo Sr. 1º Se cre tário, Senador Carlos Wilson.

É lido o se guin te:

REQUERIMENTO Nº 322, DE 2001

Nos ter mos do art. 311, in ci so I, do Re gi men to Interno, re que i ro pre fe rên cia para os itens 3 e 4 a fim de serem apreciados an tes da ma té ria cons tan te do item nº 2 da Ordem do Dia.

Sala das Ses sões, 19 de ju nho de 2001. – **Car los Wilson**.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) – Em vo tação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a inversão solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) – **Item 3:**

MENSAGEM Nº 112, DE 2001

(Inversão de pauta nos termos do Re que ri men to nº 322, de 2001)

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Dis cus são, em tur no úni co, do Pa re cer da Comissão de Relações Exteriores e De fe sa Nacional, Relator: Senador José Agri pi no, sobre a Mensagem nº 112, de 2001 (nº 340/2001, na ori gem), de 18 de abril do cor ren te ano, pela qual o Presidente da Repú blica submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplo mata, para, cumulativamente com a função

de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer a de Embaixador do Bra sil jun to à Re pú bli ca de Se i che les e à República Democrática de Madagascar.

So bre a mesa, pa re cer que será lido pelo Sr. 1ª Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o se guin te:

PARECER Nº 595, DE 2001-CRE

O SR. CARLOS WILSON (Blo co/PPS – PE) – O pa re cer da Comis são de Re la ções Ex te ri o res e De fe sa Na ci o nal so bre a Men sa gem nº 112, de 2001, sub me ten do à de li be ra ção do Se na do a es co lha do Se nhor *Pedro Luiz Carneiro de Mendonça*, Mi nis tro de Segunda Classe do Qua dro Per manente da Car re i ra de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República de Mo çam bi que, exer cer a de Emba i xa dor do Bra sil jun to à República de Seicheles e à República Democrática de Madagascar, é favorável.

É o se guin te o pa re cer na ín te gra:

PARECER Nº 595, DE 2001

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 112, de 2001 (Mensagem nº 340, de 18 de abril de 2001 – Presidência da República), submetendo à apreciação do Sena do Fe de ral a es co lha do Se nhor *Pedro Luiz Carneiro de Mendonça*, Mi nis tro de Segun da Clas se, da Car re i ra de Dip lo mata do Quadro Permanente do Minis té rio das Relações Exteriores, para, cumu lativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Bra sil jun to à Re pú bli ca de Se i che les e à República Democrática de Madagascar.

Relator: Senador **José Agri pi no Maia**

Com base no art. 52, inciso IV da Constituição Federal, e legislação ordinária pertinente, o Senhor Presidente da Re pú bli ca, na for ma da Men sa gem nº 340, de 18 de abril de 2001 (fls. 1), sub me te à apre ci ação dos Senhores Membros do Senado Federal a es co lha, que de se ja fa zer, do Se nhor *Pedro Luiz Carneiro de Mendonça*, Mi nis tro de Se gun da Clas se, da Car re i ra de Dip lo mata do Qua dro Per manente do Mi nis té rio das Relações Exteriores, para, cumulativa men te com o car go de Emba i xa dor do Bra sil jun to à República de Moçambique, exercero cargo de Emba

ixador do Brasil junto à República de Seicheles e à República Democrática de Madagascar.

Acompanha a Mensagem Presidencial em epígrafe, o **Curriculum Vitae** do Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, do qual cabe destacar: nas cidades do Rio de Janeiro/RJ, em 1º de novembro de 1945, filho de Luiz José Carneiro de Mendonça e Helena Bandeira de Mello, o interessado é Bacharel em Direito pela PUC/RJ.

Após a conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, foi subsequentemente promovido a Terceiro Secretário, 3 de fevereiro de 1970; Segundo Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973; Primeiro Secretário, merecimento, 2 de março de 1979; Conselheiro, merecimento, 1º de julho de 1986; Ministro de Segunda Classe, merecimento, 18 de dezembro de 1992.

Dentre os cargos e missões que desempenhou, destaca-se: Assistente do Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete, 1970/72; Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal, 1972/73; em Licença, 1976; Assistente do Chefe da Divisão da América Central e Setentrional, 1977/79; Assistente do Chefe de Divisão de Política Financeira, 1985/86; Chefe da Divisão de Política Financeira, 1986/88; Introdutor Diplomático, 1991; Chefe da Divisão de Política Financeira, 1991/92; Chefe da Divisão de Comércio Internacional e Manufaturas, 1992/94; Vaticano, Segundo Secretário, 1974/76; Londres, Primeiro Secretário, 1979/82; Bogotá, Primeiro Secretário, 1982/85; Paris, Conselheiro, 1988/91; Bonn, Ministro-Conselheiro, 1994/96; Vaticano, Ministro-Conselheiro, 1996/2001; Comissão Permanente de Controle de Nomeações, 1972/73 (membro); Comissão Mista Cultural Brasil-Reino Unido, Edimburgo, 1980 (membro); Comemorações dos 450 Anos de Cartagena, Cartagena, 1983 (membro); Representante do MRE na Comissão de Estudos Tributários Internacionais, 1986 e 1987; Reuniões do Consenso de Cartagena, em Nível Técnico e Ministerial, Punta del Este, 1986 (delegado); Reunião Técnica sobre Investimento Privado da OEA, San Juan de Porto Rico, 1986 (delegado); Delegação às Reuniões do Clube de Paris sobre o rescalonamento das dívidas da Nigéria e do Gabão, Paris, 1986 (membro); XLVII e XLVIII Reuniões da Comissão da Assembleia de Governadores, XXVII e XXVIII Reuniões da Assembleia de Governadores do BID, São José, 1986 e Miami, 1987 (delegado); Membro da Comitiva do Senhor Ministro de Estado na visita oficial ao Peru, 1987; Reunião do Consenso de Cartagena em Nível Técnico, Guanajuato, 1987 (co-chefe da delegação); Membro da Comitiva do Senhor Presidente da República no encontro de fronteira

com o Presidente do Peru, Rio Branco/Puerto Maldonado, 1987; VII UNCTAD, Genebra, 1987 (delegado); Reunião do Consenso de Cartagena em Nível Técnico, Montevidéu, 1987 (delegado); XLVI a XLVIII e L Reuniões do Grupo dos 24 (su plen te); XLI e XLII Reuniões Anuais, conjuntas, das Assembleias de Governadores do FMI/BIRD, Washington, 1986 e 1987 (delegado); I Rodada de Negociações Brasil-URSS sobre uma convenção para evitar a Dupla Tributação da Renda e Prevenir a Evasão fiscal em matéria de Impostos sobre a Renda, Brasília, 1988 (delegado); Representante às reuniões do Clube de Paris sobre o rescalonamento das dívidas do Togo e do Gabão, 1988. (delegado); Delegação à reunião do Clube de Paris sobre o rescalonamento da dívida oficial brasileira, 1987 e 1998 (membro); Reuniões de grupos consultivos sobre a Bolívia e Moçambique, Paris, 1988 (observador).

O Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça possui as seguintes condecorações: Medalha Mérito Santos Dumont; Brasil; Ordem de Mérito da República Federativa da Alemanha, 1ª Classe.

São estas as informações a serem prestadas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão, 5 de junho de 2001. — **Jefferson Peres**, Presidente — **José Agripino**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Avotação da presente matéria será realizada simultaneamente com o próximo item, por escrutínio secreto.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — **Item 4:**

MENSAGEM Nº 129, DE 2001

(Inversão de pauta nos termos do Requerimento nº 322, de 2001)

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Gilberto Mestrinho, sobre a Mensagem nº 129, de 2001 (nº 476/2001, na origem), de 24 de maio do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino

da Suécia, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER N.º 596, DE 2001-CRE

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – O parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 129, de 2001, submetendo à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Elim Saturnino Ferreira Dutra*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia, é favorável – aprovado com 11 votos favoráveis.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 596, 2001

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 129, de 2001 (Mensagem nº 00476, de 24-5-2001, na origem) do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha, que deseja fazer, do Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia.

Relator: Senador **Gilberto Mestrinho**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, o de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. (artigo 52 item IV).

Atendendo a Preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do interessado.

Segundo o referido documento, o Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra, filho de Ademar Costa Dutra e Neli Ferreira Dutra, nasceu em Bom Jesus/RS, em 22 de janeiro de 1942.

É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da UFRJ. Fez o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco e o Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial.

Foi nomeado Terceiro Secretário, por concurso, em 1970. Foi promovido a Segundo Secretário, por merecimento, em 1979; a Conselheiro, por merecimento, em 1982; a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1989; a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1997.

No âmbito da Secretaria de Estado, exerceu funções de relevância, como Chefe da Divisão de Cooperação Técnica, no período de 1989/91; e Vice-Diretor e Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) nos períodos de 1989/91 e de 1995 a 2000.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu em Roma, de 1974 a 1976, onde exerceu as funções de Encarregado de Negócios; em Buenos Aires, de 1977 a 1979, onde foi Chefe do Setor Econômico; em Bogotá, no período de 1986-1988, onde chefiou o Setor Político; e em Bonn, como Ministro-Conselheiro, de 1991 a 1995.

No cumprimento das missões para que foi designado, desempenhou funções de relevância, tendo chefiado a delegação brasileira a inúmeras reuniões internacionais, particularmente sobre cooperação técnica. Entre elas cabe mencionar as seguintes: Consultas Bilaterais Brasil/Canadá sobre Cooperação Técnica, Brasília, 1995; Negociações Intergovernamentais sobre Cooperação Técnica Brasil/Moçambique, Brasil/Angola, e Brasil/Alemanha, em Maputo, Luanda, e Bonn, respectivamente, em 1996; Comissão Mista Brasil/Cuba sobre Cooperação Técnica, Brasília, 1997; XIV Reunião Anual de Cooperação Técnica Brasil/Japão, Tóquio, 1998; I Reunião Intergovernamental de Cooperação Técnica entre Brasil e México, Cidade do México, 1999; I Sessão Regular da Junta Executiva do PNUD/FNUAP, Nova York, 2000, entre muitas outras.

O diplomata em apreço foi agraciado com várias condecorações, dentre as quais salientam-se as seguintes: Ordem do Rio Branco, Grande-Oficial, Brasil; Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil; Medalha do Pacificador, Brasil; Ordem do Mérito, Cavaleiro, Itália; Ordem de Mayo, Oficial, Argentina; Ordem do Libertador San Martín, Oficial, Argentina; Ordem do Li ber-

tador Bernardo O'Higgins, Oficial, Chile; Ordem de Oudais, Oficial, Marrocos.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir ou trazer considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 5 de junho de 2001. – Senador **Jefferson Péres**, Presidente – Senador **Gilberto Mestrinho**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão parecer. (Pausa.)

Não ha vendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação simultânea dos itens 3 e 4, que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto. Os votos e as sobrecartas encontram-se à disposição das Sras e dos Srs. Senadores na cabina telefônica, e há duas urnas em frente à mesa identificadas com os nomes dos indicados, onde os votos deverão ser depositados.

As Sras e os Srs. Senadores já podem votar.

Apele às Sras e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências do Senado Federal para que acorram ao plenário, pois estamos tendo votação nominal.

(Procede-se à votação nominal e secreta.)

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, lembro aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos que, logo mais, teremos reunião para a oitiva de um nome indicado para o CADE. Considero importante que a façamos hoje, porque, se não, o CADE ficará impossibilitado de se reunir, uma vez que está sem **quorum** e é preciso suprir a vaga com esse nome, se assim entender a Comissão e o Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência se une à preocupação de V. Ex^a, Senador Lúcio Alcântara, e apela para que os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos compareçam à reunião da Comissão após a sessão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência indica das Sras e dos Srs. Senadores se já votaram? (Pausa.)

Encerrada a votação.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson, juntamente com o Senador Pedro Piva, que faça a verificação do resultado da apreciação dos dois nomes indicados para Embaixada do Brasil.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Retomamos a sessão.

Sras e Srs. Senadores, para Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles e à República Democrática de Madagascar foi aprovado o nome do Diplomata Pedro Luiz Carneiro de Mendonça.

Votaram SIM 58 Srs. Senadores; e NÃO 05.

Houve 01 abstenção.

Total: 64 votos.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em relação à escolha do Embaixador junto à Embaixada do Brasil na República da Letônia foi aprovado o nome do Diplomata Elim Saturnino Ferreira Dutra.

Votaram SIM 58 Srs. Senadores; e NÃO 06.

Houve 02 abstenções.

Total: 66 votos.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 2:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Regimento nº 295, de 2001 – art. 281,
combinado com o art. 357 do Regimento Interno)
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 19, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, tendo

Parecer sob nº 483, 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Bernardo Cabral, favorável, nos termos da Emenda n.º 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

So bre a mesa, re que ri men to que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o se guin te:

REQUERIMENTO Nº 323, DE 2001

Nos ter mos do art 315, com bi na do com o in ci so III do art. 279 do Regimento Interno, requeiro adia men to da vo ta ção da Pro pos ta de Emen da à Cons ti tuição nº 19/2000, a fim de ser feita na sessão de 26-6-01

Sala das Ses sões, 19 de ju nho de 2001. – **Romero Jucá**

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar balho) – Em vo ta ção o requeirimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cum pri da a deliberação do Plenário.

A Pre si dên cia pror ro ga a ses são pelo tem po ne cessário para a apre cia ção da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar balho) – **Item 5:**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000**, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que al te ra o art. 75 da Cons ti tuição Fe de ral, para facultar a nome a ção de membros das Cortes de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios através de concurso público, tendo

Parecer favorável, sob nº 299, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos ter mos do dis pos to no art. 358 do Re gi men to Inter no, a maté ria cons ta rá da Ordem do Dia du ran te cin co ses sões de li be ra ti vas or di ná ri as, em fase de dis cus são em pri me i ro tur no, quan do po de rão ser ofe re ci das emen das as si na das por um terço, no mí ni mo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a Proposta. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pala vra, a dis cus são terá pros seguimen to na próxi ma ses são de delibera ti va.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar balho) – **Item 6:**

Primeira ses são de dis cus são, em pri me i ro turno, da **Proposta de Emenda à Consti**

tuição nº 30, de 2000 (nº 128/95, na Câmara dos De pu ta dos), que al te ra a al í nea “c” do in ci so XVI do art. 37 da Constituição Federal (in cluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados), tendo Parecer favorável, sob nº 438, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias.

So bre a mesa, re que ri men to que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o se guin te:

REQUERIMENTO Nº 324, DE 2001

Nos ter mos do art. 279, in ci so III, do Re gi men to Inter no, re que i ro adia men to da dis cus são da Pro pos ta de Emen da à Cons ti tuição nº 30/2000 a fim de ser fe i ta na ses são de 29-8-01.

Sala das Ses sões, 19 de ja ne i ro de 2001. – **Romero Jucá – Tião Viana – Helo ísa Helena.**

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar balho) – Em vo ta ção o requeirimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cum pri da a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar balho) – **Item 7:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 1997

(Incluído em Ordem do Dia nos ter mos do Re cur so nº 2, de 1999)

Dis cus são, em tur no úni co, do Pro je to de Lei do Se na do nº 131, de 1997, de au to ria do Se na dor Ro me ro Jucá, que au to ri za a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Caracaraí-RR), tendo Parecer favorável, sob nº 13, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Bianco, com abstenção do Senador Romero Jucá e declaração de voto do Senador Francelino Pereira.

A Presidência esclarece ao Plenário que o Município a que se re fe re o Item 7 é Ca ra ca ra í, em Ro ra i ma, e não São João da Baliza, em Roraima, como cons ta no avul so da Ordem do Dia de hoje.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

So bre a mesa, re que ri men to que será lido pelo Sr. 1º Se cre tário em exer cí cio Se na dor Mo za ril do Ca val can ti.

É lido o se guin te:

REQUERIMENTO Nº 325, DE 2001

Nos ter mos do art. 312, in cí so II, do Re gi men to In ter no, re que iro des ta que pa ra vo ta ção em se pa ra do, do art. 6º do Pro je to de Lei do Se na do nº 131, de 1997, de au to ria do Se na dor Ro me ro Jucá, que au to ri za a cri a ção de Dis tri to Agro pe cuá rio no Mu ni cí pio que men ciona, e dá ou tras pro vid ên cias (Mu ni cí pio de Ca ra ca raí-RR), pa ra ade qua ção ao art. 9º da Lei Com ple men tar nº 95, de 1998.

Sala das Ses sões, 19 de ju nho de 2001. — **Ro me ro Jucá.**

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) — O dis po si ti vo des ta ca do se rá vo ta do o por tu na men te.

Em vo ta ção o pro je to, sem pre ju í zo do des ta que.

As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Vo ta ção da ade qua ção do art. 6º do pro je to, ao art. 9º da Lei Com ple men tar nº 95, de 1998.

As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Amatéria vai à Co mis são Di re to ra pa ra a re da ção fi nal.

É o se guin te o pro je to apro va do:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 1997

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fic a o Po der Exe cu ti vo au to ri za do a cri ar no Mu ni cí pio de Ca ra ca raí, no Es ta do de Ro ri ma, Dis tri to Agro pe cuá rio des ti na do a de se nvol ver, pre fe ren cial men te, ati vi da des de agro pe cuá ria, co lo ni za

ção, tu ris mo eco ló gi co, mi ne ra ção, bem co mo á re as in sti tu cio nais pa ra pre ser va ção e pes qui sas.

Art. 2º O Dis tri to Agro pe cuá rio de que tra ta esta lei terá por prin ci pa is ob je ti vos a cri a ção de pó lo de de se nvol vi men to agro pe cuá rio, o au men to da ofe r ta de ali men tos nos mer ca dos da Ama zô ni a O ci den ta le, es pe cial men te, dos Es ta dos de Ro ri ma e Ama zo nas, dos cus tos de pro du ção e co mer ci a li za ção de pro du tos agrí co las e ex tra ti vos, a cri a ção de tra di ção agrí co la e a ge ra ção de no vos em pre gos na re gião.

Art. 3º Com pe te ao Mi nis té rio do Pla ne ja men to e Or çá men to, a tra vés da Su per in ten dên cia da Zo na Fran ca de Ma na us — SU FRAMA, fi xar as di re tri zes e nor mas per ti nen tes à se le ção e a va li a ção da vi a bi li da de téc ni ca e fi nan ce i ra dos pro je tos a se rem im plan ta dos no Dis tri to Agro pe cuá rio de que tra ta o art. 1º

Art. 4º O Po der Exe cu ti vo re gu la men ta rá esta lei, no pra zo de no ven ta dias a con tar da data de sua pu bli ca ção.

Art. 5º Esta lei en tra em vi gor na data de sua pu bli ca ção.

Art. 6º

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar bal ho) — **Item 8 :**

Dis cus são, em tur no ú ni co, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2000** (nº 531/2000, na Câ ma ra dos De pu ta dos), que apro va o ato que re no va a per mis são da Rá dio Re gi o nal Co mu ni ca ção Ltda. pa ra ex pl o rar ser vi ço de ra di o di fu são so no ra em fre qüên cia mo du la da na ci da de de Ri be i rão Pre to, Es ta do de São Pau lo, ten do Pa re cer sob nº 354, de 2001, da Co mis são de Edu ca ção, Re la tor: Se na dor Pe dro Pi va, fa vor á vel, com a Em en da nº 1-CE, de re da ção, que apre sen ta, e ab ste n ções dos Se na do res Edu ar do Su pli cy e Ge ral do Cân di do.

Em dis cus são o pro je to e a em en da. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em vo ta ção o pro je to, sem pre ju í zo da em en da.

As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em vo ta ção a Em en da nº 1, da Co mis são de Edu ca ção.

As Sr^{as.} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Amatéria vai à Co mis são Di re to ra pa ra a re da ção fi nal.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 597, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2000 (nº 531, de 2000, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2000 (nº 531, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Regional Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, consolidando a Emenda nº 1-CE, de redação, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de junho de 2001.

Jader Barbalho, Presidente _ **Ronaldo Cunha Lima**, Relator _ **Edison Lobão** _ **Antonio Carlos Valadares** _ **Carlos Wilson** _ **Mozarildo Cavalcante**.

ANEXO AO PARECER Nº 597, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2001

Aprova o ato que renova a permissão da “Rádio Regional Comunicação Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 53, de 4 de fevereiro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 10 de maio de 1994, a permissão de “Rádio Regional Comunicação Ltda.”, outorgada originariamente a “Organização Rádio Colorado Ltda.”, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Amatéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 9:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2000** (nº 549/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Poço das Trincheiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trincheiras, Estado de Alagoas, tendo

Parecer favorável, sob nº 399, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Coelho.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 265, DE 2000**

(Nº 549/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Poço das Trincheiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 201, de 6 de dezembro de 1999, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Poço das Trincheiras a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 10:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 272, de 2001**, do Senador Ney Suassuna, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 12, de 2001, de sua autoria.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de resolução vai definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 11:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 273, de 2001**, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2000-Complementar, de sua autoria.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei complementar vai definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Esgota das as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa para ser oferecido a redação final ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeto do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 598, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997, que au-

toriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências, com exclusão da cláusula revogatória genérica, com formatação de Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de junho de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Edison Lobão** – **Antonio Carlos Valadares** – **Mozarildo Cavalcanti**.

ANEXO AO PARECER Nº 598 DE 2001

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Caracaraí, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Caracaraí, no Estado de Roraima, Distrito Agropecuário destinado a desenvolver, preferencialmente, atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, bem como áreas institucionais para preservação e pesquisas.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta lei terá por principais objetivos a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário, o aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental e, especialmente, dos Estados de Roraima e Amazonas, o aproveitamento racional dos recursos naturais, a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos, a criação de tradição agrícola e a geração de novos empregos na região.

Art. 3º Compete ao Ministério do Planejamento e Orçamento, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no Distrito Agropecuário de que trata o art. 1º.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 326, DE 2001

Nos termos do art. 321 do Regulamento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Município de Caracará).

Sala das Sessões, 19 de junho de 2001. – **Carlos Wilson**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Passa-se à apreciação do Requerimento nº 320, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – e dá outras providências.

Em votação o requerimento de urgência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, solicito, além da urgência, a atenção da Mesa, visto que há um entendimento entre as diversas Lideranças de todos os Partidos na Casa no sentido de votar essa matéria amanhã, que bran do o in t e r s t í c i o de um dia, e não na quinta-feira. Já conversamos com os Líderes.

Essa matéria é extremamente importante e diz respeito ao trabalhador brasileiro. Os prazos são exíguos para a execução de todos os levantamentos possíveis para o pagamento no próximo ano.

Portanto, além de recomendar o voto favorável, solicito a V. Ex^a que determine a inclusão dessa matéria tão importante na pauta de amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em votação o Requerimento nº 320, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

De acordo com o entendimento das Lideranças e não havendo objeção, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comunico à Casa uma reunião do Parlatino que ocorre recentemente. Nos dias 4 e 5 deste mês em Havana, Cuba, reuniram-se três comissões importantes do Parlatino: Comissão da Saúde, Comissão da Mulher e Comissão do Trabalho e Previdência, esta composta de duas subcomissões - Subcomissão de Políticas Dirigidas a Grupos Socialmente Vulneráveis e Subcomissão de Normas Laborais Básicas de Referência.

Os países representados naquela oportunidade foram México, Uruguai, Brasil, Venezuela, Aruba, Argentina, Panamá, Costa Rica, Cuba, Paraguai e Equador. Os Parlamentares brasileiros que representam o nosso País na Comissão da Mulher foram as Deputadas Federais Nice Lobão e Elcio Barbalho; na Comissão da Saúde, o Deputado Federal Carlos Mosconi; na Subcomissão do Trabalho, o Deputado Federal Milton Temer; e na Subcomissão de Políticas Dirigidas a Grupos Socialmente Vulneráveis, esta Senadora.

Na Subcomissão da qual participei, trabalham representantes de Cuba, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Brasil. Os temas tratados nessa Subcomissão foram: a situação geral da população de terceira idade na América Latina; atenção às pessoas portadoras de deficiências; realização de seminário sobre políticas dirigidas a grupos socialmente vulneráveis.

No que se refere aos grupos socialmente vulneráveis, destacamos e trabalhamos a questão das pessoas idosas, ou de terceira idade, pessoas portadoras de deficiência e gravidez na adolescência.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, analisamos a situação geral da população de terceira idade na América Latina. Constatamos o crescimento do número de pessoas idosas, a queda na qualidade de vida das pessoas, a necessidade de políticas públicas que permitam maior e melhor atenção aos idosos, com o apoio da sociedade, a necessidade de se

considerar nestes temas o aspecto econômico e social e o relato de experiências internacionais sobre a atenção às pessoas de terceira idade.

As recomendações quanto a políticas a serem seguidas foram, em primeiro lugar, superar a cisão patológica da velhice, reconhecendo o potencial de desenvolvimento desse grupo etário. Ressaltamos que viver a velhice de maneira positiva é uma questão existencial que não depende só do indivíduo, o meio social onde se vive tem um peso determinante; manter âmbitos de participação dos idosos na elaboração e execução das políticas a eles dirigidas; definir políticas com base na solidariedade e a convivência entre gerações, para garantir a valorização e troca de experiências; estimular a organização de redes de apoio social, visando a integração e melhor saúde das pessoas idosas; oferecer especial atenção ao segmento de idosos em situação de maior vulnerabilidade e risco, como os que vivem sós, os pobres e os doentes; gerar oportunidades para que possam prestar serviços à comunidade e trabalho voluntário em atividades apropriadas aos seus interesses e capacidades.

Foram abordados também os seguintes aspectos: políticas econômicas e seus reflexos nas condições de vida dos idosos; meios de comunicação: valorização ou discriminação ao idoso; vida social e lazer dos idosos; políticas de saúde e altos preços dos medicamentos; trabalho preventivo, que deve ser feito dentro da família e da escola, de respeito e solidariedade das pessoas idosas.

Concluímos que precisamos fazer um compromisso aos Parlatinentes latino-americanos, a fim de estimular o desenvolvimento de políticas destinadas às pessoas da terceira idade. Precisamos divulgar idéias, programas, experiências, planos existentes nos países latino-americanos sobre esse assunto; estabelecer intercâmbio com organismos internacionais e com as Comissões de Saúde e da Mulher do Parlatino; efetuar intercâmbio de informações e legislação sobre o tema entre os Parlatinentes latino-americanos.

O segundo tema de batido na Subcomissão de Políticas Dirigidas a Grupos Socialmente Vulneráveis, de que participamos, foi a questão da pessoa portadora de deficiência. Tivemos um relato detalhado da experiência cubana de criação do Conselho Nacional de Atenção às Pessoas Portadoras de Deficiência e dos planos de ação que se desenvolvem em Cuba, com dados e números, o que comprove a seriedade da com que a pessoa portadora de deficiência é tratada naquele país.

A Carta Social de Direitos Básicos das Pessoas Portadoras de Deficiências será elaborada pelo Parlatino e submetida a todos os países integrantes. O Seminário sobre Políticas Dirigidas a Grupos Socialmente Vulneráveis do Parlamento Latino-Americano, como ficou de finido, será realizado no ano de 2002.

Também houve um momento de intercâmbio entre as Comissões. A Subcomissão de Políticas Dirigidas a Grupos Socialmente Vulneráveis se reuniu com a Comissão da Mulher, e foram abordados temas relacionados ao incremento da expectativa de vida da mulher, superior à dos homens, e suas consequências na família, no trabalho e na sociedade; mulheres e terceira idade; e, logicamente, gravidez na adolescência.

Sr. Presidente, trago o registro dos dados levantados na oportunidade em relação à gravidez na adolescência. A maioria das jovens não tem acesso a informação e serviços de saúde reprodutiva e anticoncepcionais. A cada ano nascem aproximadamente 14 milhões de crianças filhas de mães adolescentes no mundo. De cada 20 adolescentes, uma, a cada ano, adquire algum tipo de infecção sexualmente transmissível. A meta de de todos os novocasos de HIV ocorrem entre jovens de 10 a 24 anos.

Que o apasdar uma idéia da importância de se trabalhar o tema não apenas na família e na escola, mas também como compromisso de governo e de políticas públicas de informação.

A Comissão da Mulher de senvou os seguintes temas: protocolo facultativo da convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, ressaltando a importância de o Brasil ter referendado esse acordo internacional de que é signatário; estratégias para a ratificação do Protocolo Facultativo da América Latina e do Caribe, quando foi relatada a experiência do Panamá.

Foram elaboradas estratégias comuns e planos de trabalho para a Comissão da Mulher do Parlatino. Trocaram-se informações sobre a situação atual da Comissão e se estabeleceu uma proposta de trabalho conjunto, inclusive com outras comissões do Parlatino.

Os assuntos ratificados para o Plano de Ação da Comissão da Mulher do Parlatino para o período de 2001 a 2002 foram os seguintes: migração; tráfico e exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes; mulher rural; violência contra a mulher; seguridades social; participação política e políticas públicas com concepção de gênero.

Sr. Presidente, em relação à violência contra a mulher, ressaltamos dados alarmantes levantados na ocasião. Na América Latina e no Caribe, a violência contra as mulheres está profundamente arraigada nas relações de poder e tradições culturais. Em lugares mesmo onde existe legislação contra a violência, esse problema é frequentemente ignorado ou minimizado até pela polícia e, muitas vezes, pelo Poder Judiciário. Aproximadamente 50% das mulheres sofreram algum tipo de violência doméstica. Na Bolívia e em Porto Rico, por exemplo, 58% das esposas agressivas expressaram que também haviam sido violentadas sexualmente por seus maridos. A violência sexual contra meninas de 15 anos ou menos atinge índices entre 40% e 58%.

Sr. Presidente, aprovamos uma resolução que levaremos para a Reunião de Cúpula de Caracas, Venezuela, sobre Dívida Social que se realizará em julho. Queremos incluir na agenda de discussão uma análise das consequências e impactos negativos que a Dívida Social tem sobre a vida das mulheres da América Latina e do Caribe.

É importante que se diga que sobre a questão da migração, tráfico e exploração sexual de mulheres outros dados também nos chamam muito a atenção: no Brasil existem milhares de crianças que vivem e trabalham na rua, sendo muitas vítimas de exploração e comércio sexual.

Em Bogotá, Colômbia, existem aproximadamente entre 5 a 7 mil prostitutas, cuja idade não supera os 18 anos.

Na República Dominicana, os números chegam a mais de 25 mil prostitutas entre 10 e 18 anos de idade.

A escala mundial de tráfico de pessoas se converteu em um negócio bilionário, movimentando bilhões de dólares anuais.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que a Comissão de Assuntos Laborais elaborou uma proposta de Declaração dos Direitos do Trabalho do Parlamento Latino-Americano, que deverá ser analisado em cada Parlamento e aprovado em julho na Reunião da Venezuela.

É importante registrar também que tivemos a oportunidade de participar de um ato muito importante e significativo em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho, estando presentes no Palácio das Convenções, em Cuba, o representante da Unesco, que usou da palavra e fez uma análise sobre a questão do meio ambiente no mundo, e o Líder maior de Cuba, Fidel Castro, que por sua vez fez tam-

bém um importante pronunciamento. Depois, tivemos a oportunidade de participar de uma audiência com o grande Comandante Fidel, ocasião em que ele nos falou não apenas da questão do meio ambiente, mas também da implantação inovadora da energia solar nas escolas de Cuba, escolas de difícil acesso onde não há energia elétrica. Fez ainda uma análise sobre o meio ambiente como prioridade de sobrevivência do nosso Planeta, que deve ser trabalhada com a integridade e a globalização de todos os povos.

São essas as considerações que eu desejava fazer, Sr. Presidente.
Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB-RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra, como Líder do Governo, após a próxima comunicação e do Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronunciado seguindo o discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, quero registrar a correspondência a mim enviada pelo Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, e a resposta que a ele estou enviando. Data do de 18 de junho de 2001, seu Ofício PGR/GAB nº 431 de clareza:

Cumprimentando-o, e em atenção ao Aviso nº 185/MF, de 31 de maio de 2001, do Exmo. Sr. Pedro Sampaio Malan, Ministro de Estado da Fazenda, renovado pela carta de 11 de junho de 2001 dirigida a mim, na qual se reporta a Carta nº 8/MF enviada a Vossa Excelência, no dia 7 do mesmo mês, e considerando o contido no Aviso nº 215/MF, de 12 de junho de 2001, tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para reiterar requisição, nos termos do art. 8º, § 4º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, do nome da pessoa que teria relatado a Vossa Excelência que “alguns bancos de investimento teriam realizado pagamentos mensais regulares, durante 1998, para pessoas no Banco Central, com o objetivo de obter informações que teriam possi-

bilitado operações altamente lucrativas e suas instituições."

Em audiência realizada em meu gabinete nesta Procuradoria-Geral da República no dia 12 do corrente mês, Vossa Excelência, acompanhado do Exmo. Sr. Deputado Federal Aluizio Mercadante, reafirmou a existência da aludida testemunha, mas não quis apresentá-la, fundamentando esta recusa na imunidade garantida pelo § 5º, do art. 53, da Constituição Federal.

Nada obstante, insisto, por oportuno, que o art. 206 do Código de Processo Penal instituiu a regra de que a testemunha, que sabe da existência de crime, não pode eximir-se da obrigação de depor, principalmente em razão da gravidade dos fatos apontados.

Destaco, ademais, que o Ministério Público Federal - órgão legitimado nos termos do art. 5º, II, da Lei 9.807, de 13 de julho de 1999, a solicitar a inclusão de testemunha no Programa de Proteção à Testemunha - coloca-se à disposição de Vossa Excelência, uma vez apresentada a mencionada testemunha, para solicitar junto ao Conselho Deliberativo do Ministério da Justiça a inclusão desta no aludido programa federal.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, **Geraldo Brindeiro**,
Procurador – Geral da República.

Em resposta ao aludido ofício, encaminhei ao Procurador-Geral da República o Ofício nº 011/2001 nos seguintes termos:

Senhor Procurador-Geral da República, na data de 19 de junho de 2001.

Em atenção a seu Ofício PGR/GAB/Nº 431, de 18 de junho de 2001, reiterei a informação prestada através do ofício nº 1047/2001, de 12 do corrente, onde afirmei à Vossa Excelência que a pessoa que me transmitiu os dados a respeito de procedimentos havidos no mercado financeiro, não foi partícipe de qualquer ilícito, tendo resolvido trazer alguns elementos a esse Senador como intuito de colaborar para o deslin-

de de fatos envolvendo o Banco Central e algumas instituições financeiras.

A testemunha continua a avaliar que a sua integridade e a de sua família estariam sujeitas a graves riscos caso se identificasse. Além disso, crê que sua vida profissional também correria risco.

Quanto à solicitação de Vossa Excelência de que devo encaminhar o nome da aludida testemunha, volto a lembrar-lhe que conforme o artigo 53, § 5º, da Constituição Federal, que os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do seu mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Desta forma, continuarei colaborando para o desvendamento da verdade no exercício de minhas atribuições, respeitando a pessoa que deseja ser resguardada.

Atenciosamente, **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

Se houver alguma informação nova relevante que possa contribuir para o desvendamento desses fatos, de pronto encaminharei a informação ao Ministro da Fazenda e ao Procurador-Geral, Geraldo Brindeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna por cinco minutos.

A Presidência aceitou essas três inscrições como prorrogação da Hora do Expediente, para que fossem feitas comunicações inadiáveis.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma palavra tem me perseguido permanentemente nos últimos dias: o constrangimento. Constranger vem do latim *constringere*, que significa o mesmo que *constringir*, impedir os movimentos, tolher a liberdade, cercear, forçar, coagir, violentar, compelir pela força. O substantivo *constrangimento* significa aperto, compressão, violência, coação, insatisfação, desagrado, descontentamento, acanhamento, timidez, embaraço. Acho que esse sentimento também deve ser o de muitos no País.

Fico constrangido quando vejo alguns países indo ao espaço e o Brasil com o problema da seca, da fome, da burocracia. Hoje faz 30 dias que disseram

quemandariam, imediatamente, carro-d'água para a Paraíba, e ainda não chegou. Não foi por falta de ação, pois o Ministro solicitou, mas, até agora, a burocracia não conseguiu avançar.

Mais que constrangido, fico com vergonha de ver que, enquanto países e sociedades vão para o espaço, entramos no apagão por que não tivemos condição de planejar; constrangido, quando vejo que o Brasil exporta 30% do que exporta a Califórnia, e também menos que a Coréia e Taiwan. Fico constrangido com isso.

Constrangido fico quando vejo, por exemplo, essa onda de “de nuncismo” que estamos vivendo. A cada dia é uma de nunciação diferente, a cada dia alguém é jogado às feras, e não adianta falar. Há poucos minutos um jornalista se aproximou de mim e disse que eu havia feito um ato hoje para favorecer fulano-de-tal. Responди que não fiz, mas aconteceu que existe um federalismo. A Comissão de Fiscalização e Controle não pode entrar na esfera estadual. Fiscaliza a esfera estadual o Tribunal de Contas do Estado. E ele disse “não” ... Quer dizer, é aquela coisa, as pessoas que rem forçar a passar por cima da lei, da norma, do correto.

É muito constrangedor vivermos uma época como esta. A cada dia, abre-se o jornal e vê-se algum dos nossos companheiros sendo jogado às feras, com ou sem razão. É constrangedor. Tenho andado constrangido até de ser político, por que, a cada dia vejo que a coisa se gozia, como um todo, é com parada... Outro dia na **Folha de S. Paulo** um artigo nos comparava às mulheres de vida fácil – e duvido que essa vida seja tão fácil – como se estivéssemos fazendo papel semelhante. É muito duro, é muito constrangedor. Hoje, por exemplo, cheguei às 10h e saí às 16h de uma reunião de Comissão onde se tentava a transparência de alguns fatos que ocorrem na vida da República. Vim direto para cá – e são exatamente 19h – sem almoço.

O constrangimento é geral, porque estamos aqui sem preempunha dos contrapartidos.

É constrangimento o que sinto quando vou falar com alguém da agricultura e diz-se que não há política da agricultura; ou quando vou falar com alguém da indústria e diz-se que não há política da indústria. Fico constrangido quando vejo que a segurança não é a que o brasileiro quer, ou quando a educação não é a que queremos. Fico constrangido, enfim, porque, para qualquer lado que viramos, não vemos o que esperamos e queremos.

É constrangedor ver o imobilismo, que já deveria ter sido quebrado; é constrangedor ver que a esperança, a cada dia, torna-se menor e que a fé está diminuindo; é constrangedor ver os valores diminuindo. Trata-se de um constrangimento geral.

É por isso que venho à tribuna, para falar desse sentimento que me tem machucado e deixado muitas vezes, como diz o americano, **down** (triste). Tenho certeza de que precisava falar sobre isso. Pretendia fazer uma explanação bem maior, por que estava inscrito como primeiro orador logo após a Ordem do Dia. Estou satisfeito, porém, com os cinco minutos. Há o seguinte dito popular: “quem não é capaz de se expressar em 30 segundos, não é capaz de fazê-lo”. De ram-me os cinco minutos e vou gasotá-los. Vou dizer que tenho andado constrangido, Sr. Presidente. Não é fácil ver os valores esmaecendo; não é fácil ver que o geral de antigamente não é como o de hoje, que o Bispo de antigamente não é como o de hoje. Parece que as autoridades estão esmaecendo. Falamos do Presidente da República como se fosse um qual quer. Isso nos constrange.

Tenho certeza de que o sentimento de que os valores estão deteriorando-se está no peito de cada brasileiro. E eu me sentiria mais constrangido se ficasse calado. Por isso, vim à tribuna. Não tenho o tempo necessário para exemplificar a respeito de cada assunto sobre o qual ficamos constrangidos. Mas vou dar alguns exemplos lá de fora. Constrange-me o sucesso de um povo que não tem um terço do que temos, um povo que não tem o país que temos ou as riquezas que possuímos, que não tem o nosso ímpeto, a nossa alegria. Percebemos, então, que tudo que nos falta é uma boa condção, uma sincronização, uma harmonização desses valores, para dar mos uma arrancada para o futuro, para fazer o que o americano chama de **take-off**, ou seja, de colar em busca de um futuro melhor.

Tenho andado constrangido e sei que é esse o sentimento de cada brasileiro que me ouve. Precisamos virar essa maré, mesmo com a ajuda da imprensa, que só busca escândalo e vive dele, como se não tivéssemos um País para cuidar; como se não tivéssemos valores a mostrar, no turismo, além da produção, da tristeza e do crime.

Enfim, botamos nossas vísceras, a cada dia, para fora e as mostramos ao mundo, que se acredite uma “beleza”. Os nossos concorrentes ficaram felizes, pois nós mesmos nos depreciamos.

Sr. Presidente, S^{rs} e Srs. Se na dorres, esse assunto eu pretendia abordar com mais profundidade,

mas, dado o tempo menor, sinto-me, dizendo que estou rezando para esse sentimento de constrangimento me abandonar e abandonar também cada coração brasileiro por este País afora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra, pela Liderança do Governo, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar a importância da aprovação do Projeto de Lei nº 131, que cria o Distrito Agropecuário de Caracaraí, no Estado de Roraima. Trata-se de um projeto extremamente importante para consolidar a busca do desenvolvimento auto-sustentado para o interior do meu Estado.

Quando, em 1988, a maioria dos Municípios do interior teve grandes dificuldades em função dos incêndios, começamos a discutir caminhos que fizessem com que os recursos públicos, planejados e direcionados, pudessem impulsionar a economia e gerar empregos. Os distritos agropecuários da Suframa são um caminho para fortalecer a agricultura, a pecuária, a colonização, o turismo ecológico, enfim, para trazer recursos direcionados e, nos projetos com os Estados e com as prefeituras, gerar opções de desenvolvimento e de emprego.

Fico muito satisfeito em poder aprovar esse projeto, em poder trazer mais um projeto como este: o projeto de São João da Baliza. Restam seis projetos serem votados e aprovados. Sem dúvida nenhuma, na Câmara dos Deputados esses projetos merecerão aprovação, para que Roraima possa ter uma base de desenvolvimento auto-sustentado no seu interior.

Fico feliz e agradeço a aprovação desse projeto hoje no plenário do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Romeu Tuma, Eduar do Silveira Campos, Mozarildo Cavalcanti e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regulamento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a grata oportunidade de apresentar, há dias, no Clube Monte Líbano, em São Paulo, a posse da nova diretoria de duas entidades representativas mais atuantes – e importantes –

no campo industrial brasileiro: a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e o Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões e Veículos Similares (Sinfavea). Deixou a Presidência dessas organizações, onde se encontrava desde abril de 1998, o Sr. José Carlos da Silveira Pinheiro Neto e assumiu-a o Sr. Célio de Freitas Batalha para uma gestão que prosseguirá até abril de 2004.

Entre outras autoridades, ali estavam o Exm^o Sr. Ministro Alcides Tápias, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; os Exm^{os} Srs. Geraldo Alckmine e Marconi Perillo, Governadores dos Estados de São Paulo e Goiás, respectivamente; e a Exm^a Prefeita do Município de São Paulo, Sr^a. Marta Suplicy.

No discurso de transmissão do cargo, o Sr. José Carlos da Silveira Pinheiro Neto afirmou que os exemplos de desenvolvimento, dados pelo parque industrial automotivo brasileiro, “são um orgulho para o País”, ressaltando: “Reunimos hoje, no Brasil, a nata da indústria automobilística mundial. Isso significa mais trabalho, mais ocupação, mais renda, mais consumidores. Numa palavra, mais cidadãos com acesso ao bem-estar social e possibilidades de crescimento.”

Acrescentou que, a Anfavea, “ao reconhecer tal grandeza e tamanha responsabilidade”, procura desenvolver a missão de “abrir caminhos, no permanente diálogo com a sociedade e as autoridades”, destacando sempre as qualidades de sua atividade “em termos de desenvolvimento, inovação tecnológica e criação de riqueza”. Referiu-se enfaticamente à necessidade de dar prosseguimento à reformatória relativa ao setor automotivo, em desenvolvimento no âmbito da Secretaria da Receita Federal, com o objetivo de “racionalizar o sistema, sua simplificação e redução de custos” de maneira a embasar a “competitividade da indústria, respeitados os parâmetros da arrecadação.” Citou como exemplo de “conquista importante”, a negociação da “nova grade de IPI para o setor automotivo, que reduziu de treze para apenas duas as alíquotas de IPI para os veículos e, com isso, as montadoras puderam introduzir novas motorizações, uma vez livres das limitações impostas por uma legislação então ultrapassada.”

Finalmente, o ex-Presidente das entidades referiu-se ao Acordo Automotivo do Mercosul e aos entendimentos para a realização de acordos bilaterais internacionais, como o Brasil-México, “resultando em

novas possibilidades de exportação para a indústria automobilística brasileira.”

Por sua vez, o Sr. Célio de Freitas Batalha, ao enaltecer o trabalho do antecessor, afirmou: “A missão que hoje é transmitida à Diretoria da Anfavea tem especial significado, por que estes tempos estão carregados de muitos e cruciais desafios para a indústria automobilística brasileira, em sua trajetória rumo à posição elevada, forte e duradoura, que lhe pertence, no concerto internacional.”

Depois, lembrou que, “nos últimos anos, a indústria automobilística adensou-se espetacularmente, com a expansão da tradicional montadora sentão instaladas no País, e a chegada dos new comers, trazendo mais capitais, tecnologias e produtos”. Citou, sob esse aspecto, as empresas Renault, Peugeot Citroën, Daimler–Chrysler, Iveco, Honda, Toyota Automóveis, Land Rover, Mitsubishi e International Caminhões, “que fazem crescer a responsabilidade de representação da Anfavea.” E frisou: “A Anfavea e o Sinfavea reunem, a um só tempo, todos esses segmentos, todas essas indústrias. Participa, bem por isso, com cerca de 10% do PIB industrial do País, gera perto de 95 mil empregos diretos e exporta mais de 4 bilhões de dólares por ano.”

De acordo com o novo Presidente, investimentos de 20 bilhões de dólares realizados e programados “transformaram o Brasil no maior porto de desembarque de aportes automotivos de todo o mundo nos últimos tempos.” Soamente para o período de 2001 a 2003, estão programadas inversões de 6 bilhões e 700 milhões de dólares.

O discurso do Sr. Célio de Freitas Batalha constituiu verdadeiramente um radiografiado que se passa no setor. Disse, por exemplo, que, apesar dos investimentos, “a indústria automobilística, de um modo geral, tem sofrido prejuízos”. Soamente em 1999, uma auditoria privada demonstrou a ocorrência de perdas da ordem de 3 bilhões de reais “devido ao impacto da elevação dos custos de produção.” Também em 2000, “embora a situação tenha melhorado para algumas empresas”, os resultados financeiros, “no geral, não foram bons.”

Mesmo assim, o parque industrial está instalado e consolidado em sete Estados: São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Logo mais, com as instalações fabris na Bahia, terá capacidade de produção superior a 3 milhões de unidades/ano até o final de 2001. Isto tudo é fruto de “uma verdade iraparceira entre o setor público e o setor privado”, na qual “cada um, realmente,

vem cumprindo o seu papel.” O setor público, mediante “condições de política industrial, de infra-estrutura, e buscando, firmemente, a estabilidade econômica, base para a construção dos alicerces do desenvolvimento sustentado, que atrai e viabiliza investimentos.” O setor privado, “programando e mantendo firme sua decisão de investir, mesmo em períodos de crises de mercado e de difíceis perspectivas da economia, principalmente no cenário mundial.”

“É impressionante a capacidade de reagir, de construir e superar dificuldades do empresariado, do trabalhador e do povo deste maravilhoso País” – ressaltou o Sr. Célio de Freitas Batalha, dizendo, porém, que, “há, é certo, aqueles que torcem para que as coisas dêem errado, aqueles que apontam apenas as deficiências, sem fazê-lo em relação aos pontos positivos.” Criticou contradições nacionais gritantes, como a má distribuição de renda e o analfabetismo ainda existente, apesar da conjugação de esforços governamentais e da iniciativa privada para lhes dar combate. E transformou sua fala em vigoroso apelo: “Te mos um País magnífico! É o momento de arregañar as mangas. Te mos de deixar de ser negatistas, de parecer torcer para que a plataforma afunde ou de reclamar sobre os índices ou projetos da inflação ou de redução dos preços da gasolina, que poderiam ter sido ainda melhores!”

Discorreu também sobre as relações internacionais nas quais a Anfavea quer influir, especialmente no sentido de “consolidar as relações com o Mercosul, com a América Latina, União Européia, com a Alca e com outros blocos e países”. Quanto ao mercado doméstico, disse que o grande desafio é seu desenvolvimento no sentido de permitir crescente acesso do consumidor aos produtos automobilísticos, ao mesmo tempo em que se consolidam os investimentos realizados. Enfatizou o baixo índice de mortalidade, pois o Brasil possui uma frota de 20 milhões de veículos para 170 milhões de habitantes, isto é, uma relação de 1 para 9. Daí, a importância da “chamada popularização dos modelos automotivos”.

Finalmente, enumerou as iniciativas que envolvem integração de esforços com os Ministérios do Desenvolvimento, Relações Exteriores, Fazenda e Justiça, bem como enfatizou ser necessária e urgente implantação do Programa de Inspeção Veicular, também chamado de Inspeção Técnica de Veículos, e a redução da carga tributária. Essa redução “é um ponto fundamental para o maior acesso dos consumidores ao mercado e para o desenvolvimento da produção”, pois “o Brasil ainda é o País que mais carrega

impostos e contribuições sobre os automóveis”. Sobre os automóveis médios, “temos encargos diretos da ordem de 33%, quando a segunda maior carga do mundo, a da França, é de 17%, meta da brasileira.” De qualquer forma, no dizer do Sr. Célio de Freitas Batalha, nossa indústria automobilística quer produzir um milhão e novecentas mil unidades de veículos no corrente ano e atingir a marca de dois milhões em 2002 para atender ao mercado interno e ao crescimento das exportações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz questão de lhes dar notícia do que aconteceu na Anfavea e no Sinfavea, diante da evidente importância de tal evento para a economia nacional.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há semanas ocupei esta Tribuna, como já o fizera o Senador Edison Lobão, expressando as preocupações nacionais referentes ao Acorde em fase de análise no Congresso, no qual foram estabelecidas condições inaceitáveis de utilização da quebra base de lançamento de foguetes pelo Governo americano.

De outra parte, tenho me referido com frequência às questões mais gerais de ocupação da Amazônia e, neste ponto, não tenho feito mais do que associar-me às vozes de ilustres Senadores preocupados com a mesma questão, e devo referir-me de um modo especial aos pronunciamentos do Senador Amazonino Mendes, Bernardo Cabral e Mozarildo Cavalcanti, e tantos outros cuja ação resultou, inclusive na recente constituição da Comissão Parlamentar, referente às atividades das chamadas ONGs, na Amazônia.

Na verdade, o Senado ao preocupar-se com a Amazônia, está voltado a uma das questões essenciais que envolvem a Nação, ou seja, a ocupação produtiva e sustentável de uma das regiões mais ricas do Planeta – 2/3 do território nacional – e, seguramente, onde se localiza a absoluta maior parte das potencialidades nacionais – patrimônio que, sendo nosso, sujeito e objeto da nossa soberania, tem a dimensão de patrimônio da humanidade.

A Amazônia, portanto, não pode ser tratada simplesmente como o é o restante do território nacional, não só por suas características regionais, mas porque as políticas da Amazônia constituem políticas de dimensão nacional, dizem respeito ao Brasil como Nação e extravasam o próprio interesse nacional, para adquirir uma dimensão planetária.

Nenhuma outrapolítica nacional, quer seja regional quer seja setorial, Sr. Presidente, alcança esta

dimensão. Nas outras políticas, incluídas as políticas econômicas, seremos sempre caudatários dos interesses globais. No que se refere à Amazônia, poderíamos sentar à mesa dos interesses globais – como fizemos os árabes com o petróleo – e até hoje não o fizemos.

Não o fizemos, mesmo porque a consciência nacional sobre a questão Amazônica e sua importância, ainda não existe, e me refiro a uma consciência eficaz, capaz de produzir uma opinião pública atuante e determinar políticas nacionais abrangentes e prioritárias. Assim, a opinião pública, o Governo, as universidades e a imprensa, sem prena vanguarda dos interesses nacionais, têm tido, de modo geral, uma visão romântica ou simplesmente extasiada da Amazônia, que ingressa dessa forma no novo milênio, ou na irreversível era da prevalência dos interesses globais, sem uma ocupação adequada, e esta constitui a maior ameaça sobre a soberania nacional.

É nessa perspectiva, Sr. Presidente, que deve ser analisada a questão da internacionalização da Amazônia, e as ameaças externas existem e são reais, na medida de nossa incapacidade de ocupar produtiva e sustentavelmente a Região, exercendo desta forma, mais do que por meio da própria ocupação militar – a necessária e indispensável nosa soberania.

Crescem, por isto, as ameaças externas.

Referi-me, como já disse, à questão da Base de Alcântara.

A divulgação de Mapas da América do Sul, onde a Amazônia consta não como território brasileiro mas como patrimônio da humanidade, tem sido frequentemente denunciada.

Alguns setores militares, e os documentos que apresentam, não permitem considerar esta denúncia mero fruto de imaginação ou exercício estratégico. Esses setores têm se referido com preocupação ao chamado projeto do “Escudo Guiano”, que consiste basicamente em estabelecer um conjunto de ações, tratados, acordos bilaterais e bases militares, científicas ou pretensamente científicas, fazendo um verdadeiro escudo nas fronteiras amazônicas, cujo emprego evidente mente não está de finido, mas cuja importância estratégica não pode ser descartada.

Fazem parte desta estratégia, acordos bilaterais com os países amazônicos, dos quais o mais discutido tem sido o do combate à guerrilha ou ao narcotráfico na Colômbia. Neste contexto, começam a situar-se posições de nacionalismos extremos dos quais,

seguramente as posições do Presidente Hugo Chavez, da Venezuela, tem sido as de maior expressão.

Neste contexto também, Sr. Presidente, situa-se a intenção de algumas ONGs internacionais, que estariam fazendo de sua ação sobre a Amazônia o braço ecológico do mesmo projeto.

Parece que, conforme tem denunciado com mais veemência o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Estado de Roraima situa-se como área estratégica deste projeto — e o primeiro passo consiste exatamente em lotear o Estado em trenações indígenas e reservas ambientais, onde é intenção a ação estrangeira.

A questão da base de Alcântara estaria inserida nesta estratégia.

Devo afirmar, Sr. Presidente e nobres Senhores, que por formação, por tradição e por convicção, não sou dado a arroubos nacionalistas ou isolacionistas, na era da globalização ou da universalização das relações humanas.

Não há, porém, como não considerar a gravidade das questões, não exclusivamente por si, mas face à ausência de uma política nacional efetiva e eficaz para a Amazônia, política postacom prioridade nacional, não apenas como prioridade regional, política posta igualmente como prioridade estratégica, não apenas militar, mas sobretudo social, política e econômica.

É neste contexto que pretendo propor as grandes linhas de um Código Nacional de Ocupação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, grandes linhas que se situariam dentro dos seguintes parâmetros:

a definição da Amazônia, seus diversos ecossistemas e seu significado para um projeto nacional e para as relações de convivência e reciprocidade entre o Brasil e as outras Nações;

um sistema global de pesquisa da realidade amazônica, que levasse à identificação efetiva e localizada de seus recursos, suas potencialidades e suas fragilidades;

um mapa de Zoneamento Econômico Ecológico — resultado da intensificação do correspondente projeto e sustentado no sistema de pesquisa referido no item anterior;

urgenciamento, ampliação e operação efetiva do Projeto SIVAM, como sistema auxiliar aos institutos de pesquisa, e instrumento de vigilância e informações sobre a

Amazônia, incluindo sua articulação com a base de Alcântara;

um sistema de pesquisa tecnológica capaz de desenvolver processos de uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia, da biodiversidade, dos solos, das águas, com respeito às culturas locais e à preservação ambiental;

fortalecimento do Sistema Universitário, capacitando-o e inserindo-o no processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio do Sistema de Pesquisa e da formação de recursos humanos;

a regulamentação consciente da ocupação da terra, as condições de sua aquisição e uso, com base nos mapas do Zoneamento Econômico Ecológico, tanto por nacionais como por estrangeiros;

a definição do significado e das formas de desenvolvimento das Nações indígenas, como parcela da comunidade nacional com valores próprios e capacidade de desenvolver-se em interação contínua com as demais parcelas da mesma comunidade;

a multiplicação da presença e da ação do Estado, ou do Poder Público, como incentivo, apoio, aval e fiscal desse processo, implicando numa redivisão política dos imensos territórios estaduais, que tornam a presença do Estado e a ação do Governo distantes e, por isto, nem sempre eficazes;

a definição de uma infra-estrutura de integração regional e nacional, que ordene e viabilize a ocupação territorial de forma produtiva e sustentável;

enfim, a garantia de recursos financeiros e de outra espécie que signifiquem efetiva e eficazmente a vontade política da Nação de, 500 anos após sua descoberta, ou alguns séculos após a conquista e a identificação de suas fronteiras, assumir seu próprio território, e pôr suas potencialidades a produzir racionalmente, em favor do povo brasileiro e da humanidade.

Enfim, nobres Senadores, um Projeto que engaje a opinião pública e a vontade nacional e que seja capaz de mostrar aos governantes que a questão da Amazônia não é apenas uma questão regional, mas é parte da nossa responsabilidade de manter a integridade nacional e legar às gerações futuras a Nação que recebemos de nossos antepassados.

Pode ser, e é até provável, que a desintegração da Amazônia, mais do que por outras razões, mas espero que esta guerra, a nossa, e que esta Casa, o Senado da República, estejam à altura do desafio que lhes apresenta este momento histórico.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

-Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores,

Novamente o Brasil se encontra diante de uma vexatória situação de submissão a interesses estrangeiros, sob risco de perder a soberania sobre uma fatia estratégica de nosso território. Refiro-me, especificamente, ao Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado entre o Brasil e os Estados Unidos. Por esse acordo, os americanos se assenhoram da Base de Lançamentos de Alcântara e nós não podemos ficar nem olhando, pois isso nos é proibido.

Para os que não sabem, está em tramitação na Câmara dos Deputados o "Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre salvaguardas tecnológicas relacionadas à participação dos Estados Unidos da América nos lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, celebrado em abril de 2000". Pelo tal acordo, os americanos terão uma série de privilégios e os brasileiros uma série de prejuízos.

Entre os termos do acordo está a criação de área de uso restrito na Base de Lançamentos de Alcântara sob controle exclusivo dos Estados Unidos. Mesmo a distribuição de crachás e credenciais para acesso a essas áreas ficaria a cargo deles. Em caso de algum acidente, os brasileiros nem poderiam chegar perto dos destroços, para não ter acesso à tecnologia. Do acordo consta uma cláusula em que, nos períodos de lançamentos espaciais, os locais a eles destinados terão controle total dos EUA. Brasileiros só poderão entrar no local com permissão especial dos EUA. Outras medidas absurdas estão no acordo, como a proibição de inspeção em contêineres espaciais norte-americanos.

Esse tipo de acordo se dá em prejuízo de qualquer possibilidade de transferência de tecnologia para o Brasil. Pelo contrário. As "salvaguardas", no caso, são para a tecnologia americana. Para agravar o problema, nós não poderíamos utilizar os recursos auferidos com o aluguel da Base de Alcântara para nosso programa espacial. Os Estados Unidos pagariam cerca de US\$5 milhões por lançamento. Como estão previstos cerca de 14 lançamentos por ano, isso nos proporcionaria uma renda em torno de US\$70 mi-

lhões. Um dinheiro que não podemos usar em benefício de nossa indústria aeroespacial.

Não deixa de ser um absurdo uma cláusula dessas, pois nosso programa espacial vem naufagando justamente por falta de verbas. Faltam recursos às empresas brasileiras do segmento espacial, pois tem sido quase nula sua participação em programas de desenvolvimento tecnológico promovidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Entre 1995 e 1999, o Inpe contratou US\$40 milhões com empresas estrangeiras, ao passo que usou apenas 10% desse valor para contratos com empresas nacionais.

Do orçamento deste ano constam R\$41,5 milhões para financiar a participação brasileira nas experiências da estação espacial internacional da Nasa, o que equivale a mais de um terço do orçamento espacial brasileiro. No entanto, nossas indústrias não serão beneficiadas com esses recursos.

Um estudo feito pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) pede a rejeição do acordo, por considerá-lo desconforme e lesivo aos interesses nacionais. Segundo os cientistas, o acordo não só ameaça a nossa soberania como significa uma ingerência ignominiosa na política brasileira.

A posição do Executivo é clara: o Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardeberg, em carta dirigida à presidente da SBPC defende o Acordo de Salvaguardas, reconhecendo que este não prevê transferência de tecnologia para o Brasil.

Há outras cláusulas que ferem nossa soberania, como aquela que proíbe o uso da Base de Alcântara por países não signatários de um tratado liderado pelos EUA. Os países que não aderiram ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MCTR) não poderiam usar a Base de Alcântara. Alguns desses países são do mundo árabe, considerados desafetos dos americanos. Mas da lista poderão constar outros como China e Rússia, que têm programas espaciais e que poderiam ser potenciais parceiros do Brasil.

O grande interesse dos americanos na Base de Alcântara é sua posição geográfica. Por situar-se nas proximidades do Equador, há uma economia entre 15% e 30% de combustível, comparando-se com o que é gasto em lançamentos a partir de Cabo Kennedy, por exemplo. Ou seja, nós temos algo que interessa aos Estados Unidos. E não há nada de mal em aceitar uma parceria. O erro é que não utilizemos essa nossa vantagem para obter transferência de tecnologia dos americanos.

Além disso, é intolerável que se abra mão da soberania nacional.

O acordo está no Congresso para ser examinado. E não pode entrar em vigor se não for aprovado. Pois bem, Senhoras e Senhores: proponho que dis-

cutamos abertamente todas as cláusulas desse acordo. E, se de fato ficar comprovado o compromisso de nos socorrer, que ele seja rejeitado, já que não podemos fazer qualquer alteração em seu conteúdo.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em navegação, quando se depara para um destino, o primeiro passo é conhecer a posição exata em que se está parado antes da partida. Só assim é possível traçar a rota que deverá seguir para chegar, com sucesso, ao porto de destino, visto que não há estradas ou trilhos prefixados a seguir nos oceanos.

Também é necessário, ao longo de todo o percurso, estar conferindo se o navio segue a rota preestabelecida, de maneira a garantir que se atinja o destino de destino. Caso não esteja, a correção de rumo é imprescindível para o sucesso da jornada.

Não estou aqui pretendendo lecionar matéria náutica para os meus nobres Pares, até porque não posso. Valho-me, apenas, dessa metáfora para dar a V. Ex^{as} uma dimensão da importância, que sei que não desconhecem, do trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais conhecido como IBGE.

A metáfora é bastante adequada, se me permitem, Sr. Presidente, Srs. Senadores. O que o IBGE faz é precisamente nos informar, a cada momento, em que ponto de sua rota para o futuro e para o progresso se encontra o nosso País.

É graças ao trabalho dessa Instituição, que vem sendo realizado permanentemente há 63 anos, que o Brasil conhece o Brasil. Graças à atividade do IBGE, temos informações precisas sobre a Nação em vários campos importantes do conhecimento.

O Instituto tem sob a sua responsabilidade a produção, a análise, a coordenação e a consolidação de informações geográficas e estatísticas. Além disso, lida também com informações ambientais, coordenando sistemas estatísticos e cartográficos nacionais e documentação e disseminação das informações.

A antiguidade da atividade estatística no Brasil atesta a sua importância para o País. Entre nós, ela data ainda do Império, com a criação, em 1871, da Diretoria-Geral de Estatística. Na República, com a implantação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos, houve a necessidade de ampliar as atividades da Diretoria.

O órgão responsável pelas estatísticas no Brasil mudou de nome e de funções algumas vezes até 1934, quando foi extinto o Departamento Nacional de Estatística, cujas atribuições foram passadas para os Ministérios competentes.

Mas a falta de um órgão que fosse capaz de articular e coordenar pesquisas estatísticas e de unificar a ação dos vários serviços estatísticos em atividade no País fez com que se criasse, ainda em 1934, o Instituto Nacional de Estatística, que somente começou a funcionar em 1936. No ano seguinte, foi criado o Conselho Brasileiro de Geografia. Este foi, então, incorporado ao Instituto, que passou a chamar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O ponto alto dos trabalhos do IBGE, Sr. Presidente, é o censo de censo, como todos sabemos. Agora mesmo, está sendo concluído o Censo 2000, o maior e mais completo censo já realizado no Brasil, tanto pela qualidade das informações coletadas, como pela abrangência do território trabalhado.

Essa tarefa gigantesca movimentou 199.934 recenseadores, 25.286 supervisores e 6.407 agentes censitários. Foram visitados mais de 54 milhões de domicílios em 120 dias de muito trabalho, no qual cada um dos recenseadores visitou cerca de 300 casas.

Esse esforço nos permite, por exemplo, saber com precisão que o Brasil tem 169.544.443 habitantes, dos quais 83.423.553 homens e 86.120.890 mulheres. Permite, também, saber que mais de 137 milhões vivem nos centros urbanos e quase 32 milhões na zona rural.

Mas os dados coletados por toda essa gente, que ainda estão sendo trabalhados, permitirão saber muito mais sobre o Brasil, para que possamos, de posse desses dados e das informações que deles deverão emanar, trabalhar nas direções que mais rapidamente nos levem ao progresso e ao bem-estar de nossa gente.

Assim como essas informações jogam luz sobre o nosso caminho, a falta delas pode significar a escuridão que nos leve a sérios tropeços e a grandes dificuldades. Digo isso porque, não faz muito tempo, cometeu-se o absurdo de interromper a série histórica de censo dos censos brasileiros, em razão da crise de falta de recursos por que passou o IBGE.

Mas isso, hoje, felizmente é coisa do passado. Estamos vivendo outros tempos, em que tanto a sociedade quanto o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso compreendem e valorizam a importância do trabalho do IBGE, exigindo o seu aperfe-

çamento constante, em busca de dados cada vez mais confiáveis e atualizados sobre o País.

De se jo, portan to, Sr. Pre si den te, Sr^{as} e Srs. Se na do res, cum pri men tar, na pes soa do Pre si den te do Insti tu to, Dr. Sér gio Bes ser man Vi an na, todo o enor me con tin gen te de pes so as que tra ba lhou para a re a li za ção do Cen so 2000, bem co mo os funci o ná rios per ma nen tes do IBGE, que tan tos bons ser vi ços têm pre sta do ao nos so País. É gra ças ao es for ço des sa gen te, de di ca da e com pe ten te, que po de re mos, ca da vez mais, con he cer para avan çar.

Era o que tinha a di zer.

Muito obri ga do.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) - Nada mais ha ven do a tra tar, a Pre si dên cia vai en cer rar os tra ba lhos, lem bran do às Sr^{as} e aos Srs. Se na do res que cons ta rá da ses são de li be ra ti va ordi ná ria de a ma nhã, a re a li zar-se às 14 ho ras e 30 mi nu tos, a se guin te

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 49, DE 2001-COMPLEMENTAR

(Em re gi me de ur gê n cia, nos ter mos do § 1º do art. 64 da Cons ti tu i ção Fe de ral, com bi na do com o art. 353, pa rá gra fo ú ni co, do Re gi men to In ter no e Re que ri men to nº 320, de 2001)
(Votação nominal)

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 49, de 2001-Complementar (nº 195/2001 - Complementar, na Casa de ori gem), de ini ci a ti va do Pre si den te da Re pú bli ca, que in sti tui con tri bu i ções so ci ais, au to ri za cré di tos de com ple men tos de at u a li za ção mo ne tá ria em con tas vin cu la das do Fun do de Ga ran tia do Tem po de Ser vi ço - FGTS, e dá ou tras pro vi dên cias, ten do

Pa re cer sob nº 593, de 2001, da Co mis são de Assun tos Eco nô mi cos, Re la tor: Sen a dor Ro me ro Ju cá, fa vorá vel ao Pro je to e con trá rio às E men das nºs 1 a 8, com vo to con trá rio do Sen a dor Jo sé de A len car e, em se pa ra do, dos Se na do res Os mar Dias e Edu ar do Su ply.

- 2 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26, DE 2001

(Em re gi me de ur gê n cia, nos ter mos do Re que ri men to nº 304, de 2001 - art. 336, II, do Re gi men to In ter no)

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Re so lu ção nº 26, de 2001 (ap re sen ta do pela Co mis são de Assun tos Eco nô mi cos co mo con clu são de seu Pa re-

cer nº 592, de 2001, Re la tor: Se na dor Jo sé Fo ga ça), que au to ri za a Uni ão a con tra tar o pe ra ção de cré di to ex ter no, no va lor equi va len te a até US\$ 404,040,000.00 (qua tro cen tos e qua tro mil hões e qua ren ta mil dó la res dos Esta dos Uni dos da Amé ri ca), de prin ci pal, en tre a Re pú bli ca Fe de ra ti va do Bra sil e o Ban co In ter na ci o nal para Re cons tru ção e De sen vol vi men to - BIRD, na mo da li da de Em pré sti mo Pro gra má ti co de A jus te do Setor Fi nan ce i ro - FSAL.

À ma té ria po de rão se ro fe re ci das e men das até o en cer ra men to da dis cus são.

- 3 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 44, DE 2000

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Cons ti tu i ção nº 44, de 2000, ten do co mo pri me i ro sig na rí ario o Sen a dor Na bor Jú ni or, que al te ra o § 6º do art. 14 da Cons ti tu i ção Fe de ral (dis põe so bre a re nú ncia do Pre si den te da Re pú bli ca, dos Go ver na do res de Esta do e do Dis tri to Fe de ral e dos Pre fei tos aos res pec ti vos man da tos para con cor rem a qua is quer car gos ele ti vos), ten do

Pa re cer sob nº 148, de 2001, da Co mis são de Cons ti tu i ção, Jus ti ça e Ci da da nia, Re la tor: Sen a dor Iris Re zen de, fa vorá vel, com vo tos con trá rios dos Se na do res Lú cio Alcân ta ra e Ro be rto Fre i re.

Am a té ria cons tou da Or dem do Dia da ses são de li be ra ti va ordi ná ria do úl ti mo dia 06, quan do teve sua vo ta ção adi a da pa ra ho je.

- 4 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 6, DE 1998

(Tramitando em con jun to com a Pro pos ta de E men da à Cons ti tu i ção nº 11, de 1998)
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de E men da à Cons ti tu i ção nº 6, de 1998, ten do co mo pri me i ro sig na rí ario o Sen a dor Jo sé Ro be rto Ar ru da, que in clui no A to das Dis po si ções Cons ti tu ci o nais Tran si tó rias ar ti go que re gu la ri za a si tua ção fun ci o nal de ser vi do res de em pre sas pú bli cas fe de rai s que há mais de dez anos pre sta m ser vi ços à ad mi ni s tra ção di re ta, e dá ou tras pro vi dên cias, ten do

Pa re cer sob nº 318, de 1998, da Co mis são de Cons ti tu i ção, Jus ti ça e Ci da da nia, Re la tor: Sen a dor Ro me u Tu ma, fa vorá vel, nos ter mos da E men da nº 1-CCJ (Sub sti tu ti vo) que ap re sen ta, e pe la pre ju di ci a

li da de da PEC nº 11, de 1998, com a qual tra mi ta em conjunto.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 11, DE 1998

(Tramitando em con jun to com a Pro pos ta
de Emen da à Cons ti tu i ção nº 6, de 1998)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Melo, que acres cen ta pa rá gra fos ao art. 19 do Ato das Dis po si ções Constitucionais Trans i tó ri as, dis pon do sobre a situação funcional dos ser vi do res e em pre ga dos pú blicos federais legal mente ce di dos a ó rgãos e en ti da des da União, ten do

Pa re cer sob nº 318, de 1998, da Co mis são de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, pela prejudicialidade, e favorável à PEC nº 6, de 1998, com a qual tra mi ta em con jun to, nos ter mos da Emen da nº 1-CCJ (Subs ti tu ti vo) que apresenta.

– 6 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 190, DE 1999-COMPLEMENTAR
(Votação nominal)

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei do Se na do nº 190, de 1999-Complementar, de au to ria da Senadora Marina Silva, que al te ra a Lei Com ple men tar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Ine le gi bi li da de), para ve dar o re gis tro, como su plen te de can di da to a Se na dor, de pa ren tes des te até o se gun do grau, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 298, de 2001, da Co missão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 25, DE 2000

Segunda sessão de discussão, em primeiro tur no, da Pro pos ta de Emen da à Cons ti tu i ção nº 25, de 2000, tendo como pri me i ro signatário o Senador Álvaro Dias, que altera o art. 75 da Constituição Federal, para facul tar a no me a ção de mem bros das Cortes de Con tas dos Esta dos, do Dis tri to Fe de ral e dos Mu ni cí pios atra vés de con cur so pú bli co, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 299, de 2001, da Co missão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres.

– 8 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 1996

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 86, de 1996 (nº 1.536/96, na Casa de ori gem), que al te ra o § 1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de no vem bro de 1994, que re gu la men ta o art. 236 da Cons ti tu i ção Fe de ral, dis pon do sobre os ser vi ços notariais e de registro, tendo

Pareceres sob nºs 118 e 286, de 1997; e 53, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento (sobre o Projeto), Relator: Senador Ramez Tebet, fa vo rá vel, com votos con trá ri os dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Fre i re, em se pa ra do, do Se na dor José Edu ar do Du tra, e absten ção do Senador Jeffer son Pe res; 2º pro nunci amento (sobre a Emen da nº 1, de Ple ná rio), Re la tor: Se na dor Bel lo Par ga, pela re je i ção, com vo tos con trá ri os dos Se na do res José Edu ar do Du tra, Antô nio Carlos Valadares e absten ção do Senador Jo sap hat Marinho; 3º pronunciamento (em reexame por des pa cho da Pre si dên cia, con for me o Ofí cio nº 1.013, de 1997), Relator: Senador Francelino Pereira, re ite ran do o Pa re cer nº 118, de 1997, da Co mis são de Constituição, Justiça e Cidadania, pela apro va ção da má te ria, com vo tos con trá ri os dos Senadores Rober to Re quião, José Edu ar do Du tra e, ven ci do, em se pa ra do, do Senador Lú cio Alcân ta ra.

– 9 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 1996

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 96, de 1996 (nº 826/95, na Casa de ori gem), que dis põe sobre o jul ga men to das con tas dos res pon sá ve is por bens, di nhei ros e va lo res pú bli cos, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 329, de 2001, da Co missão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) -
Está en cer ra da a ses são.

(Le van ta-se a ses são às 18 ho ras e 57 minutos.)

**MENSAGEM Nº 315, de 4-6-2001—CN
(Nº 495, de 29-5-2001, na origem)**

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$8.350.000,00 (oito milhões, trezentos e cinquenta mil reais), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.

**EMENDA - 1
EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL
PL 10/2001
CMPOPF - MENSAGEM 315/2001-CN**

Cancele-se R\$8.530.000,00 do subtítulo comunicação de Governo - Nacional, Funcional 04 131 0752 2017 0037

Justificação

Em primeiro lugar, o crédito suplementar parece servir para o governo fazer propaganda de suas ações. Segundo a comunicação na área de pesquisa científica e tecnológica parece ser mais importante que a propaganda do governo. Terceiro, o governo não vem cumprindo boa parte das metas contidas no PPA, como mostra a execução de 1997 que passou, recentemente, pela Comissão de Orçamento.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 22, de 2001-SF “Destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não Governamentais – Ongs.”.

2ª Reunião realizada em 9-5-01

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e um, às dez horas e trinta e um minutos, na sala 07 da Ala Senador Alexandre Costa, reuniram-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Gilvan Borges, Marina Silva, Gilberto Mestrinho, Nabor Júnior, Moreira Mendes, Tião Viana, Jonas Pinheiro, Sebastião Rocha e Roberto Saturnino, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti declarou abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que é dada como lida e

aprovada, passando a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão, que apresenta “Plano de Trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito”, posto em discussão e votação é o mesmo aprovado por unanimidade. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Marina Silva, Heloísa Helena, Moreira Mendes, Gilvan Borges, Nabor Júnior e Roberto Saturnino. O Senador Roberto Saturnino entregou à Comissão publicação referente às ONGs passando-o às mãos da Senhora Relatora que agradece a contribuição à CPI. A Presidência convoca os presentes para a próxima reunião que poderá ocorrer no próximo dia vinte e três do corrente, podendo também ser agendada uma outra data, nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) - Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 22/2001, do Senado Federal, destinada a apurar, no prazo de 180 dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada, já que foi distribuída a todos os Srs. Senadores?

O SR. GILVAN BORGES – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) - Concedo a palavra ao Senador Gilvan Borges.

O SR. GILVAN BORGES – Sr. Presidente, a importância desta CPI é muito grande. Quero, neste momento, congratular-me com V. Exª e com a Senadora Marluce Pinto que, há muitos anos, vêm batendo o assunto da tribuna do Senado. Realmente, trata-se de um motivo de preocupação. Sabemos que há ONGs que têm fins sociais, com promissos, que são organizações sérias. Por outro lado, há ONGs clandestinas, piratas, que estão a serviço do grande setor de inteligência dos Estados Unidos.

Creio que esta CPI tem uma função importante: esclarecer a opinião pública por meio de um processo sério de investigação. Na Amazônia, devemos ter umas 200 ONGs instaladas, mas sem informações precisas. É do que precisamos. As ONGs que já têm

um trabalho prestado, que prestam serviços importantes para o País, são bem-vindas, sem sombra de dúvida, porque têm uma função. Realmente, há ONGs que não têm esses objetivos. São organizações perigosas, não sabemos como procedem, de onde vêm e a serviço de quem estão.

Quero congratular-me com a iniciativa. Estamos aqui para abrir um grande debate. Estou à disposição para integrar as comitativas de investigação, para dar minha minha contribuição. Deixo firme minha posição na defesa das organizações não-governamentais que são sérias, que têm objetivos claros e função social. Estaremos atentos, no entanto, ao tratar mos de organizações suspeitas, instaladas para buscar informações da Região Amazônica, de organismos de espionagem que ameçam o País.

Minhas congratulações!

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero esclarecer ao Plenário que estou aqui, conforme pauta distribuída previamente, destina-se à apresentação de um plano de trabalho, elaborado pela Relatora da Comissão, para que possamos organizar, criar, uma metodologia para nossos trabalhos. Portanto, antes de passar a palavra à Relatora, já que o Senador Gilvan Borges fez algumas considerações sobre os nossos trabalhos, que ro dizer que todos nós estamos imbuídos do propósito de fazer um trabalho sereno, justo, que tenha a maior isenção possível para que possamos, como bem falou o Senador Gilvan Borges, separar o joio do trigo. Creio que existem muitas ONGs sérias no Brasil que devem colaborar com esta CPI. Ao concluirmos que determinadas instituições prestam efetivamente um serviço importante à Nação, elas terão não só um atestado do passado por esta CPI, mas, principalmente, estarão dando ao País uma satisfação que as tirará da dúvida que hoje existe com a quantidade de denúncias a respeito de trabalhos de umas ou outras instituições.

Como falei, o objetivo desta nossa segunda reunião é a apresentação do plano de trabalho pela Relatora, Senadora Marluce Pinto, a quem, portanto, quero ter o prazer de passar a palavra, para apresentar o seu grande trabalho.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr. e Srs. Senadores, a primeira fase das sugestões que iremos apresentar é:

1º - encaminhamento de ofícios aos Ministérios e órgãos conexos, solicitando informações sobre organizações não governamentais, seus registros e convênios firmados com as mesmas, bem como seus campos de atuação e eventuais denúncias;

2º - encaminhamento de ofícios à Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais, Abong, aos governos estaduais e suas assembleias legislativas solicitando informações sobre essas instituições, registros, ações, denúncias etc;

3º - encaminhamento de ofícios ao Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, ao Poder Judiciário Federal e dos Estados sobre denúncias, processos e julgamentos de ONGs.

A segunda parte da nossa sugestão: que sejam realizadas audiências públicas para os devidos depoimentos. Convidar, por exemplo, para comparecer em audiências e responder naturalmente as nossas perguntas: primeiramente, o Presidente da Abong, que é a Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais; segundo, o Sr. Lourenço Carrasco, autor do Livro *Máfia Verde*; terceiro, ex-comandantes militares da Amazônia; quarto, General Alceir Pereira Lopes, o atual Comandante Militar da Amazônia; o General Gleuber Vieira, Comandante do Exército; o Sr. Ministro da Defesa, Dr. Quintão; o General Alberto Mendes Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; o Sr. Ministro da Justiça, o Sr. Presidente da Fundação Nacional do Índio, Funai; o Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Ibama; o Sr. Diretor-Geral da Polícia Federal; o ex-Presidente da Funai e outras autoridades e personalidades que V. Ex.ªs queiram incluir.

Temos aqui o segundo item, depois passarei, com muita honra, a palavra à Senadora Marina Silva.

Quero convidar para comparecer também à audiência os seguintes órgãos: Associação Amazônia, Coperindio, Sodur, Arecom, Alidcir; cir, iza, simi, uir e outras que, por ventura, V. Ex.ªs queiram incluir.

Está aberta a palavra, e retorno ao Sr. Presidente desta Comissão, para dar continuidade ao início de seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero, então, passar a palavra à Senadora Marina Silva, que foi a primeira inscrita.

A SRA. MARINA SILVA - Gostaria de concordar com parte do que ouvi aqui dos Srs. Senadores de que a investigação deve acontecer, em primeiro lugar, sem tipo de preconceito algum e, acima de tudo, com o objetivo de esclarecer a verdade, sem fazer generalizações injustas e investigar do aqueles que possam ter quaisquer atuações que sejam dignas de investigação. Creio que esse seja o propósito de toda e qualquer CPI. Infelizmente, outras ainda não foram

montadas, mas as que já passaram por esta Casa têm esse propósito.

A Relatora apresentou um calendário de atuação, e só suge ria que, como nós, pelo me nos eu, tivemos o conhecimento desse calendário ago ra, que pudéssemos ter um tempo para olhá-lo e apre sen tar sugestões. Que não necessariamente tenhamos que, aqui e ago ra, fi car ti ran do do bol so do co le te su ges tões, mas que pos sa mos ve ri fi car os que, por ven tu ra, tenham sugestões a apre sen tar aqui e em uma outra oportunidade. Não sei. Pelo menos esta é a minha necessidade, se os outros não as têm, mas que es te ja abe r to pa ra que se pos sa fa zer esse le van ta men to de su ges tões aqui. Con cor do com as que já es tão in dicadas, só que ficasse esse espaço para que elas cobrem um gran de es pec tro já, não sei como é que, en fim, os de mais Co le gas pen sam. Mas a mi nha con tri bui ção é no sen ti do de que pos sa mos apre sen tar as suges tões referentes a esses cronograma de tra ba lho.

Chegaram aqui o Senador Roberto Saturnino e a Senadora Heloísa Helena e é interessante ouvir os demais Colegas. No mo men to é o que es tou sen tin do e, espe ro sin ce ra men te que pos sa mos es tar fa zen do um tra ba lho com o pro pó si to de es cla re cer a ver da de, tra ba lhan do sem ne nhum tipo de pre concei to e ge ne ralizações que, às ve zes, são mu i to pe ri go sos. Mas, em meu pon to de vis ta, em CPI al gu ma não se deve ter ne nhum tipo de medo, mas sim par tir de um prin cí pio de que as in ves ti ga ções têm que ser feitas. Muito em bo ra eu acho que o re que ri men to, da for ma como foi fe i to, já que está na cris ta da onda fa lar que o re que ri men to é ge né ri co de mais, é ab ran gen te de mais, eu o consi de ro que neste caso tam bém so fre deste pro ble ma. Mas isso não é im pe di men to já que o que se vai fa zer aqui é a in ves ti ga ção a res pe i to dos fa tos de ter mi nados que vão sur gin do. Parece-me que a metodologia surtirá ao longo desses depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, eu gostaria de retornar à Relatora que deseja fazer alguns esclarecimentos.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Mem bros da Co mis são, que ro me re fe rir prin ci pal men te à Senadora Marina Silva.

Realmente, nós apresentamos hoje esse reque rimento, e havíamos inclusive dialogado sobre ele, porque várias dessas autoridades aqui presentes já entraram em contato com esta Comissão querendo pres tar al guns ser vi ços. Ago ra V. Ex^{as} po de rão fi car tran qui las que não vai ha ver ne nhum a dis cri mi na ção,

qual quer nome que achem que pos sa ser sub sti tu í do, muito em bo ra aqui es tão re al men te pes so as que têm con ta tos, quan do não con ta tos di re tos, mas que têm tra ba lhos re ali za dos ou já foram pro cu ra dos por ONGs e que eles nos poderão prestar um tra ba lho mu i to bom.

Mas fica à disposição de todos os Senadores acrescentar...

A SRA. MARINA SILVA – Exato, pelo menos não me parece haver divergência sobre os nomes que es tão in di ca dos. Se ria ape nas um es pa ço pa ra ac re sen tar...

A SRA. MARLUCE PINTO – Não, ló gi co. Este é o pon to ini ci al. Nós va mos ter 180 dias dis po ní ve is e es sas as so ci a ções, mu i tas aqui são de ín di os, de co mu ni da des in dí ge nas de vá ri as lo ca li da des, que já se pro nun ci a ram que ren do vir a esta Co mis são.

Então, com o desempenho desta Comissão cada um poderá apresentar os nomes de autoridades, associações, ONGs para que possamos fazer uma análise. E aqui o que nós que re mos é exa ta men te pre sti gi ar as ONGs que, re al men te, têm res pon sa bi li da de, prin ci pal men te, pelas camadas mais pobres do nos so País e que es te jam pres tan do um bom ser vi ço.

Como disse o Senador Gilvam Borges, as ONGs que pres tam um bom ser vi ço irão ter não só a nossa co la bo ra ção, como o nos so res pei to e até uma co o pe ra ção justa desta Casa para que pos sam con ti nu ar fa zen do um tra ba lho mais in ten so. E aque las ONGs que, por ven tu ra, exis tam mas sem ter como comprovar qual é a sua finalidade, então, posterior mente todos juntos decidiremos o que vamos fazer com elas.

Retorno a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero conceder a palavra ao próximo orador inscrito que é o Se na dor Gil vam Bor ges.

O SR. GILVAN BORGES – Sr. Pre si den te, a Se na do ra Marina Silva realmente tem toda a razão. Acho que nós precisamos ajustar, adequar, propor, jus ta men te para ter mos con di ções de atra vés das en ti da des, das or ga ni za ções, ob ter mos as in for ma ções pertinentes para que pos sa mos ma pe ar um bom tra ba lho. Por exem plo, aqui eu cre io que ire mos apre sen tar um re que ri men to, eu acho até que há um con sen so. As in sti tu i ções re lí gi o sas são uma fonte mu i to gran de de in for ma ções.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Gilvam Borges, gostaria de fazer uma obser

vação, tanto na segunda fase como na seguinte, a Relatora teve o cuidado de acrescentar outras autoridades e personalidades obviamente a critério dos membros da Comissão, assim como também, em baixo, quando listou as ONGs, citou algumas que já procuraram o espaço para outras, justamente de acordo com a iniciativa das instituições ou mesmo a proposição dos Srs. Membros da Comissão.

O SR. GILVAN BORGES – Da sociedade civil organizada, obviamente tínhamos que ver, dentro das empresas, das grandes empresas, como foram suas ONGs e as instituições religiosas. Quanto às instituições do Estado, como os órgãos de segurança, o próprio Ministério da Defesa, depois o Exército, a Polícia Federal, todas as instituições estão aqui. Essas são as sugestões.

No entanto, teremos que ter acesso às informações das instituições que fazem parte da sociedade civil organizada. E as instituições religiosas têm informações importantíssimas e contribuições também. A própria Igreja Católica também tem um política estabelecida de captação de recursos federais na área social de Ministérios, as organizações evangélicas também. Então, acredito que, com essas informações, teremos condições de aperfeiçoar, ampliar, melhorar realmente o nosso relatório final, para termos um levantamento preciso, porque as informações estão dispersas e a intenção desta CPI é juntar todas essas informações para termos um levantamento preciso.

Em outra oportunidade, irei sugerir algumas instituições para que façam parte, para que possam trazer as suas informações a título de convite e solicitarei à Presidência que direcione bem os trabalhos, já que temos cento e oitenta dias.

O nosso próximo encontro já terá, na pauta, os Senadores trazendo as suas proposições para inclusão de algumas outras instituições. Portanto, agradeço a atenção de todos e as considerações da Senadora Marina Silva, que realmente foram pertinentes.

Encerro e acrescido que esse debate será muito bom e muito importante e vou me preparar para o próximo encontro.

Obrigado, Senadora Heloísa Helena. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SR^a. HELOÍSA HELENA – Tenho certeza de que esse encontro será extremamente produtivo, Senador Gilvam Borges. E, com certeza, V. Ex^a estará participando da CPI que será instalada para analisar

os crimes contra a administração pública, os índices os relevantes de corrupção no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, Senadora Marluce Pinto e Srs. Senadores, a Senadora Marina Silva já teve a oportunidade de fazer considerações extremamente relevantes sobre esse debate, com as quais nós, da Oposição, comungamos inteiramente. Eu gostaria, até porque houve a apresentação da lista de personalidades a serem convidadas, com o que concordamos, de discutir com a Mesa se faríamos por consenso a apresentação de outras três personalidades, como estamos trabalhando no consenso e não necessariamente com requerimentos. Por exemplo, a Dr^a. Ruth Cardoso e o Sr. Augusto Franco, do Comunidade Solidária, para que possam discutir conosco a atuação das ONGs na Amazônia; o Ministro José Serra, que poderá contribuir com a discussão em relação à atuação das ONGs de saúde na Amazônia, especialmente em relação a DST/Aids, e o Ministro José Sarney Filho, sobre a atuação das ONGs ambientalistas na Amazônia. Estou me referindo à Dr^a. Ruth Cardoso, ao Sr. Augusto Franco e ao Ministro José Serra.

Como foi uma apresentação de proposta, de roteiro, para que não tenhamos necessariamente que fazer cada um dos requerimentos, já que estamos trabalhando nessa fase preliminar como consenso, não necessariamente seria preciso votar requerimento um por um, se se pudessem ser feitos senão.

Também estamos encaminhando à Mesa, Sr. Presidente e SRA. Relatora, alguns requerimentos no sentido de que possam ser disponibilizados enquanto documentos; devem ser também analisados previamente pelos membros da CPI; deve haver informações sobre a legislação do terceiro setor, especialmente solicitar ao Programa Comunidade Solidária sobre as ONGs que fazem parte do seu cadastro; solicitação ao Conselho Nacional de Assistência Social do cadastro de instituições filantrópicas com destaque para as situadas na Amazônia; solicitação ao Ministério do Meio Ambiente do cadastro na ci o nal das entidades ambientalistas com destaque para as inscritas da Amazônia; solicitação ao Ministério da Saúde do cadastro das entidades sem fins lucrativos, ONGs e outras que trabalham no Programa DST/Aids e as que desenvolvem atividades com povos indígenas; solicitação ao Ministério da Reforma Agrária da listagem de entidades civis que desenvolvem projetos na Amazônia; solicitação ao Ministério do Trabalho das entidades sem fins lucrativos que desenvolvem trabalho com recursos do FAT na Amazônia; solicitação

ção ao Ministério da Educação de entidades das diversas áreas que desenvolvem trabalhos de educação ambiental e outros na Amazônia, no sentido de que essas informações, que serão oficiais, possam ser consolidadas enquanto documentos que devam ser analisados por todos nós.

Claro que sei que o Presidente e a Relatora comum com essa preocupação. Já seriam preocupações, tenham certeza, previamente levantadas pelo Presidente e pela Senadora Marluce Pinto, mas entendendo que é importante que isso seja solicitado oficialmente pela Presidência da Comissão, até para que seja disponibilizado para todos os Srs. Senadores.

Esses requerimentos todos são assinados pelo Senador Tião Viana, que é o nosso titular na Comissão; pelo Senador Sebastião Rocha, que é o suplente, pela Senadora Marina Silva, pelo Senador Roberto Saturnino e por mim.

O SR. GILVAN BORGES – Sr. Presidente, por uma questão de audiência, já que tenho que me retirar, eu gostaria de deixar registrado aqui o meu voto pela aprovação do plano de trabalho que ora é proposto pelos integrantes que compõem a direção dos trabalhos, que é V. Ex^a e a Senadora Marluce Pinto. Deixei registrado.

Peço desculpa aos colegas, mas, por uma questão de audiência nos ministérios, tenho que me retirar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Ficarei registrado, então, o voto de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também desejo manifestar o meu voto favorável a essas sugestões de roteiro de trabalho que foram oferecidas pela Relatora, Senadora Marluce Pinto, e com as sugestões também aqui apresentadas pela Senadora Heloísa Helena.

Tenho outra reunião. Estou sendo convocado a participar da outra reunião na Comissão de Educação. Está havendo audiências com vários professores. Infelizmente, acontecendo isto: concentram-se sempre reuniões nas terças, quartas e quintas-feiras e ficamos realmente impossibilitados de participarmos simultaneamente de várias reuniões.

Por tanto, que ro deixar aqui o meu voto favorável às sugestões da Relatora e também ao adendo da Senadora Heloísa Helena.

A SRA. MARINA SILVA – Só que ro sugerir que a Abong, em vez de figurar como as primeiras, entre nas audiências, juntamente com as entidades, por-

que se não ela entra numa fase que ainda não é típica, já que é a ONG das ONGs. Portanto, a minha sugestão é que ela pudesse ficar nessa parte aqui, onde temos as audiências com as entidades. Ela poderia até ser a primeira delas se rol de entidades, mas que se parramos aqui os momentos. Acho até que foi um engano. Ela figura no meio das personalidades e a gente poderia colocar junto com as entidades, ao invés de no meio das personalidades. Apenas uma sugestão de inversão, Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra a Relatora.

A SRA. MARLUCE PINTO – Senadora Marina e de mais colegas, aqui não está em ordem, para com vites, de ser primeiro, apenas as sugestões. E nós que vamos decidir, juntamente com todos os membros, qual será a primeira. Quando colocamos no final das personalidades “outras autoridades”, foi exatamente para deixar todos muito à vontade de incluir quaisquer que sejam as autoridades, como também, no final, tem outras, para que os membros desta Comissão, que têm os seus interesses, que sabem que há necessidade de serem convocados, mas aqui vocês não se baseiem pela sequência do documento.

A SRA. MARINA SILVA – Pen sei que já fos se um agrupamento.

A SRA. MARLUCE PINTO – Não, está aqui: sugestão de roteiro de trabalho. Então, é a sugestão do roteiro de trabalho. Depois é que o Presidente irá apresentar, de acordo com a solicitação dos membros, quais as autoridades que serão convidadas primeiro. Haveremos de convir que temos que também aceitar a agenda de cada um. Poderemos convidar uma entidade primeiro, ela não ter disponibilidade para aquele dia e termos que convidar outras. V. Ex^{as}, que já são acostumados com CPI, sabem muito bem que isso acontece.

Volto a palavra ao Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Saturnino Braga.

O SR. SATURNINO BRAGA – Sr. Presidente, queria cumprimentar a Senadora Marluce, Relatora, pela proposta, com a qual concordo, juntamente com as observações da Senadora Marina Silva e o requerimento apresentado pela Senadora Heloísa Helena, e que ria aproveitar para oferecer à Relatora esse estudo, que me foi entregue por amigos que tenho, ligados a esse instituto sócio-ambiental, que é uma entidade que trabalha com povos indígenas já há bastan-

te tem po, vejo que está aqui inclu í da en tre as en ti da-des que se rão convida das a prestar aqui in for ma ções e depoimentos. Desse trabalho monumental, realmente, tive todas as informações favoráveis como sendo algo de valor ines timável sobre os po vos in dí-genas no Bra sil.

Foi-me pe di do que ofe re ces se à Re la to ra esse trabalho e eu o fa ço nes te mo men to, de po is de de cla-rar a mi nha con cor dâ ncia com a pro pos ta da Se na do-ra Marluce.

A SRA. MARLUCE PINTO – Se na dor Sa tur ni-no, V. Exª até me honra com esse presente, porque vai facilitar de mais os nossos trabalhos. Muito obriga-da e agra de ça a quem o re co men dou.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Con ce do a pa la vra ao pró xi mo Se na dor ins cri to, Se-nador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, SRA. Relatora, Srªs e Srs. Senadores, ape nas para entender, considerando que cheguei um pou co atra-sa do, já com um pe di do de des cul pas: isso aqui é ain-da apenas uma sugestão, não estamos decidindo nada, ain da? Não tem ne nhum re que ri men to co lo ca-do ou já estamos decidindo a res pe i to do pla no, do conceito, mas sem ainda definir exatamente quem va mos cha mar ou não?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Ca val can ti) – Definido isso, vamos expedi ros convites, como falou a Relatora. Algumas personalidades ou entidades terão tempo para di zer quan do po derão com pa re cer e em ou tra re u ni ão de fi ni re mos o dia des sas au di ên-cias.

O SR. MOREIRA MENDES – Na primeira fase, o item 1, o encaminhamento, já está de ci di do? Que ro fa zer uma su ges tão, de que fos se en ca mi nha do um ofí cio ao Ban co Cen tral do Bra sil, re qui si tan do da que-le banco informações sobre a entrada de aporte de capital estrange i ro des ti na do às ONGs instala das no Bra sil - o vo lu me do di nhe i ro, a data de en tra da e qua-is as ONGs be ne fi ci a das.

(Debates forado microfone. Inaudível.)

Esse é o mesmo espírito, nós estamos... Por isso per gun tei se es ta mos em pro ces so de vo ta ção, de es col ha, ou ape nas de su ges tão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A secretária me in for ma que, tan to o Re que ri men to da Senadora He lo í sa He le na quan to o de V. Exª têm que ser formalizados e colocados em vo ta ção.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Se houver um consenso em tor no dos re que ri men tos, cre io que não teria problema.

O SR. MOREIRA MENDES – Por isso eu per-guntei antes, Sr. Presidente, se te re mos que for mu-lá-los. Penso que deveríamos formular todos os re-querimentos e sub metê-los à apre cia ção numa pró xi-ma reunião.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Acolho a sugestão do Senador Moreira Mendes no sentido de que os requerimentos sejam formulados para que pos sa mos vo tá-los na pró xi ma re u ni ão.

O SR. MOREIRA MENDES – To das as pro pos-tas podem ser encaminhadas por intermédio de re-querimentos específicos.

No mais, desejo à Presidência, à Relatoria e a todos os membros da Comissão que tenham su-cesso nessa nova empre ita da, que é mu ito im por tan-te para o Bra sil.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, já que há o consenso, sugiro que todos nós o assine-mos, independentemente de haver um primeiro ou um segundo re que ri men to. Existirá um úni co re que ri-men to, com a apro va ção dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Per gun to se há al gum Se na dor que de se ja fa zer uso da pa la vra. (Pausa)

Não ha ven do mais quem peça a pa la vra, en cer-ro a discus são.

Em vo ta ção.

As Srªs e os Srs. Senadores que estejam de acordo que iram per mane cer sen ta dos. (Pausa)

Aprovado o ro te i ro de tra ba lho da Co mis são.

Antes de encerrar, gostaria de reiterar a firme po si ção, que, cre io, seja a de to dos os Se na dores, se-gundo manifestação da Presidência e da Relatoria, de que fa ça mos um tra ba lho com is en ção, com se-re-ni da de, pre o cu pa dos em pro du zir, ao fi nal, uma con-clusão que possa efetivamente dar um atestado às ONGs que são sé ri as da que las que, por ven tu ra, pos-sam estar cometendo ir regularidades.

Portanto, esse é o objetivo e o es pí ri to que nor-te ia esta Co mis são, e não o do pre con ce i to ou o de algopre estabelecida.

Pergunto ao Relator se V. Exª gostaria de te cer algumas considerações. (Pausa)

Antes de encerrar a presente reunião, gostaria de deixar marcada a nossa próxima reunião para quarta-feira, nes se mes mo ho rá rio.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, já está mar ca da uma re u ni ão do Con sel ho de É ti ca para a próxima quarta-feira, às 10 horas. Inclusive a re u-

nião da Comissão de Assuntos Sociais se reunirá hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tendo em vista esse impedimento, nos reuniremos quarta-feira, dia 30.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, creio que haverá um coincidência de horários com a reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nobre Senadora, V. Ex^a sabe o quanto é difícil encontrarmos horário nas terças, nas quartas e nas quintas-feiras.

Mas, de qualquer forma, fica convocada, para quarta-feira, dia 30, às 10 horas, a nossa próxima reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h4min.)

3ª Reunião realizada em 22 de maio de 2001

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e um, às dezesseis horas e cinco e trinta minutos, na sala 03 da Ala Senador Alexandre Costa, reunem-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Gilberto Mestrinho, Nabor Júnior, Moreira Mendes, Bernardo Cabral, Antero Paes de Barros, Leomar Quintanilha, Tião Viana e Marina Silva, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, consultando ao Plenário da dispensa de leitura da Ata da Reunião anterior e se poderia considerá-la aprovada, a Senadora Marina Silva solicita ao Presidente a leitura da referida Ata, e após a leitura da mesma, a Senadora Marina levanta uma questão de ordem, no sentido de que o Plano de Trabalho deliberado na reunião anterior não teria sido aprovado, uma vez que, a mesma apresentar requerimentos e sugestões complementares ao Plano de Trabalho. O Presidente esclarece a Senadora Marina Silva que, em base das Notas Taquigráficas da 2ª Reunião da CPI, a mesma registra que o Plano de Trabalho, em discussão, fora aprovado pelos membros da Comissão e, diante disso, a Mesa dos Trabalhos da Comissão acataria os Requerimentos da Senadora e que os mesmos serão discutidos e votados em Reunião Administrativa com data a ser divulgada no final da presente Reunião. Em seguida, o Presidente solicita à Secretária e ao Senador Nabor Júnior que façam entrar ao Recinto da CPI o depoente,

Sr. Lorenzo Carrasco, concedendo a palavra ao Sr. Lorenzo para sua explanação. Após, o Senhor Presidente, concede a palavra à Relatora da Comissão, para formular seus questionamentos ao depoente. O Presidente, concede a palavra ao Senador Bernardo Cabral que sugere ao depoente, encaminhar à Comissão, nomes de determinados Procuradores, citados em trechos do livro “Máfia Verde”, que o depoente é Coordenador, com prováveis condutas irregulares relacionadas às Organizações não-governamentais mencionadas no referido livro. De acordo com a lista de inscrição, fizeram uso da palavra, os Senhores Senadores Bernardo Cabral, Gilberto Mestrinho, Marina Silva, Tião Viana e Moreira Mendes. O Senhor Presidente, passa às mãos da Senhora Relatora os Requerimentos de autoria da Senadora Marina Silva, Moreira Mendes e Antero Paes de Barros. Após, a Senhora Relatora, dá ciência ao Plenário dos mesmos, lendo-os. A Presidência agradece a colaboração do depoente, convocando os presentes para as próximas reuniões agendadas para os dias 29 de maio, de caráter administrativo e dia 30 de maio do corrente ano, com a exposição do Gen. Alberto Mendes Cardoso – Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 22, de 2001, do Senado Federal, destinada a apurar, no prazo de 180 dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs.

Inda go ao plenário se é necessário a leitura da ata da reunião anterior, ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, gostaria que fosse lida.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – “Ata da 2ª reunião, realizada em 9 de maio de 2001. Aos nove dias do mês de maio do ano de 2001, às 10h31min, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, reuniram-se os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Gilvam Borges, Marina Silva, Gilberto Mestrinho, Nabor Júnior, Moreira Mendes, Tião Viana

na, Jonas Pinheiro, Sebastião Rocha e Roberto Saturnino, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar, no prazo de 180 dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs. Havendo número regimental, o Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, declarou abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada, passando a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão, que apresenta plano de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito. Posto em discussão e votação, é o mesmo aprovado por unanimidade. Fizeram uso da palavra os Srs. Senadores Marina Silva, Heloísa Helena, Moreira Mendes, Gilvam Borges, Nabor Júnior e Roberto Saturnino. O Senador Roberto Saturnino entregou à Comissão publicação referente às ONGs, passando às mãos da SRA. Relatora, que agradece a contribuição à CPI. A Presidência convocou os presentes para a próxima reunião, que poderá ocorrer no próximo dia 23 do corrente, podendo também ser agendada para uma outra data. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a presente reunião, e, para constar, eu, Dulcília Ramos Calhau, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.”

A SRA. MARINA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pois não.

A SRA. MARINA SILVA – Na que leu, aprovamos os itens que constavam. Lembro que tanto eu quanto a Senadora Heloísa Helena havíamos ficado de dar uma contribuição, e que a Relatora havia dito que os itens não estavam dispostos já em um cronograma de trabalho. Então, na ata, é como se já estivessem. Gostaria de verificar isso, porque, segundo o que foi aprovado naquele dia, hoje teríamos que apresentar o cronograma de trabalho, e, também, serem acrescidas as sugestões dos Srs. Senadores que, porventura, quisessem apresentá-las.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Vou ler parte das notas taquigráficas, para que V. Ex^a tome conhecimento.

A SRA. MARINA SILVA – Inclui-se, pedi cópia das notas taquigráficas para que eu possa ter... E já requeiro à assessoria todas as notas taquigráficas de todas as reuniões a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Vou ler a parte que está sendo discutida: “Sr. Presidente, vou acolher a sugestão do Senador Moreira Mendes no sentido de que os requerimentos sejam formulados para que possam ser votados na próxima sessão.”

A SRA. MARINA SILVA – Exato. E o cronograma de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Mais na frente, Senadora, na página SC-12, está o seguinte: “Sr. Presidente, uma sugestão rápida. O SR. PRESIDENTE - Pergunto se há algum Senador que se já fazer uso da palavra. Não havendo mais quem queira fazer uso, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer sentados. Aprovado o roteiro de trabalho da Comissão.”

A SRA. MARINA SILVA – Não é verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Estão nas notas taquigráficas, Senadora.

A SRA. MARINA SILVA – Se está nas notas taquigráficas, então, as pessoas que as transcreveram têm que prestar atenção no que está sendo gravado e transcrever corretamente. Requeiro, então, à Senadora Marluce Pinto que venha em meu favor, com seus testemunhos, de que, na que leu, disse mos que iríamos aprovar, hoje, dia 24, um calendário de trabalho. Não estou aqui querendo sofrer em cima do que foi dito e poderia evocar o testemunho dos demais Srs. Senadores que estavam na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Ex^a está fazendo uma acusação de que as notas taquigráficas foram alteradas?

A SRA. MARINA SILVA – Não estou acusando. Apenas estou dizendo que, na que leu, quando levantei a questão de ordem — e V. Ex^a não contradiçou —, eu disse: estamos aprovando o que está aqui, o quanto indicação dos nomes, todos eles, as entidades, todas elas, e foi dito pela Senadora Marluce Pinto, com a qual eu concordei, de que ali não tínhamos uma ordem já estabelecida; nós iríamos apresentar hoje um cronograma de trabalho. Eu evoco a SRA. Senadora Marluce Pinto para que me diga se isso não foi dito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero prestar um esclarecimento e, inclusive, espero que a senhora leia as notas taquigráficas. A senhora apresentou essa ideia, depois voltamos a discutir, foi formulado um requerimento pela Senadora Heloísa Helena e pelo Senador Moreira Mendes, e, depois,

obedecendo à instrução Secretária da Mesa, colocamos em votação o roteiro, que foi aprovado. Acolhemos, inclusive, a sugestão de V. Ex^a no sentido de não ou vir, na que la ordem, quem estava em primeiro lugar, que era o Presidente da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais. Acolhemos a sugestão de V. Ex^a, embora tenhamos até feito uma convocação que a Senadora Relatora ponderou, desmarcamos a reunião e, portanto, marcamos essa nova reunião com a aprovação, de acordo com o que está aqui, nas notas taquigráficas. Então, não vejo qual o problema, Senadora, até porque V. Ex^a apresentou um requerimento, que está na mesa, sugerindo outras instituições e outras personalidades para serem ouvidas, que portanto vai ser objeto de apreciação na sessão administrativa que vou convocar. Todos os requerimentos...

A SRA. MARINA SILVA – Mas isso já pode ser aprovado hoje, Sr. Presidente, ao final ou ao início.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não, não necessariamente, Senadora. Vamos discutir esse assunto. Primeiro, não há **quorum**. Se houver **quorum**, eu poderia até colocá-lo ao final.

A SRA. MARINA SILVA – Se não há **quorum**, tam bém não há...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Para ouvir o depoimento, sim; para deliberar, não, Senadora.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, não quero aqui criar uma polêmica com V. Ex^a; eu só quero que façamos as coisas dentro da ordem. O que estou propondo é que façamos de acordo com o que havia sido estabelecido na reunião anterior. O que foi estabelecido na reunião anterior? Estabelecemos que todos aqueles itens estavam aprovados, que poderiam vir mais sugestões dos Srs. Senadores, até esta reunião de hoje, que iríamos apresentar um cronograma de trabalho e que, inclusive, poderíamos dar sugestões para esse cronograma de trabalho. E eu tenho propostas para esse cronograma de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Que estão aqui e que vão ser apreciadas. No cronograma de trabalho, se V. Ex^a se recorda – e está com ele aí –, está lá em baixo: "...outras instituições, outras personalidades."

A SRA. MARINA SILVA – Mas, Sr. Presidente, existe uma metodologia, porque, na forma como está colocado aqui, na proposta da Senadora Marluce Pinto, e tanto é que compreendemos, porque ela própria disse: "Isso aqui não significa uma ordem já estabelecida. A gente vai montar uma metodologia". Então, te-

mos que montar uma metodologia, porque, senão, vamos fazer aqui um "samba do crioulo do i do": uma hora são organizações não-governamentais, outra hora é Governo, outra hora são pesquisadores. Entende o que estou dizendo? Estou querendo apenas colaborar com V. Ex^a, e resgatarmos aqui o que foi estabelecido na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Resgatarmos, não.

A SRA. MARINA SILVA – Exatamente, resgatar o que foi estabelecido. Por que vou ter o trabalho, depois, de ler com calma todas as minhas falas aqui, porque, se não constar a sugestão que dei, aí vou ter que realmente pedir as gravações da fita. Não é justo: eu e a Senadora Heloísa Helena fizemos uma contribuição que não foi contradição.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Que vai ser apreciada. Está sob a forma de requerimento, e vai ser apreciada.

Então, que rodiz o seguinte: já que estamos com o convívio aqui presente e já temos um número razoável de Senadores, quero deixar essa questão de ordem da Senadora para o final, e vamos ouvir o depoente.

Quero, antes disso, colocar em votação a ata.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. MARLUCE PINTO – Já que vamos ouvir o convívio, até aguardo, mas eu gostaria de me pronunciar sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Ao final.

A SRA. MARLUCE PINTO – No final, após ouvirmos o convívio. Então, vou explicar, porque realmente acho que houve aí um certo engano com relação a isso. Mas, para que eu possa dar uma explicação melhor da maneira como foi o sucedido, prefiro após a saída do nosso convívio. Espero que a Senadora Marina Silva combine com a nossa iniciativa, e eu explicarei realmente o que se sucedeu.

A SRA. MARINA SILVA – Eu concordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Solicito à secretária convidar o Senador Gilberto Mestrinho e o Senador Nabor Júnior para acompanharem o convívio, para que possa...

(Pausa.)

Quero, antes de passar a palavra ao convidado, Dr. Lorenzo Carrasco, fazer uma leitura breve antes, afirmando que o Dr. Lorenzo já preencheu as formalidades legais e assinou o termo de compromisso.

Vou ler os tópicos principais do seu currículo:

Dr. Lorenzo Carrasco Bazua, nascido em 16 de maio de 1950, no México.

De 1969 a 1972, fez estudos universitários de arquitetura na Universidade Nacional Autônoma do México;

De 1974 a 1978, atual como jornalista correspondente da revista *Executive Intelligence Review*, realizando trabalhos sobre assuntos econômicos, políticos e estratégicos do México;

De 1978 a 1984, atuou como correspondente da EIR no México – estudo sobre o modelo econômico LaRouche/Riemann;

De 1982 em diante, foi fundador e diretor da revista *Fusión Nuclear*, conferencista em mais de 40 países sobre assuntos econômicos, políticos e estratégicos de México, Colômbia, Bolívia, Argentina e Brasil;

De 1987 em diante, foi articulista e colaborador do *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro;

Foi autor e co-autor de artigos sobre os seguintes assuntos:

Integração econômica iberoamericana; crise econômica e financeira mundial; economia, política, diplomacia brasileira, as forças armadas iberoamericanas, ciência e tecnologia;

Foi conferencista no seminário “As missões de guerra no Golfo Persa”, realizado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Vou dispensar o restante da leitura, já que todos os Srs. Senadores receberam uma cópia do currículo do Dr. Lorenzo.

Passo a palavra ao nosso convidado, Dr. Lorenzo.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, há algum tempo, tive o prazer de receber em meu gabinete o professor Lorenzo Carrasco. Como esse sobre nome é espanhol, Bazua é o nome materno.

Ele me veio recomendar do por um ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil que tinha sido

meu Secretário-Geral, Dr. Herman Assis Baeta. E conversamos muito.

Há um trabalho pelo qual o Professor Lorenzo Carrasco é citado a todo instante, que é “Máfia Verde”.

Estou fazendo essa surpresa, porque ele talvez nem soubesse que estaria com o livro aqui. Ele é o autor deste livro, que, por várias e de terminadas razões, teve que, por algum tempo, circular só entre as pessoas que estavam preocupadas com as organizações não-governamentais. Devo dizer a V. Ex^a que, quando terminei a leitura, fiquei stupefato.

O Professor Lorenzo Carrasco conseguiu abordar, desde o ambientalismo até como os britânicos criaram as ONGs.

Queria dizer a S. Ex^a que a primeira vez que vi essa criação de ONGs pelos britânicos foi pelo Senador Gilberto Mesquita, que se dedicava também a essa matéria.

Este livro, Sr. Presidente, deveria V. Ex^a providenciar, por intermédio da Mesa, para que fosse distribuído entre todos os componentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ele traz de núcleos sérios, mas não é um trabalho pirético; é um trabalho que se deve recomendar.

Gostaria de fazer esse registro, Sr. Lorenzo Carrasco, e cumprimentá-lo de público, na hora em que o senhor vai prestar um depoimento muito importante não apenas a esta Comissão, mas à Nação.

O SR. LORENZO CARRASCO – Obrigado. Primeiro, quero agradecer esta oportunidade de poder estar diante dos senhores. Creio que o País – e o mundo, em geral, dentro do qual está inscrito o Brasil – vive um momento dramático de redefinição de poder. Basicamente, estamos vivendo neste momento uma situação de crise financeira, de tentativas evidentes – por exemplo, do governo do Presidente Bush – de iniciar conflitos bélicos. Ante a emergência de um colapso financeiro, se nos apresenta um quadro muito grave. Estamos em um momento de redefinição da estrutura econômica e de poder basicamente no mundo inteiro.

O Brasil – e recentemente o ex-presidente Raul Alfonsín mencionou – será uma potência definitivamente, no novo cenário que está surgindo. E será uma potência agroindustrial, assim como a Ásia, nos próximos 25 anos, terá um bilhão de pessoas a mais para alimentar. Por exemplo, esta semana, o governo russo anunciou que vai incorporar-se à idéia de construir uma ponte terrestre que vai unir o continente euro-asiático em um grande projeto de desenvolvimento.

to. Isso vai projetar a população euro-asiática de 3,5 bilhões a 4,5 bilhões de pessoas em 25 anos.

Os senhores sabem que, tanto na vida das pessoas como na vida das nações, não se planeja nada em seis anos; planeja-se em termos de uma geração. Se uma nação tem uma missão, essa missão tem que ser estabelecida em termos de um período de pelo menos 25 anos. Se observarmos, no mapa do mundo, as áreas que são disponíveis para a produção de alimentos, de proteína animal, encontramos imediatamente que a América do Sul será a área vocacionada para produzir alimentos para o mundo inteiro.

Evidentemente, eu não diria que o desenvolvimento euro-asiático vai atrair necessariamente uma grande demanda alimentícia sobre a área que tem potencial de expansão. Os senhores sabem que o Brasil, por ser uma área de expansão agrícola, uma fronteira agrícola equivalente a toda a área plantada de milho, trigo e soja pelos Estados Unidos, é uma grande área de expansão nos próximos 25 anos.

Esse é o cenário no qual temos que analisar as ações deletérias de certas organizações não-governamentais. E nisto quero ser muito rigoroso, porque se trata de confundir o conceito de organização não-governamental com esses conceitos que estiveram existindo há muito tempo. As igrejas são organizações não-governamentais. Toda aquela instituição que não é governo é instituição não-governamental. Então, não façamos confusão. A organização não-governamental surgiu da fundação da Commonwealth, no momento em que o império britânico passava a se reestruturar dentro da nova estrutura da comunidade das nações – Commonwealth – britânicas. Aí nasceu o conceito: uma ação como uma maneira de substituir o princípio de soberania nacional explicitamente. O livro – e que rofa aqui uma consciência – foi elaborado por uma equipe da revista *Executive Intelligence Review*, que fez análises durante muitos anos.

Quando falamos em organizações não-governamentais, não estamos nos referindo especificamente a isso, porque não se trata de misturar as santas casas de misericórdia ou as igrejas; trata-se, definitivamente, de observar o princípio novo de haver criado, sob a estrutura da fundação Commonwealth, o conceito de organização não-governamental.

Que ro começa por uma peça na estrutura de trabalho que preparei e que colocarei à disposição desta Comissão. Por ser mais sistêmico, que rolar a introdução que fiz para este documento.

Para mim, é uma honra colaborar com os trabalhos desta Comissão, para ajudar no entendimento de um assunto de extrema relevância para a soberania e integridade territorial da Nação brasileira. Há quase 10 anos, em agosto de 1991, também na condição de correspondente da revista *Executive Intelligence Review* (EIR), tive a oportunidade de prestar colaboração idêntica a outra CPI, na Câmara dos Deputados, que investigava as ameaças de internacionalização da Amazônia brasileira. Na ocasião, pude alertar sobre os planos estratégicos de certos setores do establishment oligárquico internacional, especialmente o seu elemento anglo-americano, para instrumentalizar o movimento ambientalista-indigenista, com o intuito de impor um sistema de soberania limitada sobre certos países ricos em recursos naturais, em particular o Brasil. Isto se deu durante o governo de George Bush nos Estados Unidos, que ficou assinalado no cenário internacional pelo advento da chamada “Nova Ordem Mundial”, assim batizada por ele e erigida sobre os escombros dos bombardeios contra o Iraque durante a Guerra do Golfo, tema que, a propósito, tive a oportunidade de debater pouco antes, como conferencista, num seminário na Escola do Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME), no Rio de Janeiro.

Hoje, o que temos diante de nós é a implementação plena da estratégia de nunciada há 10 anos, em meio a um cenário global muito mais grave, caracterizado, de um lado, pela fase final da desintegração do sistema financeiro internacional, do outro, pela tentativa do governo George W. Bush, filho do anterior, de manter tal sistema financeiro como recurso da força bruta e das ameaças de conflitos militares. Um exemplo maldisfarçado das ameaças são as truculentas pressões para que o Brasil se subordine à chamada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na qual a soberania do país ficaria efetivamente limitada.

No Brasil, o interesse da EIR pelas questões ambientais iniciou-se durante o ano de 1988, quando o País passou a ser alvo de uma intensa campanha internacional que o apontava como um autêntico “vilão ambiental número um” do planeta, com ênfase nas denúncias sobre as queimadas na Amazônia, que se tornaram até mesmo tema de desenhos animados e histórias em quadrinhos nos Estados Unidos. Essa campanha se intensificou no final da aquele ano, após o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, cuja repercussão mundial, orquestrada por uma rede internacional de organizações não-gover-

-namentais ambientalistas, começou a revelar o nível de articulações envolvido na campanha e nos motivou a empregar-nos numa investigação aprofundada do assunto.

As investigações revelaram um esquema extremamente sofisticado, diretamente ligado aos mais altos círculos decisórios do establishment oligárquico internacional, centrado em torno da liderança das famílias reais do Reino Unido e da Holanda, os quais exerciam controle direto, tanto político como financeiro, sobre a vasta rede de ONGs importantes do movimento ambientalista-indigenista. Esses resultados foram divulgados numa série de artigos, que foram publicados tanto na EIR como em jornais brasileiros, como a extinta Última Hora e o Jornal do Comércio, ambos do Rio de Janeiro. Em junho de 1991, a EIR publicou, em português, um relatório especial, "O Brasil e os bastidores do 'ecologismo' internacional, que sintetizava o conhecimento que então tínhamos do problema.

Desafortunadamente, as negociações em torno da Conferência Rio-92, que se realizaria no Rio de Janeiro em junho de 1992, fizeram com que o Governo da época cedesse às exigências externas do aparato ambientalista-indigenista, fazendo concessões como a delimitação da gigantesca e despropositada reserva indígena Yanomami, na fronteira Brasil-Venezuela, evento que simbolizou a influência da quele aparato na definição das políticas públicas no País.

A partir de 1994, quando iniciamos a publicação do boletim semanal "EIR – Alerta Científico e Ambiental", passamos a expor continuamente as insidias ações do aparato ambientalista-indigenista contra as iniciativas brasileiras de tecnologia avançada, como o programa nuclear, e os grandes projetos de infraestrutura, especialmente nas áreas energética e de transporte hidroviário. Particularmente, a oposição aos projetos hidroviários nas regiões Centro-Oeste e amazônica se deve a motivações geopolíticas externas, com o intuito de obstaculizar o surgimento, na América do Sul, de um viçoso centro de produção de alimentos e desenvolvimento industrial capaz de tornar-se, em pouco tempo, um "celeiro do mundo", como afirmou o grande cientista Norman Borlaug, o grande "Pai da Revolução Verde".

Neste particular, em abril de 1997, publicamos o relatório especial "A Grande Hidrovia", no qual expusemos as ações da oligarquia anglo-americana e sua rede de ONGs para bloquear a potencial interligação das bacias hidrográficas do Amazonas, Orinoco e Prata, perspectiva que já havia sido antecipada no fi-

nal do Século XVIII pelo Capitão-General Luiz Albuquerque de Melo e Cáceres, Governador da Província de Mato Grosso e, depois, pelo famoso cientista Alexander von Humboldt.

Igualmente, em numerosos artigos, palestras e debates públicos, temos denunciado o caráter pseudocientífico da grande maioria dos argumentos que têm sido manipulados para sustentar o movimento ambientalista, como a apresentação distorcida de certos fenômenos atmosféricos, como o "buraco" na camada de ozônio, o aquecimento global, etc., juntando-nos aos verdadeiros cientistas que não se deixam levar pelos sofismas da "correção política" e não se afastam do objetivo último da ciência, que é a busca permanente da verdade e da colocação do conhecimento a serviço da felicidade humana.

Esse esforço resultou, recentemente, no lançamento do livro "Máfia Verde: o ambientalismo a serviço do 'Governo Mundial'", que uma feliz coincidência fez com que surgisse quase simultaneamente com esta Comissão de Inquérito. No livro, que colocamos à disposição da Comissão, está rigorosamente relatada uma série de fatos cujo entendimento será de grande relevância para o assunto em pauta.

Quer dizer que tenho livros para os Senadores membros da Comissão, que entregarei no final do depoimento.

Em verdade, a nossa experiência na luta contra a utopia ambientalista, que não passa de um requentamento das teses malthusianas da oligarquia anglo-americana, vem de longa data. De fato, há mais de trinta anos, o fundador da EIR, o economista estadunidense Lyndon LaRouche, criou o seu movimento político e fundou pouco depois a revista, como uma "força-tarefa" para combater mundialmente o projeto das oligarquias para submergir o mundo numa nova idade de trevas, principalmente com o desmonte do sistema financeiro do pós-guerra e a reemergência da utopia de "governo mundial", baseada nas velhas propostas de ideólogos do renascimento do Império Britânico, como H. G. Wells e Bertrand Russell, e de teóricos geopolíticos como Halford Mackinder e outros.

Maistarde, LaRouche e seu movimento combateram as premissas expostas na Conferência Mundial de População, realizada em Bucareste, Romênia, em 1974, planejada pela oligarquia internacional como uma grande plataforma de promoção do malthusianismo em escala global. No mesmo período, que estava impregnado pelas falaciosas teses dos "limites ao crescimento", propagandeada por órgãos

como o Clube de Roma, se apressaram em denunciar o caráter e as intenções do nascente movimento ambientalista.

Nesta empreitada, tais esforços se deram em paralelo com a vigorosa oposição que a diplomacia brasileira fazia, então, a semelhante agenda hegemônica, capitaneada por figuras do porte de Araújo Castro, Miguel Ozório de Almeida, Josué de Castro e outros. Corretamente, estes luminares insistiam em que a maior parte dos problemas ambientais decorria da falta de desenvolvimento, e que as iniciativas de impor restrições ambientais aos países subdesenvolvidos ocultavam a intenção de “congelar” o poder mundial.

Naquela época, havia entendimento generalizado entre os setores mais esclarecidos das elites políticas sobre as reais intenções do esquema ambientalista-indigenista, que se expandia por todo o mundo. Um exemplo disso foi a contundente exposição feita no Congresso brasileiro, em 12 de fevereiro de 1968, pelo então Líder do MDB, o hoje ilustre Senador Bernardo Cabral, quando denunciou o caráter maltusiano de iniciativas como o projeto dos “Grandes Lagos Amazônicos”, do Instituto Hudson dos Estados Unidos, e a esterilização de mulheres amazônicas. Por que esterilizar mulheres em uma área que está absolutamente despovoada? Aí se vê claramente essa natureza maltusiana contra o desenvolvimento, contra o exercício da soberania do Brasil sobre a área. Isto mostrava claramente.

Efetivamente, toda esta ofensiva tem que ser vista no contexto de toda esta visão maltusiana.

Um exemplo mais relevante desse processo foi a África, onde a “proteção da vida selvagem” constituiu o pretexto ideal para assegurar a preservação dos interesses coloniais do Império Britânico, em seu disfarce de Comunidade Britânica de Nações (Commonwealth), após o surto de independência das nações do continente, na década de 1960. A organização-chave desse processo foi o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (World Wildlife Fund – WWF), criada em 1961 por um grupo de oligarcas europeus, encabeçados pelos Príncipe Philip, da Inglaterra, e Bernhard, da Holanda, este último um notório militante do Partido Nazista antes da II Guerra Mundial. Ainda hoje, ambos ocupam lugares de destaque na hierarquia da WWF, o primeiro, como seu presidente emérito, e o segundo, como a cabeça da chamada “Clube 1001”, encarregado de atrair o apoio financeiro da nata oligarquia internacional para as operações da organização.

Sobre o WWF e suas realizações, colocarei à disposição da Comissão um relato publicado no jornal ambientalista holandês De Groene Amsterdammer, que descreve uma investigação das atividades da WWF na África do Sul, onde, pelo então Presidente sul-africano, Nelson Mandela, o qual acompanha como anexo o texto deste depoimento.

Essa militância dos fundadores do WWF não é casual, uma vez que o movimento ambientalista não passa de uma metamorfose do movimento de melhoria racial, a eugenia, abertamente promovido pelos altos círculos da oligarquia anglo-americana antes da II Guerra Mundial. No pós-guerra, como o descredito das teses eugênicas, provocado pelas atrocidades nazistas cometidas em nome delas, os estrategistas oligárquicos passaram a direcionar seus esforços e recursos financeiros na conversão do aparato eugênico no movimento de controle da população e defesa do meio ambiente.

Nesse processo, foi crucial a criação de uma União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em 1948, que pode ser considerada uma “irmã mais velha” do WWF, já que ambas tiveram praticamente os mesmos mentores e criadores. Hoje, eles formam o que pode ser considerado o “Estado-Maior” do movimento ambientalista internacional, do qual emanam as diretivas que determinam as linhas de atuação das principais ONGs que constituem as “tropas de choque” do movimento, como o Greenpeace, Amigos da Terra, Conservation International, Environmental Defense Fund, etc.

O WWF não é uma mera organização de dilettantes, como se percebe pela composição de sua diretoria, que reúne não apenas membros da aristocracia europeia e anglo-americana, como também altos executivos de algumas das principais companhias transnacionais de energia, alimentos, matérias-primas, industriais e de comunicações. De particular interesse para o Brasil, por exemplo, é o fato de que o fundador e presidente da empresa de energia AES, Roger W. Sant, também é presidente afiliado da WWF nos Estados Unidos.

Outros dois diretores da empresa, Robert H. Waterman Jr. e Hazel O’Leary, também são diretores locais do WWF, sendo que esta última foi Secretária de Energia do Governo dos Estados Unidos.

A AES, importante parceira do mercado, como se sabe, está atuando ativamente para controlar uma importante parcela do mercado brasileiro de energia, esperando tirar proveito de uma escassez em boa medida provocada por seus pares ambientalistas

tas-indigenistas, juntamente com empresas como Brasilcan, Enron e outras.

Como se percebe, o ambientalismo e o **big business** andam intimamente entrelaçados.

Cabe ressaltar que as principais fontes de financiamento das ONGs do aparato ambientalista e indigenista são doações das grandes empresas multinacionais e fundações das famílias oligárquicas do Hemisfério Norte (Ford, Rockefeller, MacArthur, W. Alton Jones, etc.), além de órgãos de financiamento oficiais ou semi-oficiais das principais potências do Grupo dos Sete (G-7). Entre esses últimos, destacam-se o USAID, o DFID (Inglaterra), a CIDA (Canadá) e outros. Assim sendo, não surpreende que a “agenda” do aparato ambientalista-indigenista seja ditada por tais centros de poder hegemônico, e não pelos reais interesses da Nação brasileira. Esse fato é reconhecido até mesmo por dirigentes do Movimento Ambientalista Brasileiro, como o ex-Presidente do Ibama, Eduardo Martins, que também foi diretor do WWF no Brasil.

Em uma entrevista publicada pela revista **Veja** em 2 de julho de 1998, ele admitiu:

“Cerca de 85% dos recursos que mantêm as ONGs no Brasil vêm do exterior. Com o dinheiro, vem também a pauta de prioridades definida para cada país. Isso gera problemas. A discussão ambiental patrocinada pelas ONGs acabava virando um modismo, que já teve simboles como o mi-co-leão, o elefante e agora o mogno. Imagine-se amanhã um grupo de ambientalistas europeus se reúne e decide que as ONGs devem dar apoio ao movimento dos sem-terras, por que eles são o novo símbolo da luta pela preservação. No dia seguinte, esquecem-se das flores e não se fala mais nisso.”

A mesma revista, numa reportagem publicada em 9 de fevereiro de 1994, confirmava a grande dependência externa das ONGs brasileiras, assinalando que 80% dos US\$700 milhões movimentados anualmente por elas, na ocasião, proviham do exterior. Evidentemente, em boa razão haja números conclusivos, até mesmo devido à dificuldade de rastrear esses fluxos de dinheiro, podemos considerar que tal volume de recursos tenha-se multiplicado na mesma proporção em que tem aumentado o afã dos patrocinadores do movimento ambientalista-indigenista em esterilizar os esforços do desenvolvimento do país.

Essa dependência de recursos externos tem contaminado até mesmo órgãos oficiais, como o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Segundo informes do Instituto de Estudos Só-

cio-Econômicos (INESC), ONG de Brasília vinculada ao aparato ambientalista internacional e especializada em relações com o Congresso, 51% do orçamento do Ministério para este ano são provenientes de “doações” internacionais, cerca de R\$520 milhões. Talvez não seja mera coincidência que aproximadamente a mesma quantidade seja destinada ao orçamento-tária do Ministério à rubrica “outros serviços, de terceiros ou a pessoas jurídicas”.

Assim sendo, não surpreende a presteza do Ministério em contratar os serviços de inúmeras ONGs para elaborar estudos e avaliações que, via de regra, concluem pela “inviabilidade ambiental” de várias obras de infraestrutura no País. Se isso se confirmar, não seria demais afirmar que o Ministério está-se transformando num mero conduto oficial de verbas “doadas” do exterior para ONGs vinculadas ao aparato ambientalista internacional.

Não admira, pois, o crescente fundamentalismo com que tais órgãos passaram a encerrar suas atribuições, passando a funcionar, na prática, como um obstáculo oficial a qualquer empreendimento que busque abrir novas áreas de desenvolvimento.

Portanto, o levantamento e o registro dos fundos maneja dos pelas ONGs e até mesmo por certos órgãos oficiais é fundamental para o enquadramento institucional das atividades das entidades envolvidas com o meio ambiente, para que sejam contornadas as distorções que as têm caracterizado.

Essa é a introdução que preparei. A seguir, listo três ou quatro problemas que têm que ser, segundo meu ponto de vista, abordados. Primeiro, a característica geopolítica desses empreendimentos, dessas organizações não-governamentais. Eu tive a oportunidade de participar, como convocado, da CPI das Terras, em Roraima, no final do ano de 1999. Lá se estava analisando o caso da Associação Amazônia, uma ONG que vinha sofrendo acusações claras de grilagem de terras na fronteira de Roraima com o Estado do Amazonas. Fazia isso ilegalmente porque estava registrando as terras nos cartórios de Manaus, e não em Boa Vista. A investigações sobre essa organização não governamental, primeiro, nos levou a ver exatamente as famílias oligárquicas européias: um nobre italiano prestei de isso, e o membro que dirigia a organização... - tudo isso está de talha do no livro, no próprio depoimento, e, no entanto, para não me alongar nesta leitura, vou sintetizar o problema. Esses funcionários dessa organização não-governamental, quando vieram a presença do Estado de Roraima, pediram ajuda a uma organização vinculada à UICN,

União Internacional para Preservação da Natureza, que eu já mencionei no momento do pronunciamento, a ONG mais importante junto com o W.W.F., na Holanda, para pressionar o Governo brasileiro e o Governo do Estado de Roraima para de ter a investigação parlamentar. Isso nós pegamos na Internet, vimos quem era essa organização, e disso resulta que a organização que estava por trás era uma iniciativa europeia de defesa, supostamente, da Amazônia, ligada à UICN, holandesa. Qual era a cobertura dessa operação, que alguns chamam de "Escudo da Guiana"? Mas o Escudo da Guiana é a zona geológica que abarca o Estado de Roraima, mas não somente o Estado de Roraima; é, coincidentemente, a velha pretensão colonial sobre a chamada Ilha da Guiana, que se forma pelo Rio Orinoco, o canal de Cassiquiare, o rio Negro e sai pelo rio Amazonas, formando virtualmente uma ilha, que foi pretendida colonialmente, como os senhores sabem, a partir dos séculos XVI e XVII. As Guianas são a presença colonial, exatamente na tentativa de tomar a Ilha da Guiana como um elemento estratégico, em termos de todo o jogo colonial. Teríamos uma nova África. Basicamente era isso o que se pretendia. Essa ilha, onde a presença Yanomami está totalmente inscrita, permitiu-nos ver exatamente que havia uma pretensão de neutralizar qualquer esforço de desenvolvimento dentro dessa região. O Estado de Roraima, segundo me contaram alguns parlamentares, tem mais de 70% de sua área totalmente esterilizada, seja por via de reservas naturais, seja por via de reservas indígenas, seja por via de outras reservas. Isso é uma questão de liberdade. Parar o desenvolvimento em Roraima é um crime contra o País. Por quê? Porque é uma província mineral, onde há terras, cerrado e uma capacidade de produtividade muito importante, por exemplo, na produção de arroz e de outros cereais, que será imporante, inclusive, para abastecer o mercado venezuelano. A possibilidade de desenvolvimento e de dignidade para a população da região de corredata possibilidade de desenvolvimento. Eu me remeto certamente à visão que a diplomacia brasileira expressou nos fóruns internacionais na década de 60. Com esse congelamento do desenvolvimento brasileiro, o que se trata é de congelar exatamente a estrutura do poder oligárquico: "não que reamos que o Brasil comece a perturbar as relações de poder internacional". Não há outra explicação. O Brasil é um país absolutamente despovoado e é um país estrategicamente alvo de campanhas de controle populacional. Isso é inconcebível. É certo que há aí uma intenção de controle de recursos naturais. A esterilização de mulheres, que vinha dos

documentos que foram secretos na gestão do Secretário de Estado Henry Kissinger (Nationality Security Study Memorandum nº 200, de 1974), ou seja, secretos durante 20 anos, foram dados a conhecer. Lá estava estipulado claramente que, no Brasil, juntamente com outras 13 nações do chamado Terceiro Mundo, teria que ser controlada a população, porque afetava o abastecimento de recursos estratégicos minerais para as potências, ou seja, os Estados Unidos e os aliados dos Estados Unidos (leia-se Inglaterra, porque estão nessa aliança). Esse é o primeiro caso, que tenho hoje totalmente do conhecimento. Inclusive no livro, tive mos o cuidado de tirar todo o conhecimento apócrifo, que não tivesse identificação. E fomos claros nisso. Não estamos buscando nenhum interesse político. Queremos buscar a verdade e a justiça. É o que nos motivava e a mim, pessoalmente. O segundo caso é o ataque das organizações não-governamentais às obras de infra-estrutura. Vejam os senhores que a possibilidade de desenvolver o cerrado, de desenvolver os campos deste país e gerar emprego rapidamente, em um momento de crise, evidentemente, é na agropecuária. Isso não existe. Isso é ciência econômica. Não há forma de levar o nível de vida se rapidamente não houver emprego e produção de alimentos. Isso se faz com infra-estrutura para o processo agropecuário.

O que se quer ter? A hidrovía Araguaia-Tocantins, que vinha lá o território norte do Amazonas ao sul do País, através de uma via de integração que vai junto com uma série de linhas de transmissão de energia, etc. Não pode haver integração, não pode haver desenvolvimento nacional, fora os aspectos estratégicos-militares, se não há desenvolvimento do cerrado. Não há forma, militarmente, podemos dizer assim, vendo assim, economicamente, de ter uma linha de abastecimento e de desenvolvimento econômico, como foi exatamente a idéia dos lagos amazônicos, do Instituto Hudson. Quer dizer, separar o território norte, exatamente a Ilha da Guiana, do sul desenvolvido. Isso está claro em todas as tentativas de internacionalização da Amazônia. São ações financeiras de fora. Toda a operação que está havendo contra as hidrovias, as intervenções que estão havendo contra todas as linhas de penetração de desenvolvimento são simplesmente claras. Tenho explicado as obras que estão sendo detidas, que vou enunciar rapidamente, e o estado dessas obras:

Hidrovía Araguaia-Tocantins, hidrovía Paraná-Paraguai, hidrovía do Marajó, hidrovía Teles Pi-

res-Tapajós, por to de Mor ri nhos, aces sos viá ri os ao rio Paraguai.

Mas isso não é o mais gra ve. Obser vem o problema elétrico. Eu acho isso é um elemento central, que se tem que olhar com mu i to cu i da do. Em 1989, uma ação mu i to fa mo sa na re u ni ão de Alta mi ra, fi nan cia da por to das as or ga ni za ções não-governamentais que ha vi a pa tro ci na do a cam pa nha con tra o Bra sil em re la ção ao as sas si na to de Chi co Men des no ex te ri or. En vi ron men tal De fen se Fund, Na ti on al Re source De fen se Coun cil, dos Esta dos Uni dos, e vá ri as or ga ni za ções não-governamentais que ten ho lis ta das, se reuniram em Altamira, numa reunião muito famosa, que fi cou mar ca da por que uma lí der ín di ge na sa cou um fa ção e o pas sou na fren te de um di re tor da Ele tro nor te. Essa re u ni ão foi um pa ra dig ma, por que es sas or ga ni za ções es ta vam tra ba lhan do jun to com o Ban co Mun dial para deter os investimentos em in fra-es trutura, espe cial men te hi dro elé tri cos, na re gi ão ama zô ni ca e, em ge ral, nas gran des bar ra gens, gru pos que es tão or ga ni zan do uma opo si ção a qual quer gran de bar ra gem.

Bom, o que se pa rou de pro du zir com isso? Pa rou-se de pro du zir 12 mil megawatts de po tência, que, hoje, com lin has de trans mis são, fa ri am ser ab so lu ta men te dis pensá vel qual quer crise de en er gia. Quer di zer, essa é uma ação cla ra das or ga ni za ções não-governamentais, que mos tra o ca rá ter fa la ci o so de di zer que es tão de fen den do o ser hu ma no e os di re i tos hu ma nos, quan do o que es ta mos ven do é o empobrecimen to cau sal da po pu la ção bra si le i ra. Isso es tá ocorrendo em mu i tas par tes do mun do. Po de mos lis tar uma sé rie de ações, des de a Índia até a Ásia (afor tu na da men te, os go ver nos asi á ti cos es tão ab so lu ta men te ati vos, por que ne ces si tam des se de sen vol vi men to, sen ão ter ão con fli tos bé li cos). Mas isso mos tra cla ra men te a ação de le té ri a, a ação no ci va. Su po sta men te de fen den do di re i tos hu ma nos de tri bos ín di ge nas ou de gru pos, es tão pa ran do o de sen vol vi men to elé tri co de um país. Num país com a quan ti da de de água e a ca pa ci da de hi dro elé tri ca ma i or do mun do, não se po dem con stru ir bar ra gens, por que há opo si ção de ssas or ga ni za ções não-governamentais, to das elas vin cu la das a in te res ses es tra n ge i ros fi nan cia dos e fa zen do o jo go com o Ban co Mun dial, que co lo cou, des de a ép o ca do Sr. Robert McNa ma ra, ab so lu ta men te, bar re i ras para in vestimen to em bar ra gens na re gi ão ama zô ni ca. Isto, do meu pon to de vis ta, é um ge no cí di o: de fi nir lo cal men te uma ques tão para pa rar o de sen vol vi men to de uma na ção.

E aqui te re mos uma cri se en er gé ti ca.

Há três se ma nas, o Pre si den te de Fur nas, Dr. Luiz Car los San tos, em um con gres so da As so ci a ção Bra si le i ra das Índus tri as de Base, em São Paulo, men ci onou que exis tem 276 pro je tos elé tri cos no País – lin has de trans mis são e di fe ren tes sub es ta ções – que es tão pa ra dos nes te mo men to por ques tões am bi en tai s ou ín di ge nis tas. Sen ho res, é um cri me de le sa-pá tri a que se es te ja pa ra li san do o de sen vol vi men to ex at a men te da en er gia elé tri ca, com suas lin has de trans mis são, bar ra gens, etc., em todo o País. Mais de 200 pro je tos pa ra dos, isto se gun do ci ta o Pre si den te de Fur nas.

Aqui en tra mos na par te fi nal, da qual que ro fa lar bre vemen te, que diz res pe i to ao pro ble ma re la ci o na do ao pa pel do Mi nis té ri o Pú bli co. Que ro ape nas ler bre vemen te esta par te para os se nho res – são duas pá gi nas –, por que que ro ser mu i to pon tu al.

Um in stru men to fun da men tal que as ONGs en con traram para im ple men tar a sua ofen si va an ti de sen vol vi men ti sta é a ma ni pu la ção de cer tos se to res do Mi nis té ri o Pú bli co com te mas am bi en tai s. La men ta vel men te essa é uma al ian ça que tem si do su ce di da em pa ra li sar em pre en di men tos vi tai s para o de sen vol vi men to na ci on al e que já ame a ça, in clu si ve, a con stru ção de in sta la ções mi li ta res, como oc o rre re ce n tem en te em Ro ri ma.

A al ian ça en tre ONGs e o Mi nis té ri o Pú bli co – cer tos se to res do Mi nis té ri o Pú bli co – foi ex pli ci ta da num bo le ti m de im pre n sa di vul ga do pelo ISA, In sti tu to Só ci o-Amb i en tal, em 19 de mar ço de 2001, que re pro du z tex tu al men te:

“Jus ti ça sus pen de trans por te de grãos pela hi dro via Ara gua ia-To can ti ns. Mi nis té ri o Pú bli co Fe de ral nos Esta dos de Ma to Gros so e Go iás, em ar ti cu la ção com o ISA, ob té m de ci são ju di ci al em bar gan do o trans bor do ile gal de car ga pre vi sto para o in í ci o de ssa se ma na na ci da de de Bar ras do Gar ças.

O Ju iz Fe de ral Pa u lo Cé sar Alves So dré de ter mi nou, no fi nal da tar de de sex ta-fei ra, 16 de mar ço, a sus pensão im e di a ta do em bar que, de sem bar que e trans por te de grãos pela cha ma da Es ta ção de Trans fe rên cia de Car ga em Bar ras do Gar ças (MT). Im pe di u as sim o in í ci o ile gal das ati vi da des de trans por te de grãos pela Hidro via Ara gua ia-To can ti ns, já que ain da não há Es tu do de Im pac to Amb i en tal apro va do pelo Iba ma.

(...)

A de ci são re sul tou da ar ti cu la ção das re pre sen ta ções do Mi nis té ri o Pú bli co Fe de ral nos Esta dos de Ma to Gros so e Go iás com o In sti tu to Só ci o-Amb i en tal.

cio-Ambiental, que enviaram petição à Justiça Federal do Mato Grosso, no âmbito da ação movida pela Comunidade Indígena Xavante contra a Hidrovia.

O ISA tem uma Coordenação de Atividades Jurídicas, cuja função, segundo documentos da própria ONG, é oferecer, entre outros serviços, 'a capacidade jurídica instalada no ISA para outras organizações públicas e setores organizados da sociedade'. Esta Coordenação é mantida com recursos provenientes de doações do exterior, especificamente as fundações Ford, MacArthur, Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento, da Holanda, e a FAFO (Programa Norueguês para Povos Indígenas).

Outra manifestação desse entrosamento foi a convocação feita, em 10 de março de 2000, pelo Secretário-Geral da ONG paulista Direito por um Planeta Verde, Guilherme Purvin, igualmente Procurador do Estado de São Paulo e Presidente do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, IBAP, e do Centro de Estudos sobre Meio Ambiente e Relações do Consumo.

O teor da convocação é auto-explicativo:

Colegas, todos os participantes desta lista representam associações civis ambientalistas e são convidados para uma reunião a ser realizada no próximo dia 12 (segunda-feira), entre o Ministério Público de São Paulo e organizações não-governamentais ambientalistas para discussão de estratégias a serem adotadas na negociação do Projeto Michelle to de alteração do Código Florestal.

Local: Auditório da rua Líbero Badaró, 600 – São Paulo-SP.

Horário: 15h30 (pontualmente)

Guilherme Purvin – Sec. Geral do Instituto O Direito por um Planeta Verde.

Esse episódio, com o processo de aprovação do novo Código Florestal, serve para exemplificar como o aparato de ONGs ambientalistas influencia a feitura da legislação ambiental brasileira, que, apesar de sua crescente restritividade aos empreendimentos produtivos, de sua ambigüidade e conflituosidade – e, que talvez, por causa disto – costuma ser usada pelos ambientalistas como sendo "a mais avançada do mundo".

No caso, a campanha contra a aprovação do Código Florestal proposta pelo Deputado Moacyr Micheletto, foi comandada pela WWF, e secundada pelo Greenpeace, o Instituto Sócio-Ambiental e outras ONGs subordinadas a estas. A campanha, diga-se de passagem, só obteve a sua grande repercussão devi-

do ao engajamento direto da grande mídia. É bem verdade que esse engajamento não surpreende, pois, no Conselho Diretor do WWF-Brasil, têm assento o Sr. José Roberto Marinho e Pedro Sirotsky, representantes dos dois maiores grupos de comunicação do País.

Nesse contexto, estamos diante de uma situação de extrema gravidade, na qual se está constituindo uma verdadeira "ecoditadura" das ONGs sobre as perspectivas de desenvolvimento do País. No caso, temos um poder, como o Ministério Público, que foi concebido como um instrumento de indenização necessária para defender os interesses difusos da sociedade, para o qual não se submete a qualquer hierarquia de poder nacional, mas que está sendo manipulado por uma estrutura hierárquica de poder supranacional. Se não se submete aos poderes constituídos, mas se submete à influência de organizações não-governamentais por via do Instituto Sócio-Ambiental, que está recebendo dinheiro do exterior.

Portanto, torna-se fundamental investigar os bastidores da influência direta das ONGs sobre tais setores do Ministério Público: se ela está sendo implementada por meio de seminários e cursos promovidos pelas ONGs, dentro e fora do País, e quem financia tais cursos. Se se está indo a Paris, Londres ou Estados Unidos, quem está pagando por isso? Por que isso não é um ato indevidente do Ministério Público, é um ato muito sério que tem que ser considerado e levantado. Por que já há uma legislação muito restritiva, suficientemente restritiva, para, ademais, haver uma articulação de procuradores que estão absolutamente interferindo sobre o desenvolvimento do País.

Um exemplo das vinculações pode ser visto com o já referido Instituto O Direito por um Planeta Verde – ONG jurídica sediada em São Paulo, que promove regularmente congressos internacionais de direito ambiental. Um deles, realizado em maio de 1999, em São Paulo, teve como tema a "Proteção Jurídica das Florestas Tropicais" e contou com o apoio da Fundação W. Alton Jones, célebre por financiar campanhas contra a implementação da hidrovía Paraguai-Paraná. O evento teve ainda o suporte do Environmental Law Institute – ONG jurídica estadunidense muito ativa no Brasil –, da Universidade do Texas, do USIS (Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos) e de diversas entidades de classe e órgãos do setor jurídico brasileiro.

Sobre essa “ecoditadura”, vale mencionar a opinião de renomado jurista Miguel Reale Júnior sobre a Lei de Crimes Ambientais, sancionada em 1998. Num artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 6 de abril de 1998, ele a qualificou como “lei hedionda dos crimes ambientais”, ressaltando o seu caráter ditatorial, que considera meras infrações administrativas como crimes e ele vada nos culposos à condição de delito. O nívelamento de animais ao ser humano, princípio basilar do ambientalismo, configura-se no art. 32, que define como crime “praticar atos de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”, cabendo ao criminoso pena de três meses a um ano de detenção e multa. Como realça Reale Júnior, “maus-tratos” é o nome jurídico utilizado no Código Penal para a conduta que coloca em risco a vida e a saúde da pessoa humana, e cuja a pena, aliás, é inferior à prevista na nova Lei de Crimes Ambientais por atos similares praticados contra animais.

Quando uma sociedade começa a levantar direitos animais à altura de direitos humanos, estamos a um passo de tratar direitos humanos como animais. É isso que está acontecendo.

Querofinalizar este depoimento com um relato sobre a participação da mídia na estrutura de poder representada pelas ONGs. E já qualificonisso ditadura ou “ecoditadura”. Se já temos, quanto ao poder financeiro, o Estado em austeridade permanente, os órgãos de governo, à mínima, e há acordo com fundos estrangeiros, então, se pode levar a cabo uma ação. Então, o Judiciário está parado, exceto o Judiciário ambiental, porque está recebendo dinheiro para poder efetuar uma supervisão quando o País está em austeridade permanente. Isso é uma ecoditadura.

Querofinalizar o depoimento com um relato sobre a participação da mídia na estrutura de poder representada pelas ONGs. Vou referir-me a dois casos notórios de conluio de interesses entre organizações de mídia e ONGs que estão de sempre nãodo papéis fundamentais nessa grande campanha contra o Estado nacional brasileiro.

O primeiro envolve o movimento “Viva Rio”, ONG sediada no Rio de Janeiro que, nos últimos anos, vem trabalhando em estreita coordenação com o Ministério da Justiça para reformar a política de segurança pública, ou melhor, para substituí-la pelo que seus dirigentes chamam “doutrina de segurança cidadã”, cujo carro-chefe é a campanha de desarmamento civil. A participação do “Viva Rio” nessa empreitada

foi anunciada pelo então Secretário-Geral do Ministério da Justiça, José Gregori, em 1995, tendo sido mantida depois que José Gregori assumiu o ministério. Para simbolizar essa aliança, a Diretora do “Viva Rio”, Elizabeth Sussekind, foi nomeada para Secretária de Justiça do Ministério da Justiça.

E aqui temos um fenômeno muito interessante: já não são mais organizações não-governamentais; começam a se converter em organizações quase governamentais, começam a se infiltrar na estrutura institucional do País, são os únicos que têm recursos e os estão introduzindo exatamente dentro da justiça e dentro da estrutura de meio ambiente do País.

O movimento “Viva Rio” foi fundado em novembro de 1993 como uma organização-chave do chamado “Terceiro Setor”, com o patrocínio de alguns dos grupos mais poderosos que representam os interesses do **establishment** no Brasil, como a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Brascan, a Fundação Rockefeller, Vitae, Kellogg e outros, além da participação de luminares, como o banqueiro David Rockefeller, Roberto Marinho e outros. Para que entendamos melhor o que está por trás da organização e suas propostas, vejamos o que disse o líder do “Viva Rio”, o sociólogo Rubem César Fernandes: Segundo ele, os conceitos de “Nação” e “povo” estão superados. O que conta agora é a relação privada dos cidadãos com as causas abstratas da Humanidade. O lema agora é pensar globalmente e agir localmente. E eu diria melhor: pensar globalmente e agir loucamente. Sob essa premissa, os “direitos humanos” passam a não ter nada a ver com a responsabilidade de fazer progredir a prosperidade da cidadania, mas com um direito abstrato que regula as exigências do egoísmo pessoal com um universalismo etéreo e amorfo. Em suma, trata-se de uma confrontação entre os conceitos de Estado nacional e a ideiaologia de um “governo mundial” dirigido por entidades supranacionais que correspondem apenas aos mal definidos interesses de uma etérea “cidadania global”.

O “Viva Rio” e sua “segurança cidadã” foram denunciados em 1997 pelo então Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, General Nilton Cerqueira, que, em artigos na imprensa, expôs os vínculos do movimento com organizações internacionais que promovem a legalização do uso de drogas, patrocinadas por elementos como o mega especulador George Soros. Sintomaticamente, hoje, o “Viva Rio” encabeça a campanha de desarmamento civil, para o que conta com o entusiasmo e o apoio dos meios de comunicação das Organizações Globo.

Há dias, o jornalista Ricardo Boechat, do jornal **O Globo**, afirmou que o Vice-Presidente das Organizações Globo, José Roberto Marinho, que também é membro do Conselho Diretor do “Viva Rio”, doou à organização seu veículo particular para ser utilizado em operações de vigilância ambiental na Baía de Guanabara.

Outro exemplo que quero mencionar se refere à ação judicial que o WWF-Brasil está movendo contra o Movimento de Solidariedade Ibero-americana, cujo jornal quinzenal, *Solidariedade Ibero-americana*, tem denunciado repetidamente as ações do aparato das ONGs no Brasil no exterior. O Presidente do Conselho Diretor da WWF é ninguém menos que o já referido José Roberto Marinho. Além disso, também tem assento no Conselho Pedro Sirotsky, cuja família é proprietária de uma rede de comunicação no Sul do País; Roberto Paulo César de Andrade, do grupo Brascan – lembrem-se de que o grupo Brascan é de herdeiros do grupo Light, o famoso povo canadenense que dominou legal e ilegalmente certos aspectos da política do País na Velha República; José Safrá, do Banco Safrá, e outros. E aqui a pergunta surge imediatamente. Parece que a direção do WWF tem como característica basicamente só pessoas ou grupos que têm riquezas acima de US\$ 500 milhões.

No último dia 19 de janeiro, na posse de uma liminar concedida em segunda instância, o WWF-Brasil obteve o arresto e custódia de publicações do MSIA, supostamente “difamatórias” de suas atividades à frente das campanhas ambientalistas no Brasil, sem que o MSIA se quer houvesse sido citada judicialmente. No texto da queixa, o WWF-Brasil afirma que “o MSIA, em busca de afirmação e reconhecimento perante a sociedade civil brasileira, procedeu de maneira totalmente irresponsável ao divulgar uma série de informações inverídicas, caluniosas e, até mesmo, insanáveis ao Requerente.”

Quero ressaltar que o Juiz Paulo Maurício Pereira, da 24ª Vara Cível do Rio de Janeiro, em seu despacho, havia simplesmente ressaltado que “inexiste prova concreta de que as informações remetidas pela primeira ré são falsas ou distorcidas, certo que não é só ela que emite tais opiniões, resumindo-se tudo na discussão envolvendo o que os nacionalistas chamam de ‘política imperialista das grandes potências mundiais’ e ‘política de internacionalização da Amazônia’, matérias que de há muito vêm sendo discutidas pela imprensa, inclusive por membros do governo e militares brasileiros, estes pelo dever que têm de resguardar nossas fronteiras e soberania”.

O WWF entrou com um agravo de instrumento, e um juiz de segunda instância concedeu uma busca e apreensão de material com relação ao Movimento de Solidariedade, que o jornal **Gazeta Mercantil**, em sua edição de 25 de janeiro, relatou desta maneira – é importante, por que aqui estão claramente as duas concepções com respeito a este tema:

“Duas representantes de entidades civis internacionais estão levando as divergências políticas, ideológicas e metodológicas para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro... A WWF do Brasil, presidida pelo empresário José Roberto Marinho, acusa o MSIA de atentar-lhe contra o bom nome e a credibilidade. Segundo boletins do MSIA, a WWF estaria conspirando contra o desenvolvimento do País, com o objetivo de inferiorizar econômica e tecnologicamente o Estado brasileiro. (...)

“O MSIA, formado por profissionais liberais, militares e empresários nacionalistas, é inspirado nas idéias do economista americano Lyndon LaRouche, defensor dos Estados nacionais soberanos, da formulação dos sistemas monetários e financeiros internacionais e das grandes obras de infraestrutura como fator de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. (...)

“As escaramuças envolvendo as entidades existiam veladamente, mas ficaram insuportáveis depois que o Ministro dos Transportes, Eli Seu Padilha, anunciou a suspensão da Hidrovia Paraná-Paraguai, canal de escoamento de produção agrícola do centro da América do Sul. A WWF fez campanha contra o projeto da hidrovia, alegando que haveria impacto desfavorável para a fauna, a vegetação e a população do Pantanal mato-grossense. Monitorava todas as etapas do processo. O MSIA considerava fundamental a conclusão do projeto para o desenvolvimento econômico do País e alega que a WWF tinha uma base avançada em Corumbá para trabalhar contra a construção da hidrovia.”

Como sugere o jornal, o que está em jogo, não apenas no caso WWF x MSIA, mas em toda a ofensiva das ONGs, são duas concepções inconciliáveis sobre a noção de desenvolvimento e a responsabilidade do Estado nacional soberano para com ele. De um lado, está o mundo de pesadelo oferecido pelos ideólogos do ambientalismo-indigenismo, um mundo no qual o ser humano e suas legítimas aspirações ao progresso e ao bem-estar têm que se submeter aos ditames de uma idílica “proteção da natureza”. Do outro, está a possibilidade de que o Brasil venha a assumir plenamente as suas responsabilidades na cons-

trução de uma nova ordem econômica mundial justa, sobre os elementos do presente sistema financeiro internacional, na qual os grandes projetos de infra-estrutura e a expansão das fronteiras agrícolas venham a desempenhar um papel fundamental. Difícilmente, isto poderá ser feito se as ONGs e entidades similares continuarem dispondo do enorme poderio que têm atualmente. Por tanto, acredito que o trabalho desta Comissão poderá ter uma relevância crucial para o futuro imediato deste grande País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a participação inicial do Dr. Lorenzo Carrazco e passo a palavra ao primeiro oraador inscrito, Senador Bernardo Cabral, para as suas perguntas.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, peço desculpas ao Senador Bernardo Cabral.

Antes de S. Ex^a usar a palavra, que ria apresentar a V. Ex^a um requerimento, nos termos do arts. 90 e 93 do Regimento Interno, solicitando sejam convidadas as seguintes pessoas: Dr. Augusto Franco, Conselheiro do Programa Comunidade Solidária, Ministro da Saúde José Serra e Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho, para também prestarem depoimentos nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Solicito à SRA. Secretária que receba o requerimento, que será colocado em apreciação no momento oportuno.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de conceder a palavra ao Senador Bernardo Cabral, concedo, pela ordem, ao Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Também peço desculpas ao Senador Bernardo Cabral, mas de seja encaminhar um requerimento.

Solicito que, nos termos do Regimento Interno, sejam requisitadas, do Banco Central do Brasil, as seguintes informações:

1 – montante de moeda estrangeira internada no País a crédito de organizações não-governamentais constituídas e em funcionamento no território nacional;

2 – entidades beneficiadas e a soma destinada a cada uma delas, com os respectivos endereços, se possível.

O pedido acima se refere ao período dos últimos cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Embora tenha concedido a palavra ao Senador Bernardo Cabral, de acordo com a lista de inscrição, a SRA. Relatora está pedindo preferência para falar. Concedo a palavra a V. Ex^a, Senadora.

O SR. MARLUCE PINTO – Não. Pela ordem, Sr. Presidente. Faço o seguinte: para o Senador Bernardo Cabral, eu concedo, mas, em CPIs, a palavra é concedida primeiramente ao Relator. Mesmo assim, com muita honra, concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

A SRA. MARINA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BERNARDO CABRAL – Veja, V. Ex^a, Senadora...

A SRA. MARINA SILVA – Concordo que se abra a exceção para o Senador Bernardo Cabral...

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente...

A SRA. MARINA SILVA – ... já que S. Ex^a está inscrito e V. Ex^a já o mencionou, mas concordo plenamente com a metodologia estabelecida pela Senadora Marluce Pinto de que, primeiro, o Relator faz uma batéria de perguntas, e depois é aberto para os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência quis, inclusive, nesse particular, oferecer mais subsídios para a Relatora, porque S. Ex^a ouvia as perguntas dos Srs. Senadores e, depois, poderia, inclusive, acrescentar suas observações de maneira mais ampla. Mas não há problema algum na inversão do processo, se não contrariar o Regimento.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, não pedi a palavra pela ordem porque também tenho requerimentos a apresentar, mas, em toda CPI os requerimentos são submetidos à Relatoria. A SRA. Relatora é quem vai dar parecer primeiro, antes de ser submetido ao plenário. É por essa razão que, antes de entrar no mérito de minha indagação, iria sugerir exatamente o que vou para, depois, ou vir a Relatora e, então, dentro da ordem de inscrição, falar.

Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, acho que V. Ex^a e a Senadora Marluce Pinto vão comandar uma CPI de alto poder explosivo. As denúncias gravíssimas trazidas aqui pelo Dr. Lorenzo Carrazco foram por escrito. S. S^a está do cumentando para que se possa fazer o requerimento que vou fazer a V. Ex^a agora, para que a SRA. Relatora, se considerar conveniente, incorpore e depois submeta, que quero dar meus subsídios à Relatora.

Primeiro, que a eminente Relatora Marluce Pinto providencie o requerimento, se considerar conveniente, para ouvir quais são esses membros do Ministério Público que viajaram à custa dessas organizações. Por que não foi para isso que de mos for ça ao Ministério Público na Assembléia Nacional Constituinte. Esse é o primeiro ponto. Se V. Ex^a aceitar, o requerimento depois será posto em votação e terá o meu aplauso.

Segundo, saber que tipo de relacionamento está existindo em umas organizações não-governamentais que se enfro nham no Governo, e os nomes foram aqui ditos, para que venham de por nesta Comissão, sejam Ministros de Estado ou não. Porque o professor Carrasco nominou três pessoas, dentre as quais um é o atual Ministro da Justiça, o outro é o Secretário-Geral e um terceiro é do Movimento Viva Rio. Como ele o fez por escrito, é evidente que não pode ser desprezada essa denúncia.

Sr. Presidente, essa era a primeira parte da intervenção. Depois que a Relatora falar, então, eu usarei a minha inscri ção normal, por que tenho muita coisa para perguntar ao Dr. Carrasco.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra, a Senadora Marluce Pinto, Relatora desta Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente, membros desta Comissão, Sr. Lorenzo Carrasco, nós somos defensores da região amazônica, porque a apresentamos aqui no Senado da República. Há muitos e muitos anos estamos alertando o Governo Federal sobre a penetração de estrangeiros, principalmente dessas ONGs, na região. Fala-se muito na internacionalização da Amazônia, embora algumas autoridades discordem. Mas, após esse depoimento de V. S^a, nós chegamos à conclusão de que a situação é muito grave. Quando o nobre Senador Bernardo Cabral, que foi o Relator da Constituição de 1988, ali, em consonância com os demais, foram concedidos muitos poderes ao Ministério Público. E o que nós estamos acompanhando é que, em muitos casos, eles têm fugido um pouco das suas atribuições, ou, para melhor dizer, penetrando em determinadas situações, em determinados casos, de maneira diferente a que nós todos esperávamos. É inconcebível que eles façam cursos e viagem por conta das ONGs, e sem haver qualquer comunicação para o Poder Judiciário, o Supremo, e muito menos aqui, para o Senado, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de quem é hoje Presidente o nobre Senador

Bernardo Cabral, de cujo conhecimento jurídico nós sabemos.

E para até iniciar, Senador Bernardo Cabral e membros desta Comissão, nesta CPI, nós deveremos tomar uma iniciativa de imediato. Que nenhum recurso do exterior seja recebido sejam quais forem as ONGs, do exterior ou nacionais, sem que, primeiro, não passe pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, pela CAE. Se até para o Governo brasileiro fazer qualquer empréstimo no exterior é preciso que seja aprovado pela CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, como podemos ficar de braços cruzados aqui, no Senado, quando o recurso vem de ONGs cujas intenções não conhecemos. Embora não queiramos generalizar, sei que, assim como existe aquelas que estão sendo prejudiciais ao nosso País, existem as que estão ajudando, mas exatamente para sermos justos, temos que fazer agora essa exigência. Não é possível se receber dinheiro de fora sem saber a finalidade de, como ele é gasto, quanto se recebe, e sem haver nenhuma prestação de contas, e muito menos membros do Ministério Público aceitarem qualquer patrocínio por parte de ONGs.

Mas, saindo da internacionalização da Amazônia, V. Ex^a também mencionou o caso dos Yanomamis. Eu já era Senador quando houve a Eco-92, e, antes de o evento ser realizado aqui, no Brasil, o ex-Presidente Fernando Collor assinou o decreto da demarcação das terras indígenas no território de Roraima, cujas terras ficam localizadas no extremo norte do Estado, fazendo fronteira, principalmente, com a Venezuela e parte com a Guiana. Segundo alguns cientistas, é a região que tem o solo mais rico do nosso País. Foi demarcado, à época era Governador do Estado o Brigadeiro Otomar de Souza Pinto e, como sou do mesmo grupo político, fui ao então Presidente, Sr. Fernando Collor. E o que ouvi do ex-Presidente foi que houve muita pressão dos países ricos para que a Eco-92 fosse realizada no Brasil, e que só se daria aquele evento se fossem demarcadas aquelas terras. Lembro-me de que ele estava com uma caneta na mão e disse que, com a mesma caneta e a mesma mão que assinou o decreto, pode ele ser revogado. Eu saí com a certeza de que, realmente, era uma situação diversa. A ONG foi um sucesso. Nós vimos os presidentes dos países do Primeiro Mundo lá, no Rio de Janeiro, usando a palavra, tanto o Sr. François Mitterrand, da França, como o dos Estados Unidos ou do Japão, que saíram daqui encanitados com o nosso Presidente, etc. O certo é que até hoje aquela região continua com a demarcação,

e, por parte das ONGs que se instalaram aqui, no País, com a finalidade de ajudar os índios, também não tomamos conhecimento de qualquer providência para minorar a carência das comunidades indígenas, porque, durante toda a minha vida, há os "surucucus". Ainda recentemente, no mês de abril, acompanhando uma comitiva do Senado, quando fomos convidados por um General do Estado-Maior na Amazônia para ir àquela região juntamente com outros militares, só poderíamos dizer que a constante permanência é dos militares daquele pelotão de fronteira ali instalado, que faz parte do Projeto Calha Norte. Foi por isso que, com as declarações de V. S^a, me veio logo a idéia de começar a exigir, para termos a consciência tranquila de como são utilizadas essas verbas. Por que eu estive, ali, na comunidade Yanomami, nos idos de 1981, quando o General Figueiredo, irmão do ex-Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, era o Comandante da Amazônia, juntamente com as suas esposas, quando fomos visitar aquele local. Lá era um malocção comunitário, como é até hoje. Portanto, após mais de 20 anos - quase 22 anos -, não vi nada que fosse diferente da minha primeira visita àquela região. Os índios vivem num grande malocção, em que as famílias são separam por um fogo. Como ainda era abril quando lá estive com a comitiva que mencionei, a índia tem o filhinho, que fica dentro da rede, na que a fumaça permanece. O que eles pegam de peixe e caça fica tudo dentro da quele malocção, onde há promiscuidade, uma falta incrivele de higiene e uma falta de assintência muito pior. Então, eu pergunto: o que essas ONGs estão fazendo? E, agora, que a área é demarcada, fica sob a responsabilidade da Funai, e nada é feito. Por várias vezes, já falei em meus pronunciamentos no Plenário do Senado e vou falar, aqui, na Comissão: se não fosse a existência do pelotão de fronteira, não sei se aqueles índios existiriam ali, pela falta de assintência de que padecem. Então, acho até que nós estamos um pouquinho mais - quando digo nós, refiro-me a nós, políticos brasileiros, autoridades, que poderíamos dar um bastanessas situações periclitantes que acompanhamos no País.

Outro ponto que me chamou muito a atenção, saindo do caso dos Yanomami: 85% das verbas que aqui chegam são do exterior, principalmente dos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, etc. Então, se V. S^a citou que 85% vêm do exterior, deve ter conhecido dos valores de cada país, quanto é que vem, quais as ONGs. Gostaria que V. S^a de pois me respondesse sobre isso, e se há possibilidade de encaminhar para esta Comissão um relatório minucioso com

relação a esses 85% de verbas do exterior que chegam para as ONGs.

Também outro caso impressionante é que 51% das verbas do orçamento do Ministério do Meio Ambiente vêm também através das verbas do exterior.

O SR. LORENZO CARRASCO – Segundo uma ONG que está aqui instalada.

A SRA. MARLUCE PINTO - Então, da mesma maneira que questioneei os 85%, gostaria que V. S^a adotasse o mesmo procedimento de encaminhar-nos qual o valor que representa esses 51% e a ONG que realmente está subsidiando, para que possamos tomar as devidas providências, porque, como disse o nobre Senador Bernardo Cabral, esta Comissão – nem digo apenas que ela vai ser tão polêmica, porque realmente deve ser – tem uma responsabilidade muito grande, já que, após encerrarmos e não esclarecermos à sociedade e não exigirmos das autoridades competentes que muita coisa seja eliminada, então, tudo seja revisito, que haja uma fiscalização. Então, eu não sei nem se vai haver mérito para esta Comissão se não pudermos esclarecer os pontos negativos com relação às ONGs.

V. S^a citou também que – não sei se o número que entendi está correto – 276 projetos estão para dos referentes a hidroelétricas, levando em consideração as barragens e as linhas de transmissão. Foi esse o número?

O SR. LORENZO CARRASCO – 276 foi o número que utilizou o Presidente de Furnas, seguramente referindo-se a diversas obras, não apenas barragens, mas linhas de transmissão, subestações. Penso que o Presidente de Furnas poderia, ele mesmo, apresentar um relatório exatamente das obras que estariam paralisadas, igualmente as verbas, porque toda infraestrutura, Senadora,...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ele vai lhe responder ao final, Senadora.

A SRA. MARLUCE PINTO – Vou continuar, e V. S^a responderá ao final.

Penso que, no momento, o assunto mais preocupante no País é a falta de energia, porque ela não vai ocorrer apenas que se diminua o horário de trabalho, que se elimine parte dos aparelhos de ar condicionado, etc. A economia do nosso País, de um modo geral, vai sofrer um abalo muito grande, porque o parque industrial brasileiro vai ter que reduzir, talvez num percentual bastante elevado, a produção do seu material. E não havendo energia, sabemos que tudo fica sacrificado. Fala-se tanto em acidentes de trânsito, mas, se faltar energia, nem sabemos, nas grandes ci

dades, como ficará o movimento, não havendo se máforos.

E vai por aí agora, o que não é assunto para discutirmos aqui com de talhes.

Mas essa proibição das ONGs com relação à construção de hidrelétricas também me fez lembrar, nos idos de 1980, quando o mesmo Governador que estava em 1990, quando foram demarcadas as terras indígenas, fez um projeto para que fosse construída a hidrelétrica em Roraima, porque a nossa energia é com termoeletrica, no rio Cotingo.

Temos aqui um senhor que, na época, era Presidente do nosso banco. O Senador Moraes do Cavalcanti deve lembrar que foram feitas estradas, pontes, porque para lá não havia meios de transporte, a não ser o avião, ou o povo ia a cavalo. O trabalho ia muito bem, o projeto foi aprovado em setores competentes, e, depois, não pôde haver continuidade. E já vi nham exatamente os problemas: os índios, não podia, ia alagar, quando, na quebra região, onde ia ser instalada a hidrelétrica, não havia uma maloca indígena.

Os anos passaram, isso foi em 1980. Depois, o mesmo Governador voltou a governar em 1990 e, junto com os parlamentares, trabalhou bastante para conseguir a liberação. O atual Governador, que está no seu sétimo ano, no início, também tratou juntamente com o Presidente da República e com o Ministro das Minas e Energia da época. Foram muitas vezes e chegamos à conclusão, porque dissemos mesmo que não havia possibilidade de alguma ser construída a hidrelétrica, e houve a opção pela linha de transmissão de Guri, saindo do país vizinho, a Venezuela. E hoje ficamos a lamentar sinceramente. Não que eu condene a linha de transmissão de Guri, porque realmente vai resolver o nosso problema. Se não existe outra solução com a qual pudéssemos dar continuidade, optamos pela segunda, embora não fosse tão favorável quanto a primeira. A primeira seria mais um patrimônio brasileiro, um investimento numa energia movida a água, com a qual, depois, não tínhamos nada a resgatar. Para que V. Ex^{as} e V. S^{as} tenham conhecimento, a linha de transmissão de Guri, antes até de ser inaugurada e terminada, aqui no Brasil, há mais de um ano que ficou construída, partindo da nossa capital, Boa Vista, até a fronteira com a Venezuela, e até hoje ainda não foi resolvido o problema por causa da Venezuela e porque os índios – também deve ter ONGs pelo meio – vêm atrapalhando.

Então, estou citando esse assunto para termos a consciência de como essas ONGs estão tendo um poder até sobrenatural sobre o nosso país. Deixar-

mos de, com menos recursos, ter uma hidrelétrica, que se tornaria um patrimônio e seria bem mais viável, com uma energia bem mais barata, para nos subtermos a receber energia de fora?! Agora, tudo muito bem, consideramos a Venezuela quase como irmãs, há um relacionamento muito bom entre o Governador brasileiro e o venezuelano, mas não sabemos até quando, tudo pode acontecer. Então, é por essas coisas que se chega à conclusão de que as ONGs estão tendo mais poder no nosso País do que nós, parlamentares, para resolvermos os nossos problemas juntamente com o poder central.

Gostaria, também, de falar sobre a griagem de terras no Amazonas e em Roraima. Ainda recentemente foi noticiado pela imprensa: uma só pessoa, quantos mil hectares de terra já conseguiu em cartórios diferentes, em cidades diferentes da região amazônica, registrando terra, e se sabe, também, que tudo isso está sendo proporcionado pelas ONGs.

Gostaria, se não hoje, mas em outra oportunidade, que V. S^a. remetesse um relatório sobre a griagem das terras na Amazônia, por que já temos alguns subsídios, mas quanto mais tivermos melhor, para podermos realizar o nosso relatório final.

No início, também se mencionou a questão da ALCA. Realmente, há uma controvérsia aqui, no País, porque, primeiramente, iniciamos com as áreas de livre comércio e a zona franca, como é a Zona Franca de Manaus.

A Zona Franca de Manaus ajudou bastante. Conhecemos Manaus antes da Zona Franca, e, a comparar o que era a cidade de Manaus anteriormente com o que ela é hoje, parece até que estamos em um país diferente. Foi um avanço muito grande, que tanto desenvolveu a capital como, também, o interior, por que foi quando começou aquele Estado a arrecadar uma soma bastante suficiente para que tivesse a transformação que teve.

Lembro muito bem a época da Constituição. Eu mesma estava numa reunião de liderança e saí para chamar o eminente Relator, à época o Senador Bernardo Cabral, por que a maioria estava que rendo eliminando a Zona Franca de Manaus.

Graças às informações e à interferência do nosso Senador Bernardo Cabral, ela continuou e obteve até mais subsídios. Enfim, continuava tudo como antes, mas as ameaças não passaram.

Sei que quando S. Ex^a. usar da palavra pode rá de falar mais, já que é o "Presidente" do Amazonas. Não vou entrar muito nesse assunto, por que cabe ao

Senador explicar o melhor, mas sabemos das dificuldades.

No nosso Estado mesmo – fui Deputada Constituinte e, em 1991, vim para o Senado –, em 1992, apresentei projetos para duas áreas de livre comércio em Roraima, uma na fronteira com a Venezuela e outra na Guiana.

Aprovamos as duas. O Senador José Sarney apresentou uma emenda – a emenda foi até num projeto da Zona Franca de Manaus. S. Ex^a solicitou meu projeto, eu o levei, e S. Ex^a apresentou uma emenda no projeto da Zona Franca e a aprovou.

À época, quem era do Ministério era o Senador Alexandre Costa, já falecido. O Amapá teve a sorte de logo implantar sua área de livre comércio. Em Roraima, até hoje aguardamos. Agora, já se tenta uma ZPE. Não sabemos se vai dar resultado.

São essas as dificuldades. E lembro que, por mais que se tenha tentado, toda a Banca da se empenhou para a instalação das duas áreas de livre comércio, e a desculpa era por que Paracaima e Bonfim tinham comunidades indígenas próximas.

É sempre isto: as ONGs incentivando os índios. Apresentamos os índios como o fator que impede o desenvolvimento da região amazônica. Só que, coitados, eles só têm servido de inocentes úteis, porque para eles não sobra nada, só a miséria em que vivem, passando fome, subnutridos, e sem a família ter qualquer recurso para se manter.

Portanto, professor, estou satisfeita. Lamento não haver tido oportunidade de ler seu livro “Máfia Verde”. Mandei procurá-lo no comércio aqui, mas não o encontrei. Entretanto, como V. S^a vai distribuí-lo, admito que, após a leitura desse livro, teremos mais subsídios, e, quem sabe, seja necessário, com a anuência de V. Ex^a e com a aprovação dos membros da Comissão, retribuir a esta Comissão antes de encerrar nossos trabalhos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Indago ao Dr. Lorenzo Carrasco se prefere já responder às arguições da Senadora Marluce Pinto ou ouvir os demais senadores.

Prefero que V. S^a responda logo, já que são várias questões, e, portanto, ficará difícil respondê-las depois.

O SR. BERNARDO CABRAL – Tenho uma pergunta que talvez complemente uma indagação da Senadora Marluce Pinto. Talvez o Professor Lorenzo Carrasco pudesse respondê-la agora.

Na análise de V. S^a, a segregação de 44% do território do Estado de Roraima é para a utilização, como alguns dizem, como recursos para reservas indígenas ou para áreas – e aqui a pergunta tem um tom que V. Ex^a vai entender – de preservação ambiental? Na avaliação de V. Ex^a, essa segregação de 44%, que dão como utilização para reserva indígena, é realmente um fato que se pode considerar ocasional ou é um obstáculo para qualquer medida de desenvolvimento na que a área, uma vez que sabemos que aquele território é riquíssimo em recursos naturais?

A pergunta se acopla àquele que a Senadora Marluce Pinto lhe fez sobre o território do Estado de Roraima. Mas que ro saber se essa segregação de 44% é um fato ocasional ou está sendo dirigido por alguém no sentido de criar obstáculo para que haja qualquer outro processo de desenvolvimento da que o território, já que ele é riquíssimo em recursos naturais.

Faço essa formulação apenas para complementar, por uma razão, Sr. Presidente: que ro que o eminente professor Lorenzo Carrasco saiba que, quando o Senador Mozarildo Cavalcanti e eu idealizamos esta Comissão Parlamentar de Inquérito, ela foi criada sob o signo de “separar o joio do trigo”, ou seja, saber quais são as boas organizações não-governamentais e quais são aquelas que não prestam serviço à Nação.

Há, portanto, um divisor de águas. Queremos chegar até ele para sabermos quais são as boas organizações, que precisamos respeitar e que produzam trabalhos, e quais são aquelas que se aproveitam, dentre as quais aquelas que V. S^a denunciou.

Por isso, Professor Carrasco, quero saber se há, realmente, no aspecto dos 44%, um fato ocasional, ou o que está por trás disso.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra, o Professor Lorenzo Carrasco.

O SR. LORENZO CARRASCO – Veja, ilustre Senador, isso não é casual. Por ocasião da delimitação da reserva Yanomami, quando começamos a investigar o que estava por trás, éramos totalmente neófitos, nem éramos a favor nem contra. Simplesmente, não sabíamos, e nos parecia exagerada a área destinada para a quantidade de população, por mais que se alegasse que eram índios nômade que tinham a necessidade desses territórios.

Na investigação, encontramos um mapa de uma expedição de um pesquisador britânico, o qual reproduzimos nesse livro. Está nesse mapa como o algarquia inglesa criou a reserva Yanomami. Nesse livro, Hanbury-Tenison – está escrito e documentado – ex

pliou a idéia da reserva Yanomami. Primeiramente, não existia esse conceito de reserva Yanomami, não existia um povo Yanomami, por que se tratava-se de uma série de populações separadas que haviam de conceitualizar dentro de uma só unidade, para definir um território. Então, havia um elemento deliberado, por que eles mesmos não tinham um sentimento grágario. Não estamos falando de um povo que tem uma estrutura hierárquica; estamos falando de populações que tinham rivalidades entre si. Mas havia que criar a figura da nação yanomami.

E ele descreve um relatório no Palácio de Buckingham em que estavam presentes o Príncipe Philip e a Rainha. Surge, então, a idéia do braço humano do WWF. O WWF foi fundado em 1961 com a idéia de manejar as reservas na África, como uma maneira de perpetuar o poder do Império Britânico de pois do processo de independência das nações africanas. Criou-se um braço, chamado braço humano: o WWF. Eram reservas de rinocerontes, etc.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, interrompo o pronunciamento do Sr. Carrasco para solicitar a V. Ex^a que registre o significado da sigla WWF, para que fique bem claro: World Wildlife Fund for Nature.

O SR. LORENZO CARRASCO – Fundo Mundial da Natureza.

Nessa reunião, instituiu-se uma organização, criada basicamente como um desprendimento de WWF – Fundo Mundial da Natureza: a Survival International.

A Survival International é uma organização não-governamental encarregada de assuntos humanos. Algumas organizações se encarregam de elefantos, e outras, de assuntos humanos. Têm todas uma característica claramente racial e desumana para manter um ser humano em suas condições primitivas. É um ato contra a natureza, por que a mente humana é parte central da natureza, é um processo pelo qual o desenvolvimento natural alcançou maior grau de desenvolvimento.

Então, se alguém eliminar essa possibilidade de que a natureza se expresse por meio da mente humana, seja no avanço tecnológico, seja na mudança de costumes, estará praticando um crime contra a natureza. Não é tolo, rápido, diante de uma concepção humanista, manter uma população indígena em suas condições primitivas. O ser humano não é um animal nem uma espécie como as demais. O ser humano é uma espécie que muda suas condições por intermédio do avanço científico e tecnológico. A relação com

a natureza é uma relação mutante, na qual se sustentam precariamente a civilização cristã em que estamos inscritos.

A civilização cristã está estabelecida no versículo 18 do Antigo Testamento, em que Deus dá um mandato ao homem para cuidar, como “jardineiro”, do avanço dessa natureza. Estão explicitamente contrariando o princípio antropocêntrico da sociedade humana, convertendo-o em um princípio biocêntrico: a igualdade na criação. Diz que o homem não tem superioridade não for igual aos restos das espécies é básicamente um argumento filosófico em que se sustentam os axiomas de muitas das pregações indígenas.

O SR. BERNARDO CABRAL – Nesse caso, não é oficial. Trata-se de um obstáculo para qualquer atividade civilizatória. É essa a sua opinião?

O SR. LORENZO CARRASCO – Absolutamente.

O SR. BERNARDO CABRAL – Estou satisfeito.

O SR. LORENZO CARRASCO – Criado como um obstáculo desde o início, para deter a possibilidade de o Estado desenvolver a sua economia e sua infraestrutura. Isso está claro não somente no caso do Romão, mas em todos os casos.

Tenho um disquete que contém a síntese de um livro de uma jornalista canadense, Elaine Dewar. Recomendo a leitura dessa obra, o que seria muito importante para esclarecer o assunto a esta Comissão. A autora descreve a articulação das organizações não-governamentais no Brasil com as entidades financeiras de...

A SRA. MARINA SILVA – Dr. Carrasco, V. S^a citou o versículo 18. Poderia dizer o capítulo, por favor?

O SR. LORENZO CARRASCO – Não sei. O capítulo fala do mandato em que Deus dá ao Homem o encargo de se reproduzir...

A SRA. MARINA SILVA – É o Gênesis, mas é apenas um versículo. No entanto, o Gênesis é composto de vários capítulos, e em vários momentos há o versículo 18.

O SR. LORENZO CARRASCO – Volto ao problema da jornalista Elaine Dewar, por que ela descreve exatamente a relação entre as ONGs que estiveram atrás do mito Chiocó Mendes. Já era uma ambientalista que vinha ao Brasil e pensava realmente que havia o problema da Amazônia e da devastação. Quando ela começou a verificar todas as articulações que há com o sistema financeiro do Canadá, o Banco Mundial, o grupo Brascan e o grupo Bronfman, do Canadá, decidiu escrever um livro que se chama “Cloak of Greed”, “manto de verde”, o que está por trás do

ver de. Entre garremos à CPI uma síntese e uma ficha desse livro, que descreve exatamente a formação do Instituto Sócio-Ambiental, ligado ao Banco Mundial e aos interesses financeiros pelo menos da família Braufmann, do Canadá, e da agência de desenvolvimento canadense, que, segundo ela, coordenou verbas, por meio da Embaixada do Canadá em Brasília, para a articulação de todo esse **andamiaje** contra as hidroelétricas. Daí vem a estranheza da Senadora, que, com toda a razão, disse uma questão muito simples: “mas têm um poder to tal”. Evidentemente. Têm o poder de sistema financeiro mundial, do Banco Mundial, desde McNamara, que, vocês sabem, é um maltusiano confessado, das pessoas que mais têm fomentado a idéia de que as organizações não-governamentais substituirão o poder das instituições legitimamente constituídas. Esse é o problema da distinção. Estou de acordo em ações de interesse público. Como cristão e católico, creio no amor ao próximo e na caridade humana, acredito nisso. Ademais, a mim não me move ou traça que não a busca da verdade e da justiça. Sempre repetirei isso.

O problema é que temos organizações não-governamentais que, em coordenação com o Banco Mundial, paralisam, ou o Banco Mundial coloca restrições ambientais em qualquer investimento em hidroelétricas. Como os governos estão em condições de austeridade e não têm recursos financeiros, têm que aceitar os delimitamentos que o Banco Mundial está dando para de ter investimentos nas hidroelétricas de Roraima ou do Pará, sobre o Rio Xingu ou sobre as hidroelétricas em todo o País, porque o Banco Mundial é quem está por trás de todo o movimento contra as grandes barragens. Foi gestado no seio do Banco Mundial o apoio da sociedade civil, como eles chamam, para sustentar a política do referido Banco no sentido de não dar mais financiamento em obras de infraestrutura para geração elétrica.

Então, evidentemente, há um poder claro, porque os governos dependem de financiamento internacional. E o financiamento internacional de organizações do Banco Mundial ou do BIF, etc., dependem dos estabelecimentos de parâmetros ambientais, que, por sua vez, dependem de pareceres das organizações não-governamentais.

Assim, há uma relação por no gráfico entre o poder financeiro, dos grandes grupos financeiros, que são os que dão os financiamentos às principais ONGs. E um exemplo claro é o Instituto Sócio-Ambiental, que não é apenas uma ONG, mas um conjunto de interesses indigenistas vindos do Conse-

lho Mundial de Igrejas com o propósito deliberado de se opor à idéia de um Estado nacional soberano. Isso está documentado. Aliás, que roldar aos ilustres Senadores que, a qualquer momento, estaremos reunindo todas as informações, porque esta convocação realmente nos pegou de surpresa, e não tivemos tempo de elaborar uma série de discussões, que entregaremos no seu devido tempo, por escrito, para que os ilustres Senadores possam apreciar. Também entregarei a síntese do livro de Elena Dickwart, no qual ela sustenta essa vinculação, especialmente os gestores do que depois foi o Instituto Sócio-Ambiental, que, na reunião de Altamira, teve exatamente os investimentos em infraestrutura hidroelétrica no Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, eu ainda não complementei.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pois não, Senador. Então, retorne a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Professor Carrasco, em 1991, apesar de não ser parlamentare daquela época, acompanhei uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava as ameaças da internacionalização da Amazônia. V. S.^a presidiu um depoimento naquela ocasião, fazendo ou complementando denúncias contra um cidadão que, àquela altura, era contra o programa Calha Norte. Esse cidadão, conhecido de todos os ambientalistas, chamava-se José Lutzemberger.

Dez anos depois, estamos vendo que o programa Calha Norte, que nasceu como projeto, está sendo torpedado. Esta é a minha primeira pergunta: por quais razões o professor Lutzemberger se posicionou contra o programa Calha Norte?

A segunda pergunta – vou-lhe fazer apenas três – é a seguinte: há um fundo na Escócia chamada Findhorn. Dizem que seu fundador, um cavaleiro chamado por Sir Laurens van der Post, é conhecido como o guru místico-filosófico do Príncipe Charles, da Inglaterra. Como o senhor de vez em quando se refere à Inglaterra, gostaria que nos falasse sobre isso.

A terceira questão, que gostaria que V. S.^a anotasse nas respostas, porque isso é muito importante para a formação da minha convicção quanto à “separaçãodo joio e do trigo”: gostaria que V. S.^a tecesse considerações sobre algumas ONGs, como a chamada Friends of the Earth, Amigos da Terra; ou outra, pouco falada, a ONG Agutangos; a Associação Amazônia,

so bre a qual o Pre si den te des ta Co mis são, Senador Mozarildo Cavalcanti, fez uma de nú ncia da com pra de terras lá no seu Estado; a Canadian International Development Agency; a CEBRAC, Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural; e, para finalizar, uma que foi mu i to ci ta da pelo se nhor, a World Wild Fund for Nature, WWF. Essas são as mi nhas per gun tas ob jetivas.

O SR. LORENZO CARRASCO – Com sua vê nia, gos ta ría de abor dar o pro ble ma da es tru tu ra hi e rár qui ca das or ga ni za ções não-governamentais. Atualmente, existem cerca de 100 a 200 mil organizações não-governamentais em ní vel mun di al. Quer dizer, ge ne ra li za ram-se. Ou seja, se isso é o que pega, é o que tem re cur sos, é o que me dá pos si bi li da de de ações, en tão, for ma mos uma ONG. E todo o mun do forma sua ONG na linha de partida. Mas, para não nos per der mos no “oce a no”, te mos que sa ber como sur giu a idéia das ONGs. A idéia das ONGs, como eu di zia, sur giu da fun da ção do **commonwealth** no mo mento da tran si ção, e sur giu jun to com o WWF. E o WWF, com a União Inter na ci o nal de Pre ser va ção de Energia, até há um ano, ti nham sua sede juntos, na Suíça, no mesmo prédio. Porque, ad e mais, ha viam sido fundados pelos mesmos homens, gente como Julian Huxley, como Sir Peter Scott e uma quan ti da de de no bres que vi nham do apa re lho co lo nial bri tã nico. Isto está do cu men ta do: al mi ran tes, co man dan tes do impé rio bri tã nico na Áfri ca e na Índia. Toda essa es tru tu ra se re ci clou sob a for ma da es tru tu ra de ONGs. Isso está do cu men ta do. Se for ne ces sário, nós te mos con di ções de pre ci sar exa ta men te de onde vieram. Entre eles, como di zia, o Prín ci pe Ber nhard e o Prín ci pe Philip. O Prín ci pe Ber nhard re ti ra ram da Pre si dên cia in i ci al men te por que era mu i to pe sa da a de nú ncia de que ha via fe i to parte do Par ti do Na zi sta. Quan do do ca sa men to com a Prin ce sa Be a triz – esse nome mal me lem bro, Be a triz de Ho lan da –, re nun cia for çadamente à sua mi li tância, da qual temos publicada até sua ficha de afiliação ao Partido Nazista. Isso, como eu di zia, vi nha do fa to de que toda essa rede conservacionista-ambientalista – que vinha, por exem plo, do fi nal do sé cu lo XIX e prin cí pio do sé cu lo XX, com as re des do Sr. The o do re Ro o se velt – e a so ci e da de de eu ge nia eram so ci e da des que a cre di ta vam exa ta men te na ques tão da pre ser va ção, em que o homem tinha geneticamente que ser preservado. Isso é o que está, em última instância, atrás dess a idéia de re ser va ín dí ge na ou de um zo o ló gi co hu ma no em forma de uma reserva indígena, mantendo uma po pu la ção apa rta da dos be ne fí ci os de uma ci vi li

za ção. Esse gru po for ma a es tru tu ra do WWF nes se sen ti do, e o for ma em re la ção a po der eco nô mi co. O Clu be 1001 re ú ne – e isso está ain da ho je sob a res pon sa bi li da de do Prín ci pe Bernhard – os prin ci pa is co la bo ra do res. Chama-se 1001, porque são 1001 con tri bu i ções de US\$10.000 dó la res, apa ren te men te an ual men te. Na lista de oligarcas co la bo ra do res do Clu be 1001, te mos o bra si le i ro Edmund Sa fra, que foi as sas si na do no ano pas sa do, em Mô na co, ir mão de José Sa fra, que é da di re to ria atu al da WWF-Brazil. Então, o WWF é, jun to com a União Inter na ci o nal de Pre ser va ção do Am bi en te e com o Con sel ho Mun di al de Igre jas, o Esta do-Mai or, que con gre ga as de ma is or ga ni za ções não-governamentais. As de mais, têm e par ti ci pam de uma cer ta ca pa ci da de, por exem plo, de in te li gên cia, como o ISA, que re u niu re ma nes cen tes do Centro Ecumênico de Documentação e Infor ma ção e de ou tras or ga ni za ções am bi en ta lis tas. Te mos a lis ta dos fun da do res das ONGs in ter na ci o na is que fundaram, na verdade, o ISA – Instituto Só cio-Ambiental, que re ú ne uma cons te la ção de or ga ni za ções não-governamentais. São or ga ni za ções – po de mos dizer – de prime i ro pla no. De pois, te mos or ga ni za ções funcio nando como “tropas de cho que”, como **Greenpeace**, Am i gos da Ter ra, Envi ron men tal De fen se Fund, etc. Na gama de or ga ni za ções que te mos enun ci a do – e no qual você men ci o na al gu mas – a As so ci a ção Ama zo nas é mais um ne gó ci o de ter ras que apa re ce como ONG. Essas or ga ni za ções pe dem con tri bu i ções para, su po sta men te, pre ser var uma área que está mal pre ser va da no sen ti do de que foi mal ad qui ri da, quer di zer, essa his tó ria in i ci ou mal.

Quanto ao esquema dessa hierarquia, acerca da qual es ta mos dan do ape nas pin ce la das, se os Srs. Senadores as sim o de se ja rem, po de mos, por es cri to, apre sen tar um organograma detalhado desse pro ces so. Há jun to a isso, efe ti va men te, essa or ga ni za ção de Sir La u rens van der Post, que é as ses sor, eu di ria, es pi ri tu al do Prín ci pe Philip – isso é pú bli co.

O SR. BERNARDO CABRAL – Ele é co nhe ci do como o guru mís ti co.

O SR. LORENZO CARRASCO – É o guru. E não so men te isso. O res to se in ter co nec ta, por que a idéia de que o meio am bi en te... In clu si ve, há o ques ti o na men to de que se têm que mu dar es ses prin cí pi os, e se ques ti o na o prin cí pio do Gê ne sis, di zen do que ele é de ma si a da men te an tro po cên tri co. Esse é um dos al vos con stan tes des se pen sa men to.

Há re u ni ões do Pa lá cio de Buc king ham, quer di zer, na Casa de Windsor diretamente, porque ele é as ses sor da Casa de Wind sor em as sun tos es pi ri tu a

is e de meio ambiente. Estive em uma reunião em Assis, na Itália, onde se reuniram muitas igrejas para falar, pela fé, em relação ao meio ambiente. Nisso está, efetivamente, a organização Findhorn, da Escócia, à qual não sei se pertencia diretamente o Ministro Lutzenberger, mas estava associada a uma fundação que está, podemos dizer, no patamar de uma organização, que é a Fundação Gaia, da qual Lutzenberger, sim, era representante no Brasil e era íntimo amigo do Príncipe Charles, a ponto de que, em visitas de Estado, foi recebido de uma maneira muito especial e singular pela família real.

O SR. BERNARDO CABRAL – Depois, caiu em desgraça.

O SR. LORENZO CARRASCO – Caiu em desgraça porque ele não é, sinceramente, uma pessoa muito estável no sentido do que defende em seus livros. Houve uma oportunidade em que, sendo ele Ministro, ele ligou para o meu escritório no Rio de Janeiro, protestando porque ele havia feito juízo – e eu li seus livros –, atacando basicamente todas as melhores da medicina, porque isso estava contribuindo para o crescimento da população. E eu lhe disse: “Sr. Ministro, isso é uma sandice, uma loucura. Como o senhor vai sustentar isso?” Então, ele disse: “Bom, se fosse louco, não seria Ministro do Meio Ambiente.” Desligamos o telefone, e a realidade é que determine o nível de sanidade do Sr. Lutzenberger.

O SR. BERNARDO CABRAL – Por que ele se colocou contra o programa Cálha Norte? Isso é importante.

O SR. LORENZO CARRASCO – Eu não me lembro exatamente dos argumentos que ele utilizou, mas estão nos arquivos jornalísticos. E quero aclarar que o único nível de investigação que fazemos é o estritamente jornalístico. Não temos qualquer outra capacidade de fazer. Entre tanto, o que o que está publicado, quer dizer, que é de domínio público, é o que está na Internet.

O SR. BERNARDO CABRAL – Estou satisfeito. Vou ao telefone, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo, então, a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho, próximo inscrito.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Carrasco, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta reunião é muito oportuna, pois o meio ambiente é uma preocupação de todos. Quando acordamos, abrimos os olhos e vemos o meio ambiente, observamos se há fumaça, se faz sol, se há mosquito. Todos nos preocupamos com isso, o que é natural, desde o início da Humanidade. No en-

tanto, a questão ambiental se transformou num instrumento de dominação. Terminada a II Guerra Mundial, determinados grupos hegemônicos, a fim de preservar essa hegemonia sem o uso ostensivo de armas letais, passaram a utilizar o argumento da questão ambiental e uma suposta proteção de minorias para seus fins de dominação. Vivemos no Brasil um momento em que se fazem presentes as consequências dessa política.

Foi dito aqui – e era sabido de todos – que a luta do Brasil para se desenvolver e crescer, de sejo de todos, sofredora. Com as suas potencialidades, não apenas pela posição extensa que ocupa, com climas diferentes, áreas frias, áreas temperadas, áreas quentes, quantidade fantástica de água, florestas, recursos minerais e a maior reserva mineral do mundo na Amazônia, o País precisava ser controlado. Assim, o que se fez? Primeiro, uma campanha muito forte contra as hidroelétricas, a instalação e o aproveitamento de 105 mil megawatts gerados na Amazônia. Então, qualquer movimento de aproveitamento hidráulico da região amazônica era objeto de condenação. E conseguiram, inclusive, que não houvesse financiamento para obras de construção de hidroelétricas na região amazônica. Ao mesmo tempo, surgiu esse movimento mais recente contra as chamadas hidrovias. Por quê? Porque o Brasil descobriu o Plano Central, a Região Centro-Oeste, cujo potencial para a produção de grãos e de algodão, é fantástico. Ele corresponde a vários **corn belt** americanos. Ora, a União Europeia considerou o transporte hidroviário como o mais ecológico e o mais barato meio de transporte, como também considerou a energia hidráulica como a mais recomendável e a mais ecológica. E, no entanto, começou-se uma campanha terrível no Brasil contra as hidrovias, que vão dar oportunidade de escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste para os mercados internacionais, com uma vantagem de US\$15 a US\$25 por tonelada na colocação da soja, por exemplo, nos mercados internacionais. Então, é um risco.

Nas margens do Araguaia e do Tocantins, há 400 índios. Então, temos que impedir a construção da rodovia Araguaia-Tocantins, porque vai prejudicar a vida desses 400 índios. Eu não sei em que, se esses índios já vivem, secularmente, na beira do rio e vão continuar vivendo na beira do rio. Não se vai abrir canal novo; não se vai alargar a calha natural do rio; ela vai apenas disciplinar, melhora e proteger essa calha. Mas é preciso impedir que se faça isso.

Na região, temos algumas estradas abertas há 50 anos, outras, há 30, ou tras, há 40 anos, que não eram asfaltadas porque não havia recursos, meio se até asfalto para asfaltá-las, mas que estão lá. Mas agora é um crime asfaltar essas estradas, porque isso vai prejudicar o meio ambiente. Então, vemos pessoas do Go ver no, do Mi nis té rio do Meio Am bi en te, fazendo campanha contra o asfal tamen to da que las es tra das, por que isso vai pre ju di car o meio am bi en te. Ora, e os 20 mi lhões de pes so as que vi vem na Ama zô nia? Per ten cem ou não ao meio am bi en te? Obje ti va-se que o meio ambiente vá proteger quem? As pes so as. Como o Sr. Car ras co dis se, quan do se quer tratar melhor os animais do que os seres humanos, ama nhã, nós va mos tra tar os se res hu ma nos pior do que os animais.

Então, a consequência desses movimentos é que nós estamos sem a possibilidade de um maior desenvolvimento do Centro-Oeste, sem a possibilidade de desenvolvimento da própria Amazônia. Por exemplo, o Estado do Ama zo nas re pre sen ta pra ti ca men te 30% da Ama zô nia e cer ca de 18% do ter ri tó rio nacional. O Governo Federal faz um programa de ações estratégicas para o Brasil, e o único Estado brasileiro que não tem uma ação es tra té gi ca pro gra ma da é o Estado do Ama zo nas. É exa ta men te por ca usa da pres são, pelo crime que pra ti ca mos de ter mos 98,2% da floresta intocados. Então, pagamos por esse crime. E to das as ve zes em que se mo vi men ta qual quer co i sa em re la ção ao tra ba lha, ime di a ta men te sur gem as idéias. Agora, no Brasil, está in te res san te. Por exem plo, se sou be rem que ama nhã vai ha ver uma re u nião do Ban co Mun di al, do G-7, do que seja, lá fora, para dis cu tir pro ble ma de fi nan ci a men tos para a Amazônia, saem capas e reportagens fantásticas nas revistas, mostrando o desmatamento, quei madas, o di a bo, o que não exis te. Em re la ção à Ama zô nia, eles pe gam aque las re vis tas e cor rem para a re u nião: “pre ci sam nos aju dar”. O que eles que rem é ver ba. E, com isso, pa ga mos a con ta. Esta mos pa gan do uma con ta cara. E o re sul ta do, como fa lei ini ci al men te, é que toda essa po lí ti ca de con ten ção – de hi dro e lé tri cas, até de me i os de trans mis são, até de ga so du to estão re cla man do – causou agora aquilo que que rem. Porque, ainda hoje, quan do fa lei, no Plenário, apartando-me o Se na dor Ney Su as su na, dis se ele: “– Ago ra o se nhor to pou. O ob je ti vo era este: pa rar o cres ci men to do Brasil. O Brasil cres cen do é uma ame a ça, é um pe ri go, é pre ci so pa rar o Brasil.” Quan to a essa po lí ti ca am bi en tal mal co lo ca da, acho que deve mos ter pre ca u ções com mu ita co i sa, é natu ral,

de ma ne i ra cor re ta. Mas, como está sen do fe i ta, não. A demarcação das reservas indígenas nes te País é um crime de le sa-pátria. Se pegarmos o mapa, va mos ver, lá em cima, onde começa a re ser va Ya no ma mi: 9.200 mil hec ta res, área mai or do que Por tu gal, onde vi vem 12 mi lhões de pes so as. Lá vi vem mal seis mil Yanomamis, de quem mu ito falaram e depois abandonaram. Quando terminaram a re ser va Ya no ma mi, demarcaram ago ra a re ser va Tu ca na: 8.400 mil hec ta res. Aí, já pega o resto da fronte i ra com a Ve ne zu e la e a Colômbia. Quando terminar a reserva Tucana agora, tem um espaço que que rem de mar car: a re ser va Ti ku na, por que, a se guir já está em pro ces so de demarcação, e de mar ca da, a re ser va do Ja va ri, dos Casseteiros. Então, a nossa fronteira está toda ela transformada em imensas reservas indígenas. Se pegarmos só essas três, elas somam 28 milhões de hectares, quase 20% do Amazonas. E são apenas três; ain da fal ta de mar car a ou tra, e uma por ção in te ri or da região.

Depois dessas reservas indígenas, eles criam os parques nacionais, reservas ecológicas e reservas de conservação interessantíssimas. Certa vez, visitei uma dessas re ser vas no meu Estado e, quan do ha via festa, fui fa lar com os mo ra do res, os be ne fi ci á ri os da re ser va. Per gun tei se me lho rou a vida de les. Eles me disseram que a vida de quatro pessoas melhorou, por que con se gui ram um em pre go de guar da. Então, passam o dia naqueles botes rio abaixo, e o resto con ti nua do mes mo modo. Eu per gun tei se ha via al gu ma co i sa es tra nha. Dis se ram-me que o que é es tra nho é que, toda se ma na, saem de lá mu i tas ca i xas de espé ci mes ve ge ta is e ani mais – ger mes, fun gos e bac té ri as em um pou co de ter ra que co lo cam na que las ca i xas. Essas ca i xas saem, e não se sabe aon de vão. Isso ocorre lá. Por quê? Porque não há como controlar. Existem duas ou três or ga ni za ções sé ri as, mas a mai o ri a de las estão a ser vi ço de in te res ses que não são os nos sos. Ou tras são or ga ni za ções pro fis si onais, aquilo que chamei de “ongueiros”, pessoas que es tão vi ven do de ONGs. Essa é a do lo ro sa re a li dade.

Per gun to ao Sr. Lo ren zo Car ras co: qual a idéia que se tem, no ex te ri or, do com por ta men to brasileiro em re la ção a essa li cen ci o si da de que há com res pe i to às ONGs in ter na ci o na is que atu am aqui den tro?

O SR. LORENZO CARRASCO – V. Exª po de ri a re pe tir a per gun ta? Não en ten di parte dela.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Qual é a im pressão internacional, nos meios sadios, da dis pli cênci a brasileira, da con ví ênci a brasileira ou até da le

viandade brasileira em relação a certas ONGs internacionais que atuam aqui, defendendo interesses?

O SR. LORENZO CARRASCO – A única impressão que há na imprensa internacional é que... Evidentemente, não se critica a displicência; ao contrário, diz-se que é insuficiente. Sabe-se que a legislação ambiental brasileira é mais restritiva que as dos países europeus, que já conseguiram a construção das suas hidrovias. Aliás, estão construindo a ligação entre dois dos grandes “cúen cas” para poderem entrar na Europa oriental e consideram que isso é fundamental para o interesse nacional.

A legislação no Brasil é mais restritiva do que nos países europeus, que já chegaram a uma etapa de desenvolvimento precisamente em suas hidrovias, que são fundamentais ao seu desenvolvimento desde que Europa é Europa. A interiorização do desenvolvimento se dá por meio das hidrovias e, é claro, pelo resto da infra-estrutura.

A visão da imprensa internacional é toda contra. Tenho um vídeo que passa na TV a cabo – que estamos dublando em português e colocaremos à disposição dos Srs. Senadores assim que o tivermos pronto –, no qual se denuncia exatamente uma parte das organizações não-governamentais entrevistadas nos Estados Unidos sobre a região amazônica. Trata-se de uma reportagem até muito interessante, que penso que seria importante que os Senadores vissem. Afora jornalistas independentes e honestas, como Ele na Dick wart, que estão buscando a justiça, que dão um panorama do problema, e pe que nas manifestações, os meios de comunicação são um conjunto e estão aliados a essa causa, por que são parte da estrutura do poder.

Se observarmos a composição do WFF ou da União Internacionale verificarmos a interconexão que há, por exemplo, com o grupo que controla o **Daily Telegraph** ou com os grupos que controlam o **Washington Post** ou **New York Times**, é curioso, porque, geralmente, os ativistas das ONGs, que o Senador menciona como “ongueiros”, justificam sua atitude como uma atitude romântica, idealista, contra os capitalistas, os predadores, os industriais, os empresários os malvados, que querem o lucro, e tudo o que significa desenvolvimento, mas escondem muito claramente que quem está movendo tudo isso é o grande capital internacional. Quer dizer, em sua ideologia, eles só vêm o calmente, ou seja, que estão afetando um empresário que está trazendo de escoar soja no rio Paraguai ou que impediram a possibilidade de construção de uma hidroelétrica ou de uma linha de

transmissão, mas não vêem o efeito disso. Repito o que disse sobre o Ministério Público. O Ministério Público é para defender os interesses difusos da sociedade brasileira. Entre tanto, o que está fazendo com as ações de tendo a infra-estrutura é divulgar do difusamente o mal com respeito à sociedade em seu conjunto. Então, isso é curioso.

Temos uma série de defensores radicais do meio ambiente, mas ninguém se questiona que uma das principais organizações que está atacando o problema do relatório Mi che letto é o WWF, que está formado basicamente pelos dois grandes grupos monopólicos dos meios de comunicação no Brasil: o Sr. Roberto Marinho, Vice-Presidente da Rede Globo e o Sr. Pedro Si rotsky, da RBS, do Sul do País. Aqui se descobre uma coisa muito interessante.

No ano passado, jornalisticamente - isso é importante -, acompanhei a primeira intenção do Deputado Moacyr Micheletto. O que observamos foi que havia o Greenpeace, o Instituto Sócio-Ambiental, o WWF e os helicópteros da **Rede Globo** visitando as propriedades...

O SR. GILBERTO MESTRIHO – Eu gostaria de interferir para dar um esclarecimento. Por exemplo, aqui foi a maior farça que já se viu. O senhor imagina que, na Amazônia, apenas 23% das terras são de propriedade particular. Parte desses 23% já estão sendo utilizados na agricultura, na pecuária, etc. Digamos que, pelo menos, 5% já são utilizados. O Relatório Mi che letto propunha que 50% da área da propriedade particular pudesse ser utilizada. Ora, 50% de 23% são 11%. Não são 50% da Amazônia, mas 50% de 23%, o que ninguém teria condição de fazer, de chegar a tanto. Entre tanto, nunca foi dito isso na imprensa. Na imprensa, era dito que queriam destruir a Amazônia, desmatar 50% da Amazônia. Quer dizer, isso é o que previa o Relatório Mi che letto.

O SR. LORENZO CARRASCO Para complementar isso, eu queria mencionar uma reportagem da **IstoÉ** desta semana, que cita claramente o WWF, o Diretor-Executivo Garo Batmanian, o Instituto Sócio-Ambiental e o Greenpeace, com o Ministério do Meio Ambiente, dizendo a mesma coisa: isso vai devastar 80% da região amazônica. Se isso é o que está passando, por que ocorre isso? Porque não se diz: “Ah, não é de informação”? Não é de informação. É de informação, porém não é ingênua. É uma articulação dos grandes grupos dos meios de comunicação, que, com o poder financeiro, utilizam os radicais do Instituto Sócio-Ambiental, do Greenpeace e do World Wildlife Fund para de ter o desenvolvimento do País

com mentiras, das quais Koevoet se horrorizaria, pois são mentiras absolutamente contra o desenvolvimento do País. São mentiras que não saem na imprensa. Então, se há um braço policial, por meio do chamado poder independente do Ministério Público, se há um poder onipotente nos meios de comunicação, se há um poder de obstaculizar os investimentos por meio do Banco Mundial, e se agora estão começando a se interiorizar nas instituições nacionais, por que têm poder para isso, temos uma “eco ditadura”.

Quando se analisa a junta diretiva do World Wildlife Fund – desculpem-me, Srs. Senadores, enfatizar isso, mas não se trata de um grupo que está querendo preservar o meio ambiente –, quando temos a conjunção dos senhores José Roberto Marinho, Rockefeller, o homem do Conselho das Américas, Joseph Safra, proprietário do Banco Safra, Pedro Sirotsky, herdeiro do Grupo RBS, Braufmann, que representa os interesses do Brasil, que são os que financiam parte das operações da reunião de Altamira, necessita-se estar muito cego, pois não se está tratando de preservar meio ambiente; está-se tratando de preservar poder político. É o poder político de determinar a vida das instituições em uma direção determinada, na qual esse enorme potencial que todos vêm... A diplomacia da China queria também ter um aliado no Brasil, que é garantia de aliados, Rússia queria ter garantia, por que necessita de carne, e outras nações, como Japão, que está tão interessado no desenvolvimento do cerrado. Evidentemente, isto é o que se está parando. Estou absolutamente de acordo: o Brasil tem a missão de ser um celeiro do mundo. Esse desenvolvimento agropecuário é a possibilidade de redimir a necessidade de ter empregos neste País, de ter milhões de empregos rapidamente, porque a situação social vai terminar a obra de letéria que o sistema financeiro começou, por meio da política de austeridade. Tirar o Sudene e o Sudam da possibilidade de créditos, e estamos chegando a uma ditadura financeira do Banco Mundial. Se não temos agências próprias de financiamento, estamos nas mãos das ONGs, que estão conectadas ao sistema financeiro, via Banco Mundial e bancos, os quais podemos documentar, e de ONGs que estão totalmente atreladas ao sistema de poder dos meios de comunicação. Ou será que os radicais do Instituto Sócio-Ambiental ou do Greenpeace não sabem que o WWF está controlado pelo Sr. José Roberto Marinho? Serão tão ingênuos? Serão tão manipuláveis? Essa é uma pergunta que, evidentemente, temos que responder.

Eu lhes digo, absolutamente, como única questão a analisar tudo isso, que realmente me ferve o sangue, porque estamos vendo exatamente a patraalha que se está fazendo contra os cidadãos, contra os miseráveis deste País.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, eu ouvi atentamente o depoimento que foi feito pelo Sr. Carrasco. Confesso que, ao longo da sua exposição, algumas das observações que ele trouxe por escrito não foram novidade, porque já havia lido o livro do qual ele é coordenador.

Uma das primeiras perguntas que eu gostaria de fazer a V. S^a, Sr. Carrasco – gostaria de perguntar a V. S^a me responde – é que, no livro, temos o senhor como coordenador, os tradutores, a pessoa que fez o *design*, o diagramador, e assim por diante. Mas, dos vários artigos que figuram no livro, não constam os seus autores. Eu gostaria de saber quem são, até porque, como falou o Senador, V. S^a trouxe as coisas de forma não apócrifa. Então, seria interessante sabermos quem foram os autores que redigiram os diversos artigos.

Eu anotei aqui várias perguntas e tenho também alguns comentários, de sorte que vou-me ater às perguntas e, depois, fazer os comentários. Por exemplo, no referente à reserva Yanomami, uma das autoridades militares do Governo de então que batalhou pela demarcação das terras foi o Ministro Jarbas Passarinho. V. Ex^a também acresci que ele também estaria nesse complot da Casa de Windsor? É uma pergunta que faço.

Na página 127 do livro que V. S^a coordenou, onde se fala do Presidente Fernando Henrique Cardoso, há um capítulo que diz que “o Brasil enfrenta o ambientalismo...” e que descreve um processo bastante longo, mas há um momento que diz, logo na introdução: “Em dezembro de 1997, durante a sua visita de Estado a Londres, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu uma das mais claras demonstrações de suas afinidades com o propósito do estabelecimento anglo-americano. Na ocasião, o então Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Sr. Eduardo Martins, entregou ao Príncipe Philip, Presidente honorário da WWF, uma carta oficial do Governo brasileiro anunciando a concordância com a campanha das ONGs de 10% de reservas”, e assim por diante.

Mais à frente, há um trecho que faz referência à alguém da Fundação MacArthur, dizendo que essa pessoa é a confirmação de que o Presidente participou com plano anglo-americano. O trecho citado no livro diz o seguinte: “Há vinte anos, quando a Fundação Ford decidiu investir em um centro de estudos acadêmicos, o Cebrap, idealizado à época por um sociólogo chamado Fernando Henrique Cardoso, a situação política brasileira não era particularmente sólida. Foi feita uma aposta em um grupo que, há vinte anos, parecia ter o perfil de uma futurização. Deu certo”.

Continuando a abordagem do livro coordenado por V. Ex^a: “A despeito da imprecisão cronológica da SRA. Simonsen, cabe perguntar: deu certo para quem?” Vem a seguir uma série de insinuações fazendo dessa ligação.

Mais à frente, na página 221, há uma espécie de cronograma em que é feito um quadro em cujo topo está a Casa de Windsor e, mais abaixo, o MST. Há um momento que fica estranho, porque aqui, no Brasil, temos a compreensão de que há um antagonismo muito grande entre a ação do MST e o Governo. Há divergência, é claro que existem momentos em que até houve tentativa de aproximação, para os problemas da reforma agrária. Mas há um movimento bastante acirrado entre o Presidente da República e o MST. V. S^a acha que a divergência entre o Governo brasileiro e o MST é apenas uma farça, mas que, no fundo, os dois estão juntos nesse complô anglo-americano?

Também temos informações de que a Polícia Federal atua com recursos financeiros oriundos do Departamento Antidrogas dos Estados Unidos, que é o DEA. O senhor acha que isso pode caracterizar um envolvimento da Polícia Federal com esse complô anglo-americano?

Há outros aspectos ainda. V. S^a apresentou uma tese, também bastante interessante, referente à crise energética. Aqui, no Congresso, está-se discutindo – e hoje de manhã tivemos uma reunião da Comissão de Infra-Estrutura, para a qual autoridades do Governo foram convocadas, mas, infelizmente, não compareceram, porque existia um grupo de cientistas e vários pesquisadores de respeitáveis universidades do nosso País, dispostos a debater com as representações do Governo – que a nossa crise energética se deu em função de uma política de privatização irresponsável, pela falta de investimento no setor energético do nosso País. Isso está sendo motivo de debate, de discussão, pelo Governo, pelo Congresso, por

pesquisadores, por cientistas e, enfim, por todas as pessoas que estão preocupadas com a crise energética. Pela tese que ouvi V. S^a apresentar aqui, de que existem 276 empreendimentos nessa área que estão paralisados, segundo Furnas, não é isso?

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim.

A SRA. MARINA SILVA – A tese que o senhor traz é de que essa crise energética foi provocada também pelas ONGs, e não por essas razões, para as quais vários cientistas e o próprio Governo estão fazendo todo um calendário de ação e de contra-ofensiva?

Espero que V. S^a esteja anotando essas perguntas. Tive o trabalho de ler o livro e confesso que tive uma dificuldade – já identifiquei de antemão aqui – com uma imprecisão: é que, na citação que V. S^a faz do livro do Gênesis, dizendo que o versículo 18 diz que há uma supremacia da visão antropocêntrica do mundo em relação à natureza – e alguém aqui li ou, dizendo que era no Capítulo I, versículo 18 –, pude verificar que é no Capítulo I, que não está citado. Na referência bíblica, nós colocamos o capítulo e, em seguida, o versículo. Capítulo: versículo. É no Capítulo I, mas o versículo não é o 18, mas o 26. E quando li, fiquei um pouco assustada, porque sou evangélica, graças a Deus, e gosto muito de orientar a minha ação baseada em princípios bíblicos. Só que, se pegarmos os capítulos bíblicos de forma isolada, incluíve com a imprecisão dos capítulos e dos versículos, podemos levar a interpretações falsas. Aí, vou citar alguns, que são complementares a essa citação, que foi incorreta, nesse livro, que achei muito interessante.

Sou uma pessoa que tem uma identificação muito grande com o meio ambiente. O Senador Moreira Mendes, quando estivemos em Rondônia, tivemos uma audiência pública muito acirrada. Naquela audiência pública, quando eu ia entrando, um trabalhador, creio que era um fazendeiro, disse o seguinte: “Hoje, aqui, não vai aparecer um ambientalista”. Ouvindo aquilo – nunca fui de me acovardar, sempre gostei de honrar as coisas que visto – disse-lhe que havia ao menos um: “eu defendendo o meio ambiente”. E falei exatamente como alguém que tem a preocupação de proteger a natureza. Com a preocupação que tenho de proteger a natureza e para evitar essas imprecisões bíblicas, estou fazendo um estudo, já há muito tempo, sobre como, na Bíblia, se trata o meio ambiente, a natureza.

Essa visão antropocêntrica é claro que existe, mas ela é apenas uma deformação daquilo que é o contexto bíblico em todos os seus capítulos e versículos.

los, do Gênesis ao Apocalipse. Vou citar os mais radicais, o livro de Pentateucos, os cinco primeiros livros do Antigo Testamento, que valem tanto para os católicos quanto para os evangélicos, por que os católicos e evangélicos têm diferenças a partir do Pentateuco, mas nos cinco livros do Pentateuco temos convergências.

Veja mos o que diz o livro de Deuteronômio, no capítulo 20, versículo 19: “Quanto sitiare uma cidade por muito tempo, pe le jan do con tra ela para to mar, não destrua o seu arvoredo, meten do nele o ma cha do, porque dele comerás, pelo que não cortarás, pois será a ár vo re do cam po um ho mem que se cons ti tua como teu ini mi go para que tu pos sas si tiá-la.” É uma das referências bíblicas que pede cu i da do com os recursos na tu rais. Mais à fren te, no ca pí tu lo 22, em Deuteronômio, oversículo 6 diz o se guin te: “Se de ca mi nho en con tra res um nin ho de ave em al gu ma ár vo re ou no chão, com passarinhos ou ovos e a sua mãe e os pás sa ros, não o mate.” Por que ha via uma pre o cu pa ção: se era a mãe com os filhotes, não se podia ma tar a mãe, os fi lhos e os ovos. Era pre ci so que ficassem vi vos para po der pro cri ar. Uma das co i sas mais lin das que en con tre i na Bí blia está exa ta men te no livro dos Gê ne sis, ca pí tu lo 21, ver sí cu lo 33, quan do diz que “Abraão plan tou um bos que”. Alguns dizem que plan tou um ar vo re do, en fim, há tra du ções di fe ren tes vin das do he bra i co. Diz-se que “Abraão plan tou um bos que com cem anos.” Isso tem uma sim bo logia muito bonita. Por quê? Porque um homem de cem anos, ao plan tar um bos que, não é para co mer seus fru tos, mas por que tem uma pre o cu pa ção com as ge ra ções fu tu ras. E Eli seu, quan do ten tou au men tar seu mos te i ro, onde ha bi ta vam seus dis cí pu los, foi obrigado a cortar madeira a 8 km de distância. Se considerarmos que, naquela época, não havia meio de trans porte, tudo era mu i to di fí cil, aqui lo já era uma demonstração concreta de que ha via um pro ces so de de vas ta ção. Por isso, este livro pre o cu pa va-se com o meio ambiente. Não pos so con cor dar com o fato de que este livro pos sa ser uti li za do para di zer que a vi são do homem dominando sobre todas as coisas, como ima gem e se me lhan ça de Deus, sig ni fi que um descuido com a preservação da natureza. Afinal, quan do fo mos cri a dos por Deus, não fo mos co lo cados em um pré dio, em uma ten da, em uma tor re, Ele nos co lo cou em um jar dim, ou seja, como se fos se em uma floresta. Fiz algu mas per gun tas e este complemen to, por que não que ro que fi que a idé ia de que es tar de a cor do com os prin cí pi os bí blicos é não ter uma pre o cu pa ção com a preservação da natureza fantás

ti ca que faz par te de nos so ha bi tat. Fiz este pe que no le van ta men to para cor ri gir esse erro de ci ta ção bí blica que há no li vro. As per gun tas que fiz fo ram exa ta men te no sen ti do de ve ri fi car onde existe a co e rên cia com o que está sen do dito aqui.

Cre io que a CPI está fa zen do uma in ves ti ga ção. Existe um pro pó si to de in ves ti gar aque las en ti da des que por ventura te nham pro ble mas, mas exis te uma contribuição das orga ni za ções da so cie da de, que co nhe ço da mi nha ex pe riên cia, de le var sa ú de, edu ca ção e jus ti ça mu itas vezes onde não há. Da forma como está sen do tra ta do aqui, é como se todo o Go ver no, da Jus ti ça ao Pre si den te da Repú blica, es ti ves se nesse complô anglo-americano maldito, que re al men te to mou con ta de to das as co i sas. O li vro co lo ca o Pre si den te no mes mo com plô, in clu si ve mos tran do que o Ce brap foi fi nan ci a do por es sas en ti da des.

En tão, gos ta ria de sa ber quem são os au to res do li vro e de ou vir a res pos ta a cada uma das per gun tas que aca bo de fa zer. De po is, se não me sen tir sa tis fe i ta, gos ta ria de re to mar, por que sin to que fui bas tan te su cin ta nas mi nhas ob ser va ções.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a pa la vra, o Dr. Lo ren zo Car ras co.

O SR. LORENZO CARRASCO – Mu i to ob ri ga do.

Na ter ce i ra edi ção do li vro, que está pronta para sair, va mos fa zer evi den te men te uma er ra ta, va mos con fe rir para po der in clu ir a ci ta ção exa ta.

Começo pelo final, porque, primeiro, nenhum dos au to res do li vro pre ten de ata car a idé ia da de fe sa do meio ambiente. Pelo con trário, estamos fa zen do uma defesa do meio ambiente como deve ser feita. Não há uma floresta mais bonita do que a Floresta Ne gra, na Ale ma nha. Não há ní vel de vida mais ele va do na so ci e da de hu ma na do que o dos que vi vem nas ci da des que ro de i am essa flo res ta, fe i ta pelo ho mem, cri a da pre ci sa men te para seu usu fru to, pe las ge ra ções presen tes e fu tu ras.

Dissemos todo o con trário. Queremos defender o meio ambiente. Queremos de fen dê-lo dos am bi en ta lis tas ra di ca is, que vão pre ju di car o meio am bi en te. Po de ria ci tar aber ra ções, como, por exem plo, a pro i bi ção de DDT, que foi uma das primeiras questões que o **establishment** anglo-americano pro vo cou. Quan tas mor tes essa pro i bi ção trou xe em re la ção à ma lá ria e à fal ta de con tro le? Quan tas mor tes isso trou xe? O homem não é o meio ambiente. Lembro-me que, no Go ver no Col lor, o Mi nis tro Alce nir Gu er ra di zia que, para po der pro du zir cân cer, te ria que a pes

soa lambar seis metros quadrados de parede onde está exposto o DDT. Por que não há necessidade, se é um país que tem dengue e enfermidades tropicais e que necessita... Mas essa foi uma das primeiras operações do movimento ambientalista. Se a Senadora tiver interesse, posso-lhe contar toda a história. E vieram as consequências.

Então, quando falamos que a sociedade cristã ocidental, que o Confúcio ou outras religiões sempre pararam do fato central de que o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus, e Deus fez o homem bom, não o fez mal, não é interessante, exceto se os ambientalistas quiserem dar um diagnóstico, dizendo que Deus é a origem do bem e do mal. Como o Deus ao qual eu professo a mim mesma é um Deus bom, creio que o homem bom tem que preservar o meio ambiente e a mente humana e tem que evitar aqueles momentos precisamente que estão prejudicando mais o meio ambiente, porque o homem é parte central do meio ambiente. A mente humana é a perfeição do processo de evolução natural, ou desconhecemos isso? Ou a mente humana e o avanço tecnológico, que vem da mente humana, não é parte do processo de evolução natural, então, o homem não é parte da natureza. Como creio nisso, nesse sentido me refiro ao sentido antropocêntrico, e não no sentido de que temos o direito de violar, de destruir, de queimar. Não, não! Temos que preservar, mas preservar em função da obra-prima do Criador, que é o ser humano.

A SRA. MARINA SILVA – Essas teses teológicas à parte, que, é claro, não vamos chegar, aqui, a um consenso, pois são interpretações diferentes. Quanto às demais questões, por que V. S^a começou do final?

O SR. LORENZO CARRASCO – Vou começar do final, porque é importante para estabelecer o espírito de todo o resto.

Primeiro, quanto à posição do Senador Jarbas Passarinho, nós fomos críticos – está escrito aí – da portaria que ele assinou. Este é um fato: ele assinou a portaria.

Ele passou por vários momentos em que teve que justificar publicamente essa decisão, tratando de convencer não a nossa opinião sobre a assinatura da portaria, mas a opinião que tem a maioria das pessoas de responsabilidade da região amazônica, se foi uma portaria irresponsavelmente firmada sob pressões internacionais muito grandes em função da Conferência Eco-92.

Isso é público. Houve uma carta, se não me engano, de 9 ou 13 Senadores, entre os quais se encon-

tra va o ex-Vice-Presidente Al Gore e outros, pressionando pela delimitação. Como o Governo queria ter a Eco-92 e ser saudado como parte da nova ordem mundial, que o Presidente Bush tanto pleiteara, ele cedeu.

Não creio que o Senador Jarbas Passarinho seja parte de um complô; eu creio que ele errou nessa decisão, e isso não é opinião minha, mas de muitas pessoas no Brasil.

Segundo, não se estranhe: o Presidente Fernando Henrique Cardoso – e eu não estou aqui tanto do Presidente com um fato desconhecido –, na visita de Estado à Inglaterra em dezembro de 1997, mandou uma carta comprometendo-se com o Príncipe Philip – isso está na **Folha de S. Paulo** e no **Jornal do Brasil**, e eu poderia proporcionar cópias disso.

A SRA. MARINA SILVA – Não, isso está claro em seu livro. O que pergunto é se V. S^a acha que ele faz parte desse complô, porque há interpretações suas sobre os fatos. Por que não tem uma interpretação sobre esse fato?

O SR. LORENZO CARRASCO – Olhe, vou-lhe dizer a interpretação e vou mais adiantar. O Presidente se comprometeu, de público, por meio do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, com o Príncipe Philip. Ele não se comprometeu com o Governo inglês, mas com o Presidente emérito de uma organização não-governamental que é, na hierarquia das organizações, a mais importante. Quais foram as últimas motivações de Sua Excelência eu não posso dizer. O fato é que, recentemente, o Ibama assinou um acordo com o WWF – agora com seu novo Presidente, o Sr. Cassara – para ajudar a delimitar, exatamente o compromisso que o Presidente da República assumiu em dezembro de 1997. Esse é um fato jornalístico, e não que rofa um juízo.

O SR. BERNARDO CABRAL – Como também, na que altura, ele recebeu uma das mais altas condecorações da Inglaterra.

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim, a de Cavaleiro da Ordem do Banho, da Coroa Britânica.

Isso é público, está aí, o compromisso com Júlio César na Universidade de Cambridge, dando-lhe o título **honoris causa**. Eu não sei, não vou tirar conclusões. O fato foi que se comprometeu publicamente a delimitar 10% da área amazônica para o Príncipe Philip. Isso não é uma interpretação.

Segundo a citação da funcionária da Fundação MacArthur, uma das principais organizações dos Estados Unidos, que financia exatamente ONGs diversas relacionadas ao meio ambiente e a outras cau-

sas, como, por exemplo, o desarmamento civil e a redução das forças armadas nacionais, que leio: “utilizem as verbas que estão usando para a defesa nacional na defesa do meio ambiente”. Isso está público em documentos da MacArthur Foundation, inclusive, dito pelo ex-Presidente do Banco Mundial, Sr. Robert McNamara.

Quanto ao Movimento Sem-Terra, não quero simplesmente entrar em outra apresentação. O que estamos dizendo é que o Movimento Sem-Terra, antes de emergir como um movimento social poderoso dentro do País, era conhecido por que toda a sua liderança havia sido premiada, por intermédio da Comissão Pastoral da Terra, pelas principais fundações das coroas reinantes na Europa. Isto é fato: Holanda, Inglaterra, Suécia e outra, que me escapam à memória, concederam prêmios, dando relevância ao trabalho da liderança da Comissão Pastoral pela Terra e do Movimento Sem-Terra.

Além disso, jornalisticamente, eu soube da existência do Movimento Sem-Terra, porque ele estava sendo premiado no exterior, antes de saber qual a causa, o que depois tornou relevância. Evidentemente, considero que é um grande problema social que tem que ser resolvido, entre outras coisas, com o desenvolvimento do País e com o emprego no interior e no campo.

Quanto a esse problema, eu não estou juntando, embora seja evidente que o Governo Federal auspiciou, em grande medida, o Movimento Sem-Terra por meio de uma série de apoios financeiros e estas básicas que o Movimento Sem-Terra maneja. Mas esse é um tema que requer uma explicação mais ampla.

O SR. BERNARDO CABRAL – Também o Sr. Balbuíno, da Bélgica, que recebeu.

O SR. LORENZO CARRASCO - Da Bélgica, também, certamente.

Agora, os acordos da Polícia Federal com a DEA são acordos de Governo para Governo.

A SRA. MARINA SILVA – Mas o Ministério do Meio-Ambiente...

O SR. LORENZO CARRASCO – Mas não são acordos de Governo para Governo. E se são, por que estão sendo instrumentados por intermédio de organizações não-governamentais? O problema é que é uma ambigüidade das organizações não-governamentais. Porque, se há um acordo de meio ambiente, o Banco Mundial, ou as agências de desenvolvimento dos Estados Unidos, Canadá ou Inglaterra, dão ao Ministério do Meio Ambiente brasileiro

os recursos para que o Governo brasileiro implemente as políticas. Mas não é assim. Eles dizem: “eu vou dar uma ajuda, mas vai ser canalizada a tais e tais organizações não-governamentais”. Então, o poder de exercer é das organizações não-governamentais.

A SRA. MARINA SILVA – Mas, quando fazem os empréstimos, também dizem que não se podem fazer investimentos na área social; de Governo para Governo. Essas ingerências não se dão apenas na área ambiental. É isso que quer que V. S^a compreenda. Por exemplo, o Banco Mundial, a Rede de Proteção Social foi barreira da função de que, para fazer o empréstimo, teria que diminuir os investimentos sociais. Essa interfeção se dá de A a Z; não pode ser colocada uma lupa apenas em um aspecto. Agora, eu teenho mais uma pergunta, por exemplo.

O SR. LORENZO CARRASCO – Queriam terminar as respostas às perguntas que me fez.

A SRA. MARINA SILVA – É que, como os demais Senadores foram bastante longos, fazendo comentários, eu quero utilizar o meu tempo para fazer perguntas, e para que fique bem claras as perguntas que estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu queria só fazer um apelo à Senadora Marina Silva, até utilizando as próprias palavras dela.

A SRA. MARINA SILVA – Eu só quero reivindicar o mesmo tempo que foi dado aos demais Senadores, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu quero apenas, usando as suas próprias palavras, que disse que ia fazer algumas perguntas e que, depois, que o palestrante respondesse, se não ficasse satisfeita, iria fazer suas considerações. Então, eu gostaria de apelar..

A SRA. MARINA SILVA – É que ele está respondendo uma por uma, e, quando eu não fico satisfeita, já contribuo para que ele não perca tanto tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Dessa forma, teremos um debate, ao invés de ser uma pergunta e uma resposta. Então, gostaria que o palestrante respondesse todas as perguntas da Senadora, que terá, depois, obviamente, o direito de réplica, de emendar ou de pedir...

A SRA. MARINA SILVA – Em acordo. Completarei as perguntas após o complemento do Sr. Carrasco.

O SR. LORENZO CARRASCO - Muito obrigado.

Bom, então, entramos no problema da crise energética. Creio, também, como a Senadora, que é mais do que uma política de privatização, porque o grosso do sistema elétrico não está privatizado, embora tenha havido privatizações. É algo mais grave. O Governo congelou os investimentos, na expectativa de que os grupos empresariais da Enron, da AES, investissem em retirar a responsabilidade anterior do Estado em investimentos de infra-estrutura. Tudo bem. Mas esse elemento está combinado com as pressões das organizações não-governamentais em deter. Isto é objetivo: a reunião de Altamira parou todos os investimentos hidroelétricos sobre o rio Xingu, afetou todos os investimentos em hidroelétricas em toda a região amazônica. E se pode medir o efeito disso a longo prazo.

Esse movimento afetou os empréstimos do Banco Mundial, que pressionou – a Senadora há de conhecer os fatos. Inclusive, Chico Mendes foi notório dentro do Brasil de pois de seu assassinato. No entanto, não era uma personalidade conhecida aqui. Como Paikan, era conhecido no Congresso americano, em Washington, onde iam fazer **lobby** para dizer como era má a política de investimentos públicos e de infra-estrutura do País.

Então, eu...

A SRA. MARINA SILVA – Ele foi lá para dizer que gostaria que a estrada fosse feita com a de marcação das terras dos índios, com respeito às reservas extrativistas, que é algo que já está feito hoje e que não emperrou o progresso. A estrada já foi construída, e o Acre continua com 30 mil famílias vivendo com me nos de um dólar por dia.

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim.

A SRA. MARINA SILVA – Apanaceia não resolveu.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não, mas apanaceia é que não tem havido desenvolvimento geral. A política de desenvolvimento parou.

A SRA. MARINA SILVA – Pois é (inaudível) poderiaterdesenvolvido, então?

O SR. LORENZO CARRASCO – Senadora, estamos vivendo a paralisação de investimentos públicos agora, com o “apagão”. Mas, se forem revistos todos os investimentos em infra-estrutura, encontrar-se-á uma situação calamitosa em todas as áreas, porque a ideologia era a de que o Estado não devia investir. Por quê? Porque a ideologia é essa. Assim como, no campo político, as organizações não-governamentais substituirão os poderes representativos do Congresso, etc., o que resume toda a

tese, ou seja, de que a instituição nacional será substituída pela estrutura das organizações não-governamentais, ainda assim a iniciativa privada tomará em suas mãos o investimento em energia. E aqui vemos um caso singular muito curioso, que sintetiza bem essa situação, que é o caso da AES (American Energy Services).

E vejamos Srs. que, com todas as complicações que se pu se ram a intermediar exatamente o problema da Califórnia, que foi regulamentação ambiental, tivemos a falta de energia e os “apagões” na Califórnia. Agora, todos os bandidos da Califórnia estão vindo ao Brasil oferecer o mesmo modelo de gerenciamento da crise que ofereceram à Califórnia, para lucrar. E, em particular, a AES (American Energy Services), que, na semana retrasada ou passada, disse que retiraria os investimentos de três bilhões porque não havia garantia cambial quanto ao custo do gás, e agora quer rem garantias cambiais também do investimento da planta, e resulta que a direção internacional da AES (American Energy Services) é composta de membros da WWF (World Wildlife Fund), dos Estados Unidos.

Então, eles estão cometendo um erro: sua perverção está sendo maior do que sua inteligência. E, nesse caso, podem ser perfeitamente analisados, em uma só compaña, os interesses entre uma ONG e a escassez de energia que se está vivendo. Quer dizer, as ONGs não protestarão, porque o gás é ecologicamente correto. Quer dizer, as ONGs vão que rer produção de gás, apesar de que é ineficiente, apesar de que uma eficiência térmica com o gás necessita de turbinas combinadas, e resulta que as encomendas no mercado internacional estão emperradas pelos próximos três ou quatro anos. É um suicídio, com um aumento de custo, em um momento inflacionário, entrar na questão do gás. Mas o gás é ecologicamente aceitável. Curioso é que, em um país que não tem gás, que tem água para produzir energia elétrica, que tem Angra III paralisada – também, entre outras coisas, por pressão ambiental que existe sobre a energia nuclear –, se vamos em contrar uma solução térmica do gás, que é intrinsecamente ineficiente, primeiro porque está em dólares, porque o País vai depender da importação de gás. E aí estão os investimentos, e o país sendo chantageado pelas companhias, pelos mesmos bandidos que estão roubando a população na Califórnia, que vão agora tratar de estabelecer uma saída através das térmicas. Isso é o que estamos vendo quanto à conexão das ONGs com a atual crise energética. Esse é um fato que vai me dir, como va-

mos me dir, da qui a dez anos, a fal ta de de sen vol vi mento do cerrado ou a falta de de sen vol vi men to da hidrovía Araguaia-Tocantins. Daqui a dez anos, a ação lo cal in gê nua de um Mi nis té rio da Jus ti ça ou do Ministério Pú bli co ou uma ação de um so nha dor am bientalista que negocia efetivamente: vamos 'aparar' a pas sa gem da hi dro vía. Da qui a dez anos, Se na do ra, vamos ver o pro ble ma da mi sé ria. Por isso, é útil o caso de Karaão. Por isso, é útil a re união de Alta mira. Deixemos a articulação do poder financeiro que se teve na re união de Alta mira e ve re mos seu efe i to em lar go pra zo, no pre sen te. E aí va mos sa ber se é cor re to que se te nha que re gu la men tar essa ati vi da de das orga ni za ções não-governamentais.

A SRA. MARINA SILVA – Ainda faltam duas perguntas. Uma delas já foi fe i ta pelo Se na dor Ber nar do Ca bral, so bre a de nú ncia que V. Ex^a fez com re la ção ao Ministério Público, que considero gravíssima. O Se na dor fez um pe di do de nomes, de pes so as e cir cun stân cías. E V. Ex^a as si na em bai xo da de nú ncia que fez.

Na introdução de seus livros, os editores afirmam que: "Ele se ba se ou fun da men tal men te no co nhe ci men to di re to do mo vi men to am bi en ta lis ta, ob ti do ao lon go de três dé ca das pela or ga ni za ção Lyndon La Rou che, por meio de um ri go ro so tra ba lho de in te li gência". A pergunta é a seguinte: o senhor poderia detalhar como essa orga ni za ção in ves ti ga as ONGs e todo esse es que ma in ter na ci o nal sobre o qual V. Ex^a aca bou de fa lar? Como foi fe i to esse tra ba lho de in ves ti ga ção?

Ou tra in for ma ção, de que V. Ex^a se ol vi dou, que gos ta ria de sa ber é so bre os au to res dos ar ti gos do li vro que V. Ex^a co or de nou. Para mim, se ria mu i to im por tan te to mar co nhe ci men to, já que, como dis se o Se na dor, V. Ex^a trouxe um do cu men to as si na do e que não seria apócrifo. Pela experiência que tenho, até por ser professora secundária de História, sei que, quan do se faz a or ga ni za ção de vá rios tex tos, pelo que en ten di, ou de pro du ção di ver si fi ca da, ci ta mos o nome das pes so as que ela bo ra ram essa pro du ção ci en tí fi ca.

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim. Soube que foi uma de ci são que se to mou, e eu as su mo a re spon sa bi li da de da edi ção des se li vro. E se to mou por...

A SRA. MARINA SILVA – Então, V. Ex^a é o res pon sá vel pelo li vro in di vi du al men te?

O SR. LORENZO CARRASCO – Sou o res pon sá vel pelo li vro in di vi du al men te. Existe uma equipe da revista **EIR** – de que parti ci pei e que coordenei,

como cor res pon den te da re vi sta – que é res pon sá vel. Mas a re vi sta é que é res pon sá vel. Quem pu bli ca o li vro é a revista **Executive Intelligence Review**, uma revista in ter na ci o nal. E não é se gre do. Na le i tu ra do meu depoimento, tratei de sintetizar exatamente como é que vínhamos acompanhando esse mo vi men to há trin ta anos. Quan do se fala em tra ba lho de in te li gência, se fala de his tó ria. Tra ta-se de ir à his tó ria, de ver as fon tes, de ver como sur giu o mo vi men to e de acom pa nhar toda a sua gê ne se. Então, esse foi um trabalho que se realizou pela revista **Executive Intelligence Review**. Aliás, a revista surgiu quando se percebeu que ha via toda essa ten ta ti va, no mo men to de uma crise financeira, de reintroduzir um malthusianismo des ca ra do, isso des de a Re união do Meio Am bi en te, em Bu ca res te, em 1972, des de a fun da ção do malt hu si a no Clu be de Roma – o qual com ba te mos –, que falava dos limites ao crescimento, para lançar sua idé ia cata stro fis ta de que o cres ci men to po pu la ci o nal pro du ziria um co lap so na ci vi li za ção, fun da men ta do nas teses de Au re lí o Pec cei. E ci tei a di plo ma cia bra si le ira, quan do, nas con fe rên cias de Bu ca res te, em in ên cias di plo má ti cas como Josué de Cas tro e Ara ú jo Cas tro aler ta ram de que a pres são am bi en ta l que es ta va sur gin do do Ban co Mun di al – isso são ci ta ções do Em ba i xa dor Ara ú jo Cas tro – era uma ten ta ti va de con ge lar o de sen vol vi men to do Bra si le o po der mun di al. Ele fa lou isso em uma con fe rên cia, sen do Em ba i xa dor em Was hing ton, para os es ta giá rios da Escola Superior de Guerra. Ele foi muito cla ro: isto que está sur gin do é uma ten ta ti va de con ge lar o de sen vol vi men to do país, e nos sa po si ção, fa lan do em nome da di plo ma cia bra si le ira, é a de que a pior das po lu i ções é a mi sé ria. E nós te mos que lu tar para de sen vol ver o país. Essa era a po si ção tra di ci o nal que a di plo ma cia bra si le ira as su mi a. Hoje, re pi to essas pa la vras, e, pos si vel men te, muitas pessoas, espe cial men te vin cu la das às ONGs, vão pen sar que essa é uma po si ção ra di cal. Não, essa era a po si ção das na ções que que ri am o de sen vol vi men to, que es ta vam lu tan do pelo de sen vol vi men to. De 30 anos para cá, mu i ta água cor reu, e mu i tos prin cí pi os fo ram por água aba i xo, mu i tos prin cí pi os sim ples men te fo ram es que ci dos. Cre io que este é o mo men to de res ga tar prin cí pi os ba si la res. O Esta do na ci o nal so be ra no, como se vê na crise ener gé ti ca, é o ú ni co ca paz de ga ran tir o bem co mum e o bem-es ta ge ral da po pu la ção. E os in ves ti men tos que o Esta do tem que fa zer em ár eas es tra té gi cas de ener gia não po dem ser, no es sen ci al, dis pen sa dos a agên cias pri va das. Isso vale nos trans por tes, na ener gia, na sa ú de pú bli ca e na que les prin cí pi os que es ta vam es ta be le ci dos pre ci

samente no princípio do bem-estar geral da Nação. Querodizerquepodemosrecuperaressesprincípios, porque estamos em momento de crise. Como disse Franklin Delano Roosevelt no **New York Daily News**: “os princípios do bem-estar devem estar acima dos banqueiros de Wall Street”, ao que eu acrescentaria: “e de certas ONGs aliadas a eles”. A revista de ciênci que a autoridade desses artigos ficaria sob a responsabilidade da revista, por razões que poderia explicar particularmente.

A SRA. MARINA SILVA – Participaram brasileiros?

O SR. LORENZO CARRASCO – Participaram. Claro que sim. E muitos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo, então, a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Lorenzo Carrasco, inicialmente, desejo cumprimentá-lo pela expressão de ser estudioso de uma matéria tão delicada a todos os povos. Gostaria de fazer perguntas objetivas, mas começo com uma contestação a V. Ex^a. Talvez, na língua espanhola, a palavra não seja “contestação”, mas o é na língua portuguesa, quando V. Ex^a faz a crítica à situação da malária, em função da abdicação que houve do DDT.

Sou doutorado em Medicina Tropical e, portanto, conheço a matéria em profundidade. O Governo americano, nos anos 70, proibiu a utilização do DDT em seu país e aliou ao Terceiro Mundo, sabedor – do ponto de vista científico – dos agravos à saúde, induzindo a câncer, a alteração, disfunção sexual explícita, alteração ambiental e com estudos de nichos ecológicos muito bem definidos.

Então, creio ser inconcebível que se possa atribuir a V. Ex^a a intenção de fazer um comparativo do malefício e do benefício, olhando o homem em primeiro lugar. Mas, nós, histórica e cientificamente, conseguimos ter claro hoje que não precisamos do DDT. Nos anos 40, a Itália eliminou a malária sem precisar do DDT. Cuba eliminou a malária sem precisar do DDT. A República Dominicana, ao lado de Cuba, não eliminou a malária. Até há poucos anos, tinha 100 mil casos de malária por ano. No Acre, meu Estado, reduzimos em 75% a casuística, prevalência e incidência da malária sem utilizarmos o DDT em dois anos de governo. O problema da malária é político e administrativo. Se houver vigilância epidemiológica, ação em cima dos focos da doença, ela vai diminuir. Só não vai ser erradicada, porque é um problema ecológico distinto,

mas chegará a índices iguais a zero. Então, o DDT não deve ser inserido no aspecto de que o homem foi preterido, pois essa não é a razão absolutamente. Trata-se de um dano irreversível ao meio ambiente por, pelo menos, por 100 anos. Só nas células gordurosas do organismo, ele impregnado pelo menos por 22 anos. Isso é muito grave do ponto de vista científico e médico.

Pergunto-lhe: a sua organização, a revista **Intelligence Executive Review**, parece ser dirigida nos Estados Unidos. O Sr. Lyndon LaRouche é o editor-chefe e fundador. O senhor confirma isso?

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim, sim.

O SR. TIÃO VIANA – Na revista **Nova Solidariedade**, esse senhor confirma que teria afirmado que Israel é controlado, a partir de Londres, como uma nação-zumbi, e que o sionismo é o estado de psicose seletiva por meio da qual Londres manipula maior partido judaísmo internacional.

O SR. LORENZO CARRASCO – Falso. Isso é falso.

O SR. TIÃO VIANA – Na mesma publicação, ele fala ainda que os nazistas apenaram cerca de 1,5 milhão de judeus.

O SR. LORENZO CARRASCO – Falso totalmente.

O SR. TIÃO VIANA – Então, isso não é verdadeiro?

O SR. LORENZO CARRASCO – Não existe. Isso é uma falsidade.

O SR. TIÃO VIANA – Então, não é verdadeiro?

O SR. LORENZO CARRASCO – Não é verdadeiro.

O SR. TIÃO VIANA – Perfeitamente. Então, na página 198 do seu livro, o senhor cita o Senador Renan Calheiros, que, quando Ministro da Justiça, foi o responsável pela promulgação da demarcação da terra indígena chamada Raposa Serra do Sol. V. S^a dizia que ele também faz parte da que le es que mantém a nacional ou seria um inocente útil?

O SR. LORENZO CARRASCO – Gostaria que V. Ex^a repetisse essa pergunta. Deixe-me dizer: é falsa essa afirmativa.

O SR. TIÃO VIANA – Não, é tranquilamente considerado que não é verdadeiro. Vamos fazer uma constatação, por que foram da dos...

O SR. LORENZO CARRASCO – Não há forma de provar, porque não existe essa citação.

O SR. TIÃO VIANA – Foram dados que tenho de verde, se forem verdadeiros, entregar, na próxima

reunião, ao Presidente da Comissão, para que se faça a leitura do documento. É um compromisso meu. Senão forem verdadeiros, vamos, perfeitamente, esclarecer como não verdadeiros. Esse é o meu papel aqui, de absoluta transparência.

O SR. BERNARDO CABRAL – Esclarecer e denunciar alguém que induziu a erro.

O SR. TIÃO VIANA – Com certeza, com toda clareza. Esse é o meu papel aqui. Segundo pergunta: na página 198 do seu livro, o senhor cita o Senador Renan Calheiros que, quando Ministro da Justiça, foi o responsável pela promulgação da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. V. S^a diria que ele também fazia parte da aquele esquema internacional ou era apenas um inócento útil? É uma pergunta.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não sei como o senhor chegou a essas perguntas, mas, sinceramente, não me lembro de haver feito nenhuma menção ao Senador.

O SR. BERNARDO CABRAL – Página 198, segundo parágrafo.

A SRA. MARINA SILVA – Está aqui.

O SR. TIÃO VIANA – Mas foi o senhor que escreveu esse livro. Foi o senhor que escreveu, seguramente. V. S^a deve lembrar, por que foi V. S^a que escreveu o livro.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não, não. A citação é da Portaria nº 820, que delimita a reserva indígena Raposa Serra do Sol. Não sei se isso está ratificado. Não sei qual o **status**. Creio que não está ratificado. Foi assinado, mas não foi regulamentado..

O SR. TIÃO VIANA – Está tramitando como matéria legislativa.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não estou afirmando aqui que o Senador seja parte de nenhum esquema. Apenas estou mencionando o fato...

O SR. TIÃO VIANA – E nem inócento útil nessa matéria.

O SR. LORENZO CARRASCO – Como?

O SR. TIÃO VIANA – E nem que estaria sendo utilizado por algum intento...

O SR. LORENZO CARRASCO – Não, não, de nenhuma maneira. Simplesmente pelo fato de que ele, sendo Ministro da Justiça...

A SRA. MARINA SILVA – A parte que ele fez, então, está corretíssima.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não estou dizendo isso. Não está corretíssima. Creio que, igual àquele caso do Senador Passarinho, a portaria está errada. E a Raposa Serra do Sol é outra aberração.

A SRA. MARINA SILVA - (Fora do microfone. Inaudível.)?

O SR. LORENZO CARRASCO - Eu não sei. Eu não qualificaria. Esse é um termo que você está dizendo.

A SRA. MARINA SILVA – Mas é o contexto como V. S^a colocou no livro. V. S^a colocou...

O SR. LORENZO CARRASCO – Senadora, ele assina uma portaria, e esse é o fato que se está retratando aqui. Eu não estou fazendo um juízo de valor, não posso fazê-lo. Sinceramente, dizer se ele (incompreensível) ou não, isso não são afirmações minhas. A única coisa que estou dizendo é que ele, sendo Ministro – há uma cronologia –, assina essa portaria. Desculpe-me não me lembrar exatamente onde estava essa citação. Para mim, não é uma coisa relevante.

O SR. TIÃO VIANA – Entendo, perfeitamente. Eu gostaria de deixar claro a V. S^a que a minha posição é nitidamente de aversão absoluta a qualquer movimento de internacionalização da Amazônia. Sou nitidamente nacionalista, com a visão de bom senso e prudência, como sou radicalmente contrário à posição recente do Presidente George W. Bush, que defende 1.200 usinas de energia, a maioria com posita pela produção de carvão e energia nuclear. Acho que é uma atitude insensata de uma gestão política que me parece ser muito prejudicial. Olho para a Teoria de Evolução, que determina a própria evolução humana, e para a história de que todas as espécies que perderam a oportunidade de partilhar do tempo foram aquelas que foram predatórias ao meio ambiente. Acho que temos que ter o bom senso de não sermos exagerados e desnecessários. Se há uma busca de convivência favorável ao desenvolvimento humano e sócio-econômico, temos que estar extremamente alinhados com ela.

Se olharmos hoje alguns modelos de gestão, vamos ver que eles podem ser perfeitamente adotados como positivos mesmo com a tese do desenvolvimento sustentável, de que tanta gente diverge. No meu Estado, a cadeia produtiva para as populações extrativistas tinha uma renda **per capita** de menos de US\$30,00, fruto de uma política das elites que do minaram ali, com a tese totalmente contrária à participação do terceiro setor. Hoje, existe um Governo que convive em paz, em respeito com as diversidades e com a interação necessária com o terceiro setor, e a nossa renda **per capita**, para essa cadeia produtiva, é de mais de US\$150,00. É pouquíssimo em termos

de renda internacional, mas ela aumentou mais do que cinco vezes em dois anos de Governo.

Acho que isso precisa ser considerado: o que vale, talvez, é o caminho do meio, do equilíbrio, de olhar o desenvolvimento humano aliado ao sócio-econômico, sem nenhuma aversão à contribuição de qualquer organismo ou qualquer setor social que queira ser solidário. Porque não posso rezar para a minha igreja, que tem o Papa João Paulo II, e imaginar que as ONGs são inimigas do meu País. Se o Papa é italiano e defende a vida digna no meu País, por que organismos internacionais que tenham um componente ético não podem partilhar dessa ação, desse conteúdo e dessa forma também, sem interferência e como devido e absoluto respeito à soberania nacional? Então, eu gostaria de deixar esse ponto.

Essas perguntas que faço – e que V. S^a as contestou no português, e não no espanhol – de vem umas postas a mim, na próxima reunião, da veracidade delas.

Espero trazer, assim, com a mais absoluta colaboração, porque, inclusive, fui informado – e vou confirmar – de que o Sr. Lyndon La Rouche foi preso e liberado recentemente nos Estados Unidos. Não sei se V. S^a confirmará isso.

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim, mas não recentemente está liberado.

O SR. TIÃO VIANA – Mas foi preso?

O SR. LORENZO CARRASCO – Preso.

O SR. TIÃO VIANA – E a razão?

O SR. LORENZO CARRASCO – A razão é uma perseguição política contra ele.

O SR. TIÃO VIANA – Então, eu me comprometo também de trazer a documentação da justiça americana, que fala as razões da prisão dele, na próxima reunião.

O SR. LORENZO CARRASCO – Perfeitamente, não tem nenhum problema.

O SR. TIÃO VIANA – E ele ainda dirige a sua instituição?

O SR. LORENZO CARRASCO – Ele dirige a revista **EIR**, com muita honra, é uma pessoa extremamente respeitada no mundo, especialmente em função de suas políticas, e o senhor tem que imaginar por que ele foi preso, depois de haver escutado o que estou lhe falando. Então, eu posso defender absolutamente a integridade do Sr. La Rouche, com o qual colaborei mais de 26 anos como correspondente da revista, porque acredito nas idéias, não por nenhuma outra razão.

Mas, se o tema La Rouche está que rendo o trazer para desmerecer a fundamentação...

O SR. TIÃO VIANA – Ao contrário, é para elucidar e deixar o mais transparente possível o debate.

O SR. LORENZO CARRASCO – Mas temos que entrar em outra área de assuntos, os quais...

O SR. TIÃO VIANA – É muito importante que tenhamos plena e absoluta liberdade aqui.

O SR. LORENZO CARRASCO – Tudo bem, absolutamente.

O SR. TIÃO VIANA – A última pergunta que faria é a respeito da visão de gestão que V. S^a tem na relação a um País como o Brasil.

Existem teses de que o Estado tem que ser tudo: totalitário, amplo, somente ele. E existem teses que dizem que a sociedade tem que ser forte. E quando se fala em organização não-governamental, o que me parece é que há uma idéia de crime a quem exerce uma ação dentro de uma organização não-governamental. E me parece que o gesto de solidariedade que o terceiro setor, sem querer salário, por meio das ONGs, praticou é entendido como aspecto negativo de uma maneira geral. De maneira contrária, conheço o caso de voluntários em vários países do mundo, a exemplo do Chile, em que o Corpo de Bombeiros é formado de voluntários, que não recebem qualquer salário, e é um dos melhores do mundo, enquanto, no nosso País, as pessoas têm que ocupar postos de coronel, major, tenente ou capitão para fazer funcionar. Da mesma forma são os grupos que atendem portadores de deficiência física, formados de pessoas que vão para um hospital que têm crianças com câncer fazer solidariedade. Parece que há um aspecto negativo em ONG de uma maneira geral. Será que não é hora de V. S^a e de nós, que debatemos a sociedade, rompermos com esse preconceito e reconhecermos que existem problemas muito particulares, mas que o todo é bom para a Humanidade e é bom para o nosso País.

O SR. LORENZO CARRASCO – Desafortunadamente, V. Ex^a não estava aqui no princípio do meu depoimento. Mas existe uma diferença clara em relação ao que eram as organizações não-governamentais. Não confundamos organizações que simplesmente não pertencem a governos. Creio – e disse expressamente – que há ações de caridade. A Igreja é uma organização não-governamental. Desaprepectiva, se pode ir e gerenciar, mas fui muito particular. Quando me refiro ao fenômeno das ONGs, não estou me referindo às casas de misericórdia nem às ações que tradicionalmente a sociedade tem e que

são bem-vindas para o desenvolvimento de um país. Estou-me referindo especificamente ao tipo de estrutura de governo mundial que surgiu na década de 60, especialmente com a Fundação **Commonwealth**, que foi quem deu o nome de organização não-governamental. Antes, se chamava sociedade civil sem fins lucrativos, hospital de beneficência, etc. Isso, sim.

O problema é a generalização do termo “organização não-governamental”. O conceito de organização não-governamental substituindo as funções do Estado está errado. E o Estado, para poder dar liberdade aos seus indivíduos,...

O SR. TIÃO VIANA – Mas naquilo de que o Estado não dá conta, elas não podem ajudar?

O SR. LORENZO CARRASCO – Claro que sim. É claro que vão ajudar. Por isso é que não me refiro a esses tipos de organizações, as quais são bem-vindas, evidentemente. Quem vai criticar uma casa de misericórdia? E não é de agora; isso vem do século passado. Então, não me temos as causas de misericórdia nas ONGs para confundir o que estamos falando.

Não estou dizendo que V. Ex^a está fazendo isso, estou falando que há uma confusão.

O SR. TIÃO VIANA – Há um preconceito também.

O SR. LORENZO CARRASCO – Há um preconceito, mas me refiro a organização não-governamentais estritamente, pelo termo engendrado dentro do aparato da **Commonwealth**, cujos documentos eu te cito – e o livro cita – e a concepção da organização não-governamental na idéia de que estamos chegando ao fim do Estado nacional soberano. Porque essa foi a concepção. Não é que essa seja a concepção do desenvolvimento ou da motivação das pessoas. Hoje, evidentemente, as pessoas não fazem tanto trabalho de caridade como faziam antes nas igrejas, que tinham essa função juntamente com sociedades civis e tantas outras organizações que existiam centenariamente. Então, quando tratamos desse tema, por favor, estamos falando algo rigoroso. O tema central é esse problema de organizações não-governamentais no conceito que se criou, de substituir os mecanismos de representação, de substituir os mecanismos claros do Estado nacional soberano. Isso é que estamos debatendo.

Ou queremos uma sociedade condicionada por organizações não-governamentais cuja agenda está vindo do exterior – isso é o que está em questão, e não uma organização não-governamental que tenha

o propósito de ajudar as pessoas, com a qual, é claro, estamos todos de acordo; o problema é o interesse externo que está entrando a definir o destino do país – ou que queremos estabelecer e fortalecer o Estado nacional soberano, que não quer dizer o Estado como, também, um preconceito que foi criado contra a força de um Estado. Nunca se falou tanto da liberdade do Estado e nunca tivemos uma situação tão grave para a própria liberdade.

Sobre esse assunto, dizia o filósofo Friedrich Schiller que a maior fortaleza do Estado é a maior liberdade do indivíduo, no que não há contradição. Se o Estado está forte e organizado, e se há desenvolvimento, há a máxima liberdade do indivíduo. É uma falácia dos liberais e econômicos – neoliberais – tratar de minar o Estado para, supostamente, emergir a liberdade individual. É totalmente o contrário: quanto mais se mina o Estado, menos liberdade. O Estado também é um “bicho-papão”. O Estado nacional soberano é a instituição que se provou na história humana ser aquela que representa melhor o interesse geral da população. Isso é o que temos que defender.

O SR. TIÃO VIANA - Já estou concluindo. V. S^a fala e deixa claro que há particularidades e enfoques bem definidos em relação ao tema “organização não-governamental”. Já me deixa bastante aliviado essa clareza com que V. S^a expõe o assunto. Mas não vejo nenhuma iligibilidade de que eu possa contestar a política energética americana, por que isso me afeta e não significa intervir na soberania americana. Se eu pudesse intervir, organizando setores de lá que pudessem ajudar a combater aquilo... Por que aquilo afeta a Humanidade como um todo, já que são 1.200 usinas de energia, que vão afetar todo o Planeta pelas suas consequências.

Não posso estar complacente com 35.000 crianças que morrem todos os dias neste Planeta, de fome ou de causas evitáveis, nem achar que é intervenционismo um senador da França, Halford MacKinder fazer um dos discursos mais belos da Humanidade, indignado com essas razões, tentando intervir na África para que essa política no cívica internacional que se expõe na África não permita que toda a África Subsaariana tenha meta de desenvolvimento do Estado do Texas. Não posso me imaginar refém de um sílencio, entendendo que o que está acontecendo com a AIDS e a ação de multinação na África – que intervêm nitidamente contra o direito à vida da que o povo pela elevação do preço, por uma averção a um direito de produção de fármacos locais, dentro do próprio país – é

uma interferência internacional. Que ro co lo car o ca mi nho do meio como pon to de equi lí brio.

Aqui lo que vem para ser so li dá rio e pres tar de sen vol vi men to hu ma no e só cio-econô mi co não nos ame dron ta, por que a nos sa fir me za na de fe sa da in te grida de na cion al tem que ser à al tu ra do nos so con te ú do, do de sen vol vi men to do nos so sen ti men to cí vi co. O ame ri ca no faz isso mu i to bem, e la men ta vel men te não fa ze mos isso; fi ca mos com me do de qual quer ato ex ter no, como se fos se in i mi go do nos so in te res se.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Con ce do a pa la vra ao úl ti mo ora dor in scri to, Se na dor Morei ra Men des.

O SR. MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Se na do res, vou pro cu rar ser bre ve, da do o adian ta do da ho ra. La men to que te nha mos ca mi nha do para um la do mais fi lo só fi co da ques tão, de i xan do o pon to ne vrál gi co pelo qual vi e mos aqui, que é exa ta men te para dis cu tir de nún ci as ve i cu la das a res pei to da atu a ção de or ga ni za ções não-gov ern a men ta is. Não es ta mos dis cu tin do aqui qual é a boa ou a ru im, mas o ca mi nho para apu rar mos, que é o ob je ti vo des ta CPI.

Que ro, pri me i ra men te, fa zer um co men tá rio so bre uma afir ma ção que a Se na do ra Ma ri na Sil va fez. Dis se S. Ex^a que, em Ron dô nia, ao che gar ao re cin to onde se re a li zou a au di ên ci a pú bli ca onde se dis cu tia a Me di da Pro ví só ria nº 2.080, foi ques ti o na da por um dos pro du to res ru rais que lá se en con tra va de que cer ta men te não en con tri ari a nen hum am bi en ta lis ta lá. Não co nhe ço se quer a pes so a que fez esse co men tá rio, mas que ro, em nome dele, ape sar de anô ni mo, di zer que isso não sig ni fi ca ab so lu ta men te uma fal ta de con si de ra ção dele para com a pes so a da Se na do ra, mas re tra ta, in dis cu ti vel men te – e isso tem a ver com o que es ta mos tra tan do aqui – a in di gna ção dele e de toda po pu la ção de Ron dô nia, assim como a min ha, com essa ques tão am bi en tal.

Digo in di gna ção, por que ele é um ci da dão que se sen te en ga na do pelo Go ver no. Ele foi para Ron dô nia para des bra var aque la re gião, aten den do a um cha ma men to do Go ver no, onde ele foi ob ri ga do – e a co lo ni za ção lá foi fe i ta pelo INCRA, por tan to, ofi ci al – a der ru bar 50% da sua pro pri e da de. E ol hem que Ron dô nia toda é con sti tu í da de pe que nas pro pri e da des.

Ago ra, vem o Go ver no di zen do que não se po de mais der ru bar os 50%, e que quem der ru bou tem que re flo res tar os 30% que já avan çou. Onde está a co ne xão com o que es ta mos dis cu tin do? Exa ta men te por que te nho con vic ção ab so lu ta de que há toda uma or ques tra ção por trás des sa me di da pro ví só ria que pre

ten de mo di fi car ar ti gos do Có di go Flo res tal, onde es tão exa ta men te es sas ONGs e, para ser mais pre ci so, a WWF, com an dan do toda essa movimen ta ção, no sen ti do de fur ta ra a po pu la ção bra si le i ra à re a li da de dos fa tos.

Ron dô nia, ao con trá rio do que se im a gi na, tem si do um exem plo para o Bra sil por que nós, lá, es ta mos pre ser van do 70% da nos sa área, mas es ta mos ten do a co ra gem de mos trar ao Bra sil que, por meio do zone a men to, po dem con vi ver pa cí fi ca e per fei ta men te o meio am bi en te e o ho mem. Nes te pon to, que ro con cor dar com o ilus tre de po en te: para mim, é mu i to mais im por tan te o ho mem. O meio am bi en te é im por tan te, mas não te nho dú vi das: en tre ele e o ho mem, fi co com o ho mem.

Es ta mos sa ben do fa zer o de ver de casa: es ta mos lá pre ser van do 70% da área to tal do es ta do. É um en ga no, um en go do, uma ilu são e uma uto pia de fen der os 80% da pro pri e da de pri va da, por que isso é le tra mor ta. Se apro va do, não vai ser cum pri do. Va mos bo tar o pé no chão, va mos en con trar o ca mi nho – como diz o Se na dor Tião Vi a na – do equi lí brio. É pre ci so en ten der que nós, da Ama zô nia, te mos que ter o nos so es pa ço para nos de sen vol ver mos como en ten de mos que deva ser fe i to, e não aten den do aos in te res ses des sas ONGs.

Que ro tam bém di zer que me pa re ce que este de ba te, no fim, aca bou dan do a im pres são – pelo me nos é o que o Se na dor Tião Vi a na, me pa re ce, ten tou co lo car – que es ta mos aqui, de re pen te, para “ca çar as bru xas” das ONGs, quan do não é esse o pro pó si to des ta Comis são. Há ex ce len tes or ga ni za ções não-gov ern a men ta is, se jam elas qua is fo rem e a de no mi na ção que te nham, que pres tam re le van tes ser vi ços ao País. Não te nho dú vi das. No meu Es ta do, há tem cen te nas delas, que tra ba lham ab so lu ta men te afi na das com os in te res ses da po pu la ção, os in te res ses do Es ta do.

Mas há al gu mas que são sub si di a das por essa WWF, que fo men ta, in clu si ve, essa dis cór dia. O pa ra do xo que que ro apre sen tar aqui e ago ra é exa ta men te o do MST. O MST é um movimen to po pu lar que nas ceu com o ob je ti vo de pro cu rar terra para quem não tem ter ra. Uma das es tra té gi as que o MST usou – e usa – é a da in va são da ter ra im pro du ti va para cha mar a aten ção das au to ri da des, da po pu la ção, en fim, de quem vai de ci dir, para que eles te nham lá o seu es pa ço.

Em Ron dô nia, acon te ceu vá ri as ve zes – não foi ape nas uma – a in va são exa ta men te das re ser vas da pro pri e da de pri va da. Pres sion a ram o Go ver no, que

acabou entregando a essas pessoas a área da propriedade privada. Eles de vasta ramessa área e lá estão plantando. E mais uma informação: o meu Estado é constituído, na sua grande maioria, de pequenos proprietários, que com põem a agricultura familiar: é a família que vive da terra. Eles ainda não se deram conta de que, com os 20% que lhe estão reservados, segundo a proposta do Conama – e quando eu digo Conama, leia-se organização não-governamental –, deles subtraindo as áreas de preservação permanente, como estradas, escolas e espaços ocupados com a sede e com os currais –, vão sobrar apenas 12% a 13% da área. Ou seja, eles não vão viver com esse percentual.

Eu pergunto: onde vamos colocar esses 20 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia? Como é que eles vão viver? Como é que eles vão produzir? Ou nós podemos sonhar que essas pessoas vão viver, como eu tenho dito sempre, apenas de comer a castanha-do-pará? Então, isso é uma utopia. Nós não vamos chegar a lugar nenhum se não tivermos realmente o meio, o equilíbrio, de um lado, preservando a natureza; de outro, acolhendo os interesses do homem, o que é o objetivo final.

Mas eu quero perguntar – isso é o que interessa – ao senhor, que demonstrou claramente aqui que conhece o assunto em profundidade: na sua visão, essa questão da defesa do meio ambiente, sobretudo na Amazônia, é um mero instrumento, apenas uma fachada, para defender interesses que, verdadeiramente, são outros? Se o senhor entender desta forma, quais os interesses dos em que o desenvolvimento da Amazônia não se dê?

E, finalmente, uma outra pergunta que também é muito importante para definirmos o eixo do nosso trabalho aqui.

Parece-me que essas ONGs, sobretudo as que comandam, que são as donas do dinheiro, como V. S^a muito bem explicou aí, vêm para o Brasil ou para qualquer outro país do mundo, onde se instalam, por meio da sua representação, filial ou entidade local, que recebe o mesmo nome com a denominação final do país onde está instalada. Ali, essas organizações estimulam a criação de outras empresas, que são, por fim, subsidiadas, pagas e mantidas pela mãe, a grande. Como é que essas pessoas envolvidas com elas – estou dizendo as que têm o interesse mas não fez todo engessar o desenvolvimento; e quando me refiro a isso, falo muito da Amazônia, porque é a minha região – são pagas?

Por que a informação que eu tenho – pode não ser verdadeira – é de que existe a “mãe”, a matriz, que estimula a criação de várias outras. Então, pega lá um determinado cidadão, que se diz ecologista – romântico, como diz V. S^a no seu pronunciamento –, ele cria lá uma ONG, à qual dá um nome bonito relacionado com a defesa do meio ambiente, e passa a ser pago como consultor. Aí, ele, ganhando muito bem, avança, já ocupa o espaço do Conama, do Governo, ocupa o espaço na diretoria disso e daquilo e começa a ocupar os espaços. Na sua visão, é assim que funciona? É dessa forma, minando as bases, infiltrando e à custa de dinheiro? Ou é de forma diferente?

Eu encerraria a minha participação, apenas com estas duas perguntas pontuais: quem é que está por trás desta história toda da Amazônia e como funciona esse mecanismo da matriz, envolvendo todos os outros, aqui no Brasil?

O SR. LORENZO CARRASCO – Um exemplo: o **Greenpeace**, que foi fundada com o apoio internacional basicamente – podemos vinculá-lo – das famílias do WWF. Isso foi iniciativa do Canadá, mais ou menos com certa independência e, depois, tomado como uma estrutura com mais financiamentos.

O cineasta irlandês Magnus Gudmundsson concedeu à revista **Veja** de 4 de maio de 1994, nas páginas amarelas, uma reportagem – eu queria que os Senadores lembrassem, porque, seguramente, naquele época, se veio a conhecer – em que descreve exatamente como funciona. O **Greenpeace** é uma grande fábrica de faturamento. Lá se promovem ações para chamar a atenção da opinião pública. Não estão interessados em ações que não chamam atenção, se são uma grande agência de publicidade, com ações sempre muito arrojadas. Em cima disso, é uma máquina de faturamento. Quer dizer, fazem propaganda e, crescentemente, pedem contribuições a organizações ou indivíduos. É claro que os indivíduos que estão nesse ambiente dos meios de comunicação concedem contribuições de milhões de dólares, que permitem ao **Greenpeace** ter embarcações, como a que trouxe de fazer, por si mesma, no ano retrasado, sua permissão no rio Amazonas, a Amazon Guardian, como eles chamaram.

O SR. MOREIRA MENDES – Deixe-me interrompê-lo para fazer aqui uma intervenção.

Um dia desses, numa dessas viagens de avião, vi um “saquinho” de açúcar onde estava dito “açúcar orgânico, licenciado pelo **Greenpeace**”. Não havia nenhuma referência sobre ser licenciado ou aprovado pelo Ministério da Saúde por que é bom para a

saúde. Licenciado pelo **Greenpeace**! Onde estamos chegando!

O SR. LORENZO CARRASCO – É uma marca que se comercializa de uma maneira nova, porque não há um contrato propriamente. Mas estabelece não apenas isso. No Conselho de Energia do Governo, o **Greenpeace** está sentado.

Então, o próprio Governo já cede a toda essa pressão dos meios de comunicação e permite o assento do **Greenpeace** no Conselho de Energia do País. Isso é muito mais grave, porque começa a haver um processo.

Um caso claro, por exemplo, como o de Mary Helena Allegretti, que começou em toda a estrutura de organizações não-governamentais. Essa jornalista canadense, Elaine Dewar – não estou dizendo nada –, descreve todas as articulações, especialmente de Mary Helena Allegretti, na questão do aparato que montou em Alta Mira. É uma beleza de livro, porque, sendo ela ecologista, atreveu-se a denunciar. O livro está basicamente desaparecido, porque ninguém comercializá-lo, por razões óbvias.

Então, temos dois exemplos claros de como está funcionando. Tomei a liberdade de tirar uma cópia da transcrição. Caso a Comissão queira um fac-símile da própria revista **Veja**, também poderia enviar.

Pegamos como começou, por exemplo, o WWF no Brasil. No WWF-Brasil, havia um senhor que se chamava Thomas Lovejoy, que foi seu primeiro representante. Uma instituição do Clube da Vida o entrevistou, e ele disse muito claramente barbaridades – reproduzidas no livro – contra desenvolvimento e soberania, afirmando que os nacionalistas brasileiros tinham pretenções de mais, e que a questão do meio ambiente poderia, vamos dizer, tirar um pouco das suas pretenções.

Então, começou de vagar, na década de 60. Isso começou de vagar, mas havia a estratégia de utilizar a proteção do meio ambiente. Isto é uma coisa muito clara: quem não gosta de preservar ou de participar do meio ambiente? Somente uma pessoa enferma. Esta é uma questão que está no ser humano: proteger os animais e as florestas. Está na natureza humana, como os direitos humanos também estão. Então, é a defesa da natureza boa do indivíduo. Por tanto, é um interesse perfeito: preservar os interesses da Humanidade. Havia o mito de que o Amazonas produzia oxigênio. De pois, caiu esse mito, ou seja, o Amazonas não era produtor de oxigênio. Foram criadas todas essas campanhas no mundo inteiro, dicen-

do-se que o Amazonas é o pulmão do mundo e que está sendo destruído. Houve a campanha, por exemplo, contra o Código Florestal. Com essa mentira – eu tenho os textos da Internet –, dizem: o projeto Micheletto, que está tramitando, vai devastar 80% da Região Amazônica, a Amazônia será convertida em cinzas. Essa carta estava circulando internacionalmente, em todos os países do mundo. Essa não é uma causa da Humanidade. Eu creio nas causas da Humanidade, sim, mas não para utilizá-las para deter o desenvolvimento do País, que é o que está ocorrendo.

Então, concretamente, é como funciona a organização.

O WWF criou o Survival International, ajudou a criar o Greenpeace, ajudou a criar e a fomentar o Environmental Defense Fund. Organizações, como a Conservation International e o Environmental Defense Fund, que foram fundamentais no surgimento do movimento ambientalista no Brasil. Isso está documentado no livro com detalhes.

Assim, há que se distinguir o que é a verdade e a proteção do meio ambiente do que é simplesmente a utilização indevida. Eu não sei se o senhor quer...

O SR. MOREIRA MENDES – Estou satisfeito. Eu tenho mais algumas perguntas a fazer.

V. S^a pode informar como funcionam as ONGs nos países do Primeiro Mundo. Só para um esclarecimento, lá elas mandam nos governos, influenciam tanto nos governos como está acontecendo presently no Brasil?

Outra pergunta. Nesses ditos países de Primeiro Mundo, há essa proliferação desordenada de ONGs, como temos aqui, sem nenhum controle do Estado?

Nesses países – não digo para controlar, mas do ponto de vista da soberania nacional, dos interesses maiores da nação, das estratégias do país –, há algum tipo de controle da atuação dessas organizações?

Uma última pergunta. Como dito claramente pelo Senador Gilberto Mestrinho – e são números, não há como contestá-los – a proporção de privada na Amazônia corresponde a 23%. Se aprovado o projeto do Deputado Micheletto, esse projeto dos 50%, tão falado – não é mais este, pois este era do ano passado –, nós estaríamos devastando, ou derubando, sei lá que nome vão querer dar, apenas 11% de toda a Amazônia. Quem sabe se, amanhã, o que estamos conversando hoje não vai estar com plebiscito desvirtuado pela imprensa? Como jornalista, como V. S^a vê essa história de que estamos aqui com 11%, e, no

ou tro dia, no mun do in te i ro se diz que são 80%. Onde é que es tão os jor na lis tas? Eles não têm um com pro mis so com a ver da de, com a se ri e da de? Pa re ce que estamos falando gre go. Nin guém pu bli ca essa ques tão. São fe i tos pro nun ci a men tos na tri bu na do Se na do, na Câ ma ra dos De pu ta dos, nas co mis sões, mas nin guém publica uma nota sobre esta verdade, ou seja, que nin guém está de vastan do a Ama zô nia. Nós, lá, es ta mos sa ben do cum pri r com o nos so dever. O Esta do do Acre faz isso com ve e mên cia. O Esta do de Rondô nia tem pro cu ra do fa zer o mes mo. O Ama zo nas tem ape nas 2 ou 3% da sua área an tro pi za da, e nin guém diz isso em lu gar ne nhum, em re vis ta ne nhuma. Qu an do che ga a o ca sião de se vo tar essa me di da provisó ria, co me ça a pi po car: na **Veja** na **IstoÉ**, na **Época**, no jor nal tal, a gran de im pren sa mas sa cran do quem vive na Ama zô nia, como se es ti vés se mos de vastan do a re gião. Isso é uma men ti ra, um en go do.

Dê a sua opi nião como jor na lis ta. Como V. S^a vê essa ques tão?

O SR. LORENZO CARRASCO – É pre ci so sin te ti zar as per gun tas.

A SRA. MARINA SILVA – Inclu si ve, con si de ran do esse as pec to de que sa í ram re cen te men te os da dos do INPE se gun do os qua is o des flo res ta men to de 1999/2000 foi de 19 mil qui lô me tros qua dra dos, e que os Estados que conse guiram re du zir foram, pa re ce me, Ro ra i ma, Acre e Ama zo nas. Nos de ma is, há uma taxa cres cen te de des flo res ta men to.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não co nhe ço os da dos, e se ria uma te me ri da de sim ples men te co lo car me a opi nar so bre es ses da dos que, inclu si ve, vi re tra da dos nessa re por ta gem. Mas o que se está di zen do aqui não é isso. O que se está di zen do aqui é que o pro je to de uma Co mis são, en ca be ça do por um de pu ta do, que é o re la tor, está de ter mi nan do que vai de vastar 80% da Ama zô nia. Isso foi o que dis se essa re por ta gem. A gran de per gun ta é: ha ve ria que fa zer a im pren sa? V. Ex^a dis se mu i to bem: en tão, pro vem! Eu cre io que a re por ta gem do **Jornal Nacional**, da **Rede Globo**, no ano pas sa do, apre sen tan do ex ata men te 80%. De po is, man dam um he li có pte ro à pro pri e da de do De pu ta do Miche let to, hos ti li zam a fa mí lia do De pu ta do Miche let to. E isso se cha ma “em nome da de mo cracia”?

O SR. MOREIRA MENDES – Mas nin guém diz isso.

O SR. LORENZO CARRASCO - Nin guém dis se isso. E é ex ata men te o que tem que ser ques ti o na do. Por quê? Por que os me i os de co mu ni ca ção, Sr. Se

nador, estão com pro me ti dos, em sua es sên cia, em um es que ma de poder. Este é o pro ble ma: não se po de di zer a ver da de. Há um sis te ma. Por isto é que é uma di ta du ra o que se está pré fi gu ran do: são mem bros de ONGs, di ri gem as ONGs, di ri gem os apa ra tos dos me i os de co mu ni ca ções e im ple men ta mos pro je tos de de li mi ta ção, como é o caso do WWF. En tão, há um cla ro con fli to de in te res ses. Eles estão pu xan do uma cam pa nha que está com pro me ti da com a vi são ide oló gi ca da ONG que re pre sen tam. Por que é be ne fí cio? Não sei. Eu que ria que os Srs. Se na do res les sem a re por ta gem que an un ci ei, não ape nas a do jo r na lis ta islandês, mas a da jo r na lis ta cana den se e a men ção do jor na **De Groene Amsterdammer**, que ti ra mos da In ter net e man da mos tra du zir do ho lan dês, onde se des cre ve ex ata men te como fun ci o nou todo o pro ble ma na Áfri ca, inclu in do ope ra ções de se gu ran ça na ci o nal mu i to sé ri as, por que, em Bo lu cra (*termo de difícil compreensão na fala do orador*) – isso foi uma in ves ti ga ção or dena da pelo Pre si den te Man de la –, ha via de nún ci as de que o WWF ha via en tra do inclu si ve em ope ra ções de as sas si na tos, que estão do cu men ta das. O pro ble ma é que es sas or ga ni za ções, como, por exem plo, o Con trol Risks, que é uma or ga ni za ção de se gu ran ça que este ve em Bo lu cra na Ope ra ção Lock, de nun ci a da por Man de la, está vin do ao Bra sil, as so ci a da a um gru po de ris co, di zen do que a hid ro via Ara gua ia To can tins é um dos **hotspots** am bi en tais do mun do, pelo que re com en da aos in ves ti do res que não fa çam in ves ti men tos ali. Isso está do cu men ta do e es cri to – eu pos so de i xá lo aqui. A re com en da ção é cla ra: não se po de in ves tir.

Mas es que ci as duas pri me i ras per gun tas. Não sei se já as res pon dei. Tal vez o se nhor pos sa re pe tir bre vemen te.

Ah, me lem brei: o con tro le dos Esta dos Uni dos. Isso é mu i to im por tan te. Por que, efeti vamen te, esse mo vi men to conse guiu afe tar, den tro do se tor avan ça do, em cer to mo men to, o pro ble ma da ener gia nu cle ar na Ale ma nha, que ho je es tão pa de cen do. E vão ter uti li zar o carvão, que é mu i to mais con ta mí na do do que a ener gia nu cle ar, como a Fran ça demon strou em 80% de sua gera ção elé tri ca. Por quê? Por que a ener gia nu cle ar tem um gran de pro ble ma: tem re sí du os ra dio a ti vos. Sim, os tem por que é uma polui ção con cen tra da, con tro la da. Em ne nhu ma fon te de ener gia há o con tro le das fon tes po lu en tes. Carvão é ab so lu ta men te mu i to mais po lu en te. Ho je, quan do vi, no avião, a no tí cia de que os pro du to res de carvão do Rio Gran de do Sul tam bém vão que rer apo io do Go ver no Fe de ral para pro du zir ener gia elé tri ca atra vés

do carvão, aí estão as consequências... Isso é muito mais grave, do ponto de vista ambiental. Mas isso ocorreu nos Estados Unidos: não se voltou a ter usinas nucleares. E num certo sentido, o Presidente Bush, com cujo governo não simpatizo, descobriu os protocolos de Kyoto por razões erradas, para apoiar os grupos financeiros que o apoiavam, basicamente a Enron, Duke, IRS, que estão vindo ao Brasil agora para comprar e vender energia — não vão produzir, mas, simplesmente, intercambiar energia. Então, mesmo sendo Estados Unidos, eles, como se viu na crise da Califórnia, também estão necessitando de obras de infra-estrutura. Então, isso é importante. Agora, o controle que o Congresso americano exerce sobre as organizações não-governamentais o faz por meio das fundações, porque as fundações Ford, Rockefeller, as fundações do governo e do congresso, têm que reportar anualmente ao congresso todas as contribuições. Aliás, esse seria um caminho muito interessante ver, no livro anual de contribuições do congresso americano, de todas as organizações e fundações, toda a pauta de financiamentos. Aí, há uma coisa: aqui, evidentemente, em nossos outros países — não falo só do Brasil, mas do México e de outros países —, não há tal regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Quero, dado que todos os Srs. Senadores tiveram oportunidade de fazer suas indagações, agradecer ao Dr. Lorenzo Carrasco pelas explicações e solicitar que os documentos que ele, porventura, não pode trazer neste momento sejam encaminhados à CPI, bem como alguns pontos que foram referenciados e que ele ficou de acrescentar. Por que, como foi bem dito aqui, o que queremos é o virto dos o lá dos, chegar a um diagnóstico e concluir de maneira satisfatória. Queríamos, antes de os Srs. Senadores se retirarem, justamente em função dos requerimentos que estão para ser apreciados, solicitar uma reunião administrativa com os companheiros membros da Comissão. Será uma reunião para deliberar sobre os requerimentos, a votação e, também, estabelecer algumas normas consensuais, de forma que as nossas próximas reuniões possam ser ainda mais produtivas. Portanto, convocaria essa reunião administrativa para terça-feira próxima, às 10 horas. Todos vão receber a pauta, mas já estou adiantando. Portanto, se alguém mais quiser fazer algum requerimento, poderá fazê-lo neste período, para já apreciarmos na terça-feira.

Na quarta-feira, às 10 horas, já expedimos o convite para que esteja aqui presente o Minis-

tro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Alberto Cardoso.

A SRA. MARINA SILVA — Sugeriria, Sr. Presidente, que fossem lidos os relatórios que apresentei apenas para que constassem da ata e das notas taquigráficas, em função de que os demais colegas já apresentaram e leram. Como protocolei na Mesa, gostaria que fossem lidos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Gostaria de ponderar ao Senador Bernardo Cabral que, em boratemos a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e outras tantas comissões, se não avançarmos com esses depoimentos,...

O SR. BERNARDO CABRAL — (pequeno trecho inaudível, porque pronunciado fora do microfone) após a Ordem do Dia. Se não, não pode ir com parecer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — O General nos informou que virá na quarta-feira, ao meio-dia. Por isso, aproveitei e marquei para às 10 horas. Obviamente, a presença de V. Ex^a seria muito importante, mas gostaria de solicitar a presença de todos, inclusive.

A SRA. MARLUCE PINTO — Quarta, amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Não, a próxima.

A SRA. MARINA SILVA — Pela ordem, Sr. Presidente, até para que não haja mais dúvida com relação a isso.

Penso que começamos, de certa forma, uma metodologia, porque V. Ex^a convidou uma pessoa que coordenou uma visita e que tem opiniões sobre a problemática. Apresentei uma sugestão de como deveríamos ordenar esse calendário. Se já aprovamos aqui a vinda do General Cardoso na quarta-feira, atropelamos a possibilidade de estarmos criando uma lógica para esses depoimentos. De sorte que gostaria que definíssemos, já que na que lá oportunidade de V. Ex^a alegou que não havia **quorum**, essa indicação de V. Ex^a na reunião administrativa, porque começamos com uma pessoa que pesquisei, poderíamos terminar a bateria dos pesquisadores, as pessoas que têm opinião, de pois as pessoas de Governo, o General Cardoso poderia entrar nos do Governo, e, talvez, por último, as ONGs, porque a Comissão já estaria devidamente informada para debater com as ONGs.

Estou apenas apresentando, para, depois não dizerem que não disse. Então, estou registando que pudéssemos definir esse encaminhamento metodológico.

lógico na reunião de terça-feira, na reunião administrativa que V. Ex^a sugeriu.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Na terça-feira, uma administrativa. Na quarta-feira, com a presença do General Cardoso.

Atendendo o pedido de V. Ex^a, leio os requerimentos.

A SRA. MARINA SILVA - Isso, mas que não fique de cidi do aqui que já na quarta-feira será o General Cardoso, senão inviabiliza...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Mas já foi convidado antes da quele roteiro aprovado, Senadora.

O SR. BERNARDO CABRAL (fora do microfone) – Foi convidado (inaudível) ouvido a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Diante da quele roteiro aprovado.

A SRA. MARINA SILVA – Mas é que aquele roteiro diz que não tinha uma indicação de nomes.

O SR. BERNARDO CABRAL – (trecho inaudível, porque pronunciado fora do microfone) ...sem a manifestação da relatoria. Acredito que a Senadora Marina...

A SRA. MARLUCE PINTO – Obrigada, Senador Bernardo Cabral.

São cinco os requerimentos: um do Senador Bernardo Cabral, três da Senadora Marina Silva, um do Senador Mendes e duas sugestões de trabalho da Senadora Marina Silva.

Passo à leitura do requerimento do Senador Moreira Mendes:

Requeiro, nos termos do que dispõe o Regulamento, sejam requisitadas do Banco Central do Brasil as seguintes informações: 1) Montante da moeda estrangeira em ter na da no País a crédito de ONGs, constituída e em funcionamento no território nacional; 2) Entidades beneficiadas e a soma destinada a cada uma delas com respectivos endereços, se possível; 3) Os pedidos acima referem-se ao período dos últimos 5 (cinco) anos

Sala das Comissões, 25/05/01, Senador Moreira Mendes.

Requerimentos da Senadora Marina Silva:

1) Requeiro, nos termos do art. 148 do Regulamento Interno, que seja solicitada à Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais - ABONG a listagem de suas associadas.

2) Requeiro, nos termos do art. 148 do Regulamento Interno, que seja solicitada ao Ministério da Saúde a lista de entidades sem fins lucrativos que tra-

balham no Programa DST/AIDS e as que desenvolvem atividades com povos indígenas. Mesma data.

3) Requeiro, nos termos regimentais, uma cópia da ata e das notas taquigráficas da última reunião desta CPI, realizada no dia 09/05/2001. 22/05, Marina Silva.

Requerimento do Senador Antero Paes de Barros.

Requeiro, nos termos dos arts. 90 us que 93, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados para debaterem em audiência pública no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Regulamento nº 22, de 2001, do Senado Federal, e destinada a apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais, as seguintes personalidades adiante nominadas. 1) Dr. Augusto Franco, Conselheiro do Programa Comunidade Solidária; 2) Ministro da Saúde, José Serra, tema: "As ONGs de Saúde na Amazônia; 3) Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, tema: "Atuação das ONGs ambientalistas na Amazônia". Sala das Sessões, Senador Antero Paes de Barros.

Justificativa.

A compreensão dessa nova realidade jurídica administrativa em relação aos organismos não-governamentais da sociedade civil impõe-se com urgência, haja vista que a aplicação da nova lei reclama uma regulamentação capaz de controlar e acompanhar as suas ações.

Os convidados poderão ajudar muito nesse propósito, senão vejamos: a Dr^a Ruth Cardoso, na qualidade de Presidente da Comunidade Solidária, e o seu Conselheiro, Dr. Augusto Franco, foram incentivadores e participaram da elaboração referida da Lei nº 9.700/99.

O Ministro José Serra tem buscado implantar, nas ações da sua Pasta, uma nova forma de geração e incentivos das parcerias com as ONGs, especialmente em relação aos programas do Ministério, tais como saúde da mulher, saúde indígena, AIDS etc. E o Ministério do Meio Ambiente é o órgão governamental com maior relacionamento com ONGs em atuação, razão pela qual se justifica o convite ora proposto.

Assugestões da Senadora Marina para audiências e depoimentos: 1) Dr^a Ruth Cardoso e Augusto Franco, da Comunidade Solidária.

A SRA. MARINA SILVA – Marluce, está dividido assim, por exemplo, personalidades...

A SRA. MARLUCE PINTO – Só precisa ler os grupos, não é não?

A SRA. MARINA SILVA – Os grupos.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Porque foram divididos, na segunda sugestão da Senadora, os convites para os convidados em três blocos. O primeiro bloco, tratando-se dos estudiosos...

A SRA. MARINA SILVA – Como começamos hoje com o Professor Carrasco.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – O prof. Lorenzo já realizou o seu depoimento.

2) Leila Landin, autora do livro “As ONGs no Brasil”;

3) Maria Tereza Sadek, autora de diversos livros sobre o terceiro setor;

4) Stephen Kanitz, administrador e articulista da revista Veja, especialista em responsabilidade social e terceiro setor.

Agora o Bloco II – as autoridades governamentais.

5) D^a Ruth Cardoso e Augusto Franco, da Comunidade Solidária, para falarem sobre a atuação das ONGs na Amazônia.

6) O Ministro da Saúde José Serra, para falar sobre a atuação das ONGs que trabalham na área da saúde da Amazônia.

7) O General Alberto Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

8) O Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, para falar sobre a atuação das ONGs ambientais na Amazônia;

9) O Ministro da Justiça, José Gregori;

10) Presidente da FUNAI para falar sobre a atuação das ONGs junto aos povos indígenas na Amazônia;

11) Relator da CPI da Grilagem, da Câmara dos Deputados;

12) General Alcedir Pereira Lopes, Comandante Militar da Amazônia;

13) General Gleuber Vieira, Comandante do Exército.

A SRA. MARINA SILVA – Só um esclarecimento. Como já havia sido aprovada a lista dos senhores, que foi apresentada e não teve veto, então, nessa medida de trabalho, eu compus, com as sugestões minhas, da Senadora Heloisa Helena e do Senador Tião Viana, com as que V. Ex^a havia apresentado.

A SRA. MARLUCE PINTO – As demais já aprovadas.

A SRA. MARINA SILVA – Exatamente. Só fiz uma composição metodológica por agrupamento.

A SRA. MARLUCE PINTO – 14) Ministro da Defesa;

15) Presidente do Ibama, Hamilton Casara;

16) Diretor-Geral da Polícia Federal;

17) Ex-Presidentes da Funai.

Bloco três – das entidades:

18) Presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais;

19) Associação Amazônia;

20) Cooperíndio;

21) Sodiur;

22) Arekon;

23) Alidicir;

24) CIR;

25) ISA;

26) CIMI;

27) URIHI.

Senadora Marina, gostaria de lhe fazer uma sugestão ou uma solicitação, como achar melhor. Já que o General foi convidado pelo Presidente da CPI, para que aproveitássemos até a disponibilidade da sua agenda, que ouvíssemos, seria apenas uma autoridade à frente dos demais estudiosos que ouviríamos aqui. Porque a agenda do General é muito complexa. Ele até já nos explicou. Muitas vezes, ele pode marcar uma visita, atendendo a um convite, e aparecer, por parte da Presidência da República, qual quer misão que ele não possa deixar de cumprir.

A SRA. MARINA SILVA – Só sugeriria assim: que a gente batesse esse martelo, para não ficarmos só nós três aqui, na terça-feira, certo? É só isso que estou sugerindo. Pode ser que a Comissão diga: “não, realmente, a gente vai seguir esse conselho da relatora, por que já tem essa...” Mas, para que não fique aqui o que reclama acontecendo aqui entre nós três, que se remeta à terça-feira essa decisão.

A SRA. MARLUCE PINTO – Da minha parte, não tendo mais nada, passarei a palavra ao nobre Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE – Que rogra de cer e dar por encerrada a reunião, convocando, portanto, a sessão administrativa para terça-feira e a audiência ao General Cardoso para quarta-feira.

(Levanta-se a reunião às 21h23min.)

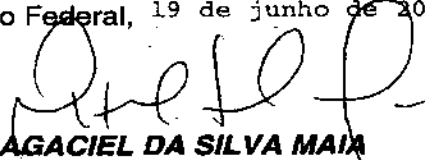
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL****Nº 77, DE 2001**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Designar os servidores **LUÍS IGNÁCIO MORENO FERNANDEZ**, Analista Legislativo, mat. 3941-SEEP, **ALOYSIO NOVAES TEIXEIRA**, Analista Legislativo, mat. 3727- SEEP, **JOSÉ MILTON DE MARAES NETO**, Técnico Legislativo, mat. 5065-SF e **PAULO RICARDO ZARRANZ BUENO**, Técnico Legislativo, mat. 4981-SF, para sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos relatados pela Senadora **Emília Fernandes**, sobre o incêndio ocorrido no último dia 14, no apartamento nº 203, do Bloco "C", da SQS 309, com prazo de 5 (cinco) dias para a conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 19 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

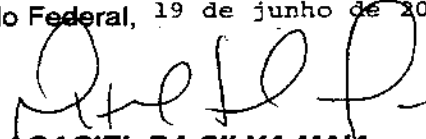
ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1.116, DE 2001**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Dispensar o Servidor **CARLOS MARTINO MARTINS**, mat. 3507, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Controle de Informação, Símbolo FC-4, do Serviço de Treinamento Industrial Profissionalizante, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PMDB, com efeitos financeiros a partir de 30 de maio de 2001.

Senado Federal, 19 de junho de 2001.



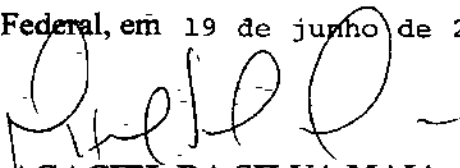
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.117, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008960/01-1

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAUL QUEIROZ NEVES** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lindberg Cury.

Senado Federal, em 19 de junho de 2001.

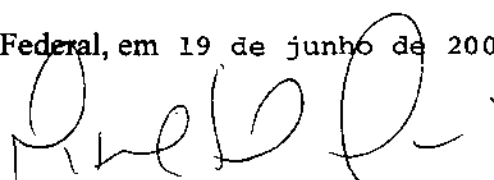

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.118, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008990/01-8

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RICARDO JOSE BALDISSARA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 19 de junho de 2001.

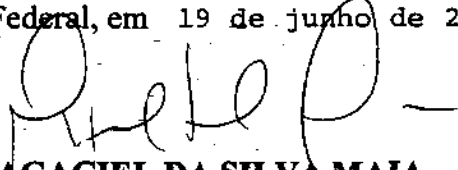

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.119, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008991/01-4

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GLEUBER FIRMAN TENORIO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 19 de junho de 2001.

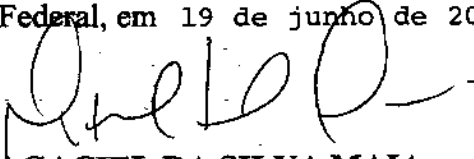

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.120, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008.983/01-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ARTHUR PEREIRA CASTILHO NETO**, matrícula n.º 31.594, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Waldeck Ornelas.

Senado Federal, em 19 de junho de 2001.

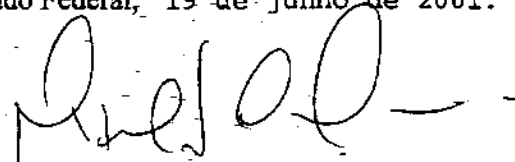

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.121, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 008870/01-2,

RESOLVE designar a servidora **MARIA ELISA BORGES JEVEAUX**, matrícula 4056, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, com efeitos financeiros a partir de 07 de maio de 2001.

Senado Federal, 19 de junho de 2001.



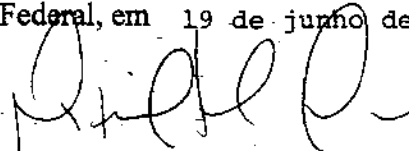
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.122, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008959/01-3

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990; **PEDRO DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lindberg Cury.

Senado Federal, em 19 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.123, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008754/01-2,

RESOLVE dispensar a servidora **PATRÍCIA SANT'CLAIR DA SILVEIRA**, matrícula 4346, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Orçamento Público, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 05 de junho de 2001, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 19 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

X. ESTRATÉGIA DE AÇÃO E INICIATIVAS FUTURAS

22. Estratégia de Ação

22.1 As prioridades de ação no âmbito do desenvolvimento urbano terão por objetivo a melhoria das condições de vida da população pobre; a gestão ambiental, a capacitação e o desenvolvimento institucional dos Governos Locais, o fortalecimento do planejamento e da gestão urbana e a cooperação internacional. Isso pressupõe um número restrito de ações bem direcionadas, integradas espacial, setorial e institucionalmente e de ações de cooperação, que articulem diferentes agentes públicos e privados e atores sociais relevantes, evitando-se a pulverização de recursos e as intervenções meramente setoriais. Pressupõe, ainda, o aperfeiçoamento dos instrumentos de política pública existentes, a criação de novas formas de atuação e de cooperação e participação das comunidades e do setor privado. Essas prioridades de ação, inserem-se no contexto dos compromissos firmados pelo Brasil com os objetivos da Agenda Habitat, de incorporar em suas políticas os princípios de moradia adequada para todos e o estabelecimento de assentamentos humanos sustentáveis.

22.2. Com base nessas prioridades, as ações deverão ser dirigidas ao combate à pobreza e exclusão, à melhoria da habitação, dos serviços públicos de transporte, saneamento e da infra-estrutura no espaço urbano, à preservação ambiental e à geração de emprego e renda, em especial as áreas urbanas informais. As ações também serão dirigidas ao aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão urbana e à capacitação dos recursos humanos para o desenvolvimento urbano.

22.3. As ações deverão obedecer ao princípio da integração – espacial, setorial e institucional, visando a otimização e a eficiência das intervenções. A experiência acumulada e as avaliações existentes demonstram que ações isoladas, pontuais e fragmentadas não são capazes de promover nem sustentar as transformações promovidas.

22.4. A integração espacial visa superar a dualidade existente entre cidade informal - cidade formal. Isto implica superar tanto os problemas da população pobre, associados aos processos de ocupação e uso informal do solo, quanto os que conduzem ao subemprego de grande parte dessa população, com vistas à sua integração social, econômica e urbanística à cidade formal.

22.5. Na integração setorial e institucional os agentes públicos e privados envolvidos devem cooperar entre si e agir de forma articulada para que sua ação tenha impactos duradouros, isto é, para que seus programas e projetos sejam sustentáveis. Muito contribuem para esta cooperação e articulação a criação e o fortalecimento de mecanismos de gestão compartilhada, que facilitam a construção e a consolidação de parcerias entre os setores público, privado e as comunidades envolvidas. Destacam-se como mecanismos de gestão compartilhada, adotados em diferentes esferas de governo e instâncias decisórias, os conselhos municipais, conselhos de desenvolvimento metropolitano e de desenvolvimento sustentável, comitês de gestão de bacias hidrográficas, fóruns estaduais e locais da Agenda 21 e consórcios municipais.

22.6. A participação e o controle social das decisões devem ser garantidos por meio de conselhos, audiências públicas e outras formas de participação que visem à formulação, planejamento, execução e gestão de recursos da política e de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento, transporte e de outras de interesse do desenvolvimento urbano, nos poderes executivo e legislativo.

22.7. A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano deve ser elaborada de forma descentralizada administrativa e financeiramente, com a participação da sociedade civil, respeitando realidades urbanas e regionais, bem como articulada com a Agenda 21. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, deverá ser o principal instrumento institucional dessa política e se constituirá em órgão deliberativo, representativo dos segmentos sociais, integrando as políticas de habitação, saneamento, meio ambiente e transporte urbano, vinculado a um órgão governamental responsável pelo conjunto das políticas urbanas.

22.8. Para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, será necessário a criação e implantação de um amplo sistema de informações, com mecanismos descentralizados e de fácil acesso, com transparência, principalmente, na tomada de decisões. Propõe-se ainda que esse sistema seja orientador dos direitos e deveres de todos os cidadãos, permitindo acesso a banco de dados com indicadores físicos, sociais e econômicos e, em especial, educativos para a cidadania.

22.9 Também devem ser procuradas formas mais democráticas de atuação para os órgãos e empresas bem como das universidades e institutos de pesquisa responsáveis pela implementação das políticas públicas, mediante uma gestão pública mais participativa, não só com as comunidades envolvidas, mas também com a sociedade em geral. Propõe-se ainda a criação e efetivação de mecanismos de participação da sociedade no controle do uso e da ocupação do solo e na formulação das leis de desenvolvimento urbano de iniciativa dos poderes legislativo e executivo.

22.10 Para se ampliar a base analítica acerca da realidade urbana do país, devem ser realizados estudos e pesquisas, bem como construídos indicadores e dados desagregados por município, gênero, cor e etnia, com vistas a aprofundar o conhecimento da problemática urbana, especialmente a habitacional e fundiária, e também das condições dos serviços públicos e da infra-estrutura.

22.11. O acompanhamento das ações resultantes deste Relatório Nacional Brasileiro, deverá ser precedido pela criação de uma instância representativa de todos os agentes do desenvolvimento urbano e da sociedade civil, nos moldes do Comitê Nacional Istambul +5, até a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.

22.12. Contribuem para a realização dessa estratégia as seguintes recomendações:

- A. Formular e implementar Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- B. Formular e implementar a Agenda Habitat brasileira, a partir das estratégias de ação e iniciativas futuras constantes deste Relatório;
- C. Recomendar a aprovação do Projeto de Lei n 5788/90 Estatuto da Cidade;
- D. Recomendar a aprovação do Projeto de Lei n° 2710/92, de iniciativa popular, que cria o Fundo Nacional da Moradia Popular;
- E. Ampliar os recursos fiscais e dos fundos patrimoniais e sociais ao financiamento do desenvolvimento urbano;
- F. Criar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- G. Implementar a Agenda 21 brasileira.

22.13. Para atingir os objetivos da Política Urbana essa estratégia se fundamenta nas seguintes prioridades:

23. Prioridade para o Desenvolvimento da Moradia

➤ Formulação da Política Habitacional

23.1 Promover uma Política Nacional de Habitação que envolva a participação de todas as esferas de governo, incluindo apoio financeiro aos programas de iniciativas de auto-construção e mutirão e o incentivo à utilização de materiais alternativos e gestão participativa. Essa política deverá contribuir para a diminuição das disparidades regionais, priorizando as regiões mais carentes e deve ser fortalecida mediante a criação de conselhos associados aos fundos de moradia popular, em todos os níveis, garantindo o controle social e a participação da sociedade;

23.2 Promover e disseminar a aplicação do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais – PEMAS, contemplado no Programa Habitar-Brasil-BID, como instrumento inovador da política habitacional e de desenvolvimento institucional na área urbana;

23.3 Aperfeiçoar a legislação urbanística e de interesse urbanístico, como a aprovação do Projeto de Lei n 5788/90 - Estatuto da Cidade, com vistas a apoiar o princípio da função social da propriedade, bem como simplificar a legislação, garantindo a qualidade da moradia para a população de baixa renda. Também devem ser realizados programas de lotes urbanizados, combinando assistência técnica e financiamento subsidiado de materiais de construção;

23.4 Implementação de políticas de locação social, combinando instrumento eficazes de controle do mercado com ações diversificadas do setor público;

- 23.5 Promover a adoção de medidas que visem diminuir aos custos cartoriais relativas à habitação;
- 23.6 Criar mecanismos que garantam a produção habitacional de qualidade e assegurem a participação popular na política habitacional;
- 23.7 Buscar condições para o financiamento aos governos locais nos moldes do programa Pró-Moradia, dirigidas ao atendimento da população de baixa renda, preferencialmente a população com renda de até três salários mínimos;
- 23.8 Incentivar a aprovação do Sistema de Aquisição de Habitação Social - SHAS, em tramitação no Congresso, permitindo a criação de uma nova sistemática de financiamento, que alavancará a produção de habitações sociais, e reduzindo gradativamente as atuais carências;
- 23.9 Estimular a recuperação de edificações para moradia popular em áreas centrais, inclusive os prédios do patrimônio histórico e cultural.

➤ **Promoção do Direito à Moradia**

- 23.10 Considerar a moradia como um direito social e não como uma *commodity*, utilizando recursos não onerosos, adotando procedimentos menos burocráticos e normas acessíveis;
- 23.11 Assegurar o direito à moradia nos casos de reassentamentos da população que ocupa áreas de risco ou áreas de proteção ambiental;
- 23.12 Implantar uma política habitacional e fundiária que tenha papel central na política urbana e que garanta a todos o direito à moradia digna. Essa política deverá contemplar a alocação de recursos, com prioridade às famílias de baixa renda e criar mecanismos de controle e participação, em todos os níveis, mediante a aplicação da resolução 1993/77, da Comissão de Direitos Humanos da ONU, que proíbe os despejos forçados.

➤ **Melhoria das Áreas Urbanas Informais**

- 23.13 Melhorar as condições de vida nas áreas urbanas informais (favelas, loteamentos clandestinos e outras formas) mediante ações de regularização fundiária e urbanística, melhoria das condições habitacionais e de saneamento ambiental, complementadas por ações de geração de emprego e renda, de capacitação profissional, bem como de outras ações nas áreas de saúde e educação;
- 23.14 Promover a regularização fundiária das áreas ocupadas pela população de baixa renda, e a melhoria da circulação viária, da drenagem, do saneamento, bem como a recuperação de áreas de risco, associando, assistência técnica e jurídica subsidiada e financiamento de materiais de construção, por meio da concessão do direito real de uso, da usucapião e da implantação de zonas especiais de interesse social. Essas ações devem ter a participação integrada dos três níveis de governo e da comunidade, não permitindo a anistia dos loteadores de má fé, que agem com fins lucrativos.

➤ **Criação de Fontes de Recursos para a Promoção da Habitação**

- 23.15 Criar regras mais claras e definidas de acesso ao crédito, com uma política que priorize e facilite o acesso da população de baixa renda, criando formas de utilização de recursos não onerosos para subsidiar essa faixa de renda;
- 23.16 Apoiar a aprovação do Projeto de Lei n.º 2710/92 referente à criação do Fundo Nacional de Moradia Popular, que associa recursos orçamentários e outras fontes, públicas e privadas, gerido por um conselho nacional;
- 23.17 Articular programas habitacionais e de implantação de infra-estrutura com a política de geração de emprego e renda.

➤ **Promoção de Novas Formas de Urbanização e Ocupação dos Vazios Urbanos**

23.18 Promover operações de urbanização consorciadas, baseadas em parcerias entre o setor público e privado, podem permitir uma estratégia de ocupação de vazios urbanos ou partes do tecido urbano, em áreas que não dispõem de infra-estrutura, a ser financiadas mediante a sustentabilidade econômico-financeira do conjunto de investimentos públicos e privados. Uma outra estratégia poderia se configurar pela abertura de novas frentes de ocupação urbana, por meio da conjunção de investimentos em uso do solo e transporte, a serem recuperados pela incorporação dos benefícios da urbanização deles decorrentes.

23.19 Fomentar a adoção de instrumentos a serem estabelecidos no Projeto de Lei no. 5788/90 - Estatuto da Cidade de modo a permitir o melhor funcionamento do mercado imobiliário, e impor o aumento da oferta de terras urbanas situadas em áreas que dispõem de infra-estrutura, contribuindo assim para que a propriedade urbana cumpra a sua função social.

➤ **Promoção da Igualdade de Gênero e de Grupos Vulneráveis**

23.20 Reafirmar os direitos da mulher chefe de família nos programas habitacionais, incorporando o princípio da igualdade entre homens e mulheres;

23.21 Priorizar, nos programas de moradias o atendimento adequado aos idosos e portadores de deficiências físicas, principalmente em áreas carentes.

24. Prioridades para o Desenvolvimento Urbano Sustentável

➤ **Aumentar a eficiência dos centros urbanos**

24.1 Melhorar a prestação dos serviços públicos, reduzir os custos associados às deseconomias de aglomeração e aumentar as atividades produtivas das cidades para atrair investimentos. A primeira ação busca eliminar focos de ineficiência da infra-estrutura urbana, mediante ações integradas nas áreas de transporte público, energia, telecomunicações, segurança e serviços públicos urbanos. A segunda tem por objetivo direcionar investimentos produtivos e em infra-estrutura moderna para setores promissores, em cidades com potencial de crescimento. Destacam-se as seguintes ações:

24.2 Incentivar a estruturação de novas atividades para os centros urbanos, com vistas à reconversão de seu perfil econômico, e aumento de sua capacidade de atrair investimentos;

24.3 Incentivar a revitalização de áreas centrais das grandes cidades, estimulando a implantação de soluções locais que assegurem a continuidade das intervenções e inovem nas relações de parceria com o setor privado, em especial estimulando a recuperação de edificações para moradia destinadas à população de baixa renda, junto com os movimentos populares;

24.4 Incentivar a conservação da energia e a busca de eficiência energética das cidades.

➤ **Buscar a Eficiência Energética das Cidades**

24.5 Melhorar o desempenho energético dos centros urbanos, com o combate ao desperdício do consumo de energia elétrica, tanto nos equipamentos urbanos como na concepção e uso das edificações. O desempenho energético pode ser considerado também na adoção de tecnologias eficazes de coleta, tratamento e destinação de resíduos sólidos e líquidos. A reciclagem da água potável, após sua utilização mais nobre, mediante sua utilização em finalidades de consumo não humano, pode constituir-se também em procedimento que contribua para a eficiência energética das cidades.

➤ **Melhorar a Prestação de Serviços de Saneamento**

24.6 Realizar investimentos em saneamento básico que considerem as diretrizes de uso e ocupação do solo urbano e que sejam indutores do processo de crescimento da cidade;

24.7 Integrar os serviços de abastecimento de água de esgoto sanitário e coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos, drenagem urbana, controle de vetores e preservação dos mananciais, por meio de uma gestão pública democrática com controle social e participação popular bem como a universalização do atendimento em saneamento ambiental mediante a efetivação de uma política de saneamento ambiental nos níveis federal, estadual e municipal;

24.8 Reafirmar a autonomia do poder concedente municipal visando a definição de prioridades, estabelecimento de tarifas, transparência nas planilhas de custos e melhor atendimento ao usuário;

24.9 Garantir subsídios para atendimento da demanda das famílias de baixa renda;

24.10 Definir políticas e estratégias voltadas para redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, com participação de todos os setores da sociedade;

24.11 Elaborar inventário nacional sobre resíduos tóxicos para a definição de medidas urgentes de prevenção e punição de ações de alto impacto ambiental;

24.12 Eliminar o déficit habitacional qualitativo, priorizando ao atendimento das populações de baixa renda;

24.13 Promover o retorno dos investimentos na área de saneamento e infra-estrutura básica, como condição essencial para a sobrevivência e saúde de grande parte da nossa população.

➤ **Melhorar a Prestação de Serviços de Transporte Urbano**

24.14 Realizar investimentos em transporte urbano que considerem as diretrizes de uso e ocupação do solo urbano e que sejam indutores do processo de crescimento da cidade;

24.15 Melhorar a mobilidade e a acessibilidade da população, particularmente da população que habita as periferias urbanas e metropolitanas;

24.16 Considerar as prioridades sociais e ambientais na estruturação do sistema viário urbano;

24.17 Transformar o transporte público em elemento do desenvolvimento social e sustentável das cidades, concentrando nele os investimentos públicos, priorizando sua utilização no sistema viário, desestimulando o uso dos automóveis nas áreas centrais e nos corredores de transporte;

24.18 Promover o controle social na definição de tarifas e efetivação no caráter público para as atuais e novas concessões do serviço de transporte coletivo;

24.19 Adaptar os transportes coletivos às necessidades e limitações dos portadores de deficiência física;

24.20 Promover investimentos na implantação de tecnologia de controle de viagens que promovam receita econômica do transporte coletivo, garantindo o acesso da sociedade às informações; investir no aprimoramento das técnicas de gerenciamento, na implantação maciça de tecnologia de controle de velocidade e nas campanhas de caráter local e nacional.

➤ **Garantir a sustentabilidade das políticas de desenvolvimento urbano**

24.21 Implementar sistemas de acompanhamento e avaliação de políticas urbanas, com indicadores urbanos capazes de medir os resultados qualitativos e quantitativos dos investimentos urbanos e ambientais;

24.22 Harmonizar os instrumentos de política de meio ambiente e de desenvolvimento urbano;

24.23 Integrar as ações setoriais urbanas mediante programas multissetoriais, articular e compatibilizar as políticas e ações das três esferas de governo na busca de cooperação e complementaridade das ações;

24.24 Articular e compatibilizar as políticas, programas e ações dos diferentes Ministérios e Órgãos Federais que atuam direta ou indiretamente em gestão e financiamento do Desenvolvimento Urbano;

24.25 Aperfeiçoar e consolidar a legislação urbana em âmbito federal, estadual e municipal.

25. Prioridades para a Capacitação e Desenvolvimento Institucional

➤ **O Fortalecimento da Capacidade de Planejamento e Gestão Urbana**

25.1 Superar as deficiências de natureza institucional, técnica e burocrática que vêm se constituindo em obstáculos à gestão urbana, incluindo as seguintes ações: monitoramento e avaliação; modernização do sistema de planejamento e gestão urbana - formulação, revisão e aperfeiçoamento da regulação urbana e dos sistemas de informação; simplificação de normas e procedimentos legais e administrativos; e capacitação dos atores e demais agentes do desenvolvimento urbano;

25.2 Envolver o sistema de ensino, as universidades e os Institutos de Pesquisas na formação dos agentes e na implementação deste Plano de Ação para a reforma urbana, exigindo dos organismos públicos de controle, nessas áreas, atuação efetiva para o redirecionamento das ações de ensino, pesquisa e extensão, articulando as temáticas sociais ao planejamento e desenvolvimento urbano;

25.3 Realizar estudos e pesquisas, bem como construir indicadores e dados desagregados por município, gênero, cor e etnia, com vistas a aprofundar o conhecimento da problemática urbana, especialmente a habitacional e fundiária, bem como das condições de infra-estrutura, nos levantamentos censitários e nas pesquisas nacionais por amostra de domicílios;

25.4 Aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos de políticas públicas de modo a contribuir eficazmente para a capacitação dos municípios como agentes de políticas urbanas.

➤ **Intercâmbio de Boas Práticas**

25.5 Estimular o intercâmbio de boas práticas de gestão urbana, particularmente no que se refere a processos e procedimentos aplicáveis às necessidade de habitação, saneamento e transporte, por meio eletrônico de comunicação e informação e com o intercâmbio de técnicos e profissionais do país.

➤ **Cooperação Inter-governamental para o desenvolvimento das Aglomerações Urbanas**

25.6 Criar uma nova abordagem institucional, legal e operacional para a gestão metropolitana e promover o acompanhamento e a análise do processo de urbanização do país;

25.7 Promover ações integradas de desenvolvimento urbano, voltadas à redução das disparidades – urbanas e sociais, mediante o fortalecimento institucional - gestão compartilhada no exercício das funções públicas de interesse comum: planejamento urbano; capacitação técnica - e execução de políticas de habitação - regularização e urbanização de favelas; construção e melhoria habitacional - saneamento - água, esgoto e resíduos sólidos - transporte público - qualidade, confiabilidade e flexibilidade e oferta adequada do serviço – equipamentos comunitários - creches, escolas, postos de saúde - e segurança pública.

➤ **Promoção de parcerias com o setor privado e sociedade civil organizada:**

25.8 Criar e fortalecer mecanismos de gestão compartilhada, facilitando a construção de parcerias entre os setores público e privado e a comunidade envolvida, visando convergência de ações, cooperação, participação comunitária e atuação conjunta de longo prazo;

25.9 Aperfeiçoar o quadro legal em vigor, ou em exame, visando viabilizar a parceria público – privada na gestão e operação dos sistemas de saneamento e transporte urbano voltada para a modernização gerencial, transparência de ações e maior controle da sociedade;

25.10 Incentivar programas de adesão e comprometimento da iniciativa privada, em parceria com órgãos governamentais, para melhorar a qualidade e o padrão dos bens e serviços ofertados, buscando eficiência, proteção do meio ambiente e utilização racional dos materiais, evitando perda e desperdício;

25.11 Promover parcerias com o setor privado e sociedade civil organizada, mediante a adoção dos concursos públicos de idéias e projetos arquitetônicos e urbanísticos, com escolha por critério de qualidade, conforme deliberação da XX Conferência da UNESCO, da qual o Brasil é signatário;

25.12 Incentivar a participação do setor privado na prestação dos serviços urbanos e na realização de investimentos.

➤ **Promover a modernização da gestão urbana**

25.13 Promover programas de desenvolvimento institucional de capacitação contínua dos agentes públicos e privados em novas técnicas de gestão e de uso de instrumentos de planejamento adequados às condições sociais da população;

25.14 Criar e aperfeiçoar instrumentos legais, regulatórios, que considerem inclusive a defesa do consumidor que promovam a eficiência, equidade, eficácia e transparência na gestão das cidades.

➤ **Promover a criação e aperfeiçoamento de mecanismos que propiciem a utilização de diferentes arranjos financeiros:**

25.15 Buscar novas modalidades de aporte de recurso, com união de distintas fontes - governamental, privada ou de agência internacional;

25.16 Articular o aprimoramento do sistema tributário, com vistas a financiar as ações de desenvolvimento urbano;

25.17 Promover e incentivar a participação de associações, condomínios e consórcios, ou outras organizações formais da sociedade civil, como mutuários e beneficiários dos recursos financiados;

25.18 Consolidar e articular os programas e fundos existentes, de modo a aumentar a eficiência da aplicação dos recursos alocados;

25.19 Formular instrumentos que procurem, mediante o aporte de recursos privados, a maximização de benefícios à sociedade;

25.20 Incentivar a criação, em parceria com o setor privado, de novos mecanismos de financiamento do desenvolvimento urbano que permitam a otimização dos investimentos;

25.21 Buscar novas fontes de recursos compatíveis com operações de longo prazo, conciliando rentabilidade e prazo de captação e aplicação;

25.22 Desenvolver política de subsídio explícito, intransferível e temporário e de implantação de soluções alternativas para beneficiar famílias de baixa renda.

26. Prioridade para a Cooperação Internacional

26.1 Fortalecer os mecanismos de cooperação técnica entre governos e organizações da sociedade e as universidades;

26.2 Promover a realização de estudos e pesquisas, bem como ampliar a dotação de recursos para a cooperação internacional nos setores de habitação e saneamento, buscando a realização de estudos e pesquisas, e a implementação de políticas urbanas e assegurando a participação dos estados, municípios e organizações não governamentais que trabalham neste campo nas ações de cooperação internacional;

26.3 Incrementar a cooperação técnica e financeira internacional, para que os benefícios oriundos da absorção de conhecimentos técnicos, tecnologia, informações e experiências sejam incorporados a políticas de desenvolvimento urbano e meio ambiente;

26.4 Aprimorar as formas de disseminação das atividades de cooperação técnica e financeira internacional, imprimindo mais transparência às ações;

26.5 Fortalecer a participação de profissionais brasileiros interessados em trabalhar em projetos de cooperação técnica internacional, prestada e recebida, no Brasil e no exterior construindo e mantendo atualizado um banco de dados com informações sobre esses profissionais;

26.6 Fomentar a oferta de assistência técnica ao exterior, particularmente aos países da América, Latina, América Central, Caribe e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, por parte de profissionais brasileiros altamente qualificados propiciando, ao mesmo tempo, o intercâmbio com profissionais dos países recipientes, permitindo a observação por esses profissionais das práticas em curso no Brasil.

XI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Relatório de Avaliação do Avanço Brasil*. Brasília: 2000.

_____. *O Brasil e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Relatório da Sociedade Civil sobre o Cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*. Brasília: 2000.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. *Habitação: Estado das Artes*. Brasília: 1999.

_____. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Política Urbana. Departamento de Habitação. *Relatório Gerencial dos Programas de Habitação*. Brasília: 2000.

_____. Secretaria do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Política Urbana. Fundação João Pinheiro. *Déficit Habitacional no Brasil*. Brasília: 1995.

_____. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. *Processo de desenvolvimento urbano no Brasil e o desenvolvimento do setor de transporte urbano*. Brasília: SEDU/PR, 2000.

_____. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. *Grupo de Trabalho Saneamento: O Estado da Arte no Setor de Saneamento Básico*. Brasília: SEDU/PR, 2000.

_____. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. *Política Nacional para o Transporte Urbano: Documento para Discussão*. Brasília: SEDU/PR, 2000.

_____. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. *Diagnóstico do Transporte Coletivo Urbano – Volume I – Contexto Geral do Transporte Urbano*. Brasília: SEDU/PR, 2000.

_____. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. *Grandes números*. Brasília: SEDU/PR, 2000.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988.

_____. Lei no 10.028 de 19 de outubro de 2000. Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei no 201, de 27 de fevereiro de 1967. *Diário Oficial*. Brasília, no 203, p.01, 2000, Seção 1.

CENTRO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS -HABITAT. *Programa de Indicadores Urbanos Guia Metodológico e Planilhas de Indicadores para Istambul + 5*. Quito, Equador: 2000.

CRUZ, B. & MORAIS, M. P. *Demanda por Habitação e Serviços Urbanos No Brasil: Uma Abordagem Hedônica*. Brasília: IPEA/DIUR. Paper a ser apresentado no THE ENRH 2000 CONFERENCE em GAVLE, Suécia, de 26-30 de Junho de 2000.

DE GRAZIA, Grazia e QUEIROZ, Lêda Lúcia. *A Sustentabilidade do Modelo Urbano Brasileiro: Um Desafio*. Rio de Janeiro: 2000.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Revista Conjuntura Econômica*. março: 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Questionário. Manual do Entrevistador e Notas Metodológicas da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD)*. Rio de Janeiro: 1998.

_____. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. Rio de Janeiro: 1989.

_____. *Microdados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD)*. Rio de Janeiro: 1998.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: 1997.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: 1998.

_____. *Síntese dos Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: 1999.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro: 1997.

_____. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999*. Rio de Janeiro: 1999.

_____. *Dados Preliminares do Censo Demográfico (2000)*. Rio de Janeiro: 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA /INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Dimensões das Carências Sociais – Informações Municipais*. Brasília: 1996.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Estudo Gestão Uso do Solo e Disfunções do Crescimento Urbano. Relatório Final*. Brasília: 1998.

_____. *1995-1998: Quatro anos de transformações*. Brasília: 1999, mimeo.

_____. *Boletim de Política Social no 01*. Brasília: 1998.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA/ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/ NÚCLEO DE ECONOMIA SOCIAL, URBANA E REGIONAL/INSTITUTO DE ECONOMIA –UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Relatório Final*. Brasília: 1999.

KRAYCHETE, G. *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*. mimeo.

LIMA, Iêda (1998). A crise do transporte urbano: o que o governo federal tem a ver com isso. In: *Revista dos Transportes Públicos*. N.º 81, pp. 31-52. São Paulo: 4º trimestre, 1998.

MOTTA, Marco Antônio Vivas. *Trânsito e Transporte Público Urbano no Brasil*. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2000.

MORAIS, M.P.; CRUZ, B.O. Residential Segregation And Social Exclusion In Brazilian Housing Markets. Artigo preparado para apresentação na 2001 International Real Estate Conference of the American Real Estate And Urban Economics Association. Cancun, México: Maio, 6-8, 2001.

NERI, M. C.; AMADEO, E. J.; CARVALHO, A.P. & NASCIMENTO, M. C. Assets, Markets and Poverty in Brazil. *Ensaio Econômico da EPGE*, no. 374. Rio de Janeiro: FGV/EPGE, 2000.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Projeto de Lei nº 2710/92.

RIBEIRO, J. A. E FERNANDES, M. A. In: *Boletim de Política Social*. No. 1. Brasília: julho de 2000.

ROCHA, S. On Statistical Mapping of Poverty: Social Reality , Concepts and Measurement. *Texto para Discussão nº. 553*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

ROCHA, S. Pobreza e Desigualdade no Brasil: O Esgotamento dos Efeitos Distributivos do Plano Real. *Texto para Discussão Interna nº 721*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ROCHA, Sônia. Do Consumo Observado à Linha de Pobreza, in: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Vol.27 (2). Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

SOARES, S.S.D. *O perfil da discriminação no mercado de trabalho: Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras*. Texto para discussão nº. 769. Brasília: IPEA, 2000.

XII. ANEXO I - LEGISLAÇÃO**27. Decreto que Cria o Comitê Nacional****DECRETO DE 1º DE DEZEMBRO DE 2000 ***

Cria o Comitê Nacional para a preparação da participação brasileira na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para a revisão e avaliação da implementação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Resolução n.º 53/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas que, em sessão de 28 de janeiro de 1999, adotou decisão de convocar a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para a revisão e avaliação da implementação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos.

D E C R E T A

Art. 1º Fica criado o Comitê Nacional para a preparação da participação brasileira na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para a revisão e avaliação da implementação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos.

Art. 2º Compete ao Comitê Nacional assessorar o Presidente da República nas decisões relativas à formulação das posições brasileiras para as negociações.

Art. 3º O Comitê Nacional será presidido pelo Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República e integrado por representantes do Governo e da sociedade civil, designados pelo Presidente da República.

§ 1º Caberá ao Presidente do Comitê Nacional a designação de integrante do Comitê para substituí-lo em caso de ausência.

§ 2º Na hipótese de afastamento, temporário ou definitivo de integrante do Comitê, caberá ao seu Presidente a designação de substituto, ouvidos os demais integrantes.

Art. 4º A Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República atuará como Secretaria Executiva do Comitê.

Art. 5º O Presidente do Comitê Nacional poderá convidar, na qualidade de observadores, representantes de outros órgãos da administração federal, estadual e municipal e de entidades privadas, assim como de organizações não governamentais, cuja presença em reuniões do Comitê seja necessária ao cumprimento de suas atribuições, ou solicitar para tanto contribuições por escrito.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 01 de dezembro de 2000, 179º da Independência e 112º da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL
Gilberto Coutinho Paranhos Velloso

* Publicado no Diário Oficial de 4 de dezembro de 2000, Seção 1, pág. 8

28. Decreto que Designa os Membros do Comitê Nacional**DECRETO DE 1º DE DEZEMBRO DE 2000**

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 84 inciso VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto de 1º de dezembro de 2000, que cria o Comitê Nacional para a preparação da participação brasileira na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para a revisão e avaliação da implementação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, resolve:

D E S I G N A R

os seguintes membros para integrar o Comitê Nacional para a preparação da participação brasileira na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para a revisão e avaliação da implementação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos:

OVÍDIO ANTONIO DE ANGELIS, Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, que o presidirá;

IRIS REZENDE MACHADO, Senador da República;

EDUARDO PIRAGIBE GRAEFF, Assessor Especial do Gabinete do Presidente da República;

EDUARDO NOVAES, Secretário de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos do Ministério do Meio Ambiente;

ASER CORTINES PEIXOTO FILHO, Diretor de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal;

VIRGÍNIA BERNARDES DE SOUZA TONIATTI, Chefe de Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores;

RICARDO ROBERTO DE ARAÚJO LIMA, Diretor Adjunto do Departamento de Estudos Regionais e Urbanos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

TEREZA CRISTINA NASCIMENTO ARAÚJO, Pesquisadora do Departamento de População e Indicadores Sociais, Diretoria de Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

MARA DARCY BIASI FERRARI PINTO, Superintendente Geral do Instituto Brasileiro de Administração Municipal;

LUIZ ROBERTO PONTE, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção;

HAROLDO PINHEIRO VILLAR DE QUEIRÓZ, Presidente Nacional do Instituto dos Arquitetos do Brasil;

MARIA FLORA GONÇALVES, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional;

REGINA MARIA PROSPERIMEYER, Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; e

GRAZIA D'E GRAZIA, membro do Fórum Nacional de Reforma Urbana.

Brasília, 1º de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL
Gilberto Coutinho Paranhos Velloso

29. Decreto que Designa a Delegação para Participar da Reunião Preparatória de Nairóbi.**DECRETO DE 30 DE JANEIRO DE 2001**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 1.565, de 05 de setembro de 1939, regulamentado pelo Decreto n.º 44.721, de 21 de outubro de 1958, e na Lei n.º 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto n.º 71.733, de 18 de janeiro de 1973, alterado pelo Decreto n.º 1.656, de 3 de outubro de 1995, resolve:

D E S I G N A R

a seguinte Delegação para participar da Segunda sessão substantiva do Comitê Preparatório da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para a revisão e avaliação da implementação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, a realizar-se no período de 19 a 23 de fevereiro de 2001, em Nairóbi, no Quênia.

CHEFE:

OVÍDIO ANTONIO DE ANGELIS, Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano;

CHEFE ALTERNO:

JOAQUIM AUGUSTO WITHAKER SALLES, Embaixador do Brasil em Nairóbi;

DELEGADOS:

IRIS REZENDE, Senador;

EULER LÁZARO DE MORAIS, Deputado Federal;

JOSÉ ÍNDIO, Deputado Federal;

GUSTAVO FRUET, Deputado Federal;

EDUARDO PIRAGIBE GRAEFF, Assessor Especial do Gabinete do Presidente da República;

VIRGÍNIA BERNARDES DE SOUZA TONIATTI, Chefe de Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores;

EMMANUEL CAVALCANTE PORTO, Gerente do Programa de Gestão Urbana da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU);

MARLENE ALLAN DE SOUZA FERNÁNDEZ, Diretora de Assuntos Internacionais do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM);

DIANA MEIRELLES DA MOTTA, Coordenadora de Política Urbana do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA);

REGINA MARIA PROSPERÍ MEYER, Professora de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP);

Brasília, 30 de janeiro de 2001: 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Celso Lafer

XIII. ANEXO II – FORMATO DO WORKSHOP NACIONAL**SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU****ISTAMBUL +5****WORKSHOP NACIONAL****Estrutura**

Data:	17 e 18 de abril de 2001
Local:	Instituto Rio Branco - SAFS Q 05 lotes 2 e 3 Brasília, DF
Objetivos:	Avaliar o cumprimento dos compromissos da Agenda Habitat, especialmente quanto aos progressos alcançados e obstáculos encontrados em sua implementação; Promover o debate e colher contribuições da sociedade sobre a implementação da Agenda Habitat no Brasil e sobre as medidas e iniciativas futuras.
Estrutura dos Trabalhos	O documento base do workshop é o Relatório Nacional contendo as contribuições apresentadas pelos membros do Comitê. Os trabalhos serão estruturados em seis sub-comitês temáticos, que se reunirão durante dois dias, com o propósito de obter uma base prática para uma estratégia de ação futura. Os sub-comitês temáticos localizarão: (i) moradia; (ii) desenvolvimento social e erradicação da pobreza; (iii) gestão ambiental e desenvolvimento urbano; (iv) desenvolvimento econômico; (v) governança; e (vi) cooperação internacional. A estratégia de ação e as iniciativas futuras, pertinentes a cada tema deverão permear os debates dos sub-comitês.
Formato dos Trabalhos:	1. Sessão Plenária de Abertura para apresentação do Relatório Nacional com todos os participantes; 2. Formação dos seis sub-comitês temáticos; 3. Reunião dos sub-comitês temáticos; 4. Sessão Plenária para apresentação, pelos relatores, dos resultados dos sub-comitês. 5. Encerramento

SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU
ISTAMBUL +5
WORKSHOP NACIONAL
17 e 18 de abril de 2001

Pauta dos Trabalhos

Dia 17 de abril de 2001

09h30 – 10h00	Abertura: Apresentação do Relatório Nacional pelo Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano, Ministro Ovidio de Angelis.
10h30 – 10h15	Intervalo
10h15 – 12h30	Os participantes pré-inscritos terão a palavra para se pronunciarem sobre os temas do Relatório Nacional.
12h30 – 14h30	Intervalo para o almoço
14h30 – 18h30	Reuniões de trabalho dos Sub-Comitês Temáticos 1, 2 e 3, sob a coordenação do moderador, com relatoria, conforme lista a seguir.

Dia 18 de abril de 2001

08h30 – 12h30	Reuniões de trabalho dos Sub-Comitês Temáticos 4, 5 e 6, sob a coordenação do moderador, com relatoria, conforme lista a seguir.
12h30 – 14h30	Intervalo para o almoço
14h30 – 17h30	Reunião plenária para apresentação, pelos relatores, dos resultados das reuniões de trabalho dos sub-comitês temáticos.
18h00	Encerramento

SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU
ISTAMBUL +5
WORKSHOP NACIONAL
17 e 18 de abril de 2001

Plenária 1:

Moderador: Luis Roberto Ponte (CBIC)
Relator: Eduardo Graeff (Gabinete da PR)

Sub-comitê 1 - Moradia:

Moderador: Aser Cortines Peixoto Filho (CAIXA)
Relator: Maria Gezica Valadares (Prefeitura de BH)
Sub-Relator: Edmundo Fontes (CONAM)

Sub-comitê 2 – Desenvolvimento Social e Erradicação da Pobreza:

Moderadores: Deputado Euler de Moraes
Deputado Gustavo Fruct
Relator: Maria Flora Gonçalves (ANPUR)

Sub-comitê 3 – Gestão Ambiental e Desenvolvimento Urbano:

Moderador: Alfredo Gastal (MMA)
Relator: Regina Meyer (FAU/USP)

Sub-comitê 4 – Desenvolvimento Econômico

Moderador: Ricardo R. A. Lima (IPEA)
Relator: Aristides Lima Green (IBGE)

Sub-comitê 5 – Governança

Moderador: Mara Biasi Ferrari Pinto (IBAM)
Relator: Grazia de Grazia (FASE)

Sub-comitê 6 – Cooperação Internacional

Moderador: Virginia Toniatti (MRE)
Relator: Emmanuel C. Porto

Plenária de Encerramento

Moderador: Haroldo Pinheiro Villar de Queiróz (IAB)
Relatores: Marlene Fernandes (IBAM)
Diana Meirelles da Motta (IPEA)

XIV. ANEXO III – PARTICIPANTES DO WORKSHOP NACIONAL ISTAMBUL + 5

Participante	Entidade
Adolfo Marinho de Pontes	Câmara dos Deputados
Adriana Rodrigues Martins	Divisão de Temas Sociais - MRE
Alex Abiko	Escola Politécnica da USP
Alexandra Reschke	Núcleo de Desenvolvimento Urbano PT - Câmara dos
Alfredo Gastal	Projeto de Gerenciamento Ambiental Urbano - MMA
Almir Fernandes	Comissão de Política Urbana - IAB
Amélia Maria de Oliveira Reynaldo	Fundação de Desenvolvimento Municipal/PE
Ana H. Sabóia	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Andréa de Cássia Lopes Pinheiro	FASE-PARÁ/AMAZÔNIA
Antônio Carlos de Bastos Costa Campos	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Antonio José de Araújo	Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM
Antônio Maurício Ferreira Neto	Ministério dos Transportes
Antônio Menezes Júnior	Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas
Aristides Lima Green	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Aser Cortines Peixoto Filho	Caixa Econômica Federal
Bernadete Kouzeu	Secretaria Especial de Habitação/RS
Circe Gama Monteiro	Universidade Federal de Pernambuco
Dalton Bittencourt Ferreira	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Denise Prudente de Fontes	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Diana Meirelles da Motta	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
Edien Pantoja	OXFAM-Recife
Edmundo F. Fontes	CONAM
Eduardo Graeff	Presidência da República
Eduardo Luiz Gonçalves Rios Neto	ABEP - Centro de Desenvolvimento em Planejamento Regional
Eliomar Coelho	Câmara Municipal do Rio de Janeiro
Elisabete França	Comissão Nacional de Habitação - IAB
Emmanuel Cavalcante Porto	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano/PR
Énio Nonato de Oliveira	CONAM
Érico Gilberto Vanderlei	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Euler Lázaro de Moraes	Câmara dos Deputados
Eva Machado Barbosa Samios	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e
Flávia Brasil	Fundação João Pinheiro - Escola de Governo
Flavio Henrique Abdenur Candelot	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Francisco Russo Júnior	Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC
Gilda Blank	Caixa Econômica Federal
Gilson Menezes	Associação Brasileira de Prefeitos - ABRAP
Graça Costa	FASE/BELÉM
Graça Paiva	Prefeitura de Recife
Grazia de Grazia	Fórum Nacional da Reforma Urbana
Gustavo Fruct	Câmara dos Deputados
Haroldo Pinheiro Villar de Queiróz	Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB
Heleno Franco Mesquita	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Ieda Maria de Oliveira Lima	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Irenêo Ceciliano Joffily Bezerra	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Jackson da Costa Pereira	Sinduscon-RJ
Jaira Maria Alba Puppin	Caixa Econômica Federal
José Siqueira Filho	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Leonardo Pessina	CAAP
Luciano de Almeida	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Luis Roberto Ponte	Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC

Mara Darcy Biasi Ferrari Pinto	Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Marco Antônio Machado	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Maria Ângela Cavalcante	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Maria da Piedade Moraes	IPEA
Maria Flora Gonçalves	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em
Maria Geizica Valadares	Secretaria de Habitação de Belo Horizonte
Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves	SINDUSCON/MG
Maria Lucia Casassanta Bruzzi	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Maria Salette de Carvalho Weber	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Maria Sílvia Barros Lorenzetti	Câmara dos Deputados
Marlene Allan de Souza Fernandes	Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Marta Dora Grostein	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São
Nabil Bonduki	Instituto Cidadania
Nazareno Sposito Neto Stanislaw Affonso	Associação Nacional de Transporte Público – ANTP
Neide Silva	ETAPAS/RE
Nelson Saule Júnior	POLIS
Nelson Teixeira da Silva	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Raquel Rolnik	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Regina Maria Prosperi Meyer	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
Ricardo Izar	Câmara dos Deputados
Ricardo Roberto de Araújo Lima	Departamento de Estudos Regionais e Urbanos – IPEA
Roque de Barros Lariaia	ANPOCS
Saulo Manoel da Silveira	União Nacional dos Movimentos da Moradia
Sérgio Bueno	Programa Comunidade Ativa
Sérgio Seabra Santiago	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Severino Ramos de Moura	Ação Urbana
Sônia Rodrigues Haddad	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Tânia Barella	Comissão de Desenvolvimento Urbano – IAB
Vera Lúcia Santos Ribeiro	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Victor Carvalho Pinto	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
Virgínia Bernardes de Souza Toniatti	Ministério das Relações Exteriores

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª será atendido na forma do Regulamento.

A Presidência ressalta ter o ilustre Senador Antonio Carlos Valadares participado da reunião da ONU, como representante oficial do Senado da República.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung, por vinte minutos.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a vigésima reunião de cúpula do Mercosul, que se realiza na próxima quinta-feira, em Assunção, no Paraguai, é mais uma oportunidade para esta Casa voltar a debater os rumos do relacionamento comercial do Brasil com os países do Cone Sul e, a par tir dis so, com o resto do mundo e, espe cial men te, a criação da Área de Livre Comércio das Américas – Alca.

Os representantes brasileiros na reunião de Assunção de vem ter a con vic ção de que a ampliação dos nos sos ho ri zon tes co mer ci ais – em que in cluo o estreitamento de relações com a União Eu ro péia – só logrará êxito se mostrarmos ao mundo um bloco forte e preparado para a pesada competição internacional.

A Alca de i xou de ser as sun to res tri to às si su das páginas de economia e ganhou outra dimensão na agenda política nacional. O contencioso como Canadá sobre a suposta contaminação do gado brasileiro pelo mal da vaca louca estabeleceu um divisor de águas, mostrando a clareza da relação entre o processo de negociação dos acordos internacionais e regionais e os rumos do País.

A reação nacional evidenciou o quanto as políticas de desenvolvimento setorial e local bem como a participação da sociedade são elementos complementares e inseparáveis de uma política de integração internacional. O assunto de i xou os en con tros di plomáti cos e che gou ao Brasil de carne e osso. E, ao que pa re ce, che gou para fi car.

O tema, no entanto, não é novo. As negociações para a criação da Alca tiveram início em 1994, com a Declaração de Princípios da Cúpula de Miami. A posição brasileira mudou. Até a Rodada do Milênio da Organização Mundial do Comércio (OMC), havia a crença de que a Alca acabaria subordinada a um acordo mundial de liberação do comércio, o que deter mi nou uma pos tu ra de em pur rar o as sun to com a bar ri ga, uma es pé cie de vi são cor-de-rosa do processo de globalização, que acabou no fracasso das negociações e de um en con tro que en trou para a his tória principalmente pela pancadaria nas ruas de Se a-

tle. Prevaleceu, de lá para cá, a estratégia de preparar o Brasil seriamente para as negociações da Alca e outras negociações internacionais.

Da mesma forma, foi tímida a estratégia do Governo de envolvimento da sociedade na implementação dessa discussão. Em 1996, o Governo criou a Senalca (Seção Nacional de Coordenação de Assuntos relativos à Alca), com o objetivo específico de preparar as posições brasileiras no processo de negociação. A XXIX reunião da Senalca, realizada no último dia 9 de maio, significou uma mudança de posicionamento sintonizada com o sentimento da Nação e a necessidade de uma agenda de negociações.

Para avançar nesse debate, gostaria de alinhar alguns temas como contribuição, procurando, inicialmente, responder à pergunta sobre o que significa a Alca.

O primeiro passo é comparar tipos de processos de integração econômica internacional, tomando como exemplo a Área de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), o Mercosul, a antiga Comunidade Econômica Europeia (CEE), a União Econômica Europeia (UEE) e a própria Alca.

Nesse contexto, cabe abordar posições explicitadas em publicações do professor Henrique Ratner, coordenador do Programa ProLides Brasil – Programa de Liderança e Desenvolvimento Sustentável no Mercosul da Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças.

Ele faz questão, em seus trabalhos, de diferenciar área de preferências tarifária, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica.

A Alca, que, nesta etapa de negociações, reúne 34 países, à exceção de Cuba, será uma zona de livre comércio, com área de 38,4 milhões de metros quadrados e população de 783 milhões de pessoas. O PIB chega a US\$11,5 trilhões. O Nafta (Canadá, EUA e México) é responsável por aproximadamente 88% do PIB das Américas, dos quais 80% correspondem aos Estados Unidos. Os países que comporiam a Alca respondem por 50% de nosso comércio exterior – esse é um dado importante – e por 70% das nossas exportações de manufaturados. Tem razão o Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, ao afirmar que “embora o engajamento nas negociações não tenha caráter excludente, precisa ser encara do com consciência da magnitude do que está em jogo”.

A segunda questão que queria abordar neste pronunciamento é que participar ou não é, na verdade, um falso dilema.

Há a tendência, Sr. Presidente, para que a discussão em torno da Alca assuma certos contornos ideológicos. É compreensível que assim seja em função da participação dos Estados Unidos como ator principal do processo de integração. De um lado, estão o peso e o desenvolvimento da economia americana, que representariam um risco evidente à sobrevivência de competidores mais frágeis. De outro, a ideologia dominante nos meios políticos americanos, que atribui aos mecanismos de mercado e à liberdade de comércio o papel preponderante e exclusivo na integração mundial.

Daí derivam dois posicionamentos contrários à Alca: o primeiro nega seus resultados **a priori**; o outro a rejeita por razões ideológicas.

O Embaixador Rubens Ricupero, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, que tem escrito muito sobre o assunto, em um de seus artigos caracterizou a primeira posição como a da queles que “não acreditam que, uma vez removidas as barreiras internas de proteção ou as margens de preferência aduaneira nos países latino-americanos, poderíamos competir, dentro do nosso mercado ou nos dos vizinhos, contra a primeira potência do mundo em comércio, indústria, finanças e tecnologia. Estão convencidos de que o acordo hemisférico é incompatível com o Mercosul e acabará por engoli-lo, inviabilizando, no mesmo golpe, a aspiração de edificar uma identidade econômica e diplomática para a América do Sul”.

Para o Embaixador Ricupero é um equívoco tachar a Alca de inevitável ou de inconcebível, pois “o simples enunciado sumário de tese e antítese basta para indicar que não nos deparamos com o trivial de se cos e molhados, mas com problemas cruciais que poderão definir o projeto de país para os próximos cem anos. A fim de evitar erros de consequência talvez irreparáveis, deve-se afastar de saída as duas posturas apriorísticas, a da inevitabilidade porque psicologicamente entrega a negociação antes de começar e a de que o acordo é inconcebível porque torna qualquer negociação inviável”.

A resistência ideológica evidencia-se mais explicitamente no campo da esquerda. De uma forma simplista acaba com o fundamento de se contraparticipar das negociações da Alca com o combate ao capitalismo global.

Rejeitara globalização em si, pelo seu aspecto integrador em nível mundial, em vez de combater os seus efeitos e pensar na construção de uma sociedade

de alternativa é como propor a ação de “desplugar” uma determinada nação do contexto internacional.

Não é razoável, porém, com fundamentos visões estratégicas com a condução da política de comércio exterior do País. Os riscos de imobilismo e perda de oportunidade são demasiadamente sérios para que deixemos que uma abordagem desse tipo contamine um debate como este, do qual este que renodo partícipar hoje desta tribuna.

A negociação sobre a Alca não pode ser tratada isoladamente, pois ela só tem sentido quando analisada nos marcos de uma estratégia mundial. “O PIB brasileiro corresponde a 35% do PIB latino-americano e a 66% do PIB do Mercosul. Ele, porém, é apenas 7% do PIB americano.” Apesar disso, a Alca não terá sentido sem o Brasil, na minha opinião. A extensão territorial e a importância e diversificação da nossa economia credençam-nos para uma inserção de cunho global no cenário internacional. É justamente essa estratégia que fortalece o nosso papel no processo de negociações e, mais do que isso, nos permite uma maior independência.

A diplomacia brasileira trabalha a Alca simultaneamente com as negociações entre o Mercosul e a União de Economia Europeia. Além de correto, esse é também o melhor caminho para evitar os embargos no âmbito regional.

O Mercosul passou a enfrentar sérias dificuldades após a mudança do regime de câmbio e consequente desvalorização do real, em 1999. Brasil e Argentina representam, no entanto, 97% da economia do bloco do Mercosul. Tendo em vista as negociações da Alca, a viabilidade do Mercosul dependerá em grande parte da ação brasileira e de uma necessária reflexão conjunta sobre os futuros da integração sul-americana. Fato para essa discussão, Sr. Presidente, é a alteração na política cambial adotada pelo Governo argentino no fim da semana passada, cujos efeitos para a recuperação econômica da quele país ainda são uma enorme interrogação.

A pauta de negociações, quando voltamos a discutir a Alca, é bastante extensa. Porém, alguns temas são essenciais para garantir a participação do Brasil na criação da Alca.

A primeira delas – e está aqui o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, que vai participar, com a CAE, nos próximos dias, alguns eventos sobre o assunto – é assegurar que as discussões incluam as barreiras não tarifárias. Segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, 60% de nossas exportações

ções para os Estados Unidos enfrentam algum tipo de restrição não tarifária. É o caso, por exemplo, do aço, e esse é um assunto que conheço, pois a CST, no Espírito Santo, produz esse minério.

Segundo, garantir que as medidas trabalhistas, sanitárias e fitossanitárias, ainda que necessárias, as quais defendo e tenho defendido neste Congresso, nesta tribuna, não sejam utilizadas como barreiras ao comércio, o que é um absurdo, como ocorreu no recente episódio do embargo canadense às exportações de carne brasileira.

Terceiro, evitar uma nova investida dos americanos, para além dos acordos já existentes no âmbito da Organização Mundial do Comércio, OMC, na política de propriedade intelectual. E a legislação do nosso País sobre propriedade intelectual já avançou muito.

Deve-se trabalhar ainda para reduzir o arbítrio e garantir igualdade de direitos e tratamento na adoção de medidas antidumping e de compensações, usadas de forma abusiva pelos países do Primeiro Mundo, como é o caso do Canadá na disputa com a Embraer.

Cabe-nos ainda evitar novas investidas dos Estados Unidos para acelerar e ampliar o escopo das discussões sobre o comércio eletrônico.

Por fim, assegurar mecanismos que minimizem o desequilíbrio entre parceiros, especialmente no que diz respeito à infraestrutura e logística.

A reunião ministerial de Buenos Aires trouxe novidades importantes para a discussão do tema. Os ministros acordaram que maio de 2002 é a data para que as negociações de acesso a mercados propriamente ditas tenham início. Isso faz dos próximos onze meses um período decisivo para a capacitação brasileira.

Nessa etapa, creio que há iniciativas a serem viabilizadas. A primeira é ampliar a nossa participação no processo de negociação. Temos que envolver os meios acadêmicos, sindicatos, integrar as políticas de desenvolvimento local e nacional e mobilizar todos os demais setores que possam contribuir para a discussão. O assunto é por demais importante para ser tratado exclusivamente por diplomatas.

Há um conjunto de iniciativas em andamento no Congresso Nacional. Portanto, o melhor caminho é a unificação de esforços.

Grande parte do sucesso nas negociações depende de um grau apurado de conhecimento dos impactos por setores e atividades da nossa economia (incluindo a relação com temas técnicos da negociação,

tais como regras de acesso – como ci tei ante ri or mente –, tarifas aplicadas e consolidadas, antidumping e direitos compensatórios, de forma a evitar restrições futuras aos produtos brasileiros, como já ocorre em outros casos). Nesse sentido, devem ser aprofundados os esforços de coordenação pelo Itamaraty e garantida a realização de amplos e apurados estudos econômicos que analisem a situação de cada setor da economia brasileira frente à criação da Alca, frente à discussão com o Mercado Comum Europeu e, possivelmente, com outros blocos no futuro.

É importante lembrar que, conforme a Organização Mundial do Comércio (OMC), uma zona de livre comércio deve abranger 85% da economia dos países-membros. As negociações da Alca prevêem um prazo de até quinze anos para liberação completa. Portanto, devemos saber muito bem entre quais setores nos interessa estar dentro dos 15% não compreendidos na liberação tarifária e qual o prazo de adaptação para o restante.

Já está claro, Sr. Presidente, que há setores em situações diferenciadas no País. É só passar um olhar pela economia brasileira. O setor de química, o de informática e o de seguros, não há dúvida, estariam absolutamente ameaçados em uma integração como essa. Já o têxtil necessitaria, na verdade, de uma antecipação do livre comércio. O mesmo sucederia com o siderúrgico, que necessitaria também, pelos números que temos, de conjugar a integração com uma política de aumento de capacidade instalada. Para outros, como o eletrônico, haveria de se criar oportunidade em determinados nichos.

Em resumo, precisamos aprofundar o conhecimento de forma a estruturar as nossas estratégias de negociação.

O debate sobre a Alca é particularmente importante, para lançar luz sobre o papel de planejador, coordenador e indutor do Estado brasileiro no que tange ao desenvolvimento econômico nacional. O desafio é fazer com que a capacitação para as negociações da Alca, bem como de outros processos de integração internacional que citei neste discurso, articule-se com uma agenda de construção da competitividade setorial do nosso País e a superação das nossas vulnerabilidades internas e externas.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador Paulo Hartung, sem prego de ouvir o

discurso de V. Ex^a, pela clareza com que aborda os temas que apresenta e, especialmente, pela seriedade no exercício do mandato. Concordo com a observação de que não podemos ser, de pronto, em primeira mão, contrários ou favoráveis à Alca, que se está consolidando e se vai consolidar. O importante é estarmos preparados para as negociações. Precisamos corrigir nossas deficiências e não atuarmos no processo como segundos. Vamos ser parceiros iguais. Vamos mostrar a nossa importância no processo e defender nossos interesses de acordo com os nossos interesses e não como geralmente é feito, ou seja, defendendo mais os interesses dos outros que os nossos. Essa é uma deliberação aliada. Pelo menos, em determinados segmentos, não tenho a menor preocupação com a influência americana no processo. Aquilo que já exportamos para os Estados Unidos, o segmento mercador logo depois da Comunidade Europeia, vamos continuar exportando, só que com mais facilidade. O que podemos conseguir são maiores nichos no mercado. A preocupação que temos com o Mercosul é até extemporânea, porque o Mercosul – vamos ser realistas – está vivendo, a continuar política econômica argentina, os últimos dias, ou os últimos meses. Não há como se afastar disso. E o problema argentino é tão sério que vai acabar em uma adesão – não se trata de negociação – ao Nafta. Isso é natural. Ora, ainda temos uma grande potencialidade de crescimento. Podemos, pois, preparar-nos para isso. Nas negociações, inclusive, geralmente aborda-se aquilo que mais nos preocupa: as barreiras não-tarifárias. Essas são as que mais preocupam a todos os países, especialmente os países subdesenvolvidos, aqueles escolhidos para não se desenvolverem. Sim, porque o mundo foi dividido entre aqueles que têm o direito de ser desenvolvidos e aqueles que não têm esse direito. O Brasil está incluído entre os países que não têm esse direito, os tais emergentes. E a esses são criados todos os embaraços: barreiras sanitárias, ambientais, sociais, etc. Ora, se fizermos uma mobilização, ouvindo a todos, para que o Brasil negocie efetivamente com quem entende de negócios – têm que ser convocadas as pessoas que entendem de negócios, e não aqueles contumazes negociadores que aparecem sempre –, o Brasil pode marcar uma posição boa e não temer nenhum prejuízo em relação à Alca, quando ela vier. Isso é que é importante. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Senador Gilberto Mestrinho, agradeço e acolho o

aparte que V. Ex^a apresenta ao meu pronunciamento. Mas tenho uma preocupação em relação ao Mercosul: penso que se trata de algo que precisamos discutir e aprofundar um pouco mais. No entanto, o aparte que V. Ex^a apresenta vai também ao encontro do discurso que estou fazendo neste tarde no Senado.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Se o Presidente permitir – S. Ex^a já acenou as luzes, mostrando que o meu tempo está se esgotando – eu gostaria de conceder um aparte, ainda que rapidamente, ao Senador Roberto Saturnino e, posteriormente, ao Senador Jefferson Péres. Para tanto, vou abrir mão do final do meu pronunciamento, considerando-o lido.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência está inteiramente de acordo. Pode apenas aos Srs. Senadores que sejam breves em seus apartes, porque precisamos iniciar a Ordem do Dia.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Serei breve, Sr. Presidente. Senador Paulo Hartung, agradecendo a oportunidade e cumprimentando V. Ex^a pelo discurso e pela seriedade com que levanta estas questões, que é crucial para o Brasil de nos dias. Temos que pensar nas consequências que, certamente, advirão de uma integração comercial da América como um todo. Uma das consequências certas é a liquidação do Mercosul, sim. Nesse ponto, estou de acordo com o Senador Gilberto Mestrinho. O Mercosul passa por uma crise extremamente grave, pode até naufragar por ela. Mas, por outro lado, surgem manifestações, como, por exemplo, da Venezuela, mostrando seu desejo de ingressar no Mercosul; o Chile, que esteve por abandonar, parece que retornou e no momento está a sua integração. Isto é, há alguns anos animados. Só que o Mercosul precisa de tempo para concluir o seu projeto de integração comercial. Assim, a simples abertura das negociações da Alca, em 2005, já vai liquidar inteiramente, a meu juízo, esse projeto do Mercosul, como também prejudicará, certamente, o nosso relacionamento com a União Europeia, porque vamos ficar muito mais intimamente ligados à grande potência americana. Outra consequência, Senador Paulo Hartung, é a quase inevitável dolarização. Já estamos começando a perceber os movimentos de dolarização. A crise argentina, com a insustentabilidade da sua moeda, no

fun do, re fle te isso. E com a im plan ta ção da Alca será quase inevitável que toda a Amé ri ca ca mi nhe para a uni fi ca ção mo ne tá ria. O que penso, no en tan to, é que essa ques tão, pela gran de za e pela pro fun di da de das suas con seqüên cias, de ve ria pas sar por um de ba te mu i to mais am plo e pro fun do com toda a so ci e da de brasileira. Estou de a cor do com V. Ex^a. Isso não pode ser decidido por diplomatas, por mais competente que seja o quadro do Itamaraty; mas diria também que até mesmo o Congresso Nacional, com toda a sua representatividade, não poderia substituir a opinião da Nação brasileira como um todo, discutindo com profundidade, avaliando as con seqüên cias e os sentimentos, porque os sentimentos nacionais também são im por tan tes em uma de ci são des sa na tu re za. A União Européia foi pre ce di da de vá rios ple bis citos. Pen so que o Bra sil tam bém de ve ria fa zer um ple bis cito no ano próximo, coincidente com as eleições, a res pe i to da ques tão da Alca. Apre sen tei um pro je to nes se sen ti do, que está tra mi tan do no Se na do, mas queria expressar essa minha opinião. Entendo que toda a Nação brasileira de ve ria parti ci par des sa de ci são, que será mu i to gra ve, que terá con se qüên cias mu i to maiores do que aquelas que estão limitadas, di gamos assim, ao nosso comércio exterior e ao nosso próprio desenvolvimento econômico. Cumprimento V. Ex^a pelo pro nun ci a men to sé rio, o por tu no e mu i to im por tante.

O SR. PAULO HARTUNG (Blo co/PPS – ES) – Senador Roberto Saturnino, agradeço a V. Ex^a o aparte. Evidentemente que V. Ex^a trouxe te mas novos, que precisávamos debater, e creio vamos ter chance de fazê-lo.

O objetivo desse pro nun ci a men to é um só: tra zer um pou co des se de ba te aqui para o Se na do. Por isso, con ce do um aparte ao Senador Jefferson Péres, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e De fe sa Na ci o nal, que tem to ma do ini ci a ti vas sobre o as sun to e que vai pre pa rar uma sé rie de de ba tes, jun to com a CAE, nos próximos meses sobre o tema Alca. Assim po de re mos de ba te re a pro fun dar mu i to o tema.

Con ce do um aparte a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, com prazer.

O Sr. Jefferson Péres (Blo co/PDT – AM) – Se rei bre ve em meu apar te por que vejo a an gús tia do Presidente, Senador Edison Lobão, em relação ao tem po. Estou che gan do de um al mo ço com o Chan celer Adalberto Giavarini, o Chan celer Celso La fe re a cú pu la do Ita ma raty, onde sen ti que re al men te, su pe ra das as di fi cul da des cir cun stan ci ais por que pas sa a

Argentina em ra zão da pa ri da de cam bi al, que já co me ça a ser aban do na da, a Ar gen ti na terá de ser, sim, nossa parceira no Mercosul, porque concordamos que se ria um de sas tre ela in gre sar so zi nha na Alca. O país não tem estrutura eco nô mi ca para re sis tir ao im pacto de uma ab sor ção pela eco no mia ame ri ca na. Concordo inteiramente com V. Ex^a em que é preciso muito cuidado na in ser ção na Alca, porque, se ape nas con cordás se mos com a mera des gra va ção tar i fá ria, em um país que tem as mais baixas tarifas do mun do, como são os Esta dos Uni dos, se ria de sas tro so para nós. As bar re i ras não-tarifárias cons ti tu em o pon to crucial da nos sa in te gra ção à Alca. Já ini ci a mos o de ba te aqui, V. Ex^a con tri bu iu mu i to com suges tões e que ria até an te ci par o de ba te para ju nho, mas será em ago sto. E, como dis se o no bre Se na dor Ro ber to Sa tu rni no, esse de ba te tem que per me ar toda a so ci e da de bra si le i ra, para que nós não fa ça mos uma in ser ção equi vo ca da e pre ci pi ta da na Alca. Mas que te re mos que fa zer al gum dia. Pa ra béns a V. Ex^a, como bem disse o Senador Gilberto Mestrinho, pela lu ci dez, que é uma constante nos pro nun ci a men tos de V. Ex^a.

O SR. PAULO HARTUNG (Blo co/PPS – ES) – Mu i to obri ga do a V. Ex^a, Senador Jefferson Péres.

Sr. Presidente, ape nas para con clu ir, ao tem po em que solici to a pu bli ca ção do meu pro nun ci a men to na ín te gra, já que o tem po não me per mitiu fazê-lo, gostaria de resumir um último raciocínio em relação as nos sas vul ne ra bi li da des in ter nas.

Cre io que esse de ba te tam bém nos aju da a pen sar e a re fle tir so bre os con stran gi men tos que a pro du ção nacional enfrenta no nosso País. Con stran gi men tos em re la ção ao mo de lo tri bu tário exis ten te no País; con stran gi men tos em re la ção à fal ta de uma po lí ti ca in dus tri al que este País aban do nou, numa vi são ab so lu ta men te equi vo ca da; con stran gi men tos em re la ção à fal ta de uma po lí ti ca de cré di to – te re mos a o por tu ni da de de vo tar a nova Lei das S/A, que en ten do será uma pe que na con tri bu i ção nes se cam po. E essa re fle xão so bre a Alca, so bre a União Eco nô mi ca Euro péia, so bre as nos sas re la ções co mer ci ais in ter na ci o nais, per mite-nos tam bém de ba te re as di fi cul da des e os con stran gi men tos por que sofre o pa rque pro du ti vo bra si le i ro.

É esse o sen ti do. Acre di to que te mos que de ba ter mais em Ple ná rio, nas Co mis sões e con stru ir mos, nes se pre pa ro, uma agen da só li da, que pre ci sa ser um pré-requisito para o nosso ingresso ou não na Alca ou em ou tro blo co eco nô mi co.

Mu i to obri ga do, Sr. Presidente.

*SEGUE, NA ÍNTEGRA, A ÚLTIMA
PARTE DO DISCURSO DO SR. SENADOR
PAULO HARTUNG.*

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Continuando, Sr. Presidente, hoje, o lado fraco da economia brasileira é o déficit externo. Ele limita a possibilidade de o Brasil crescer a taxas muito superiores a 4% ao ano (superada a crise energética). Por um lado por que uma taxa maior ampliaria o déficit externo e colocaria em risco a estabilidade da economia; de outro, por que a necessidade de obtenção de recursos para o refinanciamento de amortizações e de parte do déficit corrente, impõe a manutenção da taxa de juros em um patamar que acaba inibindo o próprio crescimento.

Assim, na mesma medida em que a ALCA pode representar uma ameaça, em função da baixa competitividade de alguns setores internos, a discussão dela de corrente é essencial para dar visibilidade às dificuldades econômicas que estamos enfrentando.

Mesmo que ela não estivesse em andamento, o Brasil precisaria ampliar sua competitividade a fim de equacionar possibilidades de crescimento, de desenvolvimento econômico e para reduzir nossa instabilidade frente aos efeitos da propagação internacional da economia globalizada.

Papel de destaque deve ter a política de Ciência e Tecnologia, no sentido de criar um novo patamar de desenvolvimentos sustentáveis para o País. Há estudos que apontam que, em quanto em nossa pauta de importações há uma predominância de produtos relacionados com setores dinâmicos da economia mundial, o inverso ocorre no caso de nossas exportações. Boa parte da ampliação da competitividade brasileira dos últimos tempos foi sustentada por ganhos no âmbito dos processos de produção, o que pode representar uma fragilidade frente às estratégias globais de realocação produtiva promovida por empresas mundiais e países desenvolvidos.

Há importantes esforços sendo realizados por setores do governo, dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Relações Exteriores. Há setores empresariais e organizações não-governamentais trabalhando com uma visão não corporativa. O Congresso Nacional tem sido o fórum no mesmo sentido. Exemplo é a série de audiências públicas e debates que estão sendo programados no âmbito das Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores para debater o tema. Precisamos acreditar na força da participação e construir uma posição nacional coesa.

Apostura dos empresários, conforme pesquisa do Datafolha, publicada no último dia 09 de junho, é de apoio à ALCA, mas de desconhecimento sobre os seus impactos. Apenas 12% consideram o País bem preparado para competir.

É mais um argumento em defesa da nossa posição:

Precisamos ampliar a mobilização e investir recursos para melhorar nossa capacidade de negociação e promover as reformas estruturais que melhoram nossa competitividade.

Precisamos ganhar tempo, e neste caso são nefastas tanto a incapacidade de gestão como as ambigüidades ideológicas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, por vinte minutos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como é de conhecimento de todos, já há alguns dias, recebemos uma convocação para uma nova missão, qual seja, ocupar a Pasta da Integração Nacional.

Antes de mim, o titular era o nosso eminente Colega desta Casa, Senador Fernando Bezerra, a quem quero tributar todas as minhas homenagens.

A convocação que recebi desta vez, portanto, vem do Poder Executivo, atendendo a uma apresentação feita pelo meu Partido, o PMDB, com a confiança do Presidente da República, com toda a certeza. A Sua Excelência – como farei amanhã – ante ci po os profundos agradecimentos e manifesto a convicção de tudo fazer para honrar a confiança que tanto o meu Partido quanto o Presidente da República em mim estão depositando, nessa hora difícil para o Brasil, nessa hora de chamento, de convocação da sociedade, em que a sociedade brasileira, mais uma vez, dá demonstração do seu espírito cívico, do exercício da cidadania ao, sem que haja nenhuma medida punitiva ou nenhuma sanção, colaborar efetivamente para a economia de energia elétrica, que já beira os 20%.

Entendo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não poderia furar-me ao chamento do meu Partido e, principalmente, ao do Presidente da República. Acredito que é de dever de todo o cidadão atender ao chamento que lhe faz, seja em que hora for. Às vezes nos momentos de dificuldade é que vemos aceitar o desafio, dar a nossa parcela de contribuição. A situação não se escolhe, as circunstâncias existem, principalmente numa quadra de dificuldades como a presente.

Ocupo esta tribuna apenas para dizer que vou levar comigo para o Ministério da Integração Nacional os ensinamentos colhidos aqui no Senado, que é a Casa da Federação, que busca o equilíbrio da Federação e que tem como uma de suas maiores responsabilidades—senão a maior—evitar os desequilíbrios regionais e sociais. Vou levar para essa Pasta a densa experiência vivenciada durante esses seis anos de mandato no Senado Federal. Foi aqui com os colegas que discuti extensivamente esse Brasil de contrastes, tão rico e tão desigual, esse Brasil que concentra renda, que sei que é rico mas, no dizer do próprio Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, é um País socialmente injusto. É um País, portanto, que não pode prescindir da colaboração de nenhum de seus filhos. Não posso prescindir da colaboração de nenhum dos meus colegas. Preciso do concurso de todos os Senadores da República, preciso do concurso de todos os que com põem o Congresso Nacional nessa árdua tarefa.

Prefiro até dizer, Sr. Presidente, com toda a humildade, que quero ajuizado o Senado da República. Quero que aquele Ministério seja a extensão desta Casa. Eu que cheguei aqui tendo como bandeira de luta as desigualdades regionais, pedindo que se olhasse para o interior do País, por que, como representante do Estado de Mato Grosso do Sul, sentia como são perversas essas desigualdades; eu que cheguei aqui empunhando a bandeira do desenvolvimento e dizendo que esse desenvolvimento tem, necessariamente, que passar pelo interior, porque as nossas metrópoles estão exauridas, com suas condições de vida quase insuportáveis, vejo a minha ida para o Ministério quase como uma continuidade dessa luta. Vou buscar soluções. Não vou para lá com nenhum espírito milagreiro. Vou ocupar aquele Ministério com toda simplicidade, com os pés no chão. Vou procurar, em poucos meses, talvez, caminhar firme, procurando não errar, por que, hoje, neste mundo inteiramente globalizado, quando erramos, atrasamos o progresso, atrasamos o desenvolvimento.

Sei que errar é humano, mas temos que fazer um esforço ingente, um grande esforço para acertar nas nossas decisões, para escolher a prioridade das prioridades. E a prioridade das prioridades—eu sinto, eu sei, como homem do interior—passa pelo interior. Está aí a estatística do IBGE mostrando que a sociedade brasileira está caminhando para isso, demonstrando o quanto as cidades médias do Brasil têm avançado. Sei que o processo industrial já está saindo das grandes cidades, dos grandes centros urba-

nos e indo para essas cidades de porte médio. Isso é muito bom para o desenvolvimento e para diminuir os desequilíbrios sociais existentes no nosso Brasil.

Sei que o problema das desigualdades regionais atinge todos indistintamente. O drama do Nordeste, por exemplo, requer um esforço monumental de todos os brasileiros. A seca que assola o Nordeste, hoje, é a maior dos últimos setenta anos, agrava da pela crise energética sem igual no País. A sociedade está fazendo um esforço de colaboração, está empenhada na economia de energia, a fim de evitar aquele “apagão” que poderia, sem dúvida alguma, levar à recessão, ao de semprego, o que é profundamente indesejado. Ninguém quer isso.

Vou para lá, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de forma pragmática. Vou para lá para lutar. Vou para lá eticamente. Vou para lá para ver se conseguimos não dispersar recursos; transformar o pouco em muito. E isso significa trabalhar com eficiência, trabalhar com vontade, trabalhar com espírito cívico, atender ao drama dos necessitados, porque ele é urgente, mas não só com soluções paliativas. É preciso dar pelo menos os primeiros passos em direção às soluções definitivas para os problemas que todos os anos acontecem e para os quais o Brasil nunca chega a encontrar a verdadeira e definitiva solução, como, por exemplo, para a seca do Nordeste.

Nenhum de nós consegue controlar a natureza, evidentemente. Mas as nossas ações poderão fazer com que os efeitos da natureza sejam minimizados e que a população sofra menos.

Vou ocupar o Ministério da Integração Nacional, não um ministério de discriminação. E, mais do que o Ministério da Integração Nacional, tem que ser o ministério da solidariedade, que una os brasileiros, ricos e pobres, para que haja uma melhor distribuição da riqueza para o País.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Senador Ramez Tebet, tenho certeza absoluta de que o Senado está perdendo, pelo menos temporariamente, um grande valor, que representa a figura de V. Ex^a, e o Governo vai ganhar, por que sabemos que V. Ex^a trabalha com destemor, coragem, honestidade e eficiência e haverá de honrar o seu Estado ao assumir a Pasta da Integração Nacional. Gostaria, desde já, de fazer um pedido a V. Ex^a como nordestino e sergipano, pois sei que V. Ex^a é um homem identifi-

com a beleza da nossa Região, por que já o vi várias vezes em aviões indo para o Nordeste conhecer as suas belezas e o seu povo generoso e bom. Gostaria que V. Ex^a se debruçasse, com a seriedade que lhe é peculiar, na análise da questão da transposição do rio São Francisco, verificando, principalmente, que, embora seja um projeto de interesse nacional, já confirmado pelo Governo Federal, tem que ser adiado, neste momento, devido ao mapa da seca a que V. Ex^a se referiu. No seu lugar, deve ser revitalizado o projeto de sustentabilidade da bacia do rio São Francisco. Tenho certeza de que V. Ex^a, ho mem estu di o so e cri te ri o so, em primeiro lugar, irá fortalecer a nossa Região por meio da recuperação e revitalização do nosso rio, fazendo com que ressurgam as matas ciliares, com que o problema da erosão que está tomando conta de muitos trechos seja resolvido e, afinal, com que o rio volte a fluir e possa ser objeto de enriquecimento da nossa Região e do Brasil inteiro. Tenho certeza de que V. Ex^a, crítico e justo como é, haverá de se debruçar sobre o projeto de revitalização do rio São Francisco, a fim de que, amanhã, ele possa servir a outros Estados. Atualmente, ele é um rio de bilidade, pela profusão de usinas hidrelétricas, pela erosão em suas margens – em muitos trechos, o rio está se tornando quase inavegável. O fornecimento de água, por exemplo, que é vital para Alagoas, poderia sofrer um grande baque, Se na dor Ra mez Te bet, com a erosão que está tomando conta da nossa Região. Já são oito os Municípios que deixaram de receber abastecimento de água do rio São Francisco, por causa, sobretudo, da interrupção do fornecimento de água que houve com a queda do volume de água do São Francisco e a eclosão das secas. De se jo e es pe ro que V. Ex^a tenha grande sucesso à frente do Ministério e que verifique essa questão grave da revitalização do nosso rio, que é de maior importância para a unidade nacional.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Se na dor Antonio Carlos Valadares, vou aproveitar a intervenção de V. Ex^a para fazer algumas conclusões.

Tenho ouvido os debates nesta Casa – e por isso eu disse que quer o levar para lá a experiência haurida aqui, no Senado da República –, opiniões contrárias e a favor da transposição de águas do São Francisco. Até isto estou aprendendo: não se ria “das” águas, mas “de” águas. Creio que esse seja um raciocínio elementar, permita-me afirmar, porque quem não tem não dá. Isto é, se o rio São Francisco não tiver água, também não poderia fornece-la; ele tem que recebê-la. Portanto, a revitalização é ponto pacífico.

Podemos estudar, ouvir a sociedade, debater em audiências públicas, convocar os técnicos, os entendidos do assunto e aproveitar os estudos que estão sendo feitos. Mas, positivamente, cuidar das matas ciliares e das erosões é imprescindível para a sobrevivência do rio da integração nacional.

O ape lo de V. Ex^a é o ape lo do bom-senso. Vamos revitalizar o rio, por que, se não o fizermos, não poderemos fazer o restante, parece-me. Isso é de transcendental importância.

No mais, como afirmei no início do meu pronunciamento, quero ouvir a sociedade, mas ouvi-la rapidamente e ouvir principalmente os representantes da sociedade, os representantes dos Estados brasileiros; e os representantes dos Estados brasileiros estão aqui, no Senado da República. Daí por que as minhas palavras foram nesse sentido.

O Sr. Nova da Costa (PMDB – AP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo um aparte a V. Ex^a, não sem antes dizer que conheço V. Ex^a há muito tempo. V. Ex^a, antes de mim, foi Superintendente da nossa Sudeco, hoje extinta. V. Ex^a luta para que o Centro-Oeste também tenha uma agência de fomento, uma agência que estude o planejamento da região, que estude estrategicamente o Centro-Oeste, para que as grandes riquezas ali existentes possam ser eficientemente colocadas a serviço da Nação.

Com muito prazer, ouço o Senador Nova da Costa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Se na dor Ra mez Te bet, V. Ex^a dispõe de dois minutos, e ainda há 11 ilustres Senadores que desejam apartear-lo. Peço a todos que sejam brevíssimos, porque precisamos iniciar a Ordem do Dia. Temos um horário preestabelecido para o início da Ordem do Dia.

Não de se jo ob sta cu li zar nen hum dos apartes, mas peço a atenção e a colaboração de todos os Srs. Senadores para que não prejudiquemos o início da Ordem do Dia.

O Sr. Nova da Costa (PMDB – AP) – Se rei bre ve. Eminentíssimo Senador Ramez Tebet, a passagem de V. Ex^a pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, com a sua visão e a sua boa vontade de corrigir os desequilíbrios regionais e criar condições para mostrar toda aquela riqueza do Centro-Oeste, é um ponto positivo para que tenhamos esperanças no sentido de que, à frente do Ministério da Integração Nacional, V. Ex^a revitalize o trabalho do desenvolvimento regional. Lembro-me quando se

discutia que 10% da população da Grande São Paulo, com um milésimo da superfície do País, contribuía, na que tempo, com 40% da renda nacional. E o caminhar qual seria? Bem dizia V. Ex^a: abrir os espaços, as potencialidades do Centro-Oeste para atrair os investimentos das poupanças geradas em São Paulo e chegar até a Amazônia. Quer o para benizar V. Ex^a e dizer que, pelas diretrizes que aqui apresentou, V. Ex^a vai ocupar o Ministério da Integração Nacional com uma orientação bem definida, em razão do seu conhecimento, da sua experiência no Senado e do trabalho já realizado em uma região como o Centro-Oeste, que é a solução para muitos dos problemas nacionais. São 25% da área, contribuindo, hoje, talvez, com 10% da renda nacional, mas se trata de uma região que tem muito potencial para contribuir e possibilitar a correção das desigualdades. Acredito nas diretrizes de V. Ex^a para amenizar o sofrimento da nossa população vítima da seca, das enchentes e demais adversidades climáticas. Parabéns a V. Ex^a. Que Deus o ilumine, e que V. Ex^a conduza o Ministério com a mesma tenacidade com que exerceu a sua função na nossa sociedade. Supe rin ten dên cia do Desenvolvimento do Centro-Oeste, que, agora, todos esperamos seja revitalizada com a criação da agência de desenvolvimento regional. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Eu é que, como vindo, agradeço a V. Ex^a, Senador Nova da Costa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Blo co/PT – SP) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Blo co/PT – SP) – Senador Ramez Tebet, eu gostaria de transmitir uma reflexão a V. Ex^a, agora que vai assumir a função de Ministro da Integração Nacional, no sentido de como integrar o território brasileiro e, sobretudo, todos os brasileiros. Junto com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, V. Ex^a terá que lidar com os problemas da seca no Nordeste e com o problema das enchentes que, por vezes, ocorrem no Estado de V. Ex^a e em outros. Essas intempéries, muitas vezes, acabam levando milhões de famílias ao flagelo. Recentemente, no **Jornal do Brasil**, o Ministro Raul Jungmann fez uma avaliação crítica do sistema de atendimento às famílias flageladas, observando que seria interessante termos um sistema permanente de direito para todas as pessoas. Qual seria a forma de, efetivamente, termos esse direito para todos os 170 milhões de brasileiros? Ressalto que teremos isso quando instituir-

mos no Brasil o mecanismo pelo qual toda a população – não importa a sua condição, origem, raça, idade, sexo, condição civil ou socioeconômica – tiver, como direito inalienável, a possibilidade de receber uma renda suficiente para as suas necessidades vitais. Eu gostaria que V. Ex^a refletisse sobre isso. Quero transmitir a V. Ex^a votos de que possa exercer sua nova função da melhor forma possível e com o mesmo equilíbrio e preocupação ética com que procurou conduzir o seu mandato no Senado Federal. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy, o aparte de V. Ex^a vai me permitir um esclarecimento. Antes, porém, agradeço-lhe as generosas palavras.

O combate à seca é inadiável e não é tarefa de um Ministério, mas de um governo. O governo todo tem de estar empenhado nessa tarefa.

Não é sem razão que, mesmo antes de tomar posse, já em treze minutos com o Ministro Raul Jungmann e, quinta-feira, se Deus quiser, será publicada o um decreto no qual estará estabelecido que ficará a cargo de S. Ex^a a coordenação para o combate à seca e à fome no Nordeste, que se constitui em um verdadeiro flagelo, em uma vergonha nacional. Tal ação está exatamente dentro dos moldes que V. Ex^a está preconizando. Com recursos principalmente do Ministério da Integração Nacional, do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, promovemos um mutirão, pelo qual começaremos, inclusive, a aplicar na região a bolsa-escola. É uma tentativa de se dar uma solução, não sei se definitiva, mas a melhor possível, para isso que está vitimando irmãos brasileiros no nosso querido Nordeste.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O Sr. Juvêncio da Fonseca (PMDB – MS) – Senador Ramez Tebet, sabe V. Ex^a da alegria e da certeza que temos, hoje, com a assunção de V. Ex^a ao Ministério da Integração Nacional. Alegria porque é um irmão nosso, um filho nosso, de Mato Grosso do Sul, que assume um Ministério de tanta importância; e certeza que temos de que V. Ex^a produzirá um trabalho dos melhores para a República brasileira, principalmente porque a sua cultura é universal. A grande preocupação que tínhamos, e que pode ter algum companheiro nosso, era a de que esse Ministério quase sempre foi dirigido por um companheiro do Nordeste, mas sabemos que não mais a podemos ter,

ou qualquer liderança brasileira, porque o coração de V. Ex^a é o da solidariedade. V. Ex^a, com essa cultura universal, sabe o quão importante é o exercício desse Ministério, desde que ele seja, realmente, o de integração e que não haja discriminação. Vejo, no semblante dos meus compatriotas do Nordeste, do Sul, do Centro-Oeste, em fim, de todas as regiões do País, que to dos con fi am em V. Ex^a. E essa con fi an ça é de fundamental importância, porque é necessário, para que o Brasil faça a sua integração perfeita, que os Ministérios sejam dirigidos por todos os brasileiros, de todas as regiões. Com essa Pasta nas mãos de V. Ex^a, temos certeza de que será feito um grande serviço em favor dos meus assintidos, que precisam tanto dessa integração. Por outro lado, temos também a alegria de ver que chega ao Senado Federal o Dr. Pedro Ubirajara, suplente de V. Ex^a, filho de Aquidauana, a Princesa do Pantanal. Temos certeza de que Pedro Ubirajara – que está presente no plenário – substituirá V. Ex^a com inteligência, com essa perspicácia, com essa capacidade de trabalho que V. Ex^a bem demonstrou no Senado Federal, que dignificou e honrou todos os sul-mato-grossenses. Obrigada, Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Juvêncio, as suas palavras são produto de uma generosidade muito grande e as recolho emocionado.

Quero aproveitar a oportunidade, desde logo, para apresentar, como V. Ex^a está fazendo, o Sr. Pedro Ubirajara, o qual, amanhã, se Deus quiser, estará representando o Estado de Mato Grosso no Senado Federal, juntamente com V. Ex^a e o Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (Bloco/PSDB – MS) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho (Bloco/PSDB – MS) – Senador Ramez Tebet, o Presidente da República acertou ao escolhê-lo para Ministro. O nosso Estado não é muito acostumado a ter Ministros nos Governos brasileiros. Os nossos amigos do Estado perguntam-me: “Lúdio, será que vai ser bom?” E eu disse-lhes: “É claro que vai! Um Ministro da competência e do senso prático do Senador Ramez Tebet assegurará um bom desempenho, aplicando os recursos nas áreas mais importantes para o nosso País.” V. Ex^a tem-me afirmado sempre que se preocupava muito com o aprimoramento da Administração Pública. Agora, V. Ex^a terá a oportunidade de praticar isso e, principalmente, de tomar as medidas práticas a respeito de água potável

para o Nordeste. Não me conformo que, em pleno Século XXI, ir mãos nos sosses tejam passando sede. Temos que encontrar uma saída para isso e estamos confiantes em seu desempenho, toda a família mato-grossense e a brasileira. Boa sorte é o que lhe desejamos.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Lúdio Coelho, deixe-me aproveitar para contar alguma coisa ao Senado da República: o contentamento que está ocorrendo lá não é por que o Senador Ramez Tebet está assumindo o Ministério, mas pelo fato de ser a primeira vez na História – apesar de o nosso Estado ser novo – que Mato Grosso do Sul tem um Ministro. Comentei esse fato na cidade onde nasci, Três Lagoas, nesse final de semana. Sei disso, mas também sei que com a sua ajuda, com a do Juvêncio, do Pedro e de todos os Senadores das Bancadas de Mato Grosso e de Goiás – do Centro-Oeste, em suma – iremos dar conta desse recado e abrir caminho para que outros filhos de Mato Grosso também tenham uma posição como essa e ocupem uma Pasta, a fim de ajudar o nosso querido Brasil. É esse o sentimento que me move.

O Sr. José Alen car (PMDB – MG.) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador José Alen car.

O Sr. José Alen car (PMDB – MG.) – Eminente Senador Ramez Tebet, futuro Ministro da Integração Nacional, V. Ex^a disse que espera contar com o apoio dos Senadores do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso e de vários Estados que citou. Eu me permito dizer-lhe que V. Ex^a terá também o apoio dos Senadores de Minas Gerais, porque não tenho dúvida de que os nossos eminentes colegas, Senadores Francelino Pereira e Arlindo Porto, estarão falando no mesmo tom. Minas Gerais é, de certa forma, também Nordeste, porque temos, desde quando surgiu a Su de ne, em 1960, grande parte do nosso território inserido na área de jurisdição desse órgão. Mais recentemente, a eminente Senadora Júnia Marise, com o apoio desta Casa, obteve a extensão da área da Su de ne também ao Vale do Jequitinhonha. Então, Minas Gerais tem grande parte do seu território, aquela me nos favorecida, inserida na área da Su de ne. Digo isso por que, de fato, o Ministério tem muito a ver com a Su de ne e com a sede no Nordeste do Brasil. V. Ex^a há que sempre lembrar, eminente Senador, que o Brasil é praticamente o País que possui mais água potável no mundo, algo em torno de 16% do total do Planeta, e que mais de 70% das águas estão na Amazônia. Isso

re representa muito pouco, por que apenas 3% de toda a água do Planeta é doce. Desse percentual, mais de 2/3 estão nas calotas polares, portanto, menos de 1% está nos cursos d'água, incluindo o Amazonas, o Negro, o Tocantins, o Tapajós, o Xingu, o Purus, assim como o Mississipi, o Volga, o Sena, o Tâmsa, o Limat, o Nilo e todos os grandes rios do mundo. Mesmo assim, uma parte dessas águas é subterrânea. Então, o que existe de água doce é muito pouco. Porém, no Brasil, como Deus é brasileiro, tem muita água, mas o Nordeste está passando sede. Quando se fala em transposição de águas do São Francisco, é preciso que o Governo examine – e tenha certeza de que V. Ex^a irá fazê-lo – a viabilidade técnica da transposição de águas de alguma área da Bacia Amazônica, ou do Tocantins, ou coisa que o valha, que possa enriquecer a vazão do São Francisco. Tenho noção de que há viabilidade técnica para esse projeto e, assim, não há falta de recursos para que ele se realize, tendo em vista a sua importância econômica e social. Então, eminente Ministro, eminente Senador Ramez Tebet, quero-lhe de sejar tudo de bom à frente desse Ministério, onde, tenho certeza absoluta, V. Ex^a fará um trabalho admirável. Aprendemos a respeitá-lo desde que aqui chegamos, por que vimos que V. Ex^a, como falou muito bem o eminente colega do seu Estado, Senador Juvêncio da Fonseca, é um homem de cultura universal, que vai levar para esse Ministério a sua cultura humanística, o seu conhecimento, a sua experiência administrativa também de executivo, e, antes de tudo, a acuidade, a sua capacidade de discernimento e a sua competência na solução desses problemas que, obviamente, irão contemplar todo o território brasileiro. Mas é preciso que V. Ex^a esteja atento – como V. Ex^a mesmo já disse – à recomposição das matas e da vegetação ciliar dos rios, não apenas a do São Francisco, mas de outros rios também, combatendo o seu assoreamento, porque, a caixa reduzi da com a erosão, o solo incumbe de diminuir o volume d'água. Então, é preciso que esse trabalho se realize, e ele é viável, porque é importante tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista social. É preciso que nós levemos um alento para o Nordeste. Eu sou considerado, aqui, o quarto Senador da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Nobre Senador, eu conheço o interior da Paraíba. Sei que lá corremos o risco de vermos ir mãos nos sos com sede. Mas não é com sede por que a água está distante. Não. É que a água está fora de condições de ser utilizada porque não há. Então, é preciso que uma solução seja dada. Nós temos que levar ao Governo a certeza de que não é apenas administrando a caixa que nós vamos

resolver os problemas do Brasil. Nós temos que cuidar da infra-estrutura, que, agora, não é apenas aquele binômio que le vou Juscelino Kubitschek à vitória há 50 anos: energia e transporte. Agora, temos um trinômio: água, energia e transporte. E o seu Ministério, eminente Senador Ramez Tebet, há que ser decisivo nesse trabalho de convencimento do Governo, para que volte mos a investir no Brasil real.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador José Alencar, a amizade é recíproca. V. Ex^a sabe o quanto todos nós temos aprendido com o nobre Senador. V. Ex^a já granjeou, no Senado da República, a respeitabilidade pela sua vasta experiência, sobretudo pelo seu espírito cívico. Esta rei aguardando a presença de V. Ex^a na quele Ministério. Do contrário, eu virei aqui para me aconselhar com V. Ex^a – e sei que vou levar boas sugestões.

Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Gilberto Mestrinho.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador Ramez Tebet, quero expressar a alegria, a satisfação e os votos de boa sorte frente ao Ministério. Que aquele mesmo sucesso com que V. Ex^a sempre se houve aqui quando incumbido de missões, às vezes espinhosas, importantes, trabalhosas, mas que, ao final, foram exitosas, das quais V. Ex^a sempre saiu de cabeça erguida e com aplausos gerais, que esse sucesso seja repetido no Ministério! Evidentemente todos estaremos, com certeza, muito bem aquinhoados. O Ministério é importante. Digo a V. Ex^a apenas o seguinte: o Ministério é da Integração Nacional. É preciso compreender que a integração é juntar o todo. Não deixe a Amazônia, especialmente o Amazonas de fora. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Gilberto Mestrinho, agradeço-lhe o aparte. Fique certo V. Ex^a de que eu tenho em meus ouvidos as palavras da Bancada do Amazonas e tenho em meu coração o espírito cívico desta Bancada, que tem alertado o País para os graves riscos que corre aquela região. É preciso de fênê-la. É preciso ter um plano de desenvolvimento para a Amazônia. É preciso preservá-la e cultivar a sua soberania. Isso é imprescindível. Para tanto, é preciso olhar em direção do desenvolvimento sustentável da Amazônia – aliás, tema ao qual V. Ex^a sempre, desta tribuna, de fênêu: que não nos esqueçamos do homem da Amazônia, do homem sofrido da Amazônia, do homem pobre da Amazônia,

que não tem transporte na Amazônia, que merece todo o nosso respeito e toda a nossa consideração.

Certamente, ao tratarmos de assuntos relacionados com a Amazônia, haveremos de consultar V. Ex^a e os Senadores Bernardo Cabral e Jefferson Péres para que, juntos, possamos encontrar a melhor solução para aquela região.

O Sr. Ante ro Paes de Bar ros (Bloco/PSDB – MT) – Permi ta-me V. Ex^a um apar te?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Con ce do o apar te ao Se na dor Ante ro Paes de Bar ros. A se guir, ao Senador Renan Calheiros.

O Sr. Ante ro Paes de Bar ros (Bloco/PSDB – MT) – Se na dor Ra mez Te bet, eu gos ta ria de cum pri mentá-lo, de de se jar su ces so a V. Ex^a fren te ao Mi nis té rio da In te gra ção. En ten do que essa é uma das Pastas mais importantes da República e que tem uma finalidade social extraordinária: a di mi nu i ção das de sig ual da des re gi o nais. V. Ex^a vai as su mi r o Mi nis té rio no mo men to em que as polí ticas pú bli cas para di mi nuir as desigualdades precisam ser colocadas em prática, no instante em que a Amazônia não sabe como será tra ta da a ques tão após a Su dam – e o Nor deste não sabe como essas ques tões se rão tra ta das após a Su de ne. Eu, in clu si ve, que ro fa zer um ape lo a V. Ex^a no sen ti do de dar pri o ri da de aos pro je tos sé ri os e hon es tos, que es tã o se n do to ca dos com cor re ção pe los em pre sá ri os que es tã o na Ama zô nia Le gal e den tro do Nor deste bra si le i ro e que, ab ru p ta men te, fo ram pa ra li sa dos por cau sa da ex tin ção da Su dam e da Su de ne. Mas, ao cum pri men tar V. Ex^a, que ro di zer da lu ci dez e do acer to polí ti co do Pre si den te Fer nan do Hen ri que Car do so. No in stan te em que al guns in sis tem em ser pig meus da polí ti ca, no in stan te em que al guns in sis tem em ser me no res, em que al guns in sis tem em não pro cu rar o que une a Base do Go ver no e pro cu ram en fa ti zar um ou outro de ta l he que pos sa se pa rar, eu en ten do que o Go ver no gan ha mu i to mais do que V. Ex^a com a sua pre sen ça no Mi nis té rio. Eu sei que é um or gu lho para o Esta do de Ma to Gros so do Sul ter o seu pri me i ro Mi nis tro. Sei que é um or gu lho para a bi o gra fi a de V. Ex^a ser o pri me i ro Mi nis tro do Esta do de Ma to Gros so do Sul, mas sei tam bém que, nes te in stan te em que a po pu la ção bra si le i ra er gue a ban de i ra da ét i ca, o Pre si den te Fer nan do Hen ri que não po de ria ter ti do mel hor es col ha do que o nome de V. Ex^a para este Mi nis té rio da In te gra ção. Se na dor Ra mez, su ces so. V. Ex^a vai ser, lá no Mi nis té rio, o or gu lho do Pan ta nal.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Se na dor Ante ro Paes de Bar ros mu i to agra de ci do. Mu i to ob ri ga do do mes mo a V. Ex^a

Peço a V. Ex^a que seja o meu por ta-voz. Vou di zer isso pes so al men te ao Go ver na dor Dan te de Oli ve i ra, por que sei que o Go ver na dor, quan do sou be que ti nha um ho mem do Cen tro-Oeste co gi ta do para ser Mi nis tro da In te gra ção Na ci o nal, pela ami za de que nos une, pelo tem po em que fi ze mos po lí ti ca jun tos, S. Ex^a pro cu rou le var a sua pa la vra ao Pre si den te da Re pú bli ca.

Agradeço a V. Ex^a e ao seu Go ver na dor.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Per mi te-me V. Ex^a um apar te?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Con ce do o apar te ao no bre Se na dor Re nan Cal he i ros.

O Sr. Renan Calheiros (PMDB – AL) – Se na dor Ra mez Te bet, te nho a cer te za ab so lu ta de que o bri lho que V. Ex^a em pres tou a esta Casa do Con gres so Na ci o nal, in clu si ve em seus mo men tos mais dra má ti cos, o em pres ta rá tam bém ao Mi nis té rio da In te gra ção Na ci o nal. Te nho a cer te za tam bém de que V. Ex^a dar á ao Mi nis té rio da In te gra ção Na ci o nal o re al ce, a di men são que ele pre ci sa ter, ex a ta men te em um Pa ís ca rac te ri za do pela de sig ual da de re gi o nal. Con fi a mos, to dos, plen a men te em V. Ex^a. Fa lo em meu nome e em nome de to dos os com pa nhe i ros do PMDB que fi ca ram re al men te fel i zes com a sua es co lha. Meus pa ra bém s!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Se na dor Renan Calheiros, V. Ex^a, em nome des ses com pa nhe i ros, fa lou com o Pre si den te da Re pú bli ca. O que mais pos so di zer, a não ser o meu mu i to ob ri ga do pela o por tu ni da de que meu Par ti do e o Pre si den te da Re pú bli ca es tã o me pro por ci o nan do de, em uma ou tra es fe ra, con ti nu ar con tri bu in do para a pro sper i da de do Pa ís?

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – V. Ex^a me con ce de um apar te, no bre Se na dor Ra mez Te bet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pois não, no bre Se na dor Iris Re zen de.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Senador Ramez Tebet, man i fes to, por meio des te apar te, em nome dos co le gas de Goi á s, a ale gri a pela es co lha de V. Ex^a pelo Pre si den te da Re pú bli ca para ocu par o Mi nis té rio da In te gra ção Na ci o nal. Es tou cer to de que V. Ex^a real i za rá um gran de tra ba l ho à fren te da que la Pasta. Con he ço bem V. Ex^a e sei da sua com pe tência, do seu es pí ri to pú bli co, do seu con he ci men to da re al i da de bra si le i ra, da vi vên cia com o Cen tro-Oeste, essa por ta aber ta para a so lu ção dos gran des pro ble

mas. V. Ex^a, como Superintendente da Sudeco e como Governador do Estado de Mato Grosso do Sul por um período, demonstrou bem isso. E, nesta Casa, conseguiu, também pela competência, pelo dinamismo e sobretudo pela humildade, conquistar a admiração e o respeito da unanimidade dos seus colegas. Adiantando que V. Ex^a não conta apenas com a nossa solidariedade, mas tem também - estou certo disso - o apoio desta Casa na execução dos seus projetos à frente daquela Pasta. Queremos cumprimentar o Presidente Fernando Henrique Cardoso pela escolha. Quem ganhou com isso foi o País, de pois de ter perdido os serviços de outro colega desta Casa, Fernando Bezerra, também trabalhador, idealista e competente. Estou certo de que V. Ex^a está à altura desse cargo e que, ao tomar posse, o Governo passará a contar com um elemento de grande valor. E, naturalmente, V. Ex^a estará próximo ao Presidente, para nortear os rumos deste Governo, a direção das decisões dos grandes problemas com os quais nos defrontamos nos dias atuais. Senador Ramez Tebet, que Deus o ilumine e o acompanhe em mais esta tarefa que ora lhe é entregue!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Iris Rezende, agradeço V. Ex^a por ter invocado o nome de Deus. Falando de coração a coração, sabe o que peço a Ele nesta hora? Que eu seja feliz no Ministério, que eu consiga dar ao País o que V. Ex^a deu por duas vezes, quando Ministro da Agricultura e Ministro da Justiça, sem falar nos outros cargos que V. Ex^a desempenhou ao longo da sua brilhante vida pública.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (PSB – RJ) – Senador Ramez Tebet, não posso deixar de juntar a minha voz a tantas que apartearam V. Ex^a nesta hora em que o Brasil vai ganhar o concurso da sua sabedoria, da sua inteligência, do seu brilho e da sua vontade de que o animador, como muito bem disse em seu discurso, a vontade de fazer do Ministério da Integração o ministério da solidariedade. Acredito na sua capacidade, já demonstrada em seu desempenho aqui nas várias missões que o Senador lhe atribuiu, e cada vez mais este desempenho revela o seu valor e a sua postura ética, a integridade, a probidade e essa capacidade criativa revelada mais uma vez em seu pronunciamento. Parabéns a ele, e também ao Governo e à Nação brasileira, por esta investidura que amanhã V. Ex^a terá à frente do Ministério da Integração. Parabéns.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Roberto Saturnino, faz pouco tempo que o conheci. O convívio nos so no Conselho de Ética me foi altamente salutífero. Foi ali que pude ver a sua grandeza de espírito, a sua vontade de servir ao nosso querido Brasil.

Cumprimento V. Ex^a e agradeço-lhe generosamente as suas palavras.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Lúcio Alcântara (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Senador Ramez Tebet, se rei breve. De se jo a V. Ex^a, em primeiro lugar, boa sorte e que seja feliz nessa missão que o Presidente Fernando Henrique está lhe confiando. Nós que o conhecemos, pois tive mos o privilégio de um convívio fraterno com V. Ex^a ao longo destes anos, temos certeza de que reúne todas as condições para ser um excelente Ministro. V. Ex^a integrará justamente as áreas mais carentes e necessitadas do País, mas tenho certeza de que se desempenhará a contento dessa missão. Fico aqui torcendo pelo seu êxito, que será o de nossas regiões. Sei que V. Ex^a tem a experiência, a competência e, o que é mais importante que tudo, o desejo de fazer, e de fazer bem, de fazer certo.

Seja feliz. Estamos aqui torcendo pelo seu sucesso.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Lúcio Alcântara, essa amizade que nos une é muito forte mesmo. Basta ver que eu, muitas vezes, vou à sua procura para troca de ideias e de sugestões. V. Ex^a nunca me falou com as luzes de sua inteligência, de sua experiência e, sobretudo, com a sua sinceridade, com a qual sempre conversamos sobre os mais diversos assuntos.

Sou-lhe grato. Vou levar suas palavras como um grande incentivo ao meu trabalho, se Deus quiser.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Ramez Tebet, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Senador Ramez Tebet, amizade maior não existe; a nossa é, talvez, a maior de todas. Ao longo dos anos, destes anos contemporâneos, a nossa convivência sempre foi fraterna. Começou antes da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste e continuou até o nosso encontro nesta Casa. Tivemos uma convivência amigável e saudável em todas as iniciativas de que

participamos. Agora, quando o amigo – permita-me a intimidade – é convidado para assumir o Ministério da Integração Nacional demonstra uma postura de coragem, de relevante conhecimento do País para exercer uma função dessa natureza. O Brasil é indivisível, no entanto, temos o Ministério da Integração Nacional. Significa que V. Ex^a vai contribuir para a integração entre as diversas regiões do País. Minas é o exemplo de um Estado que possui diversas regiões dentro de suas fronteiras. V. Ex^a contribuirá ainda mais para que Minas se integre ao sentimento nacional. É esse o nosso entendimento. Ultrapassada esta fase da seca – que não vai passar rapidamente -, V. Ex^a vai assumir diretamente todas as facetas do problema nordestino. Peço a V. Ex^a que objetive transformar essa mediação política entre o povo e seus representantes numa relação contratual. A bolsa-escola, meu caro Ministro, não pode passar pela mediação política, ela deve ser resultado de um contrato de direito, a fim de que aqueles dez milhões de brasileiros que vivem no Nordeste fome, miséria e pobreza tenham nesse instituto não um favor político, mas um contrato de direito que corresponda ao desejo deles. Essa substituição de uma relação política por uma contratual é inegavelmente um passo importante, não para o êxito do Ministério da Integração Nacional, mas para tornar o Brasil um país integrado socialmente, um País só, um povo só, livre e soberano. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Francelino Pereira, acredito que hoje V. Ex^a não se queixou de mim. Por nos conhecermos tanto, outro dia V. Ex^a chegou a afirmar que eu não estava prestando atenção a suas palavras porque meus olhos não estavam cintilantes. A nossa amizade teve início em 1976. V. Ex^a não mencionou a data, mas não tem razão nenhuma para não informá-la porque a sua jovialidade é um fato incontestável. A sua energia a serviço de Minas Gerais e do Brasil é muito grande, e gostaria de poder contar com essa energia para me estimular e unir-se à minha luta, na nova missão à frente do Ministério da Integração Nacional. Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Pedro Piva (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo um aparte ao Senador Pedro Piva.

O Sr. Pedro Piva (Bloco/PSDB – SP) – Senador Ramez Tebet, meu vizinho de apartamento, meu vizinho em Mato Grosso do Sul, meu amigo. Não são apenas essas atribuições pessoais que me entusiasmam

ao ver V. Ex^a no Ministério da Integração Nacional. V. Ex^a deu a sua marca com acerto e dedicação em todos os cargos que ocupou: Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito de sua cidade, Superintendente da Sudene e Senador. Senador Ramez Tebet, é uma honra a ida de V. Ex^a para o Ministério da Integração Nacional. V. Ex^a vai enriquecer o Ministério do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando ouço V. Ex^a dizer que será um defensor de Mato Grosso do Sul, eu concordo com isso, mas, como a própria denominação do Ministério, V. Ex^a será o Ministro da Integração Nacional, integrando todos os Estados da Federação do Brasil. Parabéns, saúde e felicidades, Ministro!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Pedro Piva, muito obrigado. Digo a V. Ex^a que será um sul-mato-grossense a ser vice do Brasil. É verdade que também vou procurar fazer o dever de casa, porque não posso decepcionar os que estão em casa. Minha alma é a de V. Ex^a, a de quem quer ajudar esse imenso Brasil, V. Ex^a pode estar certo disso.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sim, Ex^a.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Eminente Senador Ramez Tebet, por inúmeras vezes V. Ex^a foi convocado para desempenhar funções as mais difíceis, as mais complexas e até as mais espinhosas no âmbito do Congresso Nacional e se desincumbiu de todas elas com extrema competência, com rara fidelidade. Por tanto, mais do que justo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso o tenha escolhido para comandar esse Ministério da Integração Nacional, um Ministério que me parece apropriado para ser preenchido por V. Ex^a, até porque, como homem do Centro-Oeste, conhece as gritantes desigualdades inter-regionais. E sei que V. Ex^a é a pessoa ideal para formular, equacionar e executar as políticas capazes de diminuir essas imensas desigualdades. Portanto, eminente Senador Ramez Tebet, cumprimento V. Ex^a e, ao tempo em que lhe deixo todo o sucesso, cumprimento também o Presidente Fernando Henrique Cardoso e quero assegurar-lhe que o Tocantins sente comtemplado na indicação de V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Carlos Patrocínio, quantas vezes não pude admirar V. Ex^a na tribuna, defendendo e falando sobre a saúde do povo brasileiro, defendendo melhores dias para o povo brasileiro! Quantas vezes não vi V. Ex^a defendendo que um dos caminhos para este País era o da

educação! Quantas vezes não vi o fervor de V. Ex^a defendendo uma universidade federal para o Estado de Tocantins, junto com os eminentes Senadores que compõem essa Bancada tão representativa e ilustre! Agradeço a V. Ex^a.

A Sr^a Emilia Fernandes (Bloco/PDT – RS) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a me permite uma parte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Emilia Fernandes (Bloco/PDT – RS) – Senador Ramez Tebet, gostaria de deixar registrado rapidamente que tenho o Ministério da Integração Nacional como uma das Pastas mais importantes. A própria palavra, no seu conteúdo e no seu peso, se fosse avaliada no seu significado maior, sem dúvida demonstraria a importância e a necessidade de esta Pasta realmente atingir todos os objetivos a que se propõe. V. Ex^a está apto a assumir o Ministério. O trabalho qualificado, competente e firme que V. Ex^a sempre desempenhou nesta Casa de mostra isso. O tratamento respeitoso com todos os colegas e os colegas Parlamentares certamente se evidenciará no trato que teremos também e poderemos contar de V. Ex^a junto a aquele Ministério. Queremos também registrar o trabalho dedicado e competente que realizou o ex-Ministro, nosso colega Senador Fernando Bezerra, que esteve no Rio Grande do Sul, Senador Ramez Tebet, e conheceu de perto os anseios da nossa sociedade gaúcha. Quero alertar V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, que encontrará na sua mesa, no Ministério da Integração Nacional – espero que não na gaveta, nem numa pasta esquecida –, uma proposta e um projeto da mais alta relevância para o Estado do Rio Grande do Sul. Uma proposta construída pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pela Assembleia Legislativa do Rio Grande, pela Banca da Federal do Congresso Nacional – Senadores e Deputados – pela Fiergs – Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, também com o apoio dos trabalhadores sindicatistas do nosso Estado. Trata-se de um projeto e de uma proposta que se referem à questão da meta de sul, uma proposta que busca mostrar ao Brasil, em primeiro lugar, que o compromisso do Presidente Fernando Henrique Cardoso com a meta de sul do Rio Grande precisa ser cumprida. Temos propostas concretas de infraestrutura, de desenvolvimento, de geração de emprego, de diversificação da nossa produção da meta de sul e, principalmente, tentamos mostrar que temos que acelerar o desenvolvimento da geração de emprego e diminuir, dessa forma, os problemas sociais. Espero ter de V. Ex^a uma atenção espe-

cial quanto a essa proposta do Rio Grande que está aguardando uma resposta do Governo Federal. Por meio da sua Pasta, de sua sabedoria e do seu trabalho, tenho certeza que deslanchará. De desejoso a essa nova missão que sua carreira política lhe impõe e que Deus o abençoe e o ilumine. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Emilia Fernandes, muito obrigado. Olharemos com carinho a reivindicação que V. Ex^a faz antes mesmo da nossa posse.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – Ministro Ramez Tebet, conheço-me e nós e os nossos amigos há exatamente 25 anos. Em 1976, conheci-o na Prefeitura de Três Lagoas e na sua propriedade naquele Município. Até esta data, nada de sabonou o seu compromisso. Temos certeza de que nessa nova empreitada o seu crédito para com o Brasil continuará da mesma forma. Muito obrigado e sucesso.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a lembrou o ano de 1976. Quero dizer que o projeto que V. Ex^a assinou foi cumprido integralmente.

Mas que ro pres tar uma homenagem a V. Ex^a. Sei que todos aqui tratam do problema da terra, que todos se preocupam com o problema da agricultura, mas peço permissão aos colegas para colocar V. Ex^a na dianteira de todos nós, quando se trata de desenvolver a agricultura neste País.

Quero prestar-lhe essa homenagem porque a entendo merecida.

Ouç o Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Sr. Ministro Ramez Tebet, quero antes de mais nada desejar-lhe muita sorte. Há problemas emergenciais, como é o caso da seca; há problemas de médio prazo, como é o caso da transposição; há problemas de toda ordem e sei que V. Ex^a irá buscar soluções para todos eles. Cabe a nós, do seu Partido, lutar para que esse Ministério tenha força e recursos, porque o curso não irá operar milagres. V. Ex^a precisará de recursos, e nós, com certeza, vamos pedir ao Governo que aporte recursos de modo que V. Ex^a possa enfrentar as áreas que devem ser estruturadas, assim como os acidentes que ocorrerem, como as enchentes e as atividades próprias da Defesa Civil, que também pertencem à Pasta que V. Ex^a passa a ocupar, pois sem

recursos, não é possível atender às justas reivindicações e solucionar todos os problemas. Desejo a V. Ex^a muita sorte. Conte com o nosso apoio.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a estava chegando ao plenário, quando me referi a um decreto que deveria ser publicado, creio, na próxima 5^a feira. O fenômeno da seca, a que V. Ex^a se referiu, não só aflige o Nordeste, mas também atinge o coração de todos os brasileiros. Esse decreto prevê uma espécie de mutirão. Vamos ver se, mesmo com poucos recursos, conseguimos chegar a uma solução definitiva para, efetivamente, combater as consequências da seca no Nordeste. V. Ex^a esteja certo disso.

Sabemos das dificuldades e dos parcos recursos com os quais contamos, mas é preciso juntar tudo e fazer um mutirão para socorrer aqueles nosos irmãos que estão necessitados.

Ouçoa Senadora Marluce Pinto.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Senador Ramez Tebet, quase Ministro da Integração, quer dizer a V. Ex^a que a sua atuação aqui no Senado da República não enalteceu apenas a sua pessoa, mas também o nosso Partido. V. Ex^a realizou vários trabalhos de alta relevância em várias Comissões, principalmente na Comissão de Ética. V. Ex^a pôde mostrar ao Brasil que o Senado não é o que dizem lá fora. Existem homens e mulheres sérios, competentes, preocupados com os problemas do Brasil. V. Ex^a teve uma atuação brilhante. Sempre muito autêntico, agiu com bastante transparência e em nenhum momento, por mais que tenha havido críticas pela imprensa, V. Ex^a titubeou. Então, isso é motivo de muito orgulho para nós, principalmente para os integrantes da Bancada do PMDB. Ter certeza de que, em boca a sua saída do Senado vá deixar certa lacuna em nosso Partido, V. Ex^a vai desempenhar um papel importante para o nosso País e para o povo brasileiro, principalmente para aqueles que vivem nas regiões mais carentes. Quero, mais uma vez, dizer que a nomeação de V. Ex^a me causou não só orgulho, mas também certa tranquilidade, porque sabemos que podemos contar com sua compreensão. Vivemos na região amazônica, que embora rica, recebe poucos investimentos e o desequilíbrio regional aumenta a cada ano. Eu só lamento o fato de Ex^a ficar por um curto período nesse Ministério, um ano e pouco, mas como sabe aproveitar muito bem o tempo, tenho certeza de que, quando deixar o cargo para ser candidato, no ano 2002, seus colegas do Senado e principalmente nós peemedebistas ainda vamos ficar mais orgulho-

sos de V. Ex^a em virtude do trabalho que realizou no Ministério da Integração Nacional. Que Deus o ilumine cada vez mais e que continue sendo essa pessoa brihan te que tem sido até hoje.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senadora Marluce Pinto, muito agrado pelas suas gentis palavras. Sabe V. Ex^a que nos une essa amizade muito forte, bem como a admiração que tenho por V. Ex^a, que sempre me distinguiu tanto dentro do Partido como fora dele. Por tanto, só tenho o que agradecer a V. Ex^a.

Ouçoo nobre Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Ramez Tebet, não posso deixar de registrar, em nome do Estado de Rondônia, a alegria em vê-lo ser conduzido ao posto de Ministro da Integração Nacional. Faço isso com orgulho, porque aprendi a admirá-lo, apesar do pouco tempo que tenho nesta Casa. Aprendi muito com V. Ex^a e ter certeza de que V. Ex^a haverá de se desincumbrar dessa importante missão, assim como soube se conduzir durante a sua permanência no Senado Federal. Receba o carinho e o reconhecimento da Bancada de Rondônia pela ascensão a esse cargo tão importante.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Moreira Mendes, agrado-lhe muito. V. Ex^a sabe o quanto o estimo e o quanto valeram os bons encontros em que estivemos juntos nesta Casa. Mesmo fora do plenário, discutimos os problemas do país, V. Ex^a falando com carinho do Estado de Rondônia e eu defendendo o meu Estado, Mato Grosso do Sul. Também sabe o quanto choramos as nossas dificuldades.

Com a palavra o Senador Arlin do Porto.

O Sr. Arlin do Porto (PTB – MG) – Senador Ramez Tebet, mesmo depois de haver o Senador José Alencar usado a palavra, confirmando a posição da Bancada de Minas Gerais nesta Casa – eu não estava no plenário e já agradeço ao meu companheiro de Bancada por tê-lo cumprimentado –, fiz questão de desejar-lhe muito sucesso à frente do Ministério. Desejo que toda a sua experiência, todo o seu vigor, toda a sua vontade de realizar e de corrigir as desigualdades sociais deste País sejam usadas para que o desenvolvimento possa ser implementado de maneira mais ampla; e que a sua experiência de vida pública e a sua seriedade possam ser colocados a serviço desse Ministério. Fiz questão de usar a palavra, para dizer que aqui estou como V. Ex^a sempre estive quando eu era Ministro da Agricultura. V. Ex^a busca sempre enfatizar e apoiar as ações do Ministério. Eu me posicionei como um colega de Senado e,

além disso, como um amigo que quer dar todo o suporte, nesta Casa, para que o que for importante da pelo seu Ministério possa ter o reconhecimento da população brasileira. Muitos sucessos e que sejam muito felizes contribuindo com o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Arlindo Porto, a sua passagem pelo Ministério da Agricultura foi produtiva e brilhante. Peço a Deus que a minha passagem pelo Ministério da Integração Nacional fique pelo menos perto do brilhantismo com que V. Ex^a se houve à frente do Ministério da Agricultura. Muito obrigado a V. Ex^a.

Ouçoo Senador Carlos Bezerra.

O Sr. Carlos Bezerra (PMDB – MT) – Senador Ramez Tebet, o Centro-Oeste está muito feliz com a sua indicação para esse importante cargo. Nossa região é a solução para o Brasil. V. Ex^a sabe, por que participou dos debates, que o Centro-Oeste tem um programa chamado Prodeco, que pode alavancar o desenvolvimento do País. Ele pode perfeitamente desviar a migração interna do Sudeste, que já está inchado, para o Centro-Oeste, uma região que tem tudo por fazer e tanto para produzir. Como superintendente da Sudco, V. Ex^a já demonstrou ser um homem afinado com a região. Com toda a dificuldade financeira do Governo Sarney, encontrou forças políticas para alavancar recursos e aplicar no Centro-Oeste. Quando fui Governador, V. Ex^a apoiou vários projetos sociais que o Governo do Estado idealizou para a população mais carente do nosso Estado. Por várias vezes, V. Ex^a foi a Mato Grosso não só levar a sua presença como também recursos para atender a demanda que le pessoal de baixa renda e das localidades rurais do meu Estado principalmente. Tenho certeza de que, no Ministério, V. Ex^a irá olhar com carinho para todo o Brasil. Existem outras regiões também carentes e necessitadas, mas V. Ex^a vai olhar com carinho para o nosso Centro-Oeste e ajudar a alavancar e desenvolver aqueles grandes programas que o Centro-Oeste espera. O Brasil pode se tornar rapidamente o detentor do comércio de alimentos do mundo, e o Centro-Oeste tem condições para isso, sem concorrentes. Basta que nos dêem o mínimo de apoio e de infra-estrutura para fazer a agroindustrialização do Centro-Oeste. Nós, do Centro-Oeste, estamos orgulhosos com a nomeação de V. Ex^a para esse cargo. Estaremos presentes, amanhã, na posse e vamos estar ao seu lado, acompanhando o dia-a-dia de sua atuação no Ministério, ajudando, colaborando, dando

idéias. Para bens a V. Ex^a. De se jo-lhe todo o êxito no exercício desta importante missão.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Carlos Bezerra, V. Ex^a me faz lembrar da atuação que teve como Governador do Estado do Mato Grosso, realizando um Governo eminentemente social. Recordo-me do trabalho conjunto que realizamos – V. Ex^a como Governador e eu na Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Não fossem os bons projetos que V. Ex^a apresentou e a luta que tive para alavancar recursos, não teríamos feito essa parceria a serviço do Governo do Estado de Mato Grosso. Agradeço a V. Ex^a as generosas palavras.

O Sr. Sergio Machado (Bloco/PSDB – CE) – Senador Ramez Tebet, conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Sergio Machado (Bloco/PSDB – CE) – Senador Ramez Tebet, é uma grande satisfação para nós, Senadores, vê-lo ocupar o Ministério da Integração Nacional. Passta que tem por objetivo integrar o Brasil e que está a desenvolver o Programa de Combate à Pobreza. Nós que estivemos juntos no Senado em diversas batalhas sabemos da sensibilidade de V. Ex^a e que podemos contar com o seu bom-senso na condução dessas lutas para mudar estruturalmente o Brasil, para fazer com que as questões referentes ao Nordeste – a seca, a falta de água, o carro-pipa – transformem-se em fatos do passado. Tenho certeza de que V. Ex^a, como Ministro, terá a sensibilidade para avançar nesses programas, com determinação, coragem e transparência. Estou certo de que teremos, no Ministério, uma pessoa que estará preocupada com a integração do Brasil e que dará, neste momento, a grande contribuição para que possamos avançar na luta contra a pobreza, oferecendo alternativas e fazendo a inclusão social. Fico muito feliz com a nomeação de V. Ex^a. Conte com os seus Companheiros do Senado na luta que também é do Brasil.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Sergio Machado, agradeço muito a V. Ex^a, que sabe a que estou-me referindo. Desde o primeiro momento, V. Ex^a foi daqueles que me têm estimulado na minha luta no Senado. Sou-lhe grato por isso.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Ramez Tebet, não nego a má goa que sinto ao ver V. Ex^a deixar a Casa. Esta vai muito acostumado a receber conselhos de V. Ex^a e a vê-lo calmamente pelos corredores da Casa nos momentos mais importantes do Senado, dando orientação. Tenho certeza de que seu Suplente mereceu o nosso maior respeito, mas V. Ex^a deixará uma lacuna muito grande nesta Casa, pois obteve algumas vitórias pessoais de competência que marcam indelevelmente a sua biografia. V. Ex^a presidiu uma Comissão Especial que, a rigor, se analisarmos, nem poderia ter sido constituída. Não assiniei o seu requerimento de instalação, mas participei dela. Com competência e trabalho, V. Ex^a caminhou permanentemente em fio de arame e conduziu a Comissão Parlamentar de Inquérito que tratou do Poder Judiciário com capacidade e credibilidade tais que não tive nenhuma divergência. O Supremo Tribunal Federal também participou – e o resultado foi altamente positivo – da referida CPI, que nunca tinha ocorrido na história desta Casa. V. Ex^a, entretanto, soube tirá-la daqueles rumos iniciais que colocaram os Poderes em confronto e iniciou um belíssimo trabalho de reconstrução do Poder Judiciário. V. Ex^a enfrentou, há pouco, dois acontecimentos difíceis no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que, pela primeira vez na história, se reuniu e afastou um Colega desta Casa e, no ano seguinte, determinou o afastamento de mais dois companheiros. Em ambos os casos, V. Ex^a agiu como um magistra do. Sen do promotor público e conhecedor profundo da matéria do outro lado da lei, agiu com competência e seriedade, tratando questões as mais dramáticas, difíceis e imprevisíveis envolvendo promotores. Não tenho nenhuma dúvida de que a Comissão chegou ao final da maneira que chegou graças ao trabalho de V. Ex^a. É o destino. Era natural que V. Ex^a, que já foi do Poder Judiciário, como promotor, que já foi Governador de seu Estado, que está aqui no Senado Federal, tivesse de ir para o Poder Executivo. Aceito o Ministério numa hora difícil. V. Ex^a é o primeiro Ministro do Mato Grosso do Sul, essa é uma marca que honra e dignifica o Estado. Sei que, de certa forma, V. Ex^a não teve nem condições de pensar em não aceitar a honraria, tal a justa vaidade do seu Estado. V. Ex^a vai para o Ministério numa hora difícil no Governo, difícil no Ministério que vai assimir, difícil no nosso Partido, nas interações que nos assumem – qual será o nosso destino e qual será o nosso caminho? Em meio a isso tudo, V. Ex^a tem o gesto e a coragem e aceita o desafio. Que bom, meu querido Senador, que o Brasil tenha vul tos como V. Ex^a. Saiba mos que pode ser no

Go ver no do Mato Grosso do Sul, pode ser no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, pode ser na CPI, pode ser no Senado Federal, pode ser no Ministério, o Tebet é o Tebet. A sua honra, a sua dignidade, o seu conhecimento jurídico, a sua capacidade, a sua seriedade, tudo será sempre o mesmo. Só não será o mesmo este Senado Federal, de modo especial para mim, um lugar vazio, por não vê-lo aqui, com o seu olhar, com a sua firmeza e a orientação que V. Ex^a dava para muito mais pessoas do que possa imaginar. Parabéns ao Brasil! Parabéns ao Mato Grosso do Sul! Nós o felicitamos!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Pedro Simon, vou pedir licença a V. Ex^a para não responder o seu aparte. Sabe por quê? Por que está presente nesta Casa um filho meu que muito o admira.

Que o agradeça a V. Ex^a por esse aparte tão judicioso e generoso que me faz na presença de um filho querido que tanto o estima. É a resposta que dou a V. Ex^a, transmitindo-lhe, também, a minha amizade e a de todos os meus familiares.

O Sr. Ro meu Tuma (PFL – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Ro meu Tuma.

O Sr. Ro meu Tuma (PFL – SP) – Dr. Ramez Tebet, tenho pouco a falar, diante das manifestações a respeito da conduta de V. Ex^a. Mas não poderia, pela convivência que tivemos durante esses anos, mesmo antes de sermos Senadores, pelo carinho e respeito que tenho por V. Ex^a e, agora, na presença dos seus familiares, deixar de lhe desejar boa sorte e que Deus esteja a seu lado, sempre intervinindo, para melhorar essa situação das áreas pobres do País. Bem-diz o Senador Francélino Pereira: V. Ex^a não será Ministro da Integração Nacional, V. Ex^a será Ministro da Integração Social, pelas grandes dificuldades que determinam os setores das Regiões Norte e Nordeste enfrentam. Ainda ontem, o Jornal Nacional mostrou o que é a fome, o desespero de algumas pessoas, com lágrimas nos olhos, para dizer aos filhos que não tinham o que comer. E V. Ex^a homenageia seu filho aqui presente, que, graças a Deus, pode nos proporcionar a nossos filhos educação, saúde e alimentação. V. Ex^a terá uma missão sagrada, Senador. Por essa razão, peço que Deus lheacompanhe e dê tranquilidade, dedicação e a visão de nacionalidade que V. Ex^a possui e que o Brasil tanto necessita atualmente. Boa sorte!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Ro meu Tuma, V. Ex^a tocou em um ponto fundamental

tal. E só político age assim. Nós, deste Senado da República, não precisávamos assistir a reportagens de televisão para nos sensibilizarmos. Percorremos o Brasil, somos políticos que pisamos no barro, que vamos de casa em casa, como em meu Estado, por exemplo, e sabemos das dificuldades imensas pelas quais passa o povo brasileiro. Somos daqueles que nos sensibilizamos com a fome, com a miséria, com a dor do nosso semelhante.

Portanto, eu gostaria de aproveitar o aparte de V. Ex^a a fim de transmitir uma mensagem à juventude brasileira, ao povo brasileiro, para dizer que a política é uma atividade nobre, a mais nobre das atividades, pois à ela cabe decidir sobre o destino de todos. E que Deus nos dê forças para formarmos um mutirão para apagar de vez do País essa fome e essa miséria. E ninguém pode correr do chameamento de um Partido e de um Presidente da República para tentar colaborar para a solução desse problema, que, por certo, não será solução na do nem em um nem em dois anos, mas que poderá ser solucionado num menor espaço de tempo possível, se houver dedicação, se houver lealdade, se houver espírito cívico, se houver determinação, se houver vontade política de realmente fazer um Brasil mais igual e mais fraterno. Obrigada, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Senador Ramez Tebet, permi te-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço-o com prazer, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (Bloco/PSDB – RR) – Meu caro amigo e Senador Ramez Tebet, eu já tive oportunidade de saudar V. Ex^a na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas quero aqui, nesta tarde, novamente reafirmar a minha certeza de que V. Ex^a será um grande Ministro da Integração Nacional. Nós nos conhecemos há muito tempo, V. Ex^a na Suécia, e eu, no Projeto Rondon, ambos no mesmo prédio do anexo do Ministério do Interior. Desde aquela época, V. Ex^a construiu sua carreira centrada na seriedade, nos princípios morais, na competência e no compromisso com as regiões mais distantes deste País. Eu tenho certeza de que a escolha do Presidente Fernando Henrique foi muito feliz e de que V. Ex^a será o Ministro da Integração Nacional e zelará pelas regiões mais pobres, como a minha Região Norte, que precisa realmente de projetos para trazer o desenvolvimento regional a patamares aceitáveis. Eu quero colocar a V. Ex^a que te quero, também, de que esta Casa estará ao seu lado. Nós estaremos lutando ao lado do Ministério da Integração Nacional na Comissão de

Orçamento para alocar recursos, a fim de que o Ministério possa executar projetos e programas importantes. Conte conosco, seja feliz, e te quero de que vai o Brasil reconhecer, mais cedo do que V. Ex^a pensa, as grandes realizações e os grandes trabalhos que V. Ex^a vai realizar em prol do nosso povo. Meus parabéns e seja feliz no Ministério!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Agradeço imensamente o aparte de V. Ex^a. Lembro-me de V. Ex^a como Presidente da Funai. E me vem à mente para me inspirar nessa luta, nesse trabalho, por que venho da terra de Rondon, o qual foi um grande idealista. O nosso Ministério chama-se Ministério da Integração Nacional, e ninguém buscou tanto a integração neste País quanto ele, o símbolo da integração neste País, o Marechal Rondon.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima (PMDB – PB) – Permi te-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima (PMDB – PB) – Senador Ramez Tebet, como meus sentimentos ao sentimento desta Casa e o saúdo com a certeza de que o Brasil vai ganhar um grande Ministro. Como seu espírito público, sua inteligência e seu talento. Estive em sua cidade sendo seu hóspede e sei da sua hospitalidade e da sua grandeza de coração. Sei o quanto V. Ex^a é admirado e querido pelo seu gesto e pela sua altivez. Te quero a certeza de que V. Ex^a dará ao Brasil uma contribuição muito valiosa à frente do Ministério da Integração Nacional. E o Nordeste manifesta sua confiança no seu trabalho, pois V. Ex^a é um homem sensível e conhece todas as regiões brasileiras. Associe-me a esses sentimentos, dizendo de forma especial da admiração e do respeito que lhe tenho e da certeza de que mantere de que V. Ex^a fará um grande trabalho à frente do Ministério da Integração Nacional. De seja a V. Ex^a muito sucesso, parabéns e felicidades. Conte comigo aqui e onde estiver para ajudá-lo, modestamente, no que for possível.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Ronaldo Cunha Lima, sabe V. Ex^a da nossa amizade. Mato Grosso do Sul sente saudades da sua visita. Aproveito para dizer, de público, que um dos grandes discursos que ouvi nesta Casa foi o de V. Ex^a sobre o Velho Chico, o rio São Francisco, rio da integração nacional, cantado em verso por V. Ex^a.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima (PMDB – PB) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, permi te-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço o aparo de V. Ex^a.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Meu caro Senador Ramez Tebet, Ministro, aqui fala o nordestino do semi-árido. Na minha terra, Ministro, há hoje 120 mil lavradores que perdem o seu plantio e estão vivendo de cestas básicas. Conheço V. Ex^a, todos nós conhecemos, sabemos da sua capacidade e da sua competência. Estaremos reunidos, no próximo dia 30, na cidade de Picos, com os representantes desses 120 mil lavradores para tratarmos de um projeto que agora direi a V. Ex^a: trata-se de um projeto de plantio de mamona para transformar a em óleo de e sel, a fim de que a Petrobras não importe tanto e dê trabalho ao nordestino, porque a mamona, meu caro Ministro, não tem medo de seca. Esse projeto, Ministro, dará oportunidade aos nordestinos. Levantei o projeto a V. Ex^a e tenho a certeza de que terá o seu apoio. O Nordeste ficará agradecido e particularmente o Piauí. Parabéns, Ministro Ramez Tebet! V. Ex^a conta conosco em sua nova missão no bre e patriótico.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador.

V. Ex^a havia conversado comigo a respeito do assunto. Vou aguardar sua visita. Já é o terceiro projeto a respeito do qual conversamos e V. Ex^a sempre o faz com entusiasmo. São projetos que significam muito para a região que V. Ex^a tão bem representa nesta Casa.

ASr^a Heloísa Helena (Blo co/PT – AL) – V. Ex^a concede-me um aparte, nobre Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a me honrará muito.

ASr^a Heloísa Helena (Blo co/PT – AL) – Senador Ramez Tebet, faço este aparte pelo respeito que tenho por V. Ex^a. Respeito com qualificação por meio da convivência democrática e respeito a que tive com a oportunidade de consolidar. É evidente que V. Ex^a sabe que não acredito no Governo; são praticamente sete anos. Não acredito nas chamadas obras estruturantes para o meu Nordeste. Não acredito nas alternativas para minimizar o impacto das desigualdades regionais, e superar a fome, a miséria, a humilhação e o sofrimento. Não acredito, porque o Governo deu demonstrações concretas e abso lutas de que não é capaz de fazê-lo, de que não tem compromisso de fazê-lo. Pelo respeito que tenho por V. Ex^a, gostaria de fazer três apelos extremamente objetivos. Não confio no Governo, mas não aposto no “quanto pior me lhor”. Apostaria no “quanto pior me lhor”, se fosse para o

precipício o próprio Governo, suas lideranças, o Presidente da República. Mas não são eles que vão para o precipício. Também não são os nossos filhos que vão para o precipício. Vai para o precipício a grande maioria da população pobre. Portanto, essa conversa de que a Oposição apostou no “quanto pior me lhor” é mentira, é discurso de magôgico. Não agimos assim, pelo contrário, estima, e consideração que temos pela grande maioria do povo brasileiro. Senador Ramez Tebet, pelo respeito que tenho a V. Ex^a, faço-lhe três apelos. A Bancada do Nordeste, em audiência promovida pelo Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, teve oportunidade de apresentar, diante dos planos que S. Ex^a expôs a nós nordestinos – os Planos do Carro-Pipa e da Cesta Básica –, de oferecer uma proposição. O primeiro apelo é a suspensão imediata de todas as execuções que estão sendo feitas pelo Banco do Nordeste. No meu Estado de Alagoas e em vários outros Estados estão todos quebrando: a bacia leiteira, o homem do coco, o pequeno plantador, o médio plantador, o proprietário mas não o grande. E isso significa ausência da dinamização da economia local, ausência de geração de emprego, de renda, de produção de alimentos no nosso Nordeste. Peço, portanto, a suspensão imediata. O segundo apelo – e sei que V. Ex^a se empenhou e até se pronunciou nesta Casa sobre o assunto – é a moratória imediata do cálculo do estoque da dívida. Fizemos várias disputas com o Governo. A utilização da TJLP para o cálculo torna impagável a dívida. Esses dois pedidos se relacionam aos financiamentos. O outro é em relação à crise energética. O Nordeste não tem mais quota de sacrifício para dar, pois já deu uma gigantesca quota quando a elite política co-econômica do País não investiu em outros compromissos para a geração de energia. Investir apenas na geração de energia hidráulica acaba com o prometido, de forma gigantesca, o que significa 78% da água do Nordeste: o Rio São Francisco. Ao tempo em que precisamos com água nos reservatórios para geração de energia, precisamos liberar água para irrigação e abastecimento humano e animal. Com essa crise, temos um gravíssimo problema porque se está aumentando a quota para o Nordeste no racionamento. Imagine a repercussão disso no uso múltiplo e conflitante da água de que nós, nordestinos, precisamos mais do que qualquer outra região para abastecimento humano e animal, diante dos poucos recursos hídricos que temos e dos poucos investimentos em irrigação do Nordeste. Faço esses três apelos, extremamente objetivos, pela confiança e pelo nosso convívio democrático nesta Casa, para que V. Ex^a leve essa bandeira ao Ministério, para

que possamos, de fato, ao menos, minimizar o impacto gigantesco da crise. Nossa região está vivenciando a maior seca da história. Para completar, além da irresponsabilidade de quem conduz o Governo e do problema do setor elétrico, vem, agora, para piorar a situação, o uso múltiplo e conflitante das águas. São os três apelos que faço a V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Se na dor Heloísa Helena, to me nota dos apelos feitos por V. Ex^a, que, por coincidência, fazem parte do meu pensamento. Vamos ver se isso é realizável. Prometo-lhe que vou lutar, mas que ro lhe fazer também um apelo: vamos crer juntos. V. Ex^a pode não crer no Governo...

A Sra. Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Tenha certeza de que sou uma mu lher de fé, Se na dor Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – ... mas, não cren do, V. Ex^a está aju dan do, por que o Go ver no re al mente pre ci sa de O po si ção. Mas te mos que a cre di tar no Bra sil, te mos que a cre di tar que não po de mos mais ter so lu ções pa li a ti vas para o Nor de ste. Te mos que a cre di tar que a nos sa lu ta não se rá em vão, Se na do ra He lo í sa He le na; te mos que ter fé no nos so tra ba lho e na nos sa ação. Te mos que sa ber con struir, por que o mun do está vi ven do um mo men to que não per mi te que o Bra sil per ca tem po. Pode a cre di tar que con fi o no tra ba lho de V. Ex^a. O con ví vi o que ti ve mos nes ta Ca sa me fez um ad mi ra dor de V. Ex^a, por suas po si ções sem pre fi rmes, em bo ra mu itas ve zes dis cor de mos um do ou tro.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) – Se na dor Ra me z Te bet, V. Ex^a per mi te a esta Pre si dên cia in ter rom pê-lo para fa zer um ape lo aos a parte an tes ao dis cur so de V. Ex^a, que me re ce da nos sa parte to das as ho men a gens. Pe ço que os a partes sejam mais bre ves, con si de ran do que há on ze itens na pauta, com três vo ta ções no mi nais. En tão, fa ria um ape lo aos a parte an tes para que pu des sem re du zir o tem po do a parte.

O Sr. Valmir Amaral (PMDB – DF) – Senador Ramez Tebet, V. Ex^a me per mite um a parte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Pois não, Senador Valmir Amaral.

O Sr. Valmir Amaral (PMDB – DF) – Meu caro amigo Senador e Ministro Ramez Tebet, conheci V. Ex^a primeiramente pela televisão e, a partir daí, comecei a acompanhar seu trabalho. Com muita seriedade, competência e amizade, V. Ex^a desempenhou um trabalho dos mais difíceis nesta Casa; trabalho este que, hoje, é reconhecido nacionalmente. O nos

so País parou para ver e aplaudir o trabalho que V. Ex^a desempenhou dentro desta Casa. Foi nos momentos mais difíceis que V. Ex^a teve a coragem e a habilidade de conduzir e mostrar uma grande competência para o nosso povo. Tenha certeza, Ministro Ramez Tebet, de que será aplaudido pela sua atuação junto ao Ministério. V. Ex^a está de parabéns por sua passagem por esta Casa. Estive no seu Estado duas vezes e, de pois que en trei nes ta Ca sa, pas sei a ad mi rá-lo ain da mais. Ten ho V. Ex^a como um ído lo nes ta Ca sa, um es pel ho de mo ra li da de, de com pe tên cia, de tra ba lho, de ho na re ze e de ho nes ti da de. Seu Es ta do, o Ma to Gros so do Sul, o Cen tro-Oeste e o Bra sil es tão de pa ra bês por te rem um po lí ti co como V. Ex^a. Mes mo nas si tu a ções mais di fi ce is por que pas sou nes ta Ca sa, foi res pal da do por to dos os seus Pa res. Pa ra bês, Se na dor Ra me z Te bet. Seu ca mi nho só ten de a bril har em di re ção ao fu tu ro. Mu ito su ces so para V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Valmir Amaral, muito obrigado. Recolho e incorporo ao meu pronunciamento suas generosas palavras.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte ao Senador Lindberg Cury.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Ramez Tebet, há poucos minutos, estava divagando e voltei a concentrar minha atenção no seu pai, Tauti Tebet, imigrante libanês que aportou neste País, vindo também da que las ter ras á ri das, na ex pec ta ti va de realizar um provérbio que é apenas uma palavra, o **Maktub**: "Assim estava escrito". Assim estava escrito que um dia, com o brilhantismo da sua inteligência e com o apoio pa ter nal e ma ter nal, V. Ex^a se trans for ma ria num ex ce len te es tu dan te na sua uni ver si da de, num ex ce len te pro mo tor, num bril han te po lí ti co Su pe rin ten den te do De se nvol vi men to do Cen tro-Oeste, quando tive oportunidade de conhecê-lo. Vou além, Ramez: ex ce len te pai de Si mo ne, que hoje está dis pu tan do uma Cá te dra na uni ver si da de; de Edu ar da e dos gê me os, Ramez e Ro dri go. Que ma ra vi lha es ses qua tro fi lhos ve rem o pai hoje com essa in te gra ção de pen sa men to de todo o Se na do. Hou ve uma una ni mi da de, um con sen so de to das as á re as, de to das as for ças po lí ti cas no sen ti do de ho me na ge á-lo. V. Ex^a não se rá ape nas o Mi nis tro da In te gra ção, mas se rá a in te gra ção do Se na do den tro de um Mi nis té rio. Que Deus o acom pa nhe, que seu pai o aben ço e para mais esse de sa fio por que pas sa rá. To dos nós con fi a mos na sua ca pa ci da de. Mu ito ob ri ga do.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Se na dor Lind berg Cury, V. Ex^a che ga a co mo ver-me ao men ci o nar mi nha fa mí lia e meu pai. Qu an do che guei a Bra sí lia co mo Superintendente do Desenvolvimento do Cen tro-Oeste – di go-lhe tudo o que sin to, pois sou um ho mem re con he ci do e que sabe pre ser var ami za des –, o Se na dor Lind berg e a D. Mar ta abri ram suas por tas pa ra me re ce ber. Por tan to, nos sa ami za de é mu ito gran de, sou mu ito fel iz co mis so e mu ito agra de ci do.

O Sr. Carlos Wil son (Blo co/PPS – PE) – So li ci to um apar te a V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ou ço o apar te de V. Ex^a, Se na dor Car los Wil son.

O Sr. Carlos Wil son (Blo co/PPS – PE) – Se na dor Ramez Te bet, hoje as si sti mos à ma ior de mon stra ção da qui lo que V. Ex^a con quis tou nes ta Casa. V. Ex^a che gou aqui há pou co mais de seis anos, ele i to, jun ta men te com mu i tos de nós, Se na do res, em 1994, e ra pi da men te gal gou o res pe i to, o ca ri nho dos seus Pa res. Hoje, V. Ex^a está aqui se des pe din do pa ra as sumir o car go de Mi nis tro da In te gra ção Na ci o nal. Nun ca, em seis anos e meio, esta Casa se po si ci o nou co mo hoje. Mu i tos co le gas de i xa ram o Se na do Fe de ral, as sumiram Mi nis té rios e de pois pa ra cá re tor na ram, mas nin guém foi tão ho me na ge a do co mo V. Ex^a. Mais de 1/3 dos Se na do res já se pro nun ci ou aqui, de mons tran do a sa tis fa ção em vê-lo co mo Mi nis tro da In te gra ção Na ci o nal. Sei que se tra ta de um car go es pin ho so. Fui Se cre tário Na ci o nal de Ir ri ga ção, fun ção vin cu la da ao Mi nis té rio da In te gra ção Na ci o nal, e por isso sei das di fi cul da des des se ór gão. Mas a pre sen ça de V. Ex^a ali é a cer te za de que, por mais es pi nho so que seja o cam in ho, vai ser fa ci li ta do pela sua com pe tência, ho nesti da de e, aci ma de tudo, pela sua le al da de e trans pa re ncia, de mons tran do tudo aqui lo que V. Ex^a sen te. Há pou co, quan do um dos apar te an tes di zia que iria con tri bu ir com a sua ad mi nis tra ção à frente do Mi nis té rio, V. Ex^a afir mou que viria sem pre a esta Casa pro cu rar os Se na do res, pois são os re pre sen ta tes dos Es ta dos. Eu es ta va ali na Me sa, an si o so, a com pa n han do a ten ta men te to dos es ses apar tes, es pe ran do a mi nha vez. Quan do che ga mos aqui, cre io que fui um dos pri me i ros que se a pro xi ma ram de V. Ex^a. Sen do seu ami go, fui Vi ce-Pres i den te da CPI do Ju di ci ário, num mo men to mu i to du ro pa ra to dos nós, mas V. Ex^a es ta va lá, com equi lí brio, com trans pa re ncia, com bra vu ra, ex er cen do o pa pel de Pre si den te. Em ou tros mo men tos di fi ce is, V. Ex^a, com mu i ta ho nesti da de, sem pre com mu i ta cor re ção, en fren tou o seu man da to de Sen a dor. Não te nho dú vi da, sem des me re cer nin guém, de que

o Sen a dor Ramez Te bet é a pes soa mais in di ca da pa ra ocu par hoje o Mi nis té rio da In te gra ção Na ci o nal por que V. Ex^a será um pou qui nho de ca da um de nós. Na ver da de, V. Ex^a vai ser a so ma de ca da um de nós, por que, com mu i ta dig ni da de, vai ser um gran de Mi nis tro. Pa ra bé ns. Pa ra bé ns ao Go ver no do Sen hor Fer nan do Hen ri que, que es co lheu um ho mem com pe ten te e ho nesto pa ra ser Mi nis tro da In te gra ção Na ci o nal. Pa ra ben i zo tam bé m os Pre fei tos de Ma to Gros so do Sul que vieram de mon strar a sa tis fa ção em vê-lo co mo Mi nis tro da In te gra ção Na ci o nal. O meu abra ço e a mi nha tor ci da fer vo ro sa por mais um su ces so, Sen a dor Ramez Te bet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Se na dor Car los Wil son, sabe V. Ex^a o sen ti men to de ami za de que nos une, sen ti men to es se ex pres so nas suas pa la vras. E a mais su bli me ma ni fes ta ção do es pí ri to é a ami za de. V. Ex^a tem a têm pe ra do seu pai, cuja me mó ria re ver en ci a mos no Con gre sso Na ci o nal co mo um po lí ti co que sou be ser com pa n he i ro dos com pa n he i ros, ami go dos ami gos e de fen sor in trans i gen te da sua re gião.

Per mi ta-me que, agra de cen do mais uma vez à V. Ex^a, eu pos sa ho me na ge ar o seu ve ne ran do e sa u do so pai.

O Sr. Ri car do San tos (Blo co/PSDB – ES) – V. Ex^a me con ce de um apar te?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Por gen ti le za, Sen a dor Ri car do San tos.

O Sr. Ri car do San tos (Blo co/PSDB – ES) – Se na dor e fu tu ro Mi nis tro Ramez Te bet, V. Ex^a mar cou, co mo pou cos, a his tó ria re cen te deste Se na do Fe de ral, ao pre si dir a Co mis são de É ti ca e De co ro Pa r la men tar em um dos seus mo men tos mais di fi ce is. V. Ex^a sou be, com com pe tência, sa be do ria, equi lí brio, fir me za e sen so é ti co con du zir um dos mais di fi ce is pro ces sos que le vou ao a fas ta men to de co le gas nos sos do Se na do Fe de ral. Te mos ab so lu ta cer te za de que V. Ex^a le va rá to das es sas ca rac te rís ti cas pa ra o Mi nis té rio da In te gra ção Na ci o nal, que, na es tru tu ra do Po der Exe cu ti vo Fe de ral, é hoje um dos Mi nis té ri os mais es tra té gi cos pa ra o Pa í s. De i xo a su ges tão de que o Mi nis té rio de V. Ex^a seja for ta le ci do. O cha ma do “Pro gra ma dos Gran des Eixos Na ci o nais” ou “Pro gra ma Avan ça Bra sil” de ve ria ser co or den a do pelo Mi nis té rio da In te gra ção Na ci o nal. So men te com a ções na área de in fra-es tru tu ra, en vol ven do trans por te, en er gia, re cursos hí dricos, te le co mu ni ca ções, con se qui re mos di mi nuir os de se qui lí brios re gi o nais no Bra sil e, com isso, con tri bu ir pa ra a eli mi na ção da po bre za, fa zen do com que fi nal men te esta Na ção se in te gre. Nes se con tex to, tam bé m su gi ro a V. Ex^a que o pro gra ma de con vi vência com as se cas – que,

como estamos vendo, tomamos novamente um caráter de emergência – seja direcionado a projetos que venham a dar soluções definitivas a esse problema, sobretudo na Região Nordeste, a fim de que não venhamos a atuar sem pressões efetivas. Uma das grandes reivindicações dos Senadores, feita por meio de manifestações, inclusive de V. Ex^a, nesta tribuna, é que não venhamos a atuar apenas sobre a emergência e sobre os efeitos. De seja felicidade a V. Ex^a. O Ministério foi muito bem entregue. Parabéns!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a, que, com toda certeza, falou pelo Estado do Espírito Santo. Fico muito grato pela sua generosa palavra.

O Sr. Luiz Otávio (Sem Partido – PA) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Luiz Otávio (Sem Partido – PA) – Ministro Ramez Tebet, fiz questão de ouvir o senhor nesta tarde. V. Ex^a já dava por encerrar a manifestação do Plenário do Senado Federal, mas fiz questão de encerrar a nossa manifestação, manifestação dos seus Colegas do Senado, manifestação dos representantes do Norte, do Estado do Pará em especial, principalmente porque os órgãos ligados ao Ministério da Integração Nacional, na Amazônia e no Nordeste, mas em especial na Amazônia, na minha região, se encontram totalmente paralisados, criando dificuldades a todos os empresários, a todos os trabalhadores de uma região mais distante, menos sistêmica, mas com tantos recursos naturais, que gera energia para o Brasil, participada pela balança comercial positivamente há quase 15 anos. É importante para o Estado do Pará que, estando V. Ex^a à frente do Ministério da Integração Nacional, os órgãos que servem de desenvolvimento para a nossa região possam se revitalizar, trazer novas forças, distinguir novos horizontes, para que, realmente, tanto os trabalhadores como os empresários e o Governo Federal, dentro da Região Amazônica, em especial no Pará, façam-se representar e retornar os investimentos que foram paralisados. Não podemos ficar parados. Muitas empresas, a maioria delas, estão funcionando, mas aguardando a continuidade da implantação de seus projetos e de outros novos que deverão surgir com a duplicação da capacidade de geração de energia da usina de Tucuruí e também com a usina de Belo Monte nos próximos anos, gerando mais energia para a Amazônia. Realmente precisamos trazer novos fluidos, novos ventos. Tenho certeza de que V. Ex^a bem representará o Centro-Oeste, particularmente o Estado do Mato Grosso do Sul, que tem fortes ligações com o Norte, particularmente com o Pará, podendo dar solução para o Brasil. O Pará é solução para o Brasil, a Amazônia é solução. Com

certeza, V. Ex^a revitalizará o Ministério e, em especial, os projetos para a Amazônia. Muito obrigado.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Luiz Otávio, agradeço imensamente as generosas palavras de V. Ex^a.

Sr. Presidente, a Casa foi muito generosa comigo. A Mesa foi muito tolerante, pois ultrapassamos, e muito, o tempo.

Encerro dizendo que assumo o Ministério da Integração Nacional sabendo das dificuldades. Sei que ninguém faz milagre, mas sei também que, se cada um fizer um pouquinho, poderemos fazer muito pelo Brasil.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vou com o pensamento voltado para o Senado Federal – voltar a repetir –, precisando da colaboração de todos e pedindo que me ajudem. Ajuda rei o Governo, tentarei dar minha colaboração ao Brasil. Assumi em nome do Mato Grosso do Sul. Sou um homem do Centro-Oeste, mas volto para todo o Brasil.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e aos Companheiros.

Até logo, se Deus quiser. (Palmas!)

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Ramez Tebet, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Senador Ramez Tebet, a Presidência se une às manifestações do Plenário, mas tem dificuldade de encontrar adjetivos para descrever a V. Ex^a o maior sucesso à frente do Ministério da Integração Nacional. Estamos certos de que o entusiasmo, a capacidade de luta e o patriotismo de V. Ex^a farão com que a sua missão seja vitoriosa e de sucesso, não só para V. Ex^a, mas para o País.

De sejamos boa sorte a V. Ex^a.

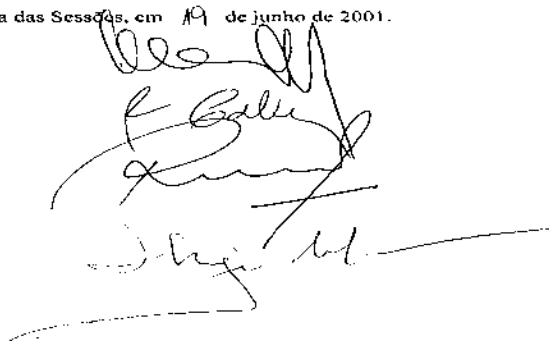
O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requeirimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 320, DE 2001

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar (nº 195/2001-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do

Sala das Sessões, em 19 de junho de 2001.



Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Esse requerimento será votado após a Ordem do Dia, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Foi encaminhado à publicação parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 26, de 2001, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$404,040,000.00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD.

Amatéria em contra-sé em regime de urgência e será incluída na Ordem do Dia da sessão de liberativa ordinária de amanhã, 20 de junho, quando poderá receber emendas até o encerramento da discussão.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje aconteceram dois fatos imprevistos: a despedida do ilustre Senador Ramez Tebet, que prolongou a sessão até esta hora, e uma reunião nacional do PMDB, Partido de V. Ex^a, que retirou vários Senadores do Plenário para dela participarem.

O Item nº 2 trata de emenda à Constituição, que exige quórum qualificado. Apelo a V. Ex^a para transfe-

rir esse item para a sessão de amanhã, pois há risco de falta de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Faremos um esforço, Senador Jefferson Péres. Da parte da Presidência, não há nenhuma dificuldade. Poderemos votar um requerimento de adiamento quando da apreciação do Item nº 2 da pauta, transferindo-o para amanhã, se for de sejo do Plenário.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Muito obrigado.

O SR. JADER BARBALHO (Presidente) – Passa-se à

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2001
(Em regime de urgência, nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, combinado com o art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 3.532/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (incluindo a figura do contador como autor do crime de falso testemunho ou falsa perícia, bem como exacerbando as penas impostas ao referido crime), tendo

Parecer, sob nº 482, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apressenta.

Aprojetos foram apresentadas emendas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no prazo único previsto no art. 122, item II, alínea b, combinado com o art. 375, item I, do Regimento Interno.

A Presidência esclarece ao Plenário que a emenda apresentada como conclusão do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apesar de não ter recebido a designação de substitutiva, constitui substitutivo integral ao texto do presente projeto.

Prestado esse esclarecimento, a Presidência submeterá à apreciação do Plenário a Emenda nº 1 da CCJ, antes do projeto, nos termos do art. 300, item XIII, do Regimento Interno, que tem preferência regimental.

Discussão em conjunto do projeto e da emenda, em turno único. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a palavra, encerro a discussão.

So bre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 321, DE 2001

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do art. 20 do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 3.532/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal (incluindo a perícia, bem como exacerbando as penas impostas ao referido crime), a fim de ser incluído no texto da Emenda nº 1-CCJ.

Sala das Sessões, 19 de junho de 2001. — **Iris Rezende.**

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) — Em votação o requerimento de destaque para a votação em separado do art. 2º do projeto, a fim de que seja inserido no texto da Emenda nº 1 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O dispositivo destacado será votado oportunamente.

Em votação a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ressalvado o destaque requerido nos termos regimentais.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação o art. 2º do projeto, destacado, a fim de que seja inserido no texto da Emenda nº 1 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovada a Emenda nº 1 — Substitutivo — e o destaque, fica prejudicado o projeto.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido para o tur no suplementar, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 594, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o tur no suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 3.532, de 2000, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o tur no suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2001 (nº 3.532, de 2000, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, consolidando o destaque aprovado pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de junho de 2001. — **Edison Lobão**, Presidente — **Ronaldo Cunha Lima**, Relator — **Antonio Carlos Valadares** — **Carlos Wilson** — **Mozarildo Cavalcanti**

ANEXO AO PARECER Nº 594, DE 2001

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 342 e 343 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:

Pena — reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

§ 3º O fato deixa de ser punível, se, antes da sentença, o agente se retrata ou declara a verdade.” (NR)

“Art. 343. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, tradução ou interpretação:

Pena — reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, aplica-se a pena em dobro.

§ 2º As penas aumentam-se de um terço a um sexto, se o crime é cometido

com o fim de obter pro va des ti na da a pro du zir efe i to em pro ces so em que for par te en ti da de da administração pública direta ou in direta."(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão o substitutivo em turno suplementar. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto volta à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) – So bre a mesa, re que ri men to que será lido pelo Sr. 1º Se cre tário, Senador Carlos Wilson.

É lido o se guin te:

REQUERIMENTO Nº 322, DE 2001

Nos ter mos do art. 311, in ci so I, do Re gi men to Interno, re que i ro pre fe rên cia para os itens 3 e 4 a fim de serem apreciados an tes da ma té ria cons tan te do item nº 2 da Ordem do Dia.

Sala das Ses sões, 19 de ju nho de 2001. – **Car los Wilson**.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) – Em vo tação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a inversão solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) – **Item 3:**

MENSAGEM Nº 112, DE 2001

(Inversão de pauta nos termos do Re que ri men to nº 322, de 2001)

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Dis cus são, em tur no úni co, do Pa re cer da Comissão de Relações Exteriores e De fe sa Nacional, Relator: Senador José Agri pi no, sobre a Mensagem nº 112, de 2001 (nº 340/2001, na ori gem), de 18 de abril do cor ren te ano, pela qual o Presidente da Repú blica submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplo mata, para, cumulativamente com a função

de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer a de Embaixador do Bra sil jun to à Re pú bli ca de Se i che les e à República Democrática de Madagascar.

So bre a mesa, pa re cer que será lido pelo Sr. 1ª Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o se guin te:

PARECER Nº 595, DE 2001-CRE

O SR. CARLOS WILSON (Blo co/PPS – PE) – O pa re cer da Comis são de Re la ções Ex te ri o res e De fe sa Na ci o nal so bre a Men sa gem nº 112, de 2001, sub me ten do à de li be ra ção do Se na do a es co lha do Se nhor *Pedro Luiz Carneiro de Mendonça*, Mi nis tro de Segunda Classe do Qua dro Per manente da Car re i ra de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República de Mo çam bi que, exer cer a de Emba i xa dor do Bra sil jun to à República de Seicheles e à República Democrática de Madagascar, é favorável.

É o se guin te o pa re cer na ín te gra:

PARECER Nº 595, DE 2001

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 112, de 2001 (Mensagem nº 340, de 18 de abril de 2001 – Presidência da República), submetendo à apreciação do Sena do Fe de ral a es co lha do Se nhor *Pedro Luiz Carneiro de Mendonça*, Mi nis tro de Segun da Clas se, da Car re i ra de Dip lo mata do Quadro Permanente do Ministé rio das Relações Exteriores, para, cumu lativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Bra sil jun to à Re pú bli ca de Se i che les e à República Democrática de Madagascar.

Relator: Senador **José Agri pi no Maia**

Com base no art. 52, inciso IV da Constituição Federal, e legislação ordinária pertinente, o Senhor Presidente da Re pú bli ca, na for ma da Men sa gem nº 340, de 18 de abril de 2001 (fls. 1), sub me te à apre ci ação dos Senhores Membros do Senado Federal a es co lha, que de se ja fa zer, do Se nhor *Pedro Luiz Carneiro de Mendonça*, Mi nis tro de Se gun da Clas se, da Car re i ra de Dip lo mata do Qua dro Per manente do Mi nis té rio das Relações Exteriores, para, cumulativa men te com o car go de Emba i xa dor do Bra sil jun to à República de Moçambique, exercero cargo de Emba

ixador do Brasil junto à República de Seicheles e à República Democrática de Madagascar.

Acompanha a Mensagem Presidencial em epígrafe, o **Curriculum Vitae** do Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, do qual cabe destacar: nas cidades do Rio de Janeiro/RJ, em 1º de novembro de 1945, filho de Luiz José Carneiro de Mendonça e Helena Bandeira de Mello, o interessado é Bacharel em Direito pela PUC/RJ.

Após a conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, foi subsequentemente promovido a Terceiro Secretário, 3 de fevereiro de 1970; Segundo Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973; Primeiro Secretário, merecimento, 2 de março de 1979; Conselheiro, merecimento, 1º de julho de 1986; Ministro de Segunda Classe, merecimento, 18 de dezembro de 1992.

Dentre os cargos e missões que desempenhou, destaca-se: Assistente do Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete, 1970/72; Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal, 1972/73; em Licença, 1976; Assistente do Chefe da Divisão da América Central e Setentrional, 1977/79; Assistente do Chefe de Divisão de Política Financeira, 1985/86; Chefe da Divisão de Política Financeira, 1986/88; Introdutor Diplomático, 1991; Chefe da Divisão de Política Financeira, 1991/92; Chefe da Divisão de Comércio Internacional e Manufaturas, 1992/94; Vaticano, Segundo Secretário, 1974/76; Londres, Primeiro Secretário, 1979/82; Bogotá, Primeiro Secretário, 1982/85; Paris, Conselheiro, 1988/91; Bonn, Ministro-Conselheiro, 1994/96; Vaticano, Ministro-Conselheiro, 1996/2001; Comissão Permanente de Controle de Nomeações, 1972/73 (membro); Comissão Mista Cultural Brasil-Reino Unido, Edimburgo, 1980 (membro); Comemorações dos 450 Anos de Cartagena, Cartagena, 1983 (membro); Representante do MRE na Comissão de Estudos Tributários Internacionais, 1986 e 1987; Reuniões do Consenso de Cartagena, em Nível Técnico e Ministerial, Punta del Este, 1986 (delegado); Reunião Técnica sobre Investimento Privado da OEA, San Juan de Porto Rico, 1986 (delegado); Delegação às Reuniões do Clube de Paris sobre o rescalonamento das dívidas da Nigéria e do Gabão, Paris, 1986 (membro); XLVII e XLVIII Reuniões da Comissão da Assembleia de Governadores, XXVII e XXVIII Reuniões da Assembleia de Governadores do BID, São José, 1986 e Miami, 1987 (delegado); Membro da Comitiva do Senhor Ministro de Estado na visita oficial ao Peru, 1987; Reunião do Consenso de Cartagena em Nível Técnico, Guanajuato, 1987 (co-chefe da delegação); Membro da Comitiva do Senhor Presidente da República no encontro de fronteira

com o Presidente do Peru, Rio Branco/Puerto Maldonado, 1987; VII UNCTAD, Genebra, 1987 (delegado); Reunião do Consenso de Cartagena em Nível Técnico, Montevidéu, 1987 (delegado); XLVI a XLVIII e L Reuniões do Grupo dos 24 (su plen te); XLI e XLII Reuniões Anuais, conjuntas, das Assembleias de Governadores do FMI/BIRD, Washington, 1986 e 1987 (delegado); I Rodada de Negociações Brasil-URSS sobre uma convenção para evitar a Dupla Tributação da Renda e Prevenir a Evasão fiscal em matéria de Impostos sobre a Renda, Brasília, 1988 (delegado); Representante às reuniões do Clube de Paris sobre o rescalonamento das dívidas do Togo e do Gabão, 1988. (delegado); Delegação à reunião do Clube de Paris sobre o rescalonamento da dívida oficial brasileira, 1987 e 1998 (membro); Reuniões de grupos consultivos sobre a Bolívia e Moçambique, Paris, 1988 (observador).

O Embaixador Pedro Luiz Carneiro de Mendonça possui as seguintes condecorações: Medalha Mérito Santos Dumont; Brasil; Ordem de Mérito da República Federativa da Alemanha, 1ª Classe.

São estas as informações a serem prestadas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão, 5 de junho de 2001. — **Jefferson Peres**, Presidente — **José Agripino**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Avotação da presente matéria será realizada simultaneamente com o próximo item, por escrutínio secreto.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) — **Item 4:**

MENSAGEM Nº 129, DE 2001

(Inversão de pauta nos termos do Requerimento nº 322, de 2001)

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)
(Votação secreta)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Gilberto Mestrinho, sobre a Mensagem nº 129, de 2001 (nº 476/2001, na origem), de 24 de maio do corrente ano, pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino

da Suécia, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson.

É lido o seguinte:

PARECER N.º 596, DE 2001-CRE

O SR. CARLOS WILSON (Bloco/PPS – PE) – O parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 129, de 2001, submetendo à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Elim Saturnino Ferreira Dutra*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia, é favorável – aprovado com 11 votos favoráveis.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 596, 2001

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 129, de 2001 (Mensagem nº 00476, de 24-5-2001, na origem) do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha, que deseja fazer, do Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia.

Relator: Senador **Gilberto Mestrinho**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República deseja fazer do Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, o de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. (artigo 52 item IV).

Atendendo a Preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o **curriculum vitae** do interessado.

Segundo o referido documento, o Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra, filho de Ademar Costa Dutra e Neli Ferreira Dutra, nasceu em Bom Jesus/RS, em 22 de janeiro de 1942.

É bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da UFRJ. Fez o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco e o Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial.

Foi nomeado Terceiro Secretário, por concurso, em 1970. Foi promovido a Segundo Secretário, por merecimento, em 1979; a Conselheiro, por merecimento, em 1982; a Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 1989; a Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 1997.

No âmbito da Secretaria de Estado, exerceu funções de relevância, como Chefe da Divisão de Cooperação Técnica, no período de 1989/91; e Vice-Diretor e Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) nos períodos de 1989/91 e de 1995 a 2000.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu em Roma, de 1974 a 1976, onde exerceu as funções de Encarregado de Negócios; em Buenos Aires, de 1977 a 1979, onde foi Chefe do Setor Econômico; em Bogotá, no período de 1986-1988, onde chefiou o Setor Político; e em Bonn, como Ministro-Conselheiro, de 1991 a 1995.

No cumprimento das missões para que foi designado, desempenhou funções de relevância, tendo chefiado a delegação brasileira a inúmeras reuniões internacionais, particularmente sobre cooperação técnica. Entre elas cabe mencionar as seguintes: Consultas Bilaterais Brasil/Canadá sobre Cooperação Técnica, Brasília, 1995; Negociações Intergovernamentais sobre Cooperação Técnica Brasil/Moçambique, Brasil/Angola, e Brasil/Alemanha, em Maputo, Luanda, e Bonn, respectivamente, em 1996; Comissão Mista Brasil/Cuba sobre Cooperação Técnica, Brasília, 1997; XIV Reunião Anual de Cooperação Técnica Brasil/Japão, Tóquio, 1998; I Reunião Intergovernamental de Cooperação Técnica entre Brasil e México, Cidade do México, 1999; I Sessão Regular da Junta Executiva do PNUD/FNUAP, Nova York, 2000, entre muitas outras.

O diplomata em apreço foi agraciado com várias condecorações, dentre as quais salientam-se as seguintes: Ordem do Rio Branco, Grande-Oficial, Brasil; Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil; Medalha do Pacificador, Brasil; Ordem do Mérito, Cavaleiro, Itália; Ordem de Mayo, Oficial, Argentina; Ordem do Libertador San Martín, Oficial, Argentina; Ordem do Li ber-

tador Bernardo O'Higgins, Oficial, Chile; Ordem de Oudais, Oficial, Marrocos.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir ou trazer considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 5 de junho de 2001. – Senador **Jefferson Péres**, Presidente – Senador **Gilberto Mestrinho**, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão parecer. (Pausa.)

Não ha vendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação simultânea dos itens 3 e 4, que, de acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto. Os votos e as sobrecartas encontram-se à disposição das Sr^{as} e dos Srs. Senadores na cabina telefônica, e há duas urnas em frente à mesa identificadas com os nomes dos indicados, onde os votos deverão ser depositados.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Apele às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências do Senado Federal para que acorram ao plenário, pois estamos tendo votação nominal.

(Procede-se à votação nominal e secreta.)

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, lembro aos membros da Comissão de Assuntos Econômicos que, logo mais, teremos reunião para a oitiva de um nome indicado para o CADE. Considero importante que a façamos hoje, porque, se não, o CADE ficará impossibilitado de se reunir, uma vez que está sem **quorum** e é preciso suprir a vaga com esse nome, se assim entender a Comissão e o Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência se une à preocupação de V. Ex^a, Senador Lúcio Alcântara, e apela para que os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos compareçam à reunião da Comissão após a sessão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – A Presidência indica das Sr^{as} e dos Srs. Senadores se já votaram? (Pausa.)

Encerrada a votação.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Senador Carlos Wilson, juntamente com o Senador Pedro Piva, que faça a verificação do resultado da apreciação dos dois nomes indicados para Embaixada do Brasil.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Retomamos a sessão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, para Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles e à República Democrática de Madagascar foi aprovado o nome do Diplomata Pedro Luiz Carneiro de Mendonça.

Votaram SIM 58 Srs. Senadores; e NÃO 05.

Houve 01 abstenção.

Total: 64 votos.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em relação à escolha do Embaixador junto à Embaixada do Brasil na República da Letônia foi aprovado o nome do Diplomata Elim Saturnino Ferreira Dutra.

Votaram SIM 58 Srs. Senadores; e NÃO 06.

Houve 02 abstenções.

Total: 66 votos.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 2:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Regimento nº 295, de 2001 – art. 281,
combinado com o art. 357 do Regimento Interno)
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 19, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Jefferson Péres, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, tendo

Parecer sob nº 483, 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Bernardo Cabral, favorável, nos termos da Emenda n.º 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

So bre a mesa, re que ri men to que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o se guin te:

REQUERIMENTO Nº 323, DE 2001

Nos ter mos do art 315, com bi na do com o in ci so III do art. 279 do Regimento Interno, requeiro adia men to da vo ta ção da Pro pos ta de Emen da à Cons ti tuição nº 19/2000, a fim de ser feita na sessão de 26-6-01

Sala das Ses sões, 19 de ju nho de 2001. – **Romero Jucá**

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar balho) – Em vo ta ção o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cum pri da a deliberação do Plenário.

A Pre si dên cia pror ro ga a ses são pelo tem po ne cessário para a apre cia ção da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar balho) – **Item 5:**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da **Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 2000**, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que al te ra o art. 75 da Cons ti tuição Fe de ral, para facultar a nome a ção de membros das Cortes de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios através de concurso público, tendo

Parecer favorável, sob nº 299, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos ter mos do dis pos to no art. 358 do Re gi men to Inter no, a maté ria cons ta rá da Ordem do Dia du ran te cin co ses sões de li be ra ti vas or di ná ri as, em fase de dis cus são em pri me i ro tur no, quan do po de rão ser ofe re ci das emen das as si na das por um terço, no mí ni mo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a Proposta. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pala vra, a dis cus são terá pros seguimen to na próxi ma ses são de delibera ti va.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar balho) – **Item 6:**

Primeira ses são de dis cus são, em pri me i ro turno, da **Proposta de Emenda à Consti**

tuição nº 30, de 2000 (nº 128/95, na Câmara dos De pu ta dos), que al te ra a al í nea “c” do in ci so XVI do art. 37 da Constituição Federal (in cluin do o odontólogo ou dentista na autoriza ção para acumular cargos públicos remunera dos), tendo Parecer favorável, sob nº 438, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias.

So bre a mesa, re que ri men to que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o se guin te:

REQUERIMENTO Nº 324, DE 2001

Nos ter mos do art. 279, in ci so III, do Re gi men to Inter no, re que i ro adia men to da dis cus são da Pro pos ta de Emen da à Cons ti tu i ção nº 30/2000 a fim de ser fe i ta na ses são de 29-8-01.

Sala das Ses sões, 19 de ja ne i ro de 2001. – **Romero Jucá – Tião Viana – Helo ísa Helena.**

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar balho) – Em vo ta ção o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cum pri da a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar balho) – **Item 7:**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 1997

(Incluído em Ordem do Dia nos ter mos do Re cur so nº 2, de 1999)

Dis cus são, em tur no úni co, do Pro je to de Lei do Se na do nº 131, de 1997, de au to ria do Se na dor Ro me ro Jucá, que au to ri za a criação de Distrito Agropecuário no Municí pio que menciona, e dá outras providências (Caracaraí-RR), tendo Parecer favorável, sob nº 13, de 1999, da Comissão de Consti tuição, Justiça e Cidadania, Relator: Sena dor José Bianco, com abstenção do Sena dor Romero Jucá e declaração de voto do Senador Francelino Pereira.

A Presidência esclarece ao Plenário que o Muni cí pio a que se re fe re o Item 7 é Ca ra ca ra í, em Ro ra i ma, e não São João da Baliza, em Roraima, como cons ta no avul so da Ordem do Dia de hoje.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a discussão.

So bre a mesa, re que ri men to que será lido pelo Sr. 1º Se cre tário em exer cício Sen a dor Mo za ril do Ca val can ti.

É lido o se guin te:

REQUERIMENTO Nº 325, DE 2001

Nos ter mos do art. 312, in ci so II, do Re gi men to In ter no, re quei ro des ta que pa ra vo ta ção em se pa ra do, do art. 6º do Pro je to de Lei do Se na do nº 131, de 1997, de au to ria do Se na dor Ro me ro Jucá, que au to ri za a cri a ção de Dis tri to Agro pe cuá rio no Mu ni cí pio que men ciona, e dá ou tras pro vid ên cias (Mu ni cí pio de Ca ra ca ra í-RR), pa ra ade qua ção ao art. 9º da Lei Com ple men tar nº 95, de 1998.

Sala das Ses sões, 19 de ju nho de 2001. — **Ro me ro Jucá.**

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar ba lho) — O dis po si ti vo des ta ca do se rá vo ta do o por tu na men te.

Em vo ta ção o pro je to, sem pre ju í zo do des ta que.

As Sr^{as.} e os Srs. Sen a do res que a apro vam quei ram per ma ne cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprova do.

Vo ta ção da ade qua ção do art. 6º do pro je to, ao art. 9º da Lei Com ple men tar nº 95, de 1998.

As Sr^{as.} e os Srs. Sen a do res que a apro vam quei ram per ma ne cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprova da.

Am a té ria vai à Co mis são Di re to ra pa ra a re da ção fi nal.

É o se guin te o pro je to apro va do:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 1997

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no município que menciona, e dá outras providências.

O Con gre sso Na cio nal de cre ta:

Art. 1º Fi ca o Po der Exe cu ti vo au to ri za do a cri ar no Mu ni cí pio de Ca ra ca ra í, no Es ta do de Ro ri ma, Dis tri to Agro pe cuá rio des ti na do a de se vel ver, pre fe ren cial men te, ati vi da des de agro pe cuá ria, co lo ni za

ção, tu ris mo eco ló gi co, mi ne ra ção, bem co mo á re as in sti tu cio nais pa ra pre ser va ção e pes qui sas.

Art. 2º O Dis tri to Agro pe cuá rio de que tra ta esta lei terá por prin ci pa is ob je ti vos a cri a ção de pó lo de de se vel vo men to agro pe cuá rio, o au men to da ofe r ta de ali men tos nos mer ca dos da Ama zô ni a O ci den ta le, es pe ci al men te, dos Es ta dos de Ro ri ma e Ama zo nas, dos cus tos de pro du ção e co mer ci a li za ção de pro du tos agrí co las e ex tra ti vos, a cri a ção de tra di ção agrí co la e a ge ra ção de no vos em pre gos na re gião.

Art. 3º Com pe te ao Mi nis té rio do Pla ne ja men to e Or çá men to, a tra vés da Su per in ten dên cia da Zo na Fran ca de Ma na us — SU FRAMA, fi xar as di re tri zes e nor mas per ti nen tes à se le ção e a va li a ção da vi a bi li da de téc ni ca e fi nan ce i ra dos pro je tos a se rem im plan ta dos no Dis tri to Agro pe cuá rio de que tra ta o art. 1º

Art. 4º O Po der Exe cu ti vo re gu la men ta rá esta lei, no pra zo de no ven ta dias a con tar da data de sua pu bli ca ção.

Art. 5º Esta lei en tra em vi gor na data de sua pu bli ca ção.

Art. 6º

O SR. PRESIDENTE (Ja der Bar bal ho) — **Item 8:**

Dis cus são, em tur no ú ni co, do **Pro je to de De cre to Le gi sla ti vo nº 259, de 2000** (nº 531/2000, na Câ ma ra dos De pu ta dos), que apro va o ato que re no va a per mis são da Rá dio Re gi o nal Co mu ni ca ção Ltda. pa ra ex pl o rar ser vi ço de ra di o di fu são so no ra em fre qüên cia mo du la da na ci da de de Ri be i rão Pre to, Es ta do de São Pau lo, ten do Pa re cer sob nº 354, de 2001, da Co mis são de Edu ca ção, Re la tor: Sen a dor Pe dro Pi va, fa vor á vel, com a Em en da nº 1-CE, de re da ção, que apre sen ta, e ab ste n ções dos Sen a do res Edu ar do Su pli cy e Ge ral do Cân di do.

Em dis cus são o pro je to e a em en da. (Pausa.)

Não ha ven do quem peça a pa la vra, en cer ro a dis cus são.

Em vo ta ção o pro je to, sem pre ju í zo da em en da.

As Sr^{as.} e os Srs. Sen a do res que o apro vam quei ram per ma ne cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprova do.

Em vo ta ção a Em en da nº 1, da Co mis são de Edu ca ção.

As Sr^{as.} e os Srs. Sen a do res que a apro vam quei ram per ma ne cer sen ta dos. (Pausa.)

Aprova da.

Am a té ria vai à Co mis são Di re to ra pa ra a re da ção fi nal.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2000, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 597, DE 2001

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2000 (nº 531, de 2000, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2000 (nº 531, de 2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Regional Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, consolidando a Emenda nº 1-CE, de redação, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de junho de 2001.

Jader Barbalho, Presidente _ **Ronaldo Cunha Lima**, Relator _ **Edison Lobão** _ **Antonio Carlos Valadares** _ **Carlos Wilson** _ **Mozarildo Cavalcante**.

ANEXO AO PARECER Nº 597, DE 2001

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2001

Aprova o ato que renova a permissão da “Rádio Regional Comunicação Ltda.” para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 53, de 4 de fevereiro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 10 de maio de 1994, a permissão de “Rádio Regional Comunicação Ltda.”, outorgada originariamente a “Organização Rádio Colorado Ltda.”, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Amatéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 9:**

Discussão, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2000** (nº 549/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Poço das Trincheiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trincheiras, Estado de Alagoas, tendo

Parecer favorável, sob nº 399, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador José Coelho.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Amatéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 265, DE 2000**

(Nº 549/2000, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Poço das Trincheiras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 201, de 6 de dezembro de 1999, que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Poço das Trincheiras a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 10:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 272, de 2001**, do Senador Ney Suassuna, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 12, de 2001, de sua autoria.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de resolução vai definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – **Item 11:**

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 273, de 2001**, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2000-Complementar, de sua autoria.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de lei complementar vai definitivamente ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Esgota das as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa para ser oferecido a redação final ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997, que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeto do Plenário, será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 598, DE 2001
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997, que au-

toriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências, com exclusão da cláusula revogatória genérica, com formatação de Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 19 de junho de 2001. – **Jader Barbalho**, Presidente – **Edison Lobão** – **Antonio Carlos Valadares** – **Mozarildo Cavalcanti**.

ANEXO AO PARECER Nº 598 DE 2001

Autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município de Caracaraí, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Caracaraí, no Estado de Roraima, Distrito Agropecuário destinado a desenvolver, preferencialmente, atividades de agropecuária, colonização, turismo ecológico, mineração, bem como áreas institucionais para preservação e pesquisas.

Art. 2º O Distrito Agropecuário de que trata esta lei terá por principais objetivos a criação de pólo de desenvolvimento agropecuário, o aumento da oferta de alimentos nos mercados da Amazônia Ocidental e, especialmente, dos Estados de Roraima e Amazonas, o aproveitamento racional dos recursos naturais, a diminuição dos custos de produção e comercialização de produtos agrícolas e extrativos, a criação de tradição agrícola e a geração de novos empregos na região.

Art. 3º Compete ao Ministério do Planejamento e Orçamento, através da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, fixar as diretrizes e normas pertinentes à seleção e avaliação da viabilidade técnica e financeira dos projetos a serem implantados no Distrito Agropecuário de que trata o art. 1º.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 326, DE 2001

Nos termos do art. 321 do Regulamento Interno, requiro a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, que autoriza a criação de Distrito Agropecuário no Município que menciona, e dá outras providências (Município de Caracará).

Sala das Sessões, 19 de junho de 2001. – **Carlos Wilson**.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Passa-se à apreciação do Requerimento nº 320, de 2001, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2001-Complementar, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS – e dá outras providências.

Em votação o requerimento de urgência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, solicito, além da urgência, a atenção da Mesa, visto que há um entendimento entre as diversas Lideranças de todos os Partidos na Casa no sentido de votar essa matéria amanhã, que bran do o in t e r s t í c i o de um dia, e não na quinta-feira. Já conversamos com os Líderes.

Essa matéria é extremamente importante e diz respeito ao trabalhador brasileiro. Os prazos são exíguos para a execução de todos os levantamentos possíveis para o pagamento no próximo ano.

Portanto, além de recomendar o voto favorável, solicito a V. Ex^a que determine a inclusão dessa matéria tão importante na pauta de amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Em votação o Requerimento nº 320, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

De acordo com o entendimento das Lideranças e não havendo objeção, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PDT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comunico à Casa uma reunião do Parlatino que ocorre recentemente. Nos dias 4 e 5 deste mês em Havana, Cuba, reuniram-se três comissões importantes do Parlatino: Comissão da Saúde, Comissão da Mulher e Comissão do Trabalho e Previdência, esta composta de duas subcomissões - Subcomissão de Políticas Dirigidas a Grupos Socialmente Vulneráveis e Subcomissão de Normas Laborais Básicas de Referência.

Os países representados naquela oportunidade foram México, Uruguai, Brasil, Venezuela, Aruba, Argentina, Panamá, Costa Rica, Cuba, Paraguai e Equador. Os Parlamentares brasileiros que representam o nosso País na Comissão da Mulher foram as Deputadas Federais Nice Lobão e Elcio Barbalho; na Comissão da Saúde, o Deputado Federal Carlos Mosconi; na Subcomissão do Trabalho, o Deputado Federal Milton Temer; e na Subcomissão de Políticas Dirigidas a Grupos Socialmente Vulneráveis, esta Senadora.

Na Subcomissão da qual participei, trabalham representantes de Cuba, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Brasil. Os temas tratados nessa Subcomissão foram: a situação geral da população de terceira idade na América Latina; atenção às pessoas portadoras de deficiências; realização de seminário sobre políticas dirigidas a grupos socialmente vulneráveis.

No que se refere aos grupos socialmente vulneráveis, destacamos e trabalhamos a questão das pessoas idosas, ou de terceira idade, pessoas portadoras de deficiência e gravidez na adolescência.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, analisamos a situação geral da população de terceira idade na América Latina. Constatamos o crescimento do número de pessoas idosas, a queda na qualidade de vida das pessoas, a necessidade de políticas públicas que permitam maior e melhor atenção aos idosos, com o apoio da sociedade, a necessidade de se

considerar nestes temas o aspecto econômico e social e o relato de experiências internacionais sobre a atenção às pessoas de terceira idade.

As recomendações quanto a políticas a serem seguidas foram, em primeiro lugar, superar a cisão patológica da velhice, reconhecendo o potencial de desenvolvimento desse grupo etário. Ressaltamos que viver a velhice de maneira positiva é uma questão existencial que não depende só do indivíduo, o meio social onde se vive tem um peso determinante; manter âmbitos de participação dos idosos na elaboração e execução das políticas a eles dirigidas; definir políticas com base na solidariedade e a convivência entre gerações, para garantir a valorização e troca de experiências; estimular a organização de redes de apoio social, visando a integração e melhor saúde das pessoas idosas; oferecer especial atenção ao segmento de idosos em situação de maior vulnerabilidade e risco, como os que vivem sós, os pobres e os doentes; gerar oportunidades para que possam prestar serviços à comunidade e trabalho voluntário em atividades apropriadas aos seus interesses e capacidades.

Foram abordados também os seguintes aspectos: políticas econômicas e seus reflexos nas condições de vida dos idosos; meios de comunicação: valorização ou discriminação ao idoso; vida social e lazer dos idosos; políticas de saúde e altos preços dos medicamentos; trabalho preventivo, que deve ser feito dentro da família e da escola, de respeito e solidariedade das pessoas idosas.

Concluímos que precisamos fazer um compromisso aos Parlatmentares latino-americanos, a fim de estimular o desenvolvimento de políticas destinadas às pessoas da terceira idade. Precisamos divulgar idéias, programas, experiências, planos existentes nos países latino-americanos sobre esse assunto; estabelecer intercâmbio com organismos internacionais e com as Comissões de Saúde e da Mulher do Parlatino; efetuar intercâmbio de informações e legislação sobre o tema entre os Parlatmentos latino-americanos.

O segundo tema de batido na Subcomissão de Políticas Dirigidas a Grupos Socialmente Vulneráveis, de que participamos, foi a questão da pessoa portadora de deficiência. Tivemos um relato detalhado da experiência cubana de criação do Conselho Nacional de Atenção às Pessoas Portadoras de Deficiência e dos planos de ação que se desenvolvem em Cuba, com dados e números, o que comprove a seriedade da com que a pessoa portadora de deficiência é tratada naquele país.

A Carta Social de Direitos Básicos das Pessoas Portadoras de Deficiências será elaborada pelo Parlatino e submetida a todos os países integrantes. O Seminário sobre Políticas Dirigidas a Grupos Socialmente Vulneráveis do Parlamento Latino-Americano, como ficou de finido, será realizado no ano de 2002.

Também houve um momento de intercâmbio entre as Comissões. A Subcomissão de Políticas Dirigidas a Grupos Socialmente Vulneráveis se reuniu com a Comissão da Mulher, e foram abordados temas relacionados ao incremento da expectativa de vida da mulher, superior à dos homens, e suas consequências na família, no trabalho e na sociedade; mulheres e terceira idade; e, logicamente, gravidez na adolescência.

Sr. Presidente, trago o registro dos dados levantados na oportunidade em relação à gravidez na adolescência. A maioria das jovens não tem acesso a informação e serviços de saúde reprodutiva e anticoncepcionais. A cada ano nascem aproximadamente 14 milhões de crianças filhas de mães adolescentes no mundo. De cada 20 adolescentes, uma, a cada ano, adquire algum tipo de infecção sexualmente transmissível. A meta de de todos os novocassos de HIV ocorrem entre jovens de 10 a 24 anos.

Que o apasdar uma idéia da importância de se trabalhar o tema não apenas na família e na escola, mas também como compromisso de governo e de políticas públicas de informação.

A Comissão da Mulher de senvou os seguintes temas: protocolo facultativo da convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, ressaltando a importância de o Brasil ter referendado esse acordo internacional de que é signatário; estratégias para a ratificação do Protocolo Facultativo da América Latina e do Caribe, quando foi relatada a experiência do Panamá.

Foram elaboradas estratégias comuns e planos de trabalho para a Comissão da Mulher do Parlatino. Trocaram-se informações sobre a situação atual da Comissão e se estabeleceu uma proposta de trabalho conjunto, inclusive com outras comissões do Parlatino.

Os assuntos ratificados para o Plano de Ação da Comissão da Mulher do Parlatino para o período de 2001 a 2002 foram os seguintes: migração; tráfico e exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes; mulher rural; violência contra a mulher; seguridades social; participação política e políticas públicas com concepção de gênero.

Sr. Presidente, em relação à violência contra a mulher, ressaltamos dados alarmantes levantados na ocasião. Na América Latina e no Caribe, a violência contra as mulheres está profundamente arraigada nas relações de poder e tradições culturais. Em lugares mesmo onde existe legislação contra a violência, esse problema é frequentemente ignorado ou minimizado até pela polícia e, muitas vezes, pelo Poder Judiciário. Aproximadamente 50% das mulheres sofreram algum tipo de violência doméstica. Na Bolívia e em Porto Rico, por exemplo, 58% das esposas agressivas expressaram que também haviam sido violentadas sexualmente por seus maridos. A violência sexual contra meninas de 15 anos ou menos atinge índices entre 40% e 58%.

Sr. Presidente, aprovamos uma resolução que levaremos para a Reunião de Cúpula de Caracas, Venezuela, sobre Dívida Social que se realizará em julho. Queremos incluir na agenda de discussão uma análise das consequências e impactos negativos que a Dívida Social tem sobre a vida das mulheres da América Latina e do Caribe.

É importante que se diga que sobre a questão da migração, tráfico e exploração sexual de mulheres outros dados também nos chamam muito a atenção: no Brasil existem milhares de crianças que vivem e trabalham na rua, sendo muitas vítimas de exploração e comércio sexual.

Em Bogotá, Colômbia, existem aproximadamente entre 5 a 7 mil prostitutas, cuja idade não supera os 18 anos.

Na República Dominicana, os números chegam a mais de 25 mil prostitutas entre 10 e 18 anos de idade.

A escala mundial de tráfico de pessoas se converteu em um negócio bilionário, movimentando bilhões de dólares anuais.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que a Comissão de Assuntos Laborais elaborou uma proposta de Declaração dos Direitos do Trabalho do Parlamento Latino-Americano, que deverá ser analisado em cada Parlamento e aprovado em julho na Reunião da Venezuela.

É importante registrar também que tivemos a oportunidade de participar de um ato muito importante e significativo em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, em 5 de junho, estando presentes no Palácio das Convenções, em Cuba, o representante da Unesco, que usou da palavra e fez uma análise sobre a questão do meio ambiente no mundo, e o Líder maior de Cuba, Fidel Castro, que por sua vez fez tam-

bém um importante pronunciamento. Depois, tivemos a oportunidade de participar de uma audiência com o grande Comandante Fidel, ocasião em que ele nos falou não apenas da questão do meio ambiente, mas também da implantação inovadora da energia solar nas escolas de Cuba, escolas de difícil acesso onde não há energia elétrica. Fez ainda uma análise sobre o meio ambiente como prioridade de sobrevivência do nosso Planeta, que deve ser trabalhada com a integridade e a globalização de todos os povos.

São essas as considerações que eu desejava fazer, Sr. Presidente.
Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB-RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra, como Líder do Governo, após a próxima comunicação e do Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Prounciado o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, quero registrar a correspondência a mim enviada pelo Procurador-Geral da República, Geraldo Brindeiro, e a resposta que a ele estou enviando. Data do de 18 de junho de 2001, seu Ofício PGR/GAB nº 431 de clara:

Cumprimentando-o, e em atenção ao Aviso nº 185/MF, de 31 de maio de 2001, do Exmo. Sr. Pedro Sampaio Malan, Ministro de Estado da Fazenda, renovado pela carta de 11 de junho de 2001 dirigida a mim, na qual se reporta a Carta nº 8/MF enviada a Vossa Excelência, no dia 7 do mesmo mês, e considerando o contido no Aviso nº 215/MF, de 12 de junho de 2001, tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para reiterar requisição, nos termos do art. 8º, § 4º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, do nome da pessoa que teria relatado a Vossa Excelência que “alguns bancos de investimento teriam realizado pagamentos mensais regulares, durante 1998, para pessoas no Banco Central, com o objetivo de obter informações que teriam possi-

bilitado operações altamente lucrativas e suas instituições."

Em audiência realizada em meu gabinete nesta Procuradoria-Geral da República no dia 12 do corrente mês, Vossa Excelência, acompanhado do Exmo. Sr. Deputado Federal Aluizio Mercadante, reafirmou a existência da aludida testemunha, mas não quis apresentá-la, fundamentando esta recusa na imunidade garantida pelo § 5º, do art. 53, da Constituição Federal.

Nada obstante, insisto, por oportuno, que o art. 206 do Código de Processo Penal instituiu a regra de que a testemunha, que sabe da existência de crime, não pode eximir-se da obrigação de depor, principalmente em razão da gravidade dos fatos apontados.

Destaco, ademais, que o Ministério Público Federal - órgão legitimado nos termos do art. 5º, II, da Lei 9.807, de 13 de julho de 1999, a solicitar a inclusão de testemunha no Programa de Proteção à Testemunha - coloca-se à disposição de Vossa Excelência, uma vez apresentada a mencionada testemunha, para solicitar junto ao Conselho Deliberativo do Ministério da Justiça a inclusão desta no aludido programa federal.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, **Geraldo Brindeiro**,
Procurador – Geral da República.

Em resposta ao aludido ofício, encaminhei ao Procurador-Geral da República o Ofício nº 011/2001 nos seguintes termos:

Senhor Procurador-Geral da República, na data de 19 de junho de 2001.

Em atenção a seu Ofício PGR/GAB/Nº 431, de 18 de junho de 2001, reiterei a informação prestada através do ofício nº 1047/2001, de 12 do corrente, onde afirmei à Vossa Excelência que a pessoa que me transmitiu os dados a respeito de procedimentos havidos no mercado financeiro, não foi partícipe de qualquer ilícito, tendo resolvido trazer alguns elementos a esse Senador como intuito de colaborar para o deslin-

de de fatos envolvendo o Banco Central e algumas instituições financeiras.

A testemunha continua a avaliar que a sua integridade e a de sua família estariam sujeitas a graves riscos caso se identificasse. Além disso, crê que sua vida profissional também correria risco.

Quanto à solicitação de Vossa Excelência de que devo encaminhar o nome da aludida testemunha, volto a lembrar-lhe que conforme o artigo 53, § 5º, da Constituição Federal, que os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do seu mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Desta forma, continuarei colaborando para o desvendamento da verdade no exercício de minhas atribuições, respeitando a pessoa que deseja ser resguardada.

Atenciosamente, **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

Se houver alguma informação nova relevante que possa contribuir para o desvendamento desses fatos, de pronto encaminharei a informação ao Ministro da Fazenda e ao Procurador-Geral, Geraldo Brindeiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna por cinco minutos.

A Presidência aceitou essas três inscrições como prorrogação da Hora do Expediente, para que fossem feitas comunicações inadiáveis.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma palavra tem me perseguido permanentemente nos últimos dias: o constrangimento. Constranger vem do latim *constringere*, que significa o mesmo que *constringir*, impedir os movimentos, tolher a liberdade, cercear, forçar, coagir, violentar, compelir pela força. O substantivo *constrangimento* significa aperto, compressão, violência, coação, insatisfação, desagrado, descontentamento, acanhamento, timidez, embaraço. Acho que esse sentimento também deve ser o de muitos no País.

Fico constrangido quando vejo alguns países indo ao espaço e o Brasil com o problema da seca, da fome, da burocracia. Hoje faz 30 dias que disseram

quemandariam, imediatamente, carro-d'água para a Paraíba, e ainda não chegou. Não foi por falta de ação, pois o Ministro solicitou, mas, até agora, a burocracia não conseguiu avançar.

Mais que constrangido, fico com vergonha de ver que, enquanto países e sociedades vão para o espaço, entramos no apagão por que não tivemos condição de planejar; constrangido, quando vejo que o Brasil exporta 30% do que exporta a Califórnia, e também menos que a Coreia e Taiwan. Fico constrangido com isso.

Constrangido fico quando vejo, por exemplo, essa onda de “de nuncismo” que estamos vivendo. A cada dia é uma de nunciação diferente, a cada dia alguém é jogado às feras, e não adianta falar. Há poucos minutos um jornalista se aproximou de mim e disse que eu havia feito um ato hoje para favorecer fulano-de-tal. Responди que não fiz, mas aconteceu que existe um federalismo. A Comissão de Fiscalização e Controle não pode entrar na esfera estadual. Fiscaliza a esfera estadual o Tribunal de Contas do Estado. E ele disse “não” ... Quer dizer, é aquela coisa, as pessoas que rem forçar a passar por cima da lei, da norma, do correto.

É muito constrangedor vivermos uma época como esta. A cada dia, abre-se o jornal e vê-se algum dos nossos companheiros sendo jogado às feras, com ou sem razão. É constrangedor. Tenho andado constrangido até de ser político, por que, a cada dia vejo que a coisa se goza, como um todo, é com paridade... Outro dia na **Folha de S. Paulo** um artigo nos comparava às mulheres de vida fácil – e duvido que essa vida seja tão fácil – como se estivéssemos fazendo papel semelhante. É muito duro, é muito constrangedor. Hoje, por exemplo, cheguei às 10h e saí às 16h de uma reunião de Comissão onde se tentava a transparência de alguns fatos que ocorrem na vida da República. Vim direto para cá – e são exatamente 19h – sem almoço.

O constrangimento é geral, porque estamos aqui sem preempunha dos contrapartidos.

É constrangimento o que sinto quando vou falar com alguém da agricultura e diz-se que não há política da agricultura; ou quando vou falar com alguém da indústria e diz-se que não há política da indústria. Fico constrangido quando vejo que a segurança não é a que o brasileiro quer, ou quando a educação não é a que queremos. Fico constrangido, enfim, porque, para qualquer lado que viramos, não vemos o que esperamos e queremos.

É constrangedor ver o imobilismo, que já deveria ter sido quebrado; é constrangedor ver que a esperança, a cada dia, torna-se menor e que a fé está diminuindo; é constrangedor ver os valores diminuindo. Trata-se de um constrangimento geral.

É por isso que venho à tribuna, para falar desse sentimento que me tem machucado e deixado muitas vezes, como diz o americano, **down** (triste). Tenho certeza de que precisava falar sobre isso. Pretendia fazer uma explanação bem maior, por que estava inscrito como primeiro orador logo após a Ordem do Dia. Estou satisfeito, porém, com os cinco minutos. Há o seguinte dito popular: “quem não é capaz de se expressar em 30 segundos, não é capaz de fazê-lo”. De ram-me os cinco minutos e vou gasotá-los. Vou dizer que tenho andado constrangido, Sr. Presidente. Não é fácil ver os valores esmaecendo; não é fácil ver que o geral de antigamente não é como o de hoje, que o Bispo de antigamente não é como o de hoje. Parece que as autoridades estão esmaecendo. Falamos do Presidente da República como se fosse um qual quer. Isso nos constrange.

Tenho certeza de que o sentimento de que os valores estão deteriorando-se está no peito de cada brasileiro. E eu me sentiria mais constrangido se ficasse calado. Por isso, vim à tribuna. Não tenho o tempo necessário para exemplificar a respeito de cada assunto sobre o qual ficamos constrangidos. Mas vou dar alguns exemplos lá de fora. Constrange-me o sucesso de um povo que não tem um terço do que temos, um povo que não tem o país que temos ou as riquezas que possuímos, que não tem o nosso ímpeto, a nossa alegria. Percebemos, então, que tudo que nos falta é uma boa condção, uma sincronização, uma harmonização desses valores, para dar mos uma arrancada para o futuro, para fazer o que o americano chama de **take-off**, ou seja, de colar em busca de um futuro melhor.

Tenho andado constrangido e sei que é esse o sentimento de cada brasileiro que me ouve. Precisamos virar essa maré, mesmo com a ajuda da imprensa, que só busca escândalo e vive dele, como se não tivéssemos um País para cuidar; como se não tivéssemos valores a mostrar, no futuro, além da produção, da tristeza e do crime.

Enfim, botamos nossas vísceras, a cada dia, para fora e as mostramos ao mundo, que se acredite uma “beleza”. Os nossos concorrentes ficaram felizes, pois nós mesmos nos depreciamos.

Sr. Presidente, Sr^{te} e Srs. Senadores, esse assunto eu pretendia abordar com mais profundidade,

mas, dado o tempo menor, sinto-me triste, dizendo que estou rezando para esse sentimento de constrangimento me abandonar e abandonar também cada coração brasileiro por este País afora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra, pela Liderança do Governo, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar a importância da aprovação do Projeto de Lei nº 131, que cria o Distrito Agropecuário de Caracaraí, no Estado de Roraima. Trata-se de um projeto extremamente importante para consolidar a busca do desenvolvimento auto-sustentado para o interior do meu Estado.

Quando, em 1988, a maioria dos Municípios do interior teve grandes dificuldades em função dos incêndios, começamos a discutir caminhos que fizessem com que os recursos públicos, planejados e direcionados, pudessem impulsionar a economia e gerar empregos. Os distritos agropecuários da Suframa são um caminho para fortalecer a agricultura, a pecuária, a colonização, o turismo ecológico, enfim, para trazer recursos direcionados e, nos projetos com os Estados e com as prefeituras, gerar opções de desenvolvimento e de emprego.

Fico muito satisfeito em poder aprovar esse projeto, em poder trazer mais um projeto como este: o projeto de São João da Baliza. Restam seis projetos serem votados e aprovados. Sem dúvida nenhuma, na Câmara dos Deputados esses projetos merecerão aprovação, para que Roraima possa ter uma base de desenvolvimento auto-sustentado no seu interior.

Fico feliz e agradeço a aprovação desse projeto hoje no plenário do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Romeu Tuma, Eduar do Silveira Campos, Mozarildo Cavalcanti e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regulamento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tive a grata oportunidade de apresentar, há dias, no Clube Monte Líbano, em São Paulo, a posse da nova diretoria de duas entidades representativas mais atuantes – e importantes –

no campo industrial brasileiro: a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e o Sindicato Nacional da Indústria de Tratores, Caminhões e Veículos Similares (Sinfavea). Deixou a Presidência dessas organizações, onde se encontrava desde abril de 1998, o Sr. José Carlos da Silveira Pinheiro Neto e assumiu-a o Sr. Célio de Freitas Batalha para uma gestão que prosseguirá até abril de 2004.

Entre outras autoridades, ali estavam o Ex^o Sr. Ministro Alcides Tápias, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; os Ex^{os} Srs. Geraldo Alckmine e Marconi Perillo, Governadores dos Estados de São Paulo e Goiás, respectivamente; e a Ex^{ma} Prefeita do Município de São Paulo, Sr^a. Marta Suplicy.

No discurso de transmissão do cargo, o Sr. José Carlos da Silveira Pinheiro Neto afirmou que os exemplos de desenvolvimento, dados pelo parque industrial automotivo brasileiro, “são um orgulho para o País”, ressaltando: “Reunimos hoje, no Brasil, a nata da indústria automobilística mundial. Isso significa mais trabalho, mais ocupação, mais renda, mais consumidores. Numa palavra, mais cidadãos com acesso ao bem-estar social e possibilidades de crescimento.”

Acrescentou que, a Anfavea, “ao reconhecer tal grandeza e tamanha responsabilidade”, procura desenvolver a missão de “abrir caminhos, no permanente diálogo com a sociedade e as autoridades”, destacando sempre as qualidades de sua atividade “em termos de desenvolvimento, inovação tecnológica e criação de riqueza”. Referiu-se enfaticamente à necessidade de dar prosseguimento à reestruturação da indústria relativa ao setor automotivo, em desenvolvimento no âmbito da Secretaria da Receita Federal, com o objetivo de “racionalizar o sistema, sua simplificação e redução de custos” de maneira a embasar a “competitividade da indústria, respeitados os parâmetros da arrecadação.” Citou como exemplo de “conquista importante”, a negociação da “nova grade de IPI para o setor automotivo, que reduziu de treze para apenas duas as alíquotas de IPI para os veículos e, com isso, as montadoras puderam introduzir novas motorizações, uma vez livres das limitações impostas por uma legislação então ultrapassada.”

Finalmente, o ex-Presidente das entidades referiu-se ao Acordo Automotivo do Mercosul e aos entendimentos para a realização de acordos bilaterais internacionais, como o Brasil-México, “resultando em

novas possibilidades de exportação para a indústria automobilística brasileira.”

Por sua vez, o Sr. Célio de Freitas Batalha, ao enaltecer o trabalho do antecessor, afirmou: “A missão que hoje é transmitida à Diretoria da Anfavea tem especial significado, por que estes tempos estão carregados de muitos e cruciais desafios para a indústria automobilística brasileira, em sua trajetória rumo à posição elevada, forte e duradoura, que lhe pertence, no concerto internacional.”

Depois, lembrou que, “nos últimos anos, a indústria automobilística adensou-se espetacularmente, com a expansão da tradicional montadora sentada instaladas no País, e a chegada dos new comers, trazendo mais capitais, tecnologias e produtos”. Citou, sob esse aspecto, as empresas Renault, Peugeot Citroën, Daimler-Chrysler, Iveco, Honda, Toyota Automóveis, Land Rover, Mitsubishi e International Caminhões, “que fazem crescer a responsabilidade de representação da Anfavea.” E frisou: “A Anfavea e o Sinfavea reunem, a um só tempo, todos esses segmentos, todas essas indústrias. Participa, bem por isso, com cerca de 10% do PIB industrial do País, gera perto de 95 mil empregos diretos e exporta mais de 4 bilhões de dólares por ano.”

De acordo com o novo Presidente, investimentos de 20 bilhões de dólares realizados e programados “transformaram o Brasil no maior porto de desembarque de aportes automotivos de todo o mundo nos últimos tempos.” Soamente para o período de 2001 a 2003, estão programadas inversões de 6 bilhões e 700 milhões de dólares.

O discurso do Sr. Célio de Freitas Batalha constituiu verdadeira radiografia de que se passa no setor. Disse, por exemplo, que, apesar dos investimentos, “a indústria automobilística, de um modo geral, tem sofrido prejuízos”. Soamente em 1999, uma auditoria privada demonstrou a ocorrência de perdas da ordem de 3 bilhões de reais “devido ao impacto da elevação dos custos de produção.” Também em 2000, “embora a situação tenha melhorado para algumas empresas”, os resultados financeiros, “no geral, não foram bons.”

Mesmo assim, o parque industrial está instalado e consolidado em sete Estados: São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Logo mais, com as instalações fabris na Bahia, terá capacidade de produção superior a 3 milhões de unidades/ano até o final de 2001. Isto tudo é fruto de “uma verdade iraparceira entre o setor público e o setor privado”, na qual “cada um, realmente,

vem cumprindo o seu papel.” O setor público, mediante “condições de política industrial, de infra-estrutura, e buscando, firmemente, a estabilidade econômica, base para a construção dos alicerces do desenvolvimento sustentado, que atrai e viabiliza investimentos.” O setor privado, “programando e mantendo firme sua decisão de investir, mesmo em períodos de crises de mercado e de difíceis perspectivas da economia, principalmente no cenário mundial.”

“É impressionante a capacidade de reagir, de construir e superar dificuldades do empresariado, do trabalhador e do povo deste maravilhoso País” – ressaltou o Sr. Célio de Freitas Batalha, dizendo, porém, que, “há, é certo, aqueles que torcem para que as coisas dêem errado, aqueles que apontam apenas as deficiências, sem fazê-lo em relação aos pontos positivos.” Criticou contradições nacionais gritantes, como a má distribuição de renda e o analfabetismo ainda existente, apesar da conjugação de esforços governamentais e da iniciativa privada para lhes dar combate. E transformou sua fala em vigoroso apelo: “Te mos um País magnífico! É o momento de arregaçar as mangas. Te mos de deixar de ser negatistas, de parecer torcer para que a plateia forme afunde ou de reclamar sobre os índices ou projeções da inflação ou de redução dos preços da gasolina, que poderiam ter sido ainda melhores!”

Discorreu também sobre as relações internacionais nas quais a Anfavea quer influir, especialmente no sentido de “consolidar as relações com o Mercosul, com a América Latina, União Européia, com a Alca e com outros blocos e países”. Quanto ao mercado doméstico, disse que o grande desafio é seu desenvolvimento no sentido de permitir crescente acesso do consumidor aos produtos automobilísticos, ao mesmo tempo em que se consolidam os investimentos realizados. Enfatizou o baixo índice de mortalidade, pois o Brasil possui uma frota de 20 milhões de veículos para 170 milhões de habitantes, isto é, uma relação de 1 para 9. Daí, a importância da “chamada popularização dos modelos automotivos”.

Finalmente, enumerou as iniciativas que envolvem integração de esforços com os Ministérios do Desenvolvimento, Relações Exteriores, Fazenda e Justiça, bem como enfatizou ser necessária a urgente implantação do Programa de Inspeção Veicular, também chamado de Inspeção Técnica de Veículos, e a redução da carga tributária. Essa redução “é um ponto fundamental para o maior acesso dos consumidores ao mercado e para o desenvolvimento da produção”, pois “o Brasil ainda é o País que mais carrega

impostos e contribuições sobre os automóveis”. Sobre os automóveis médios, “temos encargos diretos da ordem de 33%, quando a segunda maior carga do mundo, a da França, é de 17%, meta da brasileira.” De qualquer forma, no dizer do Sr. Célio de Freitas Batalha, nossa indústria automobilística quer produzir um milhão e novecentas mil unidades de veículos no corrente ano e atingir a marca de dois milhões em 2002 para atender ao mercado interno e ao crescimento das exportações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz questão de lhes dar notícia do que aconteceu na Anfavea e no Sinfavea, diante da evidente importância de tal evento para a economia nacional.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há semanas ocupei esta Tribuna, como já o fizera o Senador Edison Lobão, expressando as preocupações nacionais referentes ao Acorde em fase de análise no Congresso, no qual foram estabelecidas condições inaceitáveis de utilização da quebra base de lançamento de foguetes pelo Governo americano.

De outra parte, tenho me referido com frequência às questões mais gerais de ocupação da Amazônia e, neste ponto, não tenho feito mais do que associar-me às vozes de ilustres Senadores preocupados com a mesma questão, e devo referir-me de um modo especial aos pronunciamentos do Senador Amazonino Mendes, Bernardo Cabral e Mozarildo Cavalcanti, e tantos outros cuja ação resultou, inclusive na recente constituição da Comissão Parlamentar, referente às atividades das chamadas ONGs, na Amazônia.

Na verdade, o Senado ao preocupar-se com a Amazônia, está voltado a uma das questões essenciais que envolvem a Nação, ou seja, a ocupação produtiva e sustentável de uma das regiões mais ricas do Planeta – 2/3 do território nacional – e, seguramente, onde se localiza a absoluta maior parte das potencialidades nacionais – patrimônio que, sendo nosso, sujeito e objeto da nossa soberania, tem a dimensão de patrimônio da humanidade.

A Amazônia, portanto, não pode ser tratada simplesmente como o é o restante do território nacional, não só por suas características regionais, mas porque as políticas da Amazônia constituem políticas de dimensão nacional, dizem respeito ao Brasil como Nação e extravasam o próprio interesse nacional, para adquirir uma dimensão planetária.

Nenhuma outrapolítica nacional, quer seja regional quer seja setorial, Sr. Presidente, alcança esta

dimensão. Nas outras políticas, incluídas as políticas econômicas, seremos sempre caudatários dos interesses globais. No que se refere à Amazônia, poderíamos sentar à mesa dos interesses globais – como fizemos os árabes com o petróleo – e até hoje não o fizemos.

Não o fizemos, mesmo porque a consciência nacional sobre a questão Amazônica e sua importância, ainda não existe, e me refiro a uma consciência eficaz, capaz de produzir uma opinião pública atuante e determinar políticas nacionais abrangentes e prioritárias. Assim, a opinião pública, o Governo, as universidades e a imprensa, sem prena vanguarda dos interesses nacionais, têm tido, de modo geral, uma visão romântica ou simplesmente extasiada da Amazônia, que ingressa dessa forma no novo milênio, ou na irreversível era da prevalência dos interesses globais, sem uma ocupação adequada, e esta constitui a maior ameaça sobre a soberania nacional.

É nessa perspectiva, Sr. Presidente, que deve ser analisada a questão da internacionalização da Amazônia, e as ameaças externas existem e são reais, na medida de nossa incapacidade de ocupar produtiva e sustentavelmente a Região, exercendo desta forma, mais do que por meio da própria ocupação militar – a necessária e indispensável nosa soberania.

Crescem, por isto, as ameaças externas.

Referi-me, como já disse, à questão da Base de Alcântara.

A divulgação de Mapas da América do Sul, onde a Amazônia consta não como território brasileiro mas como patrimônio da humanidade, tem sido frequentemente denunciada.

Alguns setores militares, e os documentos que apresentam, não permitem considerar esta denúncia mero fruto de imaginação ou exercício estratégico. Esses setores têm se referido com preocupação ao chamado projeto do “Escudo Guiano”, que consiste basicamente em estabelecer um conjunto de ações, tratados, acordos bilaterais e bases militares, científicas ou pretensamente científicas, fazendo um verdadeiro escudo nas fronteiras amazônicas, cujo emprego evidente mente não está de finido, mas cuja importância estratégica não pode ser descartada.

Fazem parte desta estratégia, acordos bilaterais com os países amazônicos, dos quais o mais discutido tem sido o do combate à guerrilha ou ao narcotráfico na Colômbia. Neste contexto, começam a situar-se posições de nacionalismos extremos dos quais,

seguramente as posições do Presidente Hugo Chavez, da Venezuela, tem sido as de maior expressão.

Neste contexto também, Sr. Presidente, situa-se a intenção de algumas ONGs internacionais, que estariam fazendo de sua ação sobre a Amazônia o braço ecológico do mesmo projeto.

Parece que, conforme tem denunciado com mais veemência o Senador Mozarildo Cavalcanti, o Estado de Roraima situa-se como área estratégica deste projeto — e o primeiro passo consiste exatamente em lotear o Estado em trenações indígenas e reservas ambientais, onde é intenção a ação estrangeira.

A questão da base de Alcântara estaria inserida nesta estratégia.

Devo afirmar, Sr. Presidente e nobres Senadores, que por formação, por tradição e por convicção, não sou dado a arroubos nacionalistas ou isolacionistas, na era da globalização ou da universalização das relações humanas.

Não há, porém, como não considerar a gravidade das questões, não exclusivamente por si, mas face à ausência de uma política nacional efetiva e eficaz para a Amazônia, política postacom prioridade nacional, não apenas como prioridade regional, política posta igualmente como prioridade estratégica, não apenas militar, mas sobretudo social, política e econômica.

É neste contexto que pretendo propor as grandes linhas de um Código Nacional de Ocupação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, grandes linhas que se situariam dentro dos seguintes parâmetros:

a definição da Amazônia, seus diversos ecossistemas e seu significado para um projeto nacional e para as relações de convivência e reciprocidade entre o Brasil e as outras Nações;

um sistema global de pesquisa da realidade amazônica, que levasse à identificação efetiva e localizada de seus recursos, suas potencialidades e suas fragilidades;

um mapa de Zoneamento Econômico Ecológico — resultado da intensificação do correspondente projeto e sustentado no sistema de pesquisa referido no item anterior;

urgenciamento, ampliação e operação efetiva do Projeto SIVAM, como sistema auxiliar aos institutos de pesquisa, e instrumento de vigilância e informações sobre a

Amazônia, incluindo sua articulação com a base de Alcântara;

um sistema de pesquisa tecnológica capaz de desenvolver processos de uso sustentável dos recursos naturais da Amazônia, da biodiversidade, dos solos, das águas, com respeito às culturas locais e à preservação ambiental;

fortalecimento do Sistema Universitário, capacitando-o e inserindo-o no processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio do Sistema de Pesquisa e da formação de recursos humanos;

a regulamentação consciente da ocupação da terra, as condições de sua aquisição e uso, com base nos mapas do Zoneamento Econômico Ecológico, tanto por nacionais como por estrangeiros;

a definição do significado e das formas de desenvolvimento das Nações indígenas, como parcela da comunidade nacional com valores próprios e capacidade de desenvolver-se em interação contínua com as demais parcelas da mesma comunidade;

a multiplicação da presença e da ação do Estado, ou do Poder Público, como incentivo, apoio, aval e fiscal desse processo, implicando numa redivisão política dos imensos territórios estaduais, que tornam a presença do Estado e a ação do Governo distantes e, por isto, nem sempre eficazes;

a definição de uma infra-estrutura de integração regional e nacional, que ordene e viabilize a ocupação territorial de forma produtiva e sustentável;

enfim, a garantia de recursos financeiros e de outra espécie que signifiquem efetiva e eficazmente a vontade política da Nação de, 500 anos após sua descoberta, ou alguém séculos após a conquista e a identificação de suas fronteiras, assumir seu próprio território, e pôr suas potencialidades a produzir racionalmente, em favor do povo brasileiro e da humanidade.

Enfim, nobres Senadores, um Projeto que engaje a opinião pública e a vontade nacional e que seja capaz de mostrar aos governantes que a questão da Amazônia não é apenas uma questão regional, mas é parte da nossa responsabilidade de manter a integridade nacional e legar às gerações futuras a Nação que recebemos de nossos antepassados.

Pode ser, e é até provável, que a desintegração da Amazônia, mais do que por outras razões, mas espero que esta guerra, a nossa, e que esta Casa, o Senado da República, estejam à altura do desafio que lhes apresenta este momento histórico.

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

-Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores,

Novamente o Brasil se encontra diante de uma vexatória situação de submissão a interesses estrangeiros, sob risco de perder a soberania sobre uma fatia estratégica de nosso território. Refiro-me, especificamente, ao Acordo de Salvaguardas Tecnológicas assinado entre o Brasil e os Estados Unidos. Por esse acordo, os americanos se assenhoram da Base de Lançamentos de Alcântara e nós não podemos ficar nem olhando, pois isso nos é proibido.

Para os que não sabem, está em tramitação na Câmara dos Deputados o "Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre salvaguardas tecnológicas relacionadas à participação dos Estados Unidos da América nos lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, celebrado em abril de 2000". Pelo tal acordo, os americanos terão uma série de privilégios e os brasileiros uma série de prejuízos.

Entre os termos do acordo está a criação de área de uso restrito na Base de Lançamentos de Alcântara sob controle exclusivo dos Estados Unidos. Mesmo a distribuição de crachás e credenciais para acesso a essas áreas ficaria a cargo deles. Em caso de algum acidente, os brasileiros nem poderiam chegar perto dos destroços, para não ter acesso à tecnologia. Do acordo consta uma cláusula em que, nos períodos de lançamentos espaciais, os locais a eles destinados terão controle total dos EUA. Brasileiros só poderão entrar no local com permissão especial dos EUA. Outras medidas absurdas estão no acordo, como a proibição de inspeção em contêineres espaciais norte-americanos.

Esse tipo de acordo se dá em prejuízo de qualquer possibilidade de transferência de tecnologia para o Brasil. Pelo contrário. As "salvaguardas", no caso, são para a tecnologia americana. Para agravar o problema, nós não poderíamos utilizar os recursos auferidos com o aluguel da Base de Alcântara para nosso programa espacial. Os Estados Unidos pagariam cerca de US\$5 milhões por lançamento. Como estão previstos cerca de 14 lançamentos por ano, isso nos proporcionaria uma renda em torno de US\$70 mi-

lhões. Um dinheiro que não podemos usar em benefício de nossa indústria aeroespacial.

Não deixa de ser um absurdo uma cláusula dessas, pois nosso programa espacial vem naufagando justamente por falta de verbas. Faltam recursos às empresas brasileiras do segmento espacial, pois tem sido quase nula sua participação em programas de desenvolvimento tecnológico promovidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Entre 1995 e 1999, o Inpe contratou US\$40 milhões com empresas estrangeiras, ao passo que usou apenas 10% desse valor para contratos com empresas nacionais.

Do orçamento deste ano constam R\$41,5 milhões para financiar a participação brasileira nas experiências da estação espacial internacional da Nasa, o que equivale a mais de um terço do orçamento espacial brasileiro. No entanto, nossas indústrias não serão beneficiadas com esses recursos.

Um estudo feito pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) pede a rejeição do acordo, por considerá-lo desconforme e lesivo aos interesses nacionais. Segundo os cientistas, o acordo não só ameaça a nossa soberania como significa uma ingerência ignominiosa na política brasileira.

A posição do Executivo é clara: o Ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardeberg, em carta dirigida à presidente da SBPC defende o Acordo de Salvaguardas, reconhecendo que este não prevê transferência de tecnologia para o Brasil.

Há outras cláusulas que ferem nossa soberania, como aquela que proíbe o uso da Base de Alcântara por países não signatários de um tratado liderado pelos EUA. Os países que não aderiram ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MCTR) não poderiam usar a Base de Alcântara. Alguns desses países são do mundo árabe, considerados desafetos dos americanos. Mas da lista poderão constar outros como China e Rússia, que têm programas espaciais e que poderiam ser potenciais parceiros do Brasil.

O grande interesse dos americanos na Base de Alcântara é sua posição geográfica. Por situar-se nas proximidades do Equador, há uma economia entre 15% e 30% de combustível, comparando-se com o que é gasto em lançamentos a partir de Cabo Kennedy, por exemplo. Ou seja, nós temos algo que interessa aos Estados Unidos. E não há nada de mal em aceitar uma parceria. O erro é que não utilizemos essa nossa vantagem para obter transferência de tecnologia dos americanos.

Além disso, é intolerável que se abra mão da soberania nacional.

O acordo está no Congresso para ser examinado. E não pode entrar em vigor se não for aprovado. Pois bem, Senhoras e Senhores: proponho que dis-

cutamos abertamente todas as cláusulas desse acordo. E, se de fato ficar comprovado o compromisso de nos sabermos a raiz, que ele seja rejuntado, já que não podemos fazer qualquer alteração em seu conteúdo.

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em navegação, quando se deseja rumar para um destino, o primeiro passo é conhecer a posição exata em que se está parado antes da partida. Só assim é possível traçar a rota que deverá ser seguida para se chegar, com sucesso, ao porto de destino, visto que não há estradas ou trilhos prefixados a se seguir nos oceanos.

Também é necessário, ao longo de todo o percurso, estar conferindo se o navio segue a rota preestabelecida, de maneira a garantir que se atinja o destino de destino. Caso não esteja, a correção de rumos é imprescindível para o sucesso da jornada.

Não estou aqui pretendendo lecionar matéria náutica para os meus nobres Pares, até porque não posso. Valho-me, apenas, desse método para dar a V. Ex^{as} uma dimensão da importância, que sei que não desconhecem, do trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais conhecido como IBGE.

A meta é bastante adequada, se me permitem, Sr. Presidente, Srs. Senadores. O que o IBGE faz é precisamente nos informar, a cada momento, em que ponto de sua rota para o futuro e para o progresso se encontra o nosso País.

É graças ao trabalho dessa Instituição, que vem sendo realizado permanentemente há 63 anos, que o Brasil conhece o Brasil. Graças à atividade do IBGE, temos informações precisas sobre a Nação em vários campos importantes do conhecimento.

O Instituto tem sob a sua responsabilidade a produção, a análise, a coordenação e a consolidação de informações geográficas e estatísticas. Além disso, lida também com informações ambientais, coordenando sistemas estatísticos e cartográficos nacionais e documentação e disseminação das informações.

A antiguidade da atividade estatística no Brasil atesta a sua importância para o País. Entre nós, ela data ainda do Império, com a criação, em 1871, da Diretoria-Geral de Estatística. Na República, com a implantação do registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, houve a necessidade de ampliar as atividades da Diretoria.

O órgão responsável pelas estatísticas no Brasil mudou de nome e de funções algumas vezes até 1934, quando foi extinto o Departamento Nacional de Estatística, cujas atribuições foram passadas para os Ministérios competentes.

Mas a falta de um órgão que fosse capaz de articular e coordenar pesquisas estatísticas e de unificar a ação dos vários serviços estatísticos em atividade no País fez com que se criasse, ainda em 1934, o Instituto Nacional de Estatística, que somente começou a funcionar em 1936. No ano seguinte, foi criado o Conselho Brasileiro de Geografia. Este foi, então, incorporado ao Instituto, que passou a chamar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O ponto alto dos trabalhos do IBGE, Sr. Presidente, é o censo de censo, como todos sabemos. Agora mesmo, está sendo concluído o Censo 2000, o maior e mais completo censo já realizado no Brasil, tanto pela qualidade das informações coletadas, como pela abrangência do território trabalhado.

Essa tarefa gigantesca movimentou 199.934 recenseadores, 25.286 supervisores e 6.407 agentes censitários. Foram visitados mais de 54 milhões de domicílios em 120 dias de muito trabalho, no qual cada um dos recenseadores visitou cerca de 300 casas.

Esse esforço nos permite, por exemplo, saber com precisão que o Brasil tem 169.544.443 habitantes, dos quais 83.423.553 homens e 86.120.890 mulheres. Permite, também, saber que mais de 137 milhões vivem nos centros urbanos e quase 32 milhões na zona rural.

Mas os dados coletados por toda essa gente, que ainda estão sendo trabalhados, permitirão saber muito mais sobre o Brasil, para que possamos, de posse desses dados e das informações que deles deverão emanar, trabalhar nas direções que mais rapidamente nos levem ao progresso e ao bem-estar de nossa gente.

Assim como essas informações jogam luz sobre o nosso caminho, a falta delas pode significar a escuridão que nos leve a sérios tropeços e a grandes dificuldades. Digo isso porque, não faz muito tempo, cometeu-se o absurdo de interromper a série histórica de censo dos censos brasileiros, em razão da crise de falta de recursos por que passou o IBGE.

Mas isso, hoje, felizmente é coisa do passado. Estamos vivendo outros tempos, em que tanto a sociedade quanto o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso compreendem e valorizam a importância do trabalho do IBGE, exigindo o seu aperfe-

çamento constante, em busca de dados cada vez mais confiáveis e atualizados sobre o País.

De se jo, portan to, Sr. Pre si den te, Sr^{as} e Srs. Se na do res, cum pri men tar, na pes soa do Pre si den te do Insti tu to, Dr. Sér gio Bes ser man Vi an na, todo o enor me con tin gen te de pes so as que tra ba lhou para a re a li za ção do Cen so 2000, bem co mo os fun cioná rios per ma nen tes do IBGE, que tan tos bons ser vi ços têm pre sta do ao nos so País. É gra ças ao es for ço des sa gen te, de di ca da e com pe ten te, que po de re mos, ca da vez mais, con he cer para avan çar.

Era o que tinha a di zer.

Muito obri ga do.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) - Nada mais ha ven do a tra tar, a Pre si dên cia vai en cer rar os tra ba lhos, lem bran do às Sr^{as} e aos Srs. Se na do res que cons ta rá da ses são de li be ra ti va ordi ná ria de a ma nhã, a re a li zar-se às 14 ho ras e 30 mi nu tos, a se guin te

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 49, DE 2001-COMPLEMENTAR

(Em re gi me de ur gê n cia, nos ter mos do § 1º do art. 64 da Cons ti tu i ção Fe de ral, com bi na do com o art. 353, pa rá gra fo ú ni co, do Re gi men to In ter no e Re que ri men to nº 320, de 2001)
(Vota ção no mi nal)

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 49, de 2001-Complementar (nº 195/2001 - Complementar, na Casa de ori gem), de ini ci a ti va do Pre si den te da Re pú bli ca, que in sti tui con tri bui ções so ci ais, au to ri za cré di tos de com ple men tos de at u a li za ção mo ne tá ria em con tas vin cu la das do Fun do de Ga ran tia do Tem po de Ser vi ço - FGTS, e dá ou tras pro vi dên cias, ten do

Pa re cer sob nº 593, de 2001, da Co mis são de Assun tos Eco nô mi cos, Re la tor: Sen a dor Ro me ro Ju cá, fa vorá vel ao Pro je to e con trá rio às E men das nºs 1 a 8, com vo to con trá rio do Sen a dor Jo sé de A len car e, em se pa ra do, dos Se na do res Os mar Dias e Edu ar do Su ply.

- 2 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 26, DE 2001

(Em re gi me de ur gê n cia, nos ter mos do Re que ri men to nº 304, de 2001 - art. 336, II, do Re gi men to In ter no)

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Re so lu ção nº 26, de 2001 (ap re sen ta do pela Co mis são de Assun tos Eco nô mi cos co mo con clu são de seu Pa re-

cer nº 592, de 2001, Re la tor: Se na dor Jo sé Fo ga ça), que au to ri za a Uni ão a con tra tar o pe ra ção de cré di to ex ter no, no va lor equi va len te a até US\$ 404,040,000.00 (qua tro cen tos e qua tro mil hões e qua ren ta mil dó la res dos Esta dos Uni dos da Amé ri ca), de prin ci pal, en tre a Re pú bli ca Fe de ra ti va do Bra sil e o Ban co In ter na ci o nal para Re cons tru ção e De sen vol vi men to - BIRD, na mo da li da de Em pré sti mo Pro gra má ti co de A jus te do Setor Fi nan ce iro - FSAL.

À ma té ria po de rão se ro fe re ci das e men das até o en cer ra men to da dis cus são.

- 3 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 44, DE 2000

(Vota ção no mi nal)

Vota ção, em se gun do tur no, da Pro pos ta de E men da à Cons ti tu i ção nº 44, de 2000, ten do co mo pri me iro sig na rí ario o Sen a dor Na bor Jú ni or, que al te ra o § 6º do art. 14 da Cons ti tu i ção Fe de ral (dis põe so bre a re nú ncia do Pre si den te da Re pú bli ca, dos Go ver na do res de Esta do e do Dis tri to Fe de ral e dos Pre fei tos aos res pec ti vos man da tos para con cor rem a qua is quer car gos ele ti vos), ten do

Pa re cer sob nº 148, de 2001, da Co mis são de Cons ti tu i ção, Jus ti ça e Ci da da nia, Re la tor: Sen a dor Iris Re zen de, fa vorá vel, com vo tos con trá rios dos Se na do res Lú cio Alcân ta ra e Ro ber to Fre i re.

Am a té ria cons tou da Or dem do Dia da ses são de li be ra ti va ordi ná ria do úl ti mo dia 06, quan do teve sua vo ta ção adi a da pa ra ho je.

- 4 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 6, DE 1998

(Tra mi tan do em con jun to com a Pro pos ta de E men da à Cons ti tu i ção nº 11, de 1998)
(Vota ção no mi nal)

Vota ção, em pri me iro tur no, da Pro pos ta de E men da à Cons ti tu i ção nº 6, de 1998, ten do co mo pri me iro sig na rí ario o Sen a dor Jo sé Ro ber to Ar ru da, que in clui no A to das Dis po si ções Cons ti tu ci o nais Tran si tó rias ar ti go que re gu la ri za a si tua ção fun cion al de ser vi do res de em pre sas pú bli cas fe de rai s que há mais de dez anos pre sta m ser vi ços à ad mi nis tra ção di re ta, e dá ou tras pro vi dên cias, ten do

Pa re cer sob nº 318, de 1998, da Co Mis são de Cons ti tu i ção, Jus ti ça e Ci da da nia, Re la tor: Sen a dor Ro me u Tu ma, fa vorá vel, nos ter mos da E men da nº 1-CCJ (Sub sti tu ti vo) que ap re sen ta, e pe la pre ju di ci a

li da de da PEC nº 11, de 1998, com a qual tra mi ta em conjunto.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 11, DE 1998

(Tramitando em con jun to com a Pro pos ta
de Emen da à Cons ti tu i ção nº 6, de 1998)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Melo, que acres cen ta pa rá gra fos ao art. 19 do Ato das Dis po si ções Constitucionais Trans i tó ri as, dis pon do sobre a situação funcional dos ser vi do res e em pre ga dos pú blicos federais legal mente ce di dos a ó rgãos e en ti da des da União, ten do

Pa re cer sob nº 318, de 1998, da Co mis são de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, pela prejudicialidade, e favorável à PEC nº 6, de 1998, com a qual tra mi ta em con jun to, nos ter mos da Emen da nº 1-CCJ (Subs ti tu ti vo) que apresenta.

– 6 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 190, DE 1999-COMPLEMENTAR
(Votação nominal)

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei do Se na do nº 190, de 1999-Complementar, de au to ria da Senadora Marina Silva, que al te ra a Lei Com ple men tar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Ine le gi bi li da de), para ve dar o re gis tro, como su plen te de can di da to a Se na dor, de pa ren tes des te até o se gun do grau, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 298, de 2001, da Co missão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 25, DE 2000

Segunda sessão de discussão, em primeiro tur no, da Pro pos ta de Emen da à Cons ti tu i ção nº 25, de 2000, tendo como pri me i ro signatário o Senador Álvaro Dias, que altera o art. 75 da Constituição Federal, para facul tar a no me a ção de mem bros das Cortes de Con tas dos Esta dos, do Dis tri to Fe de ral e dos Mu ni cí pi os atra vés de con cur so pú bli co, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 299, de 2001, da Co missão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres.

– 8 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 1996

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 86, de 1996 (nº 1.536/96, na Casa de ori gem), que al te ra o § 1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de no vem bro de 1994, que re gu la men ta o art. 236 da Cons ti tu i ção Fe de ral, dis pon do sobre os ser vi ços notariais e de registro, tendo

Pareceres sob nºs 118 e 286, de 1997; e 53, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento (sobre o Projeto), Relator: Senador Ramez Tebet, fa vo rá vel, com votos con trá ri os dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Fre i re, em se pa ra do, do Se na dor José Edu ar do Du tra, e absten ção do Senador Jefferson Peres; 2º pro nunci amento (sobre a Emen da nº 1, de Ple ná rio), Re la tor: Se na dor Bel lo Par ga, pela re je i ção, com vo tos con trá rios dos Se na do res José Edu ar do Du tra, Antô nio Carlos Valadares e absten ção do Senador Jo sap hat Marinho; 3º pronunciamento (em reexame por des pa cho da Pre si dên cia, con for me o Ofí cio nº 1.013, de 1997), Relator: Senador Francelino Pereira, re ite ran do o Pa re cer nº 118, de 1997, da Co mis são de Constituição, Justiça e Cidadania, pela apro va ção da má te ria, com vo tos con trá rios dos Senadores Rober to Re quião, José Edu ar do Du tra e, ven ci do, em se pa ra do, do Senador Lú cio Alcân ta ra.

– 9 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 1996

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 96, de 1996 (nº 826/95, na Casa de ori gem), que dis põe sobre o jul ga men to das con tas dos res pon sá ve is por bens, di nhei ros e va lo res pú bli cos, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 329, de 2001, da Co missão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) -
Está en cer ra da a ses são.

(Le van ta-se a ses são às 18 ho ras e 57 minutos.)

li da de da PEC nº 11, de 1998, com a qual tra mi ta em conjunto.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 11, DE 1998

(Tramitando em con jun to com a Pro pos ta
de Emen da à Cons ti tu i ção nº 6, de 1998)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Geraldo Melo, que acres cen ta pa rá gra fos ao art. 19 do Ato das Dis po si ções Constitucionais Trans i tó ri as, dis pon do sobre a situação funcional dos ser vi do res e em pre ga dos pú blicos federais legal mente ce di dos a ó rgãos e en ti da des da União, ten do

Pa re cer sob nº 318, de 1998, da Co mis são de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, pela prejudicialidade, e favorável à PEC nº 6, de 1998, com a qual tra mi ta em con jun to, nos ter mos da Emen da nº 1-CCJ (Subs ti tu ti vo) que apresenta.

– 6 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 190, DE 1999-COMPLEMENTAR
(Votação nominal)

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei do Se na do nº 190, de 1999-Complementar, de au to ria da Senadora Marina Silva, que al te ra a Lei Com ple men tar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Ine le gi bi li da de), para ve dar o re gis tro, como su plen te de can di da to a Se na dor, de pa ren tes des te até o se gun do grau, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 298, de 2001, da Co missão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 25, DE 2000

Segunda sessão de discussão, em primeiro tur no, da Pro pos ta de Emen da à Cons ti tu i ção nº 25, de 2000, tendo como pri me i ro signatário o Senador Álvaro Dias, que altera o art. 75 da Constituição Federal, para facul tar a no me a ção de mem bros das Cortes de Con tas dos Esta dos, do Dis tri to Fe de ral e dos Mu ni cí pios atra vés de con cur so pú bli co, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 299, de 2001, da Co missão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres.

– 8 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 1996

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 86, de 1996 (nº 1.536/96, na Casa de ori gem), que al te ra o § 1º do art. 39 da Lei nº 8.935, de 18 de no vem bro de 1994, que re gu la men ta o art. 236 da Cons ti tu i ção Fe de ral, dis pon do sobre os ser vi ços notariais e de registro, tendo

Pareceres sob nºs 118 e 286, de 1997; e 53, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento (sobre o Projeto), Relator: Senador Ramez Tebet, fa vo rá vel, com votos con trá ri os dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Fre i re, em se pa ra do, do Se na dor José Edu ar do Du tra, e absten ção do Senador Jeffer son Pe res; 2º pro nunci amento (sobre a Emen da nº 1, de Ple ná rio), Re la tor: Se na dor Bel lo Par ga, pela re je i ção, com vo tos con trá rios dos Se na do res José Edu ar do Du tra, Antô nio Carlos Va la da res e absten ção do Senador Jo sap hat Marinho; 3º pronunciamento (em reexame por des pa cho da Pre si dên cia, con for me o Ofí cio nº 1.013, de 1997), Relator: Senador Francelino Pereira, re ite ran do o Pa re cer nº 118, de 1997, da Co mis são de Constituição, Justiça e Cidadania, pela apro va ção da má te ria, com vo tos con trá rios dos Senadores Rober to Re quião, José Edu ar do Du tra e, ven ci do, em se pa ra do, do Senador Lú cio Alcân ta ra.

– 9 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 1996

Dis cus são, em tur no ú ni co, do Pro je to de Lei da Câ ma ra nº 96, de 1996 (nº 826/95, na Casa de ori gem), que dis põe sobre o jul ga men to das con tas dos res pon sá ve is por bens, di nhei ros e va lo res pú bli cos, tendo

Pa re cer fa vo rá vel, sob nº 329, de 2001, da Co missão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) -
Está en cer ra da a ses são.

(Le van ta-se a ses são às 18 ho ras e 57 minutos.)

**MENSAGEM Nº 315, de 4-6-2001—CN
(Nº 495, de 29-5-2001, na origem)**

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$8.350.000,00 (oito milhões, trezentos e cinquenta mil reais), para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.

**EMENDA - 1
EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL
PL 10/2001
CMPOPF - MENSAGEM 315/2001-CN**

Cancele-se R\$8.530.000,00 do subtítulo comunicação de Governo - Nacional, Funcional 04 131 0752 2017 0037

Justificação

Em primeiro lugar, o crédito suplementar parece servir para o governo fazer propaganda de suas ações. Segundo a comunicação na área de pesquisa científica e tecnológica parece ser mais importante que a propaganda do governo. Terceiro, o governo não vem cumprindo boa parte das metas contidas no PPA, como mostra a execução de 1997 que passou, recentemente, pela Comissão de Orçamento.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 22, de 2001-SF “Destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não Governamentais – Ongs.”.

2ª Reunião realizada em 9-5-01

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e um, às dez horas e trinta e um minutos, na sala 07 da Ala Senador Alexandre Costa, reuniram-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Gilvan Borges, Marina Silva, Gilberto Mestrinho, Nabor Júnior, Moreira Mendes, Tião Vianna, Jonas Pinheiro, Sebastião Rocha e Roberto Saturnino, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti declarou abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que é dada como lida e

aprovada, passando a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão, que apresenta “Plano de Trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito”, posto em discussão e votação é o mesmo aprovado por unanimidade. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Marina Silva, Heloísa Helena, Moreira Mendes, Gilvan Borges, Nabor Júnior e Roberto Saturnino. O Senador Roberto Saturnino entregou à Comissão publicação referente às ONGs passando-o às mãos da Senhora Relatora que agradece a contribuição à CPI. A Presidência convoca os presentes para a próxima reunião que poderá ocorrer no próximo dia vinte e três do corrente, podendo também ser agendada uma outra data, nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) - Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 22/2001, do Senado Federal, destinada a apurar, no prazo de 180 dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da ata da reunião anterior ou se podemos considerá-la aprovada, já que foi distribuída a todos os Srs. Senadores?

O SR. GILVAN BORGES – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) - Concedo a palavra ao Senador Gilvan Borges.

O SR. GILVAN BORGES – Sr. Presidente, a importância desta CPI é muito grande. Quero, neste momento, congratular-me com V. Exª e com a Senadora Marluce Pinto que, há muitos anos, vêm batendo o assunto da tribuna do Senado. Realmente, trata-se de um motivo de preocupação. Sabemos que há ONGs que têm fins sociais, com promissos, que são organizações sérias. Por outro lado, há ONGs clandestinas, piratas, que estão a serviço do grande setor de inteligência dos Estados Unidos.

Creio que esta CPI tem uma função importante: esclarecer a opinião pública por meio de um processo sério de investigação. Na Amazônia, devemos ter umas 200 ONGs instaladas, mas sem informações precisas. É do que precisamos. As ONGs que já têm

um trabalho prestado, que prestam serviços importantes para o País, são bem-vindas, sem sombra de dúvida, porque têm uma função. Realmente, há ONGs que não têm esses objetivos. São organizações perigosas, não sabemos como procedem, de onde vêm e a serviço de quem estão.

Quero congratular-me com a iniciativa. Estamos aqui para abrir um grande debate. Estou à disposição para integrar as comitativas de investigação, para dar minha minha contribuição. Deixo firme minha posição na defesa das organizações não-governamentais que são sérias, que têm objetivos claros e função social. Estaremos atentos, no entanto, ao tratar mos de organizações suspeitas, instaladas para buscar informações da Região Amazônica, de organismos de espionagem que ameçam o País.

Minhas congratulações!

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero esclarecer ao Plenário que estou aqui, conforme pauta distribuída previamente, destina-se à apresentação de um plano de trabalho, elaborado pela Relatora da Comissão, para que possamos organizar, criar, uma metodologia para nossos trabalhos. Portanto, antes de passar a palavra à Relatora, já que o Senador Gilvan Borges fez algumas considerações sobre os nossos trabalhos, que ro dizer que todos nós estamos imbuídos do propósito de fazer um trabalho sereno, justo, que tenha a maior isenção possível para que possamos, como bem falou o Senador Gilvan Borges, separar o joio do trigo. Creio que existem muitas ONGs sérias no Brasil que devem colaborar com esta CPI. Ao concluirmos que determinadas instituições prestam efetivamente um serviço importante à Nação, elas terão não só um atestado do passado por esta CPI, mas, principalmente, estarão dando ao País uma satisfação que as tirará da dúvida que hoje existe com a quantidade de denúncias a respeito de trabalhos de umas ou outras instituições.

Como falei, o objetivo desta nossa segunda reunião é a apresentação do plano de trabalho pela Relatora, Senadora Marluce Pinto, a quem, portanto, quero ter o prazer de passar a palavra, para apresentar o seu grande trabalho.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr. e Srs. Senadores, a primeira fase das sugestões que iremos apresentar é:

1º - encaminhamento de ofícios aos Ministérios e órgãos conexos, solicitando informações sobre organizações não governamentais, seus registros e convênios firmados com as mesmas, bem como seus campos de atuação e eventuais denúncias;

2º - encaminhamento de ofícios à Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais, Abong, aos governos estaduais e suas assembleias legislativas solicitando informações sobre essas instituições, registros, ações, denúncias etc;

3º - encaminhamento de ofícios ao Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, ao Poder Judiciário Federal e dos Estados sobre denúncias, processos e julgamentos de ONGs.

A segunda parte da nossa sugestão: que sejam realizadas audiências públicas para os devidos depoimentos. Convidar, por exemplo, para comparecer em audiências e responder naturalmente as nossas perguntas: primeiramente, o Presidente da Abong, que é a Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais; segundo, o Sr. Lourenço Carrasco, autor do Livro *Máfia Verde*; terceiro, ex-comandantes militares da Amazônia; quarto, General Alceir Pereira Lopes, o atual Comandante Militar da Amazônia; o General Gleuber Vieira, Comandante do Exército; o Sr. Ministro da Defesa, Dr. Quintão; o General Alberto Mendes Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; o Sr. Ministro da Justiça, o Sr. Presidente da Fundação Nacional do Índio, Funai; o Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Ibama; o Sr. Diretor-Geral da Polícia Federal; o ex-Presidente da Funai e outras autoridades e personalidades que V. Ex.ªs queiram incluir.

Temos aqui o segundo item, depois passarei, com muita honra, a palavra à Senadora Marina Silva.

Quero convidar para comparecer também à audiência os seguintes órgãos: Associação Amazônia, Coperindio, Sodur, Arecom, Alidcir; cir, iza, simi, uir e outras que, por ventura, V. Ex.ªs queiram incluir.

Está aberta a palavra, e retorno ao Sr. Presidente desta Comissão, para dar continuidade ao início de seus trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero, então, passar a palavra à Senadora Marina Silva, que foi a primeira inscrita.

A SRA. MARINA SILVA - Gostaria de concordar com parte do que ouvi aqui dos Srs. Senadores de que a investigação deva acontecer, em primeiro lugar, sem tipo de preconceito algum e, acima de tudo, com o objetivo de esclarecer a verdade, sem fazer generalizações injustas e investigar do aqueles que possam ter quaisquer atuações que sejam dignas de investigação. Creio que esse seja o propósito de toda e qualquer CPI. Infelizmente, outras ainda não foram

montadas, mas as que já passaram por esta Casa têm esse propósito.

A Relatora apresentou um calendário de atuação, e só suge ria que, como nós, pelo me nos eu, tivemos o conhecimento desse calendário ago ra, que pudéssemos ter um tempo para olhá-lo e apre sen tar sugestões. Quem não necessariamente tenhamos que, aqui e ago ra, fi car ti ran do do bol so do co le te su gesões, mas que pos sa mos ve ri fi car os que, por ven tu ra, tenham sugestões a apre sen tar aqui e em uma outra oportunidade. Não sei. Pelo menos esta é a minha necessidade, se os outros não as têm, mas que es te ja abe r to pa ra que se pos sa fa zer esse le van ta men to de su gesões aqui. Con cor do com as que já es tão in dicadas, só que ficasse esse espaço para que elas cobrem um gran de es pec tro já, não sei como é que, en fim, os de mais Cole gas pen sam. Mas a mi nha con tri bui ção é no sen ti do de que pos sa mos apre sen tar as sugestões referentes a esses cronograma de tra ba lho.

Chegaram aqui o Senador Roberto Saturnino e a Senadora Heloísa Helena e é interessante ouvir os demais Colegas. No mo men to é o que es tou sen tin do e, espe ro sin ce ra men te que pos sa mos es tar fa zen do um tra ba lho com o pro pó si to de es cla re cer a ver da de, tra ba lhan do sem ne nhum tipo de pre concei to e ge ne ralizações que, às ve zes, são mu i to pe ri go sos. Mas, em meu pon to de vis ta, em CPI al gu ma não se deve ter ne nhum tipo de medo, mas sim par tir de um prin cí pio de que as in ves ti ga ções têm que ser feitas. Muito em bo ra eu acho que o re que ri men to, da for ma como foi fe i to, já que está na cris ta da onda fa lar que o re que ri men to é ge né ri co de mais, é ab ran gen te de mais, eu o consi de ro que neste caso tam bém so fre deste pro ble ma. Mas isso não é im pe di men to já que o que se vai fa zer aqui é a in ves ti ga ção a res pe i to dos fa tos de ter mi na dos que vão sur tin do. Parece-me que a metodologia sur tirá ao lon go des ses de po i men tos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de passar a palavra ao próxi mo ora dor ins cri to, eu gos ta ria de re tor nar à Re la to ra que de se ja fa zer al guns es cla re ci men tos.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Mem bros da Co mis são, que ro me re fe rir prin ci pal men te à Senadora Marina Silva.

Realmente, nós apre sen ta mos ho je esse re que ri men to, e havíamos inclusive dialogado sobre ele, porque várias das au to ri da des aqui pre sen tes já en traram em con ta to com esta Co mis são que ren do vir a esta Co mis são.

qual quer nome que achem que pos sa ser sub sti tu í do, muito em bo ra aqui es tão re al men te pes so as que têm con ta tos, quan do não con ta tos di re tos, mas que têm tra ba lhos re ali za dos ou já fo ram pro cu ra dos por ONGs e que eles nos po derão pre star um tra ba lho mu i to bom.

Mas fica à dis po si ção de todos os Senadores acrescentar...

A SRA. MARINA SILVA – Exato, pelo menos não me parece haver divergência sobre os nomes que es tão in di ca dos. Se ria ape nas um es pa ço pa ra acrescentar...

A SRA. MARLUCE PINTO – Não, ló gi co. Este é o pon to ini ci al. Nós va mos ter 180 dias dis po ní ve is e es sas as so ci a ções, mu i tas aqui são de ín di os, de co mu ni da des in dí ge nas de vá ri as lo ca li da des, que já se pro nun ci a ram que ren do vir a esta Co mis são.

Então, com o desempenho desta Comissão cada um po derá apre sen tar os nomes de au to ri da des, as so ci a ções, ONGs para que pos sa mos fa zer uma aná li se. E aqui o que nós que re mos é exa ta men te pre sti gi ar as ONGs que, re al men te, têm res pon sa bi li da de, prin ci pal men te, pelas ca ma das mais po bres do nos so País e que es te jam pre san do um bom ser vi ço.

Como disse o Senador Gilvam Borges, as ONGs que pre san tam um bom ser vi ço irão ter não só a nos sa co la bo ra ção, como o nos so res pe i to e até uma co o pe ra ção ju sta desta Casa para que pos sam con ti nu ar fa zen do um tra ba lho mais in ten so. E aque las ONGs que, por ven tu ra, exis tam mas sem ter como com pro var qual é a sua fi nal i da de, en tão, pos te ri o ri men te todos jun tos de ci di re mos o que va mos fa zer com elas.

Re tor no a pa la vra ao no bre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero conceder a pa la vra ao pró xi mo ora dor ins cri to que é o Se na dor Gil vam Bor ges.

O SR. GILVAN BORGES – Sr. Pre si den te, a Se na do ra Marina Silva realmente tem toda a razão. Acho que nós precisamos ajustar, adequar, propor, ju sta men te para ter mos con di ções de atra vés das en ti da des, das or ga ni za ções, ob ter mos as in for ma ções per ti nen tes para que pos sa mos ma pe ar um bom tra ba lho. Por exem plo, aqui eu cre io que ire mos apre sen tar um re que ri men to, eu acho até que há um con sen so. As in sti tu i ções re li gi o sas são uma fon te mu i to gran de de in for ma ções.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Gilvam Borges, gos ta ria de fa zer uma obser

vação, tanto na segunda fase como na seguinte, a Relatora teve o cuidado de acrescentar outras autoridades e personalidades obviamente a critério dos membros da Comissão, assim como também, em baixo, quando listou as ONGs, citou algumas que já procuraram e o espaço para outras, justamente de acordo com a iniciativa das instituições ou mesmo a proposição dos Srs. Membros da Comissão.

O SR. GILVAN BORGES – Da sociedade civil organizada, obviamente tínhamos que ver, dentro das empresas, das grandes empresas, como foram suas ONGs e as instituições religiosas. Quanto às instituições do Estado, como os órgãos de segurança, o próprio Ministério da Defesa, depois o Exército, a Polícia Federal, todas as instituições estão aqui. Essas são as sugestões.

No entanto, teremos que ter acesso às informações das instituições que fazem parte da sociedade civil organizada. E as instituições religiosas têm informações importantíssimas e contribuições também. A própria Igreja Católica também tem um política estabelecida de captação de recursos federais na área social de Ministérios, as organizações evangélicas também. Então, acredito que, com essas informações, teremos condições de aperfeiçoar, ampliar, melhorar realmente o nosso relatório final, para termos um levantamento preciso, porque as informações estão dispersas e a intenção desta CPI é juntar todas essas informações para termos um levantamento preciso.

Em outra oportunidade, irei sugerir algumas instituições para que façam parte, para que possam trazer as suas informações a título de convite e solicitarei à Presidência que direcione bem os trabalhos, já que temos cento e oitenta dias.

O nosso próximo encontro já terá, na pauta, os Senadores trazendo as suas proposições para inclusão de algumas outras instituições. Portanto, agradeço a atenção de todos e as considerações da Senadora Marina Silva, que realmente foram pertinentes.

Encerro e acrescido que esse debate será muito bom e muito importante e vou me preparar para o próximo encontro.

Obrigado, Senadora Heloísa Helena. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SR^a. HELOÍSA HELENA – Tenho certeza de que esse encontro será extremamente produtivo, Senador Gilvam Borges. E, com certeza, V. Ex^a estará participando da CPI que será instalada para analisar

os crimes contra a administração pública, os índices os relevantes de corrupção no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, Senadora Marluce Pinto e Srs. Senadores, a Senadora Marina Silva já teve a oportunidade de fazer considerações extremamente relevantes sobre esse debate, com as quais nós, da Oposição, comungamos inteiramente. Eu gostaria, até porque houve a apresentação da lista de personalidades a serem convidadas, com o que concordamos, de discutir com a Mesa se faríamos por consenso a apresentação de outras três personalidades, como estamos trabalhando no consenso e não necessariamente com requerimentos. Por exemplo, a Dr^a. Ruth Cardoso e o Sr. Augusto Franco, do Comunidade Solidária, para que possam discutir conosco a atuação das ONGs na Amazônia; o Ministro José Serra, que poderá contribuir com a discussão em relação à atuação das ONGs de saúde na Amazônia, especialmente em relação a DST/Aids, e o Ministro José Sarney Filho, sobre a atuação das ONGs ambientalistas na Amazônia. Estou me referindo à Dr^a. Ruth Cardoso, ao Sr. Augusto Franco e ao Ministro José Serra.

Como foi uma apresentação de proposta, de roteiro, para que não tenhamos necessariamente que fazer cada um dos requerimentos, já que estamos trabalhando nessa fase preliminar como consenso, não necessariamente seria preciso votar requerimento um por um, se se pudessem ser feitos senão.

Também estamos encaminhando à Mesa, Sr. Presidente e SRA. Relatora, alguns requerimentos no sentido de que possam ser disponibilizados enquanto documentos; devem ser também analisados previamente pelos membros da CPI; deve haver informações sobre a legislação do terceiro setor, especialmente solicitar ao Programa Comunidade Solidária sobre as ONGs que fazem parte do seu cadastro; solicitação ao Conselho Nacional de Assistência Social do cadastro de instituições filantrópicas com destaque para as situadas na Amazônia; solicitação ao Ministério do Meio Ambiente do cadastro na ci o nal das entidades ambientalistas com destaque para as inscritas da Amazônia; solicitação ao Ministério da Saúde do cadastro das entidades sem fins lucrativos, ONGs e outras que trabalham no Programa DST/Aids e as que desenvolvem atividades com povos indígenas; solicitação ao Ministério da Reforma Agrária da listagem de entidades civis que desenvolvem projetos na Amazônia; solicitação ao Ministério do Trabalho das entidades sem fins lucrativos que desenvolvem trabalho com recursos do FAT na Amazônia; solicitação

ção ao Ministério da Educação de entidades das diversas áreas que desenvolvem trabalhos de educação ambiental e outros na Amazônia, no sentido de que essas informações, que serão oficiais, possam ser consolidadas enquanto documentos que devam ser analisados por todos nós.

Claro que sei que o Presidente e a Relatora comum com essa preocupação. Já seriam preocupações, tenham certeza, previamente levantadas pelo Presidente e pela Senadora Marluce Pinto, mas entendendo que é importante que isso seja solicitado oficialmente pela Presidência da Comissão, até para que seja disponibilizado para todos os Srs. Senadores.

Esses requerimentos todos são assinados pelo Senador Tião Viana, que é o nosso titular na Comissão; pelo Senador Sebastião Rocha, que é o suplente, pela Senadora Marina Silva, pelo Senador Roberto Saturnino e por mim.

O SR. GILVAN BORGES – Sr. Presidente, por uma questão de audiência, já que tenho que me retirar, eu gostaria de deixar registrado aqui o meu voto pela aprovação do plano de trabalho que ora é proposto pelos integrantes que compõem a direção dos trabalhos, que é V. Ex^a e a Senadora Marluce Pinto. Deixei registrado.

Peço desculpa aos colegas, mas, por uma questão de audiência nos ministérios, tenho que me retirar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Ficarei registrado, então, o voto de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também desejo manifestar o meu voto favorável a essas sugestões de roteiro de trabalho que foram oferecidas pela Relatora, Senadora Marluce Pinto, e com as sugestões também aqui apresentadas pela Senadora Heloísa Helena.

Tenho outra reunião. Estou sendo convocado a participar da outra reunião na Comissão de Educação. Está havendo audiências com vários professores. Infelizmente, acontecendo isto: concentram-se sempre reuniões nas terças, quartas e quintas-feiras e ficamos realmente impossibilitados de participarmos simultaneamente de várias reuniões.

Por tanto, que ro deixar aqui o meu voto favorável às sugestões da Relatora e também ao adendo da Senadora Heloísa Helena.

A SRA. MARINA SILVA – Só que ro sugerir que a Abong, em vez de figurar como as primeiras, entre nas audiências, juntamente com as entidades, por-

que se não ela entra numa fase que ainda não é típica, já que é a ONG das ONGs. Portanto, a minha sugestão é que ela pudesse ficar nessa parte aqui, onde temos as audiências com as entidades. Ela poderia até ser a primeira delas se rol de entidades, mas que se parramos aqui os momentos. Acho até que foi um engano. Ela figura no meio das personalidades e a gente poderia colocar junto com as entidades, ao invés de no meio das personalidades. Apenas uma sugestão de inversão, Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra a Relatora.

A SRA. MARLUCE PINTO – Senadora Marina e de mais colegas, aqui não está em ordem, para com vites, de ser primeiro, apenas as sugestões. E nós que vamos decidir, juntamente com todos os membros, qual será a primeira. Quando colocamos no final das personalidades “outras autoridades”, foi exatamente para deixar todos muito à vontade de incluir quaisquer que sejam as autoridades, como também, no final, tem outras, para que os membros desta Comissão, que têm os seus interesses, que sabem que há necessidade de serem convocados, mas aqui vocês não se baseiam pela sequência do documento.

A SRA. MARINA SILVA – Pen sei que já fos se um agrupamento.

A SRA. MARLUCE PINTO – Não, está aqui: sugestão de roteiro de trabalho. Então, é a sugestão do roteiro de trabalho. Depois é que o Presidente irá apresentar, de acordo com a solicitação dos membros, quais as autoridades que serão convidadas primeiro. Haveremos de convir que temos que também aceitar a agenda de cada um. Poderemos convidar uma entidade primeiro, ela não ter disponibilidade para aquele dia e termos que convidar outras. V. Ex^{as}, que já são acusados com CPI, sabem muito bem que isso acontece.

Volto a palavra ao Presidente da Comissão, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo Senador inscrito, Senador Saturnino Braga.

O SR. SATURNINO BRAGA – Sr. Presidente, queria cumprimentar a Senadora Marluce, Relatora, pela proposta, com a qual concordo, juntamente com as observações da Senadora Marina Silva e o requerimento apresentado pela Senadora Heloísa Helena, e que ria aproveitar para oferecer à Relatora esse estudo, que me foi entregue por amigos que tenho, ligados a esse instituto sócio-ambiental, que é uma entidade que trabalha com povos indígenas já há bastan-

te tem po, vejo que está aqui inclu í da en tre as en ti da-des que se rão convida das a prestar aqui in for ma ções e depoimentos. Desse trabalho monumental, realmente, tive todas as informações favoráveis como sendo algo de valor ines timável sobre os po vos in dí ge nas no Bra sil.

Foi-me pe di do que ofe re ces se à Re la to ra esse trabalho e eu o fa ço nes te mo men to, de po is de de cla rar a mi nha con cor dâ ncia com a pro pos ta da Se na do ra Marluce.

A SRA. MARLUCE PINTO – Se na dor Sa tur ni no, V. Exª até me honra com esse presente, porque vai facilitar de mais os nossos trabalhos. Muito obrigada e agra de ça a quem o re co men dou.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Con ce do a pa la vra ao pró xi mo Se na dor ins cri to, Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, SRA. Relatora, Srªs e Srs. Senadores, ape nas para entender, considerando que cheguei um pou co atra sa do, já com um pe di do de des cul pas: isso aqui é ain da apenas uma sugestão, não estamos decidindo nada, ain da? Não tem ne nhum re que ri men to co lo ca do ou já estamos decidindo a res pe i to do pla no, do conceito, mas sem ainda definir exatamente quem va mos cha mar ou não?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Definido isso, vamos expedir os convites, como falou a Relatora. Algumas personalidades ou entidades terão tempo para di zer quan do po derão com pa re cer e em ou tra re u ni ão de fi ni re mos o dia des sas au di ên cias.

O SR. MOREIRA MENDES – Na primeira fase, o item 1, o encaminhamento, já está de ci di do? Que ro fa zer uma su ges tão, de que fos se en ca mi nha do um ofí cio ao Ban co Cen tral do Bra sil, re qui si tan do da que le ban co in for ma ções sobre a entrada de aporte de capital estrange i ro des ti na do às ONGs instaladas no Bra sil - o vo lu me do di nhe i ro, a data de en tra da e qua is as ONGs be ne fi ci a das.

(Debates forado microfone. Inaudível.)

Esse é o mesmo espírito, nós estamos... Por isso per gun tei se es ta mos em pro ces so de vo ta ção, de es col ha, ou ape nas de su ges tão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A secretária me in for ma que, tan to o Re que ri men to da Senadora He lo í sa He le na quan to o de V. Exª têm que ser formalizados e colocados em vo ta ção.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Se houver um consenso em tor no dos re que ri men tos, cre io que não teria problema.

O SR. MOREIRA MENDES – Por isso eu per guntei antes, Sr. Presidente, se te re mos que for mu lá-los. Penso que deveríamos formular todos os re que ri men tos e sub me tê-los à apre cia ção numa pró xi ma re u ni ão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Acolho a sugestão do Senador Moreira Mendes no sentido de que os requerimentos sejam formulados para que pos sa mos vo tá-los na pró xi ma re u ni ão.

O SR. MOREIRA MENDES – To das as pro pos tas podem ser encaminhadas por intermédio de re que ri men tos es pe cí ficos.

No mais, desejo à Presidência, à Relatoria e a todos os membros da Comissão que tenhamos sucesso nessa nova empre ita da, que é mu ito im por tan te para o Bra sil.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, já que há o consenso, sugiro que todos nós o assine mos, independentemente de haver um primeiro ou um segundo re que ri men to. Existirá um úni co re que ri men to, com a apro va ção dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Per gun to se há al gum Se na dor que de se ja fa zer uso da pa la vra. (Pausa)

Não ha ven do mais quem peça a pa la vra, en cer ro a discus são.

Em vo ta ção.

As Srªs e os Srs. Senadores que estejam de acordo que iram per mane cer sen ta dos. (Pausa)

Aprovado o ro te i ro de tra ba lho da Co mis são.

Antes de encerrar, gostaria de reiterar a firme po si ção, que, cre io, seja a de to dos os Se na dores, se gun do manifestação da Presidência e da Relatoria, de que fa ça mos um tra ba lho com is en ção, com se re ni da de, pre o cu pa dos em pro du zir, ao fi nal, uma con clusão que possa efetivamente dar um atestado às ONGs que são sé ri as da que las que, por ven tu ra, pos sam estar cometendo ir re gulari da des.

Portanto, esse é o objetivo e o es pí ri to que nor te ia esta Co mis são, e não o do pre con ce i to ou o de algopre estabelecida.

Pergunto ao Relator se V. Exª gostaria de te cer algumas considerações. (Pausa)

Antes de encerrar a presente reunião, gostaria de deixar marcada a nossa próxima reunião para quarta-feira, nes se mes mo ho rá rio.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, já está mar ca da uma re u ni ão do Con sel ho de É ti ca para a próxima quarta-feira, às 10 horas. Inclusive a re u

nião da Comissão de Assuntos Sociais se reunirá hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Tendo em vista esse impedimento, nos reuniremos quarta-feira, dia 30.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, creio que haverá um coincidência de horários com a reunião da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nobre Senadora, V. Exª sabe o quanto é difícil encontrarmos horário nas terças, nas quartas e nas quintas-feiras.

Mas, de qualquer forma, fica convocada, para quarta-feira, dia 30, às 10 horas, a nossa próxima reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h4min.)

3ª Reunião realizada em 22 de maio de 2001

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de dois mil e um, às dezesseis horas e cinco e trinta minutos, na sala 03 da Ala Senador Alexandre Costa, reuniram-se os Senhores Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Gilberto Mestrinho, Nabor Júnior, Moreira Mendes, Bernardo Cabral, Antero Paes de Barros, Leomar Quintanilha, Tião Viana e Marina Silva, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONGs”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, declara abertos os trabalhos, consultando ao Plenário da dispensa de leitura da Ata da Reunião anterior e se poderia considerá-la aprovada, a Senadora Marina Silva solicita ao Presidente a leitura da referida Ata, e após a leitura da mesma, a Senadora Marina levanta uma questão de ordem, no sentido de que o Plano de Trabalho deliberado na reunião anterior não teria sido aprovado, uma vez que, a mesma apresentar requerimentos e sugestões complementares ao Plano de Trabalho. O Presidente esclarece a Senadora Marina Silva que, em base das Notas Taquigráficas da 2ª Reunião da CPI, a mesma registra que o Plano de Trabalho, em discussão, fora aprovado pelos membros da Comissão e, diante disso, a Mesa dos Trabalhos da Comissão acataria os requerimentos da Senadora e que os mesmos serão discutidos e votados em Reunião Administrativa com data a ser divulgada no final da presente Reunião. Em seguida, o Presidente solicita à Secretária e ao Senador Nabor Júnior que façam entrar ao recinto da CPI o depoente,

Sr. Lorenzo Carrasco, concedendo a palavra ao Sr. Lorenzo para sua explanação. Após, o Senhor Presidente, concede a palavra à Relatora da Comissão, para formular seus questionamentos ao depoente. O Presidente, concede a palavra ao Senador Bernardo Cabral que sugere ao depoente, encaminhar à Comissão, nomes de determinados Procuradores, citados em trechos do livro “Máfia Verde”, que o depoente é Coordenador, com prováveis condutas irregulares relacionadas às Organizações não-governamentais mencionadas no referido livro. De acordo com a lista de inscrição, fizeram uso da palavra, os Senhores Senadores Bernardo Cabral, Gilberto Mestrinho, Marina Silva, Tião Viana e Moreira Mendes. O Senhor Presidente, passa às mãos da Senhora Relatora os Requerimentos de autoria da Senadora Marina Silva, Moreira Mendes e Antero Paes de Barros. Após, a Senhora Relatora, dá ciência ao Plenário dos mesmos, lendo-os. A Presidência agradece a colaboração do depoente, convocando os presentes para as próximas reuniões agendadas para os dias 29 de maio, de caráter administrativo e dia 30 de maio do corrente ano, com a exposição do Gen. Alberto Mendes Cardoso – Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a presente reunião e, para constar, eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação, juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 22, de 2001, do Senado Federal, destinada a apurar, no prazo de 180 dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs.

Inda go ao plenário se é necessário a leitura da ata da reunião anterior, ou se podemos considerá-la aprovada. (Pausa.)

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, gostaria que fosse lida.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – “Ata da 2ª reunião, realizada em 9 de maio de 2001. Aos nove dias do mês de maio do ano de 2001, às 10h31min, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, reuniram-se os Senadores Mozarildo Cavalcanti, Marluce Pinto, Gilvam Borges, Marina Silva, Gilberto Mestrinho, Nabor Júnior, Moreira Mendes, Tião Viana

na, Jonas Pinheiro, Sebastião Rocha e Roberto Saturnino, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar, no prazo de 180 dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONGs. Havendo número regimental, o Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, declarou abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada, passando a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão, que apresenta plano de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito. Posto em discussão e votação, é o mesmo aprovado por unanimidade. Fizeram uso da palavra os Srs. Senadores Marina Silva, Heloísa Helena, Moreira Mendes, Gilvam Borges, Nabor Júnior e Roberto Saturnino. O Senador Roberto Saturnino entregou à Comissão publicação referente às ONGs, passando às mãos da SRA. Relatora, que agradece a contribuição à CPI. A Presidência convocou os presentes para a próxima reunião, que poderá ocorrer no próximo dia 23 do corrente, podendo também ser agendada para uma outra data. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a presente reunião, e, para constar, eu, Dulcília Ramos Calhau, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico, que faz parte integrante da presente ata.”

A SRA. MARINA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pois não.

A SRA. MARINA SILVA – Na que leu dia, aprovamos os itens que constavam. Lembro que tanto eu quanto a Senadora Heloísa Helena havíamos ficado de dar uma contribuição, e que a Relatora havia dito que os itens não estavam dispostos já em um cronograma de trabalho. Então, na ata, é como se já estivessem. Gostaria de verificar isso, porque, segundo o que foi aprovado naquele dia, hoje teríamos que apresentar o cronograma de trabalho, e, também, serem acrescidas as sugestões dos Srs. Senadores que, porventura, quisessem apresentá-las.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Vou ler parte das notas taquigráficas, para que V. Ex^a tome conhecimento.

A SRA. MARINA SILVA – Inclui-se, pedi cópia das notas taquigráficas para que eu possa ter... E já requeiro à assessoria todas as notas taquigráficas de todas as reuniões a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Vou ler a parte que está sendo discutida: “Sr. Presidente, vou acolher a sugestão do Senador Moreira Mendes no sentido de que os requerimentos sejam formulados para que possam ser votados na próxima sessão.”

A SRA. MARINA SILVA – Exato. E o cronograma de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Mais na frente, Senadora, na página SC-12, está o seguinte: “Sr. Presidente, uma sugestão rápida. O SR. PRESIDENTE - Pergunto se há algum Senador que se já fazer uso da palavra. Não havendo mais quem queira fazer uso, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estejam de acordo queiram permanecer sentados. Aprovado o roteiro de trabalho da Comissão.”

A SRA. MARINA SILVA – Não é verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Estão nas notas taquigráficas, Senadora.

A SRA. MARINA SILVA – Se está nas notas taquigráficas, então, as pessoas que as transcreveram têm que prestar atenção no que está sendo gravado e transcrever corretamente. Requeiro, então, à Senadora Marluce Pinto que venha em meu favor, com seus testemunhos, de que, na que leu dia, disse mos que iríamos aprovar, hoje, dia 24, um calendário de trabalho. Não estou aqui querendo sofrer mais do que foi dito e poderia evocar o testemunho dos demais Srs. Senadores que estavam na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – V. Ex^a está fazendo uma acusação de que as notas taquigráficas foram alteradas?

A SRA. MARINA SILVA – Não estou acusando. Apenas estou dizendo que, na que leu dia, quando levantei a questão de ordem — e V. Ex^a não contradi tou —, eu disse: estamos aprovando o que está aqui, o quanto indicação dos nomes, todos eles, as entidades, todas elas, e foi dito pela Senadora Marluce Pinto, com a qual eu concordei, de que ali não tínhamos uma ordem já estabelecida; nós iríamos apresentar hoje um cronograma de trabalho. Eu evoco a SRA. Senadora Marluce Pinto para que me diga se isso não foi dito.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Quero prestar um esclarecimento e, inclusive, espero que a senhora leia as notas taquigráficas. A senhora apresentou essa ideia, depois voltamos a discutir, foi formulado um requerimento pela Senadora Heloísa Helena e pelo Senador Moreira Mendes, e, depois,

obedecendo à instrução Secretária da Mesa, colocamos em votação o roteiro, que foi aprovado. Acolhemos, inclusive, a sugestão de V. Ex^a no sentido de não ou vir, na que la ordem, quem estava em primeiro lugar, que era o Presidente da Associação Brasileira das Organizações Não-Governamentais. Acolhemos a sugestão de V. Ex^a, embora tenhamos até feito uma convocação que a Senadora Relatora ponderou, desmarcamos a reunião e, portanto, marcamos essa nova reunião com a aprovação, de acordo com o que está aqui, nas notas taquigráficas. Então, não vejo qual o problema, Senadora, até porque V. Ex^a apresentou um requerimento, que está na mesa, sugerindo outras instituições e outras personalidades para serem ouvidas, que portanto vai ser objeto de apreciação na sessão administrativa que vou convocar. Todos os requerimentos...

A SRA. MARINA SILVA – Mas isso já pode ser aprovado hoje, Sr. Presidente, ao final ou ao início.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Não, não necessariamente, Senadora. Vamos discutir esse assunto. Primeiro, não há **quorum**. Se houver **quorum**, eu poderia até colocá-lo ao final.

A SRA. MARINA SILVA – Se não há **quorum**, tam bém não há...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Para ouvir o depoimento, sim; para deliberar, não, Senadora.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, não quero aqui criar uma polêmica com V. Ex^a; eu só quero que façamos as coisas dentro da ordem. O que estou propondo é que façamos de acordo com o que havia sido estabelecido na reunião anterior. O que foi estabelecido na reunião anterior? Estabelecemos que todos aqueles itens estavam aprovados, que poderiam vir mais sugestões dos Srs. Senadores, até esta reunião de hoje, que iríamos apresentar um cronograma de trabalho e que, inclusive, poderíamos dar sugestões para esse cronograma de trabalho. E eu tenho propostas para esse cronograma de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Que estão aqui e que vão ser apreciadas. No cronograma de trabalho, se V. Ex^a se recordar – e está com ele aí –, está lá em baixo: "...outras instituições, outras personalidades."

A SRA. MARINA SILVA – Mas, Sr. Presidente, existe uma metodologia, porque, na forma como está colocado aqui, na proposta da Senadora Marluce Pinto, e tanto é que compreendemos, porque ela própria disse: "Isso aqui não significa uma ordem já estabelecida. A gente vai montar uma metodologia". Então, te-

mos que montar uma metodologia, porque, senão, vamos fazer aqui um "samba do crioulo do i do": uma hora são organizações não-governamentais, outra hora é Governo, outra hora são pesquisadores. Entende o que estou dizendo? Estou querendo apenas colaborar com V. Ex^a, e resgatarmos aqui o que foi estabelecido na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Resgatarmos, não.

A SRA. MARINA SILVA – Exatamente, resgatar o que foi estabelecido. Por que vou ter o trabalho, depois, de ler com calma todas as minhas falas aqui, porque, se não constar a sugestão que dei, aí vou ter que realmente pedir as gravações da fita. Não é justo: eu e a Senadora Heloísa Helena fizemos uma contribuição que não foi contradição.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Que vai ser apreciada. Está sob a forma de requerimento, e vai ser apreciada.

Então, que roldar o seguinte: já que estamos com o convívio aqui presente e já temos um número razoável de Senadores, quero deixar essa questão de ordem da Senadora para o final, e vamos ouvir o depoente.

Quero, antes disso, colocar em votação a ata.

A SRA. MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. MARLUCE PINTO – Já que vamos ouvir o convívio, até aguardo, mas eu gostaria de me pronunciar sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Ao final.

A SRA. MARLUCE PINTO – No final, após ouvirmos o convívio. Então, vou explicar, porque realmente acho que houve aí um certo engano com relação a isso. Mas, para que eu possa dar uma explicação melhor da maneira como foi o sucedido, prefiro após a saída de todos o convívio. Espero que a Senadora Marina Silva combine com a nossa iniciativa, e eu explicarei realmente o que se sucedeu.

A SRA. MARINA SILVA – Eu concordo com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Solicito à secretária convidar o Senador Gilberto Mestrinho e o Senador Nabor Júnior para acompanharem o convívio, para que possa...

(Pausa.)

Quero, antes de passar a palavra ao convidado, Dr. Lorenzo Carrasco, fazer uma leitura breve antes, afirmando que o Dr. Lorenzo já preencheu as formalidades legais e assinou o termo de compromisso.

Vou ler os tópicos principais do seu currículo:

Dr. Lorenzo Carrasco Bazua, nascido em 16 de maio de 1950, no México.

De 1969 a 1972, fez estudos universitários de arquitetura na Universidade Nacional Autônoma do México;

De 1974 a 1978, atual como jornalista correspondente da revista *Executive Intelligence Review*, realizando trabalhos sobre assuntos econômicos, políticos e estratégicos do México;

De 1978 a 1984, atuou como correspondente da EIR no México – estudo sobre o modelo econômico LaRouche/Riemann;

De 1982 em diante, foi fundador e diretor da revista *Fusión Nuclear*, conferencista em mais de 40 países sobre assuntos econômicos, políticos e estratégicos de México, Colômbia, Bolívia, Argentina e Brasil;

De 1987 em diante, foi articulista e colaborador do *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro;

Foi autor e co-autor de artigos sobre os seguintes assuntos:

Integração econômica iberoamericana; crise econômica e financeira mundial; economia, política, diplomacia brasileira, as forças armadas iberoamericanas, ciência e tecnologia;

Foi conferencista no seminário “As missões de guerra no Golfo Persa”, realizado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Vou dispensar o restante da leitura, já que todos os Srs. Senadores receberam uma cópia do currículo do Dr. Lorenzo.

Passo a palavra ao nosso convidado, Dr. Lorenzo.

O SR. BERNARDO CABRAL - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, pela ordem.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, há algum tempo, tive o prazer de receber em meu gabinete o professor Lorenzo Carrasco. Como esse sobre nome é espanhol, Bazua é o nome materno.

Ele me veio recomendar do por um ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil que tinha sido

meu Secretário-Geral, Dr. Herman Assis Baeta. E conversamos muito.

Há um trabalho pelo qual o Professor Lorenzo Carrasco é ciata do a todo instante, que é “Máfia Verde”.

Estou fazendo essa surpresa, porque ele talvez nem soubesse que estaria com o livro aqui. Ele é o autor deste livro, que, por várias e de terminadas razões, teve que, por algum tempo, circular só entre as pessoas que estavam preocupadas com as organizações não-governamentais. Devo dizer a V. Exª que, quando terminei a leitura, fiquei stupefato.

O Professor Lorenzo Carrasco conseguiu abordar, desde o ambientalismo até como os britânicos criaram as ONGs.

Queria dizer a S. Exª que a primeira vez que vi essa criação de ONGs pelos britânicos foi pelo Senador Gilberto Mestriño, que se dedica também a essa matéria.

Este livro, Sr. Presidente, deveria V. Exª providenciar, por intermédio da Mesa, para que fosse distribuído entre todos os componentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ele traz de núncias sérias, mas não é um trabalho pirético; é um trabalho que se deve recomendar.

Gostaria de fazer esse registro, Sr. Lorenzo Carrasco, e cumprimentá-lo de público, na hora em que o senhor vai prestar um depoimento muito importante não apenas a esta Comissão, mas à Nação.

O SR. LORENZO CARRASCO – Obrigado. Primeiro, quero agradecer esta oportunidade de poder estar diante dos senhores. Creio que o País – e o mundo, em geral, dentro do qual está inscrito o Brasil – vive um momento dramático de redefinição de poder. Basicamente, estamos vivendo neste momento uma situação de crise financeira, de tentativas evidentes – por exemplo, do governo do Presidente Bush – de iniciar conflitos bélicos. Ante a emergência de um colapso financeiro, se nos apresenta um quadro muito grave. Estamos em um momento de redefinição da estrutura econômica e de poder basicamente no mundo inteiro.

O Brasil – e recentemente o ex-presidente Raul Alfonsín mencionou – será uma potência definitivamente, no novo cenário que está surgindo. E será uma potência agroindustrial, assim como a Ásia, nos próximos 25 anos, terá um bilhão de pessoas a mais para alimentar. Por exemplo, esta semana, o governo russo anunciou que vai incorporar-se à idéia de construir uma ponte terrestre que vai unir o continente euro-asiático em um grande projeto de desenvolvimento.

to. Isso vai projetar a população euro-asiática de 3,5 bilhões a 4,5 bilhões de pessoas em 25 anos.

Os senhores sabem que, tanto na vida das pessoas como na vida das nações, não se planeja nada em seis anos; planeja-se em termos de uma geração. Se uma nação tem uma missão, essa missão tem que ser estabelecida em termos de um período de pelo menos 25 anos. Se observarmos, no mapa do mundo, as áreas que são disponíveis para a produção de alimentos, de proteína animal, encontramos imediatamente que a América do Sul será a área vocacionada para produzir alimentos para o mundo inteiro.

Evidentemente, eu não diria que o desenvolvimento euro-asiático vai atrair necessariamente uma grande demanda alimentícia sobre a área que tem potencial de expansão. Os senhores sabem que o Brasil, por ser uma área de expansão agrícola, uma fronteira agrícola equivalente a toda a área plantada de milho, trigo e soja pelos Estados Unidos, é uma grande área de expansão nos próximos 25 anos.

Esse é o cenário no qual temos que analisar as ações deletérias de certas organizações não-governamentais. E nisto quero ser muito rigoroso, porque se trata de confundir o conceito de organização não-governamental com esses conceitos que estiveram existindo há muito tempo. As igrejas são organizações não-governamentais. Toda aquela instituição que não é governo é instituição não-governamental. Então, não façamos confusão. A organização não-governamental surgiu da fundação da Commonwealth, no momento em que o império britânico passava a se reestruturar dentro da nova estrutura da comunidade das nações – Commonwealth – britânicas. Aí nasceu o conceito: uma ação como uma maneira de substituir o princípio de soberania nacional explicitamente. O livro – e que rofa aqui uma consciência – foi elaborado por uma equipe da revista *Executive Intelligence Review*, que fez análises durante muitos anos.

Quando falamos em organizações não-governamentais, não estamos nos referindo especificamente a isso, porque não se trata de misturar as santas casas de misericórdia ou as igrejas; trata-se, definitivamente, de observar o princípio novo de haver criado, sob a estrutura da fundação Commonwealth, o conceito de organização não-governamental.

Que ro começa por uma peça na estrutura de trabalho que preparei e que colocarei à disposição desta Comissão. Por ser mais sistêmico, que rolar a introdução que fiz para este documento.

Para mim, é uma honra colaborar com os trabalhos desta Comissão, para ajudar no entendimento de um assunto de extrema relevância para a soberania e integridade territorial da Nação brasileira. Há quase 10 anos, em agosto de 1991, também na condição de correspondente da revista *Executive Intelligence Review* (EIR), tive a oportunidade de prestar colaboração idêntica a outra CPI, na Câmara dos Deputados, que investigava as ameaças de internacionalização da Amazônia brasileira. Na ocasião, pude alertar sobre os planos estratégicos de certos setores do establishment oligárquico internacional, especialmente o seu elemento anglo-americano, para instrumentalizar o movimento ambientalista-indigenista, com o intuito de impor um sistema de soberania limitada sobre certos países ricos em recursos naturais, em particular o Brasil. Isto se deu durante o governo de George Bush nos Estados Unidos, que ficou assinalado no cenário internacional pelo advento da chamada “Nova Ordem Mundial”, assim batizada por ele e erigida sobre os escombros dos bombardeios contra o Iraque durante a Guerra do Golfo, tema que, a propósito, tive a oportunidade de debater pouco antes, como conferencista, num seminário na Escola do Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME), no Rio de Janeiro.

Hoje, o que temos diante de nós é a implementação plena da estratégia de nunciada há 10 anos, em meio a um cenário global muito mais grave, caracterizado, de um lado, pela fase final da desintegração do sistema financeiro internacional, do outro, pela tentativa do governo George W. Bush, filho do anterior, de manter tal sistema financeiro como recurso da força bruta e das ameaças de conflitos militares. Um exemplo maldisfarçado das ameaças são as truculentas pressões para que o Brasil se subordine à chamada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na qual a soberania do país ficaria efetivamente limitada.

No Brasil, o interesse da EIR pelas questões ambientais iniciou-se durante o ano de 1988, quando o País passou a ser alvo de uma intensa campanha internacional que o apontava como um autêntico “vilão ambiental número um” do planeta, com ênfase nas denúncias sobre as queimadas na Amazônia, que se tornaram até mesmo tema de desenhos animados e histórias em quadrinhos nos Estados Unidos. Essa campanha se intensificou no final da aquele ano, após o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, cuja repercussão mundial, orquestrada por uma rede internacional de organizações não-gover-

-namentais ambientalistas, começou a revelar o nível de articulações envolvido na campanha e nos motivou a empregar-nos numa investigação aprofundada do assunto.

As investigações revelaram um esquema extremamente sofisticado, diretamente ligado aos mais altos círculos decisórios do establishment oligárquico internacional, centrado em torno da liderança das famílias reais do Reino Unido e da Holanda, os quais exerciam controle direto, tanto político como financeiro, sobre a vasta rede de ONGs importantes do movimento ambientalista-indigenista. Esses resultados foram divulgados numa série de artigos, que foram publicados tanto na EIR como em jornais brasileiros, como a extinta Última Hora e o Jornal do Comércio, ambos do Rio de Janeiro. Em junho de 1991, a EIR publicou, em português, um relatório especial, "O Brasil e os bastidores do 'ecologismo' internacional, que sintetizava o conhecimento que então tínhamos do problema.

Desafortunadamente, as negociações em torno da Conferência Rio-92, que se realizaria no Rio de Janeiro em junho de 1992, fizeram com que o Governo da época cedesse às exigências externas do aparato ambientalista-indigenista, fazendo concessões como a delimitação da gigantesca e despropositada reserva indígena Yanomami, na fronteira Brasil-Venezuela, evento que simbolizou a influência da quele aparato na definição das políticas públicas no País.

A partir de 1994, quando iniciamos a publicação do boletim semanal "EIR – Alerta Científico e Ambiental", passamos a expor continuamente as insidias ações do aparato ambientalista-indigenista contra as iniciativas brasileiras de tecnologia avançada, como o programa nuclear, e os grandes projetos de infraestrutura, especialmente nas áreas energética e de transporte hidroviário. Particularmente, a oposição aos projetos hidroviários nas regiões Centro-Oeste e amazônica se deve a motivações geopolíticas externas, com o intuito de obstaculizar o surgimento, na América do Sul, de um viçoso centro de produção de alimentos e desenvolvimento industrial capaz de tornar-se, em pouco tempo, um "celeiro do mundo", como afirmou o grande cientista Norman Borlaug, o grande "Pai da Revolução Verde".

Neste particular, em abril de 1997, publicamos o relatório especial "A Grande Hidrovia", no qual expusemos as ações da oligarquia anglo-americana e sua rede de ONGs para bloquear a potencial interligação das bacias hidrográficas do Amazonas, Orinoco e Prata, perspectiva que já havia sido antecipada no fi-

nal do Século XVIII pelo Capitão-General Luiz Albuquerque de Melo e Cáceres, Governador da Província de Mato Grosso e, depois, pelo famoso cientista Alexander von Humboldt.

Igualmente, em numerosos artigos, palestras e debates públicos, temos denunciado o caráter pseudocientífico da grande maioria dos argumentos que têm sido manipulados para sustentar o movimento ambientalista, como a apresentação distorcida de certos fenômenos atmosféricos, como o "buraco" na camada de ozônio, o aquecimento global, etc., juntando-nos aos verdadeiros cientistas que não se deixam levar pelos sofismas da "correção política" e não se afastam do objetivo último da ciência, que é a busca permanente da verdade e da colocação do conhecimento a serviço da felicidade humana.

Esse esforço resultou, recentemente, no lançamento do livro "Máfia Verde: o ambientalismo a serviço do 'Governo Mundial'", que uma feliz coincidência fez com que surgisse quase simultaneamente com esta Comissão de Inquérito. No livro, que colocamos à disposição da Comissão, está rigorosamente relatada uma série de fatos cujo entendimento será de grande relevância para o assunto em pauta.

Quer dizer que tenho livros para os Senadores membros da Comissão, que entregarei no final do depoimento.

Em verdade, a nossa experiência na luta contra a utopia ambientalista, que não passa de um requentamento das teses malthusianas da oligarquia anglo-americana, vem de longa data. De fato, há mais de trinta anos, o fundador da EIR, o economista estadunidense Lyndon LaRouche, criou o seu movimento político e fundou pouco depois a revista, como uma "força-tarefa" para combater mundialmente o projeto das oligarquias para submergir o mundo numa nova idade de trevas, principalmente com o desmonte do sistema financeiro do pós-guerra e a reemergência da utopia de "governo mundial", baseada nas velhas propostas de ideólogos do renascimento do Império Britânico, como H. G. Wells e Bertrand Russell, e de teóricos geopolíticos como Halford Mackinder e outros.

Maistarde, LaRouche e seu movimento combateram as premissas expostas na Conferência Mundial de População, realizada em Bucareste, Romênia, em 1974, planejada pela oligarquia internacional como uma grande plataforma de promoção do malthusianismo em escala global. No mesmo período, que estava impregnado pelas falaciosas teses dos "limites ao crescimento", propagandeada por órgãos

como o Clube de Roma, se apressaram em denunciar o verda-deiro caráter e as intenções do nascente movimento ambientalista.

Nesta empreitada, tais esforços se deram em paralelo com a vigorosa oposição que a diplomacia brasileira fazia, então, a semelhante agenda hegemônica, capitaneada por figuras do porte de Araújo Castro, Miguel Ozório de Almeida, Josué de Castro e outros. Corretamente, estes luminares insistiam em que a maior parte dos problemas ambientais decorria da falta de desenvolvimento, e que as iniciativas de impor restrições ambientais aos países subdesenvolvidos ocultavam a intenção de “congelar” o poder mundial.

Naquela época, havia entendimento generalizado entre os setores mais esclarecidos das elites políticas sobre as reais intenções do esquema ambientalista-indigenista, que se expandia por todo o mundo. Um exemplo disso foi a contundente exposição feita no Congresso brasileiro, em 12 de fevereiro de 1968, pelo então Líder do MDB, o hoje ilustre Senador Bernardo Cabral, quando denunciou o caráter maltusiano de iniciativas como o projeto dos “Grandes Lagos Amazônicos”, do Instituto Hudson dos Estados Unidos, e a esterilização de mulheres amazônicas. Por que esterilizar mulheres em uma área que está absolutamente despovoada? Aí se vê claramente essa natureza maltusiana contra o desenvolvimento, contra o exercício da soberania do Brasil sobre a área. Isto mostrava claramente.

Efetivamente, toda esta ofensiva tem que ser vista no contexto de toda esta visão maltusiana.

Um exemplo mais relevante desse processo foi a África, onde a “proteção da vida selvagem” constituiu o pretexto ideal para assegurar a preservação dos interesses coloniais do Império Britânico, em seu disfarce de Comunidade Britânica de Nações (Commonwealth), após o surto de independência das nações do continente, na década de 1960. A organização-chave desse processo foi o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (World Wildlife Fund – WWF), criada em 1961 por um grupo de oligarcas europeus, encabeçados pelos Príncipe Philip, da Inglaterra, e Bernhard, da Holanda, este último um notório militante do Partido Nazista antes da II Guerra Mundial. Ainda hoje, ambos ocupam lugares de destaque na hierarquia da WWF, o primeiro, como seu presidente emérito, e o segundo, como a cabeça da chamada “Clube 1001”, encarregado de atrair o apoio financeiro da nata oligarquia internacional para as operações da organização.

Sobre o WWF e suas realizações, colocarei à disposição da Comissão um relato publicado no jornal ambientalista holandês *De Groene Amsterdammer*, que descreve uma investigação das atividades da WWF na África do Sul, onde, pelo então Presidente sul-africano, Nelson Mandela, o qual acompanha como anexo o texto deste depoimento.

Essa militância dos fundadores do WWF não é casual, uma vez que o movimento ambientalista não passa de uma metamorfose do movimento de melhoria racial, a eugenia, abertamente promovido pelos altos círculos da oligarquia anglo-americana antes da II Guerra Mundial. No pós-guerra, como o descrédito das teses eugênicas, provocado pelas atrocidades nazistas cometidas em nome delas, os estrategistas oligárquicos passaram a direcionar seus esforços e recursos financeiros na conversão do aparato eugênico no movimento de controle da população e defesa do meio ambiente.

Nesse processo, foi crucial a criação de uma União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), em 1948, que pode ser considerada uma “irmã mais velha” do WWF, já que ambas tiveram praticamente os mesmos mentores e criadores. Hoje, eles formam o que pode ser considerado o “Estado-Maior” do movimento ambientalista internacional, do qual emanam as diretrizes que determinam as linhas de atuação das principais ONGs que constituem as “tropas de choque” do movimento, como o Greenpeace, Amigos da Terra, Conservation International, Environmental Defense Fund, etc.

O WWF não é uma mera organização de dilettantes, como se percebe pela composição de sua diretoria, que reúne não apenas membros da aristocracia europeia e anglo-americana, como também altos executivos de algumas das principais companhias transnacionais de energia, alimentos, matérias-primas, industriais e de comunicações. De particular interesse para o Brasil, por exemplo, é o fato de que o fundador e presidente da empresa de energia AES, Roger W. Sant, também é presidente afiliado da WWF nos Estados Unidos.

Outros dois diretores da empresa, Robert H. Waterman Jr. e Hazel O’Leary, também são diretores locais do WWF, sendo que esta última foi Secretária de Energia do Governo dos Estados Unidos.

A AES, importante parceira do mercado, como se sabe, está atuando ativamente para controlar uma importante parcela do mercado brasileiro de energia, esperando tirar proveito de uma escassez em boa medida provocada por seus pares ambientalistas

tas-indigenistas, juntamente com empresas como Brasilcan, Enron e outras.

Como se percebe, o ambientalismo e o **big business** andam intimamente entrelaçados.

Cabe ressaltar que as principais fontes de financiamento das ONGs do aparato ambientalista e indigenista são doações das grandes empresas multinacionais e fundações das famílias oligárquicas do Hemisfério Norte (Ford, Rockefeller, MacArthur, W. Alton Jones, etc.), além de órgãos de financiamento oficiais ou semi-oficiais das principais potências do Grupo dos Sete (G-7). Entre esses últimos, destacam-se o USAID, o DFID (Inglaterra), a CIDA (Canadá) e outros. Assim sendo, não surpreende que a “agência” do aparato ambientalista-indigenista seja ditada por tais centros de poder hegemônico, e não pelos reais interesses da Nação brasileira. Esse fato é reconhecido até mesmo por dirigentes do Movimento Ambientalista Brasileiro, como o ex-Presidente do Ibama, Eduardo Martins, que também foi diretor do WWF no Brasil.

Em uma entrevista publicada pela revista **Veja** em 2 de julho de 1998, ele admitiu:

“Cerca de 85% dos recursos que mantêm as ONGs no Brasil vêm do exterior. Com o dinheiro, vem também a pauta de prioridades definida para cada país. Isso gera problemas. A discussão ambiental patrocinada pelas ONGs acabava virando um modismo, que já teve simboles como o mi-co-leão, o elefante e agora o mogno. Imagine-se amanhã um grupo de ambientalistas europeus se reúne e decide que as ONGs devem dar apoio ao movimento dos sem-terras, por que eles são o novo símbolo da luta pela preservação. No dia seguinte, esquecem-se das flores e não se fala mais nisso.”

A mesma revista, numa reportagem publicada em 9 de fevereiro de 1994, confirmava a grande dependência externa das ONGs brasileiras, assinalando que 80% dos US\$700 milhões movimentados anualmente por elas, na ocasião, proviham-se do exterior. Evidentemente, em boa razão haja números conclusivos, até mesmo devido à dificuldade de se rastrear esses fluxos de dinheiro, podemos considerar que tal volume de recursos tenha-se multiplicado na mesma proporção em que tem aumentado o afã dos patrocinadores do movimento ambientalista-indigenista em esterilizar os esforços do desenvolvimento do país.

Essa dependência de recursos externos tem contaminado até mesmo órgãos oficiais, como o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Segundo informes do Instituto de Estudos Só-

cio-Econômicos (INESC), ONG de Brasília vinculada ao aparato ambientalista internacional e especializada em relações com o Congresso, 51% do orçamento do Ministério para este ano são provenientes de “doações” internacionais, cerca de R\$520 milhões. Talvez não seja mera coincidência que aproximadamente a mesma quantidade seja destinada ao orçamento-tária do Ministério à rubrica “outros serviços, de terceiros ou a pessoas jurídicas”.

Assim sendo, não surpreende a presteza do Ministério em contratar os serviços de inúmeras ONGs para elaborar estudos e avaliações que, via de regra, concluem pela “inviabilidade ambiental” de várias obras de infraestrutura no País. Se isso se confirmar, não seria demais afirmar que o Ministério está-se transformando num mero conduto oficial de verbas “doadas” do exterior para ONGs vinculadas ao aparato ambientalista internacional.

Não admira, pois, o crescente fundamentalismo com que tais órgãos passaram a encerrar suas atribuições, passando a funcionar, na prática, como um obstáculo oficial a qualquer empreendimento que busque abrir novas áreas de desenvolvimento.

Portanto, o levantamento e o registro dos fundos maneja dos pelas ONGs e até mesmo por certos órgãos oficiais é fundamental para o enquadramento institucional das atividades das entidades envolvidas com o meio ambiente, para que sejam contornadas as distorções que as têm caracterizado.

Essa é a introdução que preparei. A seguir, listo três ou quatro problemas que têm que ser, segundo meu ponto de vista, abordados. Primeiro, a característica geopolítica desses empreendimentos, dessas organizações não-governamentais. Eu tive a oportunidade de participar, como convocado, da CPI das Terras, em Roraima, no final do ano de 1999. Lá se estava analisando o caso da Associação Amazônia, uma ONG que vinha sofrendo acusações claras de grilagem de terras na fronteira de Roraima com o Estado do Amazonas. Fazia isso ilegalmente porque estava registrando as terras nos cartórios de Manaus, e não em Boa Vista. A investigações sobre essa organização não governamental, primeiro, nos levou a ver exatamente as famílias oligárquicas européias: um nobre italiano prestei de isso, e o membro que dirigia a organização... - tudo isso está de talha do no livro, no próprio depoimento, e, no entanto, para não me alongar nesta leitura, vou sintetizar o problema. Esses funcionários dessa organização não-governamental, quando vieram a presença do Estado de Roraima, pediram ajuda a uma organização vinculada à UICN,

União Internacional para Preservação da Natureza, que eu já mencionei no momento do pronunciamento, a ONG mais importante junto com o W.W.F., na Holanda, para pressionar o Governo brasileiro e o Governo do Estado de Roraima para de ter a investigação parlamentar. Isso nós pegamos na Internet, vimos quem era essa organização, e disso resulta que a organização que estava por trás era uma iniciativa europeia de defesa, supostamente, da Amazônia, ligada à UICN, holandesa. Qual era a cobertura dessa operação, que alguns chamam de "Escudo da Guiana"? Mas o Escudo da Guiana é a zona geológica que abarca o Estado de Roraima, mas não somente o Estado de Roraima; é, coincidentemente, a velha pretensão colonial sobre a chamada Ilha da Guiana, que se forma pelo Rio Orinoco, o canal de Cassiquiare, o rio Negro e sai pelo rio Amazonas, formando virtualmente uma ilha, que foi pretendida colonialmente, como os senhores sabem, a partir dos séculos XVI e XVII. As Guianas são a presença colonial, exatamente na tentativa de tomar a Ilha da Guiana como um elemento estratégico, em termos de todo o jogo colonial. Teríamos uma nova África. Basicamente era isso o que se pretendia. Essa ilha, onde a presença Yanomami está totalmente inscrita, permitiu-nos ver exatamente que havia uma pretensão de neutralizar qualquer esforço de desenvolvimento dentro dessa região. O Estado de Roraima, segundo me contaram alguns parlamentares, tem mais de 70% de sua área totalmente esterilizada, seja por via de reservas naturais, seja por via de reservas indígenas, seja por via de outras reservas. Isso é uma questão de liberdade. Parar o desenvolvimento em Roraima é um crime contra o País. Por quê? Porque é uma província mineral, onde há terras, cerrado e uma capacidade de produtividade muito importante, por exemplo, na produção de arroz e de outros cereais, que será importante, inclusive, para abastecer o mercado venezuelano. A possibilidade de desenvolvimento e de dignidade para a população da região de corredata possibilidade de desenvolvimento. Eu me remeto certamente à visão que a diplomacia brasileira expressou nos fóruns internacionais na década de 60. Com esse congelamento do desenvolvimento brasileiro, o que se trata é de congelar exatamente a estrutura do poder oligárquico: "não que reamos que o Brasil comece a perturbar as relações de poder internacional". Não há outra explicação. O Brasil é um país absolutamente despovoado e é um país estrategicamente alvo de campanhas de controle populacional. Isso é inconcebível. É certo que há aí uma intenção de controle de recursos naturais. A esterilização de mulheres, que vinha dos

documentos que foram secretos na gestão do Secretário de Estado Henry Kissinger (Nationality Security Study Memorandum nº 200, de 1974), ou seja, secretos durante 20 anos, foram dados a conhecer. Lá estava estipulado claramente que, no Brasil, juntamente com outras 13 nações do chamado Terceiro Mundo, teria que ser controlada a população, porque afetava o abastecimento de recursos estratégicos minerais para as potências, ou seja, os Estados Unidos e os aliados dos Estados Unidos (leia-se Inglaterra, porque estão nessa aliança). Esse é o primeiro caso, que tenho hoje totalmente do conhecimento. Inclusive no livro, tivemos o cuidado de tirar todo o conteúdo apócrifo, que não tivesse identificação. E fomos claros nisso. Não estamos buscando nenhum interesse político. Queremos buscar a verdade e a justiça. É o que nos motivava e a mim, pessoalmente. O segundo caso é o ataque das organizações não-governamentais às obras de infra-estrutura. Vejam os senhores que a possibilidade de desenvolver o cerrado, desenvolver os campos deste país e gerar emprego rapidamente, em um momento de crise, evidentemente, é na agropecuária. Isso não existe. Isso é ciência econômica. Não há forma de levar o nível de vida se rapidamente não houver emprego e produção de alimentos. Isso se faz com infra-estrutura para o processo agropecuário.

O que se quer ter? A hidrovía Araguaia-Tocantins, que vinha lá o território norte do Amazonas ao sul do País, através de uma via de integração que vai junto com uma série de linhas de transmissão de energia, etc. Não pode haver integração, não pode haver desenvolvimento Amazônico, do ponto de vista de desenvolvimento nacional, fora os aspectos estratégicos-militares, se não há desenvolvimento do cerrado. Não há forma, militarmente, podemos dizer assim, vendo assim, economicamente, de ter uma linha de abastecimento e de desenvolvimento econômico, como foi exatamente a idéia dos lagos amazônicos, do Instituto Hudson. Quer dizer, separar o território norte, exatamente a Ilha da Guiana, do sul desenvolvido. Isso está claro em todas as tentativas de internacionalização da Amazônia. São ações financeiras de fora. Toda a operação que está havendo contra as hidrovias, as intervenções que estão havendo contra todas as linhas de penetração de desenvolvimento são simplesmente claras. Tenho explicado as obras que estão sendo detidas, que vou enunciar rapidamente, e o estado dessas obras:

Hidrovía Araguaia-Tocantins, hidrovía Paraná-Paraguai, hidrovía do Marajó, hidrovía Teles Pi-

res-Tapajós, por to de Mor ri nhos, aces sos viá ri os ao rio Paraguai.

Mas isso não é o mais gra ve. Obser vem o problema elétrico. Eu acho isso é um elemento central, que se tem que olhar com mu i to cu i da do. Em 1989, uma ação mu i to fa mo sa na re u ni ão de Alta mi ra, fi nan ci a da por to das as or ga ni za ções não-governamentais que ha vi a pa tro ci na do a cam pa nha con tra o Bra sil em re la ção ao as sas si na to de Chi co Men des no ex te ri or. En vi ron men tal De fen se Fund, Na ti on al Re source De fen se Coun cil, dos Esta dos Uni dos, e vá ri as or ga ni za ções não-governamentais que ten ho lis ta das, se reuniram em Altamira, numa reunião muito famosa, que fi cou mar ca da por que uma lí der ín di ge na sa cou um fa ção e o pas sou na fren te de um di re tor da Ele tro nor te. Essa re u ni ão foi um pa ra di g ma, por que es sas or ga ni za ções es ta vam tra ba lhan do jun to com o Ban co Mun di al para deter os investimentos em in fra-es trut u ra, es pe ci al men te hi dro e lé tri cos, na re gi ão ama zô ni ca e, em ge ral, nas gran des bar ra gens, gru pos que es tão or ga ni zan do uma opo si ção a qual quer gran de bar ra gem.

Bom, o que se pa rou de pro du zir com isso? Pa rou-se de pro du zir 12 mil megawatts de po tência, que, hoje, com lin has de trans mis são, fa ri am ser ab so lu ta men te dis pens ável qual quer crise de en er gia. Quer di zer, essa é uma ação cla ra das or ga ni za ções não-governamentais, que mos tra o ca rá ter fa la ci o so de di zer que es tão de fen den do o ser hu ma no e os di re i tos hu ma nos, quan do o que es ta mos ven do é o empobrecimen to cau sal da po pu la ção bra si le i ra. Isso es tá oc or ren do em mu i tas par tes do mun do. Po de mos lis tar uma sé rie de ações, des de a Índia até a Ásia (afor tu na da men te, os go ver nos asi á ti cos es tão ab so lu ta men te ati vos, por que ne ces si tam des se de sen vol vi men to, sen ão ter ão con fli tos bé li cos). Mas isso mos tra cla ra men te a ação de le té ri a, a ação no ci va. Su po sta men te de fen den do di re i tos hu ma nos de tri bos ín di ge nas ou de gru pos, es tão pa ran do o de sen vol vi men to elé tri co de um país. Num país com a quan ti da de de água e a ca pa ci da de hi dro e lé tri ca ma i or do mun do, não se po dem con stru ir bar ra gens, por que há opo si ção de ssas or ga ni za ções não-governamentais, to das elas vin cu la das a in te res ses es tra n ge i ros fi nan ci a dos e fa zen do o jo go com o Ban co Mun di al, que co lo cou, des de a ép o ca do Sr. Robert McNa ma ra, ab so lu ta men te, bar re i ras para in vestimen to em bar ra gens na re gi ão ama zô ni ca. Isto, do meu pon to de vis ta, é um ge no cí di o: de fi nir lo cal men te uma ques tão para pa rar o de sen vol vi men to de uma na ção.

E aqui te re mos uma cri se en er gé ti ca.

Há três se ma nas, o Pre si den te de Fur nas, Dr. Luiz Car los San tos, em um con gres so da As so ci a ção Bra si le i ra das In dú st ri as de Base, em São Paulo, men ci onou que exis tem 276 pro je tos elé tri cos no País – lin has de trans mis são e di fe ren tes sub es ta ções – que es tão pa ra dos nes te mo men to por ques tões am bi en tai s ou ín di ge nis tas. Sen ho res, é um cri me de le sa-pá tri a que se es te ja pa ra li san do o de sen vol vi men to ex a ta men te da en er gia elé tri ca, com suas lin has de trans mis são, bar ra gens, etc., em todo o País. Mais de 200 pro je tos pa ra dos, isto se gun do ci ta o Pre si den te de Fur nas.

Aqui en tra mos na par te fi nal, da qual que ro fa lar bre vem en te, que diz res pe i to ao pro ble ma re la ci o na do ao pa pel do Mi nis té ri o Pú bli co. Que ro ape nas ler bre vem en te esta par te para os se nho res – são duas pá gi nas –, por que que ro ser mu i to pon tu al.

Um in stru men to fun da men tal que as ONGs en con traram para im ple men tar a sua ofen si va an ti de sen vol vi men ti sta é a ma ni pu la ção de cer tos se to res do Mi nis té ri o Pú bli co com te mas am bi en tai s. La men ta vel men te essa é uma al ian ça que tem si do su ce di da em pa ra li sar em pre en di men tos vi tai s para o de sen vol vi men to na ci on al e que já ame a ça, in clu si ve, a con stru ção de in sta la ções mi li ta res, como oc or re re ce n te men te em Ro ri ma.

A al ian ça en tre ONGs e o Mi nis té ri o Pú bli co – cer tos se to res do Mi nis té ri o Pú bli co – foi ex pli ci ta da num bo le ti m de im pre n sa di vul ga do pelo ISA, In sti tu to Só ci o-Amb i en tal, em 19 de mar ço de 2001, que re pro du z tex tu al men te:

“Jus ti ça sus pen de trans por te de grãos pela hi dro via Ara gua ia-To can tins. Mi nis té ri o Pú bli co Fe de ral nos Esta dos de Ma to Gros so e Go iás, em ar ti cu la ção com o ISA, ob té m de ci são ju di ci al em bar gan do o trans bor do ile gal de car ga pre vi sto para o in í ci o de ssa se ma na na ci da de de Bar ras do Gar ças.

O Ju iz Fe de ral Pa u lo Cé sar Alves So dré de ter mi nou, no fi nal da tar de de sex ta-fei ra, 16 de mar ço, a sus pensão im e di a ta do em bar que, de sem bar que e trans por te de grãos pela cha ma da Es ta ção de Trans fe rên cia de Car ga em Bar ras do Gar ças (MT). Im pe diu as sim o in í ci o ile gal das ati vi da des de trans por te de grãos pela Hidro via Ara gua ia-To can tins, já que ain da não há Es tu do de Im pac to Amb i en tal apro va do pelo Iba ma.

(...)

A de ci são re sul tou da ar ti cu la ção das re presen ta ções do Mi nis té ri o Pú bli co Fe de ral nos Esta dos de Ma to Gros so e Go iás com o In sti tu to Só ci o-Amb i en tal.

cio-Ambiental, que enviaram petição à Justiça Federal do Mato Grosso, no âmbito da ação movida pela Comunidade Indígena Xavante contra a Hidrovia.

O ISA tem uma Coordenação de Atividades Jurídicas, cuja função, segundo documentos da própria ONG, é oferecer, entre outros serviços, 'a capacidade jurídica instalada no ISA para outras organizações públicas e setores organizados da sociedade'. Esta Coordenação é mantida com recursos provenientes de doações do exterior, especificamente as fundações Ford, MacArthur, Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento, da Holanda, e a FAFO (Programa Norueguês para Povos Indígenas).

Outra manifestação desse entrosamento foi a convocação feita, em 10 de março de 2000, pelo Secretário-Geral da ONG paulista Direito por um Planeta Verde, Guilherme Purvin, igualmente Procurador do Estado de São Paulo e Presidente do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, IBAP, e do Centro de Estudos sobre Meio Ambiente e Relações do Consumo.

O teor da convocação é auto-explicativo:

Colegas, todos os participantes desta lista representam associações civis ambientalistas e são convidados para uma reunião a ser realizada no próximo dia 12 (segunda-feira), entre o Ministério Público de São Paulo e organizações não-governamentais ambientalistas para discussão de estratégias a serem adotadas na negociação do Projeto Michelle to de alteração do Código Florestal.

Local: Auditório da rua Líbero Badaró, 600 – São Paulo-SP.

Horário: 15h30 (pontualmente)

Guilherme Purvin – Sec. Geral do Instituto O Direito por um Planeta Verde.

Esse episódio, com o processo de aprovação do novo Código Florestal, serve para exemplificar como o aparato de ONGs ambientalistas influencia a feitura da legislação ambiental brasileira, que, apesar de sua crescente restritividade aos empreendimentos produtivos, de sua ambigüidade e conflituosidade – e, que talvez, por causa disto – costuma ser usada pelos ambientalistas como sendo "a mais avançada do mundo".

No caso, a campanha contra a aprovação do Código Florestal proposta pelo Deputado Moacyr Micheletto, foi comandada pela WWF, e secundada pelo Greenpeace, o Instituto Sócio-Ambiental e outras ONGs subordinadas a estas. A campanha, diga-se de passagem, só obteve a sua grande repercussão devi-

do ao engajamento direto da grande mídia. É bem verdade que esse engajamento não surpreende, pois, no Conselho Diretor do WWF-Brasil, têm assento o Sr. José Roberto Marinho e Pedro Sirotsky, representantes dos dois maiores grupos de comunicação do País.

Nesse contexto, estamos diante de uma situação de extrema gravidade, na qual se está constituindo uma verdadeira "ecoditadura" das ONGs sobre as perspectivas de desenvolvimento do País. No caso, temos um poder, como o Ministério Público, que foi concebido como um instrumento de indenização necessária para defender os interesses difusos da sociedade, para o qual não se submete a qualquer hierarquia de poder nacional, mas que está sendo manipulado por uma estrutura hierárquica de poder supranacional. Se não se submete aos poderes constituídos, mas se submete à influência de organizações não-governamentais por via do Instituto Sócio-Ambiental, que está recebendo dinheiro do exterior.

Portanto, torna-se fundamental investigar os bastidores da influência direta das ONGs sobre tais setores do Ministério Público: se ela está sendo implementada por meio de seminários e cursos promovidos pelas ONGs, dentro e fora do País, e quem financia tais cursos. Se se está indo a Paris, Londres ou Estados Unidos, quem está pagando por isso? Por que isso não é um ato indevidente do Ministério Público, é um ato muito sério que tem que ser considerado e levantado. Por que já há uma legislação muito restritiva, suficientemente restritiva, para, ademais, haver uma articulação de procuradores que estão absolutamente interferindo sobre o desenvolvimento do País.

Um exemplo das vinculações pode ser visto com o já referido Instituto O Direito por um Planeta Verde – ONG jurídica sediada em São Paulo, que promove regularmente congressos internacionais de direito ambiental. Um deles, realizado em maio de 1999, em São Paulo, teve como tema a "Proteção Jurídica das Florestas Tropicais" e contou com o apoio da Fundação W. Alton Jones, célebre por financiar campanhas contra a implementação da hidrovía Paraguai-Paraná. O evento teve ainda o suporte do Environmental Law Institute – ONG jurídica estadunidense muito ativa no Brasil –, da Universidade do Texas, do USIS (Serviço de Divulgação e Relações Culturais dos Estados Unidos) e de diversas entidades de classe e órgãos do setor jurídico brasileiro.

Sobre essa “ecoditadura”, vale mencionar a opinião de renomado jurista Miguel Reale Júnior sobre a Lei de Crimes Ambientais, sancionada em 1998. Num artigo publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 6 de abril de 1998, ele a qualificou como “lei hedionda dos crimes ambientais”, ressaltando o seu caráter ditatorial, que considera meras infrações administrativas como crimes e ele vada nos culposos à condição de delito. O nívelamento de animais ao ser humano, princípio basilar do ambientalismo, configura-se no art. 32, que define como crime “praticar atos de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”, cabendo ao criminoso pena de três meses a um ano de detenção e multa. Como realça Reale Júnior, “maus-tratos” é o nome jurídico utilizado no Código Penal para a conduta que coloca em risco a vida e a saúde da pessoa humana, e cuja a pena, aliás, é inferior à prevista na nova Lei de Crimes Ambientais por atos similares praticados contra animais.

Quando uma sociedade começa a levantar direitos animais à altura de direitos humanos, estamos a um passo de tratar direitos humanos como animais. É isso que está acontecendo.

Quer finalizar este depoimento com um relato sobre a participação da mídia na estrutura de poder representada pelas ONGs. E já qualificar isso de ditadura ou “ecoditadura”. Se já temos, quanto ao poder financeiro, o Estado em austeridade permanente, os órgãos de governo, à mínima, e há acordo com fundos externos, então, se pode levar a cabo uma ação. Então, o Judiciário está parado, exceto o Judiciário ambiental, porque está recebendo dinheiro para poder efetuar uma supervisão quando o País está em austeridade permanente. Isso é uma ecoditadura.

Quer finalizar o depoimento com um relato sobre a participação da mídia na estrutura de poder representada pelas ONGs. Vou repetir-me a dois casos notórios de conluio de interesses entre organizações de mídia e ONGs que estão de sempre nham do papéis fundamentais nessa grande campanha contra o Estado nacional brasileiro.

O primeiro envolve o movimento “Viva Rio”, ONG sediada no Rio de Janeiro que, nos últimos anos, vem trabalhando em estreita coordenação com o Ministério da Justiça para reformar a política de segurança pública, ou melhor, para substituí-la pelo que seus dirigentes chamam “doutrina de segurança cidadã”, cujo carro-chefe é a campanha de desarmamento civil. A participação do “Viva Rio” nessa empreitada

foi anunciada pelo então Secretário-Geral do Ministério da Justiça, José Gregori, em 1995, tendo sido mantida depois que José Gregori assumiu o ministério. Para simbolizar essa aliança, a Diretora do “Viva Rio”, Elizabeth Sussekind, foi nomeada para Secretária de Justiça do Ministério da Justiça.

E aqui temos um fenômeno muito interessante: já não são mais organizações não-governamentais; começam a se converter em organizações quase governamentais, começam a se infiltrar na estrutura institucional do País, são os únicos que têm recursos e os estão introduzindo exatamente dentro da justiça e dentro da estrutura de meio ambiente do País.

O movimento “Viva Rio” foi fundado em novembro de 1993 como uma organização-chave do chamado “Terceiro Setor”, com o patrocínio de alguns dos grupos mais poderosos que representam os interesses do **establishment** no Brasil, como a Fundação Roberto Marinho, a Fundação Brascan, a Fundação Rockefeller, Vitae, Kellogg e outros, além da participação de luminares, como o banqueiro David Rockefeller, Roberto Marinho e outros. Para que entendamos melhor o que está por trás da organização e suas propostas, vejamos o que disse o líder do “Viva Rio”, o sociólogo Rubem César Fernandes: Segundo ele, os conceitos de “Nação” e “povo” estão superados. O que conta agora é a relação privada dos cidadãos com as causas abstratas da Humanidade. O lema agora é pensar globalmente e agir localmente. E eu diria melhor: pensar globalmente e agir loucamente. Sob essa premissa, os “direitos humanos” passam a não ter nada a ver com a responsabilidade de fazer progredir a prosperidade da cidadania, mas com um direito abstrato que regula as exigências do egoísmo pessoal com um universalismo etéreo e amorfo. Em suma, trata-se de uma confrontação entre os conceitos de Estado nacional e a ideologia de um “governo mundial” dirigido por entidades supranacionais que correspondem apenas aos mal definidos interesses de uma etérea “cidadania global”.

O “Viva Rio” e sua “segurança cidadã” foram denunciados em 1997 pelo então Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, General Nilton Cerqueira, que, em artigos na imprensa, expôs os vínculos do movimento com organizações internacionais que promovem a legalização do uso de drogas, patrocinadas por elementos como o mega especulador George Soros. Sintomaticamente, hoje, o “Viva Rio” encabeça a campanha de desarmamento civil, para o que conta com o entusiasmo e o apoio dos meios de comunicação das Organizações Globo.

Há dias, o jornalista Ricardo Boechat, do jornal **O Globo**, afirmou que o Vice-Presidente das Organizações Globo, José Roberto Marinho, que também é membro do Conselho Diretor do “Viva Rio”, doou à organização seu veículo particular para ser utilizado em operações de vigilância ambiental na Baía de Guanabara.

Outro exemplo que quero mencionar se refere à ação judicial que o WWF-Brasil está movendo contra o Movimento de Solidariedade Ibero-americana, cujo jornal quinzenal, *Solidariedade Ibero-americana*, tem denunciado repetidamente as ações do aparato das ONGs no Brasil no exterior. O Presidente do Conselho Diretor da WWF é ninguém menos que o já referido José Roberto Marinho. Além disso, também tem assento no Conselho Pedro Sirotsky, cuja família é proprietária de uma rede de comunicação no Sul do País; Roberto Paulo César de Andrade, do grupo Brascan – lembrem-se de que o grupo Brascan é de herdeiros do grupo Light, o famoso povo canadenense que dominou legal e ilegalmente certos aspectos da política do País na Velha República; José Safrá, do Banco Safrá, e outros. E aqui a pergunta surge imediatamente. Parece que a direção do WWF tem como característica basicamente só pessoas ou grupos que têm riquezas acima de US\$ 500 milhões.

No último dia 19 de janeiro, na posse de uma liminar concedida em segunda instância, o WWF-Brasil obteve o arresto e custódia de publicações do MSIA, supostamente “difamatórias” de suas atividades à frente das campanhas ambientalistas no Brasil, sem que o MSIA se quer houvesse sido citado judicialmente. No texto da queixa, o WWF-Brasil afirma que “o MSIA, em busca de afirmação e reconhecimento perante a sociedade civil brasileira, procedeu de maneira totalmente irresponsável ao divulgar uma série de informações inverídicas, caluniosas e, até mesmo, insanas a respeito da Requerente.”

Quero ressaltar que o Juiz Paulo Maurício Pereira, da 24ª Vara Cível do Rio de Janeiro, em seu despacho, havia simplesmente ressaltado que “inexiste prova concreta de que as informações remetidas pela primeira ré são falsas ou distorcidas, certo que não é só ela que emite tais opiniões, resumindo-se tudo na discussão envolvendo o que os nacionalistas chamam de ‘política imperialista das grandes potências mundiais’ e ‘política de internacionalização da Amazônia’, matérias que de há muito vêm sendo discutidas pela imprensa, inclusive por membros do governo e militares brasileiros, estes pelo dever que têm de resguardar nossas fronteiras e soberania”.

O WWF entrou com um agravo de instrumento, e um juiz de segunda instância concedeu uma busca e apreensão de material com relação ao Movimento de Solidariedade, que o jornal **Gazeta Mercantil**, em sua edição de 25 de janeiro, relatou desta maneira – é importante, por que aqui estão claramente as duas concepções com respeito a este tema:

“Duas representantes de entidades civis internacionais estão levando as divergências políticas, ideológicas e metodológicas para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro... A WWF do Brasil, presidida pelo empresário José Roberto Marinho, acusa o MSIA de atentar-lhe contra o bom nome e a credibilidade. Segundo boletins do MSIA, a WWF estaria conspirando contra o desenvolvimento do País, com o objetivo de inferiorizar econômica e tecnologicamente o Estado brasileiro. (...)

“O MSIA, formado por profissionais liberais, militares e empresários nacionalistas, é inspirado nas idéias do economista americano Lyndon LaRouche, defensor dos Estados nacionais soberanos, da formulação dos sistemas monetários e financeiros internacionais e das grandes obras de infra-estrutura como fator de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo. (...)

“As escaramuças envolvendo as entidades existiam veladamente, mas ficaram insuportáveis depois que o Ministro dos Transportes, Eli Seu Padilha, anunciou a suspensão da Hidrovia Paraná-Paraguai, canal de escoamento de produção agrícola do centro da América do Sul. A WWF fez campanha contra o projeto da hidrovia, alegando que haveria impacto desfavorável para a fauna, a vegetação e a população do Pantanal mato-grossense. Monitorava todas as etapas do processo. O MSIA considerava fundamental a conclusão do projeto para o desenvolvimento econômico do País e alega que a WWF tinha uma base avançada em Corumbá para trabalhar contra a construção da hidrovia.”

Como segue o jornal, o que está em jogo, não apenas no caso WWF x MSIA, mas em toda a ofensiva das ONGs, são duas concepções inconciliáveis sobre a noção de desenvolvimento e a responsabilidade do Estado nacional soberano para com ele. De um lado, está o mundo de pesadelo oferecido pelos ideólogos do ambientalismo-indigenismo, um mundo no qual o ser humano e suas legítimas aspirações ao progresso e ao bem-estar têm que se subordinar aos ditames de uma idílica “proteção da natureza”. Do outro, está a possibilidade de que o Brasil venha a assumir plenamente as suas responsabilidades na cons-

trução de uma nova ordem econômica mundial justa, sobre os elementos do presente sistema financeiro internacional, na qual os grandes projetos de infra-estrutura e a expansão das fronteiras agrícolas venham a desempenhar um papel fundamental. Difícilmente, isto poderá ser feito se as ONGs e entidades similares continuarem dispondo do enorme poderio que têm atualmente. Por tanto, acredito que o trabalho desta Comissão poderá ter uma relevância crucial para o futuro imediato deste grande País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Agradeço a participação inicial do Dr. Lorenzo Carrazco e passo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Bernardo Cabral, para as suas perguntas.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, para uma questão de ordem, peço desculpas ao Senador Bernardo Cabral.

Antes de S. Ex^a usar a palavra, que ria apresentar a V. Ex^a um requerimento, nos termos do arts. 90 e 93 do Regimento Interno, solicitando sejam convidadas as seguintes pessoas físicas: Dr. Augusto Franco, Conselheiro do Programa Comunidade Solidária, Ministro da Saúde José Serra e Ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho, para também prestarem depoimentos nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Solicito à SRA. Secretária que receba o requerimento, que será colocado em apreciação no momento oportuno.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Antes de conceder a palavra ao Senador Bernardo Cabral, concedo, pela ordem, ao Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES – Também peço desculpas ao Senador Bernardo Cabral, mas de seja encaminhar um requerimento.

Solicito que, nos termos do Regimento Interno, sejam requisitadas, do Banco Central do Brasil, as seguintes informações:

1 – montante de moeda estrangeira internada no País a crédito de organizações não-governamentais constituídas e em funcionamento no território nacional;

2 – entidades beneficiadas e a soma destinada a cada uma delas, com os respectivos endereços, se possível.

O pedido acima se refere ao período dos últimos cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Embora tenha concedido a palavra ao Senador Bernardo Cabral, de acordo com a lista de inscrição, a SRA. Relatora está pedindo preferência para falar. Concedo a palavra a V. Ex^a, Senadora.

O SR. MARLUCE PINTO – Não. Pela ordem, Sr. Presidente. Faço o seguinte: para o Senador Bernardo Cabral, eu concedo, mas, em CPIs, a palavra é concedida primeiramente ao Relator. Mesmo assim, com muita honra, concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

A SRA. MARINA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BERNARDO CABRAL – Veja, V. Ex^a, Senadora...

A SRA. MARINA SILVA – Concordo que se abra a exceção para o Senador Bernardo Cabral...

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente...

A SRA. MARINA SILVA – ... já que S. Ex^a está inscrito e V. Ex^a já o mencionou, mas concordo plenamente com a metodologia estabelecida pela Senadora Marluce Pinto de que, primeiro, o Relator faz uma batéria de perguntas, e depois é aberto para os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência quis, inclusive, nesse particular, oferecer mais subsídios para a Relatora, porque S. Ex^a ouvia as perguntas dos Srs. Senadores e, depois, poderia, inclusive, acrescentar suas observações de maneira mais ampla. Mas não há problema algum na inversão do processo, se não contrariar o Regimento.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, não pedi a palavra pela ordem porque também tenho requerimentos a apresentar, mas, em toda CPI os requerimentos são submetidos à Relatoria. A SRA. Relatora é quem vai dar parecer primeiro, antes de ser submetido ao plenário. É por essa razão que, antes de entrar no mérito de ministrar a decisão, iria sugerir exatamente o que vou para, depois, ou vir a Relatora e, então, dentro da ordem de inscrição, falar.

Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, acho que V. Ex^a e a Senadora Marluce Pinto vão comandar uma CPI de alto poder explosivo. As denúncias gravíssimas trazidas aqui pelo Dr. Lorenzo Carrazco foram por escrito. S. S^a está do cuminhando para que se possa fazer o requerimento que vou fazer a V. Ex^a agora, para que a SRA. Relatora, se considerar conveniente, incorpore e depois submeta, que quero dar meus subsídios à Relatora.

Primeiro, que a eminente Relatora Marluce Pinto providencie o requerimento, se considerar conveniente, para ouvir quais são esses membros do Ministério Público que viajaram à custa dessas organizações. Por que não foi para isso que de mos for ça ao Ministério Público na Assembléia Nacional Constituinte. Esse é o primeiro ponto. Se V. Ex^a aceitar, o requerimento depois será posto em votação e terá o meu aplauso.

Segundo, saber que tipo de relacionamento está existindo em umas organizações não-governamentais que se enfro nham no Governo, e os nomes foram aqui ditos, para que venham de por nesta Comissão, sejam Ministros de Estado ou não. Por que o professor Carrasco nominou três pessoas, dentre as quais um é o atual Ministro da Justiça, o outro é o Secretário-Geral e um terceiro é do Movimento Viva Rio. Como ele o fez por escrito, é evidente que não pode ser desprezada essa denúncia.

Sr. Presidente, essa era a primeira parte da intervenção. Depois que a Relatora falar, então, eu usarei a minha inscri ção normal, por que tenho muita coisa para perguntar ao Dr. Carrasco.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra, a Senadora Marluce Pinto, Relatora desta Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente, membros desta Comissão, Sr. Lorenzo Carrasco, nós somos defensores da região amazônica, porque a apresentamos aqui no Senado da República. Há muitos e muitos anos estamos alertando o Governo Federal sobre a penetração de estrangeiros, principalmente dessas ONGs, na região. Fala-se muito na internacionalização da Amazônia, embora algumas autoridades discordem. Mas, após esse depoimento de V. S^a, nós chegamos à conclusão de que a situação é muito grave. Quando o nobre Senador Bernardo Cabral, que foi o Relator da Constituição de 1988, ali, em consonância com os demais, foram concedidos muitos poderes ao Ministério Público. E o que nós estamos acompanhando é que, em muitos casos, eles têm fugido um pouco das suas atribuições, ou, para melhor dizer, penetrando em determinadas situações, em determinados casos, de maneira diferente a que nós todos esperávamos. É inconcebível que eles façam cursos e viagem por conta das ONGs, e sem haver qualquer comunicação para o Poder Judiciário, o Supremo, e muito menos aqui, para o Senado, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de quem é hoje Presidente o nobre Senador

Bernardo Cabral, de cujo conhecimento jurídico nós sabemos.

E para até iniciar, Senador Bernardo Cabral e membros desta Comissão, nesta CPI, nós deveremos tomar uma iniciativa de imediato. Que nenhum recurso do exterior seja recebido sejam quais forem as ONGs, do exterior ou nacionais, sem que, primeiro, não passe pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, pela CAE. Se até para o Governo brasileiro fazer qualquer empréstimo no exterior é preciso que seja aprovado pela CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, como podemos ficar de braços cruzados aqui, no Senado, quando o recurso vem de ONGs cujas intenções não conhecemos. Embora não queiramos generalizar, sei que, assim como existe aquelas que estão sendo prejudiciais ao nosso País, existem as que estão ajudando, mas exatamente para sermos justos, temos que fazer agora essa exigência. Não é possível se receber dinheiro de fora sem saber a finalidade de, como ele é gasto, quanto se recebe, e sem haver nenhuma prestação de contas, e muito menos membros do Ministério Público aceitarem qualquer patrocínio por parte de ONGs.

Mas, saindo da internacionalização da Amazônia, V. Ex^a também mencionou o caso dos Yanomamis. Eu já era Senador quando houve a Eco-92, e, antes de o evento ser realizado aqui, no Brasil, o ex-Presidente Fernando Collor assinou o decreto da demarcação das terras indígenas no território de Roraima, cujas terras ficam localizadas no extremo norte do Estado, fazendo fronteira, principalmente, com a Venezuela e parte com a Guiana. Segundo alguns cientistas, é a região que tem o solo mais rico do nosso País. Foi demarcado, à época era Governador do Estado o Brigadeiro Otomar de Souza Pinto e, como sou do mesmo grupo político, fui ao então Presidente, Sr. Fernando Collor. E o que ouvi do ex-Presidente foi que houve muita pressão dos países ricos para que a Eco-92 fosse realizada no Brasil, e que só se daria aquele evento se fossem demarcadas aquelas terras. Lembro-me de que ele estava com uma caneta na mão e disse que, com a mesma caneta e a mesma mão que assinou o decreto, pode ele ser revogado. Eu saí com a certeza de que, realmente, era uma situação diversa. A ONG foi um sucesso. Nós vimos os presidentes dos países do Primeiro Mundo lá, no Rio de Janeiro, usando a palavra, tanto o Sr. François Mitterrand, da França, como o dos Estados Unidos ou do Japão, que saíram daqui encanitados com o nosso Presidente, etc. O certo é que até hoje aquela região continua com a demarcação,

e, por parte das ONGs que se instalaram aqui, no País, com a finalidade de ajudar os índios, também não tomamos conhecimento de qualquer providência para minorar a carência das comunidades indígenas, porque, durante toda a minha vida, há os "surucucus". Ainda recentemente, no mês de abril, acompanhando uma comitiva do Senado, quando fomos convidados por um General do Estado-Maior na Amazônia para ir àquele região juntamente com outros militares, só poderíamos dizer que a constante permanência é dos militares daquele pelotão de fronteira ali instalado, que faz parte do Projeto Calha Norte. Foi por isso que, com as declarações de V. S^a, me veio logo a idéia de começar a exigir, para termos a consciência tranquila de como são utilizadas essas verbas. Por que eu estive, ali, na comunidade Yanomami, nos idos de 1981, quando o General Figueiredo, irmão do ex-Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, era o Comandante da Amazônia, juntamente com as suas esposas, quando fomos visitar aquele local. Lá era um malocção comunitário, como é até hoje. Portanto, após mais de 20 anos - quase 22 anos -, não vi nada que fosse diferente da minha primeira visita àquela região. Os índios vivem num grande malocção, em que as famílias são separam por um fogo. Como ainda era abril quando lá estive com a comitiva que mencionei, a índia tem o filhinho, que fica dentro da rede, na que a fumaça permanece. O que eles pegam de peixe e caça fica tudo dentro da quele malocção, onde há promiscuidade, uma falta incrivele de higiene e uma falta de assintência muito pior. Então, eu pergunto: o que essas ONGs estão fazendo? E, agora, que a área é demarcada, fica sob a responsabilidade da Funai, e nada é feito. Por várias vezes, já falei em meus pronunciamentos no Plenário do Senado e vou falar, aqui, na Comissão: se não fosse a existência do pelotão de fronteira, não sei se aqueles índios existiriam ali, pela falta de assintência de que padecem. Então, acho até que nós estamos um pouquinho mais - quando digo nós, refiro-me a nós, políticos brasileiros, autoridades, que poderíamos dar um bastanessas situações periclitantes que acompanhamos no País.

Outro ponto que me chamou muito a atenção, saindo do caso dos Yanomami: 85% das verbas que aqui chegam são do exterior, principalmente dos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, etc. Então, se V. S^a citou que 85% vêm do exterior, deve ter conhecido dos valores de cada país, quanto é que vem, quais as ONGs. Gostaria que V. S^a de pois me respondesse sobre isso, e se há possibilidade de encaminhar para esta Comissão um relatório minucioso com

relação a esses 85% de verbas do exterior que chegam para as ONGs.

Também outro caso impressionante é que 51% das verbas do orçamento do Ministério do Meio Ambiente vêm também através das verbas do exterior.

O SR. LORENZO CARRASCO – Segundo uma ONG que está aqui instalada.

A SRA. MARLUCE PINTO - Então, da mesma maneira que questioneei os 85%, gostaria que V. S^a adotasse o mesmo procedimento de encaminhar-nos qual o valor que representa esses 51% e a ONG que realmente está subsidiando, para que possamos tomar as devidas providências, porque, como disse o nobre Senador Bernardo Cabral, esta Comissão – nem digo apenas que ela vai ser tão polêmica, porque realmente deve ser – tem uma responsabilidade muito grande, já que, após encerrarmos e não esclarecermos à sociedade e não exigirmos das autoridades competentes que muita coisa seja eliminada, então, tudo seja revisito, que haja uma fiscalização. Então, eu não sei nem se vai haver mérito para esta Comissão se não pudermos esclarecer os pontos negativos com relação às ONGs.

V. S^a citou também que – não sei se o número que entendi está correto – 276 projetos estão para dos referentes a hidroelétricas, levando em consideração as barragens e as linhas de transmissão. Foi esse o número?

O SR. LORENZO CARRASCO – 276 foi o número que utilizou o Presidente de Furnas, seguramente referindo-se a diversas obras, não apenas barragens, mas linhas de transmissão, subestações. Penso que o Presidente de Furnas poderia, ele mesmo, apresentar um relatório exatamente das obras que estariam paralisadas, igualmente as verbas, porque toda infraestrutura, Senadora,...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ele vai lhe responder ao final, Senadora.

A SRA. MARLUCE PINTO – Vou continuar, e V. S^a responderá ao final.

Penso que, no momento, o assunto mais preocupante no País é a falta de energia, porque ela não vai ocorrer apenas que se diminua o horário de trabalho, que se elimine parte dos aparelhos de ar condicionado, etc. A economia do nosso País, de um modo geral, vai sofrer um abalo muito grande, porque o parque industrial brasileiro vai ter que reduzir, talvez num percentual bastante elevado, a produção do seu material. E não havendo energia, sabemos que tudo fica sacrificado. Fala-se tanto em acidentes de trânsito, mas, se faltar energia, nem sabemos, nas grandes ci

dades, como ficará o movimento, não havendo se máforos.

E vai por aí agora, o que não é assunto para discutirmos aqui com de talhes.

Mas essa proibição das ONGs com relação à construção de hidrelétricas também me fez lembrar, nos idos de 1980, quando o mesmo Governador que estava em 1990, quando foram demarcadas as terras indígenas, fez um projeto para que fosse construída a hidrelétrica em Roraima, porque a nossa energia é com termoeletrica, no rio Cotingo.

Temos aqui um senhor que, na época, era Presidente do nosso banco. O Senador Moraes da Calcanhali deve lembrar que foram feitas estradas, pontes, porque para lá não havia meios de transporte, a não ser o avião, ou o povo ia a cavalo. O trabalho ia muito bem, o projeto foi aprovado em setores competentes, e, depois, não pôde haver continuidade. E já vi nham exatamente os problemas: os índios, não podia, ia alagar, quando, na quebração, onde ia ser instalada a hidrelétrica, não havia uma maloca indígena.

Os anos passaram, isso foi em 1980. Depois, o mesmo Governador voltou a governar em 1990 e, junto com os parlamentares, trabalhou bastante para conseguir a liberação. O atual Governador, que está no seu sétimo ano, no início, também tratou juntamente com o Presidente da República e com o Ministro das Minas e Energia da época. Foram muitas vezes e chegamos à conclusão, porque dissemos mesmo que não havia possibilidade de alguma ser construída a hidrelétrica, e houve a opção pela linha de transmissão de Guri, saindo do país vizinho, a Venezuela. E hoje ficamos a lamentar sinceramente. Não que eu condene a linha de transmissão de Guri, porque realmente vai resolver o nosso problema. Se não existe outra solução com a qual pudéssemos dar continuidade, optamos pela segunda, embora não fosse tão favorável quanto a primeira. A primeira seria mais um patrimônio brasileiro, um investimento numa energia movida a água, com a qual, depois, não tínhamos nada a resgatar. Para que V. Ex^{as} e V. S^{as} tenham conhecimento, a linha de transmissão de Guri, antes até de ser inaugurada e terminada, aqui no Brasil, há mais de um ano que ficou construída, partindo da nossa capital, Boa Vista, até a fronteira com a Venezuela, e até hoje ainda não foi resolvido o problema por causa da Venezuela e porque os índios – também deve ter ONGs pelo meio – vêm atrapalhando.

Então, estou citando esse assunto para termos a consciência de como essas ONGs estão tendo um poder até sobrenatural sobre o nosso país. Deixar-

mos de, com menos recursos, ter uma hidrelétrica, que se tornaria um patrimônio e seria bem mais viável, com uma energia bem mais barata, para nos subtermos a receber energia de fora?! Agora, tudo muito bem, consideramos a Venezuela quase como irmãs, há um relacionamento muito bom entre o Governador brasileiro e o venezuelano, mas não sabemos até quando, tudo pode acontecer. Então, é por essas coisas que se chega à conclusão de que as ONGs estão tendo mais poder no nosso País do que nós, parlamentares, para resolvermos os nossos problemas juntamente com o poder central.

Gostaria, também, de falar sobre a grilagem de terras no Amazonas e em Roraima. Ainda recentemente foi noticiado pela imprensa: uma só pessoa, quantos mil hectares de terra já conseguiu em cartórios diferentes, em cidades diferentes da região amazônica, registrando terra, e se sabe, também, que tudo isso está sendo proporcionado pelas ONGs.

Gostaria, se não hoje, mas em outra oportunidade, que V. S^a. remetesse um relatório sobre a grilagem das terras na Amazônia, por que já temos alguns subsídios, mas quanto mais tivermos melhor, para podermos realizar o nosso relatório final.

No início, também se mencionou a questão da ALCA. Realmente, há uma controvérsia aqui, no País, porque, primeiramente, iniciamos com as áreas de livre comércio e a zona franca, como é a Zona Franca de Manaus.

A Zona Franca de Manaus ajudou bastante. Conhecemos Manaus antes da Zona Franca, e, a comparar o que era a cidade de Manaus anteriormente com o que ela é hoje, parece até que estamos em um país diferente. Foi um avanço muito grande, que tanto desenvolveu a capital como, também, o interior, por que foi quando começou aquele Estado a arrecadar uma soma bastante suficiente para que tivesse a transformação que teve.

Lembro muito bem a época da Constituição. Eu mesma estava numa reunião de liderança e saí para chamar o eminente Relator, à época o Senador Bernardo Cabral, por que a maior estava que rendo eliminaria a Zona Franca de Manaus.

Graças às informações e à interferência do nosso Senador Bernardo Cabral, ela continuou e obteve até mais subsídios. Enfim, continuava tudo como antes, mas as ameaças não passaram.

Sei que quando S. Ex^a. usar da palavra pode rá de falar mais, já que é o "Presidente" do Amazonas. Não vou entrar muito nesse assunto, por que cabe ao

Senador explicar o melhor, mas sabemos das dificuldades.

No nosso Estado mesmo – fui Deputada Constituinte e, em 1991, vim para o Senado –, em 1992, apresentei projetos para duas áreas de livre comércio em Roraima, uma na fronteira com a Venezuela e outra na Guiana.

Aprovamos as duas. O Senador José Sarney apresentou uma emenda – a emenda foi até num projeto da Zona Franca de Manaus. S. Ex^a solicitou meu projeto, eu o levei, e S. Ex^a apresentou uma emenda no projeto da Zona Franca e a aprovou.

À época, quem era do Ministério era o Senador Alexandre Costa, já falecido. O Amapá teve a sorte de logo implantar sua área de livre comércio. Em Roraima, até hoje aguardamos. Agora, já se tenta uma ZPE. Não sabemos se vai dar resultado.

São essas as dificuldades. E lembro que, por mais que se tenha tentado, toda a Banca da se empenhou para a instalação das duas áreas de livre comércio, e a desculpa era por que Paracaima e Bonfim tinham comunidades indígenas próximas.

É sempre isto: as ONGs incentivando os índios. Apresentamos os índios como o fator que impede o desenvolvimento da região amazônica. Só que, coitados, eles só têm servido de inocentes úteis, porque para eles não sobra nada, só a miséria em que vivem, passando fome, subnutridos, e sem a família ter qualquer recurso para se manter.

Portanto, professor, estou satisfeita. Lamento não haver tido oportunidade de ler seu livro “Máfia Verde”. Mandei procurá-lo no comércio aqui, mas não o encontrei. Entretanto, como V. S^a vai distribuí-lo, admito que, após a leitura desse livro, teremos mais subsídios, e, quem sabe, seja necessário, com a anuência de V. Ex^a e com a aprovação dos membros da Comissão, retornar a esta Comissão antes de encerrar nossos trabalhos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Indago ao Dr. Lorenzo Carrasco se prefere já responder às arguições da Senadora Marluce Pinto ou ouvir os demais senadores.

Prefero que V. S^a responda logo, já que são várias questões, e, portanto, ficará difícil respondê-las depois.

O SR. BERNARDO CABRAL – Tenho uma pergunta que talvez complemente uma indagação da Senadora Marluce Pinto. Talvez o Professor Lorenzo Carrasco pudesse respondê-la agora.

Na análise de V. S^a, a segregação de 44% do território do Estado de Roraima é para a utilização, como alguns dizem, como recursos para reservas indígenas ou para áreas – e aqui a pergunta tem um tom que V. Ex^a vai entender – de preservação ambiental? Na avaliação de V. Ex^a, essa segregação de 44%, que dão como utilização para reserva indígena, é realmente um fato que se pode considerar ocasional ou é um obstáculo para qualquer medida de desenvolvimento na que a área, uma vez que sabemos que aquele território é riquíssimo em recursos naturais?

Apergunta-se acerca de que a Senadora Marluce Pinto lhe fez sobre o território do Estado de Roraima. Mas que ro saber se essa segregação de 44% é um fato ocasional ou está sendo dirigido por alguém no sentido de criar obstáculo para que haja qualquer outro processo de desenvolvimento da que o território, já que ele é riquíssimo em recursos naturais.

Faço essa formulação apenas para complementar, por uma razão, Sr. Presidente: que ro que o eminente professor Lorenzo Carrasco saiba que, quando o Senador Mozarildo Cavalcanti e eu idealizamos esta Comissão Parlamentar de Inquérito, ela foi criada sob o signo de “separar o joio do trigo”, ou seja, saber quais são as boas organizações não-governamentais e quais são aquelas que não prestam serviço à Nação.

Há, portanto, um divisor de águas. Queremos chegar até ele para sabermos quais são as boas organizações, que precisamos respeitar e que produzam trabalhos, e quais são aquelas que se aproveitam, dentre as quais aquelas que V. S^a denunciou.

Por isso, Professor Carrasco, quero saber se há, realmente, no aspecto dos 44%, um fato ocasional, ou o que está por trás disso.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a palavra, o Professor Lorenzo Carrasco.

O SR. LORENZO CARRASCO – Veja, ilustre Senador, isso não é casual. Por ocasião da delimitação da reserva Yanomami, quando começamos a investigar o que estava por trás, éramos totalmente neófitos, nem éramos a favor nem contra. Simplesmente, não sabíamos, e nos parecia exagerada a área destinada para a quantidade de população, por mais que se alegasse que eram índios nômade que tinham a necessidade desses territórios.

Na investigação, encontramos um mapa de uma expedição de um pesquisador britânico, o qual reproduzimos nesse livro. Está nesse mapa como o algarquia inglesa criou a reserva Yanomami. Nesse livro, Hanbury-Tenison – está escrito e documentado – ex

pliou a idéia da reserva Yanomami. Primeiramente, não existia esse conceito de reserva Yanomami, não existia um povo Yanomami, por que se tratava-se de uma série de populações separadas que haviam de conceitualizar dentro de uma só unidade, para definir um território. Então, havia um elemento deliberado, por que eles mesmos não tinham um sentimento grágario. Não estamos falando de um povo que tem uma estrutura hierárquica; estamos falando de populações que tinham rivalidades entre si. Mas havia que criar a figura da nação yanomami.

E ele descreve um relatório no País de Buckingham em que estavam presentes o Príncipe Philip e a Rainha. Surge, então, a idéia do braço humano do WWF. O WWF foi fundado em 1961 com a idéia de manejar as reservas na África, como uma maneira de perpetuar o poder do Império Britânico de pois do processo de independência das nações africanas. Criou-se um braço, chamado braço humano: o WWF. Eram reservas de rinocerontes, etc.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, interrompo o pronunciamento do Sr. Carrasco para solicitar a V. Ex^a que registre o significado da sigla WWF, para que fique bem claro: World Wildlife Fund for Nature.

O SR. LORENZO CARRASCO – Fundo Mundial da Natureza.

Nessa reunião, instituiu-se uma organização, criada basicamente como um desprendimento de WWF – Fundo Mundial da Natureza: a Survival International.

A Survival International é uma organização não-governamental encarregada de assuntos humanos. Algumas organizações se encarregam de elefantes, e outras, de assuntos humanos. Têm todas uma característica claramente racial e desumana para manter um ser humano em suas condições primitivas. É um ato contra a natureza, por que a mente humana é parte central da natureza, é um processo pelo qual o desenvolvimento natural alcançou maior grau de desenvolvimento.

Então, se alguém eliminar essa possibilidade de que a natureza se expresse por meio da mente humana, seja no avanço tecnológico, seja na mudança de costumes, estará praticando um crime contra a natureza. Não é tolo, rápido, diante de uma concepção humanista, manter uma população indígena em suas condições primitivas. O ser humano não é um animal nem uma espécie como as demais. O ser humano é uma espécie que muda suas condições por intermédio do avanço científico e tecnológico. A relação com

a natureza é uma relação mutante, na qual se sustentam precariamente a civilização cristã em que estamos inscritos.

A civilização cristã está estabelecida no versículo 18 do Antigo Testamento, em que Deus dá um mandato ao homem para cuidar, como “jardineiro”, do avanço dessa natureza. Estão explicitamente contrariando o princípio antropocêntrico da sociedade humana, convertendo-o em um princípio biocêntrico: a igualdade na criação. Diz que o homem não tem superioridade não for igual ao resto das espécies é básicamente um argumento filosófico em que se sustentam os axiomas de muitas das pregações indígenas.

O SR. BERNARDO CABRAL – Nesse caso, não é oficial. Trata-se de um obstáculo para qualquer atividade civilizatória. É essa a sua opinião?

O SR. LORENZO CARRASCO – Absolutamente.

O SR. BERNARDO CABRAL – Estou satisfeito.

O SR. LORENZO CARRASCO – Criado como um obstáculo desde o início, para deter a possibilidade de o Estado desenvolver a sua economia e sua infraestrutura. Isso está claro não somente no caso do Romão, mas em todos os casos.

Tenho um disquete que contém a síntese de um livro de uma jornalista canadense, Elaine Dewar. Recomendo a leitura dessa obra, o que seria muito importante para esclarecer o assunto a esta Comissão. A autora descreve a articulação das organizações não-governamentais no Brasil com as entidades financeiras de...

A SRA. MARINA SILVA – Dr. Carrasco, V. S^a citou o versículo 18. Poderia dizer o capítulo, por favor?

O SR. LORENZO CARRASCO – Não sei. O capítulo fala do mandato em que Deus dá ao Homem o encargo de se reproduzir...

A SRA. MARINA SILVA – É o Gênesis, mas é apenas um versículo. No entanto, o Gênesis é composto de vários capítulos, e em vários momentos há o versículo 18.

O SR. LORENZO CARRASCO – Volto ao problema da jornalista Elaine Dewar, por que ela descreve exatamente a relação entre as ONGs que estiveram atrás do mito Chiço Mendes. Já era uma ambientalista que vinha ao Brasil e pensava realmente que havia o problema da Amazônia e da devastação. Quando ela começou a verificar todas as articulações que há com o sistema financeiro do Canadá, o Banco Mundial, o grupo Brascan e o grupo Bronfman, do Canadá, decidiu escrever um livro que se chama “Cloak of Gre en”, “manto de verde”, o que está por trás do

ver de. Entre garremos à CPI uma síntese e uma ficha desse livro, que descreve exatamente a formação do Instituto Sócio-Ambiental, ligado ao Banco Mundial e aos interesses financeiros pelo menos da família Braufmann, do Canadá, e da agência de desenvolvimento canadense, que, segundo ela, coordenou verbas, por meio da Embaixada do Canadá em Brasília, para a articulação de todo esse **andamiaje** contra as hidroelétricas. Daí vem a estranheza da Senadora, que, com toda a razão, disse uma questão muito simples: “mas têm um poder to tal”. Evidentemente. Têm o poder de sistema financeiro mundial, do Banco Mundial, desde McNamara, que, vocês sabem, é um maltusiano confessado, das pessoas que mais têm fomentado a idéia de que as organizações não-governamentais substituirão o poder das instituições legitimamente constituídas. Esse é o problema da distinção. Estou de acordo em ações de interesse público. Como cristão e católico, creio no amor ao próximo e na caridade humana, acredito nisso. Ademais, a mim não me move ou traço a busca da verdade e da justiça. Sempre repetirei isso.

O problema é que temos organizações não-governamentais que, em coordenação com o Banco Mundial, paralisam, ou o Banco Mundial coloca restrições ambientais em qualquer investimento em hidroelétricas. Como os governos estão em condições de austeridade e não têm recursos financeiros, têm que aceitar os delimitamentos que o Banco Mundial está dando para de ter investimentos nas hidroelétricas de Roraima ou do Pará, sobre o Rio Xingu ou sobre as hidroelétricas em todo o País, porque o Banco Mundial é quem está por trás de todo o movimento contra as grandes barragens. Foi gestado no seio do Banco Mundial o apoio da sociedade civil, como eles chamam, para sustentar a política do referido Banco no sentido de não dar mais financiamento em obras de infraestrutura para geração elétrica.

Então, evidentemente, há um poder claro, porque os governos dependem de financiamento internacional. E o financiamento internacional de organizações do Banco Mundial ou do BIF, etc., dependem dos estabelecimentos de parâmetros ambientais, que, por sua vez, dependem de pareceres das organizações não-governamentais.

Assim, há uma relação por no gráfico entre o poder financeiro, dos grandes grupos financeiros, que são os que dão os financiamentos às principais ONGs. E um exemplo claro é o Instituto Sócio-Ambiental, que não é apenas uma ONG, mas um conjunto de interesses indigenistas vindos do Conse-

lho Mundial de Igrejas com o propósito deliberado de se opor à idéia de um Estado nacional soberano. Isso está documentado. Aliás, que roldar aos ilustres Senadores que, a qualquer momento, estaremos reunindo todas as informações, porque esta convocação realmente nos pegou de surpresa, e não tivemos tempo de elaborar uma série de discussões, que entregaremos no seu devido tempo, por escrito, para que os ilustres Senadores possam apreciar. Também entregarei a síntese do livro de Elena Dickwart, no qual ela sustenta essa vinculação, especialmente os gestores do que depois foi o Instituto Sócio-Ambiental, que, na reunião de Altamira, teve exatamente os investimentos em infraestrutura hidroelétrica no Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, eu ainda não complementei.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Pois não, Senador. Então, retorne a palavra ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL – Professor Carrasco, em 1991, apesar de não ser parlamentar àquela época, acompanhei uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava as ameaças da internacionalização da Amazônia. V. S.^a presidiu um depoimento naquela ocasião, fazendo ou complementando denúncias contra um cidadão que, àquela altura, era contra o programa Calha Norte. Esse cidadão, conhecido de todos os ambientalistas, chamava-se José Lutzemberger.

Dez anos depois, estamos vendo que o programa Calha Norte, que nasceu como projeto, está sendo torpedado. Esta é a minha primeira pergunta: por quais razões o professor Lutzemberger se posicionou contra o programa Calha Norte?

A segunda pergunta – vou-lhe fazer apenas três – é a seguinte: há um fundo na Escócia chamada Findhorn. Dizem que seu fundador, um cavaleiro chamado por Sir Laurens van der Post, é conhecido como o guru místico-filosófico do Príncipe Charles, da Inglaterra. Como o senhor de vez em quando se referiu à Inglaterra, gostaria que nos falasse sobre isso.

A terceira questão, que gostaria que V. S.^a anotasse nas respostas, porque isso é muito importante para a formação da minha convicção quanto à “separaçãodo joio e do trigo”: gostaria que V. S.^a tecesse considerações sobre algumas ONGs, como a chamada Friends of the Earth, Amigos da Terra; ou outra, pouco falada, a ONG Agutangos; a Associação Amazônia,

so bre a qual o Pre si den te des ta Co mis são, Senador Mozarildo Cavalcanti, fez uma de nú ncia da com pra de terras lá no seu Estado; a Canadian International Development Agency; a CEBRAC, Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural; e, para finalizar, uma que foi mu i to ci ta da pelo se nhor, a World Wild Fund for Nature, WWF. Essas são as mi nhas per gun tas ob jetivas.

O SR. LORENZO CARRASCO – Com sua vê nia, gos ta ría de abor dar o pro ble ma da es tru tu ra hi e rár qui ca das or ga ni za ções não-governamentais. Atualmente, existem cerca de 100 a 200 mil organiza ções não-governamentais em ní vel mun di al. Quer di zer, ge ne ra li za ram-se. Ou seja, se isso é o que pega, é o que tem re cur sos, é o que me dá pos si bi li da de de ações, en tão, for ma mos uma ONG. E todo o mun do forma sua ONG na linha de partida. Mas, para não nos per der mos no “oce a no”, te mos que sa ber como sur giu a idéia das ONGs. A idéia das ONGs, como eu di zia, sur giu da fun da ção do **commonwealth** no mo mento da tran si ção, e sur giu jun to com o WWF. E o WWF, com a União Inter na ci o nal de Pre ser va ção de Energia, até há um ano, ti nham sua sede juntos, na Suíça, no mesmo prédio. Porque, ad e mais, ha viam sido fundados pelos mesmos homens, gente como Julian Huxley, como Sir Peter Scott e uma quan ti da de de no bres que vi nham do apa re lho co lo nial bri ta nico. Isto está do cu men ta do: al mi ran tes, co man dan tes do impé rio bri ta nico na Áfri ca e na Índia. Toda essa es tru tu ra se re ci clou sob a for ma da es tru tu ra de ONGs. Isso está do cu men ta do. Se for ne ces sário, nós te mos con di ções de pre ci sar exa ta men te de onde vieram. Entre eles, como di zia, o Prín ci pe Ber nhard e o Prín ci pe Philip. O Prín ci pe Ber nhard re ti ra ram da Pre si dên cia in i cial men te por que era mu i to pe sa da a de nú ncia de que ha via fe i to parte do Par ti do Na zi sta. Quan do do ca sa men to com a Prin ce sa Be a triz – esse nome mal me lem bro, Be a triz de Ho lan da –, re nun cia for çada men te à sua mi li tância, da qual te mos publi ca da até sua fi cha de a fi li a ção ao Par ti do Na zi sta. Isso, como eu di zia, vi nha do fa to de que toda essa rede con ser va cionis ta-ambien talis ta – que vinha, por exem plo, do fi nal do sé cu lo XIX e prin cí pio do sé cu lo XX, com as re des do Sr. The o do re Ro o se velt – e a so ci da de de eu ge nia eram so ci da des que a cre di ta vam exa ta men te na ques tão da pre ser va ção, em que o ho mem ti nha ge ne ti ca men te que ser pre ser va do. Isso é o que está, em úl ti ma in stância, atrás dess a idéia de re ser va ín dí ge na ou de um zo o ló gi co hu ma no em forma de uma re ser va ín dí ge na, man ten do uma po pu la ção apa rta da dos be ne fí cios de uma ci vi li

za ção. Esse gru po for ma a es tru tu ra do WWF nes se sen ti do, e o for ma em re la ção a po der eco nô mi co. O Clu be 1001 re ú ne – e isso está ain da ho je sob a res pon sa bi li da de do Prín ci pe Ber nhard – os prin ci pa is co la bo ra do res. Cha ma-se 1001, por que são 1001 con tri bui ções de US\$10.000 dó la res, apa ren te men te an ual men te. Na lista de oli gar cas co la bo ra do res do Clu be 1001, te mos o bra si le i ro Ed mund Sa fra, que foi as sas si na do no ano pas sa do, em Mô na co, ir mão de José Sa fra, que é da di re to ria atu al da WWF-Bra sil. En tão, o WWF é, jun to com a União Inter na ci o nal de Pre ser va ção do Ambien te e com o Con sel ho Mun di al de Igre jas, o Esta do-Mai or, que con gre ga as de ma is or ga ni za ções não-governamentais. As de mais, têm e par ti ci pam de uma cer ta ca pa ci da de, por exem plo, de in te li gên cia, como o ISA, que re u niu re ma nes cen tes do Cen tro Ecumê nico de Do cu men ta ção e In for ma ção e de ou tras or ga ni za ções am bien talis tas. Te mos a lis ta dos fun da do res das ONGs in ter na ci o na is que fun da ram, na ver da de, o ISA – In sti tu to Só cio-Ambien tal, que re ú ne uma cons te la ção de or ga ni za ções não-governamentais. São or ga ni za ções – po de mos di zer – de pri me i ro pla no. De pois, te mos or ga ni za ções fun cionando como “tropas de cho que”, como **Greenpeace**, Ami gos da Ter ra, Envi ron men tal De fen se Fund, etc. Na gama de or ga ni za ções que te mos enun ci a do – e no qual você men ci o na al gu mas – a As so ci a ção Ama zo nas é mais um ne gó cio de ter ras que apa re ce como ONG. Essas or ga ni za ções pe dem con tri bui ções para, su po sta men te, pre ser var uma área que está mal pre ser va da no sen ti do de que foi mal ad qui ri da, quer di zer, essa his tó ria in i ci ou mal.

Quan to ao es que ma dessa hi e ra rquia, acer ca da qual es ta mos dan do ape nas pin ce la das, se os Srs. Sena do res as si mo de se ja rem, po de mos, por es cri to, apre sen tar um or ga no gra ma de ta lha do desse pro ces so. Há jun to a isso, efe ti va men te, essa or ga ni za ção de Sir La u rens van der Post, que é as ses sor, eu di ria, es pi ri tu al do Prín ci pe Philip – isso é pú bli co.

O SR. BERNARDO CABRAL – Ele é co nhe ci do como o gu ru mís ti co.

O SR. LORENZO CARRASCO – É o gu ru. E não so men te isso. O res to se in ter co nec ta, por que a idéia de que o meio am bien te... In clu si ve, há o ques ti o na men to de que se têm que mu dar es ses prin cí pios, e se ques ti o na o prin cí pio do Gê ne sis, di zen do que ele é de ma si a da men te an tro po cên tri co. Esse é um dos al vos con stan tes des se pen sa men to.

Há re u ni ões do Pa lá cio de Buc king ham, quer di zer, na Casa de Windsor di re ta men te, por que ele é as ses sor da Casa de Wind sor em as sun tos es pi ri tu a

is e de meio ambiente. Estive em uma reunião em Assis, na Itália, onde se reuniram muitas igrejas para falar, pela fé, em relação ao meio ambiente. Nisso está, efetivamente, a organização Findhorn, da Escócia, à qual não sei se pertencia diretamente o Ministro Lutzenberger, mas estava associada a uma fundação que está, podemos dizer, no patamar de uma organização, que é a Fundação Gaia, da qual Lutzenberger, sim, era representante no Brasil e era íntimo amigo do Príncipe Charles, a ponto de que, em visitas de Estado, foi recebido de uma maneira muito especial e singular pela família real.

O SR. BERNARDO CABRAL – Depois, caiu em desgraça.

O SR. LORENZO CARRASCO – Caiu em desgraça porque ele não é, sinceramente, uma pessoa muito estável no sentido do que defende em seus livros. Houve uma oportunidade em que, sendo ele Ministro, ele ligou para o meu escritório no Rio de Janeiro, protestando porque ele havia feito juízo – e eu li seus livros –, atacando basicamente todas as melhores da medicina, porque isso estava contribuindo para o crescimento da população. E eu lhe disse: “Sr. Ministro, isso é uma sandice, uma loucura. Como o senhor vai sustentar isso?” Então, ele disse: “Bom, se fosse louco, não seria Ministro do Meio Ambiente.” Desligamos o telefone, e a realidade é que determine o nível de sanidade do Sr. Lutzenberger.

O SR. BERNARDO CABRAL – Por que ele se colocou contra o programa Cálha Norte? Isso é importante.

O SR. LORENZO CARRASCO – Eu não me lembro exatamente dos argumentos que ele utilizou, mas estão nos arquivos jornalísticos. E quero aclarar que o único nível de investigação que fazemos é o estritamente jornalístico. Não temos qualquer outra capacidade de fazer. Entre tanto, o que o que está publicado, quer dizer, que é de domínio público, é o que está na Internet.

O SR. BERNARDO CABRAL – Estou satisfeito. Vou ao telefone, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo, então, a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho, próximo inscrito.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Sr. Carrasco, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta reunião é muito oportuna, pois o meio ambiente é uma preocupação de todos. Quando acordamos, abrimos os olhos e vemos o meio ambiente, observamos se há fumaça, se faz sol, se há mosquito. Todos nos preocupamos com isso, o que é natural, desde o início da Humanidade. No en-

tanto, a questão ambiental se transformou num instrumento de dominação. Terminada a II Guerra Mundial, determinados grupos hegemônicos, a fim de preservar essa hegemonia sem o uso ostensivo de armas letais, passaram a utilizar o argumento da questão ambiental e uma suposta proteção de minorias para seus fins de dominação. Vivemos no Brasil um momento em que se fazem presentes as consequências dessa política.

Foi dito aqui – e era sabido de todos – que a luta do Brasil para se desenvolver e crescer, de sejo de todos, sofre ameaças. Com as suas potencialidades, não apenas pela posição extensa que ocupa, com climas diferentes, áreas frias, áreas temperadas, áreas quentes, quantidade fantástica de água, florestas, recursos minerais e a maior reserva mineral do mundo na Amazônia, o País precisava ser controlado. Assim, o que se fez? Primeiro, uma campanha muito forte contra as hidroelétricas, a instalação e o aproveitamento de 105 mil megawatts gerados na Amazônia. Então, qualquer movimento de aproveitamento hidráulico da região amazônica era objeto de condenação. E conseguiram, inclusive, que não houvesse financiamento para obras de construção de hidroelétricas na região amazônica. Ao mesmo tempo, surgiu esse movimento mais recente contra as chamadas hidrovias. Por quê? Porque o Brasil descobriu o Plano Central, a Região Centro-Oeste, cujo potencial para a produção de grãos e de algodão, é fantástico. Ele corresponde a vários **corn belt** americanos. Ora, a União Europeia considerou o transporte hidroviário como o mais ecológico e o mais barato meio de transporte, como também considerou a energia hidráulica como a mais recomendável e a mais ecológica. E, no entanto, começou-se uma campanha terrível no Brasil contra as hidrovias, que vão dar oportunidade de escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste para os mercados internacionais, com uma vantagem de US\$15 a US\$25 por tonelada na colocação da soja, por exemplo, nos mercados internacionais. Então, é um risco.

Nas margens do Araguaia e do Tocantins, há 400 índios. Então, temos que impedir a construção da rodovia Araguaia-Tocantins, porque vai prejudicar a vida desses 400 índios. Eu não sei em que, se esses índios já vivem, secularmente, na beira do rio e vão continuar vivendo na beira do rio. Não se vai abrir canal novo; não se vai alargar a calha natural do rio; ela vai apenas disciplinar, melhorar e proteger essa calha. Mas é preciso impedir que se faça isso.

Na região, temos algumas estradas abertas há 50 anos, outras, há 30, ou tras, há 40 anos, que não eram asfaltadas porque não havia recursos, meio se até asfalto para asfaltá-las, mas que estão lá. Mas agora é um crime asfaltar essas estradas, porque isso vai prejudicar o meio ambiente. Então, vemos pessoas do Go ver no, do Mi nis té rio do Meio Am bi en te, fazendo campanha contra o asfal tamen to da que las es tra das, por que isso vai pre ju di car o meio am bi en te. Ora, e os 20 mi lhões de pes so as que vi vem na Ama zô nia? Per ten cem ou não ao meio am bi en te? Obje ti va-se que o meio ambiente vá proteger quem? As pes so as. Como o Sr. Car ras co dis se, quan do se quer tratar melhor os animais do que os seres humanos, ama nhã, nós va mos tra tar os se res hu ma nos pior do que os animais.

Então, a consequência desses movimentos é que nós estamos sem a possibilidade de um maior desenvolvimento do Centro-Oeste, sem a possibilidade de desenvolvimento da própria Amazônia. Por exemplo, o Estado do Ama zo nas re pre sen ta pra ti ca men te 30% da Ama zô nia e cer ca de 18% do ter ri tó rio nacional. O Governo Federal faz um programa de ações estratégicas para o Brasil, e o único Estado brasileiro que não tem uma ação es tra té gi ca pro gra ma da é o Estado do Ama zo nas. É exa ta men te por ca usa da pres são, pelo crime que pra ti ca mos de ter mos 98,2% da floresta intocados. Então, pagamos por esse crime. E to das as ve zes em que se mo vi men ta qual quer co i sa em re la ção ao tra ba lha, ime di a ta men te sur gem as idéias. Agora, no Brasil, está in te res san te. Por exem plo, se sou be rem que ama nhã vai ha ver uma re u nião do Ban co Mun di al, do G-7, do que seja, lá fora, para dis cu tir pro ble ma de fi nan ci a men tos para a Amazônia, saem capas e reportagens fantásticas nas revistas, mostrando o desmatamento, quei madas, o di a bo, o que não exis te. Em re la ção à Ama zô nia, eles pe gam aque las re vis tas e cor rem para a re u nião: “pre ci sam nos aju dar”. O que eles que rem é ver ba. E, com isso, pa ga mos a con ta. Esta mos pa gan do uma con ta cara. E o re sul ta do, como fa lei ini ci al men te, é que toda essa po lí ti ca de con ten ção – de hi dro e lé tri cas, até de me i os de trans mis são, até de ga so du to estão re cla man do – causou agora aquilo que que rem. Porque, ainda hoje, quan do fa lei, no Plenário, apartando-me o Se na dor Ney Su as su na, dis se ele: “– Ago ra o se nhor to pou. O ob je ti vo era este: pa rar o cres ci men to do Brasil. O Brasil cres cen do é uma ame a ça, é um pe ri go, é pre ci so pa rar o Brasil.” Quan to a essa po lí ti ca am bi en tal mal co lo ca da, acho que de ve mos ter pre cau ções com muita co i sa, é natu ral,

de ma ne i ra cor re ta. Mas, como está sen do fe i ta, não. A demarcação das reservas indígenas nes te País é um crime de le sa-pátria. Se pegarmos o mapa, va mos ver, lá em cima, onde começa a re ser va Ya no ma mi: 9.200 mil hec ta res, área mai or do que Por tu gal, onde vi vem 12 mi lhões de pes so as. Lá vi vem mal seis mil Yanomamis, de quem muito falaram e depois abandonaram. Quando terminaram a re ser va Ya no ma mi, demarcaram ago ra a re ser va Tu ca na: 8.400 mil hec ta res. Aí, já pega o resto da fronte i ra com a Ve ne zu e la e a Colômbia. Quando terminar a reserva Tucana agora, tem um espaço que que rem de mar car: a re ser va Ti ku na, por que, a se guir já está em pro ces so de demarcação, e de mar ca da, a re ser va do Ja va ri, dos Casseteiros. Então, a nossa fronteira está toda ela transformada em imensas reservas indígenas. Se pegarmos só essas três, elas somam 28 milhões de hectares, quase 20% do Amazonas. E são apenas três; ain da fal ta de mar car a ou tra, e uma por ção in te ri or da re gião.

Depois dessas reservas indígenas, eles criam os parques nacionais, reservas ecológicas e reservas de conservação interessantíssimas. Certa vez, visitei uma dessas re ser vas no meu Estado e, quan do ha via festa, fui fa lar com os mo ra do res, os be ne fi ci á ri os da re ser va. Per gun tei se me lho rou a vida de les. Eles me disseram que a vida de quatro pessoas melhorou, por que con se gui ram um em pre go de guar da. Então, passam o dia naqueles botes rio abaixo, e o resto con ti nua do mes mo modo. Eu per gun tei se ha via al gu ma co i sa es tra nha. Dis se ram-me que o que é es tra nho é que, toda se ma na, saem de lá mu i tas ca i xas de espé ci mes ve ge ta is e ani mais – ger mes, fun gos e bac té ri as em um pou co de ter ra que co lo cam na que las ca i xas. Essas ca i xas saem, e não se sabe aon de vão. Isso ocorre lá. Por quê? Porque não há como controlar. Existem duas ou três or ga ni za ções sé ri as, mas a mai o ri a de las estão a ser vi ço de in te res ses que não são os nos sos. Ou tras são or ga ni za ções pro fis si onais, aquilo que chamei de “ongueiros”, pessoas que es tão vi ven do de ONGs. Essa é a do lo ro sa re a li dade.

Per gun to ao Sr. Lo ren zo Car ras co: qual a idéia que se tem, no ex te ri or, do com por ta men to brasileiro em re la ção a essa li cen ci o si da de que há com res pe i to às ONGs in ter na ci o na is que atu am aqui den tro?

O SR. LORENZO CARRASCO – V. Exª po de ri a re pe tir a per gun ta? Não en ten di pa rte dela.

O SR. GILBERTO MESTRINHO – Qual é a im pressão internacional, nos meios sadios, da dis pli cênci a brasileira, da con ví ênci a brasileira ou até da le

viandade brasileira em relação a certas ONGs internacionais que atuam aqui, defendendo interesses?

O SR. LORENZO CARRASCO – A única impressão que há na imprensa internacional é que... Evidentemente, não se critica a displicência; ao contrário, diz-se que é insuficiente. Sabe-se que a legislação ambiental brasileira é mais restritiva que as dos países europeus, que já conseguiram a construção das suas hidrovias. Aliás, estão construindo a ligação entre dois dos grandes “cúen cas” para poderem entrar na Europa oriental e consideram que isso é fundamental para o interesse nacional.

A legislação no Brasil é mais restritiva do que nos países europeus, que já chegaram a uma etapa de desenvolvimento precisamente em suas hidrovias, que são fundamentais ao seu desenvolvimento desde que Europa é Europa. A interiorização do desenvolvimento se dá por meio das hidrovias e, é claro, pelo resto da infra-estrutura.

A visão da imprensa internacional é toda contra. Tenho um vídeo que passa na TV a cabo – que estamos dublando em português e colocaremos à disposição dos Srs. Senadores assim que o tivermos pronto –, no qual se denuncia exatamente uma parte das organizações não-governamentais entrevistadas nos Estados Unidos sobre a região amazônica. Trata-se de uma reportagem até muito interessante, que penso que seria importante que os Senadores vissem. Afora jornalistas independentes e honestas, como Ele na Dick wart, que estão buscando a justiça, que dão um panorama do problema, e pe que nas manifestações, os meios de comunicação são um conjunto e estão aliados a essa causa, por que são parte da estrutura do poder.

Se observarmos a composição do WFF ou da União Internacionale verificarmos a interconexão que há, por exemplo, com o grupo que controla o **Daily Telegraph** ou com os grupos que controlam o **Washington Post** ou **New York Times**, é curioso, porque, geralmente, os ativistas das ONGs, que o Senador menciona como “ongueiros”, justificam sua atitude como uma atitude romântica, idealista, contra os capitalistas, os predadores, os industriais, os empresários os malvados, que que rem o lucro, e tudo o que significa desenvolvimento, mas escondem muito claramente que quem está movendo tudo isso é o grande capital internacional. Quer dizer, em sua ideologia, eles só vêm o calmente, ou seja, que estão afetando um empresário que está trazendo de escoar soja no rio Paraguai ou que impediram a possibilidade de construção de uma hidroelétrica ou de uma linha de

transmissão, mas não vêem o efeito disso. Repito o que disse sobre o Ministério Público. O Ministério Público é para defender os interesses difusos da sociedade brasileira. Entre tanto, o que está fazendo com as ações de tendo a infra-estrutura é divulgar do difusamente o mal com respeito à sociedade em seu conjunto. Então, isso é curioso.

Temos uma série de defensores radicais do meio ambiente, mas ninguém se questiona que uma das principais organizações que está atacando o problema do relatório Mi che letto é o WWF, que está formado basicamente pelos dois grandes grupos monopólicos dos meios de comunicação no Brasil: o Sr. Roberto Marinho, Vice-Presidente da Rede Globo e o Sr. Pedro Si rotsky, da RBS, do Sul do País. Aqui se descobre uma coisa muito interessante.

No ano passado, jornalisticamente - isso é importante -, acompanhei a primeira intenção do Deputado Moacyr Micheletto. O que observamos foi que havia o Greenpeace, o Instituto Sócio-Ambiental, o WWF e os helicópteros da **Rede Globo** visitando as propriedades...

O SR. GILBERTO MESTRIHO – Eu gostaria de interferir para dar um esclarecimento. Por exemplo, aqui foi a maior farça que já se viu. O senhor imagina que, na Amazônia, apenas 23% das terras são de propriedade particular. Parte desses 23% já estão sendo utilizados na agricultura, na pecuária, etc. Digamos que, pelo menos, 5% já são utilizados. O Relatório Mi che letto propunha que 50% da área da propriedade particular pudesse ser utilizada. Ora, 50% de 23% são 11%. Não são 50% da Amazônia, mas 50% de 23%, o que ninguém teria condição de fazer, de chegar a tanto. Entre tanto, nunca foi dito isso na imprensa. Na imprensa, era dito que queriam destruir a Amazônia, desmatar 50% da Amazônia. Quer dizer, isso é o que previa o Relatório Mi che letto.

O SR. LORENZO CARRASCO Para complementar isso, eu queria mencionar uma reportagem da **IstoÉ** desta semana, que cita claramente o WWF, o Diretor-Executivo Garo Batmanian, o Instituto Sócio-Ambiental e o Greenpeace, com o Ministério do Meio Ambiente, dizendo a mesma coisa: isso vai devastar 80% da região amazônica. Se isso é o que está passando, por que ocorre isso? Porque não se diz: “Ah, não é de informação”? Não é de informação. É de informação, porém não é ingênua. É uma articulação dos grandes grupos dos meios de comunicação, que, com o poder financeiro, utilizam os radicais do Instituto Sócio-Ambiental, do Greenpeace e do World Wildlife Fund para de ter o desenvolvimento do País

com mentiras, das quais Koevoet se horrorizaria, pois são mentiras absolutamente contra o desenvolvimento do País. São mentiras que não saem na imprensa. Então, se há um braço policial, por meio do chamado poder independente do Ministério Público, se há um poder onipotente nos meios de comunicação, se há um poder de obstaculizar os investimentos por meio do Banco Mundial, e se agora estão começando a se interiorizar nas instituições nacionais, por que têm poder para isso, temos uma “eco ditadura”.

Quando se analisa a junta diretiva do World Wildlife Fund – desculpem-me, Srs. Senadores, enfatizar isso, mas não se trata de um grupo que está querendo preservar o meio ambiente –, quando temos a conjunção dos senhores José Roberto Marinho, Rockefeller, o homem do Conselho das Américas, Joseph Safra, proprietário do Banco Safra, Pedro Sirotsky, herdeiro do Grupo RBS, Braufmann, que representa os interesses do Brasil, que são os que financiam parte das operações da reunião de Altamira, necessita-se estar muito cego, pois não se está tratando de preservar meio ambiente; está-se tratando de preservar poder político. É o poder político de determinar a vida das instituições em uma direção determinada, na qual esse enorme potencial que todos vêm... A diplomacia da China queria também ter um aliado no Brasil, que é garantia de aliados, Rússia queria ter garantia, por que necessita de carne, e outras nações, como Japão, que está tão interessado no desenvolvimento do cerrado. Evidentemente, isto é o que se está parando. Estou absolutamente de acordo: o Brasil tem a missão de ser um celeiro do mundo. Esse desenvolvimento agropecuário é a possibilidade de redimir a necessidade de ter empregos neste País, de ter milhões de empregos rapidamente, porque a situação social vai terminar a obra de letéria que o sistema financeiro começou, por meio da política de austeridade. Tirar o Sudene e o Sudam da possibilidade de créditos, e estamos chegando a uma ditadura financeira do Banco Mundial. Se não temos agências próprias de financiamento, estamos nas mãos das ONGs, que estão conectadas ao sistema financeiro, via Banco Mundial e bancos, os quais podemos documentar, e de ONGs que estão totalmente atreladas ao sistema de poder dos meios de comunicação. Ou será que os radicais do Instituto Sócio-Ambiental ou do Greenpeace não sabem que o WWF está controlado pelo Sr. José Roberto Marinho? Serão tão ingênuos? Serão tão manipuláveis? Essa é uma pergunta que, evidentemente, temos que responder.

Eu lhes digo, absolutamente, como única questão a analisar tudo isso, que realmente me ferve o sangue, porque estamos vendo exatamente a patraalha que se está fazendo contra os cidadãos, contra os miseráveis deste País.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, eu ouvi atentamente o depoimento que foi feito pelo Sr. Carrasco. Confesso que, ao longo da sua exposição, algumas das observações que ele trouxe por escrito não foram novidade, porque já havia lido o livro do qual ele é coordenador.

Uma das primeiras perguntas que eu gostaria de fazer a V. S^a, Sr. Carrasco – gostaria de perguntar a V. S^a me responde – é que, no livro, temos o senhor como coordenador, os tradutores, a pessoa que fez o *design*, o diagramador, e assim por diante. Mas, dos vários artigos que figuram no livro, não constam os seus autores. Eu gostaria de saber quem são, até porque, como falou o Senador, V. S^a trouxe as coisas de forma não apócrifa. Então, seria interessante sabermos quem foram os autores que redigiram os diversos artigos.

Eu anotei aqui várias perguntas e tenho também alguns comentários, de sorte que vou-me ater às perguntas e, de pois, fazer os comentários. Por exemplo, no referente à reserva Yanomami, uma das autoridades militares do Governo de então que batalhou pela demarcação das terras foi o Ministro Jarbas Passarinho. V. Ex^a também acresci que ele também estaria nessas comissões da Casa de Windsor? É uma pergunta que faço.

Na página 127 do livro que V. S^a coordenou, onde se fala do Presidente Fernando Henrique Cardoso, há um capítulo que diz que “o Brasil enfrenta o ambientalismo...” e que descreve um processo bastante longo, mas há um momento que diz, logo na introdução: “Em dezembro de 1997, durante a sua visita de Estado a Londres, o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu uma das mais claras demonstrações de suas afinidades com o propósito do estabelecimento anglo-americano. Na ocasião, o então Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Sr. Eduardo Martins, entregou ao Príncipe Philip, Presidente honorário da WWF, uma carta oficial do Governo brasileiro anunciando a concordância com a campanha das ONGs de 10% de reservas”, e assim por diante.

Mais à frente, há um trecho que faz referência à alguém da Fundação MacArthur, dizendo que essa pessoa é a confirmação de que o Presidente participou com plano anglo-americano. O trecho citado no livro diz o seguinte: “Há vinte anos, quando a Fundação Ford decidiu investir em um centro de estudos acadêmicos, o Cebrap, idealizado à época por um sociólogo chamado Fernando Henrique Cardoso, a situação política brasileira não era particularmente sólida. Foi feita uma aposta em um grupo que, há vinte anos, parecia ter o perfil de uma futurização. Deu certo”.

Continuando a abordagem do livro coordenado por V. Ex^a: “A despeito da imprecisão cronológica da SRA. Simonsen, cabe perguntar: deu certo para quem?” Vem a seguir uma série de insinuações fazendo dessa ligação.

Mais à frente, na página 221, há uma espécie de cronograma em que é feito um quadro em cujo topo está a Casa de Windsor e, mais abaixo, o MST. Há um momento que fica estranho, porque aqui, no Brasil, temos a compreensão de que há um antagonismo muito grande entre a ação do MST e o Governo. Há divergência, é claro que existem momentos em que até houve tentativa de aproximação, para os problemas da reforma agrária. Mas há um movimento bastante acirrado entre o Presidente da República e o MST. V. S^a acha que a divergência entre o Governo brasileiro e o MST é apenas uma farça, mas que, no fundo, os dois estão juntos nesse complô anglo-americano?

Também temos informações de que a Polícia Federal atua com recursos financeiros oriundos do Departamento Antidrogas dos Estados Unidos, que é o DEA. O senhor acha que isso pode caracterizar um envolvimento da Polícia Federal com esse complô anglo-americano?

Há outros aspectos ainda. V. S^a apresentou uma tese, também bastante interessante, referente à crise energética. Aqui, no Congresso, está-se discutindo – e hoje de manhã tivemos uma reunião da Comissão de Infra-Estrutura, para a qual autoridades do Governo foram convocadas, mas, infelizmente, não compareceram, porque existia um grupo de cientistas e vários pesquisadores de respeitáveis universidades do nosso País, dispostos a debater com as representações do Governo – que a nossa crise energética se deu em função de uma política de privatização irresponsável, pela falta de investimento no setor energético do nosso País. Isso está sendo motivo de debate, de discussão, pelo Governo, pelo Congresso, por

pesquisadores, por cientistas e, enfim, por todas as pessoas que estão preocupadas com a crise energética. Pela tese que ouvi V. S^a apresentar aqui, de que existem 276 empreendimentos nessa área que estão paralisados, segundo Furnas, não é isso?

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim.

A SRA. MARINA SILVA – A tese que o senhor traz é de que essa crise energética foi provocada também pelas ONGs, e não por essas razões, para as quais vários cientistas e o próprio Governo estão fazendo todo um calendário de ação e de contra-ofensiva?

Espero que V. S^a esteja anotando essas perguntas. Tive o trabalho de ler o livro e confesso que tive uma dificuldade – já identifiquei de antemão aqui – com uma imprecisão: é que, na citação que V. S^a faz do livro do Gênesis, dizendo que o versículo 18 diz que há uma supremacia da visão antropocêntrica do mundo em relação à natureza – e alguém aqui li ou, dizendo que era no Capítulo I, versículo 18 –, pude verificar que é no Capítulo I, que não está citado. Na referência bíblica, nós colocamos o capítulo e, em seguida, o versículo. Capítulo: versículo. É no Capítulo I, mas o versículo não é o 18, mas o 26. E quando li, fiquei um pouco assustada, porque sou evangélica, graças a Deus, e gosto muito de orientar a minha ação baseada em princípios bíblicos. Só que, se pegarmos os capítulos bíblicos de forma isolada, incluíve com a imprecisão dos capítulos e dos versículos, podemos levar a interpretações falsas. Aí, vou citar alguns, que são complementares a essa citação, que foi incorreta, nesse livro, que achei muito interessante.

Sou uma pessoa que tem uma identificação muito grande com o meio ambiente. O Senador Moreira Mendes, quando estivemos em Rondônia, tivemos uma audiência pública muito acirrada. Naquela audiência pública, quando eu ia entrando, um trabalhador, creio que era um fazendeiro, disse o seguinte: “Hoje, aqui, não vai aparecer um ambientalista”. Ouvindo aquilo – nunca fui de me acovardar, sempre gostei de honrar as coisas que visito – disse-lhe que havia ao menos um: “eu defendendo o meio ambiente”. E falei exatamente como alguém que tem a preocupação de proteger a natureza. Com a preocupação que tenho de proteger a natureza e para evitar essas imprecisões bíblicas, estou fazendo um estudo, já há muito tempo, sobre como, na Bíblia, se trata o meio ambiente, a natureza.

Essa visão antropocêntrica é claro que existe, mas ela é apenas uma deformação daquilo que é o contexto bíblico em todos os seus capítulos e versículos.

los, do Gênesis ao Apocalipse. Vou citar os mais radicais, o livro de Pentateucos, os cinco primeiros livros do Antigo Testamento, que valem tanto para os católicos quanto para os evangélicos, por que os católicos e evangélicos têm diferenças a partir do Pentateuco, mas nos cinco livros do Pentateuco temos convergências.

Veja mos o que diz o livro de Deuterônimo, no capítulo 20, versículo 19: “Quanto sitiare uma cidade por muito tempo, pe le jan do con tra ela para to mar, não destrua o seu arvoredo, meten do nele o ma cha do, porque dele comerás, pelo que não cortarás, pois será a ár vo re do cam po um ho mem que se cons ti tua como teu ini mi go para que tu pos sas si tiá-la.” É uma das referências bíblicas que pede cu i da do com os recursos na tu rais. Mais à fren te, no ca pí tu lo 22, em Deuterônimo, oversículo 6 diz o se guin te: “Se de ca mi nho en con tra res um nin ho de ave em al gu ma ár vo re ou no chão, com passarinhos ou ovos e a sua mãe e os pás sa ros, não o mate.” Por que ha via uma pre o cu pa ção: se era a mãe com os filhotes, não se podia ma tar a mãe, os fi lhos e os ovos. Era pre ci so que ficassem vi vos para po der pro cri ar. Uma das co i sas mais lin das que en con tre i na Bí blia está exa ta men te no livro dos Gênesis, capítulo 21, versículo 33, quando diz que “Abraão plan tou um bos que”. Alguns dizem que plan tou um ar vo re do, en fim, há tra du ções di fe ren tes vin das do he bra i co. Diz-se que “Abraão plan tou um bos que com cem anos.” Isso tem uma sim bo logia muito bonita. Por quê? Porque um homem de cem anos, ao plan tar um bos que, não é para co mer seus fru tos, mas por que tem uma pre o cu pa ção com as ge ra ções fu tu ras. E Eli seu, quan do ten tou au men tar seu mos te i ro, onde ha bi ta vam seus dis cí pu los, foi obrigado a cortar madeira a 8 km de distância. Se considerarmos que, naquela época, não havia meio de trans porte, tudo era mu i to di fí cil, aqui lo já era uma demonstração concreta de que ha via um pro ces so de de vas ta ção. Por isso, este livro pre o cu pa va-se com o meio ambiente. Não pos so con cor dar com o fato de que este livro pos sa ser uti li za do para di zer que a vi são do homem dominando sobre todas as coisas, como ima gem e se me lhan ça de Deus, sig ni fi que um descuido com a preservação da natureza. Afinal, quan do fo mos cri a dos por Deus, não fo mos co lo cados em um pré dio, em uma ten da, em uma tor re, Ele nos co lo cou em um jar dim, ou seja, como se fos se em uma floresta. Fiz algu mas perguntas e este complemen to, por que não que ro que fi que a idéia de que estar de acor do com os prin cí pi os bí blicos é não ter uma pre o cu pa ção com a preservação da natureza fantás

ti ca que faz par te de nos so ha bi tat. Fiz este pe que no le van ta men to para cor ri gir esse erro de ci ta ção bí blica que há no li vro. As per gun tas que fiz fo ram exa ta men te no sen ti do de ve ri fi car onde existe a co e rên cia com o que está sen do dito aqui.

Cre io que a CPI está fa zen do uma in ves ti ga ção. Existe um pro pó si to de in ves ti gar aque las en ti da des que por ventura te nham pro ble mas, mas exis te uma contribuição das organizações da sociedade, que co nhe ço da mi nha ex pe riên cia, de le var sa ú de, edu ca ção e justiça muitas vezes onde não há. Da forma como está sen do tra ta do aqui, é como se todo o Go verno, da Justiça ao Presidente da República, es ti ves se nesse complô anglo-americano maldito, que re al men te to mou con ta de to das as co i sas. O li vro co lo ca o Pre si den te no mes mo com plô, in clu si ve mos tran do que o Ce brap foi fi nan ci a do por es sas en ti da des.

Então, gos ta ria de sa ber quem são os au to res do li vro e de ou vir a res pos ta a cada uma das per gun tas que aca bo de fa zer. De po is, se não me sen tir sa tis fe i ta, gos ta ria de re to mar, por que sin to que fui bas tante su cin ta nas mi nhas ob ser va ções.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Com a pa la vra, o Dr. Lo ren zo Car ras co.

O SR. LORENZO CARRASCO – Mu i to ob ri ga do.

Na ter ce i ra edi ção do li vro, que está pronta para sair, va mos fa zer evi den te men te uma er ra ta, va mos con fe rir para po der in clu ir a ci ta ção exa ta.

Começo pelo final, porque, primeiro, nenhum dos autores do livro pre ten de ata car a idéia da de fe sa do meio ambiente. Pelo contrário, estamos fazendo uma defesa do meio ambiente como deve ser feita. Não há uma floresta mais bonita do que a Floresta Ne gra, na Ale ma nha. Não há ní vel de vida mais ele va do na so ci e da de hu ma na do que o dos que vi vem nas ci da des que ro de i am essa flo res ta, fe i ta pelo ho mem, cri a da pre ci sa men te para seu usu fru to, pe las ge ra ções presentes e fu tu ras.

Dissemos todo o contrário. Queremos defender o meio ambiente. Queremos de fen dê-lo dos ambien talistas radicais, que vão pre judicar o meio ambiente. Po de ria ci tar aber ra ções, como, por exem plo, a pro i bi ção de DDT, que foi uma das primeiras questões que o **establishment** anglo-americano pro vo cou. Quan tas mor tes essa pro i bi ção trou xe em re la ção à ma lá ria e à fal ta de con tro le? Quan tas mor tes isso trou xe? O homem não é o meio ambiente. Lembro-me que, no Go ver no Col lor, o Mi nis tro Alce nir Gu er ra di zia que, para po der pro du zir cân cer, te ria que a pes

soa lambar seis metros quadrados de parede onde está exposto o DDT. Por que não há necessidade, se é um país que tem dengue e enfermidades tropicais e que necessita... Mas essa foi uma das primeiras operações do movimento ambientalista. Se a Senadora tiver interesse, posso-lhe contar toda a história. E vieram as consequências.

Então, quando falamos que a sociedade cristã ocidental, que o Confúcio ou outras religiões sempre pararam do fato central de que o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus, e Deus fez o homem bom, não o fez mal, não é interessante, exceto se os ambientalistas quiserem dar um diagnóstico, dizendo que Deus é a origem do bem e do mal. Como o Deus ao qual eu professo a mim mesma é um Deus bom, creio que o homem bom tem que preservar o meio ambiente e a natureza e tem que evitar aqueles momentos precisamente que estão prejudicando mais o meio ambiente, porque o homem é parte central do meio ambiente. A mente humana é a perfeição do processo de evolução natural, ou desconhecemos isso? Ou a mente humana é o avanço tecnológico, que vem da mente humana, não é parte do processo de evolução natural, então, o homem não é parte da natureza. Como creio nisso, nesse sentido me refiro ao sentido antropocêntrico, e não no sentido de que temos o direito de violar, de destruir, de queimar. Não, não! Temos que preservar, mas preservar em função da obra-prima do Criador, que é o ser humano.

A SRA. MARINA SILVA – Essas teses teológicas à parte, que, é claro, não vamos chegar, aqui, a um consenso, pois são interpretações diferentes. Quanto às demais questões, por que V. S^a começou do final?

O SR. LORENZO CARRASCO – Vou começar do final, porque é importante para estabelecer o espírito de todo o resto.

Primeiro, quanto à posição do Senador Jarbas Passarinho, nós fomos críticos – está escrito aí – da portaria que ele assinou. Este é um fato: ele assinou a portaria.

Ele passou por vários momentos em que teve que justificar publicamente essa decisão, tratando de convencer não a nossa opinião sobre a assinatura da portaria, mas a opinião que tem a maioria das pessoas de responsabilidade da região amazônica, se foi uma portaria irresponsavelmente firmada sob pressões internacionais muito grandes em função da Conferência Eco-92.

Isso é público. Houve uma carta, se não me engano, de 9 ou 13 Senadores, entre os quais se encon-

tra va o ex-Vice-Presidente Al Gore e outros, pressionando pela delimitação. Como o Governo queria ter a Eco-92 e ser saudado como parte da nova ordem mundial, que o Presidente Bush tanto pleiteara, ele cedeu.

Não creio que o Senador Jarbas Passarinho seja parte de um complô; eu creio que ele errou nessa decisão, e isso não é opinião minha, mas de muitas pessoas no Brasil.

Segundo, não se estranhe: o Presidente Fernando Henrique Cardoso – e eu não estou aqui tanto do Presidente com um fato desconhecido –, na visita de Estado à Inglaterra em dezembro de 1997, mandou uma carta comprometendo-se com o Príncipe Philip – isso está na **Folha de S. Paulo** e no **Jornal do Brasil**, e eu poderia proporcionar cópias disso.

A SRA. MARINA SILVA – Não, isso está claro em seu livro. O que pergunto é se V. S^a acha que ele faz parte desse complô, porque há interpretações suas sobre os fatos. Por que não tem uma interpretação sobre esse fato?

O SR. LORENZO CARRASCO – Olhe, vou-lhe dizer a interpretação e vou mais adiante nisso. O Presidente se comprometeu, de público, por meio do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama, com o Príncipe Philip. Ele não se comprometeu com o Governo inglês, mas com o Presidente emérito de uma organização não-governamental que é, na hierarquia das organizações, a mais importante. Quais foram as últimas motivações de Sua Excelência eu não posso dizer. O fato é que, recentemente, o Ibama assinou um acordo com o WWF – agora com seu novo Presidente, o Sr. Cassara – para ajudar a delimitar, exatamente o compromisso que o Presidente da República assumiu em dezembro de 1997. Esse é um fato jornalístico, e não que rofa um juízo.

O SR. BERNARDO CABRAL – Como também, na que altura, ele recebeu uma das mais altas condecorações da Inglaterra.

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim, a de Cavaleiro da Ordem do Banho, da Coroa Britânica.

Isso é público, está aí, o compromisso com Júlio César na Universidade de Cambridge, dando-lhe o título **honoris causa**. Eu não sei, não vou tirar conclusões. O fato foi que se comprometeu publicamente a delimitar 10% da área amazônica para o Príncipe Philip. Isso não é uma interpretação.

Segundo a citação da funcionária da Fundação MacArthur, uma das principais organizações dos Estados Unidos, que financia exatamente ONGs diversas relacionadas ao meio ambiente e a outras cau-

sas, como, por exemplo, o desarmamento civil e a redução das forças armadas nacionais, que leio: “utilizem as verbas que estão usando para a defesa nacional na defesa do meio ambiente”. Isso está público em documentos da MacArthur Foundation, inclusive, dito pelo ex-Presidente do Banco Mundial, Sr. Robert McNamara.

Quanto ao Movimento Sem-Terra, não quero simplesmente entrar em outra apresentação. O que estamos dizendo é que o Movimento Sem-Terra, antes de emergir como um movimento social poderoso dentro do País, era conhecido por que toda a sua liderança havia sido premiada, por intermédio da Comissão Pastoral da Terra, pelas principais fundações das coroas reinantes na Europa. Isto é fato: Holanda, Inglaterra, Suécia e outra, que me escapam à memória, concederam prêmios, dando relevância ao trabalho da liderança da Comissão Pastoral pela Terra e do Movimento Sem-Terra.

Além disso, jornalisticamente, eu soube da existência do Movimento Sem-Terra, porque ele estava sendo premiado no exterior, antes de saber qual a causa, o que depois tornou relevante. Evidentemente, considero que é um grande problema social que tem que ser resolvido, entre outras coisas, com o desenvolvimento do País e com o emprego no interior e no campo.

Quanto a esse problema, eu não estou juntando, embora seja evidente que o Governo Federal auspiciou, em grande medida, o Movimento Sem-Terra por meio de uma série de apoios financeiros e estas básicas que o Movimento Sem-Terra maneja. Mas esse é um tema que requer uma explicação mais ampla.

O SR. BERNARDO CABRAL – Também o Sr. Balbuíno, da Bélgica, que recebeu.

O SR. LORENZO CARRASCO - Da Bélgica, também, certamente.

Agora, os acordos da Polícia Federal com a DEA são acordos de Governo para Governo.

A SRA. MARINA SILVA – Mas o Ministério do Meio-Ambiente...

O SR. LORENZO CARRASCO – Mas não são acordos de Governo para Governo. E se são, por que estão sendo instrumentados por intermédio de organizações não-governamentais? O problema é que é uma ambigüidade das organizações não-governamentais. Porque, se há um acordo de meio ambiente, o Banco Mundial, ou as agências de desenvolvimento dos Estados Unidos, Canadá ou Inglaterra, dão ao Ministério do Meio Ambiente brasileiro

os recursos para que o Governo brasileiro implemente as políticas. Mas não é assim. Eles dizem: “eu vou dar uma ajuda, mas vai ser canalizada a tais e tais organizações não-governamentais”. Então, o poder de exercer é das organizações não-governamentais.

A SRA. MARINA SILVA – Mas, quando fazem os empréstimos, também dizem que não se podem fazer investimentos na área social; de Governo para Governo. Essas ingerências não se dão apenas na área ambiental. É isso que quer que V. S^a compreenda. Por exemplo, o Banco Mundial, a Rede de Proteção Social foi barreira da função de que, para fazer o empréstimo, teria que diminuir os investimentos sociais. Essa interfeção se dá de A a Z; não pode ser colocada uma lupa apenas em um aspecto. Agora, eu teenho mais uma pergunta, por exemplo.

O SR. LORENZO CARRASCO – Queriaminar as respostas às perguntas que me fez.

A SRA. MARINA SILVA – É que, como os demais Senadores foram bastante longos, fazendo comentários, eu quero utilizar o meu tempo para fazer perguntas, e para que fique bem claras as perguntas que estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu queria só fazer um apelo à Senadora Marina Silva, até utilizando as próprias palavras dela.

A SRA. MARINA SILVA – Eu só quero reivindicar o mesmo tempo que foi dado aos demais Senadores, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Eu quero apenas, usando as suas próprias palavras, que disse que ia fazer algumas perguntas e que, depois, que o palestrante respondesse, se não ficasse satisfeita, iria fazer suas considerações. Então, eu gostaria de apelar..

A SRA. MARINA SILVA – É que ele está respondendo uma por uma, e, quando eu não fico satisfeita, já contribuo para que ele não perca tanto tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Dessa forma, teremos um debate, ao invés de ser uma pergunta e uma resposta. Então, gostaria que o palestrante respondesse todas as perguntas da Senadora, que terá, depois, obviamente, o direito de réplica, de emendar ou de pedir...

A SRA. MARINA SILVA – Em acordo. Completarei as perguntas após o complemento do Sr. Carrasco.

O SR. LORENZO CARRASCO - Muito obrigado.

Bom, então, entramos no problema da crise energética. Creio, também, como a Senadora, que é mais do que uma política de privatização, porque o grosso do sistema elétrico não está privatizado, embora tenha havido privatizações. É algo mais grave. O Governo congelou os investimentos, na expectativa de que os grupos empresariais da Enron, da AES, investissem em retirar a responsabilidade anterior do Estado em investimentos de infra-estrutura. Tudo bem. Mas esse elemento está combinado com as pressões das organizações não-governamentais em deter. Isto é objetivo: a reunião de Altamira parou todos os investimentos hidroelétricos sobre o rio Xingu, afetou todos os investimentos em hidroelétricas em toda a região amazônica. E se pode medir o efeito disso a longo prazo.

Esse movimento afetou os empréstimos do Banco Mundial, que pressionou – a Senadora há de conhecer os fatos. Inclusive, Chico Mendes foi notório dentro do Brasil de pois de seu assassinato. No entanto, não era uma personalidade conhecida aqui. Como Paikan, era conhecido no Congresso americano, em Washington, onde iam fazer **lobby** para dizer como era má a política de investimentos públicos e de infra-estrutura do País.

Então, eu...

A SRA. MARINA SILVA – Ele foi lá para dizer que gostaria que a estrada fosse feita com a de marcação das terras dos índios, com respeito às reservas extrativistas, que é algo que já está feito hoje e que não emperrou o progresso. A estrada já foi construída, e o Acre continua com 30 mil famílias vivendo com me nos de um dólar por dia.

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim.

A SRA. MARINA SILVA – Apanaceia não resolveu.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não, mas apanaceia é que não tem havido desenvolvimento geral. A política de desenvolvimento parou.

A SRA. MARINA SILVA – Pois é (inaudível) poderiaterdesenvolvido, então?

O SR. LORENZO CARRASCO – Senadora, estamos vivendo a paralisação de investimentos públicos agora, com o “apagão”. Mas, se forem revistos todos os investimentos em infra-estrutura, encontrar-se-á uma situação calamitosa em todas as áreas, porque a ideologia era a de que o Estado não devia investir. Por quê? Porque a ideologia é essa. Assim como, no campo político, as organizações não-governamentais substituirão os poderes representativos do Congresso, etc., o que resume toda a

tese, ou seja, de que a instituição nacional será substituída pela estrutura das organizações não-governamentais, ainda assim a iniciativa privada tomará em suas mãos o investimento em energia. E aqui vemos um caso singular muito curioso, que sintetiza bem essa situação, que é o caso da AES (American Energy Services).

E vejamos Srs. que, com todas as complicações que se pu se ram a intermediar exatamente o problema da Califórnia, que foi regulamentação ambiental, tivemos a falta de energia e os “apagões” na Califórnia. Agora, todos os bandidos da Califórnia estão vindo ao Brasil oferecer o mesmo modelo de gerenciamento da crise que ofereceram à Califórnia, para lucrar. E, em particular, a AES (American Energy Services), que, na semana retrasada ou passada, disse que retiraria os investimentos de três bilhões porque não havia garantia cambial quanto ao custo do gás, e agora quer garantias cambiais também do investimento da planta, e resulta que a direção internacional da AES (American Energy Services) é composta de membros da WWF (World Wildlife Fund), dos Estados Unidos.

Então, eles estão cometendo um erro: sua perverção está sendo maior do que sua inteligência. E, nesse caso, podem ser perfeitamente analisados, em uma só compaña, os interesses entre uma ONG e a escassez de energia que se está vivendo. Quer dizer, as ONGs não protestarão, porque o gás é ecologicamente correto. Quer dizer, as ONGs vão que rer produção de gás, apesar de que é ineficiente, apesar de que uma eficiência térmica com o gás necessita de turbinas combinadas, e resulta que as encomendas no mercado internacional estão emperradas pelos próximos três ou quatro anos. É um suicídio, com um aumento de custo, em um momento inflacionário, entrar na questão do gás. Mas o gás é ecologicamente aceitável. Curioso é que, em um país que não tem gás, que tem água para produzir energia elétrica, que tem Angra III paralisada – também, entre outras coisas, por pressão ambiental que existe sobre a energia nuclear –, se vamos em contrar uma solução térmica do gás, que é intrinsecamente ineficiente, primeiro porque está em dólares, porque o País vai depender da importação de gás. E aí estão os investimentos, e o país sendo chantageado pelas companhias, pelos mesmos bandidos que estão roubando a população na Califórnia, que vão agora tratar de estabelecer uma saída através das térmicas. Isso é o que estamos vendo quanto à conexão das ONGs com a atual crise energética. Esse é um fato que vai me dir, como va-

mos me dir, da qui a dez anos, a fal ta de de sen vol vi mento do cerrado ou a falta de de sen vol vi men to da hidrovía Araguaia-Tocantins. Daqui a dez anos, a ação lo cal in gê nua de um Mi nis té rio da Jus ti ça ou do Ministério Pú bli co ou uma ação de um so nha dor am bientalista que negocia efetivamente: vamos 'aparar' a pas sa gem da hi dro vía. Da qui a dez anos, Se na do ra, vamos ver o pro ble ma da mi sé ria. Por isso, é útil o caso de Karaão. Por isso, é útil a re união de Alta mira. Deixemos a articulação do poder financeiro que se teve na re união de Alta mira e ve re mos seu efe i to em lar go pra zo, no pre sen te. E aí va mos sa ber se é cor re to que se te nha que re gu la men tar essa ati vi da de das orga ni za ções não-governamentais.

A SRA. MARINA SILVA – Ainda faltam duas perguntas. Uma delas já foi fe i ta pelo Se na dor Ber nar do Ca bral, so bre a de nú n cia que V. Ex^a fez com re la ção ao Ministério Público, que considero gravíssima. O Se na dor fez um pe di do de nomes, de pes so as e cir cun stân cías. E V. Ex^a as si na em bai xo da de nú n cia que fez.

Na introdução de seus livros, os editores afirmam que: "Ele se ba se ou fun da men tal men te no co nhe ci men to di re to do mo vi men to am bi en ta lis ta, ob ti do ao lon go de três dé ca das pela orga ni za ção Lyndon La Rou che, por meio de um ri go ro so tra ba lho de in te li gência". A pergunta é a seguinte: o senhor poderia detalhar como essa orga ni za ção in ves ti ga as ONGs e todo esse es que ma in ter na ci o nal sobre o qual V. Ex^a aca bou de fa lar? Como foi fe i to esse tra ba lho de in ves ti ga ção?

Ou tra in for ma ção, de que V. Ex^a se ol vi do u, que gos ta ria de sa ber é so bre os au to res dos ar ti gos do li vro que V. Ex^a co or de nou. Para mim, se ria mu i to im por tan te to mar co nhe ci men to, já que, como dis se o Se na dor, V. Ex^a trou xe um do cu men to as si na do e que não seria apócrifo. Pela experiência que tenho, até por ser professora secundária de História, sei que, quan do se faz a orga ni za ção de vá rios tex tos, pelo que en ten di, ou de pro du ção di ver si fi ca da, ci ta mos o nome das pes so as que ela bo ra ram essa pro du ção ci en tí fi ca.

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim. Sou be que foi uma de ci são que se to mou, e eu as su mo a re spon sa bi li da de da edi ção des se li vro. E se to mou por...

A SRA. MARINA SILVA – Então, V. Ex^a é o res pon sá vel pelo li vro in di vi du al men te?

O SR. LORENZO CARRASCO – Sou o res pon sá vel pelo li vro in di vi du al men te. Existe uma equipe da revista **EIR** – de que parti ci pei e que coordenei,

como cor res pon den te da re vi sta – que é res pon sá vel. Mas a re vi sta é que é res pon sá vel. Quem pu bli ca o li vro é a revista **Executive Intelligence Review**, uma revista in ter na ci o nal. E não é se gre do. Na le i tu ra do meu depoimento, tratei de sintetizar exatamente como é que vínhamos acompanhando esse mo vi men to há trin ta anos. Quan do se fala em tra ba lho de in te li gência, se fala de his tó ria. Tra ta-se de ir à his tó ria, de ver as fon tes, de ver como sur giu o mo vi men to e de acom pa nhar toda a sua gê ne se. Então, esse foi um trabalho que se realizou pela revista **Executive Intelligence Review**. Aliás, a revista surgiu quando se percebeu que ha via toda essa ten ta ti va, no mo men to de uma crise financeira, de reintroduzir um malthusianismo des ca ra do, isso des de a Re união do Meio Am bi en te, em Bu ca res te, em 1972, des de a fun da ção do malt hu si a no Clu be de Roma – o qual com ba te mos –, que falava dos limites ao crescimento, para lançar sua idé ia cata stro fis ta de que o cres ci men to po pu la ci o nal pro du ziria um co lap so na ci vi li za ção, fun da men ta do nas teses de Au re lí o Pec cei. E ci tei a di plo ma cia bra si le i ra, quan do, nas con fe rên cias de Bu ca res te, em in ên cias di plo má ti cas como Josué de Cas tro e Ara ú jo Cas tro aler ta ram de que a pres são am bi en ta l que es ta va sur gin do do Ban co Mun di al – isso são ci ta ções do Em bai xa dor Ara ú jo Cas tro – era uma ten ta ti va de con ge lar o de sen vol vi men to do Bra si le o po der mun di al. Ele fa lou isso em uma con fe rên cia, sen do Em bai xa dor em Was hing ton, para os es ta gi á rios da Escola Superior de Guerra. Ele foi muito cla ro: isto que está sur gin do é uma ten ta ti va de con ge lar o de sen vol vi men to do país, e nos sa po si ção, fa lan do em nome da di plo ma cia bra si le i ra, é a de que a pior das po lu i ções é a mi sé ria. E nós te mos que lu tar para de sen vol ver o país. Essa era a po si ção tra di ci o nal que a di plo ma cia bra si le i ra as su mi a. Hoje, re pi to essas pa la vras, e, pos si vel men te, muitas pessoas, espe cial men te vin cu la das às ONGs, vão pen sar que essa é uma po si ção ra di cal. Não, essa era a po si ção das na ções que que ri am o de sen vol vi men to, que es ta vam lu tan do pelo de sen vol vi men to. De 30 anos para cá, mu i ta água cor reu, e mu i tos prin cí pi os fo ram por água aba i xo, mu i tos prin cí pi os sim ples men te fo ram es que ci dos. Cre io que este é o mo men to de res ga tar prin cí pi os ba si la res. O Esta do na ci o nal so be ra no, como se vê na crise ener gé ti ca, é o ú ni co ca paz de ga ran tir o bem co mum e o bem-es ta ge ral da po pu la ção. E os in ves ti men tos que o Esta do tem que fa zer em ár eas es tra té gi cas de ener gia não po dem ser, no es sen ci al, dis pen sa dos a agên cias pri va das. Isso vale nos trans por tes, na ener gia, na sa ú de pú bli ca e na que les prin cí pi os que es ta vam es ta be le ci dos pre ci

samente no princípio do bem-estar geral da Nação. Querodizerquepodemosrecuperaressesprincípios, porque estamos em momento de crise. Como disse Franklin Delano Roosevelt no **New York Daily News**: “os princípios do bem-estar devem estar acima dos banqueiros de Wall Street”, ao que eu acrescentaria: “e de certas ONGs aliadas a eles”. A revista de ciênci que a autoridade desses artigos ficaria sob a responsabilidade da revista, por razões que poderia explicar particularmente.

A SRA. MARINA SILVA – Participaram brasileiros?

O SR. LORENZO CARRASCO – Participaram. Claro que sim. E muitos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo, então, a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Lorenzo Carrasco, inicialmente, desejo cumprimentá-lo pela expressão de ser estudioso de uma matéria tão delicada a todos os povos. Gostaria de fazer perguntas objetivas, mas começo com uma contestação a V. Ex^a. Talvez, na língua espanhola, a palavra não seja “contestação”, mas o é na língua portuguesa, quando V. Ex^a faz a crítica à situação da malária, em função da abdicação que houve do DDT.

Sou doutorado em Medicina Tropical e, portanto, conheço a matéria em profundidade. O Governo americano, nos anos 70, proibiu a utilização do DDT em seu país e aliou ao Terceiro Mundo, sabedor – do ponto de vista científico – dos agravos à saúde, induzindo a câncer, a alteração, disfunção sexual explícita, alteração ambiental e com estudos de nichos ecológicos muito bem definidos.

Então, creio ser inconcebível que se possa atribuir a V. Ex^a a intenção de fazer um comparativo do malefício e do benefício, olhando o homem em primeiro lugar. Mas, nós, histórica e cientificamente, conseguimos ter claro hoje que não precisamos do DDT. Nos anos 40, a Itália eliminou a malária sem precisar do DDT. Cuba eliminou a malária sem precisar do DDT. A República Dominicana, ao lado de Cuba, não eliminou a malária. Até há poucos anos, tinha 100 mil casos de malária por ano. No Acre, meu Estado, reduzimos em 75% a casuística, prevalência e incidência da malária sem utilizarmos o DDT em dois anos de governo. O problema da malária é político e administrativo. Se houver vigilância epidemiológica, ação em cima dos focos da doença, ela vai diminuir. Só não vai ser erradicada, porque é um problema ecológico distinto,

mas chegará a índices iguais a zero. Então, o DDT não deve ser inserido no aspecto de que o homem foi preterido, pois essa não é a razão absolutamente. Trata-se de um dano irreversível ao meio ambiente por, pelo menos, por 100 anos. Só nas células gordurosas do organismo, ele permanece pelo menos por 22 anos. Isso é muito grave do ponto de vista científico e médico.

Pergunto-lhe: a sua organização, a revista **Intelligence Executive Review**, parece ser dirigida nos Estados Unidos. O Sr. Lyndon LaRouche é o editor-chefe e fundador. O senhor confirma isso?

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim, sim.

O SR. TIÃO VIANA – Na revista **Nova Solidariedade**, esse senhor confirma que teria afirmado que Israel é controlado, a partir de Londres, como uma nação-zumbi, e que o sionismo é o estado de psicose seletiva por meio da qual Londres manipula maior partido judaísmo internacional.

O SR. LORENZO CARRASCO – Falso. Isso é falso.

O SR. TIÃO VIANA – Na mesma publicação, ele fala ainda que os nazistas apenaram cerca de 1,5 milhão de judeus.

O SR. LORENZO CARRASCO – Falso totalmente.

O SR. TIÃO VIANA – Então, isso não é verdadeiro?

O SR. LORENZO CARRASCO – Não existe. Isso é uma falsidade.

O SR. TIÃO VIANA – Então, não é verdadeiro?

O SR. LORENZO CARRASCO – Não é verdadeiro.

O SR. TIÃO VIANA – Perfeitamente. Então, na página 198 do seu livro, o senhor cita o Senador Renan Calheiros, que, quando Ministro da Justiça, foi o responsável pela promulgação da demarcação da terra indígena chamada Raposa Serra do Sol. V. S^a dizia que ele também faz parte da que le es que mantém a nacional ou seria um inocente útil?

O SR. LORENZO CARRASCO – Gostaria que V. Ex^a repetisse essa pergunta. Deixe-me dizer: é falsa essa afirmativa.

O SR. TIÃO VIANA – Não, é tranquilamente considerado que não é verdadeiro. Vamos fazer uma constatação, por que foram da dos...

O SR. LORENZO CARRASCO – Não há forma de provar, porque não existe essa citação.

O SR. TIÃO VIANA – Foram dados que tenho de verde, se forem verdadeiros, entregar, na próxima

reunião, ao Presidente da Comissão, para que se faça a leitura do documento. É um compromisso meu. Senão forem verdadeiros, vamos, perfeitamente, esclarecer como não verdadeiros. Esse é o meu papel aqui, de absoluta transparência.

O SR. BERNARDO CABRAL – Esclarecer e denunciar alguém que induziu a erro.

O SR. TIÃO VIANA – Com certeza, com toda clareza. Esse é o meu papel aqui. Segundo pergunta: na página 198 do seu livro, o senhor cita o Senador Renan Calheiros que, quando Ministro da Justiça, foi o responsável pela promulgação da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. V. S^a diria que ele também fazia parte da aquele esquema internacional ou era apenas um inócento útil? É uma pergunta.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não sei como o senhor chegou a essas perguntas, mas, sinceramente, não me lembro de haver feito nenhuma menção ao Senador.

O SR. BERNARDO CABRAL – Página 198, segundo parágrafo.

A SRA. MARINA SILVA – Está aqui.

O SR. TIÃO VIANA – Mas foi o senhor que escreveu esse livro. Foi o senhor que escreveu, seguramente. V. S^a deve lembrar, por que foi V. S^a que escreveu o livro.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não, não. A citação é da Portaria nº 820, que delimita a reserva indígena Raposa Serra do Sol. Não sei se isso está ratificado. Não sei qual o **status**. Creio que não está ratificado. Foi assinado, mas não foi regulamentado..

O SR. TIÃO VIANA – Está tramitando como matéria legislativa.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não estou afirmando aqui que o Senador seja parte de nenhum esquema. Apenas estou mencionando o fato...

O SR. TIÃO VIANA – E nem inócento útil nessa matéria.

O SR. LORENZO CARRASCO – Como?

O SR. TIÃO VIANA – E nem que estaria sendo utilizado por algum intento...

O SR. LORENZO CARRASCO – Não, não, de nenhuma maneira. Simplesmente pelo fato de que ele, sendo Ministro da Justiça...

A SRA. MARINA SILVA – A parte que ele fez, então, está corretíssima.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não estou dizendo isso. Não está corretíssima. Creio que, igual àquele caso do Senador Passarinho, a portaria está errada. E a Raposa Serra do Sol é outra aberração.

A SRA. MARINA SILVA - (Fora do microfone. Inaudível.)?

O SR. LORENZO CARRASCO - Eu não sei. Eu não qualificaria. Esse é um termo que você está dizendo.

A SRA. MARINA SILVA – Mas é o contexto como V. S^a colocou no livro. V. S^a colocou...

O SR. LORENZO CARRASCO – Senadora, ele assina uma portaria, e esse é o fato que se está retratando aqui. Eu não estou fazendo um juízo de valor, não posso fazê-lo. Sinceramente, dizer se ele (incompreensível) ou não, isso não são afirmações minhas. A única coisa que estou dizendo é que ele, sendo Ministro – há uma cronologia –, assina essa portaria. Desculpe-me não me lembrar exatamente onde estava essa citação. Para mim, não é uma coisa relevante.

O SR. TIÃO VIANA – Entendo, perfeitamente. Eu gostaria de deixar claro a V. S^a que a minha posição é nitidamente de aversão absoluta a qualquer movimento de internacionalização da Amazônia. Sou nitidamente nacionalista, com a visão de bom senso e prudência, como sou radicalmente contrário à posição recente do Presidente George W. Bush, que defende 1.200 usinas de energia, a maioria com posita pela produção de carvão e energia nuclear. Acho que é uma atitude insensata de uma gestão política que me parece ser muito prejudicial. Olho para a Teoria de Evolução, que determina a própria evolução humana, e para a história de que todas as espécies que perderam a oportunidade de partilhar do tempo foram aquelas que foram predatórias ao meio ambiente. Acho que temos que ter o bom senso de não sermos exagerados e desnecessários. Se há uma busca de convivência favorável ao desenvolvimento humano e sócio-econômico, temos que estar extremamente alinhados com ela.

Se olharmos hoje alguns modelos de gestão, vamos ver que eles podem ser perfeitamente acolhidos como positivos mesmo com a tese do desenvolvimento sustentável, de que tanta gente diverge. No meu Estado, a cadeia produtiva para as populações extrativistas tinha uma renda **per capita** de menos de US\$30,00, fruto de uma política das elites que do minaram ali, com a tese totalmente contrária à participação do terceiro setor. Hoje, existe um Governo que convive em paz, em respeito com as diversidades e com a interação necessária com o terceiro setor, e a nossa renda **per capita**, para essa cadeia produtiva, é de mais de US\$150,00. É pouquíssimo em termos

de renda internacional, mas ela aumentou mais do que cinco vezes em dois anos de Governo.

Acho que isso precisa ser considerado: o que vale, talvez, é o caminho do meio, do equilíbrio, de olhar o desenvolvimento humano aliado ao sócio-econômico, sem nenhuma aversão à contribuição de qualquer organismo ou qualquer setor social que queira ser solidário. Porque não posso rezar para a minha igreja, que tem o Papa João Paulo II, e imaginar que as ONGs são inimigas do meu País. Se o Papa é italiano e defende a vida digna no meu País, por que organismos internacionais que tenham um componente ético não podem partilhar dessa ação, desse conteúdo e dessa forma também, sem interferência e como devido e absoluto respeito à soberania nacional? Então, eu gostaria de deixar esse ponto.

Essas perguntas que faço – e que V. S^a as contestou no português, e não no espanhol – de vem umas postas a mim, na próxima reunião, da veracidade delas.

Espero trazer, assim, com a mais absoluta colaboração, porque, inclusive, fui informado – e vou confirmar – de que o Sr. Lyndon La Rouche foi preso e liberado recentemente nos Estados Unidos. Não sei se V. S^a confirmará isso.

O SR. LORENZO CARRASCO – Sim, mas não recentemente está liberado.

O SR. TIÃO VIANA – Mas foi preso?

O SR. LORENZO CARRASCO – Preso.

O SR. TIÃO VIANA – E a razão?

O SR. LORENZO CARRASCO – A razão é uma perseguição política contra ele.

O SR. TIÃO VIANA – Então, eu me comprometo também de trazer a documentação da justiça americana, que fala as razões da prisão dele, na próxima reunião.

O SR. LORENZO CARRASCO – Perfeitamente, não tem nenhum problema.

O SR. TIÃO VIANA – E ele ainda dirige a sua instituição?

O SR. LORENZO CARRASCO – Ele dirige a revista **EIR**, com muita honra, é uma pessoa extremamente respeitada no mundo, especialmente em função de suas políticas, e o senhor tem que imaginar por que ele foi preso, depois de haver escutado o que estava falando. Então, eu posso defender absolutamente a integridade do Sr. La Rouche, com o qual colaborei mais de 26 anos como correspondente da revista, porque acredito nas ideias, não por nenhuma outra razão.

Mas, se o tema La Rouche está que rendo trazer para desmerecer a fundamentação...

O SR. TIÃO VIANA – Ao contrário, é para elucidar e deixar o mais transparente possível o debate.

O SR. LORENZO CARRASCO – Mas temos que entrar em outra área de assuntos, os quais...

O SR. TIÃO VIANA – É muito importante que tenhamos plena e absoluta liberdade aqui.

O SR. LORENZO CARRASCO – Tudo bem, absolutamente.

O SR. TIÃO VIANA – A última pergunta que faria é a respeito da visão de gestão que V. S^a tem na relação a um País como o Brasil.

Existem teses de que o Estado tem que ser tudo: totalitário, amplo, somente ele. E existem teses que dizem que a sociedade tem que ser forte. E quando se fala em organização não-governamental, o que me parece é que há uma ideia de crime a quem exerce uma ação dentro de uma organização não-governamental. E me parece que o gesto de solidariedade que o terceiro setor, sem querer salário, por meio das ONGs, praticou é entendido como aspecto negativo de uma maneira geral. De maneira contrária, conheço o caso de voluntários em vários países do mundo, a exemplo do Chile, em que o Corpo de Bombeiros é formado de voluntários, que não recebem qualquer salário, e é um dos melhores do mundo, enquanto, no nosso País, as pessoas têm que ocupar postos de coronel, major, tenente ou capitão para fazer funcionar. Da mesma forma são os grupos que atendem portadores de deficiência física, formados de pessoas que vão para um hospital que têm crianças com câncer fazer solidariedade. Parece que há um aspecto negativo em ONG de uma maneira geral. Será que não é hora de V. S^a e de nós, que debatemos a sociedade, rompermos com esse preconceito e reconhecermos que existem problemas muito particulares, mas que o todo é bom para a Humanidade e é bom para o nosso País.

O SR. LORENZO CARRASCO – Desafortunadamente, V. Ex^a não estava aqui no princípio do meu depoimento. Mas existe uma diferença clara em relação ao que eram as organizações não-governamentais. Não confundamos organizações que simplesmente não pertencem a governos. Creio – e disse expressamente – que há ações de caridade. A Igreja é uma organização não-governamental. Desaprepectiva, se pode ir e gerenciar, mas fui muito particular. Quando me refiro ao fenômeno das ONGs, não estou me referindo às casas de misericórdia nem às ações que tradicionalmente a sociedade tem e que

são bem-vindas para o desenvolvimento de um país. Estou-me referindo especificamente ao tipo de estrutura de governo mundial que surgiu na década de 60, especialmente com a Fundação **Commonwealth**, que foi quem deu o nome de organização não-governamental. Antes, se chamava sociedade civil sem fins lucrativos, hospital de beneficência, etc. Isso, sim.

O problema é a generalização do termo “organização não-governamental”. O conceito de organização não-governamental substituindo as funções do Estado está errado. E o Estado, para poder dar liberdade aos seus indivíduos,...

O SR. TIÃO VIANA – Mas naquilo de que o Estado não dá conta, elas não podem ajudar?

O SR. LORENZO CARRASCO – Claro que sim. É claro que vão ajudar. Por isso é que não me refiro a esses tipos de organizações, as quais são bem-vindas, evidentemente. Quem vai criticar uma casa de misericórdia? E não é de agora; isso vem do século passado. Então, não me temos as causas de misericórdia nas ONGs para confundir o que estamos falando.

Não estou dizendo que V. Ex^a está fazendo isso, estou falando que há uma confusão.

O SR. TIÃO VIANA – Há um preconceito também.

O SR. LORENZO CARRASCO – Há um preconceito, mas me refiro a organização não-governamentais estritamente, pelo termo engendrado dentro do aparato da **Commonwealth**, cujos documentos eu te cito – e o livro cita – e a concepção da organização não-governamental na idéia de que estamos chegando ao fim do Estado nacional soberano. Porque essa foi a concepção. Não é que essa seja a concepção do desenvolvimento ou da motivação das pessoas. Hoje, evidentemente, as pessoas não fazem tanto trabalho de caridade como faziam antes nas igrejas, que tinham essa função juntamente com sociedades civis e tantas outras organizações que existiam centenariamente. Então, quando tratamos desse tema, por favor, estamos falando algo rigoroso. O tema central é esse problema de organizações não-governamentais no conceito que se criou, de substituir os mecanismos de representação, de substituir os mecanismos claros do Estado nacional soberano. Isso é que estamos debatendo.

Ou queremos uma sociedade condicionada por organizações não-governamentais cuja agenda está vindo do exterior – isso é o que está em questão, e não uma organização não-governamental que tenha

o propósito de ajudar as pessoas, com a qual, é claro, estamos todos de acordo; o problema é o interesse externo que está entrando a definir o destino do país – ou que queremos estabelecer e fortalecer o Estado nacional soberano, que não quer dizer o Estado como, também, um preconceito que foi criado contra a força de um Estado. Nunca se falou tanto da liberdade do Estado e nunca tivemos uma situação tão grave para a própria liberdade.

Sobre esse assunto, dizia o filósofo Friedrich Schiller que a maior fortaleza do Estado é a maior liberdade do indivíduo, no que não há contradição. Se o Estado está forte e organizado, e se há desenvolvimento, há a máxima liberdade do indivíduo. É uma falácia dos liberais e econômicos – neoliberais – tratar de minar o Estado para, supostamente, emergir a liberdade individual. É totalmente o contrário: quanto mais se mina o Estado, menos liberdade. O Estado também é um “bicho-papão”. O Estado nacional soberano é a instituição que se provou na história humana ser aquela que representa melhor o interesse geral da população. Isso é o que temos que defender.

O SR. TIÃO VIANA - Já estou concluindo. V. S^a fala e deixa claro que há particularidades e enfoques bem definidos em relação ao tema “organização não-governamental”. Já me deixa bastante aliviado essa clareza com que V. S^a expõe o assunto. Mas não vejo nenhuma iligibilidade de que eu possa contestar a política energética americana, por que isso me afeta e não significa intervir na soberania americana. Se eu pudesse intervir, organizando setores de lá que pudessem ajudar a combater aquilo... Por que aquilo afeta a Humanidade como um todo, já que são 1.200 usinas de energia, que vão afetar todo o Planeta pelas suas consequências.

Não posso estar complacente com 35.000 crianças que morrem todos os dias neste Planeta, de fome ou de causas evitáveis, nem achar que é intermencionismo um senador da França, Halford MacKinder fazer um dos discursos mais belos da Humanidade, indignado com essas razões, tentando intervir na África para que essa política no cívica internacional que se expõe na África não permita que toda a África Subsaariana tenha meta de desenvolvimento do Estado do Texas. Não posso me imaginar refém de um sílencio, entendendo que o que está acontecendo com a AIDS e a ação de multidões na África – que intervêm nitidamente contra o direito à vida da que o povo pela elevação do preço, por uma averção a um direito de produção de fármacos locais, dentro do próprio país – é

uma interferência internacional. Que ro co lo car o ca mi nho do meio como pon to de equi lí brio.

Aqui lo que vem para ser so li dá rio e pres tar de sen vol vi men to hu ma no e só cio-econô mi co não nos ame dron ta, por que a nos sa fir me za na de fe sa da in te grida de na cion al tem que ser à al tu ra do nos so con te ú do, do de sen vol vi men to do nos so sen ti men to cí vi co. O ame ri ca no faz isso mui to bem, e la men ta vel men te não fa ze mos isso; fi ca mos com me do de qual quer ato ex ter no, co mo se fos se in i mi go do nos so in te res se.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Con ce do a pa la vra ao úl ti mo ora dor in scri to, Se na dor Morei ra Men des.

O SR. MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Se na do res, vou pro cu rar ser bre ve, da do o adian ta do da ho ra. La men to que te nha mos ca mi nha do para um la do mais fi lo só fi co da ques tão, de i xan do o pon to ne vrál gi co pe lo qual vi e mos aqui, que é exa ta men te para dis cu tir de nú ncia s ve i cu la da s a res pei to da atu a ção de or ga ni za ções não-gov ern a men ta is. Não es ta mos dis cu tin do aqui qual é a boa ou a ru im, mas o ca mi nho para apu rar mos, que é o ob je ti vo des ta CPI.

Que ro, pri me i ra men te, fa zer um co men tá rio so bre uma afir ma ção que a Se na do ra Ma ri na Sil va fez. Dis se S. Ex^a que, em Ron dô nia, ao che gar ao re cin to on de se re a li zou a au di ên cia pú bli ca on de se dis cu tia a Me di da Pro ví só ria nº 2.080, foi ques ti o na da por um dos pro du to res ru rais que lá se en con tra va de que cer ta men te não en con tri a ri a nen hu m am bi en ta lis ta lá. Não co nhe ço se quer a pes soa que fez esse co men tá rio, mas que ro, em no me dele, ape sar de anô ni mo, di zer que isso não sig ni fi ca ab so lu ta men te uma fal ta de con si de ra ção dele para com a pes soa da Se na do ra, mas re tra ta, in dis cu ti vel men te – e isso tem a ver com o que es ta mos tra tan do aqui – a in di gna ção dele e de to da po pu la ção de Ron dô nia, assim co mo a mi nha, com essa ques tão am bi en tal.

Digo in di gna ção, por que ele é um ci da dão que se sen te en ga na do pe lo Go ver no. Ele foi para Ron dô nia para des bra var aque la re gião, aten den do a um cha ma men to do Go ver no, on de ele foi ob ri ga do – e a co lo ni za ção lá foi fe i ta pe lo INCRA, por tan to, ofi ci al – a der ru bar 50% da sua pro pri e da de. E ol hem que Ron dô nia to da é con sti tu í da de pe que nas pro pri e da des.

Ago ra, vem o Go ver no di zen do que não se po de mais der ru bar os 50%, e que quem der ru bou tem que re flo res tar os 30% que já avan çou. On de es tá a co ne xão com o que es ta mos dis cu tin do? Exa ta men te por que te nho con vic ção ab so lu ta de que há to da uma or ques tra ção por trás des sa me di da pro ví só ria que pre

ten de mo di fi car ar ti gos do Có di go Flo res tal, on de es tão exa ta men te es sas ONGs e, para ser mais pre ci so, a WWF, com an dan do to da essa movimen ta ção, no sen ti do de fur ta ra a po pu la ção bra si le i ra à re a li da de dos fa tos.

Ron dô nia, ao con trá rio do que se im a gi na, tem si do um exem plo para o Bra sil por que nós, lá, es ta mos pre ser van do 70% da nos sa área, mas es ta mos ten do a co ra gem de mos trar ao Bra sil que, por meio do zone a men to, po dem con vi ver pa cí fi ca e per fei ta men te o meio am bi en te e o ho mem. Nes te pon to, que ro con cor dar com o ilus tre de po en te: para mim, é mui to mais im por tan te o ho mem. O meio am bi en te é im por tan te, mas não te nho dú vi das: en tre ele e o ho mem, fi co com o ho mem.

Es ta mos sa ben do fa zer o de ver de ca sa: es ta mos lá pre ser van do 70% da área to tal do es ta do. É um en ga no, um en go do, uma ilu são e uma uto pia de fen der os 80% da pro pri e da de pri va da, por que isso é le tra mor ta. Se apro va do, não vai ser cum pri do. Va mos bo tar o pé no chão, va mos en con trar o ca mi nho – co mo diz o Se na dor Tião Vi a na – do equi lí brio. É pre ci so en ten der que nós, da Ama zô nia, te mos que ter o nos so es pa ço para nos de sen vol ver mos co mo en ten de mos que deva ser fe i to, e não aten den do aos in te res ses des sas ONGs.

Que ro tam bém di zer que me pa re ce que este de ba te, no fim, aca bou dan do a im pres são – pe lo me nos é o que o Se na dor Tião Vi a na, me pa re ce, ten tou co lo car – que es ta mos aqui, de re pen te, para “ca çar as bru xas” das ONGs, quan do não é esse o pro pó si to des ta Comis são. Há ex ce len tes or ga ni za ções não-gov ern a men ta is, se jam elas qua is fo rem e a de no mi na ção que te nham, que pres tam re le van tes ser vi ços ao País. Não te nho dú vi das. No meu Es ta do, há tem cen te nas delas, que tra ba lham ab so lu ta men te afi na das com os in te res ses da po pu la ção, os in te res ses do Es ta do.

Mas há al gu mas que são sub si di a da s por essa WWF, que fo men ta, in clu si ve, essa dis cór dia. O pa ra do xo que que ro apre sen tar aqui e ago ra é exa ta men te o do MST. O MST é um movimen to po pu lar que nas ceu com o ob je ti vo de pro cu rar terra para quem não tem ter ra. Uma das es tra té gi as que o MST usou – e usa – é a da in va são da ter ra im pro du ti va para cha mar a aten ção das au to ri da des, da po pu la ção, en fim, de quem vai de ci dir, para que eles te nham lá o seu es pa ço.

Em Ron dô nia, acon te ceu vá ri as ve zes – não foi ape nas uma – a in va são exa ta men te das re ser vas da pro pri e da de pri va da. Pres sion a ram o Go ver no, que

acabou entregando a essas pessoas a área da propriedade privada. Eles de vasta ramessa área e lá estão plantando. E mais uma informação: o meu Estado é constituído, na sua grande maioria, de pequenos proprietários, que com põem a agricultura familiar: é a família que vive da terra. Eles ainda não se deram conta de que, com os 20% que lhe estão reservados, segundo a proposta do Conama – e quando eu digo Conama, leia-se organização não-governamental –, deles subtraindo as áreas de preservação permanente, como estradas, escolas e espaços ocupados com a sede e com os currais –, vão sobrar apenas 12% a 13% da área. Ou seja, eles não vão viver com esse percentual.

Eu pergunto: onde vamos colocar esses 20 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia? Como é que eles vão viver? Como é que eles vão produzir? Ou nós podemos sonhar que essas pessoas vão viver, como eu teenho dito sempre, apenas de comer a castanha-do-pará? Então, isso é uma utopia. Nós não vamos chegar a lugar nenhum se não tivermos realmente o meio, o equilíbrio, de um lado, preservando a natureza; de outro, acolhendo os interesses do homem, o que é o objetivo final.

Mas eu quero perguntar – isso é o que interessa – ao senhor, que demonstrou claramente aqui que conhece o assunto em profundidade: na sua visão, essa questão da defesa do meio ambiente, sobretudo na Amazônia, é um mero instrumento, apenas uma fachada, para defender interesses que, verdadeiramente, são outros? Se o senhor entender desta forma, quais os interesses dos que o desenvolvimento da Amazônia não se dê?

E, finalmente, uma outra pergunta que também é muito importante para definirmos o eixo do nosso trabalho aqui.

Parece-me que essas ONGs, sobretudo as que comandam, que são as donas do dinheiro, como V. S^a muito bem explicou aí, vêm para o Brasil ou para qualquer outro país do mundo, onde se instalam, por meio da sua representação, filial ou entidade local, que recebe o mesmo nome com a denominação final do país onde está instalada. Ali, essas organizações estimulam a criação de outras empresas, que são, por fim, subsidiadas, pagas e mantidas pela mãe, a grande. Como é que essas pessoas envolvidas com elas – estou dizendo as que têm o interesse mas não fez todo engessar o desenvolvimento; e quando me refiro a isso, falo muito da Amazônia, porque é a minha região – são pagas?

Por que a informação que eu teenho – pode não ser verdadeira – é de que existe a “mãe”, a matriz, que estimula a criação de várias outras. Então, pega lá um determinado cidadão, que se diz ecologista – romântico, como diz V. S^a no seu pronunciamento –, ele cria lá uma ONG, à qual dá um nome bonito relacionado com a defesa do meio ambiente, e passa a ser pago como consultor. Aí, ele, ganhando muito bem, avança, já ocupa o espaço do Conama, do Governo, ocupa o espaço na diretoria disso e daquilo e começa a ocupar os espaços. Na sua visão, é assim que funciona? É dessa forma, minando as bases, infiltrando e à custa de dinheiro? Ou é de forma diferente?

Eu encerraria a minha participação, apenas com estas duas perguntas pontuais: quem é que está por trás desta história toda da Amazônia e como funciona esse mecanismo da matriz, envolvendo todos os outros, aqui no Brasil?

O SR. LORENZO CARRASCO – Um exemplo: o **Greenpeace**, que foi fundada com o apoio internacional basicamente – podemos vinculá-lo – das famílias do WWF. Isso foi iniciativa do Canada, mais ou menos com certa independência e, depois, tomado como uma estrutura com mais financiamentos.

O cineasta irlandês Magnus Gudmundsson concedeu à revista **Veja** de 4 de maio de 1994, nas páginas amarelas, uma reportagem – eu queria que os Senadores lembrassem, porque, seguramente, naquele época, se veio a conhecer – em que descreve exatamente como funciona. O **Greenpeace** é uma grande fábrica de faturamento. Lá se promovem ações para chamar a atenção da opinião pública. Não estão interessados em ações que não chamam atenção, se são uma grande agência de publicidade, com ações sempre muito arrojadas. Em cima disso, é uma máquina de faturamento. Quer dizer, fazem propaganda e, crescentemente, pedem contribuições a organizações ou indivíduos. É claro que os indivíduos que estão nesse ambiente dos meios de comunicação concedem contribuições de milhões de dólares, que permitem ao **Greenpeace** ter embarcações, como a que trouxe de fazer, por si mesma, no ano retrasado, sua permissão no rio Amazonas, a Amazon Guardian, como eles chamaram.

O SR. MOREIRA MENDES – Deixe-me interrompê-lo para fazer aqui uma intervenção.

Um dia desses, numa dessas viagens de avião, vi um “saquinho” de açúcar onde estava dito “açúcar orgânico, licenciado pelo **Greenpeace**”. Não havia nenhuma referência sobre ser licenciado ou aprovado pelo Ministério da Saúde porque é bom para a

saúde. Licenciado pelo **Greenpeace**! Onde estamos chegando!

O SR. LORENZO CARRASCO – É uma marca que se comercializa de uma maneira nova, porque não há um contrato propriamente. Mas estabelece não apenas isso. No Conselho de Energia do Governo, o **Greenpeace** está sentado.

Então, o próprio Governo já cede a toda essa pressão dos meios de comunicação e permite o assento do **Greenpeace** no Conselho de Energia do País. Isso é muito mais grave, porque começa a haver um processo.

Um caso claro, por exemplo, como o de Mary Helena Allegretti, que começou em toda a estrutura de organizações não-governamentais. Essa jornalista canadense, Elaine Dewar – não estou dizendo nada –, descreve todas as articulações, especialmente de Mary Helena Allegretti, na questão do aparato que montou em Alta Mira. É uma beleza de livro, porque, sendo ela ecologista, atreveu-se a denunciar. O livro está basicamente desaparecido, porque ninguém comercializá-lo, por razões óbvias.

Então, temos dois exemplos claros de como está funcionando. Tomei a liberdade de tirar uma cópia da transcrição. Caso a Comissão queira um fac-símile da própria revista **Veja**, também poderia enviar.

Pegamos como começou, por exemplo, o WWF no Brasil. No WWF-Brasil, havia um senhor que se chamava Thomas Lovejoy, que foi seu primeiro representante. Uma instituição do Clube da Vida o entrevistou, e ele disse muito claramente barbaridades – reproduzidas no livro – contra desenvolvimento e soberania, afirmando que os nacionalistas brasileiros tinham pretenções de mais, e que a questão do meio ambiente poderia, vamos dizer, tirar um pouco da sua pretenção.

Então, começou de vagar, na década de 60. Isso começou de vagar, mas havia a estratégia de utilizar a proteção do meio ambiente. Isto é uma coisa muito clara: quem não gosta de preservar ou de participar do meio ambiente? Somente uma pessoa enferma. Esta é uma questão que está no ser humano: proteger os animais e as florestas. Está na natureza humana, como os direitos humanos também estão. Então, é a defesa da natureza boa do indivíduo. Por tanto, é um interesse perfeito: preservar os interesses da Humanidade. Havia o mito de que o Amazonas produzia oxigênio. De pois, caiu esse mito, ou seja, o Amazonas não era produtor de oxigênio. Foram criadas todas essas campanhas no mundo inteiro, dicen-

do-se que o Amazonas é o pulmão do mundo e que está sendo destruído. Houve a campanha, por exemplo, contra o Código Florestal. Com essa mentira – eu tenho os textos da Internet –, dizem: o projeto Micheletto, que está tramitando, vai devastar 80% da Região Amazônica, a Amazônia será convertida em cinzas. Essa carta estava circulando internacionalmente, em todos os países do mundo. Essa não é uma causa da Humanidade. Eu creio nas causas da Humanidade, sim, mas não para utilizá-las para deter o desenvolvimento do País, que é o que está ocorrendo.

Então, concretamente, é como funciona a organização.

O WWF criou o Survival International, ajudou a criar o Greenpeace, ajudou a criar e a fomentar o Environmental Defense Fund. Organizações, como a Conservation International e o Environmental Defense Fund, que foram fundamentais no surgimento do movimento ambientalista no Brasil. Isso está documentado no livro com detalhes.

Assim, há que se distinguir o que é a verdade e a proteção do meio ambiente do que é simplesmente a utilização indevida. Eu não sei se o senhor quer...

O SR. MOREIRA MENDES – Estou satisfeito. Eu tenho mais algumas perguntas a fazer.

V. S^a pode informar como funcionam as ONGs nos países do Primeiro Mundo. Só para um esclarecimento, lá elas mandam nos governos, influenciam tanto nos governos como está acontecendo presently no Brasil?

Outra pergunta. Nesses ditos países de Primeiro Mundo, há essa proliferação desordenada de ONGs, como temos aqui, sem nenhum controle do Estado?

Nesses países – não digo para controlar, mas do ponto de vista da soberania nacional, dos interesses maiores da nação, das estratégias do país –, há algum tipo de controle da atuação dessas organizações?

Uma última pergunta. Como dito claramente pelo Senador Gilberto Mestrinho – e são números, não há como contestá-los – a proporção de privada na Amazônia corresponde a 23%. Se aprovado o projeto do Deputado Micheletto, esse projeto dos 50%, tão falado – não é mais este, pois este era do ano passado –, nós estaríamos devastando, ou derubando, sei lá que nome vão querer dar, apenas 11% de toda a Amazônia. Quem sabe se, amanhã, o que estamos conversando hoje não vai estar com plena mente desvirtuado pela imprensa? Como jornalista, como V. S^a vê essa história de que estamos aqui com 11%, e, no

ou tro dia, no mun do in te i ro se diz que são 80%. Onde é que es tão os jor na lis tas? Eles não têm um com pro mis so com a ver da de, com a se ri e da de? Pa re ce que estamos falando gre go. Nin guém pu bli ca essa ques tão. São fe i tos pro nun ci a men tos na tri bu na do Se na do, na Câ ma ra dos De pu ta dos, nas co mis sões, mas nin guém publica uma nota sobre esta verdade, ou seja, que nin guém está de vastan do a Ama zô nia. Nós, lá, es ta mos sa ben do cum prir com o nos so dever. O Esta do do Acre faz isso com ve e mên cia. O Esta do de Rondô nia tem pro cu ra do fa zer o mes mo. O Ama zo nas tem ape nas 2 ou 3% da sua área an tro pi za da, e nin guém diz isso em lu gar ne nhum, em re vis ta ne nhuma. Qu an do che ga a o ca sião de se vo tar essa me di da provisó ria, co me ça a pi po car: na **Veja** na **IstoÉ**, na **Época**, no jor nal tal, a gran de im pren sa mas sa cran do quem vive na Ama zô nia, como se es ti vés se mos de vastan do a re gião. Isso é uma men ti ra, um en go do.

Dê a sua opi nião como jor na lis ta. Como V. S^a vê essa ques tão?

O SR. LORENZO CARRASCO – É pre ci so sin te ti zar as per gun tas.

A SRA. MARINA SILVA – Inclu si ve, con si de ran do esse as pec to de que sa í ram re cen te men te os da dos do INPE se gun do os qua is o des flo res ta men to de 1999/2000 foi de 19 mil qui lô me tros qua dra dos, e que os Estados que conse guiram re du zir foram, pa re ce me, Ro ra i ma, Acre e Ama zo nas. Nos de ma is, há uma taxa cres cen te de des flo res ta men to.

O SR. LORENZO CARRASCO – Não co nhe ço os da dos, e se ria uma te me ri da de sim ples men te co lo car me a opi nar so bre es ses da dos que, inclu si ve, vi re tra da dos nessa re por ta gem. Mas o que se está di zen do aqui não é isso. O que se está di zen do aqui é que o pro je to de uma Co mis são, en ca be ça do por um de pu ta do, que é o re la tor, está de ter mi nan do que vai de vastar 80% da Ama zô nia. Isso foi o que dis se essa re por ta gem. A gran de per gun ta é: ha ve ria que fa zer a im pren sa? V. Ex^a dis se mu i to bem: en tão, pro vem! Eu cre io que a re por ta gem do **Jornal Nacional**, da **Rede Globo**, no ano pas sa do, apre sen tan do ex ata men te 80%. De po is, man dam um he li có pte ro à pro pri e da de do De pu ta do Miche let to, hos ti li zam a fa mí lia do De pu ta do Miche let to. E isso se cha ma “em nome da de mo cracia”?

O SR. MOREIRA MENDES – Mas nin guém diz isso.

O SR. LORENZO CARRASCO - Nin guém dis se isso. E é ex ata men te o que tem que ser ques ti o na do. Por quê? Por que os me i os de co mu ni ca ção, Sr. Se

nador, estão com pro me ti dos, em sua es sên cia, em um es que ma de poder. Este é o pro ble ma: não se pode di zer a ver da de. Há um sis te ma. Por isto é que é uma di ta du ra o que se está pré fi gu ran do: são mem bros de ONGs, di ri gem as ONGs, di ri gem os apa ra tos dos me i os de co mu ni ca ções e im ple men ta mos pro je tos de de li mi ta ção, como é o caso do WWF. En tão, há um cla ro con fli to de in te res ses. Eles estão pu xan do uma cam pa nha que está com pro me ti da com a vi são ide oló gi ca da ONG que re pre sen tam. Por que é be ne fí cio? Não sei. Eu que ria que os Srs. Se na do res les sem a re por ta gem que an un ci ei, não ape nas a do jo r na lis ta islandês, mas a da jo r na lis ta cana den se e a men ção do jor na **De Groene Amsterdammer**, que ti ra mos da In ter net e man da mos tra du zir do ho lan dês, onde se des cre ve ex ata men te como fun ci o nou todo o pro ble ma na Áfri ca, inclu in do ope ra ções de se gu ran ça na ci o nal mu i to sé ri as, por que, em Bo lu cra (*termo de difícil compreensão na fala do orador*) – isso foi uma in ves ti ga ção or dena da pelo Pre si den te Man de la –, ha via de nún ci as de que o WWF ha via en tra do inclu si ve em ope ra ções de as sas si na tos, que estão do cu men ta das. O pro ble ma é que es sas or ga ni za ções, como, por exem plo, o Con trol Risks, que é uma or ga ni za ção de se gu ran ça que este ve em Bo lu cra na Ope ra ção Lock, de nun ci a da por Man de la, está vin do ao Bra sil, as so ci a da a um gru po de ris co, di zen do que a hidrovía Ara gua ia-To can tins é um dos **hotspots** am bi en tais do mun do, pelo que re comen da aos in ves ti do res que não fa çam in ves ti men tos ali. Isso está do cu men ta do e es cri to – eu pos so de i xá lo aqui. A re comen da ção é cla ra: não se pode in ves tir.

Mas es que ci as duas pri me i ras per gun tas. Não sei se já as res pon dei. Tal vez o se nhor pos sa re pe tir bre vemen te.

Ah, me lem brei: o con tro le dos Esta dos Uni dos. Isso é mu i to im por tan te. Por que, efeti vamen te, esse mo vi men to conse guiu afe tar, den tro do se tor avan ça do, em cer to mo men to, o pro ble ma da ener gia nu cle ar na Ale ma nha, que ho je es tão pa de cen do. E vão ter uti li zar o carvão, que é mu i to mais con ta mí na do do que a ener gia nu cle ar, como a Fran ça demon strou em 80% de sua gera ção elé tri ca. Por quê? Por que a ener gia nu cle ar tem um gran de pro ble ma: tem re sí du os ra dio a ti vos. Sim, os tem por que é uma polui ção con cen tra da, con tro la da. Em ne nhu ma fon te de ener gia há o con tro le das fon tes po lu en tes. Carvão é ab so lu ta men te mu i to mais po lu en te. Ho je, quan do vi, no avião, a no tí cia de que os pro du to res de carvão do Rio Gran de do Sul tam bém vão que rer apo io do Go ver no Fe de ral para pro du zir ener gia elé tri ca atra vés

do carvão, aí estão as consequências... Isso é muito mais grave, do ponto de vista ambiental. Mas isso ocorreu nos Estados Unidos: não se voltou a ter usinas nucleares. E num certo sentido, o Presidente Bush, com cujo governo não simpatizo, descobriu os protocolos de Kyoto por razões erradas, para apoiar os grupos financeiros que o apoiavam, basicamente a Enron, Duke, IRS, que estão vindo ao Brasil agora para comprar e vender energia — não vão produzir, mas, simplesmente, intercambiar energia. Então, mesmo sendo Estados Unidos, eles, como se viu na crise da Califórnia, também estão necessitando de obras de infra-estrutura. Então, isso é importante. Agora, o controle que o Congresso americano exerce sobre as organizações não-governamentais o faz por meio das fundações, porque as fundações Ford, Rockefeller, as fundações do governo e do congresso, têm que reportar anualmente ao congresso todas as contribuições. Aliás, esse seria um caminho muito interessante ver, no livro anual de contribuições do congresso americano, de todas as organizações e fundações, toda a pauta de financiamentos. Aí, há uma coisa: aqui, evidentemente, em nossos outros países — não falo só do Brasil, mas do México e de outros países —, não há tal regulamentação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Quero, dado que todos os Srs. Senadores tiveram oportunidade de fazer suas indagações, agradecer ao Dr. Lorenzo Carrasco pelas explicações e solicitar que os documentos que ele, porventura, não pode trazer neste momento sejam encaminhados à CPI, bem como alguns pontos que foram referenciados e que ele ficou de acrescentar. Por que, como foi bem dito aqui, o que queremos é o virto dos o lá dos, chegar a um diagnóstico e concluir de maneira satisfatória. Queríamos, antes de os Srs. Senadores se retirarem, justamente em função dos requerimentos que estão para ser apreciados, solicitar uma reunião administrativa com os companheiros membros da Comissão. Será uma reunião para deliberar sobre os requerimentos, a votação e, também, estabelecer algumas normas consensuais, de forma que as nossas próximas reuniões possam ser ainda mais produtivas. Portanto, convocaria essa reunião administrativa para terça-feira próxima, às 10 horas. Todos vão receber a pauta, mas já estou adiantando. Portanto, se alguém mais quiser fazer algum requerimento, poderá fazê-lo neste período, para já apreciarmos na terça-feira.

Na quarta-feira, às 10 horas, já expedimos o convite para que esteja aqui presente o Minis-

tro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Alberto Cardoso.

A SRA. MARINA SILVA — Sugeriria, Sr. Presidente, que fossem lidos os relatórios que apresentei apenas para que constassem da ata e das notas taquigráficas, em função de que os demais colegas já apresentaram e leram. Como protocolei na Mesa, gostaria que fossem lidos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Gostaria de ponderar ao Senador Bernardo Cabral que, em boratena, temos a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e outras tantas comissões, se não avançarmos com esses depoimentos,...

O SR. BERNARDO CABRAL — (pequeno trecho inaudível, porque pronunciado fora do microfone) após a Ordem do Dia. Se não, não pode ir com parecer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — O General nos informou que virá na quarta-feira, ao meio-dia. Por isso, aproveitei e marquei para às 10 horas. Obviamente, a presença de V. Ex^a seria muito importante, mas gostaria de solicitar a presença de todos, inclusive.

A SRA. MARLUCE PINTO — Quarta, amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Não, a próxima.

A SRA. MARINA SILVA — Pela ordem, Sr. Presidente, até para que não haja mais dúvida com relação a isso.

Penso que começamos, de certa forma, uma metodologia, porque V. Ex^a convidou uma pessoa que coordenou uma visita e que tem opiniões sobre a problemática. Apresentei uma sugestão de como deveríamos ordenar esse calendário. Se já aprovamos aqui a vinda do General Cardoso na quarta-feira, atropelamos a possibilidade de estarmos criando uma lógica para esses depoimentos. De sorte que gostaria que definíssemos, já que na que lá oportunidade de V. Ex^a alegou que não havia **quorum**, essa indicação de V. Ex^a na reunião administrativa, porque começamos com uma pessoa que pesquisei, poderíamos terminar a bateria dos pesquisadores, as pessoas que têm opinião, de pois as pessoas de Governo, o General Cardoso poderia entrar nos do Governo, e, talvez, por último, as ONGs, porque a Comissão já estaria devidamente informada para debater com as ONGs.

Estou apenas apresentando, para, depois não dizerem que não disse. Então, estou registando que pudéssemos definir esse encaminhamento metodo-

lógico na reunião de terça-feira, na reunião administrativa que V. Ex^a sugeriu.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Na terça-feira, uma administrativa. Na quarta-feira, com a presença do General Cardoso.

Atendendo o pedido de V. Ex^a, leio os requerimentos.

A SRA. MARINA SILVA - Isso, mas que não fique de cima aqui que já na quarta-feira será o General Cardoso, senão inviabiliza...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Mas já foi convidado antes da quele roteiro aprovado, Senadora.

O SR. BERNARDO CABRAL (fora do microfone) – Foi convidado (inaudível) ouvido a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Diante da quele roteiro aprovado.

A SRA. MARINA SILVA – Mas é que aquele roteiro diz que não tinha uma indicação de nomes.

O SR. BERNARDO CABRAL – (trecho inaudível, porque pronunciado fora do microfone) ...sem a manifestação da relatoria. Acredito que a Senadora Marina...

A SRA. MARLUCE PINTO – Obrigada, Senador Bernardo Cabral.

São cinco os requerimentos: um do Senador Bernardo Cabral, três da Senadora Marina Silva, um do Senador Mendes e duas sugestões de trabalho da Senadora Marina Silva.

Passo à leitura do requerimento do Senador Moreira Mendes:

Requeiro, nos termos do que dispõe o Regulamento, sejam requisitadas do Banco Central do Brasil as seguintes informações: 1) Montante da moeda estrangeira em ter na do País a crédito de ONGs, constituída e em funcionamento no território nacional; 2) Entidades beneficiadas e a soma destinada a cada uma delas com respectivos endereços, se possível; 3) Os pedidos acima referem-se ao período dos últimos 5 (cinco) anos

Sala das Comissões, 25/05/01, Senador Moreira Mendes.

Requerimentos da Senadora Marina Silva:

1) Requeiro, nos termos do art. 148 do Regulamento Interno, que seja solicitada à Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais - ABONG a listagem de suas associadas.

2) Requeiro, nos termos do art. 148 do Regulamento Interno, que seja solicitada ao Ministério da Saúde a lista de entidades sem fins lucrativos que tra-

balham no Programa DST/AIDS e as que desenvolvem atividades com povos indígenas. Mesma data.

3) Requeiro, nos termos regimentais, uma cópia da ata e das notas taquigráficas da última reunião desta CPI, realizada no dia 09/05/2001. 22/05, Marina Silva.

Requerimento do Senador Antero Paes de Barros.

Requeiro, nos termos dos arts. 90 us que 93, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados para debaterem audiência pública no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, criada por meio do Regulamento nº 22, de 2001, do Senado Federal, e destinada a apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais, as seguintes personalidades adiante nominadas. 1) Dr. Augusto Franco, Conselheiro do Programa Comunidade Solidária; 2) Ministro da Saúde, José Serra, tema: "As ONGs de Saúde na Amazônia; 3) Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, tema: "Atuação das ONGs ambientalistas na Amazônia". Sala das Sessões, Senador Antero Paes de Barros.

Justificativa.

A compreensão dessa nova realidade jurídica administrativa em relação aos organismos não-governamentais da sociedade civil impõe-se com urgência, haja vista que a aplicação da nova lei reclama uma regulamentação capaz de controlar e acompanhar as suas ações.

Os convidados poderão ajudar muito nesse propósito, senão vejamos: a Dr^a Ruth Cardoso, na qualidade de Presidente da Comunidade Solidária, e o seu Conselheiro, Dr. Augusto Franco, foram incentivadores e participaram da elaboração referida da Lei nº 9.700/99.

O Ministro José Serra tem buscado implantar, nas ações da sua Pasta, uma nova forma de geração e incentivos das parcerias com as ONGs, especialmente em relação aos programas do Ministério, tais como saúde da mulher, saúde indígena, AIDS etc. E o Ministério do Meio Ambiente é o órgão governamental com maior relacionamento com ONGs em atuação, razão pela qual se justifica o convite ora proposto.

Assugestões da Senadora Marina para audiências e depoimentos: 1) Dr^a Ruth Cardoso e Augusto Franco, da Comunidade Solidária.

A SRA. MARINA SILVA – Marluce, está dividido assim, por exemplo, personalidades...

A SRA. MARLUCE PINTO – Só precisa ler os grupos, não é não?

A SRA. MARINA SILVA – Os grupos.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Porque foram divididos, na segunda sugestão da Senadora, os convites para os convidados em três blocos. O primeiro bloco, tratando-se dos estudiosos...

A SRA. MARINA SILVA – Como começamos hoje com o Professor Carrasco.

A SRA. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – O prof. Lorenzo já realizou o seu depoimento.

2) Leila Landin, autora do livro “As ONGs no Brasil”;

3) Maria Tereza Sadek, autora de diversos livros sobre o terceiro setor;

4) Stephen Kanitz, administrador e articulista da revista Veja, especialista em responsabilidade social e terceiro setor.

Agora o Bloco II – as autoridades governamentais.

5) D^a Ruth Cardoso e Augusto Franco, da Comunidade Solidária, para falarem sobre a atuação das ONGs na Amazônia.

6) O Ministro da Saúde José Serra, para falar sobre a atuação das ONGs que trabalham na área da saúde da Amazônia.

7) O General Alberto Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

8) O Ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, para falar sobre a atuação das ONGs ambientais na Amazônia;

9) O Ministro da Justiça, José Gregori;

10) Presidente da FUNAI para falar sobre a atuação das ONGs junto aos povos indígenas na Amazônia;

11) Relator da CPI da Grilagem, da Câmara dos Deputados;

12) General Alcedir Pereira Lopes, Comandante Militar da Amazônia;

13) General Gleuber Vieira, Comandante do Exército.

A SRA. MARINA SILVA – Só um esclarecimento. Como já havia sido aprovada a lista dos senhores, que foi apresentada e não teve veto, então, nessa medida de trabalho, eu compus, com as sugestões minhas, da Senadora Heloisa Helena e do Senador Tião Viana, com as que V. Ex^a havia apresentado.

A SRA. MARLUCE PINTO – As demais já aprovadas.

A SRA. MARINA SILVA – Exatamente. Só fiz uma composição metodológica por agrupamento.

A SRA. MARLUCE PINTO – 14) Ministro da Defesa;

15) Presidente do Ibama, Hamilton Casara;

16) Diretor-Geral da Polícia Federal;

17) Ex-Presidentes da Funai.

Bloco três – das entidades:

18) Presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais;

19) Associação Amazônia;

20) Cooperíndio;

21) Sodiur;

22) Arekon;

23) Alidicir;

24) CIR;

25) ISA;

26) CIMI;

27) URIHI.

Senadora Marina, gostaria de lhe fazer uma sugestão ou uma solicitação, como achar melhor. Já que o General foi convidado pelo Presidente da CPI, para que aproveitássemos até a disponibilidade da sua agenda, que ouvíssemos, seria apenas uma autoridade à frente dos demais estudiosos que ouviríamos aqui. Porque a agenda do General é muito complexa. Ele até já nos explicou. Muitas vezes, ele pode marcar uma visita, atendendo a um convite, e aparecer, por parte da Presidência da República, qual quer misão que ele não possa deixar de cumprir.

A SRA. MARINA SILVA – Só sugeriria assim: que a gente batesse esse martelo, para não ficarmos só nós três aqui, na terça-feira, certo? É só isso que estou sugerindo. Pode ser que a Comissão diga: “não, realmente, a gente vai seguir esse conselho da relatora, por que já tem essa...” Mas, para que não fique aqui o que reclama acontecendo aqui entre nós três, que se remeta à terça-feira essa decisão.

A SRA. MARLUCE PINTO – Da minha parte, não tendo mais nada, passarei a palavra ao nobre Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE – Que rogra de cer e dar por encerrada a reunião, convocando, portanto, a sessão administrativa para terça-feira e a audiência ao General Cardoso para quarta-feira.

(Levanta-se a reunião às 21h23min.)

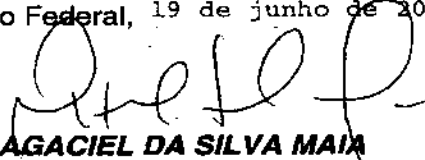
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL****Nº 77, DE 2001**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Designar os servidores **LUÍS IGNÁCIO MORENO FERNANDEZ**, Analista Legislativo, mat. 3941-SEEP, **ALOYSIO NOVAES TEIXEIRA**, Analista Legislativo, mat. 3727- SEEP, **JOSÉ MILTON DE MARAES NETO**, Técnico Legislativo, mat. 5065-SF e **PAULO RICARDO ZARRANZ BUENO**, Técnico Legislativo, mat. 4981-SF, para sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos relatados pela Senadora **Emília Fernandes**, sobre o incêndio ocorrido no último dia 14, no apartamento nº 203, do Bloco "C", da SQS 309, com prazo de 5 (cinco) dias para a conclusão dos trabalhos.

Senado Federal, 19 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

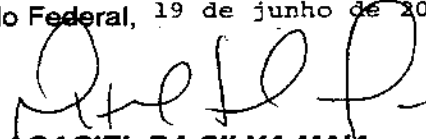
ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 1.116, DE 2001**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

Dispensar o Servidor **CARLOS MARTINO MARTINS**, mat. 3507, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Controle de Informação, Símbolo FC-4, do Serviço de Treinamento Industrial Profissionalizante, da Subsecretaria de Apoio Técnico, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PMDB, com efeitos financeiros a partir de 30 de maio de 2001.

Senado Federal, 19 de junho de 2001.



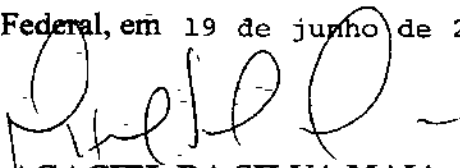
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.117, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008960/01-1

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAUL QUEIROZ NEVES** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lindberg Cury.

Senado Federal, em 19 de junho de 2001.

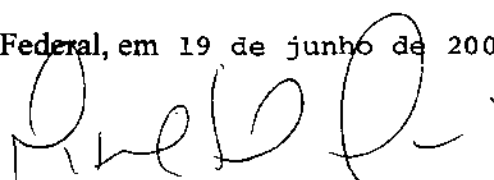

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.118, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008990/01-8

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RICARDO JOSE BALDISSARA COSTA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 19 de junho de 2001.

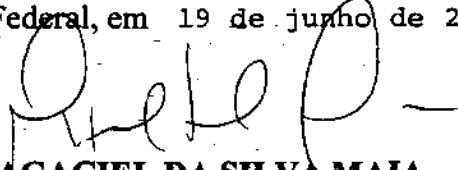

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.119, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008991/01-4

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GLEUBER FIRMAN TENORIO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 19 de junho de 2001.

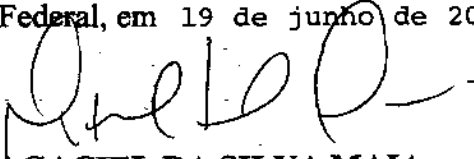

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.120, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008.983/01-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ARTHUR PEREIRA CASTILHO NETO**, matrícula n.º 31.594, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Waldeck Ornelas.

Senado Federal, em 19 de junho de 2001.

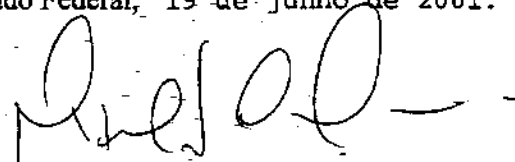

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.121, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 008870/01-2,

RESOLVE designar a servidora **MARIA ELISA BORGES JEVEAUX**, matrícula 4056, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Antero Paes de Barros, com efeitos financeiros a partir de 07 de maio de 2001.

Senado Federal, 19 de junho de 2001.



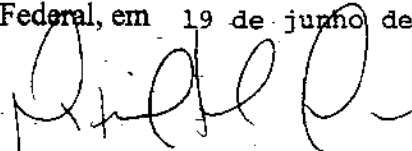
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.122, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008959/01-3

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990; **PEDRO DOS SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Lindberg Cury.

Senado Federal, em 19 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.123, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 008754/01-2,

RESOLVE dispensar a servidora **PATRÍCIA SANT'CLAIR DA SILVEIRA**, matrícula 4346, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Orçamento Público, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 05 de junho de 2001, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 19 de junho de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral